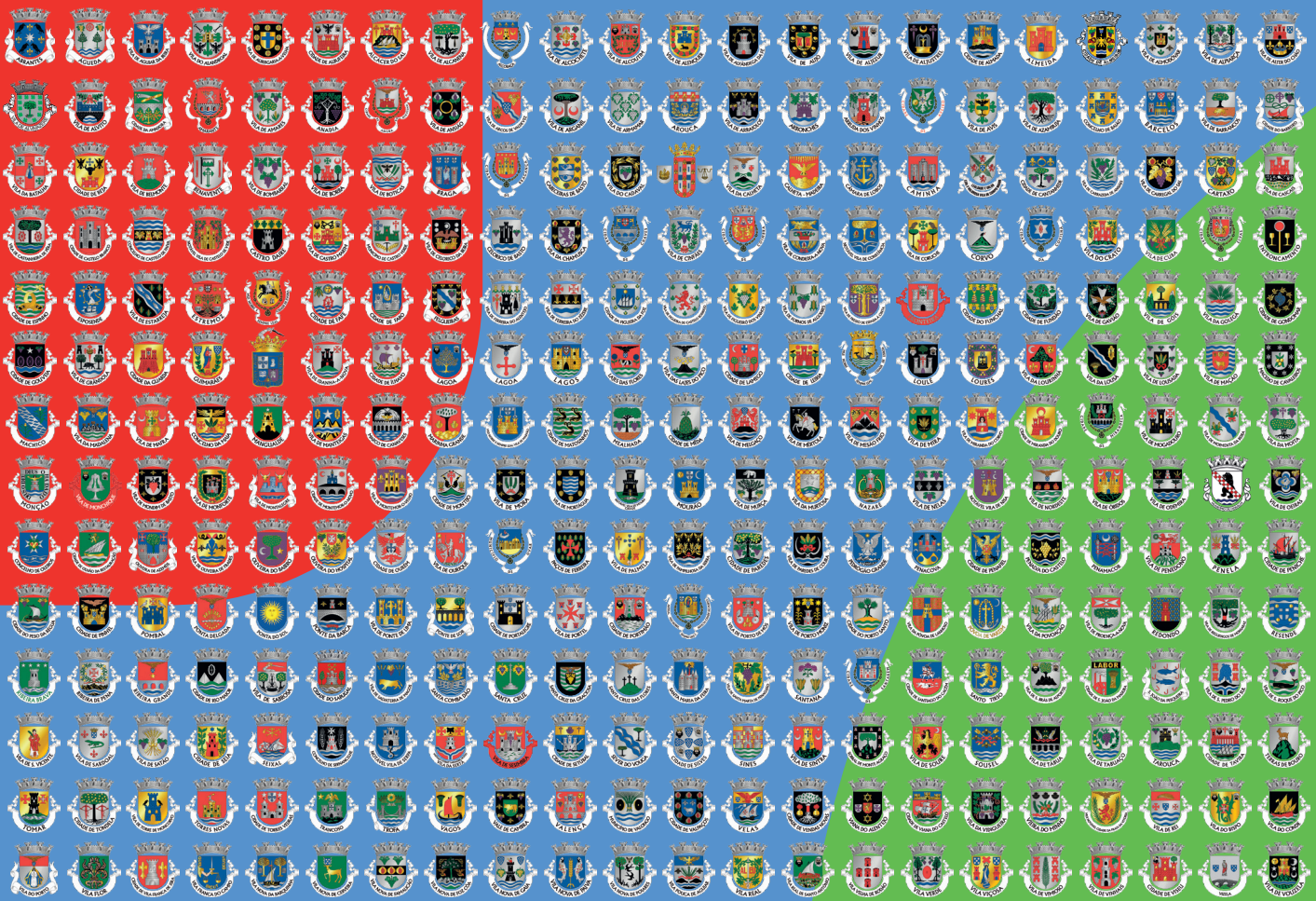
Maria José Fernandes | Pedro Camões | Susana Jorge

ANUÁRIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES 2022



Ficha Técnica

Título
Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2022

Autores
Maria José da Silva Fernandes
Pedro Jorge Sobral Camões
Susana Jorge

Colaboradores
Ana Teixeira e Ana Rita Abreu, Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade do IPCA

Edição
Ordem dos Contabilistas Certificados, setembro 2023

Capa e paginação
DCI, Ordem dos Contabilistas Certificados

ISBN: 978-989-53217-6-6

Depósito Legal: 228599/05

Índice de abreviaturas

ATU – Apoio Transitório de Urgência
CCF – Conselho de Coordenação Financeira
CRP – Constituição da República Portuguesa
DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais
Dim – Dimensão
EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes,Depreciation
and Amortization
EEL – Entidades Empresariais Locais
FAM – Fundo de Apoio Municipal
FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro
IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT – Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis
INE – Instituto Nacional de Estatística
IUC – Imposto Único de Circulação
LCPA – Leis dos Compromissos e Pagamentos em Atraso
LFL – Lei das Finanças Locais
M€ – Milhões de euros
MLP – Médio e Longo Prazo
NCP – Norma de Contabilidade Pública
NCRF – Norma Contabilística de Relato Financeiro
PAEF – Programa de Assistência Económica e Financeira
PAEL – Programa de Apoio à Economia Local
PAM – Programa de Ajustamento Municipal
PIB – Produto Interno Bruto
PMP – Prazo Médio de Pagamentos
POC – Plano Oficial de Contabilidade
POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
PPTH – Programa Pagar a Tempo e Horas
PREDE – Programa de Regularização Extraordinária das Dívidas do Estado
RAA – Região Autónoma dos Açores
RAM – Região Autónoma da Madeira
RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais
SEE – Setor Empresarial do Estado
SEL – Setor Empresarial Local
SMs – Serviços Municipalizados
SNC – Sistema de Normalização Contabilística
SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas
SPA – Setor Público Administrativo

Agradecimentos

Para a publicação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, publicação de caráter anual, editada desde 2005, muito tem contribuído a colaboração e apoio de um conjunto de individualidades e entidades, que de diversas formas se têm associado a este projeto, e a quem os autores entendem manifestar publicamente o seu reconhecimento e agradecimento, nomeadamente:

- Ao Presidente do Tribunal de Contas, José F. F. Tavares;
- À Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, Paula Franco;
- Ao Diretor-Geral do Tribunal de Contas, Fernando José de Oliveira Silva;
- À Auditora-Coordenadora do Tribunal de Contas, Ana Teresa Santos;
- À Juíza Conselheira do Tribunal de Contas, Maria dos Anjos Capote;
- Aos Subdiretores-Gerais das Secções Regionais do Tribunal de Contas dos Açores e da Madeira, João José Medeiros e Mafalda Morbey, respetivamente, e ao Chefe de Divisão do Serviço de Apoio da Secção Regional dos Açores, João Paulo Camilo;
- Aos Presidentes e Responsáveis Financeiros das Câmaras Municipais, Serviços Municipalizados e Empresas Municipais que enviaram as contas para o Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do IPCA;
- Aos colaboradores do Departamento de Comunicação e Imagem da OCC, Duarte Camacho, Jorge Magalhães e Sara Brás.
- Não podemos ainda deixar de prestar o devido reconhecimento àquele que foi o principal mentor e impulsionador do Anuário ao longo de 16 anos de existência: o Professor Doutor João Carvalho! Tendo desenvolvido toda a sua carreira de investigação ligada à contabilidade pública, em particular à contabilidade e finanças locais, é inegável o contributo que deu para a evolução desta área no contexto português. A criação deste projeto em 2002/2003, deu origem ao desenvolvimento e publicação de uma obra de referência na área da contabilidade autárquica, sendo por muitos utilizada, quer ao nível académico e da investigação, quer no contexto das políticas públicas e locais. O grupo de trabalho envolvido no projeto entendeu dar continuidade à sua Obra, como era seu desejo, e em reconhecimento ao seu trabalho, mas o Professor Doutor João Carvalho foi, é e será sempre o criador, o rosto deste Anuário, e a ele se deve o seu enorme sucesso.
- Cumpre-nos também deixar os agradecimentos devidos à Ordem dos Contabilistas Certificados, cujo papel tem sido fundamental em todo este processo, e que permitiu a continuidade deste projeto, que consideramos de grande relevância para a evolução da investigação da Contabilidade Pública em geral e da Contabilidade das Autarquias Locais em especial.

A coordenadora do Anuário Financeiro
Maria José Fernandes

Índice

CAPÍTULO 1: O setor local e os municípios portugueses	**21**
1.1. O Setor Local	21
1.2. Freguesias	21
1.3. Municípios	23
1.4. Caracterização geral e importância financeira dos Municípios portugueses no contexto europeu	27
1.5. Grupos Municipais	29
1.6. Independência financeira	30
CAPÍTULO 2: Análise da Execução Orçamental dos Municípios	**41**
2.1. Introdução	41
2.2. Receitas Municipais	42
2.2.1. Execução global do Orçamento da Receita	43
2.2.2. Estrutura e Evolução da Receita Municipal	57
2.2.2.1. Estrutura e Evolução da Receita Municipal, por capítulos económicos	57
2.2.2.2. Estrutura e evolução das transferências recebidas pelos municípios	66
2.2.2.3. Evolução das principais componentes da Receita Fiscal	68
2.2.2.3.1. Evolução das componentes dos impostos diretos	75
2.2.2.4. Receitas cobradas com Taxas, Multas e outras Penalidades	103
2.2.2.5. Receita cobrada da Venda de Bens Duradouros e da Venda de Bens e Serviços correntes	107
2.2.2.5. Receita cobrada de Passivos Financeiros (Empréstimos Obtidos)	116
2.3. Despesas Municipais	125
2.3.1. Classificação económica das Despesas	125
2.3.2. Execução global do Orçamento da Despesa	126
2.3.3. Estrutura e Evolução da Despesa, por classificação económica	135
2.3.4. Caracterização das Despesas por natureza económica	146
2.3.4.1. Despesas com Pessoal	146
2.3.4.2. Despesa paga em Aquisições de Bens e Serviços Correntes	157
2.3.4.3. Despesas pagas em Investimentos (aquisição de bens duradouros ou bens de capital)	163
2.3.4.4. Despesas com Transferências e Subsídios concedidos	168
2.3.4.5. Despesa gasta pelos municípios em aquisição de bens de capital e transferências de capital	173
2.3.4.6. Amortização de empréstimos: Passivos Financeiros	177
2.3.4.7. Despesas com juros e outros encargos financeiros	183
2.4. Situação Orçamental Global	191
2.4.1. Orçamentos iniciais	191
2.4.2. Comparação da Receita Cobrada com a Despesa Realizada e Paga	197
2.4.3. Equilíbrio Orçamental	210
2.4.4. Saldos Orçamentais	216

CAPÍTULO 3: Análise Económico Financeira dos Municípios	**223**
3.1. Introdução	223
3.2. Fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados Económicos	224
3.3. Ativo	226
3.4. Fundos Próprios (Património Líquido) e Rendimentos Diferidos	241
3.5. Passivo	244
3.5.1. Composição e estrutura do Passivo	244
3.5.2. Passivo exigível	246
3.5.3. Passivo eventualmente exigível dos municípios – Provisões para riscos e encargos	265
3.5.4. Análise do Endividamento	268
3.5.4.1 Cálculo do limite da dívida total ao abrigo do disposto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013	268
3.5.4.2. Indicadores de alerta para o risco de incumprimento do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013	272
3.5.5. Prazo Médio de Pagamentos	278
3.6. Gastos, Rendimentos e Resultados	284
3.6.1. Estrutura e evolução dos gastos	286
3.6.2. Estrutura e evolução dos rendimentos	289
3.6.2. Estrutura dos resultados económicos	292
3.6.4. EBITDA	297
CAPÍTULO 4. O setor empresarial local e grupos autárquicos	**303**
4.1. Setor Empresarial Local	306
4.1.1. Introdução	306
4.1.2. Grandes agregados do balanço das entidades do SEL	309
4.1.2.1. Estrutura e evolução do Ativo não corrente	311
4.1.2.2. Estrutura e evolução do Ativo corrente	316
4.1.2.3. Estrutura e evolução do Capital próprio	320
4.1.2.4. Estrutura e evolução do Passivo	322
4.1.3. Rendimentos, Gastos e Resultados das entidades do SEL	331
4.1.3.1. Evolução dos rendimentos e ganhos e dos gastos e perdas	331
4.1.3.2. Resultados económicos das entidades empresariais locais	333
4.1.4. Dissolução de empresas do SEL – aplicação do artigo 62º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto	336
4.2. Serviços Municipalizados	339
4.2.1. Estrutura do Ativo	340
4.2.3. Passivo dos Serviços Municipalizados	347
4.2.3. Rendimentos, Gastos e Resultados dos Serviços Municipalizados	352
4.2.3.1. Gastos dos Serviços Municipalizados	353
4.2.3.2. Rendimentos dos Serviços Municipalizados	355
4.2.3.3. Resultados económicos dos Serviços Municipalizados	357
CAPÍTULO 5: RANKING GLOBAL	**361**
5.1. Enquadramento e Metodologia	361
5.2. Indicadores do Ranking Global	361

I.Índice Liquidez	363
II. Razão entre o EBITDA e os Proveitos Operacionais	364
III. Peso do Passivo exigível no Ativo	365
IV. Passivo por habitante	366
V. Grau de cobertura das despesas: despesa comprometida / receita liquidada líquida	367
VI. Prazo Médio de Pagamentos	368
VII.Grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos	369
VIII. Índice de Dívida Total	370
IX.Índice de Superavit	372
X. Impostos diretos por habitante	374
5.3. Ranking Global dos municípios	375
CAPÍTULO 6: RESUMO E CONCLUSÕES	**385**
Resumo e conclusões	385
1. Independência Financeira	385
2. Orçamento e execução orçamental	387
3. Informação patrimonial e Resultados económicos	403
4. Setor Empresarial Local (SEL)	410
5. Serviços Municipalizados	414
6. Ranking global	418
ANEXO I. DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO MUNICÍPIOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, 2022	419
ANEXO II. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA POR MUNICÍPIO	433

Índice de figuras, gráficos, quadros e *rankings*

FIGURAS

Figura 1 – Distribuição dos municípios por dimensão, medida em nº de habitantes 26
Figura 2- 100 municípios com melhor eficiência financeira 384

GRÁFICOS

Gráfico 1.01 – Os Municípios Portugueses, por dimensão e região NUTS II 25
Gráfico 1.02 – Distribuição das despesas locais por funções 28
Gráfico 1.03 – Evolução da Independência Financeira dos 308 Municípios 30
Gráfico 1.03.A – Evolução da Independência Financeira dos Municípios da Região Autónoma dos Açores 31
Gráfico 1.03.M – Evolução da Independência Financeira dos Municípios da Região Autónoma da Madeira 32
Gráfico 1.04 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Grande Dimensão 33
Gráfico 1.05 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Média Dimensão 33
Gráfico 1.06 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Pequena Dimensão 34
Gráfico 1.07 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios (2012 a 2022) 34
Gráfico 2.01 – Evolução das Receitas 45
Gráfico 2.01.A – Evolução das Receitas dos Municípios da Região Autónoma dos Açores 47 47
Gráfico 2.01.M – Evolução das Receitas dos Municípios da Região Autónoma da Madeira 47
Gráfico 2.02 – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita entre 2012 e 2022 62
Gráfico 2.03 – Estrutura da receita cobrada de 2012 a 2022 63
Gráfico 2.02.A – Volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2012 e 2022 63 63
Gráfico 2.02.M – Volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2012 e 2022 64
Gráfico 2.04 – Evolução das principais transferências recebidas pelos municípios 67
Gráfico 2.05 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2012 e 2022 77
Gráfico 2.05.A – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2012 e 2022 78
Gráfico 2.05.M – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2012 e 2022 78
Gráfico 2.06 – Evolução da Despesa Municipal nas suas diferentes fases entre 2012 e 2022 129
Gráfico 2.07 – Taxas de Execução das Despesas – 2012 a 2022 130
Gráfico 2.06.A – Evolução da Despesa Municipal nas suas diferentes fases, nos municípios da Região Autónoma dos Açores, entre 2012 e 2022 131 131
Gráfico 2.07.A – Taxas de Execução das Despesas nos municípios da Região Autónoma dos Açores – 2012 a 2022 132
Gráfico 2.06.M – Evolução da Despesa Municipal, nas suas diferentes fases, nos municípios da Região Autónoma da Madeira, entre 2012 e 2022 133
Gráfico 2.07.M – Taxas de Execução da Despesa dos municípios da Região Autónoma da Madeira – 2012 a 2022 134
Gráfico 2.08 – Estrutura da despesa paga de 2012 a 2022 146
Gráfico 2.09 – Evolução da Receita Liquidada e Cobrada, Despesa Comprometida e Paga, entre 2012 e 2022 200
Gráfico 2.09.A – Evolução da Receita Liquidada e Cobrada, Despesa Comprometida e Paga, entre 2012 e 2022, nos municípios da R.A. dos Açores 200

Gráfico 2.09.M – Evolução da Receita Liquidada e Cobrada, Despesa Comprometida e Paga, entre 2012 e 2022, nos municípios da R.A. da Madeira	201
Gráfico 2.10. Estrutura da Receita Liquidada e Cobrada, e da Despesa Realizada e Paga, em 2022	201
Gráfico 2.10.A – Estrutura da Receita Liquidada e Cobrada, e da Despesa Realizada e Paga, nos municípios da R.A. dos Açores, em 2022	202
Gráfico 2.10.M – Estrutura da Receita Liquidada e Cobrada, e da Despesa Realizada e Paga, nos municípios da R.A. da Madeira, em 2022	202
Gráfico 2.11 – Evolução do saldo global efetivo na base de compromissos, a nível nacional	221
Gráfico 2.11A – Evolução do saldo global efetivo na base de compromissos nos municípios da R.A. dos Açores	221
Gráfico 2.11M – Evolução do saldo global efetivo na base de compromissos nos municípios da R.A. da Madeira	222
Gráfico 3.01 – Estrutura do Ativo em 2022	228
Gráfico 3.02 – Valor das componentes de Ativos Fixos Tangíveis: Bens de Domínio Público – 2020–2022	230
Gráfico 3.03 – Evolução do valor das componentes de Ativos Fixos Tangíveis: outros	232
Gráfico 3.04 – Evolução do Passivo Exigível 2012–2022	248
Gráfico 3.05 – Número de Municípios com um Prazo Médio de Pagamentos inferior a 30 dias, entre 30 e 90 dias e superior a 90 dias	279
Gráfico 3.06A–Estrutura dos gastos de 2020 e 2022 – SNC-AP	287
Gráfico 3.06 B – Evolução dos gastos de 2020 e 2022 – SNC-AP	287
Gráfico 3.07.A – Estrutura dos Rendimentos em 2020 e 2022 – SNC-AP	290
Gráfico 3.07.B – Evolução dos Rendimentos em 2020 e 2022 – SNC-AP	290
Gráfico 3.08 – Evolução dos resultados	293
Gráfico 4.01 – Evolução dos grandes agregados do balanço do SEL (121 entidades)	309
Gráfico 4.02 – Estrutura do Ativo – 2012 a 2022 (121 entidades)	311
Gráfico 4.03 – Estrutura do Capital próprio entre 2012 e 2022 (121 empresas)	321
Gráfico 4.04 – Estrutura do Passivo – 2012 a 2022 (121 empresas)	323
Gáfico 4.05- Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados	342
Gráfico 4.06 – Comparação da dívida e do ativo circulante entre Serviços Municipalizados e municípios que os tutelam	350
Gráfico 4.07 – Estrutura dos Gastos dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2022	353
Gráfico 4.08 – Estrutura dos Rendimentos dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2022	356

QUADROS

Quadro 1.01 – Caracterização das regiões NUTS II, considerando a dimensão dos municípios	25
Quadro 1.02 – Caracterização dos Municípios Portugueses em perspetiva comparada	27
Quadro 1.03 – Número de serviços municipalizados e Entidades do Setor Empresarial Local 2022	29
Quadro 1.04 – Independência Financeira em 2022	35
Quadro 1.05 – Outros indicadores relevantes para os Municípios relevantes para os Municípios	36
Quadro 2.01 – Classificação económica da Receita orçamental municipal (DL 26/2002)	42
Quadro 2.02 – Mapa de Demonstração da Execução Orçamental da Receita do SNC-AP – Classificação das receitas	43
Quadro 2.03 – Previsão e Execução da Receita	44
Quadro 2.04 – Variação da Receita (valores absolutos)	44
Quadro 2.05 – Taxas de Variação da Receita	44
Quadro 2.06.A – Grau de execução da receita cobrada em 2022 pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores	49
Quadro 2.06.M – Grau de execu a receita cobrada em 2022 pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira	49
Quadro 2.07 – Montantes de Receita Prevista, inicial e corrigida, por natureza económica	57
Quadro 2.08 – Montante de Receita Cobrada por natureza económica	58

Quadro 2.09 – Estrutura da Receita Cobrada, por natureza económica: peso de cada componente em relação à receita total	58
Quadro 2.10– Variação da Receita cobrada, por natureza económica, entre 2012 e 2022 – valores absolutos	59
Quadro 2.11 – Taxa de Variação da Receita cobrada, por natureza económica, entre 2012 e 2022	59
Quadro 2.12 – Evolução das principais receitas entre 2012 e 2022	61
Quadro 2.13 – Evolução do peso das principais receitas na receita total entre 2012 e 2022	62
Quadro 2.14 – Estrutura das Receitas Cobradas no ano de 2022 por grupo de municípios	65
Quadro 2.15 – Principais transferências recebidas pelos municípios	66
Quadro 2.16 – Variação das principais transferências recebidas pelos municípios	67
Quadro 2.17 – Valor das componentes da receita fiscal cobrada entre 2012 e 2022	69
Quadro 2.18 – Grau de execução da receita fiscal em 2022	69
Quadro 2.19 – Valor das receitas componentes dos Impostos Diretos entre 2012 e 2022	75
Quadro 2.20 – Valor das receitas componentes dos Impostos Diretos por grupos de municípios	76
Quadro 2.21 – Peso de cada componente dos Impostos Diretos, por grupos de municípios	76
Quadro 2.22 – Municípios com redução da taxa de IMI e que apresentaram diminuição do montante cobrado em 2022	81
Quadro 2.23 – Municípios com redução da taxa de IMI e que apresentaram acréscimo do montante total cobrado em 2022	82
Quadro 2.24 – Municípios com maior diferença entre o IMI cobrado e o IMI a cobrar se fosse aplicada a taxa máxima de 0,45%	83
Quadro 2.25 – IMI cobrado por Distrito	91
Quadro 2.26 – IMT cobrado por Distrito	98
Quadro 2.27 – Número de municípios com descida de IMI e IMT	99
Quadro 2.28 – Impacto da Taxa Municipal Turística nas receitas cobradas em 2022	106
Quadro 2.29 – Municípios que em 2022 utilizaram empréstimos ao abrigo do programa FAM	117
Quadro 2.30 – Comparação entre recursos a novos empréstimos e amortização do capital em dívida em 2022	120
Quadro 2.30.A – Comparação entre o volume de novos empréstimos e as amortizações do capital em dívida nos municípios dos Açores	121
Quadro 2.30.M – Comparação entre o volume de novos empréstimos e as amortizações do capital em dívida nos municípios da Madeira	121
Quadro 2.31 – Classificação económica da Despesa municipal	125
Quadro 2.32 – Mapa de Demonstração da Execução Orçamental da Despesa do SNC-AP – Classificação das despesas	126
Quadro 2.33 – Despesa Orçada, Comprometida, Paga e Graus de execução da Despesa	127
Quadro 2.34 – Variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga	127
Quadro 2.35 – Taxas de variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga	128
Quadro 2.36.A – Diferentes Graus de Execução da Despesa para a globalidade dos Municípios dos Açores	131
Quadro 2.37 – Montantes de Despesa Prevista, inicial e corrigida, por natureza económica	136
Quadro 2.38 – Despesa Comprometida desagregada pelas diferentes componentes económicas	136
Quadro 2.39 – Despesa Paga desagregada pelas diferentes componentes económicas	137
Quadro 2.40 – Taxas de Variação da Despesa Paga por diferentes componentes económicas	137
Quadro 2.41 – Estrutura da Despesa Paga por natureza económica	138
Quadro 2.42 – Peso da Despesa Paga em relação aos Compromissos Assumidos, por natureza económica	138
Quadro 2.43 – Obrigações desagregadas pelas diferentes componentes económicas, peso das obrigações nas despesas comprometidas e peso das despesas pagas nas obrigações	139
Quadro 2.44 – Excesso da Despesa sobre a Receita	198
Quadro 2.45 – Indicadores da Despesa e da Receita	203
Quadro 2.46 – Indicadores da Despesa e Receita com base nos compromissos e liquidações	204
Quadro 2.47 – Equilíbrio orçamental	211
Quadro 2.48 – Saldos na Base de Caixa (recebimentos versus pagamentos)	217

Quadro 2.49 – Saldos na Base de Compromissos (liquidações versus compromissos)	218
Quadro 2.50– Saldos de 2022 na Base de Compromissos (liquidações versus compromissos) por Distrito	220
Quadro 3.01 – Informação financeira, patrimonial e económica	225
Quadro 3.02 – Componentes do Ativo do Balanço – POCAL 2012–2019	226
Quadro 3.03 – Componentes do Ativo do Balanço – SNC-AP 2020–2022	227
Quadro 3.04 – Componentes do Ativo Fixo Tangível – SNC-AP 2020–2022	229
Quadro 3.05 – Composição do Imobilizado corpóreo – POCAL 2012–2019	231
Quadro 3.06 – Composição das Dívidas a Receber – POCAL 2012–2019	236
Quadro 3.07 – Composição das Dívidas a Receber – SNC-AP 2020–2022	236
Quadro 3.08 – Disponibilidades (caixa e depósitos) e disponibilidades reais	239
Quadro 3.09 – Composição dos Fundos Próprios – POCAL 2010–2019	242
Quadro 3.10 – Composição do Património Líquido – SNC-AP 2020–2022	242
Quadro 3.11 – Componentes do Passivo do Balanço – SNC-AP 2020–2022	245
Quadro 3.12 – Componentes do Passivo Exigível – 2012–2022	247
Quadro 3.13 – Variação em valor absoluto das componentes do Passivo Exigível	247
Quadro 3.14 – Taxas de variação das componentes do Passivo Exigível	247
Quadro 3.15 – Municípios que recorreram a Empréstimos do Fundo de Apoio Municipal (FAM)	249
Quadro 3.16 – Empréstimos do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)	250
Quadro 3.17 – Empréstimos do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado (PREDE)	251
Quadro 3.18 – Componentes da Dívida a pagar entre 2015 e 2022	251
Quadro 3.19 – Componentes do Passivo eventualmente exigível	266
Quadro 3.20 – Municípios com valor em provisões superior a 5 milhões de euros	267
Quadro 3.21 – Limite à divida total	271
Quadro 3.22 – Indicadores de sinalização de alerta precoce de saneamento financeiro e de recuperação financeira	272
Quadro 3.23 – Outros Indicadores de sinalização de alerta precoce e de recuperação financeira	272
Gráfico 3.05 – Número de Municípios com um Prazo Médio de Pagamentos inferior a 30 dias, entre 30 e 90 dias e superior a 90 dias	279
Quadro 3.24 – Variação do PMP de 2012 a 2022	280
Quadro 3.25 – Gastos, rendimentos e resultados – 2020–2022	285
Quadro 3.26 – Evolução dos custos no período de 2012 a 2019 – POCAL	286
Quadro 3.27 – Evolução dos proveitos durante o período de 2012 a 2019	289
Quadro 3.28– Evolução dos resultados económicos no período de 2012 a 2022	292
Quadro 3.29 – Informação de gastos com pessoal e resultados, por dimensão dos municípios, em 2022	293
Quadro 3.30 – Evolução do indicador EBITDA	298
Quadro 4.01 – Entidades sem informação financeira disponível em 2022	307
Quadro 4.02 – Entidades que se extinguiram em 2022	308
Quadro 4.03 – Número de Entidades do SEL, número das dissolvidas e número de fusões, entre 2012 e 2022	308
Quadro 4.04 – Ativo, Passivo e Capital Próprio das 137 entidades do SEL em 2022 e sua comparação com valores homólogos das 308 autarquias	310
Quadro 4.05 – Evolução do Ativo não corrente das 121 entidades empresariais analisadas	312
Quadro 4.06 – Entidades que apresentam valores superiores a 50 milhões de euros em ativos fixos tangíveis no ano de 2022	313
Quadro 4.07 – Entidades que apresentam valores superiores a 1 milhão de euros em Ativos intangíveis em 2022	314
Quadro 4.08 – Entidades com participações financeiras – MEP (Método de Equivalência Patrimonial) em 2022	315
Quadro 4.09 – Entidades com valores inscritos na rubrica Acionistas/Sócios entre 2012 e 2022	316

Quadro 4.10 – Evolução do Ativo corrente das entidades empresariais	316
Quadro 4.11 – Entidades empresariais com variações positivas superiores a 1 milhão de euros em Caixa e depósitos bancários em 2022	317
Quadro 4.12 – Entidades empresariais com variações negativas superiores a 500 mil euros em Clientes, contribuintes e utentes em 2022	318
Quadro 4.13 – Entidades empresariais com variações negativas superiores a -1 milhão de euros em Outras contas a receber em 2022	319
Quadro 4.14 – Evolução do Capital próprio	321
Quadro 4.15 – Estrutura e variação do Passivo entre 2012 e 2022	323
Quadro 4.16 – Passivo não corrente (médio e longo prazo) das entidades empresariais entre 2012 e 2022	324
Quadro 4.17 – Entidades com diminuição de valor em Financiamentos obtidos de MLP em 2022	325
Quadro 4.18 – Evolução do Passivo corrente das entidades empresariais	327
Quadro 4.19 – Entidades com maior aumento no item Financiamentos obtidos do Passivo corrente entre 2021 e 2022	327
Quadro 4.20 – Desagregação dos rendimentos e gastos das entidades empresariais pelas suas diferentes componentes (121 entidades)	332
Quadro 4.21 – Total dos rendimentos e gastos antes de impostos das entidades empresariais (121 entidades)	332
Quadro 4.22 – Evolução da situação económica das entidades empresariais (121 entidades)	333
Quadro 4.23 – Entidades em processo de dissolução	337
Quadro 4.24 – Número de entidades do SEL em incumprimento do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012	337
Quadro 4.25 – Entidades em incumprimento relativamente a mais do que uma das alíneas do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012 337	337
Quadro 4.26 – Entidades cujas vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios (alínea a))	338
Quadro 4.27 – Entidades cujo peso dos subsídios à exploração foi superior a 50% das suas receitas, nos últimos três anos (alínea b))	338
Quadro 4.28 – Entidades com Resultado operacional antes de depreciações negativo nos últimos três anos (alínea c))	338
Quadro 4.29 – Entidades com resultado líquido do período negativo nos últimos três anos (alínea d))	338
Quadro 4.30 – Mapa dos SM´s e respetivas competências	339
Quadro 4.31 – Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados e dos municípios a que correspondem – 2022	341
Quadro 4.32 – Evolução do Ativo dos Serviços Municipalizados entre 2012 e 2019	342
Quadro 4.33 – Estrutura das dívidas a receber dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2022	344
Quadro 4.34 – Evolução das dívidas a receber dos Serviços Municipalizados de 2012 a 2019	345
Quadro 4.35 – Componentes do Património Líquido dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2022	346
Quadro 4.36 – Evolução dos Fundos próprios dos Serviços Municipalizados de 2012 a 2019	346
Quadro 4.37 – Componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2022	348
Quadro 4.38 – Evolução do Passivo dos Serviços Municipalizados de 2012 a 2019	349
Quadro 4.39 – Passivo exigível dos Serviços Municipalizados	351
Quadro 4.40 – Gastos, rendimentos e resultados dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2022	352
Quadro 4.41 – Evolução dos Gastos dos Serviços Municipalizados de 2012 a 2019	355
Quadro 4.42 – Evolução dos Rendimentos dos Serviços Municipalizados de 2012 a 2019	357
Quadro 4.43 – Informação sobre estrutura económica – 2022	358
Quadro 4.45 – Serviços Municipalizados com Resultados económicos positivos – 2022	359
Quadro 4.46 – Serviços Municipalizados com Resultados económicos negativos – 2022	359
Quadro 5.01 – Indicadores selecionados para ranking global da situação financeira dos municípios	362
Quadro.5.02 – municípios por intervalos no Prazo Médio de Pagamentos	368
Quadro 5.03 – Distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida para o Ranking Global 375	375
Quadro 5.04 – Distribuição dos municípios, por Distrito, integrados na lista dos 100 melhores classificados globalmente	379

RANKING

R1-Municípios que apresentam maior Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2022	37
R2 – Municípios que apresentam menor Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2022	38
R2.A – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. dos Açores – 2022	39
R2.M – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. da Madeira – 2022	39
R2.D – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Distritos – 2022	40
R3 – Municípios com maior volume da receita cobrada em 2022	51
R3.A – Volume da receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2022	52
R3.M – Volume da receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira, em 2022	53
R3.D – Volume da receita cobrada pelos Distritos e Regiões, em 2022	54
R4 – Municípios com menor volume da receita cobrada em 2022	56
R5 – Municípios que, em 2022, apresentaram maior peso de receitas provenientes de receita fiscal, no total da receita cobrada	70
R5.A – Peso das receitas provenientes de receita fiscal no total da receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores	72
R5.M – Peso das receitas provenientes de receita fiscal no total da receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira	73
R6 – Municípios que em 2022 apresentaram maior valor de receita fiscal	74
R7 – Municípios com maior receita cobrada de IMI em 2022	84
R7.A – Receita cobrada de IMI dos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2022	85
R7.M – Receita cobrada de IMI dos Municípios da Região Autónoma da Madeira em 2022	86
R8 – Municípios com maior diminuição da coleta de IMI em 2022	87
R9 – Municípios com maior aumento da coleta de IMI em 2022	89
R10– Municípios com menor receita cobrada de IMI em 2022	90
R11 – Municípios com maior receita cobrada de IMT em 2022 e respetivo peso na receita total	93
R11.A – Receita de IMT cobrada pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2022 e respetivo peso na receita total	94
R11.M – Receita de IMT cobrada pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira em 2022 e respetivo peso na receita total	95
R12 – Municípios com menor receita cobrada de IMT em 2022 e respetivo peso na receita total	97
R13 – Municípios com maior receita de Derrama cobrada em 2022	100
R14 – Municípios com maior receita de IUC cobrada em 2022	101
R15 – Municípios com menor receita de IUC cobrada em 2022	102
R16 – Municípios com maior receita de taxas, multas e outras penalidades cobrada em 2022	104
R17 – Municípios com menor receita de Taxas multas e outras penalidades cobrada em 2022	105
R18 – Municípios com maior volume da receita cobrada na venda de bens duradouros em 2022	108
R18.A – Volume da receita cobrada na venda de bens duradouros, em 2022, pelos municípios dos Açores	110
R18.M – Volume da receita cobrada na venda de bens duradouros em 2022 pelos municípios da Madeira	110
R19 – Municípios com maior volume de receita de venda de bens e serviços correntes em 2022	112
R19.A – Volume de receita da venda de bens e serviços correntes em 2022 pelos municípios dos Açores	114
R19.M – Volume de receita da venda de bens e serviços corrente em 2022 pelos municípios da Madeira	115
R20 – Municípios com maior volume de Passivos Financeiros (contração de empréstimos bancários) em 2022	118
R20.A – Volume de Passivos Financeiros registado em 2022 pelos municípios dos Açores	119
R20.M – Volume de Passivos Financeiros registado em 2022 pelos municípios da Madeira	120
R21 – Municípios com maior diferença positiva entre amortização de empréstimos e novos empréstimos	122
R22 – Municípios com maior diferença negativa entre o valor da amortização de empréstimos e o valor de novos empréstimos	124
R23 – Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em 2022	141

R24 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em 2022	143
R23.D – Despesa paga pelos Distritos, em 2022	145
R25 – Municípios com maior peso de pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais em 2022	148
R26 – Municípios com menor peso de pagamentos da despesa com pessoal na despesa total em 2022	150
R25.A – Peso de pagamentos da despesa com pessoal paga na despesa total nos municípios da Região Autónoma dos Açores	152
R25.M – Peso de pagamentos da despesa com pessoal paga na despesa total nos municípios da Região Autónoma da Madeira	152
R27 – Municípios com maior volume de despesa com pessoal paga no ano de 2022	153
R27.D – Volume de despesa com pessoal paga no ano de 2022 por Distrito	157
R28 – Municípios com menor volume pago em despesa com pessoal em 2022 155	155
R29 – Municípios com maior volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes em 2022	159
R30 – Municípios com menor volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes em 2022	160
R29.D – Volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes em 2022 por Distrito 162	163
R31 – Municípios com maior volume de investimento pago em 2022	164
R32 – Municípios com menor volume de investimento pago em 2022	166
R31.D – Volume de investimento pago em 2022 por Distrito	168
R33 – Municípios que apresentam maior volume de despesas pagas em transferências correntes, de capital e subsídios em 2022	170
R34 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em transferências correntes, de capital e subsídios em 2022	172
R35 – Municípios com maior volume despesa paga em aquisição de bens de capital e em transferências de capital – 2014 a 2022	175
R35.D – Volume despesa paga em aquisição de bens de capital e em transferências de capital por Distrito – 2014 a 2022	176
R36 – Municípios com maior volume de pagamentos de amortizações de empréstimos (passivos financeiros) em 2022	178
R36.A – Montante de amortizações pagas – passivos financeiros – pelos municípios da Região Autónoma dos Açores em 2022	180
R36.M – Montante de amortizações pagas – passivos financeiros – pelos municípios da Região Autónoma da Madeira em 2022	181
R37 – Municípios com menor volume de pagamentos de amortizações de empréstimos – passivos financeiros – em 2022	182
R38 – Municípios com maior volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2022	185
R39 – Municípios com menor volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2022	187
R40 – Municípios com maior volume total de despesa paga em juros entre 2014 e 2022 e simulação desse custo por habitante	189
R41 – Municípios com menor volume total de despesa paga em juros entre 2014 e 2022 e simulação desse custo por habitante	190
R42 – Municípios com maior volume de Orçamento inicial em 2022	192
R43 – Municípios com menor volume de Orçamento inicial em 2021	193
R44 – Municípios com maior aumento do Orçamento inicial em 2022	195
R45 – Municípios com maior diminuição do Orçamento inicial em 2022	196
R46 – Municípios com maior diferença NEGATIVA entre o grau de execução de receitas liquidadas e o grau de execução de despesas comprometidas	205
R46.M – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de despesas comprometidas – municípios da R.A. da Madeira	208
R47 – Municípios com maior diferença positiva entre o Grau de execução de receita liquidada e o Grau de execução da despesa comprometida	209
R48 – Municípios com maior equilíbrio orçamental em 2022	212
R49 – Municípios com menor equilíbrio orçamental em 2022	214
R50 – Municípios em desequilíbrio orçamental admitido pelo art.º 40º do RFALEI, calculado nos termos do artigo 83º da mesma Lei	215
R51 – Municípios cujo saldo corrente deduzido das amortizações apresenta valor negativo superior a 5% das receitas correntes	215
R49 – Municípios com maior valor de Ativos Fixos Tangíveis – 2022	233
R50 – Municípios com maior valor de Participações Financeiras em 2022	235

R51 – Municípios com maior valor de dívidas a receber em 2022	238
R52 – Municípios com maior volume de disponibilidades reais em 2022	240
R53 – Municípios com menor valor no Passivo Exigível referenciados pelo ano de 2022	252
R54 – Municípios com maior valor no Passivo Exigível referenciados pelo ano de 2022	254
R54.A – Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma dos Açores, ordenados pelo valor de 2022	256
R54M – Passivo Exigível dos municípios da R.A. da Madeira ordenados pelo valor do ano de 2022 256	257
R54.D – Passivo Exigível dos Distritos, ordenados pelo valor de 2022 258	257
R55 – Passivo Exigível dos Distritos, ordenados pelo valor de 2022 259	259
R56 – Municípios com maior diminuição do Passivo Exigível em 2022	261
R56.A – Variação do Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma dos Açores em 2022	263
R56.M – Variação do Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma da Madeira em 2022	264
R56.D – Variação do Passivo Exigível dos Distritos em 2022	265
R57 – Municípios com melhor índice de dívida total	275
R58– Municípios com índice de dívida total superior a 1,5 da média da receita corrente dos três anos anteriores	276
R58.A – Índice de dívida total dos municípios da Região Autónoma dos Açores	277
R58.M – Índice de dívida total dos municípios da Região Autónoma da Madeira	277
R59 – Municípios com menor Prazo Médio de Pagamentos	281
R60 – Municípios com maior Prazo Médio de Pagamentos	283
R61 – Municípios com maiores resultados económicos líquidos em 2022	294
R62 – Municípios com menores resultados económicos líquidos em 2022	296
R63 – Municípios com melhor EBITDA em 2022	299
R64 – Municípios com pior EBITDA em 2022	300
R65 – Entidades do SEL com menor Passivo exigível em 2022	329
R66 – Entidades do SEL com maior Passivo exigível em 2022	330
R67 – Entidades com melhor resultado económico em 2022	334
R68 – Entidades com mais fraco resultado económico em 2022	335
R.69.A – 20 municípios com melhor índice de liquidez	363
R.69.B – 20 municípios com melhor Resultado Operacional	364
R.69.C – 20 municípios com menor Peso do Passivo Exigível no Ativo	365
R.69.D – 20 municípios com menor Passivo por habitante	366
R.69.E – 20 municípios com melhor grau de cobertura das despesas	367
R.69.F – 20 municípios com maior grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos	369
R.69.G – 20 municípios com menor índice de dívida total do município	371
R.69.H – 20 municípios com melhor Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos	373
R.69. I – 20 municípios com melhor índice de impostos por habitante	374
R70.A – Ranking Global dos municípios de grande dimensão na lista dos 100 melhores classificados globalmente	376
R70.B – Ranking Global dos municípios de média dimensão na lista dos 100 melhores classificados globalmente	377
R70.C – Ranking Global dos municípios de pequena dimensão integrados na lista dos 100 melhores classificados globalmente	378
R71.A – Ranking Global dos municípios do Distrito de Aveiro com melhor pontuação global	380
R71.B – Ranking Global dos municípios do Distrito de Beja com melhor pontuação global	380
R71.C – Ranking Global dos municípios do Distrito de Braga com melhor pontuação global	380
R71.D – Ranking Global dos municípios do Distrito de Bragança melhor pontuação global	380
R71.E – Ranking Global dos municípios do Distrito de Castelo Branco com melhor pontuação global	380

R71.F – Ranking Global dos municípios do Distrito de Coimbra com melhor pontuação global	380
R71.G – Ranking Global dos municípios do Distrito de Évora com melhor pontuação global	381
R71.H – Ranking Global dos municípios do Distrito de Faro com melhor pontuação global	381
R71.I – Ranking Global dos municípios do Distrito de Guarda com melhor pontuação global	381
R71.J – Ranking Global dos municípios do Distrito de Leira com melhor pontuação global	381
R71.K – Ranking Global dos municípios do Distrito de Lisboa com melhor pontuação global	381
R71.L – Ranking Global dos municípios do Distrito de Portalegre com melhor pontuação global	382
R71.M – Ranking Global dos municípios do Distrito de Porto com melhor pontuação global	382
R71.N – Ranking Global dos municípios do Distrito de Santarém com melhor pontuação global	382
R71.O – Ranking Global dos municípios do Distrito de Setúbal com melhor pontuação global	383
R71.P – Ranking Global dos municípios do Distrito de Viana do Castelo com melhor pontuação global	383
R71.Q_– Ranking Global dos municípios do Distrito de Vila Real com melhor pontuação global	383
R71.R – Ranking Global dos municípios do Distrito de Viseu com melhor pontuação global	383
R71.S – Ranking Global dos municípios da Região Autónoma dos Açores com melhor pontuação global	383
R71.T – Ranking Global dos municípios da Região Autónoma da Madeira com melhor pontuação global	383

Introdução

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses agora publicado apresenta uma análise económica e financeira das contas dos 308 municípios relativas ao exercício económico de 2022, incluindo ainda uma análise detalhada do setor empresarial local.

Com esta publicação concretiza-se o décimo nono anuário financeiro dos Municípios Portugueses, completando o período de 2003 a 2022, envolvendo seis mandatos dos órgãos eleitos.

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2022 é da responsabilidade do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), coordenado por Maria José Fernandes, membro do CICF, tendo ainda como autores, Pedro Camões, da Universidade de Aveiro e Susana Jorge da Universidade de Coimbra e membro ao Centro de Investigação em Ciência Política (CICP) da Universidade do Minho.

Este décimo nono Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses analisa as contas individuais da totalidade dos municípios Portugueses (308), de 137 empresas municipais (de um total de 155) e dos 24 serviços municipalizados (de um total de 24). Assim, o estudo analisa todos os municípios portugueses, uma amostra de 88% das empresas municipais e 100% dos serviços municipalizados.

Tendo-se aplicado aos municípios o Plano Oficial de Contabilidade Pública das Autarquias Locais (POCAL) até dezembro de 2019, este é o terceiro Anuário em que a análise das contas individuais dos municípios e dos serviços municipalizados é apresentada em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). O SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, entrou em vigor em 01/01/2020 nas autarquias locais e altera de forma significativa a contabilidade financeira e respetivos mapas, aproximando-se do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aplicado às empresas. Em termos da análise realizada no Anuário, o seu impacto foi menor na análise da execução orçamental, permitindo a comparação com dados de anos anteriores apresentados com base no POCAL, e maior na análise da situação financeira, apresentada no capítulo 3.

Os dados foram obtidos através da consulta dos websites das entidades referidas, onde, nos termos da lei, estas devem disponibilizar os documentos de prestação de contas. Foram também disponibilizados pelo Tribunal de contas, que há vários anos colabora nesta publicação e cujo apoio tem sido fundamental, e alguns documentos de prestação de contas foram ainda enviados diretamente para nós pelos municípios e serviços municipalizados.

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses encontra-se organizado em seis capítulos:

- NO CAPÍTULO 1 apresenta-se o setor local, seguindo-se a caracterização geral dos municípios portugueses, sua tipologia, e efetua-se uma análise comparada do peso dos municípios portugueses com vários países da União Europeia. Neste capítulo é ainda apresentada a análise da independência financeira dos 308 municípios.
- NO CAPÍTULO 2 procede-se à análise da execução orçamental, apresentando-se um conjunto de rankings sobre a execução da despesa e da receita, estabelecendo-se, em alguns casos, comparações com os anos anteriores.
- No CAPÍTULO 3 procede-se à análise da situação económico financeira dos municípios, este ano apresentada pela terceira vez em conformidade com o SNC-AP. Em termos de análise comparativa com exercícios anteriores, considerando que a maioria dos municípios não fez a reexpressão da informação financeira de 2019 em base SNC-AP, a comparação dos valores de 2020 a 2022 com os de exercícios anteriores é apresentada através de uma mera conversão dos saldos para contas e rubricas das demostrações financeiras de acordo com o SNC-AP. São também apresentados alguns rankings, estabelecendo-se, em alguns casos, comparações com o posicionamento em anos anteriores. É também analisado o limite à dívida total dos municípios, nos termos da legislação em vigor.
- No CAPÍTULO 4 procede-se à análise da situação económico financeira das empresas do setor empresarial local e dos serviços municipalizados, estabelecendo-se comparações com os anos de 2012 a 2022, sendo também analisado o impacto da aplicação do artigo 62º da Lei 50/2012, de 31 de agosto ao período em análise.
- No CAPÍTULO 5 é apresentado um ranking dos municípios melhor posicionados no ano de 2022, considerando a perspetiva da gestão acumulada, tendo sido utilizados 10 indicadores que resultaram na apresentação do Ranking Global.
- No CAPÍTULO 6 apresentam-se as principais conclusões do desempenho financeiro e orçamental dos municípios e do setor empresarial local para o exercício económico de 2022.
- O presente documento termina com uma secção composta por dois anexos:
- ANEXO I – Dados económicos e financeiros do Municípios, Empresas Municipais e Serviços Municipalizados, 2022.
- ANEXO II – Evolução da situação financeira por município (entre 2006 e 2022). Este anexo apresenta um gráfico por cada município considerando diversas variáveis, nomeadamente: orçamento corrigido, despesas comprometidas, receitas cobradas líquidas,

CAPÍTULO 1:
O setor local e os municípios portugueses

1.1. O Setor Local

O setor público português assegura a sua missão de produção, prestação e alocação de bens e serviços aos cidadãos, estando, para esse fim, estruturado em vários subsetores (formas organizacionais) com diferentes enquadramentos jurídico-institucionais. O Setor Público Administrativo (SPA) – o Estado no sentido lato – corresponde à maior componente do setor público e assegura as funções de redistribuição de rendimentos, afetação de recursos e estabilização macroeconómica, através da provisão de bens e serviços públicos.

A organização democrática do Estado português compreende a existência de autarquias locais. O princípio da autonomia do poder local está consagrado no art.º 6.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), indicando as coordenadas em que o mesmo se materializa na parte respeitante à organização do poder político e sob a epígrafe "Poder Local". Assim, "a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais" (art.º 235.º), estando estas definidas como "pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas" (art.º 236.º), sendo que "no continente, as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas", enquanto "as regiões autónomas compreendem freguesias e municípios".

A atuação das autarquias locais rege-se, segundo o quadro de atribuições e competências (Lei nº 75/2013, de 12 de setembro), por um conjunto de princípios que garantem a sua autonomia jurídica e institucional na prossecução dos seus objetivos e na gestão dos seus recursos. A CRP estabelece o princípio da autonomia do poder local no seu art.º 6.º e a Carta Europeia de Autonomia Local define-o como a "capacidade efetiva de as autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, e sob sua responsabilidade e no interesse das respetivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos" (art.º 3.º). As autarquias locais são responsáveis pela gestão dos recursos públicos locais visando os interesses das respetivas populações.

1.2. Freguesias

A freguesia é a autarquia local de menor dimensão que, através órgãos representativos eleitos, visa a prossecução de interesses próprios da população residente numa subdivisão do concelho com o mesmo nome. Não obstante a sua grande importância histórica, a relevância do ponto de vista político, económico, administrativo e financeiro, a freguesia não equivale à do município. A reorganização

administrativa territorial autárquica, concretizada através da Lei nº 22/2012, de 30 de maio, resultou num processo de extinção e/ou fusão que originou a criação de uniões de freguesias, em que desapareceram 1.068 das 4.159 até então existentes, passando o país a ter 3.091 freguesias ou união de freguesias. Legalmente, "a freguesia criada por efeito da agregação constitui uma nova pessoa coletiva territorial, dispõe de uma única sede e integra o património, os recursos humanos, os direitos e as obrigações das freguesias agregadas" (art.º 9º, nº2).

Assim, atualmente existem em Portugal 3.091 freguesias, das quais 2.882 no Continente, 155 nos Açores e 54 na Madeira. As freguesias possuem atribuições nos seguintes domínios (art.º 7.º, n.º 2 do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):

- Equipamento rural e urbano;
- Abastecimento público;
- Educação;
- Cultura, tempos livres e desporto;
- Cuidados primários de saúde;
- Ação social;
- Proteção civil;
- Ambiente e salubridade;
- Desenvolvimento;
- Ordenamento rural e urbano;
- Proteção da comunidade.

A mesma lei (art.º 5.º) define que os órgãos de governo da freguesia são a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia.

A Assembleia de Freguesia corresponde ao órgão deliberativo, ou seja, o órgão que define as orientações de plano e execução relativas à freguesia. Entre outras, compete-lhe acompanhar a atividade da Junta de Freguesia, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento e apreciar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas que refletem o comportamento financeiro da freguesia (art.º 9.º).

A **Junta de Freguesia é o órgão executivo da freguesia**, isto é, o órgão responsável pela gestão corrente dos seus assuntos. Entre outras funções compete-lhe executar as deliberações do órgão deliberativo, elaborar e executar as opções do plano e a proposta de orçamento e elaborar e aprovar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas (art.º 16.º).

1.3. Municípios

Legalmente definidos como autarquias locais que visam a prossecução de interesses próprios da população residente na circunscrição concelhia mediante órgãos representativos eleitos, os municípios adquiriram ao longo do tempo uma grande importância histórica, política, económica, administrativa, financeira e jurídica, revelando-se de primordial importância no contexto das políticas públicas locais.

Atualmente os municípios possuem atribuições nos seguintes domínios (art.º 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):

- Equipamento rural e urbano;
- Energia;
- Transportes e comunicações;
- Educação;
- Património, cultura e ciência;
- Tempos livres e desporto;
- Saúde;
- Ação social;
- Habitação;
- Proteção civil;
- Ambiente e saneamento básico;
- Defesa do consumidor;
- Promoção do desenvolvimento;
- Ordenamento do território e urbanismo;
- Polícia municipal;
- Cooperação externa

A definição destas atribuições tem subjacente a concretização de um conjunto de princípios de onde se releva o princípio da subsidiariedade (art.º 4º) , ou seja, a prossecução das funções de interesse local pelo nível de governo mais próximo da população que, naturalmente, conhece melhor os seus problemas e necessidades, o qual sustenta a crescente transferência de atribuições e competências da Administração Central para os municípios.

Tendo em conta a organização dos municípios e o respetivo quadro de competências, a lei prevê a existência de órgãos locais próprios: a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal constitui o órgão deliberativo do município, ou seja, o órgão que define as orientações do respetivo município. Entre outras, compete à Assembleia Municipal acompanhar a atividade da Câmara Municipal, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, e apreciar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas que refletem o comportamento financeiro do município (art.º 25.º).

A Câmara Municipal é o órgão de execução das políticas públicas decididas pela Assembleia Municipal. Entre outras funções, e para além de executar as deliberações do órgão deliberativo, elabora e executa as opções do plano e o orçamento e é responsável pela elaboração e apresentação à Assembleia Municipal do relatório de atividades e os documentos de prestação de contas (art.º 33.º). A Câmara Municipal é constituída pelo Presidente da Câmara e por Vereadores cujo número varia consoante o número de eleitores do respetivo município.

Analogamente ao que ocorre na Administração Central, na Administração Local coexiste um setor administrativo com outros subsetores, como os serviços municipalizados e, mais recentemente, o **Setor Empresarial Local (SEL)**. Este último é composto essencialmente por empresas públicas municipais e intermunicipais que são sociedades comerciais de direito privado (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto) mas de utilidade pública.

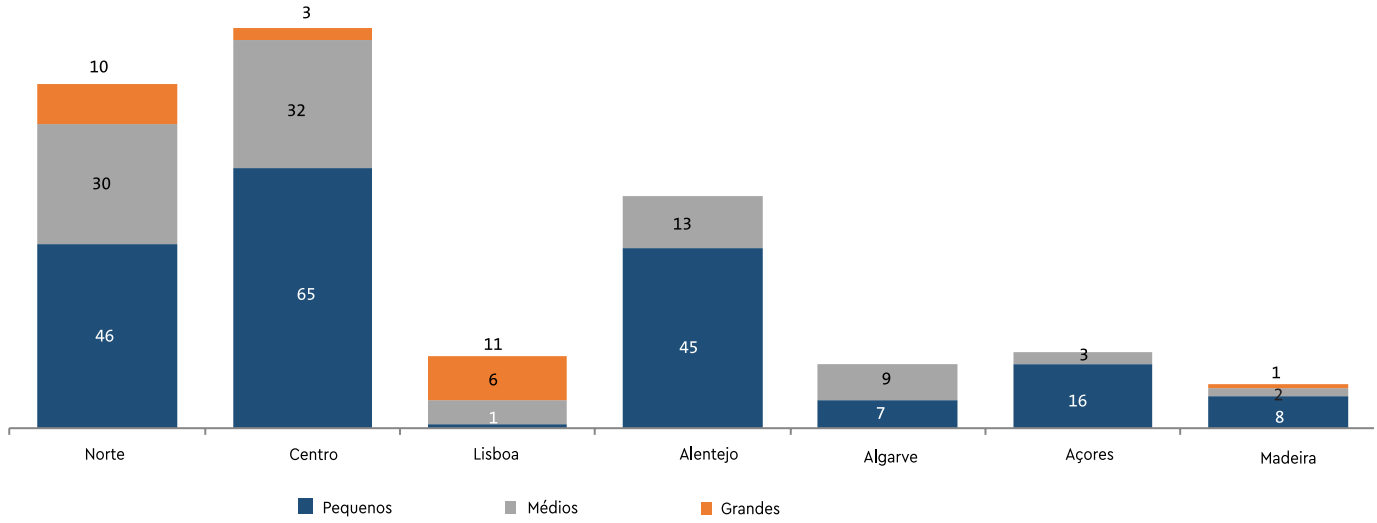
Atualmente, existem em Portugal 308 municípios dos quais 278 no Continente e 30 nas Regiões Autónomas (19 nos Açores e 11 na Madeira). O critério mais usado para classificar os municípios quanto à sua dimensão é o que tem em conta o número de habitantes. Tal como nas edições anteriores, para efeitos de análise, os municípios portugueses foram agrupados em três categorias distintas quanto à sua dimensão em número de habitantes:

- Municípios Pequenos – com população inferior ou igual a 20 000 habitantes;
- Municípios Médios – com população superior a 20 000 habitantes e inferior ou igual a 100 000 habitantes;
- Municípios Grandes – com população superior a 100 000 habitantes.

Considerando esta categorização, o número de municípios portugueses em 2022, tendo por base o nº de habitantes publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) distribuiu-se da seguinte forma:

Pequenos < 20 000	Médios 20 000 > <100 000	Grandes > 100 000
188 Municípios	95 Municípios	25 Municípios
Corvo (432 habitantes)		Lisboa (548 703 habitantes)

Gráfico 1.01 – Os Municípios Portugueses, por dimensão e região NUTS II



Quadro 1.01 – Caracterização das regiões NUTS II, considerando a dimensão dos municípios

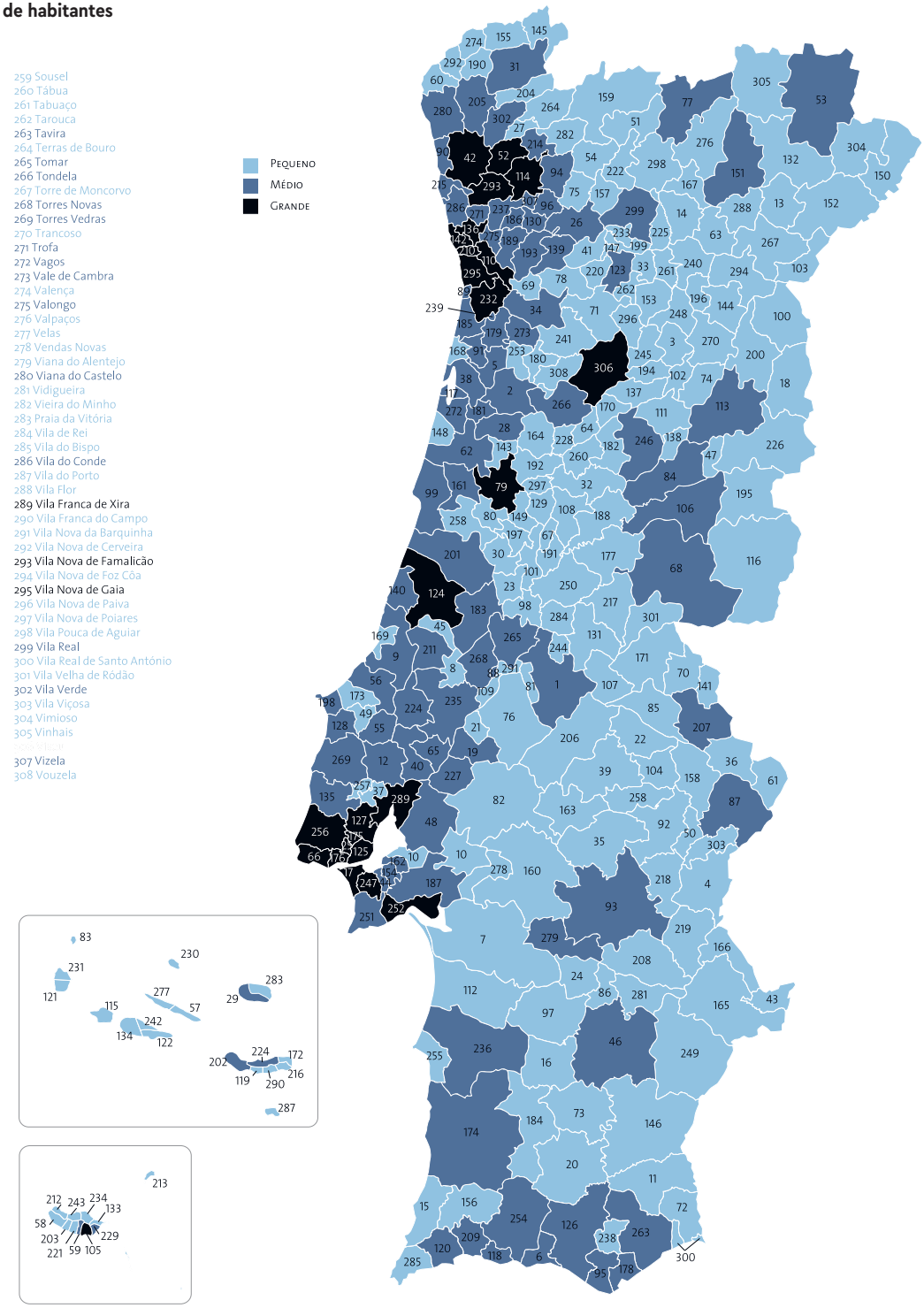
Percentagem	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Pequenos	53%	65%	6%	78%	44%	84%	73%
Médios	35%	32%	33%	22%	56%	16%	18%
Grandes	12%	3%	61%	0%	0%	0%	9%

A análise conjunta dos Gráfico 1.01 e Quadro 1.01, permite verificar que é no Alentejo, no Centro e nas ilhas que os municípios de pequena dimensão têm maior peso. De facto, 73% (8 em 11) dos municípios da Região Autónoma da Madeira e 84% (16 em 19) dos municípios da Região Autónoma dos Açores são de pequena dimensão, assim como 78% (45 em 58) dos municípios do Alentejo e 65% (65 em 100) dos municípios do Centro. Em contrapartida, na Região de Lisboa os pequenos municípios representam apenas 6% (1 em 18) dos municípios da região, concentrando-se nesta Região 61% dos municípios e grande dimensão.

Na Figura 1 apresenta-se o mapa de Portugal identificando as tipologia dos municípios.

Figura 1 – Distribuição dos municípios por dimensão, medida em nº de habitantes

1 Abrantes
2 Águeda
3 Aguiar da Beira
4 Alandroal
5 Albergaria-a-Velha
6 Albufeira
7 Alcácer do Sal
8 Alcanena
9 Alcobaça
10 Alcochete
11 Alcoutim
12 Alenquer
13 Alfândega da Fé
14 Alijó
15 Aljezur
16 Aljustrel
17 Almada
18 Almeida
19 Almeirim
20 Almodôvar
21 Alpiarça
22 Alter do Chão
23 Alvaiázere
24 Alvito
25 Amadora
26 Amarante
27 Amares
28 Anadia
29 Angra do Heroísmo
30 Ansião
31 Arcos de Valdevez
32 Arganil
33 Armamar
34 Arouca
35 Arraiolos
36 Arronches
37 Arruda dos Vinhos
38 Aveiro
39 Avis
40 Azambuja
41 Baião
42 Barcelos
43 Barrancos
44 Barreiro
45 Batalha
46 Beja
47 Belmonte
48 Benavente
49 Bombarral
50 Borba
51 Boticas
52 Braga
53 Bragança
54 Cabeceiras de Basto
55 Cadaval
56 Caldas da Rainha
57 Calheta (R. A. A.)
58 Calheta (R. A. M.)
59 Câmara de Lobos
60 Caminha
61 Campo Maior
62 Cantanhede
63 Carrazeda de Ansiães
64 Carregal do Sal
65 Cartaxo
66 Cascais
67 Castanheira de Pêra
68 Castelo Branco
69 Castelo de Paiva
70 Castelo de Vide
71 Castro Daire
72 Castro Marim
73 Castro Verde
74 Celorico da Beira
75 Celorico de Basto
76 Chamusca
77 Chaves
78 Cinfães
79 Coimbra
80 Condeixa-a-Nova
81 Constância
82 Coruche
83 Corvo
84 Covilhã
85 Crato
86 Cuba
87 Elvas
88 Entroncamento
89 Espinho
90 Esposende
91 Estarreja
92 Estremoz
93 Évora
94 Fafe
95 Faro
96 Felgueiras
97 Ferreira do Alentejo
98 Ferreira do Zêzere
99 Figueira da Foz
100 Figueira de Castelo Rodrigo
101 Figueiró dos Vinhos
102 Fornos de Algodres
103 Freixo de Espada à Cinta
104 Fronteira
105 Funchal
106 Fundão
107 Gavião
108 Góis
109 Golegã
110 Gondomar
111 Gouveia
112 Grândola
113 Guarda
114 Guimarães
115 Horta
116 Idanha-a-Nova
117 Ílhavo
118 Lagoa (Algarve)
119 Lagoa (R.A.A)
120 Lagos
121 Lajes das Flores
122 Lajes do Pico
123 Lamego
124 Leiria
125 Lisboa
126 Loulé
127 Loures
128 Lourinhã
129 Lousã
130 Lousada
131 Mação
132 Macedo de Cavaleiros
133 Machico
134 Madalena
135 Mafra
136 Maia
137 Mangualde
138 Manteigas
139 Marco de Canaveses
140 Marinha Grande
141 Marvão
142 Matosinhos
143 Mealhada
144 Meda
145 Melgaço
146 Mértola
147 Mesão Frio
148 Mira
149 Miranda do Corvo
150 Miranda do Douro
151 Mirandela
152 Mogadouro
153 Moimenta da Beira
154 Moita
155 Monção
156 Monchique
157 Mondim de Basto
158 Monforte
159 Montalegre
160 Montemor-o-Novo
161 Montemor-o-Velho
162 Montijo
163 Mora
164 Mortágua
165 Moura
166 Mourão
167 Murça
168 Murtosa
169 Nazaré
170 Nelas
171 Nisa
172 Nordeste
173 Óbidos
174 Odemira
175 Odivelas
176 Oeiras
177 Oleiros
178 Olhão
179 Oliveira de Azeméis
180 Oliveira de Frades
181 Oliveira do Bairro
182 Oliveira do Hospital
183 Ourém
184 Ourique
185 Ovar
186 Paços de Ferreira
187 Palmela
188 Pampilhosa da Serra
189 Paredes
190 Paredes de Coura
191 Pedrógão Grande
192 Penacova
193 Penafiel
194 Penalva do Castelo
195 Penamacor
196 Penedono
197 Penela
198 Peniche
199 Peso da Régua
200 Pinhel
201 Pombal
202 Ponta Delgada
203 Ponta do Sol
204 Ponte da Barca
205 Ponte de Lima
206 Ponte de Sor
207 Portalegre
208 Portel
209 Portimão
210 Porto
211 Porto de Mós
212 Porto Moniz
213 Porto Santo
214 Póvoa de Lanhoso
215 Póvoa de Varzim
216 Povoação
217 Proença-a-Nova
218 Redondo
219 Reguengos de Monsaraz
220 Resende
221 Ribeira Brava
222 Ribeira de Pena
223 Ribeira Grande
224 Rio Maior
225 Sabrosa
226 Sabugal
227 Salvaterra de Magos
228 Santa Comba Dão
229 Santa Cruz
230 Santa Cruz da Graciosa
231 Santa Cruz das Flores
232 Santa Maria da Feira
233 Santa Marta de Penaguião
234 Santana
235 Santarém
236 Santiago do Cacém
237 Santo Tirso
238 São Brás de Alportel
239 São João da Madeira
240 São João da Pesqueira
241 São Pedro do Sul
242 São Roque do Pico
243 São Vicente
244 Sardoal
245 Sátão
246 Seia
247 Seixal
248 Sernancelhe
249 Serpa
250 Sertã
251 Sesimbra
252 Setúbal
253 Sever do Vouga
254 Silves
255 Sines
256 Sintra
257 Sobral de Monte Agraço
258 Soure
259 Sousel
260 Tábua
261 Tabuaço
262 Tarouca
263 Tavira
264 Terras de Bouro
265 Tomar
266 Tondela
267 Torre de Moncorvo
268 Torres Novas
269 Torres Vedras
270 Trancoso
271 Trofa
272 Vagos
273 Vale de Cambra
274 Valença
275 Valongo
276 Valpaços
277 Velas
278 Vendas Novas
279 Viana do Alentejo
280 Viana do Castelo
281 Vidigueira
282 Vieira do Minho
283 Vila de Rei
284 Vila do Bispo
285 Vila do Conde
286 Vila do Porto
287 Vila Flor
289 Vila Franca de Xira
290 Vila Franca do Campo
291 Vila Nova da Barquinha
292 Vila Nova de Cerveira
293 Vila Nova de Famalicão
294 Vila Nova de Foz Côa
295 Vila Nova de Gaia
296 Vila Nova de Paiva
297 Vila Nova de Poiares
298 Vila Pouca de Aguiar
299 Vila Real
300 Vila Real de Santo António
301 Vila Velha de Ródão
302 Vila Verde
303 Vila Viçosa
304 Vimioso
305 Vinhais
306 Vila Real
307 Vizela
308 Vouzela



1.4. Caracterização geral e importância financeira dos Municípios portugueses no contexto europeu

Como se mostra no Quadro 1.02, a dimensão média dos municípios portugueses, relativamente à população residente é superior à da maioria dos países europeus. **Em termos de população, a média portuguesa (33,4 mil habitantes)** é superior à média dos países europeus (28, 9 mil habitantes) e aproximada aos valores da Grécia, Suécia e Holanda sendo largamente ultrapassada apenas, pela Dinamarca, Irlanda e Reino Unido.

Quadro 1.02 – Caracterização dos Municípios Portugueses em perspetiva comparada

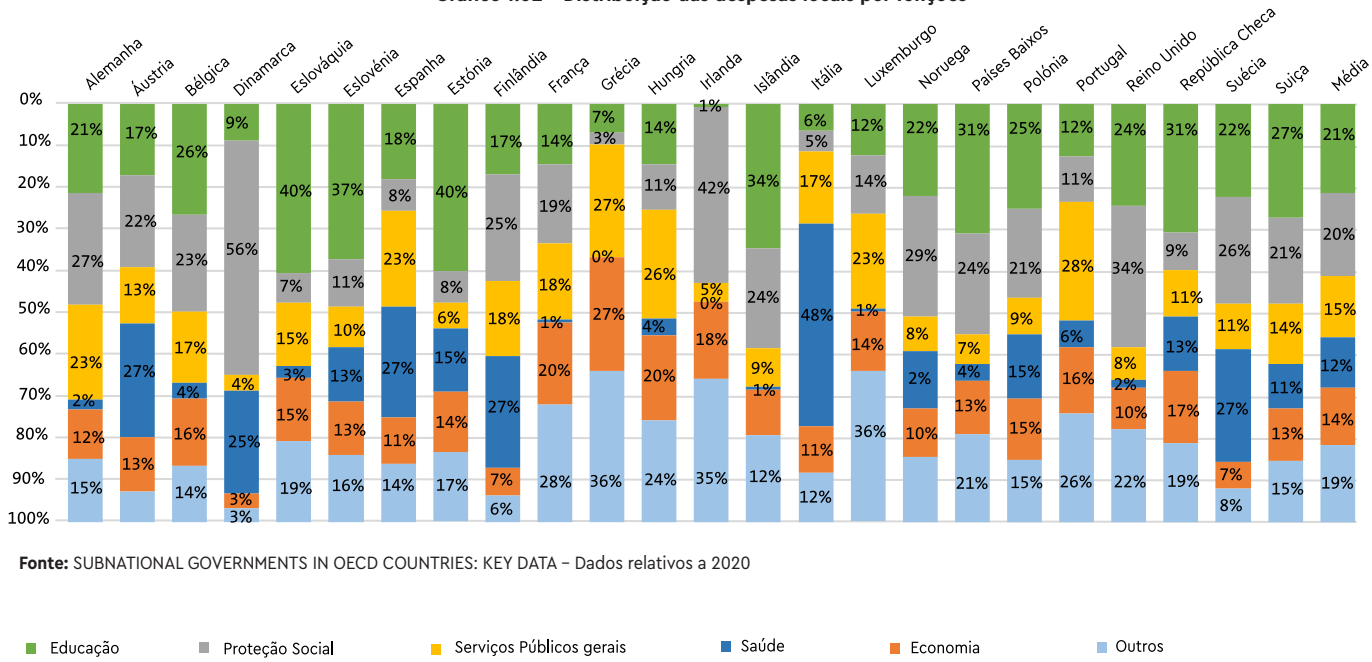
País	População	N.º de municípios	População média	PIB per capita	Despesa Municípios (% Despesa Pública)	Investimento Municípios (% Investimento Público)	Receita Municípios (% Receita Público)
Alemanha	83 161 000	10 789	7 708	54 723	48,9%	67,5%	51,9%
Áustria	8 916 840	2 093	4 260	55 970	33,1%	40,4%	37,2%
Bélgica	11 544 300	581	19 870	53 484	49,0%	78,4%	53,7%
Dinamarca	5 830 000	98	59 490	60 360	64,4%	46,9%	65,0%
Eslováquia	5 460 600	2 927	1 866	31 235	17,2%	29,7%	20,0%
Eslovénia	2 102 800	212	9 919	39 828	17,4%	39,6%	20,9%
Espanha	47 353 710	8 133	5 822	37 606	47,3%	67,1%	59,9%
Estónia	1 328 980	79	16 823	37 344	23,2%	33,5%	26,5%
Finlândia	5 530 700	309	17 899	50 798	40,1%	58,5%	44,4%
França	67 813 000	34 955	1 940	46 520	19,0%	56,4%	22,0%
Grécia	10 718 570	325	32 980	28 040	6,5%	31,2%	8,0%
Hungria	9 750 150	3 178	3 068	33 143	12,5%	20,9%	15,0%
Irlanda	4 980 330	31	160 656	93 594	8,9%	32,5%	10,6%
Islândia	366 500	69	5 312	53 724	29,1%	38,8%	32,9%
Itália	59 438 900	7 904	7 520	42 152	27,2%	56,0%	32,2%
Luxemburgo	631 090	102	6 187	118 287	10,5%	35,6%	11,5%
Noruega	5 379 000	356	15 110	62 774	32,1%	41,0%	32,4%
Países Baixos	17 441 000	352	49 548	59 577	29,1%	44,2%	31,3%
Polónia	38 354 000	2 477	15 484	33 890	30,6%	43,2%	36,4%
Portugal	10 297 100	308	33 432	34 092	13,6%	50,0%	15,2%
Reino Unido	67 081 000	374	179 361	46 582	20,7%	29,3%	28,1%
República Checa	10 700 160	6 258	1 710	41 674	27,7%	46,4%	32,5%
Suécia	10 353 440	290	35 702	55 151	48,7%	48,0%	52,0%
Suíça	8 643 540	2 148	4 024	71 669	58,8%	67,3%	62,1%
Média	**20 549 030**	**3 515**	**28 987**	**51 759**	**29,8%**	**45,9%**	**33,4%**

Fonte: SUBNATIONAL GOVERNMENTS IN OECD COUNTRIES: KEY DATA – Dados relativos a 2020

A análise do Quadro 1.02 salienta uma outra característica relevante da Administração Local portuguesa em perspetiva comparada: o elevado grau de centralização financeira do Setor Público Administrativo (ver as duas últimas colunas). **As despesas locais dos municípios portugueses correspondem apenas a 13,6% do total das despesas públicas, valores que são dos mais baixos, quando comparados com a média europeia (29,8%)**. No que diz respeito ao peso do investimento local no total de investimento público, Portugal apresenta um valor superior (50,0%) à média europeia (45,9%), o que sugere, claramente, uma maior intervenção dos municípios portugueses nas atividades de investimento público. **Contudo, as receitas locais dos municípios portugueses correspondem a 15,2% do total das receitas públicas, valores muito abaixo da média europeia (33,4%).**

O Gráfico 1.02 mostra a composição funcional das despesas locais do mesmo grupo de países, o que permite perceber as áreas de atividade local com mais peso nas despesas locais. **No que diz respeito à função de educação, cuja média europeia é cerca de um quarto das despesas locais (21%)**, o peso em Portugal é muito inferior (12%). De forma ainda mais acentuada, o mesmo se passa com as despesas em **proteção social e saúde, em que intervenção dos municípios portugueses é bastante reduzida, (no primeiro caso de 11% e no segundo de 6%) e inferior à média europeia, respetivamente, de 20% e 12%**. Ao invés, no caso das despesas relacionadas com as atividades económicas, o peso em Portugal (16%) é claramente superior à média (14%) europeia. Finalmente, **mais de metade das despesas municipais portuguesas são consumidas com funções gerais (28%) e outras despesas (26%), ao contrário da média dos países europeus, em que o peso somado destas duas funções totaliza os 34%.**

Gráfico 1.02 – Distribuição das despesas locais por funções



Fonte: SUBNATIONAL GOVERNMENTS IN OECD COUNTRIES: KEY DATA – Dados relativos a 2020

1.5. Grupos Municipais

Nos últimos 20 anos tem-se assistido à implementação de um variado conjunto de reconfigurações da forma organizacional de prestação de serviços públicos do setor autárquico, nomeadamente a partir de 2006, ano da publicação do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local – Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro. Um dos aspetos mais salientes dessa tendência foi a transferência da prestação de bens e serviços para outras entidades do setor público através da criação de empresas municipais ou empresas mistas com forte participação municipal, constituindo-se o SEL (Setor Empresarial Local) que passou a integrar os serviços municipalizados com autonomia administrativa e financeira. O Quadro 1.03 apresenta o número de autarquias que tinham, à data de 2022, constituído empresas municipais e/ou serviços municipalizados.

Quadro 1.03 – Número de serviços municipalizados e Entidades do Setor Empresarial Local 2022

	Total	Nº de municípios com:												
		Serviços* Municipalizados		Empresas Municipais							Empresas Intermunicipais			
		0 SM's	1 SM	0 EM's	1 EM	2 EM's	3 EM's	4 EM's	5 EM's	6 EM's	0 EIM's	1 EIM	2 EIM's	3 EIM's
Municípios Pequenos	188	187	1	164	19	4	1	0	0	0	99	74	15	0
Municípios Médios	95	82	13	59	25	9	1	1	0	0	48	41	6	0
Municípios Grandes	25	13	12	7	5	7	2	1	1	2	14	9	2	0
Total de municípios	308	282	26	230	49	20	4	2	1	2	161	124	23	0
Total de Empresas e SM's	179		24				126						29	

* existem dois Serviços Intermunicipalizados pertencente aos municípios de Loures e Odivelas e Oeiras e Amadora

Pela análise do Quadro 1.03 verifica-se que, enquanto 49 municípios têm serviços descentralizados apenas numa empresa municipal, 29 municípios descentralizam em duas ou mais empresas municipais, sendo que apenas 5 municípios detêm 4 ou mais empresas. Ao mesmo tempo, 147 municípios participam pelo menos numa empresa intermunicipal (124 apenas numa e 23 em duas). No cômputo geral, dos que descentralizam, a maioria dos municípios tem apenas uma empresa municipal e, ou, participam em apenas uma empresa intermunicipal.

Ao invés, 230 municípios (164 pequenos, 59 médios e 7 grandes) não possuem empresas municipais, **161 municípios (99 pequenos, 48** médios e 1**4 grandes) não participam em empresas intermunicipais e 282 municípios não possuem serviços municipalizados (187 pequenos, 82** médios e 1**3 grandes).**

A atual Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) impõe, no seu art.º 75º, que os municípios apresentem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo eles a entidade mãe ou consolidante. É ainda referido que o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, definindo-se controlo como o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais da outra entidade, a fim de beneficiar das suas atividades.

1.6. Independência financeira

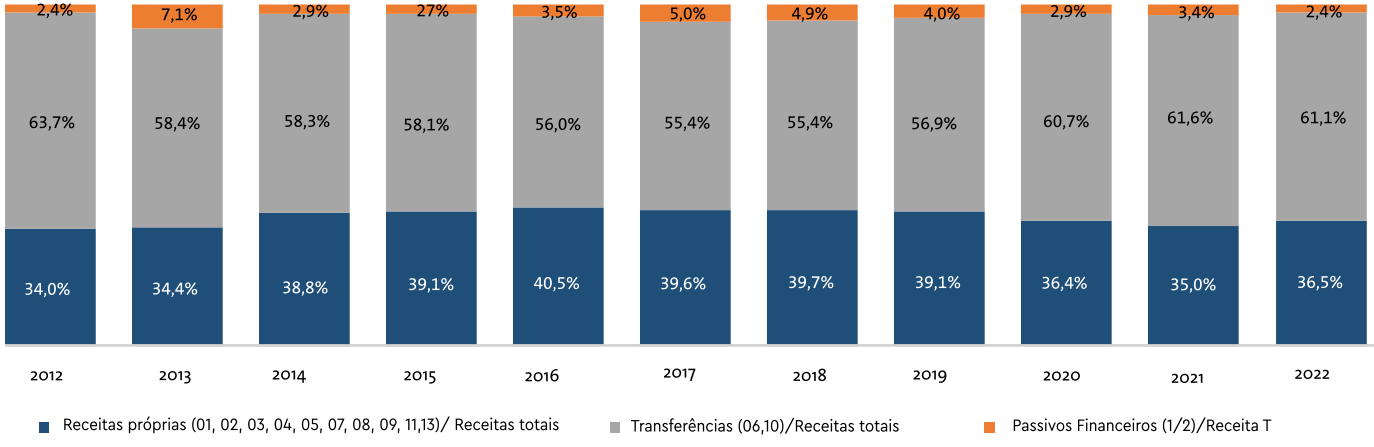
No presente Anuário mantém-se a análise do rácio que relaciona as receitas próprias com as receitas totais para se aferir o grau de independência financeira dos municípios. **Considera-se que existe independência financeira nos casos em que as receitas próprias representam, pelo menos, 50% das receitas totais**.

Para melhor compreender a evolução deste indicador apresenta-se, de forma comparada para os anos compreendidos entre 2012 e 2022 e por grupos de municípios, o peso das receitas próprias, das transferências e dos passivos financeiros, nas receitas totais. A análise será sempre realizada considerando os respetivos valores cobrados.

O Gráfico 1.03 mostra a média do índice de independência financeira dos 308 municípios calculada nos termos atrás referido e para cada um dos municípios.

Relativamente ao ano de 2022 verifica-se um acréscimo de +1,5 pp do índice médio de independência financeira ao atingir o valor médio de 36,5%.

Gráfico 1.03 – Evolução da Independência Financeira dos 308 Municípios



No que concerne aos municípios das Regiões Autónomas (Gráficos 1.03A e 1.03M) a **independência financeira** tem-se apresentado com valores relativamente baixos, predominantemente nos municípios de pequena dimensão. No período entre 2012 e 2022, na R.A. dos Açores a média deste indicador foi de 28,7% e na R. A. da Madeira foi de 41,9%, **devido ao excessivo peso das transferências** no total da receita arrecadada, que representaram, respetivamente, em média, 69,8% e 55,2%. Contudo, neste período, observou-se, em geral, um ligeiro aumento do índice de independência financeira nos municípios na R.A. dos Açores (+2,1 pp) e um acentuado aumento na região da Madeira (+6,9 pp) atingindo em 2022, respetivamente, os valores de 28,7% e de 41,9%. Tal variação apareceu associado, em ambas as regiões, à variação do **peso dos passivos financeiros** (-2,5% nos Açores e -4,7% na Madeira). O peso anual dos passivos financeiros tem sido muito variável em ambas as regiões.

Gráfico 1.03.A – Evolução da Independência Financeira dos Municípios da Região Autónoma dos Açores

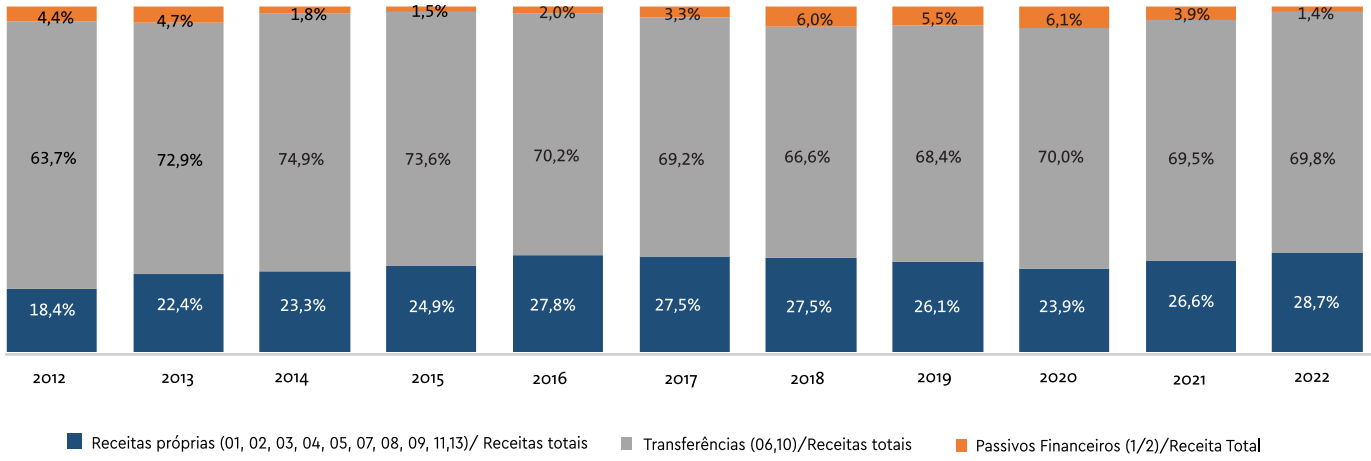
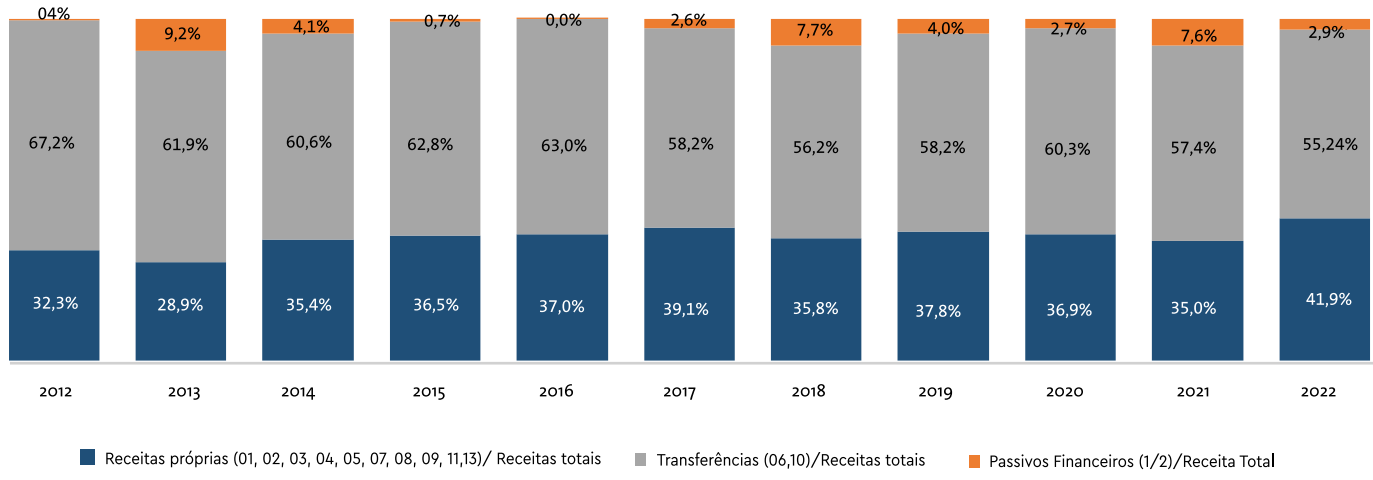


Gráfico 1.03.M – Evolução da Independência Financeira dos Municípios da Região Autónoma da Madeira



Analisando a evolução da independência financeira por grupos de municípios de acordo com a dimensão, verifica-se que as receitas próprias continuam a assumir um maior peso relativo nos **municípios de grande dimensão** (Gráfico 1.04), representando estas, em 2022, um valor médio de 61,7% das receitas totais, isto é, – 0,5 pp que no ano anterior. Esta ligeira descida do nível de independência financeira esteve associada, essencialmente, à subida do peso das transferências em +1,6 pp embora um pouco contrariada pela leve descida dos passivos financeiros em -1,1 pp.

Nos municípios de **média dimensão** (Gráfico 1.05), as transferências do Estado contribuíram ligeiramente mais que as receitas próprias para a receita total, com o peso médio, respetivamente, de 49,2% e 47,5%, tendo, contudo, o peso das transferências do Estado descido -0,9pp e o peso das receitas próprias aumentado +1,2pp.

Os recursos financeiros dos municípios de **pequena dimensão** (Gráfico 1.06) têm origem fundamentalmente nas transferências recebidas através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), representando em média, 70,4% das receitas totais em 2022 (-0,7pp que em 2021). O peso médio dos recursos próprios nas receitas totais foi de 27,7%, (+1,9pp que em 2021) o que significa pouco mais que ¼ da totalidade dos recursos financeiros gerados, traduzindo uma elevada dependência financeira neste grupo de municípios.

Gráfico 1.04 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Grande Dimensão

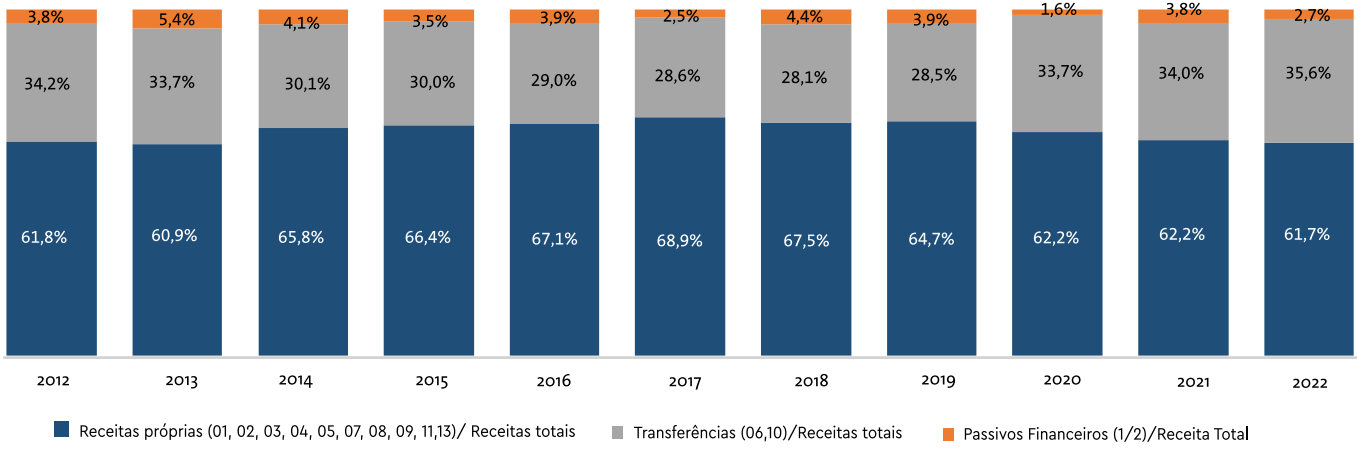


Gráfico 1.05 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Média Dimensão

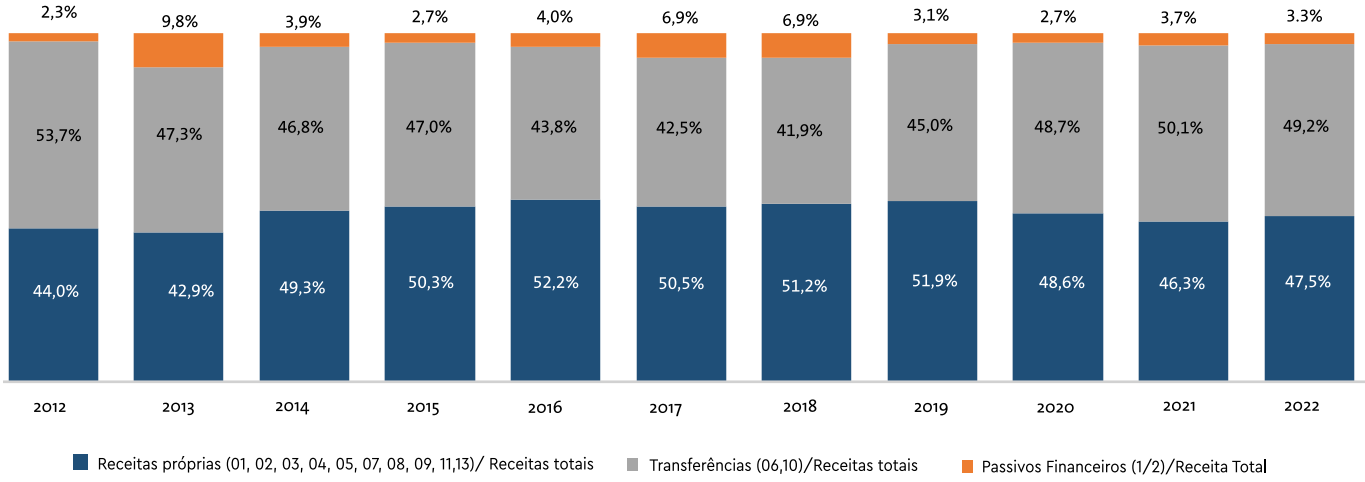
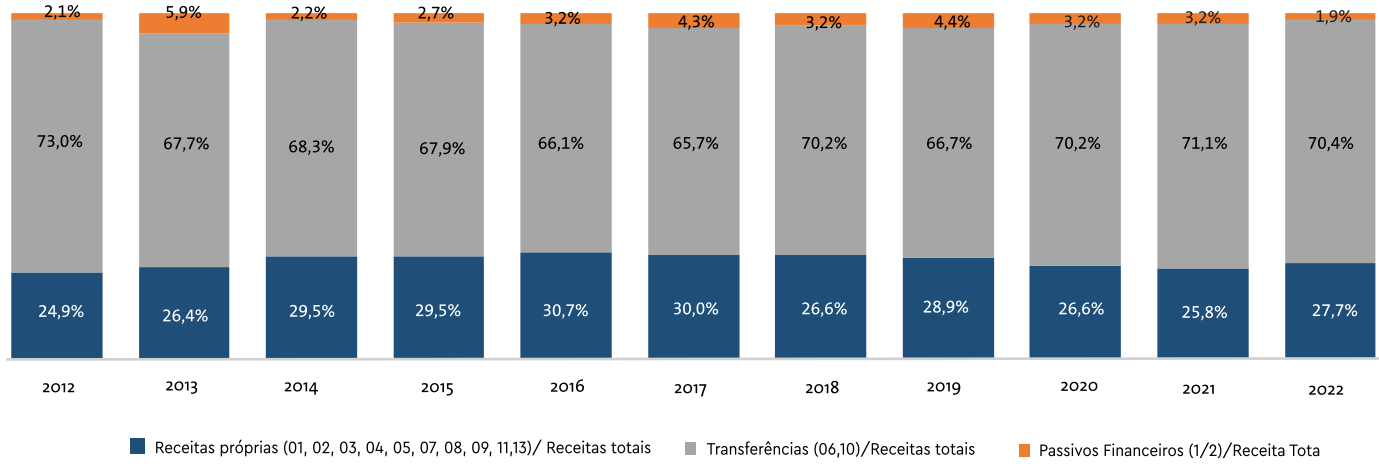
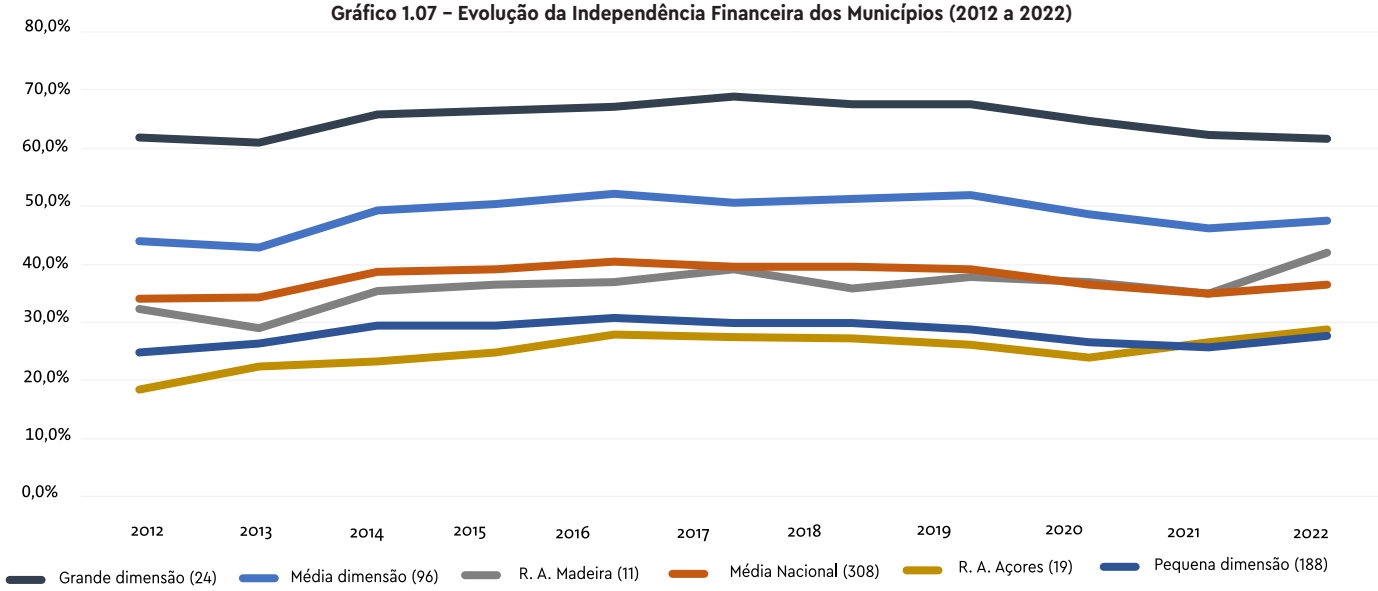


Gráfico 1.06 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Pequena Dimensão



O Gráfico 1.07 evidencia a evolução do **peso relativo das receitas próprias na receita total autárquica** no período de 2012 a 2022, por grupos de municípios. O valor do rácio médio da independência financeira cresceu após 2013 devido, fundamentalmente, à descida das transferências do Estado e à descida do volume de empréstimos de médio e longo-prazo, tendo em todos os casos apresentado um acréscimo em 2022, com exceção para a média dos municípios de grande dimensão, onde baixou -0,5pp.

Gráfico 1.07 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios (2012 a 2022)



Tendo em conta as razões apresentadas para a variação global do indicador da independência financeira, o Quadro 1.04 discrimina a amplitude de variação dos níveis de independência financeira em 2022.

Quadro 1.04 – Independência Financeira em 2022

	Pequenos	Médios	Grandes	Total
Nº de municípios existentes	**188**	**95**	**25**	**308**
Nº de municípios analisados	**188**	**95**	**25**	**308**
Receitas próprias (01,02,04,05,07,08,09,11,13)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências+ Passivos Financeiros)				
% Média dos 308 municípios	27,7%	47,5%	61,7%	36,5%
% Mínima Corvo	3,1%	13,5%	38,6%	3,1%
	Seia	Barcelos		
% Máxima Grândola	80,4%	87,7%	84,5%	87,7%
	Loulé	Cascais		
Transferências (06, 10)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências + Passivos Financeiros)				
% Média dos 308 municípios	70,4%	49,2%	35,6%	61,1%
% Mínima Grândola	19,6%	12,3%	13,6%	12,3%
	Loulé	Lisboa		
% Máxima Corvo	96,9%	75,1%	61,4%	96,9%
	Arcos de Valdevez	Barcelos		
Passivos Financeiros (12)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências + Passivos Financeiros)				
% Média dos 308 municípios	1,9%	3,3%	2,7%	2,4%
% Mínima105 municípios	0%	0%	0%	0%
	43 municípios	10 municípios		
% MáximaTábua	16,6%	53,9%	9,3%	53,9%
	Seia	Loures		

Da observação do Quadro 1.05 constata-se que:

- Em 2022, 69 municípios apresentaram uma independência financeira igual ou superior a 50%. Destes, 23 foram municípios de grande dimensão, 33 de média dimensão e 13 de pequena dimensão.
- 54 municípios (menos 10 que em 2021) tiveram receitas próprias com níveis inferiores a 20% das receitas totais, sendo 53 deles municípios de pequena dimensão e apenas 1 de média dimensão.
- Foram identificados, também, 42 municípios (menos 9 que em 2021) com grande dependência das transferências para o equilíbrio do seu orçamento, ao representarem esta receita com um valor superior a 80% das receitas totais, sendo que, todos eles pertenciam ao grupo de municípios de pequena dimensão.
- Em 2022 houve 158 municípios que não recorreram a empréstimos bancários (mais 12 municípios que no ano transato). Este número foi totalizado por 105 municípios de pequena dimensão, 10 município de grande dimensão e 43 municípios de média dimensão.

Quadro 1.05 – Outros indicadores relevantes para os Municípios relevantes para os Municípios

	Dimensão	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
N.º de municípios com receitas próprias superiores ou iguais a 50% das receitas totais	Pequenos	8	9	14	14	16	17	16	14	12	14	13
	Médios	29	29	35	38	48	41	43	41	36	31	33
	Grandes	22	19	22	22	23	23	23	22	22	22	23
	Total	**59**	**57**	**71**	**74**	**87**	**81**	**82**	**77**	**70**	**67**	**69**
N.º de municípios com receitas próprias inferiores a 20% das receitas totais	Pequenos	65	54	33	35	28	35	32	35	63	64	53
	Médios	1	3	0	0	0	1	2	0	0	0	1
	Grandes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	**66**	**57**	**33**	**35**	**28**	**36**	**34**	**35**	**63**	**64**	**54**
N.º de municípios que não recorreram a empréstimos bancários	Pequenos	100	102	134	130	124	105	113	94	86	92	105
	Médios	46	37	56	59	57	51	48	49	41	43	43
	Grandes	5	7	12	10	10	11	12	14	14	11	10
	Total	**151**	**146**	**202**	**199**	**191**	**167**	**173**	**157**	**141**	**146**	**158**
N.º de municípios com receitas provenientes das transferências, superiores a 80% da receita total	Pequenos	57	37	25	27	21	22	22	21	41	51	42
	Médios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Grandes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	**57**	**37**	**25**	**27**	**21**	**22**	**22**	**21**	**41**	**51**	**42**

No Ranking R1 são apresentados os 35 municípios com maior independência financeira no ano de 2022, mostrando também o valor do indicador para os dez anos anteriores. **São municípios cujos recursos financeiros provêm mais das receitas próprias, onde os impostos e taxas têm papel central e, consequentemente, onde as transferências do Estado e empréstimos bancários se repercutem menos na estrutura da receita.**

Ao confrontar este ranking com os rankings relativos à receita apresentados no Capítulo 2, verifica-se que se refere, essencialmente, aos municípios de grande e média dimensão que apresentaram maior peso das receitas fiscais na receita total municipal ou, apresentaram maior receita de IMI e IMT ou, ainda, descida de empréstimos bancários.

Em 2022, o município de Loulé lidera o *ranking*, com o rácio de independência financeira de 87,7%, tendo apresentado um acréscimo de +2,1pp.

R1 – Municípios que apresentam maior Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2022

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Loulé	M	68,6%	62,9%	82,3%	80,2%	78,5%	84,2%	85,5%	85,6%	88,1%	85,6%	87,7%
2	Lagos	M	83,5%	65,3%	85,1%	84,1%	86,9%	86,6%	88,1%	88,9%	82,0%	81,8%	85,0%
3	Albufeira	M	84,7%	75,1%	81,2%	89,5%	88,2%	90,9%	89,7%	90,5%	85,8%	87,3%	84,6%
4	Cascais	G	65,2%	79,0%	81,5%	86,4%	84,7%	82,0%	84,8%	84,2%	81,1%	82,8%	84,5%
5	Lagoa (Algarve)	M	83,6%	73,3%	85,6%	88,2%	88,7%	87,0%	90,4%	90,8%	87,2%	88,5%	82,8%
6	Lisboa	G	88,8%	75,3%	83,1%	87,2%	91,7%	93,7%	92,1%	91,7%	88,2%	82,3%	80,5%
7	Grândola	P	50,5%	52,5%	59,8%	59,3%	54,2%	71,4%	64,9%	61,0%	59,6%	72,8%	80,4%
8	Portimão	M	76,1%	77,3%	80,6%	82,7%	49,2%	33,1%	84,0%	82,9%	77,9%	74,7%	77,0%
9	Porto	G	76,7%	77,7%	80,8%	75,9%	84,5%	82,1%	82,3%	84,9%	75,9%	70,0%	76,7%
10	Óbidos	P	72,6%	52,8%	65,9%	64,1%	67,6%	66,6%	67,9%	64,9%	63,3%	65,9%	76,6%
11	Sesimbra	M	66,0%	57,3%	75,3%	80,8%	80,1%	81,8%	82,9%	81,1%	76,7%	78,8%	75,5%
12	Oeiras	G	79,7%	81,3%	84,1%	79,5%	77,3%	76,8%	78,5%	80,6%	77,2%	77,7%	74,8%
13	Mafra	M	65,1%	60,8%	70,2%	72,9%	76,4%	72,0%	73,3%	56,1%	69,7%	72,7%	74,7%
14	Almada	G	68,7%	68,9%	74,8%	71,9%	76,2%	73,6%	76,7%	77,7%	74,7%	81,3%	71,4%
15	Vila do Bispo	P	52,5%	57,6%	68,4%	65,8%	65,7%	70,1%	73,5%	71,0%	70,5%	73,0%	70,6%
16	Funchal	G	67,0%	52,3%	72,9%	78,2%	77,0%	77,5%	61,1%	69,9%	69,7%	73,0%	70,3%
17	Palmela	M	66,3%	69,1%	78,1%	78,7%	76,4%	77,6%	75,7%	74,2%	70,2%	69,8%	69,1%
18	Tavira	M	60,7%	58,1%	63,7%	66,1%	71,8%	71,6%	74,3%	72,2%	67,7%	69,2%	68,9%
19	Seixal	G	79,2%	81,3%	55,8%	80,8%	59,5%	81,8%	59,3%	67,8%	78,3%	61,1%	68,6%
20	Setúbal	G	66,3%	70,2%	77,2%	67,3%	69,4%	72,8%	64,7%	67,6%	64,7%	67,5%	68,6%
21	Sines	P	48,6%	39,8%	51,5%	45,9%	55,6%	57,9%	64,8%	55,5%	54,7%	58,0%	68,6%
22	Montijo	M	59,7%	58,8%	65,0%	65,0%	66,4%	68,6%	72,7%	71,6%	63,5%	66,3%	67,3%
23	Silves	M	60,9%	61,7%	64,5%	64,9%	68,6%	59,5%	67,0%	68,0%	55,5%	65,4%	67,2%
24	Alcochete	P	59,3%	67,0%	73,7%	76,6%	78,0%	76,0%	78,2%	73,9%	72,1%	69,7%	67,0%
25	Nazaré	P	58,5%	60,5%	60,5%	37,6%	59,6%	56,8%	39,2%	25,9%	56,8%	56,1%	66,5%
26	Castro Marim	P	61,5%	51,1%	55,9%	62,6%	68,1%	66,6%	60,2%	58,8%	64,5%	67,2%	66,0%
27	Santa Cruz	M	63,2%	57,3%	34,1%	60,6%	67,1%	66,6%	48,7%	68,0%	63,3%	49,6%	65,4%
28	Póvoa de Varzim	M	67,7%	56,7%	67,1%	64,5%	72,9%	67,9%	64,2%	59,7%	63,0%	61,1%	64,7%
29	Maia	G	72,1%	72,0%	70,6%	60,1%	76,7%	74,7%	72,1%	72,6%	66,6%	69,5%	64,7%
30	Sintra	G	63,3%	61,5%	66,8%	68,0%	68,5%	69,2%	68,9%	67,8%	60,5%	61,1%	63,7%
31	V. Real Sto. António	P	74,5%	69,4%	21,4%	81,1%	69,2%	61,3%	81,8%	79,4%	83,2%	83,2%	63,3%
32	Lourinhã	M	52,5%	50,7%	59,7%	53,4%	61,2%	47,7%	65,6%	67,8%	60,5%	60,2%	63,1%
33	Aveiro	M	67,9%	68,2%	60,4%	71,6%	78,8%	34,4%	67,0%	74,0%	72,5%	66,4%	63,1%
34	Faro	M	64,6%	63,6%	44,2%	71,5%	73,3%	52,8%	73,4%	71,4%	66,1%	62,9%	63,0%
35	Ílhavo	M	41,4%	65,2%	65,3%	62,5%	62,1%	70,2%	58,1%	65,7%	63,5%	53,4%	62,9%

No Ranking R2 figuram os 35 municípios com menor independência financeira, ou seja, com menos captação de receitas próprias, nomeadamente impostos e taxas e mais dependentes das transferências do Estado. Tratam-se fundamentalmente de municípios de pequena dimensão com orçamentos pequenos (apenas surge Seia de média dimensão), o que tem como consequência que os

empréstimos bancários, quando utilizados, apresentem peso relevante na estrutura da receita, pese embora, em termos de volume tenham menor relevância. Em 2022 este ranking é liderado pelo Corvo com o índice baixíssimo de independência financeira de 3,1%.

R2 – Municípios que apresentam menor Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2022

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Corvo	P	1,2%	3,5%	2,8%	2,6%	4,1%	6,7%	3,5%	3,1%	3,3%	3,3%	3,1%
2	Pampilhosa da Serra	P	8,5%	10,1%	13,2%	10,2%	10,7%	11,5%	9,2%	7,4%	6,6%	5,3%	6,8%
3	Barrancos	P	8,3%	9,2%	9,5%	8,7%	11,6%	10,5%	10,3%	10,4%	7,9%	7,1%	7,6%
4	Lajes das Flores	P	9,4%	8,3%	11,7%	9,6%	8,9%	8,8%	12,9%	6,7%	7,8%	7,9%	9,2%
5	Santa Cruz das Flores	P	8,9%	8,2%	6,5%	8,6%	11,0%	10,6%	12,6%	14,9%	9,0%	9,2%	11,0%
6	Vimioso	P	11,2%	13,9%	14,8%	14,4%	17,0%	15,5%	16,7%	12,7%	12,3%	13,1%	11,6%
7	Sardoal	P	30,2%	23,8%	28,1%	24,9%	24,2%	21,1%	20,0%	16,9%	11,6%	10,2%	11,6%
8	Carrazeda de Ansiães	P	12,4%	16,9%	19,1%	16,9%	18,7%	23,0%	19,6%	18,3%	13,4%	18,4%	11,9%
9	Murça	P	15,8%	17,0%	23,5%	18,5%	20,2%	18,5%	19,1%	21,8%	14,5%	11,5%	12,1%
10	Penedono	P	14,7%	16,7%	14,3%	17,0%	15,4%	18,4%	21,1%	15,1%	14,7%	11,1%	12,6%
11	Freixo Espada à Cinta	P	9,8%	6,8%	13,7%	16,5%	17,9%	16,7%	17,3%	7,8%	11,2%	11,7%	12,7%
12	Seia	M	35,5%	39,1%	42,7%	44,2%	45,0%	44,8%	16,3%	41,3%	36,8%	26,8%	13,5%
13	Vinhais	P	9,3%	16,5%	16,3%	15,4%	16,4%	14,7%	16,0%	15,2%	13,0%	11,8%	13,7%
14	Mesão Frio	P	20,1%	21,9%	27,1%	24,8%	25,6%	14,0%	22,6%	20,3%	12,5%	10,6%	14,6%
15	Gavião	P	18,9%	21,0%	23,1%	21,6%	24,1%	19,9%	22,7%	20,1%	14,4%	16,0%	14,7%
16	Arronches	P	14,4%	18,2%	17,8%	13,7%	17,5%	15,0%	13,3%	16,9%	16,6%	14,7%	14,8%
17	Mondim de Basto	P	13,8%	15,8%	18,7%	18,1%	17,7%	17,7%	18,9%	17,6%	12,5%	13,1%	15,5%
18	Nordeste	P	4,8%	2,9%	7,4%	14,4%	16,8%	16,4%	5,8%	18,2%	13,2%	12,8%	15,7%
19	Manteigas	P	16,2%	17,6%	24,5%	18,6%	21,1%	23,9%	21,4%	16,3%	23,2%	18,4%	15,9%
20	Trancoso	P	17,5%	15,0%	16,7%	20,7%	21,9%	18,1%	19,0%	18,5%	15,7%	14,6%	16,4%
21	Marvão	P	18,7%	21,6%	21,7%	24,3%	27,9%	25,5%	22,5%	23,1%	20,3%	19,6%	16,4%
22	Torre de Moncorvo	P	22,6%	30,6%	28,0%	24,0%	26,9%	16,8%	23,2%	22,4%	14,9%	13,1%	16,4%
23	Castelo de Vide	P	20,0%	22,9%	21,1%	22,1%	22,7%	20,9%	20,5%	21,6%	17,4%	13,9%	16,4%
24	Vila de Rei	P	15,9%	16,1%	17,3%	16,7%	16,0%	16,5%	16,7%	14,6%	14,2%	16,9%	16,5%
25	Pedrógão Grande	P	18,5%	25,4%	35,9%	27,9%	27,3%	27,6%	22,1%	19,6%	18,4%	15,2%	16,6%
26	Vila Flor	P	15,9%	18,6%	24,0%	19,6%	21,2%	20,7%	19,6%	17,0%	16,1%	15,7%	16,6%
27	Mação	P	24,0%	25,1%	24,6%	27,1%	23,9%	23,0%	20,1%	27,6%	19,1%	14,1%	16,7%
28	Sta. Marta Penaguião	P	22,9%	28,8%	26,5%	18,2%	25,3%	27,3%	24,8%	25,5%	19,0%	19,9%	16,8%
29	Santana	P	12,7%	11,0%	13,4%	13,4%	12,3%	18,6%	15,0%	16,3%	14,4%	14,2%	16,9%
30	Almodôvar	P	14,3%	15,7%	16,2%	18,6%	17,6%	17,3%	19,6%	20,4%	13,4%	14,3%	17,0%
31	Alcoutim	P	10,9%	9,8%	10,4%	10,6%	11,5%	12,6%	14,6%	12,1%	12,3%	12,7%	17,5%
32	Castanheira de Pêra	P	11,4%	26,3%	32,0%	32,3%	33,2%	26,4%	24,2%	21,0%	16,8%	17,7%	17,7%
33	Góis	P	20,2%	26,4%	27,4%	23,5%	28,4%	23,2%	23,4%	22,1%	18,8%	16,8%	17,8%
34	Mogadouro	P	14,8%	19,8%	21,9%	19,7%	23,7%	22,2%	20,8%	21,3%	16,5%	16,3%	17,9%
35	Alvito	P	13,7%	18,0%	18,5%	18,7%	20,6%	20,1%	27,9%	19,1%	17,2%	12,9%	17,9%

Relativamente à Região Autónoma dos Açores, o município com maior índice de independência financeira em 2022 foi Ponta Delgada (58,8%), que tem liderado este ranking desde 2012.

R2.A – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. dos Açores – 2022

	Município	Dim.	Mandato 10-13		Mandato 14-17				Mandato 18-21				M. 22-25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Ponta Delgada	M	45,0%	49,3%	46,0%	50,2%	53,4%	57,8%	55,6%	54,6%	52,1%	55,3%	58,8%
2	Angra do Heroísmo	M	29,6%	31,9%	32,7%	28,9%	37,4%	36,0%	38,7%	38,1%	39,4%	50,1%	48,7%
3	Lagoa (R.A.A)	P	30,9%	38,4%	42,7%	45,2%	49,1%	49,1%	49,8%	47,4%	42,1%	36,9%	47,4%
4	Ribeira Grande	M	25,4%	37,7%	37,4%	37,2%	39,3%	41,5%	40,5%	43,0%	36,4%	36,1%	41,9%
5	Vila Franca do Campo	P	15,7%	30,9%	36,2%	35,5%	42,2%	42,1%	41,8%	14,9%	19,5%	33,7%	37,7%
6	Horta	P	32,8%	31,5%	29,3%	35,1%	40,6%	37,6%	40,6%	33,7%	36,9%	33,4%	35,1%
7	Povoação	P	20,3%	28,9%	22,0%	26,7%	29,2%	28,1%	31,0%	30,0%	25,1%	23,1%	33,5%
8	Velas	P	15,7%	17,8%	24,0%	22,8%	26,7%	23,3%	22,9%	26,4%	23,2%	48,6%	30,7%
9	Vila do Porto	P	15,4%	20,9%	20,5%	26,2%	30,7%	26,7%	26,3%	27,7%	25,7%	25,1%	30,6%
10	Madalena	P	19,8%	23,1%	19,4%	21,6%	24,8%	26,6%	23,1%	24,9%	21,7%	22,0%	27,6%
11	São Roque do Pico	P	17,0%	19,5%	22,1%	19,6%	21,5%	22,0%	21,0%	22,9%	19,3%	22,4%	25,9%
12	Sta. Cruz da Graciosa	P	11,3%	18,3%	18,1%	23,2%	23,4%	22,9%	22,1%	22,4%	21,1%	23,6%	25,7%
13	Praia da Vitória	P	16,6%	25,8%	29,8%	25,6%	26,1%	24,0%	28,3%	25,5%	18,7%	18,0%	22,8%
14	Lajes do Pico	P	13,2%	9,1%	13,5%	21,7%	21,3%	20,9%	22,9%	21,5%	23,1%	27,8%	22,2%
15	Calheta (R. A. A.)	P	16,1%	19,6%	20,2%	18,6%	21,9%	21,6%	20,6%	19,7%	17,3%	15,6%	18,3%
16	Nordeste	P	4,8%	2,9%	7,4%	14,4%	16,8%	16,4%	5,8%	18,2%	13,2%	12,8%	15,7%
17	Santa Cruz das Flores	P	8,9%	8,2%	6,5%	8,6%	11,0%	10,6%	12,6%	14,9%	9,0%	9,2%	11,0%
18	Lajes das Flores	P	9,4%	8,3%	11,7%	9,6%	8,9%	8,8%	12,9%	6,7%	7,8%	7,9%	9,2%
19	Corvo	P	1,2%	3,5%	2,8%	2,6%	4,1%	6,7%	3,5%	3,1%	3,3%	3,3%	3,1%

Na Região Autónoma da Madeira, em 2022, o líder do ranking de maior índice de independência financeira foi Funchal com 70,3%, seguido de mais dois municípios com um índice superior a 50%: Porto Santo com 58,1% e Santa Cruz com 65,4%.

R2.M – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. da Madeira – 2022

	Município	Dim.	Mandato 10-13		Mandato 14-17				Mandato 18-21				M. 22-25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Funchal	G	67,0%	52,3%	72,9%	78,2%	77,0%	77,5%	61,1%	69,9%	69,7%	73,0%	70,3%
2	Santa Cruz	M	63,2%	57,3%	34,1%	60,6%	67,1%	66,6%	48,7%	68,0%	63,3%	49,6%	65,4%
3	Porto Santo	P	53,7%	53,8%	61,4%	64,0%	53,9%	55,2%	66,9%	42,7%	58,9%	54,2%	58,1%
4	Calheta (R. A. M.)	P	21,8%	20,4%	27,7%	27,3%	31,9%	36,9%	37,0%	38,3%	35,3%	37,4%	42,1%
5	Ponta do Sol	P	31,5%	28,9%	34,2%	27,1%	32,9%	36,9%	39,1%	39,6%	36,5%	37,5%	40,5%
6	São Vicente	P	11,1%	17,0%	18,2%	16,5%	19,0%	16,4%	18,1%	17,9%	19,7%	12,5%	34,8%
7	Machico	P	32,1%	30,1%	61,0%	32,7%	33,4%	34,9%	36,1%	33,3%	41,7%	29,3%	34,7%
8	Ribeira Brava	P	20,9%	19,4%	20,8%	29,6%	26,4%	34,2%	19,9%	32,5%	19,8%	24,3%	34,0%
9	Porto Moniz	P	14,7%	12,8%	22,1%	21,9%	23,2%	29,4%	28,0%	29,1%	18,6%	23,3%	33,4%
10	Câmara de Lobos	M	27,0%	15,1%	23,4%	30,1%	29,5%	23,7%	23,7%	28,4%	28,1%	30,1%	31,0%
11	Santana	P	12,7%	11,0%	13,4%	13,4%	12,3%	18,6%	15,0%	16,3%	14,4%	14,2%	16,9%

No Ranking R2.D, apresenta-se o índice de independência financeira por Distritos e Regiões Autónomas, sendo liderado pelo Distrito de Faro com o índice de 65%. Com índice superior a 50% só surgem mais dois Distritos: Distrito de Setúbal com 63,3% de autonomia financeira e o Distrito de Lisboa com 61,2%.

R2.D – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Distritos – 2022

Município		Mandato 10-13		Mandato 14-17				Mandato 18-21				M. 22-25
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Faro	58,5%	55,4%	57,0%	63,9%	62,9%	60,3%	67,2%	66,4%	64,2%	64,8%	65,0%
2	Setúbal	59,0%	59,1%	63,1%	65,2%	62,6%	67,3%	65,8%	63,3%	62,3%	63,9%	63,3%
3	Lisboa	58,3%	57,8%	64,1%	63,6%	65,0%	64,3%	66,9%	66,0%	61,5%	60,7%	61,2%
4	Porto	45,6%	41,6%	50,7%	50,6%	53,2%	49,9%	48,7%	52,5%	49,8%	45,8%	46,4%
5	Aveiro	40,2%	41,8%	47,5%	49,0%	50,2%	46,0%	49,3%	47,7%	43,9%	41,4%	44,7%
6	Leiria	41,3%	42,7%	49,3%	48,0%	50,0%	49,7%	47,9%	45,8%	43,4%	40,8%	42,6%
7	Madeira	32,3%	28,9%	35,4%	36,5%	37,0%	39,1%	35,8%	37,8%	36,9%	35,0%	41,9%
8	Braga	34,1%	34,4%	38,1%	38,7%	42,0%	41,4%	40,7%	39,5%	37,6%	36,0%	38,5%
9	Santarém	32,6%	34,0%	38,2%	37,9%	39,2%	38,2%	38,5%	38,3%	34,3%	33,0%	34,6%
10	Coimbra	33,5%	36,7%	41,4%	40,5%	40,7%	41,7%	39,0%	39,8%	34,2%	30,3%	31,8%
11	Viana do Castelo	29,9%	31,2%	36,1%	36,9%	41,6%	38,2%	36,0%	35,6%	29,5%	28,0%	30,7%
12	Évora	27,1%	24,5%	31,4%	31,6%	30,7%	32,0%	32,6%	29,9%	29,6%	29,4%	29,6%
13	Açores	18,4%	22,4%	23,3%	24,9%	27,8%	27,5%	27,4%	26,1%	23,9%	26,6%	28,7%
14	Castelo Branco	26,5%	25,7%	31,6%	29,0%	30,4%	29,4%	26,4%	26,6%	27,2%	26,8%	27,9%
15	Viseu	25,1%	26,9%	30,7%	29,1%	32,2%	30,5%	30,4%	29,5%	28,4%	26,2%	27,1%
16	Vila Real	25,5%	27,1%	28,5%	30,4%	31,5%	28,7%	29,3%	30,0%	25,7%	23,0%	24,5%
17	Beja	24,0%	24,2%	25,8%	25,5%	26,7%	25,9%	28,2%	25,5%	22,3%	21,7%	23,8%
18	Guarda	22,9%	23,5%	28,2%	27,4%	26,3%	25,9%	24,5%	26,3%	24,4%	21,1%	22,2%
19	Portalegre	22,3%	23,4%	24,3%	24,8%	27,3%	25,1%	25,9%	25,3%	21,9%	20,3%	21,4%

CAPÍTULO 2
Análise da Execução Orçamental dos Municípios

2.1. Introdução

No presente capítulo pretende-se evidenciar a execução orçamental dos Municípios[1], apresentando referenciais financeiros reportados a 2022 para o universo dos 308 Municípios portugueses. São analisadas as componentes orçamentais da receita e da despesa municipal, com relevância para as de maior peso na respetiva estrutura, apresentando-se a sua evolução e privilegiando-se para o efeito, o período entre 2012 e 2022.

Este Anuário mantém, no essencial, a metodologia adotada nos últimos anos, pelo que, em relação à receita se analisam: a previsão orçamental, a liquidação[2], a cobrança e os saldos orçamentais.

Relativamente à despesa, os factos financeiros objeto de análise e de comparação são as despesas previstas[3] (iniciais e corrigidas no final do exercício), os compromissos assumidos (no exercício e para exercícios futuros), as obrigações constituídas, os pagamentos efetuados e os compromissos assumidos por pagar.

Os montantes são examinados globalmente, considerando o universo dos 308 municípios, por natureza económica, tanto no que respeita à receita como à despesa, com especial atenção para a respetiva estrutura e evolução, quer em termos absolutos quer em termos relativos.

Sempre que possível é prestada informação organizada por agrupamentos de municípios de acordo com a sua dimensão, mantendo-se os critérios adotados nos anteriores anuários, de subdivisão dos municípios em grupos de grande, média e pequena dimensão[4]. Sempre que a situação o justifique, apresenta-se informação discriminada por conjunto de municípios, hierarquizados de acordo com critérios apresentados e/ou indicadores aferidos para análise. Neste anuário, sempre que possível apresenta-se também a informação financeira agregada por distritos e regiões (estas já diferenciadas há muitos anuários atrás).

---

[1] A informação orçamental apresentada neste capítulo agrega apenas a atividade financeira desenvolvida pela estrutura administrativa dos municípios em sentido estrito, sem inclusão da atividade financeira do sector empresarial local ou de outras entidades com participação municipal. Num capítulo autónomo, Capítulo 4, e no anexo I, constará a informação económico-financeira considerada mais relevante que relaciona os municípios com as suas participadas.

[2] Corresponde à receita liquidada, reportando-se ao momento da constituição do direito a cobrar ou a receber (por regra através de uma nota de liquidação ou de cobrança).

[3] Também correntemente referidas como despesas orçadas.

[4] Conforme classificados no Capítulo 1 do presente Anuário.

Com as referidas listagens hierarquizadas de municípios (rankings) relativas a rácios ou indicadores da receita e da despesa, pretende-se, essencialmente, facilitar a perceção de diversas problemáticas do sector municipal relacionadas com a gestão orçamental, através de elementos concretos e contáveis.

2.2. Receitas Municipais

De acordo com os documentos constantes da prestação de contas dos municípios, a inscrição orçamental e registo contabilístico da receita municipal obedeceu, na sua generalidade, ao disposto no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002[5], de 14 de fevereiro, tendo sido agregada de acordo com a sua natureza económica em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas. Em cada um destes grupos a receita foi classificada por capítulos, conforme se apresenta no Quadro 2.01.

Quadro 2.01 – Classificação económica da Receita orçamental municipal (DL 26/2002)

Receitas correntes	Receitas de capital	Outras receitas
01 – Impostos diretos 02 – Impostos indiretos 04 – Taxas, multas e outras penalidades 05 – Rendimentos de propriedade 06 – Transferências correntes 07 – Venda de bens e serviços correntes 08 – Outras receitas correntes	09 – Venda de bens de investimento 10 – Transferências de capital 11 – Ativos Financeiros 12 – Passivos Financeiros 13 – Outras receitas de capital	15 – Reposições não abatidas nos pagamentos 16 – Saldo da gerência anterior

A aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações públicas (SNC-AP) pelas autarquias permite a normalização de rubricas para as demonstrações orçamentais, tal como existem rubricas normalizadas para as demonstrações financeiras. No quadro 2.02 apresentam-se as rubricas normalizadas que constam no orçamento e plano orçamental plurianual.

Estas rubricas têm correspondência com o classificador económico das receitas publicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, mantendo-se a classificação das receitas e das despesas em função do mesmo na elaboração dos mapas de demonstração da execução orçamental.

[5] Com a atualização efetuada em setembro de 2019 resultante da transferência de competências operada pela Lei N.º 50/2018.

Quadro 2.02 – Mapa de Demonstração da Execução Orçamental da Receita do SNC-AP – Classificação das receitas

Receitas correntes	Receitas de capital	Outras receitas
R1 Receita fiscal	R8 Venda de bens de investimento	R14 Saldo da gerência anterior – operações orçamentais
R11 Impostos diretos	R9 Transferências de Capital	
R12 Impostos indiretos	R91 Administrações Públicas	
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde (Não aplicável aos municípios)	R911 Administração Central – Estado	
R3 Taxas, multas e outras penalidades	R912 Administração Central – Outras entidades	
R4 Rendimentos de propriedade	R913 Segurança Social	
R5 Transferências Correntes	R914 Administração Regional	
R51 Administrações Públicas	R915 Administração Local	
R511 Administração Central – Estado	R92 Exterior – UE	
R512 Administração Central – Outras entidades	R93 Outras	
R513 Segurança Social	R10 Outras receitas de capital	
R514 Administração Regional	R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	
R515 Administração Local	R12 Ativos financeiros	
R52 Exterior – UE	R13 Passivos financeiros	
R53 Outras		
R6 Venda de bens e serviços		
R7 Outras receitas correntes		

2.2.1. Execução global do Orçamento da Receita

No Quadro 2.03 apresentam-se os montantes globais de receita prevista, liquidada e cobrada pelo total dos municípios entre 2012 e 2022[6]. Conforme referido, a análise evolutiva das diferentes componentes orçamentais far-se-á tendo como comparação os últimos dez anos de atividade dos municípios, identificados por períodos de mandato municipal.

[6] Só se dispõe de informação sobre receitas previstas iniciais a partir de 2017.

Quadro 2.03 – Previsão e Execução da Receita[7]

Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				Mandato 22–25
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Receitas previstas iniciais	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	9 269,1	9 594,7	10 318,4	10 588,5	11 421,0	11 956,3
Receitas previstas corrigidas[8] (a)	11 674,3	10 855,5	9 323,9	8 784,0	8 802,2	9 276,5	9 486,9	10 017,5	9 993,3	11 134,3	11 804,7
Receitas liquidadas[9] (b)	7 699,3	7 806,2	7 465,9	7 525,0	7 799,4	8 389,0	8 711,1	9 181,4	8 855,7	9 898,2	10 927,2
Receitas por cobrar no início do ano (c)	789,2	777,6	750,1	858,2	809,2	834,7	738,4	693,6	736,1	792,7	743,9
Receitas cobradas líquidas[10] (d)	7 683,4	7 806,3	7 337,2	7 518,4	7 738,0	8 311,5	8 539,6	9 041,1	8 773,1	9 918,8	10 866,6
Diferença entre receita prevista e receita cobrada (a-d)	3 990,8	3 049,1	1 986,8	1 265,5	1 064,2	965,0	947,3	976,4	1 220,2	1 215,5	938,1
Diferença entre receita prevista e a receita liquidada (a-b)	3 974,9	3 049,2	1 858,0	1 259,0	1 002,8	887,5	775,8	836,1	1 137,5	1 236,2	877,5
Receita por cobrar no final do ano (b+c)-d	805,1	777,5	878,8	864,8	870,6	912,2	909,9	833,9	818,8	772,0	804,4
Receitas cobradas/(receitas liquidadas + receitas por cobrar no início do ano (d/(b+c))	90,5%	90,9%	89,3%	89,7%	89,9%	90,1%	90,4%	91,6%	91,5%	92,8%	93,1%
Receitas liquidadas/Receitas previstas (b/a)	66,0%	71,9%	80,1%	85,7%	88,6%	90,4%	91,8%	91,7%	88,6%	88,9%	92,6%
Grau de execução da receita cobrada (d/a)	65,8%	71,9%	78,7%	85,6%	87,9%	89,6%	90,0%	90,3%	87,8%	89,1%	92,1%

Nos Quadros 2.04 e 2.05 apresentam-se as variações das receitas suprarreferidas, para o período considerado em análise.

Quadro 2.04 – Variação da Receita (valores absolutos)

Unidade: milhões de euros

Variação das Receitas	12–13	13–14	14–15	15–16	16–17	17–18	18–19	19–20	20–21	21–22
Variação da Receita prevista inicial	--	--	--	--	--	325,6	723,7	270,1	832,4	535,4
Variação da Receita prevista corrigida de alterações e revisões orçamentais	-818,8	-1 531,5	-540,0	18,2	474,3	210,4	530,6	-24,3	1 141,1	670,3
Variação da Receita liquidada[11]	106,9	-340,3	59,1	274,4	589,6	322,1	470,3	-325,7	1 042,5	1 029,0
Variação da Receita cobrada	122,9	-469,1	181,3	219,6	573,5	228,1	501,5	-268,0	1 145,8	947,7

Quadro 2.05 – Taxas de Variação da Receita

Taxas de Variação das Receitas	12–13	13–14	14–15	15–16	16–17	17–18	18–19	19–20	20–21	21–22
Variação da Receita prevista inicial	--	--	--	--	--	3,5%	7,5%	2,6%	7,9%	4,7%
Variação da Receita prevista corrigida[12]	-7,0%	-14,1%	-5,8%	0,2%	5,4%	2,3%	5,6%	-0,2%	11,4%	6,0%
Variação da Receitas liquidadas	1,4%	-4,4%	0,8%	3,6%	7,6%	3,8%	5,4%	-3,5%	11,8%	10,4%
Variação da Receitas cobradas	1,6%	-6,0%	2,5%	2,9%	7,4%	2,7%	5,9%	-3,0%	13,1%	9,6%

[7] Os valores apresentados neste quadro, para a receita prevista, liquidada e cobrada, não incluem o saldo da gerência anterior. Essa informação será incluída aquando da comparação entre a receita obtida e a despesa assumida ou paga.

[8] Montantes de receita prevista englobando todas as alterações ou revisões orçamentais realizadas no ano económico.

[9] Montantes deduzidos das liquidações anuladas.

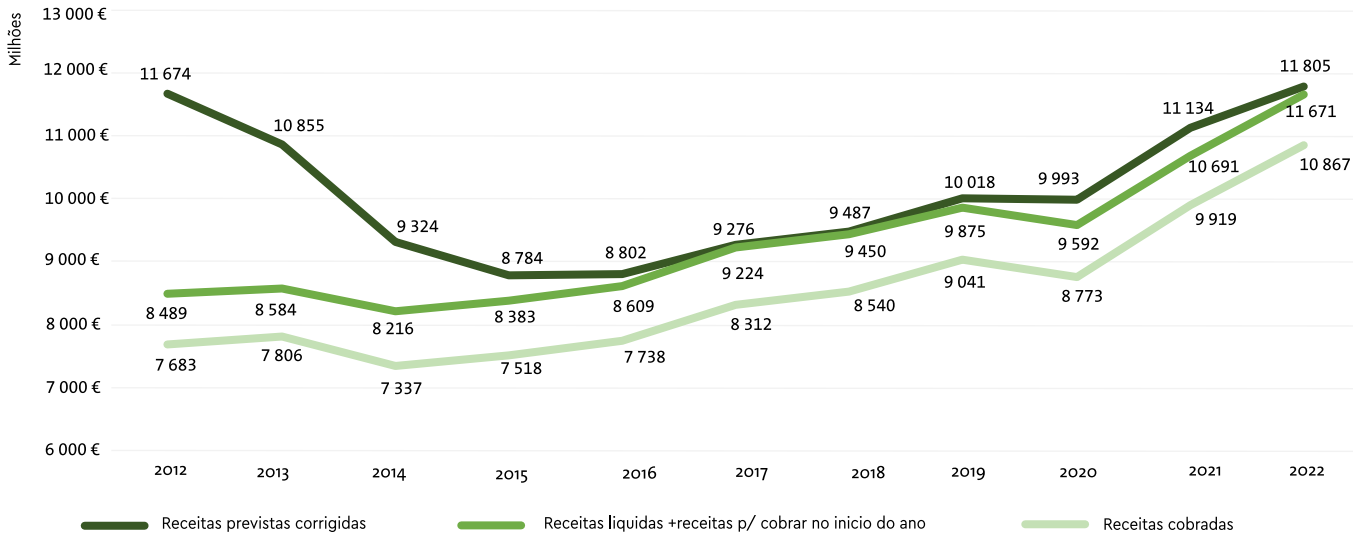
[10] Correspondem ao montante de receita cobrada bruta deduzida dos reembolsos e restituições efetuadas no respetivo ano económico.

[11] Deduzidas das anulações de liquidações.

[12] Corrigida das alterações e revisões orçamentais efetuadas ao longo do ano económico em apreço.

O Gráfico 2.01 complementa a informação prestada nos quadros anteriores, permitindo uma melhor perceção da evolução da receita prevista, liquidada e cobrada entre 2012 e 2022.

Gráfico 2.01 – Evolução das Receitas[13]



Da observação dos quadros e gráficos anteriores entende-se que, no ano económico de 2022, se confirma, na globalidade, a melhoria do comportamento orçamental da receita, realçando-se o seguinte:

A receita inicialmente estimada foi corrigida no sentido negativo, sendo o impacto no orçamento final de aproximadamente -151,6 milhões de euros, querendo isto significar que a receita prevista inicialmente, baixou durante o ano económico 1,3%, reajustando-se a novas previsões de cobrança;

- O montante global de receita liquidada em 2022 foi de 10 927,2 milhões de euros, ou seja, +1 029, milhões de euros (+10,4%) que em 2021;
- A receita cobrada, neste mesmo ano, cresceu 9,6% (+947,7 milhões de euros que em 2021) apresentando o montante de 10 866,6 milhões de euros;
- Entre 2012 e 2022 a cobrança líquida da receita aumentou 41,4%, isto é, +3 183,1 milhões de euros;

[13]Não incluem o saldo da gerência anterior.

- O ano de 2022 registou um grau de execução da receita cobrada[14] de 92,1%, valor superior ao grau de execução de 2021 em +3pp. O aumento progressivo do valor deste rácio acima dos 70% a partir de 2013 (71,9%) revela uma procura de maior rigor na elaboração dos orçamentos e um maior afastamento de orçamentos inflacionados de receita;
- -Também, em 2022 se verificou um elevado rácio de execução da receita liquidada[15] ao registar-se a liquidação de 92,6% (+3,7pp que em 2021, e +26,6pp que em 2012) da receita prevista corrigida;
- -Em 2022 o montante de receita prevista corrigida e não liquidada foi de 877,5 milhões de euros (-358,7 milhões de euros que em 2021). Situação que demonstra um maior esforço de cobrança em 2022. Anota-se que, em 2012, o montante de receita orçada e não liquidada atingiu o valor mais elevado nos últimos onze anos ao totalizar 3 974,9 milhões de euros pelo que pode afirmar-se que o inflacionamento orçamental nos últimos onze anos se reduziu em 3.097,5 milhões de euros;
- -Em 2022, ao aumento da receita prevista inicial de 4,7% (+535,4 milhões de euros) face a 2021, correspondeu um acréscimo de receita cobrada em 9,6% (+947,7 milhões de euros).

Retomando a análise global do universo autárquico municipal e comparando as receitas autárquicas de 2012 com as homólogas de 2022, reafirma-se:

- **Um aumento muito pouco significativo d o total de receita prevista** que, em onze anos, aumentou apenas 130,4 milhões de euros, isto é +1,1%;
- **Um aumento muito significativo da receita cobrada**, que cresceu, neste período, 3,2 mil milhões de euros (+41,4%);
- **Uma diminuição significativa da diferença entre a receita orçada e a receita cobrada,** a qual passou de um diferencial de 3 990,8 milhões de euros em 2012, para 938,1 milhões de euros em 2022. Isto é, nestes onze anos, a diferença entre a receita orçada e a receita cobrada diminuiu 76,5% (-3,1 mil milhões de euros).
- Os Gráficos 2.01.A e 2.01.M mostram a evolução da receita orçada, liquidada e cobrada, no período entre 2012 e 2022, nas Regiões Autónomas, permitindo apreciar a evolução dos seus indicadores homólogos.

[14] Peso da receita cobrada líquida na receita prevista corrigida de alterações e revisões orçamentais.

[15] Razão entre a receita liquidada e a receita prevista. O nível crescente deste indicador revela um maior controlo orçamental exercido pelos municípios e um melhor cumprimento das regras orçamentais de previsão das receitas, pois, de outra forma, não seria possível reduzir tão drasticamente a diferença entre os três níveis de receita: prevista, liquidada e cobrada. A diminuição drástica de excedente orçamental da receita prevista sobre a efetivamente liquidada, protagoniza um novo período de vida na gestão financeira municipal, verificada a partir de 2014 e mais acentuadamente depois de 2016, traduzido numa maior atenção dada à sustentabilidade financeira e um maior esforço de redução de um dos principais fatores indutores do desequilíbrio da mesma – a inflação do orçamento.

Gráfico 2.01.A – Evolução das Receitas dos Municípios da Região Autónoma dos Açores

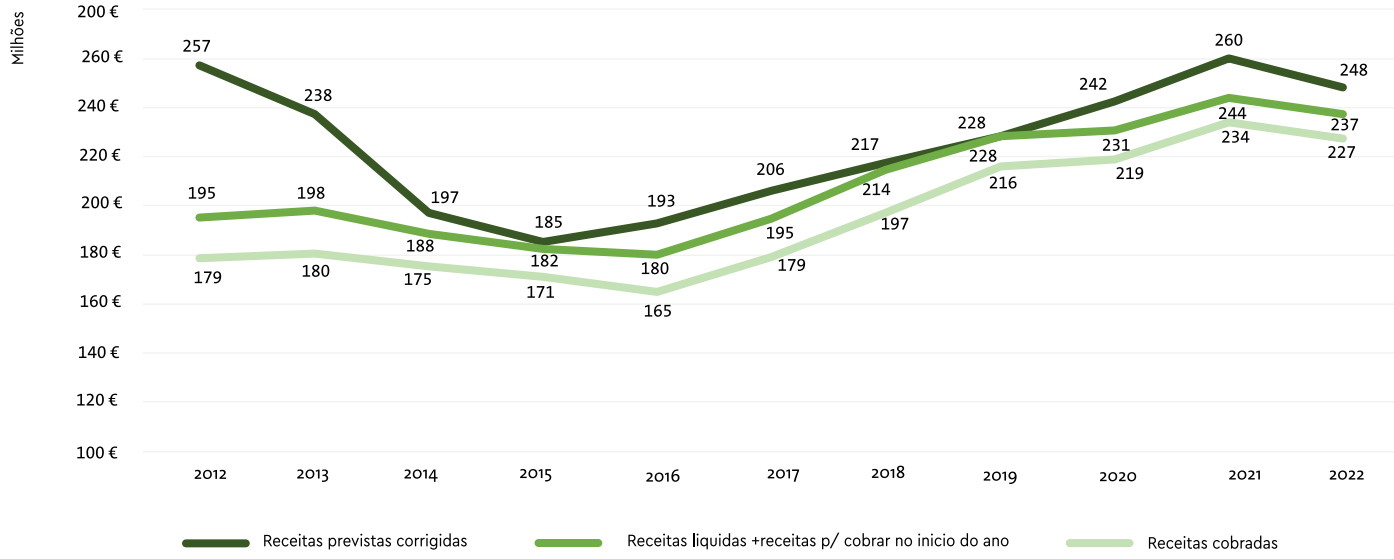
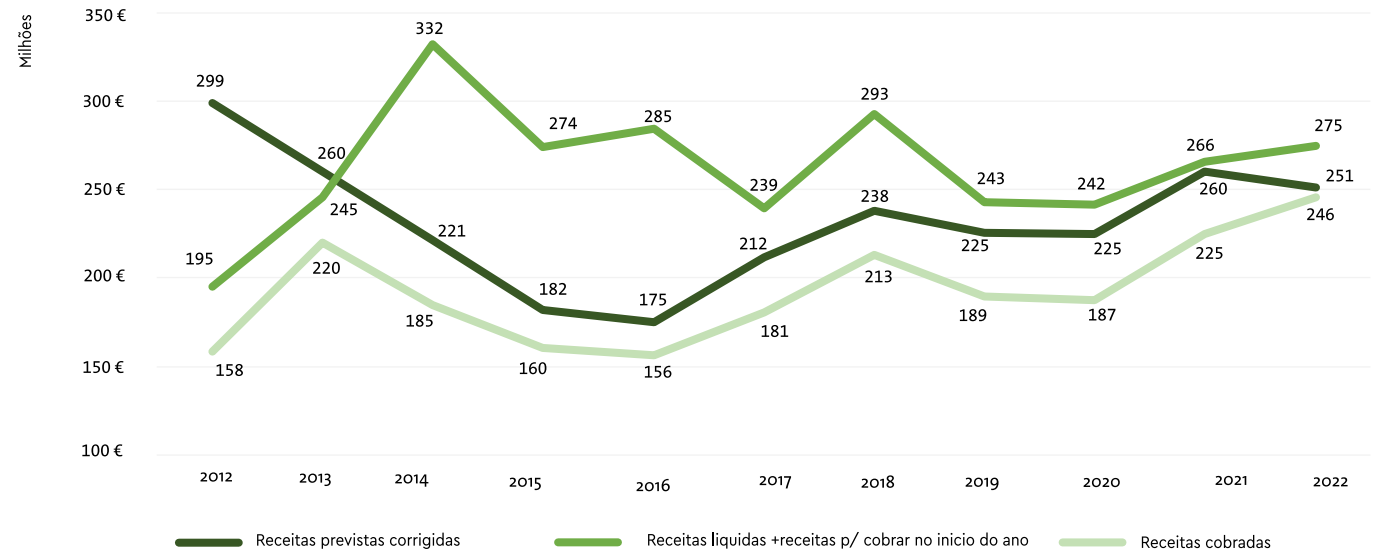


Gráfico 2.01.M – Evolução das Receitas dos Municípios da Região Autónoma da Madeira



O Gráfico 2.01.A revela o contínuo esforço desenvolvido pela Região Autónoma dos Açores, nos últimos onze anos, de ajustamento da previsão das receitas à real capacidade de cobrança e à obtenção das mesmas, reduzindo ao longo do tempo a diferença entre a receita prevista e a liquidada e aumentando o montante de receita cobrada. Todavia, em 2022, à descida de receita prevista correspondeu também, pela primeira vez nestes onze anos, uma descida, ainda que pouco significativa, da receita liquidada e cobrada pese embora estas diversas categorias de receita se tenham mantido em níveis superiores aos verificados na curva ascendente das mesmas até 2020.

O Gráfico 2.01.M mostra, para **a Região Autónoma da Madeira, em 2022 um decréscimo do valor da receita prevista e um aumento significativo da receita cobrada a par do aumento da receita liquidada** desviando-se significativamente da receita prevista pela positiva. Desde 2014 que a receita liquidada excede a estimada, ainda que com oscilações significativas ao longo dos anos.

Da análise do grau de execução da receita dos municípios açorianos resultou o Quadro 2.06.A, do qual se observa:

- Na Região dos Açores, oito (menos dois que em 2021) dos dezanove municípios apresentaram, em 2022, um grau de execução superior a 90%, sendo o grau médio de execução global na Região inferior ao da média nacional em 0,6pp. Contudo, apenas quatro municípios apresentam um grau de execução da receita inferior a 80%, sendo de relevar o município de Vila do Porto que baixou o grau de execução de 93,8% para 74,5%.

Quadro 2.06.A – Grau de execução da receita cobrada em 2022 pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Ponta Delgada	M	70,9%	73,2%	91,2%	93,9%	91,5%	101,5%	95,7%	100,5%	99,8%	101,3%	108,8%
2	Angra do Heroísmo	M	79,9%	83,5%	84,3%	96,0%	90,4%	87,5%	98,3%	97,4%	93,0%	104,6%	101,3%
3	Ribeira Grande	M	68,7%	91,4%	106,6%	102,3%	92,7%	101,4%	103,5%	102,3%	98,2%	100,3%	100,7%
4	Santa Cruz da Graciosa	P	79,5%	68,8%	91,2%	89,6%	83,1%	92,5%	88,7%	90,2%	88,2%	89,8%	98,3%
5	Lagoa (R.A.A)	P	77,6%	83,1%	86,8%	93,9%	95,6%	94,9%	97,8%	93,2%	86,6%	98,0%	98,0%
6	Velas	P	73,5%	88,4%	100,7%	104,8%	96,1%	79,9%	99,0%	98,1%	95,6%	92,6%	95,1%
7	São Roque do Pico	P	58,9%	62,2%	100,4%	97,5%	92,7%	71,0%	97,0%	96,6%	98,5%	95,2%	95,1%
8	Povoação	P	61,5%	75,1%	76,7%	81,1%	94,4%	95,0%	88,0%	92,3%	82,2%	85,4%	91,3%
9	Horta	P	69,1%	67,2%	83,3%	82,6%	71,3%	74,1%	71,6%	88,9%	78,3%	80,2%	88,7%
10	Calheta (R.A.A.)	P	81,7%	50,9%	98,6%	101,6%	106,1%	87,5%	98,5%	92,5%	86,3%	90,2%	88,5%
11	Santa Cruz das Flores	P	89,2%	70,0%	88,8%	89,5%	83,9%	87,6%	90,5%	87,6%	90,9%	93,8%	87,8%
12	Corvo	P	79,4%	63,7%	97,0%	83,8%	74,5%	74,1%	74,5%	93,8%	87,2%	90,2%	87,8%
13	Vila Franca do Campo	P	76,7%	90,0%	86,4%	101,1%	98,6%	92,9%	98,0%	102,9%	98,1%	77,3%	86,8%
14	Lajes do Pico	P	50,6%	82,3%	71,5%	83,5%	76,2%	77,3%	74,7%	76,5%	70,8%	82,3%	86,1%
15	Lajes das Flores	P	60,1%	52,4%	79,5%	85,5%	85,4%	89,8%	96,2%	90,3%	83,2%	83,7%	84,0%
16	Nordeste	P	40,4%	77,2%	104,8%	99,7%	95,1%	79,4%	100,1%	101,0%	92,5%	74,1%	79,1%
17	Vila do Porto	P	92,5%	94,6%	99,4%	69,9%	42,0%	57,6%	62,4%	85,8%	78,0%	93,8%	74,5%
18	Madalena	P	56,2%	62,0%	69,4%	78,1%	76,4%	62,3%	76,3%	72,0%	74,4%	73,3%	72,4%
19	Praia da Vitória	P	68,6%	82,9%	89,2%	91,7%	86,6%	85,6%	80,6%	87,9%	86,9%	71,1%	64,6%
	Grau execução Receita – Açores		69,5%	76,0%	89,0%	92,2%	85,6%	86,9%	90,6%	94,6%	90,4%	90,1%	91,5%
	Grau execução Receita – Nacional		65,8%	71,9%	78,7%	85,6%	87,9%	89,6%	90,0%	90,3%	87,8%	89,1%	92,1%

Relativamente aos municípios da Região da Madeira apresenta-se, de seguida, o quadro 2.06.M com o grau de execução das receitas.

Quadro 2.06.M – Grau de execu a receita cobrada em 2022 pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Ponta do Sol	P	75,9%	96,4%	98,6%	93,5%	80,4%	78,0%	100,1%	103,2%	99,4%	105,2%	108,6%
2	Santa Cruz	M	47,1%	74,1%	64,8%	74,9%	95,0%	100,0%	101,7%	73,0%	79,6%	95,6%	105,7%
3	Santana	P	64,1%	83,0%	102,0%	102,4%	89,0%	86,7%	93,3%	97,7%	97,8%	100,7%	104,8%
4	Porto Moniz	P	52,3%	94,3%	91,3%	99,8%	84,4%	71,7%	71,7%	81,1%	75,9%	83,3%	104,2%
5	Funchal	G	66,9%	97,4%	88,7%	88,4%	93,9%	79,4%	85,7%	80,7%	80,0%	82,6%	99,9%
6	Porto Santo	P	52,0%	84,9%	99,1%	106,0%	96,0%	94,9%	101,4%	92,8%	98,0%	114,6%	99,5%
7	Machico	P	36,1%	89,9%	93,6%	92,4%	96,7%	101,3%	103,9%	100,2%	96,5%	88,9%	98,1%
8	Calheta (R.A.M.)	P	46,7%	73,9%	89,6%	98,4%	63,9%	99,3%	106,4%	103,4%	72,0%	78,8%	96,5%
9	Câmara de Lobos	M	34,0%	74,0%	101,6%	82,6%	79,0%	88,3%	85,1%	83,7%	89,0%	85,6%	90,1%
10	Ribeira Brava	P	37,3%	50,2%	63,3%	83,9%	90,3%	69,7%	76,1%	85,2%	85,9%	86,1%	86,6%
11	São Vicente	P	54,0%	56,6%	70,5%	94,1%	94,5%	96,2%	89,5%	88,6%	86,3%	83,4%	74,8%
Grau execução Receita – Madeira			53,0%	84,5%	83,3%	88,2%	89,2%	85,2%	89,6%	84,0%	83,2%	86,6%	98,0%
Grau execução Receita – Nacional			65,8%	71,9%	78,7%	85,6%	87,9%	89,6%	90,0%	90,3%	87,8%	89,1%	92,1%

Da observação do quadro anterior releva-se:

- A taxa média de execução do orçamento da receita, em 2022, para os municípios da Região Autónoma da Madeira (RAM) foi de 98,0%, a maior execução atingida nos últimos onze anos e valor acima da média nacional em cerca de +5,9pp;
- Apenas um município apresentou uma execução da receita inferior a 80% da receita prevista, sendo que, oito municípios apresentaram um grau de execução da receita superior à média nacional.

Antes de se passar para a análise da estrutura da receita desagregando-a pelas suas diferentes componentes orçamentais, dada a discrepância significativa do montante de receita recebida entre os municípios de grande dimensão e os restantes, bem como o elevado diferencial entre o município de Lisboa e os outros municípios, apresenta-se o *Ranking* R3 relativo aos 35 municípios com maior volume de receita cobrada em 2022, com informação relativa aos anos anteriores. Nesta listagem encontram-se todos os municípios de grande dimensão.

Reportando ao *Ranking* R3 e relativamente ao ano de 2022, poder-se-á observar:

- A amplitude da receita recebida entre o primeiro e o trigésimo quinto município foi de 876,4 milhões de euros. O trigésimo quinto município deste *ranking* – Município de Palmela – arrecadou apenas 7,2% da receita cobrada por Lisboa. Anota-se que a população residente em Palmela representa 13% da população residente em Lisboa;
- A diferença de receita cobrada entre o primeiro município do Ranking R3 (Lisboa) e o segundo (Cascais) foi de 653,7 milhões de euros, sendo que, no ano anterior, a diferença homóloga entre os mesmos municípios foi ligeiramente inferior, ao totalizar 569,5 milhões de euros. Em 2022, a receita cobrada por Cascais representou 30,8% da receita arrecadada por Lisboa. No entanto a população residente em Cascais corresponde a 39% da população residente em Lisboa;
- A receita cobrada por Lisboa em 2022, após um acréscimo extraordinário em 2019 de +29,6% (+238,8 milhões de euros), apresentou um acréscimo de 14,6% (+120,6 milhões de euros). Anota-se, ainda, que a receita cobrada por Lisboa representou 18,2% da receita cobrada pela totalidade dos municípios;
- O município do Porto, que apresentou em 2022 o maior volume de receita auferida nos últimos onze anos ao arrecadar 268,7 milhões de euros, traduziu um acréscimo de apenas 1,6 milhões de euros em relação ao ano precedente, isto é, +0,6% de receita auferida no ano anterior, passando assim da segunda para a terceira posição neste ranking. A cidade do Porto cobrou 28,5% do montante cobrado por Lisboa e a sua população residente corresponde a 44% da população residente em Lisboa;
- Dos 35 municípios hierarquizados com maior volume de receita, apenas três (Matosinhos, Seixal e Guimarães), apresentaram em 2022, decréscimo de receita cobrada;
- Observando este mesmo *ranking*, constata-se um aumento significativo de receita cobrada em alguns municípios, nomeadamente: Paredes (+53,4%); Figueira da Foz (+42,3%); Albufeira (+29,8%); Lagos (+29,7%) e Portimão (+26,9%).

R3 – Municípios com maior volume da receita cobrada[16] em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim1.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Δ 21–22 %
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Lisboa	G	832 666 402	546 365 853	623 142 075	710 672 378	659 639 515	817 137 507	805 585 216	1044337884	734 327 955	823 847 909	944 470 135	14,6%
2	Cascais	G	142 244 106	129 649 858	143 391 161	149 473 597	160 779 651	215 120 348	219 372 109	214 251 456	210 492 183	254 309 901	290 783 343	14,3%
3	Porto	G	164 847 332	189 546 233	176 337 104	169 516 522	223 596 824	214 065 558	225 199 501	251 214 697	230 492 640	267 098 878	268 711 476	0,6%
4	Sintra	G	167 535 394	157 458 501	147 526 734	155 295 805	158 331 191	168 112 165	173 164 829	188 183 676	199 432 466	212 133 674	240 041 502	13,2%
5	VN Gaia	G	123 619 408	138 673 073	129 121 724	123 231 383	162 967 720	131 585 597	147 466 624	145 634 010	145 157 405	172 981 150	201 095 896	16,3%
6	Oeiras	G	109 570 322	107 509 349	116 634 387	119 639 044	127 621 156	151 246 286	148 588 244	159 490 556	169 445 960	172 277 224	190 791 876	10,7%
7	Loures	G	109 517 801	104 454 727	100 216 564	104 619 446	104 996 997	114 221 872	112 255 836	122 014 658	118 099 347	147 155 173	165 055 967	12,2%
8	Loulé	M	91 120 229	111 290 200	95 727 486	105 481 768	112 091 586	109 341 104	103 711 923	112 587 204	109 773 980	139 252 927	161 774 360	16,2%
9	Almada	G	78 593 908	77 445 956	76 922 784	83 085 546	81 532 714	87 748 867	96 876 284	102 445 465	93 299 909	131 970 456	144 360 350	9,4%
10	Matosinhos	G	110 137 105	101 641 884	86 592 708	108 244 567	121 813 021	127 347 319	113 818 670	117 222 557	118 422 119	147 561 630	141 489 131	–4,1%
11	Seixal	G	79 245 204	80 835 117	110 988 443	81 133 474	119 995 532	92 609 459	126 113 295	123 628 789	97 638 497	145 533 894	139 820 294	–3,9%
12	Braga	G	84 166 068	99 302 205	86 282 035	85 646 061	84 357 269	90 343 199	99 253 851	109 961 437	109 809 570	118 193 735	131 035 020	10,9%
13	Setúbal	G	66 324 518	63 932 384	64 507 413	81 429 935	83 277 495	81 115 194	88 766 607	91 740 783	94 506 887	101 464 207	120 605 433	18,9%
14	Coimbra	G	94 017 940	87 122 861	78 971 387	77 996 805	87 200 186	83 992 826	81 612 065	80 986 000	84 869 813	115 445 000	118 210 635	2,4%
15	Funchal	G	74 229 100	112 045 280	72 875 418	70 363 786	73 141 379	76 665 052	102 376 008	87 117 372	77 422 584	102 381 191	116 539 148	13,8%
16	VN Famalicão	G	86 571 160	63 124 314	71 988 888	71 680 267	88 620 604	86 468 808	89 113 004	93 032 311	97 152 705	111 245 808	113 263 687	1,8%
17	Odivelas	G	61 892 911	57 892 182	65 176 852	65 748 421	64 396 095	72 240 739	78 148 019	80 160 475	83 873 501	94 303 547	107 685 531	14,2%
18	Guimarães	G	91 654 325	78 095 383	76 515 936	86 156 289	84 355 525	85 196 727	83 311 414	87 775 779	94 759 199	117 241 099	107 302 103	–8,5%
19	Amadora	G	84 526 479	74 200 232	77 341 786	76 357 139	78 728 326	84 280 082	88 161 710	93 216 486	93 061 125	92 047 304	103 557 983	12,5%
20	Gondomar	G	70 390 999	77 240 134	58 023 031	63 815 799	65 472 443	68 638 720	73 151 072	106 669 468	84 916 072	93 422 431	101 784 202	9,0%
21	VF Xira	G	67 718 373	64 142 072	59 538 460	54 441 425	57 632 774	68 493 648	65 603 844	76 051 838	77 063 356	82 471 230	99 798 942	21,0%
22	Albufeira	M	61 037 177	78 750 705	79 429 527	87 033 773	78 340 890	83 313 575	75 343 902	78 992 032	64 812 482	75 084 098	97 472 689	29,8%
23	Leiria	G	57 981 088	60 475 151	63 505 479	64 474 204	69 461 292	68 089 790	78 455 407	71 314 515	72 410 529	86 499 217	96 932 125	12,1%
24	Maia	G	61 200 579	55 655 128	55 563 240	74 488 712	66 584 618	66 299 132	73 980 309	73 465 126	79 942 229	80 549 646	96 551 214	19,9%
25	Mafra	M	50 240 535	47 542 538	51 999 270	56 340 133	57 506 913	62 145 533	66 637 727	88 272 781	70 878 210	74 649 387	92 180 017	23,5%
26	SM Feira	G	57 386 848	76 760 634	63 821 043	58 896 465	59 289 187	62 703 329	60 720 680	66 248 052	70 704 267	74 507 860	91 452 022	22,7%
27	Aveiro	M	40 175 129	42 909 858	48 046 087	52 805 662	54 039 391	116 014 516	79 110 073	65 996 237	65 109 787	73 076 825	85 321 122	16,8%
28	Barcelos	G	56 165 224	60 971 630	59 187 087	54 261 876	52 688 127	52 846 643	56 289 476	59 926 542	62 335 162	76 521 041	82 487 545	7,8%
29	V. Castelo	M	50 757 348	55 543 588	48 329 520	61 076 345	55 354 154	63 932 864	64 295 931	70 159 731	70 272 640	76 135 567	80 804 845	6,1%
30	Paredes	M	51 763 983	74 479 865	43 368 997	45 282 790	52 582 860	41 327 028	68 925 759	41 609 416	45 352 541	51 615 881	79 192 638	53,4%
31	Portimão	M	38 730 473	42 996 870	45 033 466	51 033 342	82 670 958	139 994 530	59 267 914	56 315 102	57 081 533	61 745 631	78 349 167	26,9%
32	Lagos	M	40 264 512	49 549 992	42 215 573	46 629 202	47 898 042	51 315 666	54 208 131	58 871 228	52 506 627	59 542 647	77 231 574	29,7%
33	Viseu	G	48 789 993	49 488 083	45 360 314	48 166 438	48 675 168	50 555 032	51 458 048	55 805 160	64 128 368	71 687 208	74 667 688	4,2%
34	F. Foz	M	35 967 633	37 106 193	37 830 006	41 451 894	38 357 523	41 931 020	55 236 004	46 902 196	45 679 855	48 647 319	69 217 237	42,3%
35	Palmela	M	40 979 810	43 764 131	39 680 685	40 863 057	40 548 099	41 891 989	46 430 366	49 604 012	50 203 300	63 077 501	68 027 409	7,8%

[16] Não inclui saldos de gerências anteriores.

Seguindo a metodologia adotada nos anuários precedentes, apresenta-se, hierarquizada pelo volume de receita, a situação dos municípios das Regiões Autónomas reportada ao ano de 2022, embora com o histórico dos dez anos anteriores.

R3.A – Volume da receita cobrada[17] pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Δ 21–22 %
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Ponta Delgada	M	33 694 117	31 748 683	34 236 559	33 108 780	31 749 454	38 271 620	36 659 871	42 630 291	40 657 401	44 158 855	45 794 546	3,7%
2	Angra do Heroísmo	M	16 878 471	17 363 073	17 296 146	19 404 607	17 186 013	17 018 154	20 463 303	19 372 559	22 468 509	28 991 310	29 355 627	1,3%
3	Ribeira Grande	M	20 386 492	17 795 784	18 629 750	20 382 617	19 996 674	20 274 843	21 583 409	21 975 936	24 555 633	25 184 474	23 668 652	–6,0%
4	Praia da Vitória	P	11 383 376	12 207 504	10 409 738	11 523 037	12 068 128	14 405 784	13 364 334	14 836 028	17 785 397	19 053 358	16 775 168	–12,0%
5	Lagoa (R.A.A)	P	11 266 521	9 441 816	9 589 844	9 918 050	9 924 215	10 314 151	10 957 961	11 772 985	12 688 477	14 634 287	13 542 246	–7,5%
6	Horta	P	9 193 258	10 319 075	11 639 617	10 433 501	9 975 866	10 945 522	11 036 392	12 030 698	11 818 940	12 985 863	13 184 317	1,5%
7	VF Campo	P	21 664 464	9 517 390	8 652 197	9 211 891	8 050 211	8 497 704	9 080 313	29 153 008	22 846 035	11 945 039	12 000 671	0,5%
8	Velas	P	5 300 271	5 061 339	5 650 309	6 030 869	6 090 414	7 276 052	7 210 911	6 186 679	6 347 876	11 185 124	10 430 417	–6,7%
9	Povoação	P	5 015 673	5 796 545	6 511 186	5 978 985	6 034 548	6 208 177	6 927 614	7 121 699	7 172 867	7 935 797	8 963 972	13,0%
10	Madalena	P	5 317 535	6 923 218	7 192 593	6 870 391	7 248 784	7 301 001	8 817 788	7 881 490	8 530 037	9 256 508	8 029 925	–13,3%
11	Lajes do Pico	P	5 845 914	9 991 931	7 105 046	5 628 008	5 296 504	5 393 586	5 392 617	6 330 048	6 186 651	7 450 686	7 202 080	–3,3%
12	Vila do Porto	P	5 155 353	4 817 965	5 502 319	5 422 055	5 606 820	5 374 060	5 877 538	6 323 947	7 021 189	8 320 296	7 157 704	–14,0%
13	Nordeste	P	5 666 058	15 888 935	8 273 802	5 159 304	5 289 012	5 388 742	15 794 216	6 305 942	6 293 909	6 682 894	6 526 452	–2,3%
14	São Roque do Pico	P	3 980 574	4 161 828	4 027 472	4 493 405	4 537 790	4 573 710	5 406 039	4 587 819	5 551 049	5 468 542	5 778 295	5,7%
15	Calheta (R.A.A.)	P	3 853 750	4 057 999	4 751 019	5 525 414	4 607 713	4 714 417	5 166 487	4 983 421	5 137 406	5 818 173	5 063 877	–13,0%
16	Sta. Cruz da Graciosa	P	5 331 475	4 649 323	4 757 998	3 868 861	3 891 615	4 592 947	4 925 900	5 031 542	4 817 476	5 230 079	4 735 257	–9,5%
17	Lajes das Flores	P	3 633 699	4 995 508	5 031 119	2 995 512	2 980 556	3 050 748	3 264 878	4 078 597	3 741 272	3 945 400	3 826 642	–3,0%
18	Santa Cruz das Flores	P	2 777 221	3 259 363	4 108 749	2 963 327	2 687 459	3 353 792	3 052 025	3 287 319	3 562 040	3 811 696	3 274 403	–14,1%
19	Corvo	P	2 474 129	2 436 674	1 996 330	1 937 375	1 833 187	2 000 462	1 948 036	2 114 771	1 872 247	2 152 948	1 982 773	–7,9%
Total Açores			178 818 351	180 433 956	175 361 794	170 855 989	165 054 962	178 955 473	196 929 630	216 004 779	219 054 411	234 211 330	227 293 025	–3,0%
Açores/Total Nacional (%)			2,33%	2,31%	2,39%	2,27%	2,13%	2,15%	2,31%	2,39%	2,50%	2,36%	2,09%	–11,4%

Da análise ao quadro do *Ranking* R3.A, verifica-se que em 2022:

- A receita global dos municípios dos Açores, em 2022, baixou 6,9 milhões de euros (-3,0%), invertendo a tendência de crescimento revelada desde 2017, apresentando o volume de 227,3 milhões de euros a segunda maior coleta auferida no período entre 2012–2022;
- Dos seis municípios da Região dos Açores que apresentaram um aumento de receita, em 2022, apenas num a receita cresceu mais que 10%. O município de Povoação apresentou um acréscimo de receita de 13%, sendo que nos restantes quatro municípios as receitas cresceram 5,7% e 0,5%;
- Treze dos dezanove municípios açorianos apresentaram decréscimo de receita, sendo que cinco deles com taxas superiores a 10%;

[17] Não inclui saldo das gerências anteriores.

O quadro a seguir apresentado mostra a evolução da receita total, nos últimos onze anos, dos municípios da Região da Madeira

R3.M – Volume da receita cobrada[18] pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira, em 2022

Unidades: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Δ 21–22 %
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Funchal	G	74 229 100	112 045 280	72 875 418	70 363 786	73 141 379	76 665 052	102 376 008	87 117 372	77 422 584	102 381 191	116 539 148	13,8%
2	Santa Cruz	M	17 220 539	18 344 290	32 902 855	20 236 621	19 056 181	25 534 188	33 379 323	21 836 093	25 346 988	29 631 066	27 744 106	–6,4%
3	Câmara de Lobos	M	11 960 007	23 488 586	16 142 877	12 772 572	11 411 363	20 548 032	15 352 022	17 886 996	16 594 927	16 038 023	19 636 940	22,4%
4	Calheta (R.A.M.)	P	9 687 450	13 907 407	10 535 260	11 812 304	9 656 879	11 682 316	10 837 751	11 165 578	10 999 090	13 903 395	19 334 615	39,1%
5	Machico	P	10 877 578	11 091 147	16 282 812	9 442 406	9 152 818	9 640 308	9 861 271	10 137 736	12 523 424	13 894 554	14 102 246	1,5%
6	Ribeira Brava	P	7 169 777	8 822 929	8 599 404	6 764 956	7 021 408	7 907 274	10 623 474	9 390 831	11 651 281	12 139 866	10 394 291	–14,4%
7	São Vicente	P	6 766 456	5 432 329	5 361 290	6 081 231	5 353 158	5 889 263	6 601 439	6 005 872	7 400 842	9 162 984	8 989 342	–1,9%
8	Ponta do Sol	P	5 479 942	6 243 218	5 428 654	7 058 393	6 118 376	6 296 308	6 842 908	6 776 002	6 843 079	7 896 743	8 439 022	6,9%
9	Santana	P	6 222 041	6 619 184	6 961 512	6 278 542	6 119 752	6 760 780	7 141 533	7 366 746	7 483 434	8 178 878	7 990 880	–2,3%
10	Porto Moniz	P	4 488 553	5 451 984	4 649 765	4 849 741	4 811 824	5 341 443	5 316 452	5 770 541	5 934 659	6 415 841	7 260 075	13,2%
Total Madeira			158 416 994	220 087 800	184 581 837	160 446 496	156 188 746	180 561 326	213 448 496	189 297 503	187 268 452	225 160 694	245 830 136	9,2%
Açores/Total Nacional (%)			2,06%	2,82%	2,52%	2,13%	2,02%	2,17%	2,50%	2,09%	2,13%	2,27%	2,26%	–0,3%

Quanto ao *Ranking* R3.M relativo à Região da Madeira há a referir, com reporte ao ano económico de 2022:

- A receita global cobrada pelos municípios da Região da Madeira aumentou 9,2% (+20,7 milhões de euros), mantendo a tendência manifestada em 2017 (+24,4 milhões de euros, +15,6%), 2018 (+32,8 milhões de euros, +15,6%) e 2021(+37,9 milhões de euros, +20,2%) após descidas consecutivas anotadas entre 2013 e 2016 e 2019 e 2020;
- O montante global de 245,8 milhões de euros coletado em 2022 pela totalidade dos municípios madeirenses é a maior colecta desde 2012, ultrapassando esta em 87,4 milhões de euros (+55,2%), apresentando-se como principal razão, **o acréscimo das transferências correntes e dos impostos diretos;**
- Quatro dos onze municípios contribuíram mais para o aumento global da receita desta região autónoma. Foram eles: Funchal com +14,2 milhões de euros (+13,8%); Calheta com +5,4 milhões de euros (+39,1%); Câmara de Lobos com +3,6 milhões de euros (+22,4%) e Porto de Moniz com +0,8 milhões de euros (+13,2%);
- Regista-se também que a receita de cinco dos onze municípios da Madeira baixou entre 14,4% (Ribeira Brava com -1,7 milhões de euros) e 2,2% (Porto Santo com -118,7 milhares de euros).

O quadro a seguir apresentado mostra a evolução da **receita cobrada por Distritos e Regiões**, nos últimos onze anos e o respetivo peso na receita total municipal.

[18] Não inclui saldo das gerências anteriores.

R3.D – Volume da receita cobrada[19] pelos Distritos e Regiões, em 2022

Unidades: euros

Distrito/ Região		Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Peso
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Lisboa	1 758 239 440	1 426 022 680	1 511 091 394	1 635 364 682	1 606 706 560	1 898 976 447	1 907 430 644	2 227 265 392	1 915 845 718	2 137 502 174	2 428 853 869	22,4%
2	Porto	961 485 210	1 104 057 931	917 145 162	957 935 248	1 055 165 672	1 096 588 378	1 156 188 720	1 165 357 310	1 162 206 488	1 341 610 101	1 457 044 499	13,4%
3	Setúbal	501 637 980	531 315 767	519 254 825	511 954 807	572 195 530	559 644 211	627 470 830	657 289 080	628 821 212	788 559 688	870 748 594	8,0%
4	Faro	446 326 176	506 699 940	565 102 500	524 072 642	571 159 590	653 774 037	557 959 440	585 107 447	569 180 798	638 056 543	794 372 339	7,3%
5	Braga	491 810 013	484 066 451	465 826 503	478 397 322	491 072 163	488 433 202	506 744 587	541 097 456	566 265 750	645 617 570	671 909 243	6,2%
6	Aveiro	445 811 763	481 343 133	413 078 931	429 885 065	422 443 770	501 356 478	460 705 987	481 112 942	499 890 264	542 547 310	591 600 458	5,4%
7	Santarém	353 565 185	371 300 445	310 292 923	329 412 930	330 879 744	378 063 410	358 361 190	355 835 943	376 550 298	406 850 485	453 365 460	4,2%
8	Leiria	308 350 791	314 417 382	301 962 984	305 560 628	300 026 574	309 405 616	332 566 307	344 992 378	330 378 152	386 588 345	429 312 765	4,0%
9	Coimbra	316 591 849	301 483 550	286 117 188	295 387 279	309 622 040	305 113 452	339 248 256	342 000 540	334 308 121	391 442 728	420 022 277	3,9%
10	Viseu	311 094 091	331 425 536	299 713 293	316 118 208	301 981 743	310 397 254	327 516 778	346 485 902	350 684 216	394 026 246	413 632 844	3,8%
11	Vila Real	196 894 309	207 399 664	232 250 134	202 772 610	196 999 365	203 830 271	212 054 446	219 381 609	247 665 009	260 535 369	274 734 558	2,5%
12	V. Castelo	208 556 506	213 141 948	189 210 279	211 809 294	199 808 383	213 537 970	220 718 253	237 608 977	231 494 225	253 578 092	271 148 738	2,5%
13	Madeira	158 416 994	220 087 800	184 581 837	160 446 496	156 188 746	180 561 326	213 448 496	189 297 503	187 268 452	225 160 694	245 830 136	2,3%
14	Guarda	175 718 083	187 658 393	160 969 346	172 874 087	189 020 847	198 952 969	234 934 985	189 769 682	198 038 271	218 238 528	245 479 617	2,3%
15	Beja	185 571 707	169 474 418	160 281 007	167 556 269	173 109 306	176 107 495	176 463 465	186 571 755	199 492 055	221 463 773	237 863 651	2,2%
16	Açores	178 818 351	180 433 956	175 361 794	170 855 989	165 054 962	178 955 473	196 929 630	216 004 779	219 054 411	234 211 330	227 293 025	2,1%
17	C. Branco	194 933 027	224 506 848	157 747 278	166 121 819	173 300 723	175 792 323	223 028 158	212 900 085	207 029 621	224 275 584	221 733 167	2,0%
18	Évora	168 593 266	206 901 163	166 857 928	165 091 390	212 383 766	174 640 721	180 429 251	213 226 814	197 246 398	206 238 132	219 027 455	2,0%
19	Bragança	175 310 216	203 762 376	157 350 012	176 269 413	172 692 477	164 747 596	165 646 232	182 872 793	188 695 955	211 179 694	210 913 396	1,9%
20	Portalegre	145 717 555	140 807 299	139 090 945	140 553 136	138 186 814	142 650 951	141 755 840	146 900 711	162 942 561	191 159 785	181 697 919	1,7%
Total Nacional		7 683 442 512	7 806 306 680	7 313 286 264	7 518 439 313	7 737 998 774	8 311 529 580	8 539 601 496	9 041 079 097	8 773 057 974	9 918 842 170	10 866 584 010	100%

[19] Não inclui saldo das gerências anteriores.

Observando o Quadro R3D, conclui-se que;

- Face ao volume de receita arrecadada por Lisboa o distrito com maior volume e maior peso de receita é o de Lisboa com 2,4 mil milhões de euros e um peso na receita total de 22,2%. A receita deste Distrito, em 2022 cresceu 13,6% (+291,4 milhões de euros);
- O distrito com menor peso de receita autárquica é o distrito de Portalegre ao arrecadar apenas 1,7% de toda a receita autárquica. O total auferido pelos municípios deste distrito foi de 181,7 milhões de euros, isto é, apenas 19,2% da receita contabilizada pelo município de Lisboa;
- Faro é o distrito onde globalmente a receita mais cresceu apresentando uma taxa de crescimento de 24,5% (+156,3 milhões de euros) e totalizando o montante de 794,4 milhões de euros;
- Quatro distritos apresentaram uma taxa de crescimento da receita autárquica superior a 10%. A saber: Distrito da Guarda (+12,5%, +27,2 milhões de euros), Distrito de Santarém (+11,4%, +46,5 milhões de euros), Distrito de Santarém (+11,1%, +42,7 milhões de euros) e Distrito de Setúbal (+10,4% e +82,2 milhões de euros);
- Para além da Região dos Açores já atrás referida, apresentaram descida do montante global de receita os distritos de Portalegre (-4,9%, -9,5 milhões de euros), Castelo Branco (-1,1%, -2,5 milhões de euros) e Bragança (-0,1%, -266,3 milhares de euros).

Retomando a análise por municípios e em termos nacionais, apresentam-se no Ranking R4 os 35 municípios com menor volume de receita arrecadada em 2022, comparando com os montantes arrecadados nos dez anos anteriores. Destes dados há a assinalar:

- Todos os municípios que constituem este *ranking* são de pequena dimensão, sendo que o município com menor receita (Corvo) arrecadou, para realizar as suas atividades, um montante que representou, apenas, 0,2% do montante coletado por Lisboa. Isto é, 1,9 milhões de euros, menos 7,9% (-170 milhares de euros) que o auferido no ano anterior;
- Apenas onze destes trinta e cinco municípios apresentaram, em 2022, aumento de receita cobrada, tendo as mais relevantes sido protagonizadas pelos municípios de: Manteigas (+23%, +1,4 milhões de euros); Penedono (+17,7%, +1,2 milhões de euros); Barrancos (+16,8%, +858,9 milhares de euros) e Porto Moniz (+13,2%, +844,2 milhares de euros);
- Com maior descida de receita neste ranking de 35 municípios com menor receita, anotam-se: Castelo de Vide (-21,2%, -2,1milhões de euros), Alvito (-20,4%, -1,4 milhões de euros), Santa Marta de Penaguião (-17,5%, -1,6 milhões de euros), Arronches (-17,1%, -1,4 milhões de euros), Vila do Porto (-14%, -1,2 milhões de euros) e Madalena (-13,3% e -1,2milhões de euros).

R4 – Municípios com menor volume da receita cobrada[20] em 2022

Unidades: euros

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Δ 21–22 %
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Corvo	P	2 474 129	2 436 674	1 996 330	1 937 375	1 833 187	2 000 462	1 948 036	2 114 771	1 872 247	2 152 948	1 982 773	–7,9%
2	Sta. Cruz das Flores	P	2 777 221	3 259 363	4 108 749	2 963 327	2 687 459	3 353 792	3 052 025	3 287 319	3 562 040	3 811 696	3 274 403	–14,1%
3	Lajes das Flores	P	3 633 699	4 995 508	5 031 119	2 995 512	2 980 556	3 050 748	3 264 878	4 078 597	3 741 272	3 945 400	3 826 642	–3,0%
4	Sta. Cruz Graciosa	P	5 331 475	4 649 323	4 757 998	3 868 861	3 891 615	4 592 947	4 925 900	5 031 542	4 817 476	5 230 079	4 735 257	–9,5%
5	Calheta (R.A.A.)	P	3 853 750	4 057 999	4 751 019	5 525 414	4 607 713	4 714 417	5 166 487	4 983 421	5 137 406	5 818 173	5 063 877	–13,0%
6	Porto Santo	P	4 315 548	8 641 445	4 841 989	4 785 945	4 345 608	4 296 364	5 116 315	5 843 735	5 068 144	5 518 154	5 399 470	–2,2%
7	Alvito	P	4 614 460	4 255 170	4 240 368	4 466 326	4 989 585	4 755 699	5 710 052	4 973 623	6 040 554	7 089 751	5 641 390	–20,4%
8	Castanheira Pera	P	8 825 154	4 324 786	4 372 517	4 565 782	4 789 443	5 010 359	5 221 571	5 835 779	5 681 539	5 459 710	5 725 939	4,9%
9	São Roque do Pico	P	3 980 574	4 161 828	4 027 472	4 493 405	4 537 790	4 573 710	5 406 039	4 587 819	5 551 049	5 468 542	5 778 295	5,7%
10	Barrancos	P	3 571 423	3 735 480	3 522 046	3 760 321	3 954 952	4 055 636	3 833 793	4 219 660	4 412 844	5 099 067	5 957 939	16,8%
11	Nordeste	P	5 666 058	15 888 935	8 273 802	5 159 304	5 289 012	5 388 742	15 794 216	6 305 942	6 293 909	6 682 894	6 526 452	–2,3%
12	Arronches	P	5 500 774	5 438 472	5 711 708	6 569 663	6 016 893	5 814 133	6 022 907	6 072 875	6 227 280	7 903 162	6 549 006	–17,1%
13	Mourão	P	4 840 155	6 314 851	5 216 331	5 329 835	5 438 367	5 636 392	5 883 650	10 415 387	7 438 733	7 017 647	6 581 998	–6,2%
14	Fronteira	P	5 036 169	5 382 803	5 238 131	4 744 481	5 284 370	5 886 891	4 969 959	5 544 565	6 142 840	6 338 525	6 842 294	7,9%
15	Mesão Frio	P	6 703 842	5 272 943	4 936 438	5 204 366	4 991 318	7 992 644	5 280 048	5 892 392	6 501 310	7 673 585	6 864 600	–10,5%
16	Pedrógão Grande	P	6 590 592	5 391 756	5 864 007	5 538 342	5 391 036	5 907 553	6 883 828	7 869 267	6 893 142	7 674 136	7 110 071	–7,4%
17	Vila do Porto	P	5 155 353	4 817 965	5 502 319	5 422 055	5 606 820	5 374 060	5 877 538	6 323 947	7 021 189	8 320 296	7 157 704	–14,0%
18	Lajes do Pico	P	5 845 914	9 991 931	7 105 046	5 628 008	5 296 504	5 393 586	5 392 617	6 330 048	6 186 651	7 450 686	7 202 080	–3,3%
19	Porto Moniz	P	4 488 553	5 451 984	4 649 765	4 849 741	4 811 824	5 341 443	5 316 452	5 770 541	5 934 659	6 415 841	7 260 075	13,2%
20	SM Penaguião	P	6 709 584	6 788 428	6 899 495	9 465 428	6 895 788	6 851 299	6 554 255	7 053 616	7 020 699	9 052 509	7 463 879	–17,5%
21	Góis	P	8 568 493	7 217 508	6 974 258	7 405 030	7 317 092	8 416 745	8 159 787	9 159 932	8 304 950	7 844 941	7 558 627	–3,6%
22	V. Nova Barquinha	P	12 281 053	8 852 553	7 463 603	7 283 469	6 963 659	6 315 394	7 902 437	8 180 231	7 405 210	7 342 275	7 618 350	3,8%
23	Alter do Chão	P	7 483 201	5 773 928	5 876 246	6 135 963	5 989 207	6 286 772	6 677 356	6 736 430	7 307 864	8 077 586	7 686 043	–4,8%
24	Castelo de Vide	P	5 971 015	5 491 663	6 183 475	5 744 243	5 784 022	5 962 253	6 186 725	6 007 881	7 430 940	9 772 176	7 697 004	–21,2%
25	Manteigas	P	5 997 370	5 914 082	5 508 470	8 053 996	5 450 233	5 293 698	5 296 038	7 267 271	6 179 138	6 260 928	7 702 393	23,0%
26	Penedono	P	5 249 414	5 641 789	6 158 095	5 310 597	5 602 792	5 651 348	5 679 832	5 957 561	6 234 587	6 564 976	7 728 966	17,7%
27	Constância	P	7 510 150	6 225 364	5 091 034	5 345 900	5 739 846	6 403 905	6 420 983	6 084 413	6 083 658	6 981 155	7 737 230	10,8%
28	Golegã	P	7 663 182	7 232 522	5 856 380	6 762 141	6 487 002	6 564 819	7 479 043	7 306 226	7 488 845	7 672 188	7 777 906	1,4%
29	Fornos de Algodres	P	5 794 570	6 241 513	5 405 984	5 757 730	5 798 113	33 484 665	7 030 624	6 439 177	6 860 556	7 727 397	7 780 115	0,7%
30	Cuba	P	6 027 925	5 037 066	4 904 064	5 815 323	5 676 279	6 285 334	5 944 485	5 748 499	6 946 120	8 530 504	7 814 782	–8,4%
31	Santana	P	6 222 041	6 619 184	6 961 512	6 278 542	6 119 752	6 760 780	7 141 533	7 366 746	7 483 434	8 178 878	7 990 880	–2,3%
32	F. Espada à Cinta	P	8 576 028	13 962 792	9 379 042	7 427 040	7 322 275	6 502 369	6 961 812	14 427 651	7 913 862	8 279 094	8 008 222	–3,3%
33	Madalena	P	5 317 535	6 923 218	7 192 593	6 870 391	7 248 784	7 301 001	8 817 788	7 881 490	8 530 037	9 256 508	8 029 925	–13,3%
34	Penela	P	8 950 903	7 204 051	6 248 142	7 165 169	6 264 504	6 884 341	7 051 755	7 878 930	7 965 312	9 026 404	8 069 154	–10,6%
35	Mora	P	6 724 834	5 910 758	6 190 900	7 861 765	6 960 440	7 827 514	7 097 927	7 197 799	7 801 269	8 332 919	8 105 376	–2,7%

[20] Não inclui saldos de gerências anteriores.

2.2.2. Estrutura e Evolução da Receita Municipal

2.2.2.1. Estrutura e Evolução da Receita Municipal, por capítulos económicos

Neste ponto pretende-se observar o comportamento das diferentes rubricas orçamentais, por natureza económica, tendo em atenção o seu peso no cômputo total da receita autárquica, as taxas de variação mais significativas e pontos de inflexão dos valores das receitas mais relevantes.

No Quadro 2.07 apresenta-se a receita prevista, por natureza económica, no quinquénio 2018/2022, bem como a respetiva variação de valor resultante de alterações e revisões orçamentais. Nos Quadros 2.9 e 2.10 apresentam-se as correspondentes variações dos montantes de receita cobrada para o mesmo período.

Quadro 2.07 – Montantes de Receita Prevista, inicial e corrigida, por natureza económica

Unidade: milhões de euros

Receitas	Receita prevista inicial (a)					Receita prevista corrigida (b)					(b)-(a)
	2018	2019	2020	2021	2022	2018	2019	2020	2021	2022	2022
Receita Fiscal (impostos)	2 929,2	3 109,8	3 206,7	3 086,8	3 273,8	2 944,4	3 118,5	3 070,6	3 166,1	3 458,4	184,6
Taxas, multas e outras penalidades	243,1	279,7	270,3	364,6	400,2	239,2	273,6	341,0	379,4	419,9	19,6
Rendimentos de propriedade	327,1	346,7	359,6	367,5	332,9	314,1	341,1	357,9	351,2	319,3	–13,6
Transferências correntes	2 753,7	2 809,1	2 994,9	3 433,2	3 641,6	2 748,4	2 796,4	3 113,0	3 467,9	3 896,8	255,3
Vendas de bens e serviços	979,8	994,0	1 020,3	941,9	977,5	974,1	989,0	936,5	950,7	984,2	6,7
Outras receitas correntes	156,5	177,4	199,6	187,2	264,7	131,6	149,7	121,3	124,2	181,0	–83,7
Total Receitas Correntes	7 389,5	7 716,8	8 051,3	8 381,3	8 890,7	7 351,7	7 668,3	7 940,3	8 439,7	9 259,6	368,9
Venda de bens duradouros	140,0	365,0	155,1	191,2	182,6	127,0	342,6	96,9	196,5	162,7	–19,9
Transferências de capital	1 489,7	1 658,1	1 780,2	1 983,3	1 949,6	1 182,0	1 379,9	1 478,7	1 714,0	1 650,6	–299,0
Ativos financeiros	87,4	86,9	89,3	93,6	77,7	44,3	42,3	35,9	79,8	41,3	–36,4
Passivos financeiros	364,9	384,2	349,1	585,7	619,4	715,8	526,5	362,7	636,0	593,8	–25,6
Outras receitas de capital	117,1	101,0	156,4	180,8	229,6	59,5	51,0	67,3	62,7	84,0	–145,6
Total Receitas de Capital	2 199,1	2 595,1	2 530,1	3 034,6	3 058,9	2 128,6	2 342,3	2 041,5	2 689,0	2 532,4	–526,5
Reposições ñ abatidas aos pagamentos	6,1	6,5	7,0	5,1	6,6	6,6	6,9	11,5	5,7	12,6	6,0
Receita total	**9 594,7**	**10 318,4**	**10 588,5**	**11 421,0**	**11 956,3**	**9 486,9**	**10 017,5**	**9 993,3**	**11 134,3**	**11 804,7**	**–151,6**
Receita total – municípios dos. Açores	211,3	216,3	227,6	257,1	253,9	217,3	228,3	242,4	259,9	248,3	–5,6
Receita total – municípios da Madeira	210,1	214,0	225,8	230,5	251,1	238,3	225,4	225,2	260,1	250,9	–0,2

Quadro 2.08 – Montante de Receita Cobrada por natureza económica

Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Receita Fiscal (impostos)	2 223,8	2 287,9	2 531,3	2 687,6	2 782,9	3 030,1	3 250,1	3 308,0	3 144,7	3 450,6	3 891,9
Taxas, multas e outras penalidades	201,9	180,2	185,1	188,7	212,0	299,0	220,1	261,6	301,9	356,0	447,4
Rendimentos de propriedade	266,3	253,1	271,1	253,5	295,0	274,0	255,0	282,9	281,4	280,6	291,4
Transferências correntes	2 071,8	2 400,9	2 411,9	2 501,8	2 551,5	2 593,9	2 644,0	2 724,3	3 043,7	3 346,2	3 845,9
Vendas de bens e serviços	738,6	750,8	752,2	809,6	861,1	885,4	911,4	948,1	782,6	810,7	944,1
Outras receitas correntes	62,0	62,4	63,1	75,1	73,3	71,9	73,1	80,3	62,5	67,7	76,3
Total Receitas Correntes	**5 564,3**	**5 935,3**	**6 214,8**	**6 516,4**	**6 775,9**	**7 154,5**	**7 353,7**	**7 605,2**	**7 616,9**	**8 311,8**	**9 496,9**
Venda de bens duradouros	68,8	52,4	81,2	108,4	67,5	93,6	98,2	311,6	67,0	73,3	57,5
Transferências de capital	1 512,3	981,1	604,7	585,8	426,1	461,8	514,9	711,5	825,3	1 066,8	903,6
Ativos financeiros	18,6	15,7	5,1	11,5	26,0	8,2	4,1	5,2	6,6	40,1	19,4
Passivos financeiros	220,1	776,3	392,8	263,7	388,3	556,7	538,2	382,6	225,1	393,2	353,9
Outras receitas de capital	290,4	32,0	29,8	22,5	48,6	28,2	24,4	16,8	19,0	17,6	19,7
Total Receitas de Capital	2 110,2	1 857,5	1 113,6	991,9	956,4	1 148,5	1 179,8	1 427,7	1 143,1	1 591,0	1 354,2
Reposições não abatidas aos pagamentos	9,0	13,6	8,8	10,1	5,7	8,5	6,0	8,2	13,1	16,1	15,4
Receita total	**7 683,4**	**7 806,3**	**7 337,2**	**7 518,4**	**7 738,0**	**8 311,5**	**8 539,6**	**9 041,1**	**8 773,1**	**9 918,8**	**10 866,6**
Receita total efetiva	**7 444,7**	**7 014,3**	**6 939,3**	**7 243,2**	**7 323,7**	**7 746,7**	**7 997,3**	**8 653,3**	**8 541,3**	**9 485,5**	**10 493,2**
Receita total efetiva-municípios dos Açores	161,3	166,7	171,8	167,0	159,9	172,9	180,6	191,8	219,1	217,9	221,9
Receita total efetiva-municípios da Madeira	154,8	176,7	169,9	158,9	155,9	173,4	176,7	178,8	187,3	207,7	232,9

Quadro 2.09 – Estrutura da Receita Cobrada, por natureza económica: peso de cada componente em relação à receita total

Receitas	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Receita Fiscal (impostos)	28,9%	29,3%	34,5%	35,7%	36,0%	36,5%	38,1%	36,6%	35,8%	34,8%	35,8%
Taxas, multas e outras penalidades	2,6%	2,3%	2,5%	2,5%	2,7%	3,6%	2,6%	2,9%	3,4%	3,6%	4,1%
Rendimentos de propriedade	3,5%	3,2%	3,7%	3,4%	3,8%	3,3%	3,0%	3,1%	3,2%	2,8%	2,7%
Transferências correntes	27,0%	30,8%	32,9%	33,3%	33,0%	31,2%	31,0%	30,1%	34,7%	33,7%	35,4%
Vendas de bens e serviços	9,6%	9,6%	10,3%	10,8%	11,1%	10,7%	10,7%	10,5%	8,9%	8,2%	8,7%
Outras receitas correntes	0,8%	0,8%	0,9%	1,0%	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%	0,7%	0,7%	0,7%
Total Receitas Correntes	**72,4%**	**76,0%**	**84,7%**	**86,7%**	**87,6%**	**86,1%**	**86,1%**	**84,1%**	**86,8%**	**83,8%**	**87,4%**
Venda de bens duradouros	0,9%	0,7%	1,1%	1,4%	0,9%	1,1%	1,2%	3,4%	0,8%	0,7%	0,5%
Transferências de capital	19,7%	12,6%	8,2%	7,8%	5,5%	5,6%	6,0%	7,9%	9,4%	10,8%	8,3%
Ativos financeiros	0,2%	0,2%	0,1%	0,2%	0,3%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,4%	0,2%
Passivos financeiros	2,9%	9,9%	5,4%	3,5%	5,0%	6,7%	6,3%	4,2%	2,6%	4,0%	3,3%
Outras receitas de capital	3,8%	0,4%	0,4%	0,3%	0,6%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
Total Receitas de Capital	**27,5%**	**23,8%**	**15,2%**	**13,2%**	**12,4%**	**13,8%**	**13,8%**	**15,8%**	**13,0%**	**16,0%**	**12,5%**
Reposições não abatidas aos pagamentos	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%
Receita total	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Receita total efetiva	**96,9%**	**89,9%**	**94,6%**	**96,3%**	**94,6%**	**93,2%**	**93,6%**	**95,7%**	**97,4%**	**95,6%**	**96,6%**

Quadro 2.10– Variação da Receita cobrada, por natureza económica, entre 2012 e 2022 – valores absolutos

Unidade: milhões de euros

Receita	Variação da receita em milhões de euros									
	12–13	13–14	14–15	15–16	16–17	17–18	18–19	19–20	20–21	21–22
Receita Fiscal (impostos)	64,1	243,5	156,3	95,3	247,2	220,0	57,8	–163,2	305,8	441,3
Taxas, multas e outras penalidades	–21,7	4,9	3,6	23,3	87,0	–79,0	41,5	40,4	54,0	91,4
Rendimentos de propriedade	–13,2	18,0	–17,6	41,5	–20,9	–19,1	28,0	–1,5	–0,8	10,8
Transferências correntes	329,1	11,0	89,9	49,8	42,4	50,1	80,3	319,4	302,5	499,7
Vendas de bens e serviços	12,3	1,4	57,4	51,4	24,4	26,0	36,6	–165,5	28,2	133,4
Outras receitas correntes	0,4	0,7	12,0	–1,9	–1,4	1,2	7,2	–17,8	5,2	8,6
Total Receitas Correntes	**371,0**	**279,5**	**301,7**	**259,4**	**378,6**	**199,2**	**251,5**	**11,7**	**694,9**	**1 185,2**
Venda de bens duradouros	–16,4	28,9	27,2	–40,9	26,1	4,7	213,4	–244,6	6,3	–15,8
Transferências de capital	–531,1	–376,4	–18,9	–159,7	35,7	53,1	196,6	113,8	241,4	–163,1
Ativos financeiros	–2,9	–10,7	6,5	14,4	–17,8	–4,1	1,1	1,4	33,4	–20,6
Passivos financeiros	556,2	–383,5	–129,1	124,6	168,4	–18,5	–155,6	–157,4	168,1	–39,3
Outras receitas de capital	–258,5	–2,2	–7,3	26,1	–20,4	–3,8	–7,6	2,1	–1,4	2,1
Total Receitas de Capital	–252,7	–743,9	–121,7	–35,5	192,0	31,4	247,9	–284,6	447,9	–236,8
Reposições não abatidas aos pagamentos	4,6	–4,7	1,2	–4,4	2,9	–2,5	2,2	4,9	3,0	–0,7
Receita total	**122,9**	**–469,1**	**181,3**	**219,6**	**573,5**	**228,1**	**501,5**	**–268,0**	**1 145,8**	**947,7**
Receita total efetiva	**–430,4**	**–75,0**	**303,9**	**80,5**	**422,9**	**250,6**	**656,0**	**–112,0**	**944,3**	**1 007,7**

Quadro 2.11 – Taxa de Variação da Receita cobrada, por natureza económica, entre 2012 e 2022

Receita	Variação da receita em %									
	12–13	13–14	14–15	15–16	16–17	17–18	18–19	19–20	20–21	21–22
Receita Fiscal (impostos)	2,9%	10,6%	6,2%	3,5%	8,9%	7,3%	1,8%	–4,9%	9,7%	12,8%
Taxas, multas e outras penalidades	–10,7%	2,7%	2,0%	12,3%	41,0%	–26,4%	18,9%	15,4%	17,9%	25,7%
Rendimentos de propriedade	–5,0%	7,1%	–6,5%	16,4%	–7,1%	–7,0%	11,0%	–0,5%	–0,3%	3,9%
Transferências correntes	15,9%	0,5%	3,7%	2,0%	1,7%	1,9%	3,0%	11,7%	9,9%	14,9%
Vendas de bens e serviços	1,7%	0,2%	7,6%	6,4%	2,8%	2,9%	4,0%	–17,5%	3,6%	16,4%
Outras receitas correntes	0,7%	1,2%	19,1%	–2,5%	–1,8%	1,6%	9,9%	–22,2%	8,4%	12,7%
Total Receitas Correntes	**6,7%**	**4,7%**	**4,9%**	**4,0%**	**5,6%**	**2,8%**	**3,4%**	**0,2%**	**9,1%**	**14,3%**
Venda de bens duradouros	–23,9%	55,1%	33,5%	–37,8%	38,7%	5,0%	217,2%	–78,5%	9,4%	–21,6%
Transferências de capital	–35,1%	–38,4%	–3,1%	–27,3%	8,4%	11,5%	38,2%	16,0%	29,3%	–15,3%
Ativos financeiros	–15,6%	–67,9%	127,8%	125,3%	–68,4%	–49,4%	25,6%	27,6%	502,9%	–51,5%
Passivos financeiros	252,7%	–49,4%	–32,9%	47,3%	43,4%	–3,3%	–28,9%	–41,1%	74,7%	–10,0%
Outras receitas de capital	–89,0%	–6,9%	–24,5%	116,3%	–41,9%	–13,4%	–31,1%	12,8%	–7,1%	12,0%
Total Receitas de Capital	–12,0%	–40,0%	–10,9%	–3,6%	20,1%	2,7%	21,0%	–19,9%	39,2%	–14,9%
Reposições não abatidas aos pagamentos	51,5%	–34,8%	14,1%	–43,6%	50,2%	–29,4%	35,8%	59,6%	23,0%	–4,1%
Receita total	**1,6%**	**–6,0%**	**2,5%**	**2,9%**	**7,4%**	**2,7%**	**5,9%**	**–3,0%**	**13,1%**	**9,6%**
Receita total efetiva	**–5,8%**	**–1,1%**	**4,4%**	**1,1%**	**5,8%**	**3,2%**	**8,2%**	**–1,3%**	**11,1%**	**10,6%**

Da observação dos quadros antecedentes conclui-se, relativamente ao ano de 2022:

- A receita inicialmente estimada foi corrigida no sentido negativo, sendo o impacto no orçamento final de aproximadamente -151,6 milhões de euros, querendo isto significar que a receita prevista inicialmente, baixou durante o ano económico 1,3%, reajustando-se a novas previsões de cobrança;
- O reajustamento da receita prevista deu-se à custa da **Receita de Capital** prevista cobrar, tendo a mesma diminuído em 17,2% (-526,5 milhões de euros), essencialmente na rubrica Transferências de Capital (-299 milhões de euros, -15,3%) e Outras Receitas de Capital (-145,6milhões de euros, -63,4%). Todavia, **a Receita Corrente prevista** aumentou durante o ano económico de 2022, em 4,1%(+368,9 milhões de euros) refletindo-se, fundamentalmente, na previsão da Receita Fiscal (+184,6 milhões de euros, +5,6%) e na estimativa de Transferências Correntes (+255,3 milhões de euros, +7%);
- Ao registar-se o total de 10 866,6 milhões de euros de **Receita Cobrada**, verifica-se um acréscimo de 947,7 milhões de euros da receita municipal (+9,6%) em relação ao ano precedente, para o qual contribuíram, fundamentalmente as seguintes receitas: Impostos e Taxas em +441,3 milhões de euros (+12,8%), Transferências correntes em +499,7 milhões de euros (+14,9%) e Vendas de bens e serviços em +133,4 milhões de euros (+ 16,4%).
- Face ao exposto, a Receita Corrente cobrada, cresceu +1,2 mil milhões de euros (+14,3%) ao totalizar 9 496,9 milhões de euros. Em contrapartida a Receita de Capital que totalizou 1 354,2 milhões de euros, desceu -14,9% (-236,8 milhões de euros) por efeito de todas as receitas de capital com exceção de Outras receitas de capital. A componente da receita de capital que mais contribuiu para a descida da mesma, foi a de Transferências de Capital que baixou 15,3% (-163,1milhões de euros);
- Observando o peso relativo de cada receita, verifica-se que as **Receitas Fiscais**[21] continuam a ser a maior parcela de receita autárquica, apresentando o peso de 35,8% na receita total. A receita proveniente das **Transferências Correntes**, com o peso de 35,4%, mantém o segundo lugar na estrutura da receita. Estas duas receitas juntas representaram 71,2% do total da receita, sendo que o total da **Receita Corrente representa 87,4% da receita total**;
- O peso dos **Passivos Financeiros** (empréstimos obtidos) na receita total foi de 3,3%, apresentando uma diminuição de importância relativa em 0,7pp, em relação ao ano anterior e uma taxa de decréscimo de 10%(-39,3 milhões de euros);

[21] Pela primeira vez neste anuário se exclui das receitas fiscais o valor proveniente da aplicação de taxas, multas e outras penalidades, entendendo-se adotar o conceito de receita fiscal implícito na classificação das receitas adotado no Mapa de Demonstração da Execução Orçamental da Receita do SNC-AP. Efetivamente nesta classificação apenas são classificada como R1Receita Fiscal, os Impostos Diretos e Impostos Indiretos ficando de fora deste grupo e constituindo um grupo à parte , um R3, o conjunto das Taxas, multas e outras penalidades.

A **Receita Efetiva**[22] cresceu relativamente mais que a receita total ao aumentar 10,6% (mais 1pp que a receita total), face à diminuição dos passivos financeiros. O acréscimo em termos absolutos, da receita efetiva, cifrou-se em +1 007,7 milhões de euros. **O montante de 10 493,2 milhões de euros de receita efetiva assinalado em 2022 foi o mais elevado nos últimos onze anos e por isso superior a qualquer das receitas efetivas registadas entre 2012 e 2022, representando 96,6% da receita total auferida pelos municípios e mantendo, assim a sustentabilidade do sector autárquico considerado na sua globalidade;**

Referenciando-se a evolução da receita ao período dos onze anos em apreço, anota-se que **entre 2012 e 2022, a receita total dos municípios cresceu 41,4% (+3 183,1 milhões de euros) e a receita efetiva aumentou 40,9% (+3 048,5 milhões de euros), no mesmo período.**

Principais grandes grupos de receita cobrada

O comportamento das receitas compreender-se-á melhor através da análise mais particularizada das suas componentes económicas, leitura proporcionada pelos quadros a seguir apresentados.

Agregando as receitas correntes e de capital da mesma natureza económica, apresenta-se um quadro evolutivo das diferentes tipologias de receita e outro relativo à estrutura das mesmas.

Quadro 2.12 – Evolução das principais receitas entre 2012 e 2022

Unidade: milhões de euros

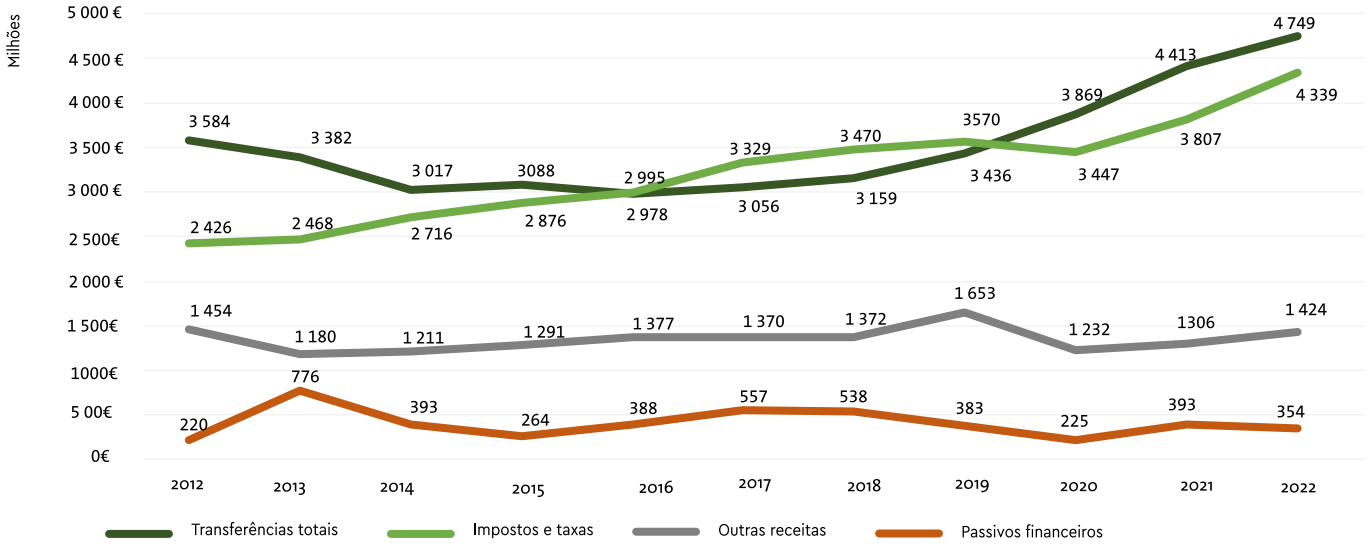
Receitas	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				Mandato 22–25	Δ 21–22 %
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Impostos e taxas	2 425,7	2 468,1	2 716,5	2 876,4	2 995,0	3 329,2	3 470,2	3 569,6	3 446,7	3 806,6	4 339,3	14,0%
Transferências Totais	3 584,0	3 382,0	3 016,7	3 087,6	2 977,7	3 055,7	3 158,9	3 435,8	3 869,0	4 413,0	4 749,5	7,6%
Passivos Financeiros	220,1	776,3	392,8	263,7	388,3	556,7	538,2	382,6	225,1	393,2	353,9	–10,0%
Outras Receitas	1 453,6	1 179,9	1 211,2	1 290,7	1 377,1	1 369,9	1 372,3	1 653,1	1 232,2	1 306,1	1 423,9	9,0%
Total	**7 683,4**	**7 806,3**	**7 337,2**	**7 518,4**	**7 738,0**	**8 311,5**	**8 539,6**	**9 041,1**	**8 773,1**	**9 918,8**	**10 866,6**	**9,6%**

[22] Receita total deduzida de ativos financeiros e de passivos financeiros.

Quadro 2.13 – Evolução do peso das principais receitas na receita total entre 2012 e 2022

Receitas	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Δ 21–22
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Impostos e taxas	31,6%	31,6%	37,0%	38,3%	38,7%	40,1%	40,6%	39,5%	39,3%	38,4%	39,9%	1,6%
Transferências Totais	46,6%	43,3%	41,1%	41,1%	38,5%	36,8%	37,0%	38,0%	44,1%	44,5%	43,7%	–0,8%
Passivos Financeiros	2,9%	9,9%	5,4%	3,5%	5,0%	6,7%	6,3%	4,2%	2,6%	4,0%	3,3%	–0,7%
Outras Receitas	18,9%	15,1%	16,5%	17,2%	17,8%	16,5%	16,1%	18,3%	14,0%	13,2%	13,1%	–0,1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	0,0%

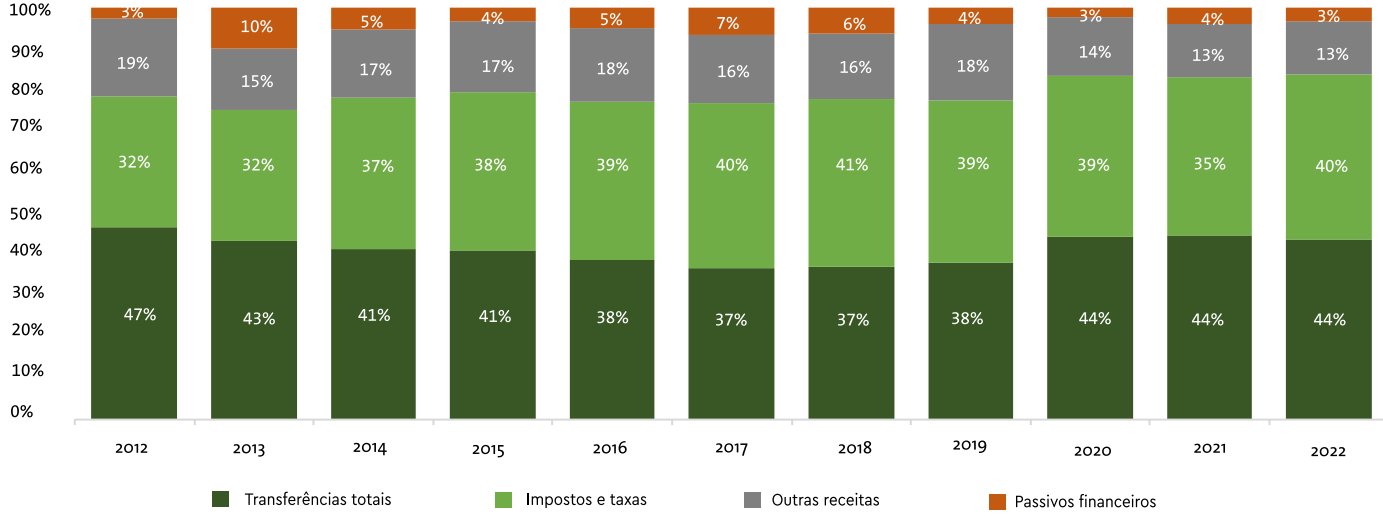
Gráfico 2.02 – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita entre 2012 e 2022



Da observação dos Quadros 2.11, 2.12, 2.13 e dos Gráficos 2.02 e 2.03 acresce dizer em relação ao ano de 2022:

- Em 2022, o montante total de **Transferências Correntes e de Capital superou o valor das receitas provenientes de Impostos e Taxas, em cerca de +410,2 milhões de euros**, situação que se mantém desde 2020 e já reconhecida entre 2012 e 2015. Anota-se que entre 2016 e 2019 inclusive, a relação entre estes dois agregados de receita alterou-se, tendo o valor dos impostos e taxas superado o valor total das transferências;
- **Os Impostos e Taxas** que desde 2013 revelavam um crescimento contínuo, apresentaram em 2020, uma descida de 3,4% ao registarem o volume de 3 446,7 milhões de euros. No entanto, **desde 2021 que apresentam crescimento atingindo, em 2022, o valor de 4 339,3 milhões de euros, isto é, +14,0% que no ano transato;**

Gráfico 2.03 – Estrutura da receita cobrada de 2012 a 2022



Seguindo o procedimento de anuários anteriores, apresenta-se, desagregada por natureza económica, a receita das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, respetivamente, nos Gráficos 2.02.A e 2.02.M.

Gráfico 2.02.A – Volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2012 e 2022

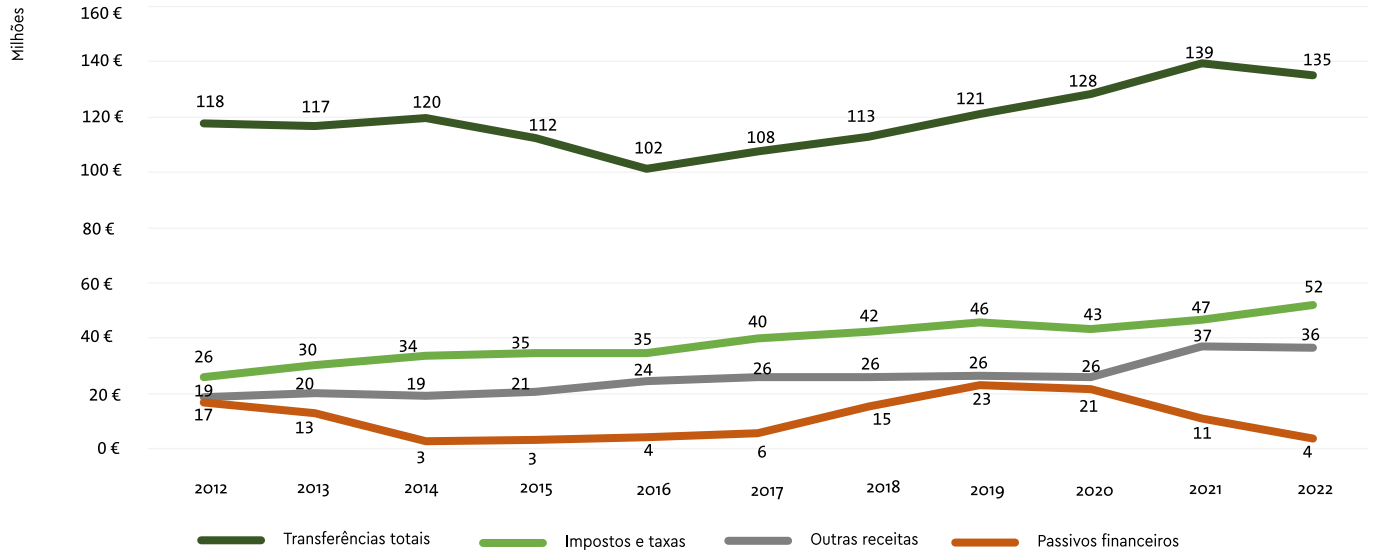
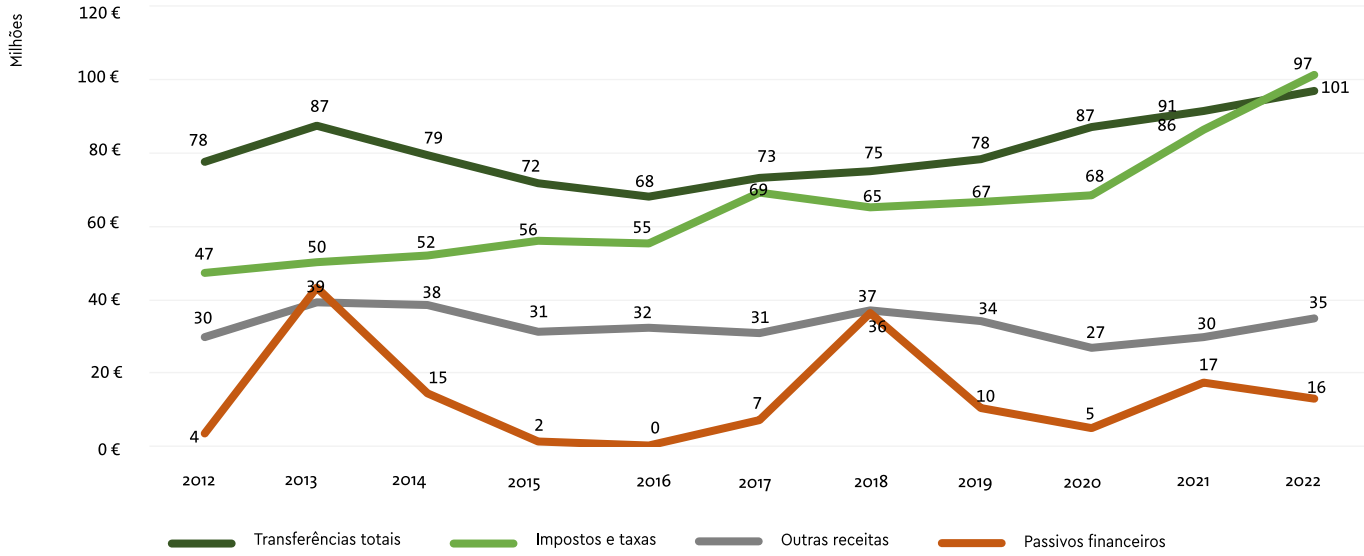


Gráfico 2.02.M – Volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2012 e 2022



Os Gráficos 2.02.A e 2.02.M mostram a evolução das componentes da receita das Regiões Autónomas, podendo-se constatar a diferença de comportamento dos diferentes grupos de receita entre as duas regiões, nomeadamente no que se refere à variação dos passivos financeiros.

Da observação daqueles gráficos assinala-se:

- Diminuição das transferências do Orçamento de Estado para os Municípios Açorianos (-4 milhões de euros, -3%) e acréscimo para os municípios madeirenses (+6 milhões de euros, +7%);
- Um aumento ligeiro das receitas fiscais na Região dos Açores (+5 milhões, +11,0%) e um aumento bastante significativo desta receita na Região Madeira (+33 milhões, +49,0%), tendo nesta região a receita fiscal superado pela primeira vez nos últimos onze anos o volume das transferências;
- Diminuição do volume de empréstimos bancários na Região dos Açores (-7 milhões de euros, -64,0%) e ligeiro aumento dos mesmos na Região da Madeira (+1milhão de euros, +6%).

Estrutura das receitas cobradas por grupos de municípios, em termos nacionais

O Quadro 2.14 mostra o valor e o peso da receita cobrada em cada rubrica económica no total da receita cobrada, por grupo de municípios, revelando a importância que cada uma dessas rubricas reveste em cada um desses agrupamentos.

Quadro 2.14 – Estrutura das Receitas Cobradas no ano de 2022 por grupo de municípios

Unidade: milhões de euros

Receitas	Pequenos		Médios		Grandes		Todos os municípios	
Nº de municípios	**188**	–	**95**	–	**25**	–	**308**	–
Receita Fiscal (impostos)	418,8	16,6%	1 383,4	34,1%	2 089,6	48,7%	3 891,9	35,8%
Taxas, multas e outras penalidades	50,2	2,0%	132,7	3,3%	264,5	6,2%	447,4	4,1%
Rendimentos de propriedade	74,1	2,9%	110,5	2,7%	106,8	2,5%	291,4	2,7%
Transferências correntes	1 326,4	52,7%	1 459,5	35,9%	1 060,0	24,7%	3 845,9	35,4%
Vendas de bens e serviços	202,6	8,0%	402,7	9,9%	338,8	7,9%	944,1	8,7%
Outras receitas correntes	14,9	0,6%	20,1	0,5%	41,3	1,0%	76,3	0,7%
Total de Receitas Correntes	**2 087,1**	**82,9%**	**3 509,0**	**86,4%**	**3 900,9**	**91,0%**	**9 496,9**	**87,4%**
Venda de bens de investimento	14,2	0,6%	24,7	0,6%	18,6	0,4%	57,5	0,5%
Transferências de capital	357,5	14,2%	352,7	8,7%	193,4	4,5%	903,6	8,3%
Ativos financeiros	1,5	0,1%	5,6	0,1%	12,3	0,3%	19,4	0,2%
Passivos financeiros	52,6	2,1%	158,2	3,9%	143,1	3,3%	353,9	3,3%
Outras receitas de capital	2,4	0,1%	5,5	0,1%	11,7	0,3%	19,7	0,2%
Total de Receitas de Capital	**428,2**	**17,0%**	**546,7**	**13,5%**	**379,2**	**8,8%**	**1 354,2**	**12,5%**
Reposições não abatidas aos pagamentos	1,9	0,1%	5,1	0,1%	8,4	0,2%	15,4	0,1%
Total de Receitas	**2 517,3**	**100%**	**4 060,8**	**100%**	**4 288,5**	**100%**	**10 866,6**	**100%**
% do Total da Receita Autárquica	23,2%	–	37,4%	–	39,5%	–	100%	–
Total das Receitas Efetivas	2 463,2	97,8%	3 896,9	96,0%	4 133,1	96,4%	10 493,2	96,6%

Analisando os dados constantes do Quadro 2.14 verifica-se, em relação à receita total autárquica do ano de 2022, que:

- A principal fonte de receita dos municípios de pequena dimensão foram as transferências correntes e de capital que, agregadas, representaram 67,0% da receita cobrada por estes municípios. Neste grupo de municípios a receita fiscal representou apenas 16,6% do valor total arrecadado e os passivos financeiros 2,1%;
- Situação inversa ocorreu com os municípios de grande dimensão, nos quais 48,7% da receita proveio da receita fiscal e 29% do conjunto das transferências;
- Relativamente aos municípios de média dimensão constata-se que o peso das receitas fiscais foi inferior ao peso da totalidade das transferências em 11% com as primeiras a representarem 34,1% da receita auferida pelo conjunto destes municípios, e as segundas a representarem, no conjunto de transferências correntes e de capital 45,0% da receita total;
- **A comparação do peso dos dois principais grupos da receita: impostos e taxas e transferências correntes e de capital, entre os municípios de grande e os de pequena dimensão, revela a grande diferença de independência financeira existente entre estes grupos. Efetivamente, enquanto o peso da receita proveniente do total das transferências representou, para os municípios de pequena dimensão 67,0% da receita total, para os municípios de grande dimensão representou apenas 29,0%, sendo que para os primeiros o montante das receitas de impostos e taxas representou 16,6% da receita total e para os segundos 48,7% da mesma**;
- No conjunto dos municípios de média dimensão, o peso das transferências no volume de receitas totais cobradas (45,0%) está

mais próximo do peso das receitas fiscais acrescidas do valor das taxas (34,1%).

Ainda se poderá concluir dos dados apresentados, que:

- Os 25 municípios de grande dimensão contribuíram para 39,5% da receita total autárquica, sendo o peso da sua população residente 45% da população total. Participaram, ainda, para 39,4% do total das receitas efetivas;
- Os 96 municípios de média dimensão obtiveram 37,4% da receita total autárquica, quando o peso da sua população residente é de 39% da população total. Contribuíram com igual peso de 37,1% para o total das receitas efetivas;
- Os 188 municípios de pequena dimensão auferiram 23,2% de toda a receita municipal, sendo que o peso da sua população residente representa 15%. Relativamente às receitas efetivas, auferiram 23,5% das mesmas.

2.2.2.2. Estrutura e evolução das transferências recebidas pelos municípios

Sendo as transferências essencialmente compostas por transferências do Orçamento de Estado (OE) e por Fundos Comunitários, entende-se pertinente apresentar o desdobramento destas duas componentes, analisando também a sua evolução e respetivas taxas de variação.

O Quadro 2.15 mostra a evolução das Transferências do Orçamento de Estado e das Transferências Comunitárias entre 2012 e 2022, sendo que o Quadro 2.16 mostra as respetivas variações.

Quadro 2.15 – Principais transferências recebidas pelos municípios

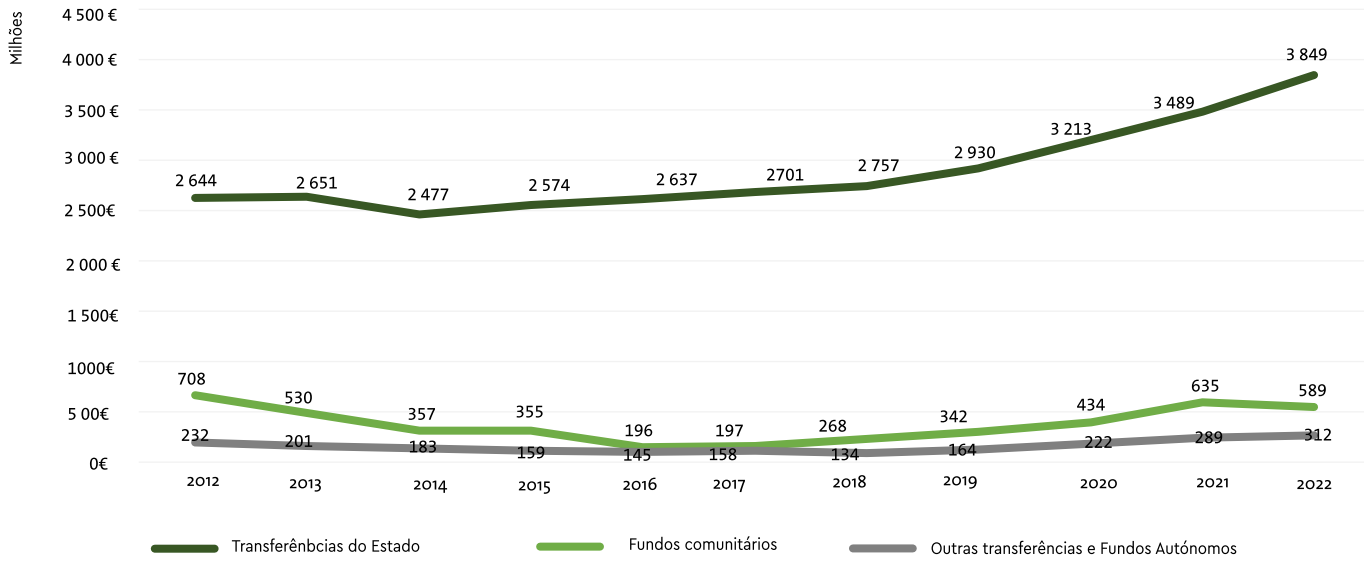
Unidade: milhões de euros

Transferências Totais	Montantes Recebidos (milhões de euros)										
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Transferências do Estado	2 644,0	2 650,6	2 477,0	2 574,2	2 637,0	2 700,6	2 757,5	2 929,5	3 213,0	3 489,3	3 848,6
Fundos Comunitários	707,9	530,2	357,1	354,6	195,9	197,5	267,6	342,5	434,0	634,5	588,5
Fundos Autónomos	66,5	64,1	72,3	58,0	56,6	56,7	64,3	94,7	140,2	174,9	219,1
Outras transferências	165,6	137,2	110,3	100,8	88,1	101,0	69,5	69,1	81,8	114,2	93,3
Total Transferências	**3 584,0**	**3 382,0**	**3 016,7**	**3 087,6**	**2 977,7**	**3 055,7**	**3 158,9**	**3 435,8**	**3 869,0**	**4 413,0**	**4 749,5**

Quadro 2.16 – Variação das principais transferências recebidas pelos municípios

Transferências totais	Variação da receita em milhões de euros									
	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21	21-22
Transferências do Estado	6,5	-173,5	97,2	62,9	63,5	56,9	172,0	283,4	276,4	359,3
Fundos Comunitários	-177,8	-173,1	-2,5	-158,7	1,6	70,1	74,9	91,6	200,5	-46,0
Fundos Autónomos	-2,4	8,2	-14,2	-1,4	0,1	7,6	30,4	45,5	34,6	44,3
Outras transferências	-28,4	-26,9	-9,5	-12,7	12,9	-31,4	-0,4	12,7	32,4	-21,0
Total Transferências	**-202,0**	**-365,4**	**70,9**	**-109,9**	**78,1**	**103,2**	**276,9**	**433,2**	**543,9**	**336,5**
Transferências totais	**Taxa de variação da receita**									
	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21	21-22
Transferências do Estado	0,2%	-6,5%	3,9%	2,4%	2,4%	2,1%	6,2%	9,7%	8,6%	10,3%
Fundos Comunitários	-25,1%	-32,6%	-0,7%	-44,8%	0,8%	35,5%	28,0%	26,7%	46,2%	-7,3%
Fundos Autónomos	-3,6%	12,8%	-19,7%	-2,4%	0,2%	13,4%	47,3%	48,1%	24,7%	25,3%
Outras transferências	-17,1%	-19,6%	-8,6%	-12,6%	14,6%	-31,1%	-0,6%	18,4%	39,6%	-18,4%
Total Transferências	**-5,6%**	**-10,8%**	**2,4%**	**-3,6%**	**2,6%**	**3,4%**	**8,8%**	**12,6%**	**14,1%**	**7,6%**

Gráfico 2.04 – Evolução das principais transferências recebidas pelos municípios



Em relação aos quadros e gráfico apresentados pode-se concluir analisando os últimos onze anos:

- As **Transferências do Orçamento de Estado** (OE), na sua globalidade, apresentaram uma forte descida em 2014 (-6,5%), ano em que apresentaram o menor valor de receita autárquica. **Têm crescido desde 2015 até ao ano económico em apreço, atingindo em 2022 a taxa de crescimento mais elevada dos últimos onze anos (+10,3%)** ao apresentar o volume de 3 848,6 milhões de euros;
- As transferências provenientes dos **Fundos Comunitários** atingiram o seu valor mais alto em 2012 com de cerca de 708 milhões de euros, baixando consideravelmente em 2013 e 2014 (-25,1% e -32,6%), atingindo o seu valor mínimo em 2016, apresentando no universo dos 308 municípios a menor receita de Fundos Comunitários nos últimos onze anos (195,9 milhões de euros). Em 2018 voltam a apresentar um acréscimo significativo (+35,5%), reforçado em 2019 (+28%), 2020 (+26,7%) e 2021 (46,2%). **Em 2022 volta a registar-se uma descida, no conjunto de municípios, do valor utilizado de fundos comunitários (-7,3%) ao contabilizar-se o total de 588,5 milhões de euros**;
- As restantes transferências provenientes de **Outras Transferências e de Fundos Autónomos**, associadas essencialmente ao desenvolvimento de projetos municipais subsidiários das competências do Estado, aumentaram em 2022, em conjunto, 8,1% (+23,3 milhões de euros) face à evolução inversa destas duas componentes. Enquanto os **Fundos Autónomos cresceram +25,3%** as Outras transferências baixaram 18,4% . Na totalidade, foi auferida pelos municípios nestas duas rubricas em 2022, a verba de 312,4 milhões de euros.

2.2.2.3. Evolução das principais componentes da Receita Fiscal

Sendo a **Receita Fiscal**[23] a segunda maior categoria de receita autárquica para a globalidade dos municípios e, em alguns casos, a maior categoria de receita, importará verificar, também, como se comportaram as suas principais variáveis, sendo que, em pontos subsequentes deste Anuário procederemos à análise da evolução dos impostos diretos que mais têm contribuído financeiramente para a atividade municipal, dando-se especial destaque ao IMI e IMT.

O Quadro 2.17 mostra a evolução das receitas fiscais desagregadas pelas suas duas componentes: impostos diretos[24] e impostos indiretos[25]. - O Quadro 2.18 realça o valor da diferença entre o montante previsto e o cobrado em 2022, nestas duas rubricas económicas que compõem a receita fiscal.

[23] Estão excluídos deste grupo de receita, o valor das taxas, multas e outras penalidades, face á classificação da receita adotada no Mapa de Demonstração da Execução Orçamental da Receita do SNC-AP.

[24] Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Único de Circulação (IUC), Impostos Municipal sobra a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), Derrama, Impostos abolidos e Impostos diretos diversos.

[25] Impostos indiretos específicos das autarquias locais são taxas e licenças aplicadas a empresas e outras entidades coletivas. Tratam-se de taxas como: relativas a mercados e feiras, loteamentos e licenças de obras, ocupação da via pública, publicidade, saneamento, utilização da rede viária municipal ou arrendamento urbano, entre outros.

Quadro 2.17 – Valor das componentes da receita fiscal cobrada entre 2012 e 2022

Unidade: milhões de euros

Receita Fiscal	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Δ 21–22 %
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Impostos diretos	2 088,9	2 158,1	2 424,2	2 566,0	2 664,1	2 897,9	3 100,3	3 142,1	3 103,8	3 414,4	3 872,1	13,4%
Impostos indiretos	134,9	129,8	107,1	121,6	118,8	132,3	149,8	165,9	41,0	36,2	19,8	–45,2%
Total	**2 223,8**	**2 287,9**	**2 531,3**	**2 687,6**	**2 782,9**	**3 030,1**	**3 250,1**	**3 308,0**	**3 144,7**	**3 450,6**	**3 891,9**	**12,8%**

Quadro 2.18 – Grau de execução da receita fiscal em 2022

Unidade: milhões de euros

Receita fiscal	Receita prevista	Receita cobrada	Diferença	Grau de execução
Impostos diretos	3 439,6	3 872,1	432,5	112,6%
Impostos indiretos	18,8	19,8	1,0	105,5%
Total	**3 458,4**	**3 891,9**	**433,5**	**112,5%**

Os valores apresentados merecem os seguintes comentários:

- O ano de 2022 foi um bom ano de **receita fiscal**, com uma taxa de crescimento de 12,8% (+441,3 milhões de euros) e uma execução orçamental de 112,5%, arrecadando na totalidade 3 891,9 milhões de euros, isto é, +441,3 milhões de euros que o previsto. Para esta boa realização fiscal contribuíram, essencialmente, os **impostos diretos** que ao registarem a coleta de 3.872,1 milhões de euros, apresentaram um acréscimo de valor em 13,4% em relação ao ano transato. Esta componente da receita fiscal apresentou, ainda, uma taxa de execução orçamental de 112,6%, isto é, +432,5 milhões de euros que o previsto;
- A coleta dos **impostos indiretos** com o total de 19,8 milhões de euros e um decréscimo de 45,2% teve uma repercussão negativa no total da coleta fiscal, tendo, todavia, apresentado uma taxa de execução de 105,5%, pois a diminuição desta receita foi perspetivada em sede de previsões orçamentais. **O peso desta receita no total da receita fiscal arrecadada foi de apenas 0,5%;**
- Já em pontos anteriores se referiu a importância da receita fiscal no total da receita autárquica ao contribuir, em média, para 35,8% da mesma, pese embora este peso varie com a dimensão do município. Em 2022, nos municípios de pequena dimensão esta média situou-se em 16,6% da receita total, nos municípios de média dimensão subiu para 34,1% e nos de grande dimensão para 48,7%. São situações, como se pode apreciar, consideravelmente díspares, que diferenciam bastante os municípios quanto à sua independência e sustentabilidade financeira;
- Analisando a estrutura da receita fiscal, no ano de 2022, **os impostos diretos contribuíram para 99,5% da mesma (3 872,1 milhões de euros), tendo os impostos indiretos pesado apenas 0,5% (19,8 milhões de euros).** Face a esta situação, interessará analisar mais pormenorizadamente, mais adiante, as componentes dos impostos diretos.

O *Ranking* R5 hierarquiza os 35 municípios que, em 2022, apresentaram maior peso das receitas fiscais na receita total cobrada.

R5 – Municípios que, em 2022, apresentaram maior peso de receitas provenientes de receita fiscal, no total da receita cobrada

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Loulé	M	51,7%	48,2%	64,9%	64,1%	62,1%	62,5%	65,5%	64,6%	69,1%	70,0%	72,1%
2	Grândola	P	30,2%	35,6%	42,4%	39,4%	35,6%	55,0%	49,3%	46,7%	47,5%	61,1%	69,7%
3	Cascais	G	53,4%	64,9%	70,4%	75,0%	73,3%	65,1%	67,2%	67,8%	61,0%	65,4%	69,4%
4	Portimão	M	59,3%	63,7%	65,3%	64,1%	41,0%	27,7%	72,3%	69,1%	63,3%	62,7%	67,9%
5	Lagos	M	47,0%	38,1%	53,8%	53,8%	55,5%	56,2%	58,5%	61,1%	57,3%	59,1%	63,5%
6	Oeiras	G	60,9%	66,3%	66,7%	62,0%	58,3%	60,6%	65,7%	62,7%	55,8%	56,0%	60,3%
7	Albufeira	M	44,5%	42,5%	51,4%	59,2%	49,9%	52,3%	53,4%	54,7%	52,1%	57,4%	58,1%
8	Óbidos	P	45,9%	32,6%	41,7%	39,3%	36,8%	39,1%	44,9%	41,1%	40,1%	47,9%	56,0%
9	Tavira	M	44,9%	40,1%	49,2%	50,3%	54,6%	54,7%	60,8%	58,0%	48,6%	54,2%	56,0%
10	Lisboa	G	34,5%	44,3%	50,2%	51,5%	57,3%	56,4%	59,1%	42,5%	61,5%	58,8%	55,3%
11	Porto	G	53,9%	48,5%	58,9%	56,1%	50,7%	55,2%	63,6%	62,6%	53,6%	51,2%	54,1%
12	Maia	G	60,6%	59,9%	58,6%	50,5%	65,1%	62,0%	62,4%	61,0%	56,4%	57,1%	53,8%
13	Lagoa (Algarve)	M	51,5%	40,5%	49,7%	54,5%	52,2%	49,3%	55,4%	53,7%	53,7%	53,1%	53,6%
14	Nazaré	P	32,1%	35,7%	47,2%	26,3%	50,5%	48,2%	30,4%	20,5%	48,7%	47,3%	52,1%
15	Sintra	G	48,8%	51,6%	54,9%	57,9%	56,5%	56,5%	58,3%	54,5%	50,4%	51,1%	51,3%
16	Faro	M	51,6%	50,3%	37,4%	56,1%	60,2%	41,9%	63,1%	62,2%	56,5%	51,5%	50,3%
17	Mafra	M	38,5%	35,8%	44,8%	47,2%	49,0%	50,1%	51,9%	41,0%	49,8%	53,4%	48,8%
18	Vila Nova de Gaia	G	44,9%	42,5%	48,9%	53,9%	41,9%	57,5%	55,4%	60,9%	57,6%	54,8%	48,7%
19	Alcochete	P	33,0%	38,6%	39,3%	45,7%	41,9%	42,8%	51,4%	45,8%	49,1%	47,9%	48,0%
20	Almada	G	50,2%	49,7%	53,7%	52,1%	54,8%	55,0%	57,4%	61,2%	59,0%	47,5%	48,0%
21	Porto Santo	P	50,6%	28,1%	57,3%	60,2%	48,4%	47,3%	61,3%	40,3%	56,8%	42,7%	48,0%
22	Palmela	M	42,6%	46,5%	53,4%	52,7%	49,6%	48,4%	51,1%	51,1%	48,2%	40,7%	47,7%
23	Ílhavo	M	21,9%	36,5%	46,0%	43,9%	44,6%	49,8%	43,2%	49,2%	45,3%	38,9%	47,1%
24	Caldas da Rainha	M	40,2%	42,2%	37,5%	42,4%	46,8%	45,5%	52,5%	51,9%	45,6%	42,6%	46,9%
25	Sesimbra	M	30,8%	28,7%	40,2%	43,7%	42,5%	45,1%	47,1%	44,9%	44,7%	48,6%	46,4%
26	Amadora	G	39,9%	37,7%	39,5%	44,9%	41,4%	42,0%	42,9%	43,1%	42,8%	41,4%	46,3%
27	Vila do Bispo	P	24,1%	28,0%	35,4%	34,9%	29,7%	34,9%	46,5%	38,1%	44,6%	49,0%	46,0%
28	Montijo	M	49,0%	47,5%	48,0%	47,6%	48,6%	49,1%	59,4%	53,9%	44,1%	44,7%	45,0%
29	Odivelas	G	43,0%	46,4%	44,8%	48,0%	48,5%	48,0%	51,8%	51,0%	47,6%	45,8%	44,9%
30	Coimbra	G	41,0%	46,4%	54,6%	54,1%	54,5%	61,3%	55,6%	59,3%	52,4%	41,4%	44,8%
31	Vila Franca de Xira	G	38,1%	36,1%	42,3%	45,1%	44,6%	43,4%	52,4%	46,6%	42,1%	39,3%	44,0%
32	Benavente	M	37,8%	45,9%	45,6%	46,7%	48,1%	48,4%	44,7%	48,7%	44,3%	43,0%	43,6%
33	Silves	M	33,6%	32,1%	36,2%	35,5%	37,3%	32,6%	41,1%	37,7%	33,4%	39,5%	43,3%
34	Aveiro	M	47,0%	47,2%	45,0%	50,5%	61,2%	26,3%	49,2%	52,2%	46,6%	45,7%	43,2%
35	Sines	P	21,0%	23,5%	22,3%	17,9%	31,3%	34,2%	36,6%	26,7%	21,3%	21,1%	43,1%
Peso médio dos 308 Municípios			**28,9%**	**29,3%**	**34,5%**	**35,7%**	**36,0%**	**36,5%**	**38,1%**	**36,6%**	**35,8%**	**34,8%**	**35,8%**

Do Ranking R5 há a anotar que:

- Nesta lista dos 35 municípios com maior peso de receitas fiscais, no total da receita cobrada, dezasseis apresentam este rácio com valor superior a 50%. Quer isto dizer que para os restantes municípios do universo autárquico o peso destas receitas é inferior a 50%, recordando que o peso médio para os municípios de pequena dimensão é de 16,6% e para os municípios de média dimensão é de 34,1%. Considerando que no universo global dos municípios o peso médio da receita fiscal na receita autárquica é de 35,8%, todos os municípios deste ranking se situam acima desta média nacional;
- O município de Loulé surge na primeira posição desta lista (Ranking R5), fruto do aumento da receita fiscal em 19,7%, devido ao crescimento extraordinário do IMT (+18,6 milhões de euros, +28,1%). Em Loulé o IMT passou de um peso na receita total de 14% em 2012, para um peso de 52,4% em 2022;
- Outros municípios aparecem nesta lista com uma alteração significativa do peso da receita fiscal na receita total, sendo de relevar os casos de Grândola cujo peso da receita fiscal aumentou em 14,3pp em 2021 e 8,5pp em 2022, sendo o segundo município com maior peso de receita fiscal, pese embora seja um município de pequena dimensão. Anota-se que mais quatro municípios apresentaram uma variação positiva em mais de 5% do peso das receitas fiscais: Portimão (+5,2%), Óbidos (+8,1%), Palmela (+7%), Ílhavo (+8,2%) e Sines (+ 22,1%). Os restantes municípios variaram na sua maioria num intervalo inferior a 5%;
- Refere-se que neste ranking, nove dos trinta e cinco municípios apresentaram descida do peso da receita fiscal, tendo sido a mais relevante, a descida apresentada por Vila Nova de Gaia (-6,1%).

Os quadros seguintes mostram para as Regiões Autónomas, o peso da coleta dos impostos na restante receita autárquica regional. O Ranking R5.A refere-se à situação nos municípios açorianos e o Ranking R5.M aos municípios madeirenses.

Observando a informação prestada para 2022 anota-se:

- Em relação aos municípios dos Açores, a receita municipal, na sua generalidade, dependeu muito pouco das receitas de impostos, sendo exceção o município de Ponta Delgada que apresentou um peso de receitas fiscais de 38,9%, valor superior ao índice nacional de 35,8%. Por outro lado, os municípios de Lagoa (R.A.A.), Horta e Angra de Heroísmo apresentaram um peso de receita fiscal superior à média regional que se cifrou nos 21%. Em todos os restantes municípios desta Região, a importância da receita de impostos ficou aquém do peso médio regional;

- Relativamente à Região da Madeira, anota-se que, em 2022, apresenta uma estrutura de receita em que o peso médio da receita fiscal se apresenta próxima do peso médio nacional ao cifrar-se em 32,4%. Releva-se, pela positiva, o peso da receita fiscal em quatro dos onze municípios. A saber: Porto Santo, com o peso de 48,0% (+5,3pp do que o apresentado em 2021), Funchal com o peso de 39,3% (-9,7pp que o peso apresentado em 2021), Santa Cruz, com o peso de 37,9% (+9,6pp do que o apresentado em 2021) e Calheta, com o peso de 32,5% (+4,9pp do que o apresentado em 2021). Todos os restantes municípios Madeirenses apresentaram uma estrutura de receita cujo peso da receita fiscal foi inferior ao peso médio nacional e ao peso médio local.

R5.A – Peso das receitas provenientes de receita fiscal no total da receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Ponta Delgada	M	32,3%	36,6%	36,5%	36,7%	36,1%	37,0%	39,5%	38,0%	38,6%	35,5%	38,9%
2	Lagoa (R.A.A)	P	14,4%	18,4%	17,9%	18,3%	21,6%	23,4%	24,5%	22,1%	21,8%	18,4%	24,4%
3	Horta	P	16,1%	16,1%	16,9%	19,8%	23,4%	21,4%	24,7%	20,9%	24,3%	22,0%	22,4%
4	Angra do Heroísmo	M	19,3%	16,9%	19,3%	18,7%	24,3%	26,1%	26,0%	28,2%	18,4%	19,9%	21,5%
5	Vila Franca Campo	P	5,1%	16,1%	19,3%	20,0%	24,8%	24,8%	24,3%	8,9%	9,4%	18,6%	20,8%
6	Ribeira Grande	M	8,5%	15,8%	16,1%	16,2%	15,2%	15,3%	18,5%	19,2%	16,3%	15,7%	18,8%
7	Praia Vitória	P	11,1%	14,3%	20,6%	19,6%	17,5%	16,2%	18,3%	20,0%	14,7%	13,9%	16,5%
8	São Roque do Pico	P	7,0%	9,9%	12,0%	10,3%	9,7%	10,0%	10,2%	10,8%	11,8%	11,8%	15,1%
9	Madalena	P	8,3%	9,0%	9,8%	11,2%	13,1%	13,1%	13,8%	14,2%	14,2%	12,7%	14,7%
10	Nordeste	P	3,8%	2,5%	6,7%	12,7%	12,1%	14,7%	5,1%	12,2%	11,7%	11,5%	13,6%
11	Povoação	P	8,3%	11,5%	10,5%	11,3%	12,2%	13,2%	13,4%	12,4%	13,1%	10,1%	13,5%
12	Santa Cruz Graciosa	P	4,6%	9,2%	10,5%	13,9%	12,8%	14,4%	13,0%	13,1%	12,8%	12,4%	13,1%
13	Vila Porto	P	7,0%	11,0%	11,1%	12,4%	11,3%	11,7%	11,1%	11,6%	8,6%	9,2%	11,8%
14	Lajes Pico	P	3,8%	3,8%	6,2%	8,1%	8,0%	7,7%	8,5%	10,9%	7,7%	7,3%	7,6%
15	Calheta (R.A.A.)	P	6,8%	10,2%	11,1%	10,3%	10,4%	10,1%	9,5%	9,0%	7,3%	6,3%	6,6%
16	Santa Cruz Flores	P	4,4%	5,3%	5,2%	6,5%	6,9%	6,6%	7,5%	7,2%	5,4%	5,8%	6,6%
17	Velas	P	5,9%	9,0%	8,4%	10,0%	8,3%	7,4%	7,8%	8,6%	8,2%	5,0%	6,2%
18	Lajes Flores	P	1,9%	2,9%	2,8%	5,3%	5,1%	4,5%	5,0%	3,9%	5,0%	4,2%	5,8%
19	Corvo	P	0,6%	1,2%	1,2%	1,2%	1,3%	4,0%	1,4%	1,2%	1,3%	1,4%	1,6%
Peso – municípios dos Açores			**13,6%**	**15,9%**	**18,1%**	**19,2%**	**20,0%**	**20,7%**	**20,6%**	**20,0%**	**18,6%**	**18,2%**	**21,0%**
Peso – 308 Municípios			28,9%	29,3%	34,5%	35,7%	36,0%	36,5%	38,1%	36,6%	35,8%	34,8%	35,8%

R5.M – Peso das receitas provenientes de receita fiscal no total da receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Porto Santo	P	50,6%	28,1%	57,3%	60,2%	48,4%	47,3%	61,3%	40,3%	56,8%	42,7%	48,0%
2	Funchal	G	35,0%	24,4%	39,6%	44,0%	42,3%	44,6%	31,9%	38,6%	42,3%	49,1%	39,3%
3	Santa Cruz	M	35,4%	34,7%	19,9%	36,4%	41,1%	44,8%	33,8%	44,4%	38,5%	28,3%	37,9%
4	Calheta (R.A.M.)	P	12,7%	10,1%	14,6%	15,1%	16,5%	22,7%	22,5%	23,9%	24,0%	27,7%	32,5%
5	Machico	P	24,8%	25,2%	13,5%	22,3%	23,7%	24,8%	27,2%	24,5%	19,7%	21,0%	23,6%
6	Ponta do Sol	P	14,8%	12,1%	16,7%	13,2%	16,3%	20,7%	24,8%	24,0%	23,0%	20,9%	22,8%
7	Ribeira Brava	P	12,7%	11,7%	13,3%	19,5%	17,2%	25,8%	13,2%	24,5%	12,6%	14,9%	22,1%
8	Câmara de Lobos	M	21,0%	11,6%	18,4%	24,0%	23,8%	19,1%	19,5%	24,0%	19,1%	20,1%	21,2%
9	São Vicente	P	5,9%	10,6%	12,2%	11,3%	12,4%	10,8%	10,6%	11,6%	9,6%	8,8%	11,9%
10	Santana	P	10,2%	9,5%	10,2%	11,2%	9,7%	16,1%	12,8%	13,4%	8,9%	9,1%	11,2%
11	Porto Moniz	P	3,9%	4,4%	6,3%	6,6%	6,0%	14,6%	11,5%	10,4%	12,0%	11,1%	10,5%
Peso - municípios da Madeira			**27,6%**	**21,0%**	**26,3%**	**32,5%**	**32,7%**	**34,6%**	**28,3%**	**32,4%**	**31,4%**	**34,1%**	**32,4%**
Peso – 308 Municípios			28,9%	29,3%	34,5%	35,7%	36,0%	36,5%	38,1%	36,6%	35,8%	34,8%	35,8%

O *Ranking* R6 hierarquiza os 35 municípios que, em 2022, apresentaram maior volume de receita proveniente de impostos.

R6 – Municípios que em 2022 apresentaram maior valor de receita fiscal

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Lisboa	G	287 276 709	242 297 442	313 026 403	365 899 273	378 025 970	460 644 326	476 127 016	443 859 992	451 590 202	484 535 692	521 858 194
2	Cascais	G	75 990 145	84 187 691	100 948 860	112 171 993	117 841 633	139 964 611	147 383 866	145 364 594	128 471 273	166 308 269	201 813 704
3	Porto	G	88 915 904	91 849 278	103 826 295	95 123 904	113 288 049	118 125 056	143 116 620	157 382 289	123 562 346	136 645 120	145 248 759
4	Sintra	G	81 760 327	81 243 607	80 921 004	89 908 006	89 530 136	95 030 155	101 001 117	102 649 159	100 510 908	108 451 154	123 117 426
5	Loulé	M	47 099 720	53 617 264	62 138 406	67 569 300	69 641 548	68 332 423	67 911 314	72 776 090	75 906 275	97 436 572	116 598 504
6	Oeiras	G	66 684 179	71 305 208	77 747 204	74 208 852	74 465 711	91 640 419	97 577 983	99 958 927	94 624 765	96 419 264	115 129 534
7	Vila N. Gaia	G	55 559 061	58 931 147	63 080 780	66 395 775	68 296 808	75 650 944	81 623 486	88 717 696	83 626 715	94 785 060	97 879 083
8	Loures	G	46 805 045	46 207 016	47 663 000	48 957 944	51 699 876	56 289 361	60 225 256	65 734 671	57 885 440	64 280 425	70 315 204
9	Almada	G	39 453 773	38 507 726	41 340 581	43 255 731	44 692 085	48 289 531	55 573 339	62 648 865	55 087 375	62 648 930	69 363 293
10	Matosinhos	G	46 441 433	45 246 928	41 698 621	52 410 184	50 339 584	55 361 947	58 703 843	63 394 113	55 166 983	59 107 234	60 457 587
11	Albufeira	M	27 148 847	33 449 426	40 852 835	51 540 275	39 119 426	43 603 318	40 234 646	43 180 071	33 744 918	43 107 243	56 636 282
12	Seixal	G	46 590 878	50 892 305	47 145 256	49 913 856	46 469 718	48 209 456	51 082 976	57 399 164	46 498 343	56 068 481	56 398 359
13	Braga	G	34 368 272	36 105 510	35 724 186	37 813 954	41 216 680	45 242 595	48 926 316	51 646 757	50 482 218	53 949 723	55 807 947
14	Portimão	M	22 972 682	27 396 543	29 393 190	32 690 985	33 869 340	38 760 039	42 860 719	38 931 009	36 157 918	38 738 711	53 214 213
15	Coimbra	G	38 549 955	40 444 795	43 121 261	42 183 221	47 487 911	51 489 720	45 378 288	48 026 310	44 430 075	47 823 017	52 903 799
16	Maia	G	37 109 761	33 338 663	32 579 868	37 593 461	43 338 189	41 117 591	46 174 745	44 824 276	45 049 917	46 013 415	51 930 004
17	Lagos	M	18 911 397	18 868 318	22 732 791	25 091 352	26 569 308	28 821 907	31 710 132	35 987 256	30 064 624	35 165 221	49 058 425
18	Setúbal	G	29 599 879	32 693 930	36 837 843	41 074 369	41 425 174	43 101 214	40 284 195	43 485 360	41 774 373	45 760 820	48 631 002
19	Odivelas	G	26 608 393	26 851 140	29 200 976	31 535 086	31 262 932	34 651 205	40 484 961	40 877 421	39 937 492	43 198 259	48 404 034
20	Amadora	G	33 760 526	27 984 612	30 528 422	34 293 468	32 590 397	35 377 215	37 848 087	40 192 703	39 805 214	38 125 938	47 969 152
21	Funchal	G	26 013 503	27 324 953	28 867 130	30 995 098	30 913 133	34 227 701	32 658 788	33 665 431	32 713 943	50 262 972	45 814 469
22	Mafra	M	19 325 031	17 008 051	23 316 735	26 569 479	28 159 441	31 129 448	34 561 110	36 189 425	35 318 525	39 879 713	44 964 256
23	V. Franca Xira	G	25 773 509	23 148 516	25 191 001	24 562 703	25 676 677	29 740 652	34 362 348	35 435 478	32 435 589	32 386 164	43 935 962
24	Guimarães	G	26 848 624	26 480 399	29 755 344	30 942 488	34 174 303	34 299 746	35 073 636	36 818 036	33 427 350	36 623 762	38 754 919
25	Grândola	P	5 473 695	7 083 717	8 521 114	7 299 223	7 409 113	15 819 544	13 673 326	12 748 297	13 911 082	22 576 807	38 334 118
26	Leiria	G	24 530 641	26 992 741	30 331 419	31 227 962	32 518 993	34 192 588	41 265 018	34 547 291	32 063 829	34 498 344	37 617 121
27	Aveiro	M	18 900 230	20 245 247	21 641 409	26 673 248	33 068 119	30 566 064	38 959 150	34 419 614	30 315 006	33 361 279	36 870 728
28	V. N. Famalicão	G	28 903 330	19 083 345	27 398 919	21 839 332	28 655 382	30 981 729	30 633 241	32 635 836	31 095 718	32 456 560	36 752 351
29	Sta. Maria Feira	G	21 359 880	23 402 546	24 925 529	24 954 906	26 795 171	28 547 204	29 724 004	30 291 220	30 634 005	33 785 154	35 287 221
30	Gondomar	G	24 415 180	22 719 181	21 391 915	21 592 521	23 351 833	24 887 832	29 367 034	31 511 059	33 477 998	32 656 725	34 377 719
31	Palmela	M	17 451 781	20 344 118	21 197 940	21 546 475	20 124 684	20 285 920	23 703 984	25 357 166	24 190 004	25 654 286	32 431 752
32	Faro	M	17 096 143	15 233 885	21 178 881	21 260 310	23 536 594	22 310 458	26 038 401	25 501 183	25 365 111	25 455 459	31 402 342
33	Sesimbra	M	13 191 945	15 468 058	17 281 692	17 786 490	18 207 608	20 345 972	22 425 345	22 638 636	22 723 349	27 775 718	30 864 771
34	Lagoa (Algarve)	M	14 411 836	12 956 961	14 860 709	18 506 738	17 705 477	17 937 421	21 971 651	21 388 417	19 241 873	22 294 356	29 815 563
35	Viana Castelo	M	15 720 147	17 018 124	17 366 681	18 361 604	19 187 928	20 786 374	22 791 855	23 818 094	22 835 569	22 185 498	28 065 278

Observando o *ranking* anterior verifica-se que apenas seis municípios auferiram, em 2022, de um volume de receita fiscal superior a 100 milhões de euros, sendo de anotar o volume coletado por Lisboa, incomparavelmente superior ao dos restantes municípios. A lista inclui todos os municípios de grande dimensão. Mais se verifica que a amplitude de valores entre o primeiro da lista e o último da mesma é de 493,8 milhões de euros, sendo que o segundo da lista dos municípios com maior receita fiscal, o município do Cascais, auferiu a coleta de 201,8 milhões de euros, isto é, 38,7% da colecta de Lisboa.

2.2.2.3.1. Evolução das componentes dos impostos diretos

Face ao peso que os impostos diretos têm assumido no total das receitas autárquicas, apresenta-se, no Quadro 2.19, a evolução da cobrança de cada uma das suas componentes entre 2012 e 2022.

Quadro 2.19 – Valor das receitas componentes dos Impostos Diretos entre 2012 e 2022

Unidade: milhões de euros

Impostos diretos	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Δ 21–22 %
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)	1 229,5	1 304,5	1 467,1	1 533,2	1 487,9	1 456,2	1 509,9	1 489,0	1 497,2	1 480,3	1 488,3	0,5%
IUC (Imposto Único de Circulação)	208,0	260,2	248,5	240,5	244,5	260,5	276,3	287,2	283,7	291,0	311,1	6,9%
IMT (Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis)	386,0	382,0	487,7	583,0	655,5	853,4	1 003,9	1 010,4	974,6	1 344,9	1 696,5	26,1%
Derrama	261,2	207,6	212,3	208,4	275,0	323,9	308,4	354,1	346,8	297,5	375,3	26,2%
Impostos abolidos	3,4	3,2	8,1	0,8	0,8	3,5	1,4	1,1	1,0	0,2	0,6	246,4%
Impostos diretos diversos	0,7	0,5	0,6	0,1	0,3	0,4	0,3	0,2	0,5	0,5	0,3	–48,3%
Total Impostos diretos (a)	2 088,9	2 158,1	2 424,2	2 566,0	2 664,1	2 897,9	3 100,3	3 142,1	3 103,8	3 414,4	3 872,1	13,4%
IMT/ IMI	31,4%	29,3%	33,2%	38,0%	44,1%	58,6%	66,5%	67,9%	65,1%	90,9%	114,0%	25,5%
IMI / Total Impostos Diretos	58,9%	60,4%	60,5%	59,7%	55,9%	50,2%	48,7%	47,4%	48,2%	43,4%	38,4%	–11,3%
IMT / Total Impostos Diretos	18,5%	17,7%	20,1%	22,7%	24,6%	29,5%	32,4%	32,2%	31,4%	39,4%	43,8%	11,2%
(IUC + Derrama + outros) / Total Impostos Diretos	22,7%	21,9%	19,4%	17,5%	19,5%	20,3%	18,9%	20,5%	20,4%	17,3%	17,8%	2,9%
Total Impostos indiretos (b)	134,9	129,8	107,1	121,6	118,8	132,3	149,8	165,9	41,0	36,2	19,8	–45,2%
Total Impostos (c = a+b)	**2 223,8**	**2 287,9**	**2 531,3**	**2 687,6**	**2 782,9**	**3 030,1**	**3 250,1**	**3 308,0**	**3 144,7**	**3 450,6**	**3 891,9**	**12,8%**
IMI / Total de Impostos	55,3%	57,0%	58,0%	57,0%	53,5%	48,1%	46,5%	45,0%	47,6%	42,9%	38,2%	–10,9%
IMT / Total de Impostos	17,4%	16,7%	19,3%	21,7%	23,6%	28,2%	30,9%	30,5%	31,0%	39,0%	43,6%	11,8%

Quadro 2.20 – Valor das receitas componentes dos Impostos Diretos por grupos de municípios

Unidade: euros

	Grandes	Médios	Pequenos	Total Geral
IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)	720,8	588,4	179,1	1 488,3
IUC (Imposto Único de Circulação)	147,7	120,0	43,4	311,1
IMT (Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis)	964,1	563,7	168,6	1 696,5
Derrama	255,1	96,7	23,6	375,3
Impostos abolidos	0,3	0,3	0,0	0,6
Impostos diretos diversos	0,2	0,0	0,1	0,3
Impostos Diretos – cobrados	**2 088,2**	**1 369,1**	**414,8**	**3 872,1**

Quadro 2.21 – Peso de cada componente dos Impostos Diretos, por grupos de municípios

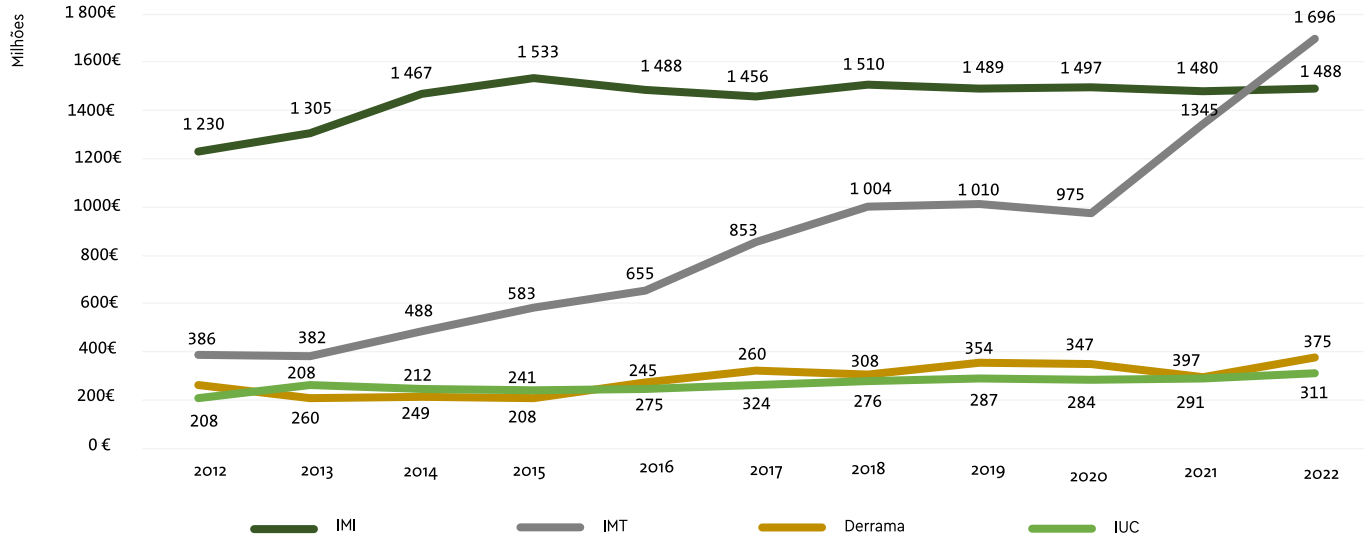
	Grandes	Médios	Pequenos	Total Geral
IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)	34,5%	43,0%	43,2%	38,4%
IUC (Imposto Único de Circulação)	7,1%	8,8%	10,5%	8,0%
IMT (Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis)	46,2%	41,2%	40,7%	43,8%
Derrama	12,2%	7,1%	5,7%	9,7%
Impostos abolidos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Impostos diretos diversos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Impostos Diretos – cobrados	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

A informação prestada no Quadro 2.19 foi transcrita para Gráfico 2.05 com vista a permitir uma melhor perceção da evolução das principais componentes da receita fiscal. Assim, a leitura conjugada de ambos permite concluir que:

- **Em 2022, o valor do IMI retomou o sentido ascendente crescendo cerca de 0,5% ao registar-se a receita de 1.488,3 milhões de euros (+8,1 milhões de euros)**. Após a descida no biénio 2016/2017, registou em 2018 um acréscimo de, aproximadamente, 54 milhões de euros (+3,7%), ficando, no entanto, aquém do valor coletado em 2015, voltando a descer cerca de 20,9 milhões de euros em 2019. Em 2020 o IMI tinha crescido 0,6%, mas voltou a baixar em 2021 cerca de 1,1%. **Em 2022 o IMI contribuiu para 38,4% dos impostos diretos**;
- A recuperação acentuada do **IMT** a partir 2014, com reforço extraordinário dessa tendência em 2017 (+30,2%, +198 milhões de euros), confirmou-se em 2018 com um novo acréscimo de 17,6% de receita (+150 milhões de euros), ultrapassando a fasquia de 1 000 milhões de euros ao registar-se a receita de 1 003,9 milhões de euros. Em 2019 consolida-se o crescimento do IMT com uma coleta a cifrar-se em 1 010,4 milhões de euros (+0,6%, +6,5 milhões de euros). Todavia em 2020, baixa 35,8 milhões de euros (-3,5%) descendo da fasquia dos mil milhões de euros ao totalizar 974,6 milhões de euros. Em 2021 voltou a crescer 38% (+370,3 milhões de euros) ao apresentar a colecta de 1 344,9 milhões de euros. **Em 2022 o IMT apresenta o crescimento significativo de 26,1% ao totalizar 1 696,5 milhões de euros e contribuindo para 43,8% do valor dos impostos diretos**;
- **O IMT, que esteve em riscos de desaparecer como receita municipal, ultrapassou, em 2022 o valor do IMI, representando 114% do mesmo. Em 2012 o IMT era apenas 31,4% do valor do IMI;**
- O valor do **IUC,** em 2022 mantém uma variação positiva de 6,9% (+20,0 milhões de euros), ao totalizar 311,1 milhões de euros, mas representando apenas 8% do montante coletado em impostos diretos por todo o sector autárquico;

- Depois de um relevante aumento em 2017 do montante da **Derrama** (+17,8%, +48,9 milhões de euros) atestando o impacto do crescimento económico na economia municipal, em 2018 verificou-se um ligeiro decréscimo global desta receita (-16 milhões de euros, -4,8%) ao registar-se o montante 308,4 milhões de euros. Todavia, em 2019, apresenta novo crescimento de 14,9% (+45,8 milhões de euros) implicando um peso na receita fiscal de 11,3%. Em 2020, a Derrama, voltou a descer (-2,1%, -7,4 milhões de euros), ao apresentar o volume de coleta de 346,8 milhões de euros, representando 11,2% do total dos impostos diretos. Em 2021 a Derrama apresentou uma descida de valor em cerca de 14,2% (-49,3 milhões de euros) ao totalizar 297,5 milhões de euros. **Em 2022, a Derrama, apresenta o crescimento extraordinário de 26,2% ao totalizar 375,3 milhões de euros, representando, contudo, apenas 9,7% do total dos impostos diretos coletados.**

Gráfico 2.05 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2012 e 2022



Observando os Quadros 2.20 e 2.21, verifica-se que:

No conjunto dos municípios de média dimensão e pequena dimensão o IMI continuou a ultrapassar o valor do IMT pese embora apresentassem valores muito próximos. Verifica-se, ainda que o valor da Derrama pesa bastante menos no conjunto dos impostos diretos, nos municípios de pequena dimensão (5,7%), enquanto que para o conjunto dos municípios de grande dimensão a Derrama representou 12,2% do total de impostos diretos auferidos. Para os municípios de média dimensão a Derrama apresentou o peso médio de 7,1% nos impostos diretos;

Para os municípios de grande dimensão a Derrama contribuiu mais que o IUC para o volume dos impostos diretos, enquanto que nos municípios de pequena e de média dimensão o IUC pesou mais que a Derrama no total dos impostos diretos.

Nos Gráficos 2.05.A e 2.05.M apresenta-se o comportamento das diferentes componentes da receita fiscal auferida pelo conjunto dos municípios das Regiões Autónomas, reportados ao período de 2012–2022.

Gráfico 2.05.A – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2012 e 2022

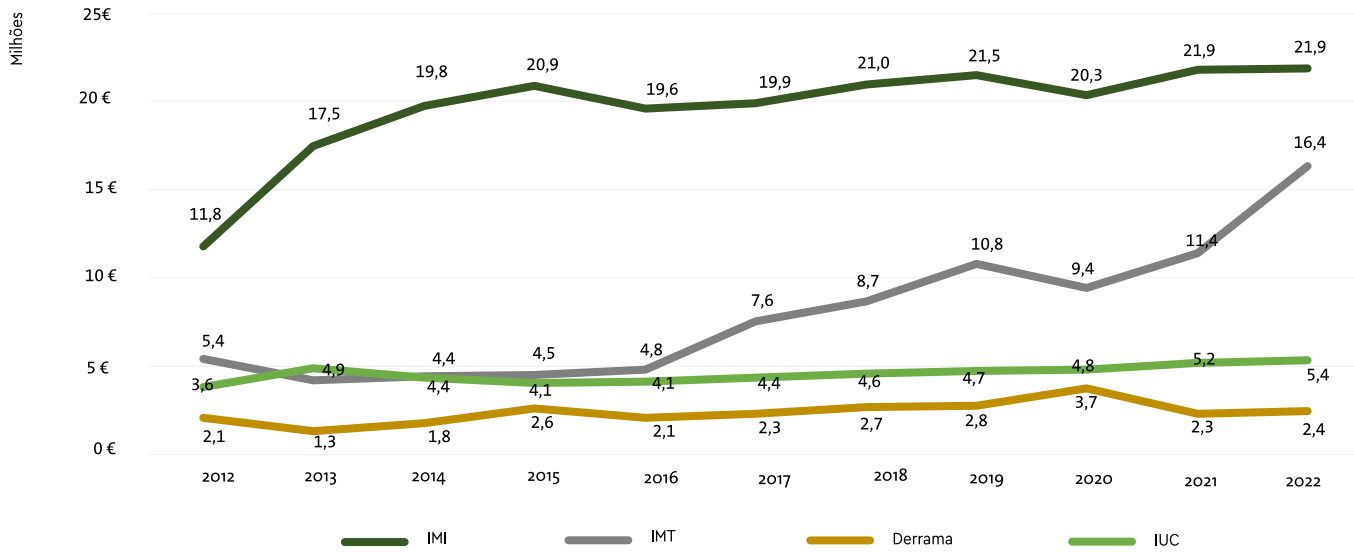
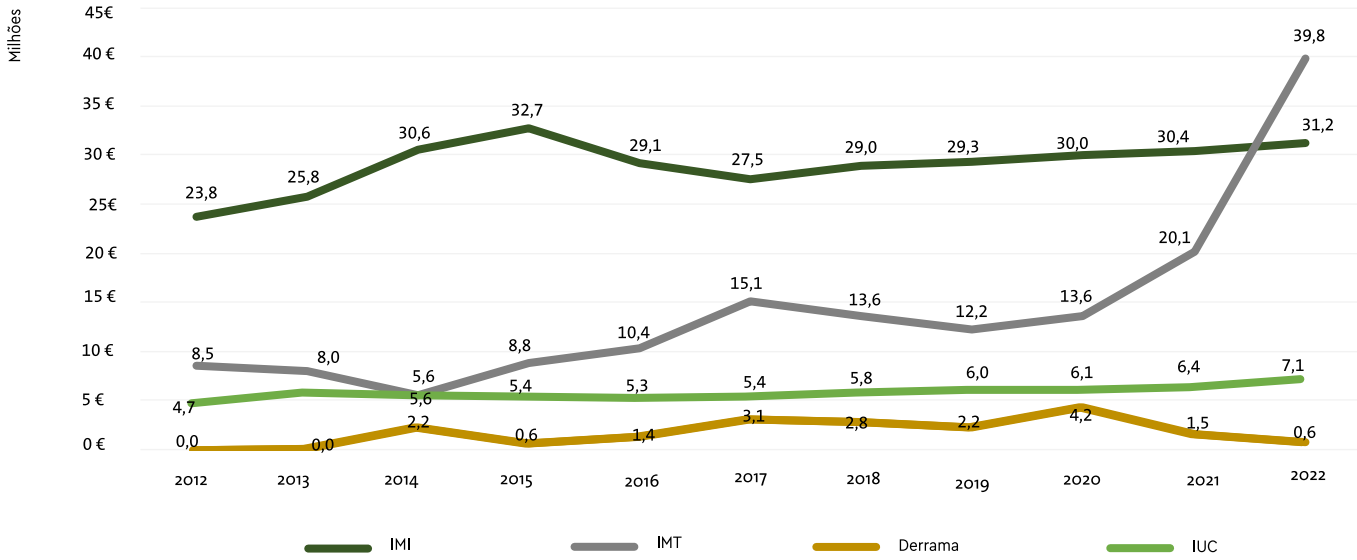


Gráfico 2.05.M – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2012 e 2022



Da observação dos gráficos anteriores pode-se concluir, em relação ao ano económico de 2022, para as Regiões Autónomas:

- O montante de IMI, em ambas as regiões, cresceu continuadamente entre 2012 e 2015, diminuindo pela primeira vez em 2016. Em 2017, aumentou na Região dos Açores 1,7% (+0,3 milhões de euros) continuando a baixar na Região da Madeira 5,5% (-1,6 milhões de euros). Em 2018, os valores de cobrança de IMI nas duas Regiões Autónomas cresceram a taxas superiores às apresentadas nos anos anteriores; na Região dos Açores +5,1% (+1,0 milhões de euros) e na Região da Madeira +5,2% (+1,5 milhões de euros). Em 2019, os valores de cobrança de IMI nas duas Regiões Autónomas continuaram a crescer mantendo a tendência ascendente desta receita; na Região dos Açores +1,8% (+0,4 milhões de euros) ao totalizar 21,5 milhões de euros, e na Região da Madeira +1,3% (+0,4 milhões de euros) ao registar-se um total de 29,3 milhões de euros. Em 2020 o IMI baixa ligeiramente na Região dos Açores (-1,2 milhões de euros) e cresce ligeiramente na Região da Madeira (+0,7milhões de euros). Em 2021 a coleta de IMI cresceu em ambas as regiões, tendo aumentado mais na Região dos Açores (+1,6 milhões de euros) que na Região da Madeira (+0,4 milhões de euros). **Em 2022 o IMI cresceu na Madeira cerca de+ 2,6%, tendo o seu valor sido ultrapassado pelo IMT, enquanto que nos Açores o IMI manteve o mesmo valor de coleta auferido no ano anterior, apresentando assim uma taxa de crescimento de 0%, mas mantendo um volume de coleta superior ao cobrado pelo IMT**;
- Entre 2016 e 2019, a coleta de IMT cresceu na Região dos Açores, tendo apresentado em 2020 uma descida de 1,4 milhões de euros ao totalizar 9,4 milhões de euros. Em 2021, nesta região, a cobrança e IMT voltou a crescer cerca de 2 milhões de euros ao somar 11,4 milhões de euros. **Em 2022 o IMT cresceu nos Açores cerca de 43,9%, isto é, +5 milhões que o colectado no ano anterior, ao totalizar 16,4 milhões de euros**;
- Relativamente à **Região da Madeira** constata-se que, depois de um acréscimo da coleta de IMT em 2017 de 45,2% (+4,7 milhões de euros), em 2018 o montante arrecadado de IMT voltou a diminuir em 6,4% (-1,5 milhões de euros), ao registar-se a coleta global de 13,6 milhões de euros. Esta tendência descendente do IMT, manteve-se nesta região considerando a totalidade da coleta dos municípios madeirenses em 2019. Efetivamente, nesse ano económico, esta receita fiscal baixou na globalidade 10,2% (-1,4 milhões de euros) ao totalizar 12,2 milhões de euros. Todavia, em 2020, voltou a apresentar um sentido ascendente ao crescer 1,4 milhões de euros totalizando 13,6 milhões de euros. **Em 2021 o IMT na Região da Madeira apresentou um crescimento extraordinário de 47,8% (+6,5 milhões de euros) ao totalizar 20,1 milhões de euros. Este crescimento acelerou em 2022 ao representar +98% da coleta (+19,7 milhões de euros, fazendo com que o IMT ultrapassasse o valor do IMI em +8,6 milhões de euros (+27,6%);**
- O valor da **Derrama,** depois de um crescimento em ambas as Regiões em 2017, em 2018, continuou a evoluir positivamente na Região dos Açores (+17,4%, +0,4 milhões de euros), mas diminuiu na Região da Madeira (-9,7%, -3 milhões de euros). Em 2019 manteve a tendência apresentada no ano anterior com um crescimento de 3,7% nos Açores e um decréscimo de 21,4% na Madeira, totalizando

respetivamente 2,8 milhões de euros e 2,2 milhões de euros. Em 2020 a Derrama cresceu tanto na Região dos Açores como na Região da Madeira à taxa de +32,1% na primeira e à taxa de +90,9% na segunda, ao totalizarem, respetivamente, o montante de 3,7 milhões de euros e 4,2 milhões de euros. Em 2021 o montante de Derrama arrecadado desceu significativamente em ambas as regiões. Desceu mais na Madeira (-2,7 milhões de euros, -64%) e menos nos Açores (-1,4 milhões de euros, -37,8%) quedando-se as respetivas coletas em 1,5 milhões de euros e 2,3 milhões de euros. Relativamente a **2022 o montante de Derrama desceu na Região da Madeira em 46,7% (-0,7 milhões de euros) ao totalizar apenas 800 milhares de euros, enquanto que nos Açores cresceu 4,3% ao totalizar 2,4 milhões de euros. A Derrama representa tanto na Região da Madeira como na Região dos Açores o menor valor de coleta dos impostos diretos, sendo que na primeira representou 1% do total coletado e na segunda 5,2% do montante total cobrado de impostos diretos;**

- **A receita do IUC apresentou em ambas as regiões tendência de crescimento. Na Madeira cresceu 10,9% isto é +0,7 milhões de euros** e nos Açores aumentou 3,8% ou seja, +0,2 milhões de euros. O valor total desta receita em 2022, na Região dos Açores e na Região da Madeira, foi respetivamente de 5,4 milhões de euros e 7,1 milhões de euros.

Nos pontos anteriores apresentou-se uma análise global do comportamento das componentes da receita fiscal. Nos pontos subsequentes, apresentar-se-ão os impactos mais relevantes desses comportamentos em diferentes grupos de municípios.

IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS: Análise do impacto da sua variação por grupos de municípios e repercussões decorrentes da aplicação de taxas mais reduzidas.

Da correlação entre a decisão dos municípios sobre a taxa de IMI a aplicar em 2022 – aplicação de um coeficiente de redução da taxa – e a variação do montante total de IMI cobrado, pode- constatar-se que[26]:

- 267 Municípios não diminuíram a taxa de IMI a aplicar nas cobranças de 2022. No entanto, destes, 68 municípios apresentaram diminuição do montante cobrado;
- 41 Municípios decidiram baixar a taxa de IMI a aplicar nas cobranças de 2022, sendo que 35 apresentaram consequente diminuição do valor total cobrado;
- Seis dos municípios que decidiram baixar a taxa de IMI apresentaram aumento do valor desta coleta;
- Dois municípios aumentaram a taxa de IMI aplicada nas cobranças de 2022: Belmonte (de 0,30% para 0,40%) e Ponte da Barca (de 0,30% para 0,34%).

[26] Face aos dados expostos, pode-se concluir que, embora aparentemente haja uma correlação forte entre a descida da coleta global de IMI e a descida do correspondente valor da taxa aplicada, haverá outras razões que condicionaram negativamente o montante arrecadado da coleta, fazendo-o baixar.

No Quadro 2.22 apresentam-se os municípios que, tendo decidido reduzir a taxa do IMI, apresentaram diminuição global desta receita em 2022. Estiveram nesta situação 35 municípios com diferentes variações negativas da receita, sendo de anotar que a amplitude das mesmas foi de -0,005% a -0,1%. Da análise dos Relatórios de Gestão não foi possível identificar qual o impacto desta descida de receita na atividade do município.

Quadro 2.22 – Municípios com redução da taxa de IMI e que apresentaram diminuição do montante cobrado em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim	IMI cobrado			Taxa de IMI (prédios urbanos)		
			2021	2022	Variação 21-22 (%)	2020	2021	Variação 20-21 (%)
1	Torre de Moncorvo	P	608 839	471 100	-22,6%	0,400%	0,300%	-0,100%
2	Aljezur	P	1 622 923	1 414 358	-12,9%	0,350%	0,300%	-0,050%
3	Setúbal	G	23 365 587	21 285 994	-8,9%	0,440%	0,400%	-0,040%
4	Mourão	P	259 739	241 060	-7,2%	0,375%	0,350%	-0,025%
5	Bombarral	P	1 545 076	1 403 310	-9,2%	0,320%	0,300%	-0,020%
6	Borba	P	645 066	605 958	-6,1%	0,400%	0,380%	-0,020%
7	Ourique	P	466 174	431 188	-7,5%	0,360%	0,340%	-0,020%
8	Póvoa de Lanhoso	M	2 424 994	2 310 353	-4,7%	0,320%	0,300%	-0,020%
9	Vila do Conde	M	11 196 420	10 694 949	-4,5%	0,320%	0,300%	-0,020%
10	Lagos	M	12 204 032	11 686 683	-4,2%	0,340%	0,320%	-0,020%
11	Mangualde	P	1 960 586	1 860 348	-5,1%	0,340%	0,320%	-0,020%
12	Santarém	M	8 725 407	8 444 068	-3,2%	0,418%	0,398%	-0,020%
13	Alfândega da Fé	P	402 446	398 451	-1,0%	0,410%	0,395%	-0,015%
14	Seixal	G	25 865 694	24 185 363	-6,5%	0,365%	0,350%	-0,015%
15	Arruda dos Vinhos	P	1 860 273	1 775 485	-4,6%	0,385%	0,375%	-0,010%
16	Barcelos	G	10 395 263	10 260 362	-1,3%	0,350%	0,340%	-0,010%
17	Espinho	M	4 172 590	4 147 940	-0,6%	0,400%	0,390%	-0,010%
18	Évora	M	6 494 890	6 397 755	-1,5%	0,430%	0,420%	-0,010%
19	Montijo	M	7 974 496	7 886 040	-1,1%	0,370%	0,360%	-0,010%
20	Palmela	M	11 139 993	10 686 340	-4,1%	0,350%	0,340%	-0,010%
21	Portalegre	M	3 405 319	3 359 000	-1,4%	0,400%	0,390%	-0,010%
22	Portimão	M	22 291 507	20 999 790	-5,8%	0,430%	0,420%	-0,010%
23	Santa Comba Dão	P	1 340 191	1 287 685	-3,9%	0,400%	0,390%	-0,010%
24	Santiago do Cacém	M	3 723 818	3 714 216	-0,3%	0,350%	0,340%	-0,010%
25	Benavente	M	4 330 273	4 326 313	-0,1%	0,330%	0,320%	-0,010%
26	Braga	G	24 600 938	24 305 312	-1,2%	0,340%	0,330%	-0,010%
27	Cadaval	P	1 590 010	1 562 293	-1,7%	0,375%	0,365%	-0,010%
28	Covilhã	M	5 916 554	5 817 843	-1,7%	0,360%	0,350%	-0,010%
29	Oliveira do Hospital	P	1 929 684	1 917 439	-0,6%	0,340%	0,330%	-0,010%
30	Seia	M	2 427 591	2 386 564	-1,7%	0,380%	0,370%	-0,010%
31	Sousel	P	455 664	451 651	-0,9%	0,390%	0,380%	-0,010%
32	Valongo	M	10 648 904	10 549 956	-0,9%	0,390%	0,380%	-0,010%
33	Gondomar	G	18 037 845	17 800 087	-1,3%	0,420%	0,410%	-0,010%
34	Maia	G	21 716 529	21 678 421	-0,2%	0,370%	0,365%	-0,005%
35	Peniche	M	4 050 399	4 033 424	-0,4%	0,320%	0,315%	-0,005%

O Quadro 2.23 apresenta os municípios que tendo decidido reduzir o valor da taxa do IMI, apresentaram, todavia, acréscimo global desta receita em 2022. Estiveram nesta situação 6 municípios, não sendo, contudo, possível recolher qualquer informação no Relatório de Gestão sobre eventual impacto do custo ou benefício resultante desta redução de taxa.

Quadro 2.23 – Municípios com redução da taxa de IMI e que apresentaram acréscimo do montante total cobrado em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim	IMI cobrado			Taxa de IMI (prédios urbanos)		
			2021	2022	Variação 21-22 (%)	2020	2021	Variação 20-21 (%)
1	Mesão Frio	P	230 059	234 873	2,1%	0,430%	0,400%	**-0,030%**
2	Grândola	P	4 435 205	4 507 035	1,6%	0,350%	0,340%	**-0,010%**
3	Tavira	M	7 097 829	7 184 513	1,2%	0,350%	0,340%	**-0,010%**
4	Alcochete	P	3 824 540	3 852 897	0,7%	0,380%	0,370%	**-0,010%**
5	Almeirim	M	2 266 627	2 562 794	13,1%	0,390%	0,385%	**-0,005%**
6	Loures	G	29 501 772	29 734 506	0,8%	0,370%	0,367%	**-0,003%**

Para melhor comparar o impacto da descida da taxa de IMI decidida pelos municípios, apresenta-se o Quadro 2.24 que mostra a diferença entre o valor de IMI efetivamente cobrado e o valor de IMI que poderia ser cobrado, se fosse aplicada a taxa máxima de 0,45%.

Da leitura deste quadro identifica-se o montante que cada um dos municípios em questão deixou de cobrar de IMI e a poupança média que daí resulta por residente. Esta poupança traduz um valor estatístico, meramente indicativo, pois não está referenciada apenas ao número de proprietários pagadores de IMI, mas ao total de população residente, incluindo não proprietários de imóveis e, por isso, não sujeitos a IMI. Por outro lado, conforme referenciado supra, não foi refletido nos respetivos relatórios de Relatório de Gestão a avaliação do impacto da redução da taxa deste imposto direto na atividade dos municípios.

Quadro 2.24 – Municípios com maior diferença entre o IMI cobrado e o IMI a cobrar se fosse aplicada a taxa máxima de 0,45%

Unidade: euros

	Município	Dim.	Taxa aplicada (2022)	IMI cobrado c/ taxa aplicada	IMI cobrado se aplicada taxa 0,45%	Diferença (perda para o município)	Nº de habitantes (INE 2022)	Poupança por cidadão*
1	Lisboa	G	0,30%	128 142 073	192 213 109	64 071 036	548 703	117
2	Sintra	G	0,30%	43 462 397	65 193 596	21 731 199	388 767	56
3	Cascais	G	0,34%	50 159 232	66 387 219	16 227 987	213 928	76 €
4	Porto	G	0,32%	41 572 072	57 738 989	16 166 917	240 592	67
5	Oeiras	G	0,30%	29 760 166	44 640 249	14 880 083	172 742	86
6	Loulé	M	0,30%	28 686 309	43 029 464	14 343 155	72 455	198
7	Coimbra	G	0,30%	25 607 404	38 411 106	12 803 702	142 252	90
8	Albufeira	M	0,30%	18 955 689	28 433 533	9 477 844	45 169	210
9	Matosinhos	G	0,33%	23 690 872	32 802 745	9 111 874	176 617	52
10	Amadora	G	0,30%	17 758 257	26 637 386	8 879 129	174 511	51
11	Braga	G	0,33%	24 305 312	33 143 607	8 838 295	197 594	45
12	Leiria	G	0,30%	17 506 590	26 259 885	8 753 295	130 605	67
13	Funchal	G	0,30%	17 140 654	25 710 980	8 570 327	106 429	81
14	Vila Franca de Xira	G	0,30%	16 529 883	24 794 825	8 264 942	137 994	60
15	Almada	G	0,36%	31 427 713	39 284 641	7 856 928	178 254	44
16	Vila Nova de Gaia	G	0,38%	41 644 566	49 315 933	7 671 367	307 563	25
17	Guimarães	G	0,33%	19 044 639	25 969 963	6 925 323	156 277	44
18	Viseu	G	0,30%	13 829 947	20 744 921	6 914 974	100 105	69
19	Seixal	G	0,35%	24 185 363	31 095 467	6 910 104	169 797	41
20	Loures	G	0,37%	29 734 506	36 459 203	6 724 698	203 724	33
21	Vila do Conde	M	0,30%	10 694 949	16 042 423	5 347 474	83 349	64
22	Odivelas	G	0,36%	20 869 817	26 087 272	5 217 454	150 366	35
23	Maia	G	0,37%	21 678 421	26 726 820	5 048 399	140 041	36
24	Póvoa de Varzim	M	0,30%	9 882 688	14 824 032	4 941 344	66 036	75
25	Lagos	M	0,32%	11 686 683	16 434 399	4 747 715	33 512	142
26	Vila Nova Famalicão	G	0,35%	16 030 718	20 610 924	4 580 205	134 883	34
27	Sta. Maria da Feira	G	0,37%	17 387 937	21 437 182	4 049 246	138 344	29
28	Ponta Delgada	M	0,30%	7 713 968	11 570 952	3 856 984	68 314	56
29	Silves	M	0,30%	7 532 332	11 298 498	3 766 166	38 581	98
30	Caldas da Rainha	M	0,30%	7 066 549	10 599 824	3 533 275	52 399	67
31	Torres Vedras	M	0,35%	12 123 455	15 587 299	3 463 844	85 806	40
32	Palmela	M	0,34%	10 686 340	14 143 685	3 457 345	71 410	48
33	Pombal	M	0,30%	6 786 107	10 179 160	3 393 053	51 133	66
34	Alcobaça	M	0,30%	6 670 664	10 005 996	3 335 332	56 031	60
35	Barcelos	G	0,34%	10 260 362	13 579 891	3 319 529	116 493	28

* Este valor é subjetivo e deve ser interpretado com cuidado. De facto, nem todos os residentes são sujeitos de IMI e, por isso, este valor não representa uma poupança para os não sujeitos, mas pode, contrariamente até ser visto como um custo, pois deixam de beneficiar da aplicação destes recursos que seriam obtidos pelos municípios, na prestação de serviços e bens públicos.

Face ao peso do IMI nas receitas municipais, apresentam-se no *Ranking* R7 os 35 municípios com maior volume desta receita em 2022, apresentando-se, para cada caso, o peso do IMI na receita total do município. **Anota-se que, em 2022, o peso médio do IMI na receita total autárquica foi de 13,7%.**

R7 – Municípios com maior receita cobrada de IMI em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	IMI / Rec. total
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Lisboa	G	114 914 839	96 782 528	111 363 292	115 934 000	114 082 470	117 964 910	122 142 480	123 062 580	124 645 533	124 251 807	128 142 073	13,6%
2	Cascais	G	45 668 005	44 835 552	49 016 545	51 206 707	50 350 728	49 900 144	51 528 032	50 778 344	49 925 315	49 111 924	50 159 232	17,2%
3	Sintra	G	50 129 686	46 489 974	51 222 122	52 882 244	49 471 491	46 838 347	47 025 584	46 487 787	47 089 015	42 879 929	43 462 397	18,1%
4	Vila Nova Gaia	G	37 692 279	39 377 409	42 649 734	43 861 125	43 307 581	43 773 455	45 672 960	44 974 213	42 962 023	42 138 648	41 644 566	20,7%
5	Porto	G	45 278 777	41 884 041	43 683 996	43 740 075	43 965 030	40 046 978	42 372 886	40 675 816	41 441 710	40 981 753	41 572 072	15,5%
6	Almada	G	25 680 561	26 131 182	29 888 182	30 965 540	30 177 894	29 387 980	30 613 403	30 688 466	30 876 150	31 155 588	31 427 713	21,8%
7	Oeiras	G	31 671 424	28 376 284	31 207 701	32 016 641	31 892 724	30 981 893	31 288 384	31 180 155	31 132 469	29 596 779	29 760 166	15,6%
8	Loures	G	28 191 235	26 007 911	28 099 453	28 856 260	28 322 809	28 382 946	29 668 433	29 477 117	29 683 770	29 501 772	29 734 506	18,0%
9	Loulé	M	30 364 677	31 911 875	35 467 328	35 033 212	34 201 269	27 210 519	28 896 228	28 421 181	28 463 190	28 218 949	28 686 309	17,7%
10	Coimbra	G	24 304 745	25 591 139	29 303 163	27 594 885	27 994 287	28 054 565	27 603 358	25 304 797	25 339 918	25 340 313	25 607 404	21,7%
11	Braga	G	19 301 464	21 286 505	21 502 723	22 046 011	21 956 281	22 617 931	23 854 805	24 210 263	24 849 176	24 600 938	24 305 312	18,5%
12	Seixal	G	20 934 099	21 815 951	25 123 060	27 210 264	26 771 110	26 136 636	27 357 664	26 786 753	26 386 025	25 865 694	24 185 363	17,3%
13	Matosinhos	G	24 619 612	23 208 186	25 403 752	29 395 815	29 577 790	28 586 142	28 380 944	26 455 924	24 949 252	23 425 761	23 690 872	16,7%
14	Maia	G	20 945 767	18 749 527	20 913 802	21 255 304	21 313 443	21 039 491	21 895 457	21 910 027	21 654 610	21 716 529	21 678 421	22,5%
15	Setúbal	G	16 295 559	21 124 407	24 432 208	25 288 844	25 538 648	24 056 013	24 182 970	23 551 671	23 598 053	23 365 587	21 285 994	17,6%
16	Portimão	M	16 580 026	20 519 868	22 877 006	24 149 499	24 316 747	23 223 226	23 180 997	23 441 530	23 025 572	22 291 507	20 999 790	26,8%
17	Odivelas	G	18 200 936	17 698 544	18 739 498	20 057 927	19 411 934	19 498 757	20 527 651	20 585 006	20 839 413	20 601 817	20 869 817	19,4%
18	Mafra	M	11 437 138	9 919 905	16 508 352	19 331 890	19 010 904	17 628 124	18 810 687	18 831 251	19 090 441	19 194 561	19 883 087	21,6%
19	Aveiro	M	9 989 687	10 739 371	12 641 404	17 546 028	21 301 080	19 468 494	20 605 279	18 335 582	18 440 831	18 455 662	19 058 477	22,3%
20	Guimarães	G	15 936 301	16 956 747	18 732 620	19 505 172	19 462 597	18 608 934	19 358 992	19 153 256	19 522 866	18 556 027	19 044 639	17,7%
21	Albufeira	M	18 658 220	24 044 301	27 634 778	30 078 750	22 498 979	18 422 930	19 916 141	18 726 443	18 592 087	18 824 102	18 955 689	19,4%
22	Gondomar	G	15 838 409	14 574 783	13 984 104	14 253 724	14 290 736	14 149 586	17 501 303	17 649 305	17 927 648	18 037 845	17 800 087	17,5%
23	Amadora	G	20 675 979	18 221 646	19 598 954	22 308 794	19 369 133	18 909 221	19 157 084	18 610 423	18 419 750	17 622 807	17 758 257	17,1%
24	Leiria	G	13 751 723	16 239 882	18 881 520	19 705 079	19 335 588	19 445 528	20 771 563	16 959 644	17 013 306	17 251 712	17 506 590	18,1%
25	Sta. Maria Feira	G	13 702 197	14 738 595	16 503 040	16 860 431	16 882 116	16 895 465	17 974 831	16 309 749	17 241 761	17 076 079	17 387 937	19,0%
26	Funchal	G	14 205 367	14 513 013	16 829 263	17 928 257	16 531 684	15 136 464	16 077 230	16 286 554	16 523 813	16 740 115	17 140 654	14,7%
27	Vila Franca Xira	G	16 387 047	13 027 698	13 739 996	14 443 811	14 524 970	14 867 382	15 529 635	15 940 896	16 147 831	16 396 309	16 529 883	16,6%
28	V Nova Famalicão	G	12 023 115	12 211 576	13 811 358	14 488 695	14 284 462	15 236 655	15 117 777	15 058 368	15 517 947	15 372 246	16 030 718	14,2%
29	Sesimbra	M	9 333 955	10 311 204	12 130 421	12 967 250	13 161 459	13 784 499	13 625 388	13 575 355	13 575 969	13 688 109	13 914 789	20,9%
30	Viseu	G	10 189 372	12 085 108	12 276 878	12 777 084	12 558 576	12 834 970	13 330 139	13 392 915	13 615 006	13 592 566	13 829 947	18,5%
31	Figueira da Foz	M	8 114 501	9 868 999	11 882 061	12 476 859	12 086 006	11 994 428	12 615 042	12 622 526	12 791 150	13 059 962	13 142 811	19,0%
32	Viana Castelo	M	9 228 746	9 997 611	11 155 354	11 675 371	11 333 334	11 644 702	11 987 653	11 986 460	12 358 645	12 171 258	12 609 473	15,6%
33	Torres Vedras	M	9 345 394	10 547 662	12 345 472	13 390 864	12 797 059	12 864 985	13 440 150	12 816 845	13 489 724	12 023 929	12 123 455	18,4%
34	Lagos	M	11 039 297	11 777 374	13 115 462	13 657 097	12 808 637	12 674 676	12 595 765	12 520 846	12 700 735	12 204 032	11 686 683	15,1%
35	Faro	M	10 273 009	9 958 005	13 213 650	13 993 742	14 113 472	12 659 873	11 927 621	11 920 040	11 550 919	10 851 066	10 810 204	17,3%
Total 308 municípios			**1 229 170 885**	**1 304 513 761**	**1 467 060 887**	**1 533 173 843**	**1 487 946 582**	**1 456 156 291**	**1 510 872 783**	**1 488 978 069**	**1 497 206 773**	**1 480 259 151**	**1 488 333 149**	**13,7%**

Do Ranking dos 35 municípios com maior coleta de IMI, em 2022, pode concluir-se:

- Com exceção do município de Lisboa, todos os restantes 34 municípios desta lista apresentaram um valor do IMI cujo peso na receita total do município ultrapassou a média nacional deste rácio de 13,7%. Anota-se o facto de Lisboa ser o município que mais IMI arrecadou em termos absolutos, mas que apresenta, simultaneamente, um dos menores pesos desta receita na receita total (13,6%);
- Relevam-se os municípios para os quais a receita do IMI representou uma parcela muito significativa dos recursos auferidos, ultrapassando os 20% da receita total cobrada – Portimão (26,8%), Maia (22,5%), Almada (21,8%), Coimbra (21,7%), Aveiro (22,3%), Mafra (21,6%), Sesimbra (20,9%) e Vila Nova de Gaia (20,7%).

Os *Rankings* R7.A e R7.M ilustram a variação da coleta do IMI nos municípios das Regiões Autónomas entre 2012 e 2022.

R7.A – Receita cobrada de IMI dos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10-13		Mandato 14-17				Mandato 18-21				M. 22-25	IMI / Rec. total
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Ponta Delgada	M	5 281 957	6 678 746	7 089 651	7 094 669	6 740 522	6 937 149	7 410 995	7 433 234	7 511 214	7 567 900	7 713 968	16,8%
2	Angra do Heroísmo	M	1 237 897	2 100 163	2 322 612	2 438 505	2 278 614	2 439 762	2 550 568	2 756 208	1 493 384	2 906 153	2 555 518	8,7%
3	Ribeira Grande	M	872 283	1 536 470	1 838 000	1 933 246	1 793 762	1 819 971	1 953 488	1 975 732	2 004 881	2 015 681	2 085 375	8,8%
4	Praia da Vitória	P	632 155	1 126 690	1 354 210	1 457 394	1 340 158	1 374 656	1 486 778	1 479 138	1 534 693	1 557 161	1 557 252	9,3%
5	V. Franca do Campo	P	652 178	1 080 781	1 178 963	1 425 647	1 431 658	1 350 451	1 349 550	1 399 265	1 489 721	1 389 143	1 439 138	12,0%
6	Lagoa (R.A.A)	P	734 137	952 076	1 154 929	1 259 824	1 230 135	1 233 362	1 290 405	1 307 183	1 334 274	1 357 319	1 397 913	10,3%
7	Horta	P	831 749	1 059 428	1 201 277	1 272 170	1 205 932	1 190 333	1 262 687	1 248 869	1 281 754	1 289 810	1 282 989	9,7%
8	Madalena	P	209 650	420 255	401 552	530 653	491 690	509 775	541 572	568 140	575 575	584 376	591 078	7,4%
9	Povoação	P	188 659	387 278	465 266	494 323	470 879	474 234	495 096	489 543	507 869	462 029	510 339	5,7%
10	Vila do Porto	P	203 598	330 576	422 255	454 294	393 978	391 487	407 135	427 654	361 950	450 506	459 530	6,4%
11	Nordeste	P	102 911	234 827	416 017	509 569	494 915	445 701	458 820	443 126	447 802	448 358	458 171	7,0%
12	Sta Cruz Graciosa	P	133 520	309 385	368 748	402 611	348 841	357 853	368 669	370 733	371 951	375 575	382 217	8,1%
13	São Roque do Pico	P	142 188	258 232	296 637	314 037	282 757	295 928	329 530	318 823	332 081	347 490	343 239	5,9%
14	Velas	P	179 436	260 919	305 453	323 169	282 487	289 737	311 910	317 597	319 562	319 064	333 019	3,2%
15	Lajes do Pico	P	124 839	262 092	312 080	348 496	277 780	287 307	302 760	396 799	304 349	306 882	311 763	4,3%
16	Calheta (R.A.A.)	P	159 557	290 287	395 920	420 284	346 709	320 615	330 074	300 312	222 129	222 058	218 030	4,3%
17	Sta. Cruz das Flores	P	62 825	111 873	127 420	130 928	119 721	127 074	126 961	132 068	131 704	136 786	133 905	4,1%
18	Lajes das Flores	P	34 194	83 579	98 633	100 822	75 891	89 536	94 821	96 818	99 440	101 516	104 107	2,7%
19	Corvo	P	8 753	16 036	16 311	16 367	13 203	14 098	15 422	15 780	15 439	15 811	15 633	0,8%
IMI Total (Açores)			**11 792 486**	**17 499 692**	**19 765 934**	**20 927 009**	**19 619 632**	**19 949 031**	**21 087 241**	**21 477 022**	**20 339 770**	**21 853 619**	**21 893 185**	**9,6%**
(%) IMI Açores / IMI total			**0,96%**	**1,34%**	**1,35%**	**1,36%**	**1,32%**	**1,37%**	**1,40%**	**1,44%**	**1,36%**	**1,48%**	**1,47%**	**--**

R7.M – Receita cobrada de IMI dos Municípios da Região Autónoma da Madeira em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10-13		Mandato 14-17				Mandato 18-21				Mandato 22-25	IMI / Rec. total
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Funchal	G	14 205 367	14 513 013	16 829 263	17 928 257	16 531 684	15 136 464	16 077 230	16 286 554	16 523 813	16 740 115	17 140 654	14,7%
2	Santa Cruz	M	3 273 161	3 277 296	4 111 432	4 558 287	4 240 488	4 253 864	4 662 472	4 601 879	4 690 568	4 745 824	4 904 101	17,7%
3	Câmara de Lobos	M	1 452 891	1 708 983	2 116 570	2 223 324	1 921 174	1 853 042	1 488 315	1 905 534	2 061 699	1 992 485	2 016 414	10,3%
4	Machico	P	1 297 069	1 588 475	1 683 370	1 688 938	1 568 355	1 622 785	1 759 181	1 701 562	1 710 206	1 738 370	1 933 961	13,7%
5	Porto Santo	P	1 326 218	1 871 528	2 178 770	2 395 552	1 545 436	1 410 013	1 474 824	1 347 630	1 391 856	1 484 651	1 471 283	27,2%
6	Calheta (R.A.M.)	P	628 146	809 514	986 771	1 021 061	908 083	866 934	959 912	962 587	1 004 782	1 057 172	1 113 680	5,8%
7	Ribeira Brava	P	439 928	619 702	790 608	872 029	760 315	728 211	782 645	788 112	804 135	818 672	820 101	7,9%
8	Ponta do Sol	P	430 641	455 784	645 174	700 794	566 663	576 102	622 539	615 216	632 994	652 602	654 017	7,7%
9	São Vicente	P	239 631	360 921	473 985	486 038	424 814	434 163	449 651	460 421	470 160	481 382	487 254	5,4%
10	Santana	P	393 046	435 626	520 927	537 129	423 624	400 308	424 038	413 248	421 699	415 329	431 084	5,4%
11	Porto Moniz	P	79 698	154 526	237 936	260 799	232 261	237 528	255 490	249 843	250 590	264 130	209 563	2,9%
IMI Total (Madeira)			**23 765 797**	**25 795 368**	**30 574 807**	**32 672 208**	**29 122 897**	**27 519 415**	**28 956 297**	**29 332 587**	**29 962 501**	**30 390 732**	**31 182 112**	**12,7%**
(%) IMI Madeira / IMI total			**1,93%**	**1,98%**	**2,08%**	**2,13%**	**1,96%**	**1,89%**	**1,92%**	**1,97%**	**2,00%**	**2,05%**	**2,10%**	**--**

Sobre a hierarquização dos municípios das Regiões Autónomas relativamente à coleta do IMI refere-se:

- Ponta Delgada foi o município dos Açores que apresentou uma receita de IMI com maior peso na respetiva receita total (16,8%), ultrapassando a média nacional, sendo que, para o município do Corvo a coleta do IMI apenas representou 0,8% da sua receita total. Na generalidade destes municípios, o peso do IMI na receita total, foi muito pouco significativo não chegando, na maioria dos casos, a 10% da respetiva receita municipal. Apenas três municípios (Ponta Delgada, Vila Franca do Campo e Lagoa) apresentaram um peso do IMI na receita total igual ou superior a 10%, isto é, superior à média regional que se cifrou nos 9,6%;
- Comparando ainda os montantes cobrados em 2022 pode-se concluir em relação à Região dos Açores, que seis dos dezanove municípios açorianos apresentaram diminuição da receita do IMI. A saber: Angra do Heroísmo (-12,1%); Santa Cruz das Flores (-2,1%); Calheta (-1,8%); São Roque do Pico (-1,2%); Corvo (-1,1%) e Horta (-0,5%). Todos os restantes municípios açorianos apresentaram crescimento do montante arrecadado de IMI;
- Quanto à Região da Madeira pode referir-se que excetuando dois municípios, todos os restantes apresentaram, ainda que em alguns casos apenas ligeiro, aumento de coleta de IMI. Apresentaram descida do valor da colecta, Porto Moniz (-20,7%) e Porto Santo (-0,9%);
- Na Região da Madeira o peso médio da receita do IMI na receita total foi de 12,7%, sendo que três destes municípios apresentaram um peso superior à média regional e superior ou igual à média nacional. Foram eles: Santa Cruz (17,7%); Funchal (14,7%) e Machico (13,7%).

Face ao reconhecimento do impacto negativo na gestão financeira dos municípios, da descida da coleta do IMI, apresenta-se uma listagem – *Ranking* R8 – com os municípios que conheceram maior decréscimo desta receita, tendo por referência o ano de 2022.

Da observação do Quadro 2.27, apresentado mais à frente, pode-se verificar que, **em 2022, ocorreu uma ligeira diminuição do número de municípios que apresentaram descida do montante global de IMI (-7,2%, -8 municípios), passando esse número, no universo autárquico, de 111 para 103 municípios.**

R8 – Municípios com maior diminuição da coleta de IMI em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Δ 21–22
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Setúbal	G	16 295 559	21 124 407	24 432 208	25 288 844	25 538 648	24 056 013	24 182 970	23 551 671	23 598 053	23 365 587	21 285 994	–2 079 593
2	Seixal	G	20 934 099	21 815 951	25 123 060	27 210 264	26 771 110	26 136 636	27 357 664	26 786 753	26 386 025	25 865 694	24 185 363	–1 680 331
3	Portimão	M	16 580 026	20 519 868	22 877 006	24 149 499	24 316 747	23 223 226	23 180 997	23 441 530	23 025 572	22 291 507	20 999 790	–1 291 718
4	Lagos	M	11 039 297	11 777 374	13 115 462	13 657 097	12 808 637	12 674 676	12 595 765	12 520 846	12 700 735	12 204 032	11 686 683	–517 348
5	Vila Conde	M	9 127 070	12 076 142	14 577 336	15 671 515	14 318 173	13 815 824	13 293 599	12 518 221	11 787 235	11 196 420	10 694 949	–501 471
6	Vila Nova Gaia	G	37 692 279	39 377 409	42 649 734	43 861 125	43 307 581	43 773 455	45 672 960	44 974 213	42 962 023	42 138 648	41 644 566	–494 082
7	Palmela	M	8 939 030	10 989 435	12 866 198	12 947 665	12 174 877	11 579 594	11 938 062	11 843 973	11 084 179	11 139 993	10 686 340	–453 653
8	Fafe	M	3 607 765	4 268 360	3 941 940	4 212 500	4 421 475	3 987 842	4 100 070	4 227 187	4 396 267	4 459 649	4 022 339	–437 310
9	Angra Heroísmo	M	1 237 897	2 100 163	2 322 612	2 438 505	2 278 614	2 439 762	2 550 568	2 756 208	1 493 384	2 906 153	2 555 518	–350 635
10	Braga	G	19 301 464	21 286 505	21 502 723	22 046 011	21 956 281	22 617 931	23 854 805	24 210 263	24 849 176	24 600 938	24 305 312	–295 626
11	Santarém	M	6 362 411	8 207 680	9 184 193	9 614 242	9 590 328	8 806 095	9 318 423	8 812 824	8 744 390	8 725 407	8 444 068	–281 338
12	Gondomar	G	15 838 409	14 574 783	13 984 104	14 253 724	14 290 736	14 149 586	17 501 303	17 649 305	17 927 648	18 037 845	17 800 087	–237 758
13	Aljezur	P	1 309 953	1 509 116	1 515 830	1 745 856	1 713 550	1 550 469	1 641 798	1 599 312	1 580 501	1 622 923	1 414 358	–208 565
14	Bombarral	P	1 124 354	1 445 116	1 637 344	1 690 190	1 570 856	1 577 134	1 630 454	1 545 807	1 519 779	1 545 076	1 403 310	–141 766
15	Torre Moncorvo	P	449 820	582 317	628 981	636 161	574 649	585 473	602 785	559 899	593 686	608 839	471 100	–137 738
16	Barcelos	G	6 639 501	8 385 094	9 044 248	9 220 428	8 621 503	8 748 177	9 487 206	9 693 040	10 094 911	10 395 263	10 260 362	–134 900
17	Castro Daire	P	636 656	985 272	1 192 282	1 303 939	1 049 222	937 593	1 102 982	1 068 671	1 158 440	1 163 377	1 032 851	–130 527
18	Beja	M	2 517 947	3 199 994	3 503 058	3 617 701	3 608 065	3 472 130	3 434 703	3 415 833	3 353 365	3 354 743	3 230 002	–124 741
19	Póvoa Lanhoso	M	1 281 920	1 682 424	2 164 266	2 440 946	2 331 107	2 335 041	2 464 213	2 451 791	2 449 823	2 424 994	2 310 353	–114 640
20	Azambuja	M	1 984 429	2 678 829	2 888 222	2 929 944	2 626 267	2 617 977	2 829 244	2 946 802	3 016 032	2 997 834	2 883 639	–114 196
21	Monção	P	1 020 923	1 211 024	1 329 233	1 578 414	1 186 934	1 375 357	1 401 517	1 336 911	1 425 312	1 448 511	1 346 051	–102 460
22	Mangualde	P	1 202 754	1 788 157	2 120 274	2 251 561	2 146 835	2 142 457	2 113 316	2 124 382	2 107 287	1 960 586	1 860 348	–100 238
23	Vila do Bispo	P	1 867 904	1 821 561	1 917 750	1 944 590	1 718 084	1 927 913	2 548 678	2 191 930	2 161 669	2 041 190	1 941 333	–99 857
24	Valongo	M	8 716 611	8 107 392	8 891 536	9 015 786	8 868 612	8 923 984	10 998 570	10 941 186	11 075 127	10 648 904	10 549 956	–98 948
25	Covilhã	M	4 736 428	4 769 791	5 179 209	5 365 294	5 133 737	5 333 581	6 050 601	6 087 216	6 254 444	5 916 554	5 817 843	–98 711
26	Évora	M	4 817 376	4 980 693	6 700 771	7 261 236	7 254 301	6 653 536	7 161 401	7 107 317	6 721 826	6 494 890	6 397 755	–97 135
27	Sines	P	1 958 559	1 943 038	2 271 141	2 215 727	2 813 109	2 393 301	2 512 201	2 504 332	2 595 209	2 565 875	2 470 837	–95 039
28	Montijo	M	5 773 664	7 154 272	7 677 448	7 970 184	8 208 141	7 496 563	8 342 861	8 256 732	8 012 386	7 974 496	7 886 040	–88 456
29	Entroncamento	M	2 442 714	2 407 114	2 628 546	2 539 679	2 444 559	2 370 377	2 597 731	2 579 199	2 621 129	2 624 966	2 539 389	–85 577
30	Castro Marim	P	2 229 260	2 469 050	2 732 394	2 939 158	3 186 118	2 662 420	2 617 232	3 055 540	3 702 446	3 455 355	3 369 978	–85 377
31	Arruda s Vinhos	P	1 242 075	1 492 566	1 623 276	1 686 379	1 678 208	1 635 264	1 754 091	1 739 132	1 775 048	1 860 273	1 775 485	–84 788
32	Ourém	M	4 577 440	5 836 555	6 891 224	6 422 449	6 131 949	6 254 786	6 496 963	6 442 277	6 675 652	6 497 514	6 430 489	–67 026
33	Porto Moniz	P	79 698	154 526	237 936	260 799	232 261	237 528	255 490	249 843	250 590	264 130	209 563	–54 566
34	Condeixa-a-Nova	P	1 473 182	1 412 175	1 447 595	1 460 753	1 398 573	1 440 494	1 520 412	1 543 444	1 551 141	1 628 976	1 575 479	–53 497
35	Sta. Comba Dão	P	896 726	1 127 160	1 261 029	1 636 899	1 534 399	1 424 295	1 465 779	1 504 761	1 464 691	1 340 191	1 287 685	–52 506

Tendo em atenção a análise já apresentada sobre o comportamento da receita proveniente do IMI no geral dos municípios, em relação ao *Ranking* R8 pouco haverá para salientar para além do que é observável na própria listagem. Releva-se, contudo:

- A diminuição significativa do valor da coleta de IMI em mais de 1 milhão de euros em três municípios, com especial relevância para a diminuição do montante no município de Setúbal (-2,1 milhões de euros) que decidiu aplicar taxa de IMI com redução;
- Quatro municípios com percentagens de decréscimo de IMI, superiores a 10% embora dois deles com valores pouco relevantes em termos absolutos: Angra do Heroísmo (-12,1%, -350,6 milhares de euros); Porto Moniz (-20,7%, -54,6 milhares de euros) e Torre de Moncorvo (-22,6%, -137,7 milhares de euros).

O *Ranking* R9 hierarquiza os 35 municípios que apresentaram maior aumento da coleta de IMI em 2022, destacando-se que:

- **Em 2022, 103 municípios apresentaram acréscimo de IMI.** Através deste ranking anota-se na generalidade, aumentos pouco significativos desta receita fiscal, sendo de relevar o aumento em termos absolutos apresentado por Lisboa em 3,9 milhões de euros (+3,1%) e Cascais em 1,05 milhões de euros (+2,1%). Ainda que em termos absolutos com acréscimos pouco significativos, alguns municípios apresentaram ainda um crescimento de IMI superior a 10%. A saber: Oleiros (+63,2%), Belmonte (+34,7%), Almeirim (+13,1%), e Machico (+11,3%).

No *Ranking* R10, listam-se os 35 municípios com menor receita cobrada de IMI em 2022. Pela análise desta lista de 35 municípios, constata-se que:

- Todos os municípios são de pequena dimensão e apresentam na generalidade pequenos valores de coleta de IMI tendo o município com menor coleta arrecadado apenas 15 milhares de euros (Município do Corvo);
- Para além destes 35 municípios com uma receita de IMI bastante inferior a meio milhão de euros, existiram mais 32 municípios nesta situação e outros 55 municípios com receita de IMI entre 0,5 milhões de euros e 1 milhão de euros.

R9 – Municípios com maior aumento da coleta de IMI em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Δ 21–22
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Lisboa	G	114 914 839	96 782 528	111 363 292	115 934 000	114 082 470	117 964 910	122 142 480	123 062 580	124 645 533	124 251 807	128 142 073	3 890 265
2	Cascais	G	45 668 005	44 835 552	49 016 545	51 206 707	50 350 728	49 900 144	51 528 032	50 778 344	49 925 315	49 111 924	50 159 232	1 047 308
3	Mafra	M	11 437 138	9 919 905	16 508 352	19 331 890	19 010 904	17 628 124	18 810 687	18 831 251	19 090 441	19 194 561	19 883 087	688 526
4	V N.Famalicão	G	12 023 115	12 211 576	13 811 358	14 488 695	14 284 462	15 236 655	15 117 777	15 058 368	15 517 947	15 372 246	16 030 718	658 473
5	Aveiro	M	9 989 687	10 739 371	12 641 404	17 546 028	21 301 080	19 468 494	20 605 279	18 335 582	18 440 831	18 455 662	19 058 477	602 815
6	Porto	G	45 278 777	41 884 041	43 683 996	43 740 075	43 965 030	40 046 978	42 372 886	40 675 816	41 441 710	40 981 753	41 572 072	590 319
7	Sintra	G	50 129 686	46 489 974	51 222 122	52 882 244	49 471 491	46 838 347	47 025 584	46 487 787	47 089 015	42 879 929	43 462 397	582 469
8	Guimarães	G	15 936 301	16 956 747	18 732 620	19 505 172	19 462 597	18 608 934	19 358 992	19 153 256	19 522 866	18 556 027	19 044 639	488 612
9	Loulé	M	30 364 677	31 911 875	35 467 328	35 033 212	34 201 269	27 210 519	28 896 228	28 421 181	28 463 190	28 218 949	28 686 309	467 360
10	Viana Castelo	M	9 228 746	9 997 611	11 155 354	11 675 371	11 333 334	11 644 702	11 987 653	11 986 460	12 358 645	12 171 258	12 609 473	438 215
11	Funchal	G	14 205 367	14 513 013	16 829 263	17 928 257	16 531 684	15 136 464	16 077 230	16 286 554	16 523 813	16 740 115	17 140 654	400 538
12	Sta Maria Feira	G	13 702 197	14 738 595	16 503 040	16 860 431	16 882 116	16 895 465	17 974 831	16 309 749	17 241 761	17 076 079	17 387 937	311 858
13	Almeirim	M	1 686 954	2 099 383	2 474 219	2 553 146	2 411 920	2 405 879	2 653 387	2 592 145	2 595 583	2 266 627	2 562 794	296 167
14	Almada	G	25 680 561	26 131 182	29 888 182	30 965 540	30 177 894	29 387 980	30 613 403	30 688 466	30 876 150	31 155 588	31 427 713	272 125
15	Odivelas	G	18 200 936	17 698 544	18 739 498	20 057 927	19 411 934	19 498 757	20 527 651	20 585 006	20 839 413	20 601 817	20 869 817	268 001
16	Coimbra	G	24 304 745	25 591 139	29 303 163	27 594 885	27 994 287	28 054 565	27 603 358	25 304 797	25 339 918	25 340 313	25 607 404	267 090
17	Matosinhos	G	24 619 612	23 208 186	25 403 752	29 395 815	29 577 790	28 586 142	28 380 944	26 455 924	24 949 252	23 425 761	23 690 872	265 111
18	Leiria	G	13 751 723	16 239 882	18 881 520	19 705 079	19 335 588	19 445 528	20 771 563	16 959 644	17 013 306	17 251 712	17 506 590	254 878
19	Trofa	M	3 120 898	4 476 206	5 630 712	6 158 682	5 846 166	5 687 292	5 967 200	5 944 246	5 836 953	5 820 390	6 064 186	243 796
20	Viseu	G	10 189 372	12 085 108	12 276 878	12 777 084	12 558 576	12 834 970	13 330 139	13 392 915	13 615 006	13 592 566	13 829 947	237 381
21	Águeda	M	4 572 857	4 401 646	4 869 948	5 115 740	4 907 635	5 085 277	5 189 602	5 277 189	5 336 323	5 432 014	5 666 480	234 466
22	Loures	G	28 191 235	26 007 911	28 099 453	28 856 260	28 322 809	28 382 946	29 668 433	29 477 117	29 683 770	29 501 772	29 734 506	232 733
23	Sesimbra	M	9 333 955	10 311 204	12 130 421	12 967 250	13 161 459	13 784 499	13 625 388	13 575 355	13 575 969	13 688 109	13 914 789	226 679
24	Amarante	M	2 926 401	3 290 087	3 746 758	3 777 190	3 635 123	3 731 476	4 108 474	4 101 950	4 209 775	4 239 642	4 466 277	226 635
25	Machico	P	1 297 069	1 588 475	1 683 370	1 688 938	1 568 355	1 622 785	1 759 181	1 701 562	1 710 206	1 738 370	1 933 961	195 591
26	Belmonte	P	410 989	497 448	529 964	529 271	478 902	508 471	517 451	520 984	542 095	533 424	718 380	184 956
27	Oleiros	P	205 977	349 963	466 430	391 189	621 931	312 208	153 401	331 459	368 243	291 670	475 983	184 313
28	Oeiras	G	31 671 424	28 376 284	31 207 701	32 016 641	31 892 724	30 981 893	31 288 384	31 180 155	31 132 469	29 596 779	29 760 166	163 387
29	Santa Cruz	M	3 273 161	3 277 296	4 111 432	4 558 287	4 240 488	4 253 864	4 662 472	4 601 879	4 690 568	4 745 824	4 904 101	158 278
30	Ponta Delgada	M	5 281 957	6 678 746	7 089 651	7 094 669	6 740 522	6 937 149	7 410 995	7 433 234	7 511 214	7 567 900	7 713 968	146 069
31	Lagoa (Algarve)	M	7 729 101	8 396 065	9 170 610	9 317 819	9 088 894	8 900 077	9 657 730	9 439 587	9 592 429	9 734 870	9 877 997	143 127
32	Amadora	G	20 675 979	18 221 646	19 598 954	22 308 794	19 369 133	18 909 221	19 157 084	18 610 423	18 419 750	17 622 807	17 758 257	135 451
33	Olhão	M	4 977 998	6 467 981	6 095 814	6 432 445	6 344 185	6 420 596	7 012 885	6 890 247	6 865 258	6 614 675	6 748 606	133 931
34	V.Franca Xira	G	16 387 047	13 027 698	13 739 996	14 443 811	14 524 970	14 867 382	15 529 635	15 940 896	16 147 831	16 396 309	16 529 883	133 574
35	Albufeira	M	18 658 220	24 044 301	27 634 778	30 078 750	22 498 979	18 422 930	19 916 141	18 726 443	18 592 087	18 824 102	18 955 689	131 587

R10– Municípios com menor receita cobrada de IMI em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	IMI / Rec. total
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Corvo	P	8 753	16 036	16 311	16 367	13 203	14 098	15 422	15 780	15 439	15 811	15 633	0,8%
2	Barrancos	P	40 345	94 652	104 240	108 138	98 045	96 979	98 515	102 228	103 652	103 685	104 080	1,7%
3	Lajes das Flores	P	34 194	83 579	98 633	100 822	75 891	89 536	94 821	96 818	99 440	101 516	104 107	2,7%
4	Santa Cruz das Flores	P	62 825	111 873	127 420	130 928	119 721	127 074	126 961	132 068	131 704	136 786	133 905	4,1%
5	Penedono	P	89 224	229 728	256 464	266 013	236 044	152 224	155 840	166 183	169 766	174 278	170 281	2,2%
6	Arronches	P	131 200	169 574	180 414	185 411	164 246	176 379	181 819	181 801	178 925	181 978	182 373	2,8%
7	Alvito	P	105 724	166 221	192 283	200 168	195 235	188 531	198 214	197 059	195 870	190 599	190 277	3,4%
8	Alcoutim	P	241 616	228 822	242 699	254 804	166 047	176 374	186 030	192 462	191 679	193 734	197 079	1,8%
9	Porto Moniz	P	79 698	154 526	237 936	260 799	232 261	237 528	255 490	249 843	250 590	264 130	209 563	2,9%
10	Calheta (R.A.A.)	P	159 557	290 287	395 920	420 284	346 709	320 615	330 074	300 312	222 129	222 058	218 030	4,3%
11	Mesão Frio	P	156 394	195 104	209 386	272 570	218 167	211 923	225 570	225 430	219 879	230 059	234 873	3,4%
12	Mourão	P	167 481	201 350	218 790	227 990	311 721	195 575	211 421	300 093	279 718	259 739	241 060	3,7%
13	Fronteira	P	196 706	223 771	251 232	241 907	222 776	228 731	238 037	229 068	238 112	237 730	253 761	3,7%
14	Monforte	P	91 229	186 001	196 186	230 712	221 610	203 531	202 496	241 411	247 313	252 548	257 254	2,9%
15	Freixo de Espada à Cinta	P	108 799	268 170	237 070	387 402	358 696	347 315	351 833	350 252	248 064	259 348	262 919	3,3%
16	Vila de Rei	P	172 701	279 887	290 849	303 771	277 420	286 671	265 977	273 970	275 984	274 463	277 263	3,3%
17	Cuba	P	221 127	235 159	255 357	262 717	241 833	254 134	311 699	305 961	289 225	288 725	289 284	3,7%
18	Castanheira de Pera	P	201 543	343 183	408 102	421 894	586 587	376 252	265 846	290 852	298 526	308 132	294 678	5,1%
19	Sardoal	P	250 054	308 245	310 036	316 093	275 444	287 954	294 509	291 162	291 450	295 500	295 491	3,3%
20	Avis	P	238 050	268 395	277 727	279 456	242 483	261 122	268 816	269 226	292 737	307 978	297 575	3,1%
21	Manteigas	P	128 369	241 628	279 008	292 530	267 649	275 589	286 788	290 633	293 777	299 234	297 929	3,9%
22	Marvão	P	194 982	265 456	294 648	301 021	279 666	287 737	296 691	296 460	297 878	293 286	302 483	3,5%
23	Gavião	P	224 113	281 320	302 354	296 161	285 927	286 184	304 701	298 046	302 785	308 214	306 228	3,6%
24	Crato	P	138 589	256 994	289 647	300 465	269 122	279 756	290 169	289 011	295 385	301 094	306 261	3,3%
25	Lajes do Pico	P	124 839	262 092	312 080	348 496	277 780	287 307	302 760	396 799	304 349	306 882	311 763	4,3%
26	Alter do Chão	P	238 963	276 831	293 443	298 038	278 062	292 434	318 372	310 377	316 199	319 663	322 618	4,2%
27	Velas	P	179 436	260 919	305 453	323 169	282 487	289 737	311 910	317 597	319 562	319 064	333 019	3,2%
28	Portel	P	245 592	324 400	348 553	359 658	314 231	297 018	325 301	324 826	324 061	328 557	333 831	2,7%
29	Mora	P	241 157	317 679	348 751	353 653	321 338	335 084	338 690	342 775	324 231	327 320	336 754	4,2%
30	Castelo de Vide	P	267 487	297 526	328 952	342 364	320 646	335 026	339 178	335 863	336 801	340 354	337 597	4,4%
31	São Roque do Pico	P	142 188	258 232	296 637	314 037	282 757	295 928	329 530	318 823	332 081	347 490	343 239	5,9%
32	Vidigueira	P	300 143	384 544	423 229	439 107	358 642	353 562	362 816	338 681	348 568	352 558	354 842	4,0%
33	Pampilhosa da Serra	P	229 569	373 477	423 411	391 567	332 547	336 361	350 282	309 060	342 204	357 205	357 203	3,2%
34	Santa Marta Penaguião	P	243 093	389 421	347 747	349 196	296 579	301 342	339 567	329 827	339 986	356 997	359 734	4,8%
35	Vimioso	P	142 480	330 856	357 631	361 272	298 284	315 991	339 232	335 106	342 867	359 175	359 777	3,1%

No quadro 2.25 apresenta-se o valor cobrado de IMI por distrito ou regiões entre 2012 e 2022, bem como a variação desta colecta por distrito em 2022. Da análise deste quadro conclui-se:

Em todos os distritos e regiões, em 2022, aumentou a colecta do IMI, tendo as maiores taxas de crescimento ocorrido no distrito de Lisboa (+26%) e no distrito do Porto (+15,1%);

Os distritos que apresentaram menor taxa de crescimento do IMI foram Beja, Bragança e Portalegre, sendo que todos eles apresentaram uma taxa de variação de +0,8%.

Quadro 2.25 – IMI cobrado por Distrito

Unidade: euros

Distrito		Mandato 10-13		Mandato 14-17				Mandato 18-21				M. 22-25	Δ 21-22 %
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Lisboa	359 462 696	327 346 313	368 937 836	387 935 339	375 966 120	374 444 566	386 687 302	385 226 283	388 453 389	379 242 914	386 360 602	26,0%
2	Porto	204 034 436	204 536 968	222 627 099	233 514 978	231 504 994	224 837 336	236 445 831	231 165 452	228 277 592	224 363 240	224 905 796	15,1%
3	Setúbal	111 262 987	124 841 610	144 220 016	149 743 790	149 187 733	145 581 877	150 342 888	147 280 694	146 829 261	146 287 771	142 568 391	9,6%
4	Faro	124 351 719	140 866 823	157 996 428	164 679 681	154 733 575	140 223 112	145 445 865	143 724 435	144 176 268	141 968 457	140 829 419	9,5%
5	Aveiro	67 235 131	76 458 671	86 759 635	93 773 377	95 587 518	94 310 165	98 193 899	93 690 221	94 505 872	93 260 079	94 843 673	6,4%
6	Braga	69 079 673	77 759 684	84 413 834	87 436 470	85 797 257	85 650 919	89 733 427	89 937 508	92 576 356	91 675 831	92 200 507	6,2%
7	Leiria	48 442 978	55 744 238	64 506 389	66 199 468	63 619 050	63 726 876	66 009 571	61 867 341	62 289 868	62 929 388	63 542 346	4,3%
8	Coimbra	49 206 534	55 887 430	64 078 911	63 582 295	62 440 225	62 164 613	63 256 188	60 829 236	61 366 714	61 758 896	62 237 387	4,2%
9	Santarém	39 447 828	47 278 710	53 457 429	54 005 683	51 694 005	50 899 861	53 774 318	52 453 037	53 361 615	53 047 503	53 114 778	3,6%
10	Viseu	26 183 732	33 671 023	36 899 686	38 511 048	37 254 143	35 959 100	36 259 286	37 126 431	37 636 236	37 630 359	37 763 108	2,5%
11	Madeira	23 765 797	25 795 368	30 574 807	32 672 208	29 122 897	27 519 415	28 956 297	29 332 587	29 962 501	30 390 732	31 182 112	2,1%
12	V. Castelo	20 181 693	23 697 106	25 969 779	27 107 690	25 566 645	26 353 454	26 651 619	27 901 508	28 999 417	29 033 580	29 725 978	2,0%
13	Açores	11 792 486	17 499 692	19 765 934	20 927 009	19 619 632	19 949 031	21 087 241	21 477 022	20 339 770	21 853 619	21 893 185	1,5%
14	C. Branco	15 720 258	17 968 002	19 817 171	20 403 874	19 657 066	19 854 475	20 497 072	20 769 052	21 197 289	20 842 795	21 205 098	1,4%
15	V. Real	11 713 723	15 123 196	18 302 217	19 385 685	17 382 306	17 832 291	18 218 881	17 333 867	18 598 854	18 276 708	18 503 471	1,2%
16	Guarda	10 952 969	15 113 248	17 298 941	19 093 844	17 566 692	16 914 754	16 763 996	17 080 236	17 274 051	16 645 509	16 610 820	1,1%
17	Évora	10 960 807	12 829 973	15 754 618	16 712 215	16 147 744	15 207 436	16 198 022	15 999 374	15 602 229	15 409 095	15 340 432	1,0%
18	Beja	8 930 048	11 286 708	12 571 158	12 983 576	12 101 615	12 092 439	12 439 882	12 326 677	12 442 929	12 206 372	12 077 149	0,8%
19	Bragança	8 226 616	11 143 790	12 230 524	13 297 074	12 330 727	11 917 530	12 431 147	12 182 291	11 954 093	12 085 752	12 024 665	0,8%
20	Portalegre	8 218 774	9 665 208	10 878 475	11 208 538	10 666 638	10 717 041	11 480 050	11 274 817	11 362 470	11 350 551	11 404 232	0,8%
Total Nacional		**1 229 170 885**	**1 304 513 761**	**1 467 060 887**	**1 533 173 843**	**1 487 946 582**	**1 456 156 291**	**1 510 872 783**	**1 488 978 069**	**1 497 206 773**	**1 480 259 151**	**1 488 333 149**	**100%**

IMT – IMPOSTO SOBRE TRANSAÇÕES DE IMÓVEIS

Conforme se verificou supra, em 2022, o volume de IMT arrecadado a nível nacional aumentou cerca de 26,1% traduzindo um acréscimo líquido de 351,5 milhões de euros para todo o setor autárquico. Recorda-se que o montante total arrecado pelos 308 municípios foi de 1 696,5 milhões de euros.

Para muitos municípios esta fonte de receita tem-se tornando a mais relevante, nomeadamente para os municípios de grande dimensão, atingindo, em média, 46,2% do montante de impostos diretos cobrados em 2022. Para os municípios de média dimensão, o volume desta coleta pesou 41,2% nos impostos diretos tendo, para os municípios de pequena dimensão pesado 40,7%.

Sendo o IMT uma das receitas fiscais com impacto significativo na receita municipal, apresentam-se de seguida quadros e *rankings* com informação que se considerou relevante assinalar.

Observando o Ranking R11, com a listagem dos 35 municípios com maior receita cobrada de IMT em 2022, conclui-se:

- Embora esta lista de municípios corresponda aos que apresentaram maior volume de receita de IMT, o seu peso na receita total foi muito variável verificando-se uma amplitude entre o máximo de 59,8% (Grândola) e o mínimo de 10,2% (Gondomar). **Anota-se que o peso médio do IMT na receita total dos municípios nacionais foi, em 2022, de 15,6%, quando, em 2021, foi de 13,6% e 2020, tinha sido de 17,1%;**
- Destes 35 municípios com maior receita de IMT, todos apresentaram aumento de IMT, sendo que catorze deles apresentaram taxas de crescimento superiores a50%. Anota-se que destes, quatro apresentaram taxas de crescimento superiores a +80%, a saber: Funchal (+114,8%), Portimão (+111,8%), Vila Franca de Xira (+99,2%) e Grândola (+87,7%);
- A excecionalidade do município de Lisboa não pode deixar de ser aqui assinalada, pois apresentou um volume de receita que representou 16,6% do total de IMT cobrado a nível nacional. Mais se refere que após os extraordinários aumentos de IMT que Lisboa apresentou em 2015 (+46,2%, +55,2 milhões de euros), 2017 (+46,7 milhões de euros, +26,2%), 2018 (+31,7%, +30,4 milhões de euros), 2019 (+50,9 milhões de euros, +20,0%) e em 2021 (+53,2 milhões de euros, +25,2%), em 2022 apresenta um crescimento inferior cifrado em +6,4% (+17,0 milhões de euros).

Os Rankings R11.A e R11.M permitem ver como variaram as receitas de IMT dos municípios das Regiões Autónomas, sendo que o valor desta receita cresceu, em 2022, mais na Madeira que nos Açores embora em ambos os casos com montantes muito relevantes. Assim na Madeira cresceu 97,6% (+19,7 milhões de euros) e nos Açores, cresceu 43,2%, isto é, +4,9 milhões de euros. Mais se verifica que o total do IMT nos Açores correspondeu a 0,96% do IMT nacional enquanto na Madeira o valor homólogo de IMT correspondeu a 2,35% do total de IMT nacional.

R11 – Municípios com maior receita cobrada de IMT em 2022 e respetivo peso na receita total

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	IMT / Rec. total
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Lisboa	G	62 977 020	70 299 382	119 373 175	174 508 596	177 906 151	224 560 754	255 005 664	204 128 056	210 831 866	264 065 290	281 090 062	29,8%
2	Cascais	G	17 341 612	21 974 950	32 304 094	40 987 996	43 905 818	66 769 814	73 526 539	68 282 236	64 056 286	103 727 733	134 867 797	46,4%
3	Loulé	M	12 658 328	16 067 544	21 996 208	25 804 936	29 601 467	36 899 315	35 556 082	40 811 645	44 143 553	66 166 148	84 766 168	52,4%
4	Porto	G	18 354 224	19 379 598	31 433 398	26 145 320	34 330 079	44 331 643	61 616 809	66 211 236	54 445 210	69 385 097	73 212 272	27,2%
5	Oeiras	G	8 599 763	7 846 639	22 309 700	12 443 476	13 225 749	27 768 547	32 890 545	33 492 141	29 187 012	37 969 463	54 222 629	28,4%
6	Sintra	G	8 958 727	12 503 016	11 130 201	14 289 693	15 580 918	23 302 856	27 890 553	27 650 121	30 366 082	42 116 304	54 025 844	22,5%
7	V. Nova Gaia	G	6 155 843	7 218 703	7 050 266	9 205 187	10 590 596	16 145 671	18 653 251	23 880 209	24 441 778	36 928 249	39 042 179	19,4%
8	Lagos	M	5 650 021	4 958 230	7 379 083	9 028 693	11 071 491	13 353 063	16 173 962	19 878 859	15 782 416	21 862 634	36 183 835	46,9%
9	Albufeira	M	5 619 023	5 820 095	9 173 408	17 808 068	12 676 285	20 415 844	15 627 392	20 839 423	12 845 187	21 922 409	34 457 059	35,4%
10	Grândola	P	2 169 090	3 357 559	4 754 862	3 499 610	3 172 112	10 837 979	8 692 475	8 236 639	9 103 830	17 527 221	32 898 224	59,8%
11	Almada	G	5 144 343	5 846 959	4 918 637	6 265 744	6 841 665	10 605 457	15 568 932	22 321 510	17 790 376	25 655 548	31 045 823	21,5%
12	Portimão	M	4 172 835	3 887 343	3 627 159	5 495 571	6 326 172	11 488 029	15 050 683	10 612 673	9 856 869	13 622 068	28 856 073	36,8%
13	Loures	G	6 878 707	6 559 549	8 765 870	8 021 707	9 063 339	14 426 980	15 588 264	19 575 540	15 894 235	23 709 470	27 462 661	16,6%
14	Funchal	G	5 003 944	5 470 556	3 617 029	6 448 338	6 897 034	11 214 879	8 092 668	8 108 024	8 040 282	11 863 885	25 486 769	21,9%
15	Seixal	G	3 487 992	7 036 226	3 150 812	4 315 472	6 129 445	7 735 400	9 481 307	15 982 404	12 922 300	24 106 557	24 767 148	17,7%
16	Matosinhos	G	7 646 927	4 418 524	4 640 808	6 639 469	8 687 251	12 355 369	13 874 070	17 953 148	17 852 000	23 911 610	24 731 855	17,5%
17	Odivelas	G	3 343 941	3 405 046	4 926 068	5 516 979	5 765 878	8 460 826	12 339 319	12 487 853	13 588 539	16 885 101	21 325 252	19,8%
18	Mafra	M	3 576 049	2 287 755	2 248 741	3 115 582	4 294 397	8 130 952	9 995 639	10 414 084	12 208 377	16 423 589	20 370 648	22,1%
19	Amadora	G	5 967 185	2 906 478	4 223 829	5 046 829	5 474 104	7 984 073	9 528 017	11 344 028	11 827 251	11 321 622	20 331 047	19,6%
20	V.Franca Xira	G	3 558 597	4 055 508	4 230 796	4 103 762	4 643 662	7 824 721	12 116 852	10 369 540	9 568 472	10 018 961	19 954 877	20,0%
21	Lagoa (Algarve)	M	5 829 393	3 631 845	4 774 288	8 313 366	7 575 091	8 029 010	11 016 416	10 263 263	8 832 626	11 746 148	19 028 530	34,2%
22	Coimbra	G	6 620 486	6 838 587	7 186 105	6 201 261	9 143 480	8 570 188	9 608 929	11 513 669	11 634 116	15 200 938	18 206 189	15,4%
23	Setúbal	G	4 737 137	2 903 077	3 300 884	8 872 922	7 592 020	7 894 785	6 623 703	9 806 821	11 001 663	16 162 491	17 941 606	14,9%
24	Braga	G	5 805 864	6 116 182	5 121 598	6 101 040	8 162 521	10 774 503	10 795 970	12 592 594	13 420 389	17 193 824	17 751 519	13,5%
25	Maia	G	4 557 612	3 365 476	2 784 297	4 711 048	8 903 318	6 455 134	9 971 598	8 794 765	10 578 356	13 021 500	16 705 879	17,3%
26	Faro	M	2 617 330	1 874 408	4 055 857	3 287 791	4 734 842	4 952 796	7 990 566	8 011 784	7 021 817	10 845 909	16 024 917	25,7%
27	Palmela	M	2 992 628	3 355 855	3 476 877	2 728 342	3 450 915	4 080 116	5 930 123	6 844 682	6 642 231	9 154 529	15 429 890	22,7%
28	Sesimbra	M	2 364 111	3 376 598	3 207 611	3 135 047	3 347 320	4 673 521	6 833 643	6 930 378	6 905 389	12 030 623	14 681 488	22,1%
29	Tavira	M	2 838 242	2 517 369	3 201 475	4 311 076	6 336 831	6 565 671	8 771 784	8 306 177	6 100 695	9 273 427	14 447 718	35,9%
30	Silves	M	2 455 057	2 020 630	2 472 686	2 538 539	4 438 628	4 250 885	5 888 992	5 580 010	6 845 930	7 524 178	13 297 498	26,2%
31	Montijo	M	3 339 152	1 854 727	1 604 462	1 293 835	2 005 547	2 265 464	5 659 418	6 209 720	4 416 942	7 599 836	11 975 645	23,5%
32	Leiria	G	3 716 014	3 119 808	3 622 634	4 057 815	4 601 070	5 597 042	9 644 153	6 650 542	5 949 039	8 544 930	10 793 341	11,1%
33	Vila do Conde	M	2 911 985	3 628 624	3 632 728	3 393 067	4 299 648	4 673 472	4 907 522	6 313 902	9 058 108	7 287 379	10 525 107	16,6%
34	Gondomar	G	2 678 672	1 863 427	1 957 555	2 115 266	2 584 835	3 782 688	3 673 187	4 746 727	6 711 049	8 662 935	10 350 215	10,2%
35	Torres Vedras	M	2 912 392	3 592 016	1 731 752	2 441 392	2 744 870	3 842 250	4 140 975	5 613 291	6 184 108	8 952 402	10 270 791	15,6%

R11.A – Receita de IMT cobrada pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2022 e respetivo peso na receita total

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	IMT / Rec. total
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Ponta Delgada	M	2 152 944	2 107 998	2 024 265	1 597 912	1 691 510	3 685 400	3 586 817	4 905 296	4 302 433	5 027 667	7 041 835	15,4%
2	Angra do Heroísmo	M	1 342 719	0	251 111	487 541	591 401	612 066	884 673	941 543	895 420	1 034 453	1 813 380	6,2%
3	Ribeira Grande	M	222 728	564 878	457 527	691 590	599 889	629 987	1 100 988	1 360 767	1 103 478	1 219 204	1 555 335	6,6%
4	Lagoa (R.A.A)	P	519 486	443 156	244 431	266 197	389 172	543 392	679 951	626 097	652 621	918 118	1 439 576	10,6%
5	Horta	P	165 671	125 561	213 206	190 294	244 985	253 702	399 171	332 074	465 764	603 801	701 599	5,3%
6	V. Franca do Campo	P	223 177	203 198	181 436	188 141	179 647	343 367	329 844	676 460	412 768	606 728	694 653	5,8%
7	Praia da Vitória	P	253 032	177 309	300 395	232 369	214 325	374 149	366 421	807 324	428 230	564 750	674 875	4,0%
8	Povoação	P	105 940	150 810	115 182	86 798	163 104	232 661	290 392	271 426	269 255	170 882	552 057	6,2%
9	São Roque do Pico	P	66 354	52 968	98 465	65 219	74 800	75 081	131 111	81 067	115 855	169 404	425 425	7,4%
10	Madalena	P	114 968	62 101	172 754	111 899	140 776	118 527	264 690	167 096	254 531	380 316	423 660	5,3%
11	Vila do Porto	P	45 899	62 967	67 446	98 255	119 533	107 872	97 062	146 468	103 202	167 188	236 817	3,3%
12	Nordeste	P	57 573	76 115	77 303	84 308	79 724	166 054	118 012	117 589	82 772	107 498	185 814	2,8%
13	Velas	P	41 812	81 180	57 782	180 126	115 481	139 225	131 862	91 901	76 715	107 797	182 960	1,8%
14	Sta Cruz da Graciosa	P	41 912	21 214	35 674	42 398	60 581	43 643	56 248	79 614	38 098	60 888	134 958	2,9%
15	Lajes do Pico	P	26 650	26 437	53 912	39 950	69 547	52 030	69 460	59 316	81 195	145 445	132 052	1,8%
16	Lajes das Flores	P	14 023	24 960	9 168	29 385	45 673	18 511	38 036	30 614	56 385	29 939	80 254	2,1%
17	Calheta (R.A.A.)	P	28 858	42 287	39 610	73 897	36 321	77 485	69 757	68 538	89 975	63 197	40 221	0,8%
18	Sta. Cruz das Flores	P	20 128	14 699	39 991	20 364	23 889	50 786	56 651	58 704	17 251	34 414	28 038	0,9%
19	Corvo	P	0	3 979	530	298	3 775	61 173	4 342	1 297	930	5 557	7 628	0,4%
IMT Total (Açores)			**5 443 873**	**4 241 816**	**4 440 186**	**4 486 941**	**4 844 133**	**7 585 111**	**8 675 489**	**10 823 193**	**9 446 877**	**11 417 246**	**16 351 137**	**7,2%**
(%) IMT Açores / IMT total			1,41%	1,11%	0,91%	0,77%	0,74%	0,89%	0,86%	1,07%	0,97%	0,85%	0,96%	--

R11.M – Receita de IMT cobrada pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira em 2022 e respetivo peso na receita total

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10-13		Mandato 14-17				Mandato 18-21				M. 22-25	IMT / Rec. total
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Funchal	G	5 003 944	5 470 556	3 617 029	6 448 338	6 897 034	11 214 879	8 092 668	8 108 024	8 040 282	11 863 885	25 486 769	21,9%
2	Calheta (R.A.M.)	P	234 303	336 231	281 021	492 778	440 284	631 341	860 742	935 076	855 754	1 994 845	3 989 916	20,6%
3	Santa Cruz	M	963 469	624 728	681 254	967 851	1 647 432	1 647 231	2 081 140	952 642	2 010 356	2 270 370	3 863 437	13,9%
4	Câmara de Lobos	M	275 508	224 552	250 911	271 258	226 446	335 759	814 555	441 907	477 956	587 830	1 478 779	7,5%
5	Ribeira Brava	P	188 521	151 298	113 714	215 983	220 969	149 212	368 006	301 123	395 407	699 927	1 171 046	11,3%
6	Ponta do Sol	P	167 151	98 445	91 300	68 833	234 734	235 236	309 276	485 879	404 112	789 257	1 051 888	12,5%
7	Machico	P	877 006	583 174	92 509	0	209 363	352 994	507 614	346 832	333 884	728 491	905 097	6,4%
8	Porto Santo	P	627 259	337 599	340 857	240 656	306 096	309 430	294 806	320 947	700 491	677 418	867 612	16,1%
9	São Vicente	P	58 210	55 641	55 472	84 844	126 695	82 446	125 098	106 684	123 860	212 177	439 686	4,9%
10	Santana	P	61 359	35 263	50 743	33 434	40 222	51 953	58 233	139 500	102 165	180 957	311 130	3,9%
11	Porto Moniz	P	46 649	35 727	11 266	17 666	19 092	43 038	43 347	36 167	143 982	131 933	228 141	3,1%
IMT Total (Madeira)			**8 503 378**	**7 953 214**	**5 586 076**	**8 841 641**	**10 368 368**	**15 053 520**	**13 555 484**	**12 174 779**	**13 588 251**	**20 137 090**	**39 793 500**	**16,2%**
(%) IMT Madeira / IMT total			2,20%	2,08%	1,15%	1,52%	1,58%	1,76%	1,35%	1,20%	1,39%	1,50%	2,35%	--

A observação dos dois *rankings* anteriores referentes à evolução do **IMT nas Regiões Autónomas**, permite ainda concluir:

- Nos Açores, apenas três municípios apresentaram decréscimo de receita de IMT: Calheta (-36,4%), Santa Cruz das Flores (-18,5%) e Lajes do Pico (-9,2%). Os restantes dezasseis municípios açorianos apresentaram crescimento do IMT, sendo de referir que dez municípios apresentaram taxas de crescimento superior a 40%. Destes relevam-se os que apresentaram taxas de crescimento superiores a 100%. A saber: Povoação (+223,1%), Lajes das Flores (+168,1%), São Roque do Pico (+151,0%) e Santa Cruz da Graciosa (+121,6%);
- Em relação aos municípios da Madeira, anota-se que todos os municípios apresentaram taxas elevadas de crescimento do IMT, sendo a taxa média de crescimento de 97,6 %. Será de relevar o acréscimo apresentado por: Funchal (+114,8%, +13,6 milhões de euros), Calheta (+100,0%, +2 milhões de euros), Câmara de Lobos (+151,6%, +0,9 milhões de euros) e São Vicente (+107,2%, +227,5 milhares de euros). No geral a colecta de IMT na Madeira cresceu 19,7 milhões de euros.

Retomando a análise do comportamento do IMT, a nível nacional, apresenta-se o *Ranking* R12 com os 35 municípios com menor cobrança de IMT em 2022.

- Anota-se que dos 35 municípios elencados 34 são de pequena dimensão e um de média dimensão, sendo de relevar o facto de este (Vila Real) não apresentar em 2022 cobrança de IMT. Vila Velha de Ródão que em 2021 não apresentou qualquer cobrança de IMT, em 2022 surge com um montante de colecta de 24,4 milhares de euros.
- Catorze municípios desta listagem apresentarem diminuição do volume arrecadado de IMT, sendo que, em dois destes municípios a descida foi superior a 50%: Santa Marta de Penaguião (-64,5%) e Mora (-55,6%). Todavia quatro municípios deste ranking, apresentaram um crescimento de receita de IMT superior a 100%: Pampilhosa da Serra (+233,9%), Lajes das Flores (+168,1%), Barrancos (+157,5%) e Santa Cruz da Graciosa (+121,6%).

R12 – Municípios com menor receita cobrada de IMT em 2022 e respetivo peso na receita total

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	IMT / Rec. total
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Vila Real	M	940 692	660 045	773 322	992 675	1 726 633	1 195 578	1 691 483	1 831 552	0	0	0	0,0%
2	Corvo	P	0	3 979	530	298	3 775	61 173	4 342	1 297	930	5 557	7 628	0,4%
3	Barrancos	P	5 510	28 808	9 198	6 684	6 509	15 420	8 738	55 200	6 714	9 465	24 369	0,4%
4	Vila Velha de Ródão	P	168 591	140 139	96 098	56 641	948 985	32 441	0	0	0	0	24 445	0,3%
5	Santa Cruz das Flores	P	20 128	14 699	39 991	20 364	23 889	50 786	56 651	58 704	17 251	34 414	28 038	0,9%
6	Calheta (R.A.A.)	P	28 858	42 287	39 610	73 897	36 321	77 485	69 757	68 538	89 975	63 197	40 221	0,8%
7	Vinhais	P	41 304	42 151	58 056	40 225	56 563	39 751	95 707	56 345	64 526	81 904	50 867	0,3%
8	Manteigas	P	22 295	19 752	56 687	38 160	23 195	66 096	26 603	32 546	33 094	42 013	58 652	0,8%
9	Penedono	P	30 057	48 866	15 498	30 879	44 423	24 171	45 918	51 828	59 614	52 892	59 928	0,8%
10	Vila Nova de Paiva	P	38 589	89 690	37 097	51 215	55 807	36 609	44 321	35 277	50 141	46 849	79 525	1,0%
11	Vimioso	P	24 976	39 530	24 671	73 389	44 231	70 389	80 184	59 361	46 338	89 916	79 663	0,7%
12	Lajes das Flores	P	14 023	24 960	9 168	29 385	45 673	18 511	38 036	30 614	56 385	29 939	80 254	2,1%
13	Castanheira de Pera	P	25 257	31 737	67 947	46 115	41 821	38 396	49 192	60 478	38 962	71 880	80 771	1,4%
14	Murça	P	45 379	82 747	50 222	33 122	51 443	46 449	48 140	149 303	39 829	81 771	90 332	0,9%
15	Arronches	P	16 395	160 084	108 523	94 773	182 263	60 026	8 194	180 888	42 962	112 728	91 734	1,4%
16	Almeida	P	40 803	63 129	43 063	52 233	104 189	78 300	76 900	115 902	85 842	106 593	91 898	0,7%
17	Gavião	P	53 937	41 885	19 946	49 800	80 892	39 040	418 150	50 453	53 214	104 380	92 055	1,1%
18	Vila de Rei	P	37 640	35 232	31 756	42 027	47 575	28 517	46 215	65 283	43 205	56 916	95 456	1,1%
19	Mêda	P	87 926	84 178	83 500	75 177	78 713	40 110	126 736	89 792	119 329	136 893	102 966	1,1%
20	Freixo de Espada à Cinta	P	30 139	25 683	44 057	57 307	101 489	43 088	54 572	99 118	71 079	58 846	105 312	1,3%
21	Miranda do Douro	P	84 731	95 363	75 580	52 258	78 777	86 616	48 136	92 991	59 124	165 068	113 616	0,8%
22	Santa Marta de Penaguião	P	54 485	66 819	148 417	132 016	79 260	87 685	61 611	100 807	250 245	325 519	115 704	1,6%
23	Alfândega da Fé	P	120 144	65 804	53 987	72 364	77 273	55 249	71 329	108 014	70 843	96 213	122 787	1,1%
24	Alter do Chão	P	287 851	84 429	95 783	0	0	0	91 340	46 777	47 107	81 858	127 607	1,7%
25	Lajes do Pico	P	26 650	26 437	53 912	39 950	69 547	52 030	69 460	59 316	81 195	145 445	132 052	1,8%
26	Mora	P	128 883	118 910	94 687	162 242	235 664	133 270	154 541	118 494	284 292	301 029	133 628	1,6%
27	Santa Cruz da Graciosa	P	41 912	21 214	35 674	42 398	60 581	43 643	56 248	79 614	38 098	60 888	134 958	2,9%
28	Crato	P	75 234	170 285	41 483	11 364	100 773	76 998	78 763	94 057	96 208	139 601	136 697	1,5%
29	Oleiros	P	44 992	34 665	40 222	62 633	41 973	35 706	53 554	68 998	76 097	70 409	138 128	1,1%
30	Góis	P	67 162	53 580	66 436	64 612	54 056	84 674	58 087	105 357	59 027	104 641	143 485	1,9%
31	Fornos de Algodres	P	67 595	48 104	35 160	82 850	66 294	40 394	41 767	61 136	53 336	72 967	143 580	1,8%
32	Proença-a-Nova	P	61 891	61 136	54 661	71 961	72 299	65 251	103 944	57 360	123 537	117 401	144 069	1,1%
33	Castelo de Vide	P	36 388	40 563	28 941	40 199	142 973	66 056	102 721	61 708	110 242	180 058	148 047	1,9%
34	Tabuaço	P	54 060	74 489	63 447	77 690	76 088	123 630	103 700	221 919	115 344	145 767	152 394	1,7%
35	Pampilhosa da Serra	P	58 907	26 133	28 561	34 460	41 012	40 482	32 155	48 493	42 645	46 038	153 734	1,4%

Observando o quadro 2.26 onde se apresenta o volume de cobrança de IMT por distrito e regiões, assinala-se:

- Quatro distritos (Lisboa, Faro, Porto e Setúbal) agregaram 78,6% de toda a coleta de IMT a nível nacional, sendo que só Lisboa arrecadou 38,9% da mesma;
- Com um crescimento de IMT superior ao da média nacional cifrado em 26,1% aparecem seis distritos e as duas regiões autónomas: Faro (+49,9%), Viana do Castelo (+43,1%), Santarém (+40,1%), Vila Real (+38,2%), Leiria (+36,6%), Setúbal (+34,2%), Madeira (+97,6%) e Açores (+43,2%);
- Com uma taxa negativa de crescimento assinala-se apenas o município de Portalegre (-3,6%, -196,5 milhares de euros).

Quadro 2.26 – IMT cobrado por Distrito

Unidade: euros

Distrito 2012		Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Peso No total Nacional
		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
1	Lisboa	127 457 312	138 958 511	215 598 078	274 392 039	286 945 146	400 391 679	465 995 563	418 033 589	410 830 492	546 384 496	659 313 723	38,9%
2	Faro	47 614 939	46 064 041	64 284 973	85 349 320	94 257 836	119 042 155	131 690 516	141 097 197	128 794 753	187 863 572	281 699 780	16,6%
3	Porto	56 033 523	52 202 415	63 974 841	65 220 150	84 593 083	105 505 170	134 393 911	151 217 017	148 038 238	192 718 223	212 608 967	12,5%
4	Setúbal	29 474 495	35 543 624	30 506 794	36 437 858	38 273 283	55 983 101	70 162 980	87 180 655	81 656 952	133 427 202	179 024 689	10,6%
5	Braga	19 461 361	17 701 495	18 252 750	21 290 449	25 651 823	30 965 515	33 012 006	36 591 968	37 818 423	52 101 534	58 286 942	3,4%
6	Leiria	14 310 667	11 325 601	17 011 165	15 479 296	17 642 272	20 202 075	28 679 181	25 422 393	25 060 916	37 105 713	50 695 165	3,0%
7	Aveiro	16 429 952	15 348 729	14 196 510	15 599 774	19 505 936	19 903 529	27 588 235	30 310 058	26 935 170	38 637 140	45 839 865	2,7%
8	Madeira	8 503 378	7 953 214	5 586 076	8 841 641	10 368 368	15 053 520	13 555 484	12 174 779	13 588 251	20 137 090	39 793 500	2,3%
9	Coimbra	11 712 419	10 876 274	13 579 574	11 350 847	14 926 542	16 127 825	16 447 659	20 176 603	19 650 001	25 951 750	33 327 536	2,0%
10	Santarém	11 371 513	9 283 131	9 291 610	9 638 139	11 434 214	13 594 968	16 902 932	15 240 102	16 508 079	23 483 691	32 899 049	1,9%
11	V. Castelo	4 908 034	4 692 970	4 469 228	5 428 449	6 255 966	7 164 118	8 471 371	10 625 381	8 643 776	11 925 053	17 062 380	1,0%
12	Açores	5 443 873	4 241 816	4 440 186	4 486 941	4 844 133	7 585 111	8 675 489	10 823 193	9 446 877	11 417 246	16 351 137	1,0%
13	Viseu	6 385 892	6 562 166	5 865 335	7 442 568	7 736 014	9 690 264	9 062 385	11 869 265	11 008 598	14 537 249	15 837 881	0,9%
14	Évora	5 279 810	5 682 213	4 137 467	4 819 011	7 384 837	7 813 452	10 363 544	9 580 379	9 181 517	13 908 438	14 781 448	0,9%
15	Beja	4 379 176	2 988 163	4 700 879	3 856 530	7 587 115	8 149 758	9 807 651	7 478 858	6 811 133	11 210 028	11 382 236	0,7%
16	C. Branco	5 577 661	3 712 923	3 111 952	3 361 598	5 833 287	4 647 830	4 686 482	7 145 278	7 826 528	7 325 263	8 255 173	0,5%
17	Vila Real	3 478 684	3 402 866	2 701 667	3 603 493	4 172 960	3 671 086	4 925 279	5 574 326	3 691 287	3 933 467	5 434 400	0,3%
18	Portalegre	3 496 779	1 840 081	2 156 022	2 477 651	2 690 728	3 090 424	4 154 154	3 024 602	3 133 508	5 491 864	5 295 413	0,3%
19	Bragança	2 072 252	1 622 798	1 660 289	1 928 668	2 152 557	2 372 936	2 662 039	3 236 893	2 688 033	3 508 247	4 331 997	0,3%
20	Guarda	2 536 833	1 948 330	2 146 931	1 990 243	3 206 909	2 489 281	2 691 038	3 609 934	3 302 015	3 870 291	4 236 525	0,2%
Total Nacional		**385 928 552**	**381 951 360**	**487 672 328**	**582 994 666**	**655 463 007**	**853 443 796**	**1 003 927 900**	**1 010 412 471**	**974 614 546**	**1 344 937 559**	**1 696 457 809**	**100%**

Ainda sobre a variação das duas principais receitas fiscais – IMI e IMT – apresenta-se o Quadro 2.27 com o número de municípios que apresentaram, entre 2012 e 2022, descida da coleta de IMI ou de IMT e descida conjugada destas duas receitas.

Quadro 2.27 – Número de municípios com descida de IMI e IMT

	Número de municípios										
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Com diminuição do IMI	49	30	13	44	265	135	56	185	80	111	103
Com diminuição do IMT	228	180	152	121	93	99	93	118	149	45	59
Com diminuição conjugada do IMI e IMT	36	18	6	16	78	48	14	72	45	14	19

Da análise do Quadro 2.27 constata-se em relação a 2022:

- O número de municípios que apresentaram diminuição de IMI baixou em 7,2% (- 8 municípios), tendo, no ano económico em apreço, 103 municípios apresentado decréscimo do valor desta coleta;
- Em relação ao IMT, verifica-se que 59 municípios apresentaram diminuição desta receita, isto é, mais 14 municípios que os contabilizados em 2021 (+31,1%);
- Aumentou (+35,7%, +5 municípios) o número de municípios que apresentaram, em simultâneo, descida de IMI e de IMT.

IUC (IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO) E DERRAMA

No que se refere à coleta do IUC e da Derrama, verifica-se que o seu peso médio na receita fiscal dos municípios foi respetivamente 8,0% e 9,6%, em 2022, tendo no caso do IUC piorado a performance em cerca de 0,5pp, relativamente ao ano anterior e no caso da Derrama melhorado a prestação em 0,9pp.

Observando, contudo, a evolução destas receitas em 2022, constata-se que o montante cobrado de IUC aumentou na globalidade dos municípios 6,9% (+20 milhões de euros) e a Derrama cresceu 26,2% (+77,9 milhões de euros).

- Anota-se que 95 municípios do universo autárquico não apresentaram registo de valor da Derrama em 2022, mas todos apresentaram registo de IUC.

Reportado a 2022, apresenta-se o *Ranking* R13 com os 35 municípios que receberam maior valor de Derrama.

R13 – Municípios com maior receita de Derrama cobrada em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Lisboa	G	93 374 749	55 173 667	59 611 292	57 471 495	67 483 751	97 829 675	78 542 449	96 070 120	96 595 250	77 904 248	94 561 493
2	Porto	G	10 346 662	16 654 349	15 069 432	11 102 356	20 860 133	17 882 303	16 924 485	30 797 982	20 895 619	19 389 912	23 460 292
3	Oeiras	G	13 820 447	22 185 870	10 976 819	15 342 152	15 338 002	18 033 968	16 564 877	18 959 616	18 730 263	16 648 165	19 525 739
4	Sintra	G	6 011 969	6 751 699	4 446 280	8 541 423	7 867 446	7 680 944	8 190 770	9 575 183	10 080 328	10 068 682	12 002 284
5	Maia	G	5 604 062	5 315 095	3 752 412	6 365 321	7 959 509	8 014 078	8 167 628	8 278 475	9 053 531	7 598 564	9 384 909
6	Cascais	G	0	0	2 387 455	1 500 879	5 494 596	4 438 331	5 860 657	7 391 172	7 756 182	6 152 980	8 930 227
7	Braga	G	3 804 487	2 774 041	3 502 429	4 009 208	4 953 554	4 942 781	6 069 756	6 325 653	7 304 521	6 947 273	8 088 480
8	Vila Nova de Gaia	G	4 552 420	3 868 402	4 652 993	4 656 326	5 779 980	6 507 377	6 645 130	8 424 692	7 306 416	6 298 676	7 496 152
9	Matosinhos	G	7 500 403	5 249 751	4 572 732	5 484 004	4 619 528	6 621 169	6 840 636	6 598 325	8 037 233	7 486 326	7 384 574
10	V. Nova de Famalicão	G	10 233 817	0	6 754 339	0	6 089 191	6 219 746	6 042 160	6 425 143	6 124 600	5 421 614	6 544 193
11	Loures	G	4 833 561	4 596 574	2 939 362	4 071 446	5 924 182	5 905 148	6 058 203	6 863 996	4 942 877	4 879 973	6 310 862
12	Setúbal	G	3 974 790	3 691 339	4 438 972	2 152 930	3 545 717	5 704 615	4 527 987	4 619 781	3 968 440	2 883 911	5 926 429
13	Guimarães	G	2 142 678	1 973 542	2 590 761	2 983 420	3 991 282	4 082 862	4 031 317	4 370 963	4 215 145	4 655 406	5 854 199
14	Aveiro	M	2 418 083	2 317 453	2 014 812	2 764 569	2 958 770	3 600 373	4 004 979	4 233 351	4 093 383	3 649 093	5 727 536
15	Viana do Castelo	M	2 319 138	2 850 664	2 513 837	2 475 863	3 269 542	3 222 416	4 720 784	4 384 572	3 758 678	2 259 038	5 406 634
16	Santa Maria da Feira	G	2 114 327	2 563 203	2 884 026	2 380 400	3 426 340	4 445 061	4 120 236	3 878 333	4 005 439	4 217 823	5 070 758
17	Coimbra	G	3 139 381	2 368 437	1 736 080	1 214 317	5 240 206	9 192 342	2 887 843	3 977 630	4 749 865	3 399 561	5 025 823
18	Leiria	G	2 732 435	2 612 160	3 095 854	3 188 557	3 966 028	4 187 865	4 341 147	4 956 432	5 126 021	4 615 014	4 895 879
19	Palmela	M	2 993 097	2 346 285	2 278 903	2 836 669	2 256 597	2 002 217	2 705 567	3 767 540	3 915 031	3 121 667	4 157 987
20	Amadora	G	3 050 493	2 339 952	1 990 585	2 596 479	2 764 502	2 932 373	3 297 073	4 024 825	3 807 430	3 212 032	4 055 904
21	Vila Franca de Xira	G	2 029 488	2 023 496	2 146 469	2 448 014	2 780 404	2 562 223	2 628 864	2 786 816	3 217 206	2 496 949	3 723 983
22	Barcelos	G	810 628	917 399	1 247 456	1 500 793	1 686 675	1 884 329	2 158 674	2 280 439	2 331 849	2 769 676	3 674 256
23	Figueira da Foz	M	4 719 017	1 438 661	1 403 270	2 439 564	2 839 057	4 620 116	3 979 524	5 057 538	3 309 598	2 642 522	3 447 295
24	Viseu	G	3 232 495	1 684 449	2 638 917	1 346 950	2 134 092	2 207 998	2 084 984	2 674 976	2 703 153	2 737 585	3 095 817
25	Santo Tirso	M	982 836	1 134 099	1 160 751	1 122 949	1 566 162	1 730 198	1 618 385	1 670 552	2 168 842	2 615 776	3 052 539
26	Oliveira de Azeméis	M	953 775	951 538	1 100 408	1 261 171	1 590 185	1 351 056	2 273 623	1 860 951	1 777 214	1 629 228	3 020 195
27	Seixal	G	1 047 268	848 871	1 950 348	1 450 402	1 281 300	2 076 876	2 312 516	2 607 474	1 665 186	1 938 467	2 973 071
28	Torres Vedras	M	1 097 698	886 510	1 709 726	503 970	2 185 713	1 683 906	2 155 039	2 465 431	2 682 032	2 268 584	2 818 056
29	Vila do Conde	M	1 853 015	1 153 155	2 118 112	1 894 872	1 996 649	2 064 153	2 311 237	2 245 766	2 485 288	2 542 562	2 724 239
30	Sines	P	2 803 797	3 633 977	0	0	1 984 107	4 342 763	4 377 920	1 372 184	1 117 068	1 344 106	2 552 671
31	Odivelas	G	1 136 571	886 903	1 189 538	1 128 816	1 443 460	1 425 732	1 573 851	1 914 299	1 995 583	2 036 394	2 429 460
32	Águeda	M	943 861	795 028	1 104 232	1 196 927	1 351 938	1 481 515	1 631 004	1 770 330	1 704 891	1 736 471	2 424 440
33	Almada	G	3 586 010	1 948 383	2 095 668	1 760 826	2 846 752	2 864 417	3 445 102	3 499 711	2 327 302	1 549 343	2 365 995
34	Gondomar	G	2 280 350	2 090 434	1 667 001	1 479 886	2 393 428	2 574 129	3 170 797	3 027 824	3 248 338	2 281 809	2 177 176
35	Trofa	M	834 445	783 511	1 221 322	1 371 851	1 518 062	1 458 320	1 897 431	1 456 219	1 326 772	984 181	2 156 718

Também reportado a 2022 apresenta-se o *Ranking* R14 com os 35 municípios com maior coleta de IUC.

R14 – Municípios com maior receita de IUC cobrada em 2022

Unidade: euros

Município		Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Lisboa	G	15 846 624	19 434 189	18 730 547	17 927 774	18 179 130	19 430 625	20 354 330	20 273 778	19 001 560	18 277 098	18 064 566
2	Sintra	G	8 261 409	10 096 148	10 226 286	10 121 033	10 458 914	11 525 745	12 271 426	13 235 883	12 975 483	13 385 615	13 608 581
3	Oeiras	G	9 275 219	10 735 838	10 903 529	11 860 076	12 073 793	13 123 949	13 334 677	12 790 074	12 389 216	12 203 916	11 606 540
4	Vila Nova de Gaia	G	5 651 218	7 299 496	7 536 385	7 234 436	7 112 130	7 507 544	8 329 570	8 849 299	8 889 488	9 359 649	9 677 433
5	Cascais	G	5 118 006	6 422 512	6 121 292	5 808 788	5 884 859	6 326 753	6 703 881	6 855 338	6 733 490	7 315 632	7 856 447
6	Porto	G	5 023 923	6 488 934	6 279 762	5 627 328	5 781 375	6 293 240	6 477 108	6 593 056	6 620 171	6 609 342	6 997 343
7	Loures	G	4 080 825	4 912 457	5 216 453	5 025 128	4 789 743	4 936 439	5 803 016	6 825 225	6 177 834	6 170 635	6 798 475
8	Braga	G	3 531 567	4 440 130	4 300 411	4 227 296	4 262 227	4 436 605	4 748 764	5 027 197	4 908 133	5 201 376	5 660 816
9	Matosinhos	G	3 576 708	4 330 668	3 858 920	3 693 859	3 720 845	3 973 159	4 179 698	4 216 615	4 276 631	4 279 456	4 593 371
10	Seixal	G	2 904 456	3 569 982	3 402 793	3 277 680	3 304 356	3 578 109	3 773 884	3 972 933	3 969 556	4 151 503	4 472 777
11	Leiria	G	2 933 413	3 655 925	3 360 317	3 257 436	3 355 254	3 595 867	3 855 585	4 037 705	3 975 463	4 086 689	4 421 311
12	Amadora	G	3 182 465	3 616 589	3 286 605	3 183 052	3 508 277	3 994 698	4 295 975	4 358 715	4 395 442	4 399 630	4 417 331
13	Almada	G	3 060 963	3 818 337	3 590 068	3 401 329	3 412 275	3 713 776	3 879 417	4 043 882	4 004 723	4 183 544	4 401 254
14	Guimarães	G	2 773 101	3 582 685	3 527 256	3 374 818	3 433 827	3 594 097	3 820 483	3 961 429	3 896 168	3 892 659	4 348 528
15	Santa Maria da Feira	G	2 634 518	3 291 748	3 034 906	2 989 599	3 077 477	3 295 429	3 518 651	3 710 384	3 762 760	3 710 752	4 154 163
16	Coimbra	G	2 914 375	3 740 260	3 568 091	3 403 451	3 388 886	3 494 182	3 668 508	3 764 777	3 725 045	3 882 205	4 064 382
17	V. Nova de Famalicão	G	2 469 565	3 120 258	3 087 219	3 003 415	3 043 968	3 217 324	3 397 958	3 571 018	3 428 869	3 703 963	4 029 955
18	Gondomar	G	2 682 856	3 400 533	3 105 452	3 022 722	3 082 219	3 280 096	3 497 142	3 649 137	3 651 755	3 674 136	4 026 436
19	Maia	G	2 722 852	3 382 185	3 192 792	3 068 351	3 128 533	3 394 830	3 560 797	3 686 740	3 706 835	3 675 727	3 965 916
20	Odivelas	G	2 485 741	3 108 963	3 027 498	2 874 353	2 905 070	3 173 037	3 330 918	3 455 487	3 506 863	3 674 947	3 779 505
21	Vila Franca de Xira	G	2 392 891	2 921 697	2 821 583	2 711 165	2 736 098	2 946 907	3 101 768	3 222 105	3 238 796	3 405 915	3 687 990
22	Barcelos	G	2 198 239	2 683 408	2 583 604	2 528 875	2 624 871	2 795 146	3 012 745	3 142 079	3 052 774	3 213 000	3 542 990
23	Setúbal	G	2 401 948	3 004 186	2 970 806	2 847 258	2 790 038	2 872 712	3 049 665	3 476 626	3 206 218	3 348 831	3 476 973
24	Loulé	M	1 955 118	2 463 440	2 326 955	2 176 362	2 267 610	2 505 290	2 675 967	2 809 362	2 778 868	2 837 468	3 140 985
25	Funchal	G	2 217 266	2 718 990	2 716 742	2 609 780	2 526 054	2 559 756	2 720 086	2 812 088	2 797 367	2 921 139	3 088 036
26	Viseu	G	1 963 571	2 376 104	2 208 610	2 155 140	2 224 983	2 359 138	2 513 627	2 647 340	2 696 243	2 702 006	2 991 443
27	Mafra	M	1 649 817	2 027 960	1 951 400	1 901 054	1 934 838	2 125 853	2 288 088	2 431 460	2 536 162	2 611 225	2 792 861
28	Viana do Castelo	M	1 722 251	2 070 849	1 990 897	1 921 838	1 941 957	2 056 406	2 187 335	2 275 964	2 335 249	2 467 223	2 567 106
29	Torres Vedras	M	1 537 174	1 877 694	1 779 796	1 717 648	1 739 367	1 772 664	2 068 192	2 171 343	2 151 359	2 313 361	2 497 942
30	Valongo	M	1 552 007	1 992 196	1 817 550	1 760 827	1 805 600	1 935 044	2 093 723	2 197 253	2 194 992	2 197 545	2 454 498
31	Paredes	M	1 328 341	1 739 012	1 611 261	1 565 977	1 626 461	1 793 005	2 023 248	2 122 960	2 146 038	2 068 154	2 430 444
32	Faro	M	1 710 739	2 145 281	2 103 578	1 987 148	1 933 400	2 003 039	2 139 129	2 226 249	2 276 245	2 294 643	2 424 427
33	Aveiro	M	1 639 929	1 981 087	1 893 011	1 832 082	1 876 617	2 018 106	2 107 650	2 212 777	2 231 166	2 202 927	2 410 415
34	Vila do Conde	M	1 424 769	1 821 781	1 702 233	1 652 763	1 679 754	1 799 364	1 918 073	1 998 504	2 035 019	2 161 044	2 241 455
35	Oliveira de Azeméis	M	1 273 512	1 595 711	1 526 560	1 526 490	1 586 141	1 702 197	1 820 963	1 933 981	1 949 188	2 055 721	2 159 701

O *Ranking* R15 mostra os 35 municípios com menor valor cobrado de IUC em 2022.

R15 – Municípios com menor receita de IUC cobrada em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Corvo	P	5 152	8 823	8 108	7 125	6 673	5 419	7 632	7 517	7 364	9 297	8 578
2	Barrancos	P	25 779	31 262	26 011	23 890	25 449	26 600	27 102	28 406	28 712	30 253	31 623
3	Lajes das Flores	P	20 714	33 864	30 659	28 975	29 004	29 890	30 248	32 213	32 927	34 469	39 149
4	Alvito	P	34 008	45 406	39 973	36 334	36 496	40 195	44 396	45 011	45 288	45 791	50 063
5	Santa Cruz das Flores	P	37 074	46 244	40 870	40 617	39 954	42 258	43 314	44 536	43 501	48 775	53 788
6	Porto Moniz	P	32 919	41 378	39 620	37 573	37 155	42 124	46 294	48 323	49 538	51 817	56 040
7	Monforte	P	39 759	53 756	45 573	45 998	46 774	52 350	55 203	58 266	52 791	56 848	56 513
8	Mourão	P	36 152	46 932	42 836	39 521	37 542	45 714	47 503	51 039	49 516	56 700	57 253
9	Alcoutim	P	33 737	50 498	41 974	40 941	40 412	43 057	46 643	50 986	48 332	51 506	57 907
10	Manteigas	P	49 111	56 638	57 361	57 141	57 431	58 318	61 731	64 144	56 988	60 016	59 981
11	Vila Velha de Ródão	P	41 636	53 431	46 547	45 054	48 716	50 302	51 240	53 241	54 968	59 536	63 435
12	Castelo de Vide	P	49 141	69 102	61 416	60 644	60 229	61 375	61 877	62 661	65 131	65 740	67 304
13	Gavião	P	43 437	57 544	56 742	52 406	56 661	54 163	58 192	58 693	55 913	61 721	67 502
14	Freixo Espada à Cinta	P	41 396	59 028	56 488	51 598	53 885	49 927	58 536	58 211	60 113	65 941	67 893
15	Arronches	P	47 074	58 795	54 951	53 231	52 567	54 049	59 570	61 100	59 453	66 210	68 438
16	Fronteira	P	53 151	63 454	60 899	52 845	53 505	51 900	58 882	60 254	62 534	65 388	68 849
17	Vila de Rei	P	44 053	48 038	46 325	45 586	46 478	49 028	52 524	55 804	57 078	62 145	69 190
18	Crato	P	51 569	66 865	56 629	56 253	55 027	58 668	59 753	60 289	61 341	67 237	69 394
19	Marvão	P	51 394	70 149	57 228	61 088	57 572	61 774	62 796	65 664	65 522	68 277	70 111
20	Alter do Chão	P	49 813	62 590	56 249	52 662	50 047	58 209	61 981	65 010	63 053	66 580	71 226
21	Penedono	P	48 611	56 770	57 807	53 672	53 118	55 878	62 413	62 215	73 919	35 737	71 281
22	Castanheira de Pera	P	46 198	64 311	58 881	50 576	53 024	59 094	61 263	63 422	62 349	66 375	71 392
23	Pampilhosa da Serra	P	50 004	60 205	56 382	55 486	54 995	58 738	62 022	63 641	62 770	63 332	72 392
24	Calheta (R.A.A.)	P	57 039	70 407	66 351	61 273	60 383	56 355	67 977	77 804	60 671	77 124	76 098
25	Nordeste	P	48 545	69 256	56 499	55 950	57 946	62 078	65 432	69 726	67 944	74 642	79 860
26	Mesão Frio	P	55 078	73 690	64 456	65 094	67 320	69 179	72 768	76 890	72 586	75 633	83 209
27	Sardoal	P	59 898	75 181	72 145	66 036	58 843	64 625	73 867	76 173	73 598	79 210	85 588
28	Vimioso	P	72 016	85 458	84 979	78 927	76 211	79 648	82 786	85 472	79 305	87 378	87 007
29	Penamacor	P	68 309	87 989	82 038	78 027	78 504	81 016	83 840	87 984	85 616	82 293	92 542
30	Oleiros	P	57 380	73 498	77 948	69 540	70 391	67 713	72 830	88 391	81 753	87 983	94 787
31	Góis	P	56 083	82 344	74 961	71 378	71 775	73 338	81 092	87 064	80 220	88 694	95 286
32	Avis	P	62 030	81 711	81 267	75 958	76 374	80 048	86 446	87 648	84 537	85 329	96 188
33	Alfândega da Fé	P	65 641	92 694	81 547	79 038	77 614	82 667	89 011	79 499	88 163	93 886	96 856
34	Mora	P	74 963	91 396	89 673	85 122	86 019	87 732	88 847	92 790	91 608	93 789	99 571
35	Constância	P	69 559	83 753	85 207	80 501	73 433	84 851	87 692	90 672	89 524	95 832	100 362

2.2.2.4. Receitas cobradas com Taxas, Multas e outras Penalidades

Analisando a evolução do valor cobrado pelos municípios em **Taxas, multas e outras penalidades** (Quadros 2.08, 2.09 e 2.10), verifica- se que o mesmo **em 2022, cresceu 25,7%** (+91,4 milhões de euros) ao apresentarem o valor global de 447,4 milhões de euros. Mais se anota que **entre 2012 e 2022 a cobrança destas receitas aumentaram 121,6% (+245,5 milhões de euros), sendo que o valor mais elevado foi registado no ano económico em apreço**.

No ranking R16, listam-se os 35 municípios com maior receita de Taxas, multas e outras penalidades reportados a 2022, registando-se os respetivos valores nos anos transatos, até 2012. Desta listagem, conclui-se que:

- À semelhança do verificado para as receitas provenientes dos impostos é a cidade de Lisboa que apresenta maior volume de receita cobrada em Taxas, multas e outras penalidades, representando o valor das mesmas 19,2% do total das Taxas, multas e outras penalidades cobrados por todo o sector autárquico, ao totalizar em 2022 cerca de 86 milhões de euros;
- Porto é o segundo município com maior colecta de Taxas, multas e outras penalidades ao cobrar no ano de 2022, o montante de 34,3 milhões de euros das mesmas;
- Mais quatro municípios apresentaram uma receita de Taxas, multas e outras penalidades superior a 10 milhões de euros (Cascais, Seixal, Sintra e Funchal).

R16 – Municípios com maior receita de taxas, multas e outras penalidades cobrada em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Lisboa	G	62 478 468	46 413 958	51 448 496	52 064 349	73 110 185	95 492 170	69 518 728	88 476 989	56 959 438	53 952 810	86 064 392
2	Porto	G	4 833 239	5 990 175	5 264 461	4 331 851	4 761 061	8 036 485	14 618 019	22 467 952	25 151 965	27 844 140	34 316 199
3	Cascais	G	5 721 987	6 681 677	7 591 988	9 138 179	9 990 599	15 263 860	5 436 950	7 157 952	12 596 751	18 906 248	18 084 148
4	Seixal	G	3 381 336	618 811	837 277	617 954	651 267	3 356 840	506 349	523 497	6 601 383	16 440 397	15 104 155
5	Sintra	G	3 277 032	2 961 460	2 755 966	3 006 618	3 086 759	7 005 553	2 973 263	4 660 557	8 303 445	7 841 001	12 829 767
6	Funchal	G	2 426 118	2 377 973	2 212 292	2 480 253	2 519 775	3 762 081	2 731 283	3 203 518	2 739 392	3 320 542	12 812 333
7	Mafra	M	3 332 023	3 168 192	3 386 671	3 624 545	3 629 316	4 179 261	3 949 129	4 307 571	6 661 470	7 908 254	9 296 561
8	Almada	G	1 468 054	1 506 773	1 475 416	1 421 067	1 609 910	3 503 658	2 435 974	2 237 972	4 590 640	6 572 771	7 754 600
9	Braga	G	1 371 613	1 267 110	1 367 077	1 159 322	1 515 010	2 739 062	1 478 989	1 432 376	4 704 452	6 469 104	7 612 737
10	Matosinhos	G	1 839 374	3 221 152	1 860 800	3 531 244	2 532 815	3 608 209	2 325 956	2 110 165	7 235 046	7 763 696	7 374 314
11	Barreiro	M	4 375 863	4 518 309	4 574 788	4 491 307	4 459 551	4 531 656	4 513 451	4 688 883	5 041 010	4 790 665	6 608 794
12	Oeiras	G	807 651	1 501 493	1 184 992	985 098	1 093 179	2 580 647	1 086 631	2 297 719	1 591 635	4 939 940	6 309 242
13	Vila Nova de Gaia	G	1 702 895	1 320 537	1 171 999	1 110 342	1 177 523	3 911 139	1 606 437	1 771 644	2 973 803	5 023 354	5 651 823
14	Aveiro	M	545 704	682 796	710 964	759 196	831 807	1 396 007	1 028 064	1 361 244	3 070 717	4 456 648	5 503 817
15	Setúbal	G	971 932	928 064	1 088 730	1 253 890	1 569 857	1 676 140	1 861 602	2 327 157	3 820 858	4 641 505	5 486 611
16	Guimarães	G	1 234 767	1 235 026	1 285 536	1 369 575	1 442 552	2 886 832	2 020 395	1 910 887	6 037 430	4 884 454	4 892 074
17	Loures	G	2 019 682	1 223 994	979 157	1 177 057	2 448 065	3 097 682	2 436 936	2 324 775	3 627 204	5 265 420	4 756 166
18	Odivelas	G	3 343 285	3 924 461	3 083 934	2 773 460	2 255 989	3 148 488	2 434 285	2 084 860	3 949 010	4 011 649	4 698 194
19	Leiria	G	1 337 218	1 294 558	1 439 521	1 286 377	1 328 871	2 050 614	1 321 732	1 515 448	3 792 728	4 113 590	4 477 353
20	Lagos	M	2 960 569	2 037 016	1 950 054	1 901 905	2 076 395	2 847 585	1 644 220	2 046 455	3 141 468	3 657 733	4 415 202
21	V. Nova Famalicão	G	942 434	666 578	752 057	784 380	664 505	760 201	1 048 784	1 516 109	2 463 398	3 341 302	4 352 375
22	Vila Franca de Xira	G	570 324	572 065	696 655	706 938	1 223 159	1 995 802	580 220	893 443	3 964 667	3 811 478	4 057 437
23	Maia	G	937 496	707 104	706 499	835 706	728 071	1 828 343	666 195	601 227	2 581 554	2 623 821	3 895 964
24	Vila Conde	M	1 010 467	1 032 812	1 111 223	1 171 809	1 301 285	1 673 087	1 009 364	1 401 777	2 886 822	2 935 395	3 818 882
25	Coimbra	G	2 759 577	2 884 531	2 496 548	3 689 450	3 270 126	4 397 687	4 842 438	5 148 292	7 225 537	3 464 147	3 703 393
26	Sesimbra	M	2 444 063	2 338 958	2 098 105	1 789 543	1 917 525	1 865 127	2 409 744	2 416 193	1 797 533	2 587 641	3 663 108
27	Chaves	M	233 625	246 330	312 242	441 197	338 724	481 686	688 973	638 106	390 878	968 962	3 638 505
28	Gondomar	G	796 179	727 498	802 166	736 418	1 035 469	2 033 289	917 368	1 238 086	952 434	3 160 070	3 589 194
29	Portimão	M	338 202	237 371	854 338	432 013	332 644	410 153	363 740	465 631	2 090 040	1 684 307	3 300 893
30	Montijo	M	275 109	270 766	371 926	366 898	356 940	843 000	551 974	901 995	2 056 012	3 616 909	3 075 655
31	Santa Cruz	M	300 634	284 174	314 953	469 749	593 549	1 036 144	592 198	554 318	2 297 202	2 261 866	2 987 170
32	V. Real Sto. António	P	351 571	714 027	698 200	753 871	1 009 283	1 021 912	1 328 700	2 087 454	2 644 905	3 258 130	2 956 431
33	Faro	M	487 692	412 255	386 868	411 705	777 455	492 498	721 173	658 350	731 051	2 179 552	2 939 037
34	Lousada	M	972 064	1 021 571	1 070 751	1 273 301	1 556 568	1 779 115	1 893 732	2 325 109	2 267 524	2 473 511	2 917 681
35	Palmela	M	1 182 545	1 047 305	870 124	815 339	1 095 664	2 066 501	879 639	1 079 671	857 825	7 237 558	2 618 646

O *Ranking* R17 mostra os 35 municípios com menor valor cobrado de taxas, multas e outras penalidades, em 2022.

R17 – Municípios com menor receita de Taxas multas e outras penalidades cobrada em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Corvo	P	618	509	775	2 429	1 104	1 496	1 654	1 798	1 266	776	909
2	Lajes das Flores	P	4 330	3 910	2 199	1 258	1 829	3 480	3 388	2 884	1 684	4 374	3 101
3	Barrancos	P	15 201	17 882	14 600	13 054	8 034	6 967	5 124	5 719	3 470	4 685	4 150
4	Ourique	P	13 103	18 145	10 625	22 892	10 645	9 123	15 423	8 997	8 791	8 271	10 323
5	Arronches	P	3 895	4 962	5 455	4 301	4 349	4 107	5 279	11 779	13 934	13 806	10 890
6	Santa Cruz das Flores	P	44 635	11 996	8 829	5 161	4 296	13 401	9 751	13 537	6 253	6 642	15 527
7	Freixo Espada à Cinta	P	23 674	19 279	19 270	26 712	25 714	29 309	36 216	30 577	16 657	20 525	19 626
8	Sardoal	P	23 985	19 335	23 354	22 529	29 480	27 179	26 133	33 149	18 085	18 736	19 867
9	Castanheira de Pera	P	188 271	172 839	163 779	168 048	169 902	156 411	150 662	164 579	30 328	12 473	20 409
10	Pampilhosa da Serra	P	36 012	35 543	24 817	23 235	25 427	26 247	22 879	24 383	20 147	23 843	20 723
11	Figueira Castelo Rodrigo	P	28 518	18 733	15 207	12 350	16 169	16 270	20 855	22 658	8 222	34 605	23 393
12	Calheta (R.A.A.)	P	18 031	19 653	16 420	19 833	15 856	18 585	16 188	18 886	17 313	25 506	24 394
13	Velas	P	23 805	23 323	49 059	28 241	24 716	36 881	32 485	18 647	17 470	12 382	26 112
14	Alcoutim	P	15 269	21 563	16 828	27 955	17 255	19 904	14 723	22 021	14 790	33 999	26 699
15	Aguiar da Beira	P	32 141	35 623	44 054	26 408	29 059	20 781	25 019	22 978	28 545	22 903	26 709
16	Sta. Marta de Penaguião	P	65 124	86 844	62 058	56 515	65 234	94 641	77 271	32 930	38 305	20 537	26 798
17	Mora	P	38 375	35 923	39 589	43 525	40 383	50 241	45 161	54 292	28 247	13 208	28 557
18	Murça	P	110 986	109 181	126 481	106 355	112 376	115 165	127 908	125 072	34 561	19 498	28 653
19	Vila Nova de Foz Côa	P	143 824	39 909	66 315	39 831	41 680	55 937	44 356	41 699	23 596	6 072	30 738
20	Penamacor	P	321 519	294 528	282 100	329 184	287 452	245 867	234 946	236 098	206 624	209 410	32 418
21	Penedono	P	17 848	15 888	12 357	16 246	14 298	15 477	13 059	10 336	5 349	16 825	32 620
22	Crato	P	22 858	16 613	18 488	14 544	13 877	24 289	37 029	22 890	24 126	15 160	33 820
23	Vimioso	P	21 220	19 565	22 911	24 364	28 297	38 258	41 544	35 309	32 902	28 654	35 208
24	Castelo de Vide	P	46 222	39 930	27 324	38 997	31 763	34 289	21 532	27 107	20 222	27 628	35 449
25	Fronteira	P	10 736	16 516	14 838	26 664	10 631	22 639	7 080	9 342	23 246	37 426	35 625
26	Manteigas	P	35 689	23 089	21 009	43 361	12 587	19 301	49 709	40 211	43 140	27 213	36 126
27	Pedrógão Grande	P	38 140	33 370	19 531	43 168	44 035	31 877	35 749	40 126	32 321	34 056	36 581
28	Góis	P	249 152	262 118	252 154	255 448	315 550	329 439	329 283	337 883	95 230	27 893	36 767
29	Torre de Moncorvo	P	97 207	86 006	105 612	78 349	65 599	76 920	75 744	66 546	45 227	73 557	39 023
30	Marvão	P	21 771	6 958	6 612	6 394	19 004	27 487	22 429	62 665	18 568	29 270	40 529
31	Alter do Chão	P	21 077	19 667	22 257	28 081	26 909	33 204	27 393	29 281	35 090	35 898	40 781
32	Nordeste	P	42 098	19 438	16 107	13 822	23 085	34 658	50 007	36 559	23 538	25 372	40 833
33	Alvito	P	16 298	12 416	19 047	12 060	13 757	16 690	69 926	81 675	30 491	45 467	41 082
34	Paredes de Coura	P	131 035	34 188	26 414	28 292	31 592	31 033	33 921	33 845	30 400	23 559	41 307
35	Tabuaço	P	36 970	47 578	51 081	53 090	83 088	58 462	42 065	58 626	40 546	43 819	42 287

Pela análise das respetivas contas, verificou-se que apenas alguns municípios portugueses implementaram a **Taxa Municipal Turística de Dormidas**[27]. Esta taxa foi criada ao abrigo do artigo 20º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro[28] e em conformidade com a Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais.

Em 2022, 11 municípios[29] cobraram taxa municipal turística. O quadro 2.28 demonstra o impacto desta taxa no total das taxas cobradas nesse ano, e no total da receita, representando no primeiro caso, em média, 30,8% e no segundo caso, em média, 2,4%.

Anota-se o peso significativo que a Taxa Municipal Turística tem no valor global das Taxas, multas e outras penalidades cobradas em alguns destes municípios nomeadamente em Óbidos (49,3%), Porto (43,4%), Lisboa (38,4%), Faro (34,1%) e Vila Real de Santo António (30,7%).

Quadro 2.28 – Impacto da Taxa Municipal Turística nas receitas cobradas em 2022

Unidade: euros

Município	Distrito	Dim.	Taxa municipal turística (a)	Taxas, Multas e outras penalidades (b)	Peso (a) / (b)	Receita Total cobrada (c)	Peso (a) / (c)
Óbidos	Leiria	P	230 680	468 061	**49,3%**	23 122 333	1,0%
Porto	Porto	G	14 894 033	34 316 199	**43,4%**	268 711 476	5,5%
Lisboa	Lisboa	G	33 062 221	86 064 392	**38,4%**	944 470 135	3,5%
Faro	Faro	M	1 002 647	2 939 037	**34,1%**	62 416 015	1,6%
Vila Real de Santo António	Faro	P	906 503	2 956 431	**30,7%**	39 580 568	2,3%
Vila Nova de Gaia	Porto	G	1 457 919	5 651 823	**25,8%**	201 095 896	0,7%
Santa Cruz	Madeira	M	539 414	2 987 170	**18,1%**	27 744 106	1,9%
Cascais	Lisboa	G	2 749 848	18 084 148	**15,2%**	290 783 343	0,9%
Mafra	Lisboa	M	857 820	9 296 561	**9,2%**	92 180 017	0,9%
Braga	Braga	G	458 434	7 612 737	**6,0%**	131 035 020	0,3%
Sintra	Lisboa	G	258 357	12 829 767	**2,0%**	240 041 502	0,1%
Total			**56 417 876**	**183 206 326**	**30,8%**	**2 321 180 411**	**2,4%**

Lisboa foi o município que arrecadou maior receita de Taxa municipal turística ao faturar 33,1 milhão de euros, isto é 58,6% do total arrecadado pelos onze municípios cobradores desta taxa. Seguiu-se Porto com cerca de 14,9 milhões de euros, 26,4% do total arrecadado desta taxa. Juntos, Porto e Lisboa receberam 85% do total cobrado da taxa municipal turística.

---

[27] A Taxa Municipal Turística é devida pelas dormidas remuneradas em empreendimentos turísticos e estabelecimentos de Alojamento Local, localizados em alguns municípios. Esta taxa incide sobre hóspedes, com idade superior a 13 anos, e é calculada por pessoa e por dormida, até um máximo de 7 noites seguidas, independentemente da modalidade de reserva (presencial, analógica ou digital). O valor unitário varia, e pode ser consultado nos regulamentos de cada município.

[28] Artigo 20.º, Lei 73/2023: Taxas dos municípios

1 – Os municípios podem criar taxas nos termos do regime geral das taxas das autarquias locais.

2 – A criação de taxas pelos municípios está subordinada aos princípios da equivalência jurídica, da justa repartição dos encargos públicos e da publicidade, incidindo sobre utilidades prestadas aos particulares, geradas pela atividade dos municípios ou resultantes do benefício económico decorrente da realização de investimentos municipais.

[29] A partir de 2023, começaram também a cobrar Taxa turística os municípios de Coimbra, Figueira da Foz e Póvoa de Varzim.

2.2.2.5. Receita cobrada da Venda de Bens Duradouros e da Venda de Bens e Serviços correntes

Outra receita autárquica com significado no total cobrado pelos municípios é a que resulta do conjunto da venda de bens e serviços correntes[30] e da venda de bens duradouros. Logo a seguir às transferências e às receitas fiscais, estas duas categorias de receita autárquica constituem, em conjunto, o montante arrecadado com maior significado, apresentando um valor bastante superior ao dos passivos financeiros.

Em 2022 (Quadro 2.08) o valor conjunto destas duas rubricas orçamentais cresceu 13,3% e passou a representar 9,2% da receita total, como resultado da Venda de bens e serviços correntes no valor de 944,1 milhões de euros (+16,4%) e da Venda de bens duradouros (ativos fixos) em cerca de 57,5 milhões de euros (-21,6%).

Enquanto o volume da venda de bens e serviços correntes apresentou um crescimento contínuo desde 2013 até ano económico em apreço, com um interregno em 2020, ano em que baixou (-17,5%), o produto da venda de bens de capital foi variando ao longo dos últimos onze anos, tendo registado um elevado montante em 2019 e baixado drasticamente em 2020 (-244,6 milhões de euros, -78,5%), retomando o crescimento em 2021, mas com descida em 2022 (-15,8 milhões de euros) como já referido.

Em 2022, 65 Municípios não apresentaram qualquer valor de receita proveniente da Venda de Bens Duradouros.

Venda de bens duradouros

O *Ranking* R18 apresenta os municípios com maior volume de receita proveniente da venda de bens de capital, que compreendem a venda de terrenos, habitações, edifícios e outros bens tais como equipamentos de transportes, maquinarias e equipamentos. Recorde-se que **o valor arrecadado em 2022, pelo universo dos municípios, foi de 57,5 milhões de euros.**

[30] Anota-se que, estando esta análise centrada nos municípios e, por isso, na produção de bens e serviços realizados pelos serviços municipais, não se reflete nesta estrutura da receita o valor da produção e venda de bens e serviços realizados pelas estruturas municipais desconcentradas, isto é, pelo sector empresarial local ou serviços municipalizados.

R18 – Municípios com maior volume da receita cobrada na venda de bens duradouros em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M .22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Lisboa	G	28 991 270	14 823 787	46 283 250	72 717 796	22 855 069	45 553 521	44 396 753	261 566 650	2 996 496	5 031 549	8 201 908
2	Olhão	M	0	56 400	0	0	0	213	1 524 500	57 240	3 502 000	531 200	3 268 000
3	Sta Maria Feira	G	363 600	426 907	700 802	697 356	617 193	747 386	120 097	262 165	302 679	733 663	2 643 299
4	Cascais	G	631 913	727 115	291 200	460 855	403 965	7 845 189	7 208 941	1 726 149	1 710 304	1 942 073	2 428 488
5	Felgueiras	M	0	0	0	13 210	57 600	615	0	0	1 600 000	0	2 391 065
6	Mafra	M	36 973	1 700	806 101	2 100	1 112 376	5 377	650 000	980 000	1 422 111	380 786	2 225 100
7	Estarreja	M	24 195	45 909	337 070	152 284	2 243 622	1 034 716	1 085 845	661 226	5 526	0	2 008 099
8	Sintra	G	167 959	492 418	373 275	571 273	506 047	1 561 851	805 109	3 863 458	415 688	1 413 214	1 842 639
9	Esposende	M	133 980	15 092	15 615	19 084	22 950	40 043	36 571	20 695	19 754	230 937	1 632 102
10	Albergaria-a-Velha	M	0	0	53 000	0	28 025	3 228	0	104 800	257 600	161 600	1 447 597
11	Covilhã	M	58 596	160 000	546 730	146 818	170	36 810	163 278	643 410	475 939	490 343	1 143 962
12	Faro	M	139 424	24 899	0	1 714 367	45 887	0	20 240	34 070	591 348	484 133	993 702
13	Grândola	P	298 686	73 406	208 672	349 956	175 090	992 990	529 579	226 542	373 017	263 491	969 418
14	Sines	P	3 356 852	525 520	376 757	1 464 320	162 950	1 148 724	1 559 000	1 502 120	4 872 141	7 315 273	969 283
15	Condeixa-a-Nova	P	0	30	3 795	59	3 995	14 400	197 481	264 733	54 693	292 580	967 227
16	Castelo Branco	M	803 701	580 752	146 218	233 741	22 944	1 578 017	381 407	952 698	69 344	955 139	899 894
17	Porto	G	2 083 564	11 609 308	9 009 247	4 172 605	4 164 103	5 778 784	5 322 546	8 764 807	5 608 204	731 358	871 761
18	Batalha	P	0	0	124 033	166 548	166 499	355 312	381	14 200	0	107	851 370
19	Vila Conde	M	66 546	1 795 689	2 810	19 738	120 149	767 553	0	42 536	19 660	1 188 675	666 875
20	Paredes	M	32 098	0	5 662	5 838	126 337	248 556	8 130	2 913	30 000	1 304 637	570 898
21	Beja	M	1 474 247	113 540	22 485	41 058	26 992	35 756	157 662	518 897	358 076	245 140	549 052
22	Viana Castelo	M	1 978 681	1 013 498	309 885	247 030	1 943 847	4 784 148	931 164	210 152	545 022	746 715	531 941
23	Fafe	M	31 280	22 313	930 159	2 089 000	0	4 000	30 500	384 508	158 600	6 694	472 597
24	Alpiarça	P	26 352	0	23 150	5 264	31 750	2 750	108 688	24 726	8 741	95 654	448 084
25	V. Nova Famalicão	G	61 460	29 000	51 002	63 851	673 840	322 625	241 627	535 030	230 430	428 609	419 216
26	Murtosa	P	3 415	13 281	3 948	19 264	36 325	8 378	92 651	8 199	25 332	23 814	413 171
27	Cantanhede	M	579 375	192 118	66 336	96 000	313 378	494 769	1 744 747	982 392	90 547	997 185	393 907
28	Câmara de Lobos	M	4 071	39 145	6 482	14 303	19 478	850	1 940	0	5 020	14 500	370 720
29	Vale de Cambra	M	306 844	48 558	755 199	77 318	166 950	241 789	165 784	278 468	273 894	33 864	368 390
30	Palmela	M	4 175	187 709	0	0	0	26 522	35 267	14 147	17 147	14 900	363 700
31	Vila Nova Cerveira	P	40 000	0	12 900	38 339	4 510	43 000	1 230	45 720	4 185	7 500	362 600
32	Povoação	P	1 460	447 950	173 175	182 400	183 845	5 650	1 485	1 620	1 215	6 110	351 485
33	São João Madeira	M	208 836	91 808	4 613	72 910	1 421 718	790 453	372 885	170 975	77 025	276 215	331 692
34	Oliveira de Frades	P	91 180	232 896	0	378 205	0	44 210	48 680	95 437	85 039	90 579	325 646
35	Arouca	M	1 510 956	463 524	519 204	81 270	129 516	167 701	114 698	111 756	46 152	12 550	317 020

Da observação do *Ranking* R18, reportado a 2022, pode-se inferir:

- Um número significativo de municípios deste ranking apresentou um crescimento extraordinário do produto da venda de bens de capital, tendo onze deles apresentado um aumento superior a 500% e dois municípios (Felgueiras e Estarreja) apresentado valores relevantes de venda de bens Duradouros, quando em 2021 não tinham apresentado qualquer valor nesta rubrica orçamental;
- **Lisboa** que apresentou em 2020 e 2021[31], em venda de bens de investimento, receitas extraordinariamente baixas[32] em relação ao registado em anos anteriores, melhorou a sua performance nesta rubrica económica em 2022 em 63,0%, estando, no entanto, ainda muito longe da receita arrecadada nos anos normais anteriores a 2019[33]. Face a esta situação Lisboa, que se tem situado na primeira posição desta listagem até 2019, passou em 2020 para a sexto lugar e em 2021 para quarta posição, sendo que em **2022 voltou a assumir a liderança deste ranking;**
- Em segunda e terceira posição, na lista dos municípios com maior volume arrecadado na venda de bens de investimento, mas bastante abaixo do valor cobrado por Lisboa, apontam-se os municípios de Olhão e Santa Maria da Feira, respetivamente, com o crescimento extraordinário desta receita em 512,1% (+2,7 milhões de euros) e +260,3% (+1,9 milhões de euros);
- São onze os municípios assinalados neste ranking, que apresentaram uma receita de venda de bens de investimento superior a 1 milhão de euros, sendo de assinalar dois municípios, Felgueiras[34] e Estarreja, que não tinham apresentado no ano anterior de 2021, qualquer receita desta ordem;
- Oito dos municípios deste ranking apresentaram taxas de crescimento superior a 1000%;
- Resta referir o decréscimo extraordinário desta receita, apresentado por Sines (-86,7%, -6,3 milhões de euros), Cantanhede (-60,5%, -603 milhares de euros), Paredes (-56,2%, -733,7 milhares de euros) e Vila do Conde (-43,9%, -521 milhares de euros).

Os Rankings R18.A e R18.M apresentam o volume de receitas provenientes da venda de bens de capital pelos municípios dos Açores e da Madeira.

[31] Pese embora uma melhoria de performance neste ano em +67,9%.

[32] Em 2020 Lisboa apresentou uma variação negativa de receita da venda de bens duradouros em -258,6 milhões de euros.

[33] Em 2019, Lisboa apresentou uma receita extraordinária nesta rubrica orçamental de + 200 milhões de euros.

[34] Felgueiras não apresentava receita proveniente da venda de bens duradouros desde 2018.

R18.A – Volume da receita cobrada na venda de bens duradouros, em 2022, pelos municípios dos Açores

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Povoação	P	1 460	447 950	173 175	182 400	183 845	5 650	1 485	1 620	1 215	6 110	351 485
2	Angra do Heroísmo	M	100 955	56 595	120 295	0	114 459	61 023	453 905	600	2 211	115 955	202 761
3	Praia da Vitória	P	240 116	1 027 400	585 601	211 301	297 501	252 500	391 502	21 900	70 378	57 987	116 958
4	Vila Franca do Campo	P	963 846	69 793	50 000	0	0	49 920	159 832	5 305	0	29 000	68 000
5	Ribeira Grande	M	38 682	38 201	18 875	50 080	58 096	479 763	35 885	19 456	39 224	65 064	45 166
6	Lagoa (R.A.A)	P	11 584	34 602	6 120	68 770	28	33	53 733	9 185	40	0	41 113
7	Velas	P	70 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35 000
8	Lajes do Pico	P	0	0	5 688	182 113	9 450	0	0	1 500	150 000	202 610	24 440
9	Horta	P	9 733	10 011	6 035	375	1 912	17 044	17 397	21 003	22 883	137 732	20 903
10	Madalena	P	5 481	351 896	34 574	20 246	59 847	175 824	81 711	57 965	16 002	9 958	17 311
11	São Roque do Pico	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27 600	11 600
12	Ponta Delgada	M	5 465	3 478	3 731	3 877	8 162	8 287	5 687	137 686	6 208	5 724	6 987
13	Calheta (R.A.A.)	P	2 275	1 908	5 738	3 505	3 707	3 105	2 301	2 566	17 725	1 425	6 712
14	Santa Cruz das Flores	P	0	0	12 700	0	0	0	0	97 840	0	0	782
15	Corvo	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
16	Lajes das Flores	P	42 500	109 500	261 111	0	0	5 000	83 653	0	0	40 000	0
17	Nordeste	P	41	14 995	0	0	47 500	0	1 758	8 148	0	0	0
18	Sta. Cruz da Graciosa	P	0	4 593	0	0	0	0	0	0	0	944	0
19	Vila do Porto	P	6 960	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

R18.M – Volume da receita cobrada na venda de bens duradouros em 2022 pelos municípios da Madeira

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M.22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Câmara de Lobos	M	4 071	39 145	6 482	14 303	19 478	850	1 940	0	5 020	14 500	370 720
2	Machico	P	0	0	0	0	0	25 250	0	0	0	0	60 718
3	Funchal	G	52 677	0	29 257	0	87 853	9 100	0	0	0	0	47 809
4	Santana	P	3 500	0	3 500	0	3 550	3 500	0	0	0	0	10 500
5	Calheta (R.A.M.)	P	0	129 837	0	0	0	31 829	0	0	4 695	500	2 250
6	Ponta do Sol	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	Porto Moniz	P	0	0	0	605	1 815	0	0	0	0	0	0
8	Porto Santo	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	Ribeira Brava	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	Santa Cruz	M	56 480	1 650	6 128	0	0	0	5 224	0	31 645	28 395	0
11	São Vicente	P	0	0	0	0	0	0	140 951	0	0	0	0

- Relativamente à receita de **venda de bens de capital** obtida pelos municípios açorianos, anota-se que cinco municípios não apresentaram movimento nesta rubrica, sendo que os restantes catorzes, apresentam valores muito pouco significativos. Anota-se, contudo, o acréscimo de receita apresentado pelos municípios de: Povoação (+5652,6%, +249,1 milhares de euros), Angra do Heroísmo (+74%, +86,8 milhares de euros), Praia da Vitória (+101,7%, +58,9 milhares de euros) e Vila Franca do Campo (+134,5%, +39,0 milhares de euros). Ainda em relação aos municípios açorianos, releva-se o facto de três municípios que não tinham faturado qualquer receita deste tipo em 2021, apresentarem receita de venda de bens duradouros em 2022, pese embora com valores pouco significativos. A saber: Lagoa, Velas e Santa Cruz das Flores;
- **O valor total registado na Região dos Açores resultante da Venda de Bens Duradouros foi de 949,2 milhares de euros e apresentou uma taxa de crescimento de +35,6% em comparação com o registado no ano anterior;**
- Em relação aos **municípios madeirenses**, é de referir o facto de só cinco dos municípios terem apresentado produto da venda de bens de investimento, sendo que três deles (Machico, Funchal e Santana) não apresentavam valores desta receita desde 2017. Apesar do baixo valor recebido nesta rubrica orçamental pelos municípios madeirenses, anota-se que ao totalizarem para a Região cerca de 492 milhares de euros, apresentaram uma taxa de crescimento global desta receita de 1 033,8%, sendo, ainda, de relevar a cobrança registada por Câmara de Lobos em +2 456,7% ao assinalar o resultado de 370,7 milhares de euros.

Venda de bens e serviços correntes

Dada a relevância do produto da **venda de bens e serviços correntes** na receita total dos municípios, nomeadamente nos municípios de maior dimensão, apresenta-se o Ranking R19 correspondente aos 35 municípios com maior volume obtido nesta rubrica económica da receita.

R19 – Municípios com maior volume de receita de venda de bens e serviços correntes em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Lisboa	G	64 884 084	72 154 233	67 549 839	94 908 941	96 170 229	122 297 286	124 687 948	119 855 437	100 413 207	92 401 149	112 447 204
2	Seixal	G	12 390 255	13 916 496	13 311 877	13 554 636	22 397 825	23 608 310	22 754 123	25 086 427	23 000 981	15 127 018	24 049 831
3	Funchal	G	21 001 897	28 187 740	21 716 840	21 437 133	22 640 215	21 164 157	23 617 192	23 283 648	18 262 393	19 994 783	23 032 259
4	Albufeira	M	20 943 223	21 909 808	20 671 700	23 171 433	25 865 381	25 223 853	22 967 131	22 332 066	18 145 208	19 411 966	21 968 537
5	V. Nova Famalicão	G	13 716 357	13 988 938	14 172 420	15 092 562	14 085 451	15 493 901	16 472 720	16 455 749	17 110 913	17 034 753	18 894 296
6	Cascais	G	7 719 474	7 441 429	6 606 002	6 583 861	7 365 286	7 653 504	20 353 619	21 897 707	20 364 610	18 531 623	17 748 577
7	Loulé	M	7 110 994	7 221 472	7 359 037	7 736 638	11 156 925	14 417 332	14 310 617	15 764 745	13 889 454	15 093 417	17 310 779
8	Oeiras	G	15 339 804	13 938 599	14 374 156	14 575 963	17 200 713	17 729 303	13 489 071	20 417 908	13 717 553	14 813 551	14 996 279
9	Póvoa Varzim	M	12 741 512	12 011 615	11 935 784	12 486 663	13 676 385	13 121 371	13 095 222	13 188 668	12 878 549	13 306 564	14 337 854
10	Sesimbra	M	11 031 933	11 185 730	11 274 596	11 609 796	12 361 395	13 128 070	12 909 205	14 212 797	13 131 878	13 300 082	14 044 646
11	Lagoa (Algarve)	M	7 602 699	8 960 205	9 200 515	9 760 750	10 426 963	11 274 212	11 711 765	13 201 360	10 037 770	12 075 349	13 825 453
12	Gondomar	G	7 485 212	7 188 311	7 858 792	11 246 614	8 782 839	9 240 019	9 800 095	10 374 269	10 261 432	10 629 990	12 789 762
13	Palmela	M	7 872 853	8 355 813	8 859 968	9 377 913	9 582 489	9 934 166	10 387 909	10 288 682	10 105 676	11 046 525	11 382 858
14	Matosinhos	G	6 757 704	5 621 323	6 803 593	8 139 939	9 242 792	9 359 770	10 386 066	10 861 745	10 373 774	10 785 820	11 320 456
15	Vila Franca Xira	G	10 264 975	11 622 431	10 767 627	10 992 089	10 151 785	9 287 697	8 288 461	10 656 118	8 142 103	8 805 142	10 377 884
16	Lagos	M	11 518 079	10 677 114	11 011 573	11 069 067	11 890 102	12 013 099	10 605 670	11 480 468	8 732 916	8 972 094	10 197 935
17	Almada	G	9 757 841	10 807 033	10 931 500	11 550 164	11 927 734	10 024 626	13 604 970	13 416 803	6 434 440	9 848 471	9 940 601
18	Guarda	M	3 608 834	3 892 484	4 108 969	4 515 425	4 742 338	4 665 069	8 821 036	9 335 937	8 582 035	8 801 843	9 753 995
19	Porto	G	19 117 370	15 469 387	15 111 871	14 981 743	16 142 891	17 684 244	7 163 199	6 969 301	5 425 810	7 401 753	9 074 083
20	Barreiro	M	7 771 280	7 739 718	9 126 837	8 769 509	8 888 373	9 017 848	8 988 446	9 326 737	8 888 392	8 894 283	8 872 804
21	Setúbal	G	5 184 678	4 295 061	5 728 718	6 221 097	7 313 153	8 161 918	8 913 328	8 964 239	8 657 384	7 709 705	8 745 022
22	Amadora	G	9 598 701	9 026 797	9 886 840	8 136 746	7 310 709	7 937 912	7 185 683	9 081 493	8 034 668	8 688 847	8 507 438
23	Leiria	G	2 728 993	3 696 980	4 583 713	4 685 172	6 195 085	5 882 400	7 230 353	7 248 468	5 188 750	6 094 917	8 298 998
24	Évora	M	6 586 701	5 886 493	7 032 966	6 164 654	8 506 332	8 641 786	9 284 068	7 472 186	6 622 153	7 239 858	7 803 596
25	Aveiro	M	1 818 019	1 307 721	4 255 588	6 570 802	6 108 101	5 806 218	5 793 179	8 048 889	4 815 018	6 442 403	7 584 863
26	Moita	M	7 140 707	7 028 534	7 003 716	7 001 601	7 041 660	6 988 878	7 036 533	7 032 585	6 406 761	6 791 029	7 561 038
27	Sintra	G	1 730 516	1 774 004	3 280 192	4 631 449	5 783 769	6 163 832	6 473 556	6 706 303	3 586 326	4 616 740	7 486 940
28	Angra Heroísmo	M	402 423	701 670	808 617	603 247	628 235	588 071	552 546	753 482	3 745 781	6 901 352	7 208 545
29	Silves	M	4 327 326	4 471 234	4 294 701	4 884 493	4 662 785	4 919 045	5 108 859	6 739 584	6 440 694	6 537 030	7 175 887
30	Mafra	M	9 343 217	8 149 230	8 558 962	8 631 369	9 558 717	9 173 329	9 435 272	7 363 810	3 933 516	5 036 065	7 085 064
31	Marinha Grande	M	6 031 603	6 150 692	6 052 802	6 418 735	6 573 420	6 902 188	6 721 217	6 777 894	6 024 366	6 510 873	7 068 746
32	Vila Conde	M	6 731 650	6 406 489	6 180 974	5 696 355	7 106 531	6 775 362	7 097 852	7 052 370	6 319 941	6 528 495	6 891 308
33	Espinho	M	4 292 232	4 493 215	4 301 719	4 667 023	4 707 426	4 651 705	4 644 676	4 789 064	4 322 989	6 049 481	6 644 408
34	Lourinhã	M	4 462 677	4 301 546	4 397 636	4 719 661	4 788 890	4 894 502	5 172 155	5 775 169	5 571 995	5 362 838	6 636 674
35	Pombal	M	5 872 546	5 716 432	5 835 122	6 212 163	6 290 672	6 208 431	6 132 259	6 088 660	4 979 488	6 458 941	6 406 485

Da observação do Ranking R19 infere-se em relação ao ano económico de 2022:

- Tal como tem acontecido nas restantes rúbricas orçamentais da receita, Lisboa destaca-se dos restantes municípios pelo volume de receita apresentada. O produto da venda de bens e serviços correntes do município de Lisboa, no montante de 112,4 milhões de euros representou, em 2022, 11,9% do total das receitas da venda de bens e serviços correntes efetuadas pelo conjunto de municípios, apresentando, um acréscimo de produto de 21,7% (+20,0 milhões de euros). Nesta listagem dos 35 municípios com maior volume de venda de bens e serviços correntes, a amplitude de valores registados é considerável uma vez que, o último desta lista (Pombal), arrecadou apenas 6,4 milhões de euros;
- O segundo município desta lista – Seixal – registou apenas 21,4% do produto obtido por Lisboa ao apurar 24,0 milhões de euros em 2022, tendo já ocupado esta mesma posição no biénio 2019/2020. Mais se verifica que esta receita deste município, cresceu neste ano 59% (+8,9 milhões de euros);
- Face aos valores apurados conclui-se que 304 municípios apresentam uma receita em venda de bens e serviços correntes, de montante inferior a 20 milhões de euros, sendo que 292 municípios apresentaram um resultado para esta receita, inferior a 10 milhões de euros;
- Constata-se, ainda, que desta listagem de municípios, apenas quatro apresentaram descida de valor nesta rubrica orçamental (Cascais -4%, Amadora -2,1%, Pombal -0,8% e Barreiro -0,2%);
- Com um crescimento da receita proveniente da venda de bens e serviços correntes, superior a 30%, aparecem, nesta listagem, para além do Seixal suprarreferido, outros três municípios: Sintra (+62,2%, +2,9 milhões de euros), Mafra (+40,7%, +2,0 milhões de euros) e Leiria (+36,2%, +2,2 milhões de euros).

O Ranking R19.A apresentado abaixo é homólogo ao ranking R19, mas relativo ao montante da venda de bens e serviços correntes de todos os municípios da Região dos Açores.

R19.A – Volume de receita da venda de bens e serviços correntes em 2022 pelos municípios dos Açores

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Angra do Heroísmo	M	402 423	701 670	808 617	603 247	628 235	588 071	552 546	753 482	3 745 781	6 901 352	7 208 545
2	Ribeira Grande	M	3 298 883	3 501 243	3 666 319	4 064 648	4 260 983	4 128 632	3 970 883	4 437 048	3 846 892	4 321 921	4 603 051
3	Ponta Delgada	M	2 803 093	2 664 195	2 662 589	2 671 408	3 290 393	3 342 197	3 444 247	3 511 720	2 464 022	3 120 554	3 744 453
4	Lagoa (R.A.A)	P	1 731 002	1 764 465	2 262 900	2 438 150	2 416 697	2 482 460	2 518 727	2 427 775	2 117 896	2 194 020	2 633 773
5	Horta	P	1 371 815	1 433 205	1 284 525	1 440 115	1 581 311	1 561 015	1 605 275	1 370 301	1 346 925	1 201 054	1 498 173
6	Vila Franca do Campo	P	1 178 319	1 176 742	1 223 459	1 246 091	1 191 194	1 189 606	1 243 667	1 279 324	1 142 439	1 140 878	1 419 984
7	Povoação	P	528 540	534 787	522 483	677 424	666 768	678 972	943 142	1 005 599	588 460	764 544	1 040 505
8	Vila do Porto	P	377 174	365 310	436 836	445 767	460 522	494 851	583 734	738 776	907 295	1 013 203	1 017 840
9	Lajes do Pico	P	490 608	501 650	494 279	557 780	545 660	553 592	576 063	632 382	636 199	1 010 828	839 420
10	Velas	P	424 782	413 984	601 280	646 704	755 673	826 061	774 060	827 053	652 469	630 233	730 414
11	Madalena	P	578 324	597 470	619 586	645 025	750 639	756 794	699 355	742 716	594 553	622 072	705 205
12	São Roque do Pico	P	384 604	383 085	385 199	391 143	408 061	403 717	429 911	414 781	383 807	428 156	463 400
13	Calheta (R.A.A.)	P	309 525	327 476	399 667	398 076	394 979	408 238	392 409	390 101	356 711	394 973	437 055
14	Santa Cruz da Graciosa	P	303 211	358 689	301 300	301 027	329 003	302 700	367 901	387 437	328 512	314 421	349 199
15	Praia da Vitória	P	182 425	207 372	213 064	232 996	218 602	353 527	322 828	262 442	180 651	253 298	303 577
16	Nordeste	P	12 906	31 152	28 580	31 878	42 066	33 717	46 210	59 314	61 245	43 483	73 787
17	Lajes das Flores	P	122 587	64 658	151 841	66 000	39 874	51 122	41 819	43 598	33 142	39 649	53 236
18	Santa Cruz das Flores	P	33 373	22 172	19 466	22 419	19 841	25 840	27 736	30 167	29 059	27 363	25 564
19	Corvo	P	13 513	12 854	14 593	15 697	15 987	15 803	15 513	19 500	5 782	4 284	7 918

Da observação da lista antecedente, R19.A, constata-se que:

- Três municípios açorianos, Ribeira Grande, Ponta Delgada e Lagoa (R.A.A), têm obtido um resultado relevante com a venda de bens e serviços correntes desde 2012. Em 2020 entrou para este grupo, o município de Angra de Heroísmo ao arrecadar 3,7 milhões de euros (+397%, +3 milhões de euros). Este município em 2021 apresentou um crescimento extraordinário de 84,2% (+3,2 milhões de euros), passando a encabeçar este ranking, posição que manteve em 2022 ao registar a receita de 7,2 milhões de euros (+4,5%, +307,2 milhares de euros);
- Anota-se o crescimento relevante desta receita em cinco municípios: Ponta Delgada (+20%, +623,9 milhares de euros), Lagoa (+20%, +439,8 milhares de euros), Horta (+24,7%, +297 milhares de euros), Vila Franca do Campo (+24,5%, +279 milhares de euros) e Povoação (+36,1%, +276 milhares de euros);
- O último município desta listagem, o município do Corvo apesar da exígua receita que aufere, apresentou em 2022 um acréscimo da mesma, na ordem dos +84,8% ao arrecadar 7,9 milhares de euros;
- No global a Região dos Açores cobrou em Venda de bens e serviços, em 2022, cerca de 27,2 milhões de euros, +11,2% (+2,7 milhões de euros) que no ano anterior.

O *Ranking* R19.M, homólogo ao anterior, respeita ao montante da venda de bens e serviços correntes de todos os municípios da Região da Madeira.

R19.M – Volume de receita da venda de bens e serviços corrente em 2022 pelos municípios da Madeira

Unidade: euros

Município		Dim	Mandato 10-13		Mandato 14-17				Mandato 18-21				M. 22-25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Funchal	G	21 001 897	28 187 740	21 716 840	21 437 133	22 640 215	21 164 157	23 617 192	23 283 648	18 262 393	19 994 783	23 032 259
2	Santa Cruz	M	4 335 031	3 798 873	4 083 309	4 326 336	4 172 663	4 397 295	4 310 385	4 371 199	3 877 932	3 925 902	4 525 266
3	Porto Moniz	P	451 344	432 740	668 724	682 602	762 729	712 406	807 367	959 396	352 716	720 080	1 568 767
4	Calheta (R.A.M.)	P	767 146	1 118 179	1 178 218	1 220 189	1 266 020	1 316 392	1 338 226	1 372 380	1 071 615	1 117 789	1 554 955
5	Ponta do Sol	P	636 882	625 414	656 387	712 815	704 622	725 204	711 352	736 502	661 836	712 529	838 446
6	Machico	P	635 210	294 463	201 144	552 531	642 025	699 359	723 238	679 473	375 321	466 062	819 370
7	Ribeira Brava	P	404 542	402 346	466 868	491 789	457 980	437 408	498 780	510 530	340 085	465 618	516 444
8	Câmara de Lobos	M	438 799	499 521	508 534	444 380	409 780	415 087	411 067	517 378	460 765	409 425	453 438
9	São Vicente	P	232 461	265 967	253 159	246 873	269 430	256 961	300 041	335 120	191 688	278 977	337 498
10	Santana	P	64 423	45 964	153 251	53 474	53 939	50 493	53 138	48 827	71 743	83 495	80 222
11	Porto Santo	P	80 887	2 166 246	150 462	127 999	159 096	142 571	84 785	61 684	43 357	117 650	68 648

- Da observação do Ranking R19.M, observa-se uma considerável distância que separa o município do Funchal dos restantes municípios madeirenses, no que respeita ao resultado da venda de bens e serviços correntes. A receita do município de Funchal, em termos de volume apresentou-se, em 2022, como a terceira maior a nível nacional e demonstrou uma taxa de crescimento de 15,2% (+3,0 milhões de euros) ao registar a receita de 23,0 milhões de euros;
- Na globalidade a Região da Madeira registou em Venda de bens e serviços o montante de 33,8 milhões de euros e uma taxa de crescimento de 19,5% (+5,5milhões de euros);
- Assinala-se, ainda, a receita obtida pelo município de Santa Cruz, que ao crescer 15,3% totalizou 4,5 milhões de euros, retomando os níveis superiores aos 4 milhões de euros registados desde 2012, interrompidos no biénio 2020 /2021. O município Porto Moniz apresenta um relevante nível de receita de bens e serviços correntes ao faturar 1,6 milhões de euros em 2022 resultante de um acréscimo de receita de 117,9%. De apontar também o aumento acentuado de receita apresentado pelos municípios de: Calheta (+39,1%) e Machico (+75,8%).

2.2.2.5. Receita cobrada de Passivos Financeiros (Empréstimos Obtidos)

Relativamente a outra componente da receita autárquica denominada por **passivos financeiros**[35], que durante um largo período de anos apresentou elevado peso nas receitas totais das autarquias portuguesas, apenas se apresentam, nesta secção, breves referências uma vez que será um tema a explorar na análise do endividamento no Capítulo 3 deste Anuário.

O volume de passivos financeiros contraídos em 2022 representou apenas 3,3% da receita total cobrada pelo conjunto dos 308 municípios, tendo baixado de importância, isto é, de peso na recita total neste ano económico, em -0,7 pp face a 2021.

Assim, em 2022, considerando a totalidade dos municípios, **o volume de passivos financeiros (recurso a empréstimos financeiros) atingiu o montante de 353,9 milhões de euros, baixando 39,3 milhões de euros (-10,0%) relativamente a 2021.** Deste volume de passivos financeiros, apenas 203,6 milhares de euros se reportaram, em 2022, à utilização de financiamentos ao abrigo do programa Fundo de Apoio Municipal (FAM)[36].

No Quadro 2.29 apresentam-se os três municípios que utilizaram empréstimos ao abrigo do FAM em 2021, de entre os treze beneficiários deste Fundo.

[35] Resultante da contratualização de empréstimos bancários e outros financiamentos obtidos, tanto de médio e longo prazo, como de curto prazo.

[36] O FAM, instituído pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, tem por objeto a recuperação financeira dos municípios que se encontrem em situação de rutura financeira nos termos previstos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), bem como a prevenção de situações de rutura financeira, traduzindo-se na adoção de mecanismos de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e de assistência técnica.

Quadro 2.29 – Municípios que em 2022 utilizaram empréstimos ao abrigo do programa FAM

Unidade: euros

	Município	Dim.	Fundo de Apoio Municipal (FAM)										
			Total Contratual.	Utilizado	Amortização 2022	Dívida final 2022	Recebido em 2016	Recebido em 2017	Recebido em 2018	Recebido em 2019	Recebido em 2020	Recebido em 2021	Recebido em 2022
1	Portimão	M	137 361 827	**118 149 857**	14 044 385	91 929 643	33 234 497	84 915 360	0	0	0	0	0
2	Aveiro	M	85 511 149	**78 161 188**	4 010 694	56 149 722	0	64 515 171	13 646 016	0	0	0	0
3	Cartaxo	M	52 035 855	**51 465 430**	1 598 009	48 351 212	0	49 082 856	2 370 574	12 000	0	0	0
4	Fundão	M	66 017 852	**46 064 445**	1 291 302	42 786 737	0	0	31 816 596	14 247 849	0	0	0
5	Vila Franca do Campo	P	34 126 638	**33 138 515**	1 144 659	31 550 198	0	0	0	19 231 372	12 607 143	1 300 000	0
6	Paços de Ferreira	M	35 122 915	**32 272 915**	2 024 287	29 352 158	0	18 022 915	14 250 000	0	0	0	0
7	Nazaré	P	35 242 012	**30 958 306**	1 166 846	28 836 319	0	0	0	29 108 306	0	1 850 000	0
8	Fornos de Algodres	P	32 620 057	**28 705 594**	706 599	26 159 913	0	27 555 031	1 150 564	0	0	0	0
9	Alandroal	P	16 579 276	**16 097 117**	1 021 416	13 789 119	11 425 000	2 905 000	750 000	1 017 117	0	0	0
10	Vila Real Sto. António	P	19 619 907	**14 540 182**	1 368 664	12 047 362	5 541 756	6 043 059	175 896	2 521 693	0	257 777	0
11	Vila Nova de Poiares	P	14 113 948	**14 113 948**	522 806	12 270 588	11 423 784	2 152 131	298 835	239 198	0	0	0
12	Nordeste	P	11 255 515	**10 288 239**	530 508	8 222 868	0	0	9 327 289	70 073	151 774	0	0
13	Alfândega da Fé	P	1 502 819	**1 382 819**	60 692	819 343	1 382 819	0	0	0	0	0	0
14	Tábua	P	203 661	**203 661**	0	203 661	0	0	0	0	0	0	203 661
15	Góis	P	165 791	**165 791**	0	165 791	0	0	0	165 791	0	0	0
16	Pampilhosa da Serra	P	338 455	**0**	0	0	0	0	0	0	0	0	0
17	Penacova	P	174 635	**0**	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total			**541 992 310**	**475 708 006**	**29 490 868**	**402 634 634**	**63 007 856**	**255 191 522**	**73 785 770**	**66 613 399**	**12 758 917**	**3 407 777**	**203 661**

Regressando à análise dos passivos financeiros na sua totalidade, após observação das contas **dos 308 municípios portugueses, conclui-se que 158 municípios, em 2022, não apresentaram qualquer valor de passivos financeiros ou porque prescindiram do recurso ao crédito bancário, ou porque não teriam condições para acesso ao mesmo.** Não foi possível, pela informação disponibilizada, identificar essas possíveis razões. Salienta-se ainda que, destes municípios, 112 também não tinham recorrido a qualquer forma de crédito bancário em 2020 e em 2021 o mesmo se passou com 146 destes municípios. Mais se verificou, pela análise das contas, que outros 105 municípios apresentaram diminuição de passivos financeiros em 2022 face ao ano anterior.

No *Ranking* R20 apresentam-se os municípios com maior volume de receita creditícia em 2022, permitindo a sua análise constatar que:

- Seis dos municípios apresentados nesta lista R20, em 2022, não tinham recorrido a empréstimos bancários no ano anterior. Outros seis apresentaram, neste ano económico, um crescimento desta receita superior a 100%, apesar da descida generalizada desta receita ao nível global;
- Acompanhando a tendência geral para a descida do montante dos passivos financeiros, treze dos municípios apresentados neste ranking, apresentaram taxas de decréscimo da receita, sendo que em seis deles ultrapassaram os -50%.
- Lisboa foi o município com maior volume de empréstimos contraídos em 2022 (55,8 milhões de euros, +10,5% relativamente a 2021), seguindo-se o município de Seia (27,4 milhões de euros, sendo que nos três anos transatos não auferiu desta receita) e Paredes (22,9 milhões de euros e +704,4%, isto é, +20,1 milhões de euros que no ano anterior);

- Ainda com aumento significativo do montante de passivos financeiros apresentaram-se os municípios de Santarém (+7 879,2%, +14,8milhões de euros) e Loures (+553%, +13,1 milhões de euros). Com contratação de financiamentos de valor superior a 10 milhões de euros encontraram-se mais sete municípios.

R20 – Municípios com maior volume de Passivos Financeiros (contração de empréstimos bancários) em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10-13		Mandato 14-17				Mandato 18-21				M.22-25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Lisboa	G	8 990 000	59 000 000	60 730 348	46 686 135	7 320 213	6 745 839	18 000 000	27 250 000	13 500 000	50 500 000	55 826 316
2	Seia	M	2 157 623	1 660 839	1 098 026	0	0	0	36 358 653	0	0	0	27 353 142
3	Paredes	M	1 247 714	22 088 491	2 400 349	2 800 000	12 204 046	1 915 000	29 504 878	587 559	1 181 295	2 851 898	22 939 787
4	Vila Nova de Gaia	G	9 280 389	24 647 957	14 420 165	7 946 706	41 406 880	5 618 658	17 693 721	3 000 000	3 986 370	10 296 713	18 459 054
5	Loures	G	8 135 219	6 000 000	6 000 000	6 908 943	4 715 370	5 093 503	0	1 430 390	982 115	2 361 400	15 429 975
6	Santarém	M	2 150 000	29 949 737	9 568 411	802 829	13 704 875	0	18 432 929	1 251 868	2 271 923	187 990	15 000 000
7	Figueira da Foz	M	0	0	0	3 750 000	0	0	14 464 000	0	0	0	11 935 303
8	Funchal	G	3 576 584	31 910 797	0	0	293 809	1 135 428	21 892 051	7 569 990	699 409	5 020 304	9 066 665
9	Viana do Castelo	M	633 681	5 359 410	2 600 000	6 240 185	3 702 961	6 493 845	5 547 068	9 120 763	4 997 139	10 744 847	8 418 077
10	Braga	G	3 000 000	5 000 000	8 000 000	5 000 000	4 000 000	4 900 000	5 000 000	12 376 007	9 600 669	8 942 504	8 020 000
11	Chaves	M	1 333 333	8 652 817	14 508 995	1 700 000	6 253 821	0	2 946 096	900 392	9 541 717	0	6 588 565
12	Setúbal	G	72 247	1 000 000	0	12 500 000	10 000 000	6 615 801	11 590 000	10 750 506	14 483 066	10 177 950	6 400 000
13	Valongo	M	0	16 263 896	0	0	0	0	20 698 855	0	754 091	2 041 673	5 841 356
14	Oeiras	G	1 034 353	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5 284 093
15	V. Nova de Famalicão	G	4 050 225	3 963 106	4 933 816	5 634 104	2 653 298	2 839 900	7 580 410	5 260 910	2 439 041	4 950 064	5 068 334
16	Trofa	M	0	23 716 361	6 603 252	0	0	0	24 133 940	1 009 113	1 393 329	13 357 546	4 726 063
17	Vila Franca de Xira	G	3 008 715	912 528	249 530	0	111 761	8 937 539	1 850 000	5 677 393	1 750 000	0	3 992 298
18	Porto	G	1 735 432	5 569 972	1 047 940	5 007 560	1 000 000	6 333 679	6 064 069	0	7 180 037	16 746 828	3 801 654
19	Matosinhos	G	6 306 714	3 134 116	2 845 225	6 541 538	14 276 572	6 703 102	1 889 998	0	0	11 536 689	3 728 912
20	Lousada	M	265 546	284 194	69 063	624 154	1 002 573	2 890 717	546 261	809 175	1 205 753	2 172 315	3 497 914
21	Odivelas	G	0	0	0	781 716	0	0	0	0	0	215 238	3 342 817
22	Faro	M	0	0	22 406 619	0	0	13 679 000	0	0	8 833	1 402 663	3 051 296
23	Ourém	M	500 000	4 118 153	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	3 000 000	3 000 000
24	Amarante	M	1 323 412	825 401	0	500 000	2 355 670	3 576 601	2 994 698	3 977 804	2 623 334	6 785 175	2 904 473
25	Torres Vedras	M	3 583 197	2 100 000	2 400 000	5 300 000	2 500 000	378 000	51 670	1 076 563	659 652	4 094 260	2 890 007
26	Moita	M	0	0	0	0	0	0	457 970	553 747	411 109	999 167	2 851 121
27	Penafiel	M	0	1 736 014	0	0	0	0	0	0	2 000 000	3 390 553	2 810 880
28	Praia da Vitória	P	1 367 334	1 086 000	240 000	850 000	1 550 000	2 153 894	1 000 000	1 911 745	3 321 611	4 717 369	2 724 876
29	Torres Novas	M	107 309	11 226 071	2 021 555	0	0	5 569 377	587 488	493 605	1 025 806	1 923 862	2 604 789
30	Lagoa (Algarve)	M	0	4 000 000	0	0	0	0	0	0	0	0	2 500 000
31	Tábua	P	36 970	3 601 108	732 972	650 000	650 000	700 000	700 000	1 112 290	993 909	1 557 430	2 478 256
32	Alcanena	P	201 000	190 000	300 000	4 607 000	500 000	500 000	536 317	2 033 087	1 526 849	1 536 856	2 453 576
33	Póvoa de Varzim	M	0	7 380 944	0	0	0	0	4 529 234	5 084 090	1 062 830	6 048 181	2 163 872
34	Palmela	M	2 829 637	3 123 190	0	0	0	0	998 446	849 986	0	5 773 799	2 124 632
35	Viseu	G	1 211 571	320 444	24 190	1 863 170	0	20 875	435 279	133 650	1 044 630	3 286 364	2 114 824

Nos *Rankings* R20.A e R20.M apresentam-se o volume de receitas resultantes de empréstimos bancários obtidos pelos municípios dos Açores e da Madeira. De realçar**, em 2022, o baixo peso da receita de passivos financeiros em ambas as Regiões Autónomas, em relação ao total nacional.**

R20.A – Volume de Passivos Financeiros registado em 2022 pelos municípios dos Açores

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10-13		Mandato 14-17				Mandato 18-21				M. 22-25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Praia da Vitória	P	1 367 334	1 086 000	240 000	850 000	1 550 000	2 153 894	1 000 000	1 911 745	3 321 611	4 717 369	2 724 876
2	Horta	P	0	0	0	0	0	149 092	0	500 571	600 000	600 000	600 000
3	Madalena	P	0	430 000	0	603 000	1 130 000	1 000 000	1 556 128	800 000	1 180 000	838 546	492 106
4	Lajes do Pico	P	0	0	200 000	100 000	25 000	0	0	0	0	92 025	23 193
5	Angra do Heroísmo	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	Calheta (R.A.A.)	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	Corvo	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	Lagoa (R.A.A)	P	400 000	400 000	400 000	400 000	0	0	0	0	515 500	1 333 930	0
9	Lajes das Flores	P	0	0	300 000	0	0	0	0	305 000	44 599	66 000	0
10	Nordeste	P	0	10 490 442	1 520 987	0	0	0	10 066 391	70 073	151 774	0	0
11	Ponta Delgada	M	650 200	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
12	Povoação	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13	Ribeira Grande	M	2 782 759	668 893	241 000	1 152 001	1 638 094	766 661	1 997 597	273 608	2 783 669	1 596 051	0
14	Santa Cruz da Graciosa	P	0	0	0	0	0	600 000	0	0	0	359 000	0
15	Santa Cruz das Flores	P	0	0	0	0	0	131 505	0	0	0	0	0
16	São Roque do Pico	P	0	28 172	0	0	0	8 766	891 234	61 795	227 981	0	0
17	Velas	P	0	0	0	0	0	816 667	0	0	0	0	0
18	Vila do Porto	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19	Vila Franca do Campo	P	11 534 168	0	0	0	0	0	0	19 231 372	12 607 143	1 300 000	0
Total Açores			**16 734 461**	**13 103 508**	**2 901 987**	**3 105 001**	**4 343 094**	**5 626 584**	**15 511 350**	**23 154 165**	**21 432 277**	**10 902 920**	**3 840 175**
% Açores/Nacional			7,60%	1,69%	0,74%	1,18%	1,12%	1,01%	2,88%	6,05%	9,52%	2,77%	1,09%

- Observando o quadro anterior e o subsequente conclui-se que o volume global de empréstimos diminuiu tanto na Região dos Açores em 64,8% (-7,1 milhões de euros) como na Região da Madeira em 25,8%(-4,5 milhões de euros);
- Em ambas as regiões verificou-se, em 2022, a não utilização de empréstimos bancários por parte de municípios. No caso da Região dos Açores aconteceu tal situação a quinze municípios sendo que com cinco municípios não recorreram a passivos financeiros nos últimos onze anos; Angra do Heroísmo, Calheta, Corvo, Povoação e Vila do Porto. Na Região da Madeira foram três municípios (Ponta do Sol, Porto Moniz e Santana) que não recorreram a empréstimos bancários não só em 2022, como nos dez anos anteriores.

R20.M – Volume de Passivos Financeiros registado em 2022 pelos municípios da Madeira

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Funchal	G	3 576 584	31 910 797	0	0	293 809	1 135 428	21 892 051	7 569 990	699 409	5 020 304	9 066 665
2	Calheta (R.A.M.)	P	0	4 232 882	0	0	0	0	0	0	0	0	1 919 700
3	Machico	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 893 667	773 873
4	Câmara de Lobos	M	0	5 815 459	0	0	0	3 990 051	900 000	1 000 000	2 100 000	1 329 000	687 634
5	Ribeira Brava	P	0	0	0	0	0	0	2 622 556	0	0	2 429 233	225 628
6	Santa Cruz	M	0	0	14 674 908	1 556 310	0	2 058 394	10 852 398	233 587	1 585 267	5 367 459	118 718
7	Porto Santo	P	0	1 471 209	0	0	0	0	0	1 500 000	0	400 233	84 054
8	São Vicente	P	0	0	0	0	0	0	0	177 881	753 831	1 000 000	69 791
9	Ponta do Sol	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	Porto Moniz	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	Santana	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Madeira			**3 576 584**	**43 430 346**	**14 674 908**	**1 556 310**	**293 809**	**7 183 873**	**36 267 005**	**10 481 459**	**5 138 507**	**17 439 896**	**12 946 064**
% Madeira/Nacional			1,63%	5,59%	3,74%	0,59%	0,08%	1,29%	6,74%	2,74%	2,28%	4,43%	3,66%

Com o propósito de relacionar o volume de empréstimos contraídos, com as amortizações de capital realizadas no mesmo ano, apresentam-se de seguida os Quadros 2.30, 2.30.A e 2.30.M (os dois últimos associados às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira) e os Rankings R21 e R22, nos quais se poderá observar, respetivamente, os 35 municípios com maior diferença positiva entre o volume de amortizações e o montante de novos empréstimos e os 35 municípios com maior diferença negativa entre estes dois montantes.

Quadro 2.30 – Comparação entre recursos a novos empréstimos e amortização do capital em dívida em 2022

Unidade: milhões de euros

Passivos Financeiros	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
(a) Receitas: novos empréstimos	220,067	776,260	392,800	263,690	388,290	556,679	538,157	382,571	225,150	393,235	353,927
(b) Despesas: Amortização de empréstimos	890,319	639,840	679,086	665,999	751,801	737,285	775,394	587,945	433,190	419,521	420,700
Diferença (b-a)	**670,252**	**-136,420**	**286,285**	**402,308**	**363,511**	**180,606**	**237,237**	**205,374**	**208,040**	**26,286**	**66,773**

Considerando o universo autárquico, no que respeita aos passivos financeiros, sua utilização e amortização, verifica-se:

- **Em 2022, a diferença entre o volume de amortizações de capital em dívida e o montante de novos empréstimos foi positiva e de 86,8 milhões de euros (+154%, +40,5 milhões de euros que em 2021), contribuindo, assim, o sector autárquico para a diminuição líquida do passivo financeiro do Estado**;
- Em 2022, a utilização de novos empréstimos, ao somar 353,9 milhões de euros, baixou 39,3 milhões de euros (-10,0%), tendo o montante de amortização de capital crescido em 1,2 milhões de euros, isto é, +0,3% ao totalizar 420,7 milhões de euros, contrariando positivamente o volume de empréstimos assumidos. No período entre 2012 e 2022, apenas em 2013 é que o total de novos empréstimos foi superior ao volume de amortizações em 136,4 milhões de euros.

Quadro 2.30.A – Comparação entre o volume de novos empréstimos e as amortizações do capital em dívida nos municípios dos Açores

Unidade: milhões de euros

Passivos Financeiros	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
(a) Receitas: novos empréstimos	16,734	13,104	2,902	3,105	4,343	5,627	15,511	23,154	21,432	10,903	3,840
(b) Despesas: Amortização de empréstimos	24,265	18,590	16,378	17,876	14,466	14,918	25,856	34,351	25,486	12,731	12,712
Diferença (b-a)	7,530	5,487	13,476	14,771	10,123	9,291	10,345	11,197	4,054	1,828	8,872

Quadro 2.30.M – Comparação entre o volume de novos empréstimos e as amortizações do capital em dívida nos municípios da Madeira

Unidade: milhões de euros

Passivos Financeiros	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
(a) Receitas: novos empréstimos	3,577	43,430	14,675	1,556	0,294	7,184	36,267	10,481	5,139	17,440	12,946
(b) Despesas: Amortização de empréstimos	19,277	22,446	19,996	20,774	17,848	21,836	42,131	11,641	10,913	8,597	8,032
Diferença (b-a)	15,700	-20,985	5,321	19,217	17,554	14,652	5,864	1,159	5,775	-8,842	-4,915

- Na Região Autónoma dos Açores em 2022, o volume de amortização manteve-se superior ao montante de contratação de novos empréstimos, pese embora tenha decrescido em cerca de 0,1% (-20 milhares de euros) uma vez que a utilização de empréstimos bancários também baixou significativamente (-64,8%, -7,1 milhões de euros). **Considerando o conjunto dos municípios açorianos, entre 2012 e 2022 a diferença entre as amortizações de capital e o montante de novos empréstimos foi sempre positiva e por isso as amortizações ultrapassaram sempre o volume de novos empréstimos. Em 2022 o volume e amortizações foi 3,3 vezes superior ao montante de novos empréstimos.**
- Em relação **ao conjunto dos municípios madeirenses, em 2022 o volume de amortizações foi inferior ao volume de empréstimos bancário utilizados em cerca de -4,9 milhões de euros**. Esta situação já tinha ocorrido em 2021 e 2013, anos em que o volume de novos empréstimos ultrapassaram, também e significativamente o montante global das amortizações de dívida. Anota, contudo, que na **Região da Madeira o volume de crédito bancário utilizado em 2022 baixou 25,8% (-4,5 milhões de euros), pese embora o volume de amortizações ter diminuído em 6,6% (-0,6 milhões de euros).**

Na listagem R21 apresentam-se, referenciados ao ano de 2022, os 35 municípios com maior diferença positiva entre o montante de amortizações e o montante de empréstimo anual utilizado, isto é, situação em que o volume das amortizações é superior ao volume de novos empréstimos.

R21 – Municípios com maior diferença positiva entre amortização de empréstimos e novos empréstimos

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Portimão	M	1 218 673	4 114 244	3 154 728	1 905 388	−30 139 907	−61 911 034	5 961 934	4 721 558	555 992	4 469 219	14 338 022
2	Seixal	G	6 000 924	5 121 655	−29 857 367	5 440 477	6 433 945	6 451 938	−28 513 992	7 579 611	7 925 793	−19 690 825	10 554 501
3	Cascais	G	−8 312 094	3 569 023	2 487 228	4 164 031	3 725 663	−8 772 978	5 306 979	5 303 017	4 068 665	4 019 638	8 652 313
4	Gondomar	G	4 065 736	2 436 147	3 394 169	3 432 237	3 427 653	3 514 490	3 493 874	4 386 860	6 062 254	6 358 180	6 191 072
5	VRS António	P	483 831	626 537	−54 222 502	2 780 783	−2 195 006	−3 561 565	2 485 559	979 748	2 538 354	1 985 193	5 970 609
6	Aveiro	M	9 290 418	6 431 818	4 082 182	6 575 857	8 982 696	−28 282 430	−11 158 605	7 642 197	11 862 657	6 033 922	5 454 357
7	Guimarães	G	5 090 494	6 012 517	5 799 338	7 119 362	5 644 185	5 667 848	5 314 008	5 330 721	4 349 395	−5 632 960	5 085 010
8	Setúbal	G	6 135 778	4 468 644	4 480 026	−2 947 633	11 949 252	2 346 657	−319 583	1 424 891	−1 089 110	971 877	4 818 325
9	Évora	M	4 672 986	−18 653 486	−1 783 190	4 872 416	−29 159 419	3 404 423	5 184 933	3 740 197	3 956 120	3 965 042	4 012 231
10	Leiria	G	6 186 305	6 621 134	8 444 190	6 770 798	7 370 360	5 112 989	3 707 317	8 264 463	3 479 665	3 547 044	3 440 922
11	Covilhã	M	3 646 672	1 997 994	4 604 329	4 796 163	4 772 777	4 778 969	−9 219 879	78 313	3 112 241	3 673 689	3 434 029
12	Ponta Delgada	M	1 025 169	1 803 183	3 053 243	2 981 043	1 641 476	1 656 199	1 709 855	1 655 432	1 644 413	1 663 812	3 084 473
13	Paços de Ferreira	M	1 009 686	−4 860 810	2 183 392	1 813 738	1 833 520	−16 369 298	−5 047 893	2 441 573	841 418	1 322 119	2 974 794
14	Almada	G	1 141 408	1 661 476	3 807 592	388 219	3 757 649	1 537 234	1 538 702	3 009 340	3 256 508	3 166 410	2 902 802
15	Barreiro	M	2 861 022	−7 060 171	3 057 104	3 112 134	−660 433	2 005 088	−171 231	−9 439 175	2 629 497	−478 095	2 878 061
16	Fundão	M	2 923 528	−41 509 318	4 655 138	4 927 882	5 390 064	4 392 103	2 947 632	−1 709 366	3 694 249	1 650 475	2 812 947
17	Loulé	M	2 479 708	−8 203 616	15 784 579	3 834 522	3 971 897	6 240 760	3 646 636	3 648 574	3 650 732	3 412 598	2 602 431
18	Vila do Conde	M	2 926 579	−23 544 153	4 242 386	8 558 399	4 070 158	3 617 054	3 028 564	2 944 850	2 869 896	2 671 430	2 557 504
19	SM Feira	G	3 235 557	−7 649 527	4 673 177	4 836 365	9 194 256	8 387 651	3 589 103	3 028 377	2 584 532	2 764 030	2 504 188
20	Seia	M	−1 414 253	352 011	1 469 476	2 499 508	2 549 914	3 142 838	2 715 804	3 041 653	3 086 287	3 140 987	2 493 668
21	Braga	G	6 340 830	6 488 739	6 440 751	6 288 210	6 319 443	6 340 498	6 349 418	−305 999	1 947 092	2 875 177	2 247 855
22	Santo Tirso	M	1 659 169	−1 569 308	412 246	2 135 354	1 708 390	−1 453 670	877 388	−288 694	1 893 503	293 196	2 159 989
23	Coimbra	G	672 835	−351 393	1 973 687	4 407 543	3 587 807	7 607 979	3 640 592	3 641 409	3 642 231	−1 420 016	2 090 188
24	Sesimbra	M	−705 544	−7 586 404	1 747 226	1 963 601	1 631 562	1 512 533	2 473 339	1 067 710	1 350 586	2 061 633	2 052 246
25	Vila Verde	M	1 355 438	−12 280 040	2 299 471	2 316 075	2 468 216	1 609 221	1 339 188	1 074 694	861 620	51 608	1 926 549
26	Amadora	G	3 395 669	3 517 721	3 531 269	3 562 138	3 581 791	3 591 500	3 594 420	3 595 719	3 216 303	2 581 676	1 914 099
27	Guarda	M	4 557 585	−7 486 081	3 606 010	−662 286	3 128 324	3 485 648	3 362 708	2 699 182	2 072 156	2 012 437	1 860 480
28	Chaves	M	1 799 310	−4 952 610	−11 292 490	2 469 404	2 801 872	3 299 042	3 098 723	2 441 028	1 481 436	2 349 289	1 732 688
29	Vila Real	M	1 217 288	2 024 935	2 598 541	1 497 958	1 513 040	1 554 081	1 555 540	−2 708 964	1 712 403	−1 812 530	1 703 018
30	Porto	G	7 807 409	4 574 143	9 218 334	6 567 757	46 223 002	−3 001 644	18 491 510	12 761 487	−7 180 037	−9 566 791	1 698 346
31	Cartaxo	M	102 627	115 141	−9 651 429	−7 231 042	−2 369 549	−5 744 185	−2 231 673	1 575 299	94 805	140 906	1 633 412
32	Santa Cruz	M	1 630 997	1 694 903	−12 332 257	847 455	2 291 332	2 382 964	1 706 808	2 027 423	682 633	−4 016 120	1 616 858
33	Portalegre	M	2 027 655	2 717 345	3 344 426	3 157 712	3 692 612	2 151 782	1 818 023	1 764 666	1 604 355	1 941 324	1 587 497
34	Azambuja	M	969 123	−1 979 049	1 131 966	1 732 264	1 755 115	1 763 133	1 716 920	1 589 049	1 448 926	1 451 135	1 521 101
35	Nazaré	P	870 064	626 130	1 165 861	−5 208 997	196 143	196 026	195 725	−18 523 845	195 919	−1 134 000	1 415 786

De realçar que:

- O ranking inclui municípios que mais contribuíram para a diminuição da dívida pública ao precederem a amortizações superiores ao volume de empréstimos utilizados. Deste ranking constam 12 municípios de grande dimensão, 21 de média dimensão e 2 de pequena dimensão;
- **Em 2022, o município que mais contribuiu para o abate da dívida pública foi Portimão com o excedente de amortização de 14,4 milhões de euros.**

Na listagem subsequente R22 apresentam-se, referenciados ao ano de 2022, os 35 municípios com maior diferença negativa entre o montante de amortizações e o montante de empréstimo anual contraído, isto é, situação em que o volume de novos empréstimos é superior ao volume de amortizações.

Observe-se que:

- Apesar de predominarem municípios de média dimensão, nesta listagem existem nove municípios de grande dimensão que, em 2022, contraíram um volume de novos empréstimos superior ao volume de amortizações. Trata-se de municípios que agravaram a dívida pública nacional em 2022;
- Os municípios que em 2022 mais agravaram a dívida pública nacional, com volume de empréstimos superior às amortizações, foram: Paredes com 21,1 milhões de euros, Lisboa com 14,9 milhões de euros, Santarém com 11,1 milhões de euros e Figueira da Foz com 10,6 milhões de euros;
- Considerando o universo autárquico, 78 municípios apresentaram, em 2022, um volume de amortização de capital inferior ao volume de novos empréstimos contraídos.

R22 – Municípios com maior diferença negativa entre o valor da amortização de empréstimos e o valor de novos empréstimos

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M.22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Paredes	M	1 929 533	−16 552 090	1 548 881	5 376 175	−6 175 791	3 129 330	1 861 591	1 396 591	446 471	−970 241	−21 052 444
2	Lisboa	G	336 299 264	10 840 325	48 855 234	7 146 028	37 726 945	32 578 162	22 844 087	11 249 402	19 665 531	−19 485 299	−14 945 971
3	Santarém	M	4 793 279	−23 121 580	−4 108 191	4 372 957	6 151 599	6 498 622	5 970 473	4 278 013	2 355 800	3 685 752	−11 093 249
4	Figueira da Foz	M	4 170 932	6 289 954	6 325 796	4 512 257	4 665 516	4 817 820	4 862 046	1 808 158	1 819 577	1 827 441	−10 580 972
5	Loures	G	5 842 760	6 450 363	4 984 951	1 693 011	−602 294	−750 558	3 280 209	1 686 217	2 108 995	647 930	−6 362 398
6	Vila Nova de Gaia	G	13 486 709	360 550	11 338 932	16 338 660	−19 436 694	16 681 867	16 277 805	14 479 848	13 413 615	8 841 288	−6 156 641
7	Funchal	G	6 448 078	−20 300 345	8 665 145	8 059 270	6 962 673	5 693 100	18 930	−3 527 559	3 206 236	−1 365 875	−5 468 283
8	Valongo	M	2 388 902	−12 913 474	3 714 549	3 181 457	4 290 917	2 843 205	−8 123 711	2 325 769	1 176 156	−110 244	−4 070 768
9	Oeiras	G	1 662 142	2 865 508	2 887 316	3 712 073	5 419 629	2 508 572	2 410 212	2 415 398	1 892 618	1 368 826	−4 050 910
10	Moita	M	2 314 712	2 445 358	2 465 254	2 497 241	2 518 947	2 527 649	2 078 668	1 985 812	1 836 365	−179 827	−2 649 852
11	Trofa	M	366 830	−23 330 171	−5 192 833	1 980 005	2 087 910	2 133 510	1 726 405	1 083 716	689 909	−292 935	−2 413 025
12	Odivelas	G	4 743 317	3 718 314	4 957 991	3 006 349	4 508 535	4 309 270	3 379 976	4 279 583	3 149 912	2 032 148	−2 270 753
13	Lagoa (Algarve)	M	475 211	−3 359 545	1 046 169	4 021 054	301 735	303 790	304 406	304 622	297 621	265 630	−2 259 959
14	Lousada	M	782 541	964 197	1 162 920	555 895	193 017	−1 746 675	861 748	462 890	336 036	−632 433	−2 186 187
15	VN Famalicão	G	310 294	1 949 713	2 116 272	2 435 339	−335 991	−158 665	2 449 548	−2 602 772	185 015	−2 206 154	−2 072 856
16	Calheta (R.A.M.)	P	922 185	−2 898 764	1 250 800	1 603 419	2 423 965	517 243	376 192	376 378	376 592	376 775	−1 560 604
17	Amarante	M	342 149	1 033 210	1 608 720	764 787	−1 163 880	−2 398 879	−1 447 782	−1 529 430	−909 142	−5 167 828	−1 515 916
18	Pombal	M	−1 341 034	992 816	995 845	1 000 405	864 690	811 583	686 980	544 446	477 060	−679 441	−1 409 854
19	Vila Franca de Xira	G	−743 072	1 865 946	2 608 691	2 975 119	2 419 581	−6 319 364	631 351	−2 592 184	1 568 766	3 306 029	−1 399 698
20	Torres Vedras	M	558 206	2 548 079	1 618 507	−523 024	3 528 796	836 832	1 171 386	209 995	610 942	−2 747 579	−1 331 179
21	Tábua	P	603 244	−2 120 699	258 080	571 827	1 144 192	451 161	969 394	209 701	273 289	−305 769	−1 309 887
22	Baião	P	208 110	324 162	469 695	416 610	161 692	−236 278	−33 154	176 675	−33 541	−648 548	−1 212 491
23	Viana do Castelo	M	2 313 350	−495 117	3 181 483	8 301	1 989 197	−959 561	−227 936	−3 075 568	1 500 459	−4 080 461	−1 201 510
24	Benavente	M	710 439	518 061	469 212	762 760	47 384	134 924	−672 686	180 308	−136 145	−915 996	−1 159 428
25	Penacova	P	216 869	139 935	−578 815	317 376	53 059	−564 924	−150 343	−262 166	−557 712	−644 133	−1 091 747
26	Vendas Novas	P	793 951	−1 698 410	303 639	479 432	291 760	421 870	400 689	113 637	39 239	389 714	−1 049 064
27	Alcanena	P	1 301 313	1 601 842	1 724 813	1 662 295	1 648 181	1 648 513	1 612 331	−1 743	219 157	202 949	−1 038 100
28	Praia da Vitória	P	−14 560	229 697	843 854	856 988	563 974	−34 635	793 889	821 014	−562 152	−1 912 369	−983 485
29	Melgaço	P	1 353 870	−1 260 132	1 161 661	1 068 434	1 029 071	958 699	625 488	344 807	988 795	125 918	−924 632
30	Resende	P	532 963	560 248	572 307	542 292	−214 353	−307 086	763 540	599 828	634 323	12 842	−878 043
31	Terras de Bouro	P	366 410	496 826	387 641	348 818	32 337	169 322	359 069	261 408	−315 875	−606 126	−846 554
32	Matosinhos	G	1 337 172	4 701 097	1 234 841	−2 714 571	−9 194 495	−1 827 129	7 648 832	5 301 421	5 102 072	−6 681 020	−840 697
33	Póvoa de Varzim	M	1 867 906	−4 970 233	2 426 689	2 110 421	2 110 646	2 110 749	2 011 987	−3 593 306	20 890	−5 102 691	−834 617
34	Caldas da Rainha	M	1 011 059	896 014	−1 615 587	744 927	802 936	−400 512	225 330	460 731	−595 327	558 370	−794 377
35	Ponte de Lima	M	172 707	326 995	136 157	137 179	137 967	141 123	138 583	141 414	−932 242	−443 210	−763 324

2.3. Despesas Municipais

2.3.1. Classificação económica das Despesas

Com o presente ponto deste capítulo pretende-se analisar e comparar informação disponível sobre a execução e evolução da despesa global no universo dos 308 municípios, bem como a situação de cada rubrica da classificação económica e sua variação, considerando o período entre 2012 e 2022, apresentado por mandatos autárquicos. Em certos pontos, comparam-se particularmente os valores de 2022 com os de 2021, apreciando a evolução dos diversos indicadores e componentes orçamentais e, sempre que se considere pertinente, individualizam-se situações de municípios que ilustrem a influência nas dinâmicas em apreço, ou que resultem das mesmas.

À semelhança do que se fez para o ponto 2.2. Receitas Municipais e seguindo a metodologia dos anuários anteriores, apresentam-se listagens hierarquizadas (*rankings*) de municípios para cada tipo de despesa municipal, de modo a evidenciar as contribuições mais representativas para cada situação em apreço.

A análise particularizada das despesas incidirá sobre cada agregado das mesmas, por natureza económica, segundo a denominação normalizada no classificador do Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro, cujas principais rúbricas se apresentam no quadro 2.31.

Quadro 2.31 – Classificação económica da Despesa municipal

Despesas correntes	Despesas de capital
01 – Despesas com o pessoal	07 – Aquisição de bens de capital
02 – Aquisições de bens e serviços	08 – Transferências de capital
03 – Juros e outros encargos	09 – Ativos Financeiros
04 – Transferências correntes	10 – Passivos Financeiros
05 – Subsídios	11 – Outras receitas de capital
06 – Outras despesas correntes	

Quadro 2.32 – Mapa de Demonstração da Execução Orçamental da Despesa do SNC-AP – Classificação das despesas

Despesas correntes	Despesas de capital
D1 Despesas com o pessoal	D7 Investimento
D11 Remunerações Certas e Permanentes	D8 Transferências de capital
D12 Abonos Variáveis ou Eventuais	D81 Administrações Públicas
D13 Segurança social	D811 Administração Central – Estado
D2 Aquisição de bens e serviços	D812 Administração Central – Outras entidades
D3 Juros e outros encargos	D813 Segurança Social
D4 Transferências correntes	D814 Administração Regional
D41 Administrações Públicas	D815 Administração Local
D411 Administração Central – Estado	D82 Instituições sem fins lucrativos
D412 Administração Central – Outras entidades	D83 Famílias
D413 Segurança Social	D84 Outras
D414 Administração Regional	D9 Outras despesas de capital
D415 Administração Local	D10 Ativos financeiros
D42 Instituições sem fins lucrativos	D11 Passivos financeiros
D43 Famílias	
D44 Outras	
D5 Subsídios	
D6 Outras despesas correntes	

2.3.2. Execução global do Orçamento da Despesa

O Quadro 2.33 apresenta a evolução da despesa global municipal entre 2012 e 2022, nas suas diferentes fases. Os quadros subsequentes (Quadro 2.34 e Quadro 2.35) completam esta informação com as taxas de variação da despesa orçada, comprometida e paga, bem como os valores absolutos dessa variação.

No Quadro 2.33 inclui-se pela segunda vez as ***Obrigações do exercício***[37] e as ***Obrigações por pagar*** resultantes da implementação do SNC-AP, que permite obter esta informação. De igual modo apresenta-se para este ano económico o indicador que representa a razão entre as obrigações do exercício e os compromissos do exercício: ***Grau de execução das obrigações em relação aos compromissos assumidos.***

[37] Compromissos orçamentais que se constituem, no exercício, em contas a pagar.

Quadro 2.33 – Despesa Orçada, Comprometida, Paga e Graus de execução da Despesa

Unidade: milhões de euros

Despesas		Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-	Despesas previstas iniciais	--	--	--	--	--	9 267,6	9 632,5	10 368,8	10 659,0	11 515,9	12 062,5
(a)	Despesas previstas corrigidas	11 991,2	11 257,5	9 817,1	9 402,2	9 710,5	10 486,0	10 891,8	11 622,2	11 968,0	13 183,8	13 813,1
(b)	Compromissos do exercício	9 804,9	9 435,7	8 512,1	8 219,4	8 458,8	9 280,4	9 624,1	10 114,1	10 439,2	11 801,7	12 422,8
(c)	Obrigações do exercício	--	--	--	--	--	--	--	--	9 003,5	10 203,1	10 872,4
(d)	Despesas pagas no exercício	7 587,1	7 730,7	7 218,8	7 230,9	7 466,4	8 059,3	8 359,1	8 704,1	8 776,6	9 946,6	10 612,0
(e)=(c-d)	Obrigações por pagar	--	--	--	--	--	--	--	--	226,9	256,5	260,3
(f)=(b-d)	Compromissos do exercício por pagar[38]	2 217,8	1 705,0	1 293,2	988,5	992,4	1 221,2	1 264,9	1 410,1	1 662,6	1 855,0	1 810,8
(g)	Compromisso a pagar em exercícios futuros[39]	4 912,8	5 810,2	6 153,1	6 796,6	8 396,1	8 766,2	8 849,5	9 829,9	10 272,3	10 832,8	11 049,9
(b)/(a)	Grau de execução da despesa comprometida em relação à despesa prevista corrigida	81,8%	83,8%	86,7%	87,4%	87,1%	88,5%	88,4%	87,0%	87,2%	89,5%	89,9%
(d)/(b)	Grau de execução da despesa paga em relação aos compromissos assumidos	77,4%	81,9%	84,8%	88,0%	88,3%	86,8%	86,9%	86,1%	84,1%	84,3%	85,4%
(d)/(a)	Grau de execução da despesa paga em relação à despesa prevista corrigida	63,3%	68,7%	73,5%	76,9%	76,9%	76,9%	76,7%	74,9%	73,3%	75,4%	76,8%
(d)/(c)	Grau de execução da despesa paga em relação às obrigações do exercício.	--	--	--	--	--	--	--	--	97,5%	97,5%	97,6%
(c)/(a)	Grau de execução das obrigações em relação à despesa prevista corrigida	--	--	--	--	--	--	--	--	75,2%	77,4%	78,7%

Quadro 2.34 – Variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga

Despesas	Variação da despesa (milhões de euros)									
	12–13	13–14	14–15	15–16	16–17	17–18	18–19	19–20	20–21	21–22
Despesas previstas iniciais	--	--	--	--	--	364,9	736,3	290,3	856,9	546,6
Despesas previstas corrigidas	-733,7	-1 440,5	-414,9	308,3	775,5	405,8	730,4	345,8	1 215,8	629,3
Compromissos do exercício	-369,2	-923,6	-292,6	239,4	821,6	343,6	490,1	325,1	1 362,5	621,1
Obrigações do exercício	--	--	--	--	--	--	--	--	1 199,7	669,2
Despesas pagas no exercício	143,6	-511,9	12,0	235,5	592,8	299,8	345,0	72,5	1 170,1	665,4
Obrigações por pagar	--	--	--	--	--	--	--	--	29,6	3,8
Compromissos do exercício por pagar	-512,8	-411,7	-304,7	3,8	228,8	43,8	145,1	252,6	192,4	-44,2
Compromisso a pagar em exercícios futuros	897,5	342,9	643,5	1 599,5	370,1	83,4	980,4	442,4	560,5	217,2

[38] Compromissos que se previam regularizar no exercício e que não se pagaram.

[39] Compromissos assumidos no exercício, mas que só se executam nos exercícios seguintes. Não constituem dívida, mas apenas encargos assumidos decorrentes de compromissos futuros.

Quadro 2.35 – Taxas de variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga

Despesas	Variação da despesa (milhões de euros)									
	12–13	13–14	14–15	15–16	16–17	17–18	18–19	19–20	20–21	21–22
Despesas previstas iniciais	--	--	--	--	--	3,9%	7,6%	2,8%	8,0%	4,7%
Despesas previstas corrigidas	-6,1%	-12,8%	-4,2%	3,3%	8,0%	3,9%	6,7%	3,0%	10,2%	4,8%
Compromissos do exercício	-3,8%	-9,8%	-3,4%	2,9%	9,7%	3,7%	5,1%	3,2%	13,1%	5,3%
Obrigações do exercício	--	--	--	--	--	--	--	--	13,3%	6,6%
Despesas pagas no exercício	1,9%	-6,6%	0,2%	3,3%	7,9%	3,7%	4,1%	0,8%	13,3%	6,7%
Obrigações por pagar	--	--	--	--	--	--	--	--	13,1%	1,5%
Compromissos do exercício por pagar	-23,1%	-24,1%	-23,6%	0,4%	23,1%	3,6%	11,5%	17,9%	11,6%	-2,4%
Compromisso a pagar em exercícios futuros	18,3%	5,9%	10,5%	23,5%	4,4%	1,0%	11,1%	4,5%	5,5%	2,0%

Da observação dos três quadros anteriores pode-se concluir que:

- **Em 2022, os totais da despesa orçada, realizada e paga continuaram a apresentar crescimento pese embora em percentagens inferiores às verificadas em 2021.** A despesa inicialmente orçada cresceu 4,7% (+546,6 milhões de euros), sendo que os respetivos ajustamentos das estimativas ao longo do ano económico, originaram uma correção à despesa inicialmente prevista, resultando da mesma um acréscimo de 4,8% (+629,3 milhões de euros) em relação ao verificado em 2021. A despesa realizada[40] evoluiu 5,3% (+621,1 milhões de euros) e a despesa paga aumentou 6,7% (+665,4 milhões de euros).
- Confrontando os níveis de variação da despesa com os níveis de variação da receita verificados em 2022 e constatando-se que a receita liquidada cresceu 10,4% (+1 029,0 milhões de euros) e a receita cobrada[41] cresceu 9,6% (+947,7 milhões de euros), verifica-se que a **despesa cresceu a um ritmo inferior ao crescimento da receita**, resultando, nos fluxos de caixa, um volume das despesas pagas (10 612,0 milhões de euros) inferior em -254,5 milhões de euros ao volume de receitas cobradas (10 866,6 milhões de euros), **verificando-se um equilíbrio de caixa, ainda antes da possível mobilização do saldo da gerência anterior, situação não verificável em 2020 e 2021, anos em que foram mobilizados os saldos de gerência para pagamentos de obrigações;**
- Contudo, não foram pagos 14,6% (1.810,8 milhões de euros) dos compromissos assumidos em 2022, tendo, no entanto, este valor baixado 44,2 milhões de euros (-2,4%) em relação ao ano anterior. Considerando que o valor registado na receita deste ano, incluindo o saldo de gerência, foi de 12 881,6[42] milhões de euros e que o montante de despesa paga foi 10 612,0 milhões de euros, conclui-se que no final do ano económico de 2022 existiu um saldo de receita de 2 269,6 milhões de euros, na globalidade do sector autárquico. **Ora, este saldo de receita foi superior em 458,8 milhões de euros ao total de compromissos por pagar contabilizados no final de 2022 (1 818,8 milhões de euros), pelo que se poderá concluir que o sector autárquico apresentou, neste ano, um superavit[43] correspondente aquele valor**;

[40] Compromissos do exercício: compromissos assumidos no ano, mais os transitados dos anos anteriores.

[41] Excluindo os saldos de gerências anteriores.

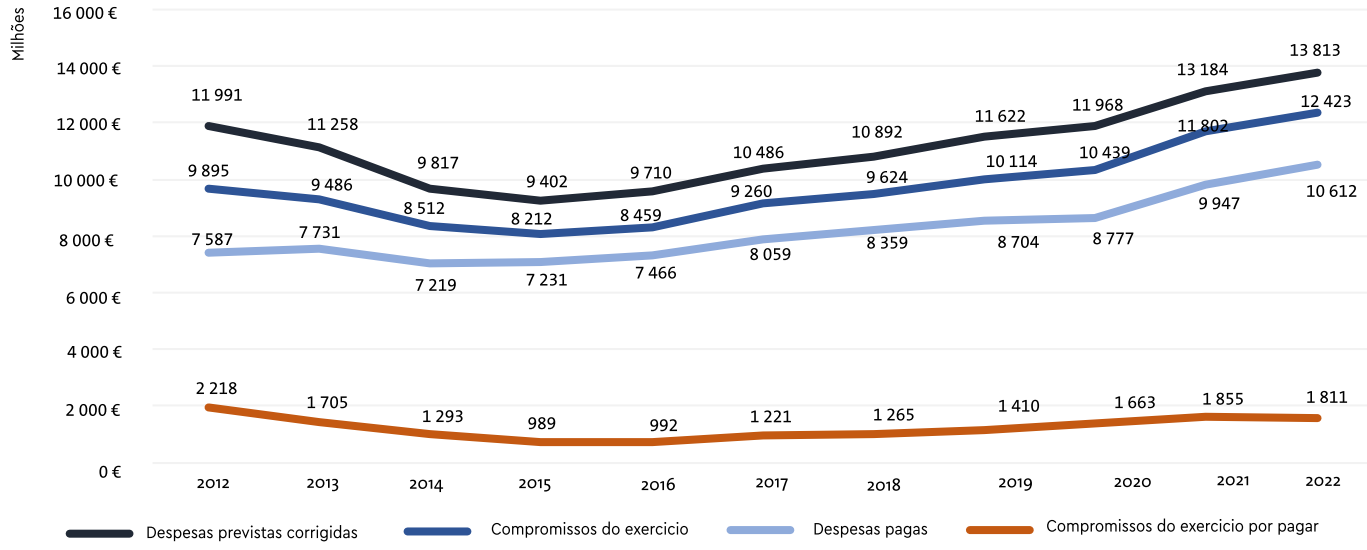
[42] Quadro 2.44.

[43] Este dado permite concluir que as autarquias se estarão a pautar por uma gestão mais cuidadosa de assunção de encargos, de modo a poderem garantir a cobertura financeira da despesa assumida e, assim, garantir uma melhor eficiência da execução orçamental.

- Anota-se, contudo que nem todos os compromissos assumidos se transformaram, neste mesmo ano, em obrigações a pagar[44], pelo que em bom rigor, apenas estas deverão ser consideradas para efeito de dívidas a liquidar. Assim, **o superavit do exercício resultará da diferença entre o valor da receita incluindo saldo da gerência anterior (12 881,6 milhões de euros) e o total das obrigações do exercício (10 872,4 milhões de euros), isto é, no valor de 2 009,3 milhões de euros**. Mais se anota que o total das **obrigações que ficaram por pagar no exercício de 2022 foi de 260,3 milhões de euros** decorrendo essencialmente de faturações e operações de final do ano que não permitiram, ainda dentro do período do exercício, proceder à respetiva liquidação. **Este valor traduzirá a real dívida comercial constituída no final do ano económico de 2022**;
- Em resumo, no ano de 2022, o total da despesa comprometida no valor de 12 422,8 milhões de euros, bem como o total das obrigações do exercício no montante de 10 872,4 milhões de euros foram inferiores à soma do montante de receita cobrada (10 866,6 milhões de euros) com o saldo de gerência (2 015,0 milhões de euros), que totalizou 12 881,6 milhões de euros;
- Em 2022, o volume de compromissos assumidos no exercício representou 89,9% da despesa prevista corrigida das alterações e revisões efetuadas ao longo do ano económico. Quer isto dizer que, na globalidade, 10,1% da dotação orçamental para a despesa ficou por realizar, significando tal situação uma tendência para a adequação da despesa à receita, já que esta ao nível das cobranças apresentou apenas um grau de realização de 92,1%.

O Gráfico 2.06 permite visualizar a evolução da despesa, nas diferentes fases (orçada, comprometida e paga), no período dos últimos onze anos. Desde 2015 as despesas previstas corrigidas, comprometidas e pagas têm evoluído a um ritmo semelhante.

Gráfico 2.06 – Evolução da Despesa Municipal nas suas diferentes fases entre 2012 e 2022



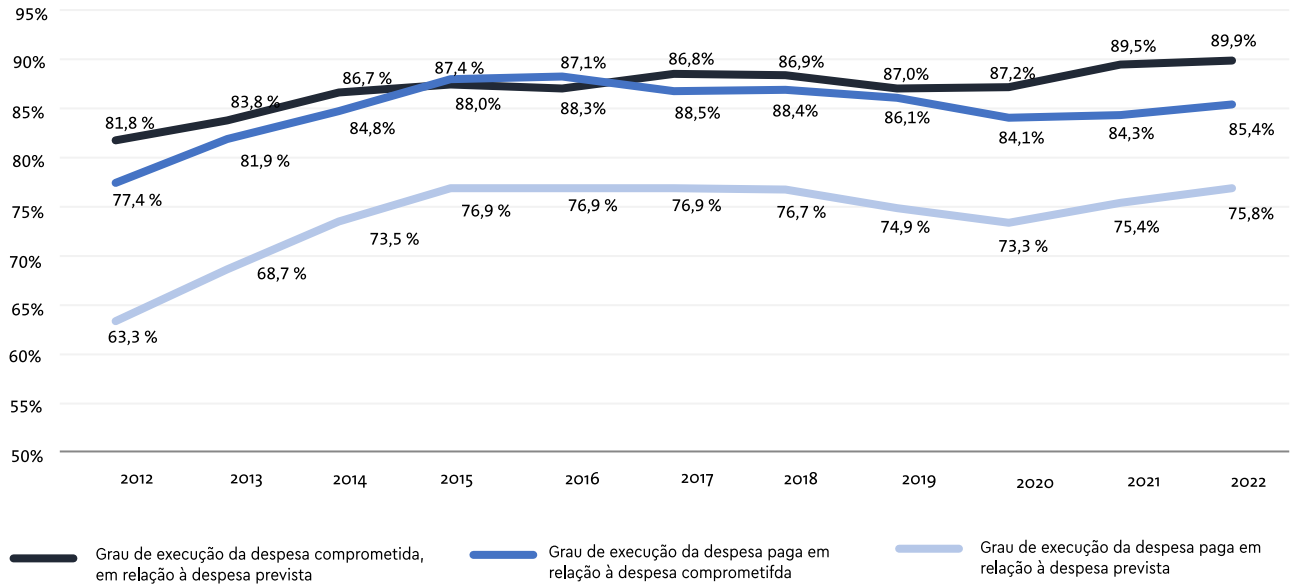
[44] Informação disponibilizada nas Contas de Gerência dos municípios a partir de 2020.

Da observação do Quadro 2.33 há ainda a realçar:

- O grau de execução da despesa paga[45] no final de 2022 foi de 76,8%, apresentando o acréscimo de 1,4pp face ao índice do ano anterior. Todavia, entre 2012 e 2022, este indicador cresceu 13,6pp como resultado da conjugação da do aumento da receita (+41,4%, +3 183,0 milhões de euros) com o aumento do volume da despesa paga (+39,9%, +3 025,0 milhões de euros);
- De igual modo, é de assinalar, para o período entre 2012 e 2022, o aumento em 8pp do peso da despesa paga em relação aos compromissos assumidos. Efetivamente, em 2012 só foram pagos 77,4% dos encargos assumidos, enquanto em 2022 foram pagos 85,4% dos mesmos. Até à data este era um dos indicadores mais importantes da execução da despesa e do controlo orçamental. Todavia, com o reconhecimento do valor global das obrigações do exercício, informação possível de obter com o SNC-AP passar-se-á a ter uma perceção mais realista do esforço dos municípios para pagar atempadamente os seus compromissos, ao relacionar- se o valor das obrigações com a despesa paga. Assim, pode-se verificar pelos dados apresentados neste quadro, que **foram pagas, em 2022, 97,6% das obrigações geradas no mesmo período, mas efetivamente executadas 78,7 % das despesas previstas ao relacionar-se o volume das obrigações do exercício com o volume de despesa prevista corrigida de alterações e revisões**.

O Gráfico 2.07 mostra a evolução do grau da execução da despesa paga, tanto em relação aos compromissos assumidos, como em relação às despesas previstas corrigidas, bem como o grau de execução dos compromissos em relação à despesa prevista corrigida.

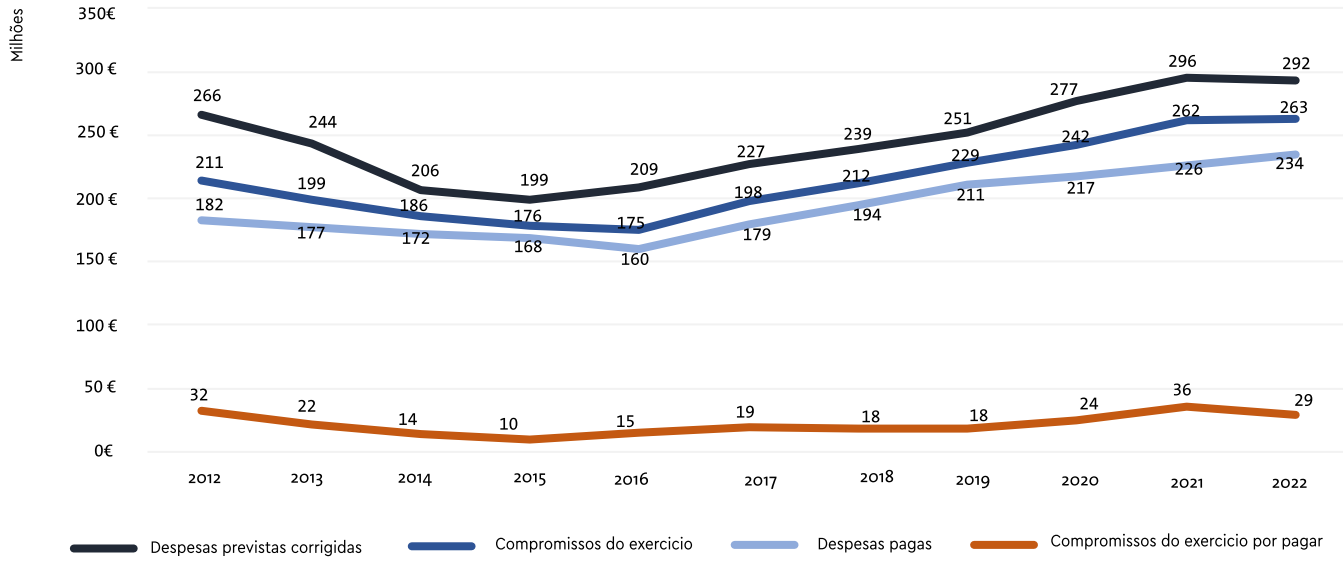
Gráfico 2.07 – Taxas de Execução das Despesas – 2012 a 2022



[45] É considerado o Grau de execução da despesa, a razão entre a despesa paga e a despesa orçada após correções.

Especificando a análise para os municípios das Regiões Autónomas, apresentam-se de seguida o Gráfico 2.06.A, Quadro 2.36.A e Gráfico 2.07.A, que mostram a evolução das diversas componentes da despesa e respetiva execução dos municípios dos Açores, e o Gráfico 2.06.M, Quadro 2.36.M e Gráfico 2.07.M, que evidenciam a mesma informação para os municípios da Madeira.

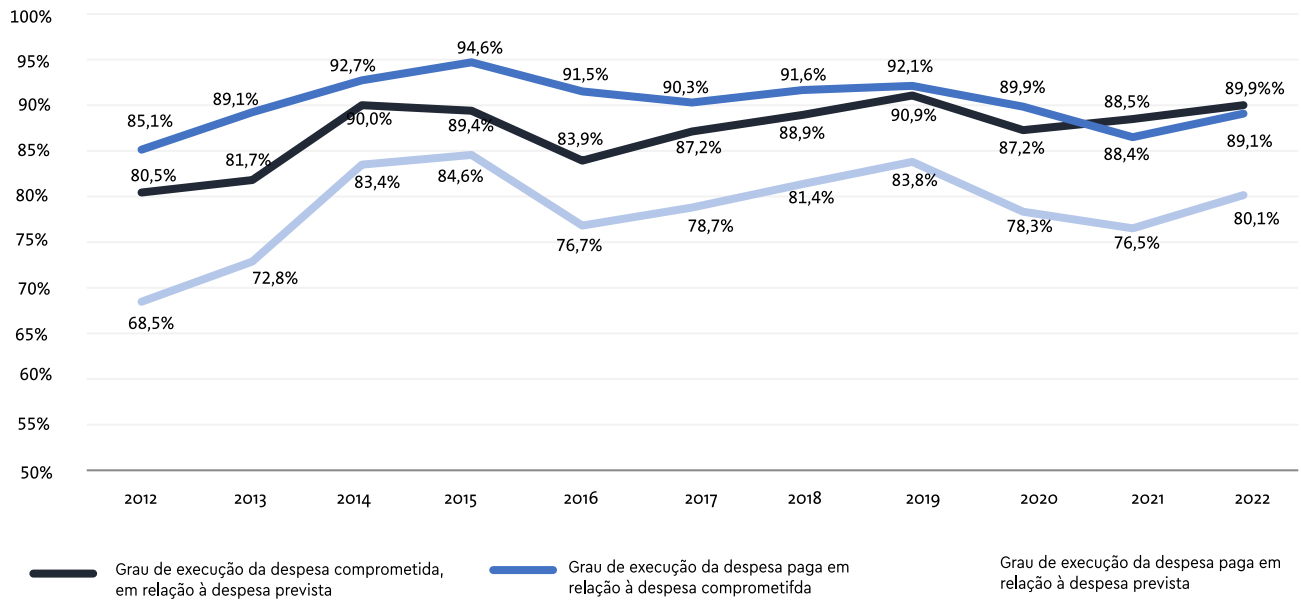
Gráfico 2.06.A – Evolução da Despesa Municipal nas suas diferentes fases, nos municípios da Região Autónoma dos Açores, entre 2012 e 2022



Quadro 2.36.A – Diferentes Graus de Execução da Despesa para a globalidade dos Municípios dos Açores

		Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Grau de execução da despesa	Compromissos do exercício / Despesa prevista	80,5%	81,7%	90,0%	89,4%	83,9%	87,2%	88,9%	90,9%	87,2%	88,5%	89,9%
	Despesa paga / Despesa prevista	68,5%	72,8%	83,4%	84,6%	76,7%	78,7%	81,4%	83,8%	78,3%	76,5%	80,1%
	Despesa paga / Despesa comprometida	85,1%	89,1%	92,7%	94,6%	91,5%	90,3%	91,6%	92,1%	89,9%	86,4%	89,1%
	Despesa paga / Obrigações	--	--	--	--	--	--	--	--	98,3%	97,4%	97,7%
	Obrigações / Despesa comprometida	--	--	--	--	--	--	--	--	91,4%	88,7%	91,2%
	Obrigações / Despesa prevista	--	--	--	--	--	--	--	--	79,7%	78,5%	82,1%

Gráfico 2.07.A – Taxas de Execução das Despesas nos municípios da Região Autónoma dos Açores – 2012 a 2022

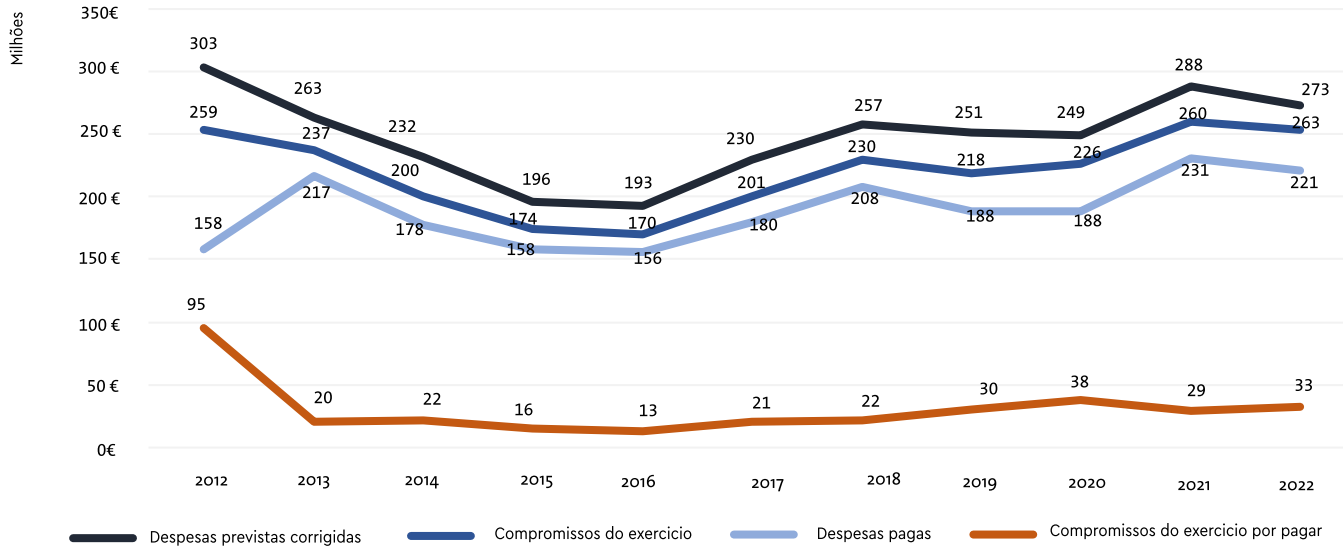


Pela observação dos gráficos e quadros antecedentes constata-se, em relação ao comportamento financeiro dos municípios da Região Autónoma dos Açores, em 2022, que:

- O total da despesa orçada dos municípios açorianos baixou 1,4% (-4,0 milhões de euros). Por sua vez, a despesa paga cresceu 3,5% (+8 milhões de euros) contrariando o ritmo da despesa orçada;
- Apesar do volume de compromissos assumidos ter aumentado apenas 0,4% (+1 milhão de euros), em 2022, o montante de pagamentos efetuados representou 89,0% do total comprometido, ultrapassando o grau de execução homóloga da despesa no universo dos municípios, o qual se fixou em 85,4%.

Apresentam-se de seguida quadros e gráficos que mostram a evolução da despesa e respetivos graus de execução, considerando a globalidade dos municípios da região da Madeira.

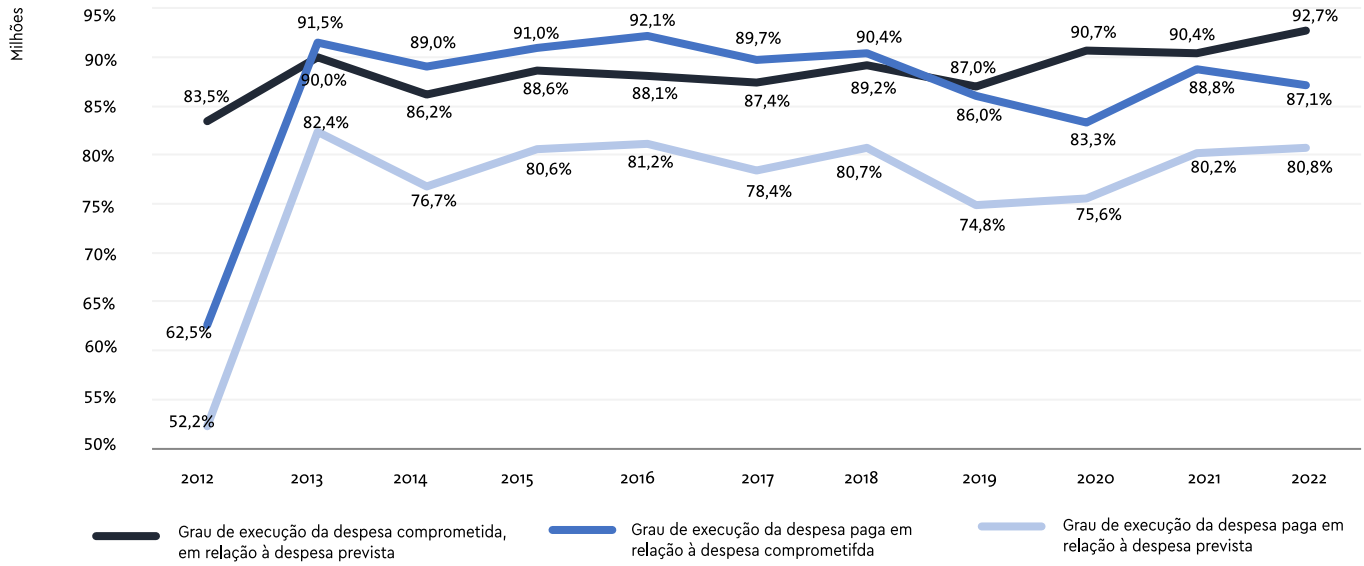
Gráfico 2.06.M – Evolução da Despesa Municipal, nas suas diferentes fases, nos municípios da Região Autónoma da Madeira, entre 2012 e 2022



Quadro 2.36.M – Graus de Execução da Despesa considerando a globalidade dos Municípios da Madeira

		Mandato 10-13		Mandato 14-17				Mandato 18-21				M. 22-25
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Grau de execução da despesa	Compromissos do exercício / Despesa prevista	83,5%	90,0%	86,2%	88,6%	88,1%	87,4%	89,2%	87,0%	90,7%	90,4%	92,7%
	Despesa paga / Despesa prevista	52,2%	82,4%	76,7%	80,6%	81,2%	78,4%	80,7%	74,8%	75,6%	80,2%	80,8%
	Despesa paga / Despesa comprometida	62,5%	91,5%	89,0%	91,0%	92,1%	89,7%	90,4%	86,0%	83,3%	88,8%	87,1%
	Despesa paga / Obrigações	--	--	--	--	--	--	--	--	98,0%	99,0%	98,4%
	Obrigações / Despesa comprometida	--	--	--	--	--	--	--	--	85,0%	89,6%	88,6%
	Obrigações / Despesa prevista	--	--	--	--	--	--	--	--	77,1%	81,0%	82,1%

Gráfico 2.07.M – Taxas de Execução da Despesa dos municípios da Região Autónoma da Madeira – 2012 a 2022



Reportando a análise aos gráficos relativos ao comportamento financeiro dos municípios da Região Autónoma da Madeira, constata-se:

- Em 2022, verificou-se, no conjunto dos municípios madeirenses uma diminuição do montante global da despesa orçada (-5,2%, -15 milhões de euros) retomando-se a tendência para a deflação orçamental já verificada entre 2008 e 2016 e no biénio 2019/2020;
- Em 2022, na Região da Madeira o volume de pagamentos diminuiu (-4,3%) mais que o volume de compromissos que baixou -3,1%. Efetivamente, no que se refere à despesa comprometida, a descida do seu volume em 2022 (-8 milhões de euros) representou a retoma da descida, desta natureza de despesa, verificada entre 2012 e 2016 (-38,4%, -106,0 milhões de euros). Contudo, observando a percentagem de compromissos pagos, verificou-se um enorme esforço de adequação da despesa comprometida à receita cobrada ao passar-se de 63,5% de pagamento da despesa assumida em 2012, para 87,1% em 2022, com este indicador, neste ano, contudo a descer 1,6pp.

2.3.3. Estrutura e Evolução da Despesa, por classificação económica

Neste ponto apresenta-se a evolução da despesa municipal entre 2012 e 2022, por rubrica económica, nas suas diferentes fases de execução: despesa comprometida ou compromissos do exercício, despesa paga[46] e compromissos por pagar. Quanto ao volume de Obrigações geradas em cada exercício a informação sobre as mesmas são apresentadas apenas a partir de 2020.

Nos Quadros 2.37, 2.38 e 2.39 apresenta-se a evolução da **despesa prevista, comprometida e paga,** por rubrica de classificação económica. Nos Quadros 2.40 e 2.41 são apresentadas respetivamente as **taxas de variação da despesa paga**, permitindo observar quais as rubricas económicas sujeitas a variações mais significativas, e a estrutura da despesa paga, tendo em conta a organização da informação financeira por rubricas de natureza económica.

No Quadro 2.42 mostra-se o **peso da despesa paga em relação aos compromissos assumidos**, por natureza económica.

No Quadro 2.43 apresentam-se as **obrigações geradas no exercício** e desagregadas pelas diferentes componentes económicas, bem como o peso das obrigações nas despesas comprometidas e o peso das despesas pagas em relação ao volume de obrigações.

A análise conjunta destes quadros permite verificar, por natureza económica, quais as despesas autárquicas mais representativas na despesa total, constatando-se que o seu peso se altera conforme se trate da estrutura da despesa assumida (compromissos) ou da estrutura da despesa paga.

[46] O total da despesa paga para cada ano refere-se à soma das despesas pagas do exercício e das despesas pagas de compromissos dos exercícios anteriores que transitaram de ano.

Quadro 2.37 – Montantes de Despesa Prevista, inicial e corrigida, por natureza económica

Unidade: milhões de euros

Receitas	Receita prevista inicial (a)					Receita prevista corrigida (b)					(b)-(a)
	2018	2019	2020	2021	2022	2018	2019	2020	2021	2022	2022
Despesas com pessoal	2 553,5	2 705,3	2 887,0	3 021,4	3 223,4	2 557,2	2 740,7	2 906,5	3 107,1	3 461,2	237,7
Aquisição de bens e serviços	2 495,9	2 648,1	2 710,5	2 736,8	2 990,8	2 918,4	3 061,6	3 111,5	3 254,2	3 679,0	688,3
Juros e outros encargos	76,6	122,1	56,8	53,1	46,5	108,1	152,9	58,3	51,1	44,5	–2,0
Transferências correntes	622,2	657,9	724,4	784,7	875,0	769,1	858,3	1 006,2	1 154,0	1 232,7	357,7
Subsídios	104,2	145,4	176,8	204,7	243,8	120,2	165,8	221,0	292,4	286,5	42,7
Outras despesas correntes	188,1	129,9	131,6	117,8	229,2	223,6	195,4	225,0	131,1	161,3	–67,9
Total despesas correntes	6 040,6	6 408,7	6 687,0	6 918,4	7 608,7	6 696,5	7 174,7	7 528,5	7 989,9	8 865,2	1 256,5
Aquisição de bens de capital	2 724,8	3 114,8	3 249,3	3 861,7	3 753,2	2 885,9	3 327,8	3 476,3	4 227,2	3 971,0	217,8
Transferências de capital	288,3	315,1	302,5	337,6	327,6	365,2	434,5	425,8	478,5	447,6	120,0
Ativos financeiros	46,9	37,3	20,1	46,6	15,4	46,4	37,4	57,2	27,0	59,6	44,2
Passivos financeiros	507,3	467,1	379,3	334,8	341,8	798,7	607,5	451,1	440,4	446,0	104,3
Outras despesas de capital	24,7	25,7	20,8	16,7	15,8	99,2	40,3	29,0	20,8	23,7	7,9
Total de despesas de capital	3 591,9	3 960,1	3 972,0	4 597,5	4 453,8	4 195,3	4 447,5	4 439,5	5 193,9	4 947,9	494,1
Total da Despesa	**9 632,5**	**10 368,8**	**10 659,0**	**11 515,9**	**12 062,5**	**10 891,8**	**11 622,2**	**11 968,0**	**13 183,8**	**13 813,1**	**1 750,6**
Despesa Total – Municípios Açores	211,3	216,3	227,6	257,1	253,9	238,9	251,4	277,2	295,6	292,5	38,6
Despesa Total – Municípios Madeira	210,1	214,0	225,8	237,7	251,1	257,2	251,0	249,2	287,7	273,0	21,9

Quadro 2.38 – Despesa Comprometida desagregada pelas diferentes componentes económicas

Unidade: milhões de euros

DESPESAS	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Despesas com pessoal	2 124,7	2 285,4	2 252,5	2 238,5	2 270,6	2 337,6	2 465,9	2 658,5	2 792,7	3 009,5	3 338,3
Aquisição de bens e serviços	2 602,1	2 640,5	2 528,2	2 460,3	2 555,6	2 606,0	2 667,2	2 806,4	2 755,8	2 927,8	3 353,0
Juros e outros encargos	192,1	166,6	171,2	141,5	121,8	88,7	97,5	63,1	51,0	42,2	39,0
Transferências correntes	548,1	571,5	574,5	590,1	635,7	683,4	723,0	810,9	929,9	1 069,8	1 146,5
Subsídios	223,2	195,8	158,2	94,7	87,0	120,3	116,5	161,6	204,4	267,6	278,8
Outras despesas correntes	110,4	116,6	109,1	106,2	138,0	141,4	197,1	161,5	110,6	112,6	139,5
Total despesas correntes	5 800,7	5 976,5	5 793,8	5 631,2	5 808,5	5 977,4	6 267,1	6 662,0	6 844,4	7 429,5	8 295,0
Aquisição de bens de capital	2 614,0	2 360,2	1 663,9	1 524,3	1 479,6	2 127,5	2 137,6	2 405,0	2 720,0	3 487,1	3 238,3
Transferências de capital	390,4	363,1	280,9	253,3	288,3	346,1	304,6	380,5	369,1	415,9	384,0
Ativos financeiros	34,1	30,4	31,4	73,0	57,1	52,8	43,7	35,2	54,5	25,3	57,6
Passivos financeiros	905,9	672,5	704,0	704,4	788,9	746,2	781,4	594,8	435,6	427,8	431,1
Outras despesas de capital	59,8	33,0	38,0	33,2	36,4	30,4	89,5	36,6	15,6	15,9	16,8
Total de despesas de capital	4 004,2	3 459,2	2 718,2	2 588,2	2 650,3	3 303,1	3 356,9	3 452,1	3 594,8	4 372,2	4 127,8
Total da Despesa	**9 804,9**	**9 435,7**	**8 512,1**	**8 219,4**	**8 458,8**	**9 280,4**	**9 624,1**	**10 114,1**	**10 439,2**	**11 801,7**	**12 422,8**
Despesa Total – Municípios Açores	214,0	199,0	185,6	177,9	175,1	198,1	212,3	228,6	241,6	261,6	263,0
Despesa Total – Municípios Madeira	252,9	236,9	199,8	173,7	169,6	200,7	229,5	218,3	226,0	260,1	253,1

Quadro 2.39 – Despesa Paga desagregada pelas diferentes componentes económicas

Unidade: milhões de euros

DESPESAS	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Despesas com pessoal	2 089,7	2 256,0	2 227,4	2 216,5	2 252,1	2 320,1	2 446,9	2 635,8	2 736,2	2 952,1	3 273,0
Aquisição de bens e serviços	1 852,3	2 064,9	2 037,9	2 052,3	2 171,2	2 210,9	2 224,9	2 341,0	2 201,1	2 390,1	2 726,8
Juros e outros encargos	148,5	128,3	131,8	112,0	100,7	77,0	92,2	56,7	47,9	35,9	33,4
Transferências correntes	467,6	497,7	526,6	549,1	599,3	635,4	682,8	765,1	868,1	1 004,5	1 071,0
Subsídios	149,2	117,8	101,7	74,3	76,0	112,4	110,6	152,1	187,4	244,5	273,4
Outras despesas correntes	93,4	102,2	97,0	93,6	126,5	131,4	185,4	150,7	97,8	100,9	126,7
Total despesas correntes	4 800,8	5 166,7	5 122,4	5 097,7	5 325,7	5 487,0	5 742,7	6 101,4	6 138,5	6 727,8	7 504,4
Aquisição de bens de capital	1 535,6	1 603,3	1 140,5	1 175,9	1 053,6	1 473,8	1 483,2	1 639,5	1 838,5	2 425,7	2 311,0
Transferências de capital	284,6	280,2	221,5	204,5	247,6	286,5	231,6	313,4	300,4	334,3	306,5
Ativos financeiros	20,6	11,9	18,6	58,0	53,2	49,4	41,6	33,3	52,0	24,5	54,6
Passivos financeiros	890,3	639,5	679,1	666,0	751,8	737,3	775,4	587,9	433,2	419,5	420,7
Outras despesas de capital	55,1	29,0	36,7	28,7	34,5	25,2	84,6	28,6	14,0	14,7	14,8
Total de despesas de capital	2 786,2	2 564,0	2 096,4	2 133,1	2 140,7	2 572,2	2 616,4	2 602,7	2 638,1	3 218,8	3 107,6
Total da Despesa	**7 587,1**	**7 730,7**	**7 218,8**	**7 230,9**	**7 466,4**	**8 059,3**	**8 359,1**	**8 704,1**	**8 776,6**	**9 946,6**	**10 612,0**
Despesa Total – Municípios Açores	182,1	177,4	172,1	168,4	160,1	178,8	194,5	210,6	217,2	226,1	234,4
Despesa Total – Municípios Madeira	158,2	216,8	177,8	158,0	156,3	180,0	207,5	187,8	188,3	230,9	220,5

Quadro 2.40 – Taxas de Variação da Despesa Paga por diferentes componentes económicas

DESPESAS	Variação da Despesa Paga (%)									
	12–13	13–14	14–15	15–16	16–17	17–18	18–19	19–20	20–21	21–22
Despesas com pessoal	8,0%	–1,3%	–0,5%	1,6%	3,0%	5,5%	7,7%	3,8%	7,9%	10,9%
Aquisição de bens e serviços	11,5%	–1,3%	0,7%	5,8%	1,8%	0,6%	5,2%	–6,0%	8,6%	14,1%
Juros e outros encargos	–13,6%	2,7%	–15,0%	–10,1%	–23,6%	19,8%	–38,5%	–15,6%	–25,0%	–6,9%
Transferências correntes	6,4%	5,8%	4,3%	9,1%	6,0%	7,5%	12,1%	13,5%	15,7%	6,6%
Subsídios	–21,1%	–13,6%	–26,9%	2,2%	48,0%	–1,6%	37,5%	23,3%	30,4%	11,8%
Outras despesas correntes	9,4%	–5,1%	–3,5%	35,2%	3,9%	41,1%	–18,7%	–35,1%	3,2%	25,6%
Total despesas correntes	7,6%	–0,9%	–0,5%	4,5%	3,0%	4,7%	6,2%	0,6%	9,6%	11,5%
Aquisição de bens de capital	4,4%	–28,9%	3,1%	–10,4%	39,9%	0,6%	10,5%	12,1%	31,9%	–4,7%
Transferências de capital	–1,5%	–21,0%	–7,7%	21,1%	15,7%	–19,2%	35,3%	–4,1%	11,3%	–8,3%
Ativos financeiros	–42,1%	56,2%	211,2%	–8,4%	–7,1%	–15,9%	–20,0%	56,3%	–52,9%	123,0%
Passivos financeiros	–28,2%	6,2%	–1,9%	12,9%	–1,9%	5,2%	–24,2%	–26,3%	–3,2%	0,3%
Outras despesas de capital	–47,5%	26,9%	–21,8%	20,0%	–26,8%	235,3%	–66,2%	–51,0%	5,4%	0,4%
Total das despesas de capital	–8,0%	–18,2%	1,8%	0,4%	20,2%	1,7%	–0,5%	1,4%	22,0%	–3,5%
Total das despesas pagas	**1,9%**	**–6,6%**	**0,2%**	**3,3%**	**7,9%**	**3,7%**	**4,1%**	**0,8%**	**13,3%**	**6,7%**
Despesa Total – Municípios Açores	–2,6%	–3,0%	–2,1%	–4,9%	11,7%	8,7%	8,3%	3,1%	4,1%	3,7%
Despesa Total – Municípios Madeira	37,0%	–18,0%	–11,1%	–1,1%	15,2%	15,3%	–9,5%	0,3%	22,6%	–4,5%

Quadro 2.41 – Estrutura da Despesa Paga por natureza económica

DESPESAS	Despesa Paga em cada rubrica /Total da despesa paga (%)										
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Despesas com pessoal	27,5%	29,2%	30,9%	30,7%	30,2%	28,8%	29,3%	30,3%	31,2%	29,7%	30,8%
Aquisição de bens e serviços	24,4%	26,7%	28,2%	28,4%	29,1%	27,4%	26,6%	26,9%	25,1%	24,0%	25,7%
Juros e outros encargos	2,0%	1,7%	1,8%	1,5%	1,3%	1,0%	1,1%	0,7%	0,5%	0,4%	0,3%
Transferências correntes	6,2%	6,4%	7,3%	7,6%	8,0%	7,9%	8,2%	8,8%	9,9%	10,1%	10,1%
Subsídios	2,0%	1,5%	1,4%	1,0%	1,0%	1,4%	1,3%	1,7%	2,1%	2,5%	2,6%
Outras despesas correntes	1,2%	1,3%	1,3%	1,3%	1,7%	1,6%	2,2%	1,7%	1,1%	1,0%	1,2%
Total despesas correntes	**63,3%**	**66,8%**	**71,0%**	**70,5%**	**71,3%**	**68,1%**	**68,7%**	**70,1%**	**69,9%**	**67,6%**	**70,7%**
Aquisição de bens de capital	20,2%	20,7%	15,8%	16,3%	14,1%	18,3%	17,7%	18,8%	20,9%	24,4%	21,8%
Transferências de capital	3,8%	3,6%	3,1%	2,8%	3,3%	3,6%	2,8%	3,6%	3,4%	3,4%	2,9%
Ativos financeiros	0,3%	0,2%	0,3%	0,8%	0,7%	0,6%	0,5%	0,4%	0,6%	0,2%	0,5%
Passivos financeiros	11,7%	8,3%	9,4%	9,2%	10,1%	9,1%	9,3%	6,8%	4,9%	4,2%	4,0%
Outras despesas de capital	0,7%	0,4%	0,5%	0,4%	0,5%	0,3%	1,0%	0,3%	0,2%	0,1%	0,1%
Total de despesas de capital	**36,7%**	**33,2%**	**29,0%**	**29,5%**	**28,7%**	**31,9%**	**31,3%**	**29,9%**	**30,1%**	**32,4%**	**29,3%**
Total da Despesa	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Quadro 2.42 – Peso da Despesa Paga em relação aos Compromissos Assumidos, por natureza económica

DESPESAS	Despesa Paga / Compromissos Assumidos (%)										
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Despesas com pessoal	98,4%	98,7%	98,9%	99,0%	99,2%	99,2%	99,2%	99,1%	98,0%	98,1%	98,0%
Aquisição de bens e serviços	71,2%	78,2%	80,6%	83,4%	85,0%	84,8%	83,4%	83,4%	79,9%	81,6%	81,3%
Juros e outros encargos	77,3%	77,0%	77,0%	79,2%	82,7%	86,8%	94,6%	89,9%	93,8%	85,0%	85,7%
Transferências correntes	85,3%	87,1%	91,7%	93,0%	94,3%	93,0%	94,4%	94,4%	93,4%	93,9%	93,4%
Subsídios	66,8%	60,1%	64,3%	78,5%	87,3%	93,4%	94,9%	94,1%	91,7%	91,4%	98,1%
Outras despesas correntes	84,6%	87,6%	88,9%	88,1%	91,6%	92,9%	94,1%	93,3%	88,4%	89,6%	90,8%
Total despesas correntes	82,8%	86,5%	88,4%	90,5%	91,7%	91,8%	91,6%	91,6%	89,7%	90,6%	90,5%
Aquisição de bens de capital	58,7%	67,9%	68,5%	77,1%	71,2%	69,3%	69,4%	68,2%	67,6%	69,6%	71,4%
Transferências de capital	72,9%	77,2%	78,8%	80,7%	85,9%	82,8%	76,0%	82,4%	81,4%	80,4%	79,8%
Ativos financeiros	60,5%	39,3%	59,3%	79,5%	93,2%	93,5%	95,0%	94,6%	95,3%	96,7%	94,8%
Passivos financeiros	98,3%	95,1%	96,5%	94,6%	95,3%	98,8%	99,2%	98,9%	99,4%	98,1%	97,6%
Outras despesas de capital	92,2%	87,7%	96,7%	86,6%	94,6%	82,9%	94,5%	78,0%	89,6%	92,5%	88,2%
Total de despesas de capital	69,6%	74,1%	77,1%	82,4%	80,8%	77,9%	77,9%	75,4%	73,4%	73,6%	75,3%
Total da Despesa	**77,4%**	**81,9%**	**84,8%**	**88,0%**	**88,3%**	**86,8%**	**86,9%**	**86,1%**	**84,1%**	**84,3%**	**85,4%**
Despesa Total – Municípios Açores	85,1%	89,1%	92,7%	94,6%	91,5%	90,3%	91,6%	92,1%	89,9%	86,4%	89,1%
Despesa Total – Municípios Madeira	62,5%	91,5%	89,0%	91,0%	92,1%	89,7%	90,4%	86,0%	83,3%	88,8%	87,1%

Quadro 2.43 – Obrigações desagregadas pelas diferentes componentes económicas, peso das obrigações nas despesas comprometidas e peso das despesas pagas nas obrigações

Unidade: milhões de euros

Receitas	Obrigações 2022		Despesas comprometidas 2022		Despesas pagas 2022		
	Valor (a)	%	Valor (b)	Peso (a)/(b)	Valor (c)	Peso (c)/(a)	Peso(c)/(a)
Despesas com pessoal	3 314,9	30,5%	3 338,3	99,3%	3 273,0	98,7%	98,0%
Aquisição de bens e serviços	2 838,3	26,1%	3 353,0	84,6%	2 726,8	96,1%	81,3%
Juros e outros encargos	37,5	0,3%	39,0	96,2%	33,4	89,1%	85,7%
Transferências correntes	1 082,1	10,0%	1 146,5	94,4%	1 071,0	99,0%	93,4%
Subsídios	274,2	2,5%	278,8	98,4%	273,4	99,7%	98,1%
Outras despesas correntes	129,0	1,2%	139,5	92,5%	126,7	98,2%	90,8%
Total despesas correntes	**7 676,0**	**70,6%**	**8 295,0**	**92,5%**	**7 504,4**	**97,8%**	**90,5%**
Aquisição de bens de capital	2 387,6	22,0%	3 238,3	73,7%	2 311,0	96,8%	71,4%
Transferências de capital	311,5	2,9%	384,0	81,1%	306,5	98,4%	79,8%
Ativos financeiros	56,1	0,5%	57,6	97,3%	54,6	97,4%	94,8%
Passivos financeiros	426,2	3,9%	431,1	98,9%	420,7	98,7%	97,6%
Outras despesas de capital	15,0	0,1%	16,8	89,3%	14,8	98,8%	88,2%
Total de despesas de capital	3 196,4	29,4%	4 127,8	77,4%	3 107,6	97,2%	75,3%
Total da Despesa	**10 872,4**	**100,0%**	**12 422,8**	**87,5%**	**10 612,0**	**97,6%**	**85,4%**
Despesa Total – Municípios Açores	240,0	--	263,0	91,2%	234,4	97,7%	89,1%
Despesa Total – Municípios Madeira	224,2	--	253,1	88,6%	220,5	98,4%	87,1%

Da informação dos quadros anteriores pode-se observar que:

- Em 2022 a despesa prevista distribui-se 64,2% em despesa corrente e 35,8,0% em despesa de capital, tendo esta aumentado em 37,7% (-1 355,9 milhões de euros) em relação a 2012. A despesa corrente em relação a 2012, cresceu +46,8% (+2 824,6 milhões de euros). Todavia a despesa prevista global, em 2022 cresceu, apenas, +4,8% (+629,3milhões de euros) em relação a 2021, tendo a respetiva despesa de capital prevista, baixado 4,7% (-246,0 milhões de euros). Em termos de repartição da despesa prevista por natureza económica, verifica-se que o maior montante de despesa estimada foi para a Aquisição de bens e serviços (26,6%) seguido do valor destinado a Despesas com pessoal (25,1%). Às Transferências correntes também foi atribuída uma fatia relevante do global das despesas estimadas (8,9%);
- Em 2022 a despesa assumida (compromissos) repartiu-se 66,8% em Despesa Corrente e 33,2% em Despesa de Capital, tendo esta baixado 5,6% (-244,4 milhão de euros) em relação a 2021. Já a Despesa Corrente em relação a 2021, cresceu 11,6% (+865,5 milhões de euros). Em relação a 2012, as despesas assumidas aumentaram 26,7% (+2 618 milhões de euros), sendo que este crescimento ocorreu fundamentalmente ao nível das despesas correntes, que neste período cresceram 43% (+2 494,4 milhões de euros), já que os compromissos de despesas de capital apenas cresceram neste período, 3,1% (+123,6 milhões de euros);
- Em 2022 as componentes mais representativas da despesa comprometida são a **Despesa com pessoal** com o peso de 25,5% no total da despesa realizada, e a **Aquisição de bens e serviços** com o peso de 24,8%. Neste ano económico, em relação a 2021, a Despesa com pessoal cresceu 10,9% (+328,7 milhões de euros) e os compromissos em Aquisição de bens e serviços cresceram 14,5% (+425,2 milhões de euros). Já os compromissos com **Transferências correntes** que representaram 9,2% do total compro-

missado, cresceram em 2022, 7,2% (+76,7milhões de euros);

- Analisando-se a estrutura económica das obrigações constituídas no total de 10.872,4 milhões de euros, constata-se que 70,6% das mesmas se alocaram às despesas correntes e só 29,4% às despesas de capital. Mais se verifica que o total das obrigações corresponderam a 87,5% do valor total dos compromissos assumidos para o exercício. Continuando a analisar o Quadro 2.43, verifica-se que apenas 73,3% dos compromissos assumidos em despesas de capital, se constituíram obrigações para o ano de 2022, tendo sido pagas 96,8% destas;
- Observando-se no Quadro 2.41 da estrutura da despesa paga, por natureza económica em conjunto com o Quadro 2.43, constata-se que foram priorizados os pagamentos da despesa corrente em detrimento da despesa de capital, relativamente aos compromissos assumidos. **Assim, em 2022, foi pago 90,5% da despesa corrente assumida e apenas 75,3% da despesa de capital.** Por esta razão, na estrutura da despesa paga, o total da despesa corrente assumiu o peso de 70,7% e a despesa de capital o peso de 29,3%;
- Continuando a observar no Quadro 2.41 o peso das despesas pagas no total de obrigações registadas por natureza económica, verifica-se que este indicador foi de 97,8% para as despesas correntes e de 97,2% para as despesas de capital, melhorando substancialmente em relação ao indicador homónimo que relaciona as despesas pagas com os compromissos assumidos;
- Em complemento ao referido no parágrafo anterior e observando os quadros relativos à despesa paga, constata-se que, em 2022, o montante pago de despesa corrente aumentou 11,5% (+776,6 milhões de euros) e o montante pago de despesa de capital baixou 3,5% (-111,2 milhões de euros);
- Pela análise das contas dos 308 municípios verificou-se que 222 municípios apresentaram, em 2022, um acréscimo de volume de despesa paga, tendo sido, todavia, menos 48 municípios que em 2021 (-17,8%);
- Continuando a reportar ao ano de 2022, a estrutura do peso dos pagamentos realizados, nas despesas comprometidas (Quadro 2.42), mostra que apenas foram pagos 71,4% das despesas de investimento, 79,8% das transferências de capital e 81,3% das despesas assumidas com a aquisição de bens e serviços, tendo por contraponto níveis de pagamento superiores a 90% nas outras rubricas económicas da despesa.

O *Ranking* R23 apresenta os 35 municípios com maior volume de despesa paga em 2022, bem como o peso dos pagamentos efetuados em relação à despesa comprometida – recorda-se que a média nacional deste rácio, em 2022, foi de 85,4%. **De igual modo se apresenta a taxa de pagamentos em relação às obrigações constituídas para o ano económico em apreço, sendo que a média nacional deste rácio foi de 97,6%.**

R23 – Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Desp paga / Desp comp.	Desp. paga / Obrig.
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
1	Lisboa	G	833 555 985	544 333 264	640 000 249	597 776 675	686 603 489	705 884 879	867 142 484	820 122 567	842 188 884	960 159 679	978 910 998	89,7%	99,6%
2	Porto	G	154 672 864	182 352 337	154 654 855	165 833 768	206 781 960	191 686 791	228 025 199	239 375 230	231 753 467	273 267 320	289 778 618	86,8%	99,1%
3	Cascais	G	141 882 806	130 063 830	143 460 719	149 543 257	158 069 764	178 181 432	191 450 397	207 010 773	222 724 919	256 490 281	281 846 853	85,8%	99,7%
4	Sintra	G	181 601 800	148 000 070	122 911 236	147 463 011	139 715 780	135 023 098	140 919 465	157 445 555	185 039 036	195 297 633	230 043 868	90,6%	99,9%
5	Oeiras	G	103 392 070	103 054 125	108 812 708	106 311 161	115 171 511	114 798 229	122 751 182	162 557 687	189 142 437	217 847 009	210 743 118	90,6%	99,2%
6	Vila N. Gaia	G	126 902 668	137 387 666	130 861 596	123 091 075	151 371 984	130 127 195	146 970 097	139 542 119	154 260 051	168 915 065	193 534 054	79,1%	95,3%
7	Loures	G	110 933 432	106 117 064	102 581 278	102 014 152	102 042 252	107 253 238	102 680 060	117 825 109	144 110 088	141 886 850	169 169 818	87,1%	94,8%
8	Matosinhos	G	108 847 800	98 465 019	88 661 754	101 835 239	116 948 414	116 167 155	113 124 203	113 687 214	126 639 087	147 478 866	144 093 571	90,8%	99,8%
9	Loulé	M	91 444 929	102 097 314	92 128 839	86 472 174	91 051 312	102 147 508	108 916 249	127 289 795	125 644 287	132 063 703	141 153 828	77,1%	99,2%
10	Seixal	G	79 191 317	79 998 309	108 617 095	75 637 901	112 198 606	90 550 107	125 558 340	122 907 915	99 684 920	141 413 912	140 183 638	93,3%	97,7%
11	Braga	G	87 260 723	99 120 469	87 136 871	85 429 759	82 452 326	93 348 327	99 700 859	113 235 119	109 711 968	117 243 221	129 556 248	90,7%	99,1%
12	Almada	G	78 070 954	75 228 442	73 367 924	82 705 206	89 639 915	93 284 471	84 453 320	93 467 782	113 223 678	114 834 192	127 160 193	85,9%	98,6%
13	Coimbra	G	93 242 765	83 769 203	71 173 341	77 545 590	78 577 699	80 621 540	80 379 898	87 721 004	96 196 375	126 148 517	124 203 723	86,3%	99,0%
14	Setúbal	G	67 301 022	62 182 369	65 613 320	77 652 513	88 118 335	82 214 780	88 794 206	91 793 805	93 201 451	99 646 052	117 968 791	80,2%	93,3%
15	Guimarães	G	92 687 224	63 003 509	72 794 510	78 567 063	80 568 122	94 531 324	92 103 512	86 606 335	90 383 494	110 898 669	109 865 896	85,7%	97,9%
16	Gondomar	G	71 458 616	72 242 287	63 157 168	63 484 060	63 811 529	72 486 448	69 923 925	102 062 283	76 613 165	98 845 698	109 214 528	92,6%	97,8%
17	V. N. Famalicão	G	81 378 872	68 334 360	68 684 935	69 415 464	78 957 364	87 517 482	88 723 418	91 072 195	91 691 937	111 345 095	108 695 556	93,1%	99,0%
18	Funchal	G	73 869 441	110 516 842	74 125 736	70 579 811	71 760 032	74 641 068	98 519 054	84 016 398	82 210 480	105 408 076	104 158 666	85,5%	98,0%
19	Odivelas	G	61 136 415	56 548 832	64 417 082	63 114 143	64 545 787	69 522 355	69 825 559	72 109 379	76 924 105	91 465 912	100 626 124	81,0%	97,9%
20	Leiria	G	55 773 101	55 212 680	57 243 922	54 140 383	57 753 974	68 293 263	68 747 342	78 360 473	70 569 819	89 880 177	97 666 749	82,2%	99,2%
21	Amadora	G	76 573 653	79 962 825	74 619 402	70 301 881	75 305 777	81 144 300	78 373 295	85 245 762	92 776 447	100 084 088	95 091 419	84,9%	98,9%
22	Maia	G	56 388 539	56 266 483	59 462 432	67 135 282	62 364 844	67 688 906	69 196 632	72 596 497	66 157 652	75 145 323	90 059 060	87,3%	99,4%
23	Aveiro	M	40 897 204	39 931 518	44 831 326	48 268 605	48 477 741	97 790 270	68 845 596	59 546 663	69 136 221	84 249 276	88 722 442	78,5%	98,6%
24	Vila F. de Xira	G	59 526 537	69 873 884	59 116 731	55 296 775	56 319 401	69 073 173	62 073 130	75 680 760	86 413 977	85 828 116	86 192 405	94,6%	99,1%
25	Albufeira	M	62 070 568	73 586 868	77 834 083	59 662 600	63 017 046	68 611 926	76 255 632	84 398 719	79 798 339	95 373 904	85 190 114	85,0%	98,9%
26	Sta. M. Feira	G	57 673 932	74 566 864	57 422 776	51 719 491	54 890 524	57 270 412	56 870 293	59 442 547	60 284 215	73 486 445	81 935 006	77,7%	98,0%
27	V. Castelo	M	51 017 454	55 761 648	48 617 066	61 142 316	55 680 024	64 188 578	64 575 283	70 532 089	70 186 145	76 300 305	80 553 511	83,6%	91,6%
28	Paredes	M	53 509 820	75 207 388	42 974 068	45 914 706	52 781 821	41 263 928	64 812 378	43 241 175	46 404 310	51 662 806	79 457 758	78,0%	93,9%
29	Barcelos	G	56 082 948	61 285 264	58 579 955	51 733 847	47 571 519	50 571 443	50 170 903	63 939 985	54 148 863	69 798 033	78 352 286	78,3%	97,2%
30	Mafra	M	52 901 528	50 777 593	52 140 609	50 934 263	55 925 359	61 342 385	62 871 087	93 028 483	68 535 102	75 166 885	75 394 690	93,8%	98,8%
31	Viseu	G	42 277 733	43 836 823	42 452 176	43 052 795	45 865 496	53 258 344	59 061 361	56 468 126	60 690 396	76 406 092	72 013 160	75,0%	98,8%
32	Portimão	M	39 617 629	43 572 561	44 867 790	51 790 945	77 628 844	136 954 142	47 153 475	55 291 397	53 278 188	64 037 962	71 320 659	83,6%	97,9%
33	Torres Vedras	M	47 266 742	45 155 764	41 464 072	53 856 134	46 043 230	43 338 376	48 325 297	54 720 061	54 634 612	65 215 181	69 057 604	91,7%	99,4%
34	Santarém	M	37 245 118	62 460 051	47 226 145	35 020 511	49 394 794	37 777 229	57 980 159	43 251 935	41 546 561	44 666 887	68 907 024	87,4%	99,2%
35	Valongo	M	29 898 884	49 441 335	30 705 937	31 268 922	31 778 263	34 459 280	61 117 982	44 637 561	47 962 594	58 598 780	67 156 210	83,6%	99,9%
Total Nacional			**7 587 074 975**	**7 730 701 845**	**7 218 830 530**	**7 230 872 982**	**7 466 419 551**	**8 059 263 548**	**8 359 106 841**	**8 704 082 150**	**8 776 572 034**	**9 946 645 702**	**10 612 035 633**	**85,4%**	**97,6%**

A observação do *Ranking* R23 permite referir o seguinte, reportando a análise ao ano de 2022:

- A listagem abrange todos os municípios de grande dimensão;
- Estes 35 municípios apresentaram, na sua maioria, um rácio de pagamento da despesa assumida, próximo ou superior ao rácio médio nacional (85,4%) ultrapassando, nove deles, 90% de pagamento da despesa comprometida. **Quanto ao rácio do pagamento das obrigações constituídas no exercício, o mesmo situou-se, em todos os 35 municípios, muito acima dos 90%. A média de pagamentos das obrigações a nível nacional, foi de 97,6%;**
- Anotam-se, com rácio de pagamento de compromissos bastante inferior à média, os municípios de: Vila Nova de Gaia (79,1%), Loulé (77,1%), Aveiro (78,5%), Santa Maria da Feira (77,7%), Paredes (78,0%), Barcelos (78,3%) e Viseu (75,0%);
- Verifica-se que apenas dez destes 35 municípios com maior volume de despesa, apresentaram descida do montante global de pagamentos sendo de relevar pela descida mais significativa as diminuições apresentadas por: Albufeira (-10 milhões de euros, -10,7%), Viseu (-4,4 milhões de euros, -5,7%), Amadora (-4,9 milhões de euros, -5,0%) e Oeiras (- 7,1 milhões de euros, -3,3%);
- Constata-se ainda que quinze municípios apresentaram acréscimos de pagamentos superiores a 10%, sendo que dois apresentaram taxas de crescimento superiores a 50%: Paredes (+53,8%) e Santarém (+54,3%);
- **Como complemento à informação prestada no *Ranking* R23, anota-se que 80 municípios apresentaram uma taxa de pagamento de compromissos superior a 90% e 290 municípios apresentam uma taxa de pagamentos de obrigações superior a 90%.**

No Ranking R24 apresenta-se a listagem ordenada, pelo ano de 2022, dos municípios com menor volume de despesa paga bem como, a taxa de pagamento das despesas comprometidas, e a taxa de pagamento das obrigações constituídas.

R24 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Desp paga / Desp comp.	Desp. paga / Obrig.
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
1	Corvo	P	2 414 276	2 474 895	1 776 445	1 747 264	2 241 675	1 770 633	2 338 463	1 941 263	1 560 377	1 778 526	1 898 266	85,4%	99,6%
2	Sta. Cruz Flores	P	2 862 650	3 312 676	4 188 648	2 396 829	2 503 069	3 135 072	2 576 994	2 654 521	3 190 213	3 640 177	3 442 730	92,5%	99,9%
3	Lajes Flores	P	4 131 905	5 247 235	4 991 107	3 003 143	3 044 636	3 210 168	3 120 582	3 652 182	3 708 014	4 100 570	4 010 997	89,0%	98,6%
4	S. Cruz Graciosa	P	5 417 787	4 607 162	4 483 071	3 985 410	3 468 880	4 817 113	5 101 937	4 943 899	4 329 671	5 254 624	4 696 313	95,3%	99,5%
5	Porto Santo	P	4 356 998	7 659 415	3 699 143	6 021 483	4 458 656	3 988 500	5 150 818	6 387 847	4 139 571	5 244 270	5 246 644	90,7%	98,0%
6	São Roque Pico	P	4 315 947	4 054 507	4 058 980	4 494 659	4 409 248	4 403 866	5 076 789	4 523 240	5 611 134	6 220 678	5 421 925	94,0%	99,6%
7	Barrancos	P	3 589 018	3 709 953	3 639 534	3 593 952	3 620 990	4 077 594	3 745 148	4 258 268	4 326 944	5 376 647	5 708 535	91,6%	99,3%
8	Manteigas	P	5 796 949	5 977 429	5 118 927	8 447 249	5 224 956	5 705 228	5 371 543	7 047 684	5 514 173	5 331 856	5 711 157	89,4%	99,0%
9	Castanheira Pera	P	9 278 024	3 553 614	4 654 603	4 737 879	4 377 599	4 190 033	5 188 671	6 832 469	4 882 138	4 589 326	6 010 119	80,3%	99,5%
10	Calheta (R.A.A.)	P	4 319 646	4 125 360	4 527 920	4 896 569	3 915 880	5 072 853	4 797 527	5 360 287	5 519 693	5 580 700	6 123 212	95,9%	99,8%
11	Arronches	P	4 729 588	4 783 425	5 150 062	6 669 097	5 020 352	6 841 358	5 132 184	5 717 470	5 142 752	7 339 767	6 599 174	84,4%	99,2%
12	Porto Moniz	P	4 222 016	5 098 198	3 800 325	4 029 324	5 046 681	6 737 813	5 653 446	5 914 260	5 631 945	5 696 767	6 661 736	86,0%	99,7%
13	Fronteira	P	5 207 342	5 442 780	5 353 374	4 712 681	5 238 378	6 039 021	4 986 315	5 442 924	6 006 616	6 402 478	6 735 391	86,7%	98,9%
14	Mesão Frio	P	6 694 172	5 293 468	4 989 859	5 203 729	4 939 075	8 049 697	5 282 590	5 865 670	6 477 393	7 626 009	6 863 249	80,6%	96,4%
15	Santana	P	6 228 480	6 644 990	6 395 436	4 845 776	5 870 881	7 690 388	7 308 288	6 193 003	6 466 778	8 596 191	6 878 894	92,7%	98,9%
16	Alter Chão	P	7 592 155	5 476 291	6 219 273	5 939 502	5 751 395	6 278 447	6 386 945	6 870 792	6 680 068	7 279 625	6 921 567	81,6%	98,8%
17	Alvito	P	4 321 163	3 959 208	4 102 362	4 029 334	4 296 576	4 207 729	5 358 962	5 195 105	6 494 690	7 530 939	7 035 187	85,3%	97,3%
18	Mourão	P	4 686 399	6 394 302	5 016 501	5 204 673	5 281 068	5 831 358	5 544 421	10 370 541	7 100 280	7 053 822	7 092 781	93,5%	98,4%
19	Lajes Pico	P	6 719 575	10 077 631	7 030 978	5 740 522	5 300 504	5 391 901	5 410 647	6 310 197	5 807 975	7 736 354	7 228 603	94,1%	99,8%
20	Golegã	P	7 734 224	7 220 873	5 886 697	6 765 282	6 472 911	6 507 697	7 541 472	7 150 404	7 544 432	7 582 457	7 424 316	83,6%	99,5%
21	Pedrógão Grande	P	5 753 589	6 183 940	5 927 544	4 603 951	4 884 742	6 041 871	6 833 798	8 143 530	6 765 743	5 864 141	7 636 063	92,2%	98,9%
22	Vila Porto	P	5 202 181	4 482 194	5 585 594	5 085 226	4 873 077	6 266 654	6 169 085	6 042 016	6 834 486	7 619 978	7 661 973	96,5%	100%
23	Cuba	P	6 200 673	4 957 802	4 952 975	5 790 391	5 560 030	6 673 292	5 713 459	5 874 942	6 972 302	8 467 389	7 777 248	82,0%	85,2%
24	V.N. Barquinha	P	12 012 785	8 348 094	7 937 938	7 350 083	6 343 136	6 601 536	8 356 617	8 334 464	6 556 859	7 061 154	7 806 860	91,3%	99,6%
25	Nordeste	P	5 666 138	15 729 068	6 928 266	5 393 405	5 221 020	5 834 764	15 072 017	5 495 895	7 295 898	6 079 764	7 818 433	95,4%	100%
26	Ponta Sol	P	5 546 372	5 720 402	4 919 199	6 074 302	6 105 614	6 662 963	6 078 934	6 053 795	7 783 116	8 164 472	7 886 394	86,9%	98,6%
27	Castelo Vide	P	6 020 702	6 015 318	5 915 153	5 373 842	5 550 742	6 466 358	6 081 315	5 789 174	7 289 758	10 158 041	7 921 736	90,6%	99,5%
28	Góis	P	8 529 856	7 510 818	6 909 624	7 153 141	7 170 387	8 141 399	9 050 052	9 329 809	7 578 320	6 974 710	8 053 401	90,7%	99,3%
29	Constância	P	7 674 792	6 213 879	5 207 011	5 286 483	5 434 678	6 762 500	6 152 956	6 120 037	6 036 135	6 882 125	8 058 954	93,6%	96,9%
30	Penedono	P	5 608 589	7 111 583	6 303 731	6 667 952	4 335 307	5 221 749	5 458 577	5 975 256	5 258 565	7 190 545	8 061 639	100%	100%
31	Madalena	P	5 299 359	6 866 195	7 190 816	6 944 244	7 252 816	7 355 810	8 821 503	7 920 056	8 482 240	9 196 299	8 131 123	85,2%	92,5%
32	Mora	P	6 683 644	6 244 095	5 633 074	7 843 256	6 724 700	7 282 951	7 204 271	7 173 597	6 404 161	7 959 517	8 229 935	83,6%	95,7%
33	Vila Nova Paiva	P	6 716 650	6 630 635	6 170 742	7 446 507	5 755 520	6 432 256	6 412 952	5 917 389	6 992 130	7 386 979	8 243 126	83,3%	96,9%
34	Marvão	P	4 673 052	5 531 365	5 108 976	5 108 794	5 374 395	6 513 865	5 399 540	6 023 412	6 648 329	7 824 407	8 285 916	90,6%	99,4%
35	Penela	P	8 959 954	7 158 238	6 255 825	7 177 917	6 271 275	6 803 140	7 194 796	7 878 425	7 824 934	8 409 975	8 287 402	84,7%	93,7%

Da observação deste *Ranking* R24 verifica-se, reportando a análise ao ano de 2022, que:

- Da listagem de municípios com menor volume de pagamentos constam exclusivamente municípios de pequena dimensão tendo sido verificado, para a maior parte deles, um rácio de pagamento de compromissos superior à média nacional. Anota-se que o município de Penedono continua a apresentar uma taxa de **pagamento dos compromissos** de 100%[47]. Também se constata nesta listagem, que nenhum município, apresentou uma taxa de pagamento dos compromissos inferior a 80%, tendo dezoito municípios apresentado taxas de pagamento dos compromissos superiores a 90%;
- Ainda em relação ao pagamento das despesas, verifica-se que em relação ao rácio correspondente à **liquidação das obrigações**, o mesmo ultrapassou, em muito, os 90% em todos os municípios deste ranking, com exceção do município de Cuba que apresentou uma taxa de execução dos pagamentos das obrigações de 85,2%. Demonstraram uma execução de 100% do pagamento das despesas, os municípios de Vila do Porto, de Penedono e de Nordeste;
- Da listagem em apreço (R24) constata-se que dezasseis municípios baixaram o volume de pagamentos face a 2021, tendo nove municípios apresentado taxas de crescimento superiores a 10%, sendo expressivos os aumentos de pagamento apresentados por: Castanheira de Pera (+31,0%), Pedrógão Grande (+30,2%) e Nordeste (+28,6%).

O Quadro R23.D, mostra a despesa total paga por distritos e por regiões. Do mesmo pode concluir-se que:

- A despesa paga em todo o Distrito de Lisboa representou 22,8% da despesa global paga pelo sector autárquico, tendo o segundo maior peso desta despesa sido apresentado pelo Distrito do Porto com a percentagem de 13,9%. Quer isto dizer que estes dois distritos juntos absorveram 36,7% da despesa global paga;
- Com aumentos de despesa paga superior a 10%, podem-se apresentar os distritos de: Santarém (+17,4%), Guarda (+14,9%), Évora (+13,15), Beja (+11,8%), e Setúbal (+10,2%);
- Com decréscimo de despesa paga, apresentam-se o distrito de Portalegre (-6,9%) e a Região da Madeira (-4,5%).

[47] Já nos anos económicos de 2018, 2019 e 2020 apresentou uma taxa de 100% de pagamento dos compromissos assumidos.

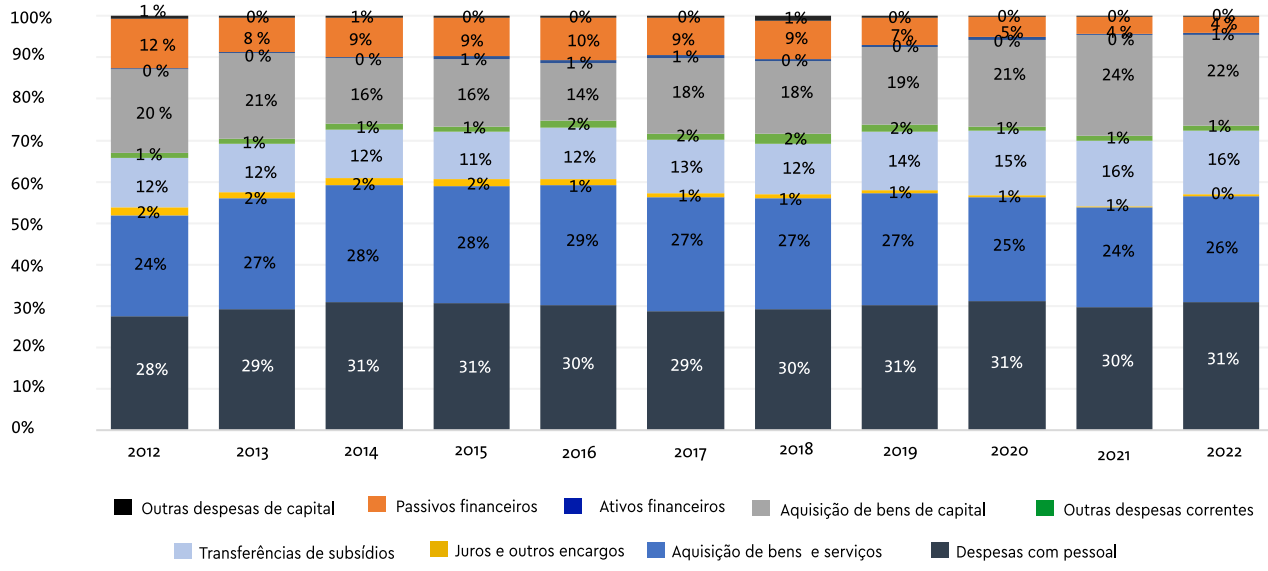
R23.D – Despesa paga pelos Distritos, em 2022

Unidades: euros

Município		Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Desp paga / Desp comp.	Desp. paga / Obrig.
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022		
1	Lisboa	1 754 025 939	1 425 579 706	1 493 569 843	1 484 723 274	1 587 860 229	1 663 822 035	1 841 506 785	1 949 518 259	2 065 701 553	2 307 095 238	2 422 076 836	89,2%	98,8%
2	Porto	949 191 371	1 081 268 062	906 053 953	939 447 644	1 001 278 488	1 073 808 803	1 145 733 999	1 143 654 840	1 139 170 860	1 339 046 807	1 470 221 126	85,6%	97,2%
3	Setúbal	499 858 209	522 528 191	511 278 880	504 271 128	572 779 527	552 192 333	594 953 637	643 598 256	651 028 315	739 657 290	814 962 795	88,1%	98,1%
4	Faro	442 665 591	484 716 174	555 523 385	466 476 042	513 378 002	627 473 881	531 955 161	589 231 286	586 400 683	649 647 110	699 439 221	82,9%	97,6%
5	Braga	491 433 162	473 697 204	456 349 415	460 000 420	466 524 509	503 970 297	510 842 602	545 822 351	538 992 250	626 199 333	652 988 069	87,2%	97,8%
6	Aveiro	439 920 104	469 237 106	403 039 056	422 185 659	407 820 152	480 813 023	441 537 271	463 886 700	477 678 631	533 872 676	569 165 095	82,2%	97,0%
7	Santarém	344 004 294	368 541 128	334 499 356	323 820 826	318 788 456	379 689 618	354 128 928	358 754 617	353 010 271	384 583 089	451 424 858	85,4%	98,2%
8	Coimbra	315 556 132	299 114 342	274 002 611	293 709 768	296 158 875	304 943 413	338 635 062	347 592 528	340 045 491	397 147 561	418 827 920	85,5%	95,9%
9	Leiria	298 249 118	309 293 196	287 710 819	291 574 998	278 221 786	307 954 886	321 469 123	349 498 448	321 810 161	383 190 818	414 293 800	86,6%	98,0%
10	Viseu	300 434 092	328 716 923	293 265 525	317 157 028	289 543 793	312 624 154	334 828 459	345 945 101	336 351 030	390 145 310	406 680 083	80,9%	95,0%
11	V. Castelo	209 551 056	216 496 519	185 604 865	209 143 231	202 200 169	223 159 600	220 899 928	236 913 110	231 335 814	254 408 892	268 096 706	86,3%	94,2%
12	V. Real	190 352 890	206 825 981	222 963 836	204 230 543	193 356 908	212 268 380	212 410 565	211 356 725	236 004 945	257 432 175	266 582 729	83,6%	96,5%
13	Guarda	173 573 959	185 493 458	161 468 333	172 628 847	182 882 090	205 281 359	228 872 736	187 560 290	186 026 405	211 708 183	243 271 382	83,2%	96,4%
14	Beja	181 690 686	169 836 573	160 270 493	168 740 152	164 986 809	184 001 773	176 105 512	184 061 560	190 742 125	211 594 656	236 534 840	84,2%	95,3%
15	Açores	182 095 962	177 382 924	172 071 030	168 372 124	160 120 904	178 846 514	194 478 109	210 592 148	217 160 221	226 065 479	234 354 790	90,0%	98,1%
16	Évora	168 836 305	207 475 673	169 427 765	163 952 679	203 356 747	179 333 560	178 165 350	215 917 359	185 440 415	199 769 366	225 889 608	89,1%	97,9%
17	Madeira	158 188 725	216 773 464	177 797 255	158 047 018	156 322 337	180 009 481	207 508 380	187 814 190	188 329 486	230 882 905	220 508 143	88,3%	98,5%
18	C. Branco	188 801 646	235 589 378	158 044 519	167 013 798	168 921 717	175 893 568	221 429 313	205 526 078	192 218 386	213 176 271	215 343 044	83,6%	97,6%
19	Bragança	173 679 147	197 623 414	151 811 050	173 209 827	168 392 565	169 754 838	163 983 991	181 466 348	181 275 046	201 232 892	204 774 499	79,9%	94,1%
20	Portalegre	144 966 587	154 512 427	144 078 540	142 167 975	133 525 488	143 422 032	139 661 930	145 371 957	157 849 947	189 789 648	176 600 088	86,9%	97,7%

A estrutura da despesa municipal, considerando o peso das diferentes rubricas na despesa global e sua evolução entre 2012 e 2022, foi até ao momento, o tema central do presente capítulo deste Anuário. Antes de se passar para uma análise individualizada da despesa por natureza económica, importará apresentar o Gráfico 2.08 com que se sintetiza a estrutura da despesa paga entre 2012 e 2022.

Gráfico 2.08 – Estrutura da despesa paga de 2012 a 2022



2.3.4. Caracterização das Despesas por natureza económica

Nesta secção apresentam-se, com maior detalhe, particularidades relativas às principais rubricas económicas da despesa municipal, especialmente um conjunto de *rankings* que hierarquizam os valores das mesmas em lotes de 35 municípios.

Tal como nos anuários anteriores, as rubricas económicas que, pela sua materialidade, se entendeu analisar autonomamente foram: Despesas com Pessoal, Despesas em Aquisições de Bens e Serviços Correntes e Despesas de Investimentos. Pelo significado económico que revestem apresentam-se, ainda, detalhadas as seguintes despesas: Despesas com Transferências e Subsídios, Despesas com Juros e outros encargos financeiros e Amortização de empréstimos (Passivos Financeiros).

2.3.4.1. Despesas com Pessoal

Tendo em atenção a natureza das Despesas com Pessoal, pela qual não poderá resultar encargos por pagar no final de cada ano económico, estas serão analisadas na ótica dos pagamentos. Como se pode observar no Quadro 2.39 as Despesas com Pessoal, em 2022, constituem a rubrica de despesa com maior volume de pagamentos e, consequentemente, com maior peso na despesa paga (30,8%).

Em 2016, contrariando a tendência dos anos anteriores[48], verificou-se uma retoma de crescimento da Despesa com Pessoal com um aumento, ainda que ligeiro nesse ano (+35,6 milhões de euros, +1,6%), um acréscimo mais acentuado em 2017 (+67,9 milhões de euros, +3%), um reforço em 2018 (+126,9 milhões de euros[49], +5,5%), em 2019 o aumento significativo de 7,7% traduzido num acréscimo de 188,8 milhões de euros e, em 2020, o aumento de 3,8% (+100,4 milhões de euros). Em 2021 o aumento das Despesas com Pessoal foi de 7,9% (+215,9 milhões de euros) sendo que em 2022 a Despesa com pessoal cresceu 10,9% (+320,9 milhões de euros), apresentando aumento desta despesa, neste ano, 287 municípios.

Sendo o peso das despesas com pessoal na despesa total paga de cada autarquia, um indicador importante de análise e de condicionamento económico-financeiro da sua atividade, apresentam-se a seguir duas listagens hierarquizadas: uma, dos 35 municípios com maior valor neste indicador e outra, dos 35 municípios com menor valor.

Anota-se que o peso médio nacional das despesas com pessoal na despesa total paga, em 2022, foi de 30,8%, superior em 1,1pp à média obtida no ano anterior. Considerando o universo total dos municípios, verificou-se que **185 municípios apresentaram um peso médio de despesas com pessoal superior ao peso da média nacional.**

O Ranking R25 apresenta os 35 municípios com maior peso das despesas pagas com pessoal na despesa total.

[48] Depois da uma queda abrupta em 2012 (-275,2 milhões de euros, -11,6%), face aos cortes nos salários e subsídios da função pública, as despesas com pessoal apresentaram uma subida em 2013 devido, essencialmente, à reposição do subsídio de Natal (+166,2 milhões de euros, +8%). Em 2014 e em 2015 esta despesa voltou a apresentar sucessivas descidas, 0,9% e 0,5% respetivamente.

[49] A este aumento de despesa não será estranho o descongelamento das carreiras dos funcionários públicos, o que permitiu reposicionamentos e progressões na mesma.

R25 – Municípios com maior peso de pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais em 2022[50]

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Redondo	P	43,9%	50,5%	48,4%	45,5%	47,1%	48,2%	52,0%	56,2%	56,2%	49,9%	51,4%
2	Porto Santo	P	29,8%	23,3%	57,4%	33,9%	50,6%	58,1%	43,9%	36,7%	57,5%	46,4%	49,6%
3	Serpa	P	31,7%	40,9%	44,6%	35,9%	42,4%	37,0%	39,5%	40,6%	43,7%	43,6%	49,5%
4	Tarouca	P	39,9%	47,9%	46,0%	42,8%	44,3%	28,4%	44,9%	49,1%	45,4%	42,4%	48,2%
5	Borba	P	31,7%	19,4%	41,4%	41,6%	38,1%	27,6%	46,2%	49,8%	45,9%	44,9%	47,7%
6	Freixo Espada à Cinta	P	29,1%	21,2%	30,1%	36,0%	34,3%	40,6%	42,1%	21,4%	41,5%	45,5%	45,5%
7	Alcácer do Sal	P	34,2%	35,7%	44,0%	44,2%	47,5%	43,5%	49,1%	47,0%	42,6%	39,0%	44,9%
8	Vidigueira	P	35,3%	44,7%	44,3%	33,1%	42,9%	45,9%	45,2%	46,2%	41,2%	45,6%	44,2%
9	Cuba	P	31,3%	41,0%	42,1%	36,3%	37,9%	33,9%	41,5%	47,7%	40,3%	33,7%	44,1%
10	Moita	M	44,4%	45,6%	46,1%	45,0%	44,3%	45,3%	45,6%	45,5%	46,2%	41,8%	43,9%
11	Alter do Chão	P	31,9%	47,8%	42,5%	43,0%	43,9%	40,5%	41,3%	40,1%	40,1%	36,6%	43,8%
12	Mesão Frio	P	26,4%	35,2%	40,1%	38,4%	40,9%	25,2%	41,3%	41,6%	42,5%	39,6%	43,6%
13	Mourão	P	55,0%	42,8%	60,4%	55,4%	52,3%	46,2%	48,9%	27,6%	40,8%	43,3%	43,3%
14	Monforte	P	42,5%	44,3%	47,0%	42,6%	41,1%	37,0%	38,9%	45,4%	38,2%	31,3%	43,2%
15	Mora	P	32,2%	37,2%	41,7%	31,6%	38,6%	37,7%	38,2%	41,6%	45,7%	38,1%	43,2%
16	Alfândega da Fé	P	27,8%	10,9%	31,7%	13,0%	10,9%	30,0%	33,8%	42,8%	41,9%	43,9%	42,8%
17	Ourique	P	41,0%	40,5%	40,3%	40,3%	44,7%	42,7%	49,0%	47,3%	41,1%	44,6%	42,4%
18	Vila Viçosa	P	43,4%	39,7%	40,2%	34,8%	33,3%	34,3%	37,5%	34,8%	40,3%	34,4%	42,4%
19	Góis	P	31,0%	37,3%	42,6%	38,0%	36,5%	35,5%	31,7%	36,4%	44,0%	46,6%	42,1%
20	Machico	P	29,1%	31,7%	21,3%	40,6%	39,2%	39,4%	40,0%	39,9%	34,0%	31,2%	42,0%
21	Golegã	P	26,7%	30,2%	35,7%	31,6%	33,1%	32,8%	33,8%	39,8%	36,8%	39,1%	41,6%
22	Castelo de Vide	P	38,2%	41,0%	40,3%	43,7%	43,8%	39,6%	44,5%	47,9%	42,4%	30,6%	41,5%
23	Alcochete	P	49,8%	52,9%	54,6%	48,5%	49,3%	50,0%	45,6%	40,5%	37,7%	41,9%	41,4%
24	Avis	P	38,3%	40,7%	45,5%	42,4%	44,4%	37,3%	41,9%	49,7%	46,7%	37,9%	41,1%
25	Figueiró dos Vinhos	P	37,5%	42,7%	40,2%	37,9%	36,5%	35,6%	28,0%	34,3%	35,8%	35,8%	41,1%
26	Sardoal	P	47,1%	45,9%	48,1%	44,4%	46,7%	41,8%	43,4%	44,1%	37,5%	46,1%	41,1%
27	Cartaxo	M	37,2%	40,0%	23,8%	29,9%	37,9%	9,8%	43,0%	39,8%	48,9%	47,6%	41,0%
28	São Brás de Alportel	P	40,5%	41,3%	37,2%	35,2%	38,7%	34,9%	36,4%	41,9%	41,7%	42,0%	40,9%
29	Évora	M	41,0%	29,8%	34,6%	41,9%	24,4%	39,4%	40,1%	26,9%	41,7%	36,5%	40,6%
30	Vila Nova Barquinha	P	21,7%	34,9%	37,3%	37,6%	40,2%	40,6%	34,4%	36,8%	44,1%	43,7%	40,5%
31	Sesimbra	M	36,8%	35,3%	40,5%	41,4%	40,8%	39,1%	39,6%	40,3%	41,0%	40,3%	40,4%
32	Viana do Alentejo	P	31,0%	26,1%	38,8%	29,2%	35,7%	31,7%	27,6%	42,1%	40,2%	33,9%	40,4%
33	Barrancos	P	51,3%	51,9%	50,2%	51,4%	50,3%	44,6%	50,3%	47,6%	46,5%	38,3%	40,3%
34	Peniche	M	34,8%	38,8%	39,5%	37,5%	36,7%	34,1%	38,5%	35,5%	42,4%	40,8%	40,2%
35	Elvas	M	21,7%	22,5%	20,8%	18,5%	24,4%	24,4%	25,5%	32,8%	31,2%	31,4%	40,1%
Total 308 municípios			**27,5%**	**29,2%**	**30,9%**	**30,7%**	**30,2%**	**28,8%**	**29,3%**	**30,3%**	**31,2%**	**29,7%**	**30,8%**

[50] Não estão consideradas as despesas homólogas das empresas municipais e serviços municipalizados, mas apenas as despesas com pessoal da estrutura dos serviços municipais.

Da listagem supra anota-se:

- Na listagem obtida dos 35 municípios com maior peso de pagamentos em despesas com o pessoal em 2022, todos apresentaram valores acima dos 40%, rácio bastante superior à média nacional (30,8%), revelando uma elevada concentração de despesa nesta rubrica económica. **Anota-se que este grupo de municípios aparece constituído, na sua maioria, por municípios de pequena dimensão (vinte e nove) sendo seis de média dimensão. No ano em apreço, não constou nesta listagem nenhum município de grande dimensão**;
- Poderá ser preocupante para o desenvolvimento da atividade municipal nos diversos domínios das suas competências, a situação dos municípios que afetam metade ou mais dos seus recursos financeiros a despesas com pessoal. Esteve nesta situação o município de Redondo (51,4%).

O *Ranking* R26 mostra os 35 municípios com menor peso das despesas com pessoal pagas, na despesa total.

R26 – Municípios com menor peso de pagamentos da despesa com pessoal na despesa total em 2022

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M.22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Seia	M	22,0%	24,5%	24,2%	25,5%	21,3%	21,8%	8,6%	23,3%	24,6%	29,9%	14,0%
2	São Vicente	P	17,9%	23,5%	24,2%	20,6%	24,7%	24,5%	21,1%	21,6%	18,6%	15,5%	16,2%
3	Velas	P	27,0%	34,2%	35,6%	29,8%	30,7%	17,5%	29,6%	35,5%	19,3%	18,4%	16,7%
4	Nordeste	P	26,7%	9,8%	21,7%	25,8%	25,9%	22,5%	8,8%	24,9%	18,6%	21,7%	17,6%
5	Cascais	G	20,6%	24,2%	22,7%	21,6%	23,7%	22,4%	22,4%	22,8%	21,6%	19,3%	18,2%
6	Arcos de Valdevez	M	21,0%	24,0%	23,5%	22,6%	22,2%	20,4%	20,6%	21,8%	21,3%	21,3%	19,0%
7	Trofa	M	31,6%	14,5%	19,2%	25,4%	30,1%	22,9%	13,7%	29,0%	29,5%	17,4%	20,4%
8	Vila Franca Campo	P	9,7%	23,3%	26,9%	25,7%	30,4%	26,8%	30,0%	10,0%	12,7%	25,9%	21,1%
9	Aveiro	M	24,9%	28,5%	26,1%	26,7%	27,7%	13,2%	19,4%	23,6%	21,5%	21,7%	21,1%
10	Ponta do Sol	P	25,5%	27,6%	31,0%	24,8%	25,0%	22,8%	24,1%	24,3%	19,1%	20,1%	21,3%
11	Mogadouro	P	16,2%	23,6%	22,3%	17,0%	21,4%	19,1%	22,7%	27,0%	25,1%	22,0%	21,9%
12	Paredes	M	24,6%	18,4%	31,5%	29,7%	24,0%	26,4%	16,9%	26,4%	24,5%	24,5%	22,0%
13	Paredes de Coura	P	21,8%	18,7%	26,5%	23,0%	27,7%	26,9%	22,3%	27,1%	26,3%	23,3%	22,5%
14	Leiria	G	19,9%	21,9%	21,5%	22,7%	21,0%	18,5%	19,4%	17,8%	20,2%	23,5%	23,1%
15	Lagoa (Algarve)	M	22,5%	23,8%	25,5%	21,5%	18,4%	18,5%	22,2%	22,6%	23,2%	20,8%	23,5%
16	Castelo Branco	M	13,4%	12,4%	20,4%	20,7%	16,8%	18,1%	21,6%	22,8%	24,4%	24,3%	23,8%
17	Sernancelhe	P	18,9%	21,1%	23,8%	20,8%	27,4%	22,2%	19,6%	21,5%	22,7%	20,1%	23,9%
18	Ribeira Brava	P	20,7%	16,5%	19,1%	23,8%	22,9%	22,2%	18,3%	21,9%	17,5%	18,3%	24,1%
19	Calheta (R.A.M.)	P	19,0%	18,6%	26,4%	25,1%	20,5%	23,9%	20,8%	27,1%	28,2%	22,0%	24,4%
20	Praia da Vitória	P	27,0%	28,8%	31,2%	29,0%	27,0%	23,9%	26,3%	25,4%	21,2%	21,0%	24,5%
21	Angra do Heroísmo	M	20,6%	31,0%	26,6%	24,4%	26,8%	24,2%	25,9%	25,9%	25,5%	25,3%	24,6%
22	Porto Moniz	P	25,3%	22,8%	33,0%	30,2%	24,7%	19,1%	23,8%	28,0%	28,9%	29,7%	24,6%
23	Penamacor	P	19,0%	26,6%	23,8%	17,3%	20,3%	18,9%	22,2%	23,0%	23,3%	20,8%	24,6%
24	Ourém	M	16,6%	18,6%	21,3%	23,6%	22,5%	20,4%	28,1%	29,8%	26,8%	24,6%	24,6%
25	Caldas da Rainha	M	23,5%	23,4%	19,6%	21,6%	22,9%	22,2%	23,9%	23,9%	19,4%	26,1%	24,7%
26	Ansião	P	18,9%	16,1%	22,6%	21,4%	20,5%	20,4%	21,2%	22,2%	24,7%	24,3%	24,8%
27	Câmara de Lobos	M	29,6%	15,4%	28,0%	26,8%	31,2%	17,1%	26,9%	24,6%	29,1%	28,7%	24,8%
28	Monção	P	23,9%	29,9%	30,5%	29,0%	29,8%	29,6%	27,3%	29,1%	30,1%	26,0%	25,0%
29	Santarém	M	34,3%	22,8%	29,5%	39,1%	27,8%	36,3%	24,6%	35,7%	36,2%	35,2%	25,0%
30	Mirandela	M	32,5%	24,1%	29,1%	22,7%	28,8%	27,8%	22,5%	27,4%	28,1%	26,0%	25,3%
31	V. Real Santo António	P	46,3%	41,1%	9,8%	34,7%	25,6%	27,9%	31,9%	27,5%	34,3%	37,7%	25,3%
32	Lamego	M	16,0%	11,5%	21,3%	17,6%	22,8%	25,1%	25,9%	28,2%	28,4%	20,3%	25,4%
33	Vila Real	M	21,9%	26,0%	28,0%	24,2%	28,7%	24,9%	26,9%	25,9%	30,7%	23,7%	25,4%
34	Chaves	M	26,0%	24,6%	17,6%	23,5%	22,1%	27,4%	23,7%	27,3%	20,4%	24,0%	25,5%
35	Lagoa (R.A.A)	P	19,1%	24,9%	28,3%	26,6%	27,3%	24,6%	26,6%	24,4%	24,9%	24,3%	25,8%

Da análise do *Ranking* R26 apresentado supra resulta a seguinte apreciação relativamente ao ano económico de 2022:

- A grande maioria dos municípios deste *ranking*, apresentaram descida de peso das despesas com pessoal, apesar de já apresentarem as taxas mais baixas, sendo de relevar a descida de peso dos pagamentos a pessoal apresentada pelo município de Seia (-15,9pp), Vila Real de Santo António (-12,4pp) e Santarém (-10,1pp);
- Apenas dois destes 35 municípios são de grande dimensão. Tratam-se dos municípios de Cascais, cujo peso das despesas com pessoal foi de 18,2% (-1,1pp que o apresentado em 2021) e Leiria com um peso das despesas com pessoal de 23,1% (-0,4pp que o apresentado em 2021);
- Desta listagem, seis municípios apresentaram despesas com pessoal com um peso inferior a 20% da despesa total, sendo que um deles é de grande dimensão (Cascais) e outros dois de média dimensão (Seia e Arcos de Valdevez).

Nos Rankings seguintes R25.A e R25.M apresentam-se hierarquizados os municípios por ordem crescente do peso da despesa com pessoal, respetivamente nas Regiões dos Açores e da Madeira.

Da observação aos Rankings R25.A e R25.M conclui-se, em relação ao ano de 2022:

- O peso médio dos encargos com pessoal nas despesas totais dos municípios foi de 28,6% na Região Autónoma dos Açores, índice ligeiramente inferior (-2,2pp) à média nacional (30,8%), e de 30,9% na Região Autónoma da Madeira, índice ligeiramente superior (+0,1pp) à média nacional. Todavia, se na R.A.A. o peso das despesas com pessoal variou entre 16,7% e 38,1%, na R.A.M. a amplitude de variação foi entre 16,2% e 49,6%;
- Na região dos Açores, dez dos dezanove municípios apresentaram um peso das despesas com pessoal, superior ao peso médio nacional e na Região Madeirense apenas quatro municípios estiveram nessa situação;
- Na região dos Açores sete municípios apresentaram descida do peso das despesas com pessoal e na região da Madeira, tal aconteceu a três municípios.

Apresenta-se, de seguida, o *Ranking* R27 com os 35 municípios com maior volume pago de despesa com pessoal, em 2022.

R25.A – Peso de pagamentos da despesa com pessoal paga na despesa total nos municípios da Região Autónoma dos Açores

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Corvo	P	21,7%	20,7%	27,8%	27,5%	21,8%	31,5%	26,4%	34,1%	40,9%	35,3%	38,1%
2	Lajes das Flores	P	25,0%	19,7%	22,1%	37,1%	31,7%	36,5%	43,2%	38,2%	37,6%	36,2%	36,4%
3	Ponta Delgada	M	29,9%	35,5%	34,8%	36,0%	37,8%	35,7%	32,5%	33,8%	36,5%	38,5%	36,4%
4	Madalena	P	33,5%	31,2%	31,5%	31,5%	29,6%	27,8%	24,1%	27,4%	25,1%	28,5%	35,3%
5	Santa Cruz das Flores	P	34,9%	33,2%	24,1%	40,4%	37,9%	30,2%	36,7%	36,8%	37,3%	31,9%	35,2%
6	Vila do Porto	P	31,1%	39,4%	31,9%	36,8%	36,5%	30,1%	35,0%	38,6%	33,9%	31,7%	33,8%
7	Santa Cruz da Graciosa	P	19,8%	25,1%	25,9%	28,0%	32,1%	25,4%	25,1%	28,0%	30,2%	28,0%	33,7%
8	Lajes do Pico	P	19,3%	16,8%	24,6%	28,5%	30,5%	30,3%	33,5%	33,7%	36,9%	29,0%	33,4%
9	Calheta (R.A.A.)	P	36,5%	41,9%	37,4%	33,7%	41,6%	32,4%	36,8%	34,9%	33,8%	36,7%	33,2%
10	Povoação	P	49,3%	46,0%	40,7%	33,9%	38,5%	37,5%	33,1%	31,9%	36,6%	30,0%	31,1%
11	São Roque do Pico	P	21,7%	27,0%	28,5%	23,2%	24,4%	24,8%	22,5%	26,6%	23,8%	23,9%	30,2%
12	Ribeira Grande	M	21,6%	26,9%	29,6%	23,1%	23,6%	25,5%	24,1%	24,0%	25,1%	24,4%	26,3%
13	Horta	P	33,7%	33,8%	29,4%	31,9%	32,6%	25,7%	27,9%	25,0%	30,8%	27,8%	26,1%
14	Lagoa (R.A.A)	P	19,1%	24,9%	28,3%	26,6%	27,3%	24,6%	26,6%	24,4%	24,9%	24,3%	25,8%
15	Angra do Heroísmo	M	20,6%	31,0%	26,6%	24,4%	26,8%	24,2%	25,9%	25,9%	25,5%	25,3%	24,6%
16	Praia da Vitória	P	27,0%	28,8%	31,2%	29,0%	27,0%	23,9%	26,3%	25,4%	21,2%	21,0%	24,5%
17	Vila Franca do Campo	P	9,7%	23,3%	26,9%	25,7%	30,4%	26,8%	30,0%	10,0%	12,7%	25,9%	21,1%
18	Nordeste	P	26,7%	9,8%	21,7%	25,8%	25,9%	22,5%	8,8%	24,9%	18,6%	21,7%	17,6%
19	Velas	P	27,0%	34,2%	35,6%	29,8%	30,7%	17,5%	29,6%	35,5%	19,3%	18,4%	16,7%
Total Municípios da R.A.A.			**24,6%**	**28,3%**	**30,1%**	**29,6%**	**30,7%**	**28,0%**	**27,5%**	**26,8%**	**27,2%**	**28,2%**	**28,6%**
Total 308 municípios			27,5%	29,2%	30,9%	30,7%	30,2%	28,8%	29,3%	30,3%	31,2%	29,7%	30,8%

R25.M – Peso de pagamentos da despesa com pessoal paga na despesa total nos municípios da Região Autónoma da Madeira

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Porto Santo	P	29,8%	23,3%	57,4%	33,9%	50,6%	58,1%	43,9%	36,7%	57,5%	46,4%	49,6%
2	Machico	P	29,1%	31,7%	21,3%	40,6%	39,2%	39,4%	40,0%	39,9%	34,0%	31,2%	42,0%
3	Funchal	G	39,2%	28,2%	41,0%	41,5%	41,4%	40,3%	31,9%	39,3%	41,4%	35,2%	35,1%
4	Santa Cruz	M	36,4%	36,0%	20,2%	31,2%	36,6%	27,8%	22,5%	30,6%	33,0%	28,2%	34,1%
5	Santana	P	21,2%	22,1%	22,4%	32,2%	28,5%	21,8%	24,5%	29,4%	28,2%	22,3%	30,2%
6	Câmara de Lobos	M	29,6%	15,4%	28,0%	26,8%	31,2%	17,1%	26,9%	24,6%	29,1%	28,7%	24,8%
7	Porto Moniz	P	25,3%	22,8%	33,0%	30,2%	24,7%	19,1%	23,8%	28,0%	28,9%	29,7%	24,6%
8	Calheta (R.A.M.)	P	19,0%	18,6%	26,4%	25,1%	20,5%	23,9%	20,8%	27,1%	28,2%	22,0%	24,4%
9	Ribeira Brava	P	20,7%	16,5%	19,1%	23,8%	22,9%	22,2%	18,3%	21,9%	17,5%	18,3%	24,1%
10	Ponta do Sol	P	25,5%	27,6%	31,0%	24,8%	25,0%	22,8%	24,1%	24,3%	19,1%	20,1%	21,3%
11	São Vicente	P	17,9%	23,5%	24,2%	20,6%	24,7%	24,5%	21,1%	21,6%	18,6%	15,5%	16,2%
Total Municípios da R.A.M.			**32,6%**	**25,9%**	**31,4%**	**34,7%**	**35,6%**	**31,6%**	**28,4%**	**33,3%**	**34,3%**	**30,1%**	**31,9%**
Total 308 municípios			27,5%	29,2%	30,9%	30,7%	30,2%	28,8%	29,3%	30,3%	31,2%	29,7%	30,8%

R27 – Municípios com maior volume de despesa com pessoal paga no ano de 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Varia. 21–22 %
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Lisboa	G	208 623 845	227 899 869	216 512 163	213 264 687	216 259 993	226 896 376	234 438 031	241 638 759	254 505 227	265 362 059	277 436 327	4,6%
2	Porto	G	50 567 299	56 993 588	56 303 553	58 505 841	61 392 672	65 797 918	70 081 396	74 270 942	74 351 247	79 641 531	90 382 234	13,5%
3	Sintra	G	41 065 997	43 622 288	45 871 474	47 471 815	49 116 802	51 019 357	54 356 338	56 112 571	61 267 335	65 366 314	67 896 232	3,9%
4	Vila Nova Gaia	G	29 458 504	33 177 657	34 354 474	35 123 005	36 445 219	37 162 503	39 432 938	42 598 484	43 516 651	46 155 609	59 830 498	29,6%
5	Oeiras	G	30 822 274	33 460 085	33 125 802	34 650 282	40 594 366	42 070 685	44 761 954	51 200 384	53 860 598	59 955 543	59 307 517	–1,1%
6	Loures	G	34 940 433	38 272 874	38 008 151	38 666 786	38 829 142	40 399 340	43 090 099	45 877 215	48 130 063	49 567 653	55 538 838	12,0%
7	Cascais	G	29 242 029	31 525 130	32 494 974	32 331 722	37 454 229	39 873 923	42 861 624	47 226 775	48 123 104	49 565 188	51 177 879	3,3%
8	Seixal	G	30 395 964	32 664 712	32 811 186	32 827 140	32 434 828	32 949 520	34 302 344	36 956 426	37 680 425	39 973 966	50 136 469	25,4%
9	Almada	G	25 021 957	27 639 772	28 169 770	29 833 061	30 940 505	32 737 589	34 966 928	37 247 545	36 812 479	39 399 240	49 586 660	25,9%
10	Matosinhos	G	28 300 088	29 748 856	29 702 028	29 687 470	32 198 538	33 062 801	34 786 331	37 072 473	39 138 611	41 499 822	43 152 469	4,0%
11	Loulé	M	25 552 196	25 897 673	25 771 146	26 027 320	25 645 104	26 921 799	29 588 821	33 243 755	34 854 495	39 387 483	41 213 401	4,6%
12	Coimbra	G	25 108 042	26 615 284	26 111 049	25 737 994	25 627 032	26 002 074	26 693 601	29 646 014	29 792 883	38 837 680	40 765 021	5,0%
13	Setúbal	G	22 919 094	25 073 071	24 222 936	25 121 947	25 454 595	26 090 421	29 040 972	31 626 202	30 769 105	31 884 315	39 518 575	23,9%
14	Braga	G	23 648 923	25 186 802	24 503 120	23 723 998	24 790 603	26 417 583	26 838 599	30 358 796	31 406 523	34 477 660	38 486 077	11,6%
15	Funchal	G	28 947 972	31 180 527	30 407 728	29 270 676	29 731 966	30 089 561	31 452 315	32 994 046	34 045 107	37 097 355	36 562 538	–1,4%
16	Amadora	G	24 805 860	26 947 613	26 644 145	27 249 877	28 824 511	29 193 524	30 556 862	31 214 076	31 158 540	33 536 740	34 507 570	2,9%
17	V. Nova Famalicão	G	16 265 023	17 509 951	18 039 739	19 977 548	23 531 355	25 015 405	26 679 809	28 700 019	29 467 833	31 611 176	32 588 295	3,1%
18	Odivelas	G	21 147 636	22 652 739	22 733 104	23 642 979	22 385 431	22 791 023	23 403 270	25 417 455	26 999 615	29 487 559	31 626 963	7,3%
19	V. Franca Xira	G	14 831 475	16 279 784	16 306 625	16 264 790	16 581 776	17 291 550	18 142 200	19 904 311	27 835 847	30 603 129	31 252 049	2,1%
20	Gondomar	G	24 254 927	23 769 940	22 214 723	22 666 666	22 333 468	22 456 628	23 032 253	24 385 055	25 795 800	28 404 446	30 484 674	7,3%
21	Guimarães	G	22 696 154	23 474 583	23 350 740	22 895 238	23 459 014	24 458 769	25 911 428	27 693 753	27 319 096	28 228 706	30 427 091	7,8%
22	Maia	G	17 575 332	19 098 164	18 567 367	18 535 977	18 868 519	18 653 167	19 154 529	20 183 049	19 980 562	20 647 357	26 906 003	30,3%
23	Albufeira	M	19 779 010	20 860 863	20 124 778	19 859 464	19 736 348	20 108 530	20 666 959	21 986 364	22 836 368	23 102 123	25 872 571	12,0%
24	Sesimbra	M	15 760 272	19 042 086	17 414 285	16 724 431	17 064 715	17 502 446	18 219 032	20 357 724	20 834 568	21 864 380	25 760 296	17,8%
25	Barcelos	G	11 878 919	13 524 811	14 458 009	13 691 542	12 856 604	12 944 584	15 107 301	16 710 778	16 733 381	23 118 405	24 949 996	7,9%
26	Viana Castelo	M	14 845 260	16 016 733	15 793 297	15 869 957	16 394 959	16 671 499	18 004 563	19 262 964	22 406 566	24 280 272	24 851 329	2,4%
27	Palmela	M	16 347 521	18 416 307	17 606 604	17 265 660	17 479 719	17 809 101	18 052 075	19 274 880	19 901 401	20 931 916	24 410 558	16,6%
28	Barreiro	M	13 800 040	16 705 341	14 642 960	14 239 909	14 706 546	15 086 458	16 078 092	17 023 919	17 203 599	18 622 002	23 308 614	25,2%
29	Viseu	G	11 694 341	12 302 868	12 022 679	11 694 505	11 916 952	12 540 003	13 744 879	15 417 920	15 554 850	21 544 596	23 195 914	7,7%
30	Évora	M	16 879 562	18 020 985	18 166 398	17 711 101	17 744 882	17 657 553	18 651 929	19 257 127	18 750 967	19 100 045	23 192 903	21,4%
31	Leiria	G	11 072 798	12 081 085	12 320 471	12 273 780	12 118 742	12 602 624	13 324 569	13 976 463	14 247 621	21 163 333	22 565 030	6,6%
32	Sta Maria Feira	G	11 889 146	13 985 525	13 831 434	13 801 191	13 606 220	14 105 401	14 494 982	15 421 420	15 479 861	16 604 443	22 211 621	33,8%
33	Mafra	M	13 552 392	14 364 693	13 929 910	14 055 555	14 484 161	14 995 105	16 034 337	17 712 956	17 748 969	19 092 738	22 172 782	16,1%
34	Torres Vedras	M	10 972 536	11 654 721	11 593 071	12 403 919	11 528 331	12 058 516	13 303 265	14 732 319	18 016 812	20 144 262	21 137 643	4,9%
35	Vila do Conde	M	15 700 288	18 028 995	15 614 976	15 283 219	15 866 761	16 461 712	17 234 013	18 365 831	17 827 135	18 709 958	20 601 314	10,1%

Da observação do Ranking R27 releva-se, com referência ao ano económico de 2022:

- Todos os municípios deste ranking, com exclusão de Oeiras e Funchal, apresentaram aumento de despesa com pessoal, sendo que treze deles aumentaram acima da média nacional a qual se fixou em 10,9 %. Deste grupo de municípios releva-se o facto de alguns deles terem apresentado aumento de despesa de pessoal acima dos 20%: Maia (+30,3%, +6,3 milhões de euros); Santa Maria da Feira (+33,8%, +22,2 milhões de euros); Vila Nova de Gaia (+29,6%, +59,8 milhões de euros), Almada (+25,9%, +10,2 milhões de euros), Seixal (+25,4%, +50,1 milhões de euros), Barreiro (+25,2%, +4,7 milhões de euros), Setúbal (+23,9%, +7,6 milhões de euros) e Évora (+21,4%, +4,1 milhões de euros);
- Desta listagem constam todos os 25 municípios de grande dimensão, sendo que o valor da despesa com pessoal, no município de Lisboa (277,4 milhões de euros) correspondeu a 8,5% das despesas pagas a pessoal pela totalidade dos municípios portugueses, sendo que o número de trabalhadores do Município de Lisboa corresponde a 6,8% do total dos trabalhadores dos 308 municípios.

Relativamente ao Ranking R28, que apresenta os 35 municípios com menor volume pago de despesa com pessoal, verifica-se:

- São todos municípios de pequena dimensão, tendo três deles (Lajes das Flores, Porto Moniz e Calheta) apresentado descida de encargos com pessoal. O aumento do montante de encargos com pessoal verificado nos restantes municípios foi pouco relevante em termos absolutos, salientando-se, contudo, os aumentos acima dos 20%, dos municípios de Murtosa (+34,6%), Castanheira da Pena (+30,5%), Penedono (+30,5%), Alvaiázere (+23,4%) e Manteigas (+20,9%).

R28 – Municípios com menor volume pago em despesa com pessoal em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Varia. 21-22 %
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Corvo	P	522 768	511 744	493 276	481 035	488 269	557 521	616 925	661 899	637 956	628 550	723 072	15,0%
2	Sta Cruz das Flores	P	1 000 115	1 100 754	1 010 373	968 094	948 177	946 665	945 102	976 421	1 191 040	1 159 565	1 210 302	4,4%
3	Nordeste	P	1 515 060	1 540 762	1 505 856	1 391 709	1 351 345	1 314 054	1 322 762	1 366 905	1 356 837	1 321 885	1 377 631	4,2%
4	São Vicente	P	1 184 472	1 297 266	1 287 078	1 279 222	1 318 610	1 375 003	1 379 757	1 370 812	1 375 678	1 423 095	1 454 017	2,2%
5	Lajes das Flores	P	1 034 086	1 033 572	1 102 795	1 113 489	963 737	1 172 106	1 347 920	1 396 886	1 394 277	1 483 649	1 459 117	–1,7%
6	Sta Cruz Graciosa	P	1 075 305	1 155 502	1 160 977	1 116 069	1 112 886	1 221 339	1 282 279	1 382 038	1 307 783	1 470 787	1 580 409	7,5%
7	São Roque do Pico	P	938 406	1 094 686	1 156 062	1 040 696	1 075 474	1 091 061	1 143 022	1 201 839	1 335 165	1 489 741	1 635 862	9,8%
8	Porto Moniz	P	1 066 589	1 164 688	1 255 543	1 215 396	1 244 649	1 288 104	1 346 255	1 654 494	1 630 103	1 693 005	1 636 348	–3,3%
9	Ponta do Sol	P	1 414 507	1 577 338	1 524 456	1 504 900	1 527 316	1 521 841	1 466 142	1 468 458	1 484 006	1 643 372	1 682 873	2,4%
10	Manteigas	P	1 217 600	1 433 558	1 300 145	1 304 790	1 281 624	1 315 339	1 300 769	1 391 478	1 408 237	1 496 000	1 807 926	20,9%
11	Velas	P	1 373 489	1 541 250	1 581 875	1 596 176	1 523 132	1 526 073	1 548 813	1 802 696	1 840 997	1 783 350	1 847 102	3,6%
12	Castanheira Pera	P	1 336 878	1 428 271	1 371 009	1 316 919	1 270 719	1 311 628	1 429 496	1 540 954	1 524 818	1 567 438	1 949 257	24,4%
13	Calheta (R.A.A.)	P	1 575 204	1 730 067	1 693 438	1 651 451	1 627 711	1 643 334	1 766 251	1 871 335	1 866 553	2 048 350	2 030 033	–0,9%
14	Santana	P	1 320 598	1 468 916	1 431 385	1 559 163	1 675 202	1 678 335	1 793 319	1 818 144	1 820 464	1 916 648	2 078 668	8,5%
15	Penedono	P	1 424 391	1 677 001	1 669 857	1 455 933	1 311 846	1 414 479	1 585 207	1 671 602	1 672 382	1 670 191	2 179 138	30,5%
16	Arronches	P	1 557 864	1 763 010	1 790 710	1 766 276	1 847 754	1 943 534	1 903 891	1 968 415	1 905 542	2 028 319	2 189 496	7,9%
17	Barrancos	P	1 840 869	1 924 514	1 827 295	1 846 856	1 821 807	1 816 892	1 882 266	2 028 331	2 012 566	2 059 248	2 303 046	11,8%
18	Alvaiázere	P	1 508 164	1 608 990	1 541 059	1 458 588	1 536 753	1 541 552	1 566 424	1 607 333	1 609 157	1 869 384	2 306 046	23,4%
19	Penamacor	P	1 844 804	2 038 044	2 041 741	1 894 715	1 861 223	1 846 285	1 781 543	2 014 405	2 045 288	2 034 202	2 374 170	16,7%
20	Ribeira Brava	P	1 473 241	1 473 691	1 591 994	1 698 809	1 591 347	1 772 915	1 906 308	2 101 168	2 030 691	2 195 846	2 396 789	9,2%
21	Lajes do Pico	P	1 296 556	1 697 714	1 729 303	1 638 591	1 617 461	1 632 927	1 814 799	2 123 784	2 142 652	2 245 077	2 415 978	7,6%
22	Penela	P	1 908 785	1 941 754	1 921 622	1 937 005	1 955 444	1 975 411	2 098 780	2 284 762	2 187 163	2 214 233	2 429 974	9,7%
23	Fornos de Algodres	P	1 567 948	1 717 392	1 730 587	1 774 666	1 708 656	1 714 753	1 821 326	1 838 070	2 192 550	2 521 922	2 534 867	0,5%
24	Fronteira	P	1 512 868	1 617 032	1 654 836	1 689 243	1 676 895	1 791 555	1 913 625	2 115 389	2 143 147	2 280 776	2 556 721	12,1%
25	Sernancelhe	P	1 507 066	1 647 531	1 727 674	1 820 626	1 938 512	1 971 418	1 964 319	2 043 168	2 095 811	2 227 928	2 584 358	16,0%
26	Vila do Porto	P	1 616 642	1 767 309	1 782 401	1 870 830	1 778 776	1 883 691	2 156 736	2 330 886	2 318 927	2 414 068	2 593 216	7,4%
27	Porto Santo	P	1 300 354	1 787 352	2 122 848	2 041 695	2 258 102	2 315 416	2 263 169	2 345 625	2 379 425	2 434 819	2 604 291	7,0%
28	Murça	P	2 161 716	2 355 299	2 360 699	2 249 349	2 193 887	2 312 522	2 371 203	2 670 510	2 557 178	2 619 283	2 634 592	0,6%
29	Belmonte	P	972 664	1 029 865	1 148 520	1 123 877	1 126 518	1 133 504	1 426 191	1 740 501	2 278 594	2 493 372	2 647 923	6,2%
30	Marvão	P	1 630 015	1 757 230	1 736 929	1 639 610	1 669 393	1 761 085	1 832 525	1 985 692	2 093 289	2 455 031	2 677 899	9,1%
31	Murtosa	P	1 529 814	1 649 845	1 734 600	1 750 778	1 690 455	1 662 502	1 720 034	1 842 134	1 826 583	2 002 924	2 695 971	34,6%
32	Pedrógão Grande	P	1 521 923	1 575 605	1 433 592	1 442 871	1 423 638	1 456 267	1 587 433	2 230 680	2 271 404	2 399 235	2 718 183	13,3%
33	Povoação	P	2 504 985	2 554 813	2 753 579	2 022 186	2 247 185	2 334 985	2 303 505	2 315 034	2 452 691	2 484 502	2 727 317	9,8%
34	Crato	P	1 916 829	2 217 801	2 259 844	2 095 600	2 023 855	2 075 035	2 347 398	2 613 984	2 583 247	2 699 383	2 730 260	1,1%
35	Vila de Rei	P	1 908 810	2 085 699	1 995 523	2 028 959	2 004 343	2 179 816	2 329 368	2 476 683	2 690 393	2 724 667	2 751 367	1,0%

Apresenta-se de seguida o ranking (R27.D) do volume de pagamentos efetuados a Pessoal da estrutura autárquica, por Distritos e Regiões.

Da análise do mesmo pode-se concluir que:

- O Distrito de Lisboa consome 21,3% do total pago pelo sector autárquico ao Pessoal das autarquias ao totalizar 697,5 milhões de euros nesta despesa municipal, sendo que neste distrito a mesma cresceu 5%;
- Em segunda e terceira posição neste ranking, encontram-se respetivamente os distritos do Porto e de Setúbal, com um peso respetivamente de 13,3% e 9,4% no total gasto nesta despesa municipal. Mais se verifica que a despesa com pessoal cresceu no distrito do Porto 15,3% totalizando 434,1 milhões de euros, isto é 62,2% do montante aplicado em todo o distrito de Lisboa. Quanto ao distrito de Setúbal, a despesa com pessoal representou 44,1% do valor gasto pelo distrito de Lisboa e apresentou uma taxa e crescimento em relação ao ano anterior de 20,6%.
- Em todos os distritos e regiões houve aumentos de despesa com Pessoal, no ano de 2022, sendo que foi na região da Madeira que esse crescimento menos se fez sentir ao aumentarem estas despesas apenas 1,1%. Os distritos que apresentaram em 2022 maior crescimento da despesa com Pessoal, foram: Setúbal (+20,6%), Évora (+17,1%), Aveiro (+16,4%), Viseu (+16%) e Porto (+15,3%).

R27.D – Volume de despesa com pessoal paga no ano de 2022 por Distrito

Unidade: euros

Município		Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Varia. 21–22 %
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Lisboa	459 168 763	498 455 290	488 307 507	490 819 953	507 098 704	528 322 725	555 093 524	588 093 563	626 047 037	664 487 428	697 514 685	5,0%
2	Porto	274 563 264	292 355 298	286 520 123	288 367 421	294 792 970	302 054 660	317 294 866	338 537 005	350 200 979	376 358 889	434 059 379	15,3%
3	Setúbal	187 731 622	205 754 927	201 042 847	202 742 202	205 240 671	210 563 398	221 860 823	238 529 829	240 497 238	255 250 428	307 723 269	20,6%
4	Faro	143 977 348	151 585 099	147 311 601	147 367 376	146 391 019	151 263 539	160 905 444	174 657 815	183 669 522	195 017 177	213 579 920	9,5%
5	Braga	117 759 627	128 180 122	128 394 224	127 410 746	131 933 668	137 198 721	145 504 269	160 050 323	162 566 437	179 008 684	198 802 792	11,1%
6	Aveiro	98 813 361	109 118 887	108 272 579	109 293 438	114 512 601	116 371 205	120 373 306	128 933 044	130 603 523	143 654 414	167 167 367	16,4%
7	Santarém	99 371 616	107 303 095	105 337 322	104 083 996	103 232 781	106 286 760	112 613 721	122 370 886	123 214 598	133 691 495	146 881 627	9,9%
8	Viseu	80 270 781	85 295 811	84 338 546	82 946 515	84 079 918	87 523 151	92 870 404	101 825 462	105 023 681	115 935 964	134 505 275	16,0%
9	Coimbra	81 500 012	86 704 323	86 547 564	83 483 876	83 863 117	86 362 860	91 674 003	101 722 867	106 588 503	120 669 967	134 018 263	11,1%
10	Leiria	66 427 575	71 130 542	70 012 093	69 750 741	69 723 648	71 188 816	75 879 498	83 075 713	84 833 982	103 007 708	116 255 734	12,9%
11	Beja	57 838 279	61 805 987	61 193 660	60 536 808	61 430 376	63 956 406	66 917 436	70 529 644	71 045 120	78 264 838	87 890 243	12,3%
12	Évora	61 300 181	64 756 239	64 248 048	61 892 022	61 611 725	63 279 327	67 831 330	73 293 693	72 148 909	74 520 710	87 241 475	17,1%
13	Vila Real	47 897 170	52 983 229	54 095 317	53 409 883	52 316 975	53 341 560	56 944 413	62 147 459	67 565 542	71 806 290	79 210 827	10,3%
14	V. Castelo	54 866 926	59 321 119	58 699 960	58 222 509	59 051 815	59 689 025	62 307 958	67 170 631	71 490 630	73 931 842	76 402 457	3,3%
15	Madeira	51 617 785	56 200 843	55 813 481	54 790 348	55 611 932	56 871 868	58 975 631	62 634 443	64 537 880	69 521 953	70 258 859	1,1%
16	Guarda	41 147 784	45 243 586	46 709 714	46 807 739	47 506 069	48 239 742	51 360 753	55 036 248	56 597 309	61 588 065	68 800 895	11,7%
17	Açores	44 843 585	50 256 269	51 834 449	49 804 785	49 099 704	50 036 587	53 434 515	56 523 092	59 167 003	63 837 667	66 964 591	4,9%
18	Portalegre	43 204 652	46 952 364	45 698 017	44 142 434	44 609 863	46 183 300	48 959 880	53 446 523	56 096 047	59 525 901	63 986 413	7,5%
19	C. Branco	36 040 667	39 116 046	39 553 959	38 728 567	38 426 678	39 119 337	41 798 183	47 258 603	53 257 685	57 461 633	62 217 456	8,3%
20	Bragança	41 399 303	43 446 236	43 514 775	41 897 542	41 612 356	42 199 598	44 330 343	49 916 933	51 009 095	54 535 630	59 520 946	9,1%
Total Nacional		**2 089 740 303**	**2 255 965 311**	**2 227 445 784**	**2 216 498 902**	**2 252 146 591**	**2 320 052 586**	**2 446 930 299**	**2 635 753 776**	**2 736 160 719**	**2 952 076 684**	**3 273 002 474**	10,9%

2.3.4.2. Despesa paga em Aquisições de Bens e Serviços Correntes

Em relação à despesa paga com aquisição de bens e serviços correntes entende-se referir, para o ano de 2022:

- Pela observação dos quadros apresentados na secção 2.3.3 deste capítulo constatou-se que a despesa com **aquisição de bens e serviços correntes** em 2022, considerando a despesa comprometida, cresceu 14,5%, mantendo a tendência de crescimento apresentada no quadriénio 2015–2019 e retomada em 2021. Mais se verifica que esta despesa representou, no ano económico em apreço, 27% da despesa total comprometida pelo setor autárquico e 40,4% de toda a despesa corrente assumida pelas autarquias;
- O peso da despesa paga com aquisição de bens e serviços, no total da despesa autárquica, foi de 25,7%, ao apresentar o valor total de 2.726,8 milhões de euros. Em 2022, a subida do valor dos pagamentos de bens e serviços foi de 14,1% (+336,8 milhões de euros) e traduziu uma aceleração dos pagamentos em relação aos anos precedentes tendo-se revelado o maior acréscimo de despesa desta natureza desde 2012. Anota-se ainda que, o montante pago correspondeu a 81,3% dos encargos assumidos nesta rubrica orçamental ficando por pagar, na totalidade dos municípios, 626,1 milhões de euros de compromissos assumidos

no ano económico em apreço (ver Quadro 2.43);

- Considerando, contudo, a nova informação obtida pelo SNC-AP, pode-se com maior assertividade determinar o valor da despesa autárquica por natureza económica ao observar o registo do volume de **obrigações** geradas pela actividade financeira das autarquias (Quadro 2.43). Assim pode-se verificar a distribuição das Obrigações por actividade económica, concluindo em relação à Aquisição de bens e serviços que a despesa realizada se cifrou em 2.838,3 milhões de euros, tendo sido pago 96,1% deste valor, pelo que, **a dívida comercial resultante do volume de pagamentos efetuados será de apenas 111,4 milhões de euros, no que se reporta a aquisição de bens e serviços correntes**;
- Em 2022, 28 municípios apresentaram diminuição de encargos pagos com Aquisição de bens e serviços correntes.

Apresentam-se de seguida os Rankings R29 e R30 dos 35 municípios com, respetivamente, maior e menor volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes, em 2022.

De notar em relação ao ranking R29, que:

- O volume da despesa paga pelo município de Lisboa na aquisição de bens e serviços correntes representou 5,9% do total dos encargos pagos pela totalidade do setor autárquico municipal[51] nesta rubrica orçamental. Comparando o valor dos encargos pagos pelo segundo município desta listagem – Cascais – verifica-se que o mesmo apresentou uma despesa cujo valor foi 58,5% do valor pago por Lisboa. Mais se verifica que esta despesa para o município de Lisboa, cresceu, em 2022, 17,1% (+23,4 milhões de euros), tendo a despesa homóloga em Cascais, crescido apenas 3,2% (+2,9 milhões de euros);
- Relativamente à listagem destes 35 municípios com maior despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes, apontam-se apenas três municípios com diminuição desta despesa: Funchal (-24,4%, -8,2 milhões de euros), Oeiras (-7.8%, -4,7 milhões de euros) e Porto (-1,0%, -494,8 milhares de euros), sendo que vinte deles apresentaram um crescimento igual ou superior a 10%, destacando-se com crescimento superior a 20%: Setúbal (+29,4%, +7,5 milhões de euros); Braga (+25,4%, +6,3 milhões de euros); Almada (+25,1%, +6,3 milhões de euros); Vila Nova de Gaia (+24,1%, +7,7 milhões de euros); Barcelos (+23,8%, +3,6 milhões de euros) e Leiria (+23,6%, +5,6 milhões de euros);
- Nesta listagem dos municípios (R29) com maior volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços, encontram-se 24 grandes municípios faltando apenas o município de Viseu[52].

No Ranking R30 são ordenados por ordem crescente de valor, relativo ao ano de 2022, os municípios com menor volume de encargos pagos em aquisição de bens e serviços correntes.

---

[51] De referir que Lisboa representa 5,2% da população de Portugal.

[52] Passou para município de grande dimensão em 2022, em conformidade com a estimativa de população residente de 2022 do INE. Até 2021, e nos censos de 2021, não ultrapassava os 100.000 habitantes

R29 – Municípios com maior volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes em 2022[53]

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Varia. 21–22 %
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Lisboa	G	94 850 551	97 684 851	132 540 525	125 467 340	130 998 622	129 778 149	131 447 599	134 386 103	136 423 141	136 673 125	160 036 208	17,1%
2	Cascais	G	52 278 428	50 071 593	63 928 827	75 430 371	76 611 800	64 685 244	56 524 301	68 286 568	84 161 955	90 776 108	93 653 649	3,2%
3	Oeiras	G	37 087 552	32 476 257	29 998 859	33 128 240	31 122 444	32 249 445	35 281 997	41 533 120	47 178 346	60 561 728	55 832 967	–7,8%
4	Sintra	G	38 834 864	27 291 651	33 719 888	37 490 917	41 914 090	38 273 426	39 250 438	42 848 697	49 930 814	51 023 027	55 572 192	8,9%
5	Porto	G	44 892 315	47 549 064	46 679 683	49 670 454	50 164 905	54 240 232	43 530 913	46 953 096	42 363 474	47 372 861	46 878 012	–1,0%
6	Loulé	M	32 327 744	36 293 632	26 582 007	31 052 854	33 174 258	37 045 849	37 221 939	39 007 264	38 073 838	39 918 092	44 188 242	10,7%
7	Vila Nova Gaia	G	25 608 770	27 782 026	33 891 438	35 872 846	38 029 361	37 500 543	31 611 756	33 370 993	34 732 525	31 789 287	39 454 899	24,1%
8	Seixal	G	12 036 674	26 648 239	33 322 494	18 387 545	24 301 658	26 479 702	29 774 503	30 198 992	29 769 667	32 779 548	38 341 437	17,0%
9	Albufeira	M	29 110 963	41 937 555	28 316 961	23 415 487	24 769 315	27 861 783	29 338 224	32 945 464	31 481 145	33 828 419	36 790 896	8,8%
10	Matosinhos	G	30 875 162	27 992 347	25 465 525	27 704 793	28 549 885	27 423 759	28 715 647	29 101 084	28 453 366	29 776 748	35 715 029	19,9%
11	Loures	G	32 994 814	32 691 192	32 103 516	33 562 202	34 416 002	29 341 134	29 042 859	31 145 579	34 412 469	32 001 408	35 116 267	9,7%
12	V Nova Famalicão	G	22 185 448	20 993 386	23 005 147	23 304 862	26 253 061	26 723 840	27 075 613	29 733 405	27 845 067	29 693 723	34 390 698	15,8%
13	Setúbal	G	14 978 880	13 268 149	21 944 676	24 772 094	24 855 058	26 132 505	25 206 856	24 690 661	24 803 304	25 614 593	33 140 605	29,4%
14	Coimbra	G	22 119 771	20 560 384	19 851 752	18 177 734	20 934 065	21 581 668	23 068 160	26 012 133	24 145 420	29 863 901	31 715 641	6,2%
15	Almada	G	20 358 587	21 060 963	21 682 918	22 916 313	26 367 032	26 083 169	23 356 950	22 682 767	22 077 414	25 044 967	31 340 387	25,1%
16	Braga	G	15 207 769	16 679 315	17 076 189	18 815 809	18 693 350	20 569 398	20 705 012	24 874 924	22 147 593	24 738 472	31 018 080	25,4%
17	Odivelas	G	17 617 944	15 234 031	23 897 826	23 184 552	23 296 749	23 945 241	22 615 110	21 781 184	23 934 790	25 783 305	29 196 307	13,2%
18	Leiria	G	17 294 244	16 204 834	14 605 739	15 120 854	16 690 174	18 434 759	19 272 544	21 256 841	18 875 853	23 542 655	29 107 715	23,6%
19	Guimarães	G	17 065 630	16 804 865	18 508 094	18 501 631	20 596 830	21 011 886	20 012 497	21 576 574	19 339 947	24 760 382	26 801 630	8,2%
20	Vila Franca Xira	G	18 659 481	18 125 536	18 433 820	19 413 671	16 848 492	17 086 650	17 610 111	19 507 156	20 914 977	25 353 976	26 687 089	5,3%
21	Mafra	M	18 157 741	15 168 603	21 843 672	19 750 656	21 143 967	22 812 192	24 219 571	25 776 184	22 663 710	24 344 567	25 915 244	6,5%
22	Amadora	G	29 094 175	31 166 574	27 494 953	22 845 748	19 810 292	20 227 008	19 901 237	19 246 275	20 795 462	24 050 116	25 813 748	7,3%
23	Gondomar	G	17 887 358	19 332 549	19 795 448	21 722 937	22 679 518	22 872 621	21 831 473	23 588 596	22 905 699	24 752 151	25 601 974	3,4%
24	Funchal	G	12 335 191	38 970 292	23 147 048	21 991 455	23 145 568	20 080 258	24 580 423	21 915 790	19 872 472	33 561 586	25 359 925	–24,4%
25	Lagos	M	15 104 217	20 775 564	17 811 452	20 182 394	17 349 742	18 628 018	19 142 585	20 420 495	20 632 418	21 319 119	24 093 050	13,0%
26	Maia	G	15 832 493	13 942 798	15 434 196	16 281 316	16 280 697	15 896 612	15 571 594	16 794 143	14 629 525	18 117 484	23 867 393	31,7%
27	Aveiro	M	5 264 693	6 190 304	7 316 424	11 810 527	12 721 233	15 633 699	14 599 523	14 713 726	15 454 892	19 987 006	21 931 644	9,7%
28	Lagoa (Algarve)	M	15 171 466	15 915 859	12 066 053	12 752 200	15 322 233	15 333 846	16 259 667	16 634 752	16 009 426	18 626 257	21 266 941	14,2%
29	Santa Maria Feira	G	18 264 616	24 286 084	17 205 445	16 528 195	15 855 837	17 114 363	18 588 837	19 350 004	17 448 084	19 674 496	21 042 742	7,0%
30	Vila Conde	M	13 372 362	26 220 925	12 066 647	12 762 871	14 031 131	14 910 649	14 396 688	15 976 583	15 775 289	17 031 421	19 374 767	13,8%
31	Barcelos	G	13 303 603	13 644 005	14 665 791	14 564 167	13 879 867	14 117 886	14 499 584	14 239 095	11 678 747	15 284 558	18 916 830	23,8%
32	Évora	M	8 653 752	20 052 998	18 597 762	9 229 674	37 112 876	16 477 033	14 673 495	15 512 006	14 022 610	16 420 008	18 718 523	14,0%
33	Póvoa de Varzim	M	13 715 684	14 232 774	13 382 694	13 934 155	14 004 059	14 775 842	15 579 582	18 409 436	16 020 158	16 809 697	18 703 983	11,3%
34	Palmela	M	12 601 775	13 398 125	13 219 782	15 066 469	14 234 116	14 600 096	14 402 156	14 235 452	14 050 803	15 950 486	18 438 792	15,6%
35	Valongo	M	11 762 422	18 795 266	9 719 655	9 793 911	9 965 937	11 139 727	22 373 238	12 506 341	13 166 999	15 813 437	17 638 386	11,5%

[53] Valores que apenas incluem as despesas realizadas pela estrutura orgânica do município, excluindo, portanto, as entidades do SEL.

R30 – Municípios com menor volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Varia. 21–22 %
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Corvo	P	242 804	278 128	325 368	388 486	451 924	511 908	567 208	457 422	465 059	522 953	522 104	–0,2%
2	Sta. Cruz Flores	P	496 161	470 918	522 448	547 553	606 552	614 590	649 417	561 629	581 752	629 340	789 316	25,4%
3	Barrancos	P	537 134	505 511	451 194	449 943	578 906	581 120	623 852	655 751	557 554	708 196	807 017	14,0%
4	Lajes das Flores	P	733 772	644 449	444 311	822 068	834 041	1 038 465	882 366	860 107	1 012 488	1 054 627	1 031 171	–2,2%
5	Sta Cruz Graciosa	P	794 116	780 720	792 822	915 409	926 504	1 046 109	1 054 917	1 106 435	1 069 371	1 132 270	1 065 935	–5,9%
6	Castanheira Pera	P	2 164 092	962 863	960 947	1 046 143	1 111 358	1 176 238	1 428 318	1 619 760	1 051 128	884 332	1 159 269	31,1%
7	Povoação	P	353 776	477 923	480 870	624 992	825 080	950 961	968 260	1 163 659	1 014 066	966 278	1 225 760	26,9%
8	Mesão Frio	P	1 207 928	1 118 367	992 941	1 189 389	1 071 426	876 806	1 259 704	1 070 708	1 229 315	1 239 486	1 253 487	1,1%
9	Velas	P	1 109 106	949 793	1 132 908	1 016 948	1 325 777	1 289 436	1 163 868	1 214 186	1 244 651	1 304 416	1 329 824	1,9%
10	Porto Santo	P	1 391 835	2 705 130	893 387	2 016 373	1 079 431	1 118 585	1 821 199	1 906 692	955 515	1 198 011	1 421 010	18,6%
11	Marvão	P	1 357 085	1 395 046	1 314 990	1 422 839	1 532 858	1 639 964	1 786 271	1 725 404	1 857 762	1 947 504	1 478 962	–24,1%
12	Calheta (R.A.A.)	P	656 268	634 383	599 494	625 798	669 305	831 882	951 769	1 120 690	946 129	1 024 504	1 492 110	45,6%
13	Pedrógão Grande	P	1 640 563	2 064 276	1 871 427	1 778 850	1 748 866	2 039 004	2 336 137	2 685 868	1 469 232	1 458 831	1 496 356	2,6%
14	Monforte	P	1 034 147	1 268 003	1 129 043	1 254 698	1 389 139	1 416 522	1 396 535	1 453 574	1 430 301	1 446 969	1 547 396	6,9%
15	Alfândega Fé	P	1 458 146	2 836 445	1 874 043	2 205 923	2 092 117	2 213 076	2 093 410	1 810 945	2 023 305	1 863 371	1 612 177	–13,5%
16	São Roque Pico	P	703 062	593 993	868 723	973 571	944 687	1 086 426	1 140 946	1 280 945	1 261 810	1 484 110	1 628 730	9,7%
17	Lajes Pico	P	1 001 006	993 826	935 728	1 007 919	964 164	1 044 941	1 134 402	1 385 134	1 240 530	1 321 024	1 640 648	24,2%
18	Cuba	P	1 285 823	1 225 373	1 244 312	1 388 803	1 574 361	1 677 635	1 577 195	1 486 417	1 454 894	1 802 782	1 672 580	–7,2%
19	Nordeste	P	483 479	927 796	787 777	787 624	889 237	1 007 426	1 069 672	1 206 926	1 373 420	1 316 496	1 687 785	28,2%
20	Arronches	P	1 364 026	1 326 726	1 318 382	1 252 763	1 228 673	1 339 673	1 253 676	1 380 619	1 224 590	1 349 526	1 690 542	25,3%
21	Gavião	P	1 782 406	1 779 736	1 827 040	1 725 846	2 180 575	2 290 352	2 308 563	2 026 622	1 712 719	1 695 026	1 723 202	1,7%
22	Madalena	P	954 607	983 649	1 126 940	1 654 761	1 739 942	1 961 604	1 672 201	1 693 355	1 776 521	2 055 879	1 757 053	–14,5%
23	Sardoal	P	1 597 817	1 492 172	1 517 522	1 449 885	1 495 852	1 669 016	1 849 979	1 301 834	1 586 335	1 092 182	1 816 882	66,4%
24	Alvito	P	915 071	927 913	940 173	1 009 458	1 059 084	1 172 159	1 326 427	1 170 873	1 093 985	1 186 793	1 821 773	53,5%
25	Castelo de Vide	P	1 296 350	1 488 286	1 412 334	1 420 152	1 477 413	1 631 175	1 703 687	1 653 485	1 462 340	1 706 656	1 837 472	7,7%
26	Alter do Chão	P	1 305 676	1 152 675	1 642 185	1 734 728	1 841 510	1 856 710	1 733 947	2 021 386	1 722 817	1 645 897	1 861 541	13,1%
27	Vila Nova de Poiares	P	1 518 971	1 147 494	1 695 492	1 914 590	2 360 926	4 028 449	2 639 512	2 714 780	1 864 070	1 889 947	1 895 757	0,3%
28	Vila do Porto	P	899 599	1 254 441	1 345 621	1 387 321	1 499 932	1 692 964	1 638 626	1 615 457	1 445 500	1 675 477	1 898 938	13,3%
29	Santana	P	1 116 891	1 555 937	1 559 762	1 140 927	1 202 094	2 129 435	1 641 993	1 707 885	1 612 640	1 811 035	1 904 403	5,2%
30	Fronteira	P	1 518 972	1 723 599	1 750 839	1 873 589	1 925 213	1 806 243	1 754 740	1 845 096	1 711 849	1 878 048	1 904 662	1,4%
31	Penela	P	2 096 310	2 057 260	1 889 587	1 920 964	2 066 839	1 912 232	2 147 982	2 002 486	1 640 618	2 090 445	1 925 302	–7,9%
32	Tarouca	P	2 158 822	2 062 203	1 955 648	1 678 480	1 857 155	2 453 308	1 913 760	2 049 434	1 931 845	2 244 527	1 934 428	–13,8%
33	Mourão	P	987 391	1 789 400	1 080 075	1 393 595	1 469 433	1 563 508	1 424 820	1 462 730	2 340 201	1 524 534	1 992 251	30,7%
34	V Nova da Barquinha	P	2 196 700	2 150 232	2 150 350	2 307 361	2 214 682	2 235 947	2 245 034	2 330 072	1 812 773	1 500 869	1 997 094	33,1%
35	Sousel	P	1 458 919	1 622 932	1 427 622	1 573 880	1 392 222	1 741 281	1 614 213	1 609 632	1 565 037	1 953 626	2 073 495	6,1%

Da observação do Ranking R30 anota-se, em relação ao ano económico de 2022:

- Dos 35 municípios com menor volume de encargos em aquisição de bens e serviços correntes, só constam municípios de pequena dimensão;
- Nove dos municípios constantes desta listagem apresentaram descida de montante de pagamentos de bens e serviços, sendo que cinco deles baixou esta despesa em mais de 10%, chamando-se atenção para os municípios com maior taxa de decréscimo: Marvão (-24,1%); Madalena (-14,5%); Tarouca (-13,8%) e Alfândega da Fé (-13,5%);
- Os restantes vinte e seis municípios apresentaram acréscimo de despesa, sendo de assinalar que treze deles apresentaram crescimento igual ou superior a 10% e seis apresentaram aumentos superiores a 30%: Sardoal (+66,4%), Alvito (+53,5%), Calheta (R.A.A.) (+45,6%), Vila Nova da Barquinha (+33,1%), Castanheira de Pera (+31,1%) e Mourão (+30,7,4%).

A listagem R29.D apresenta a despasse paga em aquisição de bens e serviços correntes em 2022, por distritos. Da sua análise pode-se concluir:

- O Distrito de Lisboa graças à despesa efetuada pelo município de Lisboa, é o distrito que maior volume de despesa efetua na aquisição de bens e serviços correntes. Cerca de 20,5% do total da despesa paga pelos encargos desta rubrica orçamental provêm do distrito de Lisboa, sendo o Distrito do Porto o segundo deste ranking ao pagar cerca de 58,7% do montante liquidado pelo Distrito e Lisboa. Estes dois distritos assumiram 32,5% do montante pago por todo o setor autárquico em aquisição de bens e serviços correntes, em 2022;
- Só na Região da Madeira se verificou uma descida do valor de pagamentos de despesa nesta rubrica orçamental, tendo o volume da mesma baixado 4,2%, apresentando os restantes distritos e regiões um aumento de pagamentos desta despesa, assinalando-se os acréscimos verificados por: Guarda (+26,6%), Évora (+24,7%), Setúbal (+24,1%) e Santarém (+21,5%).

R29.D – Volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes em 2022 por Distrito

Unidade: euros

Município		Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Varia. 21–22 %
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Lisboa	379 600 905	362 492 465	422 488 481	427 184 944	434 633 112	418 887 818	418 817 365	449 919 031	483 011 234	515 888 449	558 993 002	8,4%
2	Porto	250 269 711	283 914 954	254 941 064	271 340 941	276 958 669	294 171 629	279 561 152	285 549 762	270 713 403	292 245 740	328 038 752	12,2%
3	Faro	153 301 848	172 606 022	170 442 634	157 055 496	172 638 907	184 002 542	176 589 899	195 143 902	185 285 460	194 622 346	219 465 090	12,8%
4	Setúbal	118 178 613	143 746 364	152 389 238	143 476 901	156 190 952	161 625 780	161 467 513	163 713 945	163 607 258	175 913 072	218 360 119	24,1%
5	Braga	107 230 276	114 462 507	116 244 564	123 958 078	126 798 925	131 516 312	130 737 655	139 226 756	128 061 367	143 812 258	171 898 925	19,5%
6	Aveiro	107 478 117	116 777 687	106 224 332	116 527 548	121 754 915	127 383 606	129 420 139	135 067 387	123 097 283	137 338 197	162 116 327	18,0%
7	Leiria	95 145 259	90 910 940	87 754 699	87 762 146	91 200 179	95 019 272	97 526 054	112 574 423	89 993 659	104 503 840	121 414 579	16,2%
8	Santarém	88 898 236	108 686 637	94 611 606	88 868 247	90 228 232	94 743 463	93 239 049	94 575 645	79 338 898	91 006 212	110 596 866	21,5%
9	Coimbra	77 932 556	80 571 197	82 799 846	82 432 884	87 582 739	91 839 127	93 936 760	103 573 430	88 625 051	96 835 566	109 535 149	13,1%
10	Viseu	74 016 028	91 053 035	80 471 421	86 632 516	92 726 853	90 995 294	97 956 909	101 602 341	89 245 918	93 126 248	109 150 951	17,2%
11	Guarda	44 755 567	50 352 666	47 211 091	55 770 305	54 817 595	55 370 528	65 771 192	65 822 700	58 577 064	57 988 994	73 426 582	26,6%
12	Viana Castelo	46 754 017	51 093 739	48 672 390	51 916 943	60 686 631	59 159 516	61 509 808	66 803 570	54 038 986	57 920 563	68 976 546	19,1%
13	Castelo Branco	45 015 117	55 695 582	44 563 727	50 422 365	48 050 067	54 187 306	57 376 652	61 040 032	53 148 489	59 773 664	66 687 990	11,6%
14	Vila Real	43 396 378	52 717 185	63 573 074	53 164 500	56 409 353	55 013 719	60 603 316	61 123 141	53 851 357	56 989 181	65 679 358	15,2%
15	Évora	39 217 520	56 764 453	51 194 461	44 514 746	73 893 195	57 374 156	53 996 522	54 103 914	46 455 081	51 946 676	64 798 521	24,7%
16	Madeira	33 718 791	69 004 422	57 698 572	41 586 838	45 559 665	51 539 801	54 794 870	56 140 511	51 661 953	66 678 967	63 846 818	–4,2%
17	Beja	41 696 308	41 293 128	39 104 092	43 782 126	45 853 445	50 202 661	49 102 165	51 013 399	47 380 499	53 413 960	62 453 186	16,9%
18	Bragança	44 231 846	56 115 134	50 252 470	50 891 353	54 197 409	53 898 346	55 300 951	57 029 317	52 803 743	51 598 275	56 097 638	8,7%
19	Açores	26 403 226	28 731 485	30 486 546	36 210 187	38 638 690	42 520 735	43 226 236	46 147 458	43 054 162	47 848 316	52 322 530	9,4%
20	Portalegre	35 096 844	37 893 011	36 744 893	38 760 484	42 386 918	41 413 521	43 931 142	40 844 007	39 190 028	40 606 902	42 989 157	5,9%
Total Nacional		**1 852 337 162**	**2 064 882 614**	**2 037 869 202**	**2 052 259 549**	**2 171 206 450**	**2 210 865 131**	**2 224 865 347**	**2 341 014 672**	**2 201 140 894**	**2 390 057 427**	**2 726 848 086**	**14,1%**

2.3.4.3. Despesas pagas em Investimentos (aquisição de bens duradouros ou bens de capital)

Na secção 2.3.3 já foram referidas algumas considerações em relação às despesas de investimento. Todavia, como nesta seção se vão apresentar listagens hierarquizadas dos municípios pelo volume de despesa paga nesta rubrica orçamental, entendeu-se relevar os seguintes aspetos em relação ao ano de 2022:

- O total de encargos assumidos pelos municípios em **investimento** foi de 3.238,3 milhões de euros (-248,9 milhões de euros, -7,1% que em 2021) dos quais foram pagos 2.311,0 milhões de euros (-4,7% que em 2021), isto é, 71,4% da despesa assumida, tendo ficado por pagar 927,3 milhões de euros. Todavia se analisarmos as obrigações geradas no exercício, verifica-se que as mesmas atingiram o valor de 2.387,6 milhões de euros, podendo-se afirmar que foram pagas 96,8% das mesmas, sendo que **a real** dívida constituída nesta rubrica orçamental foi apenas de **76,7 milhões de euros;**
- Referenciando a análise aos compromissos assumidos, informação que se dispõe desde 2012, verifica-se que nesse ano, o valor médio dos pagamentos de despesas de capital tinha sido de 58,7%, ficando, então, por pagar quase metade da despesa assumida. A partir de 2013 as autarquias, na sua generalidade, optaram por aumentar o nível de pagamento dos encargos com investimento, melhorando o rácio de pagamentos das despesas de capital, pese embora continue a ser a despesa com menor índice de pagamento.

Nos *Rankings* R31 e R32 apresentam-se, respetivamente, 35 municípios com maior e menor volume de investimento pago em 2022.

R31 – Municípios com maior volume de investimento pago em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				Mandato 22–25	Varia. 21–22 %
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Lisboa	G	63 323 184	77 481 885	68 771 114	66 662 626	128 188 429	153 002 296	127 562 316	162 953 571	138 723 330	183 272 818	207 323 707	13,1%
2	Cascais	G	17 746 625	11 486 996	13 419 670	14 667 601	15 703 506	28 277 943	44 879 697	35 747 192	40 557 066	59 238 211	73 861 060	24,7%
3	Porto	G	6 383 423	46 653 378	13 132 540	19 122 087	26 267 736	41 936 990	59 603 865	68 415 862	70 423 773	80 753 753	66 708 038	–17,4%
4	Oeiras	G	22 722 879	22 187 369	28 186 902	20 737 905	22 915 166	20 572 509	21 760 770	41 401 123	50 356 424	56 471 409	57 551 623	1,9%
5	Sintra	G	7 674 416	15 148 323	4 159 926	6 171 098	9 284 159	18 090 614	19 141 260	29 106 357	37 363 002	41 097 050	41 023 323	–0,2%
6	Vila Nova Gaia	G	24 527 138	21 928 656	16 535 873	11 998 323	12 701 614	14 103 986	19 937 699	24 949 493	23 607 307	37 539 301	36 424 849	–3,0%
7	Matosinhos	G	23 377 348	18 357 207	13 004 777	23 628 651	28 857 444	28 411 456	15 178 369	17 891 596	28 917 359	46 107 092	34 332 969	–25,5%
8	Aveiro	M	7 024 950	7 559 643	5 633 353	8 752 662	5 727 977	17 467 563	21 447 693	10 530 328	16 398 042	27 463 586	32 662 127	18,9%
9	Gondomar	G	13 503 990	16 158 681	10 808 682	8 107 738	7 259 854	9 388 476	12 634 154	11 398 602	12 378 777	27 189 247	31 197 373	14,7%
10	Loulé	M	17 681 954	16 294 636	15 493 693	15 160 441	11 880 496	14 621 643	19 664 742	28 813 750	32 457 607	30 805 255	29 383 794	–4,6%
11	Loures	G	6 470 096	2 597 962	5 129 599	3 898 046	6 989 518	16 414 290	7 730 799	12 941 005	19 477 485	28 435 352	27 720 665	–2,5%
12	Seixal	G	5 330 223	4 517 377	12 154 449	1 803 810	4 942 218	10 782 750	44 560 488	13 629 267	10 943 848	40 016 295	24 724 319	–38,2%
13	Santarém	M	3 716 793	11 271 776	5 306 322	2 608 571	1 501 191	2 572 342	4 271 994	5 255 690	7 424 304	7 854 926	24 694 732	214,4%
14	Coimbra	G	13 898 747	12 296 489	5 810 661	14 759 926	8 044 519	6 608 483	11 540 236	7 757 351	18 643 215	29 633 708	23 814 185	–19,6%
15	Sta Maria Feira	G	12 120 549	18 680 711	14 011 859	8 928 206	7 956 523	9 504 099	11 853 239	13 165 860	14 100 032	23 342 756	23 405 689	0,3%
16	Almada	G	10 666 629	12 158 748	9 899 451	11 905 379	15 410 412	17 110 845	9 224 126	12 264 737	14 479 976	18 729 296	22 915 424	22,4%
17	Leiria	G	6 369 021	5 822 908	9 622 698	10 569 346	12 914 319	20 286 960	21 904 168	21 241 442	19 540 462	23 422 251	22 371 217	–4,5%
18	V Nova Famalicão	G	20 271 853	12 270 243	11 705 587	9 109 301	12 607 735	15 325 540	8 749 716	14 599 764	15 790 607	27 908 961	22 299 035	–20,1%
19	Penafiel	M	16 827 053	14 593 122	11 479 359	9 296 129	7 707 598	8 931 629	9 960 750	10 485 923	13 993 543	21 418 840	21 693 660	1,3%
20	Guimarães	G	30 790 529	4 627 542	10 861 334	9 033 730	14 244 325	23 074 372	22 785 201	13 711 041	19 339 667	26 405 479	21 328 874	–19,2%
21	Maia	G	5 417 250	6 914 714	10 856 710	19 475 682	11 504 071	16 231 956	18 201 423	13 528 893	16 476 154	20 645 034	21 243 802	2,9%
22	Figueira Foz	M	6 136 134	6 640 227	4 638 237	5 529 978	7 965 000	9 277 235	10 894 636	13 780 842	8 560 957	11 472 094	20 855 537	81,8%
23	Odivelas	G	5 371 635	4 185 641	1 971 358	3 077 875	4 638 953	8 949 012	10 345 859	9 198 040	9 412 238	19 484 097	20 038 564	2,8%
24	Viana Castelo	M	12 849 618	15 493 408	8 416 094	17 561 098	10 028 509	16 245 145	16 021 449	17 481 784	14 531 914	17 689 297	20 031 572	13,2%
25	Funchal	G	17 280 123	22 432 704	7 655 310	6 146 164	5 536 341	10 124 660	12 497 639	14 092 481	14 458 396	17 580 061	19 509 207	11,0%
26	Valongo	M	2 205 495	8 932 100	1 927 185	2 927 065	2 332 892	4 160 305	8 605 536	10 741 685	8 397 525	14 354 767	19 061 438	32,8%
27	Felgueiras	M	10 591 520	10 457 218	5 669 140	6 114 476	3 586 877	5 526 896	7 422 115	6 378 751	8 948 163	10 800 249	18 509 254	71,4%
28	Setúbal	G	16 253 913	11 969 092	7 149 037	10 617 022	7 751 193	13 043 248	15 590 677	13 924 418	13 207 058	18 873 402	17 490 610	–7,3%
29	Trofa	M	3 384 014	9 914 106	5 193 609	5 613 917	2 967 082	6 362 237	3 558 456	6 234 324	7 049 344	11 784 267	16 666 630	41,4%
30	Amarante	M	7 863 913	5 665 325	4 434 383	4 290 483	6 217 337	9 730 088	4 571 095	7 266 773	9 304 302	18 275 634	15 794 922	–13,6%
31	Mafra	M	13 839 330	11 037 048	8 294 498	9 306 240	13 965 653	16 341 903	16 706 859	14 659 605	19 237 154	22 421 600	15 792 966	–29,6%
32	Paredes	M	18 436 945	36 752 824	8 708 602	6 258 580	16 276 632	7 966 432	4 390 293	11 468 633	15 594 340	16 176 109	14 748 232	–8,8%
33	Torres Vedras	M	6 979 768	7 005 125	3 512 419	12 831 831	3 795 696	5 379 696	7 324 575	11 572 219	8 494 707	14 687 156	14 570 983	–0,8%
34	Braga	G	13 825 481	21 540 958	12 862 956	7 883 078	3 549 846	9 350 604	18 349 464	14 187 171	16 088 707	15 611 731	14 413 801	–7,7%
35	Póvoa de Varzim	M	8 769 424	11 804 487	8 290 588	10 404 989	5 467 918	12 513 001	12 661 875	16 648 978	18 449 169	20 516 699	14 059 681	–31,5%

Da observação do Ranking R31 é de assinalar, relativamente a 2022:

- Dos 35 municípios apresentados com maior volume de pagamentos de bens de investimento, dezoito apresentaram descida de valor, sendo que será de relevar as descidas apresentadas por: Seixal (-15,3 milhões de euros, -38,2%), Póvoa de Varzim (-6,5 milhões de euros, -31,5%), Mafra (-6,6 milhões de euros, -29,6%), Matosinhos (-11,8 milhões de euros, -25,5%) e Vila Nova de Famalicão (-5,6 milhões de euros, -20,1%);
- Sete municípios deste *ranking* apresentaram, em 2022, um aumento de volume de investimento superior a 20%, relevando-se os aumentos verificados nos seguintes municípios: Santarém (+211,4%, +16,8 milhões de euros), Figueira da Foz (+81,8%, +9,4 milhões de euros) e Felgueiras (+71,4%, +7,7 milhões de euros);
- Em 2022, 28 dos 308 municípios apresentaram um crescimento da despesa de investimento superior a 50%;
- À semelhança dos *rankings* anteriores, foi Lisboa que liderou a listagem hierarquizada dos municípios com maior volume de despesa de investimento paga, apresentando o montante de 207,3 milhões de euros (+13,1%, +24,1 milhões de euros), o qual traduziu 9,0% do total de despesas de investimento pago pela globalidade dos municípios;
- Em 2022, o segundo município desta listagem passou a ser Cascais face au aumento em despesas de investimento em +24,7% (+14,6 milhões de euros) ao pagar, desta despesa, 73,9 milhões de euros, isto é, 35,6% do montante pago por Lisboa. O município do Porto, que no ano transato tinha ocupado o segundo lugar neste ranking, face à descida de despesa nesta rubrica (-17,4%, -14,0 milhões de euros), passou para terceira posição ao pagar 66,7 milhões de euros, isto é, 32,2% do valor pago por Lisboa;
- Neste mesmo ano económico, considerando o universo autárquico municipal, 186 municípios apresentaram descida do montante pago de investimento, com 16 a registarem uma diminuição superior a 50% (Albufeira, Arganil, Batalha, Belmonte, Castelo de Vide, Celorico de Basto, Elvas, Espinho, Machico, Monforte, Montemor-o-Velho, Penedono, Reguengos de Monsaraz, Ribeira Brava, Santa Cruz e Santana).

R32 – Municípios com menor volume de investimento pago em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Varia. 21–22 %
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Penedono	P	1 644 131	2 410 470	2 106 564	2 685 691	289 603	817 422	873 105	1 063 513	1 101 631	2 561 707	208 937	–91,8%
2	Corvo	P	1 454 796	1 523 196	810 269	706 398	1 103 529	469 404	977 877	652 332	315 777	498 872	529 127	6,1%
3	Porto Santo	P	85 653	1 540 077	18 881	24 856	333 759	39 726	40 045	1 663 899	286 188	905 584	623 403	–31,2%
4	Manteigas	P	2 153 824	2 014 354	1 061 337	1 071 338	689 971	979 756	855 456	679 821	1 156 463	952 335	635 091	–33,3%
5	Freixo Espada à Cinta	P	2 856 498	4 761 880	1 596 482	823 317	795 752	285 971	481 619	750 716	857 291	756 342	742 176	–1,9%
6	Tabuaço	P	3 095 959	1 915 610	1 894 509	1 738 954	934 821	1 110 807	929 316	1 668 993	1 742 557	1 510 067	776 066	–48,6%
7	Mourão	P	104 514	186 044	111 913	90 872	96 307	579 860	329 147	881 743	791 820	1 162 206	812 034	–30,1%
8	Lajes das Flores	P	1 870 539	3 199 003	2 767 021	657 287	740 858	410 613	332 379	758 789	688 035	864 470	813 685	–5,9%
9	Sta Cruz das Flores	P	687 631	1 285 457	2 224 349	331 947	564 080	1 181 440	557 184	622 859	1 038 678	1 413 811	903 656	–36,1%
10	Reguengos Monsaraz	P	2 326 157	4 535 025	2 582 691	1 590 785	1 449 279	2 220 807	2 747 721	2 525 331	2 635 686	3 118 264	916 954	–70,6%
11	Belmonte	P	1 420 500	2 428 930	1 030 016	1 287 713	1 479 510	1 270 394	1 639 878	1 037 143	1 098 685	2 231 279	963 889	–56,8%
12	Borba	P	2 191 431	8 930 874	665 151	422 732	706 989	975 414	389 365	410 786	1 488 708	1 276 570	963 995	–24,5%
13	Golegã	P	2 779 525	2 266 262	1 048 453	1 275 886	424 316	785 577	1 653 503	1 147 507	1 690 279	1 533 851	1 029 294	–32,9%
14	Figueira Castelo Rodrigo	P	1 513 080	348 750	584 881	948 795	1 143 164	1 023 250	1 434 832	1 638 151	1 219 572	2 000 184	1 071 183	–46,4%
15	Sta Cruz da Graciosa	P	2 611 095	1 840 592	1 651 118	915 417	517 468	1 568 316	1 850 554	1 554 794	1 176 717	1 933 821	1 089 459	–43,7%
16	São Roque do Pico	P	719 358	474 237	447 518	1 171 570	931 196	777 281	828 211	828 719	1 591 287	2 059 523	1 094 974	–46,8%
17	Alter do Chão	P	3 057 041	796 764	872 268	872 383	399 329	1 073 020	1 297 771	1 138 126	1 652 694	2 195 198	1 107 363	–49,6%
18	Vidigueira	P	2 756 465	1 436 328	1 284 967	3 253 551	838 361	735 168	973 528	907 004	1 054 702	699 493	1 160 304	65,9%
19	Redondo	P	1 763 999	806 119	1 057 822	899 446	940 057	1 651 874	1 106 429	644 151	1 062 337	1 605 958	1 184 929	–26,2%
20	V Nova da Barquinha	P	6 076 580	1 932 889	1 412 068	1 185 281	337 557	541 113	1 846 856	1 583 701	749 540	1 036 672	1 201 437	15,9%
21	Barrancos	P	154 507	224 168	173 955	77 659	108 793	532 039	137 403	540 550	461 636	1 096 951	1 259 782	14,8%
22	Mora	P	1 596 568	1 104 203	790 998	2 515 667	1 107 603	1 542 759	1 356 653	1 160 511	962 984	2 045 484	1 265 937	–38,1%
23	Góis	P	2 702 869	1 413 624	794 687	861 206	942 186	1 651 267	2 582 165	2 555 769	1 361 433	760 998	1 297 953	70,6%
24	Vila Viçosa	P	1 216 063	1 551 329	720 484	1 015 535	1 230 615	947 971	834 646	1 526 119	932 732	2 199 934	1 342 748	–39,0%
25	Fronteira	P	1 464 858	1 343 742	1 042 601	298 630	764 742	1 360 077	366 428	702 150	1 395 091	1 376 314	1 355 537	–1,5%
26	Fornos de Algodres	P	478 905	378 569	143 865	388 953	662 913	579 601	2 187 349	950 871	987 450	1 750 109	1 370 215	–21,7%
27	Cuba	P	2 157 280	725 828	463 799	1 196 392	800 520	1 473 330	584 335	426 180	1 468 775	2 424 995	1 416 686	–41,6%
28	Tarouca	P	2 328 882	1 118 758	806 269	1 531 781	565 389	1 147 225	1 284 389	993 264	2 080 513	2 548 074	1 417 570	–44,4%
29	Porto Moniz	P	898 062	1 281 183	402 344	349 136	883 324	2 215 318	1 097 858	1 113 068	1 020 529	996 769	1 460 070	46,5%
30	Alvito	P	881 718	404 568	451 653	284 054	548 930	422 480	1 231 644	888 644	2 075 926	2 938 283	1 475 842	–49,8%
31	Batalha	P	2 766 655	2 401 935	1 137 077	2 177 518	1 399 145	3 976 410	5 182 702	2 410 755	2 919 363	3 280 966	1 478 299	–54,9%
32	Vila Nova de Paiva	P	1 957 707	1 417 953	1 202 620	1 963 517	683 102	1 276 863	1 045 747	634 642	2 240 072	1 952 276	1 503 107	–23,0%
33	Santa Comba Dão	P	3 277 304	549 020	419 981	2 029 434	555 684	424 103	530 081	1 133 341	626 537	1 331 418	1 517 756	14,0%
34	Ponta do Sol	P	956 038	1 117 613	554 251	1 307 604	1 676 380	1 742 492	770 404	743 268	2 370 028	2 568 983	1 519 654	–40,8%
35	Viana do Alentejo	P	1 608 861	3 464 936	653 452	2 102 997	460 798	882 792	2 666 187	553 495	1 370 866	1 856 373	1 532 285	–17,5%

Da observação do Ranking R32 é de assinalar, relativamente a 2022, que:

- Em 2022[54] os 35 municípios com menor volume de encargos em investimento direto voltaram a ser apenas municípios de pequena dimensão;
- Desta listagem de 35 municípios com menor volume de investimento direto, só sete apresentaram taxas de crescimento desta despesa, tendo os restantes apresentado descida do valor da mesma. Com aumentos superiores a 50%, apontam-se os municípios de Góis (+70,6%, +536,9 milhares de euros) e Vidigueira (+65,9%, +460,8 milhares de euros);
- Com descidas superiores a 50% registam-se os municípios: Penedono (-91,8%, -2,4 milhões de euros), Reguengos de Monsaraz (-70,6%, -2,2 milhões de euros), Belmonte (-56,8%, -1,3 milhões de euros) e Batalha (-54,9%, -1,8 milhões de euros).

O *Ranking* R31D permite avaliar a evolução dos gastos em investimentos por distritos e regiões, hierarquizando as despesas tendo por referência o ano de 2022. Da observação do mesmo pode-se concluir:

- O distrito com maior volume de gastos em investimento é o de Lisboa, tendo absorvido 22% do total pago nesta rubrica orçamental a nível nacional. Verifica-se ainda que o pagamento de investimentos no distrito de Lisboa cresceu 4,6% (+22,3 milhões de euros) em 2022;
- Logo a seguir neste *ranking*, surge o distrito do Porto com gastos que representaram 71,3% do valor pago no distrito de Lisboa e que apresentaram uma taxa de decréscimo de 4,8% (-18,2 milhões de euros);
- Constata-se, ainda que os quinze distritos e as duas regiões autónomas, apresentaram em 2022 taxas de evolução negativas no que se refere ao volume de pagamentos de investimento, sendo que oito deles apresentaram taxas negativas superiores a 10%, destacando-se pelo valor da descida de pagamentos o distrito de Portalegre (-30,6%) e a região da Madeira (-21,3%).

[54] Em 2021 surgiu um município de média dimensão neste elenco

R31.D – Volume de investimento pago em 2022 por Distrito

Unidade: euros

Município		Mandato 10-13		Mandato 14-17				Mandato 18-21				M. 22-25	Varia. 21-22 %
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Lisboa	174 653 126	192 011 050	164 790 000	163 108 342	235 239 642	316 278 132	290 590 071	365 684 994	376 175 894	485 970 450	508 237 959	4,6%
2	Porto	182 256 751	255 469 267	135 219 601	160 447 799	150 689 445	200 662 680	210 592 882	248 728 606	274 811 577	380 535 539	362 368 846	-4,8%
3	Setúbal	78 816 699	81 723 146	55 249 156	50 582 909	58 438 387	78 906 910	112 648 068	97 139 767	105 655 788	172 787 285	151 973 592	-12,0%
4	Aveiro	137 760 686	140 312 154	92 607 097	94 881 699	68 840 357	101 112 875	91 768 052	101 236 633	118 833 255	160 413 595	150 755 585	-6,0%
5	Faro	53 973 517	54 235 074	73 173 355	53 823 739	58 259 170	97 327 265	84 883 281	97 442 682	111 475 718	143 297 529	128 608 197	-10,3%
6	Santarém	85 238 118	67 867 725	53 234 658	53 423 670	34 360 079	50 081 646	57 291 540	64 661 255	84 050 427	90 026 016	122 222 044	35,8%
7	Braga	125 061 111	96 933 697	80 251 659	66 294 712	55 393 443	79 413 657	92 509 837	90 889 543	106 924 443	137 441 796	114 676 391	-16,6%
8	Coimbra	76 732 934	57 762 581	37 883 388	56 585 249	38 917 804	51 434 352	60 267 887	71 807 878	76 564 183	103 274 227	97 328 553	-5,8%
9	Leiria	72 866 510	77 937 469	63 557 865	65 911 511	55 283 856	79 167 702	75 600 855	79 106 747	78 487 373	97 902 927	96 606 327	-1,3%
10	Viseu	80 656 068	77 883 219	60 505 580	71 432 803	40 210 891	56 335 935	59 257 473	72 297 613	72 119 703	92 322 487	83 252 968	-9,8%
11	Viana Castelo	64 345 418	56 848 281	35 652 325	52 989 933	34 508 014	54 137 807	52 306 303	48 719 013	56 689 937	67 206 371	65 110 730	-3,1%
12	Vila Real	59 932 152	53 681 207	54 199 770	50 625 066	30 211 184	45 947 436	42 169 504	41 590 464	58 325 027	77 846 889	64 926 707	-16,6%
13	Açores	46 651 980	46 982 780	45 861 673	34 785 527	28 267 050	38 961 636	38 345 621	41 475 448	49 358 499	61 958 058	59 804 215	-3,5%
14	Bragança	51 149 577	42 471 503	23 571 666	30 887 975	21 925 862	33 329 539	32 651 347	36 064 166	43 766 420	55 129 281	52 269 103	-5,2%
15	Beja	44 241 319	32 063 012	24 231 838	27 534 660	21 622 635	33 389 602	25 026 277	26 832 253	33 146 361	42 825 226	47 115 925	10,0%
16	Madeira	37 659 383	52 989 778	27 638 732	20 680 626	21 081 512	31 904 616	28 682 751	33 228 578	38 834 709	57 668 929	45 380 293	-21,3%
17	Portalegre	43 460 031	43 508 447	33 343 048	33 857 877	16 758 439	31 005 467	23 351 383	25 462 655	41 812 264	65 345 147	45 332 050	-30,6%
18	Castelo Branco	66 803 839	91 018 689	33 863 039	38 140 169	38 903 433	37 876 339	49 069 787	42 629 165	44 523 667	51 338 692	41 709 785	-18,8%
19	Évora	32 708 181	43 834 712	19 351 918	23 704 068	21 305 526	22 480 004	21 178 587	25 027 316	31 251 622	39 370 513	37 166 141	-5,6%
20	Guarda	40 617 914	37 774 612	26 266 379	26 220 195	23 427 332	34 002 007	35 031 683	29 481 306	35 665 437	43 072 945	36 115 064	-16,2%
Total Nacional		**1 555 585 315**	**1 603 308 402**	**1 140 452 747**	**1 175 918 529**	**1 053 644 061**	**1 473 755 607**	**1 483 223 189**	**1 639 506 080**	**1 838 472 304**	**2 425 733 901**	**2 310 960 476**	**-4,7%**

2.3.4.4. Despesas com Transferências e Subsídios concedidos

Como se verificou na secção 2.3.3 (essencialmente pelos quadros 2.38 e 2.43) deste Anuário, as Transferências e Subsídios são duas categorias de despesas em relação às quais, no final de cada ano económico, se têm registado encargos por pagar, pese embora se reconheça alteração significativa na gestão destes encargos com o aumento progressivo da sua percentagem de pagamento. **Entendeu-se, então, mais adequada a análise comparativa dos municípios tendo por base o volume de pagamentos efetuados e o volume das obrigações reconhecidas.** Assim, para 2022 pode-se referir:

- Apenas 76 municípios pagaram a totalidade das transferências correntes constituídas como obrigações e 194 municípios as transferências de capital também assim constituídas. No que respeita aos subsídios, 120 municípios apresentaram valor em subsídios em obrigações, mas apenas 93 pagaram a totalidade dos mesmos;
- O volume de subsídios atribuídos aumentou 11,8% (+28,9 milhões de euros), o das transferências correntes cresceu 6,6% (+66,6 milhões de euros) e o das transferências de capital baixou 8,3% (-27,8 milhões de euros), tendo sido pago 99,7% dos subsídios constituídos, 99,0% das transferências correntes geradas em obrigações e 98,4% das transferências de capital da mesma es-

pécie. Todavia se compararmos os pagamentos com os compromissos aprovados, conclui-se que se liquidaram menores percentagens de encargos, sendo que, em subsídios apenas se liquidara 98,1% dos compromissos assumidos, em transferências correntes 93,4% dos mesmos e em transferências de capital apenas 79,8% dos compromissos;

- O montante aprovado de **Transferências de Capital** foi de 384,0 milhões de euro, dos quais se transformaram em obrigações 311,5 milhões de euros tendo o montante pago sido de 306,5 milhões de euros. Quanto às **Transferências Correntes**, foram aprovados 1 146,5 milhões de euros, geradas 1 082,1 milhões de euros de obrigações e pagos 1 071,0 milhões de euros. Relativamente aos Subsídios, o valor assumido foi de 278,8 milhões de euros, transformados em obrigações 274,2 milhões de euros e pago 273,4 milhões de euros;
- Estas três componentes das transferências totalizaram, no ano económico em apreço, 1.651,0 milhões de euros de valor pago e apresentaram, na globalidade, um aumento de 68,0 milhões de euros de pagamentos (+4,3%) face a 2021;
- Considerando a totalidade das transferências (transferências correntes, de capital e subsídios) efetuadas por cada município, conclui-se que em 2022, 201 municípios apresentaram aumento do volume de pagamentos e 107 municípios apresentaram descida do mesmo.

Apresentam-se de seguida, tendo como referência o ano de 2022, os Rankings R33 e R34 dos 35 municípios respetivamente, com maior e com menor volume de transferências correntes e de capital, acrescidos do montante de subsídios concedidos.

R33 – Municípios que apresentam maior volume de despesas pagas em transferências correntes, de capital e subsídios em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Varia. 21–22 %
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Lisboa	G	84 507 204	57 854 590	98 739 955	117 379 914	134 852 849	139 490 956	155 636 205	227 956 422	257 887 555	328 893 284	277 788 141	–15,5%
2	Porto	G	34 505 705	11 874 057	14 887 844	14 550 547	13 033 527	16 573 988	25 504 768	33 263 329	37 918 812	51 382 135	74 347 985	44,7%
3	Cascais	G	26 626 724	21 761 587	18 349 485	18 272 804	20 852 806	38 394 404	39 142 238	47 174 999	44 221 857	48 723 525	50 193 493	3,0%
4	Vila Nova Gaia	G	15 702 679	22 401 551	12 415 465	7 937 894	18 187 243	11 944 834	15 183 363	16 304 746	29 331 461	29 714 719	43 563 287	46,6%
5	Loures	G	16 180 949	16 239 131	13 849 971	14 689 617	14 756 489	14 797 208	17 257 824	22 597 139	26 600 715	28 131 385	36 594 318	30,1%
6	Braga	G	22 446 198	21 189 499	15 924 198	20 683 643	21 436 574	23 162 364	19 044 335	22 993 716	25 580 930	28 525 803	32 163 415	12,8%
7	Sintra	G	50 591 029	48 225 335	24 998 246	19 639 452	18 245 847	21 049 101	20 827 269	23 972 450	31 723 753	33 948 999	30 680 155	–9,6%
8	Oeiras	G	8 728 113	8 309 081	11 005 646	10 328 167	11 674 028	14 380 244	16 029 213	23 957 488	34 629 644	37 967 058	30 177 034	–20,5%
9	Paredes	M	3 137 190	2 583 081	2 771 301	3 611 214	4 314 652	4 444 478	4 932 897	5 601 923	5 502 820	7 205 101	29 870 296	314,6%
10	Matosinhos	G	16 262 381	11 019 815	13 260 143	14 407 462	17 673 822	18 377 545	21 608 068	22 127 428	23 914 756	23 861 879	26 824 835	12,4%
11	Guimarães	G	12 961 114	9 945 772	12 629 292	10 692 692	14 438 140	17 801 415	15 705 818	16 055 644	17 520 003	24 250 089	23 776 392	–2,0%
12	Coimbra	G	14 132 541	14 979 768	13 613 658	11 827 562	13 235 233	15 521 183	13 309 579	17 515 551	19 039 656	21 636 883	22 991 755	6,3%
13	Loulé	M	7 238 084	9 235 292	6 282 913	7 995 649	10 927 068	12 611 873	12 578 349	16 663 416	16 177 694	17 408 887	22 156 906	27,3%
14	Barcelos	G	14 531 344	16 184 654	13 872 210	13 477 554	13 184 383	14 513 328	11 743 093	12 488 122	14 989 529	19 552 782	20 561 914	5,2%
15	Amadora	G	11 050 766	9 325 381	9 026 153	9 509 249	13 697 433	14 530 380	14 197 203	16 111 231	19 179 377	19 037 389	20 314 788	6,7%
16	Almada	G	7 964 259	8 790 491	8 311 284	8 802 585	10 433 589	10 699 858	10 765 993	13 459 459	15 086 219	15 573 550	19 404 129	24,6%
17	Leiria	G	10 457 935	11 067 849	9 923 237	6 725 308	6 012 158	8 847 630	8 428 745	11 456 140	13 002 141	16 865 182	18 089 597	7,3%
18	Viseu	G	11 038 982	11 901 038	10 734 192	9 501 107	11 187 288	14 198 402	15 119 512	14 990 610	17 606 730	22 059 504	18 016 449	–18,3%
19	Odivelas	G	9 211 695	8 634 530	9 414 446	7 992 441	8 074 154	8 611 118	8 777 714	10 323 807	12 157 219	13 507 795	17 793 039	31,7%
20	Maia	G	8 149 167	6 884 241	4 596 249	6 459 269	7 185 867	9 980 344	9 080 224	10 572 742	10 993 178	12 072 418	15 844 694	31,2%
21	Seixal	G	4 826 995	5 527 945	7 345 163	5 016 764	5 122 029	7 520 450	9 013 615	11 817 786	12 597 150	14 882 119	15 521 369	4,3%
22	Torres Vedras	M	10 150 191	8 573 512	7 692 578	9 649 274	9 462 273	9 124 148	9 518 367	10 122 035	11 346 670	12 997 894	14 268 942	9,8%
23	V Nova Famalicão	G	10 182 455	10 350 379	7 547 057	7 135 313	10 918 521	14 575 069	12 940 803	12 435 150	13 678 712	17 998 632	13 958 152	–22,4%
24	Setúbal	G	5 411 484	5 300 077	5 381 690	5 021 737	5 712 370	5 756 322	6 091 796	8 330 741	8 776 436	10 424 221	13 810 419	32,5%
25	Gondomar	G	5 815 330	7 235 828	5 791 753	5 600 639	6 250 917	6 389 972	7 272 854	7 893 740	7 700 872	10 179 912	13 607 787	33,7%
26	Viana Castelo	M	7 914 110	8 060 685	6 861 178	8 409 655	8 720 239	10 784 357	8 795 258	10 621 026	12 155 519	13 452 093	12 696 222	–5,6%
27	Santa Maria Feira	G	7 984 853	9 441 569	5 717 467	6 141 030	6 477 277	6 704 285	7 057 203	7 232 345	9 356 597	9 993 577	11 329 816	13,4%
28	Vila Franca Xira	G	10 088 205	7 609 616	6 797 717	6 791 295	7 113 470	8 613 717	8 713 694	10 511 378	12 437 111	10 959 241	11 270 246	2,8%
29	Albufeira	M	2 085 807	1 729 131	1 862 259	2 400 303	2 801 043	3 941 442	4 680 788	6 153 909	9 886 868	10 737 028	10 291 754	–4,1%
30	Funchal	G	3 282 351	4 080 398	2 400 064	3 052 307	3 626 381	5 157 736	5 989 342	7 552 384	8 345 766	11 706 374	9 975 411	–14,8%
31	Faro	M	4 506 759	2 028 229	8 706 917	2 916 390	5 263 547	4 695 731	6 204 322	5 917 603	7 751 154	9 223 640	9 427 103	2,2%
32	Caldas Rainha	M	2 570 486	3 201 376	3 377 116	3 742 081	4 564 359	4 869 053	4 632 364	5 976 682	7 213 427	7 416 737	9 169 684	23,6%
33	Fafe	M	7 937 923	6 443 023	5 294 985	7 073 868	7 419 196	7 467 422	9 267 103	8 713 033	7 744 752	8 018 559	8 882 559	10,8%
34	Castelo Branco	M	6 413 195	8 666 810	6 259 055	5 200 273	5 084 009	5 484 231	5 109 658	6 083 355	6 583 807	7 916 196	8 558 587	8,1%
35	Tavira	M	3 555 880	3 819 009	3 676 523	3 784 195	4 066 398	3 931 712	5 365 388	5 246 290	6 614 368	8 208 563	8 328 339	1,5%

Observando o *Ranking* R33 e tendo em atenção os valores globais apresentados na secção 2.3.3 deste Anuário, conclui-se em relação a 2022:

- O montante global de encargos com transferências e subsídios pagos pelo município de Lisboa (277,8 milhões de euros) representou 16,8% do valor total de encargos da mesma natureza pagos pelo conjunto dos municípios portugueses, representando um decrescimento de pagamentos na ordem de 15,5% (-51,1 milhões de euros) em relação ao ano anterior;
- Porto que ocupa o segundo lugar na lista de municípios com maior volume de encargos desta natureza ao pagar 74,3 milhões de euros, apresentou um acréscimo de pagamentos de 44,7% (+22,9 milhões de euros), pagando, no entanto apenas 26,8% do valor liquidado por Lisboa. O município do Cascais, que ocupou o segundo lugar neste ranking entre 2013 e 2020, em 2021 passou para terceira posição, lugar que mantém em 2022, apesar de ter baixado o ritmo de crescimento desta despesa que, no entanto, apresentou um crescimento global destas rubricas orçamentais, com um acréscimo de pagamentos de 1,5 milhões de euros (+3,0%) totalizando um valor de transferências de 50,2 milhões de euros;
- Dos municípios constantes desta lista R33, vinte e seis apresentaram aumento de espessa, sendo que oito apresentaram um aumento de despesa paga em transferências e subsídios superior a 30%. Destes anotam-se os municípios de Paredes (+314,6%, +22,6 milhões de euros), Vila Nova de Gaia (+46,6%, +13,8 milhões de euros) e Porto (+44,7%, +22,9 milhões de euros);
- Verifica-se, ainda, que nesta listagem, nove municípios apresentaram descida do montante global das despesas de transferências e subsídios, sendo de assinalar dois municípios que apresentaram reduções desta despesa, superiores a 20%: Vila Nova de Famalicão (-22,4%, -4,0 milhões de euros) e Oeiras (-20,5%, -7,8 milhões de euros).

Observando o *Ranking* R34 e tendo como referência o ano de 2022, verifica-se que os 35 municípios com menor volume de transferências correntes, de capital e de subsídios pagos, são todos de pequena dimensão.

R34 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em transferências correntes, de capital e subsídios em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Varia. 21–22 %
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Corvo	P	63 839	41 118	26 856	36 929	64 385	99 020	47 707	40 258	37 876	45 835	64 570	40,9%
2	Calheta (R.A.A.)	P	57 475	150 456	55 119	49 760	75 632	63 147	80 799	125 648	174 216	358 129	234 175	–34,6%
3	Pinhel	P	1 977 679	1 635 234	981 232	925 043	1 148 519	787 321	728 706	635 686	843 852	1 309 004	326 826	–75,0%
4	F. Espada à Cinta	P	400 582	507 029	360 365	417 899	423 620	390 147	343 674	344 586	316 373	288 749	353 429	22,4%
5	Mesão Frio	P	251 807	225 693	121 436	179 698	267 794	237 169	281 808	279 390	319 611	375 525	380 608	1,4%
6	Mora	P	268 860	546 959	335 214	281 625	258 400	276 368	305 490	309 815	278 295	365 140	390 428	6,9%
7	Porto Santo	P	1 255 534	837 829	157 132	177 101	184 473	172 918	203 812	280 684	274 649	450 561	412 763	–8,4%
8	Sta. Cruz s Flores	P	308 342	178 215	250 836	303 720	313 111	331 323	365 726	433 553	327 251	419 528	516 826	23,2%
9	Castanheira Pera	P	651 280	315 810	326 863	337 596	329 876	400 403	389 905	428 463	555 678	578 188	519 465	–10,2%
10	Celorico Beira	P	585 691	527 681	453 998	591 177	431 212	678 266	257 142	217 727	294 373	499 876	543 147	8,7%
11	Mourão	P	275 889	685 150	224 667	229 726	257 052	252 283	261 692	271 324	381 557	530 985	553 634	4,3%
12	Lajes Flores	P	132 171	123 705	77 089	156 397	302 660	384 250	403 026	477 743	531 461	550 461	555 016	0,8%
13	Madalena	P	912 690	666 146	524 105	669 307	801 148	611 239	569 391	300 760	754 513	509 873	561 033	10,0%
14	Fronteira	P	296 836	355 481	487 842	453 834	480 977	612 884	487 119	379 184	422 077	545 125	578 546	6,1%
15	Sardoal	P	171 626	282 086	282 942	342 741	375 470	272 650	257 422	271 132	504 643	734 215	579 737	–21,0%
16	Castelo Vide	P	161 878	599 747	428 119	398 078	314 621	395 847	401 565	488 235	669 914	860 612	599 281	–30,4%
17	São Roque Pico	P	1 592 501	1 298 404	1 417 029	1 155 734	1 330 844	1 317 443	1 366 928	753 909	876 683	720 678	619 056	–14,1%
18	Armamar	P	888 283	943 503	559 825	164 278	425 603	375 008	491 044	425 857	488 013	470 096	625 126	33,0%
19	Vila Rei	P	353 944	317 808	354 021	440 976	451 108	545 010	480 664	607 802	553 970	658 170	646 419	–1,8%
20	Marvão	P	310 180	394 852	441 681	390 104	498 401	602 151	473 240	646 392	611 620	636 769	664 477	4,4%
21	Golegã	P	417 437	375 691	367 989	421 021	557 083	587 697	612 444	635 863	745 661	795 732	674 812	–15,2%
22	Santa Comba Dão	P	481 890	497 447	281 184	660 392	352 730	419 797	572 485	691 024	722 732	856 877	681 385	–20,5%
23	Alpiarça	P	144 612	440 465	402 996	331 285	275 194	272 236	367 661	325 638	482 856	446 369	684 697	53,4%
24	Alvito	P	316 493	386 650	509 776	394 471	457 261	442 384	491 907	490 644	562 717	588 204	692 078	17,7%
25	Constância	P	430 891	581 839	387 366	498 801	441 945	342 798	425 207	404 099	531 518	677 821	692 639	2,2%
26	Sta Cruz Graciosa	P	504 147	504 529	573 241	581 781	620 649	670 263	677 046	671 222	560 085	491 217	699 991	42,5%
27	Fornos Algodres	P	51 493	123 311	78 981	97 501	123 064	366 961	404 253	353 210	469 083	611 429	711 485	16,4%
28	Avis	P	525 001	670 808	562 176	687 068	570 204	633 374	573 288	576 682	579 268	873 847	713 767	–18,3%
29	Lajes Pico	P	1 186 673	698 127	634 693	688 782	815 004	856 410	911 846	785 208	783 810	937 809	714 913	–23,8%
30	Pedrógão Grande	P	281 234	719 819	736 440	646 903	678 438	964 125	1 013 511	382 059	506 509	454 650	716 600	57,6%
31	Cuba	P	440 820	597 688	547 427	477 952	633 379	713 882	510 298	502 136	548 269	861 417	718 342	–16,6%
32	Velas	P	758 202	623 936	343 178	583 777	420 560	549 006	579 245	620 483	574 409	759 816	726 349	–4,4%
33	Monforte	P	371 812	377 427	490 866	604 068	646 123	864 077	695 267	669 136	649 264	698 806	727 899	4,2%
34	Alter do Chão	P	516 367	661 298	797 508	432 234	475 907	520 680	402 242	399 549	427 263	544 778	760 137	39,5%
35	Gavião	P	634 966	783 712	700 121	731 254	687 520	635 241	710 583	622 741	612 925	585 003	761 022	30,1%

- Observando o ranking anterior, verifica-se que, mesmo sendo os municípios com menor volume de transferências pagas, catorze deles apresentaram descida desta despesa paga face a 2021, sendo que seis deles apresentam descida superior a 20%: Pinhel (-75,0%), Calheta (-34,6%), Castelo de Vide (-30,4%), Lajes do Pico (-23,6%), Sardoal (-21,0%) e Santa Comba Dão (-20,5%). Apresentaram, pelo contrário, subidas de volume de pagamento do conjunto de transferências e subsídios, vinte e municípios, com crescimento superior a 50% os seguintes dois municípios: Pedrogão Grande (+57,6%) e Alpiarça (+53,4%);
- O município com menor despesa em transferências e subsídios, foi o município do Corvo que ao apresentar a transferência de 64,6 milhões e euros, em 2022, traduziu um acréscimo desta despesa em 40,8% (+18,7 milhões de euros).

2.3.4.5. Despesa gasta pelos municípios em aquisição de bens de capital e transferências de capital

Na secção anterior apreciaram-se as situações referentes ao investimento direto realizado pelos municípios, plasmado nos pagamentos efetuados na aquisição de bens de capital. Todavia, de acordo com a lei vigente, os municípios poderão aprovar transferências de capital desde que estas se sustentem em protocolos de colaboração com outras entidades de natureza pública ou que persigam fins de utilidade pública supletivas dos municípios, tendo por finalidade a execução de investimentos de utilidade pública municipal.

Face ao exposto, **consideram-se as transferências de capital como investimento indireto dos municípios**. No presente ponto, apreciar-se-ão as despesas globais resultantes de investimento direto – aquisição de bens de capital – acrescido do investimento indireto – transferências de capital – bem como o seu reflexo em conjuntos de municípios, com a mesma metodologia usada nos pontos antecedentes

Antes de se passar aos rankings que elencam os municípios mais representativos no computo das despesas de investimento (aquisição de bens de capital acrescidas de transferências de capital) interessará recordar que:

- Em 2022, o montante pago de 2.617,4 milhões de euros no conjunto de aquisição de bens de capital e transferências de capital, representou 72,3% dos compromissos assumidos e 97,0% das obrigações constituídas, sendo que 2.311,0 milhões de euros corresponderam a pagamentos de aquisição de bens de capital (-4,7%, -114,8 milhões de euros) e 306,5 milhões de euros a pagamentos de transferências de capital (-8,3%, -27,8 milhões de euros);
- Considerando o conjunto dos encargos assumidos – despesa efetivamente executada – destas

duas despesas, verifica-se que o montante realizado, em 2022, de 3.622,3 milhões de euros foi inferior em 7,2% (-280,8 milhões de euros) ao valor homólogo realizado em 2021. Daquele montante, 3.283,3 milhões de euros corresponderam a aquisições de bens de capital, os quais diminuíram 7,1% (-248,9 milhões de euros), tendo os restantes 384,0 milhões de euros correspondido a transferências de capital, as quais baixaram 31,9 milhões de euros (-7,7%).

Para ilustração da evolução do conjunto destas duas despesas – aquisição de bens de capital e transferências de capital – que representam o total do investimento realizado pela autarquia, listaram-se os 35 municípios que mais pagamentos realizaram no seu cômputo. Assim, o Ranking R35 a seguir apresentado, lista os municípios com maior volume de despesas de aquisição de bens de capital e transferências de capital entre 2014 e 2022, significando a soma destas duas despesas, como referido, o total de investimentos direto e indireto[55] efetuado por cada município.

Da apreciação deste ranking pode-se verificar que:

- Foi o Município de Lisboa que mais recursos financeiros aplicou em investimento, ao investir 234,4 milhões de euros, isto é 9% do total investido pelo conjunto das autarquias. Considerando o total investido pelo município de Lisboa desde 2014, conclui-se que **o investimento realizado por habitante entre 2014 e 2022, foi de 2,7 milhares de euros;**
- Contudo o município que mais investiu por habitante ente 2014 e 2022, foi o município de Loulé, ao investir por residente 3,4 milhares de euros, seguido do município de Pombal com 2,8 milhares de euros por habitante, em igual período;
- Em termos absolutos de valor, o segundo município com maior despesa de investimento, foi o município do Porto ao investir 70,0 milhões de contos em 2022 e 469,6 milhões de contos entre 2014 e 2022. Representando este valor 30,9% do montante investido por Lisboa;
- Três dos 35 municípios hierarquizados neste ranking apresentaram descida do valor global de investimento direto e indireto no último mandato: Pombal (-22,2%, -16,7 milhões de euros), Castelo Branco (-21,1%, -13,0 milhões de euros) e Almada (-1,3%, -830 milhares de euros);
- Por outro lado, constata-se que destes 35 municípios, vinte e um apresentaram aumento de investimento total, direto e indireto, superior a 50%, no último mandato, sendo que sete deles apresentaram uma taxa de crescimento de investimento superior a +100%. Estiveram nesta situação: Porto (+165,9%, +181,2 milhões de euros), Cascais (+132,8%, +123,0 milhões de euros), Sintra (+185,3%, +91,4 milhões de euros), Seixal (+173,2%, +84,2 milhões de euros), Mafra (+104,8%, +51,4 milhões de euros), Albufeira (+157,6%, +46,1 milhões de euros) e Funchal (+101,6%, +30,2 milhões de euros).

[55] As transferências de capital aprovadas pelas Câmaras Municipais terão que ser aplicadas em investimentos pelas entidades beneficiárias das mesmas, sendo por isso investimentos indiretos do município.

Do total dos municípios, verifica-se que 122 apresentaram aumento do montante global de investimento direto e indireto, sendo que 28 deles apresentaram aumento superior a 50%.

R35 – Municípios com maior volume despesa paga em aquisição de bens de capital e em transferências de capital – 2014 a 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2014-2017	Mandato 2018-2021	2022	TOTAL 2014-2022	Investimento p/ habitante 14-22
1	Lisboa	G	517 484 124	768 620 560	234 416 593	1 520 521 277	2 771
2	Porto	G	109 195 503	290 348 467	70 013 135	469 557 104	1 952
3	Cascais	G	92 618 357	215 612 991	81 638 287	389 869 635	1 822
4	Oeiras	G	99 475 599	188 534 383	61 483 268	349 493 250	2 023
5	Matosinhos	G	107 271 363	120 855 571	37 277 109	265 404 043	1 503
6	Vila Nova de Gaia	G	77 480 594	130 722 932	45 712 937	253 916 463	826
7	Loulé	M	73 628 549	138 834 726	36 205 272	248 668 547	3 432
8	Sintra	G	49 344 534	140 756 590	43 729 585	233 830 709	601
9	Seixal	G	48 643 778	132 873 796	29 808 812	211 326 386	1 245
10	Guimarães	G	74 996 117	106 327 410	27 960 408	209 283 934	1 339
11	Leiria	G	63 822 735	109 856 798	31 550 546	205 230 079	1 571
12	Vila Nova de Famalicão	G	73 220 147	99 483 511	29 317 786	202 021 444	1 498
13	Viana do Castelo	M	71 951 987	88 953 299	25 475 219	186 380 505	2 165
14	Mafra	M	49 107 238	100 554 821	16 377 533	166 039 591	1 873
15	Maia	G	65 018 627	76 241 174	23 342 571	164 602 372	1 175
16	Aveiro	M	45 377 608	84 192 253	34 424 906	163 994 767	1 964
17	Loures	G	42 763 597	83 369 005	30 636 859	156 769 461	770
18	Coimbra	G	46 367 864	77 659 978	26 262 303	150 290 146	1 057
19	Almada	G	62 219 300	61 389 369	25 625 541	149 234 209	837
20	Vila Franca de Xira	G	59 331 570	72 925 876	14 658 709	146 916 155	1 065
21	Pombal	M	75 204 001	58 489 227	11 873 301	145 566 529	2 847
22	Santa Maria da Feira	G	48 279 158	70 965 807	25 573 328	144 818 293	1 047
23	Braga	G	47 780 215	77 347 761	18 267 088	143 395 065	726
24	Gondomar	G	39 940 432	69 721 146	32 911 745	142 573 323	854
25	Paredes	M	42 429 059	56 129 146	39 277 177	137 835 382	1 615
26	Barcelos	G	56 092 318	60 661 030	20 982 703	137 736 051	1 182
27	Póvoa de Varzim	M	42 136 456	76 644 432	16 371 598	135 152 486	2 047
28	Penafiel	M	41 405 915	59 493 224	21 726 359	122 625 498	1 754
29	Castelo Branco	M	61 732 791	48 728 013	11 790 942	122 251 746	2 335
30	Setúbal	G	39 442 232	62 685 734	17 528 410	119 656 376	976
31	Odivelas	G	34 577 443	58 295 382	23 802 241	116 675 066	776
32	Albufeira	M	29 231 090	75 290 016	10 785 343	115 306 449	2 553
33	Amadora	G	37 933 152	58 536 419	15 651 980	112 121 551	642
34	Viseu	G	36 642 797	55 816 819	17 456 069	109 915 684	1 098
35	Funchal	G	29 702 855	59 878 498	19 784 207	109 365 560	1 028

O ranking R35.D que traduz o volume da despesa paga pelo conjunto de bens de capital e transferências de capital, nos diferentes distritos e regiões do país.

R35.D – Volume despesa paga em aquisição de bens de capital e em transferências de capital por Distrito – 2014 a 2022

Unidade: euros

Município		Mandato 2014-2017	Mandato 2018-2021	2022	TOTAL 2014-2022	Investimento p/ habitante 2022	Investimento p/ habitante 14-22
1	Lisboa	1 071 635 656	1 823 140 981	567 436 246	3 462 212 882	2 365	14 429
2	Porto	756 961 739	1 232 815 316	420 380 821	2 410 157 875	590	3 380
3	Braga	406 364 345	571 639 373	152 371 608	1 130 375 326	1 038	7 704
4	Aveiro	419 640 438	538 033 792	165 179 110	1 122 853 340	193	1 314
5	Setúbal	284 515 661	549 472 653	164 810 506	998 798 820	1 348	8 172
6	Faro	341 808 893	497 806 188	143 617 711	983 232 792	808	5 533
7	Leiria	303 396 397	396 563 149	114 124 158	814 083 705	277	1 979
8	Viseu	273 923 789	355 655 928	97 882 267	727 461 985	640	4 759
9	Coimbra	221 189 173	349 123 865	105 902 758	676 215 796	224	1 433
10	Santarém	221 425 378	319 876 743	130 000 927	671 303 047	920	4 752
11	Viana do Castelo	232 976 305	285 649 991	82 044 569	600 670 865	176	1 286
12	Vila Real	201 627 601	247 173 010	70 932 700	519 733 312	31	226
13	Açores	181 384 915	223 370 294	68 602 119	473 357 328	271	1 869
14	Castelo Branco	173 686 663	211 824 780	47 649 683	433 161 125	458	4 160
15	Bragança	132 778 644	187 987 440	56 476 668	377 242 751	31	207
16	Portalegre	124 270 165	166 276 128	47 799 062	338 345 354	110	780
17	Beja	129 649 309	153 899 995	54 329 061	337 878 365	61	381
18	Guarda	124 707 432	162 953 096	40 023 931	327 684 459	172	1 411
19	Madeira	102 249 776	162 612 100	46 366 465	311 228 341	251	1 687
20	Évora	99 668 367	130 819 116	41 507 696	271 995 180	118	774
Total dos 308 municípios (a)		**5 803 860 643**	**8 566 693 938**	**2 617 438 067**	**16 987 992 648**	**250**	**1 623**
Total aquisição bens de capital – 308 municípios (b)		4 843 770 943	7 386 935 473	2 310 960 476	14 541 666 892		
Peso de aquisição de bens de capital no total (c)=(b/a)		83,5%	86,2%	88,3%	85,6%		
Totais transferências de capital – 308 municípios (d)		960 089 700	1 179 758 465	306 477 591	2 446 325 756		
Peso de transferências de capital no total (e)=(d/a)		16,5%	13,8%	11,7%	14,4%		

Da observação deste ranking pode-se constatar que:

- À semelhança do que aconteceu para o município de Lisboa, foi o Distrito de Lisboa que mais despesa efetuou em investimento tendo o mesmo representado 21,7% do total investido pelos restantes distritos e regiões;
- O distrito do Porto foi o segundo com maior aplicação de investimento ao aplicar na globalidade dos seus municípios 420,4 milhões de euros em 2022, representando este valor 74,1% do montante aplicado no Distrito de Lisboa;
- Entre o mandato 2018–2021 e o mandato 2014–2017, o investimento total cresceu cerca de 47,9% (+ 2 762,8 milhões de euros), sendo que houve distritos e regiões onde esse crescimento foi superior a 50%. Estiveram nessa situação os Distritos de Lisboa

(+70,1%), Distrito do Porto (+62,9%), Distrito de Coimbra (+57,8%) e Região da Madeira (+59%). Outros oito distritos apresentaram um aumento de investimento de um para outro mandato superior a 30%;

- O conjunto de investimento direto pago pelos municípios (aquisições de bens de capital) entre 2014 e 2022, foi de 14.541,7 milhões de euros, o que correspondeu a 85,6% do total de investimento direto e indireto realizado no mesmo período.

2.3.4.6. Amortização de empréstimos: Passivos Financeiros

Mantendo a metodologia de análise e registo de informação, apresenta-se a despesa com amortização de empréstimos em listagens que hierarquizam os municípios pelo montante de despesa paga. Trata-se de uma despesa em relação à qual os municípios não podem encerrar o ano económico com pagamentos em atraso[56].

Antes de se passar à apresentação de rankings associados a esta despesa, anotam-se algumas particularidades, conforme Quadros 2.39 e 2.43:

- Nos últimos onze anos, o total amortizado de empréstimos foi de 7.000,8 milhões de euros, tendo o ano de 2012 apresentado o maior valor de amortização (890,3 milhões de euros) e o ano de 2021 o menor volume de amortização (419,5 milhões de euros). **O valor amortizado em 2022 foi de 420,7 milhões de euros e apresentou uma taxa de crescimento de 0,3% (+1,2 milhões de euros) em relação a 2021;**
- O total amortizado em 2022, cerca de 36,6 milhões de euros (8,7%) representaram amortizações dos programas PAEL e FAM;
- Em 2022, 109 Municípios apresentaram aumento do montante de amortizações de empréstimos (na secção 3.5 do capítulo 3, este tema será analisado com mais pormenor), tendo os restantes 199 registado diminuição do mesmo;
- Do total de 50 municípios que em 2022 ainda amortizaram capital obtido através dos programas FAM e PAEL (incluindo as constantes no *Ranking* R36), apresentaram um peso de amortização destes empréstimos igual ou superior a 50% do total amortizado, os seguintes municípios: Fornos de Algodres (100%), Portimão (98%), Cartaxo (98%), Vila Franca do Campo (95%), Alandroal (88%), Calheta (R.A.M.) (85%), Nazaré (82%), Vila Nova de Poiares (78%), Aveiro (74%), Paços de Ferreira (63%), Sertã (62%), Penela (59%) e Nordeste (56%).

[56] Assim sendo, em relação a esta rubrica orçamental considera-se que o excesso de compromissos sobre a despesa paga resultará do facto de, em sede de prestação de contas, serem raros os municípios que procedem à regularização dos saldos das contas orçamentais, quando se verifica excesso de valores comprometidos em relação à despesa efetivamente realizada, que, neste caso, será a despesa paga.

No Rankings R36 apresentam-se os 35 municípios com maior volume de amortizações de empréstimos pagos em 2022, mostrando o montante que daquelas amortizações se destinaram à liquidação de financiamentos obtidos ao abrigo dos programas de apoio FAM e PAEL.

R36 – Municípios com maior volume de pagamentos de amortizações de empréstimos (passivos financeiros) em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Amortiza. 2022
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	PAEL+FAM
1	Lisboa	G	345 289 264	69 840 325	109 585 581	53 832 163	45 047 158	39 324 001	40 844 087	38 499 402	33 165 531	31 014 701	40 880 345	0
2	Seia	M	743 370	2 012 850	2 567 502	2 499 508	2 549 914	3 142 838	39 074 457	3 041 653	3 086 287	3 140 987	29 846 810	0
3	Portimão	M	1 218 673	4 114 244	3 154 728	1 905 388	3 094 590	23 004 326	5 961 934	4 721 558	555 992	4 469 219	14 338 022	14 044 385
4	V. Nova Gaia	G	22 767 098	25 008 507	25 759 097	24 285 366	21 970 185	22 300 525	33 971 525	17 479 848	17 399 985	19 138 001	12 302 412	0
5	Setúbal	G	6 208 025	5 468 644	4 480 026	9 552 367	21 949 252	8 962 458	11 270 417	12 175 397	13 393 956	11 149 827	11 218 325	0
6	Seixal	G	6 000 924	5 121 655	3 477 092	5 440 477	37 730 107	6 451 938	6 486 008	28 518 550	7 925 793	12 834 927	10 554 501	0
7	Braga	G	9 340 830	11 488 739	14 440 751	11 288 210	10 319 443	11 240 498	11 349 418	12 070 009	11 547 761	11 817 681	10 267 855	0
8	Loures	G	13 977 978	12 450 363	10 984 951	8 601 955	4 113 076	4 342 944	3 280 209	3 116 607	3 091 110	3 009 330	9 067 577	0
9	Cascais	G	11 728 341	11 569 023	12 593 098	5 164 031	4 256 163	4 790 867	5 306 979	5 303 017	4 068 665	4 019 638	8 652 313	0
10	Chaves	M	3 132 643	3 700 207	3 216 505	4 169 404	9 055 693	3 299 042	6 044 819	3 341 420	11 023 153	2 349 289	8 321 254	0
11	Viana Castelo	M	2 947 032	4 864 294	5 781 483	6 248 486	5 692 158	5 534 283	5 319 132	6 045 195	6 497 598	6 664 386	7 216 568	202 727
12	Gondomar	G	7 065 736	3 345 847	3 394 169	3 432 237	3 427 653	3 514 490	3 493 874	33 206 211	6 062 254	6 358 180	6 191 072	0
13	V.R.S. António	P	483 831	626 537	3 341 126	2 780 783	3 346 750	2 481 494	2 661 455	3 501 442	2 538 354	2 242 970	5 510 765	1 368 664
14	Porto	G	9 542 841	10 144 116	10 266 274	11 575 317	47 223 002	3 332 035	24 555 579	12 761 487	0	7 180 037	5 500 000	0
15	Aveiro	M	9 290 418	6 431 818	12 081 803	9 102 486	8 982 696	36 232 741	2 487 412	7 642 197	11 862 657	6 033 922	5 454 357	4 010 694
16	Guimarães	G	5 090 494	6 012 517	5 799 338	14 119 362	5 644 185	5 667 848	5 314 008	5 330 721	5 349 395	5 367 040	5 085 010	0
17	Barreiro	M	2 942 888	3 141 208	3 220 836	3 112 134	10 990 602	2 670 198	2 277 157	1 927 768	4 529 497	4 377 609	4 222 618	0
18	Vila Conde	M	5 769 419	9 707 758	4 242 386	8 558 399	4 070 158	28 431 366	3 028 564	2 944 850	2 869 896	2 671 430	4 057 504	0
19	Évora	M	7 217 986	9 929 612	6 900 084	4 872 416	3 340 581	3 404 423	5 184 933	26 487 596	3 956 120	3 965 042	4 012 231	0
20	Santarém	M	6 943 279	6 828 157	5 460 219	5 175 786	19 856 474	6 498 622	24 403 402	5 529 881	4 627 723	3 873 741	3 906 751	0
21	Funchal	G	10 024 662	11 610 453	8 665 145	8 059 270	7 256 481	6 828 528	21 910 981	4 042 431	3 905 645	3 654 429	3 598 382	0
22	Coimbra	G	13 682 416	6 399 806	3 522 488	4 844 606	7 144 071	8 604 090	3 640 592	3 641 409	3 642 231	3 481 605	3 510 281	0
23	Leiria	G	7 723 131	8 121 134	8 444 190	6 770 798	7 370 360	5 112 989	3 707 317	8 264 463	3 479 665	3 547 044	3 440 922	0
24	Covilhã	M	3 672 768	4 813 015	4 604 329	5 796 163	6 272 777	6 278 969	6 045 002	5 413 478	5 057 416	3 673 689	3 434 029	0
25	Paços Ferreira	M	2 106 413	3 615 665	2 229 225	1 813 738	1 833 520	1 653 617	9 202 107	2 441 573	1 515 312	1 322 119	3 226 243	2 024 287
26	Ponta Delgada	M	1 675 369	1 803 183	3 053 243	2 981 043	1 641 476	1 656 199	1 709 855	1 655 432	1 644 413	1 663 812	3 084 473	0
27	V. N. Famalicão	G	4 360 519	5 912 819	7 050 088	8 069 444	2 317 307	2 681 235	10 029 958	2 658 138	2 624 056	2 743 910	2 995 478	0
28	Penafiel	M	1 117 913	1 300 303	1 296 997	1 239 201	1 270 346	1 192 333	1 188 738	1 151 402	3 155 184	3 158 826	2 977 665	125 379
29	Almada	G	2 941 408	3 561 476	3 807 592	3 825 283	3 848 953	4 287 234	4 138 702	3 009 340	3 256 508	3 166 410	2 902 802	0
30	Matosinhos	G	7 643 886	7 835 214	4 080 067	3 826 967	5 082 076	4 875 973	9 538 830	5 301 421	5 102 072	4 855 669	2 888 215	0
31	Fundão	M	4 385 204	6 761 381	4 655 138	4 927 882	7 130 064	5 392 103	35 764 228	13 538 484	3 844 249	1 850 475	2 812 947	1 291 302
32	Loulé	M	6 829 708	10 302 760	15 784 579	3 834 522	3 971 897	6 240 760	3 646 636	3 648 574	3 650 732	3 412 598	2 602 431	0
33	V. Franca Xira	G	2 265 643	2 778 474	2 858 221	2 975 119	2 531 341	2 618 175	2 481 351	3 085 209	3 318 766	3 306 029	2 592 600	0
34	Faro	M	3 535 250	3 905 066	3 854 508	4 592 791	6 388 027	22 515 366	3 795 674	3 332 758	3 055 884	2 719 694	2 588 055	0
35	Sesimbra	M	4 848 358	4 267 713	4 272 935	3 363 601	3 347 826	3 258 203	3 210 491	2 404 950	3 513 347	3 061 633	2 552 246	643 649

Da observação do Ranking R36 verifica-se, em relação a 2022:

- Em 2022, Lisboa continua a ser o município com maior volume de amortizações pagas (40,9 milhões de euros) apresentando um crescimento desta despesa em 31,8% (+2,8milhões de euros), diferenciando-se enormemente dos restantes municípios em relação ao valor, ao liquidar 8,7% do total amortizado pelas autarquias. Na segunda posição deste ranking, surge o município de Seia com um valor 29,8 milhões de euros de amortizações e uma taxa de crescimento do valor amortizado de 850% (+26,7 milhões de euros), sendo seguido de mais cinco municípios com amortizações de capital superiores a 10 milhões de euros. Os restantes vinte e oito municípios deste ranking procederam a amortizações em valor inferior a 10 milhões de euros;
- Contudo, nesta listagem será de relevar o aumento em mais de 100% apresentado pelos municípios de: Portimão com +9,9 milhões de euros (+220,8%), Loures com +6,1 milhões de euros (+201,3%), Cascais com +4,6 milhões de euros (+115,3%), Chaves com +5,9 milhões de euros (+254,2%), Vila Real de Santo António com +3,3 milhões de euros (+145,7%) e Paços de Ferreira com +1,9 milhões de euros (+144,0%);
- Neste ranking dezoito municípios apresentaram descida de despesa com amortizações, sendo de salientar o decréscimo percentual verificado nos municípios de Matosinhos (-2 milhões de euros, -40,5%), Vila Nova de Gaia (-6,8 milhões de euros, -35,7%) e Porto (-1,7 milhões de euros e -23,4%).

Apresentam-se de seguida os rankings homólogos para as Regiões Autónomas dos Açores (R.A.A.) e da Madeira (R.A.M), com a sinalização dos municípios que beneficiaram das linhas de financiamentos do Estado ao abrigo do programa PAEL e FAM[57] .

[57] Note-se que, dois municípios das Regiões Autónomas assumiram e amortizaram empréstimos ao abrigo do FAM: os municípios de Nordeste e Vila Franca do Campo.

R36.A – Montante de amortizações pagas – passivos financeiros – pelos municípios da Região Autónoma dos Açores em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Amortiza. 2022
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	PAEL+FAM
1	Ponta Delgada	M	1 675 369	1 803 183	3 053 243	2 981 043	1 641 476	1 656 199	1 709 855	1 655 432	1 644 413	1 663 812	3 084 473	0
2	Praia Vitória	P	1 352 774	1 315 698	1 083 854	1 706 988	2 113 974	2 119 258	1 793 889	2 732 760	2 759 459	2 805 000	1 741 392	141 074
3	Angra Heroísmo	M	1 655 869	1 762 364	1 656 478	1 347 327	1 372 840	1 389 491	1 398 160	1 401 607	1 242 162	1 504 710	1 338 274	0
4	V. Franca Campo	P	9 520 898	1 398 578	1 335 319	1 423 749	1 497 221	1 614 226	1 558 546	19 643 329	11 638 613	709 847	1 202 205	1 144 659
5	Ribeira Grande	M	1 474 561	1 958 367	1 502 366	1 868 644	915 148	883 546	909 583	2 131 521	1 030 898	969 084	1 098 363	203 744
6	Nordeste	P	546 754	2 524 131	947 495	1 340 172	992 301	1 002 675	10 777 168	583 548	683 838	940 177	942 285	530 508
7	Lagoa (R.A.A)	P	1 479 084	1 133 094	1 076 119	1 092 267	743 448	798 811	804 571	772 616	1 044 298	593 002	542 095	0
8	Lajes Pico	P	998 128	885 557	1 013 556	891 541	769 254	775 820	827 624	811 054	731 386	717 551	521 159	0
9	Madalena	P	579 213	1 535 111	441 263	742 818	960 522	434 279	2 346 757	1 399 587	1 494 090	995 820	433 686	0
10	São Roque Pico	P	329 891	550 947	130 714	85 480	57 388	59 035	424 169	345 318	455 298	373 516	354 925	0
11	Horta	P	1 209 118	558 031	535 487	713 026	633 462	524 205	529 607	511 522	482 950	339 831	344 957	0
12	V. Porto	P	118 512	159 659	211 694	219 836	42 116	353 468	275 790	288 014	279 656	272 353	284 786	0
13	Velas	P	638 744	610 514	490 585	757 185	523 309	1 257 720	438 906	432 859	367 890	264 650	267 278	0
14	Povoação	P	947 077	661 502	866 552	661 452	649 846	517 260	517 260	407 885	298 510	254 502	239 833	0
15	Sta Cruz Graciosa	P	353 144	277 506	261 265	387 547	214 677	225 831	163 518	163 813	164 458	181 534	187 545	0
16	Corvo	P	110 684	113 843	114 212	115 022	115 640	115 977	116 095	116 205	102 484	81 023	57 758	0
17	Lajes Flores	P	301 609	206 516	508 018	199 995	170 541	171 465	128 994	9 042	38 063	49 907	56 802	0
18	Santa Cruz Flores	P	274 405	202 090	173 737	214 437	44 401	25 481	33 054	40 629	40 901	14 612	14 612	0
19	Calheta (R.A.A.)	P	698 862	933 508	975 642	1 127 801	1 008 600	993 005	1 102 305	904 439	986 524	0	0	0
Total municípios Açores			**24 264 697**	**18 590 198**	**16 377 601**	**17 876 329**	**14 466 165**	**14 917 751**	**25 855 850**	**34 351 179**	**25 485 889**	**12 730 931**	**12 712 427**	**2 019 985**
Total dos 308 municípios			890 319 433	639 839 579	679 085 516	665 998 712	751 800 716	737 284 768	775 394 212	587 945 418	433 189 917	419 520 960	420 699 581	36 593 270

É de anotar em relação ao ranking R36.A, que:

Dos dezanove municípios açorianos, dez apresentaram subida do volume de amortizações, sendo, contudo, na sua generalidade, valores pouco significativos pese embora os aumentos percentuais apresentados por Ponta Delgada (+85,4%, +1,4 milhões de euros) e Vila Franca do Campo (+69,4%, +492,3 milhares de euros);

- Os municípios de: Nordeste, Vila Franca do Campo apresentaram amortizações ao abrigo do FAM e a Ribeira Grande e Praia da Vitória apresentaram amortizações financeiras associadas ao programa PAEL. Ambos os casos programas de financiamento do Estado;
- **O total das amortizações da dívida financeira dos municípios açorianos em 2022, baixou apenas 0,1% (-18,5 milhares de euros**) ao somar 12,7 milhões de euros. Mais se verifica que 15,9% do montante liquidado (2,0 milhões de euros) se reportou à redução da dívida contraída ao abrigo do programa PAEL (Ribeira Grande e Praia da Vitória) e FAM (Nordeste e Vila Franca do Campo);
- Dos oito municípios açorianos que apresentaram descida do volume de amortizações relevam-se, pela percentagem envolvida, os municípios de Praia da Vitória (-37,9%, -1,0 milhões de euros), Madalena (-56,4%, -0,6 milhão de euros), Corvo (-28,7%, -23 milhares de euros) e Lajes do Pico (-27,4%, -196 milhares de euros).

R36.M – Montante de amortizações pagas – passivos financeiros – pelos municípios da Região Autónoma da Madeira em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				Mandato 22–25	Amortiza. 2022
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	PAEL+FAM
1	Funchal	G	10 024 662	11 610 453	8 665 145	8 059 270	7 256 481	6 828 528	21 910 981	4 042 431	3 905 645	3 654 429	3 598 382	0
2	Santa Cruz	M	1 630 997	1 694 903	2 342 652	2 403 766	2 291 332	4 441 359	12 559 206	2 261 010	2 267 899	1 351 338	1 735 576	0
3	Câmara de Lobos	M	971 615	1 325 439	1 667 815	1 520 696	1 197 649	5 113 633	1 768 835	1 871 409	1 373 928	876 462	1 291 172	0
4	Ribeira Brava	P	748 738	1 425 898	1 448 092	1 433 122	1 323 131	1 201 952	3 326 652	655 639	655 639	731 482	523 762	0
5	Calheta (R.A.M.)	P	922 185	1 334 118	1 250 800	1 603 419	2 423 965	517 243	376 192	376 378	376 592	376 775	359 096	305 708
6	Porto Moniz	P	296 619	586 741	328 582	334 964	339 863	214 185	215 893	217 256	218 945	221 332	221 920	0
7	Porto Santo	P	301 186	335 788	392 401	1 662 823	267 194	176 734	146 521	146 758	203 282	222 241	151 649	0
8	Machico	P	1 361 635	1 486 664	1 499 275	1 521 764	1 439 667	1 200 225	999 397	954 851	960 258	127 350	127 105	0
9	São Vicente	P	896 761	623 223	612 141	604 563	611 235	458 547	461 477	464 081	926 535	1 017 708	22 881	0
10	Ponta do Sol	P	550 055	407 039	435 596	546 497	122 935	123 112	123 210	63 976	24 377	18 283	0	0
11	Santana	P	1 572 541	1 615 522	1 353 687	1 082 624	574 298	1 560 045	242 200	587 166	0	0	0	0
Total municípios Madeira			**19 276 994**	**22 445 787**	**19 996 184**	**20 773 507**	**17 847 753**	**21 835 563**	**42 130 565**	**11 640 955**	**10 913 100**	**8 597 400**	**8 031 543**	**305 708**
Total dos 308 municípios			890 319 433	639 839 579	679 085 516	665 998 712	751 800 716	737 284 768	775 394 212	587 945 418	433 189 917	419 520 960	420 699 581	36 593 270

Da análise do *Ranking* R36.M referente à evolução dos encargos com amortizações de empréstimos da Região Autónoma da Madeira, em relação a 2022, refere-se:

- O total de amortizações da dívida dos municípios madeirenses foi de 8,0 milhões de euros, traduzindo uma descida desta despesa de -6,6% (-0,6 milhões de euros) face ao ano transato. Daquele montante, 305,7 milhares de euros (3,8%) corresponderam a amortizações de empréstimos obtidos ao abrigo dos programas PAEL, para as quais contribuiu, exclusivamente o município da Calheta;
- Só três municípios da Madeira apresentaram aumento de amortizações de empréstimos e dois eles com acréscimos significantes: Câmara de Lobos (+47,3%) e Santa Cruz (+28,4%). Relativamente aos restantes oito municípios madeirenses, seis apresentaram descida do valor das amortizações, referindo-se a descida do montante amortizado pelo município de São Vicente (-97,8%, -994,8 milhares euros), de Porto Santo Cruz (-31,8%, -70,5 milhares euros) e Ribeira Brava (-28,4%, -207,7 milhares euros). Os municípios de Santana e Ponta do Sol têm a dívida totalmente amortizada, o primeiro desde 2019 e segundo desde 2021.

No *Ranking* R37 apresentam-se os 35 municípios com menor volume de amortizações de empréstimos pagos em 2022. Pela análise das contas destes municípios verificou-se que não apresentaram qualquer amortização de capital ao abrigo do PAEL e apenas um município apresenta amortização ao abrigo do FAM.

R37 – Municípios com menor volume de pagamentos de amortizações de empréstimos – passivos financeiros – em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				Mandato 10–13	Amort. 2022
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	FAM
1	Penedono	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	Mealhada	P	592 307	1 797 883	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	Ponte de Sor	P	206 196	181 312	56 972	56 972	2 856 972	56 972	33 233	0	0	0	0	0
4	Santana	P	1 572 541	1 615 522	1 353 687	1 082 624	574 298	1 560 045	242 200	587 166	0	0	0	0
5	Vila Nova Foz Côa	P	353 894	364 475	383 203	351 965	294 365	209 150	182 952	166 715	500 242	0	0	0
6	Chamusca	P	1 773 240	1 441 551	1 083 176	751 288	751 288	751 288	751 288	551 288	551 288	0	0	0
7	Calheta (R.A.A.)	P	698 862	933 508	975 642	1 127 801	1 008 600	993 005	1 102 305	904 439	986 524	0	0	0
8	Ponta do Sol	P	550 055	407 039	435 596	546 497	122 935	123 112	123 210	63 976	24 377	18 283	0	0
9	Aguiar da Beira	P	547 229	453 925	446 223	382 045	408 617	478 201	751 320	417 850	315 089	853 704	0	0
10	Ferreira Zêzere	P	470 654	564 889	567 486	574 611	579 090	540 765	533 027	535 430	424 192	2 589 123	0	0
11	Vila Velha Ródão	P	307 208	170 556	176 733	126 148	126 742	127 131	127 372	64 245	64 506	7 221	7 503	0
12	Sátão	P	419 917	420 346	425 546	353 518	354 341	354 547	267 002	57 987	10 833	10 872	10 902	0
13	Castelo Vide	P	220 074	147 564	121 433	153 002	63 802	64 001	64 121	33 990	23 921	13 766	13 766	0
14	Sta Cruz das Flores	P	274 405	202 090	173 737	214 437	44 401	25 481	33 054	40 629	40 901	14 612	14 612	0
15	São Vicente	P	896 761	623 223	612 141	604 563	611 235	458 547	461 477	464 081	926 535	1 017 708	22 881	0
16	Redondo	P	250 711	97 728	100 453	28 830	28 830	28 830	28 830	28 830	28 830	28 830	28 830	0
17	Boticas	P	651 909	609 205	613 360	339 969	289 817	312 803	302 670	221 439	122 094	95 560	40 204	0
18	Campo Maior	P	105 875	49 246	49 914	50 179	50 633	52 649	40 821	40 821	40 821	35 762	45 880	0
19	Lajes das Flores	P	301 609	206 516	508 018	199 995	170 541	171 465	128 994	9 042	38 063	49 907	56 802	0
20	Corvo	P	110 684	113 843	114 212	115 022	115 640	115 977	116 095	116 205	102 484	81 023	57 758	0
21	Alvito	P	178 273	174 203	164 643	152 829	98 575	88 971	97 338	86 445	69 381	70 115	59 893	0
22	Murtosa	P	162 398	165 468	165 912	167 265	168 160	168 669	169 058	169 475	87 200	65 817	65 925	0
23	Marinha Grande	M	892 214	802 320	567 831	859 026	255 620	256 360	256 759	257 036	257 415	113 821	66 088	0
24	Águeda	M	545 252	1 427 699	1 568 170	828 651	831 689	833 468	834 007	762 931	713 615	232 249	66 353	0
25	Cinfães	P	190 929	139 502	117 392	117 502	117 681	117 826	117 924	118 004	68 880	19 736	71 928	0
26	Arronches	P	249 070	134 190	135 307	188 792	123 386	222 575	359 186	509 090	0	0	72 761	0
27	Montemor-o-Novo	P	387 882	402 423	404 655	319 449	233 046	203 390	173 321	234 821	234 821	164 839	75 161	0
28	Pampilhosa da Serra	P	431 818	282 295	223 424	61 804	0	0	0	1 000 000	0	95 522	76 229	0
29	Marvão	P	112 944	115 652	149 187	146 687	101 410	101 824	102 003	102 106	73 379	77 712	80 577	0
30	Carrazeda Ansiães	P	950 744	919 757	902 945	837 855	374 556	376 020	376 621	242 301	152 047	152 160	85 158	0
31	Vila Bispo	P	59 049	94 402	146 859	147 968	150 000	150 200	151 839	98 480	98 480	98 484	98 480	0
32	Miranda Corvo	P	581 565	611 410	480 510	696 139	147 852	147 852	107 852	67 852	67 852	85 709	103 566	0
33	Bombarral	P	1 012 637	857 027	895 742	373 973	396 220	365 572	474 490	393 233	280 078	230 289	103 599	0
34	Viana do Alentejo	P	123 152	127 849	129 319	107 932	109 549	52 091	58 938	97 528	103 188	104 384	105 634	0
35	Alter do Chão	P	185 729	169 533	171 445	173 832	173 348	141 716	143 202	142 223	136 997	132 436	108 093	0

Da observação da listagem dos 35 municípios com menor volume de amortizações de empréstimos, no universo total dos municípios, anota-se com referência a 2022:

- Dos 35 primeiros municípios hierarquizados com menores encargos de amortizações, dois são de média dimensão e os restantes são de pequena dimensão;
- Dez municípios, em 2022, não apresentaram qualquer valor de despesa com amortizações, sendo que sete deles tinham o total de empréstimos amortizados já em 2021, outros dois em 2020 e um terceiro estaria liquidado desde 2012;
- Um destes municípios, Penedono já não apresenta amortizações desde 2010, traduzindo, por isso, ausência de stock de dívida bancária de médio e longo prazo. O município da Mealhada apresentou igual cenário a partir de 2014, e o de Ponte de Sor desde 2019. Em 2020 não apresentou, também, qualquer amortização o município de Santana preconizando um stock nulo de dívida bancária. Em 2021 acrescem a estes municípios, mais três que não apresentam amortizações: os municípios de Vila Nova de Foz Côa, Chamusca e Calheta (RAA), indiciando stock nulo de dívida bancária destes sete municípios. Em 2022, mais três municípios deixaram de fazer amortizações face à liquidação total do capital em dívida em 2021. São eles os municípios de: Ponta do Sol, Aguiar da Beira e Ferreira do Zêzere;
- Outros onze, destes 35 municípios apresentaram descida do volume de encargos com amortizações, sendo de relevar os municípios de São Vicente (-97,8%, -994,8 milhares de euros), Águeda (-71,4%, -165,9 milhares de euros), Boticas (-57,9%, -55,4 milhares de euros), Bombarral (-55,0%, -126,7 milhares de euros) e Monte –o-Novo (-54,4%, -89,7 milhares de euros);
- Com um crescimento assinalável de amortizações, surge o município de Cinfães, com um aumento de valor da ordem dos 264,4%.

2.3.4.7. Despesas com juros e outros encargos financeiros

Conjugando a informação prestada no Quadro 2.38 com o Quadro 2.39 verificou-se que permaneceu registado contabilisticamente um excesso de despesa comprometida em relação à despesa paga, na rubrica económica relativa a juros e outros encargos. Sendo esta despesa uma das que os municípios não poderão deixar de liquidar na totalidade, em cada ano económico, não deveria haver compromissos por pagar no final do ano económico, como transparece nos mapas de execução e controlo de despesa dos municípios. Tal situação resultará do facto de, em sede de prestação de contas, poucos municípios procederem à regularização dos saldos das contas orçamentais sempre que se verifica excesso de dotações orçamentais e excesso de valores comprometidos em relação à despesa efeti-

vamente executada, ou seja, à despesa paga[58]. Face ao exposto, analisar-se-á esta despesa, apenas, em relação aos pagamentos efetuados. Assim:

- Resultante da informação constante no Quadro 2.39, verifica-se que o total de pagamentos efetuados pelos municípios, em 2022, respeitante a juros e outros encargos foi de 33,4 milhões de euros, -2,5 milhões de euros (-6,9%) que em 2021 e -115,1 milhões de euros (-77,5%) que em 2012, ano de maior volume de encargos desta natureza, nos últimos onze anos;
- **No universo dos 308 municípios, em 2022, 146 municípios diminuíram a despesa com juros e outros encargos financeiros contribuindo para a descida global desta despesa em 7% (-2,5 milhões de euros).**

Apresentam-se de seguida os *Rankings* R38 e R39, reportados a 2022, respetivamente com os 35 municípios com maior volume de pagamento de juros e outros encargos financeiros e com o menor volume homólogo de pagamentos.

[58] Este diferencial de valores resultará, essencialmente, de variações de taxas de juro em relação às previsões efetuadas, traduzindo-se o saldo das mesmas na libertação de valores comprometidos, que não terão sido objeto de retificação em sede de encerramento de contas.

R38 – Municípios com maior volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				Mandato 22–25	Varia. 21–22 %
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Lisboa	G	14 621 842	3 905 089	7 260 018	9 905 388	6 637 162	7 521 880	36 709 288	5 306 792	2 985 507	2 546 318	2 241 749	–12,0%
2	Portimão	M	4 689 736	4 118 447	4 399 457	4 070 019	11 072 419	6 663 407	2 130 555	2 161 100	2 180 557	1 356 003	1 373 315	1,3%
3	V. Real Sto. António	P	1 953 422	1 897 059	3 478 129	3 171 181	3 711 825	2 545 217	1 483 220	2 086 112	1 342 167	1 313 937	1 312 620	–0,1%
4	Gondomar	G	998 927	391 244	389 106	308 653	242 882	236 009	210 221	386 487	1 120 740	1 078 857	1 108 942	2,8%
5	Évora	M	1 898 239	2 531 046	2 545 263	3 155 076	4 549 387	2 949 664	1 777 129	1 919 628	1 116 764	1 074 064	1 037 852	–3,4%
6	Setúbal	G	957 836	764 264	1 895 454	1 565 630	1 407 370	1 174 721	951 101	462 947	902 136	811 536	910 272	12,2%
7	Fundão	M	1 687 998	1 947 998	2 341 948	1 410 981	1 800 792	1 123 044	532 522	2 932 117	1 162 717	801 257	799 103	–0,3%
8	Vila Nova Gaia	G	5 010 170	4 131 821	4 394 450	4 371 977	7 539 095	2 393 451	1 460 070	972 279	1 203 034	650 253	669 305	2,9%
9	Matosinhos	G	1 193 116	743 328	706 242	736 510	829 295	876 127	797 519	759 163	669 491	593 027	650 986	9,8%
10	Leiria	G	910 399	423 110	1 274 777	1 113 491	993 757	880 129	814 973	785 484	677 580	608 823	620 501	1,9%
11	Nazaré	P	669 894	4 028 449	954 601	1 327 843	1 194 270	1 249 191	1 401 683	2 423 482	775 858	1 491 399	594 637	–60,1%
12	Aveiro	M	3 086 101	1 804 866	1 781 214	1 213 372	1 111 846	3 413 685	2 336 268	1 744 026	1 364 296	944 616	580 093	–38,6%
13	Seixal	G	1 399 203	1 911 162	3 517 889	2 974 340	2 040 784	2 132 770	847 491	955 384	498 728	418 544	575 817	37,6%
14	V. Franca do Campo	P	1 744 350	1 172 693	1 087 296	899 408	775 254	699 579	651 051	618 375	2 295 300	580 050	575 682	–0,8%
15	Ribeira Grande	M	347 020	870 158	188 110	133 697	119 973	119 848	113 642	126 309	421 979	516 748	487 305	–5,7%
16	Cartaxo	M	226 476	255 868	509 548	1 799 317	1 433 486	5 271 160	1 794 833	937 226	890 641	755 880	481 988	–36,2%
17	Seia	M	3 506 350	2 909 591	2 751 126	2 127 169	1 945 204	1 594 589	1 139 258	605 088	556 821	487 192	468 838	–3,8%
18	Covilhã	M	1 169 000	627 458	557 802	393 791	620 111	546 008	726 080	392 926	457 210	413 882	423 106	2,2%
19	Funchal	G	1 060 296	1 059 341	1 003 765	826 249	1 051 516	993 829	1 082 002	486 077	497 358	449 426	404 582	–10,0%
20	Fornos de Algodres	P	1 125 202	802 405	760 599	657 293	567 240	529 149	561 901	487 910	480 619	479 987	402 264	–16,2%
21	Paços de Ferreira	M	1 413 102	1 359 425	978 353	836 765	711 119	1 629 763	3 867 362	982 491	687 002	625 990	349 299	–44,2%
22	Trofa	M	649 893	1 717 853	2 883 517	1 056 468	848 721	764 896	442 099	386 113	352 222	291 467	317 746	9,0%
23	Paredes	M	604 446	816 078	840 472	772 717	719 587	690 679	400 532	360 442	339 439	321 363	313 193	–2,5%
24	Alfândega Fé	P	689 609	833 034	1 189 230	790 986	447 857	409 785	344 153	325 056	305 675	297 318	312 554	5,1%
25	Tomar	M	824 739	361 823	191 305	256 053	356 088	145 463	481 641	212 061	245 561	241 781	304 103	25,8%
26	Santarém	M	1 418 080	2 312 329	2 860 198	2 065 139	1 426 919	795 022	646 224	458 163	389 952	326 953	290 357	–11,2%
27	Mafra	M	180 598	147 157	112 751	336 054	227 482	199 513	187 817	198 545	217 252	188 866	272 079	44,1%
28	Marco de Canaveses	M	654 073	368 162	457 410	450 285	363 923	289 061	267 914	253 811	240 956	226 288	265 228	17,2%
29	Lamego	M	427 157	1 165 890	687 147	582 610	575 575	722 235	526 617	554 130	437 377	374 694	264 407	–29,4%
30	Santa Cruz	M	441 498	680 106	2 952 564	4 523 306	1 034 932	678 231	292 713	371 507	266 467	306 925	261 815	–14,7%
31	Valongo	M	254 112	3 405 893	761 753	584 835	374 123	325 875	298 657	222 765	207 931	175 199	255 719	46,0%
32	Vila do Conde	M	683 988	1 201 995	2 232 814	1 408 880	909 626	655 289	338 061	317 324	292 839	263 835	253 085	–4,1%
33	Ponta Delgada	M	717 989	358 935	311 053	182 576	102 164	76 337	63 629	57 897	47 720	33 747	250 431	642,1%
34	Reguengos Monsaraz	P	362 305	353 498	253 134	214 495	134 943	90 913	699 602	478 954	225 205	216 511	244 237	12,8%
35	Barreiro	M	248 551	212 284	531 848	370 340	400 714	208 456	193 909	244 568	291 723	269 095	243 760	–9,4%

Da observação do ranking R38 anterior anota-se que:

- Lisboa apresentou-se, em 2022, como o primeiro da lista dos municípios com maior montante de pagamento de juros e outros encargos ao aplicar nesta rubrica 2,2 milhões de euros (-12,0% que em 2021, isto é, -304,6 milhares de euros). O valor pago por Lisboa representou 6,6% do total de Juros e outros encargos liquidados pelo sector autárquico;
- O município de Portimão foi o segundo da lista dos municípios com maior valor de pagamentos de juros e outros encargos, apresentado um ligeiro acréscimo desta despesa de 1,3% (+17,3 milhares de euros) ao liquidar 1 373,3 milhões de euros;
- Com despesa com Juros e outros encargos, de montante superior a 1 milhão de euros, para além de Lisboa e Portimão, já referidos, apresentaram-se Vila Real de Santo António com 1,3 milhão de euros e uma taxa de decréscimo desta despesa de 0,1%, Gondomar com 1,1milhão de euros e um acréscimo de 2,8% e Évora com 1,0 milhão de euros e uma taxa de decréscimo de 3,4%;
- Dezanove municípios deste ranking, apresentaram descida significativa da despesa em juros e outros encargos, sendo que alguns deles apresentaram descidas de pagamentos superiores a 30%, a saber: Nazaré (-60,1%, -896,8 milhares de euros), Paços de Ferreira (-44,2%, -276,7 milhares de euros), Aveiro (-38,6%, -364,5 milhares de euros) e Cartaxo (-36,2%, -273,9 milhares de euros);
- Dezassete municípios desta listagem apresentaram aumento de pagamento de juros, anotando-se os aumentos extraordinário desta rubrica verificados, em 2022, nos municípios de: Ponta Delgada (+642,1%, +216,7 milhares de euros), Valongo (+46,0%, +80,5 milhares de euros), Mafra (+44,1%, +83,2 milhares de euros) e Seixal (+37,6%, +157,3 milhares de euros).

Do *Ranking* R39, relativo aos municípios com menor despesa em juros e outros encargos financeiros, constam seis municípios – Penedono, Mealhada, Santana, Aguiar da Beira, Arronches e Ferreira do Zêzere – sem despesa nesta rubrica em 2022. O primeiro, sem encargos nos últimos onze anos[59] , o segundo sem encargos nos últimos oito anos, o terceiro nos últimos três anos e os restantes no presente ano económico.

[59] De facto, analisando as contas de Penedono, constata-se que não utilizou empréstimos nos últimos onze anos.

R39 – Municípios com menor volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Varia. 21–22 %
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Penedono	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	--
2	Mealhada	P	45 871	18 156	0	0	0	0	0	0	0	0	0	--
3	Santana	P	313 171	123 750	577 451	50 125	33 221	23 406	102	103	0	0	0	--
4	Aguiar da Beira	P	105 614	39 069	25 487	25 508	13 260	10 853	6 195	1 068	594	83	0	-100%
5	Arronches	P	30 351	12 217	11 997	11 751	3 571	2 598	1 531	1 058	0	3 850	0	-100%
6	Ferreira do Zêzere	P	186 592	156 104	113 625	82 587	63 412	42 341	37 744	36 227	32 039	22 912	0	-100%
7	Boticas	P	82 100	36 799	20 788	9 594	4 681	2 358	1 145	655	126	39	17	-55,5%
8	Vila Nova Foz Côa	P	88 466	95 386	80 269	37 527	17 049	6 342	4 979	4 460	3 406	4 098	24	-99,4%
9	Castelo de Vide	P	15 596	5 494	4 460	2 658	1 337	922	540	373	221	125	63	-49,2%
10	Mora	P	70 245	26 535	21 596	13 820	6 834	1 211	815	678	417	64	262	306,8%
11	Redondo	P	14 178	4 206	2 245	1 261	360	2 058	1 063	978	185	162	363	124,8%
12	Monchique	P	142 625	54 908	23 101	10 882	11 627	17 132	8 870	9 544	6 373	6 916	453	-93,4%
13	Penalva do Castelo	P	53 607	19 757	15 696	8 897	4 515	2 229	1 575	1 395	853	369	476	28,9%
14	Alcobaça	M	333 604	432 245	439 682	120 111	15 050	7 965	5 871	4 220	2 802	638	481	-24,6%
15	Vila Velha de Ródão	P	24 097	10 462	6 634	4 775	2 862	1 886	1 520	1 189	823	536	524	-2,4%
16	Alter do Chão	P	31 624	20 395	24 085	19 376	9 179	4 496	5 713	1 290	942	677	549	-18,9%
17	Corvo	P	18 626	6 494	6 199	3 737	1 996	1 077	1 050	854	705	383	557	45,3%
18	Sintra	G	3 760 469	2 038 721	1 553 597	706 323	188 672	60 402	25 002	4 817	358 454	870	731	-16,0%
19	Marvão	P	22 716	8 744	7 237	4 636	2 439	1 388	1 052	1 002	643	573	821	43,3%
20	Sta. Cruz das Flores	P	22 607	10 501	6 905	5 327	1 507	1 322	2 185	1 768	1 311	926	884	-4,5%
21	Campo Maior	P	57 059	55 653	125 964	21 255	47 180	18 967	31 791	13 528	9 862	1 331	1 003	-24,6%
22	Chamusca	P	303 842	144 990	82 706	66 545	52 661	40 243	29 448	19 670	9 394	1 112	1 199	7,9%
23	Vila Flor	P	51 350	20 751	18 378	12 288	8 894	7 131	7 221	4 768	4 233	18 425	1 205	-93,5%
24	Mogadouro	P	114 908	42 380	28 629	18 083	7 199	2 878	1 973	1 821	1 498	1 438	1 258	-12,5%
25	Pampilhosa da Serra	P	13 366	3 608	1 423	485	0	6	2	0	526	791	1 406	77,9%
26	São Brás de Alportel	P	50 954	18 709	16 523	16 091	12 324	9 498	5 503	2 167	1 980	1 250	1 766	41,3%
27	Carrazeda de Ansiães	P	97 819	40 097	26 094	17 468	5 932	7 617	1 949	1 824	927	897	1 769	97,2%
28	Ponte de Lima	M	19 583	16 192	6 478	4 788	2 874	3 034	3 447	3 699	2 289	2 811	2 089	-25,7%
29	Calheta (R.A.A.)	P	374 755	163 272	139 588	107 268	76 261	54 271	39 801	26 454	12 424	1 322	2 219	67,9%
30	Barrancos	P	74 450	58 382	31 127	20 409	11 542	8 309	3 279	2 812	1 963	1 419	2 246	58,3%
31	Proença-a-Nova	P	66 083	22 860	18 183	12 539	1 910	1 918	1 735	1 226	659	376	2 496	563,9%
32	Vila do Bispo	P	164 261	144 898	322 043	113 775	74 865	107 385	109 463	102 503	56 392	2 078	2 646	27,3%
33	Lagoa (Algarve)	M	609 199	475 126	285 963	104 105	8 835	4 423	2 932	2 557	3 987	440	2 838	545,3%
34	Abrantes	M	287 270	205 768	133 571	112 064	75 699	51 137	40 816	31 781	21 712	11 350	2 859	-74,8%
35	Murtosa	P	14 862	9 296	9 088	6 923	5 537	4 907	4 539	4 058	3 458	2 913	3 156	8,3%

Da análise do Ranking R39, verifica-se que, em 2022:

- Da lista dos 35 municípios hierarquizados, quatro são de média dimensão, um de grande dimensão (Sintra) e os restantes de pequena dimensão;
- Apesar deste ranking, traduzir os municípios com menos encargos em juros e outras despesas associadas, a maioria dos municípios listados apresentaram uma descida significativa dos montantes da despesa paga em juros e outros encargos financeiros, sendo que, todavia, quinze destes municípios apresentaram aumento do valor de juros e outros encargos financeiros pagos. Os acréscimos mais significativos foram assinalados nos seguintes municípios: Proença-a-Nova (+563,9%), Lagoa (+545,3%), Mora (+306,8%), Redondo (+124,8%), Carrazeda de Ansiães (+97,2%), Pampilhosa da Serra (+77,9%), Calheta (R.A.A.) (+67,9%) e Barrancos (+58,3%).

Apresentam-se de seguida os Rankings R40 e R41 dos 35 municípios com maior e menor volume de despesa paga em juros e outros encargos financeiros no período dos últimos dois mandatos (período compreendido entre 2014 e 2021), assinalando-se, ainda os valores já contabilizados para o ano 2022, primeiro ano do mandato em curso. Com estes rankings pretende-se, ainda, apresentar um valor estimado de encargos de juros por habitante[60] e o peso dos juros acumulados nos onze últimos anos em relação ao investimento total (direto e indireto) realizado no mesmo período:

- Do mandato de 2014/2017 para o mandato 2018/2021, a despesa total paga em juros e outros encargos, baixou 44,8% (-188,7 milhões de euros). Contudo do primeiro para o segundo mandato em referência, quatro municípios apresentaram acréscimo extraordinário desta despesa. A saber: Amadora (+608,3%), Barcelos (+401,3%), Gondomar (+137,6%) e Lisboa (+51,8%);
- O total de juros pagos nos últimos dois mandatos foi e 654,2 milhões de euros, tendo atingindo com o montante do primeiro ano do terceiro mandato assinalado (ano de 2022) 687,7 milhões de euros, isto é +33,4 milhões de euros referentes ao valor pago em 2022;
- **O valor dos juros médios pago por habitante entre 2014 e 2022, foi de 65,7 €, sendo que considerando apenas o ano de 2022 esse valor reduz-se, naturalmente, para 3,2€ anuais.**

[60] Tendo um significado meramente simbólico e estatístico, o valor de juros e outros encargos por habitante não será objeto de comentário neste Anuário, pois careceria de dados complementares não integrados no cálculo do mesmo. Por exemplo, não foram incluídos para efeito deste indicador: o volume médio anual dos visitantes nos municípios com grande afluência turística; o volume de migrações diárias de trabalhadores residentes noutros municípios para os municípios com elevados níveis de empregabilidade; o volume de deslocações diárias de não residentes, ou mesmo trabalhadores para as capitais de distrito ou para cidades com maior concentração de instituições públicas prestadoras de serviços públicos e/ou apetrechadas de infraestruturas partilhadas por populações de outros concelhos.

R40 – Municípios com maior volume total de despesa paga em juros entre 2014 e 2022 e simulação desse custo por habitante

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2014-2017	Mandato 2018-2021	2022	TOTAL 2010 a 2021	Nº de habitantes (INE 2022)	Juros por habitante	Juros / Invest. total
1	Lisboa	G	31 324 448	47 547 906	2 241 749	**81 114 103**	548 703	147,8	6,6%
2	Portimão	M	26 205 302	7 828 216	1 373 315	**35 406 833**	60 879	581,6	45,3%
3	Vila Nova de Gaia	G	18 698 974	4 285 636	669 305	**23 653 915**	307 563	76,9	12,0%
4	Vila Real de Santo António	P	12 906 352	6 225 437	1 312 620	**20 444 409**	18 991	1 076,5	64,7%
5	Évora	M	13 199 390	5 887 585	1 037 852	**20 124 828**	53 625	375,3	48,2%
6	Aveiro	M	7 520 117	6 389 206	580 093	**14 489 416**	83 508	173,5	9,9%
7	Seixal	G	10 665 783	2 720 147	575 817	**13 961 747**	169 797	82,2	8,5%
8	Cartaxo	M	9 013 511	4 378 580	481 988	**13 874 078**	23 942	579,5	64,6%
9	Fundão	M	6 676 765	5 428 613	799 103	**12 904 481**	26 483	487,3	30,9%
10	Seia	M	8 418 087	2 788 358	468 838	**11 675 284**	21 394	545,7	43,5%
11	Nazaré	P	4 725 906	6 092 422	594 637	**11 412 965**	15 119	754,9	29,9%
12	Santa Cruz	M	9 189 033	1 237 611	261 815	**10 688 459**	43 416	246,2	37,5%
13	Paços de Ferreira	M	4 156 000	6 162 845	349 299	**10 668 144**	55 857	191,0	25,5%
14	Setúbal	G	6 043 174	3 127 721	910 272	**10 081 168**	122 547	82,3	8,6%
15	Porto	G	9 439 899	425 834	114 807	**9 980 540**	240 592	41,5	2,2%
16	Santarém	M	7 147 278	1 821 291	290 357	**9 258 926**	60 042	154,2	15,1%
17	Chaves	M	6 702 690	1 923 545	80 941	**8 707 176**	37 306	233,4	10,9%
18	Vila Franca do Campo	P	3 461 535	4 144 776	575 682	**8 181 993**	10 374	788,7	49,6%
19	Oeiras	G	6 925 112	966 725	17 197	**7 909 035**	172 742	45,8	2,5%
20	Leiria	G	4 262 154	2 886 861	620 501	**7 769 516**	130 605	59,5	4,8%
21	Trofa	M	5 553 602	1 471 902	317 746	**7 343 250**	39 464	186,1	11,2%
22	Funchal	G	3 875 358	2 514 864	404 582	**6 794 804**	106 429	63,8	6,3%
23	Vila do Conde	M	5 206 609	1 212 059	253 085	**6 671 753**	83 349	80,0	9,4%
24	Matosinhos	G	3 148 174	2 819 201	650 986	**6 618 361**	176 617	37,5	2,8%
25	Albufeira	M	5 777 507	787 483	41 215	**6 606 204**	45 169	146,3	5,9%
26	Faro	M	5 283 803	736 350	142 584	**6 162 738**	68 192	90,4	12,3%
27	Barcelos	G	991 809	4 972 267	62 324	**6 026 400**	116 493	51,7	10,5%
28	Gondomar	G	1 176 650	2 796 305	1 108 942	**5 081 897**	166 900	30,4	3,9%
29	Cascais	G	3 475 508	1 314 514	223 926	**5 013 949**	213 928	23,4	1,5%
30	Figueira da Foz	M	3 914 524	860 838	198 055	**4 973 417**	59 348	83,8	5,3%
31	Guarda	M	3 925 595	849 187	160 776	**4 935 559**	39 785	124,1	9,5%
32	Fornos de Algodres	P	2 514 281	2 010 417	402 264	**4 926 962**	4 361	1 129,8	54,6%
33	Paredes	M	3 023 454	1 421 777	313 193	**4 758 423**	85 342	55,8	4,7%
34	Lamego	M	2 567 567	1 892 819	264 407	**4 724 793**	24 133	195,8	13,7%
35	Amadora	G	562 209	3 982 052	33 321	**4 577 581**	174 511	26,2	5,1%
Total 308 municípios			**421 489 243**	**232 737 628**	**33 440 317**	**687 667 188**	**10 467 366**	**65,7**	**4,7%**

R41 – Municípios com menor volume total de despesa paga em juros entre 2014 e 2022 e simulação desse custo por habitante

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2010–2013	Mandato 2014–2017	Mandato 2018–2021	TOTAL 2010 a 2021	Nº de habitantes (INE 2022)	Juros por habitante	Juros / Invest. total
1	Mealhada	P	0	0	0	**0**	19 568	0,0	0,0%
2	Penedono	P	0	0	0	**0**	2 786	0,0	0,0%
3	Pampilhosa da Serra	P	1 915	1 318	1 406	**4 640**	4 048	1,1	0,0%
4	Redondo	P	5 924	2 387	363	**8 674**	6 265	1,4	0,1%
5	Castelo de Vide	P	9 377	1 259	63	**10 699**	3 194	3,3	0,1%
6	Corvo	P	13 009	2 992	557	**16 558**	432	38,3	0,3%
7	Marvão	P	15 700	3 270	821	**19 791**	3 037	6,5	0,1%
8	Vila Velha de Ródão	P	16 157	4 069	524	**20 750**	3 456	6,0	0,1%
9	Santa Cruz das Flores	P	15 060	6 190	884	**22 135**	2 069	10,7	0,3%
10	Ponte de Lima	M	17 173	12 245	2 089	**31 508**	40 996	0,8	0,0%
11	Penalva do Castelo	P	31 338	4 192	476	**36 005**	7 258	5,0	0,2%
12	Arronches	P	29 916	6 438	0	**36 354**	2 776	13,1	0,2%
13	Lajes das Flores	P	21 369	11 012	4 668	**37 049**	1 434	25,8	0,5%
14	Boticas	P	37 420	1 965	17	**39 403**	4 899	8,0	0,2%
15	Proença-a-Nova	P	34 549	3 996	2 496	**41 040**	7 075	5,8	0,2%
16	Murtosa	P	26 456	14 969	3 156	**44 580**	10 705	4,2	0,2%
17	Mora	P	43 461	1 975	262	**45 698**	4 177	10,9	0,4%
18	Carrazeda de Ansiães	P	57 111	5 597	1 769	**64 477**	5 393	12,0	0,3%
19	Mogadouro	P	56 789	6 730	1 258	**64 777**	8 247	7,9	0,2%
20	Alter do Chão	P	57 135	8 621	549	**66 305**	3 164	21,0	0,6%
21	São Brás de Alportel	P	54 437	10 900	1 766	**67 103**	11 424	5,9	0,4%
22	Benavente	M	25 682	34 271	12 395	**72 348**	31 476	2,3	0,3%
23	Alvito	P	18 565	50 474	11 258	**80 296**	2 260	35,5	0,8%
24	Vila Flor	P	46 692	34 647	1 205	**82 543**	6 027	13,7	0,4%
25	Aguiar da Beira	P	75 108	7 940	0	**83 048**	5 279	15,7	0,4%
26	Barrancos	P	71 387	9 473	2 246	**83 107**	1 457	57,0	1,9%
27	Sátão	P	57 610	19 259	6 709	**83 577**	11 021	7,6	0,3%
28	Ponta do Sol	P	32 648	42 689	12 300	**87 637**	8 518	10,3	0,7%
29	Cinfães	P	64 589	18 222	10 100	**92 910**	17 557	5,3	0,3%
30	Monchique	P	62 742	31 703	453	**94 899**	5 357	17,7	0,5%
31	Elvas	M	50 085	35 737	11 234	**97 056**	20 398	4,8	0,2%
32	Alcácer do Sal	P	38 926	40 278	23 108	**102 312**	11 035	9,3	0,4%
33	Porto de Mós	M	75 267	18 106	8 990	**102 363**	23 536	4,3	0,2%
34	Gavião	P	44 251	43 044	17 779	**105 073**	3 361	31,3	0,6%
35	Sernancelhe	P	44 245	52 660	11 508	**108 412**	5 735	18,9	0,4%

2.4. Situação Orçamental Global

2.4.1. Orçamentos iniciais

Na presente secção recorda-se que, em 2022, o Orçamento Inicial (Quadro 2.33) da totalidade dos municípios foi reforçado em 546,6 milhões de euros, tendo aumentado 4,7% ao passar de 11.515,9 milhões de euros para 12.062,5 milhões de euros. Não é possível fazer a análise comparativa da evolução deste reforço orçamental no período em apreço, pois só existe recolha de informação reportada ao orçamento inicial a partir de 2017. Pode-se concluir, contudo, que entre 2017 e 2022, o Orçamento Inicial cresceu 30,2% (+458,8 milhões de euros).

Mais se verifica que o orçamento inicial corrigido durante a execução orçamental, aumentou, no ano económico de 2022 cerca de 14,5%, aumentando, em termos absolutos, cerca de 1 750,6 milhões de euros.

Não obstante as limitações cronológicas referidas e centrando a observação dos dados no período entre 2017 e 2022, da análise dos Rankings R42, R43, R44 e R45 permite concluir que:

- O orçamento inicial do município de Lisboa ao totalizar 1 028,3 milhões de euros representou 8,5% do total orçamentado pelos 308 municípios e apresentou um aumento de 14,3%, face a 2021; o segundo município no ranking dos municípios com maior orçamento – Porto – apresentou, em 2021, um orçamento inicial que representou 31,0% do orçamento de Lisboa ao orçamentar 319,0 milhões de euros. Mais se verifica que o mesmo apresentou uma taxa de decréscimo de 2,9% (-9,5 milhões de euros) comparativamente ao ano anterior;
- O 35º município do ranking com maior volume de orçamento inicial, orçamentou um volume de despesa que representou apenas 7,1% do valor orçamentado pelo município de Lisboa. Esta percentagem atesta a grande diferença de valores orçamentais apresentados por Lisboa face aos restantes municípios, já referida aquando da comparação das dotações do primeiro e segundo municípios da lista;
- Para além do município de Lisboa, anota-se também o decréscimo do orçamento inicial apresentada por mais oito municípios: Vila Nova de Famalicão (-2,2%), Matosinhos (-0,9%), Braga (-1,2%), Viseu (-3,1%), Guimarães (-7,4%), Amadora (-1,9%) e Penafiel (-11,4%), sendo que o município de Viana do Castelo apresentou uma descida muito insignificativa desta despesa (-0,01%);
- Os restantes vinte e seis municípios apresentaram taxas de crescimento, sendo que dois deles apresentaram taxas de crescimento superiores a +20%: Loulé (+22,8%) e Cascais (+30,7%).

Na globalidade do sector autárquico, **126 Municípios apresentaram taxas de decréscimo do orçamento inicial em 2022, continuando na senda da redução da inflação orçamental.**

R42 – Municípios com maior volume de Orçamento inicial em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Variação 21–22
1	Lisboa	G	775 097 644	811 407 069	1 142 500 000	948 052 000	899 970 946	1 028 288 772	14,3%
2	Porto	G	244 200 000	257 400 000	293 900 000	315 000 000	328 500 000	319 000 000	–2,9%
3	Cascais	G	196 007 161	196 972 976	214 416 493	230 023 937	228 995 020	299 337 601	30,7%
4	Sintra	G	172 235 000	194 000 000	205 800 000	241 611 000	253 626 000	271 935 000	7,2%
5	Vila Nova de Gaia	G	159 988 910	168 681 000	178 782 530	199 824 920	231 524 963	240 668 556	3,9%
6	Oeiras	G	128 023 360	151 363 360	154 711 640	171 693 010	189 946 388	199 793 049	5,2%
7	Loures	G	120 000 000	115 593 600	132 536 848	143 680 583	190 393 494	190 393 494	0,0%
8	Coimbra	G	94 672 975	106 339 849	100 890 312	150 803 156	162 730 000	167 756 283	3,1%
9	Setúbal	G	119 377 838	127 997 100	139 167 800	135 974 700	139 492 500	147 619 999	5,8%
10	Almada	G	86 455 649	90 239 250	90 409 693	109 574 066	128 045 738	142 223 366	11,1%
11	Vila Nova de Famalicão	G	85 927 247	83 347 892	97 897 732	110 779 472	136 546 039	133 477 111	–2,2%
12	Loulé	M	104 451 778	100 921 715	105 535 339	107 840 192	108 037 557	132 678 804	22,8%
13	Matosinhos	G	112 247 569	109 037 093	106 590 524	130 289 880	133 272 282	132 082 258	–0,9%
14	Braga	G	101 305 000	122 923 702	119 472 085	120 857 972	133 464 940	131 800 000	–1,2%
15	Odivelas	G	87 608 589	88 325 450	95 235 450	103 348 328	127 755 800	131 753 780	3,1%
16	Gondomar	G	91 147 327	129 274 097	128 620 999	113 923 474	124 247 576	126 800 000	2,1%
17	Viseu	G	66 790 483	72 098 589	72 255 902	87 725 016	122 735 932	118 971 246	–3,1%
18	Maia	G	73 189 271	79 997 850	88 082 420	98 187 913	106 250 319	114 029 738	7,3%
19	Seixal	G	83 106 887	86 524 767	137 663 870	105 055 000	101 500 000	111 442 126	9,8%
20	Funchal	G	97 077 000	100 249 720	97 292 565	107 735 330	104 080 116	110 065 507	5,8%
21	Viana do Castelo	M	74 679 681	78 479 110	89 954 963	100 599 451	108 286 971	108 278 482	0,0%
22	Guimarães	G	105 916 826	109 345 285	105 498 852	116 515 723	115 780 737	107 204 160	–7,4%
23	Amadora	G	87 221 141	90 806 711	94 396 431	97 496 655	104 046 744	102 106 917	–1,9%
24	Aveiro	M	142 977 575	88 577 575	69 737 585	77 152 750	87 875 775	95 177 750	8,3%
25	Leiria	G	76 000 000	79 700 000	80 500 000	81 200 000	89 610 000	93 118 793	3,9%
26	Vila Franca de Xira	G	61 099 833	62 802 368	66 646 123	77 641 187	76 891 043	89 675 438	16,6%
27	Santa Maria da Feira	G	63 032 132	66 722 500	69 487 137	70 963 013	75 705 151	86 678 657	14,5%
28	Barcelos	G	60 774 000	64 580 000	68 103 000	70 595 000	84 568 501	86 098 013	1,8%
29	Figueira da Foz	M	46 882 827	51 760 762	52 868 993	60 927 486	75 448 571	83 324 758	10,4%
30	Albufeira	M	73 481 127	74 697 038	79 620 841	79 995 179	81 489 778	81 736 366	0,3%
31	Paredes	M	62 789 450	62 682 370	65 413 602	61 759 476	71 963 118	79 264 367	10,1%
32	Valongo	M	40 512 500	49 477 000	52 647 761	59 300 000	66 997 665	78 600 000	17,3%
33	Penafiel	M	72 380 000	80 783 500	73 200 000	66 950 000	88 450 000	78 364 950	–11,4%
34	Lagos	M	50 036 149	59 389 626	58 667 312	64 219 871	66 556 530	72 996 091	9,7%
35	Mafra	M	53 725 910	60 289 080	63 496 375	66 802 430	67 379 491	72 856 042	8,1%

R43 – Municípios com menor volume de Orçamento inicial em 2021

Unidade: euros

	Município	Dim.	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Variação 21-22
1	Corvo	P	2 855 631	3 419 896	2 230 755	2 568 717	2 398 161	2 269 069	-5,4%
2	Santa Cruz das Flores	P	4 149 324	3 590 902	3 626 926	3 684 850	3 803 598	3 579 034	-5,9%
3	Lajes das Flores	P	3 169 304	3 777 752	4 750 260	4 438 498	4 813 213	4 605 266	-4,3%
4	Porto Santo	P	5 499 434	5 074 289	4 796 929	4 771 929	5 486 150	5 430 513	-1,0%
5	Santa Cruz da Graciosa	P	5 581 410	6 072 395	6 062 724	5 367 599	5 942 996	6 068 388	2,1%
6	São Roque do Pico	P	5 703 265	6 862 729	6 733 803	6 572 032	6 362 094	6 302 623	-0,9%
7	Castanheira de Pera	P	4 766 382	9 546 161	9 013 443	7 495 061	6 751 365	6 320 717	-6,4%
8	Barrancos	P	5 586 432	4 945 606	4 634 534	4 972 300	6 496 096	6 930 252	6,7%
9	Calheta (R.A.A.)	P	5 708 577	5 636 143	5 385 203	5 568 460	7 692 904	7 290 908	-5,2%
10	Ponta do Sol	P	7 525 928	6 974 570	6 567 398	6 807 690	7 497 941	7 505 609	0,1%
11	Fronteira	P	6 616 862	5 944 013	6 144 412	6 712 099	7 697 403	7 555 120	-1,8%
12	Santana	P	6 268 671	7 495 463	8 017 726	7 201 055	7 805 456	7 555 938	-3,2%
13	Manteigas	P	6 786 938	6 615 686	6 991 478	6 997 791	7 768 717	7 606 444	-2,1%
14	Porto Moniz	P	5 857 000	7 284 110	7 112 190	6 825 000	7 700 000	7 835 000	1,8%
15	Arronches	P	6 665 000	6 150 000	6 080 000	6 160 000	7 645 000	7 850 000	2,7%
16	Cuba	P	6 552 769	6 316 093	6 477 846	7 707 505	9 162 430	7 979 609	-12,9%
17	Nordeste	P	6 611 590	5 706 259	6 171 805	6 221 970	8 107 194	8 107 194	0,0%
18	Vila de Rei	P	6 560 000	7 190 000	8 280 000	8 160 000	8 750 000	8 311 000	-5,0%
19	Alvito	P	5 566 000	7 618 700	7 620 250	8 083 000	8 784 000	8 350 450	-4,9%
20	Vila do Porto	P	10 798 008	8 421 436	6 435 191	7 186 676	8 384 161	8 384 161	0,0%
21	Constância	P	6 969 280	7 859 755	7 367 716	7 140 597	7 430 980	8 468 930	14,0%
22	Mora	P	10 714 315	10 431 920	11 177 353	10 810 130	11 473 343	8 485 500	-26,0%
23	Lajes do Pico	P	6 150 734	7 216 754	7 940 225	7 885 846	9 255 540	8 722 299	-5,8%
24	Penedono	P	6 683 149	6 823 164	6 762 517	7 162 816	7 460 000	8 800 000	18,0%
25	Alter do Chão	P	9 185 226	7 889 703	7 849 786	9 533 786	9 934 586	8 962 786	-9,8%
26	Viana do Alentejo	P	7 322 757	9 046 280	8 516 610	9 885 707	11 014 452	9 380 597	-14,8%
27	Golegã	P	8 416 575	9 964 696	8 503 036	9 157 854	9 039 622	9 447 453	4,5%
28	Monforte	P	7 293 640	7 085 527	7 402 415	10 160 456	11 838 716	9 561 225	-19,2%
29	Castelo de Vide	P	6 120 000	6 409 000	6 654 000	8 115 000	11 103 000	9 595 000	-13,6%
30	Fornos de Algodres	P	6 040 000	6 770 800	6 975 405	6 910 050	8 796 892	9 654 000	9,7%
31	Ferreira do Zêzere	P	10 655 654	9 845 172	10 356 976	8 796 889	9 875 589	9 772 201	-1,0%
32	Marvão	P	5 378 817	6 101 119	6 886 386	7 789 610	9 621 200	9 779 672	1,6%
33	Madalena	P	9 678 367	9 711 477	9 800 220	8 638 547	10 066 769	9 950 539	-1,2%
34	Alvaiázere	P	9 918 831	10 658 335	9 565 828	10 373 973	10 545 172	10 125 571	-4,0%
35	Murtosa	P	9 905 696	8 983 500	8 331 607	10 169 851	9 900 113	10 201 163	3,0%

O ranking a seguir apresentado – R44- elenca os 50 municípios com maior aumento do Orçamento inicial em 2022 e o ranking subsequente –R45- elenca os 50 municípios com menor maior aumento do Orçamento inicial neste mesmo ano.

Com um aumento orçamental de despesa igual ou superior a 20%, em 2022, encontraram-se 20 municípios sendo de anotar as elevadas taxas de inflacionamento orçamental em relação aos seguintes municípios: São Vicente (+61,8%), Mortágua (+57,1%), Portalegre (+46,9%) e Calheta (R.A.M) (+40,8%).

Com maior diminuição do orçamento inicial, apresentaram-se: Mora (-26%), Santa Cruz (-23,3%) e Elvas (-20,3%).

R44 – Municípios com maior aumento do Orçamento inicial em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Variação 21-22 %	Variação 21-22
1	São Vicente	P	6 409 680	7 493 753	7 185 193	7 313 518	7 814 390	12 642 440	61,8%	4 828 050
2	Mortágua	P	9 871 806	11 268 209	12 091 703	9 575 232	10 437 099	16 393 481	57,1%	5 956 382
3	Portalegre	M	18 028 639	18 445 227	19 354 754	19 987 984	20 312 213	29 844 505	46,9%	9 532 292
4	Calheta (R.A.M.)	P	12 152 139	11 688 590	10 797 275	11 601 455	14 140 899	19 912 272	40,8%	5 771 373
5	Cantanhede	M	25 203 213	24 558 804	26 626 069	27 739 961	30 605 734	41 406 407	35,3%	10 800 673
6	Trofa	M	36 513 167	35 799 441	35 791 404	35 791 203	40 847 960	54 764 235	34,1%	13 916 275
7	Ansião	P	11 351 799	12 439 384	12 406 476	11 997 508	12 950 000	16 999 432	31,3%	4 049 432
8	Cascais	G	196 007 161	196 972 976	214 416 493	230 023 937	228 995 020	299 337 601	30,7%	70 342 581
9	Moura	P	20 503 490	20 427 892	22 466 148	24 862 993	27 794 279	35 095 085	26,3%	7 300 806
10	Chamusca	P	14 465 844	11 006 572	11 987 515	11 960 607	14 252 184	17 948 402	25,9%	3 696 218
11	Albergaria-a-Velha	M	17 260 746	16 979 900	15 281 569	16 762 813	19 398 112	24 322 290	25,4%	4 924 178
12	Guarda	M	36 897 777	45 395 638	51 413 392	51 874 200	51 180 152	63 425 544	23,9%	12 245 392
13	Odemira	M	30 235 000	32 610 000	33 130 000	34 565 000	36 660 000	45 375 000	23,8%	8 715 000
14	Moimenta da Beira	P	13 400 000	13 500 000	13 750 000	15 550 000	17 200 000	21 250 000	23,5%	4 050 000
15	Ourique	P	18 886 355	18 313 575	15 535 740	14 480 929	14 650 072	18 065 411	23,3%	3 415 339
16	Loulé	M	104 451 778	100 921 715	105 535 339	107 840 192	108 037 557	132 678 804	22,8%	24 641 247
17	Pombal	M	37 532 266	38 254 036	38 365 991	38 395 615	43 505 334	53 422 552	22,8%	9 917 218
18	Vendas Novas	P	9 730 419	10 398 307	10 229 228	10 412 562	11 764 120	14 430 747	22,7%	2 666 627
19	Vila Viçosa	P	9 900 744	11 273 514	10 310 366	8 573 780	9 311 077	11 187 116	20,1%	1 876 039
20	Estarreja	M	17 000 000	18 100 000	18 400 000	18 500 000	20 000 000	24 000 000	20,0%	4 000 000
21	Mirandela	M	31 328 138	39 054 186	37 729 546	35 932 813	39 492 893	46 633 694	18,1%	7 140 801
22	Penedono	P	6 683 149	6 823 164	6 762 517	7 162 816	7 460 000	8 800 000	18,0%	1 340 000
23	Valongo	M	40 512 500	49 477 000	52 647 761	59 300 000	66 997 665	78 600 000	17,3%	11 602 335
24	Vila Franca de Xira	G	61 099 833	62 802 368	66 646 123	77 641 187	76 891 043	89 675 438	16,6%	12 784 395
25	Alfândega da Fé	P	8 211 720	9 749 681	10 230 826	11 800 211	14 554 423	16 914 501	16,2%	2 360 079
26	Figueiró dos Vinhos	P	10 250 609	17 146 829	15 677 734	14 517 646	12 541 359	14 568 072	16,2%	2 026 713
27	Machico	P	9 440 624	9 489 347	9 721 856	10 134 476	11 968 417	13 893 089	16,1%	1 924 672
28	Aljezur	P	11 641 671	11 624 624	11 546 247	12 434 633	12 653 770	14 686 202	16,1%	2 032 432
29	Pampilhosa da Serra	P	10 367 705	19 535 220	14 364 293	11 205 776	13 822 746	15 984 050	15,6%	2 161 304
30	Soure	P	15 802 802	18 315 350	17 414 850	18 396 850	18 297 050	21 100 717	15,3%	2 803 667
31	Sobral Monte Agraço	P	9 420 675	10 047 272	10 885 817	11 181 809	12 318 687	14 158 375	14,9%	1 839 688
32	Ribeira Brava	P	9 321 234	12 978 259	18 714 919	14 985 663	15 831 893	18 191 208	14,9%	2 359 315
33	Santa Maria da Feira	G	63 032 132	66 722 500	69 487 137	70 963 013	75 705 151	86 678 657	14,5%	10 973 506
34	Lisboa	G	775 097 644	811 407 069	1 142 500 000	948 052 000	899 970 946	1 028 288 772	14,3%	128 317 826
35	Constância	P	6 969 280	7 859 755	7 367 716	7 140 597	7 430 980	8 468 930	14,0%	1 037 950

R45 – Municípios com maior diminuição do Orçamento inicial em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Variação 21–22 %	Variação 21–22
1	Mora	P	10 714 315	10 431 920	11 177 353	10 810 130	11 473 343	8 485 500	–26,0%	–2 987 843
2	Santa Cruz	M	21 092 045	21 238 392	22 844 946	27 700 355	31 410 776	24 085 505	–23,3%	–7 325 271
3	Elvas	M	18 646 386	20 401 202	19 885 188	28 764 807	30 828 769	24 582 687	–20,3%	–6 246 082
4	Monforte	P	7 293 640	7 085 527	7 402 415	10 160 456	11 838 716	9 561 225	–19,2%	–2 277 491
5	Velas	P	8 144 611	6 967 663	6 308 535	14 365 085	14 045 111	11 376 380	–19,0%	–2 668 731
6	Amarante	M	41 171 962	36 517 096	40 216 135	50 470 000	65 660 000	53 450 000	–18,6%	–12 210 000
7	Espinho	M	32 818 400	35 558 540	36 721 780	42 895 630	45 022 330	36 714 270	–18,5%	–8 308 060
8	Viana do Alentejo	P	7 322 757	9 046 280	8 516 610	9 885 707	11 014 452	9 380 597	–14,8%	–1 633 855
9	Tabuaço	P	14 490 000	15 285 000	16 655 000	19 422 300	19 400 000	16 730 000	–13,8%	–2 670 000
10	Celorico da Beira	P	23 091 461	22 960 398	12 798 539	10 778 164	13 908 857	12 013 898	–13,6%	–1 894 959
11	Castelo de Vide	P	6 120 000	6 409 000	6 654 000	8 115 000	11 103 000	9 595 000	–13,6%	–1 508 000
12	Mondim de Basto	P	8 164 314	11 258 457	13 009 000	13 928 516	15 493 359	13 460 592	–13,1%	–2 032 767
13	Cuba	P	6 552 769	6 316 093	6 477 846	7 707 505	9 162 430	7 979 609	–12,9%	–1 182 821
14	Póvoa de Varzim	M	46 200 000	52 000 000	64 500 000	63 300 000	65 300 000	57 000 000	–12,7%	–8 300 000
15	Azambuja	M	14 728 665	16 242 085	18 720 000	20 939 000	23 097 000	20 234 570	–12,4%	–2 862 430
16	Figueira de Castelo Rodrigo	P	12 499 771	13 942 918	12 818 816	12 398 006	16 139 252	14 157 435	–12,3%	–1 981 817
17	Alpiarça	P	10 000 000	10 140 000	9 918 000	9 859 600	13 454 900	11 811 460	–12,2%	–1 643 440
18	São Pedro do Sul	P	22 653 777	29 233 455	30 728 401	30 773 605	33 770 564	29 739 243	–11,9%	–4 031 321
19	Belmonte	P	10 735 300	10 290 833	9 809 378	11 547 458	13 276 880	11 700 372	–11,9%	–1 576 508
20	Macedo de Cavaleiros	P	21 378 000	16 954 780	21 395 597	27 935 729	33 181 154	29 289 825	–11,7%	–3 891 329
21	Ílhavo	M	26 500 000	29 200 000	27 400 000	29 800 000	33 800 000	29 900 000	–11,5%	–3 900 000
22	Rio Maior	M	21 060 378	23 451 919	24 646 674	25 984 818	28 154 421	24 913 910	–11,5%	–3 240 511
23	Penafiel	M	72 380 000	80 783 500	73 200 000	66 950 000	88 450 000	78 364 950	–11,4%	–10 085 050
24	Reguengos de Monsaraz	P	23 900 000	22 800 000	16 800 000	17 800 000	17 600 000	15 600 000	–11,4%	–2 000 000
25	Oliveira de Frades	P	11 817 426	12 920 818	12 715 141	11 641 580	11 909 495	10 564 935	–11,3%	–1 344 560
26	Vila Nova de Paiva	P	10 066 128	12 619 644	11 457 340	11 063 649	12 300 529	11 000 000	–10,6%	–1 300 529
27	Montemor-o-Novo	P	20 119 091	21 844 048	26 134 748	29 180 988	28 250 000	25 460 000	–9,9%	–2 790 000
28	Alter do Chão	P	9 185 226	7 889 703	7 849 786	9 533 786	9 934 586	8 962 786	–9,8%	–971 800
29	Lagoa (R.A.A)	P	10 660 000	11 673 000	15 000 000	13 923 350	14 289 723	12 915 000	–9,6%	–1 374 723
30	Celorico de Basto	P	16 386 325	15 809 466	15 436 586	15 776 662	20 141 926	18 233 532	–9,5%	–1 908 394
31	Vila Velha de Ródão	P	8 890 000	9 100 000	10 220 000	10 565 000	11 505 000	10 450 000	–9,2%	–1 055 000
32	Murça	P	7 990 578	7 276 849	8 930 884	10 040 076	12 879 894	11 777 945	–8,6%	–1 101 949
33	Sousel	P	7 555 550	7 590 139	7 526 799	8 359 843	11 193 687	10 248 307	–8,4%	–945 380
34	Sardoal	P	9 856 771	9 953 300	11 918 737	13 008 264	12 055 118	11 053 502	–8,3%	–1 001 616
35	Benavente	M	20 353 428	20 135 705	19 167 478	25 948 755	28 885 872	26 550 313	–8,1%	–2 335 559

2.4.2. Comparação da Receita Cobrada com a Despesa Realizada e Paga

Esta secção é dedicada à comparação entre o volume da despesa e o volume da receita, uma vez que a sustentabilidade das finanças autárquicas assenta no equilíbrio destas duas componentes orçamentais. Esta comparação efetuar-se-á, essencialmente, entre a despesa assumida e a receita liquidada, embora a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso[61] obrigue ao equilíbrio entre a despesa assumida e a receita cobrada, admitindo excecionalmente que sejam utilizadas como sustentação da despesa, receitas certas a cobrar.

Contudo, no nosso entender, sendo a receita liquidada uma receita cujo direito a receber se encontra constituído no momento da emissão do documento de liquidação, deveria ser esta, o termo de comparação com a despesa assumida ou comprometida. Acresce referir que para o ano de 2022, comparar-se-á a receita liquidada com o total das obrigações constituídas, dada a informação disponibilizada com a implementação do SNC-AP desde 2020.

Face à ausência de informação sobre obrigações constituídas em anos anteriores a 2020, toda a análise evolutiva nos últimos onze anos de actividade económica dos municípios, efetuada nesta secção do Anuário assentará prioritariamente na comparação entre a receita liquidada e a despesa comprometida. Apresentar-se-á, também, a comparação entre a receita cobrada e a despesa paga, dada a contabilidade de caixa ainda vigente na orçamentação pública, fundamentalmente, para cálculo dos saldos de gerência e dos mapas de controlo e execução orçamental exigidos em sede de prestação de contas.

[61] Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Quadro 2.44 – Excesso da Despesa sobre a Receita

Unidade: milhões de euros

		Mandato 10-13		Mandato 14-17				Mandato 18-21				M. 22-25
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Receitas[62]	Receitas previstas corrigidas	11 674,3	10 855,5	9 323,9	8 784,0	8 802,2	9 276,5	9 486,9	10 017,5	9 993,3	11 134,3	11 804,7
	Receitas liquidadas	7 699,3	7 806,2	7 465,9	7 525,0	7 799,4	8 389,0	8 711,1	9 181,4	8 855,7	9 898,2	10 927,2
	Receitas cobradas	7 683,4	7 806,3	7 337,2	7 518,4	7 738,0	8 311,5	8 539,6	9 041,1	8 773,1	9 918,8	10 866,6
	Receitas liquidadas p/ cobrar (créditos s/ terceiros)	15,9	-0,1	128,8	6,5	61,4	77,5	171,5	140,3	82,7	-20,7	60,6
	Saldos exercício anterior	334,1	422,7	501,3	628,8	912,7	1 186,4	1 411,5	1 600,4	1 999,5	2 054,7	2 015,0
Despesas	Despesas previstas corrigidas	11 991,2	11 257,5	9 817,1	9 402,2	9 710,5	10 486,0	10 891,8	11 622,2	11 968,0	13 183,8	13 813,1
	Compromissos do exercício	9 804,9	9 435,7	8 512,1	8 219,4	8 458,8	9 280,4	9 624,1	10 114,1	10 439,2	11 801,7	12 422,8
	Obrigações do exercício	--	--	--	--	--	--	--	--	9 003,5	10 203,1	10 872,4
	Despesas pagas no exercício	7 587,1	7 730,7	7 218,8	7 230,9	7 466,4	8 059,3	8 359,1	8 704,1	8 776,6	9 946,6	10 612,0
Excesso de Receita sobre Despesa	(Receitas liquidadas + Saldos exercício anterior) – Despesas comprometidas	-1 771,4	-1 206,8	-544,8	-65,6	253,3	295,0	498,6	667,7	416,0	151,2	519,4
	(Receitas cobradas + Saldos exercício anterior) – Despesas comprometidas	-1 787,3	-1 206,7	-673,6	-72,2	191,9	217,5	327,0	527,4	333,4	171,8	458,8
	(Receitas cobradas + Saldos exercício anterior) – Obrigações do exercício	--	--	--	--	--	--	--	--	1 769,1	1 770,4	2 009,3

Da leitura do Quadro 2.44 podemos concluir o seguinte:

- Desde 2017 que se verifica o abandono do deflacionamento dos orçamentos corrigidos, com o orçamento de despesa a crescer constantemente sendo que em 2021 apresentou uma taxa de variação positiva de 10,2% e em 2022 uma despesa de crescimento, ainda que inferior, mesmo assim positiva (+4,8%). O mesmo aconteceu ao orçamento de receita que vem crescendo no mesmo período, apresentando uma taxa positiva em 2021 de 11,4% e em 2022 de 6%, sendo que, a taxa de execução da receita liquidada neste ano, foi de 92,6%, isto é: **apenas 7,4% da receita orçada não se concretizou, definindo um inflacionamento orçamental da mesma ordem e por isso de pequena monta;**
- Menos concordante com a necessidade de equilíbrio das contas públicas foi o facto de o volume dos compromissos assumidos ter crescido mais que o orçamento previsional, apresentando um diferencial ainda que pouco significativo, mas superior em +0,5pp. Atenuou este cenário o facto do total dos compromissos representar apenas 89,9% das previsões orçamentais ficando por se concretizar 10,1% da despesa prevista;
- Verifica-se, no entanto, que o aumento de receita cobrada entre 2012 e 2022 (+41,4%, +3 183,1 milhões de euros) permitiu um alívio nas contas das autarquias, as quais foram apresentando progressivamente indicadores mais elevados de pagamento de encargos assumidos, passando este rácio – que traduz a percentagem de pagamento das despesas comprometidas – de 77,4% em 2012 para 85,4% em 2022;
- Reforçando a constatação do parágrafo anterior, verifica-se que o volume de despesa paga aumentou 39,9% (+3 025,0 milhões

[62] O valor apresentado em receitas previstas, liquidadas e cobradas, não inclui o saldo de gerência anterior.

de euros) de 2012 para 2022, tendo a despesa corrente homóloga aumentado, no mesmo período, 56,3% (+2 704,0 milhões de euros) e a correspondente despesa de capital apresentado um acréscimo de 11,5% (+321 milhões de euros);

- Todavia em 2022 pode-se concluir que o peso dos pagamentos em relação às obrigações do exercício no total de 10.872,4 milhões de euros foi de 97,6%, ficando por pagar apenas 260,3 milhões de euros de faturação, sendo que o valor do saldo e gerência anterior a utilizar para proceder a pagamentos de despesa foi de 2 015,0 milhões de euros, ultrapassando assim a faturação não coberta por receita arrecadada em cerca de 1 754,7 milhões de euros;
- Em 2022, o volume de receitas liquidadas acrescido dos saldos dos exercícios anteriores – **saldo orçamental na ótica dos compromissos** – foi superior ao volume de despesas assumidas em 519,4 milhões de euros, aumentando a sua performance em 243,6% (+368,2 milhões de euros) em relação ao ano anterior. Anota-se que a diferença entre as receitas liquidadas acrescidas dos saldos de gerência de exercícios anteriores e as despesas assumidas, só começou a apresentar valor positivo a partir de 2016, sendo extraordinariamente reforçado no triénio 2018–2020, traduzindo assim, um superavit financeiro revelador de uma progressiva sustentabilidade financeira no universo dos 308 municípios. Embora tenha diminuído significativamente em 2021, voltou a ser bastante representativo em 2022;
- Face à informação obtida com SNC-AP, poder-se-á confrontar o valor das receitas do exercício incluindo o saldo da gerência anterior com o valor das obrigações do exercício, deduzindo-se daqui o superavit financeiro do exercício. **Assim em 2022 o excesso (superavit) da receita[63] (incluindo saldo da gerência) sobre as obrigações constituídas foi de 2.009,3 milhão de euros, sendo este o contributo do sector autárquico para o equilíbrio orçamental das contas do Estado.**

Os Gráficos 2.09, 2.09.A, 2.09M, 2.10, 2.10.A e 2.10.M, a seguir apresentados, mostram em simultâneo as linhas evolutivas das diferentes fases da receita e da despesa, permitindo visualizar as comparações expressas nos pontos anteriores.

[63] Considerou-se a receita cobrada.

Gráfico 2.09 – Evolução da Receita Liquidada[64] e Cobrada[65], Despesa Comprometida e Paga, entre 2012 e 2022

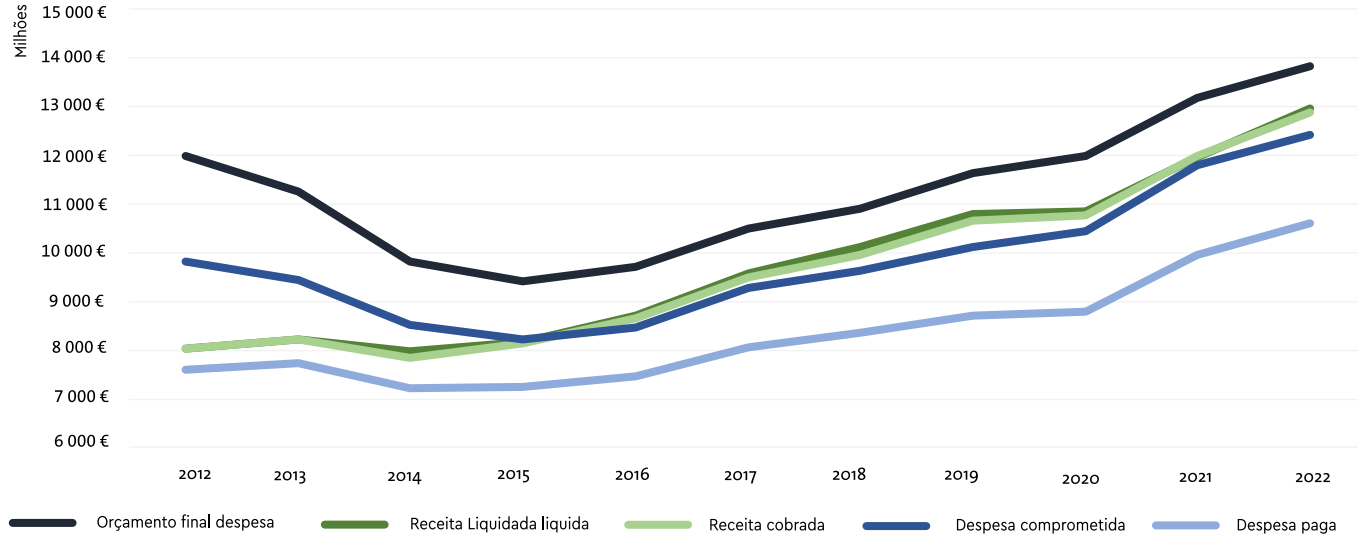
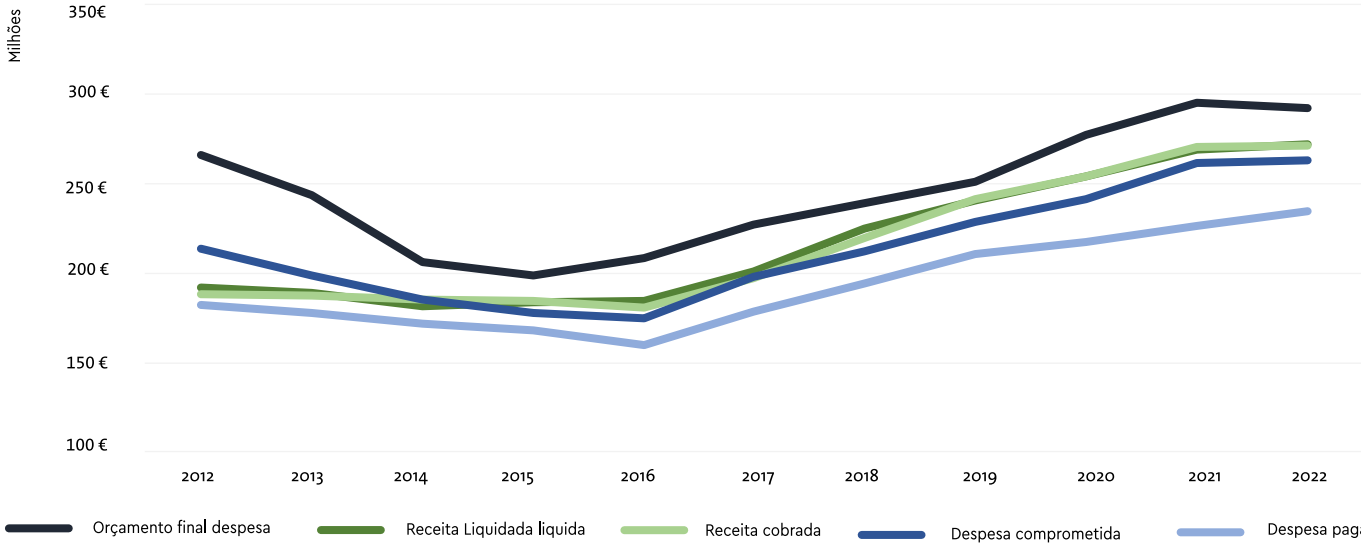


Gráfico 2.09.A – Evolução da Receita Liquidada e Cobrada, Despesa Comprometida e Paga, entre 2012 e 2022, nos municípios da R.A. dos Açores



[64] Inclui o valor dos saldos da gerência anterior.
[65] Inclui o valor dos saldos da gerência anterior.

Gráfico 2.09.M – Evolução da Receita Liquidada e Cobrada, Despesa Comprometida e Paga, entre 2012 e 2022, nos municípios da R.A. da Madeira

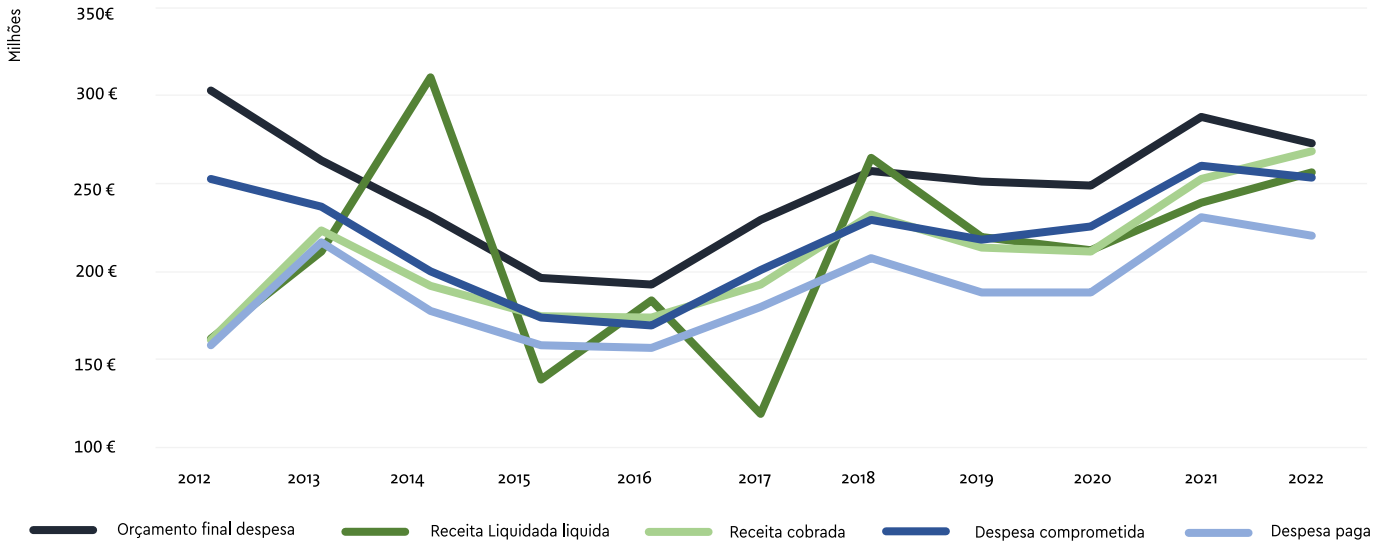


Gráfico 2.10 – Estrutura da Receita Liquidada e Cobrada, e da Despesa Realizada e Paga, em 2022

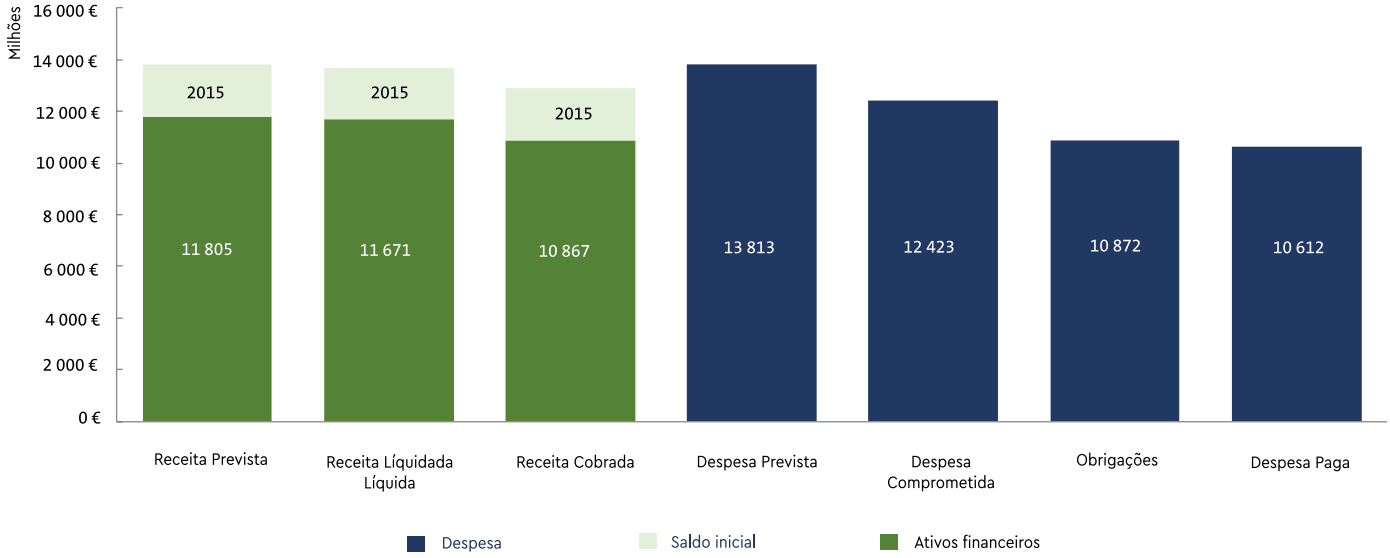


Gráfico 2.10.A – Estrutura da Receita Liquidada e Cobrada, e da Despesa Realizada e Paga, nos municípios da R.A. dos Açores, em 2022

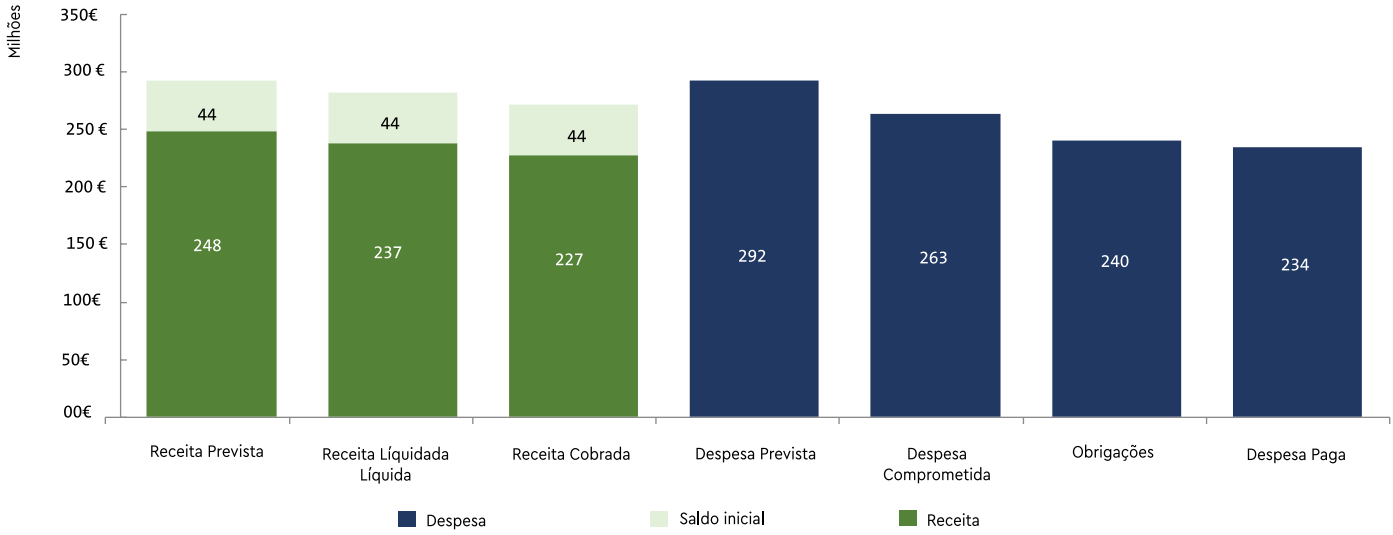
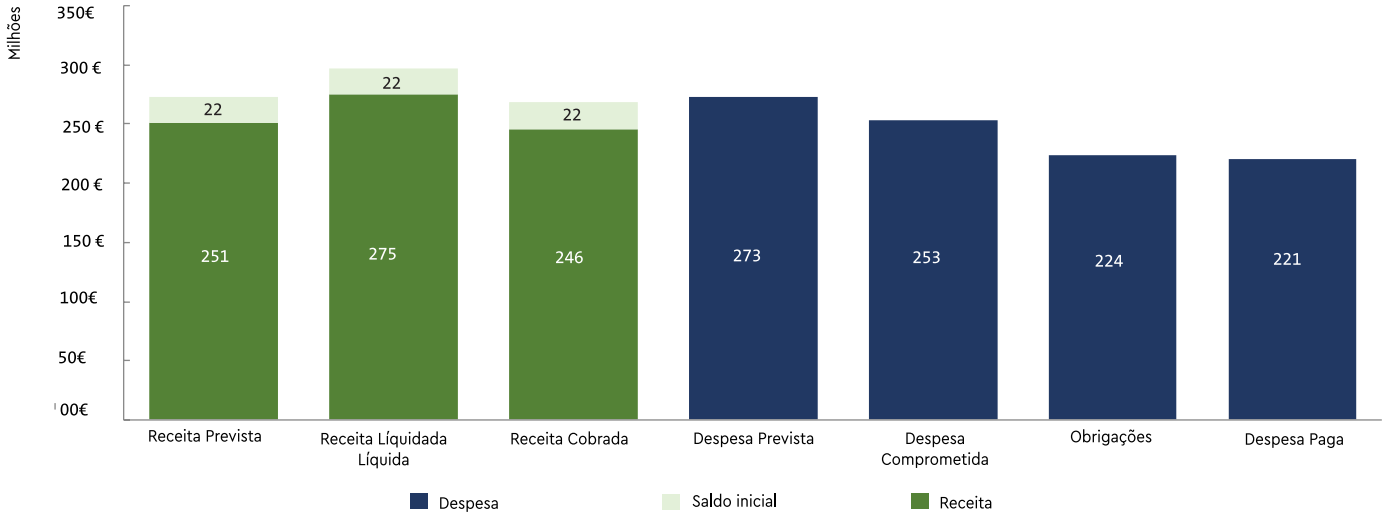


Gráfico 2.10.M – Estrutura da Receita Liquidada e Cobrada, e da Despesa Realizada e Paga, nos municípios da R.A. da Madeira, em 2022



O Quadro 2.45 mostra alguns indicadores relativos a despesas e receitas, evidenciando-se os valores médios, máximos e mínimos, referenciando-se os municípios responsáveis pelos extremos. São rácios que comparam a receita cobrada com a receita prevista (corrigida) no que respeita à receita, e a despesa paga com a despesa orçada (corrigida) no que se refere à despesa.

Quadro 2.45 – Indicadores da Despesa e da Receita

		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Grau de execução da Despesa	Mínimo	21,1%	18,7%	22,6%	26,7%	30,4%	29,2%	39,5%	46,8%	49,0%	48,8%	50,3%
		Portimão	Aveiro	Nazaré	Portimão	Nazaré	Nazaré	Nazaré	Sta. Cruz Flores	Coruche	Vila Real Sto. António	Castelo Branco
	Máximo	94,1%	96,0%	96,8%	99,6%	99,6%	97,9%	96,9%	94,2%	97,3%	94,7%	94,8%
		Fornos de Algodres	Funchal	São R. Pico	Aljezur	Alfândega Fé	Alfândega d Fé	Seia	V. F. Campo	Amares	São R. Pico	Póvoa Varzim
	Médio	**63,2%**	**71,5%**	**75,3%**	**79,9%**	**78,4%**	**77,5%**	**77,0%**	**77,3%**	**74,3%**	**74,5%**	**76,1%**
Grau de execução da Receita (sem saldo inicial)	Mínimo	20,7%	21,6%	22,7%	26,3%	30,6%	27,9%	39,8%	48,1%	52,2%	54,4%	52,8%
		Portimão	Cartaxo	Nazaré	Portimão	Nazaré	Nazaré	Nazaré	Monchique	Castelo Paiva	Tábua	Sta. Marta Penaguião
	Máximo	105,1%	103,3%	108,3%	120,8%	123,4%	120,7%	134,9%	124,3%	119,7%	118,6%	159,0%
		Sever Vouga	Mealhada	Albufeira	Albufeira	Leiria	Porto	Azambuja	Porto	Porto	Grândola	Grândola
	Médio	**66,6%**	**75,5%**	**81,5%**	**87,3%**	**88,8%**	**86,2%**	**86,9%**	**87,6%**	**86,2%**	**87,1%**	**89,7%**
Receitas por cobrar / receitas liquidadas líquidas	Mínimo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Máximo	74,7%	54,7%	80,6%	52,1%	375,9%	53,2%	51,4%	58,9%	61,0%	44,4%	35,6%
		Seixal	Seixal	Santa Cruz	Seixal	Santa Cruz	Chaves	Funchal	Chaves	Funchal	Chaves	Seixal
	Médio	10,1%	9,6%	11,2%	10,9%	10,2%	6,4%	6,3%	5,4%	6,4%	5,6%	5,1%
Despesas de Investimento / despesas totais	Mínimo	0,0%	2,4%	0,5%	0,4%	1,4%	1,0%	0,8%	1,8%	2,9%	3,4%	2,6%
		Borba	Loures	Porto Santo	Porto Santo	Alpiarça	Porto Santo	Porto Santo	V. R. Sto. António	V. R. Sto. António	V. R. Sto. António	Penedono
	Máximo	60,1%	61,5%	55,4%	53,1%	49,2%	49,1%	41,8%	47,0%	49,6%	47,8%	43,6%
		Murtosa	Corvo	Lajes Flores	Alvaiázere	Corvo	Vale Cambra	Corvo	Vouzela	Ribeira Brava	Ribeira Brava	Trofa
	Médio	**19,6%**	**22,3%**	**18,0%**	**18,3%**	**14,2%**	**18,7%**	**17,9%**	**19,2%**	**22,2%**	**25,6%**	**22,2%**
Despesas com pessoal / despesas totais	Mínimo	9,7%	8,4%	9,8%	12,9%	10,9%	5,2%	8,6%	10,0%	12,7%	15,5%	14,0%
		V. F. Campo	Fundão	V. R. Sto. António	Nazaré	Alfândega Fé	Fornos Algodres	Seia	V. F. Campo	V. F. Campo	São Vicente	Seia
	Máximo	55,0%	52,9%	60,4%	55,4%	52,3%	58,1%	52,8%	56,2%	57,5%	49,9%	51,4%
		Mourão	Alcochete	Mourão	Mourão	Mourão	Porto Santo	Montijo	Redondo	Porto Santo	Redondo	Redondo
	Médio	**28,3%**	**29,4%**	**31,6%**	**30,5%**	**31,3%**	**29,5%**	**30,8%**	**31,6%**	**32,5%**	**31,2%**	**32,6%**

A informação prestada no quadro 2.45 consolida muita informação já apresentada nestes dois últimos capítulos do anuário, confirmando a melhor prestação da execução orçamental da Despesa em 2022 e a excelente performance da execução da receita cobrada, tendo o grau de execução desta sido superior à da execução da despesa desde 2013. **A taxa de execução da receita ultrapassou a taxa e execução da despesa, em 2022 em 13,6 pp.**

Mais podemos reiterar a melhoria de performance do peso do valor do investimento nas despesas totais, com acréscimos sucessivos desde 2020 pese embora a estabilização manifestada em 2022.

Menos favorável foram os acréscimos do peso despesa com pessoal na despesa total, pese embora o mesmo tenha decorrido da recuperação salarial após Troika e descongelamento das carreiras na função pública melhorando assim o bem-estar social. Este indicador atingiu o seu valor mais alto em 2022 ao apresentar o peso de 32,6%.

Reforçando as observações anteriores, apresentam-se no Quadro 2.46, para o período entre 2012 e 2022, os valores médios e extremos dos graus de execução da despesa assumida e da receita liquidada, isto é, na ótica dos compromissos.

Quadro 2.46 – Indicadores da Despesa e Receita com base nos compromissos e liquidações

		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Grau de execução da despesa ao nível dos compromissos (compromissos / despesa prevista)	Mínimo	42,4%	44,9%	41,7%	49,7%	42,4%	59,6%	58,4%	57,8%	56,9%	56,6%	59,1%
	Máximo	99,9%	99,6%	99,7%	100,0%	100,0%	99,9%	99,9%	99,7%	99,9%	99,6%	99,9%
	Médio	**79,3%**	**84,2%**	**86,6%**	**88,7%**	**88,1%**	**88,8%**	**88,3%**	**88,9%**	**87,7%**	**88,4%**	**89,2%**
Grau de execução da receita ao nível das liquidações ((receita liquidada – liquidações anuladas) / receita prevista)	Mínimo	21,5%	21,9%	22,8%	26,5%	30,7%	28,0%	39,6%	48,3%	51,6%	54,4%	52,9%
	Máximo	109,8%	103,7%	306,5%	119,2%	121,2%	116,7%	136,4%	138,9%	120,8%	118,4%	158,9%
	Médio	**66,8%**	**75,3%**	**82,0%**	**86,9%**	**87,8%**	**86,5%**	**88,3%**	**88,6%**	**86,5%**	**87,0%**	**89,8%**

Da análise do Quadro 2.46 confirma-se que, entre **2012 e 2022, a diferença entre a média do grau de execução da despesa e a média do grau de execução da receita diminuiu drasticamente, passando de 12,5 pp em 2012 para -0,6pp em 2022, situação que contribuiu extraordinariamente para o equilíbrio global das contas municipais. Assim, n**ão obstante, **estarmos na ótica dos compromissos, a execução média da despesa, em 2022 foi inferior à execução média da receita em 0,5%, contribuindo para o excedente orçamental**.

Apresenta-se de seguida o *Ranking* R46 que elenca, tendo por referência o ano de 2022, os 35 municípios com maior diferença entre o grau de execução das receitas liquidadas e o grau de execução das despesas assumidas.

R46 – Municípios com maior diferença NEGATIVA entre o grau de execução de receitas liquidadas[66] e o grau de execução de despesas comprometidas

	Município	Dim.	2020			2021			2022		
			Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
1	Pinhel	P	82,8%	99,0%	−16,3%	65,2%	93,5%	−28,3%	62,9%	95,3%	**−32,4%**
2	Tabuaço	P	65,1%	96,6%	−31,5%	58,8%	90,2%	−31,3%	66,9%	98,1%	**−31,2%**
3	Tábua	P	63,0%	95,4%	−32,3%	54,4%	82,4%	−28,0%	57,4%	87,2%	**−29,8%**
4	Freixo de Espada à Cinta	P	52,2%	74,9%	−22,6%	54,6%	80,7%	−26,2%	57,0%	85,9%	**−28,9%**
5	Tarouca	P	65,7%	93,9%	−28,2%	70,1%	94,0%	−23,9%	64,6%	93,4%	**−28,8%**
6	Praia da Vitória	P	86,8%	94,0%	−7,1%	70,9%	90,4%	−19,6%	64,6%	90,1%	**−25,4%**
7	Penafiel	M	64,2%	92,7%	−28,5%	61,5%	95,9%	−34,4%	70,5%	94,9%	**−24,4%**
8	Moimenta da Beira	P	75,9%	91,1%	−15,3%	71,8%	94,3%	−22,4%	71,3%	95,4%	**−24,1%**
9	Almodôvar	P	72,0%	71,8%	0,2%	75,7%	83,8%	−8,1%	58,1%	81,7%	**−23,6%**
10	Ourique	P	75,9%	87,0%	−11,1%	77,4%	94,6%	−17,2%	64,4%	87,9%	**−23,5%**
11	Nelas	P	69,6%	86,2%	−16,6%	66,1%	92,7%	−26,7%	62,5%	85,7%	**−23,2%**
12	Mirandela	M	83,5%	95,1%	−11,6%	76,3%	95,2%	−18,9%	74,4%	96,9%	**−22,6%**
13	Vila Real de Santo António	P	68,7%	82,2%	−13,5%	60,7%	82,8%	−22,1%	72,9%	95,2%	**−22,3%**
14	São Vicente	P	85,1%	98,8%	−13,7%	83,5%	98,0%	−14,5%	74,6%	95,2%	**−20,6%**
15	Santa Comba Dão	P	72,0%	98,9%	−26,8%	77,8%	96,4%	−18,7%	74,1%	94,6%	**−20,5%**
16	Peso da Régua	P	83,3%	99,9%	−16,6%	79,5%	99,1%	−19,5%	79,4%	99,7%	**−20,3%**
17	Ponte da Barca	P	57,9%	83,0%	−25,1%	64,9%	88,2%	−23,3%	63,8%	83,7%	**−19,9%**
18	Paredes	M	66,6%	96,2%	−29,6%	70,7%	96,6%	−25,9%	77,6%	97,5%	**−19,9%**
19	Melgaço	P	69,7%	96,4%	−26,7%	78,7%	97,7%	−19,0%	78,6%	97,9%	**−19,3%**
20	Mangualde	P	90,1%	93,5%	−3,4%	89,1%	93,2%	−4,1%	76,9%	96,0%	**−19,1%**
21	Águeda	M	65,5%	80,8%	−15,4%	89,7%	93,6%	−3,9%	71,3%	90,1%	**−18,8%**
22	Vagos	M	77,8%	98,6%	−20,8%	85,3%	98,7%	−13,4%	80,8%	98,9%	**−18,1%**
23	Mesão Frio	P	82,5%	97,4%	−14,9%	81,6%	99,0%	−17,4%	79,4%	97,0%	**−17,6%**
24	Alfândega da Fé	P	84,9%	95,5%	−10,6%	84,2%	98,0%	−13,8%	80,6%	98,1%	**−17,5%**
25	Alandroal	P	89,2%	78,7%	10,4%	79,8%	89,2%	−9,4%	80,1%	97,3%	**−17,2%**
26	Santa Marta de Penaguião	P	66,2%	75,7%	−9,5%	63,1%	74,8%	−11,7%	52,9%	70,0%	**−17,2%**
27	Cuba	P	77,7%	97,7%	−19,9%	85,6%	98,5%	−12,9%	81,8%	98,7%	**−16,9%**
28	Setúbal	G	66,1%	94,4%	−28,3%	85,9%	93,4%	−7,5%	71,4%	86,9%	**−15,6%**
29	Viana do Castelo	M	84,3%	98,5%	−14,2%	81,4%	99,6%	−18,2%	84,1%	98,9%	**−14,7%**
30	Torre de Moncorvo	P	87,0%	91,7%	−4,7%	86,0%	99,2%	−13,3%	85,7%	99,9%	**−14,1%**
31	Avis	P	93,3%	91,3%	1,9%	76,4%	94,8%	−18,4%	84,2%	98,3%	**−14,1%**
32	São Pedro do Sul	P	87,1%	99,1%	−12,0%	79,4%	98,9%	−19,6%	86,0%	99,9%	**−13,9%**
33	Vieira do Minho	P	85,9%	97,6%	−11,8%	83,1%	95,3%	−12,2%	83,8%	97,5%	**−13,6%**
34	Vidigueira	P	91,2%	95,1%	−3,9%	76,6%	84,8%	−8,2%	85,7%	99,0%	**−13,4%**
35	Alvito	P	86,4%	89,2%	−2,8%	80,4%	75,9%	4,4%	82,1%	95,5%	**−13,4%**

[66] Receitas liquidadas líquidas.

Da observação do Ranking R46 verifica-se que, em 2022, os 35 municípios elencados apresentaram uma diferença negativa superior a 13,4pp, entre o grau de execução da receita liquidada e o grau de execução da despesa comprometida. Um destes municípios é de grande dimensão- Setúbal- e apresenta um grau de execução da despesa comprometida superior em -15,6pp ao grau de execução da receita liquidada.

Em 2022, o município de Pinhel apresenta a maior diferença entre o grau de execução da receita liquidada (62,9%) e o grau de execução da despesa comprometida (95,3%), tendo este sido superior em -32,4pp.

Com uma diferença negativa, isto é, com grau de execução da despesa comprometida superior ao grau de execução da receita liquidada, superior a 20pp encontram-se mais quinze municípios, deste ranking, sendo dois deles de média dimensão (Penafiel e Mirandela).

No universo total dos municípios, 158 apresentaram uma diferença negativa entre o grau de execução das receitas liquidadas e o grau de execução das despesas comprometidas. Destes, 45 municípios apresentaram um grau de execução das despesas comprometidas superior, em menos de 5%, ao grau de execução da receita.

As listagens R46.A e R46.M mostram a diferença entre o grau de execução da despesa assumida e da receita liquidada, respetivamente, nos municípios das Regiões dos Açores e da Madeira.

R46.A – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de despesas comprometidas – municípios da R.A. dos Açores

	Município	Dim.	2020			2021			2022		
			Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
1	Praia da Vitória	P	86,8%	94,0%	−7,1%	70,9%	90,4%	−19,6%	64,6%	90,1%	**−25,4%**
2	Madalena	P	73,9%	87,5%	−13,6%	72,8%	88,3%	−15,4%	73,5%	85,2%	**−11,7%**
3	Lajes das Flores	P	83,2%	88,3%	−5,1%	83,7%	95,7%	−11,9%	84,0%	89,1%	**−5,1%**
4	Povoação	P	82,1%	88,0%	−6,0%	85,8%	98,0%	−12,2%	91,3%	95,8%	**−4,5%**
5	Lajes do Pico	P	71,8%	74,7%	−2,9%	82,7%	89,7%	−7,0%	86,6%	90,4%	**−3,8%**
6	Calheta (R.A.A.)	P	83,4%	82,4%	1,0%	90,3%	81,5%	8,8%	88,5%	91,1%	**−2,7%**
7	Nordeste	P	92,5%	83,9%	8,6%	73,9%	69,9%	4,0%	79,3%	79,4%	**−0,2%**
8	Vila Franca do Campo	P	92,9%	87,8%	5,2%	77,4%	82,5%	−5,1%	87,1%	87,2%	**−0,2%**
9	São Roque do Pico	P	100,1%	93,6%	6,5%	98,9%	96,5%	2,4%	94,1%	93,8%	**0,4%**
10	Lagoa (R.A.A)	P	86,4%	97,2%	−10,8%	98,3%	94,6%	3,7%	98,3%	97,9%	**0,5%**
11	Horta	P	77,0%	68,4%	8,5%	80,1%	77,0%	3,0%	86,8%	85,1%	**1,7%**
12	Vila do Porto	P	78,5%	73,4%	5,1%	93,8%	91,5%	2,3%	74,4%	71,7%	**2,8%**
13	Angra do Heroísmo	M	101,1%	89,2%	12,0%	104,8%	96,9%	7,8%	101,1%	97,4%	**3,7%**
14	Ribeira Grande	M	96,9%	91,4%	5,4%	99,9%	97,2%	2,7%	103,4%	93,8%	**9,6%**
15	Velas	P	95,0%	89,5%	5,5%	92,5%	86,2%	6,3%	95,3%	84,9%	**10,4%**
16	Santa Cruz da Graciosa	P	88,2%	77,6%	10,5%	89,9%	86,2%	3,8%	98,3%	87,3%	**10,9%**
17	Ponta Delgada	M	99,4%	93,3%	6,1%	96,5%	89,0%	7,6%	108,7%	95,3%	**13,4%**
18	Corvo	P	87,3%	77,7%	9,6%	90,1%	65,6%	24,5%	88,2%	69,3%	**18,9%**
19	Santa Cruz das Flores	P	90,9%	63,1%	27,8%	93,8%	56,6%	37,3%	87,8%	59,1%	**28,6%**
Média dos municípios da RAA			**87,8%**	**84,3%**	**3,5%**	**88,2%**	**86,0%**	**2,3%**	**89,0%**	**86,5%**	**2,5%**

R46.M – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de despesas comprometidas – municípios da R.A. da Madeira

	Município	Dim.	2020			2021			2022		
			Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução D espesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liqui-dada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
1	São Vicente	P	85,1%	98,8%	–13,7%	83,5%	98,0%	–14,5%	74,6%	95,2%	–20,6%
2	Funchal	G	80,8%	95,0%	–14,2%	71,2%	90,4%	–19,2%	89,3%	98,3%	–9,0%
3	Câmara de Lobos	M	89,1%	91,0%	–2,0%	85,0%	93,4%	–8,4%	90,1%	94,4%	–4,4%
4	Ribeira Brava	P	85,9%	93,3%	–7,4%	86,2%	94,2%	–7,9%	86,7%	88,6%	–1,9%
5	Machico	P	96,9%	95,2%	1,7%	92,9%	93,1%	–0,2%	93,8%	89,1%	4,7%
6	Porto Moniz	P	75,9%	78,0%	–2,1%	84,2%	85,7%	–1,4%	104,0%	90,6%	13,4%
7	Calheta (R.A.M.)	P	72,1%	69,1%	3,0%	79,1%	82,3%	–3,1%	96,4%	80,9%	15,4%
8	Ponta do Sol	P	99,7%	84,9%	14,8%	105,8%	95,3%	10,4%	109,0%	92,6%	16,4%
9	Porto Santo	P	100,2%	75,3%	24,9%	112,7%	91,3%	21,4%	99,4%	80,2%	19,3%
10	Santa Cruz	M	79,9%	96,7%	–16,8%	96,1%	90,8%	5,3%	110,8%	90,5%	20,3%
11	Santana	P	97,8%	72,9%	24,9%	100,7%	82,0%	18,7%	104,9%	70,1%	34,8%
Média dos municípios da RAM			**87,6%**	**86,4%**	**1,2%**	**90,7%**	**90,6%**	**0,1%**	**96,3%**	**88,2%**	**8,0%**

Da observação dos quadros anteriores constata-se que na Região dos Açores onze municípios apresentaram uma taxa de execução da receita maior que a taxa de execução da despesa contribuindo assim para um maior equilíbrio das contas públicas. Na Região da Madeira foram sete os municípios que apresentaram uma taxa de execução da receita liquidada maior que a taxa de execução da despesa assumida.

Mais se verifica que em média na Região dos Açores a execução da receita foi superior à execução da despesa em +2,5pp, e que na Região da Madeira esta mesma diferença foi de +8,0pp, em 2022.

O *Ranking* R47, a seguir apresentado, mostra os 35 municípios que, em 2022, apresentaram um grau de realização da despesa assumida menor que o grau de execução da receita liquidada. Tal como no ranking anterior, apresenta-se, para os mesmos municípios, informação relativa à situação homóloga nos dois anos anteriores ao ano em estudo.

O município com maior diferença positiva entre o grau de execução da receita e o grau de execução da despesa, em 2022, foi o município de Grândola ao apresentar o valor dessa diferença em 78,9pp. Tal situação deveu-se ao aumento extraordinário do grau de execução da receita liquidada em 2022, o qual atingiu os 158,9%.

R47 – Municípios com maior diferença positiva entre o Grau de execução de receita liquidada e o Grau de execução da despesa comprometida

	Município	Dim.	2020			2021			2022		
			Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
1	Grândola	P	90,1%	77,7%	12,4%	118,4%	86,5%	31,9%	158,9%	80,0%	**78,9%**
2	Albufeira	M	81,0%	73,0%	8,0%	93,0%	86,7%	6,3%	131,4%	84,8%	**46,7%**
3	Santana	P	97,8%	72,9%	24,9%	100,7%	82,0%	18,7%	104,9%	70,1%	**34,8%**
4	Cartaxo	M	95,4%	74,9%	20,5%	96,8%	65,1%	31,7%	103,0%	70,2%	**32,7%**
5	Mafra	M	100,1%	93,1%	6,9%	106,7%	95,9%	10,8%	126,3%	94,2%	**32,0%**
6	Penedono	P	105,9%	66,2%	39,7%	102,8%	73,3%	29,5%	104,5%	74,9%	**29,6%**
7	Lagos	M	83,4%	62,5%	21,0%	86,3%	71,9%	14,4%	102,0%	72,6%	**29,3%**
8	Maia	G	105,6%	76,9%	28,7%	92,2%	74,3%	17,9%	106,7%	77,4%	**29,3%**
9	Santa Cruz das Flores	P	90,9%	63,1%	27,8%	93,8%	56,6%	37,3%	87,8%	59,1%	**28,6%**
10	Santa Maria da Feira	G	100,6%	73,0%	27,6%	106,0%	80,3%	25,7%	105,9%	77,6%	**28,3%**
11	Marinha Grande	M	82,9%	73,0%	9,9%	89,0%	70,9%	18,1%	107,1%	79,8%	**27,3%**
12	Amadora	G	93,7%	88,9%	4,8%	87,3%	86,9%	0,4%	100,8%	74,0%	**26,7%**
13	Abrantes	M	106,1%	83,1%	23,0%	103,4%	81,5%	21,9%	106,2%	79,6%	**26,6%**
14	Sintra	G	109,9%	86,2%	23,7%	117,0%	88,6%	28,4%	117,9%	92,0%	**25,9%**
15	Manteigas	P	95,6%	84,4%	11,2%	82,7%	66,0%	16,7%	99,8%	73,9%	**25,9%**
16	Tavira	M	87,5%	63,3%	24,2%	98,2%	78,7%	19,5%	104,6%	79,2%	**25,4%**
17	Portimão	M	96,3%	77,6%	18,7%	93,1%	81,2%	11,9%	118,5%	93,6%	**24,9%**
18	Vila Franca de Xira	G	93,2%	84,0%	9,3%	100,1%	90,5%	9,6%	117,9%	93,3%	**24,7%**
19	Montijo	M	97,0%	84,8%	12,2%	103,4%	93,1%	10,4%	121,9%	97,3%	**24,6%**
20	Lagoa (Algarve)	M	91,0%	70,2%	20,7%	102,4%	89,5%	12,9%	106,8%	82,4%	**24,4%**
21	Oliveira de Azeméis	M	96,5%	77,3%	19,2%	92,0%	77,4%	14,5%	94,0%	70,1%	**23,9%**
22	Alcácer do Sal	P	90,6%	89,4%	1,1%	94,4%	71,5%	22,9%	94,8%	71,0%	**23,8%**
23	Loulé	M	102,3%	95,7%	6,6%	118,3%	96,9%	21,4%	115,5%	93,8%	**21,7%**
24	Vila do Bispo	P	78,4%	85,3%	–6,9%	103,2%	88,0%	15,2%	108,7%	87,6%	**21,1%**
25	Cadaval	P	95,7%	85,3%	10,4%	94,2%	88,8%	5,4%	96,6%	75,6%	**21,0%**
26	Santa Cruz	M	79,9%	96,7%	–16,8%	96,1%	90,8%	5,3%	110,8%	90,5%	**20,3%**
27	Palmela	M	103,1%	90,4%	12,7%	102,6%	89,0%	13,5%	104,6%	85,2%	**19,4%**
28	Mortágua	P	102,0%	84,4%	17,6%	96,6%	81,0%	15,6%	93,7%	74,4%	**19,3%**
29	Cinfães	P	96,8%	98,4%	–1,6%	99,0%	86,4%	12,6%	99,4%	80,1%	**19,3%**
30	Porto Santo	P	100,2%	75,3%	24,9%	112,7%	91,3%	21,4%	99,4%	80,2%	**19,3%**
31	Alcochete	P	92,1%	91,9%	0,2%	105,6%	98,6%	6,9%	112,3%	93,2%	**19,1%**
32	Corvo	P	87,3%	77,7%	9,6%	90,1%	65,6%	24,5%	88,2%	69,3%	**18,9%**
33	Marco de Canaveses	M	101,3%	80,7%	20,6%	98,9%	85,7%	13,1%	100,8%	82,0%	**18,8%**
34	Aljezur	P	92,2%	76,3%	16,0%	102,7%	84,2%	18,5%	95,6%	77,7%	**17,9%**
35	Óbidos	P	87,5%	97,1%	–9,5%	95,0%	98,2%	–3,2%	111,1%	93,3%	**17,8%**

Pela análise das contas do universo dos municípios verificou-se que 158 municípios apresentaram um volume de receita liquidada líquida[67] igual ou superior ao total de despesa assumida (saldo orçamental positivo), revelando um maior ajustamento da despesa realizada à receita passível de ser cobrada, demonstrando assim, um comportamento de gestão mais propício à redução da dívida comercial.

2.4.3. Equilíbrio Orçamental[68]

Um dos indicadores que permitirá aduzir o ajustamento da despesa à receita certa e permanente dos municípios, com vista à promoção da sua sustentabilidade financeira, é a comparação entre a receita bruta cobrada e despesa corrente paga acrescida dos pagamentos das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo, nos termos dos artigos 40.º e 83º da Lei 73/ 2013, de 30 de setembro[69]. O Quadro 2.47 mostra a relação entre estas duas componentes da estrutura financeira das autarquias, que traduz o estado de equilíbrio orçamental das mesmas.

---

[67] Receita liquidada líquida = receita liquidada – liquidações anuladas. Inclui o Saldo de gerência anterior previsto corrigido.

[68] Lei 73/ 2013, de 31 de setembro, republicada pela Lei 51/2018, de 16 de agosto:

artigo 40.º – Equilíbrio orçamental

1 – Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

3 – O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5%. das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4 – Para efeitos do disposto no n.º 2, consideram-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital utilizado pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

5 – Sem prejuízo dos n.os 1 e 2, para efeitos do disposto no presente artigo, e quanto às autarquias locais e entidades intermunicipais, no momento da revisão orçamental para integração do saldo da gerência anterior, este último releva na proporção da despesa corrente que visa financiar ou da receita que visa substituir.

6 – Sem prejuízo dos n.os 1 e 2, a parte do saldo de gerência da execução orçamental consignado pode ser incorporada numa alteração orçamental, com a aprovação do Mapa dos Fluxos de Caixa pelo órgão executivo, em momento anterior ao da aprovação dos documentos de prestação de contas.

artigo 83.º – Equilíbrio orçamental

Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 40.º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.

[69] Artigos que atualizaram o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI).

Quadro 2.47 – Equilíbrio orçamental

Unidade: milhões de euros

		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Varia. 21–22
	Nº de municípios	308	308	308	308	308	308	308	308	–
(a)	Receita corrente bruta cobrada	6 537,0	6 798,9	7 186,8	7 384,7	7 651,2	7 713,2	8 546,9	9 642,5	1 095,6
(b)	Despesa corrente paga	5 097,7	5 325,7	5 487,0	5 742,7	6 101,4	6 138,5	6 727,8	7 504,4	776,6
(c)	Amortizações de empréstimos de médio e longo prazo	503,4	485,4	485,0	476,2	433,4	366,2	347,1	328,2	–18,9
(d)=(b)+(c)	Total da despesa corrente acrescida das amortizações	5 601,1	5 811,2	5 972,1	6 219,0	6 534,8	6 504,7	7 074,9	7 832,6	757,7
(e)=(a)-(d)	Saldo corrente deduzido das amortizações	**936,0**	**987,7**	**1 214,7**	**1 165,7**	**1 116,4**	**1 208,5**	**1 472,0**	**1 809,9**	**337,9**
	Nº de municípios em desequilíbrio orçamental	31	30	28	28	47	24	17	13	–4

Da análise do Quadro 2.47 verifica-se que:

- Em 2022, o sector autárquico, na sua globalidade, revelou equilíbrio orçamental nos termos previstos na Lei do Regime Financeiro Local, ao apresentar um valor francamente positivo do **saldo corrente deduzido das amortizações** médias[70] dos empréstimos de médio e longo prazo (1 809,9 milhões de euros), manifestando este indicador, um acréscimo de 337,9 milhões de euros face a 2021;
- O total da despesa corrente acrescida das amortizações realizadas no ano económico em apreço cresceu 757,7 milhões de euros, valor muito inferior ao acréscimo de receita corrente bruta cobrada neste mesmo ano (+1 095,6 milhões de euros);
- Pese embora o balanço positivo do saldo corrente deduzido das amortizações, em 2022, treze municípios apresentaram desequilíbrio orçamental, sendo, contudo, menos quatro que o verificado em 2021.

Considerando a definição de Equilíbrio Orçamental apresentada no artigo 40.º, conjugado com o artigo 83.º da Lei 73/ 2013, de 31 de setembro, – RFALEI – apresentam-se, no Ranking R48, os 35 municípios com melhor rácio de equilíbrio orçamental, traduzido pela razão entre a despesa corrente acrescida do valor da média das amortizações e a receita corrente cobrada bruta.

[70] Montante calculado nos termos do artigo 83º do RFALEI.

R48 – Municípios com maior equilíbrio orçamental em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Despesa corrente c/ amortizações médias / receita corrente							Receita corrente bruta cobrada (a)	Despesa + amort. médias (b)	Receita corrente – despesa c/ amort. (c) = (a)-(b)	Despesa corrente c/ amort. / receita corrente (d) = (b) / (a)
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
1	Grândola	P	89,5%	90,1%	63,4%	77,9%	81,1%	78,3%	61,3%	51 506 584	24 807 748	26 698 836	**48,2%**
2	Ribeira Grande	M	69,3%	68,1%	69,8%	67,4%	69,2%	67,5%	66,4%	22 419 175	13 998 048	8 421 127	**62,4%**
3	Portimão	M	93,0%	148,5%	171,5%	72,0%	92,3%	92,8%	85,4%	77 850 074	48 678 963	29 171 110	**62,5%**
4	Loulé	M	67,8%	69,6%	72,5%	79,3%	80,8%	75,4%	68,1%	163 566 260	105 095 294	58 470 966	**64,3%**
5	Oliveira de Azeméis	M	85,2%	86,7%	87,3%	79,6%	78,4%	74,5%	66,8%	42 912 604	27 618 874	15 293 730	**64,4%**
6	Sintra	G	74,1%	73,3%	68,5%	68,4%	70,7%	76,2%	74,9%	235 930 160	155 893 405	80 036 755	**66,1%**
7	Penafiel	M	78,6%	78,3%	76,3%	78,4%	75,6%	71,1%	70,9%	45 369 935	30 290 704	15 079 230	**66,8%**
8	Vila do Bispo	P	87,3%	89,9%	94,0%	78,9%	90,5%	80,8%	66,5%	15 763 710	10 578 805	5 184 905	**67,1%**
9	Óbidos	P	95,1%	97,0%	93,6%	91,3%	89,8%	90,2%	84,1%	22 075 556	14 830 462	7 245 094	**67,2%**
10	Lagos	M	84,7%	72,1%	71,9%	73,1%	74,0%	82,1%	78,7%	74 674 519	50 882 093	23 792 426	**68,1%**
11	Aveiro	M	86,8%	81,1%	89,9%	85,5%	74,9%	79,4%	80,5%	77 423 515	52 871 615	24 551 899	**68,3%**
12	Santa Maria Feira	G	76,6%	70,5%	70,2%	73,9%	71,6%	67,5%	68,3%	81 981 331	56 057 858	25 923 474	**68,4%**
13	Cascais	G	88,7%	86,4%	77,2%	67,9%	77,2%	86,6%	75,9%	280 760 366	193 248 860	87 511 506	**68,8%**
14	Leiria	G	68,3%	64,6%	66,1%	59,0%	70,0%	66,5%	74,0%	94 478 455	66 196 968	28 281 486	**70,1%**
15	Felgueiras	M	86,8%	90,7%	87,5%	87,9%	92,4%	85,5%	85,0%	46 478 274	32 659 897	13 818 377	**70,3%**
16	Velas	P	80,3%	75,9%	76,8%	73,9%	80,3%	75,4%	72,8%	6 023 945	4 238 623	1 785 322	**70,4%**
17	Santo Tirso	M	95,3%	88,7%	83,6%	86,9%	84,9%	72,8%	73,2%	48 627 296	34 602 107	14 025 188	**71,2%**
18	Almeirim	M	92,0%	90,5%	87,9%	87,5%	83,9%	78,0%	83,4%	18 709 632	13 334 227	5 375 406	**71,3%**
19	Mafra	M	74,1%	75,6%	73,7%	73,7%	84,1%	79,9%	76,7%	82 528 617	59 054 310	23 474 307	**71,6%**
20	Faro	M	91,2%	80,2%	85,7%	77,7%	83,0%	80,0%	80,8%	55 087 373	39 510 064	15 577 309	**71,7%**
21	Pombal	M	64,3%	65,0%	64,3%	67,2%	69,7%	69,3%	73,5%	42 711 967	30 728 895	11 983 072	**71,9%**
22	Câmara de Lobos	M	75,3%	77,3%	88,2%	83,9%	83,4%	82,3%	76,0%	15 255 762	10 982 387	4 273 376	**72,0%**
23	Coruche	P	76,8%	76,2%	80,4%	81,6%	83,3%	69,8%	76,2%	20 589 413	14 851 554	5 737 858	**72,1%**
24	Ílhavo	M	71,1%	76,4%	75,9%	77,3%	78,2%	69,9%	75,1%	29 657 729	21 418 535	8 239 194	**72,2%**
25	Vila Verde	M	95,5%	97,7%	94,1%	89,5%	91,6%	79,3%	80,9%	37 617 294	27 185 341	10 431 952	**72,3%**
26	Penamacor	P	92,0%	73,5%	79,4%	70,4%	73,4%	75,9%	69,8%	10 268 790	7 432 386	2 836 404	**72,4%**
27	Lagoa (Algarve)	M	69,0%	82,0%	76,3%	74,8%	77,9%	82,9%	80,1%	52 876 065	38 890 168	13 985 897	**73,5%**
28	Amares	P	87,1%	95,3%	86,7%	83,1%	86,1%	86,8%	79,0%	15 896 503	11 702 534	4 193 969	**73,6%**
29	Angra do Heroísmo	M	86,2%	82,4%	77,9%	79,1%	78,1%	74,6%	70,0%	27 182 289	20 155 293	7 026 996	**74,1%**
30	Cantanhede	M	82,3%	80,6%	79,0%	76,1%	83,0%	81,7%	84,9%	26 132 401	19 404 192	6 728 209	**74,3%**
31	Maia	G	81,5%	72,3%	75,8%	78,7%	79,1%	67,6%	71,2%	91 349 207	68 152 937	23 196 270	**74,6%**
32	Estarreja	M	82,0%	80,3%	82,4%	88,7%	83,9%	75,1%	75,8%	19 383 218	14 480 210	4 903 008	**74,7%**
33	Marco Canaveses	M	84,6%	77,2%	87,7%	79,8%	84,1%	73,9%	78,0%	35 404 171	26 454 801	8 949 370	**74,7%**
34	Silves	M	87,8%	81,2%	83,7%	85,7%	86,5%	78,5%	83,0%	47 548 414	35 682 903	11 865 511	**75,0%**
35	Santana	P	73,6%	74,2%	82,3%	74,7%	75,5%	75,6%	76,0%	7 107 216	5 334 815	1 772 400	**75,1%**

- Lidera o ranking R48- Municípios com maior equilíbrio orçamental em 2022- o município de Grândola ao apresentar o maior rácio entre a despesa corrente acrescida da média das amortizações e a receita corrente bruta cobrada (48,2%). Isto é, apenas 48,2% da receita bruta foi aplicada na despesa corrente acrescida das amortizações. Mais se constata que mais sete municípios de pequena dimensão constam deste ranking;
- Nesta listagem de maior equilíbrio orçamental, apenas aparecem cinco municípios de grande dimensão e com rácios superiores a 66%.

No *Ranking* R49 apresentam-se os 35 municípios com menor valor no indicador de equilíbrio orçamental, isto é, municípios cujo saldo corrente deduzido das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, embora positivo, esteve muito próximo do valor zero. Esta listagem só inclui municípios de pequena dimensão.

R49 – Municípios com menor equilíbrio orçamental em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Despesa corrente c/ amortizações médias / receita corrente								De acordo com o n.º 3 do artº 40º da LFL (e) = (c) / (a)
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Murça	P	96,4%	101,1%	92,4%	98,2%	98,9%	92,1%	94,7%	**99,85%**	0,15%
2	Pinhel	P	84,2%	87,2%	89,2%	96,3%	100,2%	92,3%	84,2%	**99,34%**	0,66%
3	São João da Pesqueira	P	85,4%	88,2%	82,8%	85,0%	128,0%	80,8%	88,5%	**99,00%**	1,00%
4	Almeida	P	75,3%	94,7%	93,7%	87,6%	88,4%	83,7%	80,3%	**98,89%**	1,11%
5	Reguengos de Monsaraz	P	101,6%	97,7%	110,9%	125,6%	107,6%	100,1%	100,0%	**98,87%**	1,13%
6	Vidigueira	P	93,7%	94,4%	94,8%	99,2%	101,9%	102,1%	95,3%	**98,58%**	1,42%
7	Viana do Alentejo	P	91,7%	90,6%	98,0%	96,5%	99,9%	87,1%	89,3%	**98,51%**	1,49%
8	Mesão Frio	P	103,4%	102,0%	100,0%	97,7%	101,2%	105,3%	101,6%	**98,41%**	1,59%
9	Mourão	P	115,3%	110,7%	111,8%	105,7%	115,1%	111,7%	90,3%	**98,34%**	1,66%
10	Barrancos	P	98,8%	99,4%	100,8%	101,8%	101,6%	101,4%	99,5%	**97,84%**	2,16%
11	Lajes das Flores	P	84,1%	82,9%	94,2%	92,8%	102,2%	100,7%	100,5%	**97,61%**	2,39%
12	Vila Pouca de Aguiar	P	84,1%	89,9%	96,8%	96,0%	103,6%	94,7%	95,9%	**97,50%**	2,50%
13	Alfândega da Fé	P	114,8%	102,0%	89,2%	95,0%	103,0%	102,8%	105,0%	**97,45%**	2,55%
14	Borba	P	99,6%	98,9%	97,2%	98,9%	98,0%	89,5%	87,3%	**97,40%**	2,60%
15	Ribeira de Pena	P	92,2%	95,4%	97,9%	96,3%	103,8%	96,5%	99,6%	**97,29%**	2,71%
16	Penacova	P	81,1%	89,9%	90,6%	95,5%	90,1%	90,1%	94,7%	**96,88%**	3,12%
17	Avis	P	98,5%	94,4%	96,3%	95,2%	93,8%	92,3%	93,2%	**96,52%**	3,48%
18	Melgaço	P	91,3%	87,9%	87,0%	90,4%	94,0%	92,8%	91,4%	**96,38%**	3,62%
19	Figueiró dos Vinhos	P	100,2%	98,6%	95,4%	98,9%	103,5%	99,2%	95,2%	**95,87%**	4,13%
20	Góis	P	99,6%	91,2%	96,6%	95,1%	99,4%	92,9%	91,0%	**95,80%**	4,20%
21	Mondim de Basto	P	95,7%	95,4%	93,2%	93,3%	103,4%	91,0%	89,2%	**95,76%**	4,24%
22	Vila Real de Santo António	P	119,7%	140,2%	139,5%	98,7%	98,6%	105,9%	87,0%	**95,70%**	4,30%
23	São Pedro do Sul	P	91,2%	95,3%	92,9%	92,2%	90,1%	94,5%	90,7%	**95,59%**	4,41%
24	Miranda do Douro	P	93,9%	89,7%	88,8%	88,9%	102,2%	83,3%	86,4%	**95,44%**	4,56%
25	Vila Nova de Poiares	P	106,1%	126,5%	123,6%	102,8%	103,3%	101,8%	99,8%	**95,44%**	4,56%
26	Mora	P	88,6%	85,4%	84,2%	89,9%	94,8%	81,5%	81,4%	**95,34%**	4,66%
27	Vila Nova da Barquinha	P	90,1%	93,4%	98,9%	93,3%	96,6%	90,0%	94,0%	**95,14%**	4,86%
28	Figueira de Castelo Rodrigo	P	107,0%	96,9%	97,4%	99,7%	103,8%	93,2%	94,4%	**95,12%**	4,88%
29	Portel	P	95,2%	94,2%	92,3%	97,2%	104,3%	92,2%	91,5%	**94,72%**	5,28%
30	Resende	P	95,5%	94,4%	95,9%	93,9%	96,3%	89,7%	88,0%	**94,64%**	5,36%
31	Estremoz	P	93,4%	92,7%	98,4%	95,5%	106,4%	91,8%	89,0%	**94,54%**	5,46%
32	Cuba	P	100,2%	97,4%	116,8%	94,6%	104,2%	99,4%	103,0%	**94,33%**	5,67%
33	Mêda	P	87,8%	95,1%	94,6%	90,3%	97,9%	87,2%	87,2%	**94,11%**	5,89%
34	Belmonte	P	101,9%	99,9%	104,4%	98,4%	100,6%	100,3%	109,5%	**94,09%**	5,91%
35	Crato	P	82,7%	93,6%	92,2%	86,9%	90,3%	90,6%	92,1%	**94,04%**	5,96%

No Ranking R50 apresentam-se os oito municípios cujo indicador de equilíbrio orçamental – saldo corrente deduzido das amortizações – embora negativo, foi inferior a 5% da receita corrente. Estes são municípios que, embora evidenciando desequilíbrio orçamental, se encontram dentro dos parâmetros de sustentabilidade admitida pelo artigo 40.º do RFALEI.

R50 – Municípios em desequilíbrio orçamental admitido pelo art.º 40º do RFALEI, calculado nos termos do artigo 83º da mesma Lei

Unidade: euros

	Município	Dim.	Despesa corrente c/ amortizações médias / receita corrente								De acordo com o n.º 3 do artº 40º da LFL (e) = (c) / (a)
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Idanha-a-Nova	P	92,8%	89,9%	94,7%	93,9%	106,5%	96,1%	99,9%	**104,4%**	-4,4%
2	Santa Marta de Penaguião	P	95,0%	92,5%	93,5%	98,7%	99,6%	95,6%	88,2%	**104,1%**	-4,1%
3	Seia	M	97,0%	95,8%	95,1%	106,4%	99,5%	93,2%	93,0%	**103,3%**	-3,3%
4	Montemor-o-Velho	M	93,9%	82,7%	88,6%	86,7%	86,5%	74,7%	34,9%	**103,3%**	-3,3%
5	Praia da Vitória	P	80,9%	81,8%	85,5%	81,9%	92,5%	106,6%	106,0%	**102,4%**	-2,4%
6	Ourique	P	96,1%	100,8%	109,9%	105,6%	106,0%	93,2%	90,8%	**102,3%**	-2,3%
7	Alandroal	P	104,3%	129,7%	135,0%	101,7%	104,8%	100,9%	105,5%	**101,8%**	-1,8%
8	Tabuaço	P	91,5%	92,9%	99,3%	104,0%	93,7%	92,3%	97,4%	**100,0%**	0,0%

No *Ranking* R51 apresentam-se **os cinco municípios com elevado desequilíbrio orçamental, isto é, municípios cujo saldo corrente deduzido da média das amortizações se apresenta negativo e cujo valor absoluto é superior a 5% das receitas correntes**.

R51 – Municípios cujo saldo corrente deduzido das amortizações apresenta valor negativo superior a 5% das receitas correntes

Unidade: euros

	Município	Dim.	Despesa corrente c/ amortizações médias / receita corrente								De acordo com o n.º 3 do artº 40º da LFL (e) = (c) / (a)
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Penedono	P	81,4%	83,0%	89,6%	88,8%	95,9%	76,0%	83,2%	**145,9%**	-45,9%
2	Freixo de Espada à Cinta	P	104,6%	106,7%	102,7%	101,9%	127,8%	116,6%	109,1%	**113,5%**	-13,5%
3	Alvito	P	96,5%	92,6%	88,0%	81,6%	100,7%	92,4%	97,0%	**113,2%**	-13,2%
4	Sardoal	P	97,7%	103,8%	103,7%	108,7%	106,9%	109,0%	104,1%	**108,6%**	-8,6%
5	Redondo	P	96,7%	96,0%	102,1%	111,0%	113,8%	96,5%	103,3%	**107,4%**	-7,4%

2.4.4. Saldos Orçamentais

Quando se discute o défice público e a contribuição para o mesmo pelo universo dos municípios, usa-se como referência o saldo global – saldo efetivo – da Administração Local, relacionando as receitas efetivas[71] com as despesas efetivas[72].

O saldo global ou efetivo[73] é a diferença entre as receitas efetivas e as despesas efetivas. Caso seja positivo, existe um excedente orçamental que se traduz na capacidade de autofinanciamento da Administração Local. Caso seja negativo, então, há défice, isto é, há necessidade de financiamento externo.

Há ainda outros dois indicadores que interessa reter pela importância que os mesmos revestem na análise da situação financeira de todos os sectores da Administração Pública – a despesa primária[74] e o saldo primário[75].

Embora os valores destes indicadores (saldo efetivo, saldo primário e despesa primária), para efeitos de análise agregada de informação financeira relativa ao estado das finanças públicas, sejam obtidos na base de caixa, face à persistente existência de dívida de curto prazo a fornecedores, entende-se que os mesmos deverão ser também avaliados na base dos reais fluxos financeiros, isto é, na base de compromissos, relevando-se o valor da diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos.

Assim, apresenta-se o Quadro 2.48 – Saldos na Base de Caixa, essencialmente para efeitos de comparabilidade com os dados homólogos apresentados pelo Governo Central.

A informação prestada no Quadro 2.49 – Saldos na Base de Compromissos, será fundamental para a avaliação da sustentabilidade financeira do sector autárquico.

---

[71] Receitas efetivas = receitas correntes + receitas de capital – ativos financeiros – passivos financeiros. As receitas efetivas são todas aquelas que não dão origem a encargos futuros (isto significa que não incluem as receitas que provêm de recurso a empréstimos – passivos financeiros) e que não resultam de reembolsos de empréstimos concedidos (isto é, não incluem os ativos financeiros). Anota-se, contudo, que há receitas e despesas efetivas que resultam da existência de ativos e passivos financeiros, mas não das operações com os mesmos. Estamos a falar dos dividendos que são rendimentos de propriedade e dos juros da dívida, respetivamente receitas e despesas correntes.

[72] Despesas efetivas = despesas correntes + despesas de capital – ativos financeiros – passivos financeiros. As despesas efetivas são aquelas que não incluem despesas com ativos e passivos financeiros. Assim, será o total da despesa efetuada excluída das amortizações de empréstimos (passivos financeiros) e da despesa com compra de títulos (ativos financeiros).

[73] Saldo global ou efetivo = receitas efetivas – despesas efetivas.

[74] Despesa primária = despesa efetiva – juros. Despesa corrente primária = despesa corrente – juros.

[75] Saldo primário = receitas efetivas – despesas primárias, ou Saldo primário = saldo global + juros.

Quadro 2.48 – Saldos na Base de Caixa (recebimentos versus pagamentos)

Unidade: milhões de euros

		Mandato 10-13		Mandato 14-17				Mandato 18-21				M. 22-25
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
(a)	Receitas correntes	5 564	5 935	6 215	6 516	6 776	7 155	7 354	7 605	7 617	8 312	9 497
(b)	Saldo gerência anterior + repos. ñ abatidas pag.	343	436	510	639	918	1 195	1 418	1 609	2 013	2 071	2 030
(c)	Despesas correntes	4 801	5 167	5 122	5 099	5 326	5 487	5 743	6 101	6 138	6 728	7 504
(d)=(a+b)--(c)	Saldo corrente	1 107	1 205	1 603	2 057	2 369	2 862	3 028	3 112	3 491	3 655	4 023
	N.º de municípios com corrente positivo	264	275	299	304	304	302	302	305	306	307	307
(e)	Receitas de capital	2 110	1 857	1 114	992	956	1 148	1 180	1 428	1 143	1 591	1 354
(f)	Despesas de capital	2 786	2 564	2 096	2 132	2 141	2 572	2 616	2 603	2 638	3 219	3 108
(g)=(e)-(f)	Saldo de capital	-676	-706	-983	-1 140	-1 184	-1 424	-1 437	-1 175	-1 495	-1 628	-1 753
(a)+(b)+(e)	Receitas totais	8 018	8 229	7 839	8 147	8 651	9 498	9 951	10 642	10 773	11 974	12 882
(c)+(f)	Despesas totais	7 587	7 731	7 219	7 231	7 466	8 059	8 359	8 704	8 777	9 947	10 612
(h)=(d)+(g)	Saldo orçamental	430	498	620	916	1 184	1 439	1 592	1 937	1 996	2 027	2 270
	N.º de municípios com saldo orçamental positivo	275	273	272	284	301	284	292	297	305	307	305
(i)	Ativos financeiros (receitas)	19	16	5	12	26	8	4	5	7	40	19
(j)	Ativos financeiros (despesas)	21	12	19	58	53	49	42	33	52	24	55
(k)	Passivos financeiros (receitas)	220	776	393	264	388	557	538	383	225	393	354
(l)	Passivos financeiros (despesas)	890	640	679	665	752	737	775	588	433	420	421
(m)	Receitas totais – AF – PF	7 779	7 437	7 441	7 872	8 236	8 933	9 409	10 254	10 541	11 540	12 508
(n)	Despesas totais – AF – PF	6 676	7 079	6 521	6 508	6 661	7 273	7 542	8 083	8 291	9 503	10 137
(o)=(m)-(n)	Saldo global ou efetivo	1 103	358	920	1 364	1 575	1 660	1 867	2 171	2 249	2 038	2 372
(p)	Juros e outros encargos (despesas)	148	128	132	113	101	77	92	57	48	36	33
(q)=(o)+(p)	Saldo primário	1 251	486	1 051	1 477	1 676	1 737	1 959	2 228	2 297	2 074	2 405
	N.º de municípios com saldo primário positivo	300	239	296	298	301	293	300	296	295	286	293

Analisando o Quadro 2.48 conclui-se que:

- Em 2022, na Base de Caixa, as receitas correstes ao crescerem 14,3% e as despesas correntes em 11,5% contribuíram para um **saldo corrente** positivo de 10,1%, tendo apenas um município, o de Ourique apresentado saldo corrente negativo e todos os restantes 307 municípios saldo corrente positivo;
- Ainda em 2022 as receitas de capital diminuíram 14,9% a as despesas de capital baixaram 3,5%. Tendo ao longo dos onze últimos anos a receita de capital sido sempre inferior à despesa de capital e por consequência o **saldo de capital, em base de Caixa,** apresentou-se sempre negativo, aumentando essa negatividade em 2022 em cerca de 7,7%;
- O facto de em termos de Caixa, as receitas totais terem sido sempre superiores às despesas totais, o **saldo orçamental** não só tem sido sempre positivo como tem crescido ao longo destes onze anos atingindo o seu valor máximo em 2022 apresentando

um acréscimo de 12% ao totalizar 2 270 milhões de euros. No entanto, verifica-se que três municípios apresentaram saldo orçamental negativo: Moimenta da Beira, Ourique e Vagos.

Quadro 2.49 – Saldos na Base de Compromissos[76] (liquidações versus compromissos)

Unidade: milhões de euros

		Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				Mandato 22–25
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
(a)	Receitas correntes	5 761	6 128	6 548	6 983	7 525	7 627	7 875	8 192	8 301	8 640	11 290
(b)	Saldo gerência anterior + repos. ñ abatidas pag.	344	438	512	640	919	1 195	1 418	1 609	2 014	2 071	2 032
(c)	Despesas correntes	5 801	5 976	5 794	5 631	5 809	5 977	6 267	6 662	6 844	7 430	8 295
(d)=(a+b)-(c)	Saldo corrente	304	589	1 267	1 992	2 635	2 844	3 026	3 139	3 470	3 282	5 027
	N.º de municípios com corrente positivo	168	223	272	284	287	287	285	280	285	292	292
(e)	Receitas de capital	2 115	1 886	1 129	1 020	978	1 189	1 241	1 487	1 374	1 601	1 440
(f)	Despesas de capital	4 004	3 459	2 718	2 588	2 650	3 303	3 357	3 452	3 595	4 372	4 128
(g)=(e)-(f)	Saldo de capital	−1 890	−1 573	−1 590	−1 568	−1 672	−2 114	−2 116	−1 965	−2 221	−2 772	−2 688
(a)+(b)+(e)	Receitas totais brutas	8 219	8 451	8 189	8 643	9 422	10 011	10 534	11 288	11 689	12 312	14 762
(h)	Liquidações anuladas	186	223	222	489	710	435	412	506	833	359	1 820
(i)	Receitas totais líquidas	8 033	8 229	7 967	8 154	8 712	9 575	10 123	10 782	10 855	11 953	12 942
(j)=(c)+(f)	Despesas totais	9 805	9 436	8 512	8 219	8 459	9 280	9 624	10 114	10 439	11 802	12 423
(k)=(i)-(j)	Saldo orçamental	−1 771	−1 207	−545	−66	253	295	499	668	416	151	519
	N.º de municípios com saldo orçamental positivo	**67**	**75**	**101**	**140**	**166**	**142**	**149**	**144**	**149**	**145**	**158**
(l)	Ativos financeiros (receitas)	19	16	5	12	26	9	5	5	7	40	20
(m)	Ativos financeiros (despesas)	34	30	31	73	57	53	44	35	55	25	58
(n)	Passivos financeiros (receitas)	220	798	393	264	389	557	560	390	226	398	359
(o)	Passivos financeiros (despesas)	906	673	704	704	789	746	781	595	436	428	431
(p)	Receitas totais líquidas – AF – PF	7 795	7 415	7 570	7 878	8 297	9 010	9 558	10 387	10 622	11 514	12 563
(q)	Despesas totais – AF – PF	8 865	8 733	7 777	7 443	7 613	8 481	8 799	9 484	9 949	11 349	11 934
(r)=(p)-(q)	Saldo global ou efetivo	−1 070	−1 318	−207	435	684	529	760	902	673	166	629
(s)	Juros e outros encargos (despesas)	192	167	171	142	122	89	97	63	51	42	39
(t)=(r)+(s)	Saldo primário	−878	−1 151	−36	577	806	617	857	966	724	208	668
	N.º de municípios com saldo primário positivo	106	118	174	216	217	181	182	177	176	159	173

[76] Em anuários precedentes os valores de saldo apresentados têm considerado as liquidações brutas. No presente Anuário, e desde 2018, consideraram-se as liquidações líquidas das anulações.

Observando-se o Quadro 2.49, onde se apresentam os saldos na base dos compromissos assumidos e das receitas liquidadas, verifica-se uma enorme evolução dos saldos orçamentais entre 2012 e 2022, tendo neste último ano, **pela oitava vez consecutiva no conjunto dos municípios, apresentado saldo efetivo e saldo primário positivos**, quando obtidos pela diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos. Assim:

- Entre 2012 e 2022 o **saldo corrente** cresceu 1.552,2% (+4.722 milhões de euros), tendo em 2022 face a 2021, apresentado um acréscimo de 53,2% (+1 745 milhões de euros). Em 2022 contribuíram para um saldo corrente positivo, 292 municípios;
- Entre 2012 e 2022 o **saldo de capital** manteve-se negativo aumentando essa negatividade em 42,2% neste período. Todavia em 2022 desceu ligeiramente 3% o seu valor negativo em relação a 2021. Em 2022 as despesas de capital ultrapassaram as receitas de capital em 286,6%;
- O **saldo orçamental**, entre 2012 e 2022 cresceu 2.291 milhões de euros, ao passar do valor negativo de -1 771 milhões de euros para o valor positivo de 519 milhões de euros. O ano de 2022 foi o sétimo ano económico consecutivo em que, as receitas totais liquidadas foram superiores ao valor total dos encargos assumidos. Neste ano contribuíram para um saldo orçamental positivo 158 municípios;
- O **saldo global ou saldo efetivo**, em 2022, foi positivo em 629 milhões de euros, sendo o oitavo ano consecutivo em que este saldo se apresenta positivo considerando a totalidade dos municípios. Neste ano o saldo efetivo cresceu 279,3% (+463 milhões de euros) e em relação a 2012, aumentou 1.699 milhões de euros;
- O **saldo primário** apresentou também um enorme crescimento (+1.546 milhões de euros) nos últimos onze anos ao passar de -878 milhões de euros em 2012 para 668 milhões de euros em 2022, sendo, também, o oitavo ano consecutivo em que este indicador se apresentou positivo no universo dos municípios. Em 2022, o saldo primário, considerando todo o setor municipal, cresceu 221,1% (+460 milhões de euros). Anota-se que, em 2022, cerca de 173 municípios (+14 que em 2021) apresentaram saldo primário positivo.

No quadro 2.50 apresentam-se o Saldo Efetivo e o Saldo Primário, em 2022, por Distritos e Regiões, verificando-se que:

- Sete distritos apresentaram na globalidade Saldo Efetivo e Saldo Primário negativos face à exígua percentagem de municípios desses distritos com saldo primário positivo;
- Um distrito, Portalegre, apresentou o saldo efetivo negativo mas o saldo primário positivo.

Quadro 2.50 – Saldos de 2022 na Base de Compromissos (liquidações versus compromissos) por Distrito

Distrito	Receitas efetivas (c/ SGA)	Despesas efetivas	Saldo global ou efetivo	Saldo primário	Percentagem de municípios com saldo primário positivo
Lisboa	2 817 336 180	2 612 033 198	205 302 982	209 236 167	62,5%
Faro	1 021 246 300	822 238 049	199 008 251	205 898 914	81,3%
Aveiro	767 600 664	685 144 432	82 456 231	83 870 777	63,2%
Setúbal	955 540 118	888 974 565	66 565 553	69 310 888	69,2%
Leiria	532 743 210	476 537 214	56 205 995	57 876 572	81,3%
Braga	768 140 822	721 502 448	46 638 375	47 963 978	78,6%
Castelo Branco	282 630 061	255 542 163	27 087 897	28 595 536	72,7%
Açores	266 614 619	247 226 711	19 387 908	21 482 321	73,7%
Santarém	529 279 063	512 504 094	16 774 969	18 586 412	47,6%
Guarda	267 805 989	254 036 961	13 769 029	15 503 353	78,6%
Madeira	243 522 684	235 685 336	7 837 348	8 909 103	72,7%
Évora	248 857 330	247 508 825	1 348 505	3 253 553	64,3%
Portalegre	198 105 246	198 337 791	-232 545	18 192	33,3%
Vila Real	300 967 527	305 575 168	-4 607 641	-3 791 427	50,0%
Beja	268 374 826	275 622 847	-7 248 021	-6 808 423	35,7%
Bragança	245 597 242	252 945 966	-7 348 724	-6 370 101	41,7%
Porto	1 656 084 493	1 667 841 281	-11 756 787	-6 595 545	44,4%
Viseu	473 706 658	499 171 744	-25 465 086	-23 905 363	33,3%
Coimbra	449 771 817	477 435 784	-27 663 968	-26 604 934	29,4%
Viana do Castelo	269 345 447	298 260 494	-28 915 047	-28 273 670	20,0%
Total Nacional	**12 563 270 295**	**11 934 125 072**	**629 145 224**	**668 156 303**	**56,2%**

Apresentam-se de seguida gráficos que permitem visualizar a evolução dos saldos suprarreferidos, apresentando-se separadamente a situação dos mesmos para as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Gráfico 2.11 – Evolução do saldo global efetivo na base de compromissos, a nível nacional

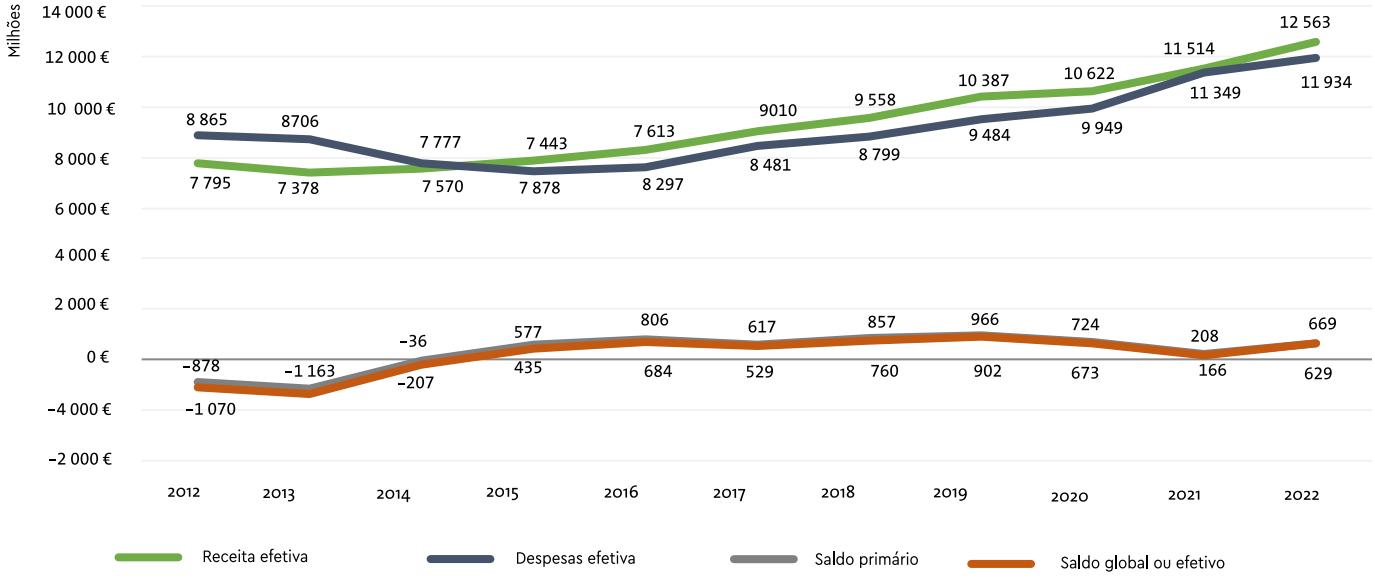


Gráfico 2.11.A – Evolução do saldo global efetivo na base de compromissos nos municípios da R.A. dos Açores

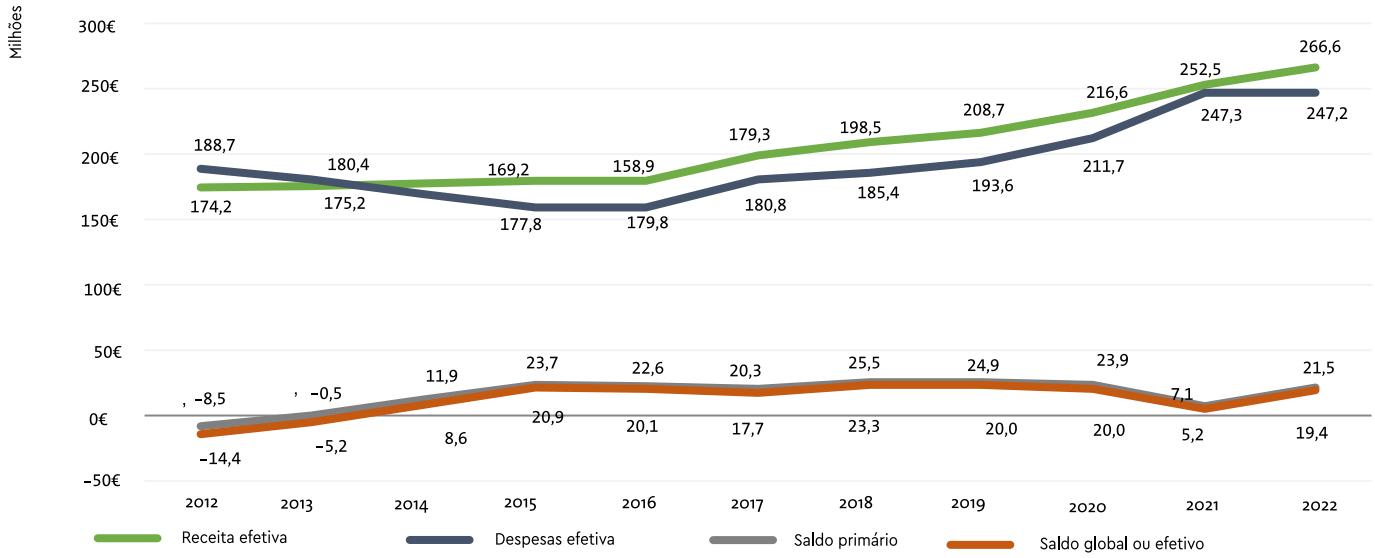
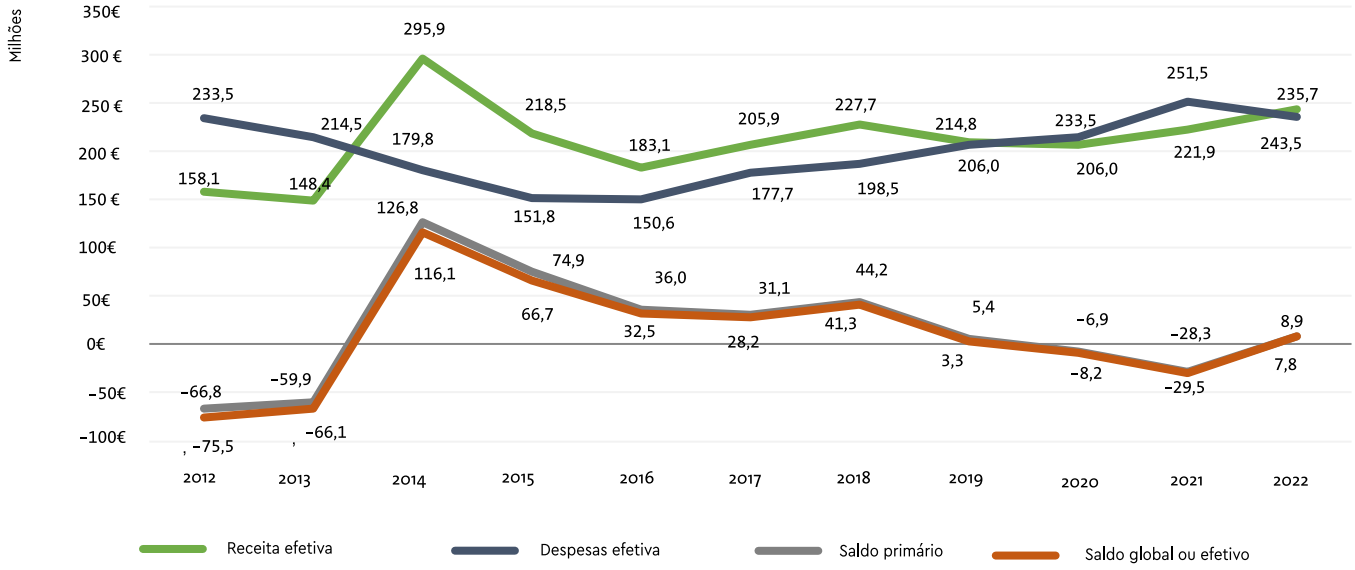


Gráfico 2.11.M – Evolução do saldo global efetivo na base de compromissos nos municípios da R.A. da Madeira



CAPÍTULO 3:
Análise Económico Financeira dos Municípios

3.1. Introdução

Neste capítulo do Anuário procede-se à agregação e análise dos dados de natureza económica e financeira obtida dos documentos de prestação de contas[77] e do Relatório de Gestão produzidos pelos 308 municípios, com vista a uma análise global e integrada da situação financeira municipal.

Relativamente ao tratamento da informação sobre os gastos registados pelas autarquias, continua a reconhecer-se uma forte lacuna de informação associada ao relato financeiro sobre gastos individualizados por atividades, programas ou projetos, que materializam as políticas públicas e que consomem os recursos financeiros dos municípios. A plena implementação do sistema contabilístico SNC-AP[78], designadamente da NCP 26 – Contabilidade de Gestão, permitiria, neste e noutros aspetos, um tratamento mais completo e consistente da atividade financeira dos municípios.

À semelhança do Capítulo 2, apenas se agregarão valores referentes ao município e seus serviços simples sem autonomia. Dedicar-se-á um capítulo autónomo – o Capítulo 4 – à análise agregada das contas dos serviços municipalizados e das empresas municipais.

Com a entrada em vigor do SNC-AP para as autarquias locais em 01.01.2020, para efeitos comparativos com os valores de exercícios anteriores, considerando que a maioria dos municípios não fez a reexpressão da informação financeira de 2019 em base SNC-AP, esta é apresentada através de uma mera conversão dos saldos para contas e rubricas das demostrações financeiras, de acordo com o SNC-AP e em conformidade com a opção de transição definida no ponto 1.3.6. do Manual de Implementação do SNC-AP. [79]

---

[77] A contabilidade pública visa fornecer informação bastante e fidedigna, capaz de ser utilizada na prática de uma gestão racional, eficiente e eficaz, dos recursos públicos, que integre informação orçamental, financeira e de custos, fiável, relevante e oportuna. Os objetivos do relato financeiro dos municípios são proporcionar informação que seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras, incluindo os executivos, nas suas tomadas de decisão, mas também para permitir a responsabilização pela prestação de contas. Possibilitará, ainda, avaliar o grau de desempenho dos municípios, nomeadamente no que se refere à prossecução dos serviços que devem prestar, ao cumprimento dos seus objetivos operacionais e à gestão dos recursos disponíveis. A informação sobre o seu grau de liquidez e de solvabilidade permitirá concluir sobre a sustentabilidade da prestação dos serviços municipais a médio e longo prazo.

[78] Entende-se que a implementação plena do Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas (SNC-AP) no setor autárquico possibilita obter informação necessária à determinação dos custos dos serviços que os municípios prestam à população e, assim, permitirá um efetivo controlo de eficiência e de eficácia dos mesmos. Este sistema foi implementado por todos os municípios a partir da prestação de contas de 2020 (art.º 86º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho).

[79] Apresentam-se alguns pontos relevantes da aplicação pela primeira vez do SNC-AP, que justificarão diferenças de contabilização das usadas no POCAL.

3.2. Fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados Económicos

O Quadro 3.01 mostra a dimensão do cumprimento das ações identificadas de acordo com os requisitos do POCAL entre 2012 e 2019 e do SNC-AP, em 2020 e 2022, permitindo concluir que, na generalidade, é fiável a informação financeira apresentada pelos municípios em sede de prestação de contas, sendo estas remetidas às entidades fiscalizadoras e jurisdicionais que as tutelam, e das quais se extraíram todos os dados que constam no presente capítulo.[80] Deste quadro se conclui que houve um cumprimento generalizado, por parte dos municípios, das obrigações inerentes a uma boa execução da contabilidade financeira, designadamente dos procedimentos ligados aos elementos do Ativo.

O n.º 2 do artigo 14º do DL 192/2015 de 11/9 (Disposições transitórias) estabelece que:

"2 — As entidades públicas que adotam o SNC-AP pela primeira vez devem:

"a) Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas normas de contabilidade pública;

b) Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas normas de contabilidade pública;

c) Reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública, ou planos setoriais, numa categoria, mas de acordo com as normas de contabilidade pública pertencem a outra categoria;

d) Aplicar as normas de contabilidade pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

3 — Os ajustamentos resultantes da mudança das políticas contabilísticas que se verifiquem devem ser reconhecidos no saldo de resultados transitados no período em que os itens são reconhecidos e mensurados.

4 — As entidades públicas devem reconhecer ainda os correspondentes ajustamentos no período comparativo anterior."

Anota-se ainda que a CNCP tomou a opção por um modelo mais simplificado de transição, exigindo que as primeiras demonstrações financeiras devessem incluir o ano anterior como informação comparativa **sem necessidade de reexpressar a mesma de acordo com as NCP relevantes** (ponto 1.3.2. do Manual de Implementação). Esta opção de não obrigar as entidades a reexpressar o comparativo de acordo com o **SNC-AP implica a perda de comparabilidade, neste caso, entre 2019 e 2020**, sendo a mesma retomada com as demonstrações financeiras de 2021 e 2022. Numa análise custo-benefício concluiu-se que a apresentação do ano de 2019 de acordo com os requisitos das NCP relativas ao subsistema da contabilidade financeira imporia custos que excederiam os benefícios a obter.

80 Assim como nos capítulos anteriores e nos que se seguirão.

Quadro 3.01 – Informação financeira, patrimonial e económica

	POCAL								SNC-AP		
	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Apresentam Balanço e Demonstração dos Resultados (DR) na prestação de contas	308	308	308	308	308	308	308	308	308	308	308
Apresentam "Gastos/reversões de depreciação e amortização" na DR	306	307	307	307	307	307	308	308	308	308	308
Apresentam valor de Bens de Domínio Público (BDP)	308	308	307	307	307	307	307	307	308	308	308
Têm em BDP valor em terrenos	261	264	263	267	270	271	275	274	288	289	296
Têm em BDP valor em património histórico, artístico e cultural	189	189	193	194	200	204	205	205	267	277	279
Os BDP são superiores a 20% do total do Ativo	282	277	274	266	269	267	263	259	269	260	262
Têm no Ativo valores a receber de clientes, contribuintes e utentes	293	296	303	303	304	305	304	305	306	305	307
Apresentam no Ativo valores de inventários	271	277	285	289	292	291	291	294	290	288	288

Observando o Quadro 3.01 verifica-se que, em 2022 em relação ao ano precedente, são poucas as alterações a assinalar. Contudo, entende-se referir:

- Com a implementação do SNC-AP os registos referentes a Bens de Domínio Público melhoraram, com destaque para o aumento de mais dois municípios que passaram a registar elementos do património histórico, artístico e cultural;
- Doze municípios continuam a não apresentar registo de valores em terrenos e recursos naturais – tendo, contudo, em relação ao ano transato, aumentado em sete, o número de municípios que apresentaram valores nesta rubrica;
- Relativamente às Dívidas a receber de Clientes, Contribuintes e Utentes verifica-se que em 2022, apenas um município (Gouveia) não apresentou saldo final na respetiva rubrica. Entende-se que tal situação poderá significar que, neste município, a liquidação da receita terá sido registada apenas no momento da cobrança.[81] Contudo, não se possui informação suficiente para aferir razões substantivas para a ausência deste valor contabilístico neste município;
- Em 2022, 20 municípios (número igual ao verificado em 2021) não apresentaram qualquer valor na rubrica referente a inventários. Como referido em Anuários anteriores, a ausência deste registo contabilístico pode não significar incumprimento das regras contabilísticas, mas apenas o facto de os serviços produtivos que requerem bens consumíveis inventariáveis terem sido externalizados ou delegados em empresas municipais. Pela análise das contas verificou-se que 15 municípios destes 20 já tinham apresentado valores nulos em anos anteriores a 2022.

[81] O registo contabilístico do rendimento deve ser feito no momento da liquidação, pelo que os valores liquidados e por cobrar no final do ano económico deverão constar desta rubrica do balanço e constituirão créditos sobre terceiros.

3.3. Ativo

No Quadro 3.02 apresentam-se os valores agregados das componentes do Ativo dos Balanços dos 308 municípios para o período entre 2012 e 2019, apresentando-se separadamente no Quadro 3.03 a desagregação das componentes do Ativo relativo ao ano de 2022, face à implementação do SNC-AP no ano 2020. Com efeito, a estrutura conceptual da informação financeira pública e as novas normas de contabilidade pública justificam as alterações. No Gráfico 3.01 apresenta-se o peso de cada componente do Ativo no respetivo total em 2022.

Quadro 3.02 – Componentes do Ativo do Balanço – POCAL 2012–2019

Unidade: milhões euros

Componentes do Ativo	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21		Variação (%)	
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	18–19	12–19
Bens de Domínio Público	15 544	15 421	14 589	14 390	13 950	13 789	13 499	13 250	–1,8%	–14,8%
Imobilizado incorpóreo	208	139	130	117	113	115	108	109	0,4%	–47,7%
Imobilizado corpóreo	20 069	20 575	20 810	21 213	21 041	21 194	21 539	21 840	1,4%	8,8%
Investimentos financeiros	1 708	1 732	1 748	1 871	1 907	1 996	1 919	1 985	3,4%	16,2%
Total do imobilizado	37 528	37 868	37 277	37 591	37 012	37 094	37 066	37 184	0,3%	–0,9%
Existências	130	110	102	99	101	101	101	81	–19,7%	–37,6%
Dívidas a receber	1.238	1.127	858	839	756	662	617	659	6,9%	–46,7%
Títulos negociáveis	16	9	4	7	10	17	30	31	4,2%	96,0%
Depósitos e caixa	761	875	1.021	1.330	1.624	1.917	2.129	2.534	19,0%	232,9%
Acréscimos de proveitos	567	721	1.056	1.137	1.433	1.423	1.550	1.614	4,2%	184,5%
Custos diferidos	86	58	62	40	50	55	48	41	–14,4%	–51,9%
Ativo Total	**40.326**	**40.768**	**40.380**	**41.043**	**40.987**	**41.269**	**41.540**	**42.145**	**–1,8%**	**–14,8%**

Da análise do quadro antecedente pode-se recordar, em termos históricos, que:

- O **total do Imobilizado** tem tido um peso preponderante na estrutura do Ativo total representando 88,2% em 2019, sendo que diminuiu de valor em apenas -0,9% entre 2012 e 2019;
- O **total do Ativo** nestes oito anos cresceu +4,5%, tendo sido representativo o aumento do **imobilizado corpóreo** de +8,8% (+1 771 milhões de euros). Embora apresentando valores absolutos inferiores, apresentaram taxas de elevado crescimento neste período de oito anos, os **depósitos e caixa** e os **acréscimos de proveitos**, aumentando respetivamente +232,9% e +184,5%. Neste mesmo período os **investimentos financeiros** com o peso de 4,7% no Ativo total, cresceram cerca de +16,2%;
- O valor total do imobilizado corpóreo representou, também em 2019, 52,0% do Ativo total dos municípios, tendo-se verificado um acréscimo de +1,4% (+300,9 milhões de euros) em relação ao ano anterior, balanceando a descida do valor acumulado de bens de domínio público que apresentou o decréscimo de -1,8% (-249,1 milhões de euros). Aquele aumento de valor do imobilizado corpóreo terá resultado do aumento de investimento no biénio 2018/2019;
- Em 2019, os depósitos e caixa representaram 6% do Ativo total. Da leitura dos Relatórios de Gestão, não se vislumbrou qualquer

razão plausível para que uma percentagem tão relevante do Ativo se mantivesse em meios financeiros líquidos no final de cada ano económico. Será de referir que estes montantes – excluídos das operações de tesouraria – conformam os saldos de gerência que transitam para cada ano seguinte, possibilitando aos municípios, com a sua inclusão após encerramento das contas, aumentar as dotações orçamentais disponíveis;

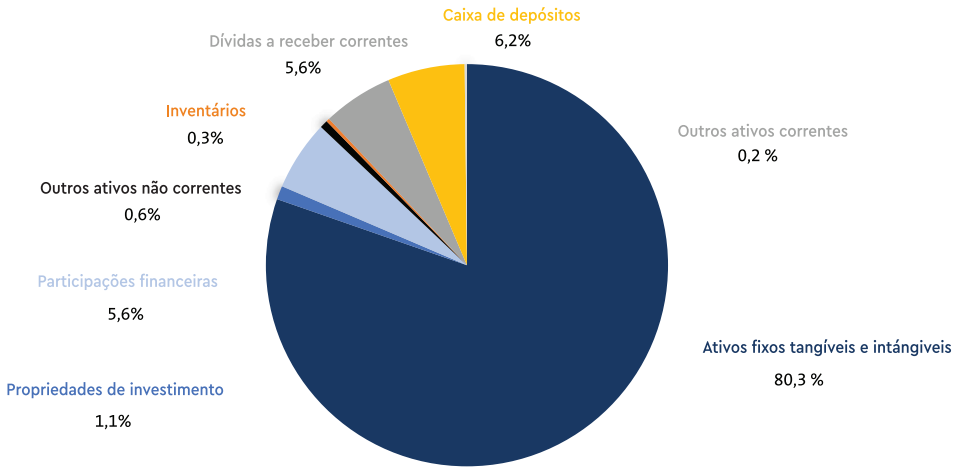
- Acresce referir, pelo significado da rubrica, que, neste período de oito anos, as dívidas a receber baixaram -46,7%, podendo resultar este decréscimo, de uma maior eficácia nas cobranças dos municípios.

Quadro 3.03 – Componentes do Ativo do Balanço – SNC-AP 2020–2022

Unidade: milhões de euros

	Componentes do Ativo	2020		2021		2022		Variação (%) 21–22
		Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	
	Ativos fixos tangíveis	34 927,2	80,8%	36 003,5	80,5%	37 083,6	80,1%	3,0%
	Propriedades de investimento	461,8	1,1%	465,3	1,0%	505,8	1,1%	8,7%
	Ativos intangíveis	120,8	0,3%	126,6	0,3%	128,8	0,3%	1,7%
	Ativos biológicos	0,1	0,0%	0,1	0,0%	0,1	0,0%	0,6%
	Participações financeiras	2 319,8	5,4%	2 584,4	5,8%	2 614,5	5,6%	1,2%
	Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	3,4	0,0%	4,5	0,0%	11,2	0,0%	150,0%
	Acionistas/ sócios/ associados	1,3	0,0%	1,4	0,0%	1,4	0,0%	4,6%
	Diferimentos	40,0	0,1%	31,6	0,1%	31,8	0,1%	0,8%
	Outros ativos financeiros	70,0	0,2%	82,0	0,2%	65,2	0,1%	-20,5%
	Ativos por impostos diferidos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	19,4	0,0%	--
	Clientes contribuintes e utentes	0,5	0,0%	1,6	0,0%	0,3	0,0%	-84,4%
	Outras contas a receber	98,2	0,2%	132,9	0,3%	165,4	0,4%	24,4%
	Total do Ativo não Corrente	38 043,1	88,0%	39 433,9	88,2%	40 627,5	87,7%	3,0%
	Inventários	111,9	0,3%	116,9	0,3%	124,0	0,3%	6,1%
	Ativos biológicos	0,2	0,0%	0,2	0,0%	0,3	0,0%	12,3%
Dívidas a receber correntes	Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	203,1	0,5%	211,4	0,5%	216,4	0,5%	2,4%
	Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,9	0,0%	0,7	0,0%	0,0	0,0%	-95,8%
	Clientes, contribuintes e utentes	203,7	0,5%	191,1	0,4%	207,8	0,4%	8,7%
	Estado e outros entes públicos	26,2	0,1%	28,3	0,1%	28,3	0,1%	0,0%
	Acionistas/ sócios/ associados	0,2	0,0%	0,1	0,0%	0,1	0,0%	1,2%
	Outras contas a receber	2 010,3	4,6%	2 106,3	4,7%	2 163,3	4,7%	2,7%
	Diferimentos	31,6	0,1%	37,1	0,1%	41,9	0,1%	13,0%
	Ativos financeiros detidos para negociação	0,001	0,0%	0,001	0,0%	0,001	0,0%	0,0%
	Outros ativos financeiros	2,6	0,0%	4,6	0,0%	41,9	0,1%	817,9%
	Ativos não correntes detidos para venda	4,0	0,0%	2,9	0,0%	1,3	0,0%	-55,8%
	Caixa e depósitos	2 601,2	6,0%	2 593,5	5,8%	2 872,4	6,2%	10,8%
	Total do Ativo Corrente	5 195,9	12,0%	5 293,2	11,8%	5 697,6	12,3%	7,6%
	Ativo Total	**43 238,9**	**100%**	44 727,0	**100%**	**46 325,2**	**100%**	**3,6%**

Gráfico 3.01 – Estrutura do Ativo em 2022



Da observação do Quadro 3.03 e do Gráfico 3.01 poder-se-á concluir, em relação a 2022:

- O **Ativo não corrente** representou 87,7% do Ativo total dos municípios e apresentou o valor de 40 627,5 milhões de euros, valor superior em +1 193,7 milhões de euros (+3%) ao valor do total contabilizado em 2021;
- Os **Ativos Fixos Tangíveis**, no valor de 37 083,6 milhões de euros representaram 80,1% do total do Ativo e 91,3% do total do Ativo não corrente. Cresceram em 2022, +3%, isto é, +1 080,2 milhões de euros;
- Embora com pesos muito inferiores no Ativo total, referem-se as **participações financeiras** e **outras contas a receber (correntes),** respetivamente com o peso de 5,6% e 4,7%. A primeira apresentou o volume de 2 614,5 milhões de euros e a segunda o valor de 2 163,3 milhões de euros.
- Mais se constata que o conjunto das rubricas que traduzem **todas as** dívidas a receber correntes, totalizaram o valor de 2 615,9 milhões de euros e representaram 46% do Ativo Corrente e 5,6% do total do Ativo;
- Os **depósitos e caixa** representaram 6,2% do Ativo total e 50,0% do Ativo corrente. Mais se verifica que o valor dos depósitos e caixa, cresceram em 2022, +278,8 milhões de euros (+10,8%);
- Curioso é notar o valor de ainda 1,3 milhões de euros em **Ativos não correntes detidos para venda** (contudo, -55,8% que o registado em 2021), elementos não decorrentes de orientações do SNC-AP, já que não existe nenhuma NCP sobre esta matéria. Assim, depreende-se que os municípios que reconheceram este tipo de elementos, o fizeram socorrendo-se do procedimento de integração de lacunas (conforme alínea b) do n.º 1, do art.º 13º do DL n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o SNC-AP), recorrendo, portanto, aos preceitos do SNC empresarial;

- Em relação ao total do **Ativo Corrente**, constata-se que em 2022 cresceu +7,6% (+404,5 milhões de euros), representado 12,3% do total do Ativo.

O Quadro 3.04 mostra que, na decomposição dos **Ativos Fixos Tangíveis**, a maior expressão (61,9%) refere-se a ativos tangíveis de domínio privado. Os Ativos Fixos Tangíveis decorrentes de acordos de concessão apenas representaram 1,1% e respeitam maioritariamente a infraestruturas, havendo 46 município em 2022 com ativos fixos tangíveis decorrentes de acordos de concessão.

Quadro 3.04 – Componentes do Ativo Fixo Tangível – SNC-AP 2020-2022

Unidade: milhões de euros

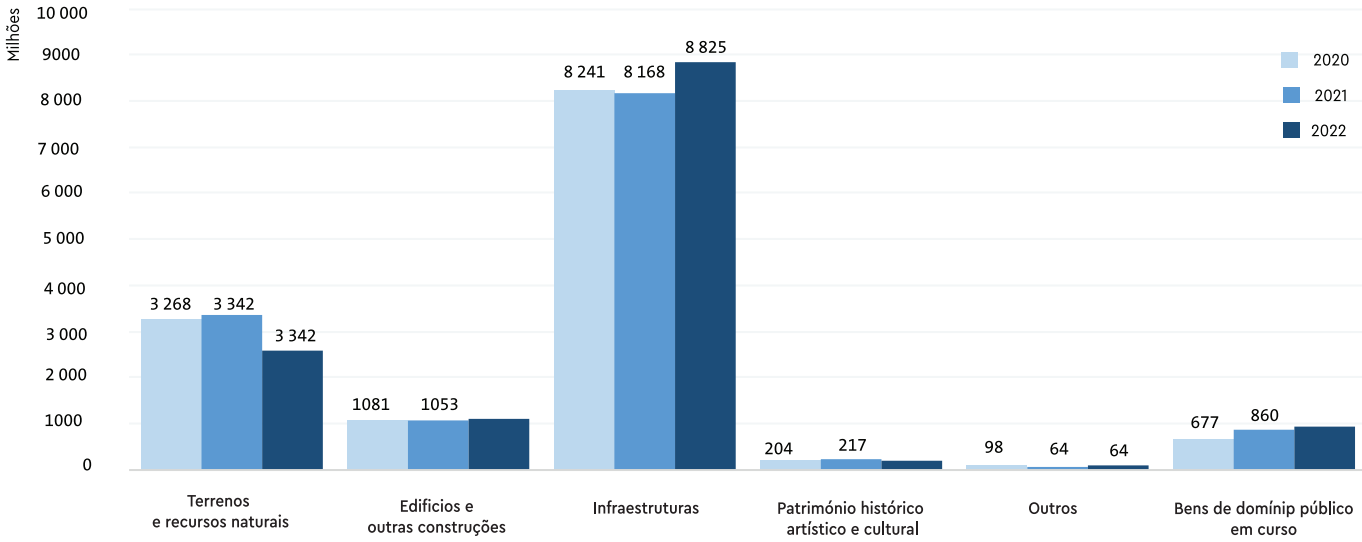
Ativo Fixo Tangível	2020		2021		2022		Variação (%) 21-22
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	
Terrenos e recursos naturais	3 268,3	9,4%	3 341,8	9,3%	2 571,6	6,9%	-23,0%
Edifícios e outras construções	1 081,2	3,1%	1 053,1	2,9%	1 104,5	3,0%	4,9%
Infraestruturas	8 240,5	23,6%	8 167,7	22,7%	8 825,8	23,8%	8,1%
Património histórico, artístico e cultural	203,9	0,6%	216,8	0,6%	199,1	0,5%	-8,2%
Outros	97,6	0,3%	64,1	0,2%	90,9	0,2%	41,8%
Bens de domínio público em curso	676,8	1,9%	860,4	2,4%	940,3	2,5%	9,3%
Total Ativos Fixos Tangíveis: Bens de Domínio Público	13 568,4	38,8%	13 703,9	38,1%	13 732,2	37,0%	0,2%
Terrenos e recursos naturais	5 907,8	16,9%	6 130,1	17,0%	6 515,8	17,6%	6,3%
Edifícios e outras construções	12 438,8	35,6%	12 665,1	35,2%	13 212,5	35,6%	4,3%
Equipamento básico	294,6	0,8%	319,0	0,9%	335,2	0,9%	5,1%
Equipamento de transporte	219,5	0,6%	228,6	0,6%	222,7	0,6%	-2,6%
Equipamento administrativo	82,2	0,2%	83,2	0,2%	84,6	0,2%	1,6%
Equipamentos biológicos	11,3	0,0%	7,4	0,0%	7,1	0,0%	-3,4%
Outros	132,6	0,4%	125,8	0,3%	144,5	0,4%	14,9%
Ativos fixos tangíveis em curso	1 971,6	5,6%	2 444,8	6,8%	2 417,1	6,5%	-1,1%
Total Outros Ativos Fixos Tangíveis	21 058,4	60,3%	22 004,0	61,1%	22 939,6	61,9%	4,3%
Terrenos e recursos naturais	25,4	0,1%	7,1	0,0%	1,0	0,0%	-86,5%
Edifícios e outras construções	87,0	0,2%	34,8	0,1%	47,0	0,1%	35,2%
Infraestruturas	186,9	0,5%	250,6	0,7%	359,5	1,0%	43,4%
Património histórico, artístico e cultural	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,6	0,0%	--
Ativos fixos em concessão em curso	1,2	0,0%	2,7	0,0%	3,9	0,0%	45,5%
Total Ativos Fixos Tangíveis em concessão	300,5	0,9%	295,1	0,8%	411,9	1,1%	39,6%
Total Ativos Fixos Tangíveis	**34 927,2**	**100%**	**36 003,0**	100%	**37 083,6**	**100%**	**3,0%**

O Gráfico 3.02 permite a comparação das diferentes componentes de **Bens de Domínio Público** referentes ao ano económico de 2022, por comparação com os dois anos anteriores. Pelo seu volume e, ainda, pelo facto de ser o elemento do Ativo fixo mais difícil de registar contabilisticamente,[82] importará desagregar por rubricas, pois tratam-se de bens que, pela sua natureza jurídica, serão

[82] Esta dificuldade deve-se particularmente a questões de mensuração de algumas categorias destes ativos. Não foi ainda avaliado o grau de aproximação à realidade do valor contabilizado dos bens classificados como de domínio público dos municípios, sendo expectável que alguns, do património histórico, artístico e cultural, não venham a constar dos balanços pelas dificuldades referidas.

inalienáveis até eventual decisão fundamentada de desafetação, assunto da competência exclusiva da Assembleia Municipal.[83]

Gráfico 3.02 – Valor das componentes de Ativos Fixos Tangíveis: Bens de Domínio Público – 2020-2022



A análise do Gráfico 3.02, com referência a 2022, permite concluir:

- A rubrica de **infraestruturas** com o valor de 8 826 milhões de euros é a componente mais representativa dos **Bens de Domínio Público**, totalizando 64,3% do valor total de bens do domínio público e 23,8% do total dos Ativos Fixos Tangíveis;
- O montante considerado em **terrenos e recursos naturais**, no total de 2 572 milhões de euros, constitui a segunda componente mais representativa do conjunto de ativos fixos que compõem os **Bens de Domínio P**úblico. Representou 18,7% do valor dos Bens do Domínio Público e 6,9% do total dos Ativos Fixos Tangíveis. Este ativo decresceu -23,0% (-768 milhões de euros) em 2022.

No Gráfico 3.03[84] é apresentada a evolução das diferentes componentes de **Outros Ativos Fixos Tangíveis** que, em 2022, representou, como já se referiu, 61,9% do total dos Ativos Fixos Tangíveis, atingindo o valor global de 22 942,1 milhões de euros, tendo crescido +4,3%. Outras observações a realçar são:

- A rubrica mais representativa de Outros Ativos Fixos Tangíveis é a que se refere a **edifícios e outras construções** municipais de

[83] A deliberação de desafetação do domínio público compete à Assembleia Municipal, depois de demonstrado o não interesse público envolvido.

[84] Apesar da implementação de SNC-AP ter obrigado a registos contabilísticos com critérios diferentes dos aplicados antes de 2020, atrevemo-nos a apresentar este gráfico evolutivo dos Outros Ativos Fixos Tangíveis e tecer algumas observações sobre o mesmo.

uso privativo.[85] Em 2022, com o peso de 57,6% no total de Outros Ativos Fixos Tangíveis, apresentou o montante de 13 212,5 milhões de euros e um aumento de +4,3%, situação visível na linha ligeiramente ascendente do Gráfico 3.03.

- O valor dos **terrenos e recursos naturais**, com o peso de 28,4% no total de **Outros Ativos Fixos Tangíveis**, tem apresentado crescimento desde 2012, atingindo o maior montante em 2022 ao registarem-se 6 515,8 milhões de euros (+6,3% que no ano transato).
- Quanto ao valor dos **ativos fixos tangíveis em curso** é representado por uma curva descendente desde 2012, acentuada em 2016 com um decréscimo de valor até 2020. Em 2021 apresentou-se com um sentido ascendente traduzido pelo crescimento de valor em +24,0% (+473 milhões de euros), mas **em 2022 volta a decrescer** embora ligeiramente, (-1%), representando com o valor de 2 419,6 milhões de euros, 10,5% do total de Outros Ativos Fixos Tangíveis.
- As restantes componentes de **Outros Ativos Fixos Tangíveis** (equipamento básico, de transporte, biológico, administrativo e outros) apresentaram um valor residual muito baixo, pelo que não influenciaram a tendência evolutiva do Ativo Não Corrente – Outros Ativos Fixos Tangíveis.

O Quadro 3.05 apresenta a composição do imobilizado corpóreo entre 2012 e 2019.

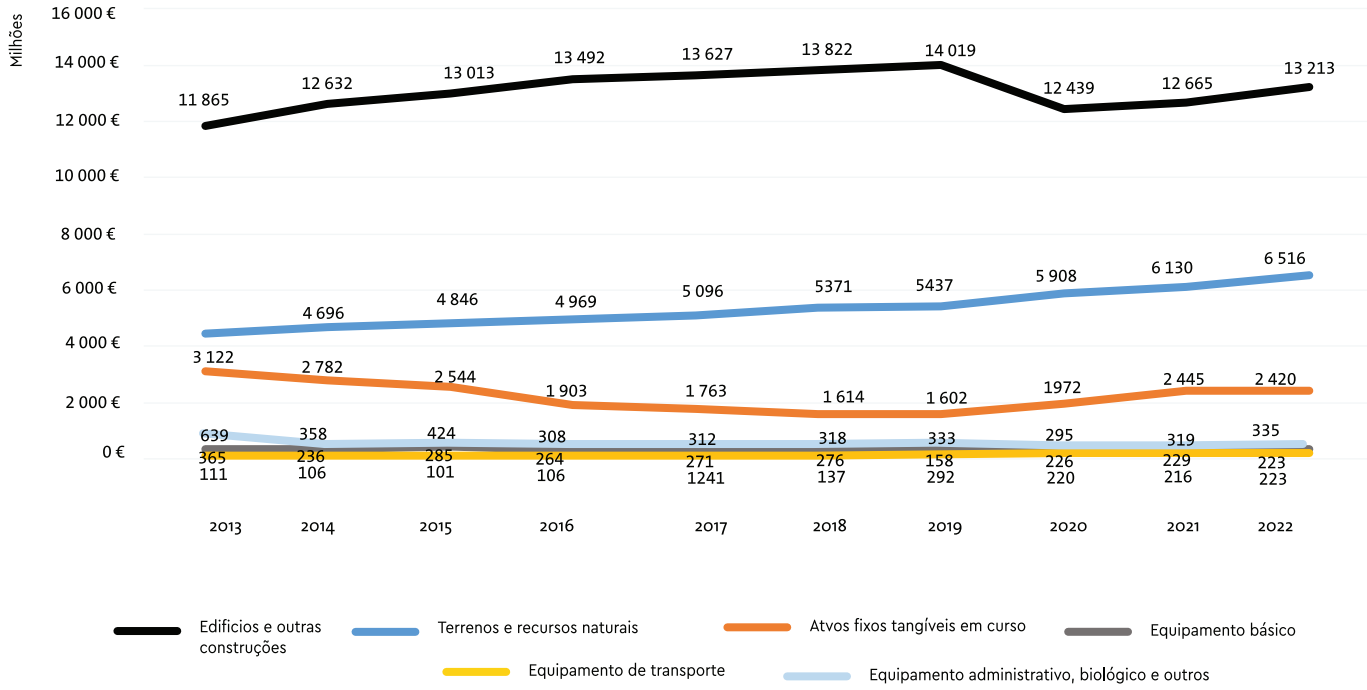
Quadro 3.05 – Composição do Imobilizado corpóreo – POCAL 2012–2019

Imobilizado corpóreo	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Edifícios	11 347	11 865	12 632	13 013	13 492	13 627	13 822	14 019
Terrenos	4 306	4 474	4 696	4 846	4 969	5 096	5 371	5 437
Imobilizado em curso	3 290	3 122	2 782	2 544	1 903	1 763	1 614	1 602
Equipamento básico	377	365	358	424	308	312	318	333
Outros	528	552	156	200	182	189	196	198
Equipamento de transporte	125	111	106	101	106	124	137	158
Equipamento administrativo	83	76	70	75	73	73	70	83
Ferramentas e utensílios	11	10	9	10	9	10	10	12
	20 069	**20 575**	**20 810**	**21 213**	**21 041**	**21 194**	**21 539**	**21 840**

No Gráfico 3.03 apresenta-se a evolução dos ativos fixos tangíveis entre 2012 e 2022.

[85] Os edifícios municipais que são considerados bens do domínio público estarão contabilizados na respetiva componente dos Ativos Fixos Tangíveis: Bens de Domínio Público.

Gráfico 3.03 – Evolução do valor das componentes de Ativos Fixos Tangíveis: outros



Concluindo a análise do Ativo não Corrente, apresentam-se dois *rankings* de municípios respetivamente com maior volume de Ativos Fixos Tangíveis totais (R49) e maior volume de Participações Financeiras[86] (R50).

[86] Os investimentos financeiros evoluíram de forma algo variável entre 2011 e 2019, mas com uma tendência crescente. Em 2019. ao contabilizar-se o valor total de 1 985,1 milhões de euros, no universo dos 308 municípios, verificou-se um aumento líquido de +65,8 milhões de euros (+3,4%) em relação ao ano anterior. Em 2020, ao comparar as participações financeiras com o investimento financeiro de 2019, verifica-se que as mesmas cresceram 335 milhões de euros, isto é, +16,9%. Considerando que, até 2019, os investimentos financeiros incluíam investimentos em imóveis, em SNC-AP reclassificados como propriedades de investimento, o aumento do valor das participações financeiras de 2019 para 2020 pode ser ainda mais considerável, ainda que tal variação possa resultar, em parte, da aplicação de novos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos no SNC-AP, e não necessariamente de novas aquisições. Entre 2020 e 2022, o Quadro 3.03 mostra a continuação de uma tendência crescente, com aumento de +30,1 milhões de euros (+1,2%) em 2022, face ao ano anterior.

R49 – Municípios com maior valor de Ativos Fixos Tangíveis – 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	2020	2021	2022	Variação (%) 21-22	Peso no total – 2022
1	Lisboa	G	2 519 089 809	2 632 756 020	2 973 742 130	13,0%	8,0%
2	Porto	G	1 374 359 492	1 420 399 776	1 463 232 598	3,0%	3,9%
3	Funchal	G	1 031 263 035	1 030 795 640	1 030 342 340	0,0%	2,8%
4	Vila Nova de Gaia	G	782 239 859	790 820 014	798 256 587	0,9%	2,2%
5	Sintra	G	714 516 183	726 257 386	726 498 828	0,0%	2,0%
6	Cascais	G	508 947 436	636 071 963	711 421 104	11,8%	1,9%
7	Matosinhos	G	618 750 575	641 815 361	655 088 055	2,1%	1,8%
8	Braga	G	479 772 397	477 181 860	640 827 049	34,3%	1,7%
9	Coimbra	G	571 907 759	599 446 075	620 345 093	3,5%	1,7%
10	Oeiras	G	492 418 777	469 855 645	559 621 859	19,1%	1,5%
11	Seixal	G	318 889 957	393 812 811	548 569 262	39,3%	1,5%
12	Almada	G	455 402 149	463 494 919	470 105 062	1,4%	1,3%
13	Loures	G	1 324 819 646	1 321 230 213	469 195 810	-64,5%	1,3%
14	Guimarães	G	405 049 093	416 028 123	419 092 538	0,7%	1,1%
15	Leiria	G	296 204 946	297 219 400	377 171 721	26,9%	1,0%
16	Gondomar	G	326 846 719	348 689 359	368 192 467	5,6%	1,0%
17	Vila Franca de Xira	G	347 193 166	344 247 422	333 285 778	-3,2%	0,9%
18	Loulé	M	310 069 329	320 908 165	327 617 753	2,1%	0,9%
19	Maia	G	333 937 704	329 689 672	327 241 181	-0,7%	0,9%
20	Aveiro	M	275 998 627	291 844 263	319 343 378	9,4%	0,9%
21	Castelo Branco	M	308 103 664	309 078 295	316 358 111	2,4%	0,9%
22	Setúbal	G	292 083 041	303 180 223	308 470 602	1,7%	0,8%
23	Vila Nova de Famalicão	G	260 561 958	280 426 941	299 167 071	6,7%	0,8%
24	Odivelas	G	252 005 717	272 486 667	291 821 527	7,1%	0,8%
25	Portimão	M	280 105 195	285 884 600	287 976 613	0,7%	0,8%
26	Santa Maria da Feira	G	233 678 263	245 494 507	271 129 609	10,4%	0,7%
27	Vila do Conde	M	259 412 454	259 014 466	260 381 840	0,5%	0,7%
28	Paredes	M	235 684 805	238 347 206	245 522 940	3,0%	0,7%
29	Covilhã	M	144 549 256	154 736 964	245 191 972	58,5%	0,7%
30	Amadora	G	224 521 160	234 970 931	245 015 510	4,3%	0,7%
31	Valongo	M	224 080 025	226 051 992	239 030 317	5,7%	0,6%
32	Lagos	M	223 363 761	231 856 236	233 752 383	0,8%	0,6%
33	Viana do Castelo	M	212 678 247	225 249 918	224 183 996	-0,5%	0,6%
34	Torres Vedras	M	150 632 647	216 838 873	223 194 559	2,9%	0,6%
35	Pombal	M	221 672 667	219 370 994	222 644 856	1,5%	0,6%
Total dos 308 municípios			**34 927 216 183**	**36 003 464 403**	**37 083 640 342**	**3,0%**	**100%**

Lisboa é o município que apresenta maior volume de Ativos Fixos Tangíveis, com o volume de 2 973,7 milhões de euros, sendo seguido pelo Porto com 1 463,2 milhões de euros e Funchal com 1 030,3 milhões de euros. Os restantes municípios apresentaram valores inferiores a 1 milhão de euros. Não há municípios de pequena dimensão neste ranking.

As **Participações Financeiras,** apesar de apenas representarem 5,6% no Ativo Total, revestem uma actividade de natureza financeira dos municípios que se traduz na aquisição de capital de outras entidades, nomeadamente, em empresas municipais, pelo que interessa assinalar as participações financeiras mais relevantes apresentando-se o *Ranking* R50 com os 35 municípios com maior volume das mesmas em 2022.

Lisboa lidera o *ranking* das **Participações financeiras** com 271,2 milhões de euros, representando 10,4% do total das participações financeiras de todos os municípios. É seguido do Porto, Vila Nova de Gaia e Oeiras, com respetivamente 177,7 milhões de euros, 130,7 milhões de euros e 123,8 milhões de euros. Existem dois municípios de pequena dimensão neste *ranking*: Praia da Vitória e Alcanena, com 17,9 milhões de euros e 19,7 milhões de euros respetivamente, de participações financeiras no seu ativo não corrente.

R50 – Municípios com maior valor de Participações Financeiras em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	2020	2021	2022	Variação (%) 21-22	Peso no total – 2022
1	Lisboa	G	224 036 823	273 245 416	271 153 358	-0,8%	10,4%
2	Porto	G	109 439 192	177 278 522	177 729 708	0,3%	6,8%
3	Vila Nova de Gaia	G	109 243 477	128 105 035	130 680 890	2,0%	5,0%
4	Oeiras	G	93 235 001	122 787 346	123 789 628	0,8%	4,7%
5	Amadora	G	86 487 532	113 831 356	114 631 848	0,7%	4,4%
6	Sintra	G	107 180 200	107 983 747	112 332 534	4,0%	4,3%
7	Covilhã	M	78 938 544	78 875 196	79 051 618	0,2%	3,0%
8	Vila Franca de Xira	G	65 789 245	66 674 361	67 732 823	1,6%	2,6%
9	Braga	G	64 937 421	64 828 031	66 908 823	3,2%	2,6%
10	Almada	G	72 329 892	68 648 916	66 164 729	-3,6%	2,5%
11	Mafra	M	56 463 609	57 670 288	56 728 880	-1,6%	2,2%
12	Castelo Branco	M	59 072 686	57 865 879	56 701 198	-2,0%	2,2%
13	Santarém	M	56 508 810	56 220 141	55 314 019	-1,6%	2,1%
14	Loures	G	39 262 979	36 857 286	53 556 196	45,3%	2,0%
15	Coimbra	G	53 012 157	53 413 106	53 413 106	0,0%	2,0%
16	Vila Real	M	48 903 783	48 986 186	52 152 041	6,5%	2,0%
17	Cascais	G	39 679 181	34 699 933	39 476 876	13,8%	1,5%
18	Odivelas	G	23 139 020	21 278 055	33 930 822	59,5%	1,3%
19	Portimão	M	33 768 800	33 768 800	33 768 800	0,0%	1,3%
20	Cantanhede	M	32 436 585	32 436 287	31 565 028	-2,7%	1,2%
21	Viana do Castelo	M	27 835 846	29 150 600	29 631 073	1,6%	1,1%
22	Loulé	M	12 158 093	28 464 869	28 699 248	0,8%	1,1%
23	Esposende	M	27 847 010	28 076 875	28 013 477	-0,2%	1,1%
24	Valongo	M	21 067 803	28 530 920	26 625 807	-6,7%	1,0%
25	Montijo	M	24 842 294	24 076 597	23 837 173	-1,0%	0,9%
26	Abrantes	M	19 852 242	18 531 377	22 457 206	21,2%	0,9%
27	Maia	G	21 250 361	22 796 378	22 355 612	-1,9%	0,9%
28	Matosinhos	G	4 617 959	20 460 858	21 855 420	6,8%	0,8%
29	Olhão	M	21 815 735	22 930 196	20 350 664	-11,2%	0,8%
30	Alcanena	P	16 589 562	16 615 858	19 731 049	18,7%	0,8%
31	Évora	M	18 213 248	18 365 698	18 290 939	-0,4%	0,7%
32	Praia da Vitória	P	17 864 938	17 701 779	17 878 084	1,0%	0,7%
33	Torres Novas	M	17 199 738	17 280 471	17 798 502	3,0%	0,7%
34	Setúbal	G	5 564 899	5 564 899	17 485 059	214,2%	0,7%
35	Angra do Heroísmo	M	17 143 259	16 830 711	16 717 622	-0,7%	0,6%
Total dos 308 municípios			**2 319 845 423**	**2 584 364 663**	**2 614 525 063**	**1,2%**	**100%**

No Quadro 3.06 apresenta-se a composição das dívidas a receber (curto prazo e médio/longo prazo) desagregadas pelos seus diferentes elementos, entre 2012 e 2019, apresentando-se separadamente o quadro homólogo relativo o triénio de 2020/2022 (Quadro 3.07).

Quadro 3.06 – Composição das Dívidas a Receber – POCAL 2012–2019

Unidade: milhões de euros

Dívidas a receber	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21		Variação (%)	
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	18–19	12–19
Dívidas a receber m/l prazo	129,0	123,1	99,2	97,5	66,7	86,8	76,1	85,2	11,9%	–34,0%
Empréstimos concedidos (curto p.)	5,5	6,2	4,5	9,4	7,4	3,0	2,0	11,8	490,3%	114,6%
Clientes, contribuintes e utentes (c.p.)	234,1	235,6	225,1	239,8	255,2	215,3	183,8	191,8	4,3%	–18,1%
Estado e outros entes públicos (c.p.)	26,3	28,7	29,2	30,4	31,0	25,7	30,0	27,6	–7,9%	5,1%
Administração Autárquica (c.p.)	35,7	59,7	9,3	12,1	10,6	7,4	7,5	10,5	39,0%	–70,6%
Adiantamentos (c.p.)	10,9	8,7	8,5	9,8	9,4	9,0	9,9	13,5	36,5%	23,8%
Outros devedores (c.p.)	796,0	665,2	482,5	440,0	376,3	315,0	307,5	319,0	3,7%	–59,9%
Outros (c.p.)	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	–100%	–100%
Total de dívidas a receber em 31/12	**1.237,8**	**1.127,2**	**858,2**	**839,0**	**756,5**	**662,1**	**616,9**	**659,4**	**6,9%**	**–46,7%**

Quadro 3.07 – Composição das Dívidas a Receber – SNC-AP 2020–2022

Unidade: milhões de euros

Dívidas a receber	2020		2021		2022		Variação (%) 21–22
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	
Devedores p/ empréstimos bonificados e subsídios reemb.	3,4	0,1%	4,5	0,2%	11,2	0,4%	150,0%
Clientes contribuintes e utentes	0,5	0,0%	1,6	0,1%	0,3	0,0%	–84,4%
Outras contas a receber	98,2	3,9%	132,9	5,0%	165,4	5,9%	24,4%
Dividas a receber não correntes	102,1	4,0%	139,0	5,2%	176,9	6,3%	27,2%
Devedores p/ transferências e subsídios ñ reembolsáveis	203,1	8,0%	211,4	7,9%	216,4	7,7%	2,4%
Devedores p/ empréstimos bonificados e subsídios reemb.	0,9	0,0%	0,7	0,0%	0,0	0,0%	–95,8%
Clientes contribuintes e utentes	203,7	8,0%	191,1	7,1%	207,8	7,4%	8,7%
Estado e outros entes públicos	26,2	1,0%	28,3	1,1%	28,3	1,0%	0,0%
Acionistas/ sócios/ associados	0,2	0,0%	0,1	0,0%	0,1	0,0%	1,2%
Outras contas a receber	2 010,3	78,9%	2 106,3	78,7%	2 163,3	77,5%	2,7%
Dívidas a receber correntes	2 444,4	96,0%	2 537,9	94,8%	2 615,9	93,7%	3,1%
Total de Dívidas a receber	**2 546,5**	**100%**	**2 676,9**	**100%**	**2 792,8**	**100%**	**4,3%**

Da observação dos Quadros 3.06 e 3.07 anota-se que:

- Entre 2012 e 2018 foi essencialmente no sentido descendente a evolução do valor global das dívidas a receber, verificando-se o maior decréscimo em 2014 com a descida de -23,9%. Em 2019 apresentou uma ligeira subida de +6,9%. Todavia entre 2012 e 2019 o seu valor registado baixou -46,7%

- Entre 2020 e 2022 o valor das dívidas a receber cresceu +9,7%, apresentando em 2022 o valor total de 2 729,8 milhões de euros, superior em +246,3 milhões de euros ao valor escriturado em 2020. Este valor subdivide-se em dívidas a receber não correntes no total de 176,9 milhões de euros e dívidas a receber correntes no total de 2 615,9 milhões de euros, este último montante representando 93,7% do total das dívidas a receber. A componente mais representativa das dívidas a receber, em 2022, foi outras contas a receber (correntes) no valor de 2.163,3 milhões de euros; [87]
- Em 2022, verificou-se que 307 municípios apresentaram valores correntes inscritos em clientes contribuintes e utentes no total de 207,8 milhões de euros (+8,7%), 213 municípios apresentaram valores inscritos em devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis no total de 216,4 milhões de euros (+2,4%), e 304 municípios apresentaram valores inscritos em outras contas a receber no total de 2 163,3 milhões de euros (+2,7%);
- Pesando apenas 1,1% nas dívidas a receber, a dívida do Estado e outros entes públicos[88] totalizou, em 2022, cerca de 28,3 milhões de euros, valor igual ao verificado em 2021 e por isso com crescimento de 0%.

Apresenta-se a seguir o Ranking R51 com a listagem dos 35 municípios com maior valor de dívidas a receber. Neste ranking, destaca-se o município de Lisboa que apresenta um volume de dívidas a receber no montante de 271,8 milhões de euros, representando 9,7% do total das dívidas a receber registadas pelos 308 municípios em 2022. Há apenas um município de pequena dimensão – Vila Real de Santo António, com dívidas a receber de cerca de 48,9 milhões de euros (+45,8% que em 2021).

[87] Note-se que, em SNC-AP, os acréscimos de proveitos foram reclassificados em devedores por acréscimos de rendimentos, incluídos neste montante de outras contas a receber correntes.

[88] Trata-se de uma dívida constituída essencialmente por dívida do Estado aos municípios e refletirá, fundamentalmente, o montante de cobrança de impostos que o Ministério das Finanças efetuou por conta dos municípios e cuja entrega aos mesmos só se concretizará no ano económico seguinte. Incluirá, também, pagamentos já vencidos de protocolos celebrados entre o Estado e os municípios. Poderá estar ainda refletido nesta rubrica, eventual IVA a recuperar pelos municípios com serviços municipais integrados.

R51 – Municípios com maior valor de dívidas a receber em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	2020	2021	2022	Variação (%) 21-22	Peso no total – 2022
1	Lisboa	G	299 494 554	270 974 543	271 842 734	0,3%	9,7%
2	Porto	G	121 823 368	126 073 750	138 845 407	10,1%	5,0%
3	Cascais	G	19 636 004	76 671 907	78 418 932	2,3%	2,8%
4	Vila Nova de Gaia	G	72 376 707	76 308 212	72 741 662	-4,7%	2,6%
5	Sintra	G	59 769 281	70 067 223	69 428 095	-0,9%	2,5%
6	Braga	G	52 453 514	57 321 924	61 163 074	6,7%	2,2%
7	Maia	G	47 889 291	49 670 446	53 314 420	7,3%	1,9%
8	Matosinhos	G	47 099 006	48 226 128	49 683 712	3,0%	1,8%
9	Loures	G	41 653 994	42 855 117	49 386 892	15,2%	1,8%
10	Vila Real de Santo António	P	19 120 317	33 512 535	48 854 284	45,8%	1,7%
11	Coimbra	G	31 625 652	38 881 262	43 712 124	12,4%	1,6%
12	Almada	G	43 315 523	42 097 159	42 545 940	1,1%	1,5%
13	Guimarães	G	37 778 572	38 200 395	42 425 385	11,1%	1,5%
14	Setúbal	G	64 717 040	54 752 418	41 121 794	-24,9%	1,5%
15	Gondomar	G	38 154 353	41 118 276	40 789 359	-0,8%	1,5%
16	Loulé	M	39 231 578	44 664 472	38 305 791	-14,2%	1,4%
17	Odivelas	G	29 781 668	32 155 737	34 954 435	8,7%	1,3%
18	Mafra	M	31 183 547	32 535 837	34 789 263	6,9%	1,2%
19	Leiria	G	31 593 990	39 003 020	34 296 639	-12,1%	1,2%
20	Portimão	M	36 607 227	34 385 011	33 540 341	-2,5%	1,2%
21	Seixal	G	35 665 987	37 067 746	32 623 422	-12,0%	1,2%
22	Albufeira	M	30 693 234	31 391 277	32 480 724	3,5%	1,2%
23	Vila Nova de Famalicão	G	26 402 352	26 025 080	30 963 353	19,0%	1,1%
24	Sesimbra	M	30 911 609	30 188 190	30 431 063	0,8%	1,1%
25	Oeiras	G	25 380 646	14 793 408	30 197 954	104,1%	1,1%
26	Viseu	G	25 217 563	28 711 218	29 390 746	2,4%	1,1%
27	Funchal	G	40 403 265	28 520 970	27 249 807	-4,5%	1,0%
28	Viana do Castelo	M	1 256 979	6 182 921	26 345 082	326,1%	0,9%
29	Vila Franca de Xira	G	23 896 118	24 292 382	26 168 115	7,7%	0,9%
30	Santa Maria da Feira	G	27 373 505	26 947 973	24 498 244	-9,1%	0,9%
31	Amadora	G	26 402 568	25 106 830	24 364 274	-3,0%	0,9%
32	Santo Tirso	M	22 540 511	22 699 843	23 664 640	4,3%	0,8%
33	Torres Vedras	M	28 464 364	24 426 559	23 403 901	-4,2%	0,8%
34	Guarda	M	14 500 291	14 986 301	23 256 030	55,2%	0,8%
35	Figueira da Foz	M	22 991 790	22 124 337	22 854 965	3,3%	0,8%
Total dos 308 municípios			**2 546 500 086**	**2 676 922 379**	**2 792 762 800**	**4,3%**	**100%**

As **disponibilidades,**[89] no SNC-AP designadas de **Meios Financeiros Líquidos**, representam o total dos valores de saldos em caixa, depósitos em instituições financeiras e aplicações em títulos negociáveis (instrumentos financeiros detidos como aplicação financeira de curto prazo, considerados ativos financeiros). No Quadro 3.08 apresenta-se a composição das disponibilidades agrupadas por anos de mandato, e a variação em 2022 relativamente ao ano anterior.

Quadro 3.08 – Disponibilidades (caixa e depósitos) e disponibilidades reais

Unidade: milhões de euros

Disponibilidades	POCAL								SNC-AP			Variação (%)	
	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25		
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	21–22	12–22
Depósitos em instituições financeiras e caixa	761,2	874,7	1 021,3	1 329,9	1 624,4	1 916,7	2 129,1	2 534,1	2 601,2	2 593,5	2 872,4	10,8%	277,3%
Ativos financeiros detidos para negociação & outros ativos financeiros correntes (SNC-AP)	–	–	–	–	–	–	–	–	2,6	4,6	41,9	817,7%	–
Títulos negociáveis (POCAL)	15,7	9,3	4,4	6,7	9,9	16,6	29,6	30,8	–	–	–	–	–
(1) Total de disponibilidades	**777,0**	**884,0**	**1 025,7**	**1 336,6**	**1 634,3**	**1 933,3**	**2 158,7**	**2 564,9**	**2 603,7**	**2 598,1**	**2 914,3**	**12,2%**	**275,1%**
(2) Operações de Tesouraria	180,8	187,0	189,5	189,4	191,8	205,7	219,1	239,3	242,6	283,6	314,6	10,9%	74,0%
(3=1–2) Total de disponibilidades reais	**596,1**	**697,0**	**836,2**	**1 147,2**	**1 442,5**	**1 727,6**	**1 939,6**	**2 325,6**	**2 361,1**	**2 314,5**	**2 599,7**	**12,3%**	**336,1%**

- Verifica-se que as **disponibilidades reais** aumentaram +12,3% (+285 milhões de euros) em relação a 2021, totalizando no final do ano económico de 2022, cerca de 2 599,7milhões de euros. Entre 2012 e 2022 cresceram +336.1% (+2 003,6 milhões de euros).
- O valor dos **instrumentos financeiros detidos para negociação e aplicações de curto prazo** (equiparados aos títulos negociáveis em POCAL) cresceu +37,3 milhões de euros de 2021 para 2022 (+817,7%), depois de uma quebra acentuada em 2020 (-28,2 milhões de euros).
- O montante das operações de tesouraria cresceu +10,9% e atingiu 314,6 milhões de euros em 2022, tendo crescido entre 2012 e 2022 +74% (+134 milhões de euros).

O *Ranking* R52 ordena os municípios com maiores disponibilidades (meios financeiros líquidos) reais em 2022.

[89] Estando incluídos no valor de depósitos em instituições financeiras e caixa, montantes relativos a meras operações de tesouraria, procedeu-se, com vista a uma informação mais objetiva sobre as reais disponibilidades financeiras dos municípios, à dedução do montante global contabilizado em cauções de fornecedores, clientes e do saldo de operações de tesouraria.

R52 – Municípios com maior volume de disponibilidades reais em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Sintra	G	14 271 843	23 742 939	48 402 219	56 277 709	75 061 934	108 018 944	140 298 104	171 818 344	185 504 749	202 340 789	242 338 424
2	Amadora	G	66 114 910	60 847 743	64 103 771	71 391 442	75 109 656	79 977 714	90 631 986	99 050 491	99 335 169	91 298 385	99 764 950
3	Lisboa	G	25 916 662	27 949 251	11 091 076	123 986 780	97 022 807	208 275 435	146 718 167	370 933 484	263 072 555	126 760 785	92 319 921
4	Loulé	M	2 379 396	12 927 794	17 673 961	37 985 128	63 409 771	74 226 136	74 071 448	63 890 801	48 020 494	55 209 718	75 830 250
5	Cascais	G	375 015	22	10	581	2 781 569	39 789 032	67 710 744	74 951 427	62 718 691	60 538 312	69 474 801
6	Porto	G	16 386 143	23 647 892	45 372 451	49 201 361	66 033 962	88 445 703	85 736 610	97 774 034	96 513 208	90 344 766	69 277 623
7	Sta Maria da Feira	G	884 806	3 295 543	10 078 465	17 288 911	21 898 737	27 624 687	31 715 363	38 806 438	49 226 490	50 247 906	59 764 921
8	Almada	G	29 374 839	31 594 608	35 152 960	35 533 300	27 626 865	22 211 059	34 785 503	43 823 435	43 899 666	53 035 931	58 236 087
9	Maia	G	6 788 773	6 676 825	3 234 891	11 310 502	16 405 049	15 495 844	20 601 236	23 370 641	37 155 218	42 559 541	49 051 695
10	Albufeira	M	4 117 360	10 288 733	12 772 942	40 806 480	57 080 804	73 750 697	74 984 559	71 500 942	56 515 084	36 225 278	48 507 853
11	Lagos	M	1 434 802	2 888 220	3 816 125	6 674 758	12 442 013	16 757 059	27 220 839	35 597 205	35 262 589	32 477 957	47 141 935
12	Castelo Branco	M	37 842 861	28 186 890	28 741 499	29 844 771	30 222 251	28 683 641	30 419 903	34 982 091	39 537 809	44 720 762	46 153 143
13	Odivelas	G	2 070 322	3 413 672	4 173 442	6 807 721	6 658 028	9 376 412	17 698 872	25 749 968	32 699 364	35 536 999	42 596 406
14	Leiria	G	4 080 407	9 557 922	16 110 735	26 693 007	38 643 151	39 081 558	48 995 386	42 246 039	44 086 749	40 705 789	39 971 165
15	Aveiro	M	1 162 095	4 535 960	8 307 283	13 260 246	19 097 430	37 791 101	48 334 795	56 026 233	51 999 799	40 827 348	37 426 028
16	Grândola	P	1 086 716	883 292	1 736 329	2 072 608	3 151 212	11 418 773	12 845 912	12 452 787	13 285 315	18 116 130	37 156 987
17	Oliveira Azeméis	M	792 473	1 873 625	1 508 268	1 420 369	2 433 706	3 350 251	8 588 454	13 166 449	19 198 874	28 353 796	35 207 501
18	Barcelos	G	1 035 973	1 077 025	2 012 471	4 806 780	10 434 483	12 903 791	19 143 137	15 243 947	23 430 246	30 153 254	34 288 513
19	Portimão	M	240 805	25 353	1 151 918	805 285	7 104 333	10 536 081	23 006 616	24 493 721	28 297 066	26 004 734	33 033 243
20	Vila Nova Gaia	G	–853 827	1 466 006	1 040 735	1 902 501	14 045 581	17 371 646	20 115 390	28 255 907	19 153 262	23 219 346	30 781 189
21	Mafra	M	4 603 743	1 644 458	1 914 306	7 643 589	9 480 375	10 817 912	14 846 953	10 457 306	13 288 489	13 469 136	29 992 059
22	Funchal	G	1 551 780	3 080 219	1 829 900	1 613 874	2 995 222	5 608 487	9 899 414	14 991 162	10 203 267	7 176 382	27 556 864
23	Matosinhos	G	4 904 455	8 585 798	7 499 593	14 341 095	19 637 487	31 491 073	33 102 499	37 358 661	29 141 693	29 224 457	26 620 016
24	Oeiras	G	9 419 902	13 895 541	21 734 828	35 078 207	47 557 011	84 020 294	109 867 707	106 822 914	87 126 437	41 556 652	26 605 410
25	V. Nova Famalicão	G	5 317 459	107 413	3 411 366	5 676 170	15 339 410	14 290 736	14 680 322	16 640 438	22 101 206	22 001 919	26 570 051
26	Vila Franca Xira	G	22 976 631	17 244 820	17 666 549	16 811 200	18 124 573	17 993 786	22 750 622	24 910 359	15 559 737	12 202 851	25 809 389
27	Guimarães	G	845 686	16 610 076	20 901 626	28 979 058	33 084 099	23 840 194	15 117 394	16 334 867	20 710 572	27 053 002	24 489 209
28	Bragança	M	161 168	743 933	4 978 529	7 786 888	8 760 041	6 959 541	7 464 675	9 174 680	11 904 937	17 619 370	23 407 296
29	Faro	M	3 647 071	4 047 542	2 248 038	5 455 822	8 044 600	4 392 897	9 023 404	9 593 687	11 466 626	9 849 023	22 801 866
30	Silves	M	1 705 735	3 316 846	2 727 015	4 062 157	7 525 564	11 069 136	10 399 725	10 178 927	19 749 491	18 328 936	22 074 742
31	Seixal	G	193 492	1 039 784	3 413 621	8 911 301	16 709 250	18 773 914	19 337 057	20 058 492	18 012 068	22 132 050	21 768 706
32	Tavira	M	3 092 274	5 547 906	7 423 631	10 491 882	13 567 510	15 130 722	18 580 988	21 255 559	20 613 356	18 778 061	20 993 546
33	Viseu	G	15 054 942	20 711 655	23 625 217	28 743 247	31 556 974	28 863 571	21 266 421	20 603 685	22 873 403	18 154 519	20 809 047
34	Palmela	M	1 208 096	4 412 140	5 885 477	6 560 733	5 797 228	6 148 756	9 629 910	10 445 732	10 564 544	16 667 609	19 881 790
35	Alcobaça	M	383 501	268 157	3 355 342	2 765 443	8 034 641	9 630 272	12 750 966	16 828 742	20 725 013	19 886 207	19 570 859
Total dos 308 municípios			**596 135 499**	**697 049 225**	**836 237 126**	**1 147 205 368**	**1 442 518 018**	**1 727 588 596**	**1 939 564 190**	**2 325 639 460**	**2 361 100 202**	**2 314 548 838**	**2 599 720 073**

- Neste *ranking* dos municípios com maior volume de disponibilidades reais em 2022, é o município de Sintra que apresenta maior valor no montante de 242,3 milhões de euros, seguido de Amadora com o montante de 99,8 milhões de euros. Só estes dois municípios totalizam 13,2% das disponibilidades reais de todos os municípios do país.
- Todos os restantes municípios mantiveram valores inferiores a 100 milhões de euros, sendo que o último desta listagem apresenta o montante de 19,6 milhões de euros, valor muito distante do apresentado pelos primeiros da lista.
- Só um município deste *ranking* é de pequena dimensão: Grândola com o valor em disponibilidades reais de 37,2 milhões de euros

3.4. Fundos Próprios (Património Líquido) e Rendimentos Diferidos

No Quadro 3.09 e no Quadro 3.10, apresenta-se o valor global dos Fundos Próprios (designados de Património Liquido em SNC-AP) considerando o universo dos municípios. Os Fundos Próprios,[90] sendo a diferença entre o Ativo e o Passivo, representam o valor do património líquido de cada município e, em conjunto, da totalidade do setor municipal.

[90] De acordo com o POCAL, os proveitos diferidos eram reconhecidos no Passivo (conta «2745 – Proveitos diferidos, subsídios para investimentos», por exemplo). Dado que, na realidade, na sua maioria, a não ser que sejam sujeitos a condições (ver NCP 14), não cumprem a definição de Passivo, nos anos anteriores a 2020, incluímos esse valor, separadamente, no Quadro 3.09, já antecipando o procedimento do SNC-AP para transferências e subsídios de capital obtidos, sem condições.

Quadro 3.09 – Composição dos Fundos Próprios – POCAL 2010–2019

Unidade: milhões de euros

Fundos Próprios	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21		Variação (%)	
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	18–19	12–19
Fundo patrimonial	21 494,5	21 899,6	22 157,1	22 486,9	22 689,2	22 835,2	23 156,3	23 415,6	1,1%	8,9%
Ajustamento de partes capital em empresas	142,0	173,8	174,1	163,5	223,3	238,9	243,5	233,2	–4,3%	64,2%
Reservas[91]	1 626,7	1 780,1	1 815,8	1 963,0	1 994,5	2 289,7	2 530,1	2 679,7	5,9%	64,7%
Doações	483,7	528,0	571,6	650,2	728,4	744,6	801,4	838,8	4,7%	73,4%
Subsídios + cedências + outros	139,7	139,6	194,8	275,6	296,1	311,6	170,6	176,2	3,3%	26,2%
Resultados transitados	1 019,5	1 312,9	977,8	946,2	1 368,0	1 605,4	1 869,0	2 205,6	18,0%	116,3%
Resultados do exercício	585,1	70,5	158,1	621,2	414,6	457,5	472,6	611,1	29,3%	4,5%
Total dos Fundos Próprios	**25 491,0**	**25 904,5**	**26 049,3**	**27 106,7**	**27 714,2**	**28 483,0**	**29 243,4**	**30 160,2**	**3,1%**	**18,3%**
Proveitos diferidos	6 575,3	6 795,5	6 854,8	6 900,3	6 725,8	6 610,7	6 553,1	6 582,8	0,5%	0,1%
Total dos fundos próprios e proveitos diferidos	**32 066,3**	**32 700,0**	**32 904,1**	**34 006,9**	**34 440,0**	**35 093,7**	**35 796,6**	**36 743,1**	**2,6%**	**14,6%**
Peso sobre o Ativo líquido total	79,5%	80,2%	81,5%	82,9%	84,0%	85,0%	86,2%	87,2%	**1,2%**	**9,6%**

Quadro 3.10 – Composição do Património Líquido – SNC-AP 2020–2022

Unidade: milhões de euros

Património Líquido	2020		2021		2022		Variação (%) 21–22
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	
Património / Capital	23 486,4	63,3%	23 620,4	61,5%	23 836,6	60,1%	0,9%
Reservas	1 787,2	4,8%	1 821,4	4,7%	1 837,4	4,6%	0,9%
Resultados transitados	3 037,0	8,2%	3 079,5	8,0%	2 968,7	7,5%	–3,6%
Ajustamentos em ativos financeiros	669,9	1,8%	715,6	1,9%	730,2	1,8%	2,0%
Excedentes de revalorização	106,6	0,3%	106,0	0,3%	102,8	0,3%	–3,0%
Outras variações no património líquido	8 005,7	21,6%	8 968,6	23,4%	9 569,2	24,1%	6,7%
Resultado líquido do período	34,0	0,1%	91,3	0,2%	585,0	1,5%	540,7%
Outros	0,3	0,0%	0,3	0,0%	0,3	0,0%	0,0%
Total do património líquido	**37 127,1**	**100%**	**38 403,1**	**100%**	**39 630,2**	**100%**	**3,2%**
Peso sobre o Ativo líquido total	85,9%	--	85,9%	--	85,5%	--	

[91] Inclui todas as reservas: de reavaliação, legais, estatuárias, livres e decorrentes da transferência de ativos. As reservas de reavaliação resultariam da atualização do valor de aquisição e das respetivas amortizações acumuladas dos ativos imobilizados não financeiros. O POCAL, contudo, condicionava as reavaliações à promulgação de leis próprias para o efeito. O impedimento dos municípios procederem a reavaliações de uma forma livre tem como objetivo limitar eventuais sobreavaliações do Ativo, fazendo prevalecer o princípio da prudência. No entanto, uma vez que o CIBE, para efeitos de elaboração do primeiro inventário preparado pelas regras daquele diploma, permitia reavaliar bens cujo valor atual fosse significativamente superior ao valor histórico, tais reservas podem existir nos balanços dos municípios.

Da análise dos dois quadros anteriores relevam-se as seguintes observações, em relação às diferentes componentes dos Fundos Próprios (Património Líquido):

- No final de 2022 o total do **património líquido** era igual a 39 630,2 milhões de euros, representando uma taxa de crescimento de +3,2% face ao total do património líquido apresentado em 2021. A componente **Património/Capital** apresentou o montante total de 23 836,6 milhões de euros, representou 60,1% do total do património líquido e aumentou, em relação ao valor apresentado em 2021, cerca de +0,9% (+216,0 milhões de euros);
- Relativamente a 2022, verifica-se que o **resultado líquido do período** para todo a totalidade dos municípios, foi de 585,0 milhões de euros, representando apenas 1,5% do património líquido, mas aumentando em relação ao registo de 2021 cerca de +497.3 milhões de euros (+540,7%). Mais se verifica que 152 municípios apresentaram resultados líquidos negativos em 2022;
- Pelo peso que passou a representar no património líquido, com o SNC-AP, releva-se o valor de **outras variações no património líquido (que inclui as transferências e subsídios de capital, no POCAL classificados como proveitos diferidos)**, item que registou no final de 2022 o valor de 9 569,2 milhões de euros, isto é, 24,1% do total do património líquido, tendo crescido +6,7% em relação ao ano transato;
- Relativamente às **reservas** constatou-se que em 2022 o montante contabilizado foi de 1 837,4 milhões de euros, tendo aumentado +0,9% face ao ano anterior;
- Os **resultados transitados**, em 2022, apresentaram o valor de 2 968,7 milhões de euros, representando 7,5% do total do património líquido e uma diminuição de -3,6% em relação ao valor escriturado em 2021. Anote-se que nesta rubrica incluem-se os *ajustamentos de transição para o SNC-AP*;
- Os **ajustamentos em ativos financeiros**, nomeadamente relacionados com participações financeiras contabilizadas pelo Método da Equivalência Patrimonial, em 2022 rondaram os 730,2 milhões de euros (representando 1,8% do total do património líquido de todos os municípios, neste ano). Face a 2021, houve um aumento de +15 milhões de euros (+2,0%), a que não serão alheias as exigências de reconhecimento e mensuração do novo SNC-AP.
- Comparando os anos POCAL com os anos SNC-AP, continua a tendência crescente em termos absolutos do montante dos fundos próprios/património líquido, embora o peso sobre o total do ativo tenha descido ligeiramente, fixando-se nos últimos três anos em torno dos 85%. A autonomia financeira municipal apresenta-se, portanto, bastante elevada.

3.5. Passivo

3.5.1. Composição e estrutura do Passivo

No presente Anuário continuaremos a dividir o Passivo corrente e o Passivo não corrente em três grandes componentes:

- Passivo exigível, ou seja, as dívidas a pagar;
- Passivo eventualmente exigível, constituído pelas provisões;
- Passivo eventualmente não exigível, refletido nos diferimentos e passivos por impostos diferidos.

Quando se comenta o Passivo de qualquer entidade, referem-se particularmente as dívidas para com terceiros (contas a pagar), separando-se o passivo eventualmente exigível e o passivo eventualmente não exigível. Incluir estas duas últimas componentes na análise do passivo poderá conduzir a análises financeiras distorcidas, ainda que mais prudentes, da condição financeira do setor público municipal.

Assim, neste capítulo, o total do passivo que importará analisar será o passivo exigível que constitui as dívidas a pagar, pelo que não serão objeto de análise pormenorizada o valor contabilístico inscrito em provisões, que traduzem responsabilidades com alguma contingência e, por isso, incertas de concretização, nem os diferimentos e passivos por impostos diferidos[92] que, em princípio, não representarão quaisquer encargos para com terceiros nos municípios.

[92] Anota-se que os passivos por impostos diferidos refletem obrigações futuras associadas à tributação do rendimento. A matéria dos impostos diferidos não encontra orientações em nenhuma NCP do SNC-AP, pelo que as entidades que os tenham reconhecido terão recorrido a aplicação supletiva do SNC, nos termos da alínea b) do n.º 1 do DL nº 192/2015, de 11 de setembro.

Quadro 3.11 – Componentes do Passivo do Balanço – SNC-AP 2020–2022

Unidade: milhões de euros

	Componentes do Passivo	2020		2021		2022		Variação (%) 21–22
		Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	
Passivo eventualmente exigível	Provisões	899,1	14,7%	934,0	14,8%	920,5	13,7%	–1,4%
Passivo exigível	Financiamentos obtidos	2 400,9	39,3%	2 417,7	38,2%	2 420,4	36,2%	0,1%
	Fornecedores de investimentos	22,8	0,4%	20,0	0,3%	18,3	0,3%	–8,3%
	Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	––
	Outras contas a pagar	253,4	4,1%	280,9	4,4%	287,6	4,3%	2,4%
	Fornecedores	60,7	1,0%	58,1	0,9%	51,4	0,8%	–11,6%
Passivo eventualmente não exigível	Diferimentos[93]	570,4	9,3%	605,3	9,6%	849,3	12,7%	40,3%
	Passivos por impostos diferidos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	––
	Total do Passivo não corrente	4 207,3	68,8%	4 316,0	68,2%	4 547,4	67,9%	5,4%
Passivo exigível	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	35,1	0,6%	51,4	0,8%	37,9	0,6%	–26,3%
	Fornecedores	221,8	3,6%	232,3	3,7%	275,9	4,1%	18,8%
	Adiantamentos de clientes contribuintes e utentes	15,5	0,3%	13,2	0,2%	10,8	0,2%	–17,8%
	Estado e outros entes públicos	43,0	0,7%	47,5	0,8%	50,9	0,8%	7,2%
	Acionistas/sócios/associados	0,4	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	––
	Financiamentos obtidos	353,5	5,8%	323,5	5,1%	320,2	4,8%	–1,0%
	Fornecedores de investimentos	120,5	2,0%	132,3	2,1%	115,8	1,7%	–12,5%
	Outras contas a pagar	786,7	12,9%	827,1	13,1%	880,9	13,2%	6,5%
	Passivos financeiros detidos para negociação	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	––
	Outros passivos financeiros	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	––
Passivo eventualmente não exigível	Diferimentos	327,8	5,4%	380,6	6,0%	455,1	6,8%	19,6%
	Total do Passivo corrente	1 904,5	31,2%	2 007,9	31,8%	2 147,5	32,1%	7,0%
	Passivo Total	**6 111,8**	**100%**	6 324,0	**100%**	**6 695,0**	**100%**	**5,9%**
	Total Passivo eventualmente exigível	899,1	14,7%	934,0	14,8%	920,5	13,7%	–1,4%
	Total Passivo exigível	4 314,5	70,6%	4 404,0	69,6%	4 470,1	66,8%	1,5%
	Total Passivo eventualmente não exigível	898,2	14,7%	985,9	15,6%	1 304,4	19,5%	32,3%

[93] Apesar dos diferimentos dever ser uma rubrica do ativo corrente, verifica-se que municípios apresentam registo contabilístico de diferimentos em ativo não corrente. Tal situação já era visível em 2020 e 2021, não se tendo vislumbrado, em sede de relatório, qualquer justificação para tal contabilização. Em 2022, 150 municípios apresentaram valor de diferimentos em ativos não correntes.

Pela análise do Quadro 3.11 conclui-se que:

- O total do **Passivo não corrente** foi, em 2022, de 4 547,4 milhões de euros, representou 67,9% do passivo total e cresceu +5,4% face a 2021, enquanto o **Passivo corrente** no valor de 2 147,5 milhões de euros, representou 32,1% do total do Passivo e cresceu +7,0%;
- Mais se verificou que o total do **Passivo exigível** foi de 4 470,1 milhões de euros, representou 66,8% do Passivo total e aumentou +1,5%;
- Os **financiamentos obtidos** de médio e longo prazo são a maior parcela do Passivo apresentando, em 2022, o valor de 2 420,4 milhões de euros, representando 36,2% do Passivo total, tendo crescido apenas +0,1% face a 2021;
- Os **diferimentos não correntes**[94] **e correntes**, respetivamente no valor de 849,3 milhões de euros e 455,1 milhões de euros, em conjunto representaram 19,5% do Passivo total e cresceram em conjunto +32,3%;
- As **provisões** (passivo eventualmente exigível) atingiram cerca de 920,5 milhões de euros, pesando 13,7% do passivo total, refletindo um montante considerável de responsabilidades potenciais. Embora tenham baixado -1,4% face a 2021, continuam a evidenciar prudência por parte dos municípios portugueses ao refletirem riscos de desembolsos futuros nas suas contas.

3.5.2. Passivo exigível

Os Quadros 3.12, 3.13 e 3.14 mostram os valores das diferentes componentes do Passivo Exigível no período de 2012–2022, bem como as correspondentes variações anuais.

[94] Com a ressalva assinalada supra sobre o facto de haver muitos municípios a registarem valores de diferimentos em ativos não correntes

Quadro 3.12 – Componentes do Passivo Exigível – 2012–2022

Unidade: milhões de euros

Passivo Exigível	POCAL								SNC-AP		
	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Financiamentos obtidos	3 991,4	4 018,2	3 823,1	3 426,6	3 051,4	2 916,2	2 753,3	2 622,2	2 400,9	2 417,7	2 420,4
Fornecedores e outros credores	379,3	467,8	578,8	703,0	647,8	512,3	335,7	269,0	336,9	359,0	357,3
Total de dívidas a pagar não correntes	4 370,7	4 485,9	4 401,9	4 129,5	3 699,2	3 428,5	3 089,0	2 891,2	2 737,8	2 776,7	2 777,7
Financiamentos obtidos	178,2	241,3	256,3	290,8	361,1	323,8	271,5	243,0	353,5	323,5	320,2
Fornecedores e outros credores + acréscimos de custos/gastos[95]	2 874,9	2 419,2	2 008,4	1 793,0	1 532,5	1 411,3	1 402,5	1 318,2	1 223,2	1 303,8	1 372,2
Total de dívidas a pagar correntes	3 053,2	2 660,6	2 264,7	2 083,8	1 893,7	1 735,1	1 674,0	1 561,2	1 576,7	1 627,3	1 692,4
Total dívidas a pagar (Passivo exigível)	**7 423,8**	**7 146,5**	**6 666,7**	**6 213,3**	**5 592,9**	**5 163,6**	**4 763,0**	**4 452,5**	**4 314,5**	**4 404,0**	**4 470,1**

Quadro 3.13 – Variação em valor absoluto das componentes do Passivo Exigível

Unidade: milhões de euros

Passivo	Variação em milhões de euros									
	12–13	13–14	14–15	15–16	16–17	17–18	18–19	19–20	20–21	21–22
Financiamentos obtidos	26,8	–195,1	–396,5	–375,1	–135,3	–162,9	–131,1	–221,3	16,8	2,7
Fornecedores e outros credores	88,5	111,1	124,1	–55,2	–135,4	–176,6	–66,7	67,9	22,1	–1,7
Total de dívidas a pagar não correntes	115,2	–84,0	–272,4	–430,3	–270,7	–339,5	–197,8	–153,4	38,9	1,0
Financiamentos obtidos	63,1	15,0	34,4	70,4	–37,3	–52,3	–28,5	110,5	–30,0	–3,3
Fornecedores e outros credores + acréscimos de custos	–455,7	–410,8	–215,4	–260,5	–121,2	–8,8	–84,3	–95,0	80,6	68,4
Total de dívidas a pagar correntes	–392,6	–395,8	–181,0	–190,1	–158,5	–61,1	–112,8	15,5	50,6	65,1
Total Passivo exigível	**–277,4**	**–479,8**	**–453,4**	**–620,5**	**–429,2**	**–400,6**	**–310,6**	**–138,0**	**89,5**	**66,1**

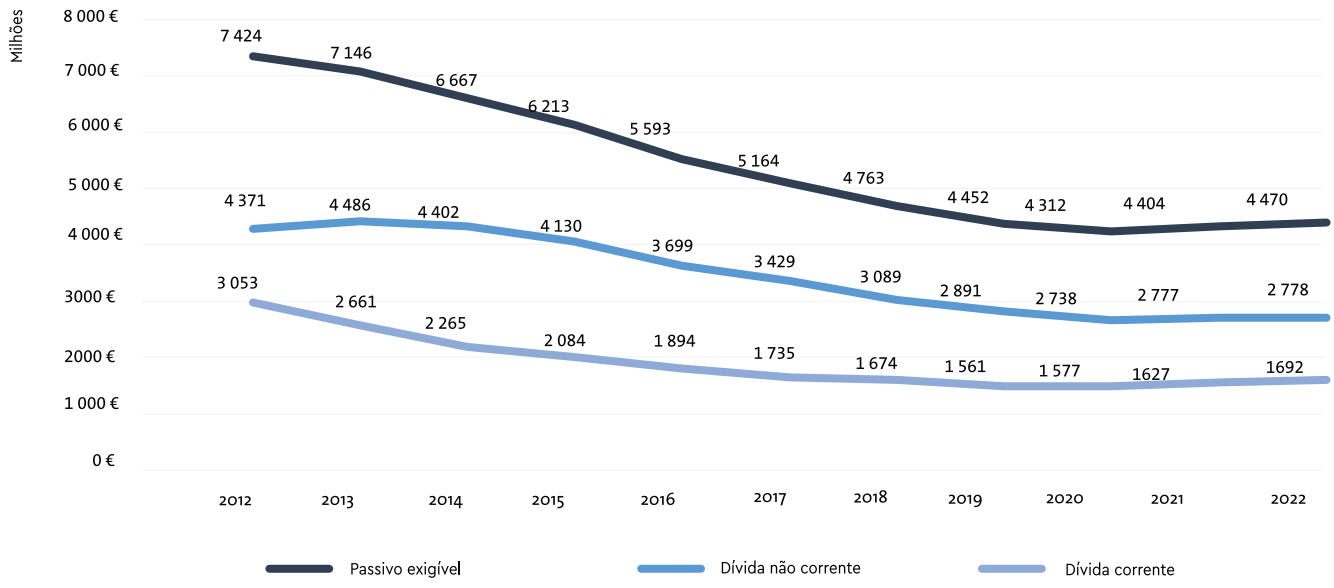
Quadro 3.14 – Taxas de variação das componentes do Passivo Exigível

Passivo Exigível	Variação em %									
	12–13	13–14	14–15	15–16	16–17	17–18	18–19	19–20	20–21	21–22
Financiamentos obtidos	0,7%	–4,9%	–10,4%	–10,9%	–4,4%	–5,6%	–4,8%	–8,4%	0,7%	0,1%
Fornecedores e outros credores	23,3%	23,7%	21,4%	–7,9%	–20,9%	–34,5%	–19,9%	25,2%	6,6%	–0,5%
Total de dívidas a pagar não correntes	2,6%	–1,9%	–6,2%	–10,4%	–7,3%	–9,9%	–6,4%	–5,3%	1,4%	0,0%
Financiamentos obtidos	35,4%	6,2%	13,4%	24,2%	–10,3%	–16,2%	–10,5%	45,5%	–8,5%	–1,0%
Fornecedores e outros credores + acréscimos de custos	–15,9%	–17,0%	–10,7%	–14,5%	–7,9%	–0,6%	–6,0%	–7,2%	6,6%	5,2%
Total de dívidas a pagar correntes	–12,9%	–14,9%	–8,0%	–9,1%	–8,4%	–3,5%	–6,7%	1,0%	3,2%	4,0%
Total Passivo exigível	**–3,7%**	**–6,7%**	**–6,8%**	**–10,0%**	**–7,7%**	**–7,8%**	**–6,5%**	**–3,1%**	**2,1%**	**1,5%**

Em complemento à informação já prestada do Passivo Exigível no universo dos 308 municípios, apresenta-se o Gráfico 3.04 com a evolução das suas principais componentes.

[95] Foi adicionado o valor de acréscimos de custos para efeitos de comparabilidade entre 2020 e anos anteriores, já que em SNC-AP os correspondentes credores por acréscimos de gastos estão em outras contas a pagar.

Gráfico 3.04 – Evolução do Passivo Exigível 2012-2022



Da análise dos Quadros 3.12, 3.13 e 3.14, bem como do Gráfico 3.04 pode-se referir:

- Depois de decréscimos anuais sucessivos do **Passivo exigível** dos municípios, entre 2012 e 2020, este cresceu em 2021 cerca de +2,1% e em 2022 cerca de +1,5%;
- Em 2022 o **Passivo exigível apresentou o valor de 4 470,1 milhões de euros**, mostrando um acréscimo de +66,1 milhões de euros em relação ao ano anterior. Contribuiu, essencialmente, para este aumento o acréscimo de valor de **fornecedores e credores** de curto prazo em +68,4 milhões de euros (+5,2%) ao totalizar o valor de 1 372,2 milhões de euros;
- Considerando que nos últimos dez anos em análise, o momento com maior dívida global proveniente de **financiamentos obtidos de médio e longo prazo**, no setor municipal, ocorreu em 2013, será de realçar a descida generalizada dos **financiamentos** obtidos no Passivo não corrente, entre 2012 e 2022, em -1.571,0 milhões de euros (-39,4%) resultante, essencialmente, da quebra de utilização de empréstimos bancários;
- Em 2022 a diminuição de **financiamentos obtidos** no Passivo corrente, face a 2021, foi de apenas -1,0% (-3,3 milhões de euros), tendo sido apresentados nesta rubrica 320,2 milhões de euros;
- Da análise das contas verificou-se que 141 municípios dos 154 abrangidos pelo conjunto de programas de apoio FAM, PAEL e PREDE, apresentaram descida da dívida de curto prazo entre 2012 e 2022.

No que se refere à utilização da linha de empréstimos ao abrigo do FAM, o Quadro 3.15 mostra os 17 municípios que recorreram à referida linha de apoio financeiro, bem como o total em dívida ao FAM, em dezembro de 2022.

Quadro 3.15 – Municípios que recorreram a Empréstimos do Fundo de Apoio Municipal (FAM)

Unidade: euros

Município	Dim	Total Contratual.	Tranches		Utilizado	Dívida em 31/12/2021	Amortização 2022	Dívida em 31/12/2022
			2016-2021	2022				
Portimão	M	137 361 827	118 149 857	0	118 149 857	105 974 028	14 044 385	91 929 643
Aveiro	M	85 511 149	78 161 188	0	78 161 188	60 160 417	4 010 694	56 149 722
Cartaxo	M	52 035 855	51 465 430	0	51 465 430	49 949 221	1 598 009	48 351 212
Fundão	M	66 017 852	46 064 445	0	46 064 445	44 078 039	1 291 302	42 786 737
Vila Franca do Campo	P	34 126 638	33 138 515	0	33 138 515	32 694 857	1 144 659	31 550 198
Paços de Ferreira	M	35 122 915	32 272 915	0	32 272 915	31 376 445	2 024 287	29 352 158
Nazaré	P	35 242 012	30 958 306	0	30 958 306	30 003 165	1 166 846	28 836 319
Fornos de Algodres	P	32 620 057	28 705 594	0	28 705 594	26 866 512	706 599	26 159 913
Alandroal	P	16 579 276	16 097 117	0	16 097 117	14 810 535	1 021 416	13 789 119
Vila Nova de Poiares	P	14 113 948	14 113 948	0	14 113 948	12 793 394	522 806	12 270 588
Vila Real de Santo António	P	19 619 907	14 540 182	0	14 540 182	13 416 026	1 368 664	12 047 362
Nordeste	P	11 255 515	9 549 136	0	10 288 239	8 753 375	530 508	8 222 868
Alfândega da Fé	P	1 502 819	1 382 819	0	1 382 819	880 036	60 692	819 343
Tábua	P	203 661	0	203 661	203 661	0	0	203 661
Góis	P	165 791	165 791	0	165 791	165 791	0	165 791
Pampilhosa da Serra	P	338 455	0	0	0	0	0	0
Penacova	P	174 635	0	0	0	0	0	0
Total		**541 992 310**	**474 765 243**	**203 661**	**475 708 006**	**431 921 840**	**29 490 868**	**402 634 634**

Relativamente à utilização da linha de empréstimos ao abrigo do PAEL,[96] o Quadro 3.16 mostra os 38 municípios que, tendo recorrido a esta linha de apoio financeiro entre 2012 e 2015,[97] mantinham, no início de 2022, dívida relativa a estes empréstimos. No total foram 104 os municípios que recorreram ao PAEL, tendo 1 amortizado a dívida em 2022, 2 amortizado a dívida em 2021, outros 2 amortizado a dívida em 2020, 9 amortizado a totalidade em 2019, 22 municípios liquidaram o capital em dívida em 2018 e outros 31 já tinham amortizado a totalidade em 2017. Assim, em dezembro de 2022, apenas 37 municípios mantinham capital em dívida neste programa de financiamento e nenhum de grande dimensão.

[96] A Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, criou o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), que tem por objeto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios a fornecedores, vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) à data de 31 de março de 2012.

[97] Constata-se que, nos anos posteriores, incluindo 2022, não houve qualquer utilização de empréstimos ao abrigo destas linhas de apoio.

Quadro 3.16 – Empréstimos do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

Unidade: euros

	Município	Dim.	Financiamento total utilizado	Dívida em 31/12/2021	Amortização 2022	Dívida em 31/12/2022
1	Vila Real de Santo António	P	24 334 084	21 754 425	0	**21 754 425**
2	Espinho	M	8 176 751	4 701 632	408 838	**4 292 794**
3	Vila Verde	M	10 438 783	3 767 845	753 469	**3 014 376**
4	Sesimbra	M	8 912 069	3 218 247	643 649	**2 574 598**
5	Torres Novas	M	6 778 372	2 680 603	487 382	**2 193 221**
6	Olhão	M	4 066 208	1 554 385	282 616	**1 271 770**
7	Calheta (R.A.M.)	P	4 232 882	1 528 540	305 708	**1 222 832**
8	Trancoso	P	3 521 287	1 412 596	256 836	**1 155 760**
9	Ansião	P	2 233 967	1 239 629	112 694	**1 126 936**
10	Ourém	M	3 348 153	1 315 346	239 154	**1 076 192**
11	Óbidos	P	3 630 628	1 306 145	261 229	**1 044 916**
12	Peniche	M	3 182 779	1 176 579	235 316	**941 263**
13	Paredes de Coura	P	2 881 120	1 040 405	208 081	**832 324**
14	Viana do Castelo	M	2 809 410	1 013 637	202 727	**810 910**
15	Tábua	P	2 443 240	970 509	176 456	**794 053**
16	Estremoz	P	2 710 733	976 751	195 350	**781 401**
17	Valpaços	P	2 649 478	956 756	191 351	**765 405**
18	Caminha	P	2 281 969	906 449	164 809	**741 640**
19	Melgaço	P	2 105 126	823 623	149 750	**673 873**
20	Sertã	P	2 130 877	808 854	147 064	**661 790**
21	Miranda do Douro	P	2 029 129	797 158	144 938	**652 220**
22	Mourão	P	1 174 765	705 939	58 828	**647 110**
23	Vale de Cambra	M	2 145 858	774 893	154 979	**619 915**
24	Penela	P	2 243 055	722 632	144 526	**578 106**
25	Praia da Vitória	P	1 953 335	705 371	141 074	**564 297**
26	Penafiel	M	1 736 014	626 894	125 379	**501 515**
27	Moimenta da Beira	P	2 412 487	456 444	38 037	**418 407**
28	Aljustrel	P	1 227 876	488 210	88 766	**399 445**
29	Alenquer	M	1 149 795	456 724	83 041	**373 683**
30	Sobral de Monte Agraço	P	1 053 287	413 791	75 235	**338 556**
31	Lourinhã	M	972 490	382 050	69 464	**312 586**
32	Valença	P	1 000 000	361 111	72 222	**288 889**
33	Armamar	P	987 994	356 776	71 355	**285 420**
34	Lousã	P	880 772	318 057	63 611	**254 445**
35	Vila Nova da Barquinha	P	731 491	264 059	52 812	**211 247**
36	Vila Nova de Paiva	P	568 890	223 493	40 635	**182 858**
37	Monforte	P	504 812	76 917	51 278	**25 639**
38	Ribeira Grande	M	2 007 314	203 744	203 744	**0**
Total			**127 647 279**	**61 487 218**	**7 102 402**	**54 384 816**

Quanto à utilização da linha de empréstimos ao abrigo do PREDE,[98] o Quadro 3.17 **mostra o único dos municípios que, no início de 2022, mantinha dívida bancária ao abrigo deste programa, mas que a liquidou totalmente durante este ano**. Foram 92 os municípios que recorreram a esta linha de apoio financeiro, dos quais 91 já procederam à liquidação do capital utilizado: 19 liquidaram a totalidade do capital em dívida no final de 2018, sendo que outros 5 o tinham feito em 2017, e em 2019 foram 67 os municípios a liquidar o capital em divida deste programa de empréstimos.

Quadro 3.17 – Empréstimos do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado (PREDE)

Unidade: euros

	Município	Dimensão	Financiamento Total – Estado	Dívida em 31/12/2021	Amortização 2022	Dívida em 31/12/2022
1	Tarouca	P	280 000	56 000	56 000	**0**

O Quadro 3.18 mostra a evolução do valor do capital em dívida entre 2015 para 2022, incluindo o utilizado por recurso ao conjunto das linhas de financiamento contratualizadas com o Estado, ao abrigo dos sucessivos programas destinados a impedir a rutura financeira dos municípios, tendo por finalidade o pagamento atempado das suas dívidas. É evidente, em todo o período, a importância do financiamento bancário e das dívidas a fornecedores e outros credores, as quais até cresceram em 2022 face a 2021. Quanto aos programas de apoio financeiro, nota-se uma redução dos valores a que os municípios recorreram na maioria destes programas, e particularmente do PAEL, em detrimento do FAM.

Quadro 3.18 – Componentes da Dívida a pagar entre 2015 e 2022

Unidade: milhões euros

Dívidas a Curto, Médio e Longo Prazo	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Var. (%) 21–22
Instituições de crédito (correntes e não correntes)	3 066,2	2 829,1	2 547,7	2 494,7	2 340,8	2 239,9	2 248,1	2 283,9	1,6%
Dívida de adesões ao PPTH (Estado)	15,4	8,1	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	--
Dívidas de adesão ao PREDE (Estado)	133,9	92,3	57,3	15,6	0,08	0,08	0,06	0,00	-100,0%
Dívida de adesões ao PAEL	477,5	397,2	307,2	129,1	86,5	76,1	61,1	54,0	-11,6%
Dívidas de adesão ao FAM	–	63,0	317,4	385,3	437,7	438,3	431,9	402,6	-6,8%
Dívidas de adesão ao ATU	24,3	22,8	7,4	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0%
Dívida a fornecedores e outros credores	2 496,0	2 180,3	1 923,6	1 738,2	1 587,2	1 560,1	1 662,8	1 729,5	4,0%
Total de dívidas (correntes e não correntes)	**6 213,3**	**5 592,9**	**5 163,6**	**4 763,0**	**4 452,5**	**4 314,5**	**4 404,0**	**4 470,1**	**1,5%**

Sendo o Passivo exigível uma das variáveis mais importantes da gestão financeira municipal, importará apresentar os 50 municípios com menor valor no Passivo exigível e os 50 municípios com maior valor no Passivo exigível. Para o efeito, apresentam-se os Rankings R53 e R54, bem como os Rankings R55 e R56, dos municípios com maiores taxas de variação deste item. Anota-se que:

- No *Ranking* R53, constituído por 50 municípios com menor valor no Passivo exigível em 2022, todos são de pequena dimensão e três deles não atingiram o meio milhão de euros de dívida a terceiros, sendo que o Passivo exigível de outros dez ficou aquém de um milhão de euros;

[98] O Programa de Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, visa garantir os pagamentos a credores privados das dívidas vencidas dos serviços e dos organismos da administração direta e indireta do Estado, das Regiões Autónomas e dos municípios.

- Dos 50 municípios listados no *Ranking* R53, dezoito apresentaram subida de valor da dívida face a 2021, sendo que três deles registaram um crescimento superior a +30%: Carrazeda de Ansiães (+60%), Aguiar da Beira (+35%) e Ponta do Sol (+34%). Os restantes registaram uma diminuição do valor do passivo.

R53 – Municípios com menor valor no Passivo Exigível referenciados pelo ano de 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Var. % 21–22
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Corvo	P	1 309 735	1 205 339	1 073 888	1 033 846	901 593	742 002	627 891	489 819	397 100	316 395	266 588	–15,7%
2	Santa Cruz Flores	P	864 912	721 992	544 830	478 422	407 024	458 988	372 578	340 109	297 148	276 897	267 382	–3,4%
3	Calheta (R. A. A.)	P	8 407 474	7 466 274	6 636 537	5 499 655	4 485 011	3 444 431	2 265 221	1 304 865	406 372	347 580	296 413	–14,7%
4	Lajes das Flores	P	2 333 545	3 612 138	1 331 607	843 932	1 331 607	453 236	338 871	573 616	564 326	659 771	546 854	–17,1%
5	Santana	P	10 838 114	7 482 718	4 621 581	4 193 000	3 869 755	1 722 617	1 377 401	681 455	433 362	516 310	550 422	6,6%
6	Castelo Vide	P	1 164 208	1 050 867	920 663	957 311	906 512	864 610	641 461	586 587	590 010	633 846	555 928	–12,3%
7	Penedono	P	400 519	327 926	328 532	755 865	623 341	500 439	472 853	396 770	461 429	479 932	562 987	17,3%
8	Vila Velha Ródão	P	1 323 677	1 188 838	1 473 329	1 251 697	1 104 598	926 568	643 413	585 621	615 729	597 465	624 762	4,6%
9	Arronches	P	1 847 589	1 781 051	1 596 465	1 678 454	1 507 228	1 259 333	756 562	277 828	582 289	749 984	698 518	–6,9%
10	Barrancos	P	2 708 997	2 480 436	2 181 845	2 285 421	1 994 040	1 686 419	1 342 327	1 164 238	1 044 236	956 965	864 911	–9,6%
11	Alter Chão	P	2 771 685	2 815 971	2 656 422	3 168 613	2 495 287	2 128 686	1 647 219	1 295 841	1 020 980	979 108	871 638	–11,0%
12	Ponta Sol	P	3 134 316	1 986 409	1 960 318	1 245 347	1 529 294	1 247 423	836 252	761 877	639 022	694 293	927 798	33,6%
13	Aguiar da Beira	P	4 769 315	4 424 598	4 440 749	3 975 618	3 445 428	2 739 711	2 030 147	1 648 602	1 339 994	722 516	972 698	34,6%
14	Marvão	P	1 621 857	1 612 788	1 932 087	1 843 117	1 677 229	1 355 995	1 286 716	896 337	940 175	1 041 847	1 093 507	5,0%
15	Ferreira do Zêzere	P	9 872 392	7 937 352	6 821 464	6 311 764	5 571 653	4 998 045	4 325 150	3 854 099	3 317 713	956 372	1 130 423	18,2%
16	Vila Nova Foz Côa	P	5 365 424	4 909 108	3 696 135	3 061 807	2 518 355	1 818 442	1 737 693	1 433 635	1 055 495	1 077 254	1 175 525	9,1%
17	Sta. Cruz da Graciosa	P	2 539 415	2 226 480	1 897 042	1 674 757	1 422 038	1 771 496	1 556 142	1 313 795	1 156 322	1 376 069	1 243 749	–9,6%
18	Boticas	P	4 012 179	3 276 193	3 272 463	2 542 546	2 433 546	1 719 964	1 728 873	1 621 821	1 504 868	1 165 096	1 263 925	8,5%
19	Bombarral	P	8 086 336	7 646 958	5 655 177	4 754 948	3 285 716	2 820 383	2 318 903	1 851 488	1 472 007	1 323 338	1 272 287	–3,9%
20	Porto Moniz	P	4 329 266	4 127 037	3 978 379	3 452 811	3 251 400	2 917 302	2 426 033	1 992 265	1 662 989	1 411 593	1 331 090	–5,7%
21	Monchique	P	8 044 471	6 397 373	4 975 325	4 170 676	3 546 782	2 618 975	2 391 108	1 898 472	1 354 025	1 479 221	1 350 935	–8,7%
22	Chamusca	P	8 297 032	6 433 212	4 879 828	4 808 931	3 742 898	2 837 090	2 012 222	1 676 609	1 281 793	1 356 737	1 433 352	5,6%
23	Pampilhosa Serra	P	1 059 049	573 011	739 929	1 266 217	1 067 404	959 212	1 426 638	1 149 377	1 451 425	1 386 226	1 465 148	5,7%
24	Murtosa	P	2 808 523	2 448 732	2 688 846	2 402 175	2 314 890	2 018 497	1 668 510	1 481 463	1 348 896	1 429 320	1 476 382	3,3%
25	Avis	P	5 911 663	4 927 186	4 666 983	3 673 693	3 702 817	3 067 754	2 307 355	2 263 168	2 095 726	1 681 816	1 518 088	–9,7%
26	Lajes Pico	P	7 865 903	9 817 361	7 949 615	6 920 976	6 198 073	5 298 792	4 459 439	3 535 302	2 541 989	1 953 934	1 546 999	–20,8%
27	Constância	P	4 671 436	4 133 879	4 003 575	3 843 608	3 039 027	3 096 773	2 549 957	1 981 269	1 565 566	1 476 747	1 578 228	6,9%
28	Campo Maior	P	2 097 845	3 129 241	2 695 628	2 533 716	2 971 851	2 278 121	2 402 655	2 116 703	1 439 753	1 511 356	1 598 657	5,8%
29	Almeida	P	6 400 030	5 566 725	4 967 242	4 751 594	4 155 337	3 758 766	3 101 757	2 678 242	2 282 892	1 989 835	1 722 902	–13,4%
30	Penamacor	P	9 228 304	8 773 106	8 432 873	6 938 409	5 268 158	4 002 492	3 144 846	2 592 535	2 243 650	1 919 347	1 795 406	–6,5%
31	Mortágua	P	4 544 987	4 325 483	4 380 906	4 029 528	3 486 174	3 222 844	2 672 448	2 332 732	1 987 244	2 136 987	1 863 439	–12,8%
32	Vila Nova Paiva	P	7 108 262	6 287 034	6 118 212	5 251 582	4 895 503	4 260 626	3 534 805	3 054 830	2 509 792	1 989 465	1 865 279	–6,2%
33	Penalva do Castelo	P	3 264 177	3 034 492	2 950 005	2 767 663	2 465 128	2 245 481	2 421 566	2 161 518	2 027 780	1 894 910	1 891 235	–0,2%
34	Mogadouro	P	6 719 767	5 853 145	5 220 871	4 996 582	4 253 496	3 534 459	2 545 635	1 958 175	1 619 346	1 699 369	1 892 875	11,4%
35	Castanheira Pera	P	10 654 401	10 323 044	9 114 178	7 694 520	6 319 083	5 445 196	4 683 764	3 592 726	3 250 090	2 454 952	1 910 529	–22,2%
36	Sernancelhe	P	3 505 887	2 999 492	3 112 516	2 979 565	2 631 944	2 764 957	2 515 786	2 469 207	2 212 527	2 005 813	1 959 506	–2,3%

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Var. % 21–22
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
37	Mealhada	P	3 177 386	1 368 174	1 447 098	2 100 042	1 857 733	1 800 106	1 614 936	2 991 065	2 233 059	2 010 768	1 963 530	–2,3%
38	Vila Rei	P	2 568 620	2 509 340	2 362 893	2 397 068	2 523 594	2 711 461	2 185 339	2 321 615	2 363 149	2 167 650	2 014 927	–7,0%
39	São Brás Alportel	P	3 619 742	3 175 063	3 093 449	3 437 066	3 093 485	2 747 210	2 212 333	1 987 092	2 004 245	1 994 017	2 083 125	4,5%
40	Fronteira	P	3 323 318	3 001 233	2 610 550	2 490 729	2 267 093	2 654 527	2 184 494	2 127 044	2 242 049	2 316 161	2 116 109	–8,6%
41	Góis	P	4 838 466	3 854 881	3 714 781	3 031 421	3 031 855	3 235 278	3 308 135	3 107 361	2 812 763	2 468 677	2 148 435	–13,0%
42	Alvito	P	1 328 620	1 216 557	1 073 315	1 189 685	1 416 433	1 239 221	1 460 438	1 704 411	1 671 426	1 984 775	2 148 438	8,2%
43	Redondo	P	1 217 836	1 011 265	1 639 935	1 562 547	1 766 864	1 805 903	1 198 669	1 426 852	1 766 353	1 839 124	2 161 230	17,5%
44	Velas	P	7 783 822	6 541 772	5 946 721	5 077 933	4 513 445	4 046 391	3 504 726	3 086 174	2 684 521	2 447 208	2 179 915	–10,9%
45	Santa Marta Penaguião	P	4 474 324	3 842 395	3 859 734	3 425 194	3 010 021	2 990 094	3 026 099	2 544 175	1 655 598	2 257 337	2 180 277	–3,4%
46	Ourique	P	10 945 058	9 612 069	8 036 287	6 378 348	6 014 219	7 150 699	6 003 113	4 596 160	3 193 944	2 561 502	2 181 354	–14,8%
47	Alvaiázere	P	8 125 452	7 023 632	7 369 104	6 138 074	4 392 963	4 064 475	2 517 069	2 297 412	2 131 011	2 294 302	2 208 010	–3,8%
48	Aljezur	P	5 739 341	4 972 746	5 319 049	4 682 780	4 207 493	3 888 632	3 289 046	2 919 659	2 473 367	2 352 855	2 250 066	–4,4%
49	Carrazeda de Ansiães	P	5 028 462	4 131 627	3 691 491	3 088 089	2 675 040	2 328 984	1 973 361	2 288 409	1 513 232	1 422 853	2 273 475	59,8%
50	Mora	P	3 967 220	3 686 712	3 493 003	3 445 855	2 974 209	3 080 055	2 523 512	2 109 596	2 551 955	2 409 482	2 285 502	–5,1%

O *Ranking* R54 apresenta os 50 municípios com maior valor no Passivo exigível em 2022. De notar que:

- Destes 50 municípios, 22 são de grande dimensão, não constando deste grupo apenas os municípios de: Amadora com 19,5 milhões de euros, Santa Maria da Feira com 18 milhões de euros, e Barcelos com 14,7 milhões de euros. Quatro municípios deste *ranking* são de pequena dimensão, sendo os restantes 24 de média dimensão. O total do Passivo exigível apresentado por estes 50 municípios foi de 2 662,0 milhões de euros, representando 59,6% do total apresentado pelos 308 municípios em 2022 (4 470,1 milhões de euros).

R54 – Municípios com maior valor no Passivo Exigível referenciados pelo ano de 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Var. % 21-22
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Lisboa	G	700 893 986	788 228 798	765 086 174	760 940 843	669 338 659	536 000 550	488 181 899	435 784 411	431 319 125	450 308 302	426 362 036	−5,3%
2	V. R. Sto. António	P	70 422 601	74 681 996	79 219 354	79 987 672	82 479 335	86 588 801	92 008 878	80 920 988	79 309 281	97 211 221	120 061 392	23,5%
3	V. N.de Gaia	G	221 868 978	206 775 557	185 206 635	192 237 907	175 275 732	148 886 951	131 084 811	118 807 255	105 260 094	105 423 725	114 685 511	8,8%
4	Portimão	M	179 822 969	183 757 504	176 291 347	163 362 396	175 304 920	139 637 394	131 982 368	126 058 769	123 937 534	119 581 066	104 073 896	−13,0%
5	Seixal	G	107 336 880	99 513 578	97 285 122	86 909 268	78 624 656	72 120 234	91 675 032	86 285 181	78 658 541	94 679 784	86 919 519	−8,2%
6	Aveiro	M	132 151 856	125 280 468	128 151 435	117 673 458	102 988 642	109 685 389	104 805 697	97 025 360	81 576 149	77 344 391	72 524 956	−6,2%
7	Gondomar	G	118 713 251	114 479 789	113 411 205	107 806 224	102 371 696	101 200 622	96 456 608	82 982 353	80 251 454	72 235 553	71 399 112	−1,2%
8	Porto	G	120 779 366	116 213 646	112 654 584	104 191 193	58 506 571	54 702 184	35 764 932	26 131 627	50 456 632	65 071 731	68 794 238	5,7%
9	Paredes	M	66 994 338	65 304 308	65 416 043	56 920 028	52 178 763	56 227 264	51 681 514	47 016 421	42 803 232	41 751 962	64 681 429	54,9%
10	Évora	M	76 803 114	85 322 016	81 150 181	80 706 615	78 016 596	71 483 075	70 175 114	67 932 193	69 417 929	66 659 429	62 940 808	−5,6%
11	Matosinhos	G	65 935 280	59 791 425	54 956 544	57 616 417	69 521 949	67 465 164	58 529 962	53 881 666	48 185 349	59 937 551	58 240 062	−2,8%
12	Coimbra	G	76 436 022	75 924 972	73 958 291	74 874 952	72 336 186	64 301 128	59 619 362	55 280 295	49 458 273	54 584 441	57 730 884	5,8%
13	Setúbal	G	89 327 605	91 879 796	83 467 028	80 913 607	66 189 021	62 178 849	59 725 902	59 001 333	64 218 263	73 667 044	56 895 184	−22,8%
14	Funchal	G	115 304 498	102 536 782	91 988 200	82 545 244	71 113 883	66 895 785	49 441 706	57 533 702	55 682 242	47 369 925	56 410 555	19,1%
15	Loures	G	75 853 094	69 095 323	55 765 619	47 251 269	40 859 078	41 456 746	38 124 083	37 921 542	35 258 435	42 971 279	55 101 073	28,2%
16	Braga	G	81 378 573	79 529 336	73 826 896	63 803 196	57 453 041	55 752 724	62 818 269	56 377 896	52 702 154	51 896 396	53 055 529	2,2%
17	Fundão	M	82 668 398	82 640 240	78 654 474	73 400 090	68 075 378	62 897 317	60 817 866	60 459 334	56 112 652	54 128 400	51 595 974	−4,7%
18	Cartaxo	M	46 487 425	50 193 544	50 733 966	51 490 594	51 077 417	53 581 260	54 116 087	52 018 753	52 686 643	52 991 605	51 280 021	−3,2%
19	Mafra	M	25 174 373	33 226 928	25 281 195	20 989 551	19 058 678	26 647 863	37 117 924	35 428 437	37 215 420	33 089 941	44 356 376	34,0%
20	V. N. Famalicão	G	39 813 809	38 864 227	35 733 374	39 887 731	40 494 417	39 076 219	36 286 116	36 625 467	34 863 139	37 648 168	40 673 745	8,0%
21	Viana Castelo	M	36 193 554	33 369 651	30 127 361	32 947 150	28 115 026	31 177 531	33 390 070	33 891 198	31 553 810	40 602 278	40 459 889	−0,4%
22	Paços Ferreira	M	61 442 052	69 185 122	64 513 965	61 876 739	58 420 281	55 400 032	49 860 420	46 148 141	44 476 365	43 233 303	40 224 167	−7,0%
23	Cascais	G	102 897 063	108 915 284	90 085 273	80 511 484	60 198 751	64 991 241	59 449 869	49 248 229	46 125 188	43 669 753	39 654 707	−9,2%
24	Santarém	M	95 954 255	90 382 501	83 558 484	78 300 782	71 082 400	64 069 621	58 112 299	53 895 410	51 989 596	49 796 215	39 245 936	−21,2%
25	Oeiras	G	55 768 927	80 659 296	78 188 590	64 398 060	54 201 553	43 980 947	35 222 942	28 159 759	28 866 794	28 098 689	38 109 985	35,6%
26	Guimarães	G	78 838 961	68 551 792	64 226 601	62 866 549	56 858 097	52 069 632	44 705 924	38 042 734	33 969 223	39 761 065	35 837 285	−9,9%
27	Viseu	G	31 418 788	30 465 405	27 114 529	30 024 922	28 098 518	28 399 764	24 242 043	22 468 617	23 611 420	28 645 199	35 806 135	25,0%
28	Vila Franca Xira	G	34 825 926	34 166 577	30 954 046	30 709 541	27 529 508	33 641 426	32 285 998	36 233 039	35 346 945	31 942 602	34 454 489	7,9%
29	Vila Conde	M	71 238 144	63 094 468	58 407 842	51 240 603	47 695 020	44 883 480	42 306 055	38 326 631	36 053 701	32 765 036	33 572 723	2,5%
30	Barreiro	M	39 786 518	35 464 792	31 918 874	28 489 087	25 864 071	23 179 094	22 112 163	31 412 839	31 378 847	36 180 376	33 556 940	−7,3%
31	Valongo	M	61 397 384	55 223 361	49 772 523	47 143 206	42 116 837	37 943 490	29 335 962	28 141 982	27 257 699	28 018 067	33 315 296	18,9%
32	Nazaré	P	40 637 671	42 864 154	40 623 166	36 387 442	34 243 825	35 603 670	35 068 901	34 082 074	32 386 821	32 911 513	32 875 727	−0,1%
33	Figueira da Foz	M	56 508 941	49 843 709	43 854 826	38 344 273	34 216 834	29 217 788	25 228 201	24 276 376	27 052 515	25 758 000	32 837 285	27,5%
34	V. Franca Campo	P	29 776 903	28 412 831	27 388 544	25 861 990	24 329 554	22 622 347	20 912 539	20 569 504	32 735 744	33 353 432	32 312 404	−3,1%
35	Trofa	M	42 368 661	43 822 372	42 813 649	38 619 452	35 787 904	31 909 494	28 976 579	27 755 656	27 389 604	27 935 824	32 211 464	15,3%
36	Seia	M	58 705 915	56 524 606	54 027 855	51 734 881	47 779 330	44 082 667	41 503 520	38 618 322	35 914 526	32 812 700	30 781 661	−6,2%
37	Odivelas	G	52 670 445	48 015 187	40 672 146	32 490 105	25 358 036	20 208 058	33 499 207	29 366 856	26 703 358	26 674 685	28 604 222	7,2%
38	Amarante	M	13 031 245	12 641 582	12 309 949	11 487 602	12 560 659	16 454 746	17 945 987	18 116 571	18 261 629	25 427 395	28 152 241	10,7%
39	Póvoa Varzim	M	28 310 499	24 923 731	21 437 074	19 858 327	17 515 204	15 900 851	14 273 965	19 158 270	21 021 249	26 830 866	28 094 489	4,7%

Município		Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Var. % 21–22
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
40	Ponta Delgada	M	28 525 282	26 932 885	35 257 761	30 702 105	27 932 960	25 680 127	24 249 541	22 716 296	20 507 748	18 960 408	27 882 689	47,1%
41	Loulé	M	86 140 903	76 570 047	55 550 426	53 073 117	48 320 548	42 041 439	37 546 199	34 471 679	31 903 666	29 011 593	27 652 426	–4,7%
42	Sintra	G	109 860 608	95 734 657	85 229 421	55 017 253	35 402 578	29 655 334	26 064 394	28 529 382	27 965 381	26 250 949	27 505 246	4,8%
43	Leiria	G	58 522 756	50 102 354	62 513 512	55 438 154	47 525 786	42 715 194	37 187 059	29 971 705	31 947 318	28 849 167	27 209 159	–5,7%
44	Lamego	M	32 546 941	30 075 233	32 780 023	31 360 358	40 624 196	37 832 865	36 027 888	32 126 368	31 016 059	27 868 435	26 981 215	–3,2%
45	Fornos Algodres	P	34 821 971	33 353 117	31 838 819	30 398 811	28 888 866	27 948 420	28 334 939	27 665 939	27 520 751	27 486 707	26 901 165	–2,1%
46	Covilhã	M	77 863 472	69 184 506	62 826 063	71 049 509	62 320 802	53 501 829	44 977 802	39 131 111	35 091 755	30 618 158	26 767 418	–12,6%
47	Almada	G	51 940 106	50 093 733	50 175 745	49 011 868	45 240 091	39 399 391	35 300 753	35 490 267	32 538 064	28 279 481	26 752 720	–5,4%
48	Espinho	M	47 642 469	41 765 198	38 415 815	33 805 162	29 120 764	27 253 851	25 929 495	24 175 336	21 886 703	26 752 084	26 014 797	–2,8%
49	Maia	G	61 066 635	54 396 626	40 703 564	47 780 981	53 844 525	47 276 454	42 945 363	35 805 025	30 307 083	25 408 939	25 306 817	–0,4%
50	Chaves	M	44 910 121	48 411 290	48 456 708	40 491 505	32 225 263	39 476 413	34 013 543	28 961 025	27 522 083	26 362 667	25 155 688	–4,6%

Ainda da análise do *Ranking* R54, pode-se observar que, em relação ao ano de 2022:

- Lisboa, face à dimensão financeira e económica que apresenta, distinguiu-se naturalmente dos restantes municípios no *ranking* em apreço, ao apresentar um passivo exigível de 426,4 milhões de euros, o qual representou cerca de 10% do passivo exigível da totalidade dos municípios. Invertendo a tendência do ano transato, ano de 2001 em que o passivo tinha crescido +4,4%, em 2022, registou-se uma descida, ainda que pouco acentuada, do valor de Passivo exigível, em -5% (-23,9 milhões de euros);
- Vila Real de Santo António aparece em segundo lugar neste *ranking*, com um Passivo exigível de 120,1 milhões de euros (28% do valor apresentado por Lisboa) e superior ao do ano transato em +24% (+22,8 milhões de euros);
- Vila Nova de Gaia manteve, igualmente, a terceira posição, embora apresentando um acréscimo do seu Passivo exigível em +9,0% (+9,2 milhões de euros) fixando-o, em dezembro de 2022, em 114,7 milhões de euros;
- Oito municípios constantes desta lista apresentaram aumento do Passivo exigível em mais de 20%: Vila Real de Santo António (+24%, +22,9 milhões de euros), Paredes (+55%, +22,9 milhões de euros), Loures (+28%, +12,1 milhões de euros), Mafra (+34%, +11,3 milhões de euros), Oeiras (+36%, +11,3 milhões de euros), Viseu (+25%, +7,2 milhões de euros), Figueira da Foz (+27%, +7,1 milhões de euros) e Ponta Delgada (+47%, +8,9 milhões de euros);
- Considerando o universo dos municípios, **160 baixaram o valor do Passivo exigível**, destacando-se, por apresentarem uma descida igual ou superior a 20%, os municípios de Setúbal (-23%), Castanheira da Pera (-22%), Rio Maior (-22%), Santarém (-21%), Murça (-21%) e Lajes do Pico (-21%).

Nos *Rankings* 54.A e 54.M hierarquizam-se os municípios da Região Autónoma dos Açores e os da Região Autónoma da Madeira, de acordo com o montante de Passivo exigível em 31 de dezembro de 2022.

R54.A – Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma dos Açores, ordenados pelo valor de 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25	Var. % 21–22
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Vila Franca Campo	P	29 776 903	28 412 831	27 388 544	25 861 990	24 329 554	22 622 347	20 912 539	20 569 504	32 735 744	33 353 432	32 312 404	–3,1%
2	Ponta Delgada	M	28 525 282	26 932 885	35 257 761	30 702 105	27 932 960	25 680 127	24 249 541	22 716 296	20 507 748	18 960 408	27 882 689	47,1%
3	Ribeira Grande	M	16 379 125	12 388 053	11 361 995	11 055 439	11 797 690	11 532 432	12 133 587	10 067 877	23 450 749	23 413 724	21 313 685	–9,0%
4	Lagoa (R.A.A)	P	9 716 619	8 858 852	7 333 045	9 349 176	8 402 860	7 471 738	6 434 707	5 705 642	5 149 388	19 973 508	18 402 543	–7,9%
5	Nordeste	P	17 322 524	17 249 251	15 571 583	14 391 397	13 289 753	12 262 787	11 504 859	15 091 483	14 529 208	13 680 527	12 735 651	–6,9%
6	Praia da Vitória	P	16 972 680	16 152 757	14 387 949	9 525 536	9 208 892	9 313 438	8 614 124	10 176 040	9 790 414	12 382 835	12 553 799	1,4%
7	Angra do Heroísmo	M	24 052 165	20 610 943	19 186 615	18 770 233	17 147 228	16 042 773	13 798 231	12 974 089	12 338 786	10 794 851	9 569 310	–11,4%
8	Horta	P	7 333 415	7 015 709	6 346 325	5 363 257	4 514 192	4 026 911	3 691 628	3 430 089	3 326 122	4 295 104	4 752 019	10,6%
9	Povoação	P	21 355 253	7 730 996	6 405 995	5 741 952	4 712 607	3 857 833	5 501 172	4 828 820	4 310 147	4 166 363	3 985 276	–4,3%
10	Vila do Porto	P	1 402 917	1 058 534	1 000 831	730 893	5 238 839	4 879 908	4 490 525	4 234 653	3 964 961	785 174	3 463 308	341,1%
11	Madalena	P	4 797 972	4 264 995	3 669 560	3 229 173	4 268 599	5 294 368	4 907 594	4 288 985	3 812 961	3 306 195	3 176 323	–3,9%
12	São Roque Pico	P	1 322 555	1 183 210	696 806	813 764	766 377	3 644 554	3 977 896	3 723 263	3 515 949	3 193 996	2 961 151	–7,3%
13	Velas	P	7 783 822	6 541 772	5 946 721	5 077 933	4 513 445	4 046 391	3 504 726	3 086 174	2 684 521	2 447 208	2 179 915	–10,9%
14	Lajes do Pico	P	7 865 903	9 817 361	7 949 615	6 920 976	6 198 073	5 298 792	4 459 439	3 535 302	2 541 989	1 953 934	1 546 999	–20,8%
15	Santa Cruz Graciosa	P	2 539 415	2 226 480	1 897 042	1 674 757	1 422 038	1 771 496	1 556 142	1 313 795	1 156 322	1 376 069	1 243 749	–9,6%
16	Lajes das Flores	P	2 333 545	3 612 138	1 331 607	843 932	1 331 607	453 236	338 871	573 616	564 326	659 771	546 854	–17,1%
17	Calheta (R. A. A.)	P	8 407 474	7 466 274	6 636 537	5 499 655	4 485 011	3 444 431	2 265 221	1 304 865	406 372	347 580	296 413	–14,7%
18	Santa Cruz Flores	P	864 912	721 992	544 830	478 422	407 024	458 988	372 578	340 109	297 148	276 897	267 382	–3,4%
19	Corvo	P	1 309 735	1 205 339	1 073 888	1 033 846	901 593	742 002	627 891	489 819	397 100	316 395	266 588	–15,7%
Total Açores			**210 062 216**	**183 450 373**	**173 987 247**	**157 064 434**	**150 868 343**	**142 844 553**	**133 341 272**	**128 450 422**	**145 479 955**	**155 683 970**	**159 456 057**	**2,4%**
% Açores/Total Nacional			2,8%	2,6%	2,6%	2,5%	2,7%	2,8%	2,8%	2,9%	3,4%	3,5%	3,6%	

O total do Passivo Exigível no final de 2022 na Região Autónoma dos Açores foi de 159,5 milhões de euros tendo crescido, na totalidade, em relação ao ano transato, cerca de +2,4% (+3,8 milhões de euros). Contudo, verifica-se que apenas quatro municípios apresentaram aumento do volume de Passivo Exigível: Ponta Delgada (+47,1%), Vila do Porto (+341,1%), Horta (10,6%) e Praia da Vitória (+1,4%).

Os restantes dezasseis municípios açorianos apresentaram todos eles descida de montante de passivo exigível, tendo sido a mais relevante a verificada por Lajes do Pico (-20,8%).

R54.M – Passivo Exigível dos municípios da R.A. da Madeira ordenados pelo valor do ano de 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10-13		Mandato 14-17				Mandato 18-21				M.22-25	Var. % 21-22
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Funchal	G	115 304 498	102 536 782	91 988 200	82 545 244	71 113 883	66 895 785	49 441 706	57 533 702	55 682 242	47 369 925	56 410 555	19,1%
2	Santa Cruz	M	42 047 960	38 287 081	33 822 795	28 209 737	24 561 845	20 536 174	18 987 060	15 438 621	18 256 306	21 587 412	19 679 213	-8,8%
3	Câmara de Lobos	M	19 191 422	14 109 246	12 729 420	10 793 569	10 170 896	8 816 057	8 858 891	6 767 989	6 531 188	6 252 187	6 494 875	3,9%
4	Machico	P	27 927 321	26 555 972	17 468 475	13 232 258	11 043 177	9 143 340	7 865 836	6 551 843	2 372 868	4 975 778	5 502 599	10,6%
5	Calheta (R. A. M.)	P	13 252 179	11 234 594	9 754 944	8 084 628	5 828 535	4 954 476	4 688 698	4 017 852	3 554 563	2 934 078	4 192 804	42,9%
6	Ribeira Brava	P	20 219 715	14 909 680	11 582 851	8 404 712	6 871 766	5 130 440	4 473 653	3 693 161	1 793 528	3 964 339	3 189 470	-19,5%
7	Porto Santo	P	9 915 550	4 979 653	4 761 950	3 029 018	3 890 459	4 668 651	3 537 386	3 348 429	3 045 956	3 104 201	2 920 654	-5,9%
8	São Vicente	P	7 591 294	9 990 474	7 697 261	6 362 214	5 840 128	5 134 821	2 616 795	2 630 326	2 914 227	2 488 796	2 822 144	13,4%
9	Porto Moniz	P	4 329 266	4 127 037	3 978 379	3 452 811	3 251 400	2 917 302	2 426 033	1 992 265	1 662 989	1 411 593	1 331 090	-5,7%
10	Ponta do Sol	P	3 134 316	1 986 409	1 960 318	1 245 347	1 529 294	1 247 423	836 252	761 877	639 022	694 293	927 798	33,6%
11	Santana	P	10 838 114	7 482 718	4 621 581	4 193 000	3 869 755	1 722 617	1 377 401	681 455	433 362	516 310	550 422	6,6%
Total Madeira			**273 751 635**	**236 199 646**	**200 366 173**	**169 552 538**	**147 971 137**	**131 167 087**	**105 109 712**	**103 417 520**	**96 886 249**	**95 298 913**	**104 021 623**	**9,2%**
% Madeira/Total Nacional			3,7%	3,3%	3,0%	2,7%	2,6%	2,5%	2,2%	2,3%	2,2%	2,2%	2,3%	

O total do Passivo Exigível no final de 2022 na Região Autónoma da Madeira foi de 104,0 milhões de euros, tendo crescido, na totalidade, em relação ao ano transato, cerca de +9,2% (+8,7 milhões de euros). Todavia, quatro municípios apresentaram descida do volume de Passivo Exigível: Santa Cruz (-8,8%), Ribeira Brava (-19,5%), Porto Santo (-5,9%) e Porto Moniz (-5,7%).

Apresenta-se de seguida, no Quadro R54.D, o volume **de Passivo Exigível, por Distritos e Regiões**, informação só disponibilizada a partir do presente Anuário. Pelo mesmo pode-se verificar que:

- Em 2022, o Distrito com maior volume de Passivo Exigível foi o Distrito de Lisboa, com 773,7 milhões de euros, tendo crescido o seu valor neste ano, em cerca de +1,6% (+11,9 milhões de euros);
- O segundo distrito deste *ranking*, foi o Distrito do Porto com 716,5 milhões de euros e uma taxa de crescimento de +9,1% (+59,7 milhões de euros);
- Onze distritos apresentaram, em 2022, descida de passivo exigível, sendo de relevar o decréscimo apresentado pelo Distrito de Setúbal (-7,3%, -23,9 milhões de euros);
- O total do Passivo Exigível, como se verificou supra, cresceu em 2022 cerca de +1,5%, ao totalizar 4 470,1 milhões de euros, sendo que 1/3 está concentrado nos distritos de Lisboa e Porto (1 490,2 milhões de euros).

R54.D – Passivo Exigível dos Distritos, ordenados pelo valor de 2022

Unidade: euros

	Município	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Lisboa	1 322 798 075	1 406 939 309	1 304 545 906	1 223 687 920	1 048 048 456	901 646 113	840 780 113	763 177 991	745 484 887	761 845 488	773 702 968
2	Porto	1 083 238 678	1 026 747 996	957 970 330	926 039 061	838 237 621	801 272 259	715 243 902	647 797 426	628 967 953	656 775 587	716 514 876
3	Faro	638 587 562	624 068 812	558 168 486	509 036 329	495 718 397	432 123 694	407 190 289	371 507 750	377 961 392	367 446 556	373 970 175
4	Setúbal	479 608 521	457 245 256	425 082 899	393 471 651	344 874 305	311 763 503	313 448 173	311 019 901	295 465 727	325 682 565	301 807 162
5	Braga	377 727 291	353 009 268	332 069 330	311 977 112	288 715 904	272 659 145	260 117 592	241 692 533	226 624 665	242 401 251	246 152 561
6	Aveiro	479 969 255	435 495 718	409 735 901	372 674 015	325 606 319	311 577 784	282 670 916	264 016 056	238 076 553	229 149 858	225 881 934
7	Santarém	405 405 343	370 890 533	343 461 829	319 548 092	289 038 872	269 666 909	245 086 869	228 590 763	220 198 032	215 044 934	205 823 323
8	Viseu	262 825 263	244 601 652	238 316 751	225 860 965	216 456 279	213 075 457	200 299 561	187 449 748	181 179 448	181 356 140	194 820 376
9	Coimbra	287 023 764	276 733 563	255 710 492	236 136 980	214 544 507	195 773 390	179 544 636	166 937 358	162 084 647	171 507 668	184 773 900
10	Açores	210 062 216	183 450 373	173 987 247	157 064 434	150 868 343	142 844 553	133 341 272	128 450 422	145 479 955	155 683 970	159 456 057
11	Évora	190 390 274	197 658 670	191 580 227	182 542 425	174 202 267	163 092 048	154 674 497	147 910 849	155 626 784	151 255 968	144 517 793
12	Guarda	249 109 309	236 457 768	216 357 165	197 964 320	179 393 681	169 531 345	159 379 737	156 205 572	145 988 166	140 041 591	135 251 266
13	Viana Castelo	137 433 509	132 815 158	127 174 551	124 592 792	113 868 794	118 341 724	114 734 141	115 813 792	114 346 148	131 966 040	130 262 570
14	Leiria	235 000 536	220 903 297	219 262 470	194 605 704	170 389 991	158 072 499	142 642 811	127 906 326	125 782 489	126 982 243	126 898 374
15	Castelo Branco	210 293 384	199 465 676	189 548 311	190 971 483	171 686 204	153 687 117	138 557 478	138 795 378	131 867 760	123 989 595	120 412 081
16	Vila Real	202 547 045	189 366 869	190 674 048	168 297 584	147 470 427	146 818 332	130 679 985	125 475 248	117 520 223	120 258 118	119 839 477
17	Madeira	273 751 635	236 199 646	200 366 173	169 552 538	147 971 137	131 167 087	105 109 712	103 417 520	96 886 249	95 298 913	104 021 623
18	Bragança	159 069 255	150 387 408	138 086 243	130 305 115	118 400 233	116 592 570	103 775 884	100 072 542	89 203 052	91 491 193	91 614 986
19	Beja	121 063 556	112 660 808	107 141 946	97 247 720	88 365 150	87 924 451	78 583 845	74 869 224	67 801 533	68 797 796	68 696 423
20	Portalegre	97 943 373	91 383 480	87 429 278	81 728 698	68 997 401	65 983 384	57 152 037	51 350 575	47 940 781	47 051 659	45 670 300
Total Nacional		**7 423 847 845**	**7 146 481 263**	**6 666 669 584**	**6 213 304 938**	**5 592 854 289**	**5 163 613 363**	**4 763 013 450**	**4 452 456 974**	**4 314 486 447**	**4 404 027 130**	**4 470 088 224**

Hierarquizam-se no *Ranking* R55, os 50 municípios que, em 2022, apresentaram maior aumento de valor do Passivo exigível encabeçando esta listagem o município de Paredes, com um acréscimo de +22,9 milhões de euros de dívida exigível. Em segundo lugar aparece o município de Vila Real de Santo António com +22,8 milhões e euros de acréscimo de passivo exigível.

Pela análise das respetivas contas conclui-se que 148 municípios aumentaram o seu Passivo exigível em 2022, resultando no acréscimo global de +66,1 milhões de euros (+1,5%).

R55 – Municípios com maior aumento do Passivo Exigível em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim	Variação valor									
			12–13	13–14	14–15	15–16	16–17	17–18	18–19	19–20	20–21	21–22
1	Paredes	M	−1 690 031	111 735	−8 496 015	−4 741 264	4 048 501	−4 545 750	−4 665 093	−4 213 189	−1 051 270	22 929 467
2	Vila Real Sto. António	P	4 259 395	4 537 359	768 318	2 491 663	4 109 466	5 420 076	−11 087 889	−1 611 707	17 901 940	22 850 171
3	Loures	G	−6 757 771	−13 329 704	−8 514 350	−6 392 191	597 669	−3 332 664	−202 540	−2 663 108	7 712 844	12 129 793
4	Mafra	M	8 052 555	−7 945 733	−4 291 644	−1 930 873	7 589 185	10 470 061	−1 689 487	1 786 984	−4 125 479	11 266 435
5	Oeiras	G	24 890 369	−2 470 706	−13 790 530	−10 196 507	−10 220 607	−8 758 005	−7 063 183	707 035	−768 105	10 011 296
6	Vila Nova de Gaia	G	−15 093 422	−21 568 921	7 031 271	−16 962 175	−26 388 781	−17 802 140	−12 277 556	−13 547 161	163 631	9 261 786
7	Funchal	G	−12 767 716	−10 548 583	−9 442 956	−11 431 361	−4 218 098	−17 454 079	8 091 996	−1 851 460	−8 312 317	9 040 630
8	Ponta Delgada	M	−1 592 396	8 324 876	−4 555 656	−2 769 145	−2 252 833	−1 430 586	−1 533 245	−2 208 548	−1 547 341	8 922 281
9	Felgueiras	M	−3 316 620	−2 789 410	−1 922 441	−3 676 311	−212 688	3 305 319	−1 111 868	175 445	2 616 355	8 852 440
10	Viseu	G	−953 383	−3 350 876	2 910 393	−1 926 404	301 247	−4 157 721	−1 773 426	1 142 803	5 033 779	7 160 936
11	Figueira da Foz	M	−6 665 232	−5 988 882	−5 510 553	−4 127 439	−4 999 046	−3 989 587	−951 825	2 776 139	−1 294 515	7 079 285
12	Valongo	M	−6 174 023	−5 450 838	−2 629 317	−5 026 369	−4 173 347	−8 607 527	−1 193 980	−884 283	760 367	5 297 230
13	Trofa	M	1 453 711	−1 008 723	−4 194 197	−2 831 549	−3 878 410	−2 932 915	−1 220 923	−366 052	546 220	4 275 641
14	Moita	M	−2 678 619	−3 418 033	−2 080 523	−2 049 248	−3 092 405	−2 211 527	−2 664 913	−2 849 675	2 516 649	3 828 093
15	Porto	G	−4 565 720	−3 559 062	−8 463 391	−45 684 622	−3 804 387	−18 937 251	−9 633 306	24 325 006	14 615 099	3 722 507
16	Faro	M	−885 787	−7 350 438	−9 375 642	−7 486 692	−11 068 777	−4 666 298	−2 950 490	−1 410 567	−835 835	3 584 708
17	Castelo Branco	M	−709 669	938 116	−2 230 830	−1 137 547	−1 092 252	−513 369	−298 595	746 652	−495 807	3 300 288
18	Coimbra	G	−511 049	−1 966 682	916 662	−2 538 766	−8 035 058	−4 681 766	−4 339 067	−5 822 022	5 126 168	3 146 442
19	Lousada	M	−1 661 816	240 982	−708 285	−576 806	1 790 561	−1 763 845	−57 376	−1 163 866	3 398 741	3 073 683
20	V. Nova de Famalicão	G	−949 582	−3 130 854	4 154 358	606 686	−1 418 198	−2 790 103	339 351	−1 762 328	2 785 029	3 025 577
21	Lagoa (Algarve)	M	−1 525 709	−744 003	−3 914 540	−138 909	91 553	−972 465	−128 085	−55 950	120 857	2 765 839
22	Amarante	M	−389 663	−331 633	−822 347	1 073 057	3 894 088	1 491 240	170 584	145 058	7 165 766	2 724 846
23	Ribeira de Pena	P	−982 676	−13 869	−1 277 381	−1 070 616	−52 542	−848 494	1 643 423	−1 427 439	1 963 364	2 684 792
24	Vila do Porto	P	−344 383	−57 703	−269 938	4 507 946	−358 931	−389 383	−255 872	−269 692	−3 179 787	2 678 134
25	Tábua	P	−610 491	−113 468	−6 123	−1 055 866	356 023	110 941	−562 107	535 677	789 691	2 550 097
26	Vila Franca de Xira	G	−659 349	−3 212 530	−244 506	−3 180 032	6 111 917	−1 355 428	3 947 041	−886 094	−3 404 343	2 511 887
27	Azambuja	M	−2 108 636	−700 714	4 575 667	−1 332 169	−1 432 877	−2 141 709	−1 410 960	−1 198 184	−1 258 168	2 462 656
28	Fafe	M	−866 430	1 975 895	−2 320 324	2 462 050	−500 564	−708 369	1 021 288	−1 281 510	1 153 993	2 288 584
29	Palmela	M	−666 227	−2 713 589	−2 767 250	−4 108 180	−3 173 084	−1 558 585	−1 104 703	−1 667 930	4 657 091	2 257 573
30	Pombal	M	4 124 728	−3 470 083	−1 592 217	−1 150 890	−874 552	−1 539 871	−1 012 148	155 989	1 244 454	2 127 028
31	Benavente	M	−1 047 532	430 121	−510 653	−283 903	−286 397	1 133 912	−472 405	395 268	1 257 373	2 091 118
32	Vagos	M	−838 662	−1 265 720	−1 256 521	−721 529	−323 895	−288 419	1 622 236	639 407	−2 112 178	1 983 209
33	Odivelas	G	−4 655 258	−7 343 041	−8 182 042	−7 132 068	−5 149 978	13 291 149	−4 132 351	−2 663 498	−28 673	1 929 537
34	Melgaço	P	−2 705 373	−405 304	−1 954 105	−1 798 283	24 964	−327 016	−91 807	−391 398	1 670 843	1 877 450
35	Castro Daire	P	−656 367	−57 574	−284 729	−557 932	2 651 603	−1 294 402	670 110	−705 520	316 437	1 685 899
36	Pinhel	P	−1 510 384	−165 340	−795 731	362 853	579 137	1 077 743	−809 735	−239 163	674 098	1 672 165
37	Alcanena	P	−1 346 551	−2 459 382	−1 440 101	−1 658 262	−1 521 681	−2 054 085	653 848	−295 653	−436 334	1 563 560
38	Baião	P	−1 071 955	828 609	−708 028	541 986	−407 952	−161 865	−509 623	489 904	1 076 210	1 552 629

	Município	Dim	Variação valor									
			12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21	21-22
39	Vieira do Minho	P	190 425	-2 063 674	-1 603 640	-1 030 820	926 314	-1 141 810	79 006	-1 570 066	-199 262	1 325 019
40	Terras de Bouro	P	-582 745	685 189	-766 023	-207 037	-354 618	-669 988	-306 487	503 869	1 040 579	1 310 147
41	Penafiel	M	177 152	-1 461 939	673 218	-5 044 237	7 538 952	-6 051 275	-7 296 866	-3 775 820	2 793 140	1 307 820
42	Barcelos	G	-2 626 541	-3 552 364	-596 878	-2 360 217	-2 798 084	-4 248 570	-879 791	-1 344 236	-942 644	1 286 222
43	Penacova	P	-678 976	1 125 995	-30 386	-404 640	477 691	84 490	370 185	648 368	914 229	1 273 558
44	Póvoa de Varzim	M	-3 386 767	-3 486 657	-1 578 748	-2 343 122	-1 614 353	-1 626 886	4 884 305	1 862 979	5 809 617	1 263 623
45	Calheta (R. A. M.)	P	-2 017 585	-1 479 650	-1 670 316	-2 256 094	-874 058	-265 778	-670 846	-463 289	-620 485	1 258 726
46	Sintra	G	-14 125 950	-10 505 236	-30 212 167	-19 614 675	-5 747 245	-3 590 939	2 464 987	-564 001	-1 714 431	1 254 296
47	Ourém	M	-9 424 740	-5 600 655	-1 835 846	-2 415 211	-1 491 962	-2 688 814	-966 709	-1 023 744	222 945	1 193 172
48	Albergaria-a-Velha	M	-485 984	333 714	-1 044 425	-495 414	409 551	597 624	993 836	-583 026	216 806	1 193 075
49	Ovar	M	-1 025 946	-1 064 164	-164 935	406 529	-253 620	-1 362 639	353 802	1 242 208	172 324	1 189 229
50	Braga	G	-1 849 237	-5 702 440	-10 023 700	-6 350 155	-1 700 317	7 065 545	-6 440 373	-3 675 742	-805 758	1 159 134

Considerando que com diminuição do passivo exigível se identificaram 160 municípios à data de dezembro de 2022, hierarquizam-se no *Ranking* R56 os 50 municípios que apresentaram maior diminuição de dívida total. Deste *ranking*:

- Há a salientar a prestação dos cinco primeiros municípios, que apresentaram, cada um, uma descida de passivo exigível superior a -5 milhões de euros, revelando um esforço considerável de saneamento financeiro;
- Anotam-se, ainda, as **descidas significativas do montante de passivo exigível** dos municípios de Lisboa (-23,9 milhões de euros), Setúbal (-16,8 milhões de euros) e de Portimão (-15,5 milhões de euros).

R56 – Municípios com maior diminuição do Passivo Exigível em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim	Variação valor									
			12–13	13–14	14–15	15–16	16–17	17–18	18–19	19–20	20–21	21–22
1	Lisboa	G	87 334 812	–23 142 624	–4 145 330	–91 602 184	–133 338 109	–47 818 650	–52 397 488	–4 465 286	18 989 176	–23 946 265
2	Setúbal	G	2 552 192	–8 412 768	–2 553 422	–14 724 586	–4 010 171	–2 452 947	–724 569	5 216 930	9 448 782	–16 771 860
3	Portimão	M	3 934 535	–7 466 157	–12 928 951	11 942 524	–35 667 527	–7 655 025	–5 923 599	–2 121 235	–4 356 468	–15 507 170
4	Santarém	M	–5 571 755	–6 824 016	–5 257 703	–7 218 382	–7 012 779	–5 957 322	–4 216 889	–1 905 813	–2 193 381	–10 550 279
5	Seixal	G	–7 823 302	–2 228 455	–10 375 854	–8 284 613	–6 504 421	19 554 798	–5 389 851	–7 626 640	16 021 243	–7 760 265
6	Aveiro	M	–6 871 388	2 870 967	–10 477 977	–14 684 815	6 696 747	–4 879 693	–7 780 337	–15 449 211	–4 231 758	–4 819 435
7	Cascais	G	6 018 221	–18 830 010	–9 573 789	–20 312 733	4 792 490	–5 541 372	–10 201 639	–3 123 041	–2 455 435	–4 015 046
8	Guimarães	G	–10 287 169	–4 325 191	–1 360 052	–6 008 451	–4 788 466	–7 363 707	–6 663 190	–4 073 511	5 791 841	–3 923 780
9	Covilhã	M	–8 678 966	–6 358 443	8 223 446	–8 728 707	–8 818 973	–8 524 027	–5 846 691	–4 039 356	–4 473 598	–3 850 740
10	Évora	M	8 518 902	–4 171 835	–443 566	–2 690 019	–6 533 521	–1 307 961	–2 242 921	1 485 736	–2 758 500	–3 718 621
11	Paços de Ferreira	M	7 743 070	–4 671 157	–2 637 226	–3 456 458	–3 020 249	–5 539 613	–3 712 279	–1 671 776	–1 243 062	–3 009 136
12	Lagos	M	14 365 010	–8 332 762	–9 214 081	–7 221 001	–8 926 258	–1 646 183	–6 459 983	14 600 214	–15 825 131	–2 698 725
13	Barreiro	M	–4 321 726	–3 545 918	–3 429 786	–2 625 017	–2 684 976	–1 066 931	9 300 676	–33 992	4 801 528	–2 623 435
14	Fundão	M	–28 158	–3 985 767	–5 254 383	–5 324 712	–5 178 061	–2 079 451	–358 532	–4 346 683	–1 984 252	–2 532 426
15	Albufeira	M	–13 093 141	–18 587 709	–1 704 029	950 574	–2 508 893	–3 023 882	–66 495	–1 812 263	–1 333 351	–2 523 380
16	Rio Maior	M	–1 587 613	–872 048	–2 962 497	–3 939 254	–2 094 276	–2 100 379	–1 223 395	488 549	1 319 375	–2 304 113
17	Ribeira Grande	M	–3 991 072	–1 026 058	–306 556	742 252	–265 258	601 155	–2 065 710	13 382 871	–37 025	–2 100 039
18	Seia	M	–2 181 309	–2 496 751	–2 292 974	–3 955 551	–3 696 664	–2 579 146	–2 885 198	–2 703 796	–3 101 826	–2 031 038
19	Portalegre	M	–5 096 933	–2 549 347	–4 590 549	–6 116 091	–1 253 794	–3 847 677	–3 386 442	–3 377 428	–2 653 959	–1 912 287
20	Santa Cruz	M	–3 760 879	–4 464 286	–5 613 058	–3 647 892	–4 025 670	–1 549 114	–3 548 439	2 817 685	3 331 106	–1 908 200
21	Cartaxo	M	3 706 119	540 422	756 628	–413 177	2 503 843	534 828	–2 097 334	667 890	304 962	–1 711 584
22	Matosinhos	G	–6 143 855	–4 834 881	2 659 874	11 905 532	–2 056 786	–8 935 202	–4 648 297	–5 696 317	11 752 203	–1 697 489
23	Montemor-o-Velho	M	–1 561 236	–977 978	–2 080 138	–4 114 076	–2 127 708	–2 715 606	–1 780 000	–224 403	–219 758	–1 654 267
24	Leiria	G	–8 420 402	12 411 158	–7 075 358	–7 912 368	–4 810 592	–5 528 135	–7 215 354	1 975 613	–3 098 151	–1 640 008
25	Sines	P	–1 560 018	–2 437 474	–724 512	–2 155 230	–2 318 582	1 799 644	–142 654	–2 567 076	–710 959	–1 618 670
26	Lagoa (R.A.A)	P	–857 767	–1 525 806	2 016 131	–946 316	–931 122	–1 037 031	–729 066	–556 254	14 824 121	–1 570 965
27	Almada	G	–1 846 373	82 012	–1 163 877	–3 771 777	–5 840 700	–4 098 638	189 514	–2 952 202	–4 258 583	–1 526 761
28	Caminha	P	8 647 431	–591 078	3 149 862	–979 955	3 228 044	–146 507	197 918	–1 278 756	284 698	–1 525 271
29	Reguengos Monsaraz	P	1 725 382	–135 391	582 924	–949 257	1 157 641	106 015	–612 663	137 297	–988 512	–1 506 319
30	Guarda	M	–4 199 731	–8 116 000	–4 708 263	–4 689 734	–1 833 906	–4 454 149	–2 325 873	–2 155 438	–951 688	–1 478 276
31	Macedo Cavaleiros	P	–2 108 307	–799 535	–212 012	–1 350 787	570 563	–2 414 489	459 091	–1 318 622	991 729	–1 397 597
32	Loulé	M	–9 570 856	–21 019 621	–2 477 309	–4 752 570	–6 279 108	–4 495 241	–3 074 520	–2 568 013	–2 892 073	–1 359 167
33	Celorico de Basto	P	–1 740 321	–2 123 918	–915 781	–1 517 592	–754 198	–1 310 753	–1 032 118	100 090	3 343 582	–1 325 281

	Município	Dim	Variação valor									
			12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21	21-22
34	Angra do Heroísmo	M	-3 441 222	-1 424 328	-416 382	-1 623 005	-1 104 454	-2 244 543	-824 142	-635 303	-1 543 935	-1 225 541
35	Chaves	M	3 501 169	45 418	-7 965 203	-8 266 242	7 251 150	-5 462 870	-5 052 518	-1 438 942	-1 159 416	-1 206 980
36	Castelo de Paiva	P	-304 695	-1 021 773	-1 060 162	-924 386	-1 379 858	-281 343	-949 713	-1 555 748	-564 491	-1 064 634
37	Vila Franca do Campo	P	-1 364 072	-1 024 288	-1 526 554	-1 532 436	-1 707 207	-1 709 808	-343 035	12 166 239	617 688	-1 041 028
38	Vizela	M	388 760	823 963	-1 452 877	-3 388 473	-2 829 988	-1 159 712	-439 922	-1 299 444	1 132 311	-1 028 031
39	Alandroal	P	1 153 402	795 684	-1 421 500	-1 771 446	-1 076 740	-1 021 381	-719 807	191 764	-87 724	-989 762
40	Nelas	P	-446 726	-580 546	-1 380 431	-1 016 996	3 163	2 113 118	-692 029	-314 448	862 706	-979 626
41	Tomar	M	-2 356 598	-2 116 002	-3 388 914	-2 174 142	-2 291 973	-2 575 041	-2 593 767	-233 729	-1 867 738	-964 815
42	Nordeste	P	-73 273	-1 677 668	-1 180 186	-1 101 644	-1 026 965	-757 928	3 586 623	-562 274	-848 682	-944 876
43	Amadora	G	-2 846 364	-3 078 605	-1 396 924	-3 177 622	-4 346 173	-5 131 099	-3 271 182	-2 970 808	-1 246 728	-934 624
44	Lamego	M	-2 471 708	2 704 789	-1 419 665	9 263 838	-2 791 331	-1 804 977	-3 901 520	-1 110 309	-3 147 624	-887 220
45	Murça	P	-1 529 966	-269 127	-1 356 060	-979 728	-373 364	-1 639 242	-1 087 104	-20 430	171 823	-869 014
46	Gondomar	G	-4 233 463	-1 068 584	-5 604 981	-5 434 528	-1 171 074	-4 744 014	-13 474 255	-2 730 899	-8 015 902	-836 441
47	Olhão	M	-2 706 121	-2 458 321	-3 296 683	-2 264 814	-1 136 334	-604 886	-1 639 315	-1 522 708	-1 648 742	-784 494
48	Ribeira Brava	P	-5 310 034	-3 326 830	-3 178 139	-1 532 946	-1 741 326	-656 787	-780 492	-1 899 633	2 170 812	-774 869
49	Valença	P	-1 035 364	280 636	-620 870	432 876	-582 280	-556 632	446 237	-233 925	-198 684	-774 234
50	Moura	P	124 023	616 933	152 314	-1 699 327	-892 422	-552 734	-395 110	-712 762	301 225	-764 708

Com os *Rankings* R56.A e R56.M apresentam-se os municípios dos Açores e da Madeira hierarquizados pelo maior volume de descida da sua dívida total.

R56.A – Variação do Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma dos Açores em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim	Variação valor									
			12–13	13–14	14–15	15–16	16–17	17–18	18–19	19–20	20–21	21–22
1	Ribeira Grande	M	–3 991 072	–1 026 058	–306 556	742 252	–265 258	601 155	–2 065 710	13 382 871	–37 025	–2 100 039
2	Lagoa (R.A.A)	P	–857 767	–1 525 806	2 016 131	–946 316	–931 122	–1 037 031	–729 066	–556 254	14 824 121	–1 570 965
3	Angra do Heroísmo	M	–3 441 222	–1 424 328	–416 382	–1 623 005	–1 104 454	–2 244 543	–824 142	–635 303	–1 543 935	–1 225 541
4	Vila Franca do Campo	P	–1 364 072	–1 024 288	–1 526 554	–1 532 436	–1 707 207	–1 709 808	–343 035	12 166 239	617 688	–1 041 028
5	Nordeste	P	–73 273	–1 677 668	–1 180 186	–1 101 644	–1 026 965	–757 928	3 586 623	–562 274	–848 682	–944 876
6	Lajes do Pico	P	1 951 459	–1 867 747	–1 028 639	–722 902	–899 281	–839 353	–924 137	–993 313	–588 055	–406 935
7	Velas	P	–1 242 050	–595 051	–868 789	–564 487	–467 054	–541 665	–418 552	–401 653	–237 314	–267 293
8	São Roque do Pico	P	–139 345	–486 404	116 958	–47 386	2 878 177	333 342	–254 633	–207 314	–321 953	–232 846
9	Povoação	P	–13 624 257	–1 325 001	–664 042	–1 029 346	–854 773	1 643 339	–672 353	–518 673	–143 783	–181 087
10	Sta. Cruz da Graciosa	P	–312 936	–329 438	–222 285	–252 719	349 458	–215 354	–242 347	–157 472	219 747	–132 320
11	Madalena	P	–532 977	–595 435	–440 387	1 039 426	1 025 770	–386 774	–618 609	–476 025	–506 766	–129 872
12	Lajes das Flores	P	1 278 593	–2 280 531	–487 675	487 675	–878 371	–114 365	234 745	–9 290	95 444	–112 917
13	Calheta (R. A. A.)	P	–941 201	–829 737	–1 136 882	–1 014 644	–1 040 580	–1 179 209	–960 356	–898 493	–58 792	–51 167
14	Corvo	P	–104 396	–131 451	–40 041	–132 254	–159 591	–114 111	–138 072	–92 719	–80 706	–49 807
15	Santa Cruz das Flores	P	–142 920	–177 162	–66 408	–71 397	51 963	–86 410	–32 469	–42 961	–20 251	–9 515
16	Praia da Vitória	P	–819 923	–1 764 809	–4 862 413	–316 644	104 546	–699 314	1 561 915	–385 626	2 592 421	170 964
17	Horta	P	–317 706	–669 384	–983 068	–849 065	–487 282	–335 282	–261 539	–103 967	968 982	456 915
18	Vila do Porto	P	–344 383	–57 703	–269 938	4 507 946	–358 931	–389 383	–255 872	–269 692	–3 179 787	2 678 134
19	Ponta Delgada	M	–1 592 396	8 324 876	–4 555 656	–2 769 145	–2 252 833	–1 430 586	–1 533 245	–2 208 548	–1 547 341	8 922 281
Variação total R.A. Açores			**–26 611 844**	**–9 463 125**	**–16 922 813**	**–6 196 091**	**–8 023 790**	**–9 503 281**	**–4 890 850**	**17 029 533**	**10 204 014**	**3 772 087**

R56.M – Variação do Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma da Madeira em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim	Variação valor									
			12–13	13–14	14–15	15–16	16–17	17–18	18–19	19–20	20–21	21–22
1	Santa Cruz	M	–3 760 879	–4 464 286	–5 613 058	–3 647 892	–4 025 670	–1 549 114	–3 548 439	2 817 685	3 331 106	–1 908 200
2	Ribeira Brava	P	–5 310 034	–3 326 830	–3 178 139	–1 532 946	–1 741 326	–656 787	–780 492	–1 899 633	2 170 812	–774 869
3	Porto Santo	P	–4 935 897	–217 702	–1 732 932	861 440	778 192	–1 131 265	–188 957	–302 473	58 245	–183 547
4	Porto Moniz	P	–202 229	–148 658	–525 568	–201 410	–334 099	–491 269	–433 768	–329 276	–251 396	–80 503
5	Santana	P	–3 355 396	–2 861 137	–428 582	–323 245	–2 147 137	–345 216	–695 947	–248 093	82 948	34 112
6	Ponta do Sol	P	–1 147 907	–26 091	–714 970	283 947	–281 871	–411 171	–74 375	–122 855	55 271	233 506
7	Câmara de Lobos	M	–5 082 177	–1 379 825	–1 935 851	–622 674	–1 354 839	42 834	–2 090 902	–236 801	–279 000	242 687
8	São Vicente	P	2 399 181	–2 293 213	–1 335 047	–522 085	–705 307	–2 518 026	13 531	283 901	–425 431	333 348
9	Machico	P	–1 371 349	–9 087 497	–4 236 217	–2 189 081	–1 899 837	–1 277 504	–1 313 993	–4 178 975	2 602 910	526 821
10	Calheta (R. A. M.)	P	–2 017 585	–1 479 650	–1 670 316	–2 256 094	–874 058	–265 778	–670 846	–463 289	–620 485	1 258 726
11	Funchal	G	–12 767 716	–10 548 583	–9 442 956	–11 431 361	–4 218 098	–17 454 079	8 091 996	–1 851 460	–8 312 317	9 040 630
	Variação total R.A. Madeira		**–37 551 988**	**–35 833 473**	**–30 813 634**	**–21 581 401**	**–16 804 050**	**–26 057 375**	**–1 692 192**	**–6 531 270**	**–1 587 337**	**8 722 711**

Da observação dos dois *rankings* anteriores relativos às Regiões Autónomas confirma a análise já efetuada à evolução do Passivo exigível dos seus municípios, havendo apenas que relevar o seguinte;

- **No conjunto dos municípios açorianos, a subida do passivo financeiro foi de +3,8 milhões de euros**, sendo esta variação maioritariamente da responsabilidade essencialmente dos municípios de Vila do Porto (+2,7 milhões de euros) e Ponta Delgada (+8,9 milhões de euros), embora 4 municípios tenham aumentado o seu passivo exigível;
- Contudo, quinze municípios açorianos apresentaram descida de passivo exigível, num total de -8,5 milhões de euros, tendo o mais relevante sido o apresentado por Ribeira Grande em -2,1 milhões de euros;
- **O conjunto dos municípios madeirenses apresentarem um aumento da dívida global da região de +8,7 milhões de euros**, em grande parte devido ao aumento considerável da dívida do município do Funchal (+9,0 milhões de euros), que compensou as descidas verificadas em quatro municípios com maior relevância para Santa Cruz (-1,9 milhões de euros).
- No *Ranking* R56.D apresenta-se pela primeira vez o panorama da variação nacional do **passivo exigível, por Distritos e Regiões Autónomas.** Da análise deste *ranking*, constata-se que:
- O acréscimo da dívida em 2022 em +66,1 milhões de euros, apesar da responsabilidade de nove distritos, se localizou fundamentalmente no Distrito do Porto ao crescer nesta região +59,7 milhões de euros;
- A região que mais contribui para a descida da dívida foi o Distrito de Setúbal com uma descida de -23,9 milhões de euros, embora onze distritos conhecessem redução do passivo exigível.

R56.D – Variação do Passivo Exigível dos Distritos em 2022

Unidade: euros

Município		Variação valor									
		12–13	13–14	14–15	15–16	16–17	17–18	18–19	19–20	20–21	21–22
1	Setúbal	–22 363 266	–32 162 357	–31 611 248	–48 597 346	–33 110 802	1 684 670	–2 428 271	–15 554 174	30 216 838	–23 875 403
2	Santarém	–34 514 810	–27 428 704	–23 913 737	–30 509 219	–19 371 963	–24 580 040	–16 496 106	–8 392 731	–5 153 099	–9 221 611
3	Évora	7 268 397	–6 078 444	–9 037 801	–8 340 158	–11 110 220	–8 417 551	–6 763 648	7 715 935	–4 370 816	–6 738 176
4	Guarda	–12 651 541	–20 100 603	–18 392 845	–18 570 639	–9 862 336	–10 151 607	–3 174 165	–10 217 406	–5 946 575	–4 790 325
5	Castelo Branco	–10 827 707	–9 917 365	1 423 171	–19 285 279	–17 999 087	–15 129 638	237 900	–6 927 618	–7 878 164	–3 577 515
6	Aveiro	–44 473 536	–25 759 817	–37 061 886	–47 067 696	–14 028 535	–28 906 868	–18 654 860	–25 939 503	–8 926 695	–3 267 924
7	Viana do Castelo	–4 618 351	–5 640 608	–2 581 759	–10 723 998	4 472 930	–3 607 583	1 079 651	–1 467 643	17 619 891	–1 703 470
8	Portalegre	–6 559 893	–3 954 203	–5 700 579	–12 731 297	–3 014 017	–8 831 347	–5 801 462	–3 409 794	–889 123	–1 381 359
9	Vila Real	–13 180 176	1 307 179	–22 376 463	–20 827 157	–652 095	–16 138 347	–5 204 737	–7 955 025	2 737 894	–418 641
10	Beja	–8 402 747	–5 518 863	–9 894 225	–8 882 570	–440 699	–9 340 606	–3 714 621	–7 067 691	996 263	–101 373
11	Leiria	–14 097 238	–1 640 827	–24 656 766	–24 215 713	–12 317 492	–15 429 688	–14 736 485	–2 123 837	1 199 753	–83 868
12	Bragança	–8 681 847	–12 301 165	–7 781 128	–11 904 882	–1 807 664	–12 816 686	–3 703 342	–10 869 490	2 288 141	123 793
13	Braga	–24 718 023	–20 939 938	–20 092 218	–23 261 208	–16 056 759	–12 541 553	–18 425 059	–15 067 868	15 776 586	3 751 310
14	Açores	–26 611 844	–9 463 125	–16 922 813	–6 196 091	–8 023 790	–9 503 281	–4 890 850	17 029 533	10 204 014	3 772 087
15	Faro	–14 518 750	–65 900 326	–49 132 158	–13 317 932	–63 594 702	–24 933 405	–35 682 540	6 453 643	–10 514 836	6 523 619
16	Madeira	–37 551 988	–35 833 473	–30 813 634	–21 581 401	–16 804 050	–26 057 375	–1 692 192	–6 531 270	–1 587 337	8 722 711
17	Lisboa	84 141 234	–102 393 403	–80 857 986	–175 639 464	–146 402 343	–60 866 000	–77 602 121	–17 693 104	16 360 601	11 857 480
18	Coimbra	–10 290 201	–21 023 071	–19 573 513	–21 592 472	–18 771 118	–16 228 754	–12 607 279	–4 852 710	9 423 021	13 266 232
19	Viseu	–18 223 610	–6 284 901	–12 455 786	–9 404 686	–3 380 822	–12 775 896	–12 849 812	–6 270 300	176 691	13 464 237
20	Porto	–56 490 682	–68 777 666	–31 931 269	–87 801 440	–36 965 362	–86 028 358	–67 446 476	–18 829 473	27 807 634	59 739 289
Variação total nacional		**–277 366 582**	**–479 811 679**	**–453 364 646**	**–620 450 649**	**–429 240 926**	**–400 599 913**	**–310 556 476**	**–137 970 527**	**89 540 683**	**66 061 094**

3.5.3. Passivo eventualmente exigível dos municípios – Provisões para riscos e encargos

No Quadro 3.19 é apresentada a evolução das provisões (para riscos e encargos),[99] componentes que, como referimos, não consideramos como Passivo exigível, isto é, como dívidas efetivas para com terceiros. Incluem nomeadamente a parte que traduz valores estimados resultantes de acordos contratuais em risco ou situações em litígio.[100]

Verifica-se que o volume de provisões, em 2022, baixou -1,4% (-13,5 milhões de euros) face a 2021, totalizando 920,5 milhões de euros no universo dos 308 municípios.

[99] No SNC-AP a designação é apenas «Provisões».

[100] Sem prejuízo de se tratar de estimativas, a concretização eventual destas assume relevância em termos de análise. O peso das Provisões, nos últimos dois anos, atingiu cerca de 14% do total do passivo municipal a nível nacional (Quadro 3.11).

Quadro 3.19 – Componentes do Passivo eventualmente exigível

Unidade: milhões de euros

Passivo eventualmente exigível	Mandato 10-13		Mandato 14-17				Mandato 18-21				M. 22-25	Variação (%)	
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	21-22	12-22
Provisões	835,9	921,2	809,5	822,6	953,8	1 011,9	980,5	949,3	899,1	934,0	920,5	-1,4%	10,1%

Concluindo a análise do Passivo e face à obrigatoriedade de contabilização dos encargos eventuais em provisões, observaram-se mais detalhadamente as contas dos municípios com valores mais representativos nesta rubrica. Desta observação resultou o Quadro 3.20, onde se listam 33 municípios com provisões acima de 5 milhões de euros em 2022:

- Nesta listagem, destaca-se o município de Lisboa que apresentou valores notoriamente mais elevados que os restantes municípios. As provisões constituídas por Lisboa representavam 16% das provisões constituídas pela totalidade dos municípios portugueses nesse ano.
- Realça-se o facto de, entre estes 33 municípios, se encontrarem 3 municípios de pequena dimensão: Caminha, Pinhel e Vila Real de Santo António. Nesta listagem encontram-se, ainda, 15 municípios de média dimensão.

Para além destes 33 municípios com provisões superiores a 5 milhões de euros, identificaram-se mais 208 municípios que apresentaram provisões, embora com valores bastante inferiores aos valores apresentados pelos municípios aqui assinalados.

Quadro 3.20 – Municípios com valor em provisões superior a 5 milhões de euros

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M.22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Lisboa	G	414 569 899	441 768 499	225 556 087	211 714 857	246 870 971	317 387 561	204 698 475	214 490 696	190 321 602	202 145 379	147 021 446
2	Barcelos	G	0	0	0	0	97 809 000	73 108 360	75 682 330	65 153 866	62 213 546	62 384 937	62 615 901
3	Funchal	G	296 646	701 646	1 283 268	1 594 059	3 711 694	6 848 767	17 914 899	21 356 179	22 568 786	52 530 470	54 970 758
4	Paços de Ferreira	M	3 000 000	2 765 477	5 627 746	55 477 553	55 731 229	51 102 212	51 742 908	51 292 608	51 116 420	51 183 539	51 194 413
5	Mafra	M	0	1 606 187	7 801 175	7 585 912	7 736 234	8 785 979	9 652 515	7 868 386	11 412 067	11 534 521	33 315 757
6	Guarda	M	5 112 637	4 201 384	4 064 574	4 654 334	5 255 128	1 588 209	30 721 217	31 577 432	32 621 067	31 919 981	32 098 374
7	Loures	G	67 772 510	73 522 699	72 142 323	70 849 651	72 225 255	72 256 265	72 644 938	72 505 485	37 527 089	32 202 784	31 621 080
8	Porto	G	30 982 291	31 078 615	38 429 002	40 445 332	43 277 433	45 333 103	39 046 136	43 872 167	49 688 411	36 365 284	30 453 142
9	Marco de Canaveses	M	40 156 008	40 156 008	45 978 629	44 742 422	25 019 671	24 285 596	24 889 763	26 631 063	27 341 560	28 883 290	29 984 678
10	Bragança	M	9 746 282	9 714 178	12 604 264	12 496 918	12 562 373	12 749 338	17 954 700	20 764 072	21 928 723	24 881 878	27 896 709
11	Vila Franca de Xira	G	0	0	8 381 552	8 477 331	8 286 498	7 804 246	9 553 381	10 914 095	14 391 407	25 330 037	23 992 393
12	Fundão	M	10 821 102	18 989 359	22 618 202	22 229 091	23 346 633	23 796 533	24 493 451	22 660 447	21 910 389	22 248 360	22 424 442
13	Alcobaça	M	3 961 607	4 650 188	4 586 067	7 213 038	9 068 069	12 292 580	15 716 594	19 276 834	19 276 142	19 491 080	21 353 072
14	Sintra	G	14 995 132	17 150 266	17 102 723	21 222 930	19 758 775	19 809 244	29 437 669	22 568 116	17 460 449	18 167 235	19 340 049
15	Setúbal	G	5 505 495	6 490 562	1 348 641	914 774	1 547 634	1 236 954	3 238 936	3 301 653	16 462 402	4 076 256	18 412 405
16	Vila Real Sto António	P	1 132 464	906 786	734 672	3 625 727	3 552 932	2 032 943	1 909 749	2 190 212	5 194 428	8 224 278	14 065 446
17	Vila Nova de Gaia	G	43 914 951	51 194 130	49 534 130	4 213 881	2 878 500	4 913 758	5 457 936	10 034 566	15 488 272	13 336 272	13 420 584
18	Portimão	M	0	0	5 159 169	5 159 169	7 415 685	8 904 969	9 205 817	8 848 508	9 830 731	11 639 607	11 629 924
19	Santarém	M	18 483 369	13 181 643	8 368 619	11 145 951	9 001 990	9 380 589	8 007 625	7 605 211	7 838 931	7 838 931	11 345 674
20	Almada	G	6 801 501	5 932 636	6 468 977	1 471 109	1 804 974	2 041 546	3 116 529	6 145 645	7 273 789	8 397 165	10 074 642
21	Matosinhos	G	13 395 043	9 904 093	12 583 387	12 612 149	4 025 502	3 839 590	7 454 256	11 038 617	11 265 711	10 179 103	9 062 611
22	Covilhã	M	0	2 392 137	1 830 121	178 567	178 567	178 567	178 567	0	7 374 345	7 997 889	8 693 558
23	Lamego	M	0	0	0	0	6 627 463	6 797 605	15 440 566	9 134 178	8 773 629	8 469 698	8 578 108
24	Cascais	G	2 530 656	2 640 596	9 243 774	9 965 821	9 297 351	11 055 914	9 981 680	9 298 054	8 776 770	6 142 892	8 269 541
25	V. Nova Famalicão	G	0	0	0	0	864 918	1 444 920	2 722 193	2 787 106	7 480 887	7 931 050	7 451 955
26	Vila Real	M	805 941	79 822	79 301	78 001	44 470	73 035	40 368	5 279 339	6 505 983	6 863 764	7 203 274
27	Braga	G	0	0	601 309	601 309	1 643 233	12 130 845	7 542 132	7 415 987	10 175 089	5 910 472	6 841 381
28	Seixal	G	0	0	2 056 083	3 242 467	5 998 717	4 272 302	6 106 710	4 346 747	5 418 670	5 274 482	6 650 716
29	Caminha	P	6 875 469	1 164 842	1 188 842	397 578	297 724	0	0	0	7 299 537	6 928 459	6 545 785
30	Albufeira	M	1 349 796	1 272 546	677 774	544 349	6 884 624	6 544 361	6 299 892	6 297 360	5 983 098	5 845 026	5 804 476
31	Pinhel	P	379 092	1 850 964	3 411 551	4 268 955	4 686 618	5 655 482	5 807 488	5 807 488	5 680 239	5 680 239	5 680 239
32	Aveiro	M	0	0	2 582 662	3 975 689	4 766 194	6 338 728	4 171 969	2 383 791	4 476 770	4 850 731	5 223 472
33	Santiago do Cacém	M	1 966 542	2 542 023	2 972 756	3 556 244	3 553 468	3 206 307	3 891 344	4 473 215	4 404 949	5 146 443	5 040 465

3.5.4. Análise do Endividamento

3.5.4.1 Cálculo do limite da dívida total ao abrigo do disposto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013[101]

Até ao presente Anuário de 2022, neste ponto apresentou-se o montante da dívida total dos municípios com vista à determinação da sua capacidade de endividamento, considerando apenas o setor autárquico em sentido restrito, não abrangendo a totalidade das entidades que constituem os grupos autárquicos, isto é, sem inclusão das entidades referidas no n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013.[102] De igual modo não se considerava para efeitos de cálculo da Capacidade de Endividamento dos municípios, as exceções aos limites da mesma, por falta de informação prestada em sede de prestação de contas nos mapas de informação financeira, e por falta de informação nos respetivos Relatórios e Contas.

Aconteceu que, com as devidas considerações feitas pelos autores deste Anuário, até 2022, o cálculo da dívida total dos municípios não considerava a dívida constituída pelas entidades relevantes

---

[101] Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2018, de 16/08.

[102] Artigo 54.º – Entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 69/2015, de 16/07):

1 – Para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídos: a) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento; c) As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei; d) As cooperativas e as régies cooperativas, de acordo com o disposto no artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 58.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquele regime; e) As cooperativas não previstas na alínea anterior e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município; f) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.

2 – As entidades previstas na alínea b) do número anterior incluem também as associações participadas não exclusivamente por municípios, desde que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

3 – Caso, nas situações referidas nas alíneas c) a e) do n.º 1, sejam entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais a participar no capital ou a deter o controlo ou a presunção de controlo sobre entidades dessa natureza, a respetiva percentagem do endividamento relevante a imputar a cada município resulta da que lhe corresponde na entidade associativa, de acordo com as regras constantes da alínea b) do n.º 1.

4 – Para efeitos do apuramento da dívida total de cada município, não é considerada a dos serviços municipalizados e intermunicipalizados, bem como as das entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais, que esteja simultaneamente reconhecida na contabilidade do município ou dos municípios detentores."

para efeitos de limites da dívida total dos grupos municipais. A saber: os serviços municipalizados e intermunicipalizados; as entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais; as empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; as cooperativas e as régies cooperativas; as cooperativas não previstas na alínea anterior e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município; e as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º.

De igual modo não eram consideradas as exceções que a lei considerava para efeitos do cálculo ao limite de endividamento dos municípios, nem eram excecionadas as dívidas não orçamentais, por falta de informação fidedigna e concisa em sede de prestação de contas.

A partir de julho de 2023, com reporte às Contas Municipais de 2022, para efeitos do Anuário de 2022, esta equipa decidiu utilizar como fonte de informação para análise do Endividamento Autárquico a informação obtida através da DGAL (Direção-Geral das Autarquias Locais) no Mapa- Evolução do Endividamento Total, por Município – prestação de contas.[103]

Assim, ficarão a constar no cálculo do limite da Dívida Total dos municípios, não só todas as situações que por lei contribuem para o mesmo, como consideradas todas as exceções previstas na lei.

Acontece, no entanto, que à data de elaboração deste Anuário, apenas está disponibilizado pela DGAL o Mapa – Evolução do Endividamento Total, por Município – prestação de contas 2021 (isto é, a informação reportada a 2021). Ou seja, não se dispõe de informação referente ao ano económico de 2022.

Face ao exposto, os quadros que se apresentarão apenas terão informação financeira referente à matéria em apreço para o período entre 2014 e 2021 e será sobre este período que a análise se debruçará, considerando relevante assinalar a situação de 2021, última data disponível com informação fidedigna.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – RFALEI), na sua redação atual, estabelece no artigo 52.º o conceito relativo ao endividamento municipal, que é o da dívida total das operações orçamentais.[104]

---

[103] Situação objeto de retificação com documento anexo ao Anuário de 2021, já após a sua publicação, mas apenas para o ponto 3.5.4.2 do Anuário.

[104] Artigo 52.º – Limite da dívida total

1 – A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 – A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem

Esta lei estabelece como limite da dívida total, o valor correspondente a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, que não pode ser ultrapassado a 31 de dezembro de cada ano. Determina-se, ainda, no n.º 2 do artigo 52º, que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Em relação ao exercício de 2022,[105] mantém-se a alteração à lei do RFALEI introduzida pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, reiterada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o OE para 2018, no qual se excluiu do cômputo do cálculo do limite de endividamento, o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia, bem como o valor das subvenções reembolsáveis ou os empréstimos resultantes dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/ 2014, de 27 de outubro.

Mais se anota que, às exceções acabadas de referir, acrescem os empréstimos considerados no artigo 84.º do RFALEI – Regime transitório para o endividamento excecionado.[106]

como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

105 A Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, Lei Orçamental de 2018, altera o Artigo 52º – Limite da dívida total, do RFALEI, nos seus pontos 5 e 6 dando-lhe a seguinte redação: [...]

"5 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios referida no n.º 1, não é considerado:

a) O valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia; e

b) O valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

6 – Para efeitos do disposto no número anterior, no caso de existirem diferentes fontes de financiamento reembolsáveis pelos municípios, a não relevância para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios é na proporção dos montantes obtidos no âmbito do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro."

106 Este artigo estabelece que:

"1 – No caso em que um município cumpra os limites de endividamento na data de entrada em vigor da presente lei, mas que passe a registar uma dívida total superior aos limites previstos no artigo 52.º apenas por efeito da existência de dívidas excecionadas constituídas em data anterior à entrada em vigor da presente lei, não deve o município ser sujeito a sanções previstas na presente lei.

2 – Para efeitos do número anterior, consideram-se dívidas excecionadas as seguintes: a) Os empréstimos e os encargos com empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excecionavam dos limites de endividamento; b) Os empréstimos e os encargos com empréstimos contraídos para a conclusão dos programas especiais de realojamento (PER) cujos acordos de adesão tenham sido celebrados até ao ano de 1995; c) As dívidas dos municípios às empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, consolidadas até 31 de dezembro de 1988.

No Quadro 3.21 apresenta-se a **D**ívida total dos municípios, considerando o universo dos 308 municípios, com base nos dados publicados pela DGAL entre 2014 e 2021. É de referir que a DGAL não tem informação disponível de um município em 2019, sete municípios em 2020 e vinte e seis municípios em 2021. **Como já se referiu, não se dispõe de qualquer informação, da DGAL sobre a dívida dos municípios referente a dezembro de 2022. Ainda assim, achou-se oportuno apresentar aqui a informação sobre esta matéria, disponibilizada e atualizada na DGAL** à data **até dezembro de 2021.**

Quadro 3.21 – Limite à divida total

Unidade: milhões de euros

Indicadores		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
(a)	Média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores	6 061,2	6 255,4	6 575,8	6 858,0	7 175,0	7 435,7	7 560,2	7 377,6
(b)=1,5*a	Limite da dívida total	9 091,8	9 383,1	9 863,8	10 287,0	10 762,5	11 153,5	11 340,3	11 066,4
(c)	Dívida total (inclui dívidas SM+AM+SEL + entidades participadas, dívidas não orçamentais, exceções previstas na Lei n.º 73/2013 e no OE/2021 e FAM)	6 738,9	6 186,8	5 442,9	5 015,7	4 489,5	4 290,5	4 201,5	4 057,4
(d)	Dívidas não orçamentais, exceções previstas na Lei n.º 73/2013 e no OE/2021	194,3	189,3	194,6	212,1	237,9	299,3	382,6	428,1
(e)	Contribuição para o Fundo de Apoio Municipal – FAM (Conta 27.5.1)	125,8	253,7	215,5	157,3	33,2	11,2	2,9	0,6
(f)=(c)-(d)-(e)	**Dívida total (exclui dívidas não orçamentais, exceções previstas na Lei n.º 73/2013 e no OE/2021 e FAM)**	**6 418,8**	**5 743,8**	**5 032,8**	**4 646,2**	**4 218,4**	**3 980,0**	**3 816,0**	**3 628,7**
(g)=(f)/(a)	**Índice de divida total (Índice permitido <= 150%)**	**105,9%**	**91,8%**	**76,5%**	**67,7%**	**58,8%**	**53,5%**	**50,5%**	**49,2%**
	N.º de municípios que excederam o limite da dívida total	65	46	31	27	24	22	19	17

Da observação do Quadro 3.21 referente ao limite da dívida municipal, poder-se-á dizer em relação ao período entre 2014 e 2021, com maior enfase para a situação do último ano com informação disponível;

- Entre 2014 e 2021 a **Dívida total do universo municipal, sem qualquer exceção**, baixou -39,8% (-2 681,5 milhões de euros). Esta situação foi bastante favorável ao melhoramento do equilíbrio financeiro das autarquias;

Entre 2014 e 2021 a **Dívida total do universo municipal, com as exceções previstas na lei e sem a dívida não orçamental.** baixou -43,5% (-2 790,1 milhões de euros), fazendo com que neste período o Índice de Dívida Total baixasse -56,7%;

- Enquanto que o Índice da Dívida Total em 2014 se situou em 105,9%, em 2021 o mesmo indicador fixou-se em 49,2%, apresentando decréscimos progressivos desde 2014, o que é um ótimo indicador da progressiva melhoria da situação global de endividamento das **autarquias**;
- Entre 2014 e 2021 diminuíram em -48 o número de municípios que excederam o limite da dívida total, cifrando-se em 17, os municípios em que ocorreram, em 2021, situações de excesso de limite de endividamento;
- O quadro em apreço também permite concluir que a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores a cada ano económico, cresceu entre 2014 e 2021 +21,7% (+1 316,4 milhões de euros).

3 – Para efeitos dos números anteriores, apenas relevam as dívidas excecionadas constituídas em data anterior à entrada em vigor da presente lei e cujos contratos não sejam objeto de alterações, designadamente nos montantes ou nos prazos."

3.5.4.2. Indicadores de alerta para o risco de incumprimento do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013

A Secção III da Lei n.º 73/2013 (RFALEI), com as alterações posteriores, define os mecanismos de prevenção e de recuperação financeira municipal[107] no caso de incumprimento dos limites dispostos no seu artigo 52.º, contendo também indicadores que servirão de sinal de alerta para o risco de incumprimento dos novos limites de endividamento. Com base nas contas dos 308 municípios, procedeu-se ao cálculo destes indicadores para cada um dos municípios, obtendo-se o ponto de situação apresentado nos Quadros 3.22 e 3.23., reportando-se, face ao exposto sobre a recolha de informação da DGAL, até ao ano 2021.

Quadro 3.22 – Indicadores de sinalização de alerta precoce de saneamento financeiro e de recuperação financeira[108]

Situação da dívida total	N.º de Municípios							
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Inferior a 1,5 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	243	262	277	281	284	285	282	265
Superior à média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	132	96	68	60	45	42	41	34
Superior a 1,5 x a média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	65	46	31	27	24	22	19	17
Entre 1,5 x e 2,25 x a média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	36	24	14	14	15	15	13	12
Entre 2,25 x e 3 x a média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	13	10	10	8	5	3	2	1
Superior a 3 x a média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	16	12	7	5	4	4	4	4

Quadro 3.23 – Outros Indicadores de sinalização de alerta precoce e de recuperação financeira[109]

N.º de municípios com dívida total deduzida dos empréstimos:	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
inferior a 0,75 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	270	285	292	295	303	301	294	276
superior a 0,75 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	38	23	16	13	5	6	7	6

Os cálculos efetuados para a determinação dos indicadores apresentados no Quadros 3.22 e 3.23 permitem apresentar as seguintes conclusões relativas ao período entre 2014 e 2021, com especial referência ao último destes anos.

Situações que exigem a aplicação das sanções previstas no ponto 3. do artigo 52.º do RFALEI:

Entre 2014 e 2021 baixou em – 48 o número de **municípios**, que apresentaram **uma dívida total superior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida** cobrada nos três exercícios anteriores, não cumprindo o limite previsto no n.º 1 deste artigo, devendo, por isso**, ter-lhes sido reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite fosse cumprido**. Nesta situação estiveram 17 municípios em 2021, em relação aos quais deveria ter sido aplicada esta sanção em 2022.

[107] Os referidos mecanismos de prevenção e de recuperação financeira municipal estão explicitados nos seguintes artigos do RFALEI: Artigo 56.º – Alerta precoce de desvios; Artigo 57.º – Mecanismos de recuperação financeira municipal; Artigo 58.º – Saneamento financeiro, e Artigo 59.º – Plano de saneamento.

[108] Dos dados obtidos para a elaboração deste quadro, disponibilizados pela DGAL, não consta informação de um município em 2019, sete municípios em 2020 e 26 municípios em 2021.

[109] Dos dados obtidos da DGAL, para elaboração deste quadro não constam elementos de um município em 2019, sete municípios em 2020 e 26 municípios em 2021.

Situações em que municípios teriam que requerer saneamento financeiro com aplicação do respetivo plano de saneamento e obrigatoriedade de contrair um empréstimo para esse fim:[110]

- **Em 2022, os 17 municípios** referidos na situação precedente em 2021, para além da sanção apresentada, **deveriam** ter **contraído em 2022 empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros;**
- **Entre 2014 e 2021 diminuíram em -32 os municípios** que apresentaram, à data de dezembro do cada respetivo ano, um montante da dívida, excluindo empréstimos, **superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.**[111] **Os 6 municípios que em 2021 estiveram nessa situação deveriam, em 2022, requerer um plano de saneamento financeiro tendo contraído empréstimos para esse fim;**
- **Em 2021, apenas 1 município** demonstrou, à data de dezembro de 2021, um **valor da dívida total entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente cobrada nos três anos anteriores**[112] **e por isso teria que, em 2022, ser objeto de saneamento financeiro.** Em 2014 tinham sido 13 os municípios nesta situação, o que revela uma melhoria da situação financeira dos municípios.

Situações que obrigariam à adesão ao procedimento de recuperação financeira municipal:[113]

- Entre 2014 e 2021, diminuíram em -12 o número de municípios que apresentaram, em dezembro de cada ano, uma dívida total superior a 3 vezes a média de receita dos 3 últimos exercícios. **Em 2021 estiveram nesta situação 4 municípios, que por esta razão deveriam ter aderido, em 2022, ao procedimento de recuperação financeira municipal**.

---

[110] Situação em que o município é obrigado a contrair um empréstimo para saneamento financeiro ou a aderir ao procedimento de recuperação financeira previsto no artigo 61.º do RFALEI.

[111] Alínea b) do ponto 1 do artigo 58.ª do RFALEI.

[112] Os municípios nestes casos poderão, em alternativa, aderir ao procedimento de recuperação financeira previsto no artigo 61.º. "Artigo 61.º – Recuperação financeira municipal: 1 – O município é obrigado a aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal sempre que se encontre em situação de rutura financeira. 2 – A situação de rutura financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total prevista no artigo 52.º seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

[113] O artigo 61º do RFALEI considera que um município está em rutura financeira sempre que a dívida total seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios. O processo de recuperação financeira determina o recurso ao Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Situações que permitem, mas não exigem, a contração de empréstimos para saneamento financeiro:[114]

- Em dezembro de 2021, **34 municípios apresentaram sinais de alerta precoce**,[115] nos termos do n.º 1 do artigo 56.º do RFALEI. Efetivamente, àquela data, estes municípios, **apresentaram um valor de dívida total igual ou superior à média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.** Anota-se que, entre 2014 e 2021, o número de municípios nesta situação e a carecerem de empréstimos para saneamento financeiro, embora sem carácter obrigatório, baixou -98;
- **12 municípios** apresentaram, em dezembro de 2021, **o valor da dívida total superior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida e inferior a 2,25 vezes, essa média, pelo que em 2022 poderiam ter recorrido a financiamento financeiro para equilíbrio das contas.** O número de municípios nesta circunstância baixou -24 desde 2014**.**

Situações de não equilíbrio orçamental (conforme ponto 2.4.3 do capítulo 2):

- Em dezembro de 2022, **13 municípios** (menos 4 que em 2021) apresentaram um **montante da receita corrente cobrada bruta inferior à despesa corrente paga acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo**;
- Quer dizer que estes 13 municípios apresentaram um saldo corrente (deduzido das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo) negativo, quando calculado na base dos pagamentos. Contudo, destes municípios, em 2022, só **5 apresentaram o valor absoluto do saldo superior a 5% das receitas correntes totais**, sendo inferior nos restantes 8 municípios;
- No final do ano económico de 2022, **77 municípios apresentaram um saldo corrente negativo**, na base da despesa corrente assumida,[116] acrescida das amortizações médias dos empréstimos. Destes, **37 municípios apresentaram um valor absoluto dessa diferença negativa, superior a 5% das receitas totais cobradas**.

Dado que apenas dispomos de informação da DGAL atualizada a 2021, no que se refere ao **Endividamento Total** por município, não poderemos apresentar ranking reportado ao ano de 2022, pelo que manteremos, neste Anuário, com base em informação obtida através da DGAL no Mapa-Evolução do Endividamento Total, Por Município-Prestação de contas 2021, **o *ranking* que lista os 50 municípios em situações relacionadas com o índice da dívida total reportado ao ano de 2021**.

---

[114] Sempre que o município atinja ou ultrapasse a média da receita líquida cobrada nos três últimos exercícios, nos termos do n.º 2 do artigo 58.º do RFALEI, pode contrair empréstimos para saneamento financeiro.

[115] Nos termos do n.º 1 do artigo 56.º do RFALEI, sempre que, na informação prestada à DGAL, a dívida total atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios, serão informados os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, e os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças.

[116] Entende-se que o saldo corrente obtido na base dos compromissos (receitas liquidadas deduzidas de despesas comprometidas) dá uma imagem mais fiável e verdadeira da situação orçamental dos municípios quanto ao saldo do exercício.

Assim, tanto o Ranking R57 – que ordena os municípios com melhor índice de dívida total, será reportado ao ano de 2021, como o Ranking R58 onde se apresentam os municípios com índice de dívida total superior a 1,5 da média da receita corrente dos três anos anteriores, será também reportada ao ano de 2021.

R57 – Municípios com melhor índice de dívida total

Unidade: euros

	Município	Dim.	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021		
			Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)*100
1	Calheta (R. A. A.)	P	220,3%	154,4%	107,0%	76,1%	47,6%	24,9%	1,8%	4 233 077	54 183	**1,3%**
2	Ferreira do Zêzere	P	93,4%	76,5%	68,4%	59,5%	51,0%	43,8%	33,7%	8 078 823	123 159	**1,5%**
3	Ponta do Sol	P	30,1%	14,5%	12,6%	8,2%	4,6%	4,2%	2,6%	6 271 003	174 084	**2,8%**
4	Lagoa (Algarve)	M	28,2%	15,0%	8,5%	6,8%	5,5%	8,2%	3,8%	37 839 804	1 183 312	**3,1%**
5	Santa Cruz das Flores	P	19,0%	7,5%	4,7%	9,0%	7,3%	5,4%	3,7%	2 608 388	82 864	**3,2%**
6	Santana	P	101,2%	61,2%	51,2%	20,4%	14,3%	3,6%	2,9%	6 234 343	204 893	**3,3%**
7	Chamusca	P	73,9%	61,3%	40,8%	29,9%	19,4%	16,0%	3,4%	9 759 727	383 336	**3,9%**
8	Pampilhosa da Serra	P	2,2%	0,2%	0,0%	1,4%	5,2%	0,7%	6,2%	9 319 481	376 727	**4,0%**
9	Vila Nova de Foz Côa	P	51,8%	34,8%	18,1%	12,8%	12,8%	8,7%	20,1%	8 910 421	369 474	**4,1%**
10	Mealhada	P	0,1%	0,1%	0,1%	0,3%	0,3%	32,6%	5,3%	14 170 151	652 823	**4,6%**
11	Vila Velha de Ródão	P	23,8%	11,5%	9,2%	6,6%	3,8%	4,1%	5,0%	6 883 099	325 287	**4,7%**
12	Mogadouro	P	60,8%	39,3%	29,4%	22,1%	17,0%	9,6%	6,7%	11 636 323	661 829	**5,7%**
13	Oeiras	G	63,0%	43,5%	36,2%	27,6%	22,2%	12,7%	11,9%	179 887 837	11 740 301	**6,5%**
14	Alcobaça	M	41,8%	19,5%	28,3%	22,8%	18,9%	7,5%	6,4%	33 501 349	2 271 604	**6,8%**
15	Bombarral	P	68,3%	49,7%	29,9%	24,1%	21,6%	13,7%	10,3%	9 247 386	711 239	**7,7%**
16	Benavente	M	16,4%	4,9%	4,3%	3,4%	10,1%	8,8%	12,9%	16 446 059	1 313 777	**8,0%**
17	Anadia	M	72,8%	56,6%	43,5%	34,2%	25,4%	19,4%	14,0%	17 486 511	1 555 376	**8,9%**
18	Murtosa	P	38,4%	29,4%	23,4%	20,2%	16,6%	15,6%	13,4%	6 649 047	607 600	**9,1%**
19	Porto de Mós	M	27,0%	21,3%	17,6%	15,3%	12,9%	11,3%	9,0%	16 774 765	1 546 429	**9,2%**
20	Aguiar da Beira	P	82,7%	57,5%	49,6%	41,6%	28,9%	24,6%	18,5%	6 754 235	639 840	**9,5%**
21	Cinfães	P	27,4%	11,1%	9,3%	11,5%	20,4%	4,3%	10,5%	12 947 045	1 282 243	**9,9%**
22	Carrazeda de Ansiães	P	62,7%	39,7%	33,6%	26,5%	18,3%	25,2%	13,0%	7 298 529	724 006	**9,9%**
23	São Brás de Alportel	P	31,6%	25,8%	20,4%	15,9%	12,1%	10,8%	8,0%	11 221 470	1 138 369	**10,1%**
24	Boticas	P	35,3%	25,7%	15,6%	10,7%	9,4%	10,3%	12,7%	8 322 399	851 275	**10,2%**
25	Alcácer do Sal	P	14,7%	7,1%	7,5%	7,2%	5,1%	6,8%	6,7%	16 168 135	1 671 012	**10,3%**
26	Águeda	M	39,0%	30,1%	32,8%	23,1%	17,8%	13,4%	22,8%	26 021 568	2 749 724	**10,6%**
27	Coruche	P	29,5%	23,9%	19,1%	17,0%	15,7%	16,2%	13,9%	16 485 114	1 861 907	**11,3%**
28	Santa Maria da Feira	G	102,8%	84,4%	63,8%	45,2%	36,8%	34,8%	16,5%	60 981 076	6 956 551	**11,4%**
29	Ponte de Lima	M	20,2%	9,2%	8,9%	11,5%	12,5%	12,8%	10,1%	26 017 245	3 108 187	**11,9%**
30	Arouca	M	34,0%	27,1%	20,0%	19,2%	14,1%	12,3%	12,0%	13 646 947	1 641 830	**12,0%**
31	Amadora	G	37,5%	35,5%	33,6%	27,0%	24,5%	21,5%	13,9%	107 371 359	12 962 708	**12,1%**
32	Sintra	G	39,2%	20,1%	9,4%	7,7%	5,4%	4,9%	7,9%	243 611 855	29 435 587	**12,1%**
33	Campo Maior	P	24,8%	22,3%	25,4%	19,3%	22,7%	19,4%	16,3%	8 006 426	994 002	**12,4%**
34	Bragança	M	34,0%	27,5%	20,0%	17,2%	15,4%	12,6%	11,0%	30 221 532	3 833 453	**12,7%**

	Município	Dim.	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021		
			Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)*100
35	Lajes das Flores	P	58,0%	24,7%	14,7%	9,3%	7,1%	10,8%	12,4%	2 839 596	368 616	**13,0%**
36	Sertã	P	41,3%	34,5%	28,5%	21,7%	20,8%	17,2%	15,7%	13 518 567	1 759 826	**13,0%**
37	Cadaval	P	39,7%	27,7%	22,6%	27,2%	19,9%	16,7%	14,0%	10 342 809	1 389 896	**13,4%**
38	Grândola	P	82,7%	62,6%	51,0%	44,7%	29,1%	22,0%	17,1%	24 132 913	3 267 884	**13,5%**
39	Ferreira do Alentejo	P	67,8%	51,3%	44,9%	45,2%	37,6%	26,8%	18,5%	9 760 826	1 323 164	**13,6%**
40	Vila Flor	P	54,8%	37,2%	30,6%	33,4%	23,9%	17,8%	16,7%	7 871 367	1 101 523	**14,0%**
41	Montijo	M	48,1%	42,8%	36,6%	32,2%	30,2%	27,0%	22,1%	38 594 316	5 572 272	**14,4%**
42	Marvão	P	48,9%	35,6%	29,0%	20,8%	23,3%	14,9%	14,7%	4 403 875	646 737	**14,7%**
43	Penalva do Castelo	P	53,5%	39,0%	32,6%	29,3%	24,5%	21,8%	18,0%	6 808 115	1 008 812	**14,8%**
44	Corvo	P	93,1%	73,0%	55,8%	45,5%	35,3%	26,9%	18,2%	1 514 933	226 170	**14,9%**
45	Loulé	M	65,7%	53,4%	43,3%	33,6%	28,1%	26,1%	19,2%	105 170 779	15 896 559	**15,1%**
46	Abrantes	M	66,4%	52,3%	39,5%	33,5%	26,8%	30,5%	22,5%	28 282 921	4 284 388	**15,1%**
47	Castelo Branco	M	23,1%	17,3%	14,2%	11,4%	14,2%	13,1%	14,2%	44 765 450	7 015 251	**15,7%**
48	Redondo	P	11,1%	11,1%	14,2%	12,6%	7,6%	7,4%	22,0%	6 938 707	1 117 115	**16,1%**
49	Montalegre	P	42,2%	31,6%	22,0%	18,8%	25,1%	22,8%	19,0%	16 474 217	2 653 413	**16,1%**
50	Odemira	M	65,6%	55,8%	38,5%	31,5%	25,2%	19,4%	22,3%	27 535 979	4 458 202	**16,2%**

R58– Municípios com índice de dívida total superior a 1,5 da média da receita corrente dos três anos anteriores

Unidade: euros

	Município	Dim.	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021		
			Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)*100
1	Vila Real de Sto. António	P	428%	432%	393%	380%	380%	666%	557%	23 419 192	151 491 386	**647%**
2	Fornos de Algodres	P	753%	666%	564%	522%	512%	496%	476%	5 951 027	27 040 655	**454%**
3	Vila Franca do Campo	P	503%	414%	387%	304%	273%	308%	423%	8 278 400	32 842 828	**397%**
4	Cartaxo	M	468%	478%	439%	396%	408%	392%	395%	14 018 500	51 504 046	**367%**
5	Nordeste	P	756%	505%	463%	346%	311%	300%	283%	5 109 515	13 413 549	**263%**
6	Fundão	M	407%	362%	309%	281%	260%	265%	238%	23 791 539	52 464 892	**221%**
7	Portimão	M	494%	436%	323%	298%	259%	233%	217%	55 343 698	115 411 524	**209%**
8	Vila Nova de Poiares	P	413%	340%	275%	251%	231%	218%	207%	6 674 923	13 713 200	**205%**
9	Freixo de Espada à Cinta	P	338%	276%	235%	220%	210%	201%	189%	6 153 899	12 163 621	**198%**
10	Alfândega da Fé	P	374%	321%	273%	256%	230%	217%	203%	7 807 466	15 404 689	**197%**
11	Alandroal	P	360%	305%	248%	227%	211%	195%	195%	8 452 119	16 054 507	**190%**
12	Lagoa (R.A.A)	P	100%	113%	93%	78%	64%	53%	190%	10 210 751	18 993 877	**186%**
13	Nazaré	P	296%	251%	215%	211%	200%	186%	186%	18 419 699	32 294 113	**175%**
14	Reguengos de Monsaraz	P	219%	200%	180%	189%	191%	181%	177%	11 244 049	18 723 074	**167%**
15	Belmonte	P	114%	112%	92%	47%	52%	181%	195%	6 159 685	10 104 750	**164%**
16	Paços de Ferreira	M	326%	284%	257%	242%	215%	188%	174%	24 949 026	39 742 220	**159%**
17	Seia	M	338%	301%	259%	228%	210%	192%	178%	20 155 504	31 804 962	**158%**

Nos *Rankings* R58.A e R58.M, apresentam-se ordenados os índices da dívida total dos municípios, respetivamente, da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira, também reportados a 2021, pelas razões invocadas supra.

R58.A – Índice de dívida total dos municípios da Região Autónoma dos Açores

Unidade: euros

	Município	Dim.	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021		
			Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)*100
1	Vila Franca do Campo	P	502,7%	413,9%	387,2%	304,4%	272,6%	307,9%	423,1%	8 278 400	32 842 828	**396,7%**
2	Nordeste	P	756,0%	504,5%	463,1%	346,2%	310,7%	299,7%	282,8%	5 109 515	13 413 549	**262,5%**
3	Lagoa (R.A.A)	P	100,2%	113,3%	92,6%	78,2%	64,0%	53,0%	189,7%	10 210 751	18 993 877	**186,0%**
4	Ribeira Grande	M	89,4%	72,3%	77,0%	72,5%	68,9%	51,7%	123,2%	18 765 013	22 266 517	**118,7%**
5	Ponta Delgada	M	89,6%	91,3%	88,6%	116,1%	95,9%	75,3%	99,3%	45 864 911	43 346 207	**94,5%**
6	São Roque do Pico	P	16,5%	13,3%	10,4%	91,5%	103,5%	91,7%	84,6%	4 060 489	2 969 461	**73,1%**
7	Povoação	P	157,5%	125,3%	86,9%	108,7%	89,9%	73,0%	64,6%	6 108 025	4 170 890	**68,3%**
8	Vila do Porto	P	141,3%	126,3%	108,1%	93,7%	85,3%	78,0%	70,8%	5 175 487	3 243 151	**62,7%**
9	Madalena	P	113,7%	73,7%	74,7%	92,7%	84,2%	69,3%	61,2%	5 912 039	3 146 659	**53,2%**
10	Velas	P	218,0%	123,3%	94,2%	73,0%	61,8%	51,9%	45,0%	5 270 177	2 173 389	**41,2%**
11	Horta	P	81,4%	56,6%	42,8%	34,5%	30,7%	25,1%	27,4%	9 829 961	3 602 756	**36,7%**
12	Lajes do Pico	P	212,1%	167,9%	134,0%	107,3%	88,2%	66,2%	45,6%	5 020 789	1 609 026	**32,0%**
13	Santa Cruz da Graciosa	P	64,0%	45,7%	35,3%	43,5%	36,7%	30,9%	26,7%	3 767 627	1 162 041	**30,8%**
14	Corvo	P	93,1%	73,0%	55,8%	45,5%	35,3%	26,9%	18,2%	1 514 933	226 170	**14,9%**
15	Lajes das Flores	P	58,0%	24,7%	14,7%	9,3%	7,1%	10,8%	12,4%	2 839 596	368 616	**13,0%**
16	Santa Cruz das Flores	P	19,0%	7,5%	4,7%	9,0%	7,3%	5,4%	3,7%	2 608 388	82 864	**3,2%**
17	Calheta (R. A. A.)	P	220,3%	154,4%	107,0%	76,1%	47,6%	24,9%	1,8%	4 233 077	54 183	**1,3%**
18	Angra do Heroísmo	M	104,8%	94,5%	80,0%	73,4%	62,1%	62,6%	50,6%	n.d.	n.d.	**n.d.**
19	Praia da Vitória	P	150,0%	126,1%	95,7%	93,7%	84,1%	96,3%	n.d.	n.d.	n.d.	**n.d.**

R58.M – Índice de dívida total dos municípios da Região Autónoma da Madeira

Unidade: euros

	Município	Dim.	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021		
			Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)*100
1	Santa Cruz	M	204,7%	164,1%	127,4%	104,7%	83,5%	61,4%	58,4%	21 892 264	19 447 788	**88,8%**
2	Porto Santo	P	89,2%	33,5%	35,6%	49,3%	38,5%	65,8%	60,7%	4 600 746	2 636 519	**57,3%**
3	Câmara de Lobos	M	114,6%	88,9%	70,2%	68,7%	64,7%	49,9%	45,8%	11 974 707	5 928 657	**49,5%**
4	Ribeira Brava	P	199,2%	130,2%	85,8%	71,8%	55,9%	47,5%	20,5%	7 235 963	3 220 798	**44,5%**
5	Machico	P	204,5%	118,9%	86,8%	64,3%	56,5%	32,8%	15,0%	10 103 599	4 187 385	**41,4%**
6	São Vicente	P	203,8%	143,9%	116,8%	98,3%	46,9%	39,8%	53,4%	5 103 529	2 073 213	**40,6%**
7	Funchal	G	125,9%	107,1%	88,8%	78,0%	47,5%	47,0%	43,5%	72 374 808	27 326 561	**37,8%**
8	Porto Moniz	P	120,6%	72,5%	62,8%	52,8%	42,2%	34,6%	27,9%	4 895 394	1 137 542	**23,2%**
9	Calheta (R. A. M.)	P	128,4%	94,9%	52,1%	42,7%	38,3%	31,7%	24,3%	10 233 042	1 934 042	**18,9%**
10	Santana	P	101,2%	61,2%	51,2%	20,4%	14,3%	3,6%	2,9%	6 234 343	204 893	**3,3%**
11	Ponta do Sol	P	30,1%	14,5%	12,6%	8,2%	4,6%	4,2%	2,6%	6 271 003	174 084	**2,8%**

3.5.5. Prazo Médio de Pagamentos[117]

O comportamento dos municípios em relação ao Prazo Médio de Pagamentos (PMP) foi fortemente influenciado pela sua adesão a sucessivos programas de apoio lançados pelo Governo e denominados: PPTH – Programa Pagar a Tempo e Horas (Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro), PREDE – Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, PAEL – Programa de Apoio à Economia Local e, já no final de 2014, o plano de emergência do Fundo de Apoio Municipal – FAM.[118]

Neste ponto do Anuário, a partir de 2020[119] tem-se obtido informação sobre os prazos médios de pagamento de acordo com o estipulado na lei, a partir dos mapas elaborados e fornecidos pela DGAL.[120]

No que concerne ao cálculo do PMP, a DGAL[121] refere o seguinte, que importa citar: *"A implementação do SNC-AP, por parte dos municípios, a partir de 1 de janeiro de 2020, implicou a necessidade de ajustamento da metodologia de apuramento do indicador PMP. Feitas as alterações necessárias à adaptação ao SNC-AP nos planos de conta vigentes e reunido o consenso com os interlocutores relevantes, para efeitos do apuramento do PMP, calculado trimestralmente, tem-se em consideração o seguinte:*

---

[117] A análise apresentada neste ponto teve por base a informação publicada no sítio web oficial da Direção Geral das Autarquias Locais (https://appls.portalautarquico.pt/portalautarquico/). Desde 2020 que não incluíamos este ponto no Anuário por falta de informação atempada da DGAL.

[118] Em dezembro de 2016, tinham recebido financiamento ao abrigo do FAM, cinco (5) municípios: Portimão, Vila Real de Santo António, Alandroal, Vila Nova de Poiares e Alfândega da Fé.

[119] Antes de 2020 o PMP era obtido nos termos da lei, mas a partir de informação retirada dos documentos de prestação de contas.

[120] A fórmula de cálculo do PMP está definida no n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C, que refere o seguinte: "É adaptado o indicador de prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP), previsto no n.º 6 do anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que passa a basear-se na seguinte fórmula:

$$PMP = \frac{\frac{\sum_{t-3}^{t} DF}{4}}{\sum_{t-3}^{t} A} \times 365$$

em que DF corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre, e A corresponde às aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

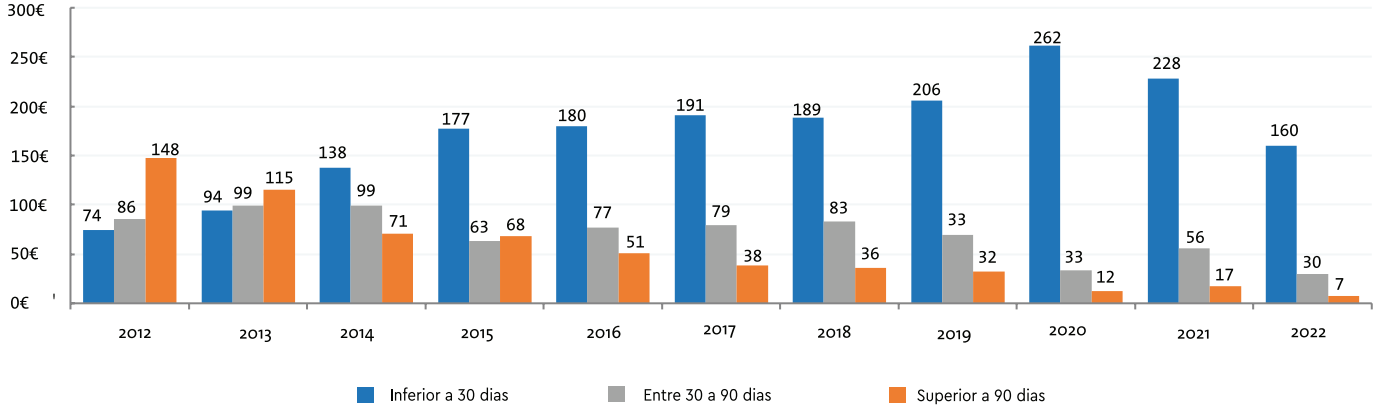
[121] Nos termos do n.º 20 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, compete a esta Direção Geral publicar, na sua página eletrónica na Internet, e até ao final do mês de abril, o PMP registado por cada município no final do 4.º trimestre do ano anterior; e até ao final do mês de setembro, a lista dos municípios que tenham registado um PMP superior a 90 dias no final do 2.º trimestre do mesmo ano. Por sua vez, os subsequentes Decretos-Lei de Execução Orçamental têm vindo a determinar que a DGAL, no âmbito do estabelecido pelo Programa Pagar a Tempo e Horas, divulguem trimestralmente a lista dos municípios que tenham um PMP superior a 60 dias.

Dívida de curto prazo a fornecedores (DF)[122]	
Contas – classificação patrimonial do SNC-AP	**Observações**
22 – Fornecedores	Total das contas 22.1.1, 22.2, 22.5 e 22.6.1 – Saldos credores acumulados
27.1 – Fornecedores de investimentos	Total das contas 27.1.1.1, 27.1.2 e 27.1.6.1 – Saldos credores acumulados
27.8.9.2.9.1.9 – Outros credores – Outros – Outras entidades	Saldo credor acumulado

Aquisição de bens e serviços (A)[123]		
Contas – classificação patrimonial do SNC-AP	**Observações**	
31 – Compras	**Movimentos trimestrais a débito**. Não se considera o débito das contas 31.7 e 31.8, somente os créditos.	
62 – Fornecimentos e serviços externos	**Saldo devedor trimestral**	
43.0 a 43.7 – Ativos fixos tangíveis	Considera-se apenas os movimentos **a débito do próprio trimestre**, isto é, os incrementos de imobilizado durante o trimestre.	Total das contas 43.0, 43.1, 43.2, 43.3, 43.4, 43.5, 43.6 e 43.7
45.3 – Ativos fixos tangíveis em curso		Total da conta 45.3

O Gráfico 3.05 permite apreciar a situação do PMP[124] dos municípios, no final de cada ano económico entre 2012 e 2022.[125]

Gráfico 3.05 – Número de Municípios com um Prazo Médio de Pagamentos inferior a 30 dias, entre 30 e 90 dias e superior a 90 dias



[122] O apuramento da DGAL tem por base a informação reportada pelos municípios na aplicação SISAL (Peça de relato "Balancete Analítico").

[123] O apuramento da DGAL tem por base a informação reportada pelos municípios na aplicação SISAL (Peça de relato "Balancete Analítico).

[124] Interessa relevar o forte impacto dos programas de apoio PREDE, PPTH e PAEL já referidos nos pontos anteriores e exaustivamente analisados no Anuário referente ao ano económico de 2014, mostrando o seu reflexo na diminuição drástica do número de municípios com prazo médio de pagamentos superior a 90 dias, com preponderância nos municípios de pequena e de média dimensão.

[125] Anota-se que não está disponível nos elementos disponibilizados pela DGAL, o PMP a 31.12.2020 de 1 município, a 31.12.2021 de 7 municípios e a 31.12.2022 de 111 municípios.

No Quadro 3.24 apresenta-se o número de municípios que mostraram um PMP superior a 90 dias no final de cada ano económico. Mais se verifica que 2012 foi o ano em que maior número de municípios (148, representando 48,1%) apresentaram prazo médio de pagamentos superior a 90 dias. Utilizaremos esse ano como referência para comparação com 2022.

A 30 de dezembro de 2022, apesar de existirem ainda 7 municípios com PMP aos fornecedores superior a 90 dias, verifica-se que em relação à situação detetada em 2012, um número significativo (141 municípios) superou este constrangimento, revelando **uma melhoria de situação de 95,3%.**

Mais se verifica que o PMP a fornecedores em 2022 é de 21 dias, quando em 2014 era de 164 dias, demonstrando esta evolução uma extraordinária melhoria na gestão do prazo de pagamentos por parte dos municípios.

Quadro 3.24 – Variação do PMP de 2012 a 2022

		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Pequenos	Nº de municípios existentes	183	184	184	185	185	186	186	187	188	188	188
	Nº de municípios com PMP superior a 90 dias, em 31-12	82	66	42	44	38	29	26	27	7	12	6
	Percentagem sobre o total de municípios	44,8%	35,9%	22,8%	23,8%	20,5%	15,6%	14,0%	14,4%	3,7%	6,4%	3,2%
Médios	Nº de municípios existentes	101	100	100	99	99	98	98	97	96	96	95
	Nº de municípios com PMP superior a 90 dias, em 31-12	57	42	24	19	10	7	8	4	3	3	1
	Percentagem sobre o total de municípios	**56,4%**	**42,0%**	**24,0%**	**19,2%**	**10,1%**	**7,1%**	**8,2%**	**4,1%**	**3,1%**	**3,1%**	**1,1%**
Grandes	Nº de municípios existentes	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	25
	Nº de municípios com PMP superior a 90 dias, em 31-12	9	7	5	5	3	2	2	1	2	2	0
	Percentagem sobre o total de municípios	37,5%	29,2%	20,8%	20,8%	12,5%	8,3%	8,3%	4,2%	8,3%	8,3%	0,0%
Total	**Nº de municípios existentes**	**308**	**308**	**308**	**308**	**308**	**308**	**308**	**308**	**308**	**308**	**308**
	Nº de municípios com PMP superior a 90 dias, em 31-12	**148**	**115**	**71**	**68**	**51**	**38**	**36**	**32**	**12**	**17**	**7**
	Percentagem sobre o total de municípios	**48,1%**	**37,3%**	**23,1%**	**22,1%**	**16,6%**	**12,3%**	**11,7%**	**10,4%**	**3,9%**	**5,5%**	**2,3%**
	Média do PMP do total dos municípios	**164**	**126**	**111**	**78**	**68**	**48**	**45**	**34**	**19**	**27**	**21**

Os *Rankings* R59 e R60 evidenciam, respetivamente, os municípios com menor e maior Prazo Médio de Pagamentos em 2022.

R59 – Municípios com menor Prazo Médio de Pagamentos

Unidade: dias

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Azambuja	M	372	247	48	6	0	1	0	0	0	0	0
2	Alcoutim	P	1	1	1	3	1	3	2	2	0	2	1
3	Calheta (R.A.A.)	P	5	37	25	6	6	0	1	1	0	1	1
4	Lagoa (Algarve)	M	180	71	18	3	3	6	1	3	1	1	1
5	Lajes das Flores	P	87	122	20	17	2	2	4	5	0	9	1
6	Leiria	G	78	27	7	7	6	5	5	5	4	2	1
7	Nordeste	P	1 875	299	5	18	4	1	0	2	0	1	1
8	Ribeira Grande	M	238	9	10	6	7	8	5	5	0	3	1
9	Vila Nova de Foz Côa	P	39	49	67	14	23	8	8	4	6	6	1
10	Abrantes	M	70	43	16	11	6	9	5	5	1	5	2
11	Marco de Canaveses	M	21	22	20	5	6	8	12	7	2	5	2
12	Miranda do Douro	P	284	126	24	5	0	0	1	2	1	1	2
13	Porto Moniz	P	443	243	51	66	8	4	8	7	0	3	2
14	Santa Cruz das Flores	P	3	1	1	0	5	1	2	5	0	4	2
15	Velas	P	23	9	2	1	2	2	2	7	0	1	2
16	Vila Real	M	45	35	2	2	2	1	3	1	2	1	2
17	Vimioso	P	5	2	4	4	7	2	4	2	3	1	2
18	Vinhais	P	53	11	32	19	9	13	13	9	7	11	2
19	Corvo	P	14	0	5	6	1	4	1	1	0	1	3
20	Ferreira do Zêzere	P	60	117	50	29	3	0	0	0	0	1	3
21	Lourinhã	M	78	84	36	18	23	20	12	14	1	7	3
22	Murtosa	P	10	2	6	2	6	2	3	2	1	3	3
23	Portel	P	3	3	2	6	3	6	9	4	0	5	3
24	Sabrosa	P	331	46	46	48	22	3	3	1	4	1	3
25	Santa Cruz da Graciosa	P	6	13	3	1	2	2	1	1	0	1	3
26	Sernancelhe	P	11	9	8	6	7	4	3	6	1	1	3
27	Almeirim	M	66	30	8	6	5	3	3	2	2	4	4
28	Arraiolos	P	28	32	21	35	30	22	18	13	6	7	4
29	Cartaxo	M	521	372	257	225	113	31	39	22	2	9	4
30	Castelo de Vide	P	12	11	11	7	6	4	5	12	0	3	4
31	Chamusca	P	367	54	12	11	7	4	1	10	1	4	4
32	Mogadouro	P	15	17	2	3	6	6	12	8	4	3	4
33	Sintra	G	25	9	8	2	9	7	7	9	5	12	4
34	Alpiarça	P	36	38	52	190	147	217	264	231	5	29	5
35	Bragança	M	70	63	30	23	5	5	6	4	7	5	5
36	Covilhã	M	73	60	29	16	31	49	12	9	24	12	5
37	Estarreja	M	92	78	77	14	13	14	13	11	13	17	5
38	Ourique	P	130	245	225	286	160	150	334	32	4	20	5

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
39	Portalegre	M	190	452	242	169	139	34	50	47	5	27	5
40	Santiago do Cacém	M	132	194	82	65	41	19	22	7	3	8	5
41	Vila do Porto	P	9	44	25	2	2	3	5	4	0	5	5
42	Armamar	P	224	263	50	221	105	95	71	65	29	10	6
43	Aveiro	M	250	179	89	354	263	242	21	12	2	9	6
44	Estremoz	P	154	63	65	12	9	16	11	23	4	15	6
45	Mealhada	P	4	4	11	7	7	12	14	19	1	10	6
46	Odemira	M	23	15	16	12	10	11	9	10	5	7	6
47	Vila Velha de Ródão	P	24	26	10	19	18	19	14	11	8	5	6
48	Vila Viçosa	P	209	224	135	367	39	31	30	20	14	3	6
49	Alcanena	P	35	38	60	14	9	25	8	19	6	16	7
50	Alter do Chão	P	34	25	36	145	88	84	37	19	0	3	7
51	Borba	P	380	101	127	27	17	41	22	18	12	10	7
52	Fornos de Algodres	P	32	36	45	13	15	10	4	12	0	0	7
53	Guimarães	G	40	69	38	24	19	17	16	12	9	6	7
54	Mértola	P	13	26	17	13	13	22	7	9	1	7	7
55	Nazaré	P	1 464	421	3 411	1 275	1 233	821	841	135	48	13	7
56	Olhão	M	256	237	149	128	34	6	7	6	1	4	7
57	Porto de Mós	M	6	14	10	8	8	11	8	9	3	11	7
58	Soure	P	40	55	52	30	12	10	10	7	2	10	7
59	Vila de Rei	P	58	27	36	22	4	11	14	13	1	8	7

- No *Ranking* R59, observa-se que os 59 municípios que em 2022 pagaram no menor prazo de tempo – quase a pronto – foram, na generalidade, municípios de pequena ou de média dimensão, aparecendo nesta listagem apenas três municípios de grande dimensão (Leiria, Sintra e Guimarães).

No *Ranking* R60 apresentam-se os municípios com maior PMP.

Da observação da listagem R60, relativa aos municípios com maior PMP, deve realçar-se que, em 2022, os municípios com pior desempenho deste indicador financeiro foram essencialmente municípios de pequena e média dimensão, pese embora nesta listagem apareça um município de grande dimensão: Amadora, com 56 dias de PMP. Aparecem mais três municípios de grande dimensão com prazos bastante inferiores, mas ainda assim, próximos de um mês: Coimbra (31 dias), Lisboa (31 dias) e Gondomar (30 dias). Com prazos de pagamento inferiores a 30 dias aparecem mais três grandes municípios: Vila Nova de Gaia (27dias), Barcelos (26 dias) e Matosinhos (26 dias).

R60 – Municípios com maior Prazo Médio de Pagamentos

Unidade: dias

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Freixo de Espada à Cinta	P	470	454	72	133	86	221	343	238	275	215	254
2	Santarém	M	601	547	68	142	68	51	62	39	10	215	139
3	Alfândega da Fé	P	100	57	11	19	3	1	20	24	28	49	114
4	Santa Comba Dão	P	249	414	740	363	189	101	82	62	9	108	108
5	Tábua	P	254	253	109	107	156	131	146	201	47	123	106
6	Murça	P	10	32	64	70	45	52	56	32	28	64	104
7	Monção	P	126	63	82	50	67	51	61	84	11	107	96
8	Povoação	P	41	47	53	130	206	166	45	102	86	57	90
9	Praia da Vitória	P	282	164	53	13	42	39	64	23	81	83	86
10	Madalena	P	75	59	33	47	28	65	75	61	8	59	75
11	Évora	M	541	755	526	500	478	89	99	32	74	53	69
12	Ponta Delgada	M	40	16	17	10	10	16	10	12	150	161	69
13	Moita	M	139	128	104	82	62	61	52	50	6	53	65
14	Pinhel	P	48	125	53	26	36	34	50	50	14	59	61
15	Amadora	G	38	28	18	14	28	15	30	18	193	31	56
16	Tondela	M	69	33	18	19	18	15	19	14	3	23	53
17	Aljustrel	P	137	122	90	92	88	69	81	93	12	89	52
18	Figueira Castelo Rodrigo	P	155	78	173	94	50	50	76	66	7	53	51
19	Viana do Castelo	M	81	46	71	51	64	53	50	58	12	43	51
20	Vidigueira	P	84	89	31	32	150	91	157	105	6	57	47
21	Paredes	M	291	104	162	172	128	100	217	148	105	52	46
22	Condeixa-a-Nova	P	55	35	42	27	42	58	89	89	9	39	41
23	Mangualde	P	134	65	20	15	22	25	43	40	14	17	41
24	Peniche	M	234	121	41	50	28	24	23	26	32	26	41
25	Porto Santo	P	2 412	645	582	327	115	248	67	13	53	34	40
26	Mira	P	218	111	49	92	98	97	104	55	3	49	39
27	Reguengos de Monsaraz	P	271	170	252	132	515	359	49	31	2	45	39
28	Batalha	P	27	12	17	22	10	25	28	30	9	24	37
29	Caminha	P	79	143	293	110	134	224	260	181	235	161	35
30	Vila Nova de Paiva	P	82	63	46	12	42	33	30	34	7	56	35
31	Alcochete	P	257	464	616	528	256	59	94	44	14	53	33
32	Castro Verde	P	27	42	30	28	7	35	13	52	4	54	33
33	Felgueiras	M	96	56	26	32	14	24	15	28	50	64	33
34	Coimbra	G	82	55	58	65	32	46	50	53	4	23	31
35	Lisboa	G	125	84	26	5	2	2	3	1	34	37	31
36	Gondomar	G	21	21	27	19	36	27	57	42	5	32	30
37	Lamego	M	363	79	102	66	56	70	167	69	67	31	30
38	Campo Maior	P	96	80	56	30	71	77	57	45	3	21	29
39	Sardoal	P	303	180	126	105	115	88	83	89	24	13	29

	Município	Dim	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
40	Vila Real de Sto. António	P	317	1 601	889	666	120	392	462	211	23	345	29
41	Oleiros	P	36	52	38	43	46	8	17	22	5	28	28
42	Alcobaça	M	174	37	19	5	14	5	6	11	29	16	27
43	Penela	P	154	76	65	49	48	37	31	51	8	34	27
44	Vila Nova de Gaia	G	234	239	70	97	51	34	21	23	8	38	27
45	Barcelos	G	43	40	19	25	29	20	29	35	2	28	26
46	Matosinhos	G	101	34	32	16	18	14	13	22	71	28	26
47	Terras de Bouro	P	3	4	24	22	43	20	13	9	19	30	26
48	Angra do Heroísmo	M	58	19	22	29	13	17	36	33	2	16	24
49	Esposende	M	35	31	9	18	16	20	14	29	19	13	24
50	São João da Madeira	M	49	49	31	70	38	38	38	22	24	21	24

3.6. Gastos, Rendimentos e Resultados

Analisadas as componentes dos balanços dos municípios numa perspetiva global, apresenta-se neste ponto do Anuário a análise relativa aos resultados económicos e às componentes das quais estes derivas: gastos e rendimentos. A análise é dirigida essencialmente para o ano de 2022, mas, sempre que possível, numa comparação com os últimos dois anos. Todavia, apresentamos para o período de 2012 a 2019 informação homóloga, em contexto POCAL.

Quadro 3.25 – Gastos, rendimentos e resultados – 2020–2022

Unidade: milhões de euros

	Demonstração dos Resultados	2020	2021	2022	Variação (%) 21–22
Rendimentos	Impostos contribuições e taxas	3 489,1	3 902,6	4 390,6	12,5%
Rendimentos	Vendas	172,1	178,3	193,2	8,4%
Rendimentos	Prestações de serviços e concessões	684,1	710,0	835,3	17,7%
Rendimentos	Transferências e subsídios correntes obtidos	3 067,8	3 384,5	3 858,0	14,0%
Gastos ou Rend.	Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	9,7	32,5	22,0	–32,5%
Gastos ou Rend.	Variações nos inventários da produção	0,5	1,1	–0,01	–101,0%
Rendimentos	Trabalhos para a própria entidade	20,1	24,1	18,8	–21,9%
Gastos	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	–195,1	–202,9	–209,7	3,4%
Gastos	Fornecimentos e serviços externos	–2 100,1	–2 348,7	–2 685,4	14,3%
Gastos	Gastos com pessoal	–2 758,4	–2 951,3	–3 292,4	11,6%
Gastos	Transferências e subsídios concedidos	–1 316,2	–1 515,9	–1 532,6	1,1%
Gastos	Prestações sociais	–14,1	–14,6	–16,5	13,3%
Gastos ou Rend.	Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	–0,1	–1,0	–0,4	–61,9%
Gastos ou Rend.	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	–7,9	–31,3	–7,3	–76,5%
Gastos ou Rend.	Provisões (aumentos/reduções)	8,6	–58,7	32,1	–154,6%
Gastos ou Rend.	Imparidade de investimentos ñ depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1,5	0,8	6,0	685,4%
Gastos ou Rend.	Aumentos/reduções de justo valor	1,0	1,1	–0,02	–101,8%
Rendimentos	Outros rendimentos	812,3	819,6	847,4	3,4%
Gastos	Outros gastos	–234,8	–241,5	–278,0	15,1%
	Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	1 640,0	1 688,4	2 181,0	29,2%
Gastos	Gastos/reversões de depreciação e amortização	–1 572,8	–1 565,7	–1 563,7	–0,1%
Gastos ou Rend.	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	–0,4	–1,3	–2,8	115,7%
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	66,8	121,4	614,5	406,0%
Rendimentos	Juros e rendimentos similares obtidos	16,3	9,0	12,7	41,1%
Gastos	Juros e gastos similares suportados	–49,1	–39,1	–42,2	8,0%
	Resultado líquido do período	**34,0**	**91,3**	**585,0**	**540,4%**
	Total Gastos	–8 249,1	–8 972,1	–9 631,1	7,3%
	Total Rendimentos	8 283,1	9 063,4	10 216,0	12,7%

Com a entrada em vigor do SNC-AP, algumas linhas na Demonstração dos Resultados são apresentadas em termos líquidos, agregando gastos e rendimentos da mesma categoria. Tal é o caso das imparidades de inventários e de dívidas a receber, e variações de justo valor, entre outros, assinalados no Quadro 3.25 como gastos ou rendimentos. Quando o valor compensado é positivo, é um rendimento; quando é negativo, é um gasto. O resultado líquido do período é apurado deduzindo os fluxos negativos (gastos), a partir dos fluxos positivos (rendimentos). É, ainda, evidenciado o resultado operacional (antes de gastos líquidos de financiamento), e o resultado operacional antes das depreciações, amortizações e imparidades de investimentos.

De notar ainda que, com a introdução do SNC-AP deixaram de existir rubricas de carácter extraordinário, tendo os custos e proveitos extraordinários sido reclassificados como outros gastos/rendimentos operacionais. Há ainda a considerar o facto de alguns elementos antes classificados como custos/proveitos financeiros terem sido também reclassificados no SNC-AP: nos gastos financeiros só

se incluem gastos por juros e outros encargos, e nos rendimentos financeiros só juros, dividendos e outros rendimentos similares. Assim, os rendimentos/gastos em entidades participadas, nomeadamente resultantes da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, antes incluídos nos proveitos/custos financeiros, passam agora a ser incluídos em contas de outros rendimentos/gastos. Contudo, as entidades parecem ter tido necessidade de os evidenciar na Demonstração dos Resultados separadamente, na rubrica que aparece como Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos, à semelhança do que acontece no SNC. Para o total dos municípios este valor, em 2021, foi de 32,5 milhões de euros, tendo crescido substancialmente face a 2020 (+235,0%). No entanto, este valor em 2022 baixou substancialmente, para 22 milhões de euros (-32,5%).

Cada componente da Demonstração dos Resultados apresentado no Quadro 3.25 será analisada, na sua estrutura em 2022 e evolução entre 2020 e 2022, nos pontos subsequentes, sendo feita referência aos itens similares registados de acordo com as regras do POCAL entre 2012 e 2019.

3.6.1. Estrutura e evolução dos gastos

Para efeitos da análise dos custos/gastos resultantes da atividade dos municípios, apresenta-se no Quadro 3.26 a sua evolução entre 2012 e 2019, considerando os valores agregados dos 308 municípios. Na última coluna apresenta-se o peso das componentes dos custos de 2019 nos custos totais (contexto POCAL). Apresenta-se, ainda, as projeções gráficas (Gráficos 3.06A e 3.06B) da estrutura e evolução das principais componentes de gastos relativos ao biénio 2020/2022 com vista à sua melhor perceção, devendo a leitura do mesmo ser complementada com o Quadro 3.25 apresentado supra.

Quadro 3.26 – Evolução dos custos no período de 2012 a 2019 – POCAL

Unidade: milhão de euros

Custos	Mandato 10-13		Mandato 14-17				Mandato 18-21		Peso 2019
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
CMVMC	166,6	181,4	169,9	176,8	183,9	196,9	187,6	198,7	2,5%
Fornecimentos e serviços externos	1 754,6	1 752,3	1 753,6	1 830,4	1 959,3	2 091,7	2 132,5	2 216,1	27,4%
Custos com pessoal	2 088,2	2 261,3	2 216,7	2 204,1	2 239,1	2 308,0	2 446,6	2 638,5	32,6%
Transferências e subsídios concedidos	585,1	563,4	553,8	593,5	637,7	693,1	764,9	907,8	11,2%
Amortizações / Depreciações	1 208,8	1 269,0	1 299,1	1 341,0	1 372,4	1 385,6	1 397,2	1 401,8	17,3%
Provisões	207,7	184,8	284,3	187,1	297,6	186,6	183,1	111,6	1,4%
Outros custos operacionais	25,8	24,3	26,1	27,2	35,2	41,0	46,1	48,9	0,6%
Custos extraordinários[126]	442,4	468,1	457,4	364,3	455,9	593,0	579,6	505,6	6,2%
Subtotal custos operacionais	6 479,2	6 704,4	6 760,9	6 724,3	7 181,2	7 495,9	7 737,7	8 028,9	99,1%
Custos financeiros	199,2	170,8	159,2	131,9	94,1	87,2	99,9	71,7	0,9%
Total de custos	**6 678,4**	**6 875,2**	**6 920,1**	**6 856,2**	**7 275,3**	**7 583,1**	**7 837,7**	**8 100,6**	**100%**

[126] Considerando a reclassificação das rubricas de carácter extraordinário como rubricas de carácter operacional do SNC-AP, procedeu-se à consideração dos custos extraordinários como custos operacionais, para uma melhor comparabilidade com os valores entre 2020 e 2022.

Gráfico 3.06 A– Estrutura dos gastos de 2020 e 2022 – SNC-AP

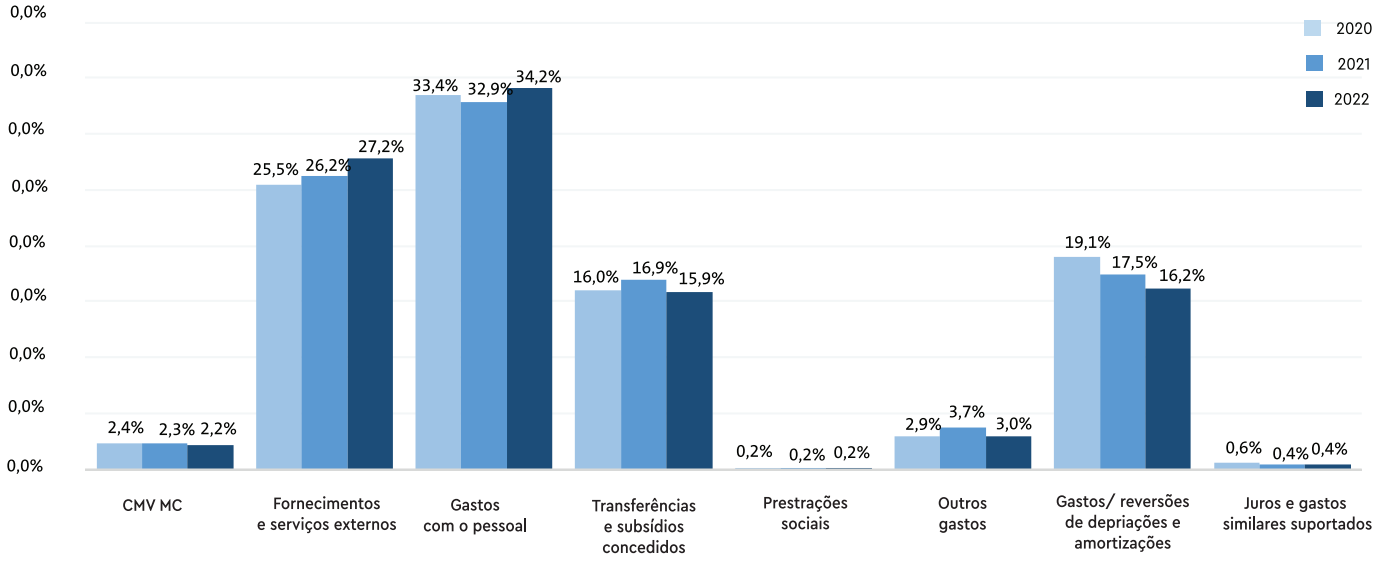
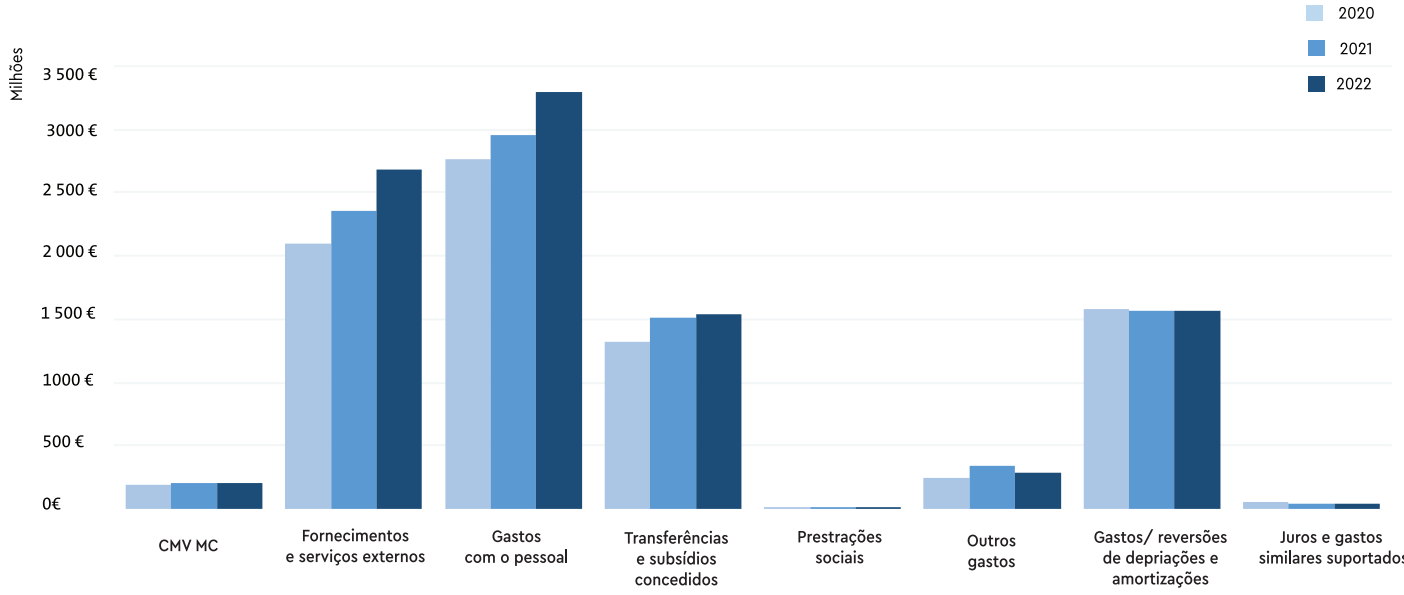


Gráfico 3.06 B – Evolução dos gastos de 2020 e 2022 – SNC-AP



Do Quadro 3.26 e dos Gráficos 3.06A e 3.06B (bem como do Quadro 3.25), anota-se, em relação ao ano de 2022:

- Os **custos/gastos** totais relativos ao universo dos municípios apresentaram o seu valor mais alto, ao somarem o valor de 9.631,0 milhões de euros, com um aumento de +7,3% (+659,0 milhões de euros) em relação ao ano transato;
- No universo dos 308 municípios, os **custos/gastos operacionais** cresceram +7,3% (+655,8 milhões de euros), tendo sido apurados 9.588,8 milhões de euros, o valor mais elevado entre 2012 e 2022;
- A principal componente dos gastos municipais tem sido os **custos/gastos com pessoal**, representando em 2022 o peso de 34,2% da estrutura dos gastos totais do setor municipal e, relativamente ao total dos gastos operacionais, o peso de 34,3%. O montante total dos custos/gastos com pessoal foi de 3 292,4 milhões de euros, +11,6% (+341,1 milhões de euros) do que em 2021;
- Os **fornecimentos e serviços externos** são o segundo item mais representativo na estrutura de gastos municipais, atingindo em 2022 o montante de 2 685,4 milhões de euros, que se traduziu num aumento de +336,6 milhões de euros (+14,3%) em relação ao ano anterior. O seu peso relativo nos gastos totais foi de 27,9%, e de 28,0% nos gastos operacionais;
- 284 municípios contribuíram para o aumento dos gastos com pessoal no setor, e 280 municípios contribuíram para o aumento de gastos em fornecimentos e serviços externos;
- Uma componente relevante dos gastos totais têm sido as **amortizações/depreciações** do Ativo imobilizado/não corrente, a qual nos entes públicos, reveste uma importância assaz diferente da assumida na análise económica de empresas do setor privado, podendo, inclusive, distorcer a avaliação dos gastos face ao elevado montante de Ativo imobilizado/não corrente suscetível de amortização/depreciação, mas em grande parte não alienável. O valor das amortizações/depreciações representou, em 2022, na estrutura de gastos dos municípios, 16,2% dos gastos totais. O valor líquido contabilizado, neste ano, foi de 1.563,7 milhões de euros baixando -0,1% (-2,0 milhões de euros) em relação a 2021;
- As **transferências e subsídios concedidos** são gastos que apresentaram um peso médio de 15,9% na estrutura dos gastos municipais e o peso de 16,0% nos gastos operacionais. Em 2022 o valor desta rubrica cresceu apenas +1,1% (+16,7 milhões de euros) ao somar o valor total, no todo do setor municipal, de 1.532,6 milhões de euros, sendo que 200 municípios contribuíram para o aumento destes gastos;
- Os **gastos financeiros no total de 42,2 milhões de euros** e cujo peso na estrutura de gastos municipais tem sido pouco significativo (0,4% dos gastos municipais em 2022), apresentaram um acréscimo de +3,1 milhões de euros (+8,0%), para o qual contribuíram 196 municípios. No entanto, 112 municípios diminuíram os seus gastos financeiros.

3.6.2. Estrutura e evolução dos rendimentos

O Quadro 3.27 apresenta a evolução dos proveitos/rendimentos no período entre 2012 e 2019. A projeção gráfica apresentada nos Gráficos 3.7A e 3.7B, apresentam, respetivamente, o peso e evolução de cada rubrica de rendimento no total dos rendimentos obtidos pelos 308 municípios no triénio de 2020/2022.

Quadro 3.27 – Evolução dos proveitos durante o período de 2012 a 2019

Unidade: milhões de euros

Proveitos	Mandato 10-13		Mandato 14-17				Mandato 18-21		Peso 2019
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Vendas e variação da produção	169,3	178,6	174,0	174,5	180,8	182,6	184,8	195,0	2,2%
Prestação de serviços	546,0	544,8	548,7	615,2	660,8	680,6	703,9	727,0	8,3%
Outras situações	4,5	6,2	9,2	3,9	5,0	3,5	0,6	2,3	0,0%
Impostos e taxas	2 450,7	2 555,1	2 717,7	2 910,2	3 009,6	3 242,5	3 408,4	3 528,2	40,5%
Transferências e subsídios obtidos	2 787,1	2 785,5	2 625,5	2 707,4	2 743,5	2 814,5	2 879,2	3 068,4	35,2%
Trabalhos para a própria entidade	24,8	23,7	21,3	21,1	25,7	24,9	16,9	19,5	0,2%
Proveitos suplementares	70,2	74,8	56,8	56,7	59,2	60,8	60,9	63,0	0,7%
Outros proveitos operacionais	63,7	52,0	53,1	54,1	66,4	55,3	74,9	78,5	0,9%
Proveitos extraordinários[127]	949,9	524,3	671,1	727,7	711,5	750,4	763,0	811,3	9,3%
Subtotal proveitos operacionais	7 066,2	6 745,0	6 877,4	7 270,7	7 462,4	7 815,0	8 092,6	8 493,3	97,5%
Proveitos financeiros	197,2	200,7	200,8	206,7	227,5	225,6	217,6	218,5	2,5%
Total de proveitos	**7 263,5**	**6 945,7**	**7 078,2**	**7 477,4**	**7 689,9**	**8 040,6**	**8 310,2**	**8 711,8**	**100%**

[127] Considerando a reclassificação das rubricas de carácter extraordinário como rubricas de carácter operacional do SNC-AP, procedeu-se à consideração dos proveitos extraordinários como proveitos operacionais, para uma melhor comparabilidade com os valores de 2020 ,2021 e 2022.

Gráfico 3.07.A – Estrutura dos Rendimentos em 2020 e 2022 – SNC-AP

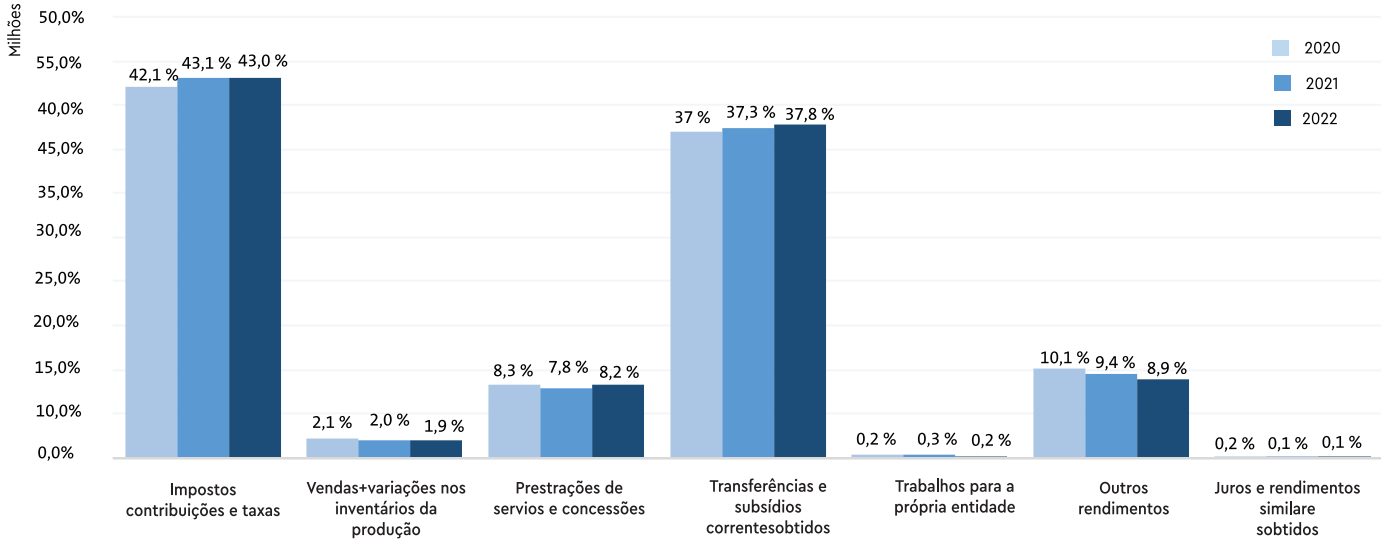
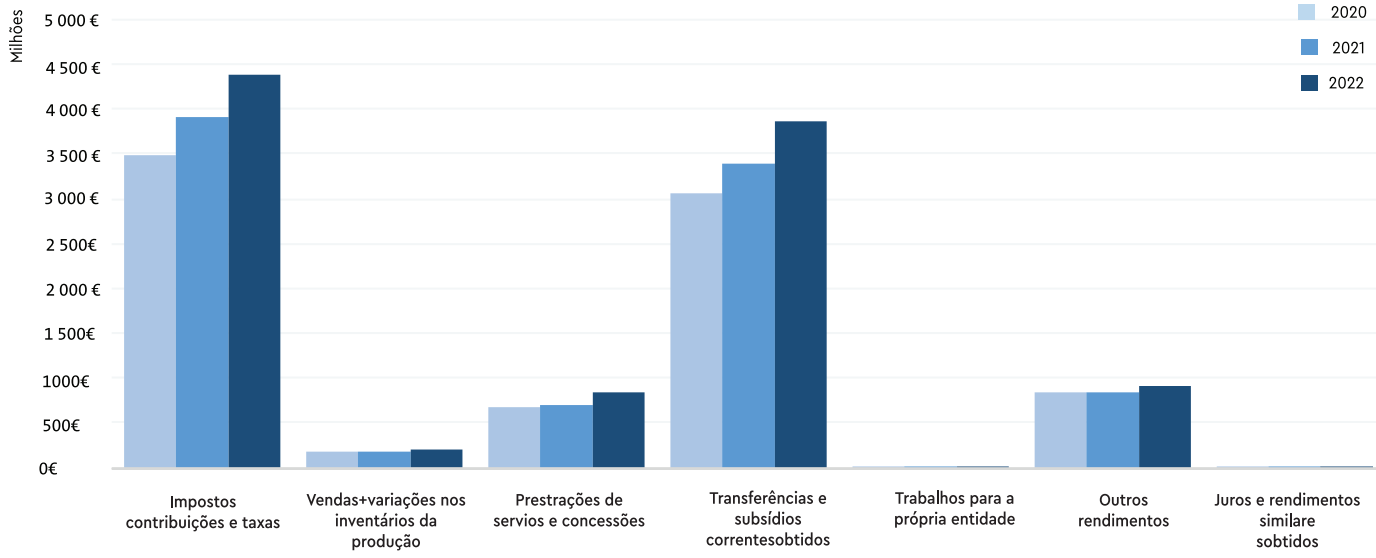


Gráfico 3.07.B – Evolução dos Rendimentos em 2020 e 2022 – SNC-AP



Dos Quadros 3.25 e 3.27 e dos Gráficos 3.07.A e 3.07.B, conclui-se, em relação a 2022:

- O **total dos rendimentos, em 2022,** foi de 10.216,0 milhões de euros, isto é, +1 152,6 milhões de euros (+12,7%) que os proveitos obtidos no ano precedente. Observando o comportamento dos **rendimentos operacionais** verifica-se que os mesmos cresceram também +12,7% (+1 148,9 milhões de euros) ao totalizarem 10 201,3 milhões de euros;
- Decorrente da estrutura da receita municipal, do grau elevado de execução da receita fiscal e ainda do volume de transferências recebidas pelos municípios, é coerente que, no quadro da estrutura dos rendimentos, as componentes de maior peso sejam os **impostos e taxas**, bem como as **transferências e subsídios obtidos** (correntes), as quais apresentaram as percentagens, respetivamente, de 43,0% e de 37,8% no total dos rendimentos. Anota-se que o volume total destas duas rubricas, neste ano económico, representou 80,7% dos rendimentos totais e 80,8% dos rendimentos operacionais;
- O volume de **impostos e taxas** registados como rendimentos totalizou 4.390,6 milhões de euros, traduzindo um aumento de +487,9 milhões de euros (+12,5%) em relação a 2021. No entanto, **considerando o período de onze anos, em relação a 2012** estes **rendimentos aumentaram +79,2%** (+1 940 milhões de euros). Anota-se que, sendo esta a principal componente da estrutura global dos proveitos/rendimentos municipais, é relevante comparar a sua evolução neste período de onze anos com a evolução do total dos gastos dos 308 municípios, excluindo amortizações. Ora os **gastos assim determinados cresceram +47,5%** (+2 597,7 milhões de euros) entre 2012 e 2022;
- O montante de rendimentos obtidos com **transferências e subsídios (correntes),** representando 37,8% dos rendimentos totais**,** foi de 3 858,0 milhões de euros, representando um aumento de +474 milhões de euros (+14%). No período de onze anos, estes proveitos/rendimentos aumentaram +38,4% (+1 071 milhões de euros), opondo-se ao decréscimo progressivo verificado entre 2012 e 2014 (anos de crise económico-financeira e austeridade) um maior crescimento apresentado nos anos seguintes, nomeadamente a partir de 2020[128];
- Ainda pela observação do Quadro 3.27, acresce referir que o volume de proveitos provenientes de **impostos e taxas** apresentaram uma linha ascendente a partir de 2012, mantendo um crescimento relevante entre 2016 e 2019, acentuado em 2021.
- Outros rendimentos a referir, em 2022, são as resultantes da **prestação de serviços, de vendas e de variação de produção**, que em conjunto, representaram o peso de 10,1% nos rendimentos totais, registando neste ano um acréscimo em relação a 2021 (+15,7%, +139,2 milhões de euros), ao totalizarem 1 028,6 milhões de euros. Mantemos a convicção de que o baixo peso destes rendimentos resultará do facto de terem sido concessionadas a empresas municipais ou a serviços

[128] Embora não tenhamos dados no relatório e contas que diferenciem as transferências financeiras resultantes da descentralização de funções, nomeadamente associadas à função educação, pode-se presumir que parte deste aumento de rendimentos podem provir desta situação.

municipalizados a maior parte de competências geradoras de rendimentos relacionados com vendas e prestação de serviços. Contudo, enquanto entre 2012 e 2022 o produto das vendas, prestação de serviços e variação da produção aumentou apenas +43,8% (+313 milhões de euros).

3.6.2. Estrutura dos resultados económicos

Embora se considere que, para as entidades públicas, a informação financeira resultante dos resultados económicos não será o elemento determinante para a tomada de decisão dos Executivos, face ao equilíbrio entre gastos e rendimentos pelo qual a gestão pública deverá pugnar,[129] mantém-se neste Anuário a análise da evolução deste indicador financeiro, dando especial relevo aos resultados operacionais.

O Quadro 3.28 apresenta evolução dos **resultados económicos e operacionais** no período de 2012 a 2022.

Quadro 3.28– Evolução dos resultados económicos no período de 2012 a 2022

Unidade: milhões de euros

Resultados	Mandato 10-13		Mandato 14-17				Mandato 18-21				M. 22-25	Var. 21-22
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Resultados operacionais	587,0	40,6	116,5	546,4	281,2	319,1	354,9	464,4	66,8	121,4	614,5	493,1
Resultados líquidos	585,1	70,5	158,1	621,2	414,6	457,5	472,6	611,1	34,0	91,4	585,0	493,5
N.º de municípios com resultados económicos negativos	121	136	134	105	106	131	121	108	143	142	152	10

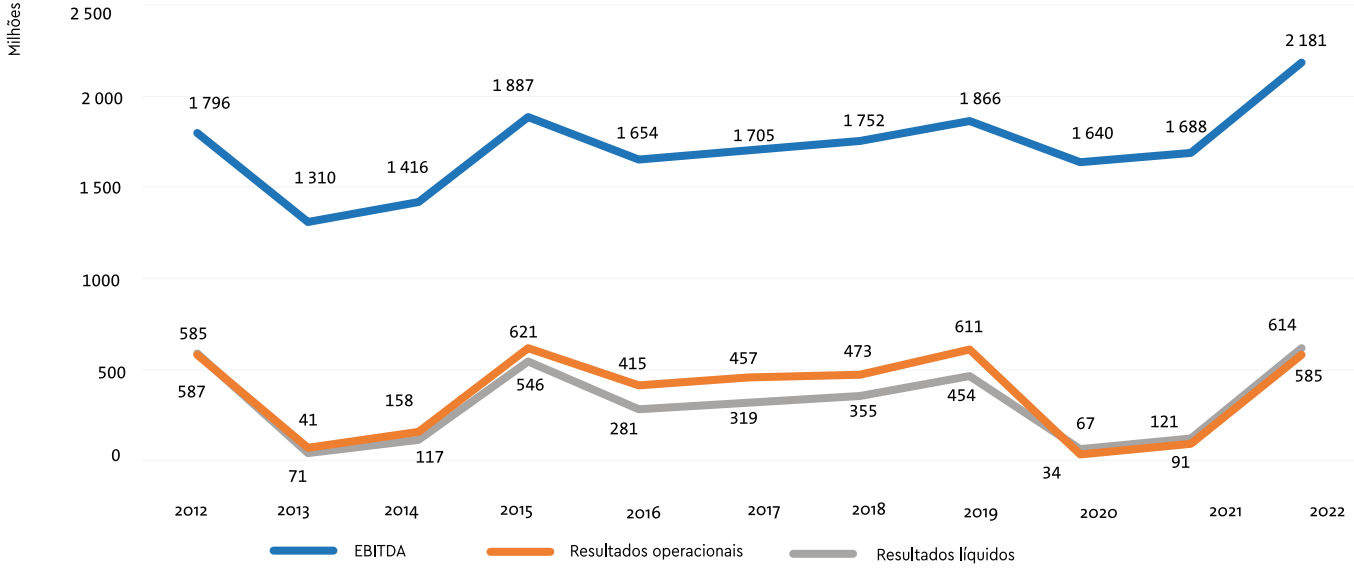
Verifica-se pelo Quadro 3.28 que:

- Os **resultados económicos** líquidos apresentaram uma evolução muito variável entre 2012 e 2019 com dois picos de crescimento: um em 2015 (+293%, +463 milhões de euros) e outro em 2019 (+29%, +138.6 milhões de euros). Em 2020 apresentou um decréscimo extraordinário (-94%, -577,2 milhões de euros), crescendo apenas 57,4 milhões em 2021. **Em 2022, o valor dos resultados económicos líquidos foi de 585,0 milhões de euros para a totalidade do setor municipal, traduzindo um acréscimo, face a 2021, de +540% (+493,5 milhões de euros).** No entanto, neste ano, 152 municípios apresentaram resultados negativos (+10 municípios que em 2021);
- **Em 2022, os resultados operacionais globais apresentaram o montante de 614,5 milhões de euros (+406%, +493,1 milhões de euros)**, traduzindo um acréscimo extraordinário em relação ao ano precedente.

O Gráfico 3.08 complementa a informação prestada no Quadro 3.28 através do traçado de curvas que representam a evolução dos resultados considerando o universo dos 308 municípios, sem a incorporação do setor empresarial local ou outras entidades participadas.

[129] Mais se entende que, sendo múltiplas e crescentes as necessidades coletivas que compete às autarquias suprir ou satisfazer, os resultados económicos do exercício deveriam tender preferencialmente para zero.

Gráfico 3.08 – Evolução dos resultados



O Quadro 3.29 apresenta informação relativa ao ano económico de 2022 de gastos, rendimentos e resultados económicos, por grupos de municípios de acordo com a sua dimensão.

Quadro 3.29 – Informação de gastos com pessoal e resultados, por dimensão dos municípios, em 2022

Indicadores	Grandes	Médios	Pequenos	TOTAL
População (INE 2022)	4 716 028	4 130 958	1 620 380	10 467 366
Gastos com pessoal/gastos totais	33,7%	33,9%	35,2%	34,1%
Resultados líquidos	368,2 €	248,0 €	-31,2 €	585,0 €
Resultados líquidos por habitante	78,1 €	60,0 €	-19,2 €	55,9 €
N.º de municípios com resultados líquidos negativos	2	23	127	152
Resultados operacionais	375,5 €	259,7 €	-20,8 €	614,5 €
N.º de municípios com resultados operacionais negativos	2	22	124	148

Da análise do Quadro 3.29 salienta-se:

- Em 2022 os **resultados líquidos** foram consideravelmente diferentes nos três grupos de municípios. Foram negativos, no total de -31,2 milhões de euros no conjunto dos **municípios de pequena dimensão**. O conjunto dos municípios de **grande dimensão** apresentou o volume total positivo de 248,0 milhões de euros, e o conjunto dos municípios de **média dimensão** registou o montante positivo de 248,0 milhões de euros;
- Os **resultados operacionais** foram negativos também apenas no conjunto dos municípios de pequena dimensão (-20.8 milhões de euros), tendo contribuído para esta situação 124 municípios;

- Simultaneamente com **resultados líquidos e resultados operacionais negativos**, aparecem 2 municípios de grande dimensão (Oeiras e Setúbal) e 22 municípios de média dimensão com resultados operacionais negativos e da mesma dimensão, 23 com resultados líquidos negativos.

Os *Rankings* R61 e R62 apresentam os primeiros 50 municípios, respetivamente, com os melhores e com os piores resultados económicos líquidos reportados a 2022.

R61 – Municípios com maiores resultados económicos líquidos em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Lisboa	G	402 483 217	9 081 693	15 094 548	193 097 309	58 058 967	82 929 775	51 277 293	133 003 575	–46 826 082	–101 257 156	99 760 614
2	Cascais	G	980 668	3 433 947	12 738 932	16 615 629	25 394 294	28 648 943	50 703 803	39 255 493	20 401 454	49 932 017	72 247 528
3	Sintra	G	29 228 396	15 797 227	24 486 151	27 460 841	26 215 937	29 104 672	21 944 019	38 604 000	6 641 359	29 813 836	55 163 242
4	Loulé	M	7 622 647	17 465 322	21 637 544	23 919 802	24 002 322	16 560 623	11 735 429	11 175 439	3 637 234	22 172 589	27 070 036
5	Grândola	P	–139 672	240 551	2 648 281	1 540 198	2 436 854	8 809 883	5 052 726	2 083 933	3 653 688	11 575 523	27 045 175
6	Porto	G	2 970 191	1 924 374	5 874 341	9 171 271	7 222 388	14 240 089	35 893 051	38 064 398	6 958 649	26 160 633	26 091 808
7	Portimão	M	–11 986 674	–8 985 694	–5 539 458	8 144 804	10 045 689	20 408 627	16 677 456	3 727 845	–962 796	2 927 401	22 791 685
8	Aveiro	M	2 030 172	–703 850	–9 903 133	10 264 303	17 122 510	7 136 189	21 353 962	13 912 389	17 447 784	9 864 870	20 101 001
9	Mafra	M	–3 290 118	–3 581 826	–2 867 684	4 356 319	–706 728	2 495 418	–4 782 012	6 727 495	1 215	6 089 858	15 885 919
10	Gondomar	G	946 893	–3 769 151	–10 406 517	–7 282 404	–1 409 301	–2 151 599	–1 692 279	17 016 731	6 977 757	13 118 081	15 707 377
11	Santa Maria da Feira	G	10 119 084	12 812 375	10 438 737	11 086 697	11 981 856	12 560 214	16 467 252	13 737 410	12 880 746	13 436 962	14 574 906
12	Lagos	M	2 495 748	1 278 210	8 384 997	10 860 428	11 593 891	10 596 073	14 452 907	4 567 395	4 693 552	19 953 566	13 245 583
13	Oliveira de Azeméis	M	4 114 404	1 952 253	3 210 813	4 210 078	3 881 820	3 361 071	5 542 180	9 298 718	10 199 809	9 497 111	12 795 198
14	V. Nova Famalicão	G	13 267 621	–768 661	10 600 964	2 092 754	10 642 354	2 726 817	1 473 386	6 573 690	2 172 889	3 243 808	11 626 944
15	Maia	G	–380 934	–7 423 189	–910 654	6 226 587	11 449 260	5 686 836	11 504 225	8 438 568	10 344 186	8 108 020	10 912 390
16	Albufeira	M	1 441 049	14 067 226	19 121 769	27 011 752	14 294 516	17 171 514	9 265 717	9 851 777	–10 315 010	–4 198 176	10 581 922
17	Vila Franca de Xira	G	–123 685	–1 121 611	–1 474 730	–994 764	189 703	716 773	8 264 048	60 869	–9 111 587	–16 483 561	10 555 388
18	Matosinhos	G	–14 575 218	3 206 148	–13 463 890	4 366 947	2 911 874	4 717 508	4 775 955	6 920 150	3 207 176	3 408 352	10 025 217
19	Odivelas	G	1 306 137	5 744 690	1 820 467	7 826 807	6 330 967	8 243 854	11 826 348	11 019 359	4 575 434	2 797 993	9 758 004
20	Amadora	G	7 021 770	276 827	1 599 728	8 802 912	10 236 556	12 592 442	8 143 299	16 753 447	4 286 622	360 599	8 545 005
21	Faro	M	122 143	–17 023 114	–7 544 400	–1 615 279	–1 391 380	–5 147 750	5 821 116	5 471 463	4 358 098	1 560 422	7 718 788
22	Chaves	M	3 165 724	–7 784 019	7 367 471	6 840 926	4 319 932	3 237 719	5 722 667	5 018 256	1 337 292	1 501 027	6 818 387
23	V. Real Sto. António	P	–4 791 377	–6 586 064	–4 897 719	–7 078 741	–2 274 877	–8 710 298	–3 991 371	1 675 807	1 945 397	–4 737 220	6 721 266
24	Seixal	G	7 001 019	4 845 270	884 328	15 244 365	16 449 571	19 671 705	14 702 065	17 380 873	8 208 563	17 442 137	6 717 613
25	Tavira	M	–3 503 458	–3 359 886	–4 631 639	–3 001 478	–5 194 103	–5 071 657	–9 710 839	–4 382 507	–7 857 037	–6 541 450	6 708 644
26	Vila Verde	M	–3 365 542	–4 371 423	–4 043 515	–3 601 183	–2 321 085	–799 376	–529 460	609 450	4 160 220	4 897 717	6 362 559
27	Santo Tirso	M	–4 061 619	1 503 194	–2 318 008	1 397 192	1 435 053	1 763 006	435 261	2 966 239	205 416	5 628 724	6 350 711
28	Lousada	M	3 445 559	1 041 944	553 873	3 829 390	2 174 484	1 350 607	1 178 502	1 889 864	2 130 053	2 710 807	6 162 659
29	Silves	M	2 752 525	1 900 141	624 291	3 955 960	5 934 706	4 315 541	4 723 230	4 541 926	3 912 067	3 824 314	6 132 323
30	Olhão	M	–2 473 646	–1 689 090	–1 445 284	867 909	3 698 631	510 376	2 130 615	1 583 026	2 609 002	3 011 933	6 033 493
31	Funchal	G	1 494 474	–6 983 936	3 880 831	3 469 217	6 312 766	2 993 264	3 320 375	104 001	–7 423 772	–40 806 382	5 889 867
32	Sesimbra	M	–740 381	1 929 796	–962 268	1 605 247	1 780 412	1 242 751	2 378 919	1 309 680	802 365	3 825 401	5 445 424

Município		Dim.	Mandato 10-13		Mandato 14-17				Mandato 18-21				M. 22-25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
33	Trofa	M	2 050 917	878 736	1 997 899	4 527 232	5 202 019	4 029 648	4 636 444	5 242 495	3 710 359	3 775 278	5 095 852
34	Santa Cruz	M	851 436	−373 092	1 570 744	1 163 241	4 285 519	344 590	3 178 159	474 719	3 186 256	−398 098	4 903 266
35	Almada	G	4 515 881	564 913	2 843 569	5 389 922	47 016	1 283 294	10 125 256	6 026 197	1 023 132	7 472 273	4 618 239
36	Ílhavo	M	3 474 558	2 561 901	3 889 606	2 892 535	2 982 336	2 946 632	4 757 311	3 493 569	2 914 665	228 873	4 564 833
37	Viana do Castelo	M	2 478 633	5 097 325	3 389 228	4 442 188	3 400 280	4 070 977	3 023 850	2 794 356	4 313 003	4 322 853	4 301 508
38	Santarém	M	1 346 646	2 886 172	4 763 211	4 649 750	4 824 705	2 933 917	6 032 848	3 938 660	1 961 064	3 735 032	4 298 587
39	Óbidos	P	−2 922 271	−2 732 064	−2 342 790	−779 194	−1 515 455	−885 652	−462 815	105 600	−351 080	332 047	4 106 782
40	Alcácer do Sal	P	−1 759 448	823 294	−2 404 338	993 554	−976 721	−334 773	671 422	−974 677	1 081 545	7 836 332	3 768 390
41	Lagoa (Algarve)	M	−1 138 892	−251 519	1 941 884	3 880 406	868 323	629 949	1 821 106	1 779 893	−1 623 282	808 112	3 761 447
42	Palmela	M	−5 132 779	−2 141 760	−2 412 163	−1 401 531	455 123	−1 880 137	1 084 000	2 207 369	−1 838 948	4 340 033	3 619 214
43	Montijo	M	2 798 125	763 281	1 169 437	1 775 502	729 143	4 029 641	5 311 600	4 942 198	364 614	1 392 147	3 561 039
44	Ribeira Grande	M	4 959 116	5 035 413	5 117 190	4 435 402	3 293 668	4 317 897	4 475 721	4 735 346	4 768 581	2 446 208	3 319 711
45	Portalegre	M	−2 128 481	−1 845 350	322 064	1 640 283	1 401 953	1 521 033	873 299	−1 098 593	−579 929	1 533 352	3 256 610
46	Ponta Delgada	M	1 586 310	115 078	189 251	315 930	2 382 215	1 366 835	−166 589	1 290 592	−3 619 863	2 271 627	3 183 076
47	Marco de Canaveses	M	2 886 273	4 287 873	−2 064 121	5 882 052	24 621 497	4 396 864	3 168 740	3 572 252	3 677 820	1 857 128	3 149 246
48	Sines	P	829 110	−10 110 002	−4 433 064	−2 793 697	204 611	28 064	3 203 956	1 021 864	2 895 860	7 728 683	2 981 150
49	Leiria	G	13 512 090	13 067 501	11 456 962	18 272 790	25 407 101	20 061 884	16 734 939	11 190 367	3 731 133	10 405 159	2 809 370
50	Caldas da Rainha	M	632 570	−433 097	−2 182 992	76 762	−57 585	−111 909	790 759	2 329 049	129 280	1 125 495	2 788 089

- Com melhor resultado económico líquido positivo reportado a 2022, surge o município de Lisboa, com 99,7 milhões de euros, após ter assinalado o pior resultado económico verificado em 2021 (-101,3 milhões de euros).
- Em segunda e terceira posição no ranking dos melhores resultados económicos, aprecem, respetivamente Cascais (72,2 milhões de euros) e Sintra (55,1 milhões de euros).
- Para além de Lisboa, mais cinco municípios deste ranking passaram de resultados económicos negativos em 2021 para resultados positivos em 2022, sendo de assinalar a situação de Funchal, que passou de -40,8 milhões de euros para o valor positivo de 5,9 milhões de euros.
- Observando as contas dos 308 municípios, verifica-se que 38 municípios passaram de resultados económicos negativos em 2021 para resultados económicos positivos em 2022.

R62 – Municípios com menores resultados económicos líquidos em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Setúbal	G	6 394 055	5 140 793	17 415 262	16 767 290	4 627 040	6 294 214	632 809	1 002 471	–5 287 202	3 283 293	–7 930 480
2	Ovar	M	3 036 291	4 084 219	1 603 364	–4 114 386	–4 798 146	–5 851 739	–3 657 350	–2 950 943	–4 675 875	–6 875 743	–5 568 556
3	Castelo Branco	M	17 659 899	3 355 518	2 179 544	3 067 996	2 357 461	2 104 799	–1 165 185	–3 015 710	80 601	–1 416 157	–5 451 194
4	Vagos	M	–1 656 425	–217 988	–2 575 876	–1 990 780	–3 264 704	–2 728 084	–1 754 500	–1 533 437	–2 307 596	–2 500 843	–3 339 983
5	Vila do Conde	M	–1 105 878	4 517 015	4 662 754	2 291 351	5 854 069	2 427 691	1 136 630	–281 952	2 849 342	–1 023 171	–3 296 893
6	Ferreira do Zêzere	P	–1 658 460	–1 749 162	–1 924 111	–1 824 479	–1 274 330	–1 371 051	–2 049 937	–1 861 940	–2 788 719	–2 807 773	–3 136 137
7	São Vicente	P	–18 734	–1 286 359	1 314 849	433 839	67 504	–1 163 557	–1 953 527	–1 162 114	–1 930 350	–2 335 383	–3 068 913
8	Campo Maior	P	583 759	–57 215	–407 829	991 297	365 339	674 749	–123 899	230 974	–2 424 719	–2 541 469	–2 999 195
9	Carrazeda de Ansiães	P	3 397 741	2 781 838	1 850 019	488 950	634 306	1 155 613	700 819	–123 643	–1 474 266	–2 047 542	–2 955 397
10	Idanha-a-Nova	P	145 657	–1 409 891	11 573	–1 139 255	–776 538	–976 328	–769 178	–1 347 317	–1 474 076	–1 640 207	–2 717 924
11	Horta	P	–706 300	–1 095 738	–682 400	–71 416	436 245	–335 774	–91 799	–519 130	–2 818 854	–2 167 388	–2 547 803
12	Boticas	P	–570 620	–199 185	–228 475	–549 152	–1 565 737	–2 133 984	–1 148 082	–1 716 043	–2 041 186	–1 737 057	–2 482 113
13	Paredes	M	5 158 695	–8 387 841	–8 382 930	–3 032 576	–8 415 156	–5 986 519	–1 791 275	–1 865 649	714 762	–2 294 455	–2 442 521
14	Sever do Vouga	P	1 966 013	2 280 888	1 349 716	1 671 508	692 589	855 027	549 577	65 363	–180 115	–710 354	–2 441 355
15	Terras de Bouro	P	433 945	1 039 781	–366 327	–244 785	–17 540	12 746	246 490	–258 998	–1 118 476	–433 852	–2 372 320
16	Serpa	P	1 747 272	–1 054 492	–3 151 443	–190 049	–1 615 475	–2 338 350	–1 689 719	–1 516 420	–1 853 071	–1 039 779	–2 355 600
17	Valongo	M	–6 098 291	–5 446 739	–2 909 467	–1 760 956	–1 789 182	–1 569 198	7 184 736	304 269	–3 102 388	–3 294 120	–2 311 856
18	Proença-a-Nova	P	–2 969 645	–2 678 487	–2 855 094	–2 882 461	–2 425 236	–2 271 986	–1 736 217	–1 288 354	–1 319 953	–1 103 657	–2 309 937
19	Ponte de Lima	M	–2 121 435	–2 992 861	672 387	–1 391 472	–1 220 269	–4 658 513	–924 791	–1 677 285	–1 170 601	–2 426 909	–2 280 526
20	Avis	P	–1 618 506	–1 122 709	–1 586 971	–967 784	–837 389	–812 078	–1 054 742	–834 668	–1 396 136	–2 328 199	–2 090 222
21	Moura	P	–2 424 962	–7 196 519	–6 335 457	–6 150 100	–5 345 126	–5 055 629	–4 931 685	–5 509 132	–4 692 684	–2 403 651	–2 062 891
22	Vila Nova de Foz Côa	P	550 274	701 668	225 375	963 506	877 004	758 838	469 262	1 475 340	–195 881	–396 238	–1 998 637
23	Aguiar da Beira	P	–1 160 174	–1 578 085	–1 882 208	–1 537 721	–2 119 788	–1 155 165	–1 048 951	134 959	251 034	27 362	–1 904 972
24	Redondo	P	–1 466 962	–1 695 258	–2 971 156	–1 050 210	–907 495	–1 409 906	–1 697 351	–1 778 224	–1 530 113	–1 838 170	–1 887 799
25	Castelo de Vide	P	823 963	109 697	–1 385 927	–1 256 664	–1 211 630	–1 638 568	–1 605 196	–1 319 265	–1 493 868	–1 837 492	–1 855 564
26	Monção	P	2 484 842	666 002	607 226	1 654 254	773 394	576 750	1 003 292	30 851	334 909	–1 612 854	–1 818 284
27	Miranda do Douro	P	–709 161	972 124	494 176	25 510	1 929	–62 438	–1 104 722	–1 804 157	–1 297 508	–1 529 748	–1 748 486
28	Ansião	P	1 052 453	–206 467	919 174	1 300 896	128 303	484 450	101 400	–14 918	–1 611 581	–875 239	–1 678 194
29	Portel	P	–352 422	–1 013 461	–2 976 390	–856 127	–637 304	–478 698	–550 110	–814 633	–476 368	–576 988	–1 676 882
30	Borba	P	–448 064	–288 508	–343 472	637 876	225 685	–14 419	–319 650	93 776	–347 008	–761 301	–1 640 659
31	Porto Santo	P	–764 897	–2 371 978	–1 768 604	–196 710	–949 549	–1 344 020	–1 142 493	–165 024	–2 046 028	–2 158 965	–1 627 724
32	Sta. Marta Penaguião	P	–1 252 308	–672 623	–520 978	–1 600 038	–1 546 593	–2 039 584	–2 203 410	1 756 927	–983 085	–2 083 913	–1 607 327
33	Mogadouro	P	–912 085	–1 657 588	–3 188 136	–2 637 428	–1 137 663	–2 288 968	–2 493 029	–1 750 784	–2 629 071	–1 728 603	–1 585 588
34	Freixo Espada à Cinta	P	–778 376	137 189	725 499	964 555	–236 844	–543 559	–76 185	–621 091	–1 293 666	–1 754 015	–1 580 230
35	Pampilhosa da Serra	P	528 236	506 199	–80 809	–427 872	301 715	–191 098	19 237	24 070	231 958	1 292 732	–1 575 429
36	Évora	M	–10 703 160	–12 706 874	–7 331 402	–4 890 006	–3 337 288	–4 169 343	2 186 031	–3 073 382	–4 002 857	–4 392 564	–1 573 391
37	Alcoutim	P	958 912	576 056	–185 472	23 496	358 070	107 567	484 589	533 738	516 430	–162 880	–1 558 746
38	Penacova	P	1 204 791	1 112 788	295 012	306 617	–240 759	–344 995	–954 669	781 478	–1 107 443	–1 947 930	–1 546 510
39	Azambuja	M	203 719	-291 454	-3 591 401	1 811 147	1 606 035	9 191 303	1 877 142	4 793 206	-2 582 989	-2 182 653	-1 537 539
40	Alvito	P	182 244	307 766	189 610	317 882	637 097	598 574	828 163	–399 890	–317 656	–403 801	–1 528 481

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
41	Tarouca	P	−815 950	−341 758	−212 580	19 263	−192 030	−545	−557 553	−663 801	−944 321	−628 935	−1 522 417
42	Pinhel	P	−838 061	−1 933 653	−1 810 833	−1 006 428	−2 393 577	−1 158 752	−1 900 737	375 680	1 293	5 327	−1 493 151
43	Mortágua	P	1 300 391	75 308	218 443	730 833	207 938	164 012	67 536	8 106	−971 491	−899 527	−1 471 699
44	Macedo Cavaleiros	P	1 384 975	313 224	188 151	1 134 971	708 818	−292 445	741 237	−1 363 512	−409 476	−283 698	−1 469 616
45	Vendas Novas	P	−338 360	−1 691 042	−1 590 747	−462 436	−1 115 837	−431 245	−655 598	−587 046	−1 502 530	−842 549	−1 430 633
46	Peso da Régua	P	−570 501	−5 486 549	−4 299 532	−3 615 054	−3 675 608	−3 881 521	−2 984 766	1 943 472	−2 130 340	−4 747 092	−1 416 477
47	Monchique	P	−1 519 163	−1 686 674	−947 344	−1 087 686	−1 105 882	−1 490 691	−1 679 199	−1 411 343	−1 877 501	−1 719 448	−1 357 752
48	Oleiros	P	−5 877 175	−6 416 340	−6 179 680	−5 776 720	−6 063 977	−7 484 688	−8 408 304	−7 972 888	−7 313 752	−5 651 795	−1 345 706
49	Bragança	M	1 848 343	2 192 948	2 445 599	4 174 888	2 618 731	1 043 059	2 326 719	−1 684 583	313 900	−1 669 289	−1 340 513
50	Castro Marim	P	−1 841 131	−1 967 629	−2 071 076	−1 677 903	−1 067 370	−1 576 112	−1 676 877	−590 624	489 308	229 168	−1 302 389

- A liderar a lista dos municípios com pior resultado económico em 2022 está o município de Setúbal com -7,9 milhões de euros. Anota que em 2021 este município apresentou o resultado económico positivo de 3,3 milhões de euros.
- Em segundo e terceiro lugares, neste ranking, aparecem, respetivamente Ovar com -5,6 milhões de euros e Castelo Branco com -5,5 milhões de euros, ambos reincidentes na apresentação de resultados negativos.
- Nesta listagem aparecem mais três municípios com resultados negativos em 2022, mas que em 2021 tinham apresentado resultados positivos (Aguiar da Beira, Pinhel e Castro Marim).
- Observando as contas dos 308 municípios, verifica-se que 48 municípios passaram de resultados económicos positivos em 2021 para resultados económicos negativos em 2022.

3.6.4. EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é um indicador financeiro muito utilizado nas empresas e que representa o quanto uma entidade gera de recursos financeiros através das suas atividades, excluindo as amortizações, depreciações e imparidades de investimentos depreciáveis/amortizáveis, e ainda a função financeira.[130]

A análise do EBITDA é pertinente também no contexto dos municípios, porque é importante evidenciar o resultado proveniente da atividade principal municipal, bem como aproximar este indicador ao do Setor Empresarial Local (SEL) para efeitos de análise no todo do Grupo Autárquico.[131]

---

[130] O EBITDA traduz-se no resultado operacional antes do valor das amortizações/depreciações, sendo calculado pela seguinte fórmula: Resultados Operacionais + Depreciações e Amortizações + Perdas (líquidas de reversões) por imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis, sendo que os juros suportados líquidos não são contabilizados para efeitos dos resultados operacionais.

[131] Como veremos no Capítulo 4, este é um dos indicadores que determinam a continuidade ou encerramento de uma empresa do setor local. Diz o artigo 62º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que as empresas locais são obrigatoriamente objeto de dissolução quando se verifique uma das seguintes situações:

"Artigo 62.º

Dissolução das empresas locais

No Quadro 3.30 apresenta-se o valor do EBITDA dos municípios, entre 2012 e 2022.

Quadro 3.30 – Evolução do indicador EBITDA

Unidade: milhões de euros

EBITDA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
EBITDA	**1 795,8**	**1 309,5**	**1 415,6**	**1 887,5**	**1 653,6**	**1 704,8**	**1 752,2**	**1 866,1**	**1 640,0**	**1 688,4**	**2 181,0**
Proveitos (Rendimentos) operacionais	7 066,2	6 745,0	6 877,4	7 270,7	7 462,4	7 815,0	8 092,6	8 493,3	8 266,8	9 054,4	10 203,3
EBITDA/Proveitos (Rendimentos) operacionais	25,4%	19,4%	20,6%	26,0%	22,2%	21,8%	21,7%	22,0%	19,8%	18,6%	21,4%

O Quadro 3.30 mostra que, considerando o universo dos municípios, o EBITDA foi sempre positivo, tendo atingido o menor valor em 2013 com crescimento progressivo entre 2016 e 2019. Em 2020 volta a descer ligeiramente, atingindo neste ano o valor de 1.640,0 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 12% (-226,2 milhões de euros) face ao ano transato. Entretanto, em 2021 voltou a crescer +3% e em **2022 a EBITDA apresentou o valor positivo de 2 181,0 milhões de euros e uma taxa de crescimento de +29,2% (+492,5 milhões de euros) face a 2021.**

- O peso do EBITA face aos rendimentos operacionais, apesar de não ter apresentado oscilações significativas ao longo da década, atingiu o peso mais alto em 2015, com 26%, tendo seguido uma tendência decrescente desde então, com o menor peso em 2021, 18,6%. Todavia em 2022 este rácio aumentos +2,7pp, passando a EBITA a representar 21,4% dos rendimentos operacionais.

Apresentam-se a seguir o *Ranking* R63 com os 50 municípios com melhor EBITDA e o *Ranking* R64 com os 50 municípios com pior EBITDA no ano de 2022.

1 – Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

a) As vendas e prestações de serviços realizadas durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios;

b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante é superior a 50% das suas receitas;

c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo, o valor correspondente às amortizações e às depreciações, é negativo;

d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.

(...)"

Tendo grande parte dos municípios constituído empresas municipais para as quais delegou competências que lhe são próprias e que, por isso, desempenham um papel importante na vida do cidadão, contribuinte líquido para o Estado e para a Autarquia, faz sentido avaliar o indicador que pode determinar a manutenção ou a extinção das sociedades comerciais/empresas locais criadas pelo município.

R63 – Municípios com melhor EBITDA em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Lisboa	G	453 391 578	53 234 112	55 359 305	235 329 875	113 268 152	146 687 909	148 984 668	210 089 764	41 141 265	–10 491 713	181 579 916
2	Cascais	G	5 252 694	7 933 959	19 807 634	25 179 787	33 931 259	42 398 498	67 664 918	52 834 632	35 189 905	66 388 063	93 291 090
3	Sintra	G	38 190 759	29 658 317	36 205 025	37 813 297	38 675 812	41 545 193	34 868 915	51 826 690	30 361 684	58 030 079	79 970 058
4	Porto	G	36 642 995	39 691 279	41 784 313	46 644 145	43 749 288	48 614 925	71 631 300	73 483 849	58 835 032	78 200 323	77 819 235
5	Loulé	M	15 018 719	23 796 851	28 078 258	32 796 075	32 102 094	24 618 112	21 770 095	21 581 771	21 486 736	42 030 701	46 737 126
6	Portimão	M	3 292 977	7 588 523	4 603 266	17 194 001	16 751 204	25 718 347	24 083 541	12 645 721	13 037 791	14 703 900	35 112 260
7	Matosinhos	G	11 049 953	28 771 129	13 649 734	32 121 121	30 678 520	29 711 999	24 759 779	25 760 092	24 149 890	26 787 765	31 763 539
8	Mafra	M	11 197 187	9 973 706	10 504 894	18 134 683	13 482 741	15 734 945	6 345 339	16 118 851	14 067 748	21 897 815	31 581 602
9	Vila Nova de Gaia	G	20 312 163	23 557 081	37 331 705	60 842 918	39 635 740	38 262 095	41 838 901	49 823 047	29 789 807	42 622 522	31 061 112
10	Grândola	P	1 890 189	2 248 349	4 680 486	4 382 781	5 016 221	11 623 968	8 126 110	5 197 112	6 575 253	14 677 061	30 767 133
11	Maia	G	18 729 467	14 700 917	16 219 396	22 794 183	28 840 738	21 612 612	30 562 187	28 812 252	31 983 283	28 614 985	29 865 731
12	Aveiro	M	11 119 152	8 006 252	5 684 551	20 052 970	25 292 882	14 949 597	28 084 103	20 791 518	27 522 205	19 120 751	28 695 546
13	Gondomar	G	16 256 178	12 216 252	6 218 162	10 037 373	16 716 772	17 073 909	18 660 939	40 511 847	24 240 499	24 651 910	27 406 189
14	Santa Maria da Feira	G	17 768 564	20 159 509	17 723 554	19 044 396	19 597 607	20 490 953	24 761 457	22 927 827	23 374 925	24 899 267	26 990 414
15	Vila Franca de Xira	G	9 727 953	10 586 794	10 380 567	11 363 613	13 891 983	14 525 795	21 621 811	13 970 946	4 943 383	–1 304 008	26 614 721
16	Braga	G	19 325 686	25 168 209	21 098 756	20 072 789	13 713 725	11 889 768	14 316 508	17 488 779	18 023 020	22 660 243	24 920 624
17	Albufeira	M	8 906 718	21 035 775	29 649 902	33 681 399	20 364 317	22 926 093	16 547 577	15 676 219	891 113	8 480 998	23 178 079
18	Funchal	G	13 605 275	4 340 455	17 869 056	16 403 359	18 085 712	14 876 438	15 128 420	12 042 428	8 112 617	–25 389 476	22 199 173
19	Odivelas	G	3 277 951	3 551 007	1 953 183	7 153 625	5 476 381	7 070 354	11 239 284	10 756 173	13 827 614	13 076 652	22 037 776
20	Vila Nova de Famalicão	G	21 417 169	8 030 892	19 859 870	11 505 107	14 633 895	10 934 906	10 096 483	15 628 777	12 046 776	11 823 893	21 754 860
21	Leiria	G	14 608 333	12 005 812	13 379 242	20 034 782	27 679 809	25 539 786	23 253 074	18 671 866	16 829 348	24 814 289	21 042 552
22	Lagos	M	7 725 672	6 104 147	13 658 243	15 927 425	16 181 616	15 466 923	19 822 674	8 232 319	9 328 457	26 770 388	20 753 223
23	Guimarães	G	42 033 552	23 383 344	28 030 319	27 558 469	28 633 435	24 850 508	19 255 576	20 360 414	19 680 819	17 924 821	19 764 834
24	Oeiras	G	20 223 576	30 762 791	13 648 634	54 737 841	27 801 626	49 692 288	31 354 518	34 831 502	16 520 504	–1 898 901	19 459 628
25	Oliveira de Azeméis	M	10 045 863	7 555 480	8 846 080	9 757 463	9 472 619	8 810 666	10 987 669	14 844 075	15 649 186	14 727 078	18 049 047
26	Amadora	G	12 203 118	6 134 965	7 991 789	15 295 316	16 994 678	19 703 460	14 894 649	24 103 040	16 024 623	9 090 160	17 535 139
27	Almada	G	8 615 163	4 684 556	8 051 823	10 500 988	5 187 185	6 207 414	15 260 799	11 078 841	11 481 975	20 878 377	17 455 732
28	Seixal	G	11 266 807	7 789 226	3 504 797	17 995 262	17 967 307	22 041 349	16 757 322	20 604 889	16 077 787	25 477 404	15 535 831
29	Loures	G	11 803 002	–1 472 387	9 979 255	18 312 622	23 519 127	14 993 336	13 716 274	14 099 831	4 707 133	12 236 032	15 129 444
30	Faro	M	8 848 033	4 125 708	9 933 910	15 049 649	14 098 566	9 543 830	11 512 099	11 322 178	10 659 512	8 355 466	14 704 942
31	Palmela	M	4 775 411	7 470 537	6 895 439	7 825 962	8 945 786	5 977 121	8 975 822	8 899 113	6 489 173	13 549 361	13 876 723
32	Figueira da Foz	M	8 007 591	11 597 036	10 999 172	10 160 788	12 300 091	9 956 813	9 732 313	3 076 933	11 552 658	8 723 244	13 807 654
33	Sesimbra	M	4 659 856	7 098 114	4 330 720	7 133 878	7 264 985	6 782 523	7 821 166	6 632 356	7 986 950	11 920 714	13 554 904
34	Vila Real Sto. António	P	–483 178	290 822	875 195	339 865	2 665 042	–2 741 615	1 732 259	8 154 063	7 322 044	–321 144	13 173 541
35	Chaves	M	7 733 720	–1 463 564	11 901 744	8 676 803	8 582 686	8 141 440	9 836 985	10 636 316	8 427 938	8 100 291	13 053 063
36	Silves	M	6 387 164	4 992 966	3 841 777	7 099 304	8 065 430	7 053 948	7 482 265	7 418 588	8 367 770	9 288 205	12 945 692
37	Pombal	M	8 032 873	11 017 952	11 637 457	12 491 369	12 511 836	12 887 707	12 802 359	11 485 365	15 667 824	12 085 592	12 795 606
38	Viana do Castelo	M	6 017 809	8 572 323	7 102 038	10 334 472	9 098 283	9 706 833	9 087 562	9 074 076	12 989 583	12 143 844	12 684 680
39	Vila Verde	M	6 909 025	5 832 403	5 881 627	6 501 487	6 748 925	7 633 490	5 951 703	6 731 006	9 965 321	10 964 798	12 504 421

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
40	Lagoa (Algarve)	M	6 876 838	7 074 918	9 282 052	11 103 621	8 114 259	8 259 581	9 707 688	9 628 662	6 357 593	9 230 304	12 420 196
41	Penafiel	M	7 486 337	5 905 253	7 557 179	5 936 710	8 645 519	6 586 208	7 804 377	11 207 981	10 211 071	10 567 118	12 339 669
42	Paredes	M	19 622 696	10 484 980	9 868 438	14 367 186	8 103 376	10 507 477	14 696 353	13 917 038	17 119 066	13 569 627	12 218 986
43	Ponta Delgada	M	9 772 912	7 669 333	7 626 149	8 320 355	9 318 440	9 035 655	8 081 617	9 019 238	8 466 173	12 002 805	12 158 213
44	Viseu	G	13 027 559	7 787 808	12 867 755	6 425 525	10 141 777	7 181 846	1 354 988	5 986 353	9 530 712	9 523 825	12 120 524
45	Santo Tirso	M	2 759 423	9 000 517	4 886 168	9 429 728	8 382 482	7 678 059	5 747 554	7 588 168	5 784 838	11 460 079	12 091 458
46	Coimbra	G	8 480 758	5 184 618	6 075 153	3 878 059	5 201 756	4 995 925	6 847 940	5 028 610	12 576 597	10 122 441	12 017 030
47	Póvoa de Varzim	M	10 882 657	10 103 841	8 342 612	10 227 727	11 697 715	9 898 671	11 232 250	7 692 983	13 559 535	11 034 387	12 001 522
48	Tavira	M	7 233 104	7 094 616	3 557 654	5 292 041	3 418 433	3 198 918	–109 522	4 789 503	4 118 078	5 895 324	11 220 181
49	Castelo Branco	M	21 415 109	9 680 795	8 713 292	12 323 228	15 189 523	16 734 788	14 537 867	14 110 708	16 770 075	15 283 037	10 950 799
50	Covilhã	M	9 120 295	8 332 117	9 847 218	9 385 105	10 880 191	10 203 553	12 062 440	11 837 634	12 543 535	8 394 343	10 842 301

- O município que lidere o ranking com melhor valor de EBITDA em 2022, é Lisboa com um montante de 181,6 milhões de euros, quando em 2021 tinha apresentado um EBITDA de valor negativo.
- Relevam-se os três lugares subsequentes pelo valor de EBITDA apresentado: Cascais (93,2 milhões e euros), Sintra (79,9 milhões de euros) e Porto (77,8 milhões de euros).

- Com EBITDA negativo, aparecem no Ranking dos piores resultados deste indicador económico apenas três municípios: Carrazeda de Ansiães (-1,3 milhões de euros), Alvito (-692 milhares de euros) e Freixo de Espada à Cinta (-271 milhares de euros).
- Enquanto no *ranking* R63 (ranking com os melhores resultados de EBITDA) só existem dois municípios de pequena dimensão (Grândola e Vila Real de Santo António), no *ranking* R64, dos municípios com pior EBITDA, só se registam municípios de pequena dimensão.

R64 – Municípios com pior EBITDA em 2022

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Carrazeda de Ansiães	P	4 388 302	3 793 816	2 883 240	1 963 263	2 248 911	2 763 642	2 409 712	1 824 866	618 046	203 505	–1 319 264
2	Alvito	P	873 785	909 204	786 567	880 095	1 176 998	1 120 209	1 354 254	180 763	451 548	404 894	–692 312
3	Freixo de Espada à Cinta	P	1 043 063	1 297 725	2 455 371	2 662 768	1 559 531	1 311 957	1 663 351	1 050 522	209 157	–323 592	–270 559
4	Gavião	P	2 061 617	1 547 330	1 358 953	1 477 350	773 902	953 772	1 227 845	870 718	634 990	598 702	52 810
5	Sever do Vouga	P	3 140 865	3 483 054	3 294 560	3 539 969	2 701 606	2 857 030	2 640 088	2 269 493	2 176 030	1 779 099	64 006
6	Cuba	P	1 008 912	782 262	460 899	849 185	644 869	564 691	832 197	172 187	518 306	801 658	131 129
7	Barrancos	P	574 046	418 653	334 064	334 181	469 564	401 291	374 781	535 261	54 053	277 832	172 735
8	Viana do Alentejo	P	991 099	1 325 800	662 782	1 560 165	1 596 716	649 357	1 425 404	1 007 737	1 147 022	997 027	173 455
9	Redondo	P	692 215	73 306	–932 006	963 718	1 010 112	409 537	78 248	–74 233	813 765	435 566	175 235

	Município	Dim.	Mandato 10–13		Mandato 14–17				Mandato 18–21				M. 22–25
			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
10	Sta. Marta de Penaguião	P	1 317 701	2 033 548	1 902 862	1 108 404	1 051 828	812 324	387 549	4 170 570	1 320 898	1 307 502	190 767
11	Santa Cruz das Flores	P	839 970	756 302	798 465	635 377	760 447	1 017 006	965 381	1 224 226	567 516	655 016	423 570
12	Ansião	P	3 668 091	2 442 651	3 452 454	3 894 584	2 634 133	2 922 011	2 552 562	2 481 920	1 792 777	2 008 292	465 229
13	Avis	P	908 389	1 389 620	825 085	1 533 417	1 501 957	1 631 258	1 325 519	1 494 223	1 229 370	344 584	556 048
14	Chamusca	P	3 050 235	4 074 228	3 117 609	2 387 256	2 244 230	2 214 278	2 723 555	2 296 417	2 742 826	1 896 181	568 699
15	Corvo	P	826 963	955 356	907 366	1 059 990	965 389	851 456	781 820	1 117 073	726 754	667 332	571 979
16	Idanha-a-Nova	P	3 029 438	1 267 848	2 686 572	1 559 774	1 607 680	1 214 579	1 283 390	755 406	3 859 840	1 846 105	588 989
17	Terras de Bouro	P	1 681 724	1 507 511	808 329	929 222	1 141 298	1 238 728	1 443 992	1 058 720	2 347 974	1 881 224	619 899
18	Sardoal	P	1 435 719	870 928	965 520	853 987	1 042 853	1 176 926	37 416	883 793	495 429	798 963	621 070
19	Mourão	P	−868 561	980 076	507 051	761 466	1 449 802	1 130 002	1 594 118	1 415 433	938 634	1 279 777	636 387
20	Murça	P	2 110 255	2 486 361	1 878 891	2 200 985	1 502 361	1 657 700	2 431 660	4 955 031	1 314 786	1 237 714	639 696
21	Portel	P	1 569 638	988 970	−668 322	1 536 550	1 569 212	1 544 177	1 510 327	1 340 526	1 746 944	1 683 172	653 529
22	Vila do Porto	P	484 554	712 276	1 453 009	1 081 534	1 117 879	532 575	981 338	1 226 353	805 675	1 170 809	655 943
23	Penacova	P	1 915 059	1 833 438	1 603 430	1 444 170	930 389	873 926	298 136	2 053 713	985 493	215 970	663 179
24	Crato	P	1 443 832	1 003 821	930 834	1 455 181	919 540	757 509	1 340 811	1 687 074	1 681 961	1 528 264	664 932
25	Penedono	P	1 458 435	691 235	1 704 781	872 618	798 996	592 347	919 782	707 894	1 507 605	1 364 830	672 585
26	Figueiró dos Vinhos	P	1 302 310	1 317 653	98 063	654 534	562 247	964 249	206 440	−541 134	893 064	1 014 199	707 218
27	Lajes das Flores	P	1 228 297	541 149	1 380 469	755 127	1 380 469	254 314	816 720	810 334	509 337	603 435	707 573
28	São João da Pesqueira	P	2 773 356	1 060 040	564 148	995 147	872 406	967 369	1 653 472	2 516 120	1 725 234	1 599 872	711 630
29	Proença-a-Nova	P	2 519 837	2 776 023	2 641 792	2 343 009	2 619 244	2 194 016	2 541 682	2 360 327	2 101 083	2 210 439	812 173
30	Tarouca	P	1 202 380	1 433 528	1 759 463	2 151 933	1 766 240	1 933 234	1 216 995	1 002 342	1 028 949	1 569 014	825 564
31	Fronteira	P	2 025 817	1 453 922	1 275 068	855 917	1 034 190	724 686	814 908	976 492	1 518 872	377 955	845 975
32	Mesão Frio	P	2 019 395	1 203 789	761 734	1 453 449	1 323 665	1 255 867	1 288 471	3 838 419	950 229	1 227 045	883 664
33	Borba	P	2 012 025	1 642 085	2 144 672	2 526 447	2 476 549	1 894 252	1 591 367	1 998 915	2 075 722	1 624 074	900 066
34	Vila Flor	P	2 506 607	1 721 517	1 983 223	1 950 624	1 827 922	1 560 305	2 002 170	2 502 448	1 493 061	1 453 322	901 848
35	Tabuaço	P	2 488 195	2 285 162	2 301 755	1 341 810	1 672 712	778 418	819 627	2 503 425	1 861 993	1 622 364	912 769
36	Porto Santo	P	1 466 796	−282 538	301 469	1 856 468	1 062 143	700 517	878 746	1 803 639	1 402 098	1 290 808	946 084
37	Alter do Chão	P	1 711 073	988 840	759 900	1 489 966	875 407	693 784	1 483 164	1 683 341	1 106 465	1 493 468	961 139
38	Castelo de Vide	P	1 133 004	484 421	827 633	1 078 627	1 138 309	729 030	753 459	911 466	1 142 622	895 052	965 986
39	Arronches	P	1 434 715	1 088 023	1 192 501	1 399 070	823 222	1 243 103	1 779 611	1 313 686	2 378 530	1 838 857	966 751
40	Mortágua	P	2 589 105	1 505 875	1 762 046	2 359 856	1 795 285	1 628 867	1 628 730	1 438 276	1 490 208	1 504 323	989 976
41	Monforte	P	822 238	534 757	741 735	793 392	513 961	263 238	595 214	−657 179	382 709	438 605	993 604
42	Miranda do Douro	P	2 284 961	3 969 050	2 570 995	2 106 639	1 871 165	1 924 307	1 812 180	1 122 458	2 426 175	2 273 621	1 020 821
43	Constância	P	626 857	1 495 563	547 963	697 832	1 047 974	1 038 193	926 683	1 134 084	1 388 400	856 366	1 032 204
44	Belmonte	P	2 065 125	1 136 367	646 109	581 701	247 998	−420 453	95 590	962 529	1 177 335	855 781	1 103 174
45	Peso da Régua	P	3 755 818	1 121 354	592 011	1 518 395	1 425 914	879 101	1 371 281	5 161 094	2 699 671	358 014	1 109 391
46	Calheta (R. A. A.)	P	1 852 186	1 730 044	2 032 746	2 368 480	1 988 943	2 211 408	2 074 227	2 010 763	1 766 570	1 403 292	1 122 071
47	Pedrógão Grande	P	2 717 309	2 277 193	1 362 804	1 506 940	2 025 980	2 617 661	1 255 864	784 198	1 217 599	706 226	1 122 965
48	Monchique	P	2 014 366	1 613 166	2 302 420	1 958 721	1 980 495	1 637 092	1 019 227	1 248 330	1 323 902	821 035	1 133 502
49	Monção	P	3 917 653	2 103 343	1 968 565	3 197 920	2 273 902	2 172 081	2 487 929	1 256 189	3 121 787	1 444 419	1 140 859
50	São Roque do Pico	P	850 660	964 149	795 956	1 107 868	1 442 522	1 341 490	850 574	1 459 169	892 410	787 734	1 150 833

CAPÍTULO 4.
O setor empresarial local e grupos autárquicos

Nota introdutória

Este capítulo apresenta a informação económico-financeira do setor empresarial local (designado por SEL), constituído por entidades de natureza empresarial[132], incluindo as empresas municipais (designadas por EM's) e serviços municipalizados[133] (designados por SM's), relativa a 2022. Esta análise realiza-se autonomamente em relação a cada um destes setores do universo empresarial municipal.

Neste anuário, devido à ausência de informação sobre consolidação de contas à data de elaboração do mesmo, não se apresentará um ponto autónomo com a análise das contas dos grupos autárquicos, ou seja, dos municípios com empresas e/ou serviços municipalizados.

EMPRESAS MUNICIPAIS - EM's

A análise da evolução das contas do setor empresarial local reportar-se-á ao período entre 2012 e 2022. O Sistema de Normalização Contabilística (SNC) só começou a aplicar-se ao SEL a partir de 2010, permitindo, desde então, a comparação de dados financeiros destas empresas, qualquer que seja o setor de atividade em que atuem.

Para o ano económico de 2022, das 155 EM's existentes, foi obtida e tratada informação de 137 entidades empresariais locais[134], representando 88,4% do setor. Todavia, para efeitos de comparação de valores entre 2012 e 2022, apenas se consideraram 121 entidades empresariais, pois apenas para este número se obteve informação homóloga consistente e suscetível de comparabilidade.

Para a elaboração deste capítulo, foi feito o levantamento do número de EM's que se encontravam em

---

[132] Constituídas por empresas municipais, sociedades anónimas, sociedades por quotas e entidades intermunicipais.

[133] Embora não sejam consideradas, do ponto de vista jurídico, setor empresarial local, pois fazem parte da estrutura administrativa das autarquias com serviços com autonomia de gestão, entendeu-se que, pelo caráter empresarial que assumem, integrá-los no SEL.

[134] Parte da informação económico-financeira das 137 entidades do setor empresarial local analisadas foi cedida pelo Tribunal de Contas, que permitiu o acesso ao balanço e à demonstração dos resultados das contas de que dispunha à data de 30 de junho de 2023. Esta recolha permitiu obter informação económico-financeira acerca de 8% das entidades analisadas. A restante informação económico-financeira foi recolhida nas páginas eletrónicas das entidades. Não foi possível obter, por qualquer destas formas, os dados financeiros de 18 empresas do universo de 155 entidades do setor empresarial local em exercício no ano de 2022. No anexo I, apresenta-se um mapa com os dados económicos considerados mais relevantes, tanto dos municípios como das respetivas EM's e dos respetivos SM's.

processo de dissolução no decorrer de 2022 e verificou-se que 2 das mesmas se extinguiram antes do final do ano económico, facto pelo qual não constaram da análise realizada.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - SM'S

No presente capítulo, analisam-se, também, embora separadamente, as contas dos 25 SM's, ou seja, a totalidade dos SM's existentes à data de dezembro de 2022.

A análise autonomizada deste setor empresarial local tem por fundamento o tratamento diferenciado dos registos contabilísticos dos SM's, uma vez que, o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o SNC, não lhes é aplicado, continuando os mesmos a utilizar o POCAL até à implementação do novo modelo contabilístico para as administrações públicas (SNC-AP), que aconteceu em janeiro de 2020.

COOPERATIVAS DE INTERESSE PÚBLICO[135]

A Lei 73/2013, de 3 de setembro, Lei Financeira das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, identifica, no seu artigo 54.º – Entidades relevantes para efeitos de limite da dívida total, as cooperativas de interesse público como entidades enquadráveis para efeitos do cálculo do limite da dívida dos municípios, bem como as condições em que as mesmas relevam:

...

d) As cooperativas e as *régies* cooperativas, de acordo com o disposto no artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 58.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquele regime;

e) As cooperativas não previstas na alínea anterior e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município.

---

[135] O artigo 6.º do Código Cooperativo (na sua presente versão, a da Lei n.º 51/96, de 7 de setembro) permite a criação de cooperativas de interesse público ou régies cooperativas, reguladas por diploma legal próprio, o Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro.

O primeiro artigo do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro, define as cooperativas de interesse público como "pessoas coletivas em que, para a prossecução dos seus fins, se associam o Estado ou outras pessoas coletivas de direito público e cooperativas ou utentes dos bens e serviços produzidos".

Podem, assim, ser membros deste tipo de entidades: o Estado, outras pessoas coletivas de direito público, como municípios, regiões autónomas ou empresas públicas, mas também cooperativas, associações e/ou utilizadores dos bens e serviços produzidos.

O capital é subscrito pelos membros nos termos do ato constitutivo, e, na maioria dos casos das cooperativas com participação dos municípios, estes entram em posição maioritária de forma a manterem a gestão e o poder de decisão, em termos de votos e orientação das atividades.

Sobre as cooperativas com participação dos municípios, a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais), na sua redação atual, designadamente a conferida pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, que procedeu à sua segunda alteração, refere o seguinte:

Artigo 58.º Cooperativas

1 – Os municípios, as associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas podem criar ou participar em cooperativas.

2 – As cooperativas mencionadas no número anterior regem-se pelo Código Cooperativo.

3 – O disposto nos capítulos iii e vi aplica-se, com as devidas adaptações, às régies cooperativas, ou cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º.

Assim, as cooperativas com participação maioritária dos municípios deveriam ser analisadas neste capítulo e integradas no anexo I. No entanto, as suas contas ainda não constam dos elementos disponibilizados pelo Tribunal de Contas, nem da correspondente listagem da DGAL[136]. A ausência de informação financeira e o desconhecimento das contas das cooperativas de interesse público em que os municípios exercem, de forma direta ou indireta, uma influência dominante, inviabilizou, portanto, a sua inclusão na análise deste anuário, bem como a inclusão de informação financeira a seu respeito no citado anexo I.

4.1. Setor Empresarial Local

4.1.1. Introdução

Analisam-se neste ponto do anuário, valores e indicadores relativos à atividade financeira das entidades pertencentes ao SEL[137], reportados ao final do ano de 2022 no universo de 155 entidades[138], sendo que 119 são EM's ou entidades empresariais locais, 5 são sociedades anónimas, 2 são sociedades por quotas e 29 são entidades intermunicipais.

A informação económico-financeira apresentada agrega para o ano económico de 2022 os valores de 137 entidades das 155 entidades suprarreferidas, uma vez que não foi possível obter informação financeira de 13 empresas municipais e de 5 empresas intermunicipais, conforme exposto no Quadro 4.01. Representando estas 137 entidades empresariais de natureza local, 88% das entidades empresariais existentes, consideram-se os resultados da análise global da informação financeira prestada pelas mesmas, suficientemente fiáveis e passíveis de expressar a situação económico-financeira extensiva e, por isso, generalizada a todo o universo do SEL.

Sempre que se entendeu oportuno, analisou-se a evolução financeira do SEL, nas condições acabadas de se traduzirem, para o período entre 2012 e 2022, embora a situação mais frequente seja a comparação com valores do ano precedente, isto é, do ano de 2021.

---

[136] Na página eletrónica da DGAL, ainda não é feita referência àquelas cooperativas (http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/).

[137] Definido à luz da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o Regime Jurídico do Setor Empresarial Local, o qual considera que pertencem ao SEL as empresas municipais, intermunicipais e metropolitanas, e as sociedades comerciais controladas conjuntamente por diversas entidades públicas, cujo maior título de participação é da autarquia.

[138] Não estão aqui incluídos os SM's, pese embora na introdução ao presente capítulo se tenha considerado que, em termos substantivos, serão entidades que potencialmente podem pertencer ao SEL. O facto de não terem sido abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o SNC, não tem permitido proceder à integração da sua informação contabilística na informação prestada pelas entidades empresariais locais. Decidiu-se que, neste ano de 2022, se matinha esta separação de análise, com vista a manter-se um histórico relevante.

Quadro 4.01 – Entidades sem informação financeira disponível em 2022

	Entidade	Município	Situação
1	Prazilandia -Turismo e Ambiente	Castanheira de Pera	Sem informação
2	Quinta de Tuberais – Ensino Profissional de Cinfães	Cinfães	Sem informação
3	HABEVORA – Gestão habitacional	Évora	Sem informação
4	ACLEM – Arte, Cultura e Lazer	Felgueiras	Sem informação
5	Viverfundão – Promoção e Gestão das Condições Estruturais e Infraestruturais	Fundão	Sem informação
6	Quintas de Melgaço	Melgaço	Sem informação
7	Logica – Sociedade Gestora do Tecnológico	Moura	Sem informação
8	Habitar S. João – Habitação	São João da Madeira	Sem informação
9	Naturnorte – Gestão de Equipamentos Colectivos e Prestação de Serviços	São Vicente	Sem informação
10	TEGEC – Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer	Trancoso	Sem informação
11	Interminho – Sociedade Gestora de Parques Empresariais	Valença	Sem informação
12	CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM SA	Vila Nova da Barquinha	Sem informação
13	VRS – Vila Real Social, Habitação e Transportes	Vila Real	Sem informação
14	AIN – Agro-Industrial do Nordeste, E.I.M.	*1	Sem informação
15	Naturtejo – Empresa de Turismo, E.I.M.	*2	Sem informação
16	Matadouro Industrial do Cachão, E.I.M.	*3	Sem informação
17	MINHOCOM – Gestão de Infraestruturas de telecomunicações, E.I.M.	*4	Sem informação
18	PERM – Parquem Empresarial de Recuperação de Materiais, E.I.M.	*5	Sem informação

*1 – Mirandela (49,10) e Vila Flor (49,10%)

*2 – Associação de Municípios Natureza e Tejo – 87,87%.

*3 – AIN – Agro-Industrial do Nordeste, E.I.M, S.A.

*4 – Associação de Municípios do Vale do Minho (Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira) – 51,0%

*5 – Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra) – 51%

Face à reestruturação do SEL desde 2011[139], com extinção de entidades e fusão de outras entidades, as EM's extintas no decorrer do ano de 2022, e assinaladas no Quadro 4.02, não constam da análise financeira do SEL efetuada para o presente ano económico.

[139] No anuário de 2011, já se assinalaram extinções concluídas nesse ano e outras em extinção, mas foi realmente a partir de 2013 que se tornou significativo o número de entidades empresariais extintas, tendo continuado a dissolução de algumas delas nos anos subsequentes, inclusive no ano económico em análise.

Quadro 4.02 – Entidades que se extinguiram em 2022

	Entidade	Município	Situação
1	Cidade em Acção – Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos	Ponta Delgada	Dissolvida
2	VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	Vila Real de Santo António	Dissolvida

No Quadro 4.03, apresenta-se, por ano económico, o número de entidades empresariais dissolvidas ou fundidas entre 2012 e 2022.

Quadro 4.03 – Número de Entidades do SEL, número das dissolvidas e número de fusões, entre 2012 e 2022

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
N.º total de entidades em atividade	275	238	216	188	176	168	163	163	161	158	155
N.º de entidades com informação disponível	270	225	208	185	174	163	158	154	159	144	137
N.º de entidades dissolvidas	9	36	33	25	11	12	8	5	4	5	2
N.º de entidades que se fundiram	9	3	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Nº de entidades constituídas	0	0	0	0	0	2	2	5	2	2	0

Do quadro anterior, pode-se concluir que, entre 2012 e 2022, o número de entidades do SEL baixou -43,6%, diminuindo em -120 o número de entidades existentes e em atividade.

No presente anuário, à semelhança dos anos anteriores, a metodologia utilizada neste capítulo compreende a análise dos valores do balanço e da demonstração dos resultados relativos ao conjunto de 137[140] entidades do SEL, em exercício a 31 de dezembro do ano económico de 2022, em relação às quais foi possível obter informação financeira.

Dado que, relativamente a 16 das 137 entidades com informação disponível para o ano económico de 2022, não se dispõem de informação financeiramente comparável, para os anos compreendidos entre 2012 e 2022, para efeitos de análise evolutiva de valores referentes a este período, consideraram-se os montantes totais de 121 empresas (88,3% de todo o SEL com informação disponível de 2022), por se dispor de informação económico-financeira completa das mesmas, para os referidos anos[141].

[140] Como referido no texto de apresentação deste capítulo, para efeitos de análise da situação económico-financeira do SEL relativo ao ano de 2022, considerou-se suficientemente representativos os valores obtidos dos relatos financeiros disponibilizados pelas 137 entidades empresariais (88,3% das empresas do setor), desvalorizando-se, para efeitos de análise global, a ausência de dados das 18 empresas que não enviaram em tempo regulamentar ao Tribunal de Contas a informação financeira exigível, nem a disponibilizaram na respetiva página eletrónica.

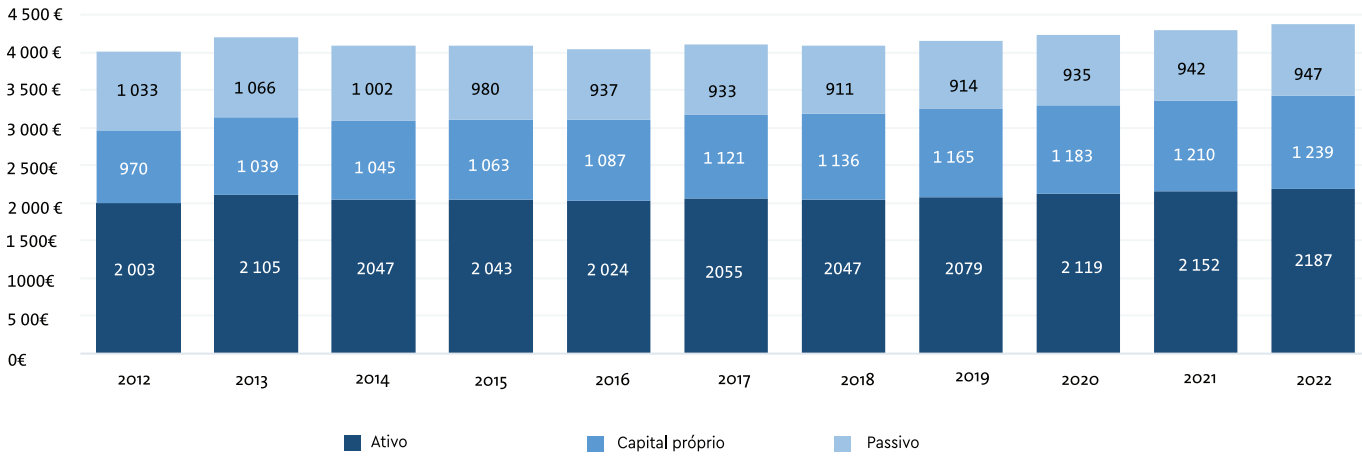
[141] De igual modo, se procedeu em anos anteriores, isto é, a análise comparativa para um número alargado de anos apenas foi considerada para o conjunto de empresas que apresentaram no período em análise informação económico-financeira homóloga.

Entendeu-se que o volume de informação prestado pelas 121 entidades empresariais será uma amostra suficiente e fiável para o conhecimento e compreensão da evolução económico-financeira do SEL entre 2012 e 2022.

4.1.2. Grandes agregados do balanço das entidades do SEL

No Gráfico 4.01, apresenta-se o volume total dos principais agregados do balanço global das entidades do SEL em relação às quais foi possível recolher informação financeira homogénea entre 2012 e 2022.

Gráfico 4.01 – Evolução dos grandes agregados do balanço do SEL (121 entidades)



O Quadro 4.04 apresenta o valor das componentes do balanço das entidades do SEL analisadas em 2022, bem como o respetivo peso das componentes do Ativo e do Passivo.

Quadro 4.04 – Ativo, Passivo e Capital Próprio das 137 entidades do SEL[142] em 2022 e sua comparação com valores homólogos das 308 autarquias

Unidade: euros

Componentes do balanço	SEL (137)		Municípios (308)		Peso SEL / municípios
	Valor	%	Valor	%	%
Ativo não corrente	2 179 625 590	74%	40 627 543 882	88%	5,4%
Ativo corrente	784 874 358	26%	5 697 649 152	12%	13,8%
Total Ativo	**2 964 499 948**	--	**46 325 193 034**	--	**6,4%**
Passivo não corrente (médio e longo prazo)	**614 269 830**	**49%**	4 547 415 659	**68%**	**13,5%**
Passivo exigível não corrente	527 539 380	42%	2 777 678 742	41%	19,0%
Passivo corrente (curto prazo)	**642 673 661**	**51%**	**2 147 542 111**	**32%**	**29,9%**
Passivo exigível corrente	570 280 609	45%	1 692 409 483	25%	33,7%
Total Passivo Exigível	**1 097 819 988**	**87%**	**4 470 088 224**	**67%**	**24,6%**
Passivo exigível/ativo total	37,0%	--	9,6%	–	–
Total Passivo	**1 256 943 492**	**42%**	**6 694 957 771**	**14%**	**18,8%**
Capital Próprio + Rendimentos diferidos	**1 707 548 638**	**58%**	**39 630 235 263**	**86%**	**4,3%**
Capital Próprio + Passivo	**2 964 492 130**	--	**46 325 193 034**	--	**6,4%**

Da observação do Quadro 4.04, conclui-se, em relação ao ano económico de 2022 e considerando a informação financeira obtida para 137 entidades empresariais do sector autárquico:

As 137 entidades do SEL consideradas na presente análise apresentaram, no seu conjunto, um **Ativo global** de 2.964,5 milhões de euros, constituído em 74% por ativos não correntes. O **Passivo**, contabilizado em 1.256,9 milhões de euros, apresentou a preponderância do Passivo corrente (Passivo de curto prazo) sobre o Passivo não corrente (passivo de mlp) em +2pp;

Comparando o valor do Ativo total do SEL (2.964,5 milhões de euros) com o Ativo total dos 308 municípios (46.325,2 milhões de euros), pode-se concluir que aquele representou 6,4% deste;

Quanto à comparabilidade do **Passivo exigível** do SEL com o Passivo exigível dos 308 municípios, conclui-se que o Passivo exigível do SEL, ao apresentar o valor de 1.097,8 milhões de euros, representou 24,6% do Passivo exigível do universo dos municípios (4.470,1 milhões de euros);

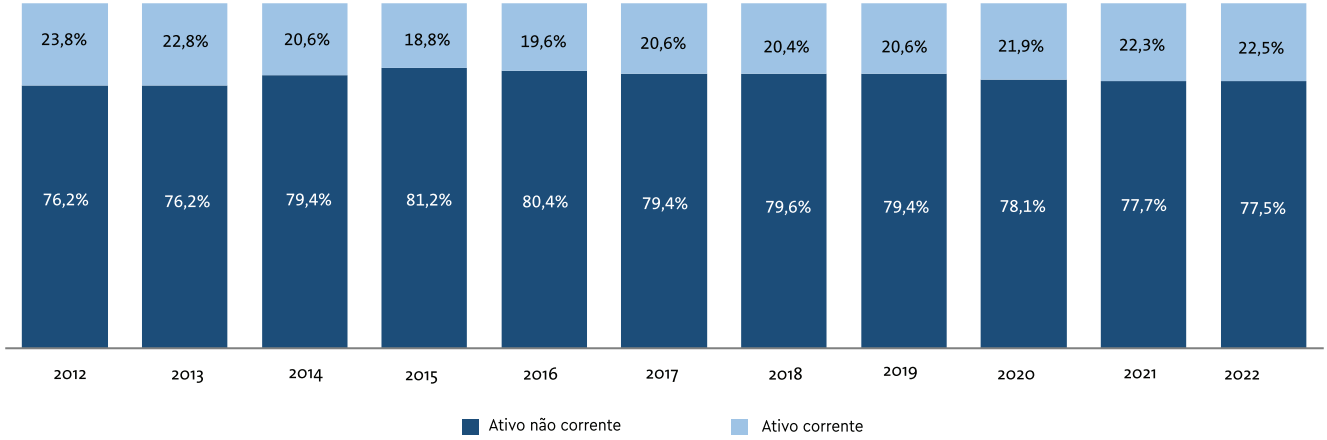
Mais se verifica que o Passivo exigível do SEL, representou 37% do seu Ativo total.

[142] Aqui, retomamos a análise com os dados das 137 empresas, pois apenas analisamos e comparamos os dados financeiros de 2022. Recordamos que não obtivemos dados da necessária informação económico financeira relativa a 2022 de 18 empresas, apesar de todas as entidades empresariais do setor estarem obrigadas a enviar ao Tribunal de Contas, dentro do prazo estipulado, os relatórios de gestão e os mapas de prestação de contas.

4.1.2.1. Estrutura e evolução do Ativo não corrente

O gráfico a seguir apresentado esquematiza a evolução do peso do Ativo corrente e do Ativo não corrente no Ativo total, entre 2012 e 2022, para as 121 entidades com informação financeira para este intervalo de tempo, sendo de salientar que o peso do Ativo não corrente continua bastante mais preponderante no cômputo do Ativo total. Mais se anota que, em 2022, o peso do **Ativo não corrente**, para este universo de entidades, baixou -0,2pp.

Gráfico 4.02 – Estrutura do Ativo – 2012 a 2022 (121 entidades)



No Quadro 4.05, apresenta-se a estrutura do Ativo não corrente no universo SEL, a comparação das respetivas componentes do balanço e as variações estruturais mais relevantes entre 2012 e 2022.

Quadro 4.05 – Evolução do Ativo não corrente das 121 entidades empresariais analisadas

Unidade: milhares de euros

Componentes do Ativo não corrente	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Var. % 21-22
Ativos Fixos Tangíveis	1 186 265	1 250 504	1 293 857	1 323 798	1 290 466	1 307 787	1 311 869	1 326 556	1 348 189	1 375 101	1 421 732	3,4%
Propriedades de Investimento	69 082	66 684	54 228	55 070	54 302	53 014	53 473	57 903	45 250	48 070	21 493	-55,3%
Goodwill	15	0	0	15	14	57	51	44	39	6	5	-25,0%
Ativos Intangíveis	225 553	224 762	233 935	232 633	229 696	221 419	218 097	218 230	209 753	204 252	200 429	-1,9%
Ativos Biológicos	167	312	298	81	100	128	110	102	89	114	128	12,8%
Participações Financeiras – MEP	31 307	25 927	18 970	19 506	17 944	19 438	19 105	18 410	17 456	16 515	15 717	-4,8%
Participações Financeiras – Outros	841	55	3	4	5	6	0	2	1	1	1	-0,2%
Acionistas/Sócios	464	10 759	13 747	16 100	16 101	16 100	16 100	16 100	15 975	15 725	15 475	-1,6%
Outros Ativos Financeiros	7 750	4 891	6 733	8 166	8 367	7 580	6 005	7 346	13 365	6 731	16 500	145,1%
Ativos por Impostos Diferidos	5 570	5 392	3 262	2 403	3 271	2 648	2 235	2 327	2 763	4 058	3 158	-22,2%
Clientes, Estado e Outras Contas a Receber	207	13 863	0	0	6 970	3 883	1 614	4 358	1 346	1 149	751	-34,6%
Total do ativo não corrente	**1 527 221**	**1 603 151**	**1 625 034**	**1 657 776**	**1 627 235**	**1 632 060**	**1 628 659**	**1 651 378**	**1 654 228**	**1 671 723**	**1 695 387**	**1,42%**

Da análise do quadro anterior, conclui-se, sobre a constituição e evolução do **Ativo não corrente** das entidades do SEL analisadas em 2022:

- 83,9% do **Ativo não corrente** era constituído por **ativos fixos tangíveis** no total de 1.421,7 milhões de euros, tendo aumentado +3,4% (+46,6 milhões de euros) em relação ao ano transato. A entidade que registou maior valor em ativos fixos tangíveis foi a CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM, com 167,3 milhões de euros, conforme se poderá verificar no Quadro 4.06;
- Os **ativos intangíveis**, com um peso de 11,8% no total do Ativo não corrente, foram o segundo elemento mais representativo do Ativo não corrente, ao totalizarem o valor de 200,4 milhões de euros, isto é, -3,8 milhões de euros (-1,9%) que o verificado no ano anterior;
- Uma só entidade empresarial – TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos (Quadro 4.07) – contribuiu para 77,0% do total dos ativos intangíveis, num universo de 84 entidades[143] com ativos intangíveis, com um valor de 200,4 milhões de euros. Muito distante dos valores desta empresa surgiu, em segundo lugar, a empresa Águas de Gaia, com o montante de 16,6 milhões de euros de ativos intangíveis (quadro 4.07);
- As **propriedades de investimento**[144] foram outro ativo, embora com peso pouco significativos no total do Ativo não corrente (1,3%), ao registarem o valor de 21,5 milhões de euros, que interessa assinalar pelo decréscimo apresentando em 2022 de -55,3% (-26,6 milhões de euros) em relação ao ano anterior.

No Quadro 4.06, apresentam-se as entidades empresariais que, em 2022, apresentaram ativos fixos tangíveis com valor superior a 50 milhões de euros e cuja liderança pelas Águas do Porto já foi referida.

[143] As restantes 37entidades do SEL não apresentaram registo de ativos intangíveis.

[144] De acordo com o SNC, propriedades de investimento são valores de terrenos ou edifícios, ou de partes de um edifício, ou ambos, detidos (pelo dono ou pelo locatário numa locação financeira) com vista à obtenção de rendas ou para valorização do capital, ou para ambas as finalidades e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas, nem para venda no curso ordinário do negócio. Este empréstimo tem vindo a ser amortizado

Quadro 4.06 – Entidades que apresentam valores superiores a 50 milhões de euros em ativos fixos tangíveis no ano de 2022

Unidade: euros

Entidade		Município	Ativos Fixos Tangíveis
EM	CMPEA – Águas do Porto	Porto	167 293 137
EM SA	Companhia Carris de Ferro de Lisboa **	Lisboa	120 501 307
EIM SA	Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A. **	*1	106 082 062
EM	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	99 362 809
EIM	Águas do Ribatejo, E.I.M., S.A.	*2	90 644 165
EM SA	Águas de Gaia	Vila Nova de Gaia	86 479 000
EIM SA	Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A. **	*3	71 966 136
EEM	ICOVI – Infraestruturas e Concessões	Covilhã	71 525 484
EM SA	Águas de Santarém	Santarém	69 392 545
EM	AC, Águas de Coimbra	Coimbra	62 967 444
EM SA	EMEL- Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	58 891 029

*1 – Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo, Vila Nova de Gaia.

*2 – Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%).

*3 – Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

** Estas empresas não entraram para a análise comparativa de 2012-2022. Foram constituídas ou passaram a empresas municipais mais recentemente.

No Quadro 4.07, apresentam-se as entidades que registaram valores superiores a 1 milhão de euros em ativos intangíveis, em 2022.

Quadro 4.07 – Entidades que apresentam valores superiores a 1 milhão de euros em Ativos intangíveis em 2022

Unidade: euros

Entidade		Município	Ativos Intangíveis
EIM	TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos	*1	154 400 734
EM SA	Águas de Gaia	Vila Nova de Gaia	16 645 473
EIM SA	ECOBEIRÃO – Sociedade para o Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	*2	7 366 724
EM SA	Giatul – Gestão de Infra-Estruturas em Actividades Turísticas	Mafra	7 246 714
EIM SA	EHATB – Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso	*3	1 880 856
EMT SA	TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A. **	*4	1 694 618
EM SA	Cascais Próxima	Cascais	1 672 561
EM SA	EMEL- Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	1 653 078
EM SA	Águas de S. João	São João da Madeira	1 185 505
EM	Ambifaro-Gestão de Equipamentos Municipais	Faro	1 122 767
EM SA	Companhia Carris de Ferro de Lisboa **	Lisboa	1 103 496

*1 – AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – 100%.

*2 – Carregal do Sal (2%), Mortágua (2%), Santa Comba Dão (2%), Tábua, Tondela (2%), AMRPB – Associação de Municípios da Região Planalto Beirão (82,9%).

*3 – Boticas (16,7%), Chaves (16,7%), Montalegre (16,7%), Ribeira de Pena (16,7%), Valpaços (16,7%) e Vila Pouca de Aguiar (16,7%).

*4 – Lisboa: Área Metropolitana De Lisboa

** Estas empresas não entraram para a análise comparativa de 2012–2022. Foram constituídas ou passaram a empresas municipais mais recentemente.

Continuando a observar no Quadro 4.06 a composição do Ativo não corrente, verifica-se a descida em -4,8% do valor registado em **Participações financeiras – MEP**, ao apresentar o valor global de 15,7 milhões de euros (-798 milhares de euros que em 2021).

Dadas as repercussões que poderá ter na situação económico-financeira do SEL a criação de outras empresas por parte das entidades empresariais locais, apresenta-se a listagem das empresas locais com participações financeiras[145] noutras entidades (Quadro 4.08).

[145] Os valores resultam da aplicação do método de equivalência patrimonial.

Quadro 4.08 – Entidades com participações financeiras – MEP (Método de Equivalência Patrimonial) em 2022

Unidade: euros

Entidade		Município	Participações financeiras - MEP
EM	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	7 913 668
EEM	ICOVI – Infraestruturas e Concessões	Covilhã	7 803 489
	Total (121 empresas)		**15 717 157**
EM SA**	Companhia Carris de Ferro de Lisboa	Lisboa	5 217 940
EIM SA**	Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.	*1	2 296 566
	Total (137 empresas)		**23 231 663**

*1 Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo, Vila Nova de Gaia.

** Estas empresas não entraram para a análise comparativa de 2012–2022. Foram constituídas ou passaram a empresas municipais mais recentemente.

Outro Ativo não corrente, cuja evolução interessa analisar, é o valor de **Acionistas/S**ócios, o qual representa a dívida dos municípios ao SEL por via da não satisfação das suas obrigações, enquanto acionista ou sócio. Este ativo só começou a representar um montante significativo a partir de 2013, ao ser apresentado o valor de 10,8 milhões de euros, resultante do registo de uma única entidade: Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação, a qual se manteve de 2015 a 2019, com o montante de 16,1 milhões de euros[146], tendo diminuído em 2020 para 15,98 milhões de euros, em 2021 para 15,72 milhões de euros e em 2022 para 15,475 milhões de euros. Outras obrigações de autarquias perante EM's, enquanto acionistas ou sócios, foram sendo liquidadas, não surgindo qualquer registo contabilístico desde 2015, para além deste. Mais se verifica que o valor registado apresentou um decréscimo e -1,6% (-250 milhares de euros).

O Quadro 4.09 mostra a lista das entidades empresariais que apresentaram créditos sobre acionistas entre 2012 e 2022.

[146] De acordo com o disposto nos Anexos da Prestação de Contas de 2020 de empresa, "em 08 de setembro de 2009, a SRU celebrou com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana um contrato de financiamento sob a forma de abertura de crédito com um valor de 16.100.000 euros. Este financiamento tem uma garantia de reembolso por parte da Câmara Municipal de Lisboa nas datas de liquidação do referido financiamento ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana." Este empréstimo tem vindo a ser amortizado.

Quadro 4.09 – Entidades com valores inscritos na rubrica Acionistas/Sócios entre 2012 e 2022

Unidade: euros

Entidade	Município	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Lisboa Ocidental, SRU – Soc, de Reabilitação Urb.	Lisboa	0	10 759 461	13 746 466	16 100 000	16 100 917	16 100 000	16 100 000	16 100 000	15 975 000	15 725 000	15 475 000
EMEL- EMP de Mobilidade e Estacionamento	Lisboa	0	0	735	0	0	0	0	0	0	0	0
InvestBraga – Agência para a Din. Económica	Braga	464 031	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total		**464 031**	**10 759 461**	**13 747 200**	**16 100 000**	**16 100 917**	**16 100 000**	**16 100 000**	**16 100 000**	**15 975 000**	**15 725 000**	**15 475 000**

4.1.2.2. Estrutura e evolução do Ativo corrente

No Quadro 4.10, apresenta-se o montante desagregado do Ativo corrente pelas suas diferentes componentes, considerando o valor do conjunto de entidades empresariais cooptadas para análise do SEL, no período entre 2012 e 2022, bem como a respetiva variação ocorrida em 2022.

Quadro 4.10 – Evolução do Ativo corrente das entidades empresariais

Unidade: milhares de euros

Componentes do Ativo corrente	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Var. % 21-22
Inventários	14 003	13 568	12 304	11 097	12 601	14 090	14 566	13 647	13 894	14 186	17 536	23,6%
Ativos biológicos	132	216	273	238	232	199	125	145	76	72	196	174,2%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	196	2 533	705	-72,2%
Clientes, contribuintes e utentes	125 612	145 072	105 040	82 117	67 572	68 818	68 825	72 277	79 134	81 577	79 822	-2,2%
Capital subscrito e não realizado	0	0	0	0	0	0	0	1 126	8	1 400	800	-42,9%
Adiantamentos a fornecedores	6 929	6 520	5 588	1 547	523	0	0	16	8	0	4	--
Estado e outros entes públicos	12 680	16 079	12 433	16 634	18 974	19 702	19 759	18 812	19 024	19 343	19 615	1,4%
Acionistas/Sócios	13 413	9 196	1 677	872	1 836	1 365	891	425	125	250	498	99,4%
Outras contas a receber	163 476	169 877	135 901	99 083	99 492	118 569	127 879	120 296	145 818	155 913	150 719	-3,3%
Diferimentos	27 944	26 599	24 834	22 865	19 491	13 097	11 963	12 009	11 426	9 609	8 225	-14,4%
Ativos financeiros detidos para negociação	0	2 787	5 828	127	65	0	0	6	0	0	0	--
Outros ativos financeiros	308	172	408	1	14	658	815	209	1 332	472	352	-25,5%
Ativos não correntes detidos para venda	283	0	213	2 038	66	78	78	1 430	66	0	0	--
Caixa e depósitos bancários	111 015	111 983	117 896	148 112	175 591	185 932	173 677	187 187	193 184	194 629	212 718	9,3%
Total do Ativo corrente	**475 796**	**502 070**	**422 395**	**384 732**	**396 458**	**422 509**	**418 579**	**427 586**	**464 289**	**479 985**	**491 190**	**2,3%**

Da análise do quadro antecedente, pode-se deduzir, sobre a constituição e evolução do **Ativo corrente do SEL:**

- A estrutura do Ativo corrente alterou-se a partir de 2015, ao apresentar como Ativo de maior valor o item **Caixa e depósitos bancários**. Esta componente do Ativo corrente registou, em 2022, o valor de 212,7 milhões de euros, revelando um aumento de +9,3% (+18,1 milhões de euros), passando para primeira posição, com o peso de 43,3%. Está em segunda posição em 2022, **Outras contas a receber** ao apresentar o valor de 150,7 milhões de euros e um decréscimo de -3,3% (-5,2 milhões de euros de euros).
- Dados os elevados montantes apresentados em **Caixa e depósitos bancários**, divulgam-se, no Quadro 4.11, as entidades empresariais com variações positivas superiores a 1 milhão de euros, neste item do Ativo corrente. Em 2022, para o acréscimo global deste Ativo, contribuíram 64 empresas das 121 empresas consideradas, isto é, 62% das mesmas.

Quadro 4.11 – Entidades empresariais com variações positivas superiores a 1 milhão de euros em Caixa e depósitos bancários em 2022

Unidade: euros

Entidade		Município	2021	2022	Diferença
EM	CMPEA – Águas do Porto	Porto	4 415 186	9 963 393	5 548 208
EM SA	EMEL- Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	5 210 777	8 398 638	3 187 861
EIM	Vimágua – Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	*1	4 326 349	7 362 880	3 036 531
EIM	TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos	*2	15 039 540	17 969 413	2 929 873
EIM	Águas do Ribatejo, EIM, SA	*3	4 321 482	6 989 246	2 667 765
EM SA	EMARP – Águas e Resíduos de Portimão	Portimão	15 629 026	18 038 180	2 409 154
EM	AC, Águas de Coimbra	Coimbra	2 734 615	4 901 665	2 167 050
EIM SA	EHATB – Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso	*4	5 813 801	7 568 895	1 755 094
EM	ÁGORA – Cultura e Desporto, EM SA	Porto	5 521 848	7 057 547	1 535 699
EIM	AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo	*5	3 798 074	5 064 450	1 266 376
EM	Loures Parque – Estacionamento	Loures	12 233	1 243 307	1 231 074
EM SA	Cascais Próxima	Cascais	473 081	1 693 776	1 220 696
EM SA	GEBALIS – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa	Lisboa	11 544 017	12 668 635	1 124 618
EM	Gaiurb – Urbanismo e Habitação	Vila Nova de Gaia	4 484 601	5 551 891	1 067 290
	Total do SEL – 121 empresas		**194 629 358**	**212 717 643**	**18 088 285**
EM SA	Companhia Carris de Ferro de Lisboa **	Lisboa	49 576 516	67 159 198	17 582 682
EIM SA	Águas do Interior Norte, EIM, S.A. **	*6	6 929 669	9 398 879	2 469 210
EM	Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM SA **	Porto	3 714 469	5 633 938	1 919 468
EIM SA	APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA **	*7	2 022 498	3 795 199	1 772 701
	Total do SEL – 137 empresas		**330 738 211**	**366 385 284**	**35 647 072**

*1 – Guimarães (90,0%) e Vizela (10,0%).*2 – AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – 100%.*3 – Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%) *4 – Boticas (16,7%), Chaves (16,7%), Montalegre (16,7%), Ribeira de Pena (16,7%), Valpaços (16,7%) e Vila Pouca de Aguiar (16,7%).*5 – AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Sines, Aljustrel e Ferreira do Alentejo) – 51,00%*6 – Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.*7 – Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares.** Estas empresas não entraram para a análise comparativa de 2012-2022. Foram constituídas ou passaram a empresas municipais mais recentemente.

Continuando a analisar os dados constantes do Quadro 4.10, pode-se afirmar:

- Outro ativo relevante no conjunto dos ativos do SEL para além da já referida conta, **outras contas a receber**, que, em 2022 representou 30,7% do total do Ativo corrente, tem sido **clientes, contribuintes e utentes**, que apresentou o valor de 79,8 milhões de euros, um peso de 16,3% no Ativo corrente total e um decréscimo de -2,2% (-1,8 milhões de euros) em relação ao ano

anterior;

- Mais se verificou que a soma do valor de **clientes, contribuintes e utentes** e de **outras contas a receber** ao representar 46,9% do Ativo corrente, baixou -2,9% tendo contribuído para este decréscimo a diminuição do valor em **outras contas a receber** de 54 entidades empresariais e, o decréscimo de valor em **clientes, contribuintes e utentes** de 57 entidades empresariais.

No Quadro 4.12, apresentam-se as entidades empresariais **com maiores variações negativas** no item **Clientes, contribuintes e utentes**, sendo de notar a diminuição de créditos a cobrar a clientes das empresas: EMEL em -2,1 milhões de euros; da empresa TUB – Transportes Urbanos de Braga, em -1,9 milhões de euros; da Municípia SA – Empresa da Cartografia e Sistemas de Informação em -1,4 milhões de euros e da Ambisousa em -1,16 milhões de euros.

Quadro 4.12 – Entidades empresariais com variações negativas superiores a 500 mil euros em Clientes, contribuintes e utentes em 2022

Unidade: euros

Entidade		Município	2021	2022	Diferença
EM SA	EMEL- Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	2 973 627	777 591	–2 196 037
EM	TUB - Transportes Urbanos de Braga	Braga	2 527 719	625 051	–1 902 668
EIM SA	Municípia, SA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação	*1	2 750 218	1 383 537	–1 366 681
EIM	Ambisousa – Empresa Interm. de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos	*2	4 209 265	3 048 289	–1 160 977
EM SA	Vitrus Ambiente	Guimarães	678 425	0	–678 425
	Total do SEL – 121 empresas		**81 576 785**	**79 821 815**	**–1 754 971**
EIM SA	Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.	*3	1 044 387	15 651	–1 028 737
EIM SA	RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.	*4	2 950 767	1 945 095	–1 005 672
EM SA	Companhia Carris de Ferro de Lisboa	Lisboa	3 468 410	2 544 664	–923 746
	Total do SEL – 137 empresas		**105 146 698**	**103 095 984**	**–2 050 714**

*1 – Aguiar da Beira, Albergaria-a-Velha, Alvaiázere, Ansião, Arganil, Barcelos, Boticas, Bragança, Cabeceiras de Basto, Carregal do Sal, Castelo Branco, Covilhã, Figueira da Foz, Fundão, Góis, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Ílhavo, Lagoa, Lamego, Leiria, Loulé, Mafra, Maia, Mangualde, Monchique, Mourão, Oeiras (56,71%), Olhão, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Paços de Ferreira, Paredes, Penacova, Penamacor, Ponta Delgada, Ponte da Barca, Portalegre, Portimão, Santa Marta Penaguião, Santiago do Cacém, São João da Madeira, São Pedro do Sul, Sernancelhe, Sertã, Sesimbra, Sever do Vouga, Silves, Sines, Sintra, Tavira, Trofa, Vale de Cambra, Vieira do Minho, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Poiares, Viseu, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, Associação para o Des. Baixo Guadiana, Associação de Municípios do Vale Douro Norte, Associação de Municípios do Douro Superior (AMDS), Associação de Municípios PEFICA, Associação de Municípios do Norte Alentejano, Associação de Municípios de Alta Estremadura, e Associação de Municípios do Distrito Évora.

*2 – Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) – 100%.

*3 – Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo, Vila Nova de Gaia

*4 – Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.

** Estas empresas não entraram para a análise comparativa de 2012–2022. Foram constituídas ou passaram a empresas municipais mais recentemente.

No Quadro 4.13, apresentam-se as entidades empresariais com maiores variações negativas (com montantes superiores a -1 milhão de euros) em **Outras contas a receber**, destacando-se os acréscimos verificados pelas empresas: EIM Tratolixo em -4,9 milhões de euros; EIM Resialentejo em -2,2 milhões de euros e a EM Cascais Próxima em -2,1 milhões de euros.

Quadro 4.13 – Entidades empresariais com variações negativas superiores a -1 milhão de euros em Outras contas a receber em 2022

Unidade: euros

	Entidade	Município	2021	2022	Diferença
EIM	TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos	*1	10 845 396	5 934 991	–4 910 405
EIM	Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos	*2	3 955 859	1 730 224	–2 225 635
EM SA	Cascais Próxima	Cascais	12 034 078	9 955 611	–2 078 466
EM	Maiambiente	Maia	2 500 340	1 380 010	–1 120 330
EM	CMPEA – Águas do Porto	Porto	12 150 320	11 044 033	–1 106 287
EM SA	GEBALIS – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa	Lisboa	5 555 892	4 516 773	–1 039 119
	Total do SEL – 121 empresas		**155 913 464**	**150 719 006**	**–5 194 458**
EIM SA	Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, EIM, S.A.	*3	12 985 630	5 507 311	–7 478 319
EIM SA	Águas do Interior Norte, EIM, S.A.	*4	23 481 881	16 501 424	–6 980 458
EIM SA	Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.	*5	25 150 790	22 490 438	–2 660 352
EIM SA	Águas do Alto Alentejo, EIM, SA	*6	2 854 796	795 645	–2 059 151
EIM SA	ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A	*7	3 740 095	1 707 725	–2 032 371
EIM SA	APdSE – Águas Públicas da Serra da Estrela, E.I.M., S.A.	*8	3 986 216	2 335 444	–1 650 772
	Total do SEL – 137 empresas		**267 224 184**	**235 011 361**	**–32 212 823**

*1 – AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – 100%.

*2 – Almodôvar (12,5%), Barrancos (12,5%), Beja (12,5%), Castro Verde (12,5%), Mértola (12,5%), Moura (12,5%), Ourique (12,5%) e Serpa (12,5%).

*3 – Ferreira do Zêzere (7,9%), Mação (10,9%), Ourém (32,4%), Sardoal (5,6%), Tomar (35,6%) e Vila Nova da Barquinha (7,6%)

*4 – Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real

*5 – Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo, Vila Nova de Gaia

*6 – Alter do Chão (6,92%), Arronches (4,424%), Castelo de Vide (5,435%), Crato (8,174%), Fronteira (6,708%), Gavião (10,031%), Marvão (6,903%), Nisa (14,994%), Ponte de Sor (29,094%) e Sousel (7,317%)

*7 – Mira (33,33%), Montemor-o-Velho (33,33%) e Soure (33,34%)

*8 – Gouveia (33,33%), Oliveira do Hospital (33,33%) e Seia (33,33%)

Continuando a observar o Quadro 4.10, refere-se, ainda:

- Outro Ativo corrente que interessa relevar, pela importância que reveste na estrutura económica de algumas entidades empresariais, embora o seu peso relativo tenha sido em 2022 de apenas 4,0%, são as dívidas ao **Estado e outros entes públicos**, que apresentaram, em 2022, um acréscimo de +1,4% (+273 milhares de euros), ao registarem na totalidade 19,6 milhões de euros;
- Considera-se também pertinente fazer notar o facto de, até 2014, o item **Adiantamentos a for-**

necedores ter apresentado valores elevados e não ter sido apresentado qualquer valor no biénio 2017/ 2018, podendo-se concluir, pela cessação generalizada da prática de pagamentos antecipados a fornecedores nesse período. Todavia, em 2019, este item aparece com um valor extraordinário pouco relevante, diminuindo esse valor em 2020, apresentando um decréscimo de -80,5%, relevado pelo montante de apenas 8 milhares de euros e em 2021 não apresenta qualquer valor inscrito**. Em 2022 volta a apresentar um valor insignificante de quatro milhares;**

- Também em 2022, continuou a não se registar qualquer inscrição de valores em **Ativos financeiros detidos para negociação**, no seguimento da situação verificada desde 2020;
- Um dos ativos disponíveis a curto prazo que interessa referir, face à notoriedade do seu registo no balanço, com as alterações introduzidas pelo SNC, são os **Ativos não correntes detidos para venda**[147]. Em 2018[148], o total destes ativos manteve-se igual ao valor registado em 2017, mas em 2019 o montante cresceu extraordinariamente em 1.218% (+1,35 milhões de euros), apresentando o montante de 1,46 milhões de euros[149]. Em 2020, o valor deste ativo diminui -95,4% (-1 365 milhares de euros), passando a apresentar o valor de 66 milhares de euros e representando apenas 0,01% do total do Ativo corrente. **Em 2021 não apresentou qualquer registo de valor o mesmo acontecendo em 2022, para o universo de entidades supramencionado de 121 para efeitos de comparabilidade.**

4.1.2.3. Estrutura e evolução[150] do Capital próprio

Em 2022, para o grupo de 121 entidades estudadas, o valor apresentado de **Capital próprio** do SEL foi de 1.239,3 milhões de euros, representando um acréscimo de +2,4% (+29,6 milhões de euros) em relação ao ano anterior.

O item **Capital subscrito**[151] tem sido a componente de Capital próprio de maior valor, representando, em 2022, 51,3% do mesmo e totalizando o montante de 635,9 milhões de euros, isto é, +0,3% em relação ao ano anterior.

---

[147] Onde se incluem as quantias líquidas de depreciações e de perdas por imparidade acumuladas dos ativos classificados como não correntes detidos para venda, nos termos da NCRF 8 (ativos não correntes cuja intenção subjacente à detenção foi alterada para detenção para venda). Anota-se ainda que a classificação como ativo não corrente detido para venda tem como consequência a cessação da depreciação.

[148] O valor apresentado em 2018 dizia respeito a 3 entidades que mantiveram, em 2019, os valores inscritos em ativos não correntes detidos para venda: Figueira Domus, com 65,9 mil euros, Prazilandia, com 33 mil euros, e Parkurbis, com 12 mil euros.

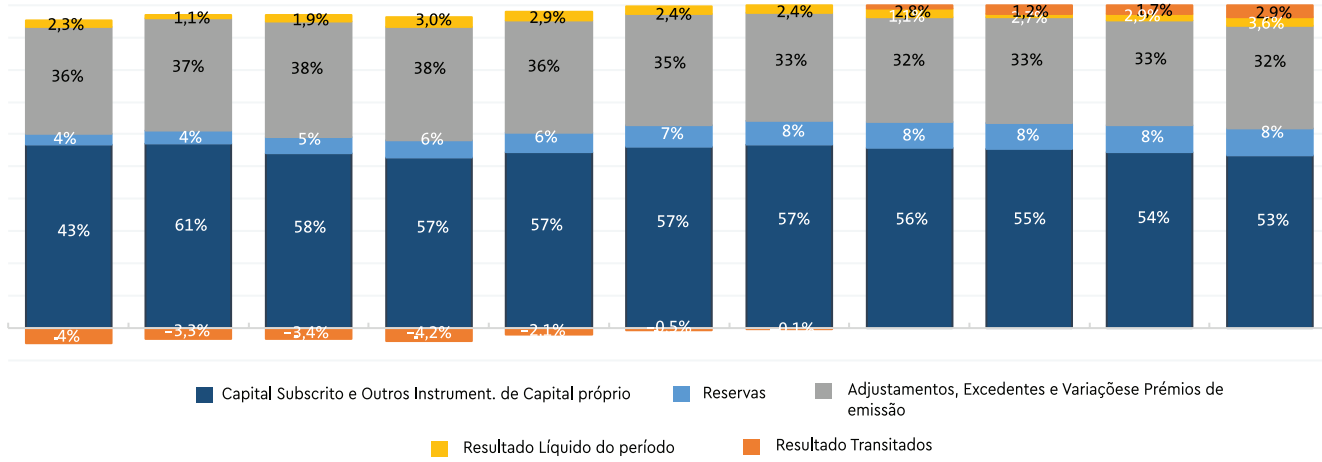
[149] Foi responsável por este acréscimo a empresa CMPEA – Águas do Porto.

[150] Tendo como referência as 121 entidades com valores financeiros comparáveis

[151] A este item foi expurgado, em sede de implementação do SNC, o saldo da conta 261 – Acionistas c/ subscrição ou 262 – Quotas não liberadas, passando a evidenciar, apenas, o valor do capital subscrito e realizado contrariamente ao que acontecia no POCP.

O Gráfico 4.03 e o Quadro 4.14, a seguir apresentados, mostram o Capital próprio do SEL, nos termos considerados para esta análise, desagregado nas suas diversas componentes, constatando-se que a estrutura se tem mantido sem grandes alterações, nomeadamente, no último quinquénio.

Gráfico 4.03 – Estrutura do Capital próprio entre 2012 e 2022 (121 empresas)



Quadro 4.14 – Evolução do Capital próprio[152]

Unidade: milhares de euros

Componentes do Capital Próprio	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Var. % 21-22
Capital subscrito + ações (quotas próprias)	585 985	610 640	582 430	588 650	597 710	616 710	623 567	630 192	630 979	633 991	635 902	0,3%
Outros instrumentos de capital próprio	22 854	24 091	24 091	21 414	21 414	21 414	21 414	21 414	23 750	24 709	26 018	5,3%
Prémios de emissão	394	394	394	394	394	394	394	394	394	394	394	0,0%
Reservas legais	9 839	11 576	13 314	15 548	18 517	20 923	24 405	26 828	29 477	37 328	37 141	-0,5%
Outras Reservas	25 746	30 229	39 258	45 487	48 882	54 447	61 451	65 344	67 549	64 001	68 118	6,4%
Resultados transitados	-49 722	-34 672	-35 964	-44 563	-23 079	-5 911	-646	12 776	31 520	35 245	45 101	28,0%
Excedentes de revalorização	10 935	11 259	11 142	10 843	10 468	7 681	7 966	7 908	7 851	7 738	7 847	1,4%
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	341 568	374 752	390 433	393 622	381 328	379 295	370 401	368 042	378 090	385 325	382 789	-0,7%
Resultado líquido do período	22 264	11 042	20 060	31 611	31 553	26 401	27 359	32 305	13 876	20 935	35 959	71,8%
Total	**969 864**	**1 039 311**	**1 045 159**	**1 063 007**	**1 087 188**	**1 121 354**	**1 136 310**	**1 165 203**	**1 183 487**	**1 209 667**	**1 239 270**	**2,4%**

[152] Recorda-se que os valores apresentados neste mapa, para efeitos de comparabilidade no período em causa, agregam os montantes registados pelas 121 entidades em relação às quais foi possível obter informação financeira homogénea para o conjunto destes onze anos. Todavia, como vem explicado no início deste capítulo, face à representatividade destas 121 entidades (88,3% das 137 entidades das quais se obtiveram dados financeiros), considera-se extensíveis a todo o SEL as conclusões deduzidas a partir deste grupo de empresas municipais.

Observando o Quadro 4.14, relativo à evolução e composição do Capital próprio, nota-se, ainda, em relação a 2022:

- É de realçar o peso elevado do item **Ajustamentos / outras variações no capital próprio**[153]**,** cujo montante total, considerando o universo de 121 entidades empresariais, foi de 382,8 milhões de euros, representando 30,9% do total do Capital próprio e apresentando um decréscimo de -0,7% (-2,5 milhões de euros);
- O **Resultado líquido do período**, em 2022, do conjunto das entidades empresariais analisadas cresceu +71,8% (+15,0 milhões de euros) em relação ao ano anterior, ao apresentar o montante de 35,9 milhões de euro, valor mais elevado 2012 e 2022.
- Os **Resultados transitados** apresentaram uma valorização de +28,0%, passando de 35,2 milhões de euros em 2021 para 45,1 milhões de euros em 2022;
- Finalmente, refere-se que as **Reservas legais** e as **Outras reservas** variaram com sinais contrários. As primeiras baixaram -0,5%, apresentando o montante de 37,1 milhões de euros, e as segundas cresceram +6,4%, ao registarem o valor de 68,1 milhões de euros, em 2022.

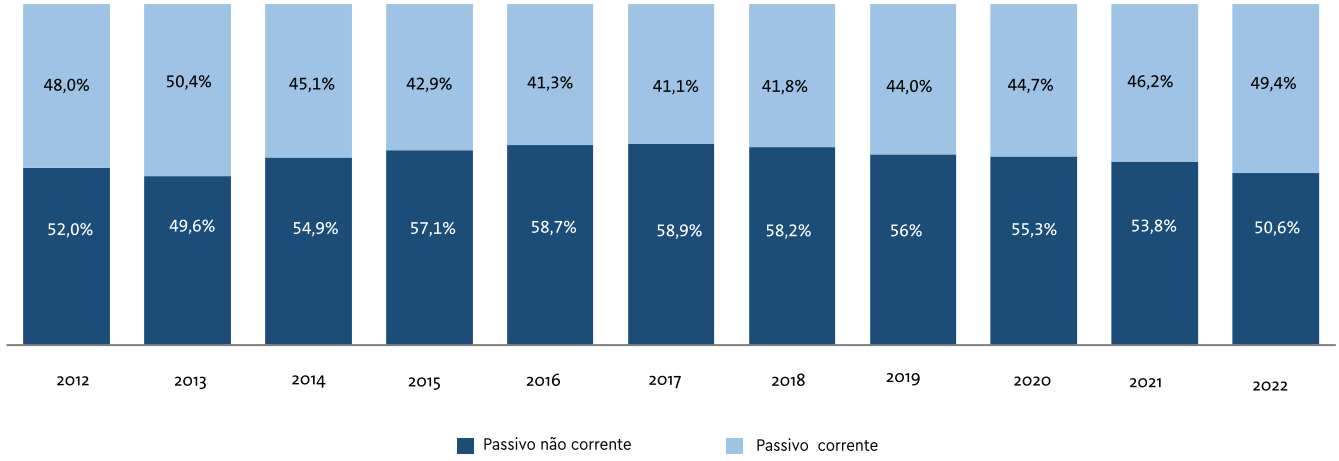
4.1.2.4. Estrutura e evolução do Passivo

A análise conjunta do Gráfico 4.04 e do Quadro 4.15 permitirá concluir quanto à estrutura e evolução do Passivo do SEL:

- No universo do SEL, o **Passivo total** aumentou 0,6% (+5,3 milhões de euros), ao totalizar 947,3 milhões de euros, em 2022. Mais se verificou que para este acréscimo concorreu o aumento de valor do **Passivo corrente** em +33,5 milhões de euros (+7,7%), tendo o **Passivo não corrente** baixado -5,6% (-28,2 milhões de euros);
- O peso do **Passivo não corrente** (passivo de médio e longo prazo) apresentou-se sempre superior ao do **Passivo corrente** (passivo de curto prazo) entre 2012 e 2022. Em 2022, o **Passivo não corrente** representou 50,6% do **Passivo total**, isto é, um peso superior em 1,2pp ao peso do **Passivo corrente**. O montante assinalado em dezembro de 2022 de **Passivo corrente** foi de 468,4 milhões de euros e o de **Passivo não corrente** foi de 478,9 milhões de euros.
- Em 2022, o Passivo exigível do SEL baixou -3% enquanto, no mesmo ano económico, o Passivo exigível dos 308 municípios cresceu +1,5%.

[153] A adoção do SNC provocou um grande impacto nos itens do Capital próprio das entidades do SEL, aumentando de forma significativa os seus capitais próprios pela inclusão dos subsídios ao investimento atribuídos às empresas em **Ajustamentos / outras variações do capital próprio**, os quais, de acordo com o POC, eram classificados como rendimentos diferidos, apresentados no Passivo.

Gráfico 4.04 – Estrutura do Passivo – 2012 a 2022 (121 empresas)



Quadro 4.15 – Estrutura e variação do Passivo entre 2012 e 2022

Unidade: milhares de euros

Componentes do Passivo	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Var. % 21–22
Passivo não corrente	537 356	528 758	550 565	558 950	550 182	550 117	530 171	511 276	517 281	507 166	478 928	–5,57%
Passivo exigível não corrente	412 509	454 621	489 093	507 596	493 965	491 738	476 248	458 979	462 530	455 225	429 753	–5,60%
Passivo corrente	**495 796**	**537 151**	**451 705**	**420 552**	**386 324**	**383 098**	**380 757**	**402 485**	**417 749**	**434 874**	**468 371**	**7,70%**
Passivo exigível corrente	439 428	473 321	401 551	372 513	338 385	338 160	340 445	365 041	377 980	392 032	415 245	5,92%
Total Passivo	**1 033 152**	**1 065 910**	**1 002 270**	**979 501**	**936 505**	**933 214**	**910 928**	**913 761**	**935 029**	**942 040**	**947 299**	**0,56%**
Total Passivo Exigível	851 938	927 942	890 644	880 109	832 350	829 898	816 692	824 021	840 510	847 257	844 998	–0,27%

No Quadro 4.16, apresenta-se a composição do **Passivo não corrente** das entidades consideradas para estudo do SEL, a comparação das respetivas componentes do balanço e as variações estruturais mais relevantes entre 2012 e 2022.

Quadro 4.16 – Passivo não corrente (médio e longo prazo) das entidades empresariais entre 2012 e 2022

Unidade: milhares de euros

Componentes do Passivo não corrente	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Var. % 21-22
Fornecedores	5 488	322	413	3 843	0	0	0	3 184	326	0	0	--
Provisões	30 266	30 038	33 012	32 123	39 079	37 376	37 737	36 426	38 174	36 713	35 681	-2,8%
Financiamentos obtidos	343 301	359 257	401 403	410 748	416 362	411 457	386 777	368 173	370 422	358 567	332 313	-7,3%
Accionistas/Sócios	10 220	9 000	10 419	4 500	0	0	0	0	0	0	0	--
Estado e outros Entes Públicos	111	134	7	0	0	0	0	0	0	0	0	--
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0	0	0	0	0	0	1	1	5	1	1	6,8%
Passivos por Impostos Diferidos	94 581	44 099	28 459	19 231	17 137	21 003	16 185	15 871	16 577	15 228	13 494	-11,4%
Outras dívidas a Pagar	53 390	85 909	76 851	88 505	77 603	80 281	89 470	87 622	91 777	96 656	97 440	0,8%
Total	**537 356**	**528 758**	**550 565**	**558 950**	**550 182**	**550 117**	**530 171**	**511 276**	**517 281**	**507 166**	**478 928**	**-5,6%**

Da análise do quadro antecedente sobre a constituição e evolução do **Passivo não corrente** do SEL, conclui-se que:

- Em 2022, 72,9% do **Passivo não corrente** era constituído por **Financiamentos obtidos**, no total de 332,3 milhões de euros. Este valor representou uma diminuição de -26,6 milhões de euros (-7,3%) em relação a 2021. Contribuíram para esta diminuição as 55 entidades empresariais apresentadas no Quadro 4.17.
- Anota-se que 77 empresas municipais apresentaram dívidas de médio e longo prazo, sendo que, destas, 46 empresas apresentaram dívidas de médio e longo prazo a outros credores que não os bancos.
- Outro item que convém referir é o de **Outras dívidas a pagar**, que apresentou o ligeiro acréscimo de +0,8% (+783 milhares de euros) ao totalizar 97,4 milhões de euros em 2022. No nosso entender, esta rubrica económica deveria apresentar um valor residual. No entanto, o seu peso na estrutura da dívida de médio e longo prazo foi ainda muito relevante ao representar 20,3% do **Passivo não corrente.** Releva novamente assinalar o peso de acréscimos, em Outras dívidas a pagar, pelo facto de os acréscimos não cumprirem a definição de passivo;
- Há a referir 2 itens do **Passivo não corrente** que continuaram a apresentar, em 2022, algum peso na estrutura deste Passivo, embora com importância distinta, face à natureza económica das mesmas. Trata-se dos **Passivos por impostos diferidos** e das **Provisões**. Os primeiros, com o valor de 13,5 milhões de euros e representando 2,8% do **Passivo não corrente**, apresentaram uma diminuição de -11,4% (-1 734 milhares de euros), enquanto as **Provisões**, que totalizaram 35,7 milhões de euros, representaram 7,5% do **Passivo não corrente** e traduziram, também, uma descida de -2,8% (-1,0 milhões de euros);
- Finalmente, será de referir o facto de, **em 2022, não se registaram dívidas de médio e longo prazo a fornecedores**, conforme já tinha acontecido em 2021.

No Quadro 4.17, listam-se as 55 entidades que apresentaram diminuição de valor de empréstimos de médio e longo prazo em 2022, no grupo das 121 entidades analisadas com valores conformes, acrescendo a estas 55, mais 5 entidades nesta circunstância pertencente ao grupo das 137 entidades observadas em 2022, mas não comparáveis com as constantes do grupo e 121 entidades.

Quadro 4.17 – Entidades com diminuição de valor em Financiamentos obtidos de MLP em 2022

Unidade: euros

		Entidade	Município	2021	2022	Diferença
1	EIM	TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos	*1	130 096 377	126 094 495	-4 001 882
2	EM	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	25 736 295	21 878 615	-3 857 680
3	EM SA	Águas de Gaia	V. Nova Gaia	31 644 055	28 121 151	-3 522 904
4	EIM	Águas do Ribatejo, EIM, SA	*2	14 812 793	12 659 686	-2 153 107
5	EM	TUB - Transportes Urbanos de Braga	Braga	9 747 458	8 644 642	-1 102 816
6	EM	ADC – Águas da Covilhã	*3	3 433 227	2 370 070	-1 063 157
7	EM	Tavira Verde – Ambiente	Tavira	8 785 848	7 768 535	-1 017 313
8	EM SA	Águas de Santarém	Santarém	10 798 478	9 809 121	-989 357
9	EM SA	Termalistur – Termas	S Pedro do Sul	8 643 741	7 674 470	-969 270
10	EM SA	GEBALIS – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa	Lisboa	6 393 333	5 480 000	-913 333
11	EM SA	Cascais Envolvente – Gestão Social da Habitação	Cascais	4 665 825	3 808 443	-857 382
12	EEM	Feira Viva Cultura e Desporto	Sta Maria Feira	1 100 000	373 333	-726 667
13	EM	AC, Águas de Coimbra	Coimbra	3 333 333	2 666 667	-666 667
14	EM SA	EMAC – Empresa Municipal de Ambiente de Cascais	Cascais	3 109 818	2 504 677	-605 141
15	EIM	Vimágua – Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	*4	7 150 806	6 570 978	-579 828
16	EM SA	EMEL- Emp. Pública Municipal Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	1 829 553	1 330 429	-499 124
17	EEM	EMAS – Empresa Municipal de Água e Saneamento de Beja	Beja	4 658 254	4 174 337	-483 917
18	EEM	ICOVI – Infraestruturas e Concessões	Covilhã	3 061 824	2 604 676	-457 148
19	EM	Penafiel Verde – Entidade Empresarial Local	Penafiel	1 533 933	1 129 347	-404 586
20	EM	Ambifaro-Gestão de Equipamentos Municipais	Faro	8 896 647	8 492 546	-404 102
21	EEM	EAMB – Esposende Ambiente	Esposende	517 951	118 936	-399 015
22	EM SA	Coliseu Micaelense – Soc. Prom. Eventos Culturais	Ponta Delgada	2 308 111	1 915 687	-392 424
23	EM SA	Giatul – Gestão de Infra-Estruturas em Actividades Turísticas	Mafra	1 854 084	1 560 754	-293 330
24	EM SA	Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	Lisboa	15 725 000	15 475 000	-250 000
25	EEM	Urbhorta – Construção, Gestão, Exploração de Projectos de Desenv. Emp.	Horta	1 775 814	1 558 837	-216 977
26	EM	Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património	Maia	1 114 464	897 895	-216 569
27	EM	Frente MarFunchal, Gestão e Exploração de Espaços Públicos	Funchal	199 363	0	-199 363
28	EM SA	Praia Ambiente	Praia da Vitória	4 455 135	4 275 691	-179 444
29	EM SA	Vitrus Ambiente	Guimarães	232 999	69 804	-163 196
30	EIM SA	ECOBEIRÃO – Soc. Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	*5	635 817	481 548	-154 269
31	EIM SA	Municípia, SA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação	*6	453 051	303 302	-149 749
32	EM SA	Nordeste Activo	Nordeste	1 535 043	1 386 638	-148 404
33	EIM	GESAMB – Gestão Ambiental e de Residuos	*7	789 812	643 703	-146 110
34	EM	FAGAR – Faro Gestão de Águas e Resíduos	Faro	734 486	590 555	-143 931
35	EM	CMPEA – Águas do Porto	Porto	2 861 111	2 722 222	-138 889
36	EM SA	Loulé Concelho Global	Loulé	541 731	421 117	-120 614
37	EM	Nazaré Qualifica	Nazaré	217 910	97 430	-120 480
38	EIM	Resíduos do Nordeste	*8	431 828	314 292	-117 536
39	EEM	ESPOSENDE 2000 – Actividades Desportivas e Recreativas	Esposende	250 000	151 048	-98 952
40	EIM	BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	*9	123 498	38 474	-85 024
41	EM SA	Infraquinta – Empresa de Infra-Estruturas	Loulé	149 087	70 276	-78 811
42	EM SA	Cascais Próxima	Cascais	1 395 788	1 331 490	-64 298
43	EM SA	Teatro Circo de Braga	Braga	213 251	156 084	-57 168
44	EIM SA	Parkurbis, Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã	*10	1 588 524	1 533 103	-55 421
45	EM SA	TUMG – Transportes Urbanos	Marinha Grande	104 460	52 230	-52 230
46	EM	Figueira Domus – Gestão de Habitação	Figueira da Foz	5 549 330	5 510 370	-38 960
47	EM	Cura Aquae-Termas de Melgaço	Melgaço	901 637	871 082	-30 555
48	EM SA	WEMOB – EM, S.A	Almada	20 091	2 910	-17 181
49	EM	Promotorres – Promoção de Eventos e Gestão de Equipamentos	Torres Vedras	8 990	711	-8 280
50	EIM	Ecolezíria -Tratamento de Resíduos Sólidos	*11	18 322	10 503	-7 818
51	EEM	ProRuris – EM de Desenvolvimento Rural de Vinhais	Vinhais	14 683	7 257	-7 426
52	EM SA	Infralobo – Empresa de Infra-Estruturas	Loulé	386 672	380 793	-5 879
53	SA	VISEUNOVO – SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu	Viseu	204 361	199 661	-4 700
54	EM SA	RIBEIRAPERA – Soc. para o Desenvolvimento de Castanheira de Pera	Castanheira Pera	27 474	23 948	-3 525
55	EM	Mercados de Olhão	Olhão	2 086	0	-2 086
		Total do SEL – 121 empresas		**358 567 437**	**332 312 614**	**-26 254 824**
1	SA	Porto Vivo, SRU – Soc. Reabilitação Urbana da Baixa Portuense	Porto	8 720 000	6 220 000	-2 500 000
2	EM	Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM SA	Porto	3 837 506	3 201 416	-636 090
3	EM SA	SDVF – Soc. Desenv. Habitação Social de Vila Franca do Campo S.A.	*12	1 739 816	1 540 383	-199 432
4	EM SA	AQUANENA – Emp. Municipal Águas e Saneamento Alcanena, E.M., S.A.	Alcanena	35 597	16 599	-18 998
5	EM	Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes	Vinhais	32 861	20 370	-12 490
		Total do SEL – 137 empresas		**394 834 647**	**383 061 253**	**-11 773 394**

*1 – AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – 100%.

*2 – Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%)

*3 – Covilhã – ICOVI – Infra-estruturas e Concessões da Covilhã, E.M

*4 – Guimarães (90,0%) e Vizela (10,0%)

*5 – Carregal do Sal (2%), Mortágua (2%), Santa Comba Dão (2%), Tábua, Tondela (2%), AMRPB – Associação de Municípios da Região Planalto Beirão (82,9%)

*6 – Aguiar da Beira, Albergaria-a-Velha, Alvaiázere, Ansião, Arganil, Barcelos, Boticas, Bragança, Cabeceiras de Basto, Carregal do Sal, Castelo Branco, Covilhã, Figueira da Foz, Fundão, Góis, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Ílhavo, Lagoa, Lamego, Leiria, Loulé, Mafra, Maia, Mangualde, Monchique, Mourão, Oeiras (56,71%), Olhão, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Paços de Ferreira, Paredes, Penacova, Penamacor, Ponta Delgada, Ponte da Barca, Portalegre, Portimão, Santa Marta Penaguião, Santiago do Cacém, São João da Madeira, São Pedro do Sul, Sernancelhe, Sertã, Sesimbra, Sever do Vouga, Silves, Sines, Sintra, Tavira, Trofa, Vale de Cambra, Vieira do Minho, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Poiares, Viseu, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, Associação para o Des. Baixo Guadiana, Associação de Municípios do Vale Douro Norte, Associação de Municípios do Douro Superior (AMDS), Associação de Municípios PEFICA, Associação de Municípios do Norte Alentejano, Associação de Municípios de Alta Estremadura, e Associação de Municípios do Distrito Évora

*7 – CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa) – 60%

*8 – Alfândega da Fé, Bragança (23,12%), Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros (11,9%), Miranda do Douro (4,89%), Mirandela (16,92%), Vila Flor (4,75%), Vimioso (3,05%), Vinhais (5,93%), Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos (22%)

*9 – Amares (3,7%), Póvoa de Lanhoso (4,2%) Terras de Bouro (2,4%), Vila Verde (5,0%), Vieira do Minho (5,7%) e Agere (Braga) (79,0%)

*10 – Covilhã (79,60%), Belmonte (0,20%) e Manteigas (0,20%)

*11 – RESIURB – Associação de Municípios para o Tratamento de resíduos Sólidos (Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos) – 100%*12 – Vila Franca do Campo: Vila Solidária – Empresa Municipal de Habitação Social E.M.

No Quadro 4.18, apresenta-se a desagregação do **Passivo corrente** (dívidas a pagar a curto prazo) pelas suas diferentes componentes, no universo das 121 entidades empresariais com contas analisadas no período entre 2012 e 2022, bem como a respetiva variação no ano de 2022:

Assim, em 2022, as componentes com maior peso no **Passivo corrente** foram: **Outras dívidas a pagar**, com o peso de 43,8% e o montante registado de 205,3 milhões de euros, traduzindo um acréscimo de +9,0% (+16,9 milhões de euros); **Financiamentos obtidos**, com o peso de 15,4%, no montante de 72,2 milhões de euros, apresentando um decréscimo de -6,1% (-4,7 milhões de euros); **Fornecedores**, com o peso de 19,3% e um acréscimo de valor de +2,4% (+2,1 milhões de euros), ao registar o montante de 90,4 milhões de euros. É importante assinalar o peso de acréscimos, em **Outras dívidas a pagar**, pelo facto de os acréscimos não cumprirem a definição de passivo, aplicando-se aqui caso a problemática da periodização relacionada com valores correspondentes a férias e a subsídio de férias;

Os **Diferimentos**, ao registarem o valor de 53,1 milhões de euros, e ao terem apresentado uma subida de +24,0% (+10,3 milhões de euros), têm um impacto relevante no **Passivo corrente**, apesar de representarem apenas 1,3% do mesmo. Este item apesar de apresentar variações bastante irregulares des-

de 2012, tem contribuído para o acréscimo do montante global de **Passivo corrente**, pese embora o seu valor não seja, por regra, passivo exigível[154]. Deve-se referir que, tal como os acréscimos, os diferimentos não cumprem a definição de passivo.

Quadro 4.18 – Evolução do Passivo corrente das entidades empresariais

Unidade: milhares de euros

Componentes do Passivo corrente	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Var. % 21-22
Credores p/ transf. e subsídios conc.	–	–	–	–	–	–	–	–	1 572	438	811	85,3%
Fornecedores	131 946	127 842	107 304	116 755	117 277	96 251	72 873	78 706	89 388	88 227	90 378	2,4%
Adiantamentos de clientes	2 886	1 686	1 439	1 816	2 577	5 825	1 618	789	13 472	14 841	16 561	11,6%
Estado e outros entes públicos	14 250	14 561	13 366	14 305	14 426	15 638	15 176	18 085	15 750	20 471	25 932	26,7%
Acionistas/Sócios	7 008	6 616	6 791	8 843	11 351	14 250	2 724	21 417	2 515	2 506	3 116	24,3%
Financiamentos obtidos	146 412	155 296	111 130	90 357	62 299	77 230	77 554	73 832	67 866	76 821	72 151	–6,1%
Fornecedores de investimentos	–	–	–	–	–	–	–	44	263	87	637	628,3%
Outras dívidas a pagar	136 112	166 556	160 763	140 423	127 180	128 419	169 123	171 518	186 633	188 387	205 306	9,0%
Diferimentos	56 368	63 830	50 154	48 039	47 939	44 938	40 313	37 444	39 769	42 842	53 126	24,0%
Outros passivos financeiros	815	764	759	15	3 276	546	1 376	650	520	253	353	39,4%
Total	**495 796**	**537 151**	**451 705**	**420 552**	**386 324**	**383 098**	**380 757**	**402 485**	**417 749**	**434 874**	**468 371**	**7,7%**

No Quadro 4.19, listam-se as 34 entidades do SEL com maior aumento de empréstimos de curto prazo (financiamentos correntes a curto prazo), acrescendo-se a esta listagem nove entidades com maior aumento neste item, mas que não foram objeto de comparabilidade com as restantes 121.

Quadro 4.19 – Entidades com maior aumento no item Financiamentos obtidos do Passivo corrente entre 2021 e 2022

Unidade: euros

	Entidade		Município	2021	2022	Diferença
1	EM	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	6 628 920	8 987 168	2 358 248
2	EM SA	Cascais Próxima	Cascais	13 526 443	15 753 762	2 227 318
3	EIM	Águas do Ribatejo, EIM,SA	*1	3 086 611	3 702 448	615 836
4	EEM	Fesnima – Animação de Olhão	Olhão	97 538	458 792	361 254
5	EM SA	Termalistur – Termas	São Pedro do Sul	1 013 639	1 328 831	315 192
6	EM	AMBIOLHÃO-Empresa Municipal de Ambiente de Olhão	Olhão	2 956 056	3 234 927	278 871
7	EIM	TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos	*2	3 968 324	4 200 339	232 016
8	EIM	Vimágua – Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	*3	1 580 297	1 767 328	187 032
9	EM SA	Coliseu Micaelense – Soc. Prom. Eventos Culturais	Ponta Delgada	229 512	392 468	162 956
10	EM SA	EMEL- Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	646 322	793 199	146 877
11	EIM	TERAMB-Emp.Mun.Gestão e Valoriz.Ambiental Ilha Terceira	*4	148 931	251 862	102 932
12	EM	Tavira Verde – Ambiente	Tavira	1 233 494	1 329 125	95 631
13	EEM	ESPOSENDE 2000 – Actividades Desportivas e Recreativas	Esposende	0	49 649	49 649
14	EEM	Feira Viva Cultura e Desporto	Santa Maria da Feira	100 000	140 000	40 000
15	EM SA	Loulé Concelho Global	Loulé	96 579	128 910	32 331
16	EEM	EMAS – Empresa Municipal de Água e Saneamento de Beja	Beja	457 033	482 969	25 936
17	EM SA	EMAC – Empresa Municipal de Ambiente de Cascais	Cascais	1 491 270	1 515 345	24 075
18	EIM SA	Parkurbis, Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã	*5	67 151	78 116	10 965
19	EEM	EAMB – Esposende Ambiente	Esposende	411 206	419 068	7 862
20	EM	Penafiel Verde – Entidade Empresarial Local	Penafiel	397 960	404 586	6 626
21	EM	Ambifaro-Gestão de Equipamentos Municipais	Faro	394 477	400 893	6 417
22	EM	Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património	Maia	267 793	274 207	6 414
23	EIM	GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos	*6	140 624	146 110	5 486

[154] Salvo numa situação de incumprimento dos projetos com financiamento comunitário suscetíveis de sanções e, ou, consequente devolução das verbas recebidas.

	Entidade		Município	2021	2022	Diferença
24	EIM	Resíduos do Nordeste	*7	113 123	117 536	4 413
25	EIM SA	ECOBEIRÃO – Sociedade para o Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	*8	151 247	154 269	3 022
26	EM	InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica	Braga	0	1 224	1 224
27	EM	Loures Parque – Estacionamento	Loures	0	440	440
28	EM	Nazaré Qualifica	Nazaré	119 872	120 280	408
29	EM	CMPEA – Águas do Porto	Porto	138 889	139 236	347
30	EM SA	Nordeste Activo	Nordeste	147 896	148 169	273
31	EM	EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	2 422	2 692	270
32	EM	Promotorres – Promoção de Eventos e Gestão de Equipamentos	Torres Vedras	8 150	8 291	141
33	EEM	ProRuris – EM de Desenvolvimento Rural de Vinhais	Vinhais	4 553	4 680	127
34	SA	VISEUNOVO – SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu	Viseu	4 647	4 704	57
		Total do SEL – 121 empresas		**76 820 766**	**72 150 845**	**–4 669 921**
1	SA	Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense	Porto	1 540 000	2 500 000	960 000
2	EIM SA	Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, EIM, S.A.	*9	0	278 493	278 493
3	EIM SA	RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, SA,	*10	2 017 655	2 194 288	176 633
4	EIM SA	APdSE – Águas Públicas da Serra da Estrela, E.I.M., S.A.	*11	500 000	650 000	150 000
5	EIM SA	ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A	*12	8 849	147 490	138 641
6	EIM SA	Águas do Interior Norte, EIM, S.A.	*13	872 407	894 524	22 118
7	EM	Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, SA	Porto	634 132	637 125	2 993
8	EM SA	SDVF – Sociedade de Desenvolvimento de Habitação Social de Vila Franca do Campo S.A.	*14	198 079	200 250	2 171
9	EIM SA	APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior , EIM, SA	*15	0	177	177
		Total do SEL – 137 empresas		**82 829 447**	**79 690 188**	**–3 139 260**

*1 – Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%)

*2 – AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – 100%.

*3 – Guimarães (90,0%) e Vizela (10,0%)

*4 – Angra do Heroísmo (60,0%) e Praia da Vitória (40,0%)

*5 – Covilhã (79,60%), Belmonte (0,20%) e Manteigas (0,20%)

*6 – CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa) – 60%

*7 – Alfândega da Fé, Bragança (23,12%), Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros (11,9%), Miranda do Douro (4,89%), Mirandela (16,92%), Vila Flor (4,75%), Vimioso (3,05%), Vinhais (5,93%), Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos (22%)

*8 – Carregal do Sal (2%), Mortágua (2%), Santa Comba Dão (2%), Tábua, Tondela (2%), AMRPB – Associação de Municípios da Região Planalto Beirão (82,9%)

*9 – Ferreira do Zêzere (7,9%), Mação (10,9%), Ourém (32,4%), Sardoal (5,6%), Tomar (35,6%) e Vila Nova da Barquinha (7,6%)

*10 – Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.

*11 – Gouveia (33,33%), Oliveira do Hospital (33,33%) e Seia (33,33%)

*12 – Mira (33,33%), Montemor-o-Velho (33,33%) e Soure (33,34%)\

*13 – Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real

*14 – Vila Franca do Campo: Vila Solidária – Empresa Municipal de Habitação Social E.M.*15 – Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares.

Apresentam-se a seguir dois *rankings*: o *ranking* R65, com a listagem das 35 entidades empresariais com menor Passivo exigível e o *ranking*, R66, com a listagem das 35 entidades empresariais com maior Passivo exigível.

R65 – Entidades do SEL com menor Passivo exigível[155] em 2022

Unidade: euros

	Entidade	Município	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Campo Maior XXI	Campo Maior	57 671	48 210	30 565	63 374	74 894	70 505	69 755	63 922	68 407	71 947	20 307
2	Emp.de Transp. Colectivos Ilha Graciosa	Sta Cruz Graciosa	39 490	28 032	17 050	23 038	100 294	24 548	22 972	26 880	25 318	25 289	28 849
3	Penaparque 2 – Gestão e Prom. de Equip.	Penacova	42 198	38 756	38 555	54 395	29 520	65 742	70 893	32 298	46 991	38 882	45 111
4	Marina Vila – Ind. de Marinas e Recreio	Vila Franca Campo	28 456	40 404	50 379	46 992	66 828	71 148	41 937	50 000	40 218	42 589	45 283
5	RIBEIRAPERA-Soci. para o Desen. Castanheira Pera	Castanheira Pera	37 846	35 303	34 859	33 817	37 920	13 609	14 235	10 134	39 405	52 472	48 720
6	Mercados de Olhão	Olhão	185 715	195 934	162 863	54 806	51 849	36 748	50 544	67 675	64 683	133 851	59 316
7	Penafiel Activa	Penafiel	530 054	809 572	807 899	878 976	515 130	427 427	212 964	113 315	136 503	72 586	87 336
8	EMPDS-Prom. e Desen. Social	Belmonte	52 890	62 034	59 461	71 562	55 126	60 210	106 942	93 676	112 188	122 462	109 841
9	Amadora Inovation	Amadora	342 300	191 906	226 616	442 997	382 679	230 982	227 958	232 364	220 114	90 010	111 366
10	Vallis Habita – Gestão de Emp. Habitacionais	Valongo	730 142	688 980	637 354	618 075	384 355	371 217	318 202	334 135	92 578	101 358	118 273
11	Aveiro Expo – Parque de Exposições	Aveiro	956 872	1 060 611	881 237	810 248	833 153	688 346	162 440	93 946	66 443	73 900	121 958
12	Carnes de Vinhais	Vinhais	–	–	–	–	–	300 499	175 763	126 980	149 907	145 891	124 868
13	ProRuris – EM de Desen.Rural de Vinhais	Vinhais	111 601	125 520	83 525	86 049	106 709	84 025	77 618	111 613	113 469	127 942	139 615
14	EPRM – Escola Profissional de Rio Maior	Rio Maior	156 229	168 906	179 664	240 979	388 408	328 804	150 557	393 013	137 800	105 001	140 282
15	ALBIGEC	Castelo Branco	93 348	102 610	169 393	161 586	146 883	139 933	141 571	145 256	116 696	119 088	186 912
16	PRODESO -Ensino Prof.	Coimbra	231 730	215 568	84 085	69 309	145 626	220 241	146 821	140 565	225 217	189 302	200 313
17	Herdade da Contenda	Moura	59 770	68 023	68 023	29 844	31 637	33 670	31 569	192 009	123 717	356 834	215 516
18	Loures Parque – Estacionamento	Loures	162 527	173 280	184 308	220 603	176 986	154 688	260 210	244 108	211 588	58 053	218 965
19	Habisolvis – Habitação Social	Viseu	30 786	38 404	48 174	29 392	24 882	20 166	28 001	40 559	247 754	174 960	219 340
20	Matadouro Regional de Monção	Monção	219 738	173 589	148 581	261 591	220 541	196 206	200 731	186 572	195 890	201 850	223 112
21	EPF	Felgueiras	343 787	421 911	404 704	299 960	501 879	805 979	332 273	585 411	369 160	357 672	224 137
22	Gespaços – Gestão de Equi. Municipais	Paços de Ferreira	2 285 849	2 285 610	1 970 719	1 285 629	1 024 771	670 725	632 154	674 305	233 051	179 148	229 241
23	CASFIG – Coordenação das Habitações	Guimarães	206 449	352 795	258 228	352 676	259 676	250 278	150 317	248 383	323 037	240 139	229 911
24	Lousada Seculo XXI – Act. Desp. e Recreativas	Lousada	251 338	282 064	290 598	268 874	166 948	147 941	151 932	131 555	274 252	238 864	244 061
25	Varzim Lazer	Póvoa de Varzim	175 759	227 393	236 489	239 196	224 282	284 025	222 503	313 702	206 443	249 338	258 741
26	Melsport – Melgaço Desporto e Lazer	Melgaço	197 584	203 988	207 283	97 227	118 375	149 170	147 372	213 339	206 581	439 590	261 321
27	Sociohabitafunchal, Emp. Mun. de Habitação	Funchal	223 420	251 821	268 495	265 443	269 616	253 654	275 155	275 374	265 378	286 675	267 679
28	EMEM – Emp. Metropolitana de Estacionamento	Maia	94 228	100 384	145 307	134 292	309 955	171 787	135 365	130 958	125 503	200 560	282 638
29	Ribeira da Teja – Prod. de Energia Eléctrica	V.Nova de Foz Côa	–	–	3 191 156	2 572 158	2 834 537	2 045 746	1 847 867	1 356 928	486 184	268 629	286 467
30	GEMC – Gestão de Equi. do Mun. de Chaves	Chaves	398 763	189 921	355 327	118 518	175 135	93 194	164 707	167 954	652 211	555 635	292 844
31	Pmugest – Pombal Manutenção Urbana	Pombal	180 689	228 406	194 549	245 890	268 699	273 317	303 961	331 935	412 548	447 733	300 333
32	Cent. de Estudos e Form. Prof. Diogo Dias Melgaz.	Cuba	81 771	110 933	166 443	347 970	262 319	323 156	462 485	521 033	431 820	421 664	300 527
33	EMES – Estacionamento	Sintra	136 764	101 330	95 900	147 272	146 705	166 721	135 339	224 628	252 286	234 006	315 381
34	TUMG – Transportes Urbanos	Marinha Grande	230 480	226 521	228 715	556 566	270 222	234 165	148 589	282 561	453 479	354 885	336 117
35	EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	151 310	264 686	331 050	328 864	731 854	674 257	476 159	620 424	479 468	290 648	362 139

[155] Passivo exigível = Passivo não corrente + Passivo Corrente – Provisões – Diferimentos – Passivos por impostos diferidos.

R66 – Entidades do SEL com maior Passivo exigível em 2022

Unidade: euros

	Entidade	Município	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	TRATOLIXO	*1	185 912 174	188 879 353	169 732 807	163 345 910	162 071 777	162 357 268	159 126 125	155 454 338	155 445 427	151 927 938	150 123 166
2	Carris	Lisboa	–	–	–	–	–	86 222 004	66 369 006	59 133 190	52 913 150	75 400 540	80 588 474
3	AGERE	Braga	60 746 777	66 438 274	65 637 387	64 990 483	64 140 581	62 505 381	62 503 860	65 323 598	69 074 239	69 281 114	71 571 686
4	Águas de Gaia	Vila Nova de Gaia	65 713 037	67 330 307	63 440 820	62 390 468	59 055 301	55 738 626	53 824 171	54 508 119	49 969 786	51 290 021	47 349 518
5	Lisboa Ocidental, SRU	Lisboa	5 465 316	11 428 699	14 776 671	16 963 216	17 178 823	16 862 025	20 458 861	21 041 946	35 139 033	41 291 290	41 290 627
6	Águas do Ribatejo, EIM	*2	32 227 007	43 461 091	43 299 831	41 038 025	37 215 538	36 494 361	35 556 575	36 677 300	35 709 333	36 587 428	36 182 056
7	CMPEA – Águas do Porto	Porto	23 544 675	22 454 550	23 562 496	24 042 349	25 437 672	23 970 058	25 745 908	26 436 716	31 374 897	30 744 172	35 318 210
8	EMEL	Lisboa	22 093 903	23 981 899	16 825 924	32 348 100	43 599 759	31 423 209	27 523 952	27 707 997	28 367 745	32 099 005	30 955 866
9	Águas do Interior Norte	*3	–	–	–	–	–	–	–	0	14 639 253	21 023 743	25 941 128
10	Vimágua	*4	29 023 902	31 622 005	32 839 386	30 722 653	29 645 453	26 276 480	26 957 508	27 201 904	27 141 586	25 723 130	25 280 561
11	Tejo Ambiente	*5	–	–	–	–	–	–	–	103 314	12 327 505	17 775 546	23 730 777
12	Águas de Santarém	Santarém	16 236 615	16 416 390	27 921 189	26 514 042	26 262 882	25 213 222	24 492 480	23 706 229	22 834 499	23 125 091	22 219 336
13	TML	*6	–	–	–	–	–	–	–	–	–	32 444 341	22 212 618
14	APIN	*7	–	–	–	–	–	–	–	777 705	8 634 960	12 521 849	22 168 674
15	Cascais Próxima	Cascais	10 186 957	15 144 379	16 803 620	12 032 364	7 697 577	19 593 152	16 572 745	10 205 488	10 930 256	18 246 306	20 834 938
16	TUB - Transportes Urbanos de Braga	Braga	8 886 453	8 400 116	8 476 492	8 045 889	7 750 360	7 628 864	10 852 252	11 933 216	16 581 488	21 780 273	18 490 831
17	AC, Águas de Coimbra	Coimbra	17 469 450	19 488 122	17 472 068	21 295 364	15 003 312	16 143 443	17 039 831	22 598 797	30 122 855	17 486 680	18 198 084
18	Soc. Transportes Colect.do Porto	*8	–	–	–	–	–	–	–	–	–	21 338 063	17 727 967
19	GEBALIS	Lisboa	28 943 604	28 630 437	22 560 197	22 932 468	19 193 396	17 698 997	19 545 020	17 422 679	17 335 989	16 174 641	15 564 269
20	Tavira Verde – Ambiente	Tavira	11 769 592	10 770 431	10 671 846	9 916 904	10 097 680	10 642 638	11 375 759	12 689 313	13 798 224	13 415 755	14 579 671
21	RSTJ – Gest.e Trat. Resíduos, EIM	*9	–	–	–	–	–	–	–	3 005	12 319 077	12 826 683	13 198 300
22	AMBIOLHÃO	Olhão	26 848 260	25 568 909	24 287 141	22 862 350	11 002 114	11 342 113	12 936 647	12 889 341	11 003 315	11 283 900	12 384 811
23	ECOBEIRÃO	*10	13 361 090	15 976 913	12 701 033	13 656 724	12 722 747	13 135 982	11 535 373	12 823 679	11 433 358	9 224 916	12 315 084
24	Ambifaro-Gest. de Equi. Municipais	Faro	182 606	127 901	329 528	12 919 676	12 645 436	12 852 960	11 475 784	11 192 547	11 008 871	11 063 580	10 909 963
25	Ág. do Baixo Mondego e Gândara	*11	–	–	–	–	–	–	–	21 718	2 320 710	6 722 962	10 865 236
26	EGEAC	Lisboa	4 501 636	7 377 033	7 422 991	7 575 378	8 580 257	9 175 939	9 723 387	10 074 671	10 500 364	11 662 662	10 750 900
27	Termalistur – Termas	São Pedro do Sul	13 772 067	13 679 356	12 653 978	12 164 273	12 149 534	12 146 565	10 928 485	10 581 375	11 260 829	10 459 977	10 146 872
28	BRAVAL	*12	10 768 512	18 749 229	15 830 091	14 537 202	13 830 056	13 819 155	11 697 837	11 254 722	10 622 275	10 261 732	9 456 570
29	Porto Vivo, SRU	Porto	–	–	–	–	–	–	11 294 754	11 141 849	11 108 067	10 774 373	9 374 806
30	Em. M. de Ambiente do Porto	Porto	–	–	–	–	–	5 452 365	4 658 958	5 976 755	9 170 777	8 203 636	9 108 220
31	ADC – Águas da Covilhã	*13	21 073 818	19 417 366	19 652 417	17 017 119	17 480 225	16 476 738	15 860 761	15 428 479	15 556 316	15 854 432	8 892 702
32	FAGAR – Faro Gest de Agu. e Resíduos	Faro	10 883 720	13 809 985	10 850 591	10 297 197	9 700 729	9 422 761	10 698 108	9 883 159	6 446 090	6 874 994	7 939 578
33	INOVA	Cantanhede	8 720 260	7 372 879	6 721 702	6 368 134	5 766 215	7 068 163	6 402 885	6 530 407	6 937 722	7 298 823	7 797 244
34	EMAC	Cascais	15 027 143	18 590 744	16 131 542	12 424 307	6 323 277	6 167 894	5 848 755	7 219 327	6 730 663	7 301 977	7 541 781
35	Penafiel Verde – Entidade Em. Local	Penafiel	6 949 402	9 216 905	9 602 105	8 665 426	7 551 329	8 797 252	8 339 954	8 633 424	7 748 163	7 903 355	7 506 718

*1 – AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – 100%.

*2 – Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%)

*3 – Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%)

*4 – Guimarães (90%) e Vizela (10%)

*5-Ferreira do Zêzere (7,9%), Mação (10,9%), Ourém (32,4%), Sardoal (5,6%), Tomar (35,6%) e Vila Nova da Barquinha (7,6%)

*6 – Ferreira do Zêzere (7,9%), Mação (10,9%), Ourém (32,4%), Sardoal (5,6%), Tomar (35,6%) e Vila Nova da Barquinha (7,6%)

*7 – Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares.

*8 – Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares.

*9 – Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.

*10 – Carregal do Sal (2%), Mortágua (2%), Santa Comba Dão (2%), Tábua, Tondela (2%), AMRPB – Associação de Municípios da Região Planalto Beirão (82,9%)

*11 – Mira (33,33%), Montemor-o-Velho (33,33%) e Soure (33,34%)

*12 – Amares (3,7%), Póvoa de Lanhoso (4,2%) Terras de Bouro (2,4%), Vila Verde (5,0%), Vieira do Minho (5,7%) e Agere (Braga) (79,0%)

*13 – Covilhã – ICOVI – Infra-estruturas e Concessões da Covilhã, E.M

4.1.3. Rendimentos, Gastos e Resultados das entidades do SEL

4.1.3.1. Evolução dos rendimentos e ganhos e dos gastos e perdas

Embora este ponto do anuário se refira a entidades de natureza empresarial, as mesmas são entidades que prosseguem fins de natureza pública e que foram criadas por autarquias ou são participadas maioritariamente por estas, tendo na maior parte das situações recebido das mesmas, competências delegadas. Assim, embora o resultado líquido do período seja um indicador fundamental para aferição da sustentabilidade económica das empresas, o seu nível não pode ser tomado, isoladamente, como elemento comparativo da eficiência e eficácia das entidades em apreço. Os resultados obtidos com os *outputs* gerados pela atividade das entidades empresariais do setor local deveriam ser os elementos reveladores do grau de satisfação das necessidades públicas que as mesmas perseguem e os indicadores fundamentais da sua eficácia e eficiência[156].

De qualquer modo, faz-se notar que, em 2022, o SEL obteve um resultado líquido positivo no valor de 36 milhões de euros, tendo apresentado um acréscimo de +15,0 milhões de euros (+71,8%) em relação ao ano anterior, considerando as 121 entidades com dados financeiros comparáveis nos últimos onze anos.

No Quadro 4.20, é apresentada a variação dos rendimentos e dos gastos das entidades empresariais locais objeto da análise deste anuário. A observação do mesmo torna percetível a necessidade de se avaliar a evolução dos resultados económicos através da análise dos resultados antes das depreciações e das amortizações, dos gastos de financiamento e dos impostos e através da análise dos resultados operacionais.

Em 2022, o volume do **Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos** cresceu +16,8% (+23,3 milhões de euros), ao totalizar o valor de 161,8 milhões de euros, o mesmo acontecendo ao **Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e imposto)**, que evidenciou um acréscimo significativo de +64,6% (+21,6 milhões de euros), ao apresentar o valor de 54,9 milhões de euros.

O **Resultado antes de impostos**, em 2022, ao registar o valor global de 47,8 milhões de euros cresceu +79,6% (+21,3 milhões de euros) continuando com a tendência para o aumento verificada no ano anterior.

[156] Este anuário não pode ser o espaço para avaliar estes outputs, pois tal abordagem exige muita informação que não está disponível ou que nunca foi recolhida.

Quadro 4.20 – Desagregação dos rendimentos e gastos das entidades empresariais pelas suas diferentes componentes (121 entidades)

Unidade: milhares de euros

Componentes de Gastos e Rendimentos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Var. % 21-22
Impostos, contribuições e taxas	0	0	0	0	0	0	0	7	3 728	5 260	13 763	161,7%
Vendas e serviços prestados	579 178	573 862	553 521	593 989	621 738	672 080	676 439	729 124	687 593	792 690	850 023	7,2%
Subsídios à exploração	55 837	69 006	72 077	64 880	68 577	81 075	80 211	102 998	130 690	135 648	137 767	1,6%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, ass. e empreend conj.	274	649	642	787	579	448	454	402	153	65	94	43,7%
Variação nos inventários da produção	-358	253	-212	-1 338	671	-5	-54	-932	-324	-115	28	-124,5%
Trabalhos para a própria entidade	12 589	2 728	2 101	2 701	2 478	2 664	2 664	2 604	2 890	3 073	2 863	-6,8%
CMVMC	-51 954	-52 159	-50 453	-52 888	-52 108	-56 046	-52 660	-55 583	-52 811	-56 877	-59 088	3,9%
Fornecimentos e serviços externos	-304 024	-303 350	-287 482	-297 447	-318 098	-363 783	-357 435	-396 465	-399 085	-474 616	-503 337	6,1%
Gastos com o pessoal	-173 567	-191 282	-183 388	-188 540	-198 523	-210 968	-226 820	-250 776	-264 608	-280 053	-299 562	7,0%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-1 408	-821	-6	-397	-286	-199	22	-11	-162	-135	217	-261%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-10 570	-7 917	-6 501	-8 739	-4 772	-4 410	-6 409	-4 768	-6 305	-5 628	-3 452	-38,7%
Provisões (aumentos/reduções)	-2 536	-2 755	-937	-386	-2 664	-2 721	-449	-442	-2 270	-561	-85	-84,9%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis	22	-56	-155	-6 335	2 958	0	0	130	-9	-216	-40	-81,5%
Aumentos/reduções de justo valor	0	23	26	3	-47	-29	-57	32	23	8	44	478,0%
Outros rendimentos	50 875	48 461	41 756	48 829	44 487	45 299	41 998	40 701	51 514	55 621	52 923	-4,9%
Outros gastos	-18 871	-20 692	-20 196	-17 369	-23 295	-23 039	-20 383	-20 683	-22 778	-35 674	-30 371	-14,9%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	135 487	115 951	120 793	137 752	141 692	140 366	137 521	146 337	128 239	138 490	161 788	16,8%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-75 599	-75 022	-73 242	-80 017	-87 438	-90 043	-90 621	-94 944	-99 912	-103 159	-105 781	2,5%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis	0	-235	-3 031	0	56	-166	-207	-85	-90	-1 935	-1 033	-46,6%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	59 888	40 695	44 519	57 734	54 310	50 157	46 693	51 309	28 237	33 396	54 974	64,6%
Juros e rendimentos similares obtidos	1 413	4 164	17 082	1 136	455	381	440	2 365	544	164	529	222,8%
Juros e gastos similares suportados	-33 594	-29 998	-33 777	-17 039	-12 390	-12 621	-9 883	-9 186	-8 305	-6 854	-7 546	10,1%
Resultado antes de impostos	27 707	14 860	27 824	41 831	42 374	37 917	37 249	44 488	20 475	26 706	47 957	79,6%
Imposto sobre o rendimento do período	-5 443	-3 818	-7 770	-10 220	-10 821	-11 516	-9 996	-12 181	-6 600	-5 771	-11 998	107,9%
Resultado líquido do período	**22 264**	**11 042**	**20 053**	**31 611**	**31 553**	**26 401**	**27 254**	**32 307**	**13 876**	**20 935**	**35 959**	**71,8%**

Quadro 4.21 – Total dos rendimentos e gastos antes de impostos das entidades empresariais (121 entidades)

Unidade: milhares de euros

Gastos e Rendimentos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Var. % 21-22
Total de rendimentos	699 831	699 146	686 993	710 988	741 997	801 942	802 174	877 431	876 811	992 414	1 058 251	6,6%
Total de gastos	-672 124	-684 286	-659 169	-669 157	-699 623	-764 025	-764 925	-832 943	-856 335	-965 708	-1 010 294	4,6%
Resultado antes de impostos	27 707	14 860	27 824	41 831	42 374	37 917	37 249	44 488	20 475	26 706	47 957	79,6%
Imposto sobre o rendimento do período	-5 443	-3 818	-7 770	-10 220	-10 821	-11 516	-9 996	-12 181	-6 600	-5 771	-11 998	107,9%
Resultado líquido do período	**22 264**	**11 042**	**20 053**	**31 611**	**31 553**	**26 401**	**27 254**	**32 307**	**13 876**	**20 935**	**35 959**	**71,8%**

Da análise dos quadros 4.20 e 4.21, acrescerá referir, em relação ao ano de 2022:

- Um **acréscimo dos rendimentos** em +6,6% (+65,8 milhões de euros) originado, em grande parte, pelo **acréscimo de Vendas e serviços prestados** em +57,3 milhões de euros (+7,2%);
- **Em relação aos gastos**, verificou-se um aumento do seu valor total em +44,6 milhões de euros (+4,6%) resultante, essencialmente, do aumento em **Fornecimentos e serviços externos** em +28,7 milhões de euros (+6,1%), e dos **Gastos com pessoal**, que também tiveram um crescimento significativo de +7,0%, (+19,5 milhões de euros).

4.1.3.2. Resultados económicos das entidades empresariais locais

No Quadro 4.22, apresentam-se alguns indicadores económicos das entidades empresariais do setor local.

Quadro 4.22 – Evolução da situação económica das entidades empresariais (121 entidades)

Unidade: milhares de euros

Resultados	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Var. % 21–22
Resultados económicos	22 264	11 042	20 053	31 611	31 553	26 401	27 254	32 307	13 876	20 935	35 959	71,8%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	59 888	40 695	44 519	57 734	54 310	50 157	46 693	51 309	28 237	33 396	54 974	64,6%
Resultados económicos / (Vendas e serviços prestados)	3,8%	1,9%	3,6%	5,3%	5,1%	3,9%	4,0%	4,4%	2,0%	2,6%	4,2%	60,2%
N.º de entidades c/ resultados líquidos do período negativos	16	27	21	18	14	22	13	15	37	36	22	–38,9%

Da observação do Quadro antecedente, releva-se para o ano de 2022:

- Em 2022, do universo das 121 entidades empresariais analisadas, 99 (81,1%) obtiveram **resultados líquidos do período positivos**;
- Os **resultados operacionais** apresentaram um acréscimo de +21,6 milhões de euros (+64,6%), mantendo o sentido ascendente verificado em 2021 e contrariando o sentido descendente verificado em 2020.

Apresentam-se, de seguida, o *ranking* R67, com as 35 entidades empresariais com melhor resultado económico em 2022, e o *ranking* R68, com as 35 entidades empresariais com resultado económico mais fraco, neste mesmo ano.

R67 – Entidades com melhor resultado económico em 2022

Unidade: euros

	Entidade	Município	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	AGERE	Braga	2 613 210	2 994 549	3 904 534	5 355 278	5 900 838	6 239 991	6 238 137	6 637 805	6 707 827	6 972 072	7 794 380
2	CMPEA	Porto	2 125 155	3 607 978	3 760 206	6 296 993	6 575 538	6 025 810	5 878 845	4 790 370	2 756 491	3 584 461	6 577 092
3	Carris	Lisboa	–	–	–	–	–	4 969 561	8 663 796	5 707 960	595 334	11 546 404	3 066 906
4	Águas do Ribatejo	*1	1 504 323	1 828 492	762 474	1 534 051	1 592 315	2 166 172	1 676 155	2 279 277	2 704 116	2 009 993	2 225 292
5	EMARP	Portimão	–315 345	688 767	1 245 948	1 192 371	1 938 021	2 281 331	1 140 471	3 440 410	1 263 537	2 064 099	2 172 592
6	AC, Águas de Coimbra	Coimbra	317 414	204 900	88 153	160 046	1 384 343	2 013 504	286 569	825 866	173 127	–1 209 455	2 105 811
7	TUB	Braga	357 103	–426 822	349 894	275 828	102 079	62 009	37 252	153 707	21 168	635 090	1 801 033
8	Vimágua	Guimarães e Vizela	998 809	406 861	755 495	1 123 383	651 255	1 341 790	1 277 561	349 192	659 631	667 639	1 781 893
9	EHATB	*2	1 906 367	–37 008	1 435 888	687 425	1 188 760	–16 906	1 646 369	1 150 003	908 044	358 285	1 458 875
10	EMEL	Lisboa	181 901	2 218 303	952 985	2 360 311	2 394 886	906 907	393 298	1 021 620	14 676	29 175	1 218 171
11	Porto Vivo, SRU	Porto	–	–	–	–	–	–	–426 298	105 515	795 128	1 364 302	1 148 540
12	Tavira Verde – Ambiente	Tavira	279 163	19 987	3 116	301 938	861 738	515 839	640 520	1 654 602	1 028 672	933 555	1 076 211
13	Gaiurb	V. Nova de Gaia	646 846	123 695	28 240	34 575	19 225	–745 083	241 007	701 342	3 495	926 671	865 497
14	MUSAMI	*3	25 617	543 388	395 022	308 239	396 132	399 112	416 620	328 387	651 615	720 454	738 498
15	Figueira Domus	Figueira da Foz	46 324	9 669	76 225	503 639	615 684	637 759	648 753	678 430	712 202	609 629	601 500
16	Águas do Interior	*4	–	–	–	–	–	–	–	0	–366 310	176 413	544 607
17	EMES	Sintra	174 014	161 131	96 786	114 453	145 171	67 307	18 406	129 646	–234 692	96 398	494 592
18	Águas de S. João	S. João Madeira	357 889	297 291	288 789	177 264	366 579	353 669	325 769	460 794	497 156	383 490	487 871
19	AMBILITAL	*5	492 391	726 523	583 582	440 894	362 953	412 049	280 607	304 638	335 501	251 270	438 451
20	Vitrus Ambiente	Guimarães	97 160	44 099	150 859	100 743	17 341	13 648	203 972	78 582	442 725	344 485	393 504
21	Resíduos do Nordeste	*6	554 436	282 275	344 408	249 503	144 039	99 133	386 684	368 440	238 812	526 142	375 799
22	Águas de Gaia	V. Nova de Gaia	96 984	–3 829 587	293 809	839 162	228 389	703 877	126 313	14 206	339 897	304 336	372 671
23	FAGAR	Faro	987 399	589 885	241 149	632 966	899 403	518 243	259 286	1 813 553	–267 611	98 511	346 364
24	Cascais Dinâmica	Cascais	232 980	13 493	1 157	1 622	1 822	2 941	25 183	14 074	44 209	288 764	312 602
25	Óbidos Criativa	Óbidos	11 327	15 833	63 200	–51 407	19 677	10 901	13 357	125 696	–551 644	22 445	275 226
26	Gesloures –	Loures	–292 868	48 557	–243 335	3 558	49 908	30 037	–69 644	26 852	25 164	–218 463	270 105
27	Nazaré Qualifica	Nazaré	9 589	6 086	15 737	–46 711	10 780	74 075	87 895	5 497	17 085	3 851	226 396
28	Loulé Concelho Global	Loulé	107 246	43 907	53 012	185 229	16 566	15 667	56 703	114 001	–261 107	–189 773	223 840
29	EMAC	Cascais	11 133	17 297	10 586	11 675	18 639	21 675	47 897	49 463	33 625	11 807	211 808
30	Emp. Municipal Ambiente	Porto	–	–	–	–	–	113 469	195 255	178 303	287 093	533 201	209 087
31	Águas do Alto Alentejo	*7	–	–	–	–	–	–	–	–	0	–93 969	208 368
32	SDVF	*8	–	–	–	–	–	–454 998	162 515	113 736	145 269	150 525	192 647
33	EAMB	Esposende	46 130	6 591	–361 983	22 966	15 258	34 816	63 816	7 495	9 620	14 729	187 984
34	ADC	*9	841 572	797 891	1 042 938	1 045 699	1 096 927	833 669	755 056	772 478	297 995	89 387	184 416
35	Penafiel Verde	Penafiel	56 769	9 986	10 556	16 373	13 410	56 245	79 246	124 481	224 312	188 887	171 162

*1 – Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%)*2 – Boticas (16,7%), Chaves (16,7%), Montalegre (16,7%), Ribeira de Pena (16,7%), Valpaços (16,7%) e Vila Pouca de Aguiar (16,7%)*3 – AMISM – Associação de município da Ilha de São Miguel (Lagoa, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo) – 100%*4 – Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real*5 – AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Sines, Aljustrel e Ferreira do Alentejo) - 51,00%*6 – Alfândega da Fé, Bragança (23,12%), Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros (11,9%), Miranda do Douro (4,89%), Mirandela (16,92%), Vila Flor (4,75%), Vimioso (3,05%), Vinhais (5,93%), Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos (22%)*7 – Alter do Chão (6,92%), Arronches (4,424%), Castelo de Vide (5,435%), Crato (8,174%), Fronteira (6,708%), Gavião (10,031%), Marvão (6,903%), Nisa (14,994%), Ponte de Sor (29,094%) e Sousel (7,317%)*8 – Vila Franca do Campo: Vila Solidária – Empresa Municipal de Habitação Social E.M.*9 – Covilhã – ICOVI – Infra-estruturas e Concessões da Covilhã, E.M

R68 – Entidades com mais fraco resultado económico em 2022

Unidade: euros

	Entidade	Município	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2012
1	APIN	*1	–	–	–	–	–	–	–	–84 646	217 266	–2 160 139	–1 697 606
2	Municípia, SA	*2	41 347	–1 259 227	36 687	35 349	7 837	9 920	6 093	–103 647	–1 596 118	35 882	–1 046 763
3	AQUANENA	Alcanena	–	–	–	–	–	–	0	95 987	7 304	219 881	–786 565
4	Ribeira da Teja – Prod de En. Eléctrica	V. Nova Foz Côa	–	–	1 223 842	46 322	1 604 512	122 238	554 278	201 444	812 898	788 876	–418 821
5	RSTJ	*3	–	–	–	–	–	–	–	–2 527	24 059	65 942	–338 747
6	ALBIGEC	Castelo Branco	–17 992	78 707	1 259	61 947	76 221	55 529	36 914	54 336	–206 840	–145 250	–289 892
7	Ambisousa	*4	147 820	128 005	17 049	64 922	109 344	1 329 999	364 382	575 125	69 121	143 660	–289 666
8	PRODESO	Coimbra	3 219	850	1 150	1 061	–10 617	569	67 598	586	–153 343	412	–238 991
9	Maiambiente	Maia	57 836	145 587	137 300	357 473	247 847	87 169	1 640	–999 765	39 203	3 029	–219 312
10	ESPOSENDE 2000	Esposende	3 975	406	4 357	47 269	91 151	50 267	6 105	6 040	–265 221	–64 638	–204 442
11	EMEC	Barcelos	90 669	–841 836	–260 380	898	–131 361	–227 313	–8 523	85 006	8 428	–135 149	–199 243
12	EPRM	Rio Maior	198 236	54 937	41 101	14 838	53 526	11 330	27 481	–519 560	–250 582	2 456	–161 377
13	TERAMB	*5	28 584	69 796	88 719	–215	14 308	–517 501	3 564	354 314	170 562	44 575	–160 766
14	iParque	Coimbra	–303 888	–361 680	–449 330	–522 446	–351 531	–452 996	–736 835	1 376 076	4 123	–119 814	–119 814
15	EMPDS	Belmonte	–2 044	–12 654	14 357	–23 351	10 085	4 227	6 088	16 882	–98 990	–110 517	–111 692
16	Coliseu Micaelense – Soc. Prom. Ev.Cul.	Ponta Delgada	251 918	161 841	76 865	2 105	–125 215	–158 627	109 158	91 021	–124 363	–40 826	–107 739
17	Praia Ambiente	Praia da Vitória	2 137	3 243	28 115	26 534	34 305	49 570	46 472	8 977	12 145	6 722	–84 042
18	Parkurbis,	*6	67 321	–165 441	–242 036	9 341	–233 829	–214 973	–72 512	–91 847	–69 014	–53 346	–60 984
19	Carnes de Vinhais	Vinhais	–	–	–	–	–	–53 059	–46 442	2 048	–40 519	–47 593	–39 519
20	Amadora Inovation, E. M. Unipessoal, Lda.	Amadora	57 674	–170 723	–2 895	–435 575	–303 182	–327 042	–154 970	–102 201	–153 106	33 213	–31 984
21	Matadouro Regional de Monção	Monção	2 008	–32 795	14 683	–88 702	867	22 622	–89 698	10 664	–25 714	–15 831	–26 611
22	GEMC – Gestão de Equipamentos Chaves	Chaves	16 451	37 068	–252 136	15 606	–32 861	–26 980	–30 131	44 486	–527 135	–47 233	–25 293
23	Mercados de Olhão	Olhão	9 922	334	–37 836	4 949	1 657	1 029	17 696	2 542	–14 118	7 454	–17 031
24	Metropolitano Ligeiro de Mirandela	Mirandela	56 328	8 693	4 750	60 099	–4 356	1 255	–24 435	–112	–45 391	3 021	–5 508
25	MS Matosinhos Sport	Matosinhos	31 985	10 340	–6 678	10 188	66 625	75 852	39 451	25 056	–3 731	–2 393	–3 199
26	Nordeste Activo	Nordeste	2 763	–77 930	37 492	9 031	9 919	–2 205	–1 759	10 099	5 417	589	–1 115
27	Cura Aquae	Melgaço	2 551	–123 616	–120 134	–185 197	–121 435	–134 478	–141 766	–89 259	–585	–509	–394
28	Lisboa Ocidental, SRU, Soc. de Reab. Urb.	Lisboa	356	601	682	480	268	352	508	0	0	0	0
29	DESMOR	Rio Maior	16 330	53 911	54 310	134 726	121 647	28 757	1 935	182	1 853	57	0
30	Lousada Seculo XXI	Lousada	1 362	1 288	191	69 114	88 115	15 428	1 726	1 643	115	124	122
31	Urbhorta	Horta	7 332	8 040	363	1 074	1 760	1 392	9 646	1 709	–90 472	–72 864	431
32	Águas de Santarém	Santarém	523 419	106 604	337 708	445 973	431 188	362 530	290 051	308 925	55 085	18 333	938
33	Habisolvis – Habitação Social	Viseu	11 960	7 524	838	1 552	2 550	8 989	914	1 391	2 248	1 039	1 647
34	Melsport – Melgaço Desporto e Lazer	Melgaço	1 763	666	1 020	2 910	1 691	–80 225	2 320	2 853	588	–98 592	1 975
35	EPAVE	Póvoa Lanhoso	2 762	–25 773	2 598	22 105	26 051	90 185	66 886	27 586	86 443	21 774	2 265

*1 – Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares.

*2 – Aguiar da Beira, Albergaria-a-Velha, Alvaiázere, Ansião, Arganil, Barcelos, Boticas, Bragança, Cabeceiras de Basto, Carregal do Sal, Castelo Branco, Covilhã, Figueira da Foz, Fundão, Góis, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Ílhavo, Lagoa, Lamego, Leiria, Loulé, Mafra, Maia, Mangualde, Monchique, Mourão, Oeiras (56,71%), Olhão, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Paços de Ferreira, Paredes, Penacova, Penamacor, Ponta Delgada, Ponte da Barca, Portalegre, Portimão, Santa Marta Penaguião, Santiago do Cacém, São João da Madeira, São Pedro do Sul, Sernancelhe, Sertã, Sesimbra, Sever do Vouga, Silves, Sines, Sintra, Tavira, Trofa, Vale de Cambra, Vieira do Minho, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Poiares, Viseu, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, Associação para o Des. Baixo Guadiana, Associação de Municípios do Vale Douro Norte, Associação de Municípios do Douro Superior (AMDS), Associação de Municípios PEFICA, Associação de Municípios do Norte Alentejano, Associação de Municípios de Alta Estremadura, e Associação de Municípios do Distrito Évora

*3 – Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.

*4 – Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) – 100%*5 – Angra do Heroísmo (60,0%) e Praia da Vitória (40,0%)*6 – Covilhã (79,60%), Belmonte (0,20%) e Manteigas (0,20%)

4.1.4. Dissolução de empresas do SEL - aplicação do artigo 62º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto

Os dados apresentados neste ponto do anuário remetem para as disposições do artigo 62º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto[157], tendo a análise efetuada sido sustentada nos seguintes pressupostos:

- A deliberação de dissolução obrigatória de entidades empresariais resultará da verificação dos critérios previstos nas quatro alíneas do n.º 1 do artigo 62.º, os quais só produzem efeitos se verificados ininterruptamente em três anos consecutivos da gestão;
- Para efeitos de cálculo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 62.º, considerou-se como gastos totais a soma dos valores apresentados em: Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas; Fornecimentos e serviços externos; Gastos com o pessoal; Outros gastos; Gastos/reversões de depreciação e de amortização; e Juros e gastos similares suportados;
- Para cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 62.º, considerou-se como receitas totais a soma dos valores dos seguintes itens: Vendas e serviços prestados; Subsídios à exploração; Trabalhos para a própria entidade; Outros rendimentos; e Juros e rendimentos similares obtidos;
- Decorrente do n.º 14 e do n.º 15 do artigo 62.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, não foram consideradas as empresas locais que exercem atividades de ensino e formação profissional ou de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura, da educação, da ação social, do desporto e da ciência, inovação e tecnologia.

O Quadro 4.23 apresenta as empresas que se encontravam em processo de dissolução à data de elaboração deste anuário[158]. Para além destas, foram dissolvidas, ainda, em 2022, as empresas indicadas no Quadro 4.02 do ponto 4.1 deste capítulo.

---

[157] Artigo 62.º – Dissolução das empresas locais

1 – Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50 % dos gastos totais dos respetivos exercícios;

b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante é superior a 50% das suas receitas;

c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;

d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.

(...)

14 – O disposto na alínea a) do n.º 1 não é aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de ensino e formação profissional.

15 – O disposto no n.º 1 não é aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura, da educação, da ação social, do desporto e da ciência, inovação e tecnologia.

[158] Informação colhida no próprio relato financeiro.

Quadro 4.23 – Entidades em processo de dissolução

	Entidade	Tipo	Município
1	Aveiro Expo – Parque de Exposições	EM	Aveiro
2	TEGEC – Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer	EEM	Trancoso

O número de municípios referido no Quadro 4.24 e no Quadro 4.25 resulta da simulação de aplicação do disposto no n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, realizada para efeitos de elaboração deste anuário não tendo sido consideradas as empresas que se encontravam em dissolução e identificadas no Quadro 4.25. Da análise às contas entre 2020 e 2022 (inclusive), verificaram-se as situações identificadas nestes Quadros, sendo qualquer uma delas suficiente para início do processo de dissolução da respetiva entidade empresarial local, caso não tenha havido ou não haja, ainda, lugar a retificações de mapas do relato financeiro que modifiquem a situação financeira, em qualquer um daqueles anos económicos.

Quadro 4.24 – Número de entidades do SEL em incumprimento do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012

	Situações	Contas de 2020, 2021 e 2022
a)	Entidades com VPS / Gastos totais inferiores a 50%, nos três anos	4
b)	Entidades com Subsídios à exploração / Receitas superiores a 50%, nos três anos	2
c)	Entidades com EBITDA negativo nos 3 anos	2
d)	Entidades com resultado líquido do período negativo, nos três anos	3
Total de entidades a serem dissolvidas		**6**

Quadro 4.25 – Entidades em incumprimento relativamente a mais do que uma das alíneas do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012

Alíneas do n.º 1 do artigo 62.º, cujos critérios se verificaram		N.º de empresas em incumprimento
4 alíneas	alíneas a, b), c) e d)	0
3 alíneas	alíneas a), b) e c)	0
	alíneas a), b) e d)	0
	alíneas a), c) e d)	0
	alíneas b), c) e d)	0
2 alíneas	alíneas a) e b)	2
	alíneas a) e c)	0
	alíneas a) e d)	1
	alíneas b) e c)	0
	alíneas b) e d)	0
	alíneas c) e d)	2

Apresentam-se, a seguir, as listagens das entidades do SEL que se encontravam em cada uma das situações previstas nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e que foram contabilizadas nos Quadros precedentes. Faz-se notar que não foi observada qualquer situação com um resultado operacional, diminuído das amortizações e depreciações, negativo, nos últimos 3 anos (alínea c)).

Quadro 4.26 – Entidades cujas vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios (alínea a))

	Entidade	Tipo	Município	VPS / Gastos totais		
				2020	2021	2022
1	Cura Aquae-Termas de Melgaço	EM	Melgaço	19,0%	27,0%	21,7%
2	Herdade da Contenda	EM	Moura	11,1%	13,8%	17,9%
3	Gaiurb – Urbanismo e Habitação	EM	Vila Nova de Gaia	29,7%	31,5%	29,1%
4	Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense	SA	Porto	8,0%	9,9%	40,0%

Quadro 4.27 – Entidades cujo peso dos subsídios à exploração foi superior a 50% das suas receitas, nos últimos três anos (alínea b))

	Entidade	Tipo	Município	Subsídios à exploração / Receitas		
				2020	2021	2022
1	Herdade da Contenda	EM	Moura	70,5%	74,7%	70,2%
2	Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense	SA	Porto	66,7%	70,4%	52,9%

Quadro 4.28 – Entidades com Resultado operacional antes de depreciações negativo nos últimos três anos (alínea c))

Unidade: euros

	Entidade	Tipo	Município	EBITDA		
				2020	2021	2022
1	Matadouro Regional de Monção	EM	Monção	-17 652	-9 775	-23 357
2	Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes	EM	Vinhais	-24 184	-31 788	-25 217

Quadro 4.29 – Entidades com resultado líquido do período negativo nos últimos três anos (alínea d))

Unidade: euros

	Entidade	Tipo	Município	Resultado líquido		
				2020	2021	2022
1	Cura Aquae-Termas de Melgaço	EM	Melgaço	-585	-509	-394
2	Matadouro Regional de Monção	EM	Monção	-25 714	-15 831	-26 611
3	Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes	EM	Vinhais	-40 519	-47 593	-39 519

4.2. Serviços Municipalizados

Conforme listagem apresentada no Quadro 4.30, em 2022, existiam 24 SM's, tutelados por 26 municípios (o município de Oeiras e Amadora e o município de Loures e Odivelas partilham os mesmos serviços), estando 12 SM's integrados em municípios de grande dimensão, 13 SM's integrados em municípios de média dimensão e 1 SM integrado num município de pequena dimensão. De 2012 para 2022, o número de SM's passou de 28 para 24, devido à criação/reativação de 3 SM's e à extinção de 7 SM's de água e saneamento dos municípios de Mirandela, Anadia, Valongo, Santo Tirso, Aveiro, Guarda, Tomar e Angra do Heroísmo.. De referir que os SM's de Angra do Heroísmo foram internalizados a 30 de junho de 2020, estando as respetivas contas de 2020, bem como o pessoal, integralmente incluídas nas contas do município. No cômputo dos 24 SM's, está incluído, desde 2015, o SM criado pelo município de Faro – Serviços Municipalizados "Teatro municipal de Faro" – que assumiu as competências e finalidades da empresa municipal "Teatro Municipal de Faro, E.M.", dissolvida por força da aplicação da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Para além deste, foram criados os SMAS's de Mafra, tendo este iniciado atividade em 1 de setembro de 2019, e os Serviços Municipalizados de Setúbal, cuja atividade se iniciou em dezembro de 2022, embora a sua reativação date de dezembro de 2021, após deliberação da Assembleia Municipal de Setúbal sob proposta da Câmara Municipal de Setúbal.

Observando o Quadro 4.30, verifica-se que dos 24 SM's existentes, 3 são de transportes coletivos urbanos (sendo um destes, também, de fornecimento de água), 1 de gestão de resíduos e limpeza pública, 1 de serviços culturais[159] e 19 SM's são fornecedores de água e, ou, de saneamento básico, sendo que 3 deles incluem recolha de resíduos sólidos e 1 está relacionado com fornecimento de energia.

Quadro 4.30 – Mapa dos SM´s e respetivas competências

	Municípios	Dimensão	Competências dos Serviços Municipalizados
1	Abrantes	M	SM de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos
2	Alcobaça	M	SM de Água e Saneamento
3	Almada	G	SM de Água e Saneamento
4	Barreiro	M	SM de Transportes Coletivos
5	Caldas da Rainha	M	SM de Água e Saneamento
6	Castelo Branco	M	SM de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos
7	Coimbra	G	SM de Transportes Urbanos
8	Faro	M	Teatro Municipal de Faro – Serviços Municipalizados
9	Leiria	G	SM de Água e Saneamento
10	Loures e Odivelas	G e G	SIM de Água e Saneamento
11	Mafra	M	SM de Água e Saneamento
12	Maia	G	SM de Eletricidade, Água e Saneamento

[159] Desenvolvidos através do Teatro Municipal de Faro.

	Municípios	Dimensão	Competências dos Serviços Municipalizados
13	Montijo	M	SM de Água e Saneamento
14	Nazaré	P	SM de Água e Saneamento
15	Oeiras e Amadora	G e G	SIM de Água e Saneamento
16	Peniche	M	SM de Água e Saneamento
17	Ponta Delgada	M	SM de Água e Saneamento
18	Portalegre	M	SM de Água e Transportes
19	Setúbal	G	SM de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos
20	Sintra	G	SM de Água e Saneamento
21	Torres Vedras	M	SM de Água e Saneamento
22	Viana do Castelo	M	SM de Resíduos e Limpeza pública
23	Vila Franca de Xira	G	SM de Água e Saneamento
24	Viseu	G	SM de Água e Saneamento

4.2.1. Estrutura do Ativo

No Quadro 4.31, apresenta-se a estrutura do Ativo agregado dos 24 SM's existentes, evidenciando-se, no mesmo mapa, o Ativo total dos municípios a que pertencem estes SM's, permitindo a comparação das respetivas estruturas do Balanço. São comparáveis, ainda, com as componentes homólogas do universo municipal que os tutelam.

Na comparação dos valores do Ativo entre 2020 e 2022, anota-se que em relação a 2020 e 2021 se contabilizaram os dados financeiros de 23 SM's enquanto que os valores do ano 2022, incluem os dados financeiros de 24 SM's, devido à integração da informação financeira produzida por um novo serviço, os Serviços Municipalizados de Setúbal, cuja atividade se iniciou em dezembro de 2022.

Quadro 4.31 – Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados e dos municípios a que correspondem – 2022

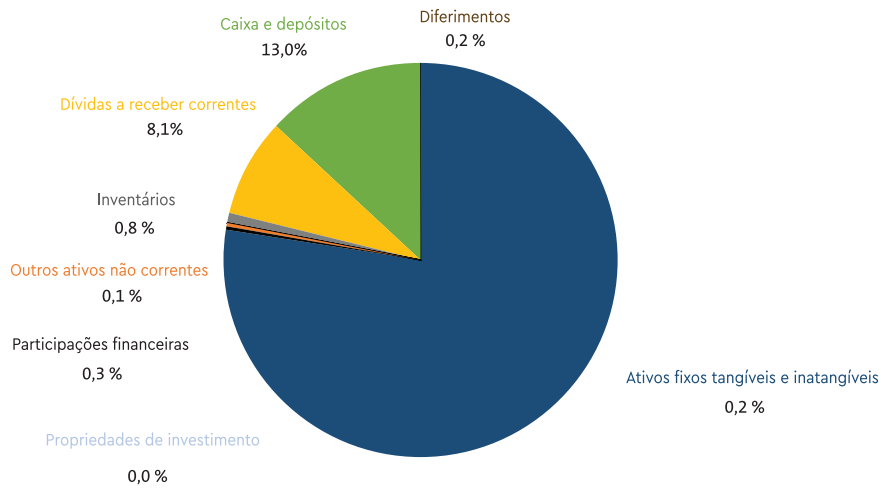
Unidade: euros

Componentes do Ativo	Municípios (26)		Serviços Municipalizados					SM's / Municípios 2022
	2022	Peso %	2020 (23)	2021 (23)	2022[160] (24)	Peso %	Var. % 21-22	
Ativos fixos tangíveis	7 106 039 358	72,6%	846 085 895	900 232 090	940 264 831	77,3%	4,4%	13,2%
Propriedades de investimento	114 664 104	1,2%	0	0	0	0,0%	-	0,0%
Ativos intangíveis	21 086 106	0,2%	7 945 588	6 641 089	4 813 222	0,4%	-27,5%	22,8%
Ativos biológicos	91 839	0,0%	0	0	0	0,0%	-	0,0%
Participações financeiras	947 576 325	9,7%	3 380 846	3 380 846	3 380 846	0,3%	0,0%	0,4%
Devedores p/ empréstimos bonif. e subsid. reemb.	8 424 090	0,1%	0	0	0	0,0%	-	0,0%
Acionistas/Sócios/Associados	0	0,0%	0	0	0	0,0%	-	-
Diferimentos	1 105 145	0,0%	0	0	0	0,0%	-	0,0%
Outros ativos financeiros	37 007 691	0,4%	0	660 685	660 685	0,1%	0,0%	1,8%
Ativos por impostos diferidos	19 433 898	0,2%	0	0	0	0,0%	-	0,0%
Clientes, contribuintes e utentes	931 863	0,0%	3 985 532	100 217	110 289	0,0%	10,1%	11,8%
Outras contas a receber	30 173 458	0,3%	880 490	705 518	612 510	0,1%	-13,2%	2,0%
Total do Ativo não corrente	8 286 533 875	84,6%	862 278 352	911 720 445	949 842 384	78,0%	4,2%	11,5%
Inventários	25 910 389	0,3%	9 239 600	9 013 819	9 740 283	0,8%	8,1%	37,6%
Ativos biológicos	0	0,0%	0	0	0	0,0%	-	-
Devedores p/ transf. e subsid. ñ reemb.	32 957 978	0,3%	6 452 373	3 406 214	1 998 363	0,2%	-41,3%	6,1%
Devedores p/ empréstimos bonif. e subsid. reemb.	51 084	0,0%	0	0	0	0,0%	–	0,0%
Clientes, contribuintes e utentes	30 563 205	0,3%	56 235 109	59 122 883	61 691 481	5,1%	4,3%	201,8%
Estado e outros entes públicos	4 776 864	0,0%	3 426 970	2 801 973	2 590 161	0,2%	-7,6%	54,2%
Acionistas/Sócios/Associados	0	0,0%	0	0	0	0,0%	–	–
Outras contas a receber	527 413 772	5,4%	26 569 107	28 728 247	32 682 341	2,7%	13,8%	6,2%
Diferimentos	9 907 435	0,1%	639 875	939 210	783 976	0,1%	-16,5%	7,9%
Ativos financeiros detidos p/ negociação	0	0,0%	0	0	0	0,0%	–	–
Outros ativos financeiros	40 714 273	0,4%	0	0	0	0,0%	–	0,0%
Ativos não correntes detidos para venda	0	0,0%	0	0	0	0,0%	–	–
Caixa e depósitos	834 597 988	8,5%	159 787 986	154 048 970	157 641 039	13,0%	2,3%	18,9%
Total do Ativo corrente	1 506 892 988	15,4%	262 351 020	258 061 316	267 127 644	22,0%	3,5%	17,7%
Ativo Total	**9 793 426 863**	**100%**	**1 124 629 372**	**1 169 781 762**	**1 216 970 028**	**100%**	**4,0%**	**12,4%**

No Gráfico 4.05 apresenta-se a estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados para o ano económico de 2022.

[160] Inclui os Serviços Municipalizados de Setúbal

Gráfico 4.05 – Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados



No Quadro 4.32, apresenta-se a evolução das diferentes componentes do Ativo agregado de 22 SM's, não estando incluído nesta análise os SMAS de Mafra e os SM de Setúbal, do qual apenas se analisaram as contas a partir de 2020 e 2022, respetivamente. Esta análise evolutiva reporta-se a oito anos, no período compreendido entre 2012 e 2019.

Quadro 4.32 – Evolução do Ativo dos Serviços Municipalizados entre 2012 e 2019

Unidade: euros

Componentes do Ativo	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Imobilizado	726 720 446	713 903 729	726 984 704	742 127 590	742 434 597	747 072 914	753 903 901	766 508 316
Investimentos financeiros	4 019 031	4 019 031	1 634 017	1 634 017	4 019 031	4 019 031	4 019 031	4 041 531
Existências	7 901 288	7 705 312	7 714 188	7 495 955	7 752 678	7 796 168	8 459 666	8 789 592
Dívidas a Receber mlp	0	1 719 316	1 257 922	302 604	5 150 687	3 417 287	1 812 438	332 327
Dívidas a Receber cp	112 038 859	111 588 712	72 938 514	69 132 771	66 287 449	68 309 469	69 036 952	69 209 800
Caixa e Depósitos	98 516 608	101 191 976	144 375 741	164 094 286	178 514 357	178 073 116	171 121 638	174 872 345
Acréscimos de proveitos	14 913 462	11 693 610	12 839 278	13 473 680	15 344 069	17 563 861	17 002 529	17 970 234
Custos diferidos	506 087	482 011	503 242	497 100	1 425 488	1 165 344	643 080	944 769
Total	**964 615 782**	**952 303 698**	**968 247 606**	**998 758 002**	**1 020 928 357**	**1 027 417 190**	**1 025 999 237**	**1 042 668 915**

Da análise dos Quadros e do Gráfico anteriores, verifica-se que a estrutura do Ativo dos SM's, como seria expectável, é diferente da estrutura do Ativo dos municípios, traduzindo a especificidade das funções para as quais foram criados. Assim:

- O **Ativo Total dos SM's** em 2022 totalizou 1 216,9 milhões de euros, cresceu a uma taxa de +4% (+47,2 milhões de euros) e representou 12,4% do total do ativo do conjunto dos municípios que os tutelam;
- O total do **Ativo não corrente dos SM's,** em 2022, somou 949,8 milhões de euros, representando 78% do Ativo Total e 11,5% do valor homólogo dos municípios que lideram os serviços municipalizados. Em 2022 cresceu +4,2% (+38,1 milhões de euros);
- **O Ativo corrente dos SM's** em 2022 totalizou 267,1 milhões de euros, representou 22% do Total do Ativo dos SM's e cerca de 17,7% do ativo corrente dos 26 municípios que correspondem aos SM's. **O ativo corrente em 2022 cresceu +3,5%** (+9,1 milhões de euros);
- A componente mais representativa do Ativo total dos SM's são **os Ativos fixos tangíveis** que, em 2022, totalizaram 940,3 milhões de euros, isto é 77,3% do Ativo Total e 13,2% do total do ativo dos 26 municípios que gerem os serviços municipalizados. Apresentaram uma taxa de crescimento de +4,4% (+40,0 milhões de euros),
- Do Ativo dos SM's, destaca-se o valor das **dívidas a receber de Clientes, contribuintes e utentes** desses mesmos serviços, no total de 61,8 milhões de euros, no conjunto do Ativo não corrente e do Ativo corrente, representando 5,1% do total do Ativo dos SM's, com um volume equivalente a 196,2% das dívidas homólogas a receber do conjunto dos municípios que os tutelam;
- Na estrutura do Ativo dos SM's releva-se a grande dimensão do item **Clientes, contribuintes e utentes**, que resulta, essencialmente, das dívidas dos utentes que usufruem da prestação do fornecimento de água e do serviço de saneamento, sendo que, em muitas das situações, se tornarão créditos incobráveis;
- Também o item **Caixa e depósitos**, que nos municípios apresentou um peso de 8,5% na estrutura do Ativo, nos SM's apresentou um peso de 13,0% e um acréscimo em relação a 2021 de +2,3% (+3,6 milhões de euros). Mais se verificou que em 2022 representou 18,9% do valor registados pelos municípios que tutelam os SM's ao apresentar no total 157,6 milhões de euros;
- Constatou-se, ainda, que o valor de 9,7 milhões de euros, inscrito em **inventários** nos SM's representou, em 2022, cerca de 37,6% do total inscrito nos municípios de tutela, apresentando um crescimento de +8,1% (+726 milhares de euros) e o peso de 0,8% no total do ativo.

Conjugando a Observação do Quadro 4.32, sobre a evolução do Ativo dos Serviços Municipalizados, entre 2012 e 2019, com o Quadro 4.31, pode-se concluir ainda que:

- O **ativo total dos serviços municipalizados** cresceu entre 2012 e 2022, cerca de +26,2% (+252,4 milhões de euros);

- Em comparação com 2012 o montante registado em **Caixa e depósitos**, em 2022 aumentou cerca de +60%;
- As **Dívidas a receber de curto prazo** entre 2012 e 2019 baixaram -38,2% (-42,8 milhões de euros).

Pela importância material que revestem **as dívidas a receber**, importará analisar a sua composição e estrutura, na globalidade dos SM's, e compará-la com o mesmo item no Ativo do grupo de municípios que criaram SM's.

Os Quadros 4.33 e 4.34 apresentam as principais componentes das **dívidas a receber,** por valores agregados de todos os SM's e no conjunto de municípios que lhes correspondem.

Quadro 4.33 – Estrutura das dívidas a receber dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2022

Unidade: euros

Dívidas a receber	Municípios (26)		Serviços Municipalizados					SM's / Municípios 2022
	2022	Peso %	2020 (23)	2021 (23)	2022 (24)	Peso %	Var. % 21-22	
Devedores p/ empréstimos bonif. e subsid. reemb.	8 424 090	1,3%	0	0	0	0,0%	–	0,0%
Clientes contribuintes e utentes	931 863	0,1%	3 985 532	100 217	110 289	0,1%	10,1%	11,8%
Outras contas a receber	30 173 458	4,7%	880 490	705 518	612 510	0,6%	-13,2%	2,0%
Dividas a receber não correntes	39 529 410	6,2%	4 866 022	805 735	722 799	0,7%	-10,3%	1,8%
Devedores p/ transf. e subsid. ñ reemb.	32 957 978	5,2%	6 452 373	3 406 214	1 998 363	2,0%	-41,3%	6,1%
Devedores p/ empréstimos bonif. e subsid. reemb.	51 084	0,0%	0	0	0	0,0%	–	0,0%
Clientes contribuintes e utentes	30 563 205	4,8%	56 235 109	59 122 883	61 691 481	61,9%	4,3%	201,8%
Estado e outros entes públicos	4 776 864	0,8%	3 426 970	2 801 973	2 590 161	2,6%	-7,6%	54,2%
Acionistas/ sócios/ associados	0	0,0%	0	0	0	0,0%	–	–
Outras contas a receber	527 413 772	83,0%	26 569 107	28 728 247	32 682 341	32,8%	13,8%	6,2%
Dívidas a receber correntes	595 762 903	93,8%	92 683 559	94 059 317	98 962 345	99,3%	5,2%	16,6%
Total Dívidas a receber	**635 292 313**	**100%**	**97 549 581**	**94 865 052**	**99 685 145**	**100%**	**5%**	**15,7%**

Da análise do Quadro anterior, pode-se concluir, em relação ao ano de 2022:

- Do total das dívidas a receber pelos SM's, no valor de 99,7 milhões de euros, 99,3% resultaram **de dívidas de curto prazo (98,9 milhões de euros) e só 0,7% (722,8 milhares de euros) traduziram dívida de médio e longo prazo (dívidas a receber não correntes);**
- **A Divida a receber de curto prazo em 2022,** cresceu +5,2% (+4,9 milhões de euros) e representou 16,6% do total da dívida a receber de curto prazo do conjunto dos municípios que tutelam os serviços. Ao invés, **a dívida a receber de médio e longo prazo baixou -10,3% (-82,9 milhões de euros)** e representou 1,8% do valor homólogo do conjunto dos municípios que tutelam os serviços;
- Mais se verificou que 61,9% das dívidas a receber de curto prazo pelo conjunto dos SM's são provenientes do item **Clientes, contribuintes e utentes**. Comparando o peso destes créditos sobre terceiros, com o peso homólogo no conjunto dos 26 municípios de tutela os SM's, verifica-se que o peso das dívidas a receber de **Clientes, contribuintes e utentes** é muito inferior, no conjunto destes 26 municípios, apresentando o peso homólogo de 4,8% e o valor de 30,6 milhões de euros em 2022;

- Mais se verificou, que embora com o peso de apenas 0,1% no total de dívidas a receber, as dividas de **Clientes, contribuintes e utentes de médio e longo prazo**, cresceram, em 2022, cerca de +10,1% (+10,1 milhares de euros) e representaram 11,8% do total das dívidas homólogas dos 26 municípios correspondentes ao conjunto dos SM´s;

Outras contas a receber[161] no conjunto de valores de curto, médio e longo prazo**,** é uma rubrica das Dívidas a receber que em 2022 totalizaram 33,3 milhões de euros, apresentando um crescimento de +13% (+3,9 milhões de euros) e o peso de 33,4% no total das Dívidas a receber. Esta conta agregada no conjunto dos 26 municípios de tutelam os serviços municipalizados, somou, em 2022, cerca de 557,6 milhões de euros e representou 87,8% do total das dívidas a receber.

Quadro 4.34 – Evolução das dívidas a receber dos Serviços Municipalizados de 2012 a 2019

Unidade: euros

Dívidas a receber	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Dívidas a receber m/l p.	**0**	**1 719 316**	**1 257 922**	**302 604**	**5 150 687**	**3 417 287**	**1 812 438**	**332 327**
Dívidas a receber curto prazo:	**112 038 859**	**111 588 712**	**72 938 514**	**69 132 771**	**66 287 449**	**68 309 469**	**69 036 952**	**69 209 800**
Empréstimos concedidos	0	0	0	0	0	0	0	600 557
Clientes, contribui. utentes	73 057 655	72 236 707	63 782 117	58 576 182	57 087 520	57 425 119	62 286 328	54 184 003
Estado e outros entes públicos	1 931 924	1 621 211	1 593 126	2 375 527	2 584 515	2 600 655	1 924 107	3 231 807
Administração Autárquica	30 047 544	30 385 334	1 509 524	367 184	253 264	235 588	150 658	486 110
Adiantamentos	4 353	1 390 672	717 219	148 174	86 779	63 311	62 434	59 789
Outros devedores	6 997 383	5 954 789	5 336 529	7 665 704	6 275 372	7 984 796	4 613 426	10 190 134
Outras dívidas de curto prazo	0	0	0	0	0	0	0	457 399
Total de dívidas a receber	**112 038 859**	**113 308 028**	**74 196 436**	**69 435 375**	**71 438 137**	**71 726 757**	**70 849 390**	**69 542 127**

Analisando a evolução das diversas componentes das dívidas a receber dos SM's, entre 2012 e 2022, conjugando a informação prestada nos Quadros 4.33 e 4.34, pode-se ainda concluir que:

- A **dívida a receber de médio e longo prazo** (mlp) em 2022, baixou -996,5 milhares de euros (-58,0%), ao apresentar o total de 722,8 milhares de euros. No entanto, quando comparada com o valor homólogo de créditos sobre terceiros de 332,3 milhares de euros registado em 2019, verifica-se, em 2022, um acréscimo de +390,5 milhares de euros (+117%);
- Se compararmos **Dívidas a receber de Curto prazo entre 2012 e 2022**, verifica-se que o valor das mesmas baixaram -13,1 milhões de euros (-12%).
- Verificou-se, ainda, um acréscimo da dívida do **Estado**[162] **e outros entes públicos** aos SM's, considerando a evolução entre 2012 e 2022. Efetivamente neste período esta dívida aumentou +34% (+658,2 milhares de euros). Todavia, o total considerado em

[161] Importa, contudo, assinalar que apesar de os acréscimos de proveitos, em SNC-AP, estarem inseridos no Ativo, em outras contas a receber, os mesmos não cumprem a definição de ativo

[162] Recuperação do IVA, na generalidade dos casos, e que se referem a montantes a receber no ano económico seguinte face aos prazos de reembolso.

2022 de 2,6 milhões de euros, apresentou uma diminuição de -7,6% (-211,8 milhares de euros). Mais se considera que esta rubrica em relação ao valor homólogo dos 26 municípios tutelares, representou 54,2% do mesmo. **Considera-se, por isso, um valor excessivo de dívida de entes públicos, aos SM´s.**

Apresentam-se, de seguida, os Quadros 4.35 e 4.36, onde respetivamente, se discriminam as componentes dos Fundos próprios/ Património líquido comparando os seus valore entre 2020 e 2022 e se mostra a evolução destes itens entre 2012 e 2019.

Quadro 4.35 – Componentes do Património Líquido dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2022

Unidade: euros

Património Líquido	Municípios (26)		Serviços Municipalizados					SM's / Municípios 2022
	2022	Peso %	2020 (23)	2021 (23)	2022 (24)	Peso %	Var. % 21-22	
Património/ Capital	3 970 547 509	45,8%	330 293 563	331 248 938	343 527 975	34,0%	3,7%	8,7%
Reservas	536 186 296	6,2%	187 942 529	188 676 274	189 082 980	18,7%	0,2%	35,3%
Resultados transitados	1 782 173 963	20,5%	250 716 263	294 811 729	320 747 977	31,8%	8,8%	18,0%
Ajustamentos em ativos financeiros	496 220 822	5,7%	0	0	0	0,0%	–	0,0%
Excedentes de revalorização	18 811 695	0,2%	1 252 674	1 252 674	1 252 674	0,1%	0,0%	6,7%
Outras variações no Património Líquido	1 736 260 203	20,0%	129 824 872	132 543 813	134 149 852	13,3%	1,2%	7,7%
Resultado líquido do período	135 773 711	1,6%	352 856	-3 214 694	1 284 314	0,1%	+140,0%	0,9%
Outros instrumentos de capital próprio	0	0,0%	11 123 109	13 545 760	18 914 353	1,9%	39,6%	–
Total do Património líquido	**8 675 974 199**	**100%**	**911 505 866**	**958 864 493**	**1 008 960 124**	**100%**	**5%**	**11,6%**
Peso sobre o Ativo total	88,6%	–	81,0%	82,0%	82,9%	–	–	–

Quadro 4.36 – Evolução dos Fundos próprios dos Serviços Municipalizados de 2012 a 2019

Fundos próprios	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Fundo patrimonial	238 156 288	244 580 477	261 077 549	271 266 125	278 408 598	280 123 033	281 614 511	284 103 137
Reservas	161 162 885	167 042 585	168 917 250	179 185 660	181 820 604	184 498 553	187 257 799	187 844 036
Doações	7 504 616	8 143 865	8 831 775	8 862 898	8 964 332	8 967 182	9 175 170	9 181 291
Subsídios + cedências + outros	32 274 670	30 485 490	30 485 490	14 431 201	14 431 201	14 431 201	14 431 201	25 295 530
Resultados transitados	120 278 539	134 763 399	129 985 780	135 854 427	158 280 890	172 927 968	177 861 043	184 346 748
Resultados do exercício	28 609 863	10 761 326	16 586 846	34 496 511	25 317 932	22 506 645	11 639 556	22 728 833
Total dos Fundos próprios	**587 986 861**	**595 777 142**	**615 884 690**	**644 096 821**	**667 223 557**	**683 454 583**	**681 979 281**	**713 499 574**

Da análise dos dois Quadros anteriores, relevam-se as seguintes observações, em relação às diferentes componentes dos **Fundos próprios (Património líquido)**:

- No final de 2022, o total do **Património líquido** era igual a 1 008,9 milhões de euros e tinha crescido +5,0% (+50,1 milhões de euros), representando 11,6% do Património Líquido dos 26 municípios tutelares. A componente mais representativa do Património líquido, **Património/Capital,** apresentou o montante total de 343,5 milhões de euros, representou 34,0% do total do **Património líquido** e cresceu + 3,7% em relação a 2021;

- Relativamente a 2022, verifica-se que o **Resultado líquido** do setor dos SM's se apresentou com o valor de 1,3 milhões de euros, aumentando extraordinariamente em relação a 2021, cerca de +4,5 milhões de euros (+140%), sendo que 10 serviços municipalizados, neste ano económico, apresentaram resultado líquido negativo e 15 outros serviços, aumentaram o seu resultado líquido de 2021 para 2022;
- Pelo peso que passou a representar no **Património líquido**, no âmbito do SNC-AP, releva-se o valor de **Outras variações no património líquido**, item que registou, no final de 2022, o valor de 134,1 milhões de euros, isto é 13,3% do total do **Património líquido.** Em 2022 este item cresceu +1,2% (+1,6 milhões de euros);
- Relativamente às **Reservas**, constatou-se que, em 2022, o montante apresentado de 189,1 milhões de euros representou 18,7% do total do **Património líquido,** tendo este item representado, significativamente menos, no grupo dos municípios congéneres, com um peso de 6,2% no Património líquido total. O valor das Reservas na totalidade dos SM´s representou 35,3% do valor homólogo dos 26 municípios tutelares destes serviços;
- Os **Resultados transitados**, em 2022, apresentaram o valor de 320,7 milhões de euros, representando 31,8% do total do **Património líquido** e apresentaram um aumento de +8,8% (+25,9 milhões de euros) em relação ao valor apresentado em 2021. Compreende-se o aumento de Resultados transitados neste último biénio 2021/2022 uma vez que os efeitos dos ajustamentos de transição para o SNC-AP são reconhecidos, por princípio, em Resultados transitados.

4.2.3. Passivo dos Serviços Municipalizados

Com os Quadros 4.37 e 4.38, que, a seguir, se apresentam, pode-se comparar a estrutura do Passivo global dos SM's com a estrutura correspondente dos municípios que os tutelam, bem como avaliar a evolução do Passivo global dos SM's. Será, ainda, possível observar o peso do Passivo dos SM's no Passivo dos municípios que os representam.

Relativamente ao Passivo, importará apreciar as componentes relacionadas com as dívidas a terceiros já que os outros elementos, nomeadamente, os diferimentos, não consubstanciam, nem jurídica nem economicamente, obrigações para os SM's ou para os municípios que os tutelam[163].

[163] Salvo em situação de incumprimento dos programas comunitários ou outros financiamentos a fundo perdido, com exigência de devolução das verbas não aplicadas, ou incorretamente executadas.

Quadro 4.37 – Componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2022

Unidade: euros

	Componentes do Passivo	Municípios (26)		Serviços Municipalizados					SM's / Municípios 2022
		2022	Peso %	2020 (23)	2021 (23)	2022 (24)	Peso %	Var. % 21-22	
Passivo event. exigível	Provisões	181 105 587	16,2%	38 623 581	25 659 620	28 388 395	13,6%	10,6%	15,7%
Passivo exigível	Financiamentos obtidos	319 653 671	28,6%	23 840 517	37 602 464	42 475 788	20,4%	13,0%	13,3%
	Fornecedores de investimentos	4 695 413	0,4%	0	568 750	481 250	0,2%	-15,4%	10,2%
	Responsabil. por benefícios pós-emprego	0	0,0%	0	0	0	0,0%	-	-
	Outras contas a pagar	42 320 048	3,8%	14 078 557	16 089 821	9 104 753	4,4%	-43,4%	21,5%
	Fornecedores	6 427 559	0,6%	1 021 983	945 457	898 589	0,4%	-5,0%	14,0%
Passivo event. não exigível	Diferimentos	167 333 623	15,0%	60 036 233	47 248 806	39 533 018	19,0%	-16,3%	23,6%
	Passivos por impostos diferidos	0	0,0%	0	0	0	0,0%	-	-
	Total do Passivo não corrente	721 535 900	64,6%	137 600 870	128 114 917	120 881 792	58,1%	-5,6%	16,8%
Passivo exigível	Credores p/ transf. e sub. não reemb. conced.	7 363 338	0,7%	578 442	0	906 751	0,4%	-	12,3%
	Fornecedores	58 063 219	5,2%	11 602 471	13 201 512	8 513 478	4,1%	-35,5%	14,7%
	Adiant. Clientes, contribuintes e utentes	2 594 326	0,2%	242 124	271 852	360 654	0,2%	32,7%	13,9%
	Estado e outros entes públicos	9 349 171	0,8%	2 850 734	2 563 241	2 161 576	1,0%	-15,7%	23,1%
	Acionistas/Sócios/Associados	0	0,0%	0	0	0	0,0%	-	-
	Financiamentos obtidos	58 900 290	5,3%	4 589 121	6 360 728	7 802 120	3,8%	22,7%	13,2%
	Fornecedores de investimentos	20 200 859	1,8%	997 394	1 802 370	1 001 585	0,5%	-44,4%	5,0%
	Outras contas a pagar	182 897 191	16,4%	45 134 673	50 595 312	63 565 957	30,6%	25,6%	34,8%
	Passivos financeiros detidos p/ negociação	0	0,0%	0	0	0	0,0%	-	-
	Outros passivos financeiros	0	0,0%	112 785	116 332	149 778	0,1%	28,8%	-
Passivo event. não exigível	Diferimentos	56 548 371	5,1%	9 414 892	7 891 004	2 666 213	1,3%	-66,2%	4,7%
	Total do Passivo corrente	395 916 764	35,4%	75 522 636	82 802 351	87 128 113	41,9%	5,2%	22,0%
	Passivo total	**1 117 452 665**	**100%**	**213 123 506**	**210 917 268**	**208 009 904**	**100%**	**-1%**	**18,6%**
	Total Passivo eventualmente exigível	181 105 587	16,2%	38 623 581	25 659 620	28 388 395	13,6%	10,6%	15,7%
	Total Passivo exigível	712 465 085	63,8%	105 048 801	130 117 838	137 422 279	66,1%	5,6%	19,3%
	Total Passivo eventualmente não exigível	223 881 993	20,0%	69 451 124	55 139 810	42 199 231	20,3%	-23,5%	18,8%

Quadro 4.38 – Evolução do Passivo dos Serviços Municipalizados de 2012 a 2019

Unidade: euros

Passivo	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Var. % 12-19
Dívidas a médio e longo p.	39 981 536	34 752 934	30 935 963	29 884 676	28 621 778	25 018 746	23 092 470	26 018 002	-34,9%
Dívidas a curto prazo	55 459 581	50 509 255	43 869 432	43 601 673	44 694 836	46 121 587	49 283 409	44 730 331	-19,3%
Acréscimos de custos	17 879 910	25 096 843	24 173 775	24 745 475	26 299 650	26 127 719	29 346 397	30 054 548	68,1%
Total dívidas a terceiros	113 321 027	110 359 032	98 979 169	98 231 824	99 616 264	97 268 052	101 722 276	100 802 881	-11,0%
Provisões p/riscos e encargos	9 698 754	8 061 185	12 880 793	11 757 852	10 842 010	12 417 713	17 399 434	19 030 100	96,2%
Proveitos diferidos	253 609 140	238 106 339	240 502 953	244 671 540	243 246 527	234 276 842	224 898 245	209 336 359	-17,5%
Total do Passivo	**376 628 921**	**356 526 556**	**352 362 916**	**354 661 217**	**353 704 800**	**343 962 607**	**344 019 955**	**329 169 341**	**-12,6%**

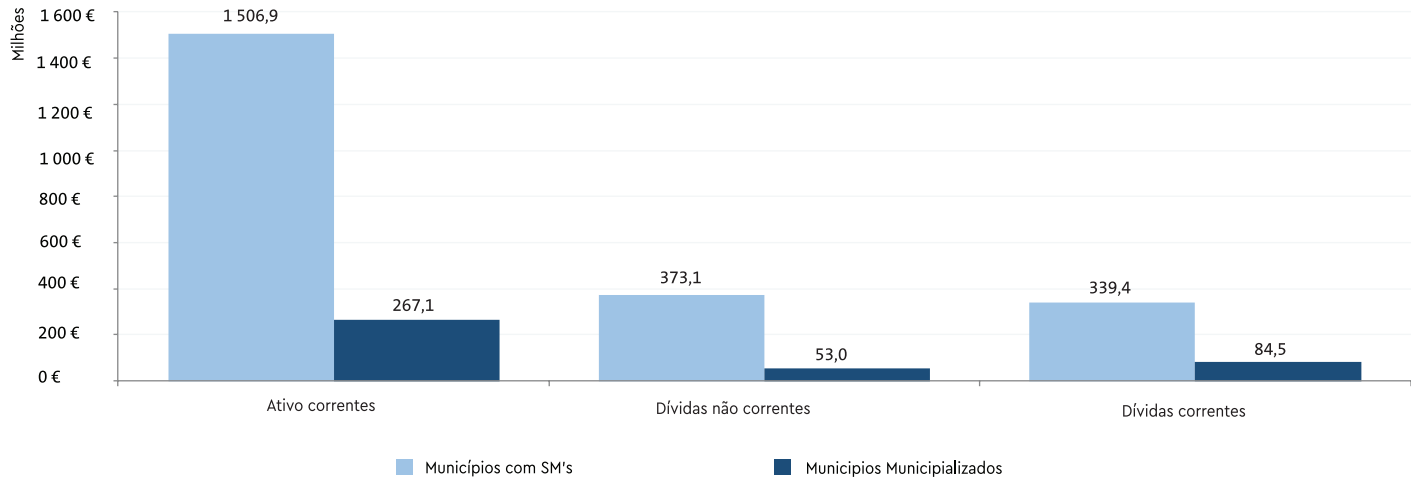
A leitura dos Quadros anteriores permitirá concluir que:

- Em 2022, o total do **Passivo não corrente** dos SM's foi de 120,9 milhões de euros e representou 58,1% do Passivo total, enquanto o **Passivo corrente**, no valor de 87,1 milhões de euros, representou 41,9% do total do Passivo;
- O **Passivo não Corrente dos SM's em 2022, baixou -5,6**% (-7,2 milhões de euros) e representa na sua totalidade 16,8% do passivo não corrente dos 26 municípios que tutelam os serviços. Quanto ao **Passivo Corrente dos SM's, em 2022, cresceu +5,2%** (+4,3 milhões de euros) e representa 22% do total do passivo corrente do conjunto dos municípios a que estão subordinados.
- O **Passivo total**, no valor de 208,0 milhões de euros, apresentou, em dezembro de 2022, um decréscimo de -1% (-2,9 milhões de euros), representando 18,6% do valor homólogo dos municípios a que estão subordinados;
- **Entre 2012 e 2022 o Passivo Total dos SM´s baixou -45%, isto é, -168,6 milhões de euros**. No entanto, entre 2020 e 2022, baixou apenas -2% (-5,1 milhões de euros);
- Mais se verificou que, em 2022, o total do **Passivo exigível** dos SM's foi de 137,4 milhões de euros, representou 66,1% do Passivo total e cresceu, + 5,6% (+7,3 milhões de euros) em relação a 2021. **No entanto entre 2020 e 2022, o Passivo exigível dos SM´s cresceu +31% (+32,4 milhões de euros);**
- Os **diferimentos não correntes e correntes** dos SM's, respetivamente, no valor de 39,5 milhões de euros e 2,7 milhões de euros, em conjunto representaram 20,3% do Passivo total. De notar que, apesar de inseridos no Passivo, os diferimentos e os acréscimos de custo (incluídos, com a entrada em vigor do SNC-AP, em outras contas a pagar), não são passivos, por definição;
- Ao analisar a **evolução da dívida a terceiros** no conjunto dos SM's, entre 2012 e 2019, releva-se a sua descida, verificada neste espaço de tempo em -47,5 milhões de euros (-12,6%), passando de 376,6 milhões de euros em 2012 para 329,2 milhões de euros em 2019;
- Observando a estrutura da dívida a terceiros dos SM's no ano de 2022, verificou-se que o total dos **Financiamentos obtidos** representaram 24,2% do total das dívidas, ao totalizar 50,3 milhões de euros, tendo crescido em relação ao ano transato +14,4% (+6,3milhões de euros). Relativamente aos respetivos municípios de tutela, o valor dos financiamentos obtidos representou 34% do total do passivo;
- Ainda relativamente à estrutura do Passivo dos SM´s em 2022, anota-se que **Outras Contas a Pagar correntes**, no total de 63,6 milhões de euros, representou 73,0% do Passivo Corrente e, 30,6% do Passivo Total. Mais se verificou que cresceu em relação ao ano transato, +25,6% (+12,9 milhões de euros);

- As **Provisões**, no valor de 28,4 milhões de euros, representaram em 2022, cerca de 23,5% do passivo não corrente e 13,6% do passivo total, tendo crescido em relação a 2021 +10,6% (+2,7 milhões de euros). Em relação à rubrica homologa dos municípios de tutela, representaram apenas 15,7% do mesmo.

O Gráfico 4.06 permite comparar a dívida e o Ativo circulante (corrente) dos SM's com os itens homólogos dos municípios que os tutelam.

Gráfico 4.06 – Comparação da dívida e do ativo circulante entre Serviços Municipalizados e municípios que os tutelam



O Quadro 4.39 permite avaliar a evolução do **Passivo exigível** de cada serviço municipalizado (SM) no período compreendido entre 2012 e 2022.

Quadro 4.39 – Passivo exigível dos Serviços Municipalizados

Unidade: euro

	Serviços Municipalizados	Passivo exigível											Var. % 21-22
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1	Teatro Municipal de Faro – SM		5 285	30 165	77 271	155 516	117 195	186 790	222 302	63 375	96 856	77 255	-20,2%
2	SMAS de Peniche	471 824	452 473	581 982	397 411	558 279	525 721	609 505	560 966	762 499	591 601	755 318	27,7%
3	SMAT de Portalegre	991 876	1 151 322	1 106 627	850 692	1 019 582	789 195	893 482	914 036	957 672	1 235 049	1 058 703	-14,3%
4	SMAS do Montijo	1 973 414	2 225 407	1 781 766	1 659 355	1 226 524	907 426	824 120	1 029 893	1 367 377	1 338 443	1 280 069	-4,4%
5	SMAS de Ponta Delgada	620 877	709 146	953 021	1 109 228	987 578	979 323	1 016 865	939 373	1 090 028	1 260 419	1 309 765	3,9%
6	SMAS de Caldas da Rainha	624 880	545 427	755 344	684 864	682 286	657 473	670 960	969 030	1 024 882	1 847 827	1 347 741	-27,1%
7	SMAS – Alcobaça	10 295 986	8 691 740	3 273 477	1 794 607	5 710 526	4 404 208	3 845 722	3 055 654	2 460 549	1 337 950	1 352 810	1,1%
8	SM de Setúbal	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1 848 237	--
9	SM de Castelo Branco	1 732 332	1 805 144	2 057 843	2 080 942	1 704 461	1 554 568	1 484 766	1 594 349	1 588 936	1 699 705	1 989 813	17,1%
10	SMA de Abrantes	706 703	778 228	722 683	750 346	730 507	1 816 834	2 268 893	2 103 105	2 253 999	2 271 245	2 223 310	-2,1%
11	SMAS Torres Vedras	4 662 398	4 230 959	4 254 127	3 543 799	1 851 369	1 730 725	1 892 317	1 805 271	2 166 703	2 352 865	2 270 856	-3,5%
12	SMAS de Vila Franca Xira	949 256	1 176 604	1 464 830	2 970 709	2 052 694	2 369 237	1 992 780	2 096 089	3 102 856	3 322 481	2 345 386	-29,4%
13	SM de Viana Castelo	2 103 800	1 791 213	1 607 887	1 996 226	1 775 250	2 089 144	2 232 623	1 959 690	1 405 769	1 580 755	2 546 422	61,1%
14	SM de Nazaré	621 250	713 712	690 385	606 774	551 683	1 201 681	871 039	800 360	2 825 359	3 215 426	2 620 309	-18,5%
15	SMAS de Leiria	10 054 003	8 855 826	6 784 999	5 886 197	4 645 349	2 115 823	3 199 913	2 855 216	2 984 268	3 339 332	3 407 297	2,0%
16	SMTUC – Transp. Urb.de Coimbra	3 997 339	3 995 024	1 989 083	1 881 683	1 604 752	1 558 783	1 731 547	1 797 870	2 089 656	5 001 449	4 800 765	-4,0%
17	SMAS de Viseu	4 839 298	4 199 216	4 376 963	5 167 630	5 835 690	6 675 947	6 138 043	5 536 471	5 765 957	6 658 122	6 711 543	0,8%
18	SMAS de Sintra	9 318 968	6 263 384	7 046 469	5 968 435	6 120 915	5 907 570	5 840 594	6 257 700	6 231 324	7 093 183	7 285 831	2,7%
19	SMAS da Maia	22 198 697	22 417 129	22 241 869	21 898 849	21 419 555	21 014 962	20 419 134	13 737 073	5 451 515	10 561 109	8 382 919	-20,6%
20	SMAS de Almada	8 722 259	8 558 370	8 649 559	10 495 247	10 112 859	11 599 612	10 823 852	7 072 124	7 926 158	8 925 274	10 558 562	18,3%
21	SMTC – Transp. Colect.o Barreiro	5 494 843	5 178 689	4 913 257	4 762 549	4 842 850	4 983 032	3 689 682	17 130 382	4 678 419	13 421 135	13 214 145	-1,5%
22	SIMAS de Oeiras e Amadora	11 458 448	13 459 033	13 602 923	14 247 314	15 724 424	13 592 198	20 651 034	18 199 218	13 755 922	14 236 125	16 732 300	17,5%
23	SIMAR de Loures e Odivelas	11 482 577	13 155 703	10 093 911	9 401 694	10 303 616	10 677 395	10 438 615	10 166 712	11 671 740	15 171 046	20 875 515	37,6%
24	SMAS de Mafra	--	--	--	--	--	--	--	--	23 423 838	23 560 443	22 427 407	-4,8%

- Com valores mais relevantes de Passivo exigível, em 2022, apontam-se o SMAS de Mafra (22,4 milhões de euros), o SIMAR de Loures e Odivelas (20,9 milhões de euros), o SIMAS de Oeiras e Amadora (16,7 milhões de euros), SMTC (Transportes Coletivos) do Barreiro (13,2 milhões de euros) e SMAS de Almada (10,6 milhões de euros). Faz-se notar que a soma da dívida destes cinco SM's representou 61,0% da dívida exigível do total dos SM's;
- Anota-se o extraordinário crescimento do Passivo Exigível dos seguintes serviços: SM de Viana do Castelo em +61,1%, do SIMAR de Loures e Odivelas em +37,6% e do SMAS de Peniche em +27,7%;
- Será de referir que, em 2022, doze dos 24 SM's apresentaram descida de Passivo exigível, sendo de relevar a descida percentual de: SMAS de Vila Franca de Xira (-29,4%), SMAS de Caldas da Rainha (-27,1%), SMAS da Maia (-20,6%) e Teatro Municipal de Faro-SM (-20,2%);

4.2.3. Rendimentos, Gastos e Resultados dos Serviços Municipalizados

Analisadas as componentes dos balanços dos municípios numa perspetiva global, apresenta-se neste ponto um conjunto de informações relativas ao resultado económico e às componentes das quais derivam gastos e rendimentos. A análise é dirigida essencialmente para o ano de 2022, com comparação aos últimos três anos e, sempre que possível, comparar, também, a situação no período entre 2012 e 2019.

Quadro 4.40 – Gastos, rendimentos e resultados dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2022

Unidade: euros

	Demonstração de Resultados	Municípios (26)	Serviços Municipalizados			Var. % 21–22	SM's/ Municípios 2022
		2022	2020 (23)	2021 (23)	2022 (24)		
Rendimentos	Impostos, contribuições e taxas	1 097 456 541	6 379 263	7 721 541	7 832 683	1,4%	0,7%
Rendimentos	Vendas	7 937 091	127 951 849	130 649 757	136 642 089	4,6%	1721,6%
Rendimentos	Prestações de serviços e concessões	141 818 435	263 253 017	271 044 534	285 207 726	5,2%	201,1%
Rendimentos	Transferências e subsídios correntes obtidos	706 825 704	13 580 725	14 868 827	17 240 092	15,9%	2,4%
Gastos ou Rend.	Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas associadas e empreend. conjuntos	3 018 493	0	0	0	–	0,0%
Gastos ou Rend.	Variações nos inventários da produção	24 975	18 596	31 859	2 686	–91,6%	10,8%
Rendimentos	Trabalhos para a própria entidade	1 627 727	2 158 441	2 258 187	2 420 241	7,2%	148,7%
Gastos	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	–19 474 377	–83 689 390	–83 518 678	–84 521 238	1,2%	434,0%
Gastos	Fornecimentos e serviços externos	–602 820 539	–142 459 708	–148 881 585	–162 876 466	9,4%	27,0%
Gastos	Gastos com pessoal	–693 947 044	–115 845 131	–122 595 348	–127 008 364	3,6%	18,3%
Gastos	Transferências e subsídios concedidos	–331 941 830	–828 273	–828 761	–873 873	5,4%	0,3%
Gastos	Prestações sociais	–3 868 868	0	0	0	–	0,0%
Gastos ou Rend.	Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	8 777	38 451	–178 005	–211 317	18,7%	–2407,6%
Gastos ou Rend.	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	–1 345 698	–2 017 613	13 506	–2 094 505	–15607,6%	155,6%
Gastos ou Rend.	Provisões (aumentos/reduções)	–5 946 664	–2 013 710	–3 843 126	–1 698 347	–55,8%	28,6%
Gastos ou Rend.	Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	–744	0	0	0	–	0,0%
Gastos ou Rend.	Aumentos/reduções de justo valor	0	0	0	0	–	–
Rendimentos	Outros rendimentos	166 893 270	21 405 203	20 566 083	21 975 955	6,9%	13,2%
Gastos	Outros gastos	–45 428 858	–23 223 509	–20 844 397	–20 679 019	–0,8%	45,5%
EBITDA	Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	420 836 391	64 708 210	66 464 394	71 358 344	7,4%	17,0%
Gastos	Gastos/reversões de depreciação e amortização	–278 747 724	–64 159 480	–69 266 602	–69 885 366	0,9%	25,1%
Gastos ou Rend.	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	–2 267 381	–40 000	0	0	–	0,0%
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	139 821 285	508 730	–2 802 208	1 472 978	–152,6%	1,1%
Rendimentos	Juros e rendimentos similares obtidos	2 543 587	365 176	269 573	312 451	15,9%	12,3%
Gastos	Juros e gastos similares suportados	–6 591 161	–521 050	–682 060	–501 115	–26,5%	7,6%
	Resultado antes de impostos	135 773 711	352 856	–3 214 694	1 284 314	–140,0%	0,9%
	Imposto sobre o rendimento	0	0	0	0	–	–
	Resultado líquido do período	**135 773 711**	**352 856**	**–3 214 694**	**1 284 314**	–140,0%	0,9%
	Total Gastos	–1 992 380 889	–434 797 863	–450 638 561	–470 349 609	4,4%	23,6%
	Total Rendimentos	2 128 154 600	435 150 720	447 423 867	471 633 923	5,4%	22,2%

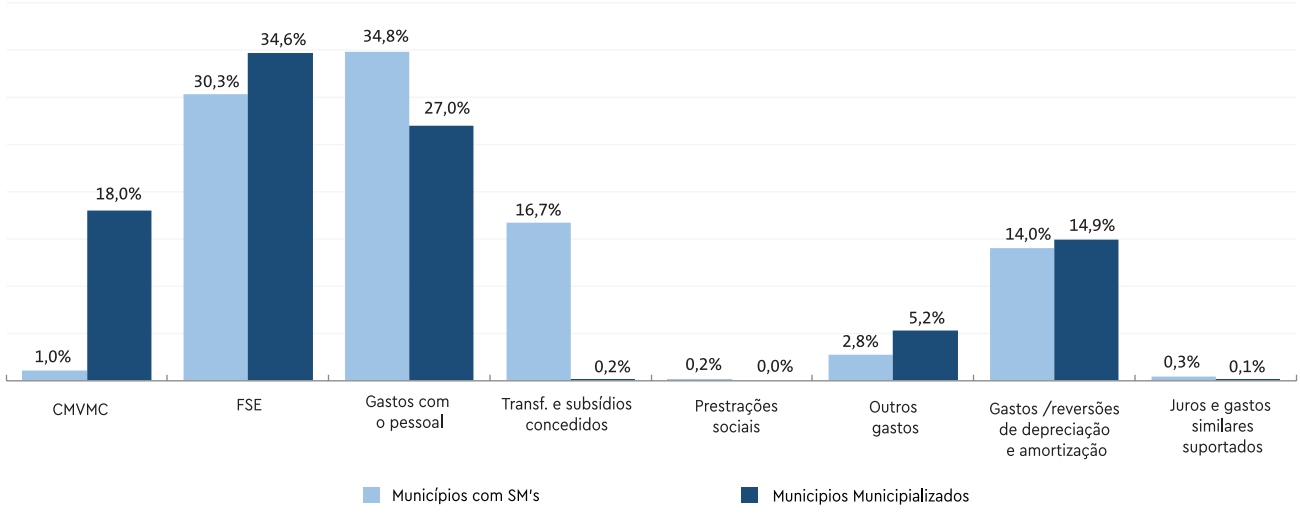
Com a entrada em vigor do SNC-AP, algumas linhas na Demonstração dos Resultados são apresentadas em termos líquidos, agregando gastos e rendimentos da mesma categoria. Tal é o caso das imparidades de inventários e de dívidas a receber, e variações de justo valor, entre outros, assinalados como gastos ou rendimentos. Quando o valor compensado é positivo, é um rendimento; quando é negativo, é um gasto. O resultado líquido do período é apurado deduzindo os fluxos negativos (gastos), a partir dos fluxos positivos (rendimentos). É, ainda, evidenciado o resultado operacional (antes de gastos líquidos de financiamento), e o resultado operacional antes das depreciações, amortizações e imparidades de investimentos.

De notar ainda que, com a introdução do SNC-AP deixaram de existir rúbricas de carácter extraordinário, tendo os custos e proveitos extraordinários sido reclassificados como outros gastos/rendimentos operacionais.

4.2.3.1. Gastos dos Serviços Municipalizados

O Quadro 4.40 e o Gráfico 4.07 apresentam a estrutura e evolução nos últimos três anos, dos gastos dos SM's, comparando-a com a estrutura dos gastos homólogos dos municípios que os tutelam.

Gráfico 4.07 – Estrutura dos Gastos dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2022



Da leitura do Quadro 4.40 e do Gráfico 4.07, conclui-se:

- O **Total dos Gastos dos SM's**, em 2022, foi de 470,3 milhões de euros e aumentaram em relação ao ano transato +4,4% (+19,7 milhões de euros). Mais se constata que o total de gastos dos serviços municipalizados representam 23,6% do total dos gastos dos 26 municípios que os tutelam;
- A maior componente de gastos dos SM's, em 2022, foi **Fornecimentos e serviços externos**, com o peso de 34,6% nos gastos totais, tendo apresentado um diferencial em relação ao peso de **Gastos com pessoal** (estes, representando 27% na estrutura de gastos) de +7,6 pp. Trata-se de uma situação inversa à verificada na estrutura de gastos dos municípios que tutelam os SM's, onde o peso de **Gastos com pessoal** foi superior ao peso de **Fornecimentos e serviços externos** em +4,6pp.;
- Os valores apresentados em **Fornecimentos e serviços externos** e **Gastos com pessoal** pelo global dos SM´s, em 2022, foram respetivamente de 162,9 milhões de euros e de 127,0 milhões de euros. Mais se verifica que Fornecimento e serviços externos, em 2022, cresceu +9,4% (+13,9 milhões de euros) e os Custos co pessoal, cresceram +3,6% (+4,4 milhões de euros). neste mesmo ano;
- Outro item relevante na estrutura dos gastos dos SM's foi **Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas**, o qual representou 18,0% dos gastos totais, ao apresentar, em 2022, o valor de 84,5 milhões de euros, +1,2% (+1 milhão de euros) que o valor apresentado em 2021. Mais se anota que este custo é 434% maior que o custo homologo do conjunto dos municípios que tutelam os serviços;
- Outro gasto representativo na estrutura dos gastos dos SM´s é, **Outros Gastos,** que em 2022 totalizou 20,7 milhões de euros, embora tenha baixado ligeiramente o seu valor (-0,8%) em relação ao ano anterior. Este montante, representou 45,5% do valor inscrito na mesma rubrica no global dos municípios que tutelam os serviços;
- Faz-se notar o peso elevado de **gastos/reversões de depreciação e amortização,** representando 14,9% dos gastos totais dos SM's. Apresentou em 2022 o valor de 69,9 milhões de euros com um acréscimo de +0,9% (+618,7 milhares de euros) em relação ao ano transato.

Para complemento da informação prestada, apresenta-se, no Quadro 4.41, a evolução dos valores das diferentes componentes dos gastos comparáveis dos serviços municipalizados entre 2012 e 2019, face ao diferente registo contabilístico efetuado a partir do SNC-AP. Todavia sempre que possível estabelece-se conexão com o Quadro 4.40

Quadro 4.41 – Evolução dos Gastos dos Serviços Municipalizados de 2012 a 2019

Unidade: euros

Gastos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Peso 2019
CMVMC	69 772 978	67 607 026	64 594 976	61 564 313	66 198 741	71 957 420	71 536 261	76 661 289	18,7%
Fornecimentos e serviços externos	106 878 145	111 307 540	118 816 194	122 311 743	131 958 632	135 360 728	138 616 835	138 929 610	33,9%
Custos com pessoal	90 715 025	97 338 815	96 910 549	97 376 618	98 575 039	102 383 347	106 152 240	111 894 465	27,3%
Transferências. e subsídios concedidos	3 978 167	3 972 741	4 077 590	4 497 383	4 953 925	3 761 101	725 254	742 522	0,2%
Amortizações / Depreciações	55 521 244	56 356 849	54 341 383	53 057 941	55 119 636	55 658 936	55 080 052	57 161 237	13,9%
Provisões	10 021 452	6 122 975	9 370 403	4 349 798	6 005 528	5 731 532	8 222 038	3 970 742	1,0%
Outros custos operacionais	3 535 376	5 457 632	4 899 984	4 775 674	5 515 310	5 457 118	8 126 234	9 510 577	2,3%
Custos extraordinários[164]	13 415 962	10 879 980	8 729 038	16 141 501	9 530 870	9 650 090	9 870 594	10 390 226	2,5%
Subtotal custos operacionais	353 838 348	359 043 559	361 740 116	364 074 970	377 857 681	389 960 272	398 329 509	409 260 668	99,9%
Custos financeiros	837 561	1 039 894	1 213 792	449 943	335 867	372 496	351 908	497 921	0,1%
Total de custos	**354 675 909**	**360 083 453**	**362 953 908**	**364 524 914**	**378 193 548**	**390 332 767**	**398 681 416**	**409 758 589**	**100%**

Comparando os quadros anteriores poderemos concluir sobre a **evolução dos custos dos SM´s entre 2012 e 2020**:

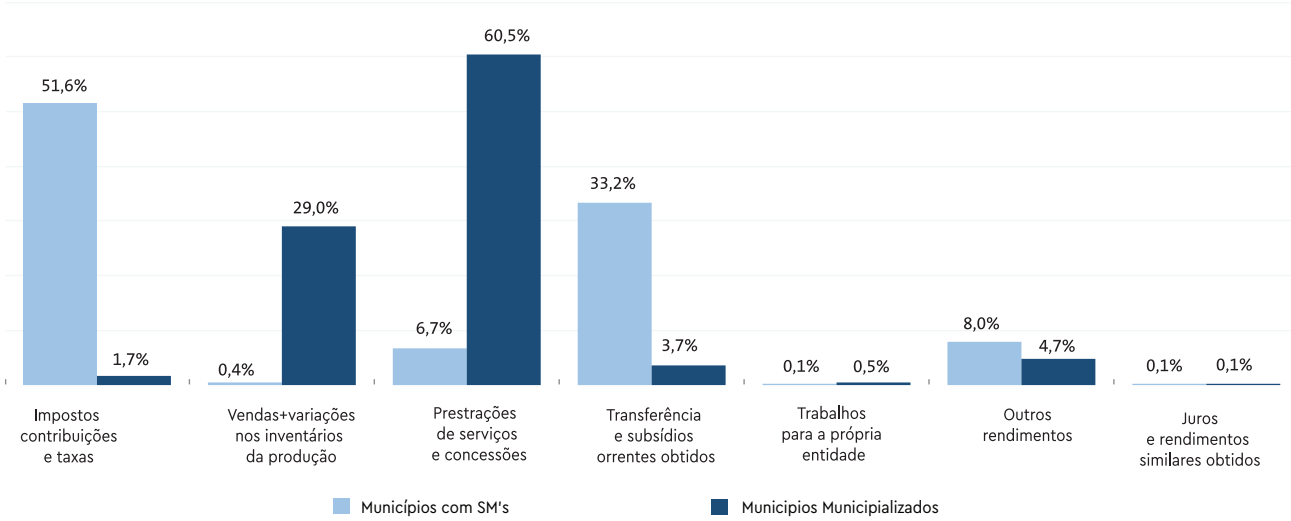
- O **total dos custos** dos SM's cresceram cerca de +33% (+115,7 milhões de euros);
- Os **Custos com Pessoal** aumentaram +36,3 milhões de euros (+40%);
- Os **Fornecimentos e serviços externos**, cresceram +52% (+60 milhões de euros);
- **Gastos/reversões de depreciação e amortização**, cresceram +26% (+14,4 milhões de euros)

4.2.3.2. Rendimentos dos Serviços Municipalizados

O Gráfico 4.08 apresenta a estrutura dos rendimentos dos SM's, permitindo a sua comparação com os rendimentos homólogos dos municípios que os enquadram. A leitura cruzada deste Gráfico com o Quadro 4.40 permite a comparação da estrutura dos rendimentos dos SM's com a estrutura dos rendimentos do respetivo universo de municípios.

[164] Considerando a reclassificação das rúbricas de carácter extraordinário como rubricas de carácter operacional do SNC-AP, procedeu-se à consideração dos custos extraordinários como custos operacionais, para uma melhor comparabilidade com os valores entre 2020 e 2022.

Gráfico 4.08 – Estrutura dos Rendimentos dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2022



- Relativamente à estrutura dos rendimentos, verifica-se uma grande diferenciação quanto à origem dos mesmos nos municípios e nos SM's. Assim, as principais fontes financeiras dos SM's são as **Prestações de serviços**, e as **Vendas**, respetivamente, com os pesos de 60,5% e de 29,0% no total dos rendimentos. Os municípios, ao transferirem para os SM's as atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis[165], prescindiram dos respetivos rendimentos, o que se refletiu na estrutura dos mesmos, representando o valor dos correspondentes itens contabilísticos um peso muito menor nos rendimentos totais – respetivamente, 6,7% e 0,4%;
- Face ao exposto, e decorrente da delegação de competências dos municípios nos SM's, tanto o volume das **vendas** como o produto da **prestação de serviços** do conjunto dos SM's, não são comparáveis com os montantes de rendimentos homólogos do grupo dos municípios que tutelam os SM's, face ao elevado diferencial de valores. Faz-se notar a desproporção verificada quando se comparam os valores destes rendimentos com os rendimentos homólogos obtidos pelos municípios de tutela, registando-se as razões, respetivamente, de 1 721,6% e 201,1%;
- O **Total de Rendimentos dos SM´s**, em 2022 foi de 471,6 milhões de euros tendo apresentado uma taxa de crescimento de +5.4% (+24,2 milhões de euros) em relação ao ano transato. Este valor representou 22,2%, do total de rendimentos auferidos neste mesmo ano pelo conjunto dos municípios de tutela;
- **Outros Rendimentos**, com rubrica residual, tem sido uma rubrica com alguma representatividade, pesando 4,7% no total dos rendimentos. Apresentou em 2022 um acréscimo de +6,9% (+1,4 milhão de euros) ao contabilizar 21,9 milhões de euros. Contudo, relacionando esta rubrica com a homóloga dos municípios, verifica.se que representa apenas 13,2% do total da mesma.

[165] Cujo preço de venda deverá, sempre, refletir o custo de todas as componentes de produção. Caso o preço de venda ao público seja inferior ao custo, por deliberação da Assembleia Municipal, aplicando-se preços sociais, os SM's beneficiarão das correspondentes indemnizações compensatórias.

Quadro 4.42 – Evolução dos Rendimentos dos Serviços Municipalizados de 2012 a 2019

Unidade: euros

Rendimentos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Peso 2019
Vendas e variação da produção	134 299 421	128 697 625	125 732 921	131 935 464	129 610 530	134 169 662	131 420 364	133 617 023	30,9%
Prestação de serviços	201 706 476	194 538 238	205 623 900	222 740 589	234 516 485	236 825 725	236 695 716	250 728 002	58,0%
Anulações, reembolsos e restituições	-510 689	-76 402	-102 331	-431 710	-330 281	-118 192	-102 282	-181 046	0,0%
Impostos e taxas	6 024 357	8 420 560	8 960 073	4 516 974	2 561 923	2 675 606	3 160 568	5 309 868	1,2%
Transferências e subsídios obtidos	5 910 223	7 021 492	7 565 725	7 692 814	6 832 568	7 310 862	7 677 040	8 380 355	1,9%
Trabalhos para a própria entidade	3 110 996	3 147 270	2 654 876	3 124 538	2 969 449	2 530 305	2 432 043	2 665 685	0,6%
Proveitos suplementares	3 632 615	1 778 390	2 623 333	2 327 900	2 384 420	2 387 636	3 079 565	2 917 219	0,7%
Outros proveitos operacionais	1 964 722	2 128 211	2 400 414	2 083 093	2 702 718	2 908 909	2 815 193	7 506 977	1,7%
Proveitos extraordinários[166]	22 881 317	21 955 960	20 762 205	25 761 611	20 682 298	22 846 600	22 044 728	20 738 818	4,8%
Subtotal proveitos operacionais	379 019 439	367 611 346	376 221 115	399 751 274	401 930 110	411 537 113	409 222 936	431 682 901	99,8%
Proveitos financeiros	4 266 333	3 233 433	3 319 639	2 439 021	1 581 370	1 302 299	1 098 037	804 521	0,2%
Total de proveitos	**383 285 772**	**370 844 778**	**379 540 755**	**402 190 295**	**403 511 480**	**412 839 413**	**410 320 973**	**432 487 422**	**100%**

Para complemento da informação prestada, no Quadro 4.40 apresenta-se a evolução dos valores das diferentes componentes dos rendimentos comparáveis dos serviços municipalizados entre 2012 e 2019. Da análise deste quadro e do gráfico 4.08, faz-se notar que:

- O **Total dos rendimentos** auferidos pelos SM´s entre 2012 e 2022 cresceram +23,1% (+88,3 milhões de euros);
- Entre 2012 e 2022, verificou-se uma significativa subida do peso das **prestações de serviços** nos rendimentos totais, em +7,9 pp e, a variação do peso das **vendas** no sentido oposto em -0,6 pp;

4.2.3.3. Resultados económicos dos Serviços Municipalizados

No Quadro 4.43, apresentam-se os resultados económicos de 2022 dos SM's e a sua comparação com os resultados dos municípios em geral e com os do grupo dos municípios que tutelam os SM's. No Quadro 4.44, apresenta-se a evolução dos resultados económicos da globalidade dos serviços municipalizados entre 2012 e 2022.

[166] Considerando a reclassificação das rúbricas de carácter extraordinário como rubricas de carácter operacional do SNC-AP, procedeu-se à consideração dos proveitos extraordinários como proveitos operacionais, para uma melhor comparabilidade com os valores entre 2020 e 2022.

Quadro 4.43 – Informação sobre estrutura económica – 2022

Unidade: euros

Indicadores	Municípios	Municípios com SM's	Serviços Municipalizados
N.º de entidades analisadas	308	26	24
População (INE 2022)	10 467 366	2 834 068	2 834 068
Gastos com pessoal/Gastos totais	34,1%	34,8%	27,0%
Resultados económicos	584 952 003	135 773 711	1 284 314
Resultados económicos por habitante	55,88	47,91	0,45
N.º de entidades com resultados negativos	148	6	10

Da comparação da estrutura económica e dos respetivos resultados entre os SM's e os municípios, o que se oferece aditar ao já supramencionado, será:

- Nos SM's, o peso dos gastos com pessoal nos gastos totais foi inferior ao verificado no universo dos municípios (-7,1pp) e ao verificado no conjunto dos municípios que os tutelam (-7,8pp);
- A população servida pelos serviços municipalizados representa 27,1% do total da população residente no universo dos municípios.
- **O índice que traduz os resultados económicos por habitante** foi bastante inferior, no contexto dos SM's (0,45€), ao dos índices homólogos obtidos no conjunto dos municípios de tutela (47,9€) e no universo global dos municípios (55,9€). Todavia os valores cresceram extraordinariamente em 2022. No que se refere aos serviços municipalizados passaram de um índice negativo de -1,2€ em 2021 para o valor positivo supramencionado.
- Apesar de dez SM´s terem obtido resultados negativos, na globalidade **os resultados económicos dos SM´s aparecem com sinal positivo** e no total de +1,3 milhões de euros, **tendo em relação ao ano transato aumentado cerca de +4,5 milhões de euros**

Quadro 4.44 – Evolução da situação económica dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

Indicadores	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Var. 21-22
N.º de entidades analisadas	21	22	22	22	22	22	22	22	23	23	24	1
População (INE)	2 593 595	2 586 900	2 581 898	2 584 817	2 588 925	2 594 888	2 601 002	2 615 106	2 679 066	2 677 907	2 834 068	156 161
Gastos com pessoal/Gastos totais	25,6%	27,0%	26,7%	26,7%	26,1%	26,2%	26,6%	27,3%	26,6%	27,2%	27,0%	-0,2%
Resultados económicos	28 609 863	10 761 326	16 586 846	37 665 381	25 317 932	22 506 645	11 639 556	22 728 833	352 856	-3 214 694	1 284 314	4 499 008
Resultados económicos p/ habitante	11,03	4,16	6,42	14,57	9,78€	8,67	4,48	8,69	0,13	-1,20	0,45	2
N.º de entidades c/ resultados negativos	3	8	10	0	3	4	4	2	10	13	10	-3

Os Quadros 4.45 e 4.46 apresentam os SM's, respetivamente, com resultados económicos positivos e negativos.

Quadro 4.45 – Serviços Municipalizados com Resultados económicos positivos – 2022

Unidade: euros

	Serviços Municipalizados	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Var. % 21-22
1	SMAS de Leiria	-1 412 836	-2 559 327	-170 005	2 626 873	4 195 399	4 625 046	2 750 000	3 254 724	2 948 401	1 552 506	2 911 076	87,5%
2	SMAS de Sintra	2 268 515	804 069	-214 957	1 315 273	-402 587	1 385 398	829 924	1 131 218	-1 890 360	-1 322 105	1 558 155	-217,9%
3	SMAS de Vila Franca Xira	2 724 828	1 527 632	1 793 264	2 163 540	767 647	317 464	587 177	1 154 856	941 759	1 080 147	1 446 141	33,9%
4	SMTUC – Transp. Urb. Coimbra	-87 648	189 638	-24 573	396 232	-164 048	187 729	231 311	2 643 352	-299 948	-54 898	1 333 826	-2529,7%
5	SMAS da Maia	1 585 798	616 081	276 236	831 421	1 012 871	1 887 912	1 356 209	1 295 986	801 545	1 339 115	1 051 946	-21,4%
6	SMAS de Ponta Delgada	1 176 921	1 057 706	1 433 834	1 755 895	2 218 560	2 809 732	2 750 759	2 545 247	1 165 943	1 774 629	989 034	-44,3%
7	SM de Nazaré	528 634	127 388	150 726	240 558	79 903	118 607	192	819 320	-1 139 734	-806 940	812 806	-200,7%
8	SMAS de Viseu	1 149 392	1 227 121	1 096 681	1 989 753	1 003 843	95 710	459 845	1 910 079	34 115	-959 638	796 402	-183,0%
9	SMAS de Mafra	–	–	–	–	–	–	–	–	950 680	982 932	464 078	-52,8%
10	SMAS Torres Vedras	1 034 206	-402 264	-780 789	4 576 143	1 368 728	1 268 625	299 391	135 823	170 532	-616 171	375 158	-160,9%
11	SMAT de Portalegre	22 162	-132 816	-91 635	174 193	105 794	738 338	142 944	248 435	-207 818	-304 706	299 003	-198,1%
12	SM de Setúbal	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	121 139	–
13	Teatro Municipal de Faro – SM	–	194 715	-93 070	77 557	-126 998	-132 698	45 957	16 512	201 794	-20 984	59 744	-384,7%
14	SMAS – Alcobaça	617 371	-1 279 119	-968 435	272 753	434 116	258 698	220 521	311 508	-109 822	633 001	24 102	-96,2%

Quadro 4.46 – Serviços Municipalizados com Resultados económicos negativos – 2022

Unidade: euros

	Serviços Municipalizados	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Var. % 21-22
1	SIMAR de Loures e Odivelas	3 549 157	597 424	660 311	1 832 517	1 122 819	181 971	-437 245	-308 475	-2 422 651	-5 368 593	-3 223 202	-40,0%
2	SIMAS de Oeiras e Amadora	9 831 645	7 933 249	10 736 758	14 672 922	9 719 478	8 040 679	3 682 093	4 852 820	1 315 322	1 399 258	-1 523 597	-208,9%
3	SMAS de Almada	1 858 054	-1 152 202	1 144 922	1 682 631	415 110	-3 189 808	-3 429 488	446 187	482 441	3 080 036	-1 521 653	-149,4%
4	SMAS de Caldas da Rainha	161 978	-504 056	-472 954	224 866	467 064	798 349	492 203	26 563	37 197	-1 588 627	-1 169 096	-26,4%
5	SM de Viana Castelo	1 093 531	781 669	400 717	195 544	1 544 215	1 775 944	1 346 761	1 213 884	-1 506 704	-2 351 780	-916 623	-61,0%
6	SM de Castelo Branco	1 845 844	1 937 869	1 682 310	1 217 218	618 761	460 620	-538 136	-310 947	-487 834	-994 141	-798 304	-19,7%
7	SMA de Abrantes	374 349	55 576	69 516	42 619	33 176	-157 837	-243 183	7 673	63 899	5 533	-767 524	-13972,7%
8	SMTC – Transp. Colect. Barreiro	440 627	293 981	-26 448	451 339	30 623	-205 600	670 729	405 157	-698 237	-579 394	-499 653	-13,8%
9	SMAS de Peniche	96 672	-296 591	185 084	871 766	757 002	696 183	132 742	461 315	-147 935	468 419	-430 430	-191,9%
10	SMAS do Montijo	-249 338	-256 417	-200 646	53 768	116 454	545 585	288 849	467 595	150 270	-562 292	-108 214	-80,8%

CAPÍTULO 5:
Ranking global

5.1. Enquadramento e Metodologia

Nos capítulos anteriores foram apresentados Rankings que ordenam os municípios em diferentes aspetos financeiros, orçamentais, económicos e patrimoniais. Tal como aconteceu em anteriores anuários, é apresentado um Ranking global que posiciona os municípios em função de variáveis e rácios financeiros que se entenderam mais apropriados para caracterizar comparativamente a sua gestão financeira. Com a comparação dos rácios e variáveis que se apresentam neste capítulo, pretende-se hierarquizar os municípios atendendo à valoração global da sua gestão económico-financeira refletiva nos documentos de prestação de contas.

Neste anuário mantém-se a composição do conjunto de rácios e variáveis adotadas na análise do ano económico anterior por se entenderem válidos os critérios que estiveram na base da sua constituição, com inclusão do rácio dos prazos médios de pagamento, para o qual, se obteve informação da DGAL para o ano de 2022.

Mais se anota que face ao facto de não se dispor do "Mapa de Evolução do Endividamento Total, por Município – Prestação de Contas de 2022" disponibilizado pela DGAL, se decidiu utilizar a informação do mapa homólogo referente a 2021, considerando toda a informação sobre endividamento por município reportada a 2021 e utilizando esta para a elaboração dos rankings do presente Capítulo.

5.2. Indicadores do Ranking Global

Para o Ranking Global consideraram-se os indicadores selecionados apresentados no quadro 5.01, tendo sido seguida a seguinte metodologia para o posicionamento de cada município em relação a cada um deles:

- Ordenaram-se, para cada indicador, os 308 municípios de acordo com a melhor prestação em relação à variável em análise, que nuns casos será o maior rácio ou valor e noutros o menor rácio ou menor valor, atribuindo-se ao primeiro de cada lista a pontuação máxima de 200 pontos e reduzindo-se um ponto para cada município seguinte na ordem descendente do posicionamento dos mesmos;
- Com este critério de pontuação apenas serão escalonados os 200 municípios melhor posicionados em cada indicador, desprezando-se a pontuação dos últimos 108 municípios para cada listagem considerada.

- No caso do indicador nº 6 – Prazo Médio de Pagamento (PMP) foi atribuída a pontuação de 100 pontos aos municípios com PMP inferior a 30 dias, 50 pontos aos municípios com um PMP superior ou igual a 30 dias e inferior a 60 dias, e 0 pontos aos restantes cujo PMP é superior ou igual a 60 dias;
- **Resultante da conjugação dos 10 indicadores selecionados, a pontuação máxima a atribuir a um município poderá ser 1.900 pontos**.

Quadro 5.01 – Indicadores selecionados para ranking global da situação financeira dos municípios

N.º	Indicador	Fórmula	Fonte	Ordem de pontuação
1	**Índice Liquidez**	Dívidas a receber correntes + caixa e depósitos / Dívidas a pagar correntes	Balanço (Ativo) / Balanço (Passivo)	Maior rácio = 200
2	**Razão entre o EBITDA e os Rendimentos Operacionais**	Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA) / Rendimentos operacionais	Demonstração de Resultados	Maior rácio = 200
3	**Peso Passivo exigível no Ativo**	Dívidas a pagar (passivo exigível) / Ativo Total – ATF: Bens de Domínio Público	Balanço (Passivo) / Balanço (Ativo)	Menor rácio = 200
4	**Passivo por habitante**	Dívidas a pagar (passivo exigível) / N.º de habitantes	Balanço (passivo) / INE 2022	Menor rácio = 200
5	**Taxa de cobertura financeira da despesa realizada no exercício**	Despesas comprometidas para o exercício / Receitas liquidadas líquidas	DEO despesa / DEO receita	Menor rácio = 200
6	**Prazo Médio de Pagamentos**	PMP a 31.12.2022 (n.º de dias)	DGAL	PMP < 30 = 100 PMP ≥ 30 < 60 = 50 PMP ≥ 60 = 0
7	**Grau de execução do saldo efetivo**	Receitas efetivas liquidadas – Despesas efetivas comprometidas / Receitas efetivas liquidadas	DEO receita e da despesa / DEO receita	Maior rácio = 200
8	**Índice de Dívida Total**[1]	Dívida total (exclui dívidas não orçamentais, exceções previstas na Lei n.º 73/2013 e no OE/2021 e FAM) / Média das receitas correntes nos últimos 3 anos	Balanço (passivo) / DEO receita	Menor rácio = 200
9	**Índice de Superavit**	Despesas Pagas + (caixa e depósitos – operações de tesouraria) / Despesas comprometidas para o exercício	DEO da despesa, balanço e fluxos de caixa / DEO da despesa	Maior rácio = 200
10	**Impostos diretos por habitante**	IMI+IMT+IUC+ derrama / N.º de habitantes	DEO da receita / INE 2019	Maior rácio = 200
Pontuação máxima				**1 900**

[1] Utilizando como referência os dados fornecidos pela DGAL relativos ao ano económico de 2021

I.Índice Liquidez

$$\frac{\text{Dívidas a receber correntes + caixa e depósitos}}{\text{Dívidas a pagar correntes}}$$

- Este indicador relaciona as dívidas a receber a curto prazo e os valores monetários disponíveis com as dívidas a pagar a curto prazo, permitindo verificar se um município terá ou não dificuldades em pagar os seus compromissos de curto prazo, bem como determinar o correspondente grau de cobertura financeira das dívidas relacionadas com estes compromissos.
- Não foi atribuída pontuação ao município que não apresentou saldo em dívidas a receber de clientes, contribuintes e utentes (Gouveia), no final do ano económico. Apesar de não se possuir informação suficiente para aferir razões substantivas para ausência deste registo contabilístico, entende-se que tal situação poderá significar que nestes municípios, a liquidação da receita foi registada apenas no momento da cobrança não obedecendo ao definido no POCAL e válido no SNC-AP.
- **45 municípios apresentam um valor de dívidas a pagar superior ao montante de dívidas a receber adicionadas das disponibilidades**.

R.69.A – 20 municípios com melhor índice de liquidez

	Município	Distrito	Dimensão	Índice Liquidez	Pontuação
1	Arronches	Portalegre	P	2844%	200
2	Santa Cruz das Flores	Açores	P	1453%	199
3	Murtosa	Aveiro	P	1298%	198
4	Penamacor	Castelo Branco	P	1160%	197
5	Mortágua	Viseu	P	1155%	196
6	Lagoa (Algarve)	Faro	M	1135%	195
7	Santa Maria da Feira	Aveiro	G	1125%	194
8	Marinha Grande	Leiria	M	1123%	193
9	Castanheira de Pera	Leiria	P	1101%	192
10	Oliveira de Azeméis	Aveiro	M	1093%	191
11	Sintra	Lisboa	G	1093%	190
12	Cartaxo	Santarém	M	1058%	189
13	Santana	Madeira	P	1002%	188
14	Grândola	Setúbal	P	984%	187
15	Velas	Açores	P	967%	186
16	Tavira	Faro	M	944%	185
17	Abrantes	Santarém	M	905%	184
18	Boticas	Vila Real	P	904%	183
19	Mealhada	Aveiro	P	893%	182
20	Amadora	Lisboa	G	869%	181

II. Razão entre o EBITDA e os Proveitos Operacionais

Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)

Rendimentos operacionais

- Embora se entenda que qualquer município não tem como objetivo o lucro, não deixa de ser merecedor de avaliação e pontuação o valor dos resultados económicos apresentados, sobretudo dos resultados operacionais. Reforça este entendimento o facto de se verificar que nos últimos anos tem diminuído o número de municípios com resultados operacionais negativos, fruto de uma gestão mais adequada e equilibrada, da afetação dos seus proveitos.

R.69.B – 20 municípios com melhor Resultado Operacional

	Município	Distrito	Dimensão	Resultado Operacional / Proveitos Operacionais	Pontuação
1	Velas	Açores	P	60,8%	200
2	Grândola	Setúbal	P	53,5%	199
3	Ribeira Brava	Madeira	P	51,6%	198
4	Portimão	Faro	M	43,8%	197
5	Santana	Madeira	P	42,1%	196
6	Vila Real de Santo António	Faro	P	39,8%	195
7	Oliveira de Azeméis	Aveiro	M	38,7%	194
8	Câmara de Lobos	Madeira	M	38,6%	193
9	Penamacor	Castelo Branco	P	36,5%	192
10	Nordeste	Açores	P	36,4%	191
11	Mafra	Lisboa	M	36,1%	190
12	Aveiro	Aveiro	M	36,0%	189
13	Calheta (R. A. M.)	Madeira	P	34,9%	188
14	Ribeira Grande	Açores	M	34,6%	187
15	Estarreja	Aveiro	M	34,2%	186
16	Trofa	Porto	M	33,8%	185
17	Vila Franca do Campo	Açores	P	33,4%	184
18	Santa Cruz	Madeira	M	33,1%	183
19	Sintra	Lisboa	G	33,0%	182
20	Portalegre	Portalegre	M	32,3%	181

III. Peso do Passivo exigível no Ativo

$$\frac{\text{Dívidas a pagar (passivo exigível)}}{\text{Ativo Total – ATF (Bens de Domínio Público)}}$$

- Este indicador medirá o nível de comprometimento obtido pela **dívida total sobre o ativo.** Será mais um indicador exclusivamente de avaliação comparativa pois a sua execução será inverosímil no enquadramento jurídico vigente dos municípios. **Trata-se de um indicador de comparabilidade para efeitos de medição da eficácia da gestão orçamental.**
- Para efeito do seu cálculo, deduziu-se ao ativo, o valor de bens de domínio público, uma vez que estes não podem ser alienados sem a necessária desafetação. É de referir que em relação ao ano económico de 2022, nenhum município apresentou uma dívida total a pagar superior ao valor do seu Ativo deduzido dos bens de domínio público**. Destaca-se pela positiva o facto de se identificaram 216 municípios com este rácio inferior a 20%**.

R.69.C – 20 municípios com menor Peso do Passivo Exigível no Ativo

	Município	Distrito	Dimensão	Peso Passivo Exigível	Pontuação
1	Abrantes	Santarém	M	2,0%	200
2	Arronches	Portalegre	P	2,1%	199
3	Santa Cruz das Flores	Açores	P	2,2%	198
4	Penedono	Viseu	P	2,2%	197
5	Castelo de Vide	Portalegre	P	2,4%	196
6	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	P	2,4%	195
7	Vila Nova de Foz Côa	Guarda	P	2,6%	194
8	Bombarral	Leiria	P	2,8%	193
9	Sintra	Lisboa	G	2,8%	192
10	Castelo Branco	Castelo Branco	M	2,9%	191
11	Boticas	Vila Real	P	3,2%	190
12	Mealhada	Aveiro	P	3,2%	189
13	Calheta (R. A. A.)	Açores	P	3,3%	188
14	Alter do Chão	Portalegre	P	3,4%	187
15	Marinha Grande	Leiria	M	3,4%	186
16	Elvas	Portalegre	M	3,5%	185
17	Montijo	Setúbal	M	3,7%	184
18	Murtosa	Aveiro	P	3,8%	183
19	Santana	Madeira	P	3,9%	182
20	Amadora	Lisboa	G	4,1%	181

IV. Passivo por habitante

$$\frac{\text{Dívidas a pagar (passivo exigível)}}{\text{N.º de habitantes}}$$

- Este indicador permite determinar o valor do passivo exigível (dívida global) por habitante, indexando o total do passivo à dimensão social do município **relacionada com a população residente**.
- Assim, **a média nacional dos passivos por habitante foi de 628 euros,** tendo o município de Sintra apresentado o menor valor de passivo por habitante (70,7 €/habitante) e o município de Vila Real de Santo António o maior passivo por habitante (6 322 €/habitante).

R.69.D – 20 municípios com menor Passivo por habitante

Unidade: euros

	Município	Distrito	Dimensão	Passivo por habitante	Pontuação
1	Sintra	Lisboa	G	70,7	200
2	Abrantes	Santarém	M	82,0	199
3	Marinha Grande	Leiria	M	82,3	198
4	Calheta (R. A. A.)	Açores	P	84,4	197
5	Santana	Madeira	P	85,3	196
6	Bombarral	Leiria	P	94,3	195
7	Alcobaça	Leiria	M	97,7	194
8	Mealhada	Aveiro	P	100,3	193
9	Porto de Mós	Leiria	M	104,4	192
10	Ponta do Sol	Madeira	P	108,9	191
11	Amadora	Lisboa	G	111,5	190
12	Montijo	Setúbal	M	123,7	189
13	Oliveira de Azeméis	Aveiro	M	124,8	188
14	Barcelos	Braga	G	125,8	187
15	Santa Cruz das Flores	Açores	P	129,2	186
16	Santa Maria da Feira	Aveiro	G	130,2	185
17	Arouca	Aveiro	M	130,8	184
18	Elvas	Portalegre	M	137,5	183
19	Murtosa	Aveiro	P	137,9	182
20	Anadia	Aveiro	M	138,5	181

V. Grau de cobertura das despesas: despesa comprometida / receita liquidada líquida

$$\frac{\text{Despesas comprometidas para o exercício}}{\text{Receitas liquidadas}}$$

- Um município não deve comprometer despesa no exercício num valor superior ao que presume liquidar de receita. Embora a regra estabelecida pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso exija que os compromissos sejam indexados à receita cobrada, sempre será possível excecionar esta condição considerando, ainda, a receita certa a cobrar. Ora a receita certa a cobrar, será aquela que se sustenta em liquidações efetuadas com base em direitos adquiridos que permitirão ao município, com elevado grau de certeza, receber a quantia liquidada. Este será o principal argumento para se incluir como denominador deste indicador as receitas liquidadas, item que, se entende ser de grande importância para análise da eficiência financeira, e que foi analisado no capítulo 2 do presente anuário.
- O indicador em apreço determina a capacidade dos municípios em responder aos seus compromissos, podendo indicar uma situação de rutura financeira a repetição, em anos consecutivos, de um coeficiente superior a um. Assim, foi atribuída a pontuação de zero aos municípios que apresentaram este indicador superior a 100%.
- Como receita liquidada considerou-se o total de receita liquidada deduzida das liquidações anuladas e acrescida do montante de saldo de gerência anterior contabilizado em previsões orçamentais corrigidas ainda que não incluído na receita liquidada.
- A média nacional do peso da despesa comprometida relativamente à receita liquidada dos 308 municípios foi de 99,9% em 2022, sendo que **158 municípios apresentaram este rácio inferior a 100%**.

R.69.E – 20 municípios com melhor grau de cobertura das despesas

	Município	Distrito	Dimensão	Despesa comprometida / Receita liquidada líquida	Pontuação
1	Grândola	Setúbal	P	57,7%	200
2	Santa Cruz das Flores	Açores	P	63,7%	199
3	Santana	Madeira	P	67,3%	198
4	Cartaxo	Santarém	M	68,8%	197
5	Albufeira	Faro	M	69,6%	196
6	Coruche	Santarém	P	71,4%	195
7	Lagos	Faro	M	71,7%	194
8	Penedono	Viseu	P	72,5%	193
9	Oliveira de Azeméis	Aveiro	M	73,0%	192
10	Alcácer do Sal	Setúbal	P	73,5%	191
11	Amadora	Lisboa	G	73,7%	190
12	Maia	Porto	G	74,0%	189
13	Manteigas	Guarda	P	74,0%	188
14	Mértola	Beja	P	74,3%	187
15	Santa Maria da Feira	Aveiro	G	74,9%	186
16	Corvo	Açores	P	75,5%	185
17	Marinha Grande	Leiria	M	76,0%	184
18	Abrantes	Santarém	M	76,3%	183
19	Tavira	Faro	M	76,8%	182
20	Mafra	Lisboa	M	77,0%	181

VI. Prazo Médio de Pagamentos

- O PMP, tendo sido sempre considerado na medição da eficiência financeira dos municípios, tem como limite, a partir da regulamentação apresentada na LCPA, os 90 dias.
- Conforme foi referido no ponto 3.5.5 do capítulo 3, alguns municípios apresentam como prazo médio de pagamento (PMP) de zero, um, ou dois dias, prazos demasiado pequenos que podem traduzir a pouca fiabilidade deste indicador já referida em anteriores anuários e incompatíveis com a realidade decorrente dos procedimentos exigidos para a liquidação e pagamento das despesas públicas. Face ao exposto, entendeu-se atribuir a este rácio a pontuação de 100, a todos os municípios com prazo médio de pagamentos inferior a 30 dias, e de 50 pontos aos que apresentam PMP entre 30 e 59 dias.
- Não estando disponível o PMP de 111 municípios a 31.12.2022, foi considerado o PMP a 31.12.2021 para esses municípios, exceto para os 7 municípios cujo PMP de 2021 também não está disponível (Albufeira, Almeida, Arronches, Penedono, Ponte da Barca, Valongo e Vila Nova de Poiares), tendo-se, nesses casos, considerado o PMP a 31.12.2020. No caso do município de Penedono, uma vez que não está disponível o PMP de 2022, 2021 e 2020, considerou-se o PMP a 31.12.2019.

O quadro seguinte resume a classificação atribuída, nas condições apresentadas.

Quadro.5.02 – municípios por intervalos no Prazo Médio de Pagamentos

Intervalo de PMP	Quantidade	Pontuação
Número de municípios com prazo médio de pagamentos inferior a 30 dias	238	100
Número de municípios com prazo médio de pagamentos entre 30 dias e 59 dias	39	50
Número de municípios com prazo médio de pagamentos entre 60 dias e 89 dias	15	0
Número de municípios com prazo médio de pagamentos igual ou superior a 90 dias	16	0

VII. Grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos

$$\frac{\text{Receitas efetivas liquidadas - Despesas efetivas comprometidas}}{\text{Receitas efetivas liquidadas}}$$

- Neste anuário, mantém-se a inclusão do rácio que relaciona o saldo efetivo com as receitas efetivas. Entende-se que numa boa prática de gestão autárquica, as receitas efetivas deveriam ser superiores às despesas efetivas. **Estiveram nesta situação 172 municípios, em 2022.**
- Foi atribuída a pontuação de zero aos municípios que apresentem este indicador com valores inferiores a zero, isto é, que tenham apresentado um saldo efetivo negativo.

R.69.F – 20 municípios com maior grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos

	Município	Distrito	Dimensão	Grau de execução do saldo efetivo	Pontuação
1	Grândola	Setúbal	P	42,9%	200
2	Cartaxo	Santarém	M	37,0%	199
3	Santa Cruz das Flores	Açores	P	36,5%	198
4	Santana	Madeira	P	32,7%	197
5	Portimão	Faro	M	31,2%	196
6	Albufeira	Faro	M	31,0%	195
7	Manteigas	Guarda	P	29,4%	194
8	Lagos	Faro	M	29,2%	193
9	Coruche	Santarém	P	28,9%	192
10	Sintra	Lisboa	G	28,6%	191
11	Maia	Porto	G	27,6%	190
12	Amadora	Lisboa	G	27,6%	189
13	Penedono	Viseu	P	27,5%	188
14	Oliveira de Azeméis	Aveiro	M	27,5%	187
15	Santa Maria da Feira	Aveiro	G	26,9%	186
16	Mértola	Beja	P	26,9%	185
17	Alcácer do Sal	Setúbal	P	26,8%	184
18	Corvo	Açores	P	26,5%	183
19	Abrantes	Santarém	M	25,3%	182
20	Tavira	Faro	M	24,6%	181

VIII. Índice de Dívida Total[2]

$$\frac{\text{Dívida total}^{3} \text{ (exclui dívidas não orçamentais, exceções previstas na Lei n.º 73/2013 e no OE/2021 e FAM)}}{\text{Média das receitas correntes nos últimos 3 anos}}$$

- Refere o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), no seu artigo 52º, que **a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores** , considerando-se como dívida total de operações orçamentais quaisquer formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.
- Para este indicador foram considerados os valores publicados pela DGAL. Não tendo a DGAL disponibilizado ainda, à data de publicação deste Anuário, a dívida total de 2022, foi considerado o índice da dívida total de 2021, com exceção dos 26 municípios relativamente aos quais não há dados disponíveis de 2021, tendo-se considerado para esses 26 municípios o índice de dívida total de 2020, e na sua ausência o do ano anterior a esse, e assim sucessivamente.
- Dada a importância deste indicador na RFALEI, entendeu-se fundamental a sua inclusão no conjunto dos indicadores de eficiência financeira sendo de realçar que, com as informações disponibilizadas **ainda existiriam 17 municípios com este rácio acima do que será permitido por Lei (ver capítulo 3)**.
- **Dada a importância do indicador em apreço (passivo exigível), optou-se por não se considerar, no ranking global dos 100 melhores, os municípios que apresentaram um quociente entre a dívida total e a média das receitas correntes dos 3 anos anteriores com valor superior a 150%.**

[2] Conforme referido na introdução deste Capítulo, na parte referente à metodologia usada foram utilizando como referência os dados fornecidos pela DGAL relativos ao ano económico de 2021.

[3] Fonte: Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL)

R.69.G – 20 municípios com menor índice de dívida total do município

	Município	Distrito	Dimensão	Índice de dívida total	Pontuação
1	Calheta (R. A. A.)	Açores	P	1,28%	200
2	Ferreira do Zêzere	Santarém	P	1,52%	199
3	Ponta do Sol	Madeira	P	2,78%	198
4	Lagoa (Algarve)	Faro	M	3,13%	197
5	Santa Cruz das Flores	Açores	P	3,18%	196
6	Santana	Madeira	P	3,29%	195
7	Arronches *	Portalegre	P	3,58%	194
8	Penedono **	Viseu	P	3,80%	193
9	Chamusca	Santarém	P	3,93%	192
10	Pampilhosa da Serra	Coimbra	P	4,04%	191
11	Vila Nova de Foz Côa	Guarda	P	4,15%	190
12	Mealhada	Aveiro	P	4,61%	189
13	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	P	4,73%	188
14	Mogadouro	Bragança	P	5,69%	187
15	Oeiras	Lisboa	G	6,53%	186
16	Alcobaça	Leiria	M	6,78%	185
17	Elvas ***	Portalegre	M	7,41%	184
18	Bombarral	Leiria	P	7,69%	183
19	Benavente	Santarém	M	7,99%	182
20	Anadia	Aveiro	M	8,89%	181

* Índice de dívida total de 2020

** Índice de dívida total de 2019

*** Índice de dívida total de 2018

IX.Índice de Superavit

$$\frac{\text{Despesas Pagas + (caixa e depósitos – operações de tesouraria)}}{\text{Despesas comprometidas para o exercício}}$$

- Uma boa gestão financeira deveria refletir o pagamento dentro do ano económico das despesas comprometidas e executadas física e financeiramente. **Assim, seria desejável que a razão entre as despesas pagas e os compromissos assumidos fosse próxima dos 100%, considerando neste computo a participação do saldo de caixa (excluídas as operações de tesouraria)**.
- No entanto, considerando que alguns compromissos podem não estar pagos à data de 31 de dezembro de 2022, por ainda não se terem transformado em obrigações, entendeu-se manter o indicador que traduz o **grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos, considerando-se a existência de um Superavit sempre que a despesa paga acrescida do saldo final de tesouraria seja superior à despesa assumida para aquele ano económico,** tenha sido ou não paga.
- Entende-se que este indicador, ao relacionar o montante de compromissos assumidos com o montante pago dos mesmos, acrescido das disponibilidades monetárias (excluídas das operações de tesouraria) existentes no final do ano económico, indicará o **índice de superavit orçamental, pois traduzirá um valor de receita (incluindo saldos anteriores de tesouraria) superior ao valor de compromissos assumidos** para o exercício económico em apreço.
- Assim, será expectável que este indicador seja igual ou superior a 100% nos municípios com elevada execução do grau de despesa e com disponibilidades de caixa superiores ao valor dos compromissos assumidos e por pagar.
- **Em dezembro de 2022, 162 municípios apresentaram este rácio com valor superior a 100%**.
- Dada a importância deste rácio, entendeu-se **excluir do ranking global dos 100 melhores municípios, os que apresentaram um valor deste rácio inferior a 80%,** pois, incluindo as disponibilidades monetárias existentes no final do ano económico só teriam capacidade financeira para pagar 80% dos compromissos correntes do exercício. Seriam sempre municípios com problemas de sustentabilidade económica pelo que, não deverão ser incluídos num ranking que pretenderá identificar as mais eficientes e eficazes autarquias.
- O ranking R.69.H apresenta os 20 municípios com **melhor grau de execução da despesa acrescida dos saldos orçamentais** de tesouraria, relativamente aos compromissos do exercício assumidos.

R.69.H – 20 municípios com melhor Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos

	Município	Distrito	Dimensão	Índice de Superavit	Pontuação
1	Arronches	Portalegre	P	202,6%	200
2	Sintra	Lisboa	G	174,2%	199
3	Amadora	Lisboa	G	174,0%	198
4	Grândola	Setúbal	P	173,4%	197
5	Santa Cruz das Flores	Açores	P	171,1%	196
6	Manteigas	Guarda	P	149,8%	195
7	Santana	Madeira	P	148,5%	194
8	Penamacor	Castelo Branco	P	145,7%	193
9	Cartaxo	Santarém	M	145,6%	192
10	Lagos	Faro	M	143,0%	191
11	Castelo Branco	Castelo Branco	M	142,7%	190
12	Coruche	Santarém	P	139,5%	189
13	Alcácer do Sal	Setúbal	P	136,0%	188
14	Oliveira de Azeméis	Aveiro	M	135,7%	187
15	Maia	Porto	G	134,8%	186
16	Mértola	Beja	P	134,7%	185
17	Santa Maria da Feira	Aveiro	G	134,4%	184
18	Albufeira	Faro	M	133,3%	183
19	Corvo	Açores	P	132,0%	182
20	Penedono	Viseu	P	130,9%	181

X. Impostos diretos por habitante

$$\frac{\text{IMI+IMT+IUC+ derrama}}{\text{N.º de habitantes}}$$

- Sendo os impostos diretos, a receita autárquica mais relevante proveniente diretamente dos rendimentos dos contribuintes residentes no município, mantém-se como um indicador importante para a determinação do ranking global das autarquias. Trata-se de um indicador que mede o nível de contribuição média de impostos por habitante. Embora não seja um indicador que isoladamente possa traduzir o grau de desenvolvimento do município, será sem dúvida um indicador que pode ajudar a avaliar o nível de autonomia financeira de um município e, assim, aferir a sua capacidade para investir em atividades que se reflitam favoravelmente em outros indicadores que medem a qualidade de vida da população.
- Relativamente a este indicador, a **média dos impostos diretos por habitante em 2022, foi de 271 euros por habitante**.
- De salientar que nos 10 primeiros municípios, 7 são do distrito de Faro. No entanto, esse valor pode não significar que os residentes paguem mais impostos que os de outros concelhos, mas que existirão receitas significativas de não residentes, nomeadamente IMI e IMT.

R.69. I – 20 municípios com melhor índice de impostos por habitante

	Município	Distrito	Dimensão	Impostos por habitante	Pontuação
1	Grândola	Setúbal	P	2 744,6	200
2	Loulé	Faro	M	1 609,3	199
3	Lagos	Faro	M	1 463,9	198
4	Vila do Bispo	Faro	P	1 387,4	197
5	Lagoa (Algarve)	Faro	M	1 229,3	196
6	Albufeira	Faro	M	1 220,8	195
7	Castro Marim	Faro	P	1 068,8	194
8	Aljezur	Faro	P	1 007,3	193
9	Óbidos	Leiria	P	1 001,6	192
10	Lisboa	Lisboa	G	951,1	191
11	Cascais	Lisboa	G	943,4	190
12	Sines	Setúbal	P	886,7	189
13	Portimão	Faro	M	874,1	188
14	Vila Real de Santo António	Faro	P	837,6	187
15	Tavira	Faro	M	818,7	186
16	Oeiras	Lisboa	G	666,4	185
17	Alcochete	Setúbal	P	632,1	184
18	Nazaré	Leiria	P	606,8	183
19	Porto	Porto	G	603,7	182
20	Silves	Faro	M	570,0	181

5.3. Ranking Global dos municípios

- Com base no cômputo dos indicadores supra enumerados e com os pressupostos apresentados, listaram-se, mantendo o critério dos anos anteriores, pese embora o referido no parágrafo seguinte, os 100 municípios com pontuação global mais elevada, organizados por grupos de grande, média e pequena dimensão.
- Contudo, se atentarmos ao Quadro 5.03, verifica-se que **só 85 municípios se poderão considerar com um nível satisfatório de eficácia e eficiência financeira, na base dos indicadores selecionados para este Anuário, ao obterem uma classificação maior ou igual a 50% da pontuação total**.
- Em relação à avaliação efetuada para 2022, aplicando os indicadores e critérios supramencionados anota-se que, **dos 100 municípios com melhor classificação, 15** são de grande dimensão, 3**9 de média dimensão e 46 e pequena dimensão**.
- Anota-se, todavia, que foram excluídos do Ranking global, os municípios que apresentaram um índice de dívida total (indicador 7) superior a 150% (dívida total superior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores).
- Os municípios incluídos no Ranking dos 100 melhores classificados, são ainda apresentados por Distrito. De igual modo se procedeu para os municípios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.
- **Considerando a pontuação total de 1.900 pontos, a pontuação máxima assinalada foi de 1.732 pontos, obtida pelo município de Sintra (município de grande dimensão), seguida pela pontuação de 1.646 atribuída ao município de Santana (município de pequena dimensão) e de 1.638 obtida pelo município da Santa Maria da Feira (município de grande dimensão)**.

No Quadro 5.03 apresenta-se a distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida, para efeitos de medição de eficiência na gestão financeira.

Quadro 5.03 – Distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida para o Ranking Global

Pontuação	Grandes	Médios	Pequenos	Total
Pontuação global superior ou igual a 80% da pontuação total	2	3	4	9
Pontuação global superior ou igual a 70% e inferior a 80% da pontuação total	5	8	9	22
Pontuação global superior ou igual a 50% e inferior 70% da pontuação total	6	23	25	54
Pontuação global inferior a 50% da pontuação total	12	61	150	223
Total	**25**	**95**	**188**	**308**

Face ao resultado da pontuação obtida por cada município no conjunto dos indicadores de eficiência global (10 indicadores com um valor total de 1.900 pontos), verificou-se que 223 municípios obtiveram uma pontuação inferior a 950 pontos (menos de 50% da pontuação total) e que, os restantes ficaram, na sua maioria (54 em 85 municípios) com pontuação entre 50% e 70% da pontuação total. Todavia e, na sequência da apresentação dos resultados dos indicadores aplicados aos 308 municípios nos anos anteriores, optou-se por manter a mesma metodologia, apresentando os 100 municípios com mais elevada pontuação, indiferentemente da mesma ser inferior a metade da cotação total obtida com os suprarreferidos 10 indicadores.

Municípios com melhor eficiência financeira comparativa

R70.A – Ranking Global dos municípios de grande dimensão na lista dos 100 melhores classificados globalmente

	Município	Distrito	Pontuação 2022	Posição 2021	Posição 2020	Posição 2019
1	Sintra	Lisboa	1 732	1.º	2.º	2.º
2	Santa Maria da Feira	Aveiro	1 638	2.º	1.º	4.º
3	Amadora	Lisboa	1 480	8.º	7.º	3.º
4	Maia	Porto	1 475	3.º	3.º	8.º
5	Vila Franca de Xira	Lisboa	1 414	10.º	11.º	12.º
6	Cascais	Lisboa	1 388	5.º	9.º	6.º
7	Porto	Porto	1 337	4.º	4.º	1.º
8	Leiria	Leiria	1 242	7.º	8.º	7.º
9	Almada	Setúbal	1 137	6.º	6.º	9.º
10	Oeiras	Lisboa	1 094	12.º	5.º	5.º
11	Barcelos	Braga	1 082	9.º	10.º	11.º
12	Vila Nova de Famalicão	Braga	1 051	13.º	13.º	16.º
13	Odivelas	Lisboa	983	11.º	14.º	15.º
14	Matosinhos	Porto	944	14.º	12.º	10.º
15	Guimarães	Braga	897	15.º	15.º	17.º

R70.B – Ranking Global dos municípios de média dimensão na lista dos 100 melhores classificados globalmente

	Município	Distrito	Pontuação 2022	Posição 2021	Posição 2020	Posição 2019
1	Tavira	Faro	1 619	5.º	6.º	7.º
2	Lagoa (Algarve)	Faro	1 566	3.º	2.º	1.º
3	Albufeira	Faro	1 542	15.º	10.º	8.º
4	Montijo	Setúbal	1 510	9.º	9.º	6.º
5	Abrantes	Santarém	1 509	2.º	1.º	5.º
6	Oliveira de Azeméis	Aveiro	1 494	4.º	3.º	17.º
7	Marinha Grande	Leiria	1 461	1.º	4.º	2.º
8	Castelo Branco	Castelo Branco	1 437	8.º	5.º	4.º
9	Alcobaça	Leiria	1 426	10.º	7.º	3.º
10	Loulé	Faro	1 420	6.º	23.º	11.º
11	Lagos	Faro	1 410	13.º	21.º	10.º
12	Elvas	Portalegre	1 319	38.º	43.º	37.º
13	Arouca	Aveiro	1 279	11.º	29.º	27.º
14	Ourém	Santarém	1 246	7.º	8.º	13.º
15	Estarreja	Aveiro	1 243	18.º	15.º	19.º
16	Ílhavo	Aveiro	1 229	32.º	28.º	30.º
17	Mafra	Lisboa	1 216	19.º	30.º	45.º
18	Palmela	Setúbal	1 212	17.º	20.º	16.º
19	Bragança	Bragança	1 203	20.º	18.º	22.º
20	Benavente	Santarém	1 199	14.º	13.º	12.º
21	Porto de Mós	Leiria	1 125	12.º	11.º	9.º
22	Caldas da Rainha	Leiria	1 079	46.º	47.º	28.º
23	Salvaterra de Magos	Santarém	1 071	31.º	40.º	58.º
24	Olhão	Faro	1 029	50.º	35.º	25.º
25	Santo Tirso	Porto	1 023	28.º	81.º	88.º
26	Ovar	Aveiro	1 018	21.º	14.º	23.º
27	Faro	Faro	1 016	51.º	25.º	20.º
28	Santa Cruz	Madeira	999	71.º	78.º	81.º
29	Aveiro	Aveiro	972	30.º	17.º	34.º
30	Silves	Faro	968	39.º	27.º	40.º
31	Pombal	Leiria	964	25.º	16.º	15.º
32	Rio Maior	Santarém	951	72.º	68.º	52.º
33	Ponte de Lima	Viana do Castelo	946	54.º	33.º	46.º
34	Vila Verde	Braga	899	33.º	59.º	84.º
35	Covilhã	Castelo Branco	884	63.º	63.º	76.º
36	Lourinhã	Lisboa	869	59.º	56.º	32.º
37	Odemira	Beja	856	16.º	26.º	18.º
38	Marco de Canaveses	Porto	851	43.º	24.º	24.º
39	Sesimbra	Setúbal	842	45.º	69.º	47.º

R70.C – Ranking Global dos municípios de pequena dimensão integrados na lista dos 100 melhores classificados globalmente

	Município	Distrito	Pontuação 2022	Posição 2021	Posição 2020	Posição 2019
1	Santana	Madeira	1 646	1.º	1.º	9.º
2	Grândola	Setúbal	1 629	2.º	15.º	14.º
3	Coruche	Santarém	1 599	5.º	4.º	12.º
4	Murtosa	Aveiro	1 567	8.º	2.º	3.º
5	Alcácer do Sal	Setúbal	1 482	5.º	33.º	38.º
6	Santa Cruz das Flores	Açores	1 472	3.º	6.º	2.º
7	São Brás de Alportel	Faro	1 421	25.º	46.º	25.º
8	Vila do Bispo	Faro	1 410	11.º	59.º	122.º
9	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	1 405	29.º	24.º	15.º
10	Ponta do Sol	Madeira	1 395	13.º	7.º	4.º
11	Penedono	Viseu	1 387	7.º	3.º	5.º
12	Óbidos	Leiria	1 379	75.º	99.º	73.º
13	Mortágua	Viseu	1 356	32.º	16.º	16.º
14	Aljezur	Faro	1 318	23.º	21.º	26.º
15	Penamacor	Castelo Branco	1 312	10.º	13.º	11.º
16	Cinfães	Viseu	1 307	20.º	53.º	66.º
17	Corvo	Açores	1 301	18.º	30.º	40.º
18	Cadaval	Lisboa	1 282	31.º	18.º	23.º
19	Mealhada	Aveiro	1 266	39.º	14.º	10.º
20	Bombarral	Leiria	1 249	9.º	10.º	8.º
21	Calheta (R. A. M.)	Madeira	1 240	55.º	37.º	28.º
22	Boticas	Vila Real	1 225	4.º	20.º	34.º
23	Vila Nova de Foz Côa	Guarda	1 218	27.º	8.º	6.º
24	Alter do Chão	Portalegre	1 195	26.º	39.º	46.º
25	Arronches	Portalegre	1 186	12.º	5.º	1.º
26	Almeida	Guarda	1 162	19.º	19.º	19.º
26	Mértola	Beja	1 162	24.º	12.º	68.º
28	Velas	Açores	1 147	40.º	28.º	21.º
29	Sertã	Castelo Branco	1 114	33.º	32.º	67.º
30	Valpaços	Vila Real	1 060	30.º	31.º	77.º
31	Manteigas	Guarda	1 034	37.º	54.º	118.º
32	Castanheira de Pera	Leiria	1 022	28.º	43.º	56.º
33	Sátão	Viseu	992	21.º	23.º	37.º
34	Santa Cruz da Graciosa	Açores	989	54.º	27.º	39.º
35	Nisa	Portalegre	985	41.º	67.º	35.º
36	Ferreira do Alentejo	Beja	978	34.º	35.º	18.º
37	Alcochete	Setúbal	967	53.º	68.º	55.º
38	Ferreira do Zêzere	Santarém	953	14.º	22.º	79.º
39	Aguiar da Beira	Guarda	929	15.º	11.º	13.º
40	Carrazeda de Ansiães	Bragança	928	48.º	55.º	87.º
41	Mogadouro	Bragança	927	47.º	44.º	27.º
42	Porto Santo	Madeira	901	35.º	29.º	83.º
43	Porto Moniz	Madeira	894	66.º	84.º	88.º
44	Campo Maior	Portalegre	883	49.º	58.º	44.º
45	Pampilhosa da Serra	Coimbra	851	21.º	25.º	42.º
46	Vila Viçosa	Évora	849	104.º	88.º	157.º

O quadro 5.04 resume o número dos municípios incluídos nos 100 melhor classificados por distrito.

Quadro 5.04 – Distribuição dos municípios, por Distrito, integrados na lista dos 100 melhores classificados globalmente

Distrito/região	Número de municípios				Nº de municípios da lista dos 100 melhor classificados				% de municípios
	Grande dimensão	Média dimensão	Pequena dimensão	TOTAL	Grande dimensão	Média dimensão	Pequena dimensão	TOTAL	
Faro	0	9	7	16	0	8	3	11	**68,8%**
Leiria	1	6	9	16	1	5	3	9	**56,3%**
Lisboa	8	5	3	16	6	2	1	9	**56,3%**
R. A. Madeira	1	2	8	11	0	1	5	6	**54,5%**
Setúbal	3	6	4	13	1	3	3	7	**53,8%**
Aveiro	1	14	4	19	1	6	2	9	**47,4%**
Castelo Branco	0	3	8	11	0	2	3	5	**45,5%**
Portalegre	0	2	13	15	0	1	4	5	**33,3%**
Santarém	0	11	10	21	0	5	2	7	**33,3%**
Braga	4	5	5	14	3	1	0	4	**28,6%**
Guarda	0	2	12	14	0	0	4	4	**28,6%**
Porto	5	12	1	18	3	2	0	5	**27,8%**
Bragança	0	2	10	12	0	1	2	3	**25,0%**
Beja	0	2	12	14	0	1	2	3	**21,4%**
R. A. Açores	0	3	16	19	0	0	4	4	**21,1%**
Viseu	1	2	21	24	0	0	4	4	**16,7%**
Vila Real	0	2	12	14	0	0	2	2	**14,3%**
Viana do Castelo	0	3	7	10	0	1	0	1	**10,0%**
Évora	0	1	13	14	0	0	1	1	**7,1%**
Coimbra	1	3	13	17	0	0	1	1	**5,9%**
Total	**25**	**95**	**188**	**308**	**15**	**39**	**46**	**100**	**32,5%**

R71.A – Ranking Global dos municípios do Distrito de Aveiro com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2022
1	Santa Maria da Feira	G	1 638
2	Murtosa	P	1 567
3	Oliveira de Azeméis	M	1 494
4	Arouca	M	1 279
5	Mealhada	P	1 266
6	Estarreja	M	1 243
7	Ílhavo	M	1 229
8	Ovar	M	1 018
9	Aveiro	M	972

R71.B – Ranking Global dos municípios do Distrito de Beja com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2022
1	Mértola	P	1 162
2	Ferreira do Alentejo	P	978
3	Odemira	M	856

R71.C – Ranking Global dos municípios do Distrito de Braga com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2022
1	Barcelos	G	1 082
2	Vila Nova de Famalicão	G	1 051
3	Vila Verde	M	899
4	Guimarães	G	897

R71.D – Ranking Global dos municípios do Distrito de Bragança melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2022
1	Bragança	M	1 203
2	Carrazeda de Ansiães	P	928
3	Mogadouro	P	927

R71.E – Ranking Global dos municípios do Distrito de Castelo Branco com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2022
1	Castelo Branco	M	1 437
2	Vila Velha de Ródão	P	1 405
3	Penamacor	P	1 312
4	Sertã	P	1 114
5	Covilhã	M	884

R71.F – Ranking Global dos municípios do Distrito de Coimbra com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2022
1	Pampilhosa da Serra	P	851

R71.G – Ranking Global dos municípios do Distrito de Évora com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2022
1	Vila Viçosa	P	849

R71.H – Ranking Global dos municípios do Distrito de Faro com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2022
1	Tavira	M	1 619
2	Lagoa (Algarve)	M	1 566
3	Albufeira	M	1 542
4	São Brás de Alportel	P	1 421
5	Loulé	M	1 420
6	Lagos	M	1 410
7	Vila do Bispo	P	1 410
8	Aljezur	P	1 318
9	Olhão	M	1 029
10	Faro	M	1 016
11	Silves	M	968

R71.I – Ranking Global dos municípios do Distrito de Guarda com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2022
1	Vila Nova de Foz Côa	P	1 218
2	Almeida	P	1 162
3	Manteigas	P	1 034
4	Aguiar da Beira	P	929

R71.J – Ranking Global dos municípios do Distrito de Leira com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2022
1	Marinha Grande	M	1 461
2	Alcobaça	M	1 426
3	Óbidos	P	1 379
4	Bombarral	P	1 249
5	Leiria	G	1 242
6	Porto de Mós	M	1 125
7	Caldas da Rainha	M	1 079
8	Castanheira de Pera	P	1 022
9	Pombal	M	964

R71.K – Ranking Global dos municípios do Distrito de Lisboa com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2022
1	Sintra	G	1 732
2	Amadora	G	1 480
3	Vila Franca de Xira	G	1 414
4	Cascais	G	1 388
5	Cadaval	P	1 282
6	Mafra	M	1 216
7	Oeiras	G	1 094
8	Odivelas	G	983
9	Lourinhã	M	869

R71.L – Ranking Global dos municípios do Distrito de Portalegre com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2022
1	Elvas	M	1 319
2	Alter do Chão	P	1 195
3	Arronches	P	1 186
4	Nisa	P	985
5	Campo Maior	P	883

R71.M – Ranking Global dos municípios do Distrito de Porto com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2022
1	Maia	G	1 475
2	Porto	G	1 337
3	Santo Tirso	M	1 023
4	Matosinhos	G	944
5	Marco de Canaveses	M	851

R71.N – Ranking Global dos municípios do Distrito de Santarém com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2022
1	Coruche	P	1 599
2	Abrantes	M	1 509
3	Ourém	M	1 246
4	Benavente	M	1 199
5	Salvaterra de Magos	M	1 071
6	Ferreira do Zêzere	P	953
7	Rio Maior	M	951

R71.O – Ranking Global dos municípios do Distrito de Setúbal com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2022
1	Grândola	P	1 629
2	Montijo	M	1 510
3	Alcácer do Sal	P	1 482
4	Palmela	M	1 212
5	Almada	G	1 137
6	Alcochete	P	967
7	Sesimbra	M	842

R71.P – Ranking Global dos municípios do Distrito de Viana do Castelo com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2022
1	Ponte de Lima	M	946

R71.Q – Ranking Global dos municípios do Distrito de Vila Real com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2022
1	Boticas	P	1 225
2	Valpaços	P	1 060

R71.R – Ranking Global dos municípios do Distrito de Viseu com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2022
1	Penedono	P	1 387
2	Mortágua	P	1 356
3	Cinfães	P	1 307
4	Sátão	P	992

R71.S – Ranking Global dos municípios da Região Autónoma dos Açores com melhor pontuação global

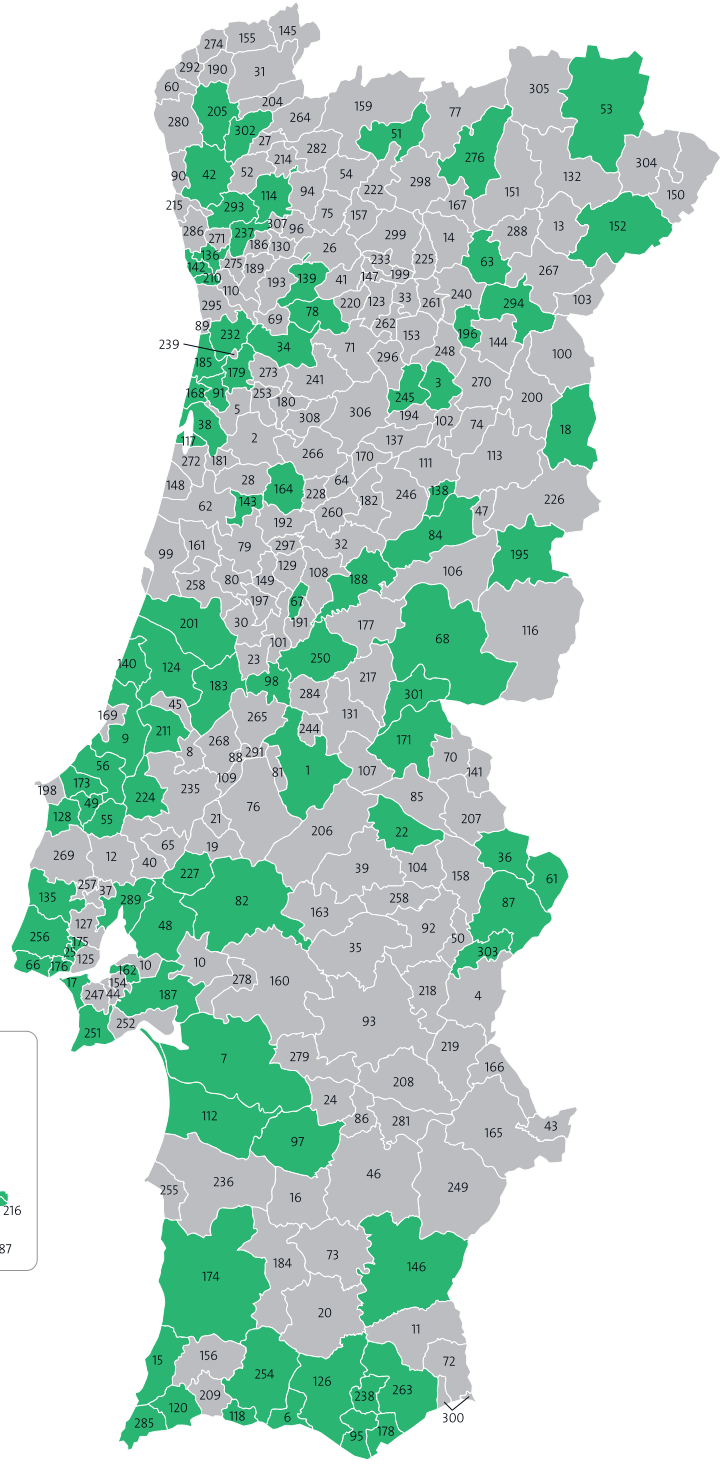
	Município	Dim.	Pontuação 2022
1	Santa Cruz das Flores	P	1 472
2	Corvo	P	1 301
3	Velas	P	1 147
4	Santa Cruz da Graciosa	P	989

R71.T – Ranking Global dos municípios da Região Autónoma da Madeira com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2022
1	Santana	P	1 646
2	Ponta do Sol	P	1 395
3	Calheta (R. A. M.)	P	1 240
4	Santa Cruz	M	999
5	Porto Santo	P	901
6	Porto Moniz	P	894

100 municípios com melhor eficiência financeira

1 Abrantes
2 Águeda
3 Aguiar da Beira
4 Alandroal
5 Albergaria-a-Velha
6 Albufeira
7 Alcácer do Sal
8 Alcanena
9 Alcobaça
10 Alcochete
11 Alcoutim
12 Alenquer
13 Alfândega da Fé
14 Alijó
15 Aljezur
16 Aljustrel
17 Almada
18 Almeida
19 Almeirim
20 Almodôvar
21 Alpiarça
22 Alter do Chão
23 Alvaiázere
24 Alvito
25 Amadora
26 Amarante
27 Amares
28 Anadia
29 Angra do Heroísmo
30 Ansião
31 Arcos de Valdevez
32 Arganil
33 Armamar
34 Arouca
35 Arraiolos
36 Arronches
37 Arruda dos Vinhos
38 Aveiro
39 Avis
40 Azambuja
41 Baião
42 Barcelos
43 Barrancos
44 Barreiro
45 Batalha
46 Beja
47 Belmonte
48 Benavente
49 Bombarral
50 Borba
51 Boticas
52 Braga
53 Bragança
54 Cabeceiras de Basto
55 Cadaval
56 Caldas da Rainha
57 Calheta (R. A. A.)
58 Calheta (R. A. M.)
59 Câmara de Lobos
60 Caminha
61 Campo Maior
62 Cantanhede
63 Carrazeda de Ansiães
64 Carregal do Sal
65 Cartaxo
66 Cascais
67 Castanheira de Pêra
68 Castelo Branco
69 Castelo de Paiva
70 Castelo de Vide
71 Castro Daire
72 Castro Marim
73 Castro Verde
74 Celorico da Beira
75 Celorico de Basto
76 Chamusca
77 Chaves
78 Cinfães
79 Coimbra
80 Condeixa-a-Nova
81 Constância
82 Coruche
83 Corvo
84 Covilhã
85 Crato
86 Cuba
87 Elvas
88 Entroncamento
89 Espinho
90 Esposende
91 Estarreja
92 Estremoz
93 Évora
94 Fafe
95 Faro
96 Felgueiras
97 Ferreira do Alentejo
98 Ferreira do Zêzere
99 Figueira da Foz
100 Figueira de Castelo Rodrigo
101 Figueiró dos Vinhos
102 Fornos de Algodres
103 Freixo de Espada à Cinta
104 Fronteira
105 Funchal
106 Fundão
107 Gavião
108 Góis
109 Golegã
110 Gondomar
111 Gouveia
112 Grândola
113 Guarda
114 Guimarães
115 Horta
116 Idanha-a-Nova
117 Ílhavo
118 Lagoa (Algarve)
119 Lagoa (R.A.A)
120 Lagos
121 Lajes das Flores
122 Lajes do Pico
123 Lamego
124 Leiria
125 Lisboa
126 Loulé
127 Loures
128 Lourinhã
129 Lousã
130 Lousada
131 Mação
132 Macedo de Cavaleiros
133 Machico
134 Madalena
135 Mafra
136 Maia
137 Mangualde
138 Manteigas
139 Marco de Canaveses
140 Marinha Grande
141 Marvão
142 Matosinhos
143 Mealhada
144 Meda
145 Melgaço
146 Mértola
147 Mesão Frio
148 Mira
149 Miranda do Corvo
150 Miranda do Douro
151 Mirandela
152 Mogadouro
153 Moimenta da Beira
154 Moita
155 Monção
156 Monchique
157 Mondim de Basto
158 Monforte
159 Montalegre
160 Montemor-o-Novo
161 Montemor-o-Velho
162 Montijo
163 Mora
164 Mortágua
165 Moura
166 Mourão
167 Murça
168 Murtosa
169 Nazaré
170 Nelas
171 Nisa
172 Nordeste
173 Óbidos
174 Odemira
175 Odivelas
176 Oeiras
177 Oleiros
178 Olhão
179 Oliveira de Azeméis
180 Oliveira de Frades
181 Oliveira do Bairro
182 Oliveira do Hospital
183 Ourém
184 Ourique
185 Ovar
186 Paços de Ferreira
187 Palmela
188 Pampilhosa da Serra
189 Paredes
190 Paredes de Coura
191 Pedrógão Grande
192 Penacova
193 Penafiel
194 Penalva do Castelo
195 Penamacor
196 Penedono
197 Penela
198 Peniche
199 Peso da Régua
200 Pinhel
201 Pombal
202 Ponta Delgada
203 Ponta do Sol
204 Ponte da Barca
205 Ponte de Lima
206 Ponte de Sor
207 Portalegre
208 Portel
209 Portimão
210 Porto
211 Porto de Mós
212 Porto Moniz
213 Porto Santo
214 Póvoa de Lanhoso
215 Póvoa de Varzim
216 Povoação
217 Proença-a-Nova
218 Redondo
219 Reguengos de Monsaraz
220 Resende
221 Ribeira Brava
222 Ribeira de Pena
223 Ribeira Grande
224 Rio Maior
225 Sabrosa
226 Sabugal
227 Salvaterra de Magos
228 Santa Comba Dão
229 Santa Cruz
230 Santa Cruz da Graciosa
231 Santa Cruz das Flores
232 Santa Maria da Feira
233 Santa Marta de Penaguião
234 Santana
235 Santarém
236 Santiago do Cacém
237 Santo Tirso
238 São Brás de Alportel
239 São João da Madeira
240 São João da Pesqueira
241 São Pedro do Sul
242 São Roque do Pico
243 São Vicente
244 Sardoal
245 Sátão
246 Seia
247 Seixal
248 Sernancelhe
249 Serpa
250 Sertã
251 Sesimbra
252 Setúbal
253 Sever do Vouga
254 Silves
255 Sines
256 Sintra
257 Sobral de Monte Agraço
258 Soure
259 Sousel
260 Tábua
261 Tabuaço
262 Tarouca
263 Tavira
264 Terras de Bouro
265 Tomar
266 Tondela
267 Torre de Moncorvo
268 Torres Novas
269 Torres Vedras
270 Trancoso
271 Trofa
272 Vagos
273 Vale de Cambra
274 Valença
275 Valongo
276 Valpaços
277 Velas
278 Vendas Novas
279 Viana do Alentejo
280 Viana do Castelo
281 Vidigueira
282 Vieira do Minho
283 Praia da Vitória
284 Vila de Rei
285 Vila do Bispo
286 Vila do Conde
287 Vila do Porto
288 Vila Flor
289 Vila Franca de Xira
290 Vila Franca do Campo
291 Vila Nova da Barquinha
292 Vila Nova de Cerveira
293 Vila Nova de Famalicão
294 Vila Nova de Foz Côa
295 Vila Nova de Gaia
296 Vila Nova de Paiva
297 Vila Nova de Poiares
298 Vila Pouca de Aguiar
299 Vila Real
300 Vila Real de Santo António
301 Vila Velha de Ródão
302 Vila Verde
303 Vila Viçosa
304 Vimioso
305 Vinhais
306 Viseu
307 Vizela
308 Vouzela



CAPÍTULO 6:
Resumo e conclusões

Para conclusão da edição de 2022 do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, apresenta-se um resumo, organizado de acordo com os capítulos do Anuário e estruturado de modo a relevarem-se, para cada caso em análise, os aspetos considerados pelos autores como positivos, distinguindo-os das situações consideradas pontos fracos da gestão financeira municipal.

1.Independência Financeira

Tem-se vindo a considerar, ao longo dos diferentes anuários, que um município apresenta i**ndependência financeira** nos casos em que as receitas próprias representam pelo menos 50% das receitas totais. Assim, face aos dados obtidos para este índice em 2022, anotam-se os seguintes pontos fortes e pontos fracos:

Pontos fortes

- No que diz respeito ao peso do investimento local no total de investimento público, Portugal apresenta um valor superior (50,0%) à média europeia (45,9%), o que sugere, claramente, uma maior intervenção dos municípios portugueses nas atividades de investimento público.
- Relativamente ao facto de municípios terem serviços descentralizados em empresas municipais ou entidades afins, anota-se que em 2022, 230 municípios (164 pequenos, 59 médios e 7 grandes) não possuíam empresas municipais, 161 municípios (99 pequenos, 48 médios e 14 grandes) não participavam em empresas intermunicipais e 282 municípios não possuíam serviços municipalizados (187 pequenos, 82 médios e 13 grandes).
- Em 2022 verificou-se um acréscimo de 1,5 pp do índice médio de independência financeira ao atingir o valor médio de 36,5% considerando a globalidade do sector autárquico.
- Analisando a evolução da independência financeira por grupos de municípios de acordo com a dimensão, em 2022, verifica-se que as receitas próprias assumiram um maior peso relativo nos **municípios de grande dimensão**, representando estas, neste ano, um valor médio de 61,7% das receitas totais, isto é, – 0,4 pp que no ano anterior. Esta ligeira descida do nível de independência financeira em 2022 esteve associada, essencialmente, à subida do peso das transferências em 1,6pp, embora ligeiramente contrariada pela ligeira descida dos passivos financeiros em 1,1pp.
- Nos municípios de **média dimensão**, em 2022, as transferências do Estado contribuíram sensivelmente mais, que as receitas próprias para a receita total, com o peso médio, respetivamente, de

49,2% e 47,5%, tendo, contudo, o peso das transferências do Estado descido 0,9pp e o peso das receitas próprias aumentado 1,2pp.

- Em 2022, 69 municípios apresentaram uma independência financeira igual ou superior a 50%. Destes, 23 foram municípios de grande dimensão, 33 de média dimensão e 13 de pequena dimensão.
- Em 2022 houve 158 municípios que não recorreram a empréstimos bancários (mais 12 municípios que no ano transato.) Este número foi totalizado por 105 municípios de pequena dimensão, 10 município de grande dimensão e 43 municípios de média dimensão.
- Observando o índice de independência financeira por Distritos e Regiões Autónomas, verificou-se que o mesmo foi liderado pelo Distrito de Faro com o índice de 65%. Com índice superior a 50% apenas surgiram mais dois Distritos: Distrito de Setúbal com 63,3% de autonomia financeira e o Distrito de Lisboa com 61,2%.

Pontos fracos

- **As despesas locais dos municípios portugueses correspondem apenas a 13,6% do total das despesas públicas**, valores que são dos mais baixos, quando comparados com a média europeia (29,8%).
- **As receitas locais dos municípios portugueses correspondem a 15,2% do total das receitas públicas**, valores muito abaixo da média europeia (33,4%).
- No que diz respeito à **função de educação**, cuja média europeia é cerca de um quarto das despesas locais (21%), o peso em Portugal é muito inferior, sendo apenas de 12%.
- **Nas funções proteção social e saúde** a intervenção dos municípios portugueses é bastante reduzida, (no primeiro caso de 11% e no segundo de 6%) e bastante inferior à média europeia, respetivamente, de 20% e 12%.
- Mais de metade das despesas municipais portuguesas são consumidas com **funções gerais** (28%) e **outras despesas** (26%), ao contrário da média dos países europeus, em que o peso somado destas duas funções totaliza os 34%.
- Em 2022, embora se tenha verificado um ligeiro aumento do nível global de independência financeira, atingindo um peso médio de 36,5% para o universo dos municípios, considera-se este valor de índice, ainda bastante baixo.
- Só 85 municípios se poderão considerar com um nível satisfatório de eficácia e eficiência financeira, na base dos indicadores selecionados para este Anuário, ao obterem uma classificação maior ou igual a 50% da pontuação total.
- Em relação à avaliação efetuada para 2022, aplicando os indicadores e critérios selecionados para efeitos de cálculo de eficiência e eficácia na gestão financeira autárquica, anota-se que, **dos 100 municípios com melhor classificação, 15 são de grande dimensão, 39 de média dimensão e 46 e pequena dimensão**.

- Para os municípios de pequena dimensão a maior receita é representada pelas transferências provenientes do OE através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) traduzindo, em média, 70,4% da receita total em 2022. O peso médio dos recursos próprios nas receitas totais, neste mesmo ano, foi de 27,7%, o que significa pouco mais que ¼ da totalidade dos recursos financeiros gerados, traduzindo uma independência financeira muito reduzida nesta categoria de municípios. Todavia, em 2022, o indicador de independência aumentou em relação a 2021, 1,9pp e o peso das transferências baixou 0,7%.
- Para os 42 municípios de pequena dimensão cujas transferências do Orçamento do Estado (OE) representaram mais de 80% das receitas totais, a sua elevada dependência financeira é uma situação intransponível e impossível de, de alguma forma, ser imputada à responsabilidade dos municípios. Constitui um ponto fraco completamente exógeno à sua gestão.
- 54 municípios (menos 10 que em 2021) tiveram receitas próprias com níveis inferiores a 20% das receitas totais, sendo 53 deles municípios de pequena dimensão e 1 de média dimensão.
- Em 2022, só 85 municípios se poderão considerar com um nível satisfatório de eficácia e eficiência financeira, na base dos indicadores selecionados para este Anuário, ao obterem uma classificação maior ou igual a 50% da pontuação total.

2. Orçamento e execução orçamental

Pontos fortes

Receita:

- O ano de 2022 registou **um grau de execução da receita cobrada de 92,1%,** valor superior ao grau de execução de 2021 em 3pp. O aumento progressivo do valor deste rácio acima dos 70%, a partir de 2013 revela uma procura de maior rigor na elaboração dos orçamentos e um maior afastamento de orçamentos inflacionados de receita. Também se verificou um elevado rácio de execução **da receita liquidada ao faturar-se 92,6% do orçamento estimado** (+3,7pp que em 2021 e +26,6pp que em 2012). O elevado valor destes indicadores sinaliza **a melhoria do controlo orçamental por parte da generalidade dos municípios e um maior rigor no cumprimento das regras orçamentais da previsão da receita.**
- **A receita inicialmente estimada foi corrigida no sentido negativo**, sendo o impacto no orçamento final de aproximadamente -151,6 milhões de euros, querendo isto significar que a receita prevista inicialmente, baixou durante o ano económico de 2022, 1,3% reajustando-se a novas previsões de cobrança da receita.
- **O aumento pouco significativo do total de receita prevista corrigida** que, em onze anos, cresceu apenas 130,4 milhões de euros, isto é +1,1%, é um contributo fundamental **para um maior ajustamento da receita cobrada à receita prevista**.

- **Anota-se uma diminuição significativa da diferença entre a receita orçada e a receita cobrada,** a qual passou de um diferencial de 3 990,8 milhões de euros em 2012, para 938,1 milhões de euros em 2022. Isto é: nestes onze anos, a diferença entre a receita orçada e a receita cobrada diminuiu 76,5% (-3,1 mil milhões de euros). **Em 2012 o montante da receita não cobrada era de 51,9% da receita cobrada e em 2022 passou a ser apenas 8,6% da mesma.**
- **Ao registar-se o total de 10 866,6 milhões de euros de receita cobrada, verifica-se um acréscimo de 947,7 milhões de euros da receita municipal** (**+9,6%)** em relação ao ano precedente, para o qual contribuiu, fundamentalmente, a subida cumulativa das seguintes receitas: impostos e taxas em +533 milhões de euros (+14,0%), transferências correntes em +499,7 milhões de euros (+14,9%) e vendas de bens e serviços em +133,4 milhões de euros (+16,4%).
- O montante global de **receita liquidada, em 2022** foi de 10 927,2 milhões de euros, aumentando 1 029,0 milhões de euros (+10,4%) em relação a 2021, traduzindo um maior esforço dos municípios na liquidação das receitas estimadas.
- O **decréscimo do valor dos empréstimos bancários em 39,3 milhões de euros (-10,0%), contribuiu para o aumento da receita efetiva, embora o maior contributo tenha sido o acréscimo da receita corrente. O montante de 10 493,2** milhões de euros **de receita efetiva assinalado em 2022** foi superior a qualquer das receitas efetivas registadas entre 2012 e 2021, representando **96,6% da receita total auferida pelos municípios** (+1pp que em 2021), **mantendo assim, a sustentabilidade do sector autárquico considerado na sua globalidade.**
- **A receita corrente cresceu na globalidade 14,3% (+1 185,2 milhões de euros),** tendo o acréscimo de valor das transferências correntes, acréscimo das receitas fiscais e a subida de valor da venda de bens e serviços, contribuído positivamente para este acréscimo.
- Referenciando-se a evolução da receita ao período de onze anos em apreço neste anuário, anota-se que **entre 2012 e 2022, a receita total dos municípios cresceu 41,4% (+3 183,1 milhões de euros) e a receita efetiva aumentou 40,9% (+3 048,5 milhões de euros).**
- **Os 25 municípios de grande dimensão contribuíram para 39,5% da receita total autárquica**, sendo o peso da sua população residente 45% da população total. Participaram, ainda, para 39,4% do total das receitas efetivas.
- **Os 96 municípios de média dimensão obtiveram 37,4% da receita total autárquica**, quando o peso da sua população residente é de 39% da população total. Contribuíram com igual peso de 37,1% para o total das receitas efetivas.
- **Os 188 municípios de pequena dimensão auferiram 23,2% de toda a receita municipal**, sendo que o peso da sua população residente representa 15%. Relativamente às receitas efetivas, auferiram de 23,5% das mesmas.
- As **receitas fiscais** continuam a ser **a maior parcela de receita autárquica,** apresentado **o peso de 35,8% na receita total.** A **receita proveniente das transferências correntes, com o peso de 35,4%,** mantém o segundo lugar na estrutura da receita.
- O **ano de 2022 foi um bom ano de receita fiscal tendo apresentado o acréscimo de 12,8%** e, na

globalidade, **uma execução orçamental de 112,5%**, **arrecadando na totalidade 3 891,9 milhões de euros,** isto é, **+441,3 milhões de euros que o previsto.** Para esta boa realização fiscal contribuíram, essencialmente, os **impostos diretos que, ao registarem a coleta de 3.872,1** milhões de euros**, apresentaram um acréscimo de valor em 13,4%** em relação ao ano transato. Apresentou, ainda, **uma taxa de execução orçamental de 112,6%.**

- A principal fonte de receita dos **municípios de pequena dimensão** foram as transferências correntes e de capital que, agregadas, representaram 67,0% da receita cobrada por estes municípios. Neste grupo de municípios a receita fiscal representou apenas 16,6% do valor total arrecadado e os passivos financeiros 2,1%.
- Situação inversa ocorreu com os **municípios de grande dimensão**, nos quais 48,7% da receita proveio da receita fiscal e 29% do conjunto das transferências. Se ao volume de receita fiscal se acrescer o montante de taxas, multas e outras penalidades cobradas pelos municípios, estes dois agregados em conjunto representaram em 2022, cerca de 55% da receita auferida pelos municípios e grande dimensão.
- Relativamente aos municípios **de média dimensão** constata-se que o peso das receitas fiscais foi inferior ao peso da totalidade das transferências em 11% com as primeiras a representarem 34,1% da receita auferida pelo conjunto destes municípios, e as segundas a representarem, no conjunto de correntes e de capital, 45,0% da receita total.
- Observando a **estrutura da receita fisca**l, **no ano de 2022, os impostos diretos contribuíram para 99,5%** da mesma, tendo **os impostos indiretos pesado apenas 0,5%.**
- Anota-se que o volume de **taxas, multas e outras penalidades** no total de **447,4 milhões de euros** e **crescendo** 91,4 milhões de euros (+25,7%), apresentou uma execução orçamental de 106,6%.
- **A média dos impostos diretos por habitante em 2022, foi de 271 euros por habitante.**
- Em 2022, o volume total de **IMT** manteve o sentido ascendente aumentando +351,5 milhões de euros (+26,1%) ao totalizar 1 696,5 milhões de euros, **ultrapassando o valor tradicionalmente maior do IMI**, ao representar 43,8 % do montante total de impostos diretos cobrados.
- O IMT, que esteve em riscos de desaparecer como receita municipal, ultrapassou, em 2022 o valor do IMI, representando 114% do mesmo. Em 2012 o IMT era apenas 31,4% do valor do IMI.
- Em 2022, **o valor do IMI retomou o sentido ascendente** crescendo cerca de 0,5% ao registar-se a receita de 1.488,3 milhões de euros (+8,1 milhões de euros). Em 2022 o IMI contribuiu para 38,4% dos impostos diretos, ocorrendo uma ligeira diminuição do número de municípios que apresentaram descida do montante global de IMI (-7,2%, -8 municípios), passando esse número, no universo autárquico, de 111 para 103 municípios.
- **267 Municípios não diminuíram a taxa de IMI a aplicar nas cobranças de 2022**. No entanto, destes, 68 municípios apresentaram diminuição do montante cobrado.
- Seis dos municípios que decidiram baixar a taxa de IMI apresentaram aumento do valor desta coleta.
- Em 2022, o peso médio do IMI na receita total autárquica foi de 13,7%, tendo 103 municípios apresentaram acréscimo de IMI.

- Em todos os distritos e regiões, em 2022, aumentou a colecta do IMI, tendo as maiores taxas de crescimento ocorrido no distrito de Lisboa (+26%) e no distrito do Porto (+15,1%). Os distritos que apresentaram menor taxa de crescimento do IMI foram Beja, Bragança e Portalegre, sendo que todos eles apresentaram uma taxa de variação de +0,8%.
- **O valor do IUC, em 2022 manteve uma variação positiva apresentando uma taxa de crescimento de +8,0% (+20 milhões de euros),** ao totalizar 311,1 milhões de euros.
- **A Derrama**, em 2022 apresentou o crescimento extraordinário de 26,2% ao totalizar 375,3 milhões de euros, representando, contudo, apenas 9,7% do total dos impostos diretos coletados.
- Para os municípios de grande dimensão a Derrama contribuiu mais que o IUC para o volume dos impostos diretos, enquanto que nos municípios de pequena e de média dimensão o IUC pesou mais que a Derrama no total dos impostos diretos.
- Anota-se que 95 municípios do universo autárquico não apresentaram registo de valor da Derrama em 2022, mas todos apresentaram registo de IUC.
- Analisando a evolução do valor cobrado pelos municípios em **Taxas, multas e outras penalidades**, verifica- se que o mesmo em 2022, cresceu 25,7% (+91,4 milhões de euros) ao apresentarem o montante global de 447,4 milhões de euros. Mais se anota que entre 2012 e 2022 a cobrança destas receitas aumentaram 121,6% (+245,5 milhões de euros), sendo que o valor mais elevado foi registado no ano económico em apreço.
- Pela análise das respetivas contas, verificou-se que apenas 11 municípios portugueses implementaram a **Taxa Municipal Turística** de Dormidas, totalizando a receita de 56,4 milhões de euros que representou 30,8% do total do valor de Taxas cobradas por estes municípios e 2,4% do total da receita auferida pelos mesmos.
- Outra receita autárquica com significado no total cobrado pelos municípios é a que resulta do conjunto da **venda de bens e serviços correntes** e da **venda de bens duradouros**. Logo a seguir às transferências e às receitas fiscais, estas duas categorias de receita autárquica constituem, em conjunto, o montante arrecadado com maior significado, apresentando um valor bastante superior ao dos passivos financeiros (+183%, +647,7 milhões de euros). Em conjunto estas duas componentes totalizaram 1 001,6 milhões de euros e uma taxa de crescimento de 13,3%. Representaram 9,2% do total da receita arrecadada pelos municípios.
- Em 2022, em **conjunto, o valor da venda de bens e serviços e da venda de bens duradouros**, aumentou 13,3%, passando a representar 9,2% da receita total, como resultado da venda de bens e serviços correntes no valor de 944,1 milhões de euros (+16,4%) e da venda de bens duradouros (ativos fixos) em cerca de 57,5 milhões de euros (-21,6%).
- As **transferências do Orçamento de Estado (OE),** na sua globalidade, apresentaram descida em 2012 (-4,9%) e em 2014 (- 6,5%). Têm crescido desde 2015 até ao ano económico em apreço, atingindo em **2022 uma da taxa de crescimento mais elevada dos últimos onze anos (+10,3%, +359,3 milhões de euros) ao apresentar a receita de 3 848,6 milhões de euros.**
- As restantes transferências provenientes de **Outras Transferências** e de **Fundos Autónomos**, asso-

ciadas essencialmente ao desenvolvimento de projetos municipais subsidiários das competências do Estado, **aumentaram em 2022, em conjunto, 8,1% (+23,3 milhões de euros)**. Na totalidade **foi auferida pelos municípios nestas duas rubricas, em 2022, a verba de 312,4** milhões de euros.

- O volume de **Passivos Financeiros** contraídos em 2022 representou apenas 3,3% da receita total cobrada pelo conjunto dos 308 municípios, tendo baixado de importância, isto é, de peso na receita total, neste ano económico, em 0,7pp face a 2021. Considerando a totalidade dos municípios, o volume de passivos financeiros atingiu o montante de 353,9 milhões de euros, baixando 39,3 milhões de euros (-10,0%) relativamente a 2021. Deste volume de passivos financeiros, apenas 203,6 milhares de euros se reportaram, em 2022, à utilização de financiamentos ao abrigo do programa Fundo de Apoio Municipal (FAM).
- **158 Municípios, em 2022, não apresentaram qualquer valor de passivos financeiros** ou porque prescindiram do recurso ao crédito bancário, ou porque não tiveram condições para acesso ao mesmo. Não foi possível, pela informação disponibilizada, identificar essas possíveis razões. Anota-se ainda que destes, 112 municípios também não tinham recorrido a qualquer forma de crédito bancário em 2020 e, em 2021 o mesmo se passou com 146 destes municípios. Mais se verificou, pela análise das contas, que outros **105 municípios apresentaram diminuição de passivos financeiros em 2022** face ao ano anterior.
- Em 2022, **a diferença entre o volume de amortizações de capital em dívida e o montante de novos empréstimos** não só se manteve positiva, como cresceu consideravelmente apresentando o valor de 66,8 milhões de euros, montante bastante superior ao apresentado no ano anterior (+40,5 milhões de euros, +154,0%), **contribuindo, assim, o sector autárquico para a diminuição líquida do passivo financeiro do Estado.**

Despesa:

- Em 2022, os totais da despesa orçada, realizada e paga apresentaram um crescimento inferior ao verificado em 2021. A despesa inicialmente orçada cresceu 4,8% (+629,3 milhões de euros), a despesa realizada evoluiu 5,3% (+621,1 milhões de euros) e a despesa paga aumentou +6,7% (+665,4 milhões de euros). Confrontando os níveis de variação da despesa com os níveis de variação da receita verificados em 2022, constatando-se que a receita liquidada cresceu 10,4% (+1 029,0 milhões de euros) e a receita cobrada cresceu 9,6% (+947,7 milhões de euros), verifica-se que **a receita cresceu mais que a despesa pelo que, nos fluxos de caixa, o volume da receita cobrada superou em 254,5 milhões de euros o volume de pagamentos efetuados, ocorrendo assim o equilíbrio de caixa sem a mobilização do saldo da gerência anterior.**
- No ano de 2022, foram pagos 85,4% dos compromissos assumidos. O volume da despesa paga, no total de 10,6 mil milhões de euros, representou um aumento significativo de 6,7% (+ 665,4 milhões de euros), tendo sido o valor mais elevado nos últimos onze anos.

- Não foram pagos 14,6% (1.810,8 milhões de euros) dos compromissos assumidos em 2022, tendo, contudo, este valor baixado 44,2 milhões de euros (-2,4%) em relação ao ano anterior.
- Considerando que o valor registado na receita deste ano, incluindo o saldo de gerência, foi de 12 881,6 milhões de euros e que o **montante de despesa paga** foi 10 612,0 milhões de euros, conclui-se que no final do ano económico de 2022 existiu um **saldo de tesouraria de 2 269,6 milhões de euros, na globalidade do sector autárquico**. Ora, este saldo de tesouraria foi superior em 458,8 milhões de euros ao total de compromissos por pagar contabilizados no final de 2022, pelo que se poderá concluir que o **sector autárquico apresentou, neste ano, um superavit económico** correspondente a este valor, **tendo-se assumido um volume de despesa inferior ao volume de receita disponível para a pagar.**
- Confrontando os níveis de variação da despesa com os níveis de variação da receita verificados em 2022 e constatando-se que a receita liquidada cresceu 10,4% (+1 029,0 milhões de euros) e a receita cobrada cresceu 9,6% (+947,7 milhões de euros), verificou-se que **a despesa cresceu a um ritmo inferior ao crescimento da receita**, resultando, nos fluxos de caixa, um volume das despesas pagas (10 612,0 milhões de euros) inferior em 254,5 milhões de euros ao volume de receitas cobradas (10 866,6 milhões de euros), **verificando-se, em 2022 um equilíbrio de caixa, ainda antes da possível mobilização do saldo da gerência anterior,** situação não verificável em 2020 e 2021, anos em que foram mobilizados os saldos de gerência para pagamentos de obrigações.
- Sendo de referir que nem todos os compromissos assumidos se transformaram, em 2022, em obrigações a pagar, sendo que em bom rigor, apenas estas deverão ser consideradas para efeito de dívidas a liquidar. Assim, **o superavit do exercício resultará da diferença entre o valor da receita incluindo saldo da gerência anterior (12 881,6 milhões de euros) e o total das obrigações do exercício (10 872,4 milhões de euros), isto é, no valor de 2 009,3 milhões de euros**. Mais se anota que o total das **obrigações que ficaram por pagar no exercício de 2022 foi de 260,3 milhões de euros** decorrendo essencialmente de faturações e operações de final do ano que não permitiram, ainda dentro do período do exercício, proceder à respetiva liquidação. **Este valor traduzirá a real dívida comercial constituída no final do ano económico de 2022**.
- Em 2022, o volume de compromissos assumidos no exercício representou 89,9% da despesa prevista corrigida das alterações e revisões efetuadas ao longo do ano económico. Quer isto dizer que, na globalidade, 10,1% da dotação orçamental para a despesa ficou por realizar, traduzindo, tal situação, **uma tendência para a adequação da despesa à receita**, já que esta ao nível das cobranças apresentou um grau de realização de 92,1% (+3pp que em 2021).
- Em 2022, o **grau de execução da despesa paga** em relação ao volume de obrigações gerados no exercício foi de 97,6%, traduzindo um índice elevado de pagamentos e apresentando um diferencial pouco significativo entre as percentagens de pagamento das despesas correntes e das de capital. Assim, em relação às primeiras foram pagas 97,8% das mesmas e em relação às segundas 97,2%, apresentando uma diferença de apenas 0,6%.
- De igual modo, é de assinalar, para o período entre 2012 e 2022, o aumento em 8,0% do peso da

despesa paga em relação aos compromissos assumidos. Efetivamente, em 2012 só foram pagos 77,4% dos encargos assumidos enquanto, em 2022, foram pagos 85,4% dos mesmos. Este é um dos indicadores mais comumente usado para efeitos de avaliação da execução da despesa e de controlo orçamental.

- Anota-se que 80 municípios apresentaram uma taxa de pagamento de compromissos superior a 90% e 290 municípios apresentam uma taxa de pagamentos de obrigações superior a 90%.
- A despesa paga em todo o Distrito de Lisboa representou 22,8% da despesa global paga pelo sector autárquico, tendo o segundo maior peso desta despesa sido apresentado pelo Distrito do Porto com a percentagem de 13,9%. Quer isto dizer que estes dois distritos juntos absorveram 36,7% da despesa global paga.
- O conjunto de **investimento direto pago** pelos municípios (aquisições de bens de capital) entre 2012 e 2022, foi de 17.680,6 milhões de euros, o que correspondeu a 85,4% do total de investimento direto e indireto realizado no mesmo período.
- O total de encargos assumidos pelos municípios em **investimento direto** foi de 3.238,3 milhões de euros (-248,9 milhões de euros, -7,1% que em 2021) dos quais foram pagos 2.311,0 milhões de euros (-4,7% que em 2021), isto é, 71,4% da despesa assumida, tendo ficado por pagar 927,3 milhões de euros. Todavia, se analisarmos as obrigações geradas no exercício, verifica-se que as mesmas atingiram o valor de 2.387,6 milhões de euros, podendo-se afirmar que foram pagas 96,8% das mesmas, sendo que a real dívida constituída nesta rubrica orçamental foi apenas de 76,7 milhões de euros.
- O distrito com maior volume de gastos em investimento foi o de Lisboa, tendo absorvido 22% do total pago nesta rubrica orçamental a nível nacional. Verificou-se ainda que o pagamento de investimentos no distrito de Lisboa cresceu +4,6% (+22,3 milhões de euros) em 2022.
- Em 2022, a despesa com **aquisição de bens e serviços correntes**, no total de 3 353,0 milhões de euros, cresceu 14,5%, tendo sido pago 81,3% das mesmas. Este aumento traduziu uma aceleração dos pagamentos em relação aos anos precedentes tendo-se revelado o maior acréscimo de despesa desta natureza desde 2012. Por outro lado, esta despesa representou 27,0% do total da despesa assumida pelos municípios, isto é, mais 2,2pp que em 2021, tendo 28 municípios apresentado, neste ano, diminuição de encargos pagos nesta categoria de despesa corrente. **Mais se verifica que esta despesa representou, no ano económico em apreço, 40,4% de toda a despesa corrente assumida pelas autarquias.**
- Considerando o **volume de Obrigações constituído, em 2022, em Aquisição de bens e serviços**, verifica-se que a despesa realizada se cifrou em 2.838,3 milhões de euros, tendo sido pago 96,1% deste valor, pelo que, **a dívida comercial resultante do volume de pagamentos efetuados será de apenas 111,4 milhões de euros, no que se reporta a aquisição de bens e serviços correntes.**
- O Distrito de Lisboa graças à despesa efetuada pelo município de Lisboa, é o distrito que maior volume de despesa efetua na aquisição de bens e serviços correntes. Cerca de 20,5% do total da despesa paga pelos encargos desta rubrica orçamental provêm do distrito de Lisboa, sendo o

Distrito do Porto o segundo deste ranking ao pagar cerca de 58,7% do montante liquidado pelo Distrito e Lisboa. **Estes dois distritos assumiram 32,5% do montante pago por todo o setor autárquico em aquisição de bens e serviços correntes, em 2022.**

- Só na Região da Madeira se verificou uma descida do valor de pagamentos de despesa efetua na aquisição de bens e serviços correntes, tendo o volume da mesma baixado 4,2%, apresentando os restantes distritos e regiões um aumento de pagamentos desta despesa, assinalando-se os acréscimos verificados nos: Distrito da Guarda (+26,6%), Distrito de Évora (+24,7%), Distrito de Setúbal (+24,1%) e Distrito de Santarém (+21,5%).
- Em 2022, a nível nacional, apenas seis municípios apresentaram despesas com pessoal com um peso inferior a 20% da despesa total, sendo que um deles é de grande dimensão (Cascais) e outros dois de média dimensão (Seia e Arcos de Valdevez).
- Em 2022, o **total de encargos assumidos pelos municípios em investimento** foi de 3.238,3 milhões de euros (-248,9 milhões de euros, -7,1% que em 2021) dos quais foram pagos 2.311,0 milhões de euros (-4,7% que em 2021), isto é, 71,4% da despesa assumida, tendo ficado por pagar 927,3 milhões de euros. Todavia se analisarmos **as obrigações geradas no exercício, verifica-se que as mesmas atingiram o valor de 2.387,6 milhões de euros**, podendo-se afirmar que foram pagas 96,8% das mesmas, sendo que **a real dívida constituída nesta rubrica orçamental foi apenas de 76,7 milhões de euros.**
- Em 2022, 28 dos 308 municípios apresentaram um crescimento da despesa de investimento superior a 50%.
- Considerando a totalidade das transferências (**transferências correntes, de capital e subsídios**) efetuadas por cada município, conclui-se que em 2022, 201 municípios apresentaram aumento do volume de pagamentos e 107 municípios apresentaram descida do mesmo.
- O volume de **subsídios atribuídos** aumentou 11,8% (+28,9 milhões de euros), o das **transferências correntes** cresceu 6,6% (+66,6 milhões de euros) e o **das transferências de capital** baixou 8,3% (-27,8 milhões de euros), tendo sido pago 99,7% dos subsídios constituídos, 99,0% das transferências correntes geradas em obrigações e 98,4% das transferências de capital da mesma espécie. Todavia se compararmos os pagamentos com os compromissos aprovados, conclui-se que se liquidaram menores percentagens de encargos, sendo que, em subsídios apenas se liquidara 98,1% dos compromissos assumidos, em transferências correntes 93,4% dos mesmos e em transferências de capital apenas 79,8% dos compromissos.
- O montante aprovado de **Transferências de Capital** foi de 384,0 milhões de euro, dos quais se transformaram em obrigações 311,5 milhões de euros tendo o montante pago sido de 306,5 milhões de euros. Quanto às **Transferências Correntes**, foram aprovados 1 146,5 milhões de euros, geradas 1 082,1 milhões de euros de obrigações e pagos 1 071,0 milhões de euros. Relativamente aos **Subsídios**, o valor assumido foi de 278,8 milhões de euros, transformados em obrigações 274,2 milhões de euros e pago 273,4 milhões de euros.
- Em 2022, o montante pago de 2.617,4 milhões de euros no **conjunto de aquisição de bens de capital e transferências de capital- investimento total**, representou 72,3% dos compromissos assu-

midos e 97,0% das obrigações constituídas, sendo que 2.311,0 milhões de euros corresponderam a pagamentos de aquisição de bens de capital (-4,7%, -114,8 milhões de euros) e 306,5 milhões de euros a pagamentos de transferências de capital (-8,3%, -27,8 milhões de euros).

- Do total dos municípios, verifica-se que 122 apresentaram aumento do montante global de investimento direto e indireto, sendo que 28 deles apresentaram aumento superior a 50%.
- Entre o mandato 2018–2021 e o mandato 2014–2017, o investimento total cresceu cerca de 47,9% (+2 762,8 milhões de euros), sendo que houve distritos e regiões onde esse crescimento foi superior a 50%. Estiveram nessa situação os Distritos de Lisboa (+70,1%), Distrito do Porto (+62,9%), Distrito de Coimbra (+57,8%) e Região da Madeira (+59%). Outros oito distritos apresentaram um aumento de investimento de um para outro mandato superior a +30%.
- O conjunto de **investimento direto pago** pelos municípios (aquisições de bens de capital) entre 2014 e 2022, foi de 14.541,7 milhões de euros, o que correspondeu a 85,6% do total de investimento direto e indireto realizado no mesmo período.
- Nos últimos onze anos, o **total amortizado de empréstimos** foi de 7.000,8 milhões de euros, tendo o ano de 2012 apresentado o maior valor de amortização (890,3 milhões de euros) e o ano de 2021 o menor volume de amortização (419,5 milhões de euros). **O valor amortizado em 2022 foi de 420,7 milhões de euros e apresentou uma taxa de crescimento de 0,3% (+1,2 milhões de euros) em relação a 2021.** Do total amortizado, 36,6 milhões de euros (8,7%) representaram amortizações dos programas PAEL e FAM.
- Em 2022, 109 Municípios apresentaram aumento do montante de amortizações de empréstimos, tendo os restantes 199 registado diminuição do mesmo.
- O total de pagamentos efetuados pelos municípios, em 2022, respeitante a **juros e outros encargos** foi de 33,4 milhões de euros, -2,5 milhões de euros (-6,9%) que em 2021 e -115,1 milhões de euros (-77,5%) que em 2012, ano de maior volume de encargos desta natureza, nos últimos onze anos.
- No universo dos 308 municípios, em 2022, 146 municípios diminuíram a despesa com juros e outros encargos financeiros contribuindo para a descida global desta despesa em 7% (-2,5 milhões de euros).
- Do mandato de 2014/2017 para o mandato 2018/2021, a despesa total paga em juros e outros encargos, baixou 44,8% (-188,7 milhões de euros).

Balanço orçamental (receita versus despesa) e Saldos orçamentais:

- Na globalidade do sector autárquico, 126 Municípios apresentaram **taxas de decréscimo do orçamento inicial** em 2022, pese embora em termos globais o orçamento inicial tenha apresentado taxa de crescimento de 4,8%.
- O aumento de receita cobrada entre 2012 e 2022 (+41,4%, + 3 183,1 milhões de euros) permitiu um alívio nas contas das autarquias, as quais foram apresentando progressivamente indicadores mais

elevados de pagamento de encargos assumidos, passando este rácio – que traduz a percentagem de pagamento das despesas comprometidas – de 77,4% em 2012 para 85,4% em 2022.

- Reforçando a constatação do **maior equilíbrio das contas autárquicas** verificou-se que o volume de despesa paga aumentou +39,9% (+3 025,0 milhões de euros) de 2012 para 2022, tendo a despesa corrente homóloga aumentado, no mesmo período, +56,3% (+2 703,6 milhões de euros) e a correspondente despesa de capital apresentado um acréscimo de +11,5% (+321,3 milhões de euros).
- Já o orçamento de receita entre 2012 e 2022 apenas cresceu apenas 1,1% (+130,4 milhões de euros) apresentando, contudo, em 2022 uma taxa de crescimento positiva 6,0%, sendo que, a taxa de execução da receita liquidada neste ano, foi de 92,6%, isto é: **apenas 7,4% da receita orçada não se concretizou, definindo um inflacionamento orçamental da mesma ordem e por isso de pequena monta.**
- A média nacional do peso da despesa comprometida relativamente à receita liquidada dos 308 municípios foi de 99,9% em 2022, sendo que **158 municípios apresentaram este rácio inferior a 100%**.
- Em 2022 pode-se concluir que **o peso dos pagamentos em relação às obrigações do exercício** no total de 10.872,4 milhões de euros foi de 97,6%, ficando por pagar apenas 260,3 milhões de euros de faturação, sendo que o valor do saldo e gerência anterior a utilizar para proceder a pagamentos de despesa foi de 2 015,0 milhões de euros, **ultrapassando assim a faturação não coberta por receita arrecadada em cerca de 1 754,7 milhões de euros.**
- Em 2022, o volume de receitas liquidadas acrescido dos saldos dos exercícios anteriores – **saldo orçamental na ótica dos compromissos** – foi superior ao volume de despesas assumidas em 519,4 milhões de euros, aumentando a sua performance em 243,6% (+368,2 milhões de euros) em relação ao ano anterior. Anota-se que a diferença entre as receitas liquidadas acrescidas dos saldos de gerência de exercícios anteriores e as despesas assumidas, só começou a apresentar valor positivo a partir de 2016, sendo extraordinariamente reforçado no triénio 2018–2020, traduzindo assim, um superavit financeiro revelador de uma progressiva sustentabilidade financeira no universo dos 308 municípios. Em 2022 voltou a ser bastante representativo, o superavit financeiro.
- Entende-se que numa boa prática de gestão autárquica, as receitas efetivas deveriam ser superiores às despesas efetivas. **Estiveram nesta situação 172 municípios, em 2022.**
- **Em 2022 o excesso (superavit) da receita (incluindo saldo da gerência) sobre as obrigações constituídas foi de 2.009,3 milh**ões **de euros, sendo este o contributo do sector autárquico para o equilíbrio orçamental das contas do Estado.**
- Apesar da melhor prestação da execução orçamental da despesa em 2022, a excelente performance da execução da receita cobrada superou-a, **tendo a taxa de execução da receita ultrapassado a taxa e execução da despesa em 13,6 pp.**
- **Entre 2012 e 2022, a diferença entre a média do grau de execução da despesa e a média do grau de execução da receita diminuiu drasticamente, passando de 12,5 pp em 2012 para -0,6pp em 2022, situação que contribuiu extraordinariamente para o equilíbrio global das contas municipais. Assim, não obstante, estarmos na ótica dos compromissos, a execução média da despesa,**

em 2022 foi inferior à execução média da receita em 0,5%, contribuindo para o excedente orçamental.

- Pela análise das contas do universo dos municípios verificou-se que 158 municípios apresentaram um volume de receita liquidada líquida igual ou superior ao total de despesa assumida, revelando um maior ajustamento da despesa realizada à receita passível de ser cobrada, demonstrando assim, um comportamento de gestão mais propício à redução da dívida comercial.
- A relação do montante de compromissos assumidos com o montante pago dos mesmos, acrescido das disponibilidades monetárias (excluídas de operações de tesouraria) existentes no final do ano económico, indicará o **índice de superavit orçamental, pois traduzirá um valor de receita (incluindo saldos anteriores de tesouraria) superior ao valor de compromissos assumidos** para o exercício económico em apreço. Assim, será expectável que este indicador seja igual ou superior a 100% nos municípios com elevada execução do grau de despesa e com disponibilidades de caixa superiores ao valor dos compromissos assumidos e por pagar. **Em dezembro de 2022, 162 municípios apresentaram este rácio com valor superior a 100%**.
- Em 2022, o sector autárquico, na sua globalidade, revelou equilíbrio orçamental nos termos previstos na Lei do Regime Financeiro Local, ao apresentar um valor francamente positivo do **saldo corrente deduzido das amortizações** médias dos empréstimos de médio e longo prazo (1 809,9 milhões de euros), manifestando este indicador, um acréscimo de 337,9 milhões de euros face a 2021.
- Em 2022, o total da despesa corrente acrescida das amortizações realizadas no ano económico em apreço, cresceu 757,7 milhões de euros, valor muito inferior ao acréscimo de receita corrente bruta cobrada neste mesmo ano (+1 095,6 milhões de euros).
- Em 2022, numa ótica de caixa, as receitas correntes ao crescerem 14,3% e as despesas correntes em 11,5% contribuíram para um **saldo corrente positivo de 10,1%**, tendo apenas um município, o de Ourique apresentado saldo corrente negativo e todos os restantes 307 municípios saldo corrente positivo.
- Entre 2012 e 2022 o **saldo corrente, na ótica dos compromissos,** cresceu 1.552,2% (+4.722 milhões de euros), tendo em 2022 face a 2021, apresentado um acréscimo de 53,2% (+1 745 milhões de euros). Em 2022 contribuíram para um saldo corrente positivo, 292 municípios.
- **O saldo orçamental**, **na ótica dos compromissos,** entre 2012 e 2022 cresceu +2.291 milhões de euros, ao passar do valor negativo de -1 771 milhões de euros para o valor positivo de 519 milhões de euros. **O ano de 2022 foi o sétimo ano económico consecutivo em que, as receitas totais liquidadas foram superiores ao valor total dos encargos assumidos**. Neste ano contribuíram para um saldo orçamental positivo 158 municípios.
- O **saldo global ou saldo efetivo**, **na ótica dos compromissos**, em 2022, foi positivo em 629 milhões de euros**, sendo o oitavo ano consecutivo em que este saldo se apresenta positivo considerando a totalidade dos municípios.** Neste ano o saldo efetivo cresceu 279,3% (+463 milhões de euros) e em relação a 2012, aumentou 1.699 milhões de euros.

- O **saldo primário**, **na ótica dos compromissos**, apresentou também um enorme crescimento (+1.546 milhões de euros) nos últimos onze anos ao passar de -878 milhões de euros em 2012 para 668 milhões de euros em 2022, sendo, também, o oitavo ano consecutivo em que este indicador se apresentou positivo no universo dos municípios. **Em 2022, o saldo primário, considerando todo o setor municipal, cresceu 221,1% (+460 milhões de euros). Anota-se que, em 2022, cerca de 173 municípios (+14 que em 2021) apresentaram saldo primário positivo.**

Pontos fracos

Receitas:

- **Em 2022, pese embora a aproximação da previsão orçamental da receita ao valor liquidado da mesma**, representando este 92,6% do total estimado, **ficaram por cobrar 877,5 milhões de euros, valor correspondente a 8,0% da receita liquidada**. Anota-se, contudo, que a receita por cobrar baixou, neste ano, 6,2% em relação ao ano anterior.
- **Em 2022 o montante de receita estimada e não liquidada foi de 877,5 milhões de euros** (-358,7 milhões de euros que em 2021). Anota-se que, em 2012, o montante de receita orçada e não liquidada atingiu o valor mais elevado ao totalizar 3 974,9 milhões de euros pelo que pode afirmar-se que **o inflacionamento orçamental nos últimos onze anos se reduziu em 3 097,5 milhões de euros (-77,9%).**
- A principal fonte de receita dos **municípios de pequena dimensão** são as **transferências correntes e de capital** que, agregadas, representaram, em 2022, 66,9% da receita cobrada por estes municípios. Neste grupo de municípios a **receita fiscal representou apenas 16,6%** do valor total arrecadado e os **passivos financeiros** 2,1%, daí a frágil independência financeira dos pequenos municípios.
- A comparação do peso das duas principais componentes da receita, impostos e transferências correntes e de capital, entre os **municípios de grande e os de pequena dimensão**, revela **a grande diferença de independência financeira existente entre estes grupos autárquicos**. Efetivamente, enquanto o peso da receita proveniente do total das transferências representou, para os municípios de pequena dimensão, 66,9% da receita total, para os municípios de grande dimensão representou apenas 29,0%, sendo que para os primeiros o montante das receitas fiscais representou 16,6% da receita total e para os segundos 48,7% da mesma.
- A colecta dos **impostos indiretos** com **o total de 19,8 milhões de euros e um decréscimo de 45,2%** teve uma repercussão negativa no total da colecta fiscal, tendo, todavia, **apresentado uma taxa de execução de 105,5%,** pois a diminuição desta receita tinha sido perspetivada em termos de previsões orçamentais.
- O número de municípios que apresentaram diminuição de IMT aumentou significativamente (+31,1%, +14 municípios), tendo 59 municípios apresentado decréscimo do valor desta coleta. De igual modo aumentou o número de municípios (+35,7%, +5 municípios) que apresentaram diminuição conjugada de IMI e IMT.

- **41 Municípios decidiram baixar a taxa de IMI a aplicar nas cobranças de 2022**, sendo que 35 apresentaram consequente diminuição do valor total cobrado.
- Face aos valores apurados conclui-se que 304 municípios apresentaram uma **receita em venda de bens e serviços correntes**, de montante inferior a 20 milhões de euros, sendo que 292 municípios apresentaram um resultado para esta receita, inferior a 10 milhões de euros.
- Em 2022, 65 Municípios não apresentaram qualquer valor de receita proveniente da Venda de Bens Duradouros.
- As transferências provenientes dos **Fundos Comunitários** baixaram consideravelmente em 2013 e 2014 (-25,1% e -32,6%) após um valor máximo de 708 milhões de euros, conhecendo a menor redução da década, em 2015 (-0,7%) e registando-se, em 2016, no universo dos 308 municípios a menor receita de Fundos Comunitários nos últimos onze anos, com apenas 196 milhões de euros. **Em 2018 voltam a apresentar um acréscimo significativo (+35,5%), reforçado em 2019 (+28%) e 2020 (+26,7%). Em 2022 registou-se, no conjunto de municípios a utilização de 588,5 milhões de euros de Fundos Comunitários, isto é, -46 milhões de euros (-7,3%) que no ano anterior.**
- Considerando o universo autárquico, 78 municípios apresentaram, em 2022, um volume de amortização de capital inferior ao volume de novos empréstimos contraídos.

Despesa:

- **Em 2022 não foram pagos 14,6% (1.810,8 milhões de euros) dos compromissos assumidos**, tendo, no entanto, este valor baixado -44,2 milhões de euros (-2,4%) em relação ao ano anterior.
- **Em 2022 foram pagas 97,6% das obrigações geradas no mesmo período, mas apenas executadas 78,7% das despesas previstas** ao relacionar-se o volume das obrigações do exercício com o volume de despesa prevista corrigida de alterações e revisões.
- Tendo como referência a despesa prevista, **o grau de execução da despesa paga no final de 2022 foi de apenas 76,8%,** apresentando, contudo, o aumento de 1,4pp face ao índice do ano anterior. Todavia entre 2012 e 2022, este indicador cresceu +13,6pp como resultado do extraordinário aumento do volume da despesa paga (+39,9%, +3 025,0 milhões de euros).
- **No final de 2022, a conjugação dos encargos por pagar no exercício, com os compromissos para anos futuros no total de 12,8 mil milhões de euros, reforça a chamada de atenção para a necessidade de uma efetiva contenção de despesa nos anos subsequentes e uma gestão mais cuidadosa de assunção de encargos, de modo a poder garantir-se a cobertura financeira da despesa assumida, bem como o enquadramento da despesa pública quanto à sua eficácia e eficiência.**
- Analisando-se a estrutura económica das **obrigações constituídas** no total de 10 872,4 milhões de euros, constata-se que 70,6% (+3,1pp que em 2021) das mesmas se alocaram às despesas correntes e só 29,4% às despesas de capital**. Mais se verifica que o total das obrigações corresponderam a 87,5% do valor total dos compromissos assumidos para o exercício.**

- Observando-se estrutura **da despesa paga**, por natureza económica, constata-se que foram priorizados os pagamentos da despesa corrente em detrimento da despesa de capital, relativamente aos compromissos assumidos. Assim, em 2022 foi pago 90,5% da despesa corrente assumida e apenas 75,3% da despesa de capital. Por esta razão, na estrutura da despesa paga, o total da despesa corrente assumiu o peso de 70,7% e a despesa de capital o peso de 29,3%.
- Pela análise das contas dos 308 municípios verificou-se que **222 municípios apresentaram, em 2022, acréscimo de volume de despesa paga,** tendo sido, todavia, menos 48 municípios que em 2021 (-17,8%).
- Do total dos municípios, verifica-se que **186 apresentaram descida do montante global de investimento direto e indireto**, sendo que 16 deles apresentaram uma diminuição superior a 50%.
- Ainda em relação ao ano de 2022, avaliando o peso dos pagamentos realizados em relação às despesas comprometidas mostra que **apenas foram pagos 71,4% das despesas de investimento, 79,8% das transferências de capital e 81,3% das despesas assumidas com a aquisição de bens e serviços**, apresentando-se, por contraponto, níveis de pagamento superiores a 90% nas outras rubricas económicas da despesa.
- As **Despesas com Pessoal**, em 2022, constituíram a rubrica de despesa com maior volume de pagamentos, apresentando um aumento de 10,9% traduzido num acréscimo de 320,9 milhões de euros. **Apresentaram aumento desta despesa 287 municípios, sendo que 185 municípios apresentaram um peso médio de despesa com pessoal superior ao peso da média nacional,** aferido em 30,8% (superior em 1,1pp à média obtida no ano anterior).
- Pouco favorável para a gestão autárquica, foi o acréscimo do **peso despesa com pessoal na despesa total**, pese embora o mesmo tenha decorrido da recuperação salarial após Troika e descongelamento das carreiras na função pública melhorando, assim, o bem-estar social. **Este indicador atingiu o seu valor mais alto em 2022 ao apresentar o peso de 32,6%.**
- **O Distrito de Lisboa consome 21,3% do total pago pelo sector autárquico ao Pessoal das autarquias** ao totalizar 697,5 milhões de euros nesta despesa municipal, sendo que neste distrito a mesma cresceu 5%.
- Em todos os distritos e regiões houve aumentos de **despesa com Pessoal**, no ano de 2022, sendo que foi na região da Madeira que esse crescimento menos se fez sentir ao aumentarem estas despesas apenas 1,1%. **Os distritos que apresentaram em 2022 maior crescimento da despesa com Pessoal, foram: Setúbal (+20,6%), Évora (+17,1%), Aveiro (+16,4%), Viseu (+16%) e Porto (+15,3%).**
- O montante pago de **Aquisição de bens e serviços correntes**, correspondeu a 81,3% dos encargos assumidos nesta rubrica orçamental ficando por pagar, na totalidade dos municípios, 626,1 milhões de euros de compromissos assumidos em 2022.
- Constatou-se que os quinze distritos e as duas regiões autónomas, apresentaram em 2022 taxas de evolução negativas no que se refere ao volume de pagamentos de **investimento**, sendo que oito deles apresentaram taxas negativas superiores a 10%, destacando-se pelo valor da descida de pagamentos o distrito de Portalegre (-30,6%) e a região da Madeira (-21,3%).

- Considerando o universo autárquico municipal**, 186 municípios apresentaram descida do montante pago de investimento, com 16 deles a registarem uma diminuição superior a 50%.**
- As autarquias, na sua generalidade, optaram por aumentar o nível de pagamento dos encargos com investimento a partir de 2015, melhorando o rácio de pagamentos das despesas de capital, pese embora continue a ser a despesa com menor índice de pagamento. **Em 2022 foi pago apenas 71,4% dos compromissos assumidos nesta rubrica orçamental**.
- Constata-se, ainda que os quinze distritos e as duas regiões autónomas, apresentaram em 2022 taxas de evolução negativas no que se refere ao volume de pagamentos de investimento, sendo que oito deles apresentaram taxas negativas superiores a 10%, destacando-se pelo valor da descida de pagamentos o distrito de Portalegre (-30,6%) e a região da Madeira (-21,3%).
- Em 2022 **o investimento total (direto e indireto) pago** dos municípios, ao somar 2 617,4 milhões de euros, apresentou um decréscimo de 5,2% (-142,6 milhões de euros) em relação ao ano anterior, tendo os pagamentos de **transferências de capital (investimento indireto),** no valor de 306,5 milhões de euros, baixado 8,3% (-27,8 milhões de euros) e o pagamento em **aquisição de bens e serviços (investimento direto)** no montante 2 311,0 milhões de euros, decrescido 4,7% (-114,8 milhões de euros).
- Em 2022, o montante pago de 2.617,4 milhões de euros no conjunto de aquisição de bens de capital e transferências de capital, representou 72,3% dos compromissos assumidos e 97,0% das obrigações constituídas, sendo que 2.311,0 milhões de euros corresponderam a pagamentos de aquisição de bens de capital (-4,7%, -114,8 milhões de euros) e 306,5 milhões de euros a pagamentos de transferências de capital (-8,3%, -27,8 milhões de euros).
- Em 2022, apenas 76 municípios pagaram a totalidade das **transferências correntes** constituídas como obrigações e 194 municípios as transferências de capital também assim constituídas. No que respeita aos **subsídios**, 120 municípios apresentaram valor em subsídios em obrigações, mas apenas 93 pagaram a totalidade dos mesmos.
- Considerando o **conjunto dos encargos assumidos em aquisição de bens de capital e transferências de capital**, verifica-se que o montante realizado, em 2022, de 3.622,3 milhões de euros foi inferior em 7,2% (-280,8 milhões de euros) ao valor homólogo realizado em 2021. Daquele montante, 3.283,3 milhões de euros corresponderam a aquisições de bens de capital, os quais diminuíram 7,1% (-248,9 milhões de euros), tendo os restantes 384,0 milhões de euros correspondido a transferências de capital, as quais baixaram 31,9 milhões de euros (-7,7%).

Balanço orçamental (receita versus despesa) e Saldos orçamentais.

- Desde 2017 que se verificou o abandono do deflacionamento dos orçamentos, com o orçamento de despesa a crescer constantemente sendo que em 2022 apresentou uma taxa de variação positiva de 4,7% (+546,6 milhões de euros). **Entre 2017 e 2022, o Orçamento Inicial cresceu 30,2%**

(+458,8 milhões de euros). Mais se verifica que o orçamento inicial corrigido **durante a execução orçamental, aumentou, durante o ano económico de 2022 cerca de 14,5%, aumentando, em termos absolutos, cerca de 1 750,6 milhões de euros.**

- O mesmo aconteceu ao orçamento de receita que vem crescendo desde 2017, apresentando uma taxa positiva em 2022, de 6,0%, sendo que a taxa de execução da receita se fixou nos 92,1% +3pp que em 2021), isto é: **7,9% da receita orçada não se concretizou, definindo um inflacionamento orçamental da mesma ordem.**
- Pouco concordante com a necessidade de equilíbrio das contas públicas foi o facto de o volume dos compromissos assumidos ter crescido mais que o orçamento previsional, apresentando um diferencial ainda que pouco significativo, mas superior em +0,5pp. Atenuou este cenário o facto **do total dos compromissos representar apenas 89,9% das previsões orçamentais ficando por se concretizar 10,1% da despesa prevista.**
- No universo total dos municípios, 158 apresentaram uma diferença negativa entre o grau de execução das receitas liquidadas e o grau de execução das despesas comprometidas. Destes, 45 municípios apresentaram um grau de execução das despesas comprometidas superior, em menos de 5%, ao grau de execução da receita
- Pese embora o balanço positivo do saldo corrente deduzido das amortizações, em 2022, treze municípios apresentaram desequilíbrio orçamental, sendo, contudo, menos quatro que o verificado em 2021.
- **Entende-se que numa boa prática de gestão autárquica, as receitas efetivas deveriam ser superiores às despesas efetivas. Estiveram nesta situação apenas 172 municípios, em 2022.**
- Entre 2012 e 2022 **o saldo de capital, na ótica dos compromissos,** manteve-se negativo aumentando essa negatividade em 42,2% neste período. Todavia em 2022 desceu ligeiramente 3% o seu valor negativo em relação a 2021. Em 2022 as despesas de capital ultrapassaram as receitas de capital em +286,6%.
- Em 2022 as receitas de capital diminuíram 14,9% a as despesas de capital baixaram 3,5%. Tendo ao longo dos onze últimos anos a receita de capital sido sempre inferior à despesa de capital e por consequência o **saldo de capital, em base de Caixa,** apresentou-se sempre negativo, aumentando essa negatividade em 2022 em cerca de 7,7%.
- Sete distritos apresentaram na globalidade **Saldo Efetivo e Saldo Primário** negativos face à exígua percentagem de municípios desses distritos com saldo primário positivo.

3. Informação patrimonial e Resultados económicos

Pontos fortes

Ativo:

- O **Ativo não corrente** representou 87,7% do Ativo total dos municípios e apresentou o valor de 40.627,5 milhões de euros, valor superior em 1 193,7 milhões de euros (+3%) ao valor do total contabilizado em 2021.
- Os **Ativos Fixos Tangíveis**, no valor de 37.083,6 milhões de euros representaram 80,1% do total do Ativo e 91,3% do total do Ativo não corrente. Cresceram em 2022, 3%, isto é, +1 080,2 milhões de euros.
- A rubrica de **infraestruturas** com o valor de 8.826 milhões de euros, em 2022, é a componente mais representativa dos Bens de Domínio Público, totalizando 64,3% do valor total de bens do domínio público e 23,8% do total dos Ativos Fixos Tangíveis.
- O montante considerado em **terrenos e recursos naturais**, no total de 2.572 milhões de euros, foi, em 2022, a segunda componente mais representativa do conjunto de ativos fixos que constituíram os Bens de Domínio Público. Representou 18,7% do valor dos Bens do Domínio Público e 6,9% do total dos Ativos Fixos Tangíveis. Este ativo decresceu 23,0% (-768 milhões de euros) em 2022.
- **Outros Ativos Fixos Tangíveis** que, em 2022, representou 61,9% do total dos Ativos Fixos Tangíveis, atingiu o valor global de 22.942,1 milhões de euros, crescendo 4,3%.
- Em relação aos **Ativos Correntes** constata-se que em 2022 os mesmos cresceram na totalidade 7,6% (+404,5 milhões de euros), representado, no entanto, 12,3% do total do Ativo.
- Verifica-se que as **disponibilidades reais** aumentaram 12,3% (+285 milhões de euros) em relação a 2021, totalizando no final do ano económico 2.599,7milhões de euros. Entre 2012 e 2022, cresceram +336.1% (+2 003,6 milhões de euros).
- No final de 2022 o total do **património líquido** era igual a 39.630,2 milhões de euros, representando uma taxa de crescimento de 3,2% face ao total do património líquido apresentado em 2021. A componente **Património/Capital** apresentou o montante total de 23.836,6 milhões de euros, representou 60,1% do total do património líquido e aumentou, em relação ao valor apresentado em 2021, cerca de +0,9% (+216,0 milhões de euros).
- Relativamente a 2022, verifica-se que o **resultado líquido do período para todo o setor municipal, foi de 585,0 milhões de euros**, representando apenas 1,5% do património líquido, mas aumentando em relação ao registo de 2021 cerca de **585,0 milhões de euros (+540,4%)**. Anota-se que 152 municípios apresentaram resultados líquidos negativos em 2022.
- Pelo peso que passou a representar no património líquido, com o SNC-AP, releva-se o valor de **outras variações no património líquido**, item que registou no final de 2022 o valor de 9.569,2 milhões de euros, isto é, 24,1% do total do património líquido, tendo crescido +6,7% em relação ao ano transato.

Passivo:

- Em 2022, apesar de ligeira, verificou-se uma diminuição do valor de **financiamentos obtidos** no Passivo corrente, face a 2021(-1,0%, -3,3 milhões de euros), tendo sido registado nesta rubrica 320,2 milhões de euros para todo o sector autárquico.
- Considerando que nos últimos dez anos em análise, o momento com maior dívida global proveniente de **financiamentos obtidos de médio e longo prazo**, no setor municipal, ocorreu em 2014, será de realçar a descida de financiamentos obtidos no Passivo não corrente, entre 2012 e 2022, em -1.571,0 milhões de euros (-39,4%) resultante, essencialmente, da quebra de utilização de empréstimos bancários.
- Da análise das contas verificou-se que 141 municípios dos 154 abrangidos pelo conjunto de programas de apoio FAM, PAEL e PREDE, apresentaram descida da dívida de curto prazo entre 2012 e 2022
- No total foram 103 os municípios que recorreram ao PAEL, tendo um amortizado a dívida em 2022, dois amortizado a dívida em 2021, outros dois amortizado a dívida em 2020, nove amortizado a totalidade em 2019, vinte e dois municípios liquidaram o capital em dívida em 2018 e outros trinta e um já tinham amortizado a totalidade em 2017. Assim, em dezembro de 2022, apenas 37 municípios mantinham capital em dívida neste programa de financiamento, nenhum de grande dimensão.
- Quanto à utilização da linha de empréstimos ao abrigo do PREDE verifica-se que um único município que mantinha no início de 2022 dívida bancária ao abrigo deste programa, mas que, a liquidou totalmente durante este ano. Foram 92 os municípios que recorreram a esta linha de apoio financeiro, dos quais 91 já procederam à liquidação do capital utilizado, sendo que, 19 liquidaram a totalidade do capital em dívida no final de 2018, tendo outros 5 já liquidado em 2017. Em 2019 foram 67 os municípios a liquidar o capital em divida deste programa de empréstimos.
- Considerando o universo dos municípios, 160 baixaram o valor do **Passivo exigível, em 2022.**
- O volume de **provisões,** em 2022, baixou 1,4% (-13,5 milhões de euros) face a 2021, totalizando 920,5 milhões de euros no universo dos 308 municípios.
- Os sucessivos decréscimos, verificados desde 2013, do valor do índice do limite à divida total (razão entre a dívida total das autarquias e o valor de 1,5 vezes a média da receita corrente liquidada nos últimos três exercícios) é um ótimo indicador da progressiva melhoria da situação global de endividamento das autarquias.
- Em relação ao ano económico de 2022, nenhum município apresentou uma dívida total a pagar superior ao valor do seu Ativo deduzido dos bens de domínio público**. Destaca-se pela positiva o facto de se identificaram 216 municípios com este rácio inferior a 20%**.
- Entre 2014 e 2021 a **Dívida total do universo municipal, sem qualquer exceção**, baixou 39,8% (-2 681,5 milhões de euros). Situação bastante favorável ao melhoramento do equilíbrio financeira das autarquias.

- Entre 2014 e 2021 a **Dívida total do universo municipal, com as exceções previstas na lei e sem a dívida não orçamental.** baixou 43,5% (-2 790,1 milhões de euros), fazendo com que neste período o Índice de Dívida Total baixasse 56,7%.
- Enquanto que o Índice da Dívida Total em 2014 se situou em 105,9%, em 2021 o mesmo indicador fixou-se em 49,2%, apresentando decréscimos progressivos desde 2014, o que é um ótimo indicador da progressiva melhoria da situação global de endividamento das autarquias.
- Entre 2014 e 2021 diminuíram em – 48 o número de municípios que excederam o limite da dívida total, cifrando-se em 17, os municípios em que ocorreram, em 2021, situações de excesso de limite de endividamento.
- **A média nacional dos passivos por habitante foi de 628 euros,** tendo o município de Sintra apresentado o menor valor de passivo por habitante (70,7 €/habitante) e o município de Vila Real de Santo António o maior passivo por habitante (6 322 €/habitante).
- A 30 de dezembro de 2022 apesar de existirem ainda 7 municípios com prazo médio de pagamento aos fornecedores superior a 90 dias, verifica-se que em relação à situação detetada em 2012, um número significativo de 141 municípios superou este constrangimento, revelando **uma melhoria de situação de 95,3%.**
- **O prazo médio de pagamento a fornecedores em 2022 foi de 21 dias** quando em 2014 tinha sido de 164 dias, demonstrando esta evolução **uma extraordinária melhoria na gestão do prazo de pagamentos por parte dos municípios.**

Gastos /Rendimentos:

- A principal componente dos gastos municipais tem sido os **custos/gastos com pessoal, representando em 2022 o peso de 34,2% da estrutura dos gastos totais do setor municipal** e, relativamente ao total dos gastos operacionais, o peso de 34,3%. O montante total dos custos/gastos com pessoal foi de 3 292,4 milhões de euros, +11,6% (+341,1 milhões de euros) do que em 2021.
- Os **fornecimentos e serviços externos** são o segundo item mais representativo na estrutura de gastos municipais, atingindo em 2022 o montante de 2 685,4 milhões de euros, que se traduziu num aumento de +336,6 milhões de euros (+14,3%) em relação ao ano anterior. O seu peso relativo nos gastos totais foi de 27,9%, e de 28,0% nos gastos operacionais.
- O **total dos rendimentos, em 2022,** foi de 10.216,0 milhões de euros, isto é, +1 152,6 milhões de euros (+12,7%) que os proveitos obtidos no ano precedente. Observando o comportamento dos **rendimentos operacionais** verifica-se que os mesmos cresceram também +12,7% (+1 148,9 milhões de euros) ao totalizarem 10 201,3 milhões de euros.
- Decorrente da estrutura da receita municipal, do grau elevado de execução da receita fiscal e ainda do volume de transferências recebidas pelos municípios, é coerente que, no quadro da estrutura dos rendimentos, as componentes de maior peso sejam os **impostos e taxas**, bem como

as **transferências e subsídios obtidos** (correntes), as quais apresentaram as percentagens, respetivamente, de 43,0% e de 37,8% no total dos rendimentos. **Anota-se que o volume total destas duas rubricas, neste ano económico, representou 80,7% dos rendimentos totais e 80,8% dos rendimentos operacionais.**

- O volume de **impostos e taxas** registados como rendimentos totalizou 4.390,6 milhões de euros, traduzindo um aumento de +487,9 milhões de euros (+12,5%) em relação a 2021. No entanto, **considerando o período de onze anos, em relação a 2012** estes **rendimentos aumentaram +79,2%** (+1 940 milhões de euros). Anota-se que, sendo esta a principal componente da estrutura global dos proveitos/rendimentos municipais, é relevante comparar a sua evolução neste período de onze anos com a evolução do total dos gastos dos 308 municípios, excluindo amortizações. Ora os **gastos assim determinados cresceram +47,5%** (+2 597,7 milhões de euros**) entre 2012 e 2022.**
- Em 2022, o montante de rendimentos obtidos com **transferências e subsídios (correntes),** representando 37,8% dos rendimentos totais**,** foi de 3 858,0 milhões de euros, traduzindo um aumento de +474 milhões de euros (+14%). No período de onze anos, estes proveitos/rendimentos aumentaram +38,4% (+1 071 milhões de euros), opondo-se ao decréscimo progressivo verificado entre 2012 e 2014 (anos de crise económico-financeira e austeridade) um maior crescimento apresentado nos anos seguintes, nomeadamente a partir de 2020.

Resultados:

- **Em 2022, o valor dos resultados económicos líquidos foi de 585,0 milhões de euros para a totalidade do setor municipal, traduzindo um acréscimo, face a 2021, de +540% (+493,5 milhões de euros).** No entanto, neste ano, 152 municípios apresentaram resultados negativos (+10 municípios que em 2021).
- **Em 2022, os resultados operacionais globais apresentaram o montante de 614,5 milhões de euros (+406%, +493,1 milhões de euros)**, traduzindo um acréscimo extraordinário em relação ao ano precedente.
- O conjunto dos municípios de **grande dimensão** apresentou o volume total positivo de 248,0 milhões de euros, e o conjunto dos municípios de **média dimensão** registou o montante positivo de 248,0 milhões de euros.
- Observando as contas dos 308 municípios, verifica-se que 38 municípios passaram de resultados económicos negativos em 2021 para resultados económicos positivos em 2022.
- **Em 2022 a EBITDA apresentou o valor positivo de 2 181,0 milhões de euros e uma taxa de crescimento de +29,2% (+492,5 milhões de euros) face a 2021.**

Pontos fracos

Ativo:

- Entre 2020 e 2022 o valor das dívidas a receber cresceu 9,7%, **apresentando em 2022 o valor total de 2.729,8 milhões de euros**, superior em 246,3 milhões de euros ao valor escriturado em 2020. Este valor subdivide-se em **dívidas a receber não correntes** no total de 176,9 milhões de euros e **dívidas a receber correntes** no total de 2.615,9 milhões de euros representando 93,7% do total das dívidas a receber. A componente mais representativa das dívidas a receber, em 2022, foi **outras contas a receber correntes (correntes)** no valor de 2.163,3 milhões de euros.
- Em 2022, verificou-se que 307 municípios apresentaram valores correntes inscritos em **clientes contribuintes e utentes** no total de 207,8 milhões de euros (+8,7%), 213 municípios apresentaram valores inscritos em **devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis** no total de 216,4 milhões de euros (+2,4%), e 304 municípios apresentaram valores inscritos em **outras contas a receber** no total de 2.163,3 milhões de euros (+2,7%).
- O montante considerado em **terrenos e recursos naturais**, no total de 2.572 milhões de euros, representa a segunda componente mais representativa do conjunto de ativos fixos que constituem os **Bens de Domínio Público**. Representou 18,7% do valor dos Bens do Domínio Público e 6,9% do total dos Ativos Fixos Tangíveis. Este ativo decresceu 23,0% (-768 milhões de euros) em 2022.
- Embora com pesos muito inferiores no Ativo total, referem-se, para 2022, as **participações financeiras** e **outras contas a receber (correntes),** respetivamente com o peso de 5,6% e 4,7%. A primeira apresentou o volume de 2.614,5 milhões de euros e a segunda o valor de 2.163,3 milhões de euros.
- Em 2022, os **depósitos e caixa** representaram 6,2% do Ativo total e 50,0% do Ativo corrente. Mais se verifica que o valor dos depósitos e caixa, aumentaram neste ano, 278,8 milhões de euros (+10,8%).
- Pesando apenas 1,1% nas dívidas a receber, a dívida do **Estado e outros entes públicos** totalizou em 2022, cerca de 28,3 milhões de euros, crescendo, todavia 0%.

Passivo:

- O total do **Passivo não corrente** foi, em 2022, de 4.547,4 milhões de euros, representou 67,9% do passivo total e cresceu 5,4% face a 2021, enquanto o **Passivo corrente** no valor de 2.147,5 milhões de euros, representou 32,1% do total do Passivo e cresceu 7,0%.
- Mais se verificou que o total do **Passivo exigível** foi de 4.470,1 milhões de euros, representou 66,8% do Passivo total e aumentou 1,5% (+66,1 milhões de euros). Contribuiu, essencialmente, para este aumento o acréscimo de valor de **fornecedores e credores** de curto prazo em +68,4milhões de euros (+5,2%) ao totalizar o valor de 1 372,2 milhões de euros.

- Depois de decréscimos sucessivos do **Passivo exigível** dos municípios, entre 2012 e 2020, este cresceu em 2021 cerca de 2,1% e em 2022 cerca de 1,5%.
- **Pela análise das respetivas contas conclui-se que 148 municípios aumentaram o seu Passivo exigível em 2022, resultando no acréscimo global de 66,1 milhões de euros (+1,5%).**
- **O acréscimo da dívida em 2022 em 66,1 milhões de euros, localizou-se fundamentalmente no Distrito do Porto ao crescer nesta região 59,7 milhões de euros. Por outro lado, a região que mais contribui para a descida da dívida foi o Distrito de Setúbal com uma descida de 23,9 milhões de euros.**
- 45 municípios apresentaram um valor de dívidas a pagar superior ao montante de dívidas a receber adicionadas das disponibilidades.
- Em 2022 a diminuição de **financiamentos obtidos** no Passivo corrente, face a 2021, foi de apenas 1,0% (-3,3 milhões de euros), tendo sido apresentados nesta rubrica 320,2 milhões de euros.
- Os **financiamentos obtidos** de médio e longo prazo foram a maior parcela do Passivo apresentando, em 2022, o valor de 2.420,4 milhões de euros, representando 36,2% do Passivo total e cresceram 0,1%.
- Verifica-se que o volume de provisões, ainda que elevado, em 2022, baixou 1,0% (-13,7 milhões de euros) ao totalizar 920,5 milhões de euros no universo dos 308 municípios.
- Refere o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), no seu artigo 52º, que **a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Acontece que** ainda existiriam, em 2021, 17 municípios com este rácio acima do que será permitido por Lei, devendo, por isso, ter-lhes sido reduzido, no exercício de 2022, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite fosse cumprido. Estes municípios deveriam, por isso, contrair empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros.
- Em dezembro de 2022, **13 municípios** (menos 4 que em 2021) apresentaram um **montante da receita corrente cobrada bruta inferior à despesa corrente paga acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo**. Quer dizer que estes 13 municípios apresentaram um saldo corrente (deduzido das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo) negativo, quando calculado na base dos pagamentos. Contudo, destes municípios, em 2022, só **5 apresentaram o valor absoluto do saldo superior a 5% das receitas correntes totais**, sendo inferior nos restantes 8 municípios.
- No final do ano económico de 2022, **77 municípios apresentaram um saldo corrente negativo**, na base da despesa corrente assumida, acrescida das amortizações médias dos empréstimos. Destes, **37 municípios apresentaram um valor absoluto dessa diferença negativa, superior a 5% das receitas totais cobradas**.

Gastos /Rendimentos:

- Os **custos/gastos** totais relativos ao universo dos municípios apresentaram o seu valor mais alto em 2022, ao somarem o valor de 9.631,0 milhões de euros, com um aumento de 7,3% (+659,0 milhões de euros) em relação ao ano transato.
- No universo dos 308 municípios, em 2022, os **custos/gastos operacionais** cresceram 7,3% (+655,8 milhões de euros), tendo sido apurados 9.588,8 milhões de euros, o valor mais elevado entre 2012 e 2022.
- Em 2022, 284 municípios contribuíram para o aumento dos gastos com pessoal no setor, e 280 municípios contribuíram para o aumento de gastos em fornecimentos e serviços externos.
- Uma componente relevante dos gastos totais têm sido as **amortizações/depreciações** do Ativo imobilizado/não corrente, a qual nos entes públicos, reveste uma importância assaz diferente da assumida na análise económica de empresas do setor privado, podendo, inclusive, distorcer a avaliação dos gastos face ao elevado montante de Ativo imobilizado/não corrente suscetível de amortização/depreciação, mas em grande parte não alienável. O valor das amortizações/depreciações representou, em 2022, na estrutura de gastos dos municípios, 16,2% dos gastos totais. O valor líquido contabilizado, neste ano, foi de 1.563,7 milhões de euros baixando 0,1% (-2,0 milhões de euros) em relação a 2021.
- As **transferências e subsídios concedidos** são gastos que apresentaram um peso médio de 15,9% na estrutura dos gastos municipais e o peso de 16,0% nos gastos operacionais. Em 2022 o valor desta rubrica cresceu apenas 1,1% (+16,7 milhões de euros) ao somar o valor total, no todo do setor municipal, de 1.532,6 milhões de euros, sendo **que 200 municípios contribuíram para o aumento destes gastos.**
- Os **gastos financeiros no total de 42,2 milhões de euros** e cujo peso na estrutura de gastos municipais tem sido pouco significativo (0,4% dos gastos municipais em 2022), apresentaram um acréscimo de 3,1 milhões de euros (+8,0%), para o qual contribuíram 196 municípios. No entanto, **112 municípios diminuíram os seus gastos financeiros**.
- Outros rendimentos a referir, em 2022, são as resultantes da **prestação de serviços, de vendas e de variação de produção**, que em conjunto, representaram o peso de 10,1% nos rendimentos totais, registando neste ano um acréscimo em relação a 2021 (+15,7%, +139,2 milhões de euros), ao totalizarem 1 028,6 milhões de euros. Mantemos a convicção de que o baixo peso destes rendimentos resultará do facto de terem sido concessionadas a empresas municipais ou a serviços municipalizados a maior parte de competências geradoras de rendimentos relacionados com vendas e prestação de serviços. Contudo, enquanto entre 2012 e 2022 o produto das vendas, prestação de serviços e variação da produção aumentou 43,8% (+313 milhões de euros).

Resultados:

- Em 2022 os **resultados líquidos** foram consideravelmente diferentes nos três grupos de municípios. Foram negativos, no total de -31,2 milhões de euros no conjunto dos **municípios de pequena dimensão**.
- Os **resultados operacionais** foram negativos também apenas no conjunto dos municípios de pequena dimensão (-20.8 milhões de euros), tendo contribuído para esta situação 124 municípios.
- Simultaneamente com **resultados líquidos e resultados operacionais negativos**, aparecem 2 municípios de grande dimensão (Oeiras e Setúbal) e 22 municípios de média dimensão com resultados operacionais negativos e da mesma dimensão, 23 com resultados líquidos negativos.
- Observando as contas dos 308 municípios, verifica-se que 48 municípios passaram de resultados económicos positivos em 2021 para resultados económicos negativos em 2022.

4. Setor Empresarial Local (SEL)

Pontos fortes

- Analisam-se neste ponto do anuário, valores e indicadores relativos à atividade financeira das entidades pertencentes ao SEL, reportados ao final do ano de 2022 no universo de 155 entidades, sendo que 119 são EM's ou entidades empresariais locais, 5 são sociedades anónimas, 2 são sociedades por quotas e 29 são entidades intermunicipais.
- Todavia a informação económico-financeira apresentada, neste anuário, agrega para o ano económico de 2022 os valores de 137 entidades das 155 entidades suprarreferidas, uma vez que não foi possível obter informação financeira de 13 empresas municipais e de 5 empresas intermunicipais. Representando estas 137 entidades empresariais de natureza local, 88% das entidades empresariais existentes, consideram-se os resultados da análise global da informação financeira prestada pelas mesmas, suficientemente fiáveis e passíveis de expressar a situação económico-financeira extensiva e, por isso, generalizada a todo o universo do SEL.
- Entre 2012 e 2022, o número de entidades do SEL baixou 43,6%, diminuindo em 120 o número de entidades existentes e em atividade.
- Dado que, relativamente a 16 das 137 entidades com informação disponível para o ano económico de 2022, não se dispõem de informação financeiramente comparável, para os anos compreendidos entre 2012 e 2022, para efeitos de análise evolutiva de valores referentes a este período, **consideraram-se os montantes totais de 121 empresas (88,3% de todo o SEL** com informação disponível de 2022), por se dispor de informação económico-financeira completa das mesmas, para os referidos anos.
- Entendeu-se que o volume de informação prestado pelas 121 entidades empresariais será uma amostra suficiente e fiável para o conhecimento e compreensão da evolução económico-financei-

ra do SEL entre 2012 e 2022, considerando-se pouco relevante, para efeitos de análise global do setor, a ausência de informação das referidas 16 entidades empresariais.

- Em relação às 137 entidades do SEL consideradas na presente análise e referentes a 2022, anota-se que apresentaram, no seu conjunto, um **Ativo global** de 2.964,5 milhões de euros, constituído em 74% por ativos não correntes. O **Passivo**, contabilizado em 1.256,9 milhões de euros, apresentou a preponderância do Passivo corrente (Passivo de curto prazo) sobre o Passivo não corrente (passivo de mlp) em +2pp.
- Comparando o valor do Ativo total do SEL (2.964,5 milhões de euros) com o Ativo total dos 308 municípios (46.325,2 milhões de euros), pode-se concluir que aquele representou 6,4% deste.
- Quanto à comparabilidade do **Passivo exigível** do SEL com o Passivo exigível dos 308 municípios, conclui-se que o Passivo exigível do SEL, ao apresentar o valor de 1.097,8 milhões de euros (-6% que no ano transato), representou 24,6% do Passivo exigível do universo dos municípios (4.470,1 milhões de euros).
- Será de relevar que, em 2022, o Passivo exigível do SEL baixou -6,0% enquanto, no mesmo ano económico, o Passivo exigível dos 308 municípios cresceu 1,5%.
- Em 2022, 83,9% do **Ativo não corrente** era constituído por **ativos fixos tangíveis** no total de 1.421,7 milhões de euros, tendo aumentado 3,4% (+46,6 milhões de euros) em relação ao ano transato. É de notar que 70,7% do valor dos ativos fixos tangíveis é justificado por 11 EM's, que apresentaram, cada uma, valores superiores a 50 milhões de euros. A entidade que registou maior valor em ativos fixos tangíveis foi a CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM, com 167,3 milhões de euros.
- Em 2022, os **ativos intangíveis**, com um peso de 11,8% no total do Ativo não corrente, foram o segundo elemento mais representativo do Ativo não corrente, ao totalizarem o valor de 200,4 milhões de euros, isto é, -3,8 milhões de euros (-1,9%) que o verificado no ano anterior.
- A estrutura do Ativo corrente alterou-se a partir de 2015, ao apresentar como Ativo de maior valor o item **Caixa e depósitos bancários**. Esta componente do Ativo corrente registou, em 2022, o valor de 212,7 milhões de euros, revelando um aumento de 9,3% (+18,1 milhões de euros), passando para primeira posição, com o peso de 43,3%. Está em segunda posição em 2022, **Outras contas a receber** ao apresentar o valor de 150,7 milhões de euros e um decréscimo de 3,3% (-5,2 milhões de euros de euros).
- Em 2022, dezoito entidades empresariais apresentaram em **Caixa e depósitos bancários** variações positivas superiores a 1 milhão de euros. Em 2022, contribuíram para o acréscimo global deste Ativo, contribuíram 64 empresas das 121 empresas consideradas para efeitos de comparabilidade, isto é, 62% das mesmas.
- Outro ativo relevante no conjunto dos ativos do SEL para além da já referida conta **Outras contas a receber**, que, em 2022 representou 30,7% do total do Ativo corrente, tem sido **Clientes, contribuintes e utentes**, que apresentou o valor de 79,8 milhões de euros, um peso de 16,3% no Ativo corrente total e um decréscimo de 2,2% (-1,8 milhões de euros) em relação ao ano anterior.

- Mais se verificou que a soma do valor de **Clientes, contribuintes e utentes** e de **Outras contas a receber** ao representar 46,9% do Ativo corrente, baixou 2,9% tendo contribuído para este decréscimo a diminuição do valor em **Outras contas a receber** de 54 entidades empresariais e o decréscimo de valor em **Clientes, contribuintes e utentes** em 57 entidades empresariais.
- Outro Ativo corrente que interessa relevar, pela importância que reveste na estrutura económica de algumas entidades empresariais, embora o seu peso relativo tenha sido em 2022 de apenas 4,0%, são as dívidas ao **Estado e outros entes públicos**, que apresentaram, em 2022, um acréscimo de 1,4% (+273 milhares de euros), ao registarem na totalidade 19,6 milhões de euros.
- Um dos ativos disponíveis a curto prazo que interessa referir, face à notoriedade do seu registo no balanço, com as alterações introduzidas pelo SNC-AP, são os **Ativos não correntes detidos para venda.** Em 2018, o total destes ativos manteve-se igual ao valor registado em 2017, mas em 2019 o montante cresceu extraordinariamente em 1.218% (+1,35 milhões de euros), apresentando o montante de 1,46 milhões de euros. Em 2020, o valor deste ativo diminui 95,4% (-1 365 milhares de euros), passando a apresentar o valor de 66 milhares de euros e representando apenas 0,01% do total do Ativo corrente. **Em 2021 não apresentou qualquer registo de valor o mesmo acontecendo em 2022, para o universo de entidades supramencionado de 121 para efeitos de comparabilidade.**
- Em 2022, para o grupo de 121 entidades estudadas, o valor apresentado de **Capital próprio** do SEL foi de 1.239,3 milhões de euros, representando um acréscimo de 2,4% (+29,6 milhões de euros) em relação ao ano anterior. O item **Capital subscrito** tem sido a componente de Capital próprio de maior valor, representando, em 2022, 51,3% do mesmo e totalizando o montante de 635,9 milhões de euros, isto é, +0,3% em relação ao ano anterior.
- O **Resultado líquido do período**, em 2022, do conjunto das entidades empresariais analisadas cresceu 71,8% (+15,0 milhões de euros) em relação ao ano anterior, atingindo o maior montante registado no período entre 2012 e 2022 ao registar-se o valor global positivo de 35,9 milhões de euros.
- Será de referir o facto de, em 2022, não se registaram dívidas de médio e longo prazo a fornecedores, situação já verificada em 2021.
- Em 2021, o volume do **Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos** cresceu 16,8% (+23,3milhões de euros), ao totalizar o valor de 161,8 milhões de euros, o mesmo acontecendo ao **Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e imposto)**, que evidenciou um acréscimo significativo de 64,6% (+21,6 milhões de euros), ao apresentar o valor de 54,9 milhões de euros.
- O **Resultado antes de impostos**, em 2022, ao registar o valor global de 47,9 milhões de euros cresceu 79,6% (+21,3 milhões de euros) reforçando a tendência para a crescimento verificada no ano anterior.
- Do universo das 137 entidades empresariais analisadas em 2022, cerca de 115 (83,9%) obtiveram resultados líquidos positivos;
- Os **resultados operacionais** apresentaram um acréscimo de 21,6 milhões de euros (+64,6%), refor-

çando o sentido ascendente verificado em 2021, ao apresentar em 2022, o valor de 54,9 milhões de euros;

- Anota-se em 2022, o acréscimo dos rendimentos em 6,6% (+65,8 milhões de euros) originado, em grande parte, pelo **acréscimo de Vendas e serviços prestados** em 57,3 milhões de euros (+7,2%) e no aumento de **Impostos e Taxas** em 161,7% (+13,7 milhões de euros.

Pontos fracos

- Na composição do Ativo não corrente, verifica-se a descida em 4,8% do valor registado em **Participações financeiras – MEP**, ao apresentar o valor global de 15,7 milhões de euros (-798 milhares de euros que em 2021).
- Outro Ativo não corrente, cuja evolução interessa analisar, é o valor de **Acionistas/Sócios**, o qual representa a dívida dos municípios ao SEL por via da não satisfação das suas obrigações, enquanto acionista ou sócio. Este ativo só começou a representar um montante significativo a partir de 2013, ao ser apresentado o valor de 10,8 milhões de euros, resultante do registo de uma única entidade: Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação, a qual se manteve de 2015 a 2019, com o montante de 16,1 milhões de euros, tendo diminuído em 2020 para 15,98 milhões de euros, em 2021 para 15,72 milhões de euros e em 2022 para 15,475 milhões de euros. Outras obrigações de autarquias perante EM's, enquanto acionistas ou sócios, foram sendo liquidadas, não surgindo qualquer registo contabilístico desde 2015, para além deste. Mais se verifica que o valor registado apresentou um decréscimo e 1,6% (-250 milhares de euros).
- As **propriedades de investimento** foram outro ativo, embora com peso pouco significativos no total do Ativo não corrente (1,3%), ao registarem o valor de 21,5 milhões de euros, que interessa assinalar pelo decréscimo apresentando em 2022 de 55,3% (-26,6 milhões de euros) em relação ao ano anterior
- Importa relevar, pela importância que reveste na estrutura económica de algumas entidades empresariais, embora o seu peso relativo tenha sido em 2022 de apenas 4%, são as dívidas do **Estado e outros entes públicos**, que apresentaram, em 2022, um aumento de 1,4% (+270 milhares de euros), ao registarem na totalidade 19,6 milhões de euros.
- No universo do SEL, o **Passivo total** aumentou 0,6% (+5,3 milhões de euros), ao totalizar 947,3 milhões de euros, em 2022. Mais se verificou que para este acréscimo concorreu o aumento de valor do **Passivo corrente** em +33,5 milhões de euros (+7,7%), tendo o **Passivo não corrente** baixado 5,6% (-28,2 milhões de euros).
- O peso do **Passivo não corrente** (passivo de médio e longo prazo) apresentou-se sempre superior ao do **Passivo corrente** (passivo de curto prazo) entre 2012 e 2022. Em 2022, o **Passivo não corrente** representou 50,6% do **Passivo total**, isto é, um peso superior em 1,2pp ao peso do **Passivo corrente**. O montante assinalado em dezembro de 2022 de **Passivo corrente** foi de 468,4 milhões

de euros e o de **Passivo não corrente** foi de 478,9 milhões de euros.

- Em 2022, 72,9% do **Passivo não corrente** era constituído por **Financiamentos obtidos**, no total de 332,3 milhões de euros. Este valor representou uma diminuição de 26,6 milhões de euros (-7,3%) em relação a 2021. Contribuíram para esta diminuição as 55 entidades empresariais.
- Outro item que convém referir é o de **Outras dívidas a pagar**, que apresentou o ligeiro acréscimo de 0,8% (+783 milhares de euros) ao totalizar 97,4 milhões de euros em 2022. No nosso entender, esta rubrica económica deveria apresentar um valor residual. No entanto, o seu peso na estrutura da dívida de médio e longo prazo foi ainda muito relevante ao representar 20,3% do **Passivo não corrente.** Releva novamente assinalar o peso de acréscimos, em Outras dívidas a pagar, pelo facto de os acréscimos não cumprirem a definição de passivo.
- Há a referir 2 itens do **Passivo não corrente** que continuaram a apresentar, em 2022, algum peso na estrutura deste Passivo, embora com importância distinta, face à natureza económica das mesmas. Trata-se dos **Passivos por impostos diferidos** e das **Provisões**. Os primeiros, com o valor de 13,5 milhões de euros e representando 2,8% do **Passivo não corrente**, apresentaram uma diminuição de 11,4% (-1 734 milhares de euros), enquanto as **Provisões**, que totalizaram 35,7 milhões de euros, representaram 7,5% do **Passivo não corrente** e traduziram, também, uma descida de 2,8% (-1,0 milhões de euros).
- Em 2022, as componentes com maior peso no **Passivo corrente** foram: **Outras dívidas a pagar**, com o peso de 43,8% e o montante registado de 205,3 milhões de euros, traduzindo um acréscimo de 9,0% (+16,9 milhões de euros); **Financiamentos obtidos**, com o peso de 15,4%, no montante de 72,2 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 6,1% (-4,7 milhões de euros); **Fornecedores**, com o peso de 19,3% e um acréscimo de valor de 2,4% (+2,1 milhões de euros), ao registar o montante de 90,4 milhões de euros. É importante assinalar o peso de acréscimos, em **Outras dívidas a pagar**, pelo facto de os acréscimos não cumprirem a definição de passivo, aplicando-se aqui caso a problemática da periodização relacionada com valores correspondentes a férias e a subsídio de férias.
- Em relação aos gastos, verificou-se um aumento do seu valor total em 44,6, milhões de euros (+4,6%) resultante, essencialmente, do aumento em **Fornecimentos e serviços externos** em 28,7 milhões de euros (+6,1%), se bem que os **Gastos com pessoal**, também tiveram um crescimento significativo (+7,0%, +19,5 milhões de euros).

5. Serviços Municipalizados

Pontos fortes

- O **Ativo Total dos SM's** em 2022 totalizou 1 216,9 milhões de euros, cresceu a uma taxa de 4% (+47,2 milhões de euros) e representou 12,4% do total do ativo do conjunto dos municípios que os tutelam.

- O total do **Ativo não corrente dos SM's,** em 2022, somou 949,8 milhões de euros, representando 78% do Ativo Total e 11,5% do valor homólogo dos municípios que tutelam os serviços municipalizados. Em 2022 cresceu 4,2% (+38,1 milhões de euros).
- **O Ativo corrente dos SM's** em 2022 totalizou 267,1 milhões de euros, representou 22% do Total do Ativo dos SM's e cerca de 17,7% do ativo corrente dos 26 municípios que tutelam os SM's. O ativo corrente em 2022 cresceu 3,5% (+9,1 milhões de euros).
- A componente mais representativa do Ativo total dos SM's são **os Ativos fixos tangíveis** que em 2022, totalizaram 940,3 milhões de euros, isto é 77,3% do Ativo Total e 13,2% do total do ativo dos 26 municípios que gerem os serviços municipalizados. Apresentaram uma taxa de crescimento de 4,4% (+40,0 milhões de euros).
- O item **Caixa e depósitos**, que nos municípios apresentou um peso de 8,5% na estrutura do Ativo, nos SM's apresentou um peso de 13,0% e um acréscimo em relação a 2021 de 2,3% (+3,6 milhões de euros). Mais se verificou que em 2022 representou 18,9% do valor registados pelos municípios que tutelam os SM,s ao apresentar no total 157,6 milhões de euros. Em comparação com 2012 o montante registado em **Caixa e depósitos**, em 2022 aumentou cerca de 60%.
- A **dívida a receber de médio e longo prazo** (mlp) em 2022, baixou 996,5 milhares de euros (-58,0%), ao apresentar o total de 722,8 milhares de euros. No entanto, quando comparada com o valor homólogo de créditos sobre terceiros de 332,3 milhares de euros, registado em 2019 verifica-se, em 2022, um acréscimo 390,5 milhares de euros (+117%).
- No final de 2022, o total do **Património líquido** era igual a 1 008,9 milhões de euros e tinha crescido 5,0% (+50,1 milhões de euros), representando 11,6% do Património Líquido dos 26 municípios tutelares. A componente, mais representativa do Património líquido, **Património/Capital** apresentou o montante total de 343,5 milhões de euros, representou 34,0% do total do **Património líquido** e cresceu 3,7% em relação a 2021.
- Relativamente a 2022, verifica-se que o **Resultado líquido** do período para o setor dos SM's se apresentou no valor de 1,3 milhões de euros, aumentando extraordinariamente, em relação ao registo de 2021, cerca de 4,5 milhões de euros (+140%), sendo que 10 serviços municipalizados apresentaram resultado líquido negativo, e 15 aumentaram o resultado líquido de 2021 para 2022.
- Ao analisar a **evolução da dívida a terceiros** no conjunto dos SM's, entre 2012 e 2019, releva-se a sua descida, verificada neste espaço de tempo, de 47,5 milhões de euros (-13,0%) passando de 376,6 milhões de euros em 2012 para 329,2 milhões de euros em 2019.
- Relativamente à estrutura dos rendimentos, verifica-se uma grande diferenciação quanto à origem dos mesmos nos municípios e nos SM's. Assim, as principais fontes financeiras dos SM's são as **Prestações de serviços**, e as **Vendas**, respetivamente, com os pesos de 60,5% e de 29,0% no total dos rendimentos. Faz-se notar a desproporção verificada quando se comparam os valores destes rendimentos com os rendimentos homólogos obtidos pelos municípios de tutela, registando-se as razões, respetivamente, de 201,1% e 1 721,6%.
- O **Total de Rendimentos dos SM´s**, em 2022 foi de 471,6 milhões de euros tendo apresentado

uma taxa de crescimento de 5.4% (+24,2 milhões de euros) em relação ao ano transato. Este valor representou, 22,2% do total de rendimentos auferidos neste mesmo ano pelo conjunto dos municípios de tutela.

- O **Total dos rendimentos** auferidos pelos SM´s entre 2012 e 2022 cresceram 23,1% (+88,3 milhões de euros). Entre 2012 e 2022, verificou-se, também, uma significativa subida do peso das **prestações de serviços** nos rendimentos totais em 7,9 pp e, uma variação do peso das **vendas** no sentido oposto em -0,6 pp.
- Nos SM's, o **peso dos gastos com pessoal** nos gastos totais foi inferior ao verificado no universo dos municípios (-7,1pp) e ao verificado no conjunto dos municípios que os tutelam (-7,8pp).
- **O índice que traduz os resultados económicos por habitante** foi bastante inferior, no contexto dos SM's (0,45€), ao dos índices homólogos obtidos no conjunto dos municípios de tutela (47,9€) e no universo global dos municípios (55,9€). Todavia os valores cresceram extraordinariamente em 2022. No que se refere aos serviços municipalizados passaram de um índice negativo de -1,2€ em 2021 para o valor positivo referido.
- Na globalidade **os resultados económicos dos SM´s aparecem com sinal positivo** e no total de 1,3 milhões de euros, **tendo em relação ao ano transato aumentado cerca de 4,5 milhões de euros.**

Pontos fracos

- Do Ativo dos SM's, destaca-se o valor das **dívidas a receber de Clientes, contribuintes e utentes** desses mesmos serviços, no total de 61,8 milhões de euros, representando 5,1% do total do Ativo dos SM's, com um volume equivalente a 196,2% das dívidas homólogas a receber do conjunto dos municípios que os tutelam, no conjunto do Ativo não corrente e do Ativo corrente.
- Do total das dívidas a receber pelos SM's, em 2022, no valor de 99,7 milhões de euros, 99,3% resultaram **de dívidas de curto prazo (98,9 milhões de euros) e só 0,7% (722,8 milhares de euros) traduziram dívida de médio e longo prazo (dívidas a receber não correntes).**
- **A Divida a receber de curto prazo em 2022,** cresceu 5,2% (+4,9 milhões de euros) e representou 16,6% do total da dívida a receber de curto prazo do conjunto dos municípios que tutelam os serviços. Ao invés, **a dívida a receber de médio e longo prazo baixou 10,3% (-82,9 milhões de euros)** e representou 1,8% do valor homólogo do conjunto dos municípios que tutelam os serviços.
- Em 2022, cerca de 61,9% das dívidas a receber de curto prazo pelo conjunto dos SM's são provenientes do item **Clientes, contribuintes e utentes**. Comparando o peso destes créditos sobre terceiros com o peso homólogo no conjunto dos 26 municípios de tutela dos SM's, verifica-se que o peso das dívidas a receber de **Clientes, contribuintes e utentes** é muito inferior no conjunto destes 26 municípios, apresentando o peso homólogo de 4,8% e o valor de 30,6 milhões de euros em 2022.
- **Outras contas a receber** no conjunto de valores de curto, médio e longo prazo**,** é uma rubrica das Dívidas a receber que em 2022 totalizaram 33,3 milhões de euros, apresentando um crescimento

de 13% (+3,9 milhões de euros) e o peso de 33,4% no total das Dívidas a receber.

- Verificou-se um acréscimo da dívida do **Estado e outros entes públicos** aos SM's, considerando a evolução entre 2012 e 2022. Efetivamente neste período a dívida aumentou 34% (+658,2 milhares de euros). Todavia, o total considerado em 2022 de 2,6 milhões de euros, apresentou uma diminuição de 7,6% (-211,8 milhares de euros). Mais se considera que esta rubrica em relação ao valor homólogo dos 26 municípios tutelares, representou 54,2% do mesmo. **Considera-se, por isso, um valor excessivo de dívida de entes públicos, aos SM´s.**
- O **Total dos Gastos dos SM's**, em 2022, foi de 470,3 milhões de euros e aumentaram em relação ao ano transato 4,4% (+19,7 milhões de euros). Mais se constata que o total de gastos dos serviços municipalizados representam 23,6% do total dos gastos dos 26 municípios que os tutelam.
- A maior componente de gastos dos SM's, em 2022, foi **Fornecimentos e serviços externos**, com o peso de 34,6% nos gastos totais, tendo apresentado um diferencial em relação ao peso de **Gastos com pessoal** (estes, representando 27% na estrutura de gastos) de +7,6 pp. Trata-se de uma situação inversa à verificada na estrutura de gastos dos municípios que tutelam os SM's, onde o peso de **Gastos com pessoal** foi superior ao peso de **Fornecimentos e serviços externos** em +4,6pp.
- Os valores apresentados em **Fornecimentos e serviços externos** e **Gastos com pessoal** pelo global dos SM´s, em 2022, foram respetivamente de 162,9 milhões de euros e de 127,0 milhões de euros. Mais se verifica que Fornecimento e serviços externos, em 2022, cresceu 9,4% (+13,9 milhões de euros) e os Custos co pessoal, cresceram 3,6% (+4,4 milhões de euros) neste mesmo ano.
- Outro item relevante na estrutura dos gastos dos SM's foi **Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas**, o qual representou 18,0% dos gastos totais, ao apresentar, em 2022, o valor de 84,5 milhões de euros, +1,2% (+1 milhão de euros) que o valor apresentado em 2021. Mais se anota que este custo é 434% maior que o custo homologo do conjunto dos municípios que tutelam os serviços.
- Em 2022, o total do **Passivo não corrente** dos SM's foi de 120,9 milhões de euros e representou 58,1% do Passivo total, enquanto o **Passivo corrente**, no valor de 87,1 milhões de euros, representou 41,9% do total do Passivo.
- O **Passivo total**, no valor de 208,0 milhões de euros, apresentou, em dezembro de 2022, um decréscimo de 1% (-2,9 milhões de euros), representando 18,6% do valor homólogo dos municípios que os tutelam. **Entre 2012 e 2022 o Passivo Total dos SM´s baixou 45%, isto é, -168,6 milhões de euros**. No entanto, entre 2020 e 2022, baixou apenas 2% (-5,1 milhões de euros).
- Em 2022, o total do **Passivo exigível** dos SM's foi de 137,4 milhões de euros, representou 66,1% do Passivo total e cresceu, +5,6% (+7,3 milhões de euros) em relação a 2021. **No entanto entre 2020 e 2022, o Passivo exigível dos SM´s cresceu 31% (+32,4 milhões de euros).**
- Será de referir que, em 2022, **doze dos 24 SM's apresentaram descida de Passivo exigível**, sendo de relevar a descida percentual de: SMAS de Vila Franca de Xira (-29,4%), SMAS de Caldas da Rainha (-27,1%), SMAS da Maia (-20,6%) e Teatro Municipal de Faro-SM (-20,2%).
- Em relação à dívida a terceiros dos SM's no ano de 2022, verificou-se que o total dos **Financiamentos obtidos** representaram 24,2% do total das dívidas, ao totalizar 50,3 milhões de euros, tendo

crescido em relação ao ano transato 14,4% (+6,3milhões de euros). Relativamente aos respetivos municípios de tutela, o valor dos financiamentos obtidos representou 34% do total do passivo.

- Relativamente à estrutura do Passivo dos SM´s em 2022, anota-se que **Outras Contas a Pagar**, no total de 63,6 milhões de euros, representou 73,0% do Passivo Corrente e, 30,6% do Passivo Total. Mais se verificou que cresceu em relação ao ano transato, 25,6% (+12,9 milhões de euros).

6. Ranking global

- Para uma pontuação total de 1 900 pontos, a pontuação máxima registada em 2022 foi de 1 732 pontos, alcançada pelo município de Sintra, município de grande dimensão. A segunda maior pontuação foi de 1 646 pontos, tendo sido atribuída ao município de Santana, município de pequena dimensão, tendo a terceira maior dimensão sido de 1 658 e obtida pelo município da Santa Maria da Feira (município de média dimensão).
- Em relação à avaliação efetuada para 2022, aplicando os indicadores e critérios definidos co Capítulo 5 deste anuário, anota-se que, **dos 100 municípios com melhor classificação, 15** são de grande dimensão, 3**9 de média dimensão e 46 de pequena dimensão.** Representando os pequenos municípios 60,1% do total do universo, conclui-se que, genericamente, os municípios de pequena dimensão são os que apresentam maior dificuldade em integrar o ranking dos 100 melhores municípios, em termos de eficácia e eficiência financeira, situação justificada, essencialmente, pelo baixo valor de receitas próprias, designadamente as provenientes de impostos.
- Em resultado da aplicação do Ranking Global, só 85 municípios se poderão considerar com um nível satisfatório de eficácia e eficiência financeira – com base nos indicadores selecionados por este Anuário – ao obterem uma pontuação total superior ou igual a 50% da pontuação global. Em face deste cômputo, a situação não foi muito favorável aos restantes 223 municípios (72,4% do total do universo), os quais apresentaram uma pontuação global inferior a 50% da pontuação total do Ranking Global, isto é, uma pontuação inferior a 950 pontos. Destes 85 municípios mencionados, 54 obtiveram uma pontuação entre 50% e 70% da pontuação máxima possível.
- Ainda numa análise por distritos, verificou-se que os distritos de Faro, Leiria, Lisboa, Região da Madeira e Setúbal foram os que conseguiram integrar metade ou mais dos seus municípios na lista dos 100 melhores do país em termos de eficácia e eficiência financeira.

ANEXO I
DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO MUNICÍPIOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, 2022

Notas:

1) Pelos motivos apresentados na nota introdutória ao capítulo 4, não estão incluídas as cooperativas de interesse público

2) Apresentam-se no final da lista, e não integrados nos municípios, as empresas intermunicipais com mais de 3 municípios participantes.

Unidade: euros

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total 2021*	Dívidas a receber	N.º trab. 2022**	N.º hab. 2022***
						Dívidas a pagar	Financiamentos e Outras				
CM	M	Abrantes	–	191 761 242	-648 509	440 000	2 329 698	15,1%	8 524 960	543	33 795
SMA		SMA de Abrantes	100%	17 211 757	-767 524	0	2 223 310	–	891 497	108	–
CM	M	Águeda	–	93 545 472	1 196 170	289 275	6 896 555	10,6%	10 621 223	503	46 495
CM	P	Aguiar da Beira	–	55 766 178	-1 904 972	0	972 698	9,5%	1 061 191	154	5 279
CM	P	Alandroal	–	11 008 373	-1 200 288	14 428 442	1 177 775	189,9%	1 636 589	186	5 004
CM	M	Albergaria-a-Velha	–	71 231 583	169 097	4 731 743	3 882 701	43,6%	5 480 146	365	25 241
CM	M	Albufeira	–	272 847 390	10 581 922	5 377 510	9 531 291	n.d.	32 480 724	1 352	45 169
CM	P	Alcácer do Sal	–	77 647 420	3 768 390	2 340 128	2 826 864	10,3%	7 902 900	506	11 035
CM	P	Alcanena	–	57 151 609	-363 191	5 544 172	2 277 937	33,0%	3 605 923	293	12 538
EM SA		AQUANENA	100%	19 036 591	-786 565	48 914	5 308 951	–	4 634 824	–	–
CM	M	Alcobaça	–	114 957 650	1 127 028	479 735	4 994 648	6,8%	2 436 639	611	56 031
SMAS		SMAS - Alcobaça	100%	11 681 027	24 102	0	1 352 810	–	1 503 627	69	–
CM	P	Alcochete	–	77 327 311	996 988	4 111 160	4 928 852	26,3%	5 171 553	550	19 711
CM	P	Alcoutim	–	33 686 225	-1 558 746	1 802 489	1 112 069	28,1%	1 174 799	178	2 457
CM	M	Alenquer	–	91 944 876	1 645 480	1 986 448	5 019 119	21,6%	14 032 318	643	46 738
CM	P	Alfândega da Fé	–	46 163 759	-190 733	13 606 853	2 231 758	197,3%	1 203 637	209	4 227
CM	P	Alijó	–	39 776 840	-204 983	8 908 372	2 825 229	99,4%	2 348 149	236	10 339
CM	P	Aljezur	–	30 666 336	887 283	1 042 557	1 207 509	16,3%	2 046 462	254	6 166
CM	P	Aljustrel	–	42 805 637	465 450	3 123 977	4 083 007	55,7%	2 597 844	281	8 899
CM	G	Almada	–	580 275 742	4 618 239	14 594 386	12 158 333	21,5%	42 545 940	2 546	178 254
EM SA		WEMOB	100%	1 198 875	22 767	76 875	472 975	–	217 747	–	–
SMAS		SMAS de Almada	100%	44 129 953	-1 521 653	1 792 399	8 766 163	–	9 943 347	460	–
CM	P	Almeida	-	46 762 486	-909 803	575 512	1 147 390	n.d.	1 374 066	218	5 691
CM	M	Almeirim	-	70 371 022	2 438 542	6 023 825	1 690 439	50,3%	1 017 191	326	22 544
CM	P	Almodôvar	–	62 733 370	-768 419	3 266 526	1 750 463	36,2%	2 549 590	284	6 681
CM	P	Alpiarça	–	55 824 408	378 495	4 874 589	1 443 037	70,5%	1 405 756	186	7 186
CM	P	Alter do Chão	–	35 962 327	-834 595	220 808	650 830	n.d.	1 256 285	145	3 164
CM	P	Alvaiázere	–	46 841 342	-769 130	1 163 425	1 044 585	78,6%	1 186 134	124	6 281
CM	P	Alvito	–	22 267 963	-1 528 481	1 411 409	737 030	40,1%	421 815	140	2 260
CM	G	Amadora	–	461 244 675	8 545 005	6 701 370	12 761 346	12,1%	24 364 274	1 748	174 511
SIMAR		SIMAS de Oeiras e Amadora	50%	207 972 252	-1 523 597	0	16 732 300	–	20 424 999	394	–

* **Fonte:** Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL); Índice de Dívida Total relativo a 2021, que será atualizado, na versão *online* do Anuário, quando os dados de 2022 forem publicados pela DGAL
Índice de Dívida Total = Dívida total de operações orçamentais do município / média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

** **Fonte:** Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL); N.º relativo a 2022

*** **Fonte:** Instituto Nacional de Estatística; estatística 2022

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total 2021*	Dívidas a receber	N.º trab. 2022**	N.º hab. 2022***
						Dívidas a pagar	Financiamen-tos e Outras				
EM		Amadora Inovation	100%	385 518	−31 984	0	111 366	–	347 949	–	–
CM	**M**	**Amarante**	**–**	**125 634 322**	**1 188 257**	**22 226 289**	**5 925 952**	**69,0%**	**6 189 901**	**831**	**52 035**
CM	P	Amares	–	50 280 174	2 230 013	3 917 184	2 304 736	30,7%	3 803 072	297	19 191
CM	**M**	**Anadia**	**–**	**109 609 322**	**−1 043 078**	**1 683 844**	**2 169 633**	**8,9%**	**3 021 923**	**399**	**27 819**
CM	**M**	**Angra do Heroísmo**	**–**	**156 449 435**	**1 403 586**	**6 585 184**	**2 984 126**	n.d.	**7 704 234**	**336**	**33 885**
EIM		TERAMB	60%	26 765 607	−160 766	2 302 266	5 166 795	–	1 918 939	–	–
CM	**P**	**Ansião**	**–**	**51 691 798**	**−1 678 194**	**2 757 395**	**1 225 264**	**36,2%**	**1 891 168**	**190**	**11 685**
CM	M	Arcos de Valdevez	–	121 812 771	−637 533	4 363 293	5 078 422	n.d.	2 587 572	263	20 692
CM	**P**	**Arganil**	**–**	**57 218 282**	**−139 947**	**4 065 860**	**3 734 997**	**49,9%**	**4 469 770**	**278**	**11 130**
CM	P	Armamar	–	32 383 528	−417 395	3 930 666	1 457 928	64,5%	922 372	180	5 693
CM	**M**	**Arouca**	**–**	**88 469 204**	**2 257 369**	**475 767**	**2 259 296**	**12,0%**	**2 702 666**	**314**	**20 903**
CM	P	Arraiolos	–	45 132 271	−1 015 900	2 255 668	1 613 343	36,2%	1 359 538	179	6 739
CM	**P**	**Arronches**	**–**	**38 984 567**	**−640 177**	**0**	**698 518**	n.d.	**30 322**	**107**	**2 776**
CM	P	Arruda dos Vinhos	–	29 685 984	228 353	3 850 260	2 547 886	53,9%	3 975 206	271	14 855
CM	**M**	**Aveiro**	**–**	**269 760 535**	**20 101 001**	**56 892 643**	**15 632 313**	**124,8%**	**5 006 211**	**891**	**83 508**
EM		Aveiro Expo – Parque de Exposições	51%	180 008	148 925	0	121 958	–	78 105	–	–
CM	**P**	**Avis**	**–**	**41 776 442**	**−2 090 222**	**513 272**	**1 004 817**	**17,2%**	**854 143**	**199**	**3 784**
CM	**M**	**Azambuja**	**–**	**54 897 251**	**−1 537 539**	**5 188 920**	**5 723 909**	**25,7%**	**6 660 001**	**422**	**22 244**
CM	P	Baião	–	63 839 814	−262 943	6 078 930	3 428 824	31,8%	1 776 939	392	17 257
CM	**G**	**Barcelos**	**–**	**192 063 756**	**1 234 856**	**2 366 950**	**12 289 782**	**22,7%**	**16 558 056**	**1 274**	**116 493**
EM		EMEC – EM de Educação e Cultura	100%	−1 219 165	−199 243	1 250 000	625 966	–	514 078	–	–
CM	**P**	**Barrancos**	**–**	**11 305 716**	**−471 008**	**390 921**	**473 989**	**18,3%**	**278 217**	**124**	**1 457**
CM	**M**	**Barreiro**	**–**	**118 691 767**	**−999 551**	**19 946 878**	**13 610 063**	n.d.	**15 351 449**	**1 237**	**78 855**
SIMAS		SMTC – Transp. Colectivos do Barreiro	100%	1 421 266	−499 653	11 260 740	1 953 405	–	1 312 742	194	–
CM	**P**	**Batalha**	**–**	**64 099 758**	**593 932**	**1 889 657**	**2 299 341**	**28,1%**	**3 668 517**	**234**	**15 991**
CM	**M**	**Beja**	**–**	**127 491 823**	**1 166 998**	**6 393 430**	**3 649 288**	**32,8%**	**4 836 255**	**638**	**33 504**
EEM		EMAS – EM de Água e Saneamento de Beja	100%	12 155 688	117 679	4 657 306	2 776 109	–	1 456 202	–	–
CM	**P**	**Belmonte**	**–**	**21 935 760**	**−714 266**	**3 130 340**	**7 301 561**	**164,0%**	**1 852 296**	**117**	**6 175**
EM		EMPDS – Promoção e Desenvolv. Social	100%	−35 564	−111 692	0	109 841	–	33 778	–	–
EIM SA		Parkurbis, Parque de Ciência e Tecn. Covilhã	0,2%	1 953 301	−60 984	1 611 219	344 862	–	339 494	–	–
CM	**M**	**Benavente**	**–**	**82 506 226**	**1 558 709**	**3 548 906**	**3 478 869**	**8,0%**	**10 543 874**	**593**	**31 476**
CM	**P**	**Bombarral**	**–**	**52 745 568**	**581 185**	**300 922**	**971 365**	**7,7%**	**2 323 149**	**206**	**13 492**
CM	**P**	**Borba**	**–**	**31 938 382**	**−1 640 659**	**4 208 279**	**1 774 038**	**80,6%**	**1 181 115**	**202**	**6 403**
CM	**P**	**Boticas**	**–**	**66 505 461**	**−2 482 113**	**124 715**	**1 139 210**	**10,2%**	**2 630 837**	**167**	**4 899**
CM	**G**	**Braga**	**–**	**712 448 043**	**843 342**	**17 984 304**	**35 071 225**	n.d.	**61 163 074**	**2 033**	**197 594**
EM		AGERE – Águas, Efluentes e Resíduos	51%	74 995 760	7 794 380	30 865 783	40 705 903	–	40 837 528	–	–
EM		BRAGAHABIT – Habitação	100%	13 539 777	107 616	1 211	2 167 374	–	1 823 600	–	–
EM		InvestBraga – Agência p/ Dinamiz. Económica	100%	333 489	8 143	1 224	676 449	–	396 440	–	–
EM SA		Teatro Circo de Braga	100%	1 788 736	104 927	212 544	464 107	–	820 576	–	–
EM		TUB – Transportes Urbanos	100%	6 210 905	1 801 033	15 050 587	3 440 245	–	3 701 698	–	–
CM	**M**	**Bragança**	**–**	**176 893 913**	**−1 340 513**	**1 733 268**	**5 755 375**	**12,7%**	**12 259 253**	**586**	**34 977**

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total 2021*	Dívidas a receber	N.º trab. 2022**	N.º hab. 2022***
						Dívidas a pagar	Financiamen-tos e Outras				
CM	P	Cabeceiras de Basto	–	80 900 353	438 663	3 486 443	2 561 574	39,2%	1 717 601	340	15 482
CM	P	Cadaval	–	41 175 146	769 717	1 088 181	1 689 590	13,4%	1 438 149	285	14 024
CM	M	Caldas da Rainha	–	130 237 997	2 788 089	3 730 298	4 890 593	n.d.	1 576 341	556	52 399
SMTC		SMAS de Caldas da Rainha	100%	33 090 135	–1 169 096	0	1 347 741	–	1 000 682	182	–
CM	P	Calheta (R.A.A.)	–	20 645 452	–355 774	0	296 413	1,3%	108 436	97	3 514
CM	P	Calheta (R.A.M.)	–	49 790 830	2 259 770	3 368 908	823 897	18,9%	1 399 254	186	10 962
CM	M	Câmara de Lobos	–	155 696 158	123 097	5 070 016	1 424 859	49,5%	2 658 612	234	32 416
CM	P	Caminha	–	13 540 072	362 023	3 366 097	18 289 425	122,4%	1 362 128	320	16 116
CM	P	Campo Maior	–	53 530 657	–2 999 195	215 628	1 383 028	12,4%	2 845 387	270	7 954
EM		CampoMaior XXI	100%	28 048	79 315	0	20 307	–	49 546	–	–
CM	M	Cantanhede	–	133 095 457	2 369 506	4 910 668	2 864 155	48,5%	9 052 501	494	34 370
EM SA		INOVA – Emp. Desenv Econom e Social	100%	24 687 412	94 240	5 402 589	2 394 655	–	2 220 140	–	–
CM	P	Carrazeda de Ansiães	–	29 526 205	–2 955 397	922 207	1 351 268	9,9%	10 516	161	5 393
CM	P	Carregal do Sal	–	35 226 066	–881 299	1 658 849	1 902 341	30,5%	1 530 277	230	9 073
CM	M	Cartaxo	–	3 888 026	220 064	48 973 144	2 306 876	367,4%	18 310 169	359	23 942
CM	G	Cascais	–	882 038 617	72 247 528	13 010 562	26 644 146	23,0%	78 418 932	2 327	213 928
EM SA		Cascais Dinâmica	100%	29 319 759	312 602	0	1 476 043	–	1 232 880	–	–
EM SA		Cascais Envolvente	100%	1 689 166	4 543	4 231 603	466 577	–	1 319 738	–	–
EM SA		Cascais Próxima	100%	3 398 991	7 745	17 085 252	3 749 687	–	12 080 440	–	–
EM SA		EMAC – EM de Ambiente de Cascais	100%	2 139 747	211 809	4 020 022	3 521 759	–	1 445 337	–	–
CM	P	Castanheira de Pêra	–	23 746 496	–223 668	1 447 023	463 507	49,5%	799 407	106	2 679
EM		Prazilandia -Turismo e Ambiente	100,0%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	–	–
EM SA		RIBEIRAPERA	56%	766 105	5 620	27 909	20 811	–	453 330	–	–
CM	M	Castelo Branco	–	422 563 777	–5 451 194	1 800 552	8 652 135	15,7%	10 776 065	573	52 366
SMAS		SM de Castelo Branco	100%	52 105 514	–798 304	0	1 989 813	–	1 883 923	140	–
EM SA		ALBIGEC	100%	276 082	–289 892	0	186 912	–	17 514	–	–
CM	P	Castelo de Paiva	–	35 237 135	2 536 674	2 782 505	1 890 881	44,6%	1 157 475	251	15 390
CM	P	Castelo de Vide	–	48 399 048	–1 855 564	6 883	549 045	22,5%	100 441	163	3 194
CM	P	Castro Daire	–	60 631 005	–736 472	3 312 911	4 736 310	17,9%	1 784 048	283	13 595
CM	P	Castro Marim	–	65 592 267	–1 302 389	3 494 775	3 573 441	39,2%	4 308 228	268	6 672
CM	P	Castro Verde	–	41 415 443	–556 799	2 736 959	2 813 234	41,0%	1 486 873	262	6 947
CM	P	Celorico da Beira	–	29 914 838	1 105 882	9 271 403	2 271 097	137,7%	2 945 074	230	6 526
CM	P	Celorico de Basto	–	59 475 573	2 035 297	10 778 330	2 663 677	116,9%	2 329 405	368	17 570
CM	P	Chamusca	–	40 410 502	–956 299	192 202	1 241 150	3,9%	429 481	220	8 532
CM	M	Chaves	–	156 023 919	6 818 387	14 067 741	11 087 946	80,9%	7 391 278	657	37 306
EM SA		GEMC – Gestão Equipamentos	100%	1 568 258	–25 293	45 000	247 844	–	267 104	–	–
CM	P	Cinfães	–	49 863 585	2 081 034	1 923 814	2 145 293	9,9%	1 666 347	319	17 557
EM		Quinta de Tuberais – Ensino Prof. de Cinfães	100%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	-	-
CM	G	Coimbra	–	622 221 533	1 923 482	26 549 089	31 181 795	65,2%	43 712 124	1 921	142 252
SM		SMTUC – Transp. Urbanos de Coimbra	100%	9 544 188	1 333 826	2 344 144	2 456 622	–	2 972 349	486	–
EM		AC Aguas de Coimbra	100%	59 690 166	2 105 811	3 333 333	14 864 751	–	9 091 706	–	–

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total 2021*	Dívidas a receber	N.º trab. 2022**	N.º hab. 2022***
						Dívidas a pagar	Financiamen-tos e Outras				
EM SA		iParque – Parque Inov. Ciência, Tecno. Saúde	93%	5 545 444	–119 814	913 050	611 966	–	1 020 189	–	–
EM		PRODESO – Ensino Profissional	69%	–38 751	–238 991	101 500	98 813	–	483 792	–	–
CM	**P**	**Condeixa-a-Nova**	**–**	**57 670 549**	**727 586**	**1 749 588**	**2 499 363**	**30,9%**	**3 918 319**	**281**	**17 164**
CM	**P**	**Constância**	**–**	**24 722 965**	**–480 080**	**702 235**	**875 994**	**19,5%**	**1 179 187**	**139**	**3 872**
CM	**P**	**Coruche**	**–**	**113 390 908**	**2 557 494**	**1 098 916**	**2 856 292**	**11,3%**	**2 401 988**	**416**	**17 349**
CM	**P**	**Corvo**	**–**	**11 481 913**	**–71 225**	**151 102**	**115 486**	**14,9%**	**32 072**	**36**	**432**
CM	**M**	**Covilhã**	**–**	**322 778 176**	**511 108**	**22 350 959**	**4 416 458**	n.d.	**11 134 654**	**649**	**46 015**
EEM		ICOVI – Infraestruturas e Concessões	100%	76 360 358	72 181	3 081 246	1 983 157	–	602 767	–	–
EIM SA		Parkurbis, Parque de Ciência e Tecn. Covilhã	79,6%	1 953 301	–60 984	1 611 219	344 862	–	339 494	–	–
EM		ADC – Aguas da Covilhã	51%	15 300 959	184 416	2 370 070	6 522 632	–	13 832 764	–	–
CM	**P**	**Crato**	**–**	**29 702 998**	**–778 940**	**2 393 357**	**1 050 195**	n.d.	**531 622**	**117**	**3 255**
CM	**P**	**Cuba**	**–**	**22 757 800**	**–1 264 097**	**2 545 283**	**2 181 521**	**72,3%**	**502 375**	**178**	**4 429**
Soc.		Centro de Estudos e Form. Prof. Diogo Dias Melgaz	100%	109 055	11 361	173 178	127 349	-	1 305 668	-	-
CM	**M**	**Elvas**	**–**	**97 642 195**	**–88 729**	**182 386**	**2 621 720**	n.d.	**1 341 590**	**448**	**20 398**
CM	**M**	**Entroncamento**	**–**	**71 377 666**	**1 208 029**	**6 295 724**	**2 841 672**	**59,1%**	**7 337 801**	**346**	**21 294**
CM	**M**	**Espinho**	**–**	**114 477 653**	**1 639 851**	**20 792 059**	**5 222 738**	**136,8%**	**9 737 658**	**604**	**31 778**
CM	**M**	**Esposende**	**–**	**110 570 145**	**577 190**	**5 962 561**	**5 361 306**	**53,1%**	**2 710 077**	**409**	**36 287**
EEM		EAMB – Esposende Ambiente	100%	22 459 725	187 984	538 004	2 521 343	–	1 053 363	–	–
EEM		ESPOSENDE 2000	100%	296 888	–204 442	200 697	303 808	–	62 139	–	–
CM	**M**	**Estarreja**	**–**	**97 512 040**	**2 544 233**	**2 545 990**	**4 267 923**	**31,9%**	**7 198 308**	**383**	**26 634**
CM	**P**	**Estremoz**	**–**	**48 989 602**	**–731 860**	**5 323 696**	**3 071 452**	**57,9%**	**1 897 658**	**432**	**12 600**
CM	**M**	**Évora**	**–**	**139 544 375**	**–1 573 391**	**39 962 750**	**22 978 057**	**141,9%**	**10 170 371**	**1 323**	**53 625**
EM		HABEVORA – Gestão habitacional	100%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	–	n.d.	–	–
CM	**M**	**Fafe**	**–**	**115 109 279**	**1 159 710**	**3 723 751**	**7 298 736**	**40,6%**	**7 351 971**	**574**	**48 302**
CM	**M**	**Faro**	**–**	**153 761 568**	**7 718 788**	**14 058 675**	**8 557 736**	**37,0%**	**3 015 184**	**1 001**	**68 192**
SMTCU		Teatro Municipal de Faro – SM	100%	392 625	59 744	0	77 255	–	54 152	14	–
EM		Ambifaro – Gestão de Equipam. Municipais	100%	2 874 394	110 201	8 893 439	2 016 524	–	404 809	–	–
EM		FAGAR – Faro Gestão de Aguas e Resíduos	51%	19 544 905	346 364	734 943	7 204 635	–	4 105 627	–	–
CM	**M**	**Felgueiras**	**–**	**176 366 637**	**1 876 651**	**8 249 298**	**15 873 723**	**40,4%**	**11 335 671**	**748**	**55 394**
EM		ACLEM – Arte, Cultura e Lazer	100%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	–	n.d.	–	–
EM		EPF – Ensino Profissional de Felgueiras	99%	395 153	50 258	0	224 137	–	1 306 510	–	–
CM	**P**	**Ferreira do Alentejo**	**–**	**36 862 512**	**674 626**	**619 899**	**1 758 361**	**13,6%**	**1 388 973**	**239**	**7 812**
CM	**P**	**Ferreira do Zêzere**	**–**	**52 499 698**	**–3 136 137**	**0**	**1 130 423**	**1,5%**	**1 604 516**	**167**	**7 860**
CM	**M**	**Figueira da Foz**	**–**	**218 320 711**	**774 716**	**22 695 422**	**10 141 863**	n.d.	**22 854 965**	**832**	**59 348**
EM		Figueira Domus – Gestão de Habitação	100%	7 858 873	601 500	6 073 692	157 709	–	171 540	–	–
CM	**P**	**Figueira de Castelo Rodrigo**	**–**	**20 219 189**	**–238 272**	**2 490 876**	**2 488 482**	**60,5%**	**940 418**	**215**	**5 059**
CM	**P**	**Figueiró dos Vinhos**	**–**	**18 914 289**	**–1 135 257**	**1 692 280**	**1 817 019**	**54,7%**	**708 802**	**236**	**5 210**
CM	**P**	**Fornos de Algodres**	**–**	**10 617 372**	**–486 237**	**26 159 913**	**741 252**	**454,4%**	**1 151 031**	**130**	**4 361**
CM	**P**	**Freixo de Espada à Cinta**	**–**	**36 496 000**	**–1 580 230**	**6 924 974**	**6 456 648**	**197,7%**	**691 511**	**187**	**3 171**
CM	**P**	**Fronteira**	**–**	**36 222 583**	**–428 186**	**1 475 331**	**640 779**	**41,4%**	**1 690 555**	**124**	**2 941**
CM	**G**	**Funchal**	**–**	**977 691 474**	**5 889 867**	**39 109 231**	**17 301 324**	**37,8%**	**27 249 807**	**1 658**	**106 429**

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total 2021*	Dívidas a receber	N.º trab. 2022**	N.º hab. 2022***
						Dívidas a pagar	Financiamen-tos e Outras				
EM		Frente MarFunchal	100%	314 649	100 058	62 777	451 814	–	83 926	–	–
EM		Sociohabitafunchal	100%	119 517	18 825	0	267 679	–	67 713	–	–
CM	**M**	**Fundão**	**–**	**75 719 456**	**23 630**	**48 248 942**	**3 347 032**	**220,5%**	**9 022 293**	**458**	**26 483**
EM		Viverfundão	100%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	-	-
CM	**P**	**Gavião**	**–**	**24 544 997**	**–1 260 350**	**1 179 027**	**1 791 338**	n.d.	**2 391 379**	**137**	**3 361**
CM	P	Góis	–	27 217 452	–22 330	1 118 172	1 030 264	31,3%	1 310 938	178	3 762
CM	P	Golegã	–	28 400 042	–128 440	1 754 773	988 571	31,2%	1 461 342	158	5 378
CM	G	Gondomar	–	341 427 735	15 707 377	48 685 436	22 713 675	92,6%	40 789 359	1 773	166 900
CM	P	Gouveia	–	48 618 282	–853 673	11 937 657	2 871 861	126,6%	3 290 841	296	12 104
EIM SA		APdSE – Águas Públicas da Serra da Estrela	33,3%	8 710 609	109 225	1 400 000	2 819 558	–	3 436 676	–	–
CM	P	Grândola	–	147 026 637	27 045 175	1 507 948	4 678 541	13,5%	12 520 350	559	13 966
EM		Infratroia – Infraestruturas	74%	1 109 544	124 808	0	1 177 147	–	574 409	–	–
CM	M	Guarda	–	181 837 366	–129 942	8 757 640	5 911 311	37,2%	23 256 030	753	39 785
CM	G	Guimarães	–	470 070 540	2 639 147	24 076 712	11 760 573	49,0%	42 425 385	1 706	156 277
EEM		CASFIG – Coordenação das Habitações	100%	571 801	29 507	0	229 911	–	53 381	–	–
EIM		Vimágua	90%	24 485 171	1 781 893	8 338 306	16 942 255	–	3 455 415	–	–
EM SA		Vitrus Ambiente	100%	2 399 208	393 504	233 359	925 995	–	3 171	–	–
CM	P	Horta	–	54 706 773	–2 547 803	3 557 595	1 194 424	36,7%	1 103 222	158	14 423
EEM		Urbhorta	100%	525 368	431	1 771 347	165 760	–	379 779	–	–
CM	P	Idanha-a-Nova	–	63 110 157	–2 717 924	3 190 812	3 330 567	31,4%	11 961 343	379	8 332
CM	M	Ílhavo	–	178 071 504	4 564 833	2 166 539	5 328 723	28,4%	14 161 846	535	40 813
CM	M	Lagoa (Algarve)	–	122 968 271	3 761 447	3 256 484	4 085 391	3,1%	3 523 543	571	24 255
CM	P	Lagoa (R.A.A)	–	40 997 141	–256 620	4 631 828	13 770 715	186,0%	2 226 333	154	14 710
CM	M	Lagos	–	288 667 714	13 245 583	9 242 158	13 365 565	26,7%	20 618 206	959	33 512
EM SA		Lagos-em-Forma – Gestão Desportiva	100%	1 600 963	61 706	0	527 535	–	229 157	–	–
CM	P	Lajes das Flores	–	16 479 056	–305 841	262 655	284 199	13,0%	128 077	70	1 434
CM	P	Lajes do Pico	–	31 629 747	224 283	1 079 066	467 933	32,0%	207 153	115	4 383
CM	M	Lamego	–	91 597 563	289 454	22 725 494	4 255 721	132,6%	990 002	427	24 133
CM	G	Leiria	–	455 369 532	2 809 370	13 187 687	14 021 471	31,4%	34 296 639	1 138	130 605
SM		SMAS de Leiria	100%	56 623 820	2 911 076	0	3 407 297	–	3 171 588	169	–
CM	G	Lisboa	–	2 956 592 565	99 760 614	263 299 336	163 062 701	42,0%	271 842 734	9 986	548 703
EM SA		Companhia Carris de Ferro de Lisboa	100%	110 745 018	3 066 906	0	80 588 474	–	12 762 150	–	–
EM SA		EGEAC – Gest. Equip. e Animação Cultural	100%	3 621 664	6 444	1 000 000	9 750 900	–	4 267 285	–	–
EM SA		EMEL – EPM Mobilidade e Estacionamento	100%	41 361 605	1 218 171	2 123 628	28 832 238	–	6 007 507	–	–
EM SA		GEBALIS – Gest. Bairros Municipais Lisboa	100%	4 140 407	117 005	6 393 333	9 170 936	–	4 766 419	–	–
EM SA		Lisboa Ocidental, SRU	100%	17 366 506	0	15 725 000	25 565 627	–	30 435 995	–	–
EMT SA		TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa	100%	25 855 504	21 110	0	22 212 618	–	8 403 315	–	–
CM	**M**	**Loulé**	**–**	**451 976 801**	**27 070 036**	**11 145 891**	**16 506 535**	**15,1%**	**38 305 791**	**2 010**	**72 455**
EM SA		Infralobo – Empresa de Infra-Estruturas	51%	1 548 706	117 041	386 112	2 107 501	–	694 210	–	–
EM SA		Inframoura – Empresa de Infra-Estruturas	51%	1 919 409	31 152	554 542	3 003 238	–	1 431 137	–	–
EM SA		Infraquinta – Empresa de Infra-Estruturas	51%	5 665 118	9 996	149 341	2 409 683	–	52 768	–	–
EM SA		Loulé Concelho Global	100%	2 143 442	223 840	550 027	606 134	–	35 571	–	–

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total 2021*	Dívidas a receber	N.º trab. 2022**	N.º hab. 2022***
						Dívidas a pagar	Financiamen-tos e Outras				
CM	**G**	**Loures**	**–**	**493 038 728**	**1 181 230**	**25 922 691**	**29 178 381**	**22,8%**	**49 386 892**	**2 825**	**203 724**
SMAS		SIMAR de Loures e Odivelas	57%	67 974 476	–3 223 202	8 274 545	12 600 970	–	14 879 330	904	–
EM		Gesloures – Gestão de Equipamentos Sociais	100%	2 894 384	270 105	159 852	720 453	–	379 613	–	–
EM		Loures Parque – Estacionamento	100%	1 271 055	139 723	440	218 525	–	16 840	–	–
CM	**M**	**Lourinhã**	**–**	**81 827 924**	**2 303 449**	**6 767 756**	**2 454 294**	**30,1%**	**2 564 476**	**602**	**27 422**
CM	**P**	**Lousã**	**–**	**60 974 553**	**–1 027 361**	**2 406 512**	**1 654 367**	**40,0%**	**4 143 620**	**281**	**17 186**
CM	**M**	**Lousada**	**–**	**147 378 356**	**6 162 659**	**11 543 705**	**8 410 015**	**52,1%**	**6 806 451**	**767**	**47 890**
EM		Lousada Seculo XXI	100%	239 055	122	0	244 061	–	188 978	–	–
CM	**P**	**Mação**	**–**	**33 028 931**	**–499 423**	**2 260 200**	**1 302 995**	**30,9%**	**1 559 661**	**223**	**6 377**
CM	**P**	**Macedo de Cavaleiros**	**–**	**27 205 281**	**–1 469 616**	**11 160 428**	**3 729 779**	**93,9%**	**5 801 994**	**335**	**14 150**
CM	**P**	**Machico**	**–**	**53 158 763**	**–881 031**	**3 007 469**	**2 495 129**	**41,4%**	**3 407 855**	**217**	**19 508**
CM	**P**	**Madalena**	**–**	**31 142 075**	**–137 447**	**1 497 128**	**1 679 196**	**53,2%**	**506 756**	**131**	**6 481**
CM	**M**	**Mafra**	**–**	**272 146 844**	**15 885 919**	**31 195 810**	**13 160 566**	**85,7%**	**34 789 263**	**1 212**	**88 630**
SMAS		SMAS de Mafra	100%	48 760 415	464 078	20 357 714	2 069 692	–	2 181 721	100	–
EM SA		Giatul – Gest.. Infra-Estruturas Activ. Turísticas	100%	6 210 677	107 195	1 854 084	1 263 910	–	268 840	–	–
SA		Matadouro Regional de Mafra	93%	1 709 925	157 005	0	551 327	–	620 804	–	–
CM	**G**	**Maia**	**–**	**434 192 333**	**10 912 390**	**12 634 161**	**12 672 656**	**86,4%**	**53 314 420**	**1 509**	**140 041**
SMAES		SMAS da Maia	100%	56 520 061	1 051 946	5 127 323	3 255 596	–	4 321 260	167	–
EM		EMEM – Emp. Metropolitana Estacionamento	100%	533 448	9 234	0	282 638	–	10 523	–	–
EM		Espaço Municipal -Renov. Urb. Gestão Patrim	100%	14 637 050	2 357	1 172 102	2 146 309	–	2 244 407	–	–
EM		Maiambiente	100%	3 173 426	–219 312	0	2 201 399	–	2 083 678	–	–
CM	**P**	**Mangualde**	**–**	**59 994 323**	**–1 199 467**	**4 845 664**	**3 994 718**	**43,1%**	**5 427 619**	**348**	**18 302**
CM	**P**	**Manteigas**	**–**	**26 449 847**	**–621 172**	**1 853 343**	**618 526**	**51,8%**	**1 325 383**	**89**	**2 899**
EIM SA		Parkurbis, Parque de Ciência e Tecn. Covilhã	0,2%	1 953 301	–60 984	1 611 219	344 862	–	339 494	–	–
CM	**M**	**Marco de Canaveses**	**–**	**87 670 692**	**3 149 246**	**17 032 252**	**5 312 365**	**76,1%**	**5 541 509**	**621**	**49 392**
CM	**M**	**Marinha Grande**	**–**	**136 493 872**	**503 933**	**65 363**	**3 211 857**	**21,4%**	**9 016 168**	**507**	**39 836**
EM SA		TUMG – Transportes Urbanos	100%	660 030	22 110	104 460	231 657	–	164 836	–	–
CM	**P**	**Marvão**	**–**	**30 119 946**	**–411 170**	**336 482**	**757 025**	**14,7%**	**1 027 741**	**143**	**3 037**
CM	**G**	**Matosinhos**	**–**	**692 405 465**	**10 025 217**	**42 773 987**	**15 466 076**	**42,0%**	**49 683 712**	**2 161**	**176 617**
EM		Matosinhoshabit – Habitação de Matosinhos	100%	918 485	94 785	0	463 840	–	352 197	–	–
EM SA		MS Matosinhos Sport	100%	267 711	–3 199	0	2 076 710	–	235 243	–	–
CM	**P**	**Mealhada**	**–**	**84 531 826**	**581 232**	**0**	**1 963 530**	**4,6%**	**6 492 545**	**324**	**19 568**
CM	**P**	**Mêda**	**–**	**29 660 845**	**206 390**	**2 355 042**	**1 262 012**	**48,4%**	**1 955 466**	**155**	**4 552**
CM	**P**	**Melgaço**	**–**	**57 410 924**	**364 853**	**4 444 376**	**8 446 036**	**100,9%**	**3 237 155**	**290**	**7 603**
EM		Cura Aquae-Termas de Melgaço	51%	1 639 224	–394	871 082	463 572	–	47 093	–	–
EM		Melsport – Melgaço Desporto e Lazer	100%	10 265 213	1 975	0	261 321	–	160 638	–	–
SA		Quintas de Melgaço	63%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	-	-
CM	**P**	**Mértola**	–	**66 820 719**	**–559 615**	**2 033 553**	**1 271 166**	**21,9%**	**890 090**	**285**	**6 175**
CM	**P**	**Mesão Frio**	**–**	**15 792 849**	**–267 998**	**4 155 450**	**1 368 797**	**100,9%**	**814 119**	**155**	**3 514**
CM	**P**	**Mira**	**–**	**113 479 336**	**–267 610**	**2 089 240**	**3 573 697**	**44,2%**	**6 605 939**	**239**	**12 253**
EIM SA		ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara	33,3%	9 217 645	2 449	5 452 881	5 412 355	–	2 849 930	–	–

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total 2021*	Dívidas a receber	N.º trab. 2022**	N.º hab. 2022***
						Dívidas a pagar	Financiamentos e Outras				
CM	P	Miranda do Corvo	–	62 147 814	–445 667	738 874	2 497 212	26,7%	1 696 728	247	12 021
CM	P	Miranda do Douro	–	43 143 865	–1 748 486	1 858 499	1 882 931	27,8%	3 939 244	243	6 335
CM	M	Mirandela	–	53 871 833	1 986 785	6 557 442	6 754 409	63,6%	1 158 657	346	21 296
EIM SA		AIN – Agro-Industrial do Nordeste	49,1%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	–	n.d.	–	–
SA		Metropolitano Ligeiro de Mirandela	90%	–1 573 040	–5 508	0	1 845 743	–	2 682	–	–
CM	P	Mogadouro	–	67 985 967	–1 585 588	108 253	1 784 622	5,7%	220 413	213	8 247
CM	P	Moimenta da Beira	–	44 147 135	296 156	620 639	2 631 875	n.d.	3 086 021	226	9 587
CM	M	Moita	–	166 342 615	1 988 793	5 742 727	6 506 232	19,1%	8 685 616	1 056	67 755
CM	P	Monção	–	54 681 166	–1 818 284	5 145 792	6 560 620	76,9%	623 581	341	17 877
EM		Matadouro Regional de Monção	100%	–141 318	–26 611	0	223 112	-	49 290	-	-
CM	P	Monchique	–	45 424 967	–1 357 752	0	1 350 935	n.d.	1 244 297	224	5 357
CM	P	Mondim de Basto	–	39 993 190	375 913	2 126 230	1 344 656	34,7%	2 561 772	176	6 407
CM	P	Monforte	–	21 574 552	–221 108	3 382 940	1 401 256	67,8%	659 203	210	2 975
CM	P	Montalegre	–	82 982 103	–1 289 861	2 236 754	1 972 694	16,1%	5 035 339	289	9 134
CM	P	Montemor-o-Novo	–	55 443 994	–691 421	601 196	3 922 938	n.d.	2 746 811	466	15 873
CM	M	Montemor-o-Velho	–	95 494 670	–712 155	9 660 221	2 206 798	76,4%	5 772 190	327	24 697
EIM SA		ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara	33,3%	9 217 645	2 449	5 452 881	5 412 355	–	2 849 930	–	–
CM	M	Montijo	–	260 698 807	3 561 039	2 499 015	4 636 499	14,4%	11 340 204	1 004	57 706
SMAS		SMAS do Montijo	100%	21 579 953	–108 214	0	1 280 069	–	1 340 918	101	–
CM	P	Mora	–	26 580 389	–324 185	758 002	1 527 500	30,4%	1 512 770	167	4 177
CM	P	Mortágua	–	52 245 559	–1 471 699	947 935	915 504	17,6%	6 798 956	177	8 922
CM	P	Moura	–	129 283 755	–2 062 891	3 497 164	3 421 987	42,7%	2 396 771	459	13 303
EM		Herdade da Contenda	100%	769 346	170 782	32 500	183 016	–	133 529	–	–
EM SA		Logica – Sociedade Gestora do Tecnológico	79%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	–	n.d.	–	–
CM	P	Mourão	–	10 256 767	–873 290	4 732 654	1 103 696	110,9%	716 885	148	2 396
CM	P	Murça	–	32 113 750	–534 416	470 412	2 804 672	n.d.	2 903 254	103	5 216
CM	P	Murtosa	–	72 841 828	–358 312	439 115	1 037 266	9,1%	1 827 469	139	10 705
CM	P	Nazaré	–	19 881 915	1 721 975	29 643 022	3 232 705	175,3%	2 657 181	262	15 119
EM		Nazaré Qualifica	100%	264 114	226 396	217 710	408 966	–	123 671	–	–
SM		SM de Nazaré	100%	4 359 496	812 806	264 706	2 355 603	–	947 389	132	–
CM	P	Nelas	–	32 050 565	788 566	9 312 266	3 716 793	136,3%	6 528 446	309	13 143
CM	P	Nisa	–	50 938 935	–436 241	1 252 903	1 136 294	18,5%	1 227 086	203	5 724
CM	P	Nordeste	–	36 686 383	140 112	12 338 393	397 258	262,5%	563 559	57	4 434
EM SA		Nordeste Activo	100%	754 715	–1 115	1 534 808	428 153	–	192 408	–	–
CM	P	Óbidos	–	86 262 428	4 106 782	2 647 146	2 072 278	34,3%	7 600 368	284	12 776
EM		Óbidos Criativa	100%	2 009 277	275 226	0	538 980	–	689 367	–	–
CM	M	Odemira	–	97 273 226	5 444	2 006 981	4 914 603	16,2%	5 129 950	654	31 488
CM	G	Odivelas	–	372 945 883	9 758 004	16 230 391	12 373 831	39,0%	34 954 435	1 557	150 366
SMAS		SIMAR de Loures e Odivelas	43%	67 974 476	–3 223 202	8 274 545	12 600 970	–	14 879 330	904	–
CM	G	Oeiras	–	714 921 335	–1 050 429	11 852 681	26 257 304	6,5%	30 197 954	2 792	172 742
SIMAR		SIMAS de Oeiras e Amadora	50%	207 972 252	–1 523 597	0	16 732 300	–	20 424 999	394	–

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total 2021*	Dívidas a receber	N.º trab. 2022**	N.º hab. 2022***
						Dívidas a pagar	Financiamentos e Outras				
EEM		Oeiras Viva-Gestão Equip. Sócio Cult. e Desp.	100%	1 001 437	21 503	0	671 839	–	197 313	–	–
EM SA		Parques Tejo – Parqueamentos de Oeiras	100%	5 226 088	43 647	0	784 886	–	56 816	–	–
CM	**P**	**Oleiros**	**–**	**33 844 594**	**–1 345 706**	**3 169 487**	**1 353 317**	**42,7%**	**1 234 106**	**198**	**4 871**
CM	**M**	**Olhão**	**–**	**133 368 004**	**6 033 493**	**10 132 517**	**3 896 217**	**43,4%**	**1 877 043**	**721**	**44 586**
EM		AMBIOLHÃO-EM de Ambiente de Olhão	100%	16 540 550	86 512	9 744 606	2 640 205	–	2 936 227	–	–
EEM		Fesnima – Animação de Olhão	100%	1 400 871	2 298	4 788 668	134 950	–	132 439	–	–
EM		Mercados de Olhão	100%	212 906	–17 031	2 086	57 230	–	55 812	–	–
CM	**M**	**Oliveira de Azeméis**	**–**	**226 883 768**	**12 795 198**	**2 006 353**	**6 330 797**	**29,2%**	**13 265 470**	**795**	**66 820**
CM	**P**	**Oliveira de Frades**	**–**	**56 214 091**	**952 969**	**3 030 250**	**1 701 573**	**45,8%**	**2 044 053**	**220**	**9 615**
CM	**M**	**Oliveira do Bairro**	**–**	**92 878 122**	**–561 925**	**5 753 416**	**2 464 862**	**36,6%**	**5 422 700**	**295**	**24 147**
CM	**P**	**Oliveira do Hospital**	**–**	**41 625 946**	**187 170**	**3 937 517**	**2 421 523**	**34,2%**	**2 702 404**	**301**	**19 301**
EIM SA		APdSE – Águas Públicas da Serra da Estrela	33,3%	8 710 609	109 225	1 400 000	2 819 558	–	3 436 676	–	–
CM	**M**	**Ourém**	**–**	**171 309 549**	**815 840**	**5 413 822**	**4 358 083**	**22,0%**	**15 208 133**	**523**	**45 346**
CM	**P**	**Ourique**	**–**	**30 974 580**	**663 698**	**777 959**	**1 403 396**	**21,7%**	**239 906**	**243**	**4 817**
CM	**M**	**Ovar**	**–**	**133 216 508**	**–5 568 556**	**1 897 724**	**8 060 713**	**23,1%**	**12 273 491**	**657**	**55 744**
CM	**M**	**Paços de Ferreira**	**–**	**82 618 599**	**726 294**	**36 007 754**	**4 216 413**	**159,3%**	**7 213 247**	**674**	**55 857**
EM SA		Gespaços – Gestão de Equipam. Municipais	100%	10 421 233	165 837	0	229 241	–	731 152	–	–
CM	**M**	**Palmela**	**–**	**133 518 554**	**3 619 214**	**11 932 726**	**8 524 026**	**25,2%**	**16 001 062**	**1 214**	**71 410**
EM		Palmela Desporto	100%	316 765	28 117	0	369 608	–	142 393	–	–
CM	**P**	**Pampilhosa da Serra**	**–**	**51 837 345**	**–1 575 429**	**212 009**	**1 253 140**	**4,0%**	**1 472 634**	**210**	**4 048**
CM	**M**	**Paredes**	**–**	**185 188 542**	**–2 442 521**	**50 068 882**	**14 612 547**	**92,3%**	**16 073 365**	**1 023**	**85 342**
CM	**P**	**Paredes de Coura**	**–**	**60 200 314**	**–295 814**	**2 923 116**	**2 170 545**	**49,7%**	**1 039 883**	**157**	**8 668**
CM	**P**	**Pedrógão Grande**	**–**	**31 472 184**	**–536 094**	**2 053 663**	**874 963**	**66,1%**	**1 113 714**	**154**	**3 517**
CM	**P**	**Penacova**	**–**	**43 122 165**	**–1 546 510**	**3 556 361**	**1 920 902**	**33,1%**	**2 470 377**	**243**	**12 857**
EM		Penaparque 2 – Gestão e Promoção Equip.	100%	141 975	9 662	0	45 111	–	22 697	–	–
CM	**M**	**Penafiel**	**–**	**172 722 959**	**2 680 666**	**5 668 576**	**13 462 507**	**47,2%**	**3 249 253**	**936**	**69 925**
EEM		Penafiel Activa	100%	567 533	30 775	0	87 336	–	175 895	–	–
EM		Penafiel Verde – Entidade Empresarial Local	100%	12 477 991	171 162	1 533 933	5 972 786	–	1 946 331	–	–
CM	**P**	**Penalva do Castelo**	**–**	**37 351 233**	**–157 105**	**475 797**	**1 415 437**	**14,8%**	**1 412 780**	**171**	**7 258**
CM	**P**	**Penamacor**	**–**	**49 409 892**	**1 569 648**	**1 086 772**	**708 634**	n.d.	**1 084 444**	**117**	**4 745**
CM	**P**	**Penedono**	**–**	**40 006 177**	**–293 403**	**0**	**562 987**	n.d.	**1 934 742**	**118**	**2 786**
CM	**P**	**Penela**	**–**	**24 629 108**	**–347 610**	**1 709 525**	**1 594 206**	**26,3%**	**1 045 492**	**132**	**5 524**
CM	**M**	**Peniche**	**–**	**33 489 557**	**–219 751**	**6 358 948**	**4 936 617**	**34,2%**	**778 302**	**596**	**26 849**
SMAS		SMAS de Peniche	100%	24 559 288	–430 430	0	755 318	–	2 058 658	82	–
CM	**P**	**Peso da Régua**	–	**34 703 759**	**–1 416 477**	**11 869 582**	**8 216 766**	**133,7%**	**2 533 841**	**310**	**14 401**
CM	**P**	**Pinhel**	–	**30 576 423**	**–1 493 151**	**3 558 281**	**6 562 600**	**67,0%**	**1 835 249**	**218**	**7 872**
CM	**M**	**Pombal**	–	**248 610 436**	**964 756**	**5 060 891**	**5 907 350**	**50,3%**	**7 307 670**	**660**	**51 133**
EEM		Pmugest – Pombal Manutenção Urbana	100%	994 350	102 678	0	300 333	–	213 630	–	–
CM	**M**	**Ponta Delgada**	–	**159 618 803**	**3 183 076**	**21 995 631**	**5 887 059**	**94,5%**	**11 448 299**	**782**	**68 314**
EM SA		Coliseu Micaelense – Soc. Prom. Eventos Cult	100%	10 459 744	–107 739	2 308 155	214 750	–	109 822	–	–

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total 2021*	Dívidas a receber	N.º trab. 2022**	N.º hab. 2022***
						Dívidas a pagar	Financiamentos e Outras				
SMAS		SMAS de Ponta Delgada	100%	39 967 103	989 034	0	1 309 765	–	1 558 308	271	–
CM	P	Ponta do Sol	-	52 364 883	-550 958	0	927 798	2,8%	868 609	78	8 518
CM	P	Ponte da Barca	–	46 227 933	-714 074	4 701 381	4 400 605	n.d.	3 828 048	230	11 094
CM	M	Ponte de Lima	–	160 488 651	-2 280 526	2 815 574	4 412 099	11,9%	9 824 474	687	40 996
CM	P	Ponte de Sor	–	97 506 967	271 673	182 649	4 446 370	19,7%	3 302 506	348	15 177
CM	M	Portalegre	–	106 630 109	3 256 610	8 808 392	3 046 912	71,4%	3 968 016	479	21 999
SMAT		SMAT de Portalegre	100%	7 186 718	299 003	0	1 058 703	–	1 005 374	62	–
CM	P	Portel	–	34 494 580	-1 676 882	1 298 412	1 703 964	28,6%	661 696	273	5 732
CM	M	Portimão	–	259 655 868	22 791 685	96 830 126	7 243 770	208,5%	33 540 341	981	60 879
EM SA		EMARP – Águas e Residuos de Portimão	100%	51 393 402	2 172 592	0	6 135 691	–	4 307 812	–	–
CM	G	Porto	–	1 762 983 201	26 091 808	15 048 483	53 745 755	21,5%	138 845 407	4 376	240 592
EM		ÁGORA – Cultura e Desporto, EM, SA	100%	3 012 160	23 230	0	7 032 804	–	1 853 258	–	–
EM		CMPEA – Águas do Porto	100%	148 894 773	6 577 092	2 861 458	32 456 752	–	15 475 908	–	–
EM		CMPH – Domus Social	100%	1 286 682	67 254	0	7 333 397	–	3 658 452	–	–
EM		Empresa Municipal de Ambiente do Porto	100%	5 529 913	209 087	3 838 541	5 269 678	–	3 833 405	–	–
EM		Gestão de Obras Públicas da CM do Porto	100%	1 321 766	3 795	0	6 873 517	–	479 314	–	–
SA		Porto Vivo, SRU	100%	10 522 082	1 148 540	8 720 000	654 806	–	126 627	–	–
CM	M	Porto de Mós	-	70 755 586	1 101 804	776 510	1 680 845	9,2%	5 030 077	325	23 536
CM	P	Porto Moniz	–	24 269 368	24 985	894 319	436 771	23,2%	1 054 625	81	2 499
CM	P	Porto Santo	–	34 710 964	-1 627 724	1 784 660	1 135 994	57,3%	1 844 279	113	5 346
CM	M	Póvoa de Lanhoso	–	65 960 402	-636 504	6 248 236	2 766 486	42,8%	4 395 564	333	22 299
EM		EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave	100%	588 664	2 265	2 692	359 447	–	530 569	–	–
CM	M	Póvoa de Varzim	–	157 525 702	2 529 657	16 981 949	11 112 541	47,0%	14 780 027	986	66 036
EEM		Varzim Lazer	100%	414 337	7 780	0	258 741	–	98 036	–	–
CM	P	Povoação	-	36 292 862	408 739	2 765 593	1 219 683	68,3%	481 798	93	5 877
CM	P	Praia da Vitória	–	63 915 580	-141 441	9 164 561	3 389 238	n.d.	1 476 521	174	19 667
EM SA		Praia Ambiente	100%	3 899 095	-84 042	5 060 680	1 283 728	–	670 127	–	–
EIM		TERAMB	40%	26 765 607	-160 766	2 302 266	5 166 795	–	1 918 939	–	–
CM	P	Proença-a-Nova	–	45 615 156	-2 309 937	1 656 101	1 454 990	n.d.	1 116 440	205	7 075
CM	P	Redondo	–	28 482 425	-1 887 799	255 614	1 905 615	16,1%	1 222 789	279	6 265
CM	P	Reguengos de Monsaraz	–	42 128 303	-194 498	9 406 031	9 237 685	166,5%	2 758 818	284	9 801
CM	P	Resende	–	60 033 275	-86 299	4 600 011	1 925 160	42,3%	1 874 379	301	9 860
CM	P	Ribeira Brava	–	89 432 486	1 191 057	2 437 713	751 757	44,5%	1 261 266	116	12 854
CM	P	Ribeira de Pena	–	40 383 668	115 857	7 006 617	4 370 815	49,0%	3 739 267	287	5 824
CM	M	Ribeira Grande	–	155 690 260	3 319 711	19 907 437	1 406 248	118,7%	4 511 913	303	32 036
CM	M	Rio Maior	–	83 680 669	1 409 029	5 735 251	2 387 799	41,0%	7 146 345	371	21 748
EM SA		DESMOR – Gestão Desportiva de Rio Maior	100%	579 017	0	0	675 372	–	428 963	–	–
EM		EPRM – Escola Profissional de Rio Maior	80%	682 228	-161 377	0	140 282	–	482 352	–	–
CM	P	Sabrosa	–	36 460 254	1 184 187	1 913 362	1 230 906	n.d.	2 124 868	144	5 585
CM	P	Sabugal	–	49 638 102	423 117	3 198 570	2 620 940	26,1%	2 909 498	258	11 170
CM	M	Salvaterra de Magos	–	44 650 812	2 741 836	3 696 669	1 985 507	35,3%	3 727 076	342	22 789
CM	P	Santa Comba Dão	–	20 947 164	-847 115	4 491 102	2 808 219	99,7%	1 994 503	205	10 785

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total 2021*	Dívidas a receber	N.º trab. 2022**	N.º hab. 2022***
						Dívidas a pagar	Financiamen-tos e Outras				
CM	M	Santa Cruz	–	42 298 176	4 903 266	13 785 355	5 893 858	88,8%	12 016 348	347	43 416
CM	P	Santa Cruz da Graciosa	–	28 182 332	135 957	950 099	293 650	30,8%	64 281	66	4 112
Soc.		Emp. Transportes Colectivos da Ilha Graciosa	78%	368 932	15 449	0	28 849	–	26 060	–	–
CM	P	Santa Cruz das Flores	-	20 590 383	-905 714	65 753	201 629	3,2%	204 181	65	2 069
CM	G	Santa Maria da Feira	–	362 418 441	14 574 906	9 199 702	8 809 769	11,4%	24 498 244	1 282	138 344
EEM		Feira Viva Cultura e Desporto	100%	1 121 646	80 941	513 333	2 520 611	–	384 319	–	–
CM	P	Santa Marta de Penaguião	–	19 693 071	-1 607 327	1 468 011	712 267	28,8%	508 230	139	5 990
CM	P	Santana	–	38 800 610	817 646	0	550 422	3,3%	593 569	84	6 452
CM	M	Santarém	–	186 051 651	4 298 587	33 541 482	5 704 455	105,8%	14 510 248	870	60 042
EM SA		Águas de Santarém	100%	53 365 396	938	10 799 208	11 420 128	–	3 838 109	–	–
EM SA		Viver Santarém	100%	112 333	26 088	0	1 059 125	–	60 725	–	–
CM	M	Santiago do Cacém	–	162 294 063	76 562	4 106 681	3 602 981	24,7%	6 082 068	691	28 061
CM	M	Santo Tirso	–	205 040 243	6 350 711	14 689 413	8 087 717	52,9%	23 664 640	731	67 630
CM	P	São Brás de Alportel	–	30 285 419	1 773 927	580 801	1 502 324	10,1%	3 211 461	327	11 424
CM	M	São João da Madeira	–	151 755 536	248 590	3 937 941	3 751 567	44,8%	7 712 001	457	23 280
EM SA		Águas de S. João	51%	3 495 340	487 871	0	1 302 041	–	1 315 056	–	–
EM		Habitar S. João – Habitação	100%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	–	n.d.	–	–
CM	P	São João da Pesqueira	–	36 425 544	-445 438	6 579 349	2 108 376	77,7%	1 633 044	175	6 775
CM	P	São Pedro do Sul	–	56 440 064	679 014	2 479 770	6 934 323	39,9%	3 912 756	456	15 025
EM SA		Termalistur – Termas	100%	4 101 843	22 655	9 003 302	1 143 570	–	881 425	–	–
CM	P	São Roque do Pico	–	17 627 281	-940 722	2 508 616	452 535	73,1%	870 072	71	3 357
CM	P	São Vicente	–	31 350 808	-3 068 913	1 042 657	1 779 487	40,6%	782 651	56	4 859
EM SA		Naturnorte – Gestão Eq. Colect. e Prest. Serv.	97%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	–	n.d.	–	–
CM	P	Sardoal	–	12 175 610	-511 843	3 302 417	1 798 673	66,8%	1 428 311	189	3 558
CM	P	Sátão	–	35 105 355	-162 676	98 979	2 481 092	n.d.	1 504 162	263	11 021
CM	M	Seia	–	43 258 124	-31 801	28 017 954	2 763 707	157,8%	6 388 950	368	21 394
EIM SA		APdSE – Águas Públicas da Serra da Estrela	33,3%	8 710 609	109 225	1 400 000	2 819 558	–	3 436 676	–	–
CM	G	Seixal	–	516 718 758	6 717 613	68 084 738	18 834 781	92,2%	32 623 422	2 473	169 797
CM	P	Sernancelhe	–	54 957 920	-358 894	912 648	1 046 858	21,7%	1 172 529	109	5 735
CM	P	Serpa	–	69 038 208	-2 355 600	3 633 508	3 467 767	38,7%	1 463 022	562	13 725
CM	P	Sertã	–	59 737 776	276 018	1 071 451	1 502 279	13,0%	737 791	301	14 809
CM	M	Sesimbra	–	152 136 757	5 445 424	7 075 364	11 512 353	30,2%	30 431 063	1 241	54 270
CM	G	Setúbal	–	299 631 030	-7 930 480	29 194 214	27 700 970	76,5%	41 121 794	1 885	122 547
SM		SM de Setúbal	100%	9 501 684	121 139	200 000	1 648 237	-	1 751 016	n.d.	–
CM	P	Sever do Vouga	–	61 238 792	-2 441 355	661 127	2 879 428	20,4%	2 920 629	183	10 906
CM	M	Silves	–	165 840 214	6 132 323	9 631 832	6 468 223	35,6%	10 906 343	786	38 581
CM	P	Sines	–	155 081 794	2 981 150	7 873 861	3 276 840	65,5%	6 087 880	520	14 561
CM	G	Sintra	–	1 132 638 249	55 163 242	1 284 805	26 220 441	12,1%	69 428 095	3 635	388 767
SMAS		SMAS de Sintra	100%	97 016 231	1 558 155	0	7 285 831	–	10 874 056	1 006	–
EM SA		EMES – Estacionamento	100%	2 041 184	494 592	0	315 381	–	57 507	–	–
CM	P	Sobral de Monte Agraço	–	21 737 003	-43 925	1 174 489	2 426 885	34,4%	2 106 421	248	11 450

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total 2021*	Dívidas a receber	N.º trab. 2022**	N.º hab. 2022***
						Dívidas a pagar	Financiamentos e Outras				
CM	P	Soure	–	51 558 818	−565 459	3 666 911	1 406 482	25,7%	3 882 890	344	17 121
EIM SA		ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara	33,3%	9 217 645	2 449	5 452 881	5 412 355	–	2 849 930	–	–
CM	P	Sousel	–	29 229 174	−375 610	2 501 833	1 840 283	60,6%	945 995	169	4 382
CM	P	Tábua	–	35 738 338	478 639	4 448 072	7 747 263	94,8%	4 371 112	285	11 387
CM	P	Tabuaço	–	30 183 354	107 149	3 554 261	7 451 406	147,1%	1 899 495	162	5 008
CM	P	Tarouca	–	19 319 386	−1 522 417	5 762 565	7 196 121	127,2%	1 264 754	288	7 463
CM	M	Tavira	–	199 440 509	6 708 644	3 713 155	2 851 834	19,5%	11 749 276	602	27 505
EM		Tavira Verde – Ambiente	51%	5 757 540	1 076 211	9 097 660	5 482 011	–	1 604 932	–	–
CM	P	Terras de Bouro	–	34 480 123	−2 372 320	3 979 022	1 929 429	40,1%	1 623 474	246	6 362
CM	M	Tomar	–	110 443 432	1 844 076	2 653 346	13 416 396	76,5%	8 208 525	604	36 341
CM	M	Tondela	–	81 935 131	−317 019	2 287 341	5 756 171	33,1%	6 255 315	473	25 628
CM	P	Torre de Moncorvo	–	35 686 505	−293 361	6 634 903	2 593 361	82,5%	347 340	207	6 737
CM	M	Torres Novas	–	148 181 995	918 917	10 304 173	2 642 367	48,4%	8 547 499	602	34 326
CM	M	Torres Vedras	–	231 052 343	634 216	14 130 549	6 043 832	26,6%	23 403 901	1 152	85 806
EM		Promotorres – Prom. Eventos e Gest. Equip.	100%	392 564	146 721	9 001	1 087 174	–	803 725	–	–
SMAS		SMAS Torres Vedras	100%	34 263 899	375 158	0	2 270 856	–	2 930 933	244	–
CM	P	Trancoso	-	38 165 962	−158 902	3 392 943	2 274 730	51,4%	2 512 427	257	8 287
EEM		TEGEC – Gest. Equip. Culturais e de Lazer	100%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	–	n.d.	–	–
CM	M	Trofa	–	95 163 961	5 095 852	26 965 001	5 246 463	92,4%	13 255 674	385	39 464
EM		TrofAmbiente	100%	4 037 549	146 044	4 077 013	1 727 904	–	537 088	–	–
CM	M	Vagos	–	61 536 201	−3 339 983	5 364 703	10 882 101	91,3%	10 102 781	253	23 686
CM	M	Vale de Cambra	–	80 655 581	247 745	8 130 899	2 399 792	69,2%	4 382 527	311	21 214
CM	P	Valença	–	52 643 395	226 016	4 877 503	2 088 459	46,5%	5 325 512	282	13 900
EM		Interminho – Soc. Gestora de Parques Emp.	100%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	–	n.d.	–	–
CM	M	Valongo	–	257 872 250	−2 311 856	26 039 408	7 275 889	58,2%	17 066 853	997	98 231
EM		Vallis Habita – Gestão Empreend. Habitacion.	100%	17 358 936	52 515	0	118 273	–	118 534	–	–
CM	P	Valpaços	-	98 904 946	1 351 775	2 104 422	2 607 967	19,0%	2 710 773	289	14 550
CM	P	Velas	–	38 251 588	2 709 578	1 866 504	313 411	41,2%	578 036	83	4 951
CM	P	Vendas Novas	–	59 935 319	−1 430 633	3 411 665	2 381 165	45,4%	2 005 200	266	11 425
CM	P	Viana do Alentejo	–	23 460 164	−1 253 236	633 699	1 735 423	29,0%	822 507	204	5 497
CM	M	Viana do Castelo	–	237 712 161	4 301 508	27 891 455	12 568 434	57,8%	26 345 082	1 282	86 099
SMVC		SM de Viana Castelo	100%	25 978 091	−916 623	656 337	1 890 084	–	2 761 661	113	–
CM	P	Vidigueira	–	25 236 202	−1 193 555	2 301 087	2 031 957	53,6%	1 255 881	224	5 228
CM	P	Vieira do Minho	–	43 026 309	−560 203	6 549 095	4 748 033	84,9%	2 484 921	283	11 967
CM	P	Vila de Rei	–	26 878 742	77 617	1 075 966	938 962	30,4%	1 540 664	144	3 392
CM	P	Vila do Bispo	–	38 765 959	2 059 559	590 878	1 756 093	n.d.	3 423 540	253	5 799
CM	M	Vila do Conde	–	253 592 871	−3 296 893	22 493 324	11 079 399	64,1%	19 238 396	1 224	83 349
CM	P	Vila do Porto	–	42 613 547	−412 766	2 945 248	518 060	62,7%	913 963	104	5 489
CM	P	Vila Flor	–	43 894 624	−561 781	221 707	2 214 058	14,0%	459 014	151	6 027
EIM SA		AIN – Agro-Industrial do Nordeste, E.I.M, S.A.	49,1%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	–	–
CM	G	Vila Franca de Xira	-	407 248 256	10 555 388	25 285 569	9 168 921	20,9%	26 168 115	1 664	137 994
SMAS		SMAS de Vila Franca Xira	100%	63 167 204	1 446 141	0	2 345 386	-	3 821 983	167	–
CM	P	Vila Franca do Campo	-	79 050 274	367 248	31 582 527	729 877	396,7%	2 497 760	108	10 374

Tipo	#	PMG	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total 2021*	Dívidas a receber	N.º trab. 2022**	N.º hab. 2022***
						Dívidas a pagar	Financiamen-tos e Outras				
EM		Marina da Vila – Indústrias Marinas e Recreio	100%	112 694	28 208	0	45 283	–	92 367	–	–
EM SA		SDVF – Soc. Desenv. Habit. Social de VFC	85,0%	733 882	192 647	1 740 633	40 329	–	2 914	–	–
CM	**P**	**Vila Nova da Barquinha**	-	**36 064 393**	**72 087**	**1 274 194**	**1 136 050**	**41,3%**	**1 461 731**	**149**	**7 489**
EM SA		CDN – Gestão e Promoção do Parque Emp.	94%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	–	n.d.	–	–
CM	**P**	**Vila Nova de Cerveira**	**–**	**51 998 078**	**1 189 024**	**3 605 288**	**2 114 052**	**37,0%**	**2 577 105**	**244**	**9 175**
CM	**G**	**Vila Nova de Famalicão**	**–**	**312 930 791**	**11 626 944**	**28 152 565**	**12 521 180**	**29,2%**	**30 963 353**	**1 650**	**134 883**
CM	**P**	**Vila Nova de Foz Côa**	–	**86 686 688**	**–1 998 637**	**0**	**1 175 525**	**4,1%**	**954 856**	**165**	**6 282**
EM		Ribeira da Teja – Produção Energia Eléctrica	56%	4 249 156	–418 821	0	286 467	–	219 422	–	–
CM	**G**	**Vila Nova de Gaia**	**–**	**901 392 682**	**1 897 351**	**78 718 053**	**35 967 458**	**69,0%**	**72 741 662**	**3 381**	**307 563**
EM SA		Águas de Gaia	100%	62 225 053	372 671	33 498 590	13 850 928	–	6 269 805	–	–
EM		Gaiurb – Urbanismo e Habitação	100%	13 409 181	865 497	0	6 037 409	–	2 772 066	–	–
CM	**P**	**Vila Nova de Paiva**	–	**27 350 661**	**–40 677**	**759 204**	**1 106 076**	**25,3%**	**200 816**	**157**	**4 685**
CM	**P**	**Vila Nova de Poiares**	**–**	**33 360 112**	**10 254**	**12 646 888**	**884 949**	**205,4%**	**1 731 483**	**149**	**7 029**
CM	**P**	**Vila Pouca de Aguiar**	**–**	**65 017 312**	**–549 571**	**2 004 754**	**4 009 698**	**18,1%**	**9 293 133**	**348**	**11 750**
CM	**M**	**Vila Real**	**–**	**207 059 860**	**2 422 198**	**12 035 830**	**5 655 603**	**76,4%**	**13 538 780**	**623**	**49 610**
EM		VRS – Vila Real Social	100%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	**–**	**–**
CM	**P**	**Vila Real de Santo António**	–	**75 099 289**	**6 721 266**	**86 056 461**	**34 004 930**	**646,9%**	**48 854 284**	**531**	**18 991**
CM	**P**	**Vila Velha de Ródão**	**–**	**38 602 772**	**395 834**	**39 292**	**585 470**	**4,7%**	**1 983 526**	**154**	**3 456**
CM	**M**	**Vila Verde**	–	**101 579 361**	**6 362 559**	**10 379 086**	**5 583 326**	**52,3%**	**5 191 561**	**606**	**47 450**
CM	**P**	**Vila Viçosa**	**–**	**21 929 941**	**–80 661**	**2 214 937**	**894 095**	**41,1%**	**1 249 530**	**228**	**7 316**
CM	**P**	**Vimioso**	**–**	**31 985 515**	**–93 136**	**2 067 631**	**1 472 058**	**25,8%**	**2 515 617**	**154**	**4 145**
CM	**P**	**Vinhais**	**–**	**36 440 128**	**–388 063**	**2 092 310**	**1 500 248**	**23,6%**	**641 317**	**226**	**7 513**
EM		Carnes de Vinhais -Soc. Abate Transf. Carnes	100,0%	18 292	–39 519	20 370	104 498	–	52 868	–	–
EEM		ProRuris – EM de Desenvolv. Rural de Vinhais	100%	179 788	75 241	11 937	127 678	–	76 043	–	–
CM	**G**	**Viseu**	**–**	**249 042 365**	**2 429 028**	**12 137 959**	**23 668 176**	**37,3%**	**29 390 746**	**1 289**	**100 105**
SMAS		SMAS de Viseu	100%	73 952 970	796 402	0	6 711 543	–	6 093 633	183	–
EM		Habisolvis – Habitação Social	100%	688 819	1 648	0	219 340	–	75 074	–	–
SA		VISEUNOVO – SRU	55%	1 032 800	51 768	204 365	768 134	–	817 032	–	–
CM	**M**	**Vizela**	**–**	**63 718 620**	**–506 024**	**9 312 271**	**2 375 989**	**85,3%**	**6 171 886**	**308**	**24 259**
EIM		Vimágua	10%	24 485 171	1 781 893	8 338 306	16 942 255	–	3 455 415	–	–
CM	**P**	**Vouzela**	**–**	**51 774 906**	**–791 517**	**5 448 335**	**1 006 109**	**54,7%**	**1 201 541**	**276**	**9 640**

EIM SA		Águas do Alto Alentejo	(1)	23 870 892	208 368	0	2 617 560	–	3 862 801	–	–
EIM SA		Águas do Interior Norte	(2)	77 595 321	544 607	17 558 777	8 382 351	–	22 174 046	–	–
EIM		Águas do Ribatejo	(3)	67 118 934	2 225 292	16 362 134	19 819 922	–	4 567 548	–	–
EIM		AMBILITAL – Invest. Ambientais no Alentejo	(4)	18 810 983	438 451	0	5 785 914	–	1 692 629	–	–
EIM		Ambisousa – EIM Tratam. Gestão Res. Sól.	(5)	15 068 431	–289 666	0	5 104 831	–	3 252 535	–	–
EIM SA		APIN – EIM Ambiente do Pinhal Interior	(6)	17 105 761	–1 697 606	3 830 323	18 338 350	–	19 490 813	–	–
EIM		BRAVAL – Valorização e Tratam. Res. Sól.	(7)	10 023 321	6 688	2 542 168	6 914 402	–	4 898 806	–	–
EIM SA		ECOBEIRÃO – Trat. Res Sól. Planalto Beirão	(8)	5 119 802	9 004	635 817	11 679 266	–	3 501 754	–	–
EIM		Ecolezíria -Tratamento de Resíduos Sólidos	(9)	3 167 833	102 249	10 503	1 653 378	–	2 131 089	–	–
EIM SA		EHATB – Emp. Hidroelét. Alto Tâmega Barroso	(10)	9 558 836	1 458 875	0	2 772 355	–	1 953 634	–	–
EIM		GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos	(11)	12 378 317	134 118	789 812	4 204 028	–	2 841 071	–	–

EIM SA		Matadouro Industrial do Cachão	(12)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	–	n.d.	–	–
EIM		MINHOCOM – Gestão de Infraestrut. Telecom.	(13)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	–	n.d.	–	–
EIM SA		Município, SA – Emp. Cartografia e Sist. Info.	(14)	3 353 563	–1 046 763	865 948	1 510 502	–	3 996 129	–	–
EIM		MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente	(15)	31 810 869	738 498	0	7 435 465	–	2 339 932	–	–
EIM		Naturtejo – Empresa de Turismo	(16)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	–	n.d.	–	–
EIM		PERM – Parque Emp. de Recup. de Materiais	(17)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	–	n.d.	–	–
EIM		Resialentejo – Trat.e Valorização de Resíduos	(18)	9 430 853	91 672	2 524 374	4 836 120	–	2 755 125	–	–
EIM		Resíduos do Nordeste	(19)	14 065 996	375 799	431 828	4 884 826	–	3 875 119	–	–
EIM SA		RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos	(20)	3 408 875	–338 747	4 542 860	8 655 440	–	2 615 706	–	–
EIM SA		Sociedade Transportes Colectivos do Porto	(21)	140 980 328	83 754	4 681	17 723 286	–	34 554 216	–	–
EIM SA		Tejo Ambiente – EIM Ambiente do Médio Tejo	(22)	10 699 033	61 994	11 130 000	12 600 777	–	9 115 761	–	–
EIM		TRATOLIXO – Tratamento Resíduos Sólidos	(23)	29 807 307	120 174	130 294 834	19 828 332	–	9 833 009	–	–
EIM SA		Tejo Ambiente – EIM Ambiente do Médio Tejo	(22)	10 363 717	–895 998	5 215 991	12 559 555	–	16 868 729	–	–
EIM		TRATOLIXO – Tratamento Resíduos Sólidos	(23)	30 696 146	23 505	134 064 701	17 863 237	–	14 414 269	–	–

(1) Alter do Chão (6,92%), Arronches (4,424%), Castelo de Vide (5,435%), Crato (8,174%), Fronteira (6,708%), Gavião (10,031%), Marvão (6,903%), Nisa (14,994%), Ponte de Sor (29,094%) e Sousel (7,317%).
(2) Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.
(3) Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%).
(4) AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Sines, Aljustrel e Ferreira do Alentejo) – 51,00%.
(5) Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) – 100%.
(6) Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares.
(7) Amares (3,7%), Póvoa de Lanhoso (4,2%) Terras de Bouro (2,4%), Vila Verde (5,0%), Vieira do Minho (5,7%) e Agere (Braga) (79,0%).
(8) Carregal do Sal (2%), Mortágua (2%), Santa Comba Dão (2%), Tábua, Tondela (2%), AMRPB – Associação de Municípios da Região Planalto Beirão (82,9%).
(9) RESIURB – Associação de Municípios para o Tratamento de resíduos Sólidos (Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos) – 100%.
(10) Boticas (16,7%), Chaves (16,7%), Montalegre (16,7%), Ribeira de Pena (16,7%), Valpaços (16,7%) e Vila Pouca de Aguiar (16,7%).
(11) CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa) – 60%.
(12) AIN – Agro-Industrial do Nordeste, E.I.M, S.A.
(13) Associação de Municípios do Vale do Minho (Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira) – 51,0%.
(14) Aguiar da Beira, Albergaria-a-Velha, Alvaiázere, Ansião, Arganil, Barcelos, Boticas, Bragança, Cabeceiras de Basto, Carregal do Sal, Castelo Branco, Covilhã, Figueira da Foz, Fundão, Góis, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Ílhavo, Lagoa, Lamego, Leiria, Loulé, Mafra, Maia, Mangualde, Monchique, Mourão, Oeiras (56,71%), Olhão, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Paços de Ferreira, Paredes, Penacova, Penamacor, Ponta Delgada, Ponte da Barca, Portalegre, Portimão, Santa Marta Penaguião, Santiago do Cacém, São João da Madeira, São Pedro do Sul, Sernancelhe, Sertã, Sesimbra, Sever do Vouga, Silves, Sines, Sintra, Tavira, Trofa, Vale de Cambra, Vieira do Minho, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Poiares, Viseu, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, Associação para o Des. Baixo Guadiana, Associação de Municípios do Vale Douro Norte, Associação de Municípios do Douro Superior (AMDS), Associação de Municípios PEFICA, Associação de Municípios do Norte Alentejano, Associação de Municípios de Alta Estremadura, e Associação de Municípios do Distrito Évora.
(15) AMISM – Associação de município da Ilha de São Miguel (Lagoa, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo) – 100%.
(16) Associação de Municípios Natureza e Tejo – 87,87%.
(17) Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra) – 51%.
(18) Almodôvar (12,5%), Barrancos (12,5%), Beja (12,5%), Castro Verde (12,5%), Mértola (12,5%), Moura (12,5%), Ourique (12,5%) e Serpa (12,5%).
(19) Alfândega da Fé, Bragança (23,12%), Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros (11,9%), Miranda do Douro (4,89%), Mirandela (16,92%), Vila Flor (4,75%), Vimioso (3,05%), Vinhais (5,93%), Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos (22%).
(20) Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.
(21) Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo, Vila Nova de Gaia.
(22) Ferreira do Zêzere (7,9%), Mação (10,9%), Ourém (32,4%), Sardoal (5,6%), Tomar (35,6%) e Vila Nova da Barquinha (7,6%).
(23) AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – 100%.

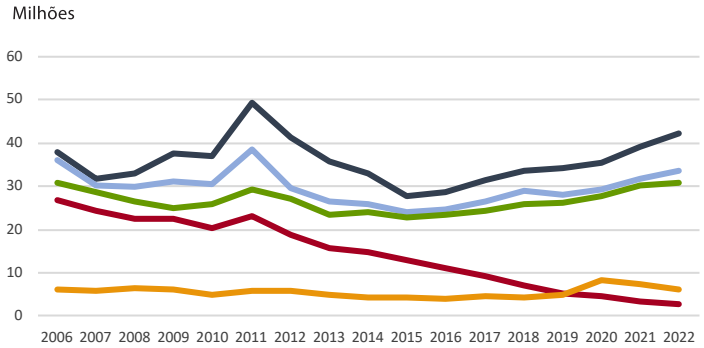
n.d. – Dados não dísponíveis

ANEXO II
EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA POR MUNICÍPIO (por ordem alfabética)*

*Os dados referentes à população são dos Censos 2021

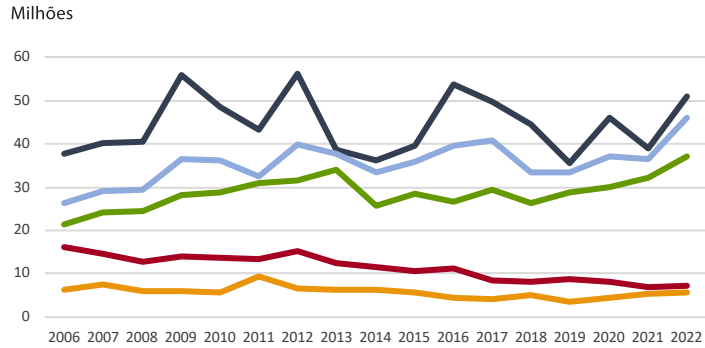
Abrantes

33 795 HABITANTES



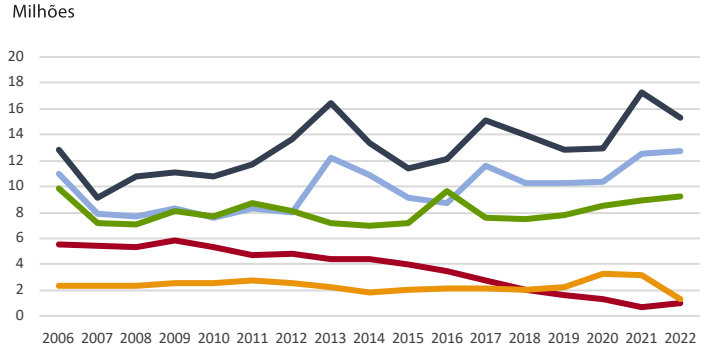
Águeda

46 495 HABITANTES



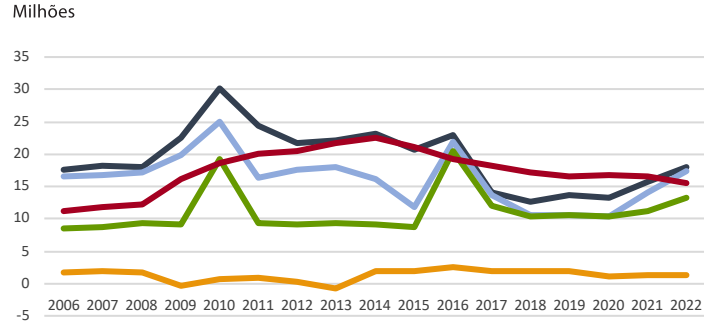
Aguiar da Beira

5 279 HABITANTES



Alandroal

5 004 HABITANTES



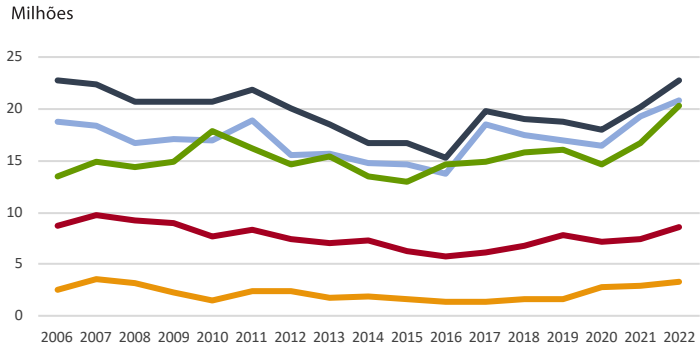
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

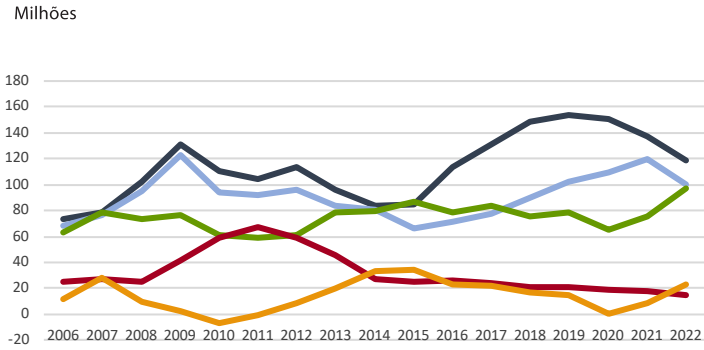
Albergaria-a-Velha

25 241 HABITANTES



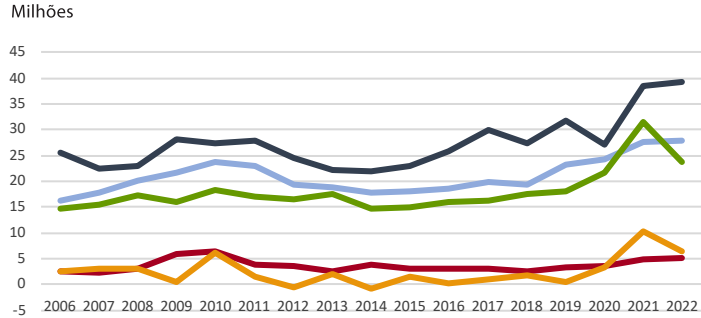
Albufeira

45 169 HABITANTES



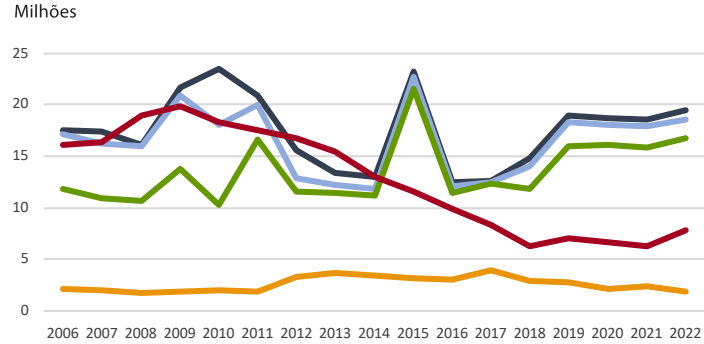
Alcácer do Sal

11 035 HABITANTES



Alcanena

12 538 HABITANTES



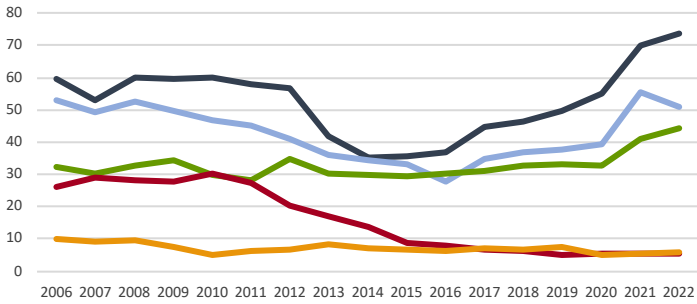
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Alcobaça

56 031 HABITANTES

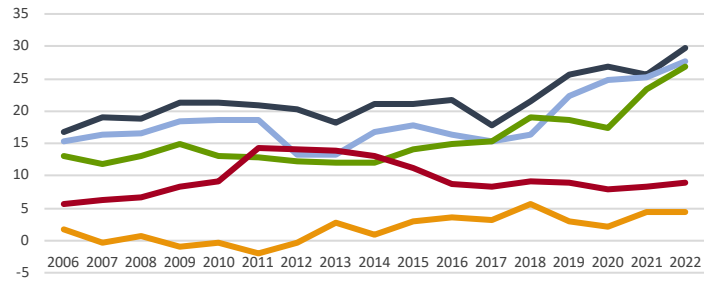
Milhões



Alcochete

19 711 HABITANTES

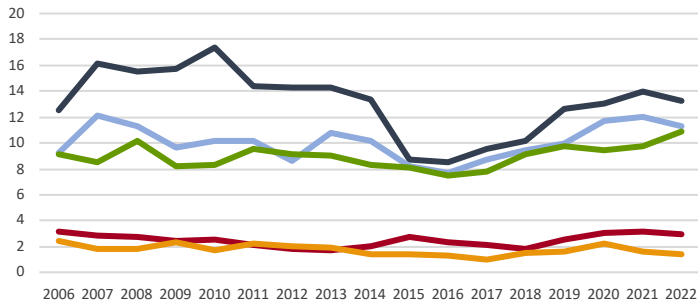
Milhões



Alcoutim

2 457 HABITANTES

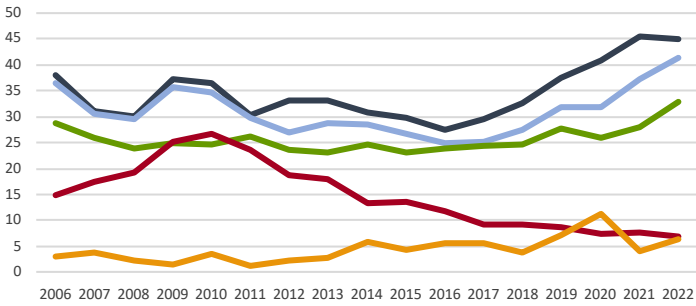
Milhões



Alenquer

46 738 HABITANTES

Milhões



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

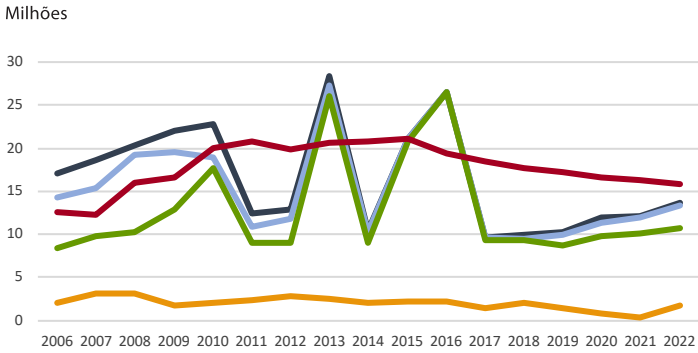
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

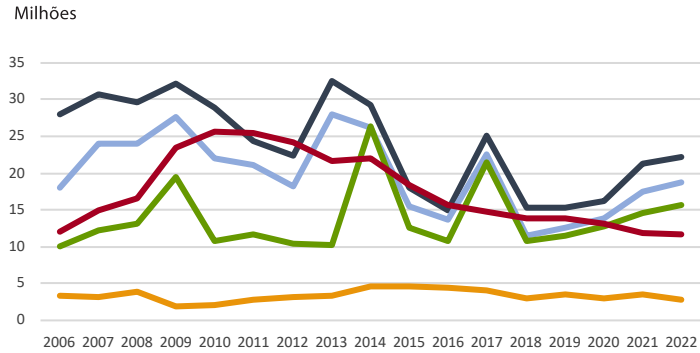
Alfândega da Fé

4 227 HABITANTES



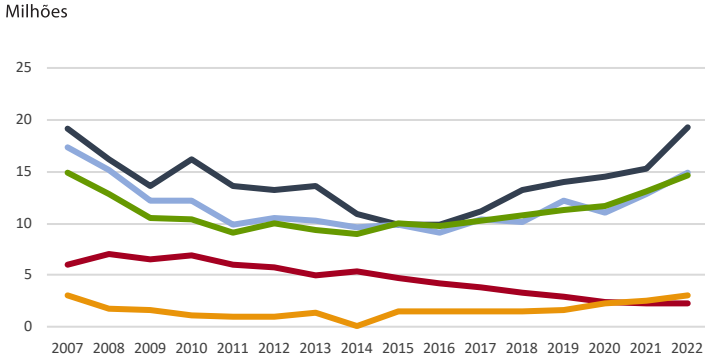
Alijó

10 339 HABITANTES



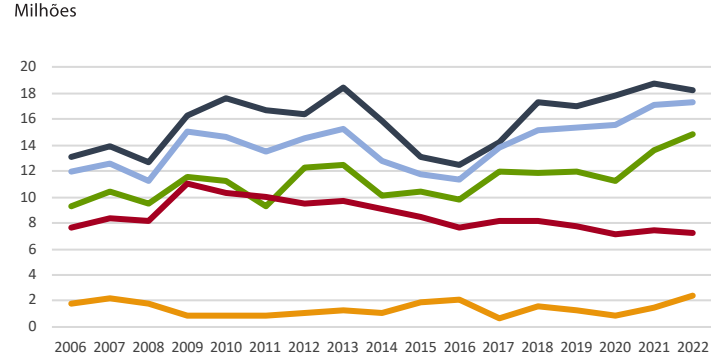
Aljezur

6 166 HABITANTES



Aljustrel

8 899 HABITANTES



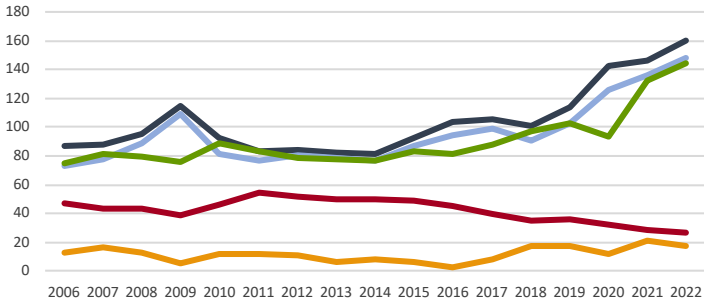
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Almada

178 254 HABITANTES

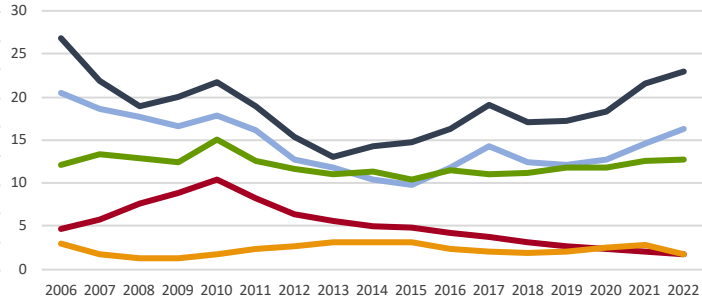
Milhões



Almeida

5 691 HABITANTES

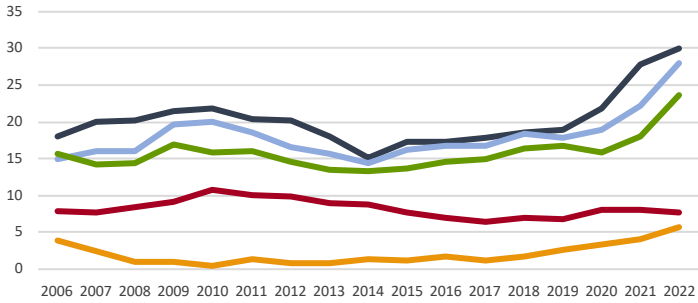
Milhões



Almeirim

22 544 HABITANTES

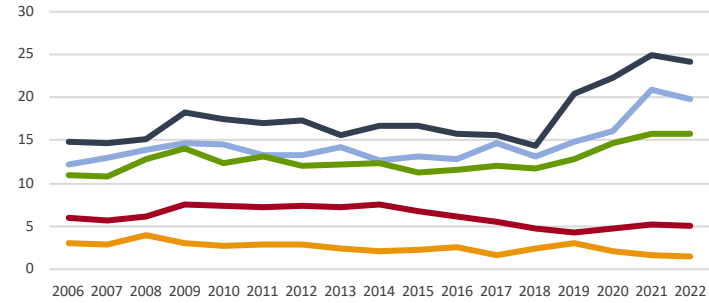
Milhões



Almodôvar

6 681 HABITANTES

Milhões



LEGENDA

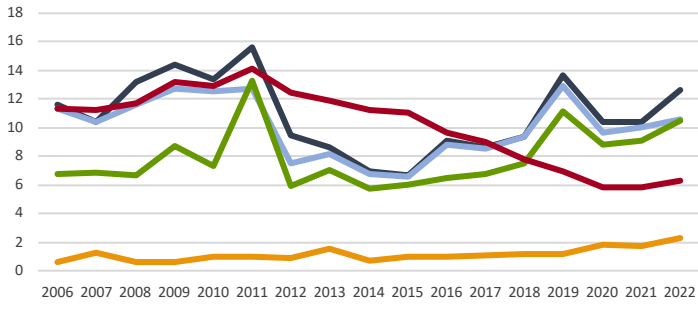
- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

Alpiarça

7 186 HABITANTES

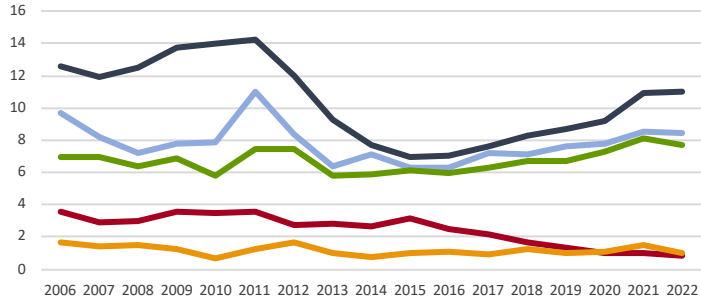
Milhões



Alter do Chão

3 164 HABITANTES

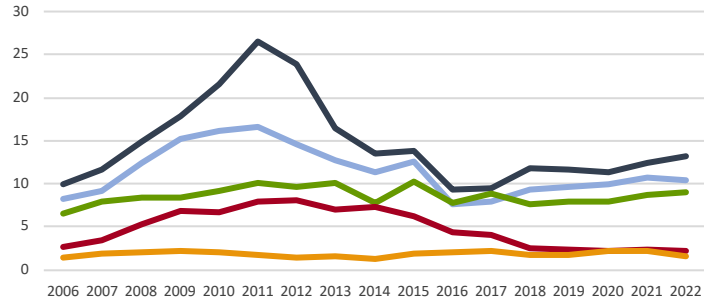
Milhões



Alvaiázere

6 281 HABITANTES

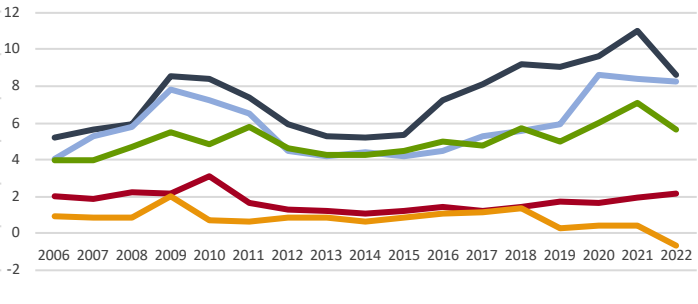
Milhões



Alvito

2 260 HABITANTES

Milhões



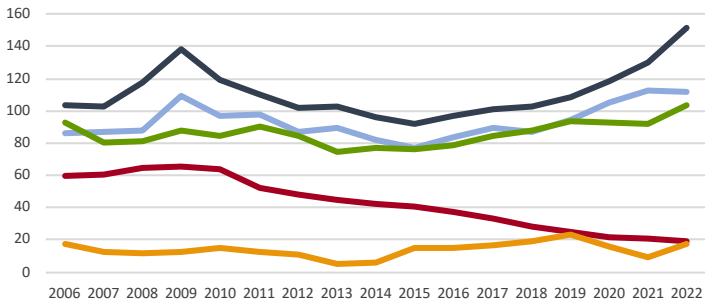
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Amadora

174 511 HABITANTES

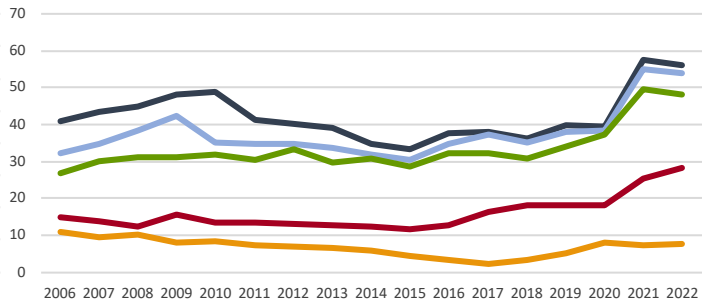
Milhões



Amarante

52 035 HABITANTES

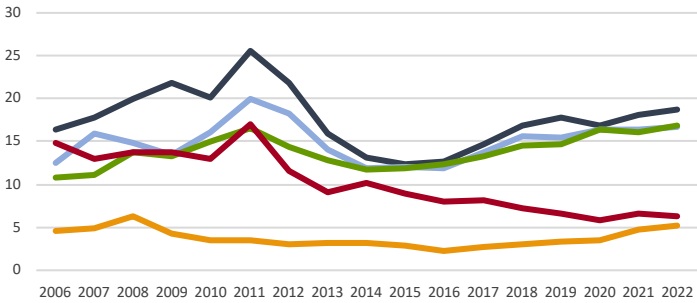
Milhões



Amares

19 191 HABITANTES

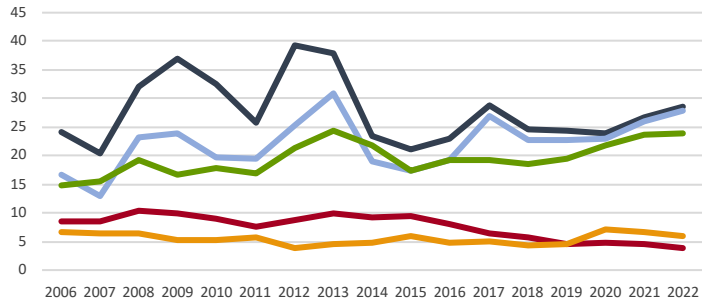
Milhões



Anadia

27 819 HABITANTES

Milhões



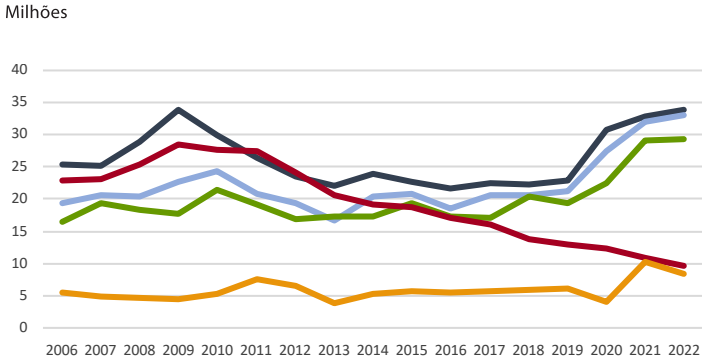
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

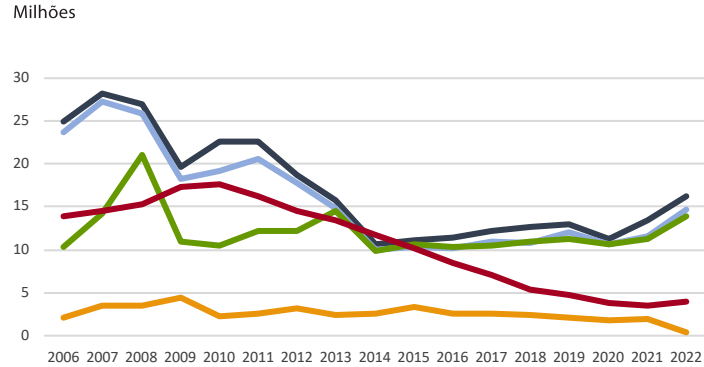
Angra do Heroísmo

33 885 HABITANTES



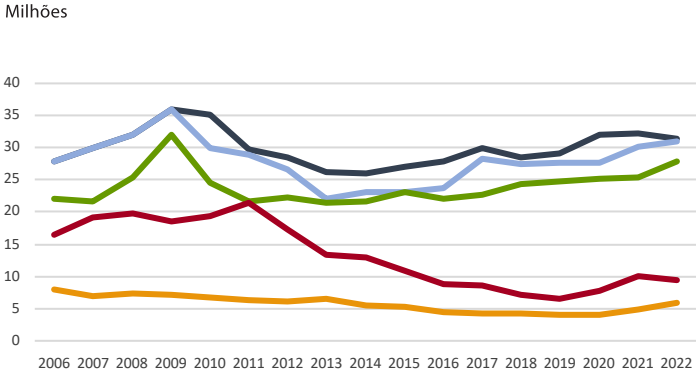
Ansião

11 685 HABITANTES



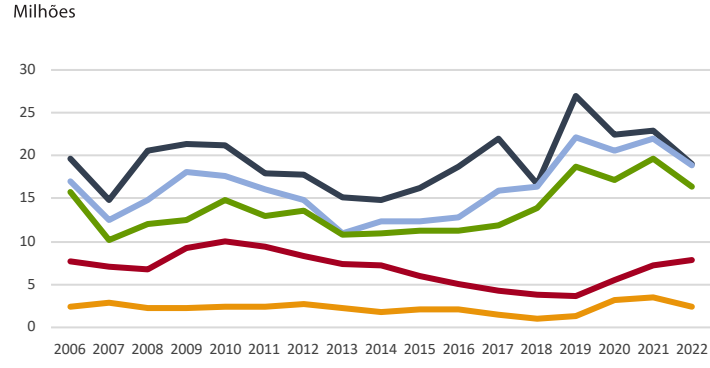
Arcos de Valdevez

20 692 HABITANTES



Arganil

11 130 HABITANTES



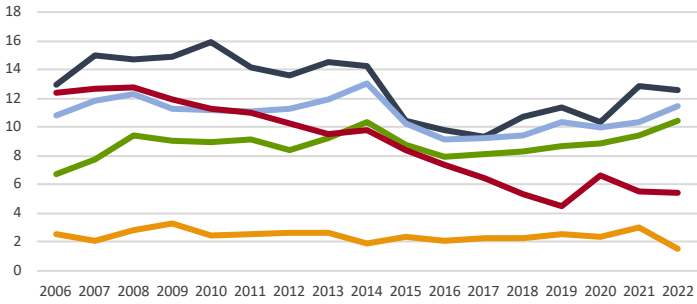
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Armamar

5 693 HABITANTES

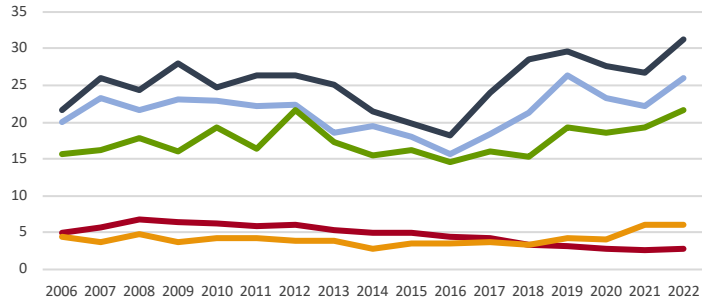
Milhões



Arouca

20 903 HABITANTES

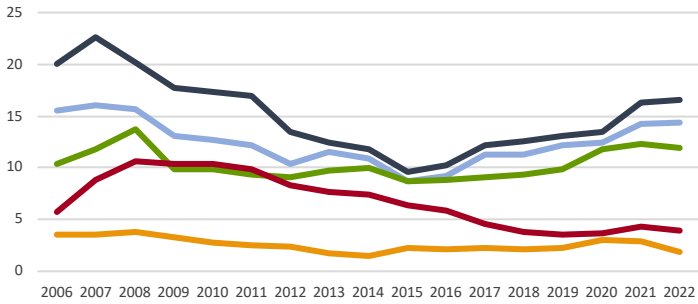
Milhões



Arraiolos

6 739 HABITANTES

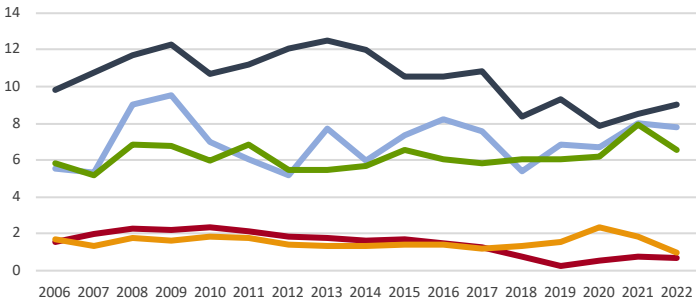
Milhões



Arronches

2 776 HABITANTES

Milhões



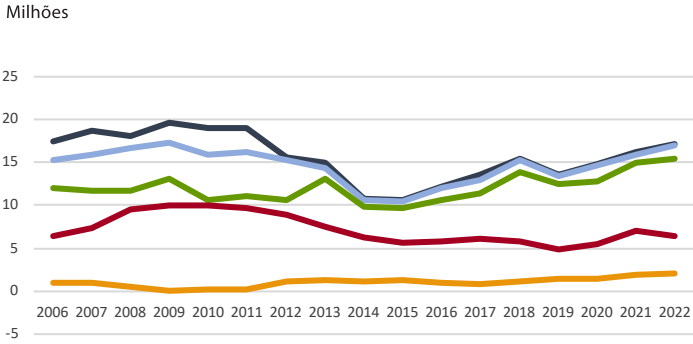
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

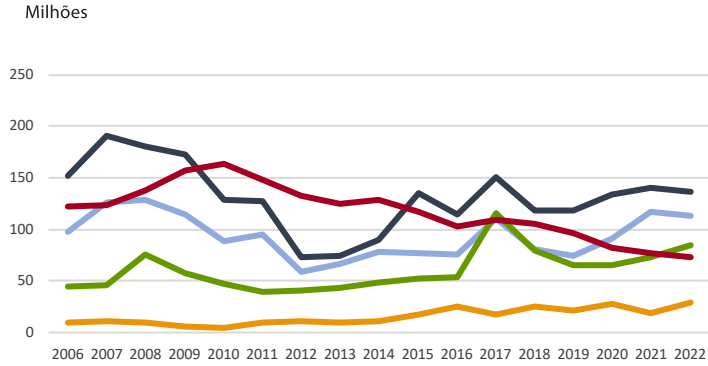
Arruda dos Vinhos

14 855 HABITANTES



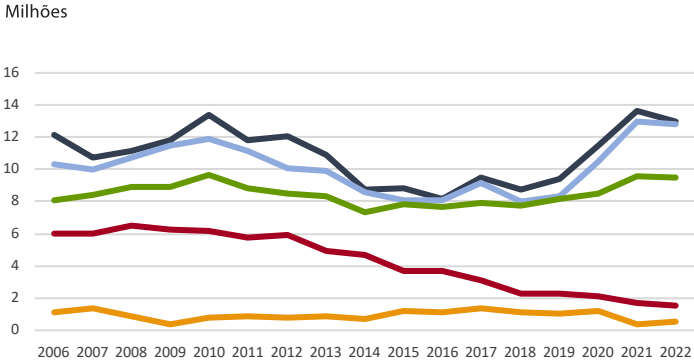
Aveiro

83 508 HABITANTES



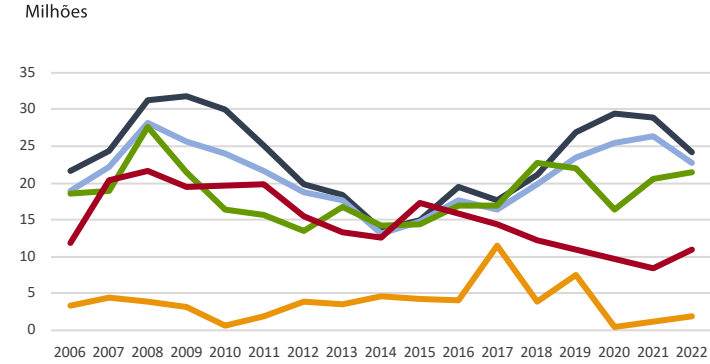
Avis

3 784 HABITANTES



Azambuja

22 244 HABITANTES



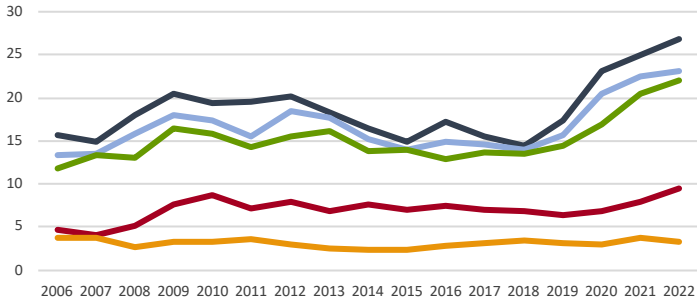
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Baião

17 257 HABITANTES

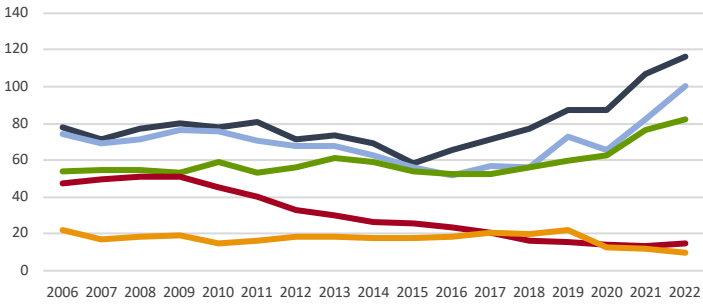
Milhões



Barcelos

116 493 HABITANTES

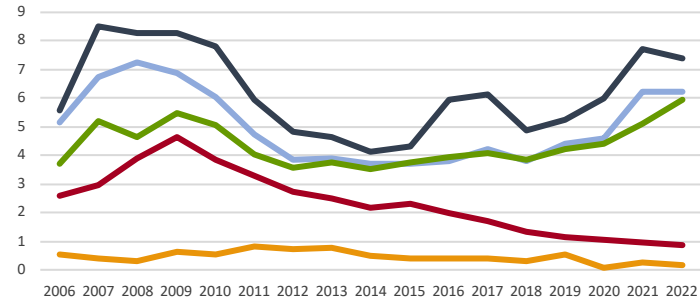
Milhões



Barrancos

1 457 HABITANTES

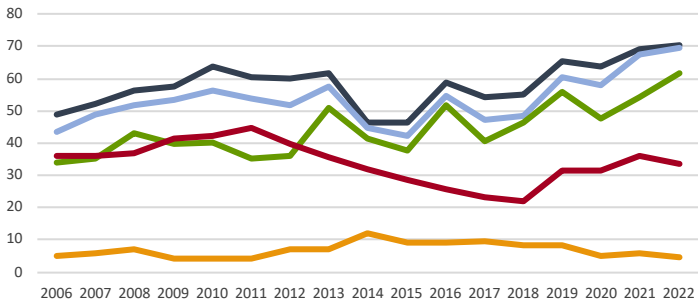
Milhões



Barreiro

78 855 HABITANTES

Milhões



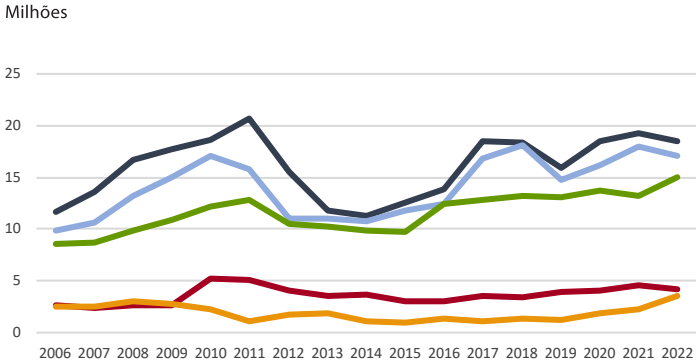
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

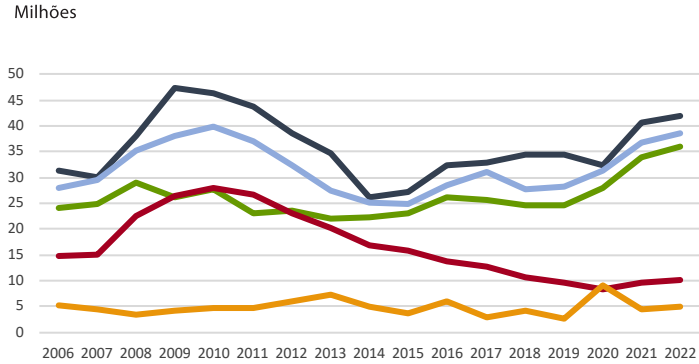
Batalha

15 991 HABITANTES



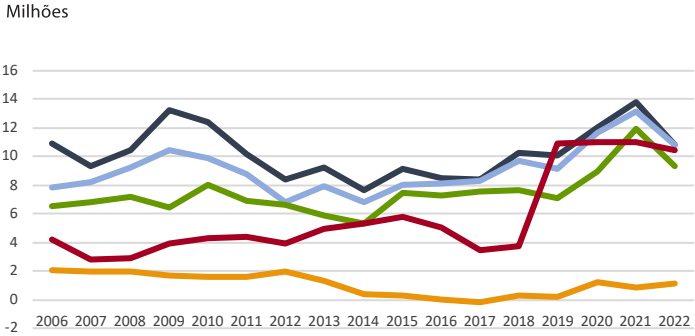
Beja

33 504 HABITANTES



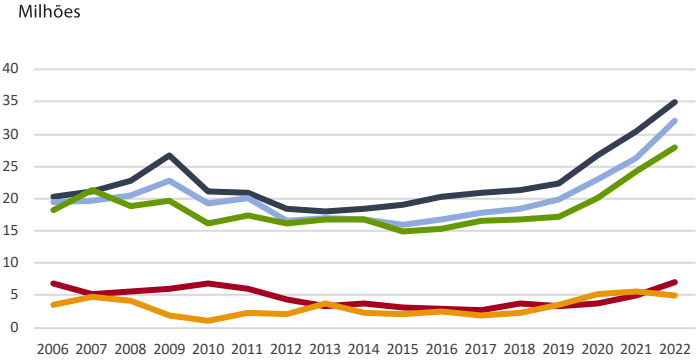
Belmonte

6 175 HABITANTES



Benavente

31 476 HABITANTES

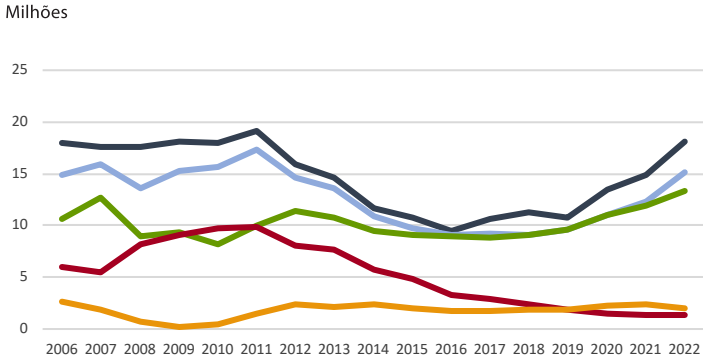


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

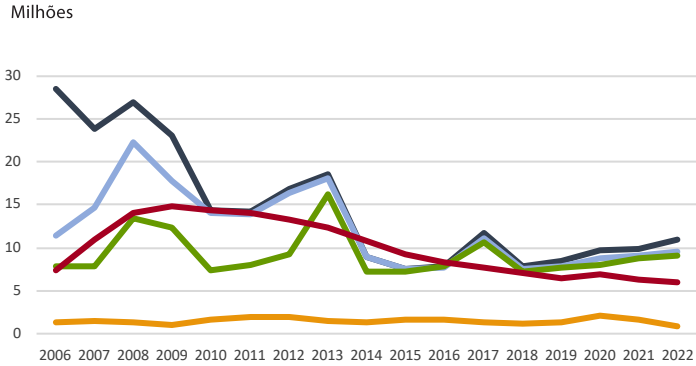
Bombarral

13 492 HABITANTES



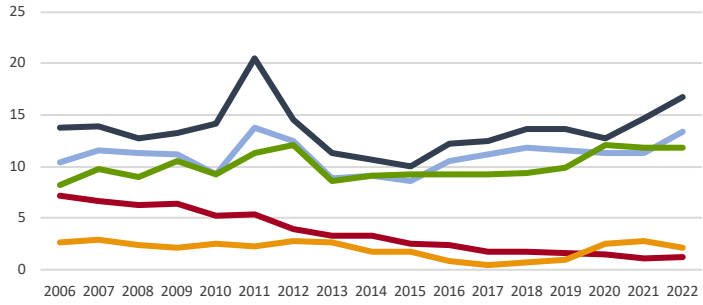
Borba

6 403 HABITANTES



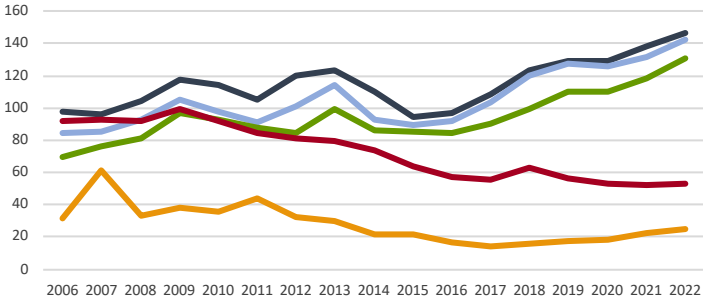
Boticas

4 899 HABITANTES



Braga

197 594 HABITANTES



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.

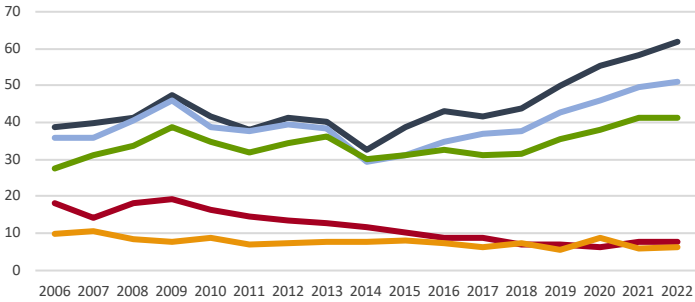
Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

Bragança

34 977 HABITANTES

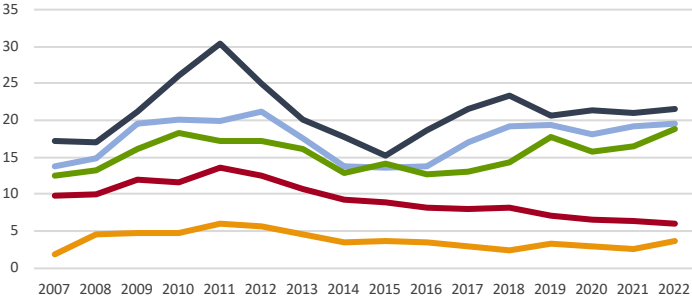
Milhões



Cabeceiras de Basto

15 482 HABITANTES

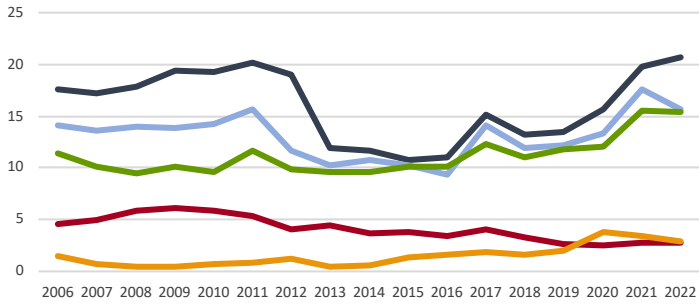
Milhões



Cadaval

14 024 HABITANTES

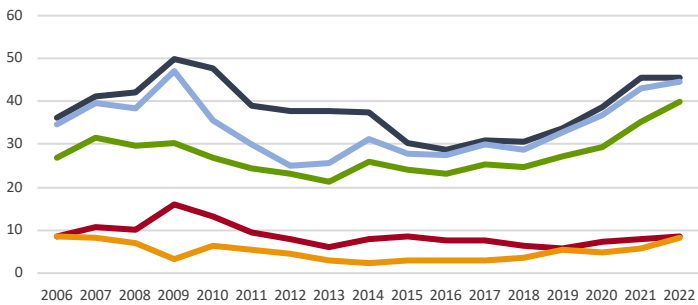
Milhões



Caldas da Rainha

52 399 HABITANTES

Milhões

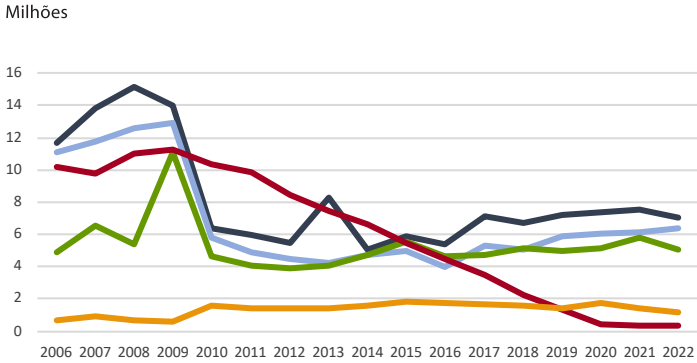


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

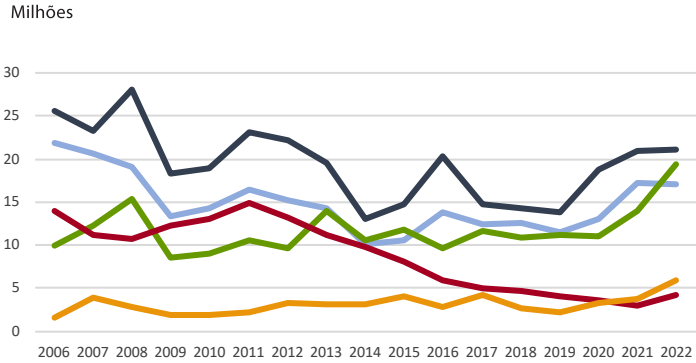
Calheta (R. A. A.)

3 514 HABITANTES



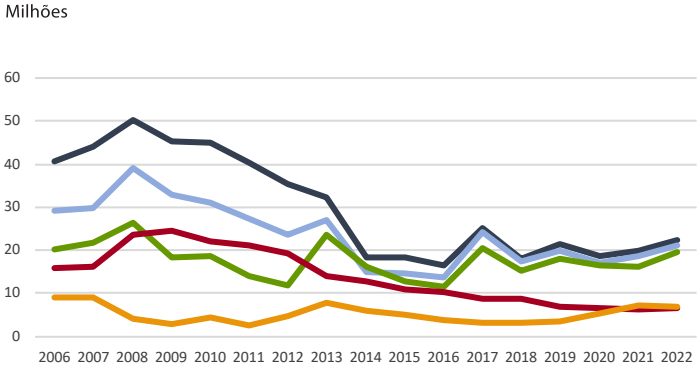
Calheta (R. A. M.)

10 962 HABITANTES



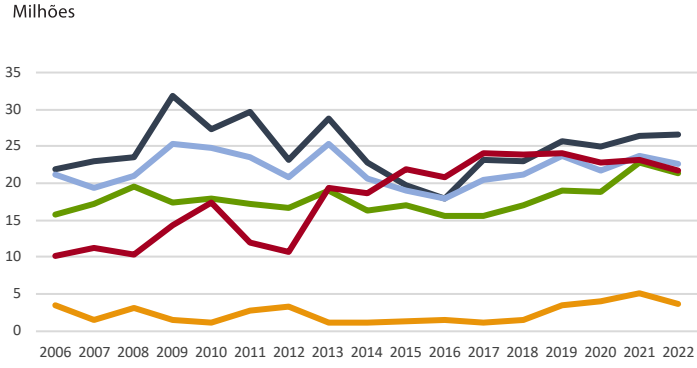
Câmara de Lobos

32 416 HABITANTES



Caminha

16 116 HABITANTES



LEGENDA

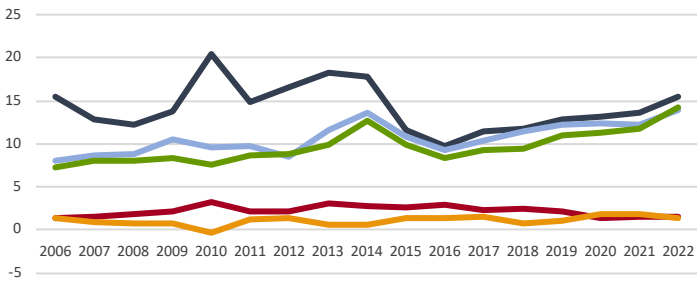
- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

Campo Maior

7 954 HABITANTES

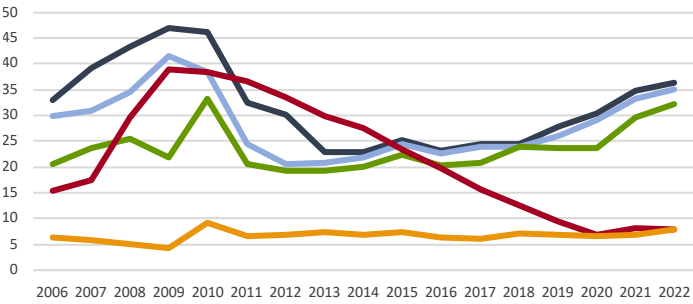
Milhões



Cantanhede

34 370 HABITANTES

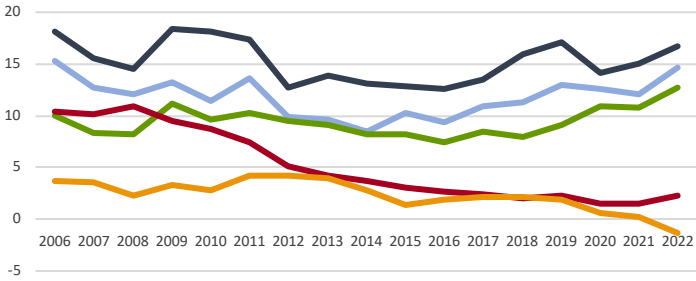
Milhões



Carrazeda de Ansiães

5 393 HABITANTES

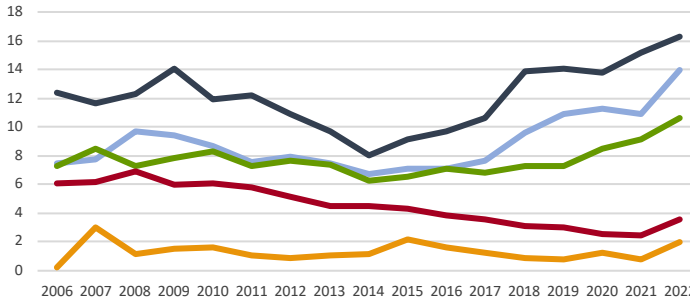
Milhões



Carregal do Sal

9 073 HABITANTES

Milhões



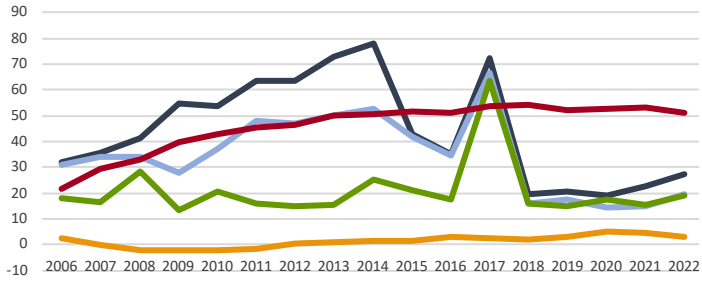
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Cartaxo

23 942 HABITANTES

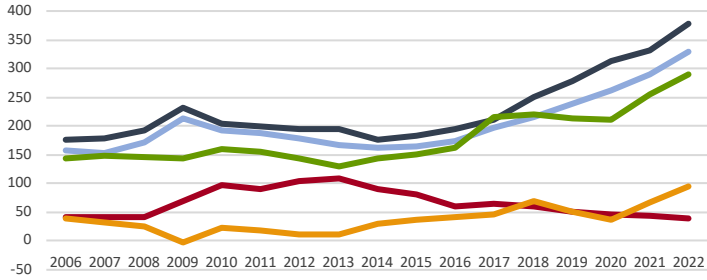
Milhões



Cascais

213 928 HABITANTES

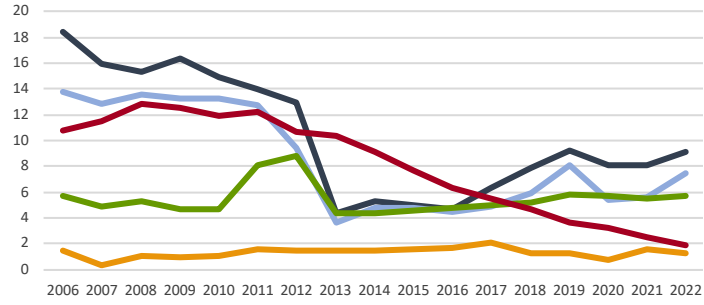
Milhões



Castanheira de Pêra

2 679 HABITANTES

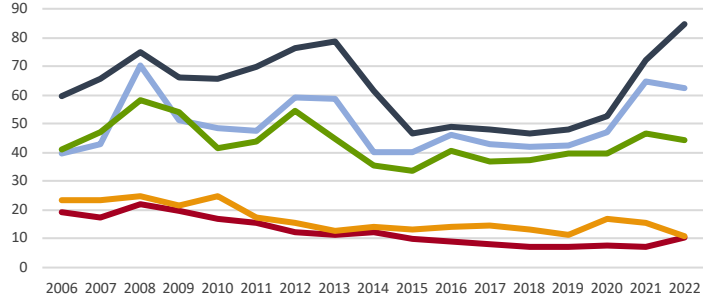
Milhões



Castelo Branco

52 366 HABITANTES

Milhões



LEGENDA

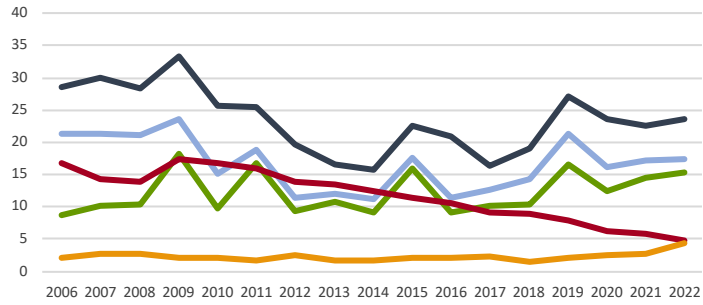
- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

Castelo de Paiva

15 390 HABITANTES

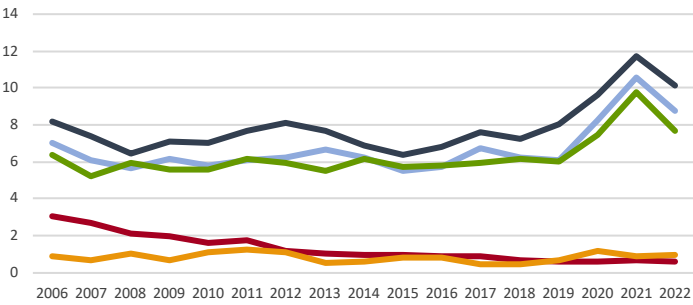
Milhões



Castelo de Vide

3 194 HABITANTES

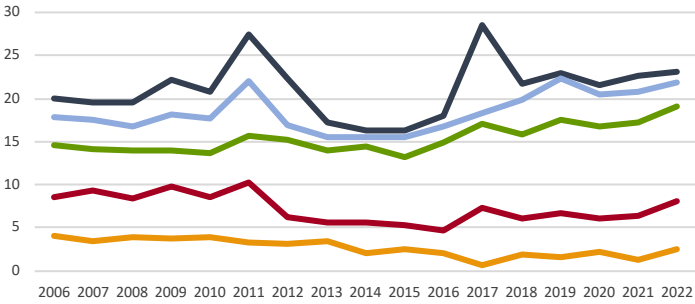
Milhões



Castro Daire

13 595 HABITANTES

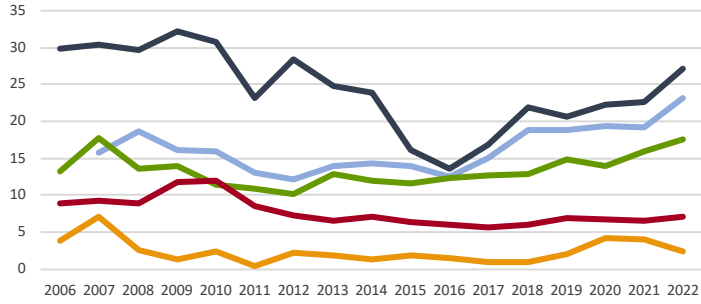
Milhões



Castro Marim

6 672 HABITANTES

Milhões



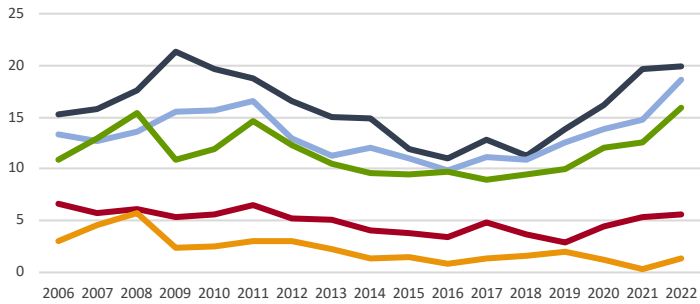
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Castro Verde

6 947 HABITANTES

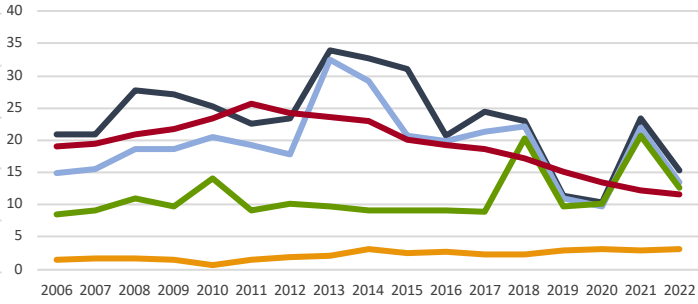
Milhões



Celorico da Beira

6 526 HABITANTES

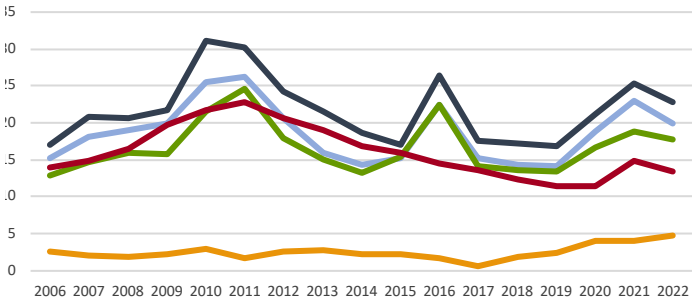
Milhões



Celorico de Basto

17 570 HABITANTES

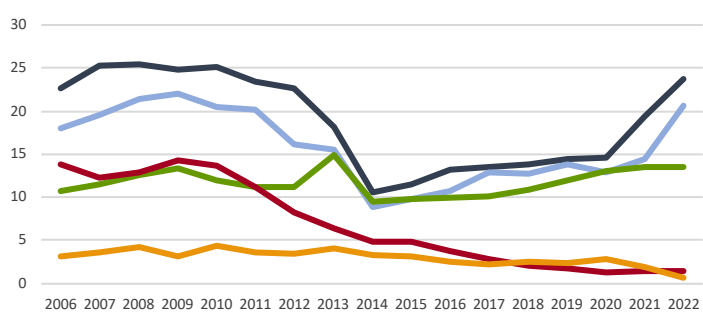
Milhões



Chamusca

8 532 HABITANTES

Milhões



LEGENDA

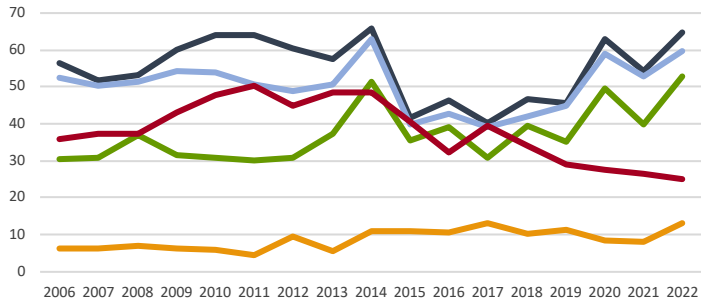
- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

Chaves

37 306 HABITANTES

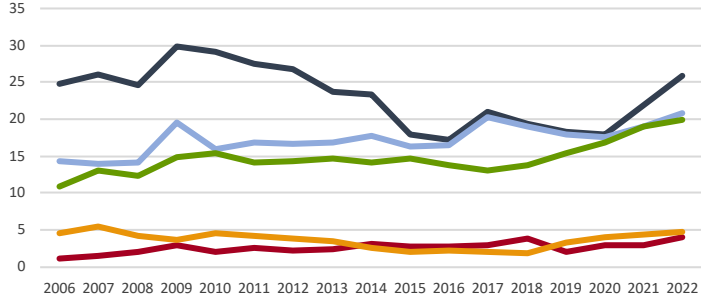
Milhões



Cinfães

17 557 HABITANTES

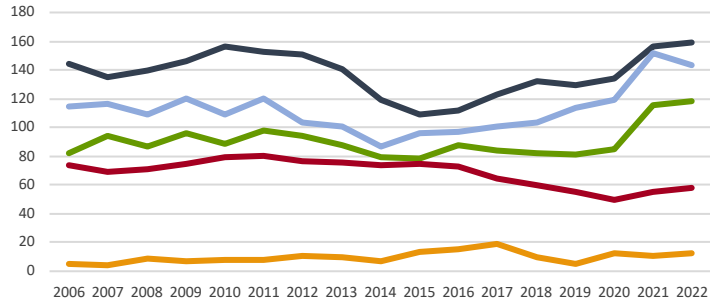
Milhões



Coimbra

142 252 HABITANTES

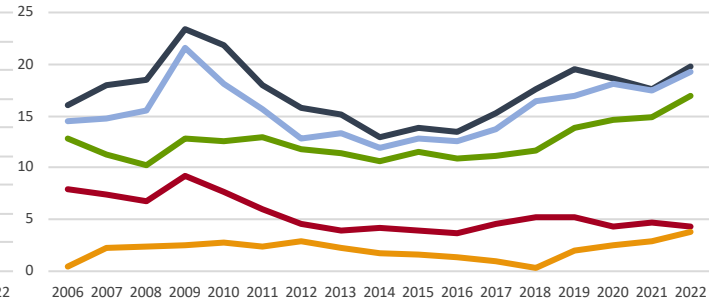
Milhões



Condeixa-a-Nova

17 164 HABITANTES

Milhões



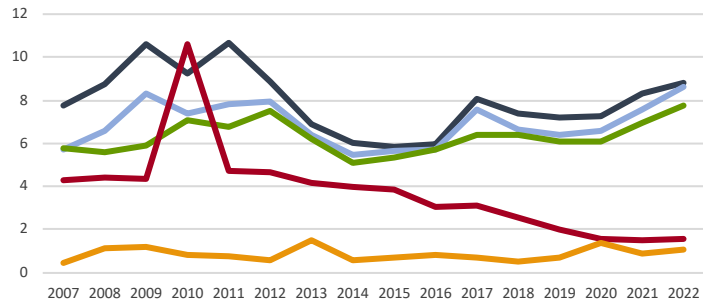
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Constância

3 872 HABITANTES

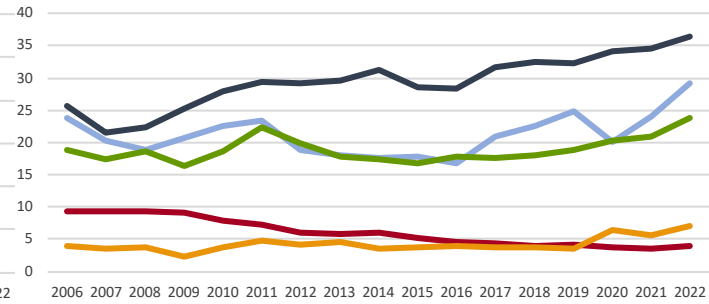
Milhões



Coruche

17 349 HABITANTES

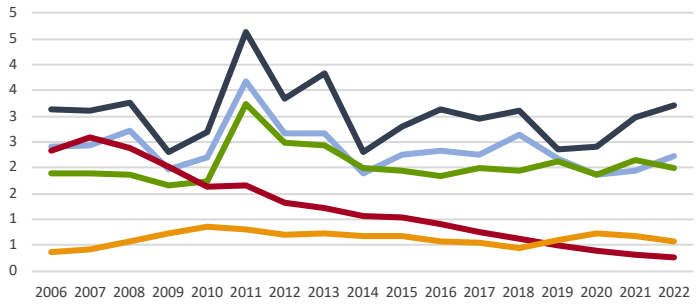
Milhões



Corvo

432 HABITANTES

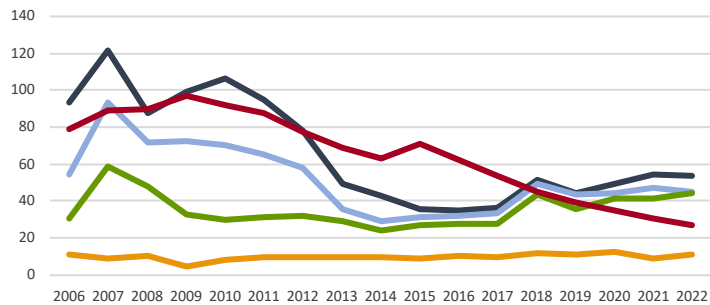
Milhões



Covilhã

46 015 HABITANTES

Milhões



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.

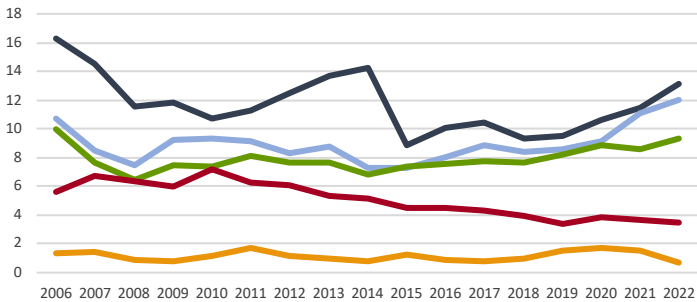
Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

Crato

3 255 HABITANTES

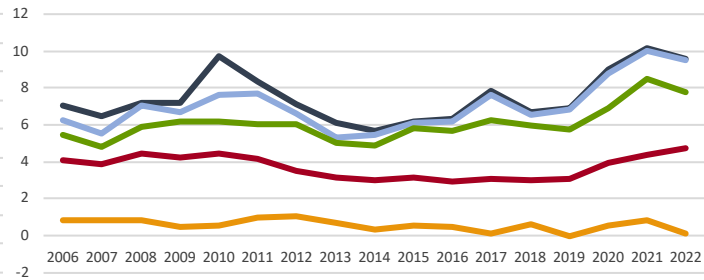
Milhões



Cuba

4 429 HABITANTES

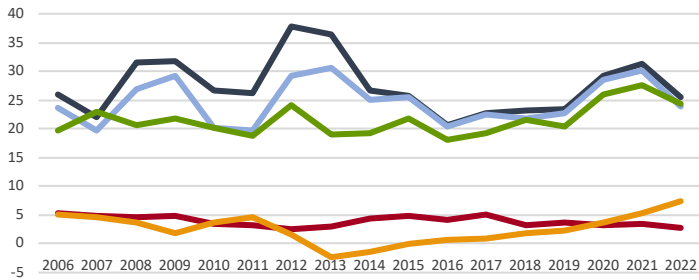
Milhões



Elvas

20 398 HABITANTES

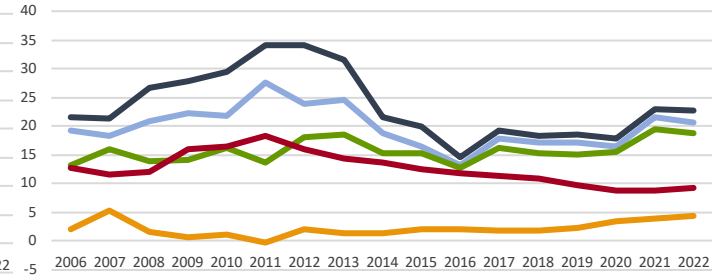
Milhões



Entroncamento

21 294 HABITANTES

Milhões



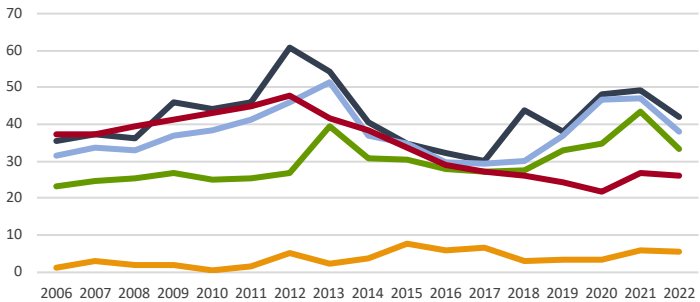
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Espinho

31 778 HABITANTES

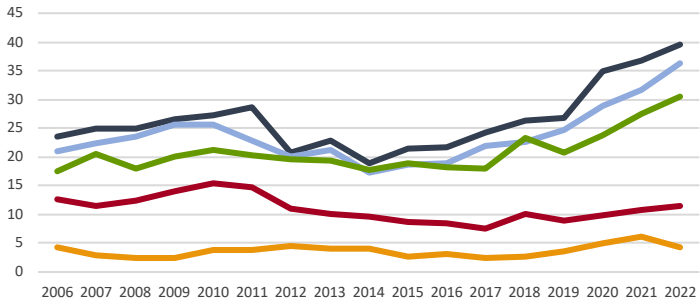
Milhões



Esposende

36 287 HABITANTES

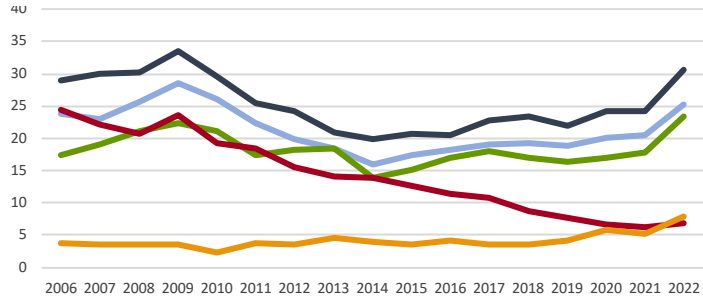
Milhões



Estarreja

26 634 HABITANTES

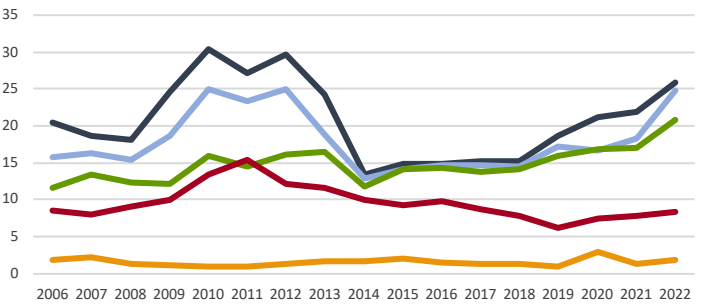
Milhões



Estremoz

12 600 HABITANTES

Milhões



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

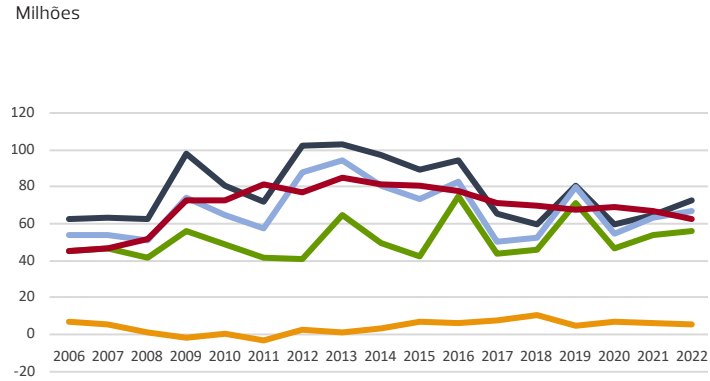
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

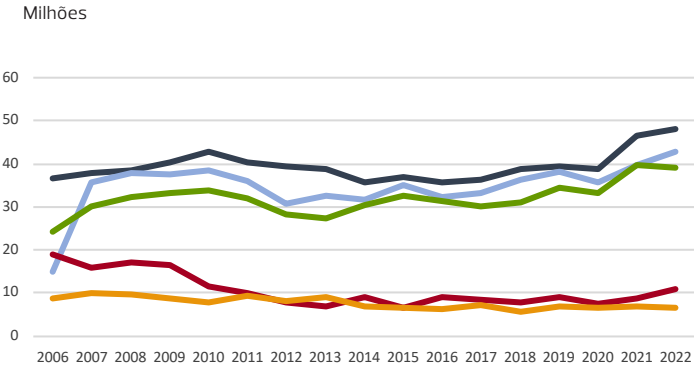
Évora

53 625 HABITANTES



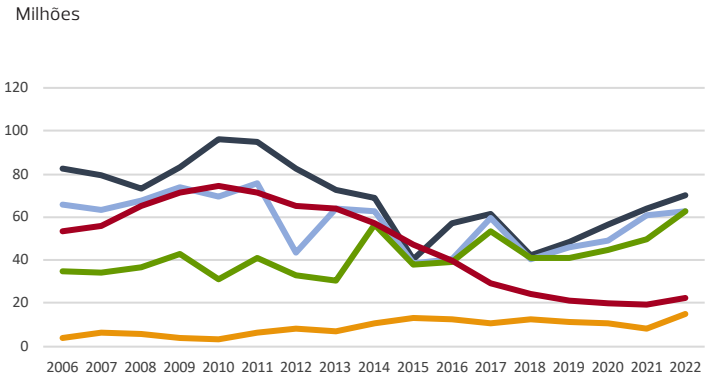
Fafe

48 302 HABITANTES



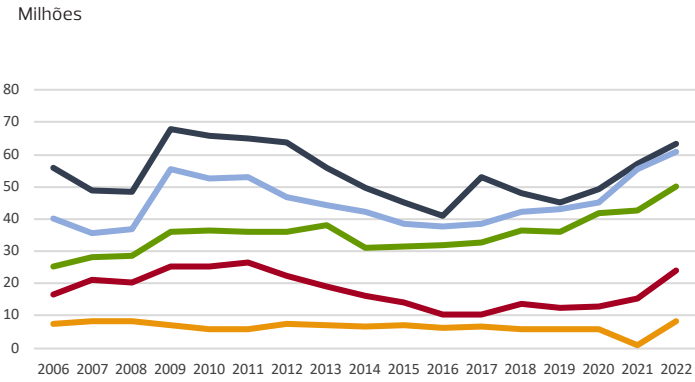
Faro

68 192 HABITANTES



Felgueiras

55 394 HABITANTES

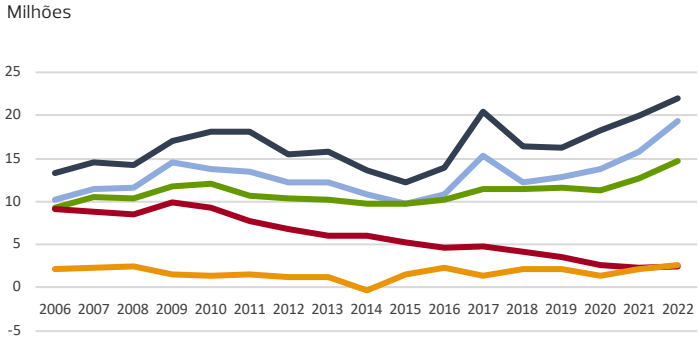


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

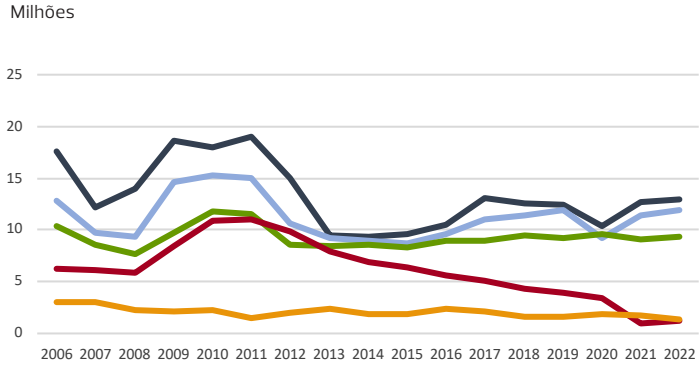
Ferreira do Alentejo

7 812 HABITANTES



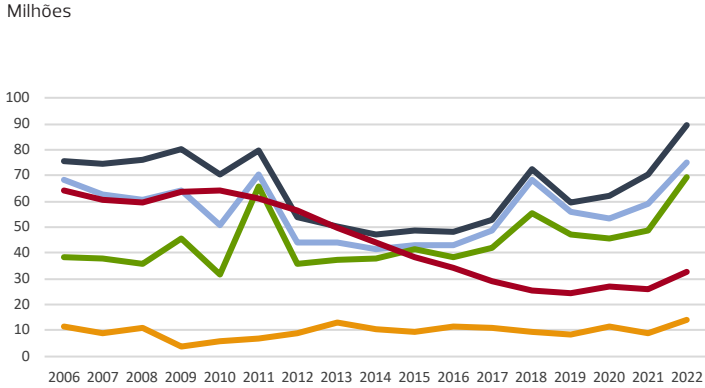
Ferreira do Zêzere

7 860 HABITANTES



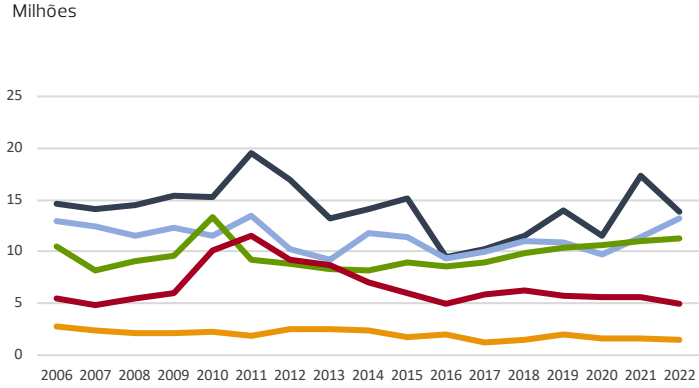
Figueira da Foz

59 348 HABITANTES



Figueira de Castelo Rodrigo

5 059 HABITANTES



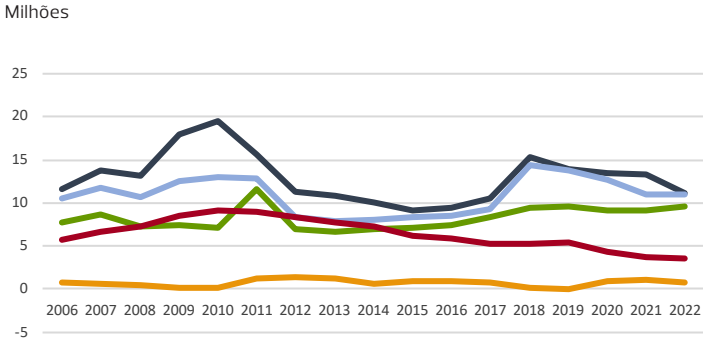
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

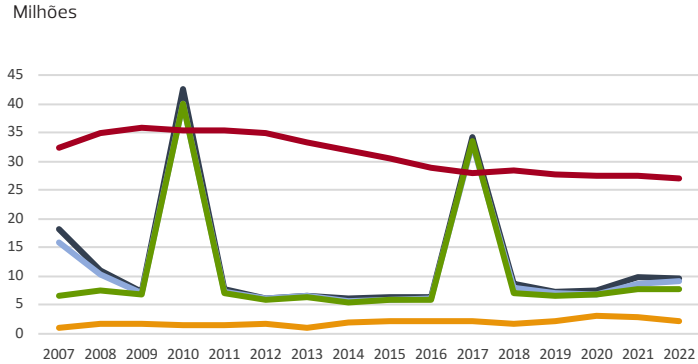
Figueiró dos Vinhos

5 210 HABITANTES



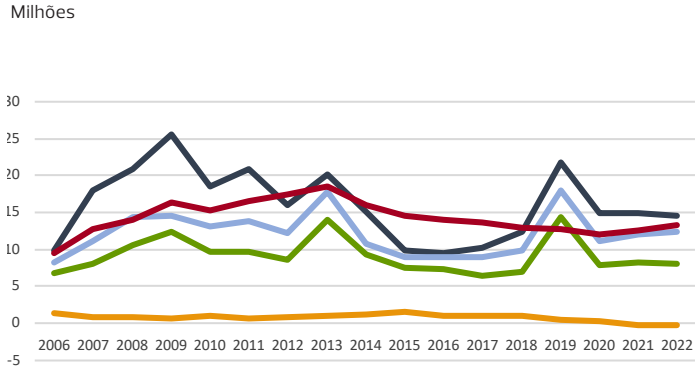
Fornos de Algodres

4 361 HABITANTES



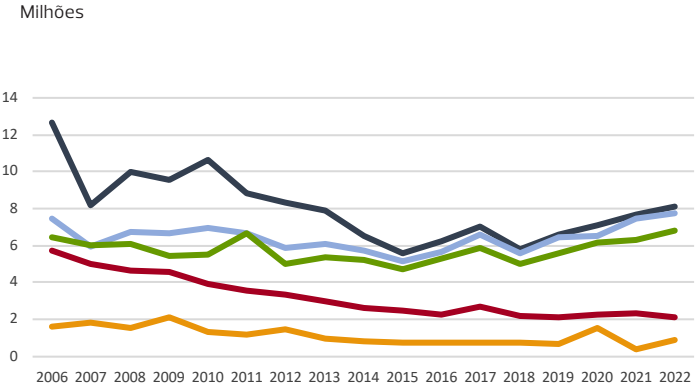
Freixo de Espada à Cinta

3 171 HABITANTES



Fronteira

2 941 HABITANTES



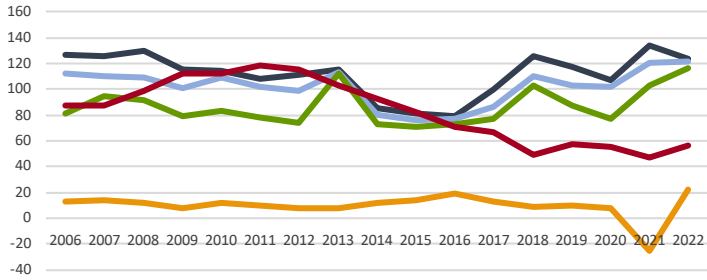
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Funchal

106 429 HABITANTES

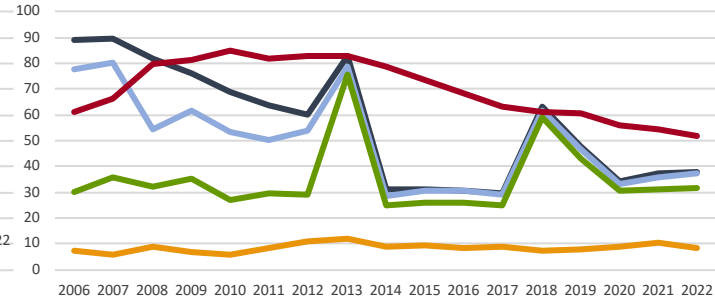
Milhões



Fundão

26 483 HABITANTES

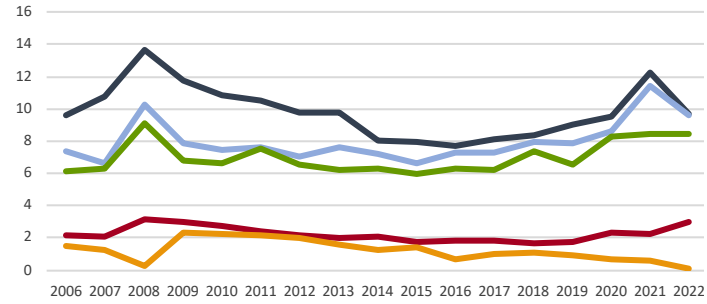
Milhões



Gavião

3 361 HABITANTES

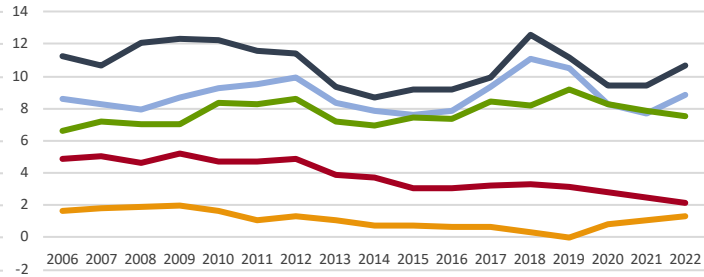
Milhões



Góis

3 762 HABITANTES

Milhões



LEGENDA

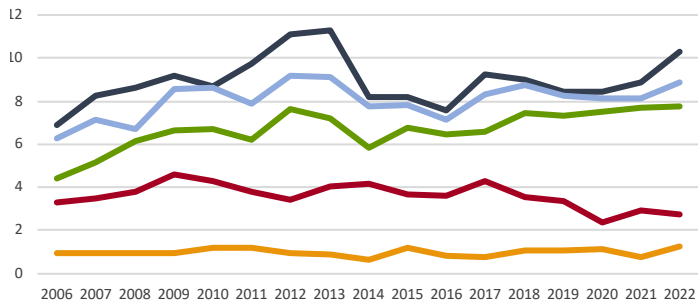
- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

Golegã

5 378 HABITANTES

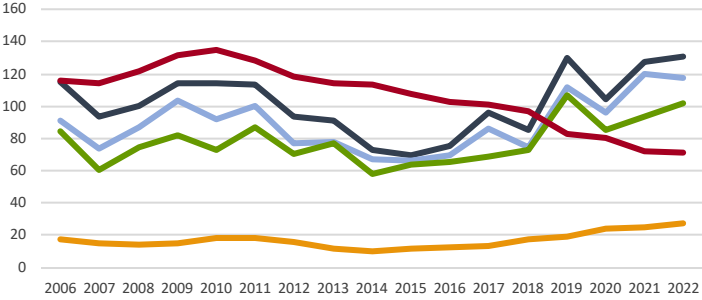
Milhões



Gondomar

166 900 HABITANTES

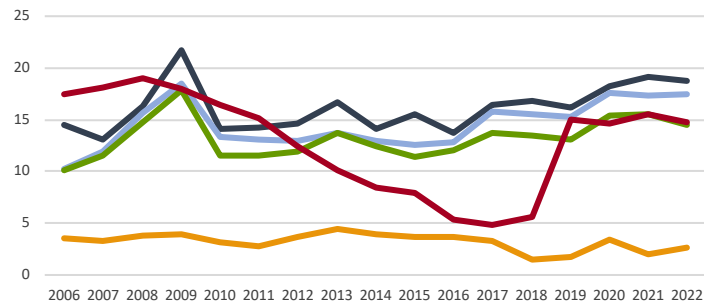
Milhões



Gouveia

12 104 HABITANTES

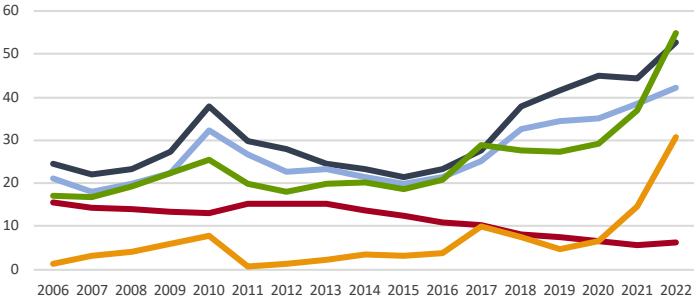
Milhões



Grândola

13 966 HABITANTES

Milhões



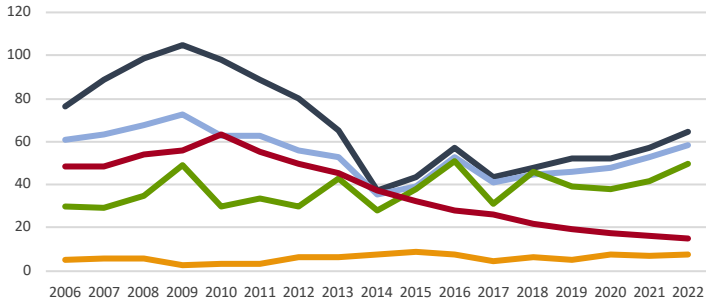
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Guarda

39 785 HABITANTES

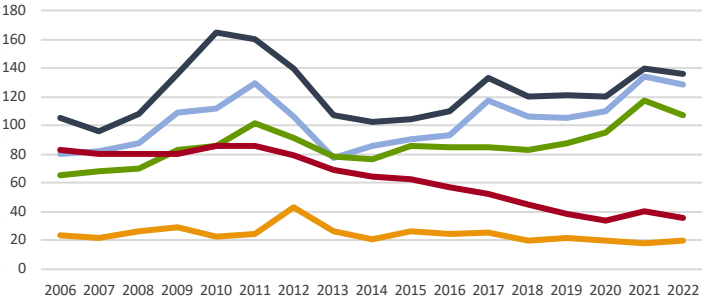
Milhões



Guimarães

156 277 HABITANTES

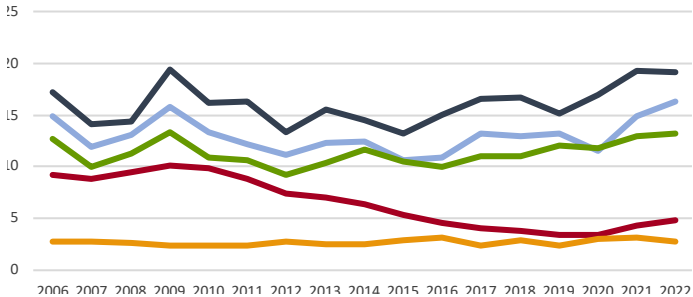
Milhões



Horta

14 423 HABITANTES

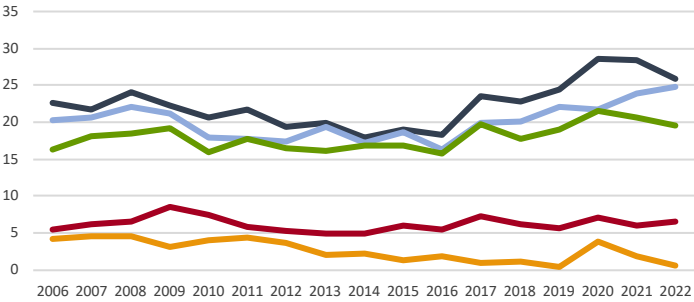
Milhões



Idanha-a-Nova

8 332 HABITANTES

Milhões



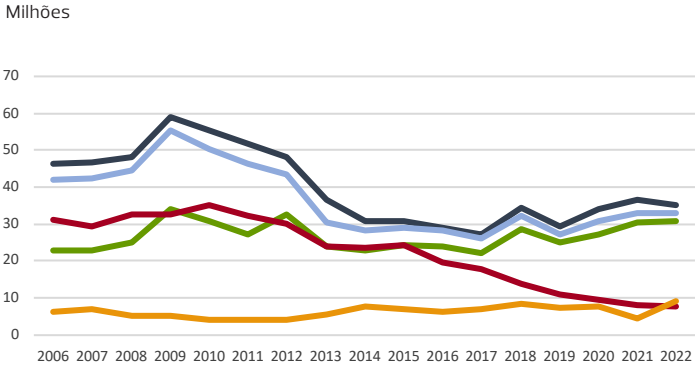
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

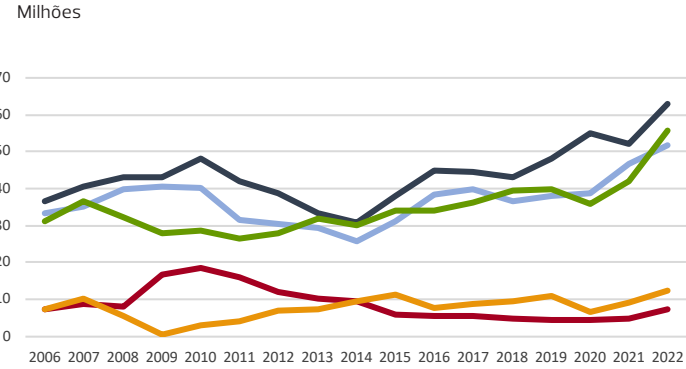
Ílhavo

40 813 HABITANTES



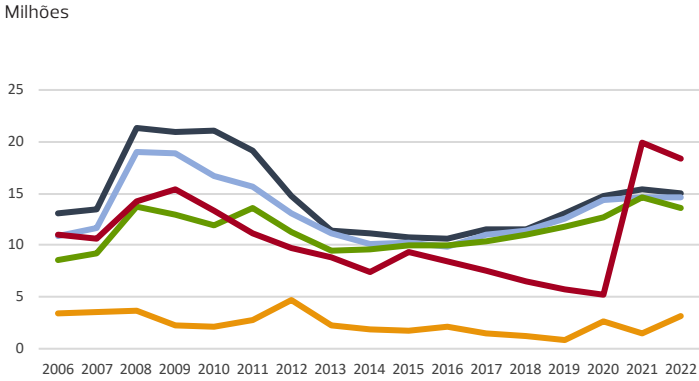
Lagoa (Algarve)

24 255 HABITANTES



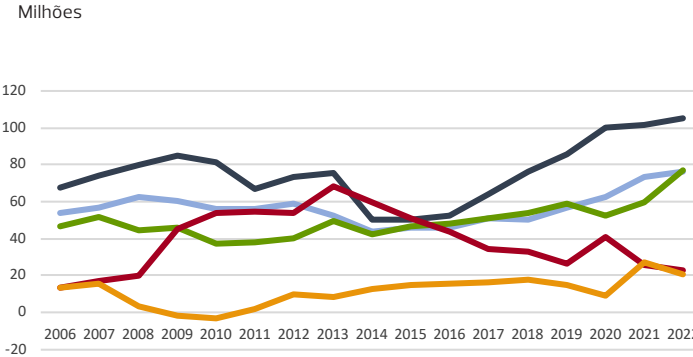
Lagoa (R.A.A)

14 710 HABITANTES



Lagos

33 512 HABITANTES



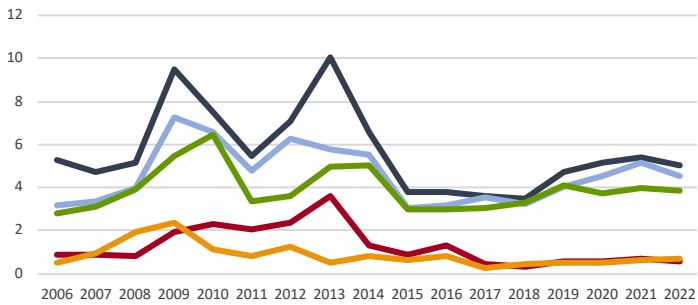
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Lajes das Flores

1 434 HABITANTES

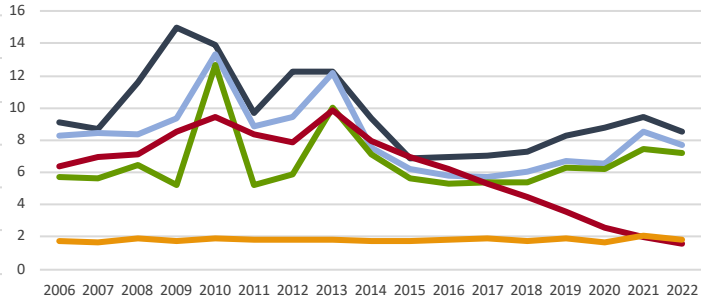
Milhões



Lajes do Pico

4 383 HABITANTES

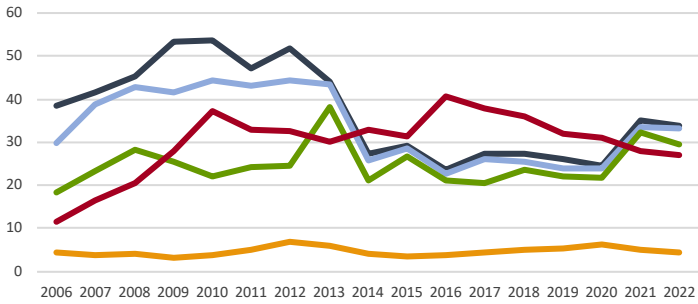
Milhões



Lamego

24 133 HABITANTES

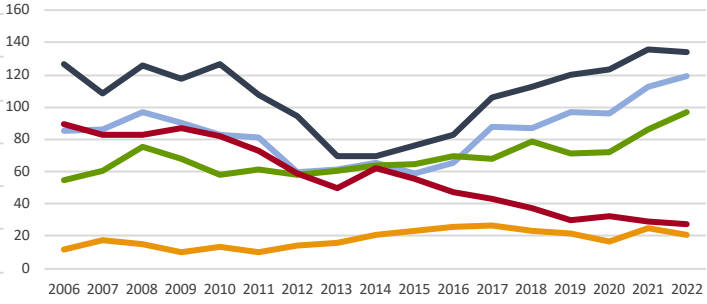
Milhões



Leiria

130 605 HABITANTES

Milhões



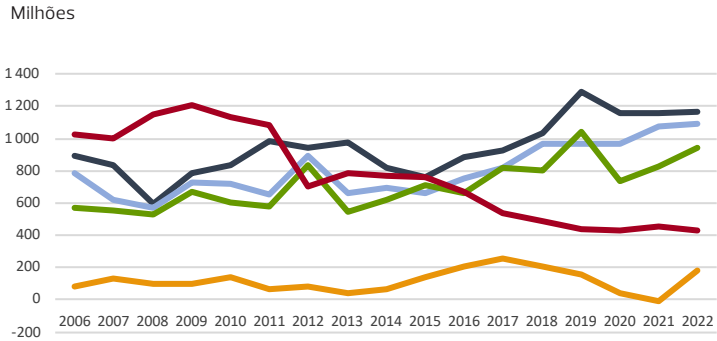
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

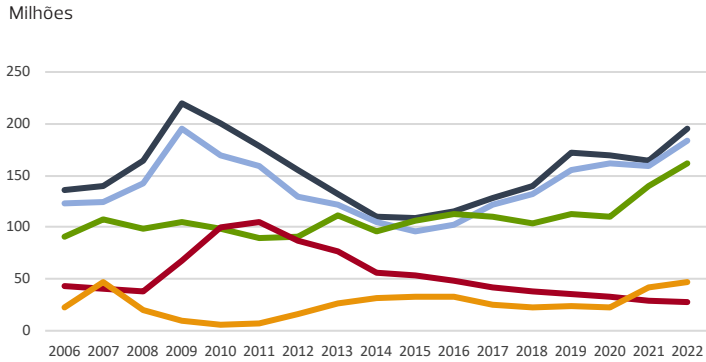
Lisboa

548 703 HABITANTES



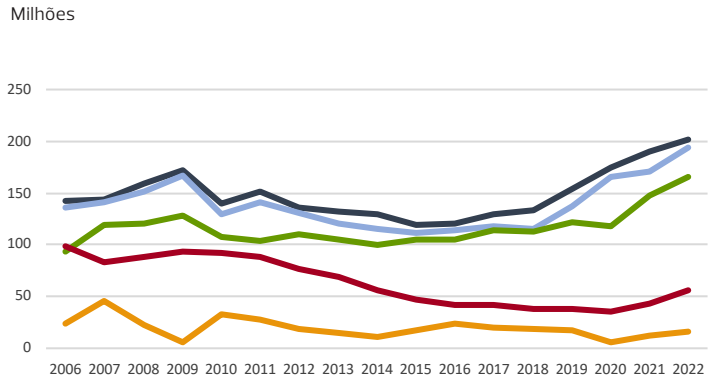
Loulé

72 455 HABITANTES



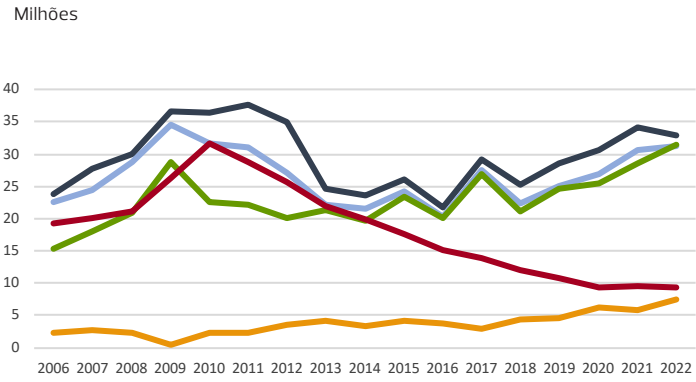
Loures

203 724 HABITANTES



Lourinhã

27 422 HABITANTES



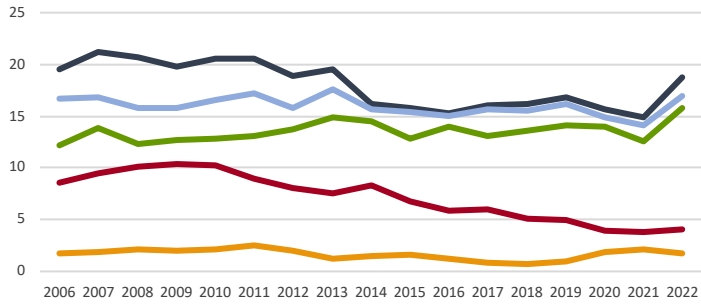
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Lousã

17 186 HABITANTES

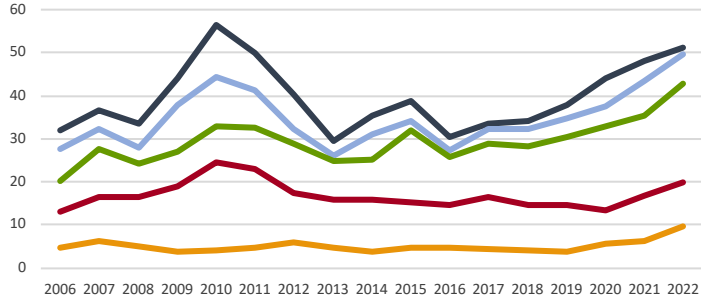
Milhões



Lousada

47 890 HABITANTES

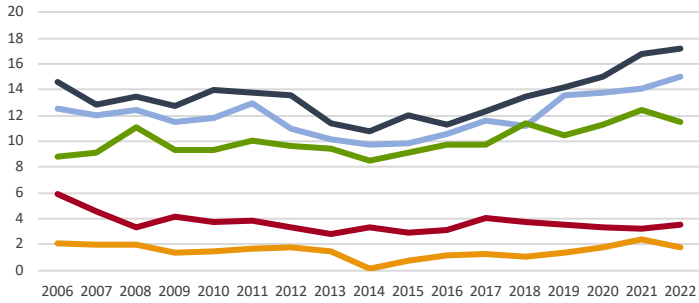
Milhões



Mação

6 377 HABITANTES

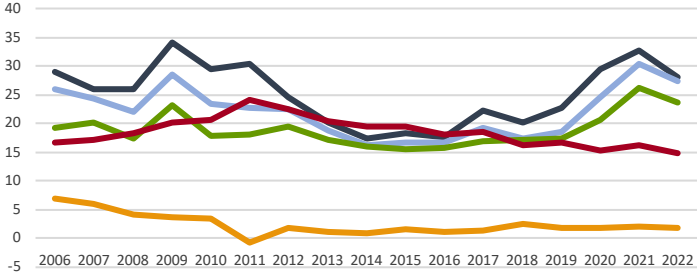
Milhões



Macedo de Cavaleiros

14 150 HABITANTES

Milhões



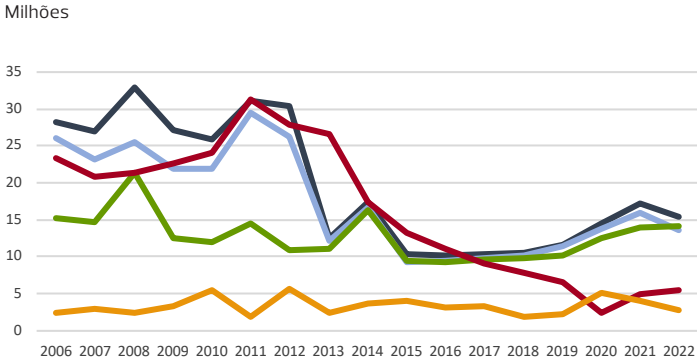
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

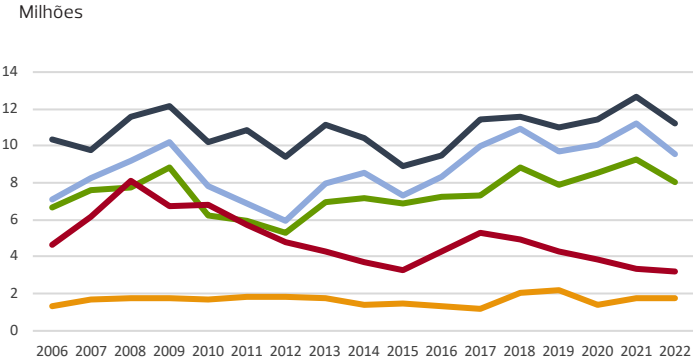
Machico

19 508 HABITANTES



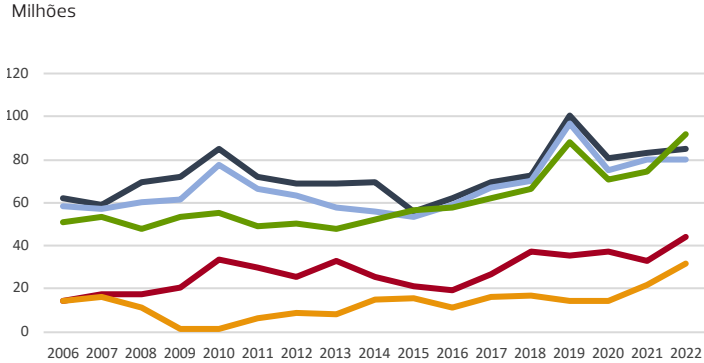
Madalena

6 481 HABITANTES



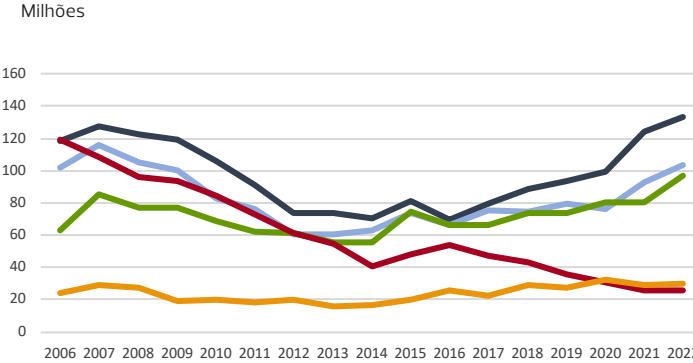
Mafra

88 630 HABITANTES



Maia

140 041 HABITANTES



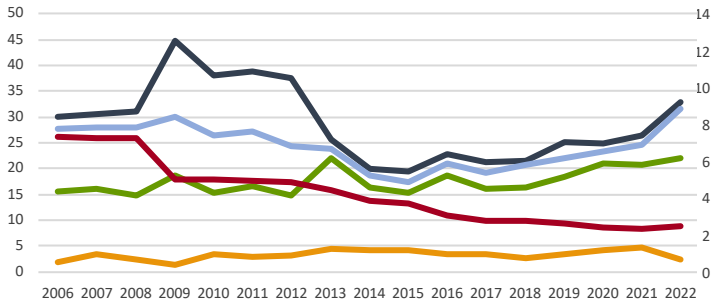
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Mangualde

18 302 HABITANTES

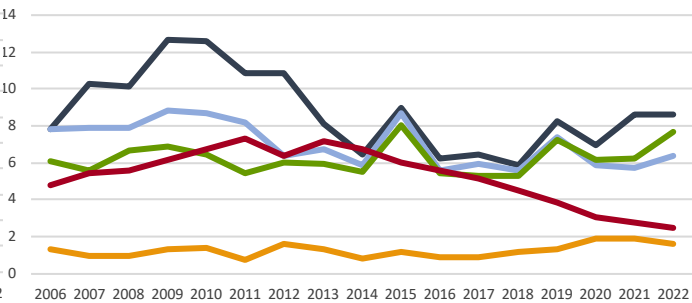
Milhões



Manteigas

2 899 HABITANTES

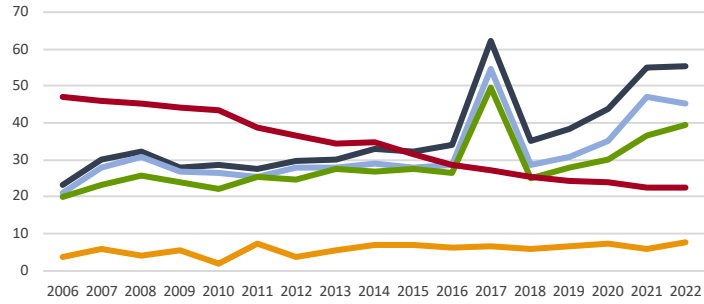
Milhões



Marco de Canaveses

49 392 HABITANTES

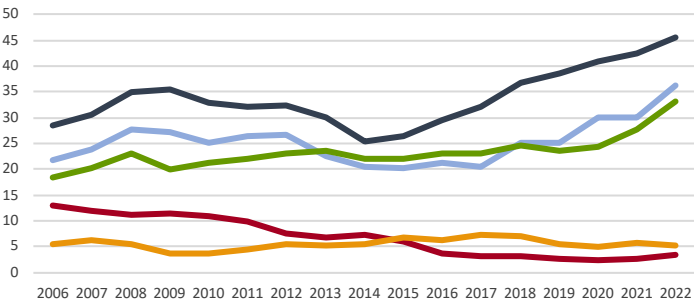
Milhões



Marinha Grande

39 836 HABITANTES

Milhões



LEGENDA

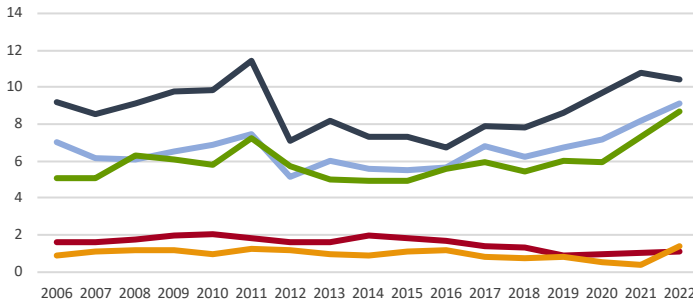
- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

Marvão

3 037 HABITANTES

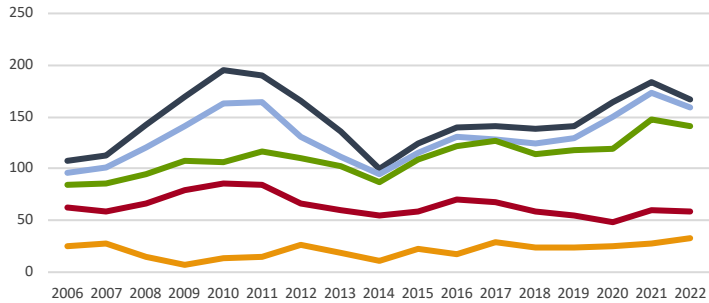
Milhões



Matosinhos

176 617 HABITANTES

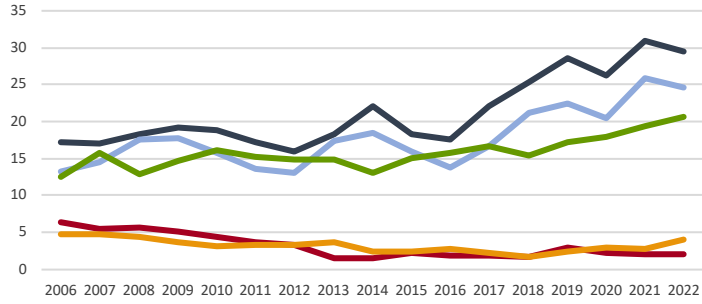
Milhões



Mealhada

19 568 HABITANTES

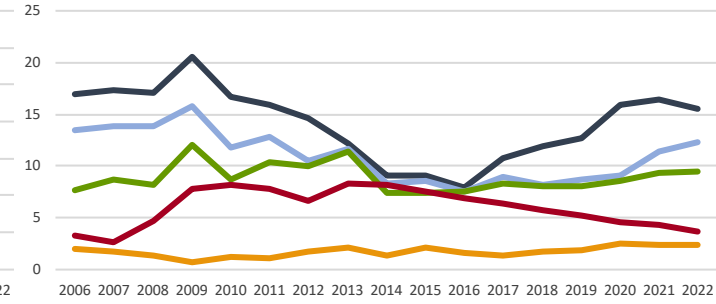
Milhões



Meda

4 552 HABITANTES

Milhões



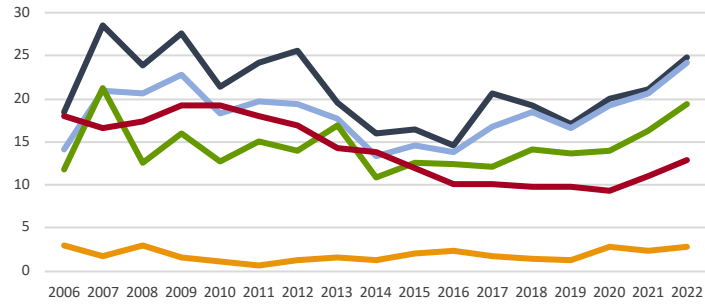
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Melgaço

7 603 HABITANTES

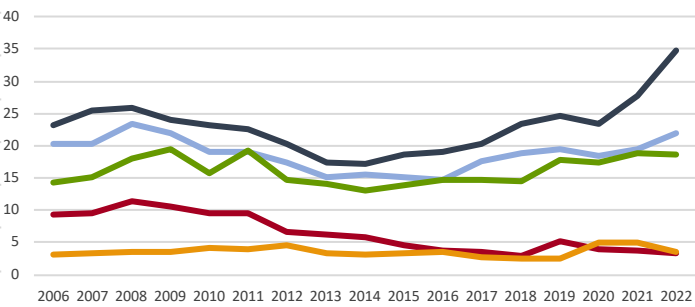
Milhões



Mértola

6 175 HABITANTES

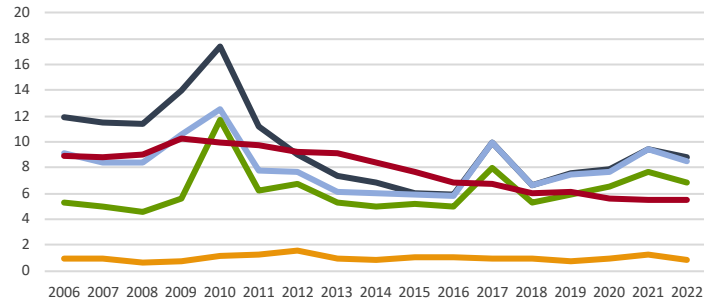
Milhões



Mesão Frio

3 514 HABITANTES

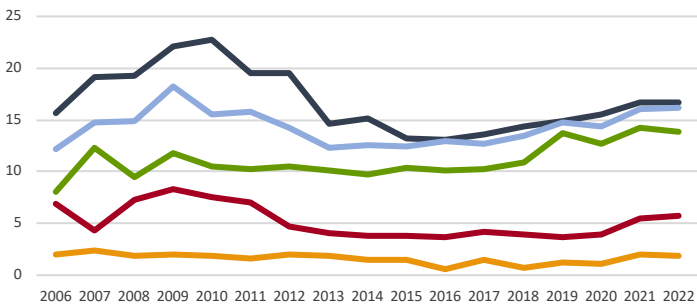
Milhões



Mira

12 253 HABITANTES

Milhões



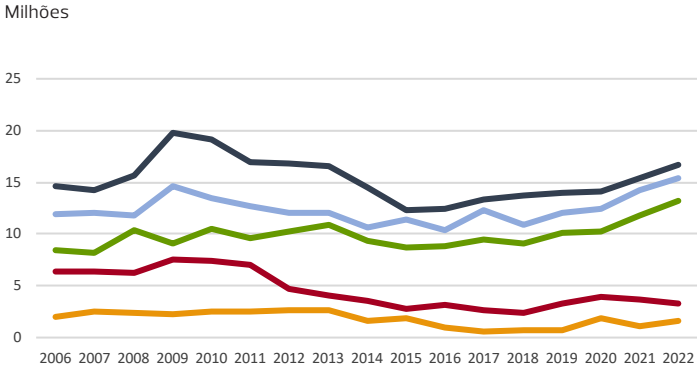
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

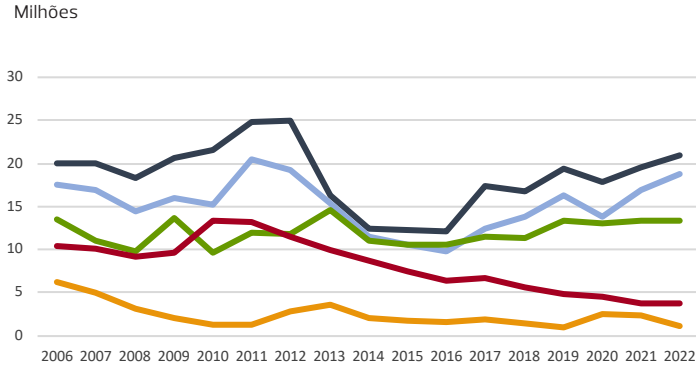
Miranda do Corvo

12 021 HABITANTES



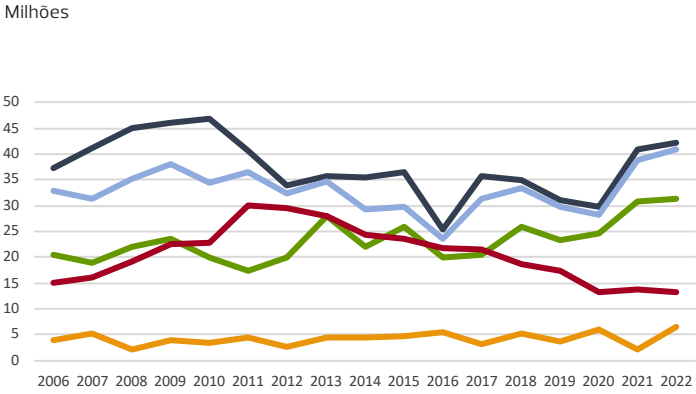
Miranda do Douro

6 335 HABITANTES



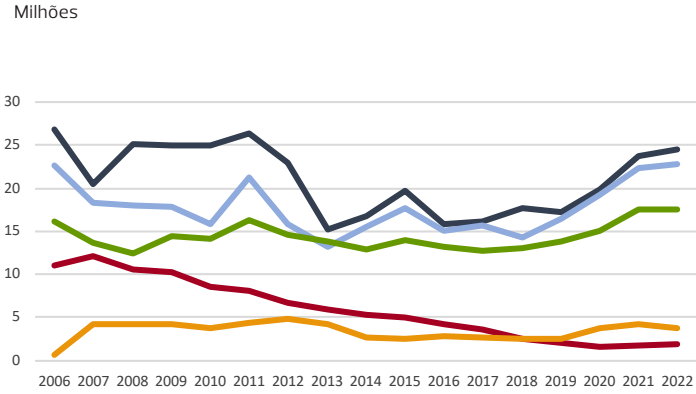
Mirandela

21 296 HABITANTES



Mogadouro

8 247 HABITANTES



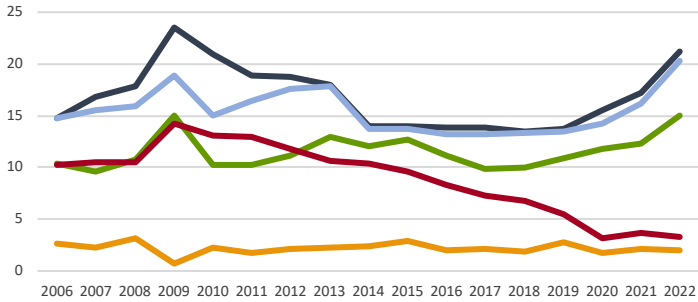
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Moimenta da Beira

9 587 HABITANTES

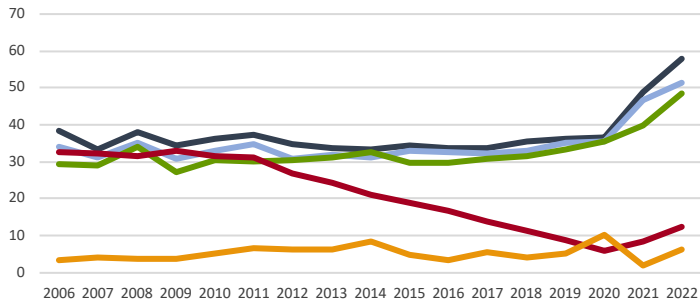
Milhões



Moita

67 755 HABITANTES

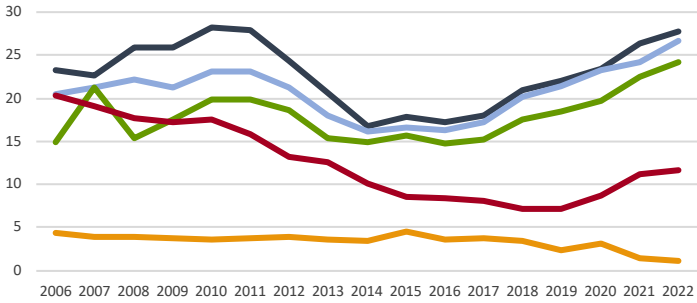
Milhões



Monção

17 877 HABITANTES

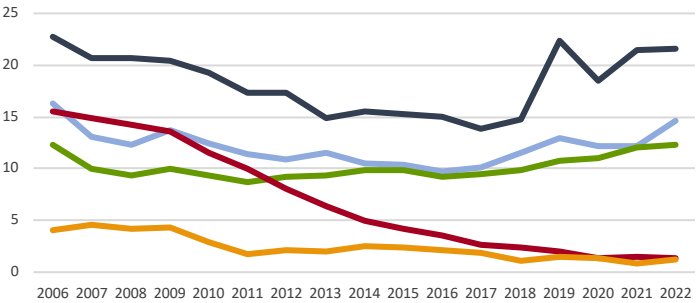
Milhões



Monchique

5 357 HABITANTES

Milhões



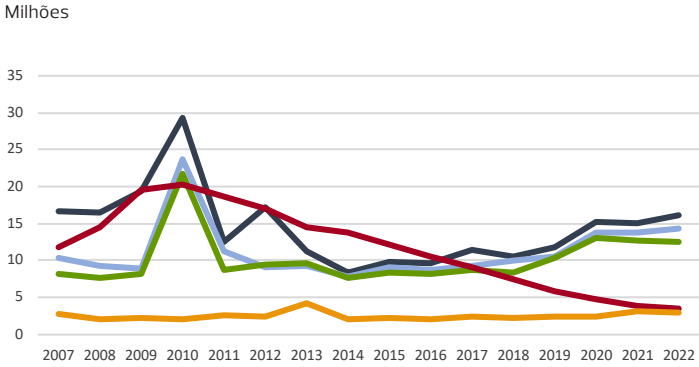
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

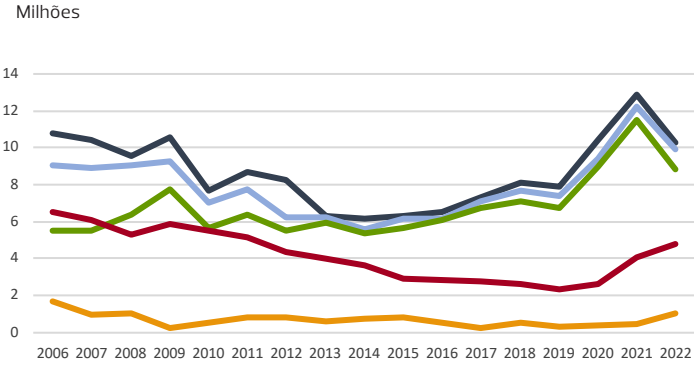
Mondim de Basto

6 407 HABITANTES



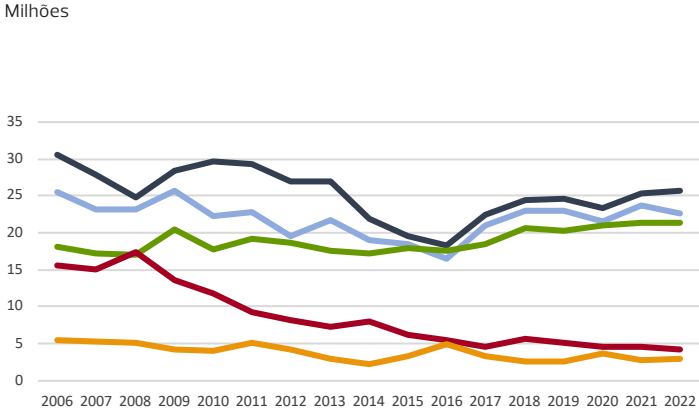
Monforte

2 975 HABITANTES



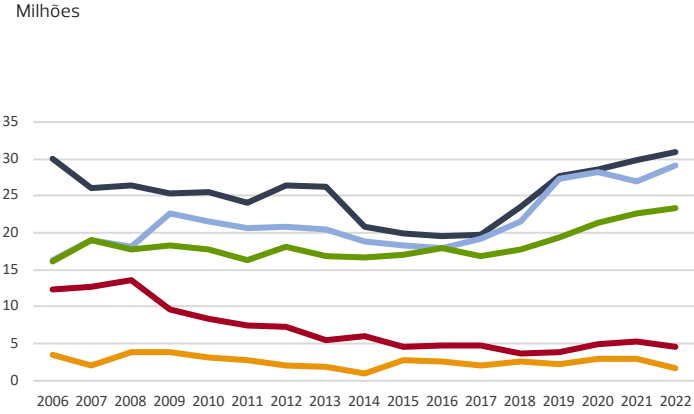
Montalegre

9 134 HABITANTES



Montemor-o-Novo

15 873 HABITANTES



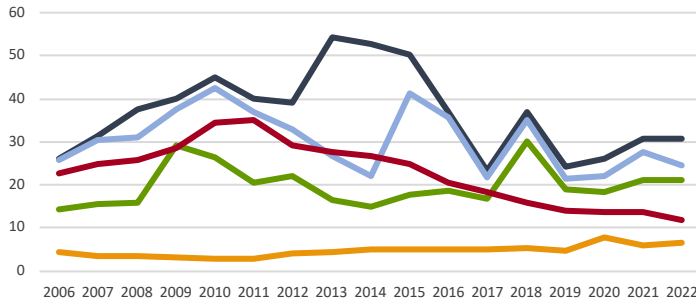
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Montemor-o-Velho

24 697 HABITANTES

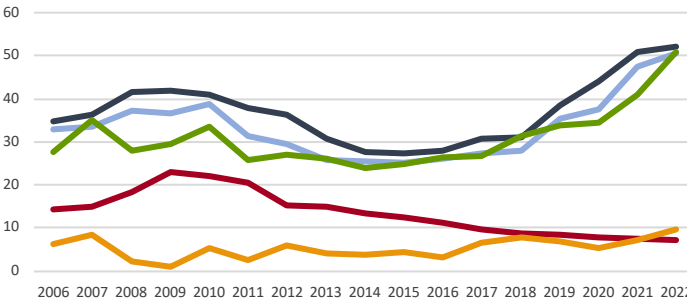
Milhões



Montijo

57 706 HABITANTES

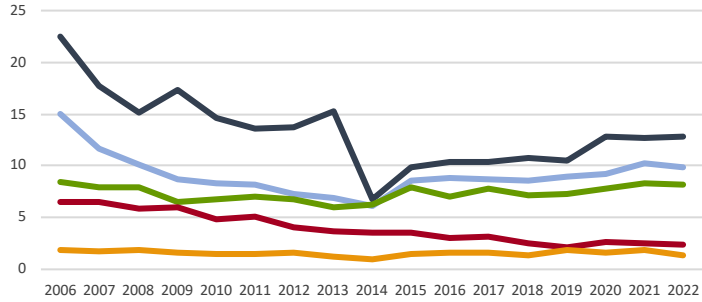
Milhões



Mora

4 177 HABITANTES

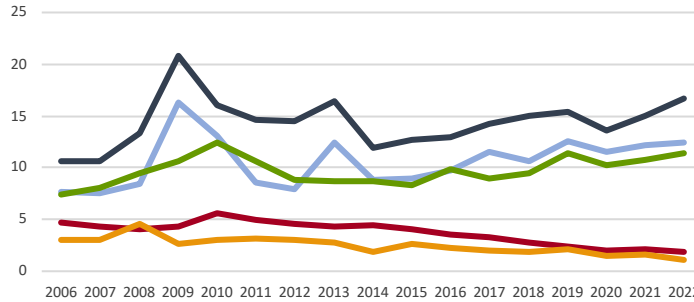
Milhões



Mortágua

8 922 HABITANTES

Milhões



LEGENDA

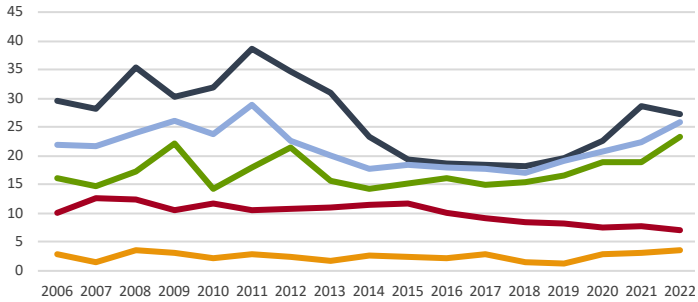
- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

Moura

13 303 HABITANTES

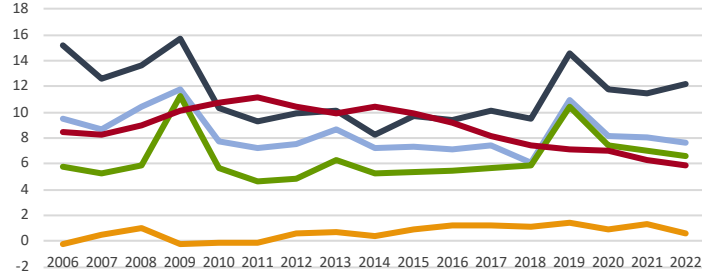
Milhões



Mourão

2 396 HABITANTES

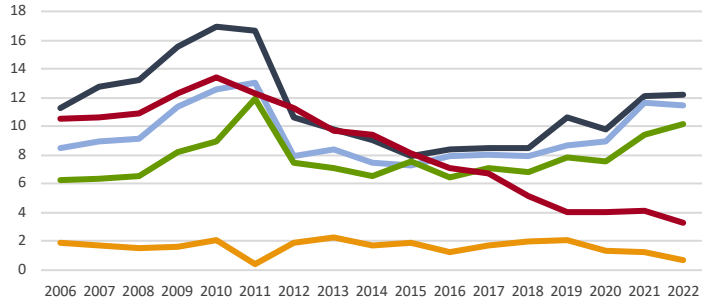
Milhões



Murça

5 216 HABITANTES

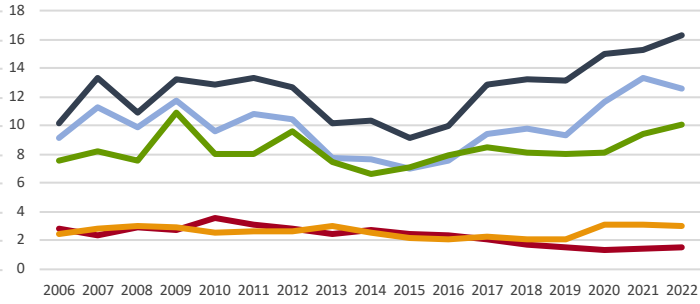
Milhões



Murtosa

10 705 HABITANTES

Milhões

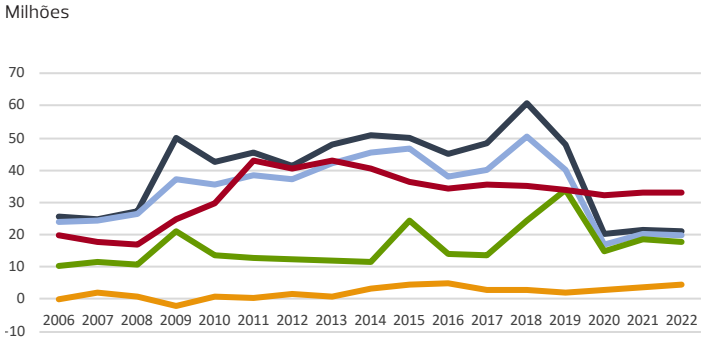


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

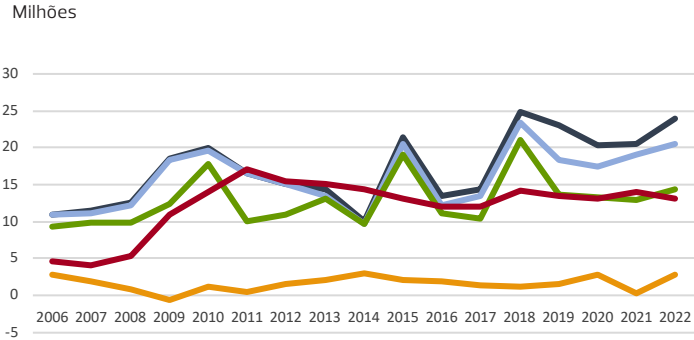
Nazaré

15 119 HABITANTES



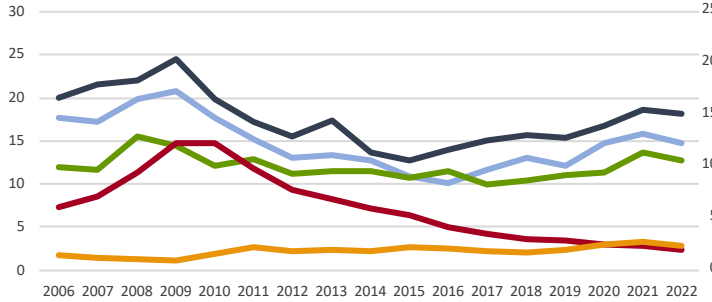
Nelas

13 143 HABITANTES



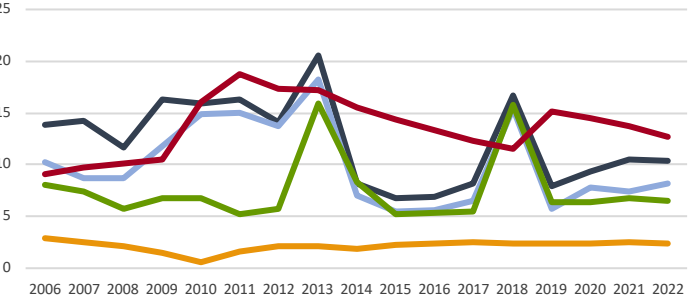
Nisa

5 724 HABITANTES



Nordeste

4 434 HABITANTES



LEGENDA

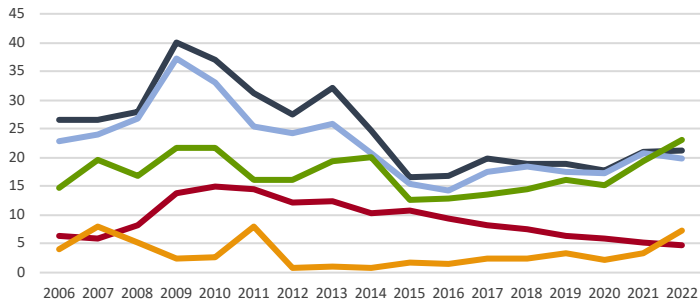
- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

Óbidos

12 776 HABITANTES

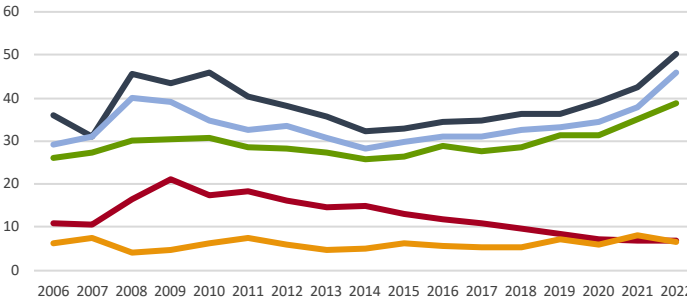
Milhões



Odemira

31 488 HABITANTES

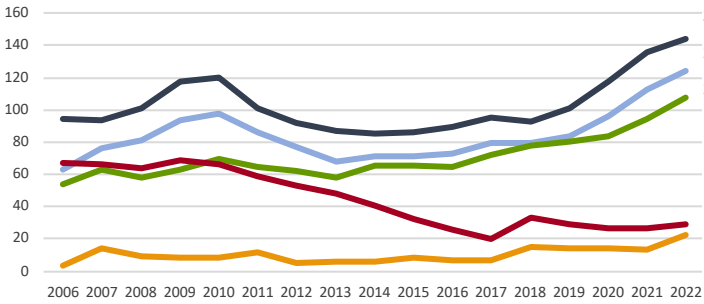
Milhões



Odivelas

150 366 HABITANTES

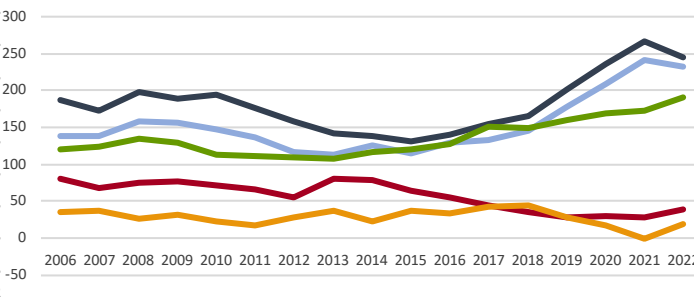
Milhões



Oeiras

172 742 HABITANTES

Milhões



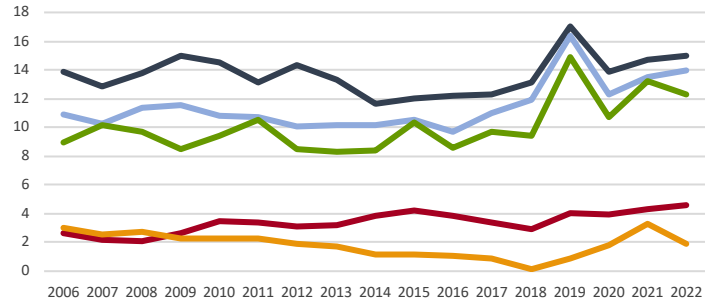
- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

Oleiros

4 871 HABITANTES

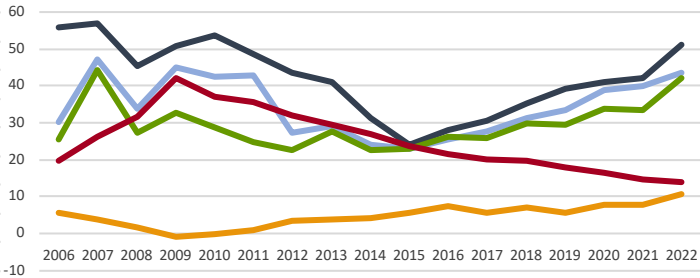
Milhões



Olhão

44 586 HABITANTES

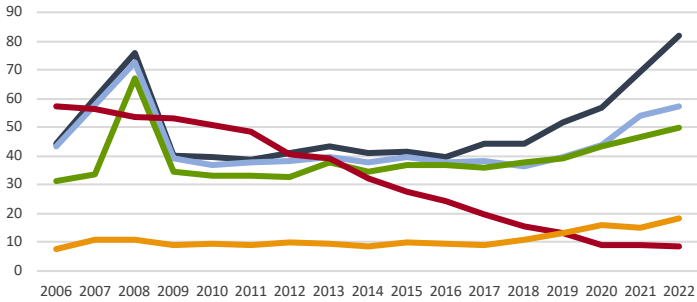
Milhões



Oliveira de Azeméis

66 820 HABITANTES

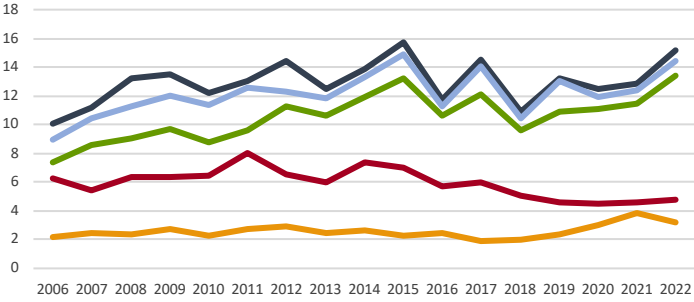
Milhões



Oliveira de Frades

9 615 HABITANTES

Milhões



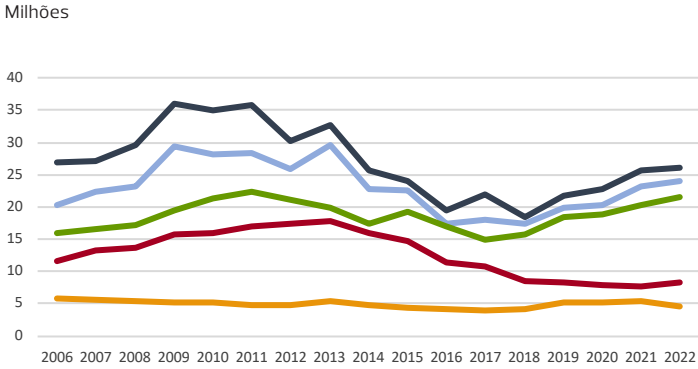
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

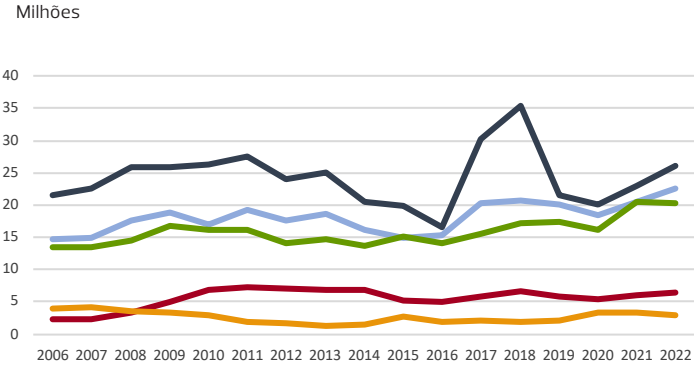
Oliveira do Bairro

24 147 HABITANTES



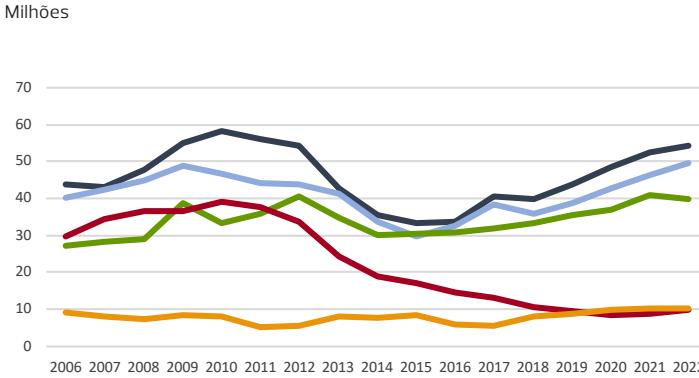
Oliveira do Hospital

19 301 HABITANTES



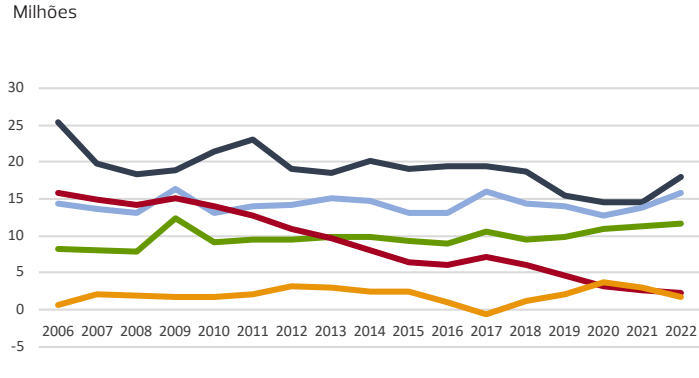
Ourém

45 346 HABITANTES



Ourique

4 817 HABITANTES



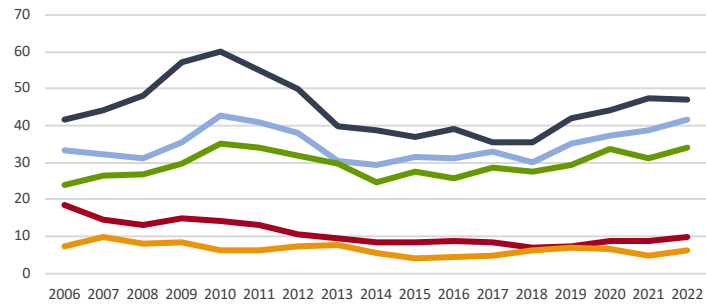
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Ovar

55 744 HABITANTES

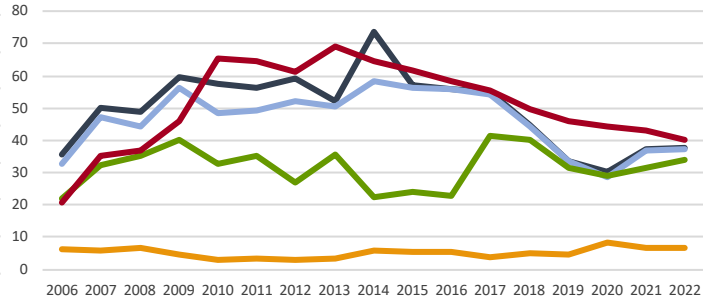
Milhões



Paços de Ferreira

55 857 HABITANTES

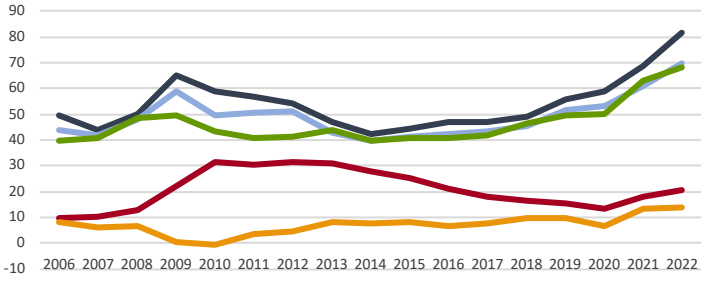
Milhões



Palmela

71 410 HABITANTES

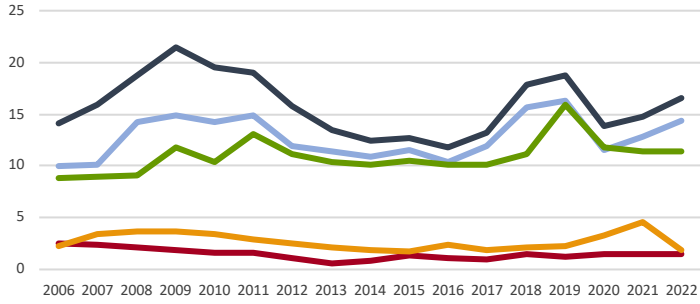
Milhões



Pampilhosa da Serra

4 048 HABITANTES

Milhões



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.

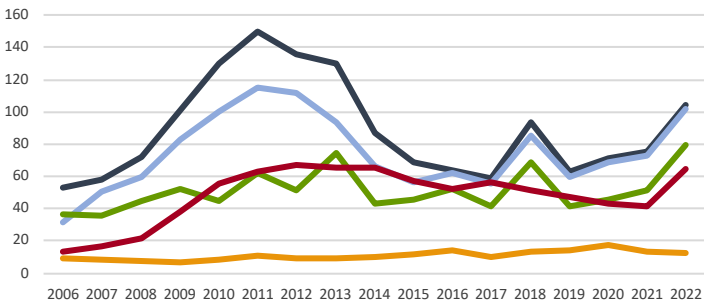
Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

Paredes

85 342 HABITANTES

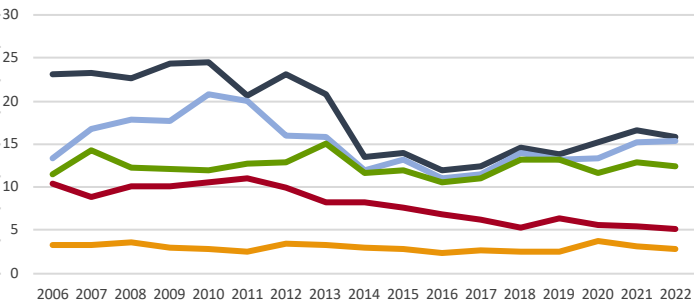
Milhões



Paredes de Coura

8 668 HABITANTES

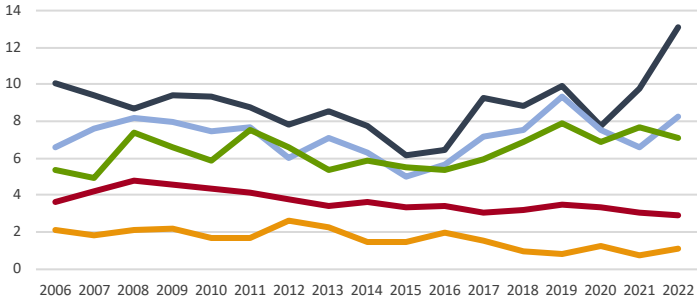
Milhões



Pedrógão Grande

3 517 HABITANTES

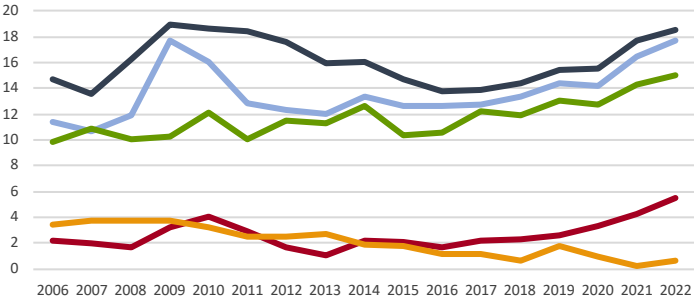
Milhões



Penacova

12 857 HABITANTES

Milhões



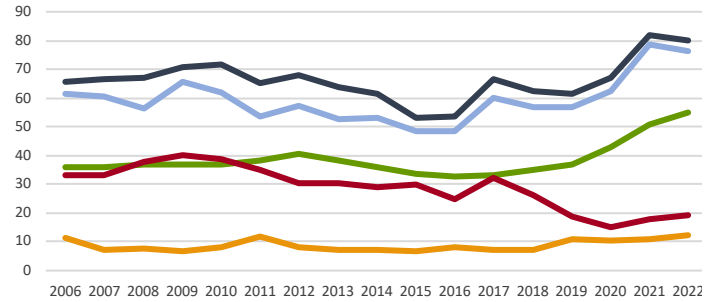
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Penafiel

69 925 HABITANTES

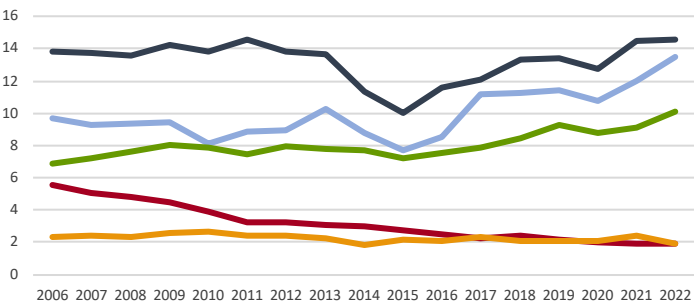
Milhões



Penalva do Castelo

7 258 HABITANTES

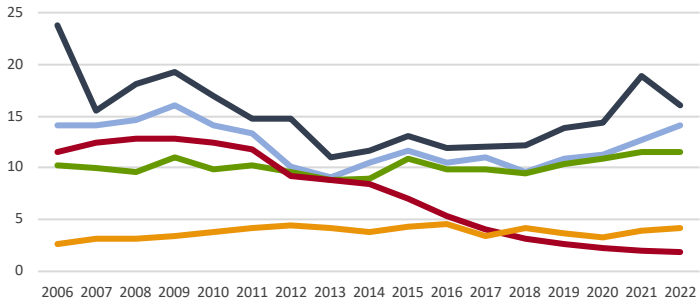
Milhões



Penamacor

4 745 HABITANTES

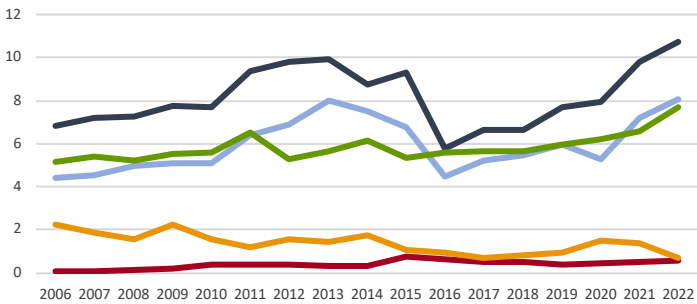
Milhões



Penedono

2 786 HABITANTES

Milhões



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.

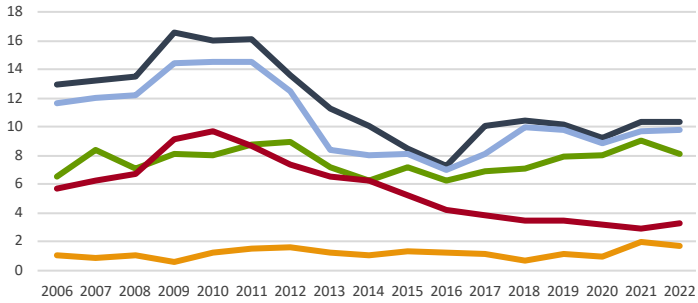
Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

Penela

5 524 HABITANTES

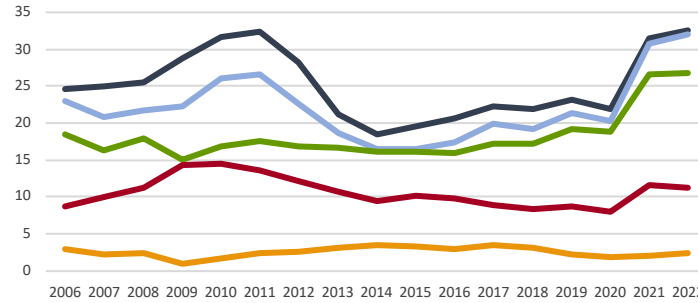
Milhões



Peniche

26 849 HABITANTES

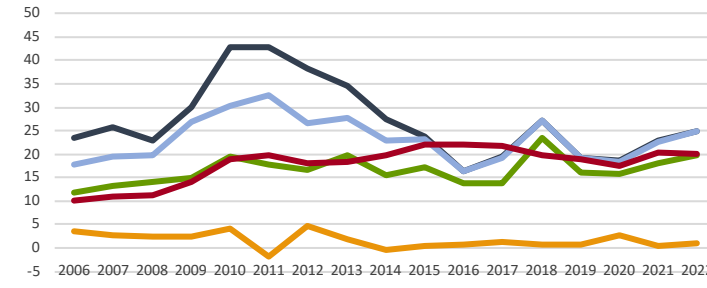
Milhões



Peso da Régua

14 401 HABITANTES

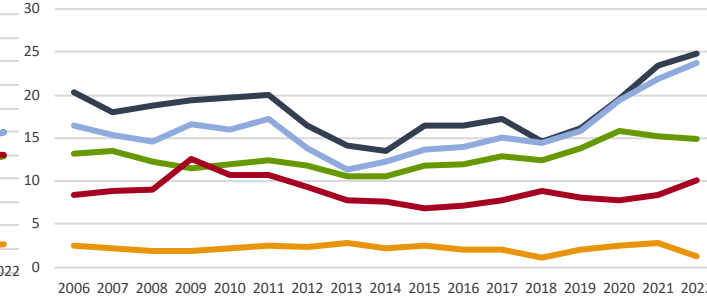
Milhões



Pinhel

7 872 HABITANTES

Milhões



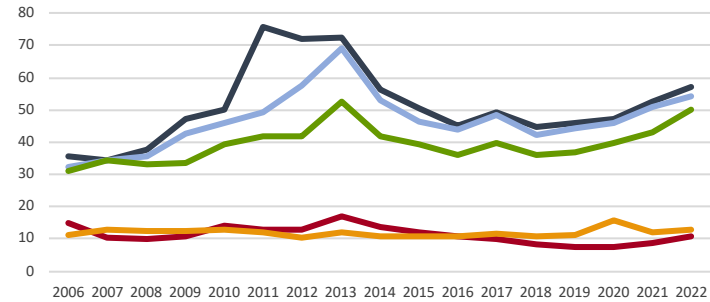
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Pombal

51 133 HABITANTES

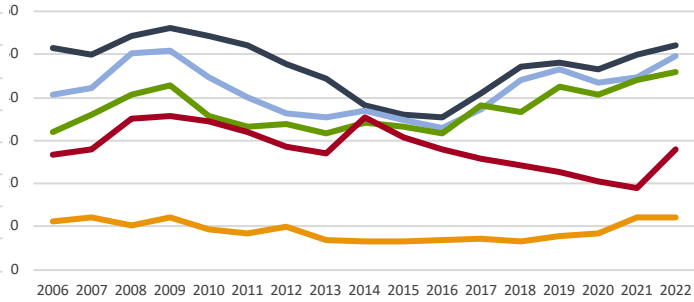
Milhões



Ponta Delgada

68 314 HABITANTES

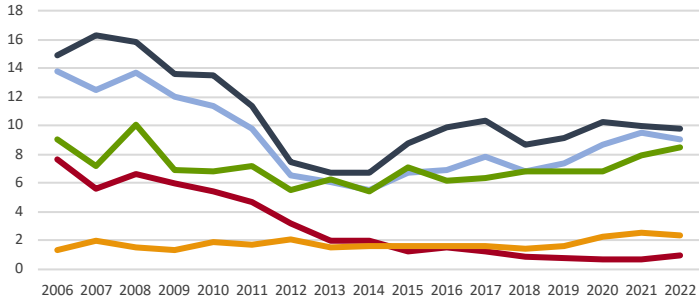
Milhões



Ponta do Sol

8 518 HABITANTES

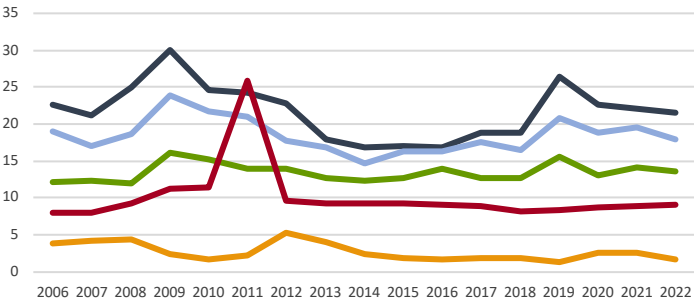
Milhões



Ponte da Barca

11 094 HABITANTES

Milhões



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

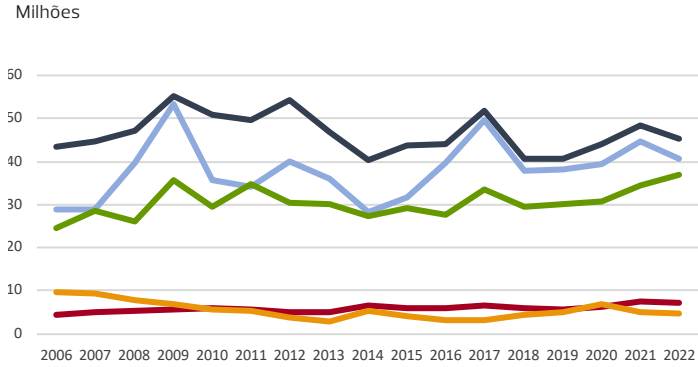
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

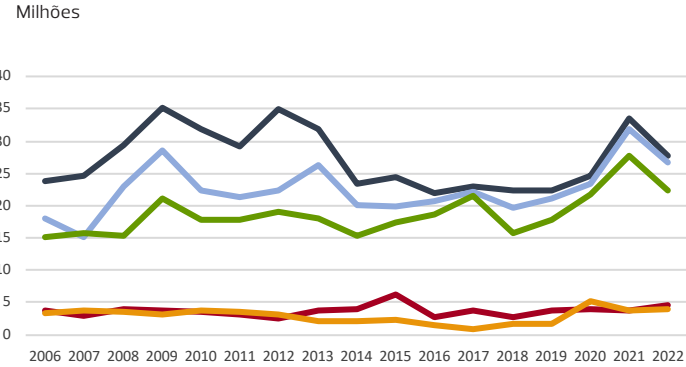
Ponte de Lima

40 996 HABITANTES



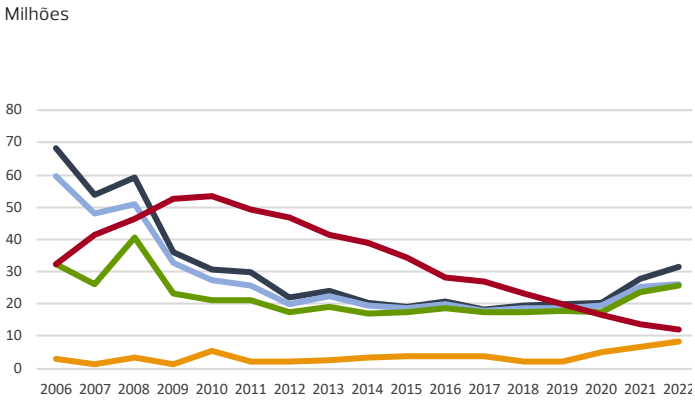
Ponte de Sor

15 177 HABITANTES



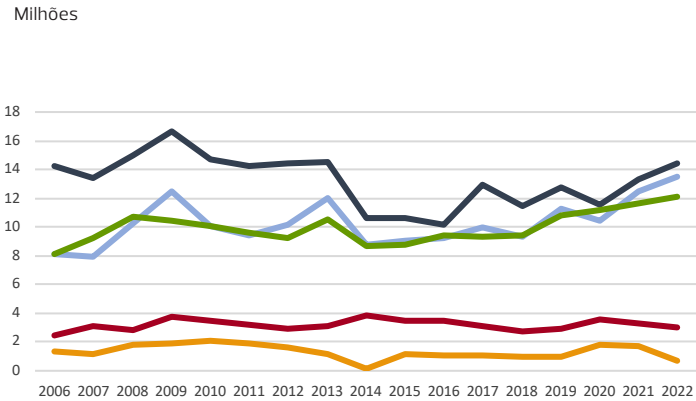
Portalegre

21 999 HABITANTES



Portel

5 732 HABITANTES



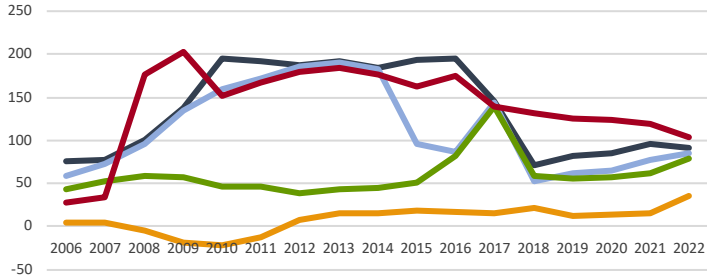
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Portimão

60 879 HABITANTES

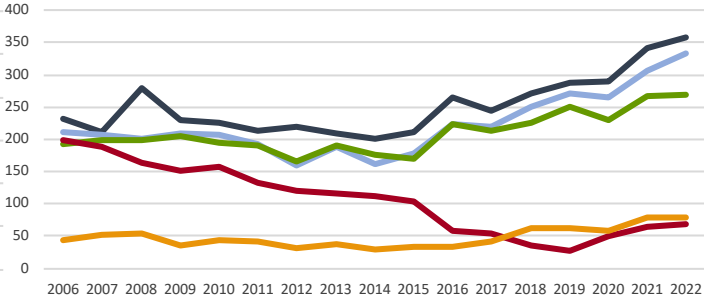
Milhões



Porto

240 592 HABITANTES

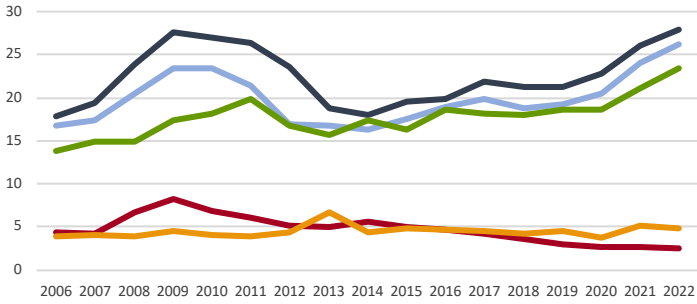
Milhões



Porto de Mós

23 536 HABITANTES

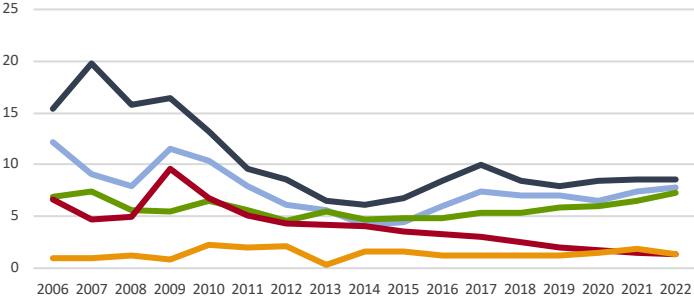
Milhões



Porto Moniz

2 499 HABITANTES

Milhões



LEGENDA

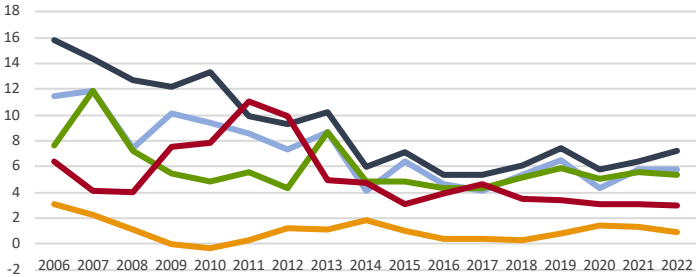
- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

Porto Santo

5 346 HABITANTES

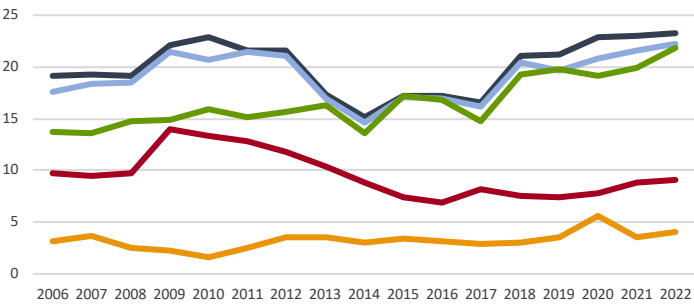
Milhões



Póvoa de Lanhoso

22 299 HABITANTES

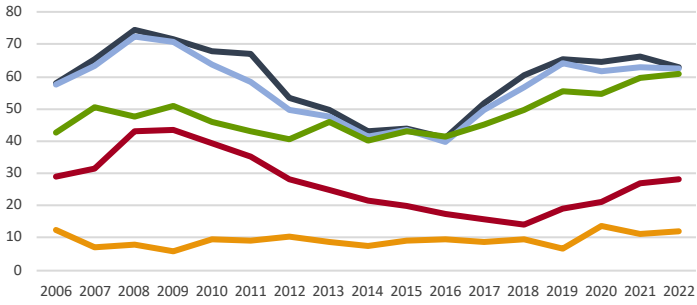
Milhões



Póvoa de Varzim

66 036 HABITANTES

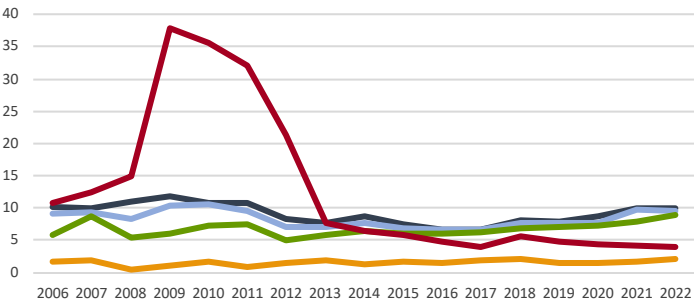
Milhões



Povoação

5 877 HABITANTES

Milhões



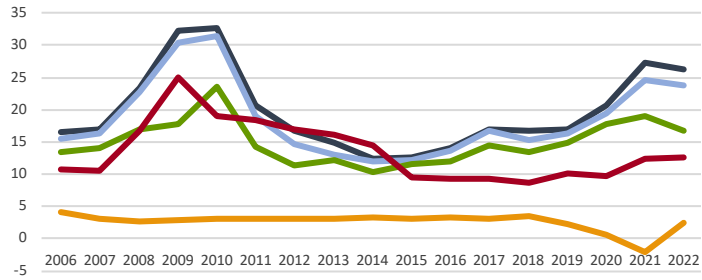
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Praia da Vitória

19 667 HABITANTES

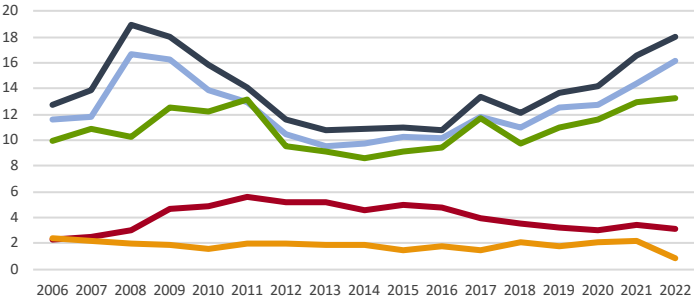
Milhões



Proença-a-Nova

7 075 HABITANTES

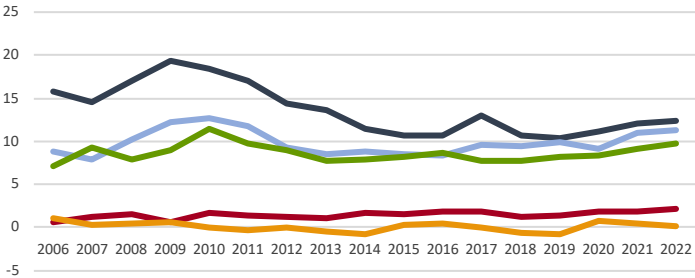
Milhões



Redondo

6 265 HABITANTES

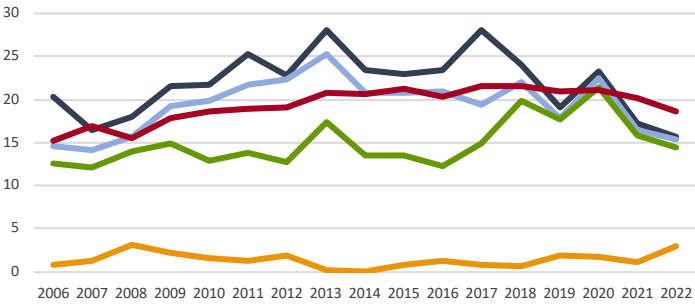
Milhões



Reguengos de Monsaraz

9 801 HABITANTES

Milhões



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

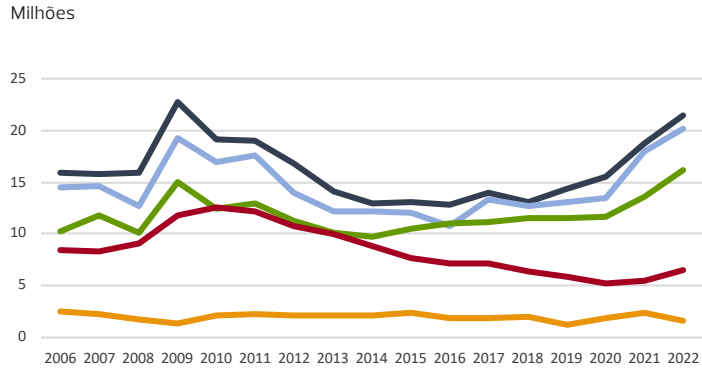
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

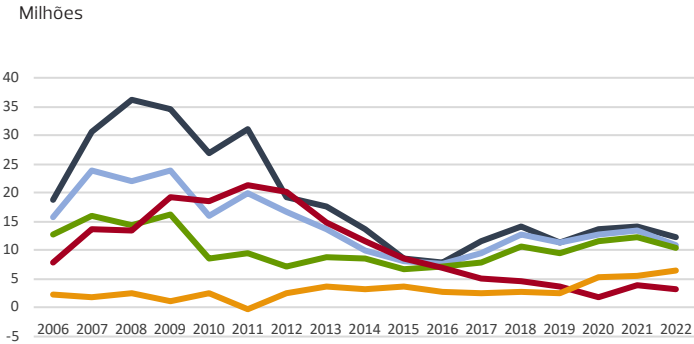
Resende

9 860 HABITANTES



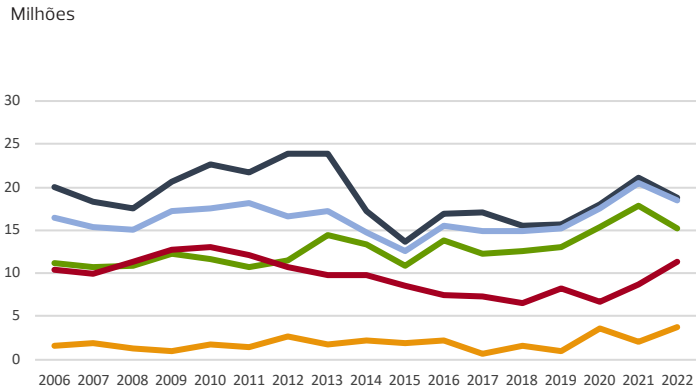
Ribeira Brava

12 854 HABITANTES



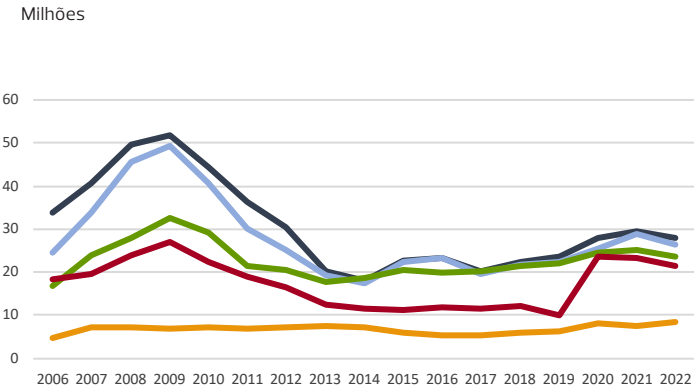
Ribeira de Pena

5 824 HABITANTES



Ribeira Grande

32 036 HABITANTES



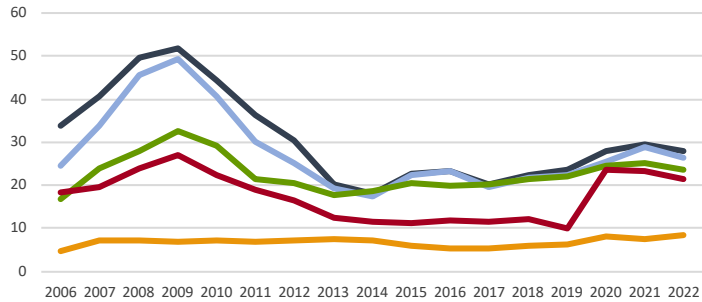
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Rio Maior

21 748 HABITANTES

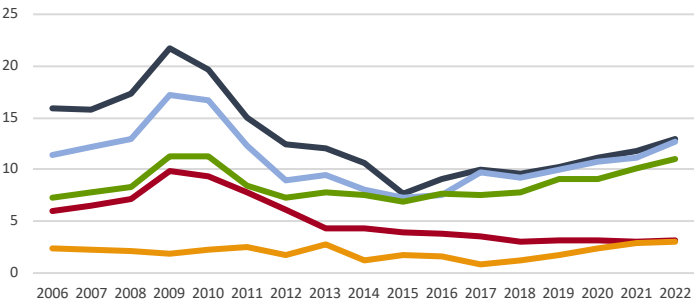
Milhões



Sabrosa

5 585 HABITANTES

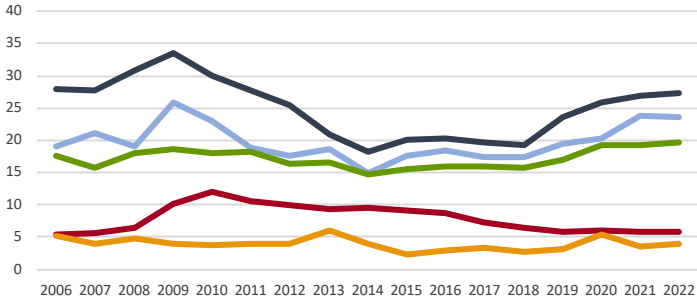
Milhões



Sabugal

11 170 HABITANTES

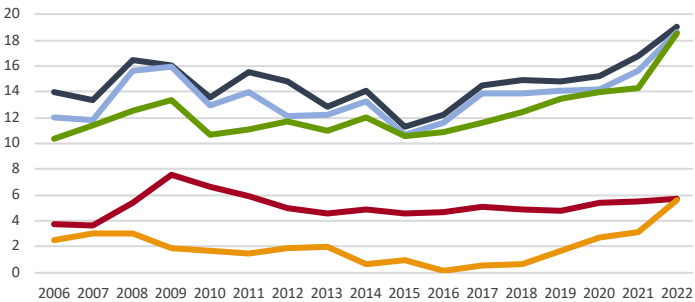
Milhões



Salvaterra de Magos

22 789 HABITANTES

Milhões



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

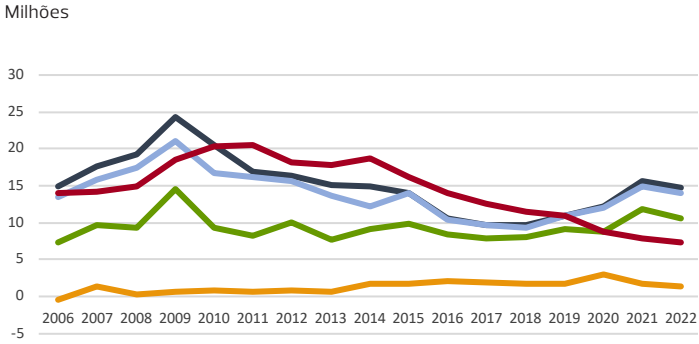
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

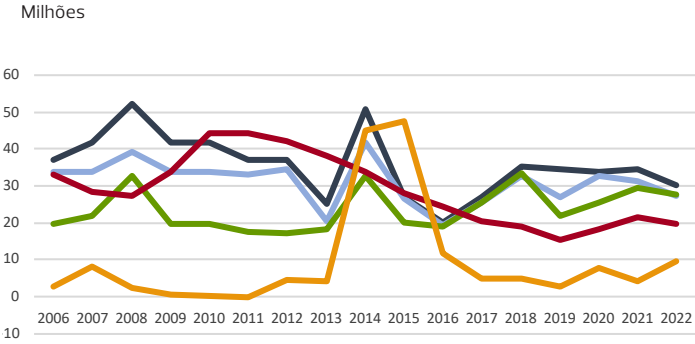
Santa Comba Dão

10 785 HABITANTES



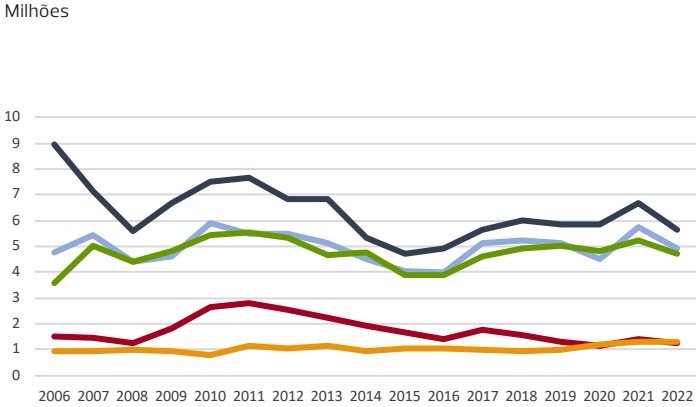
Santa Cruz

43 416 HABITANTES



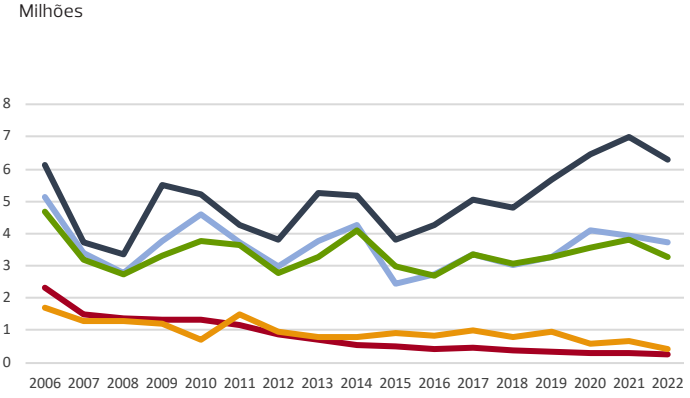
Santa Cruz da Graciosa

4 112 HABITANTES



Santa Cruz das Flores

2 069 HABITANTES

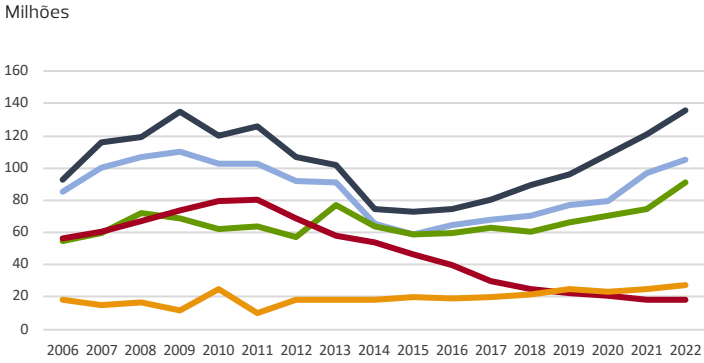


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

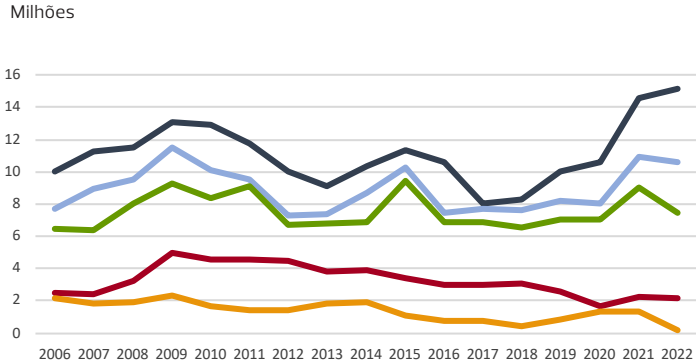
Santa Maria da Feira

138 344 HABITANTES



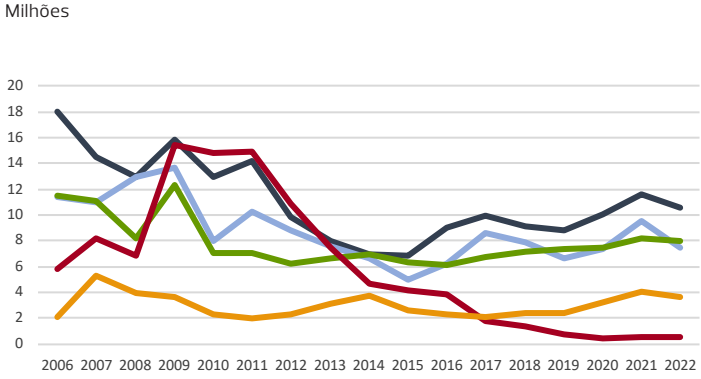
Santa Marta de Penaguião

5 990 HABITANTES



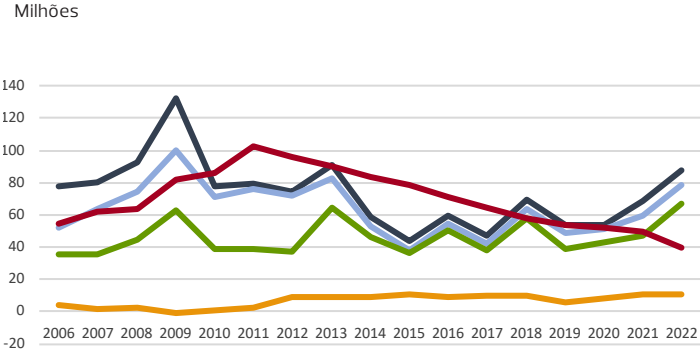
Santana

6 452 HABITANTES



Santarém

60 042 HABITANTES



LEGENDA

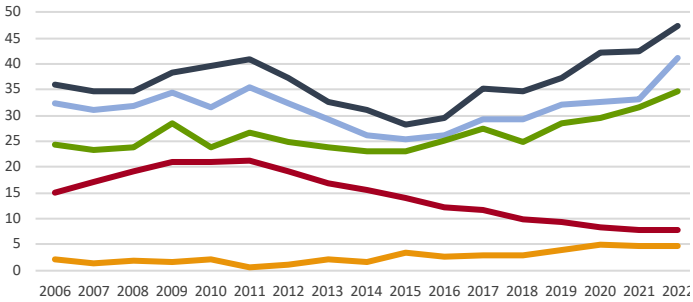
- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

Santiago do Cacém

28 061 HABITANTES

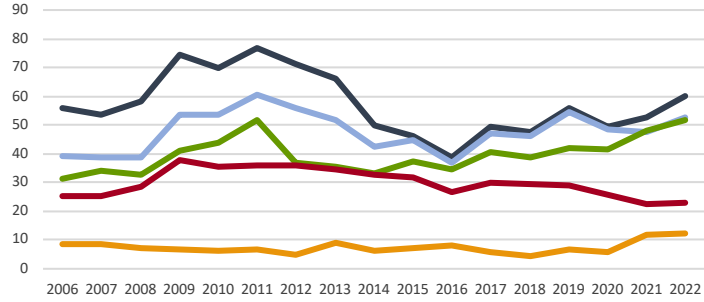
Milhões



Santo Tirso

67 630 HABITANTES

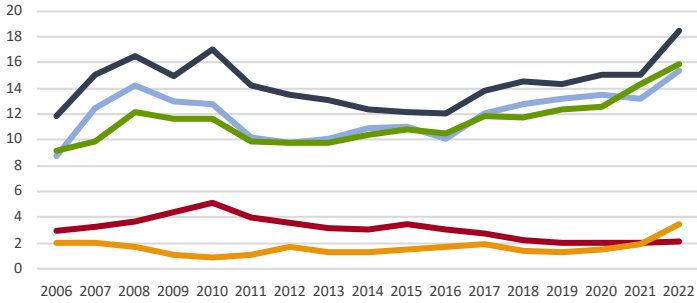
Milhões



São Brás de Alporte

11 424 HABITANTES

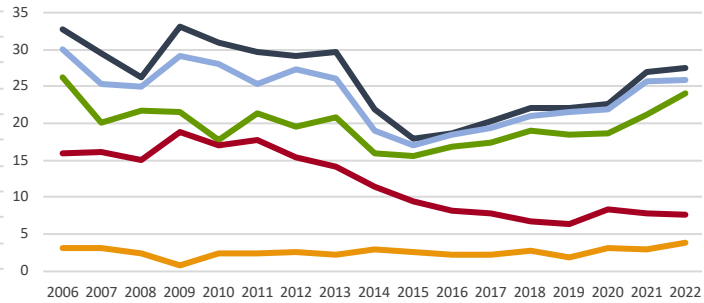
Milhões



São João da Madeira

23 280 HABITANTES

Milhões

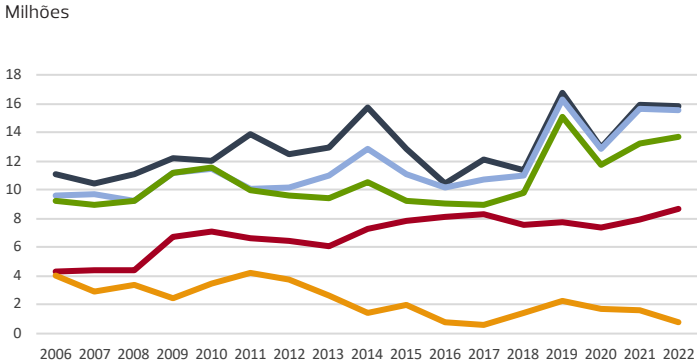


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

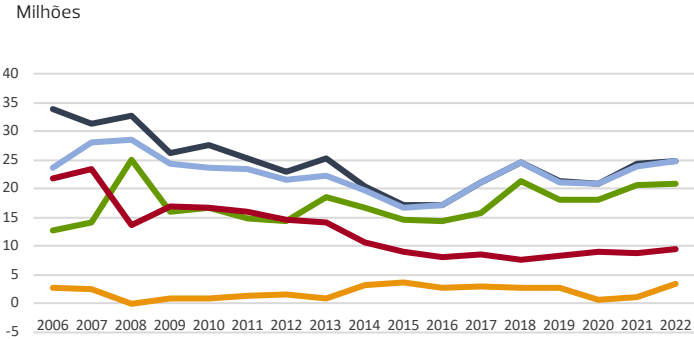
São João da Pesqueira

6 775 HABITANTES



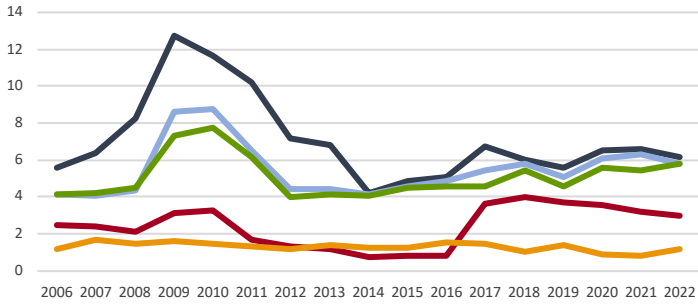
São Pedro do Sul

15 025 HABITANTES



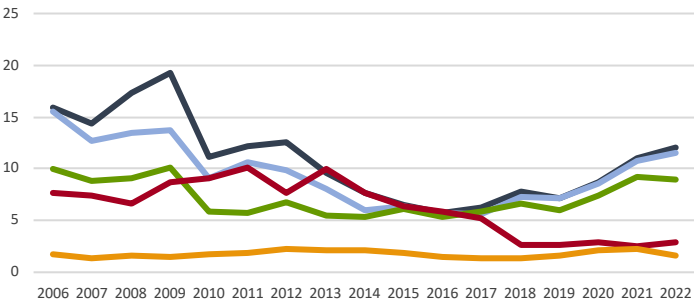
São Roque do Pico

3 357 HABITANTES



São Vicente

4 859 HABITANTES



LEGENDA

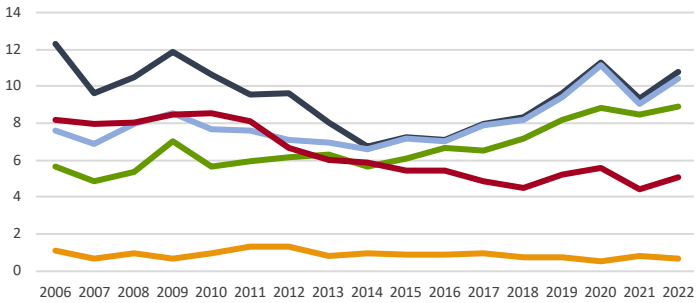
- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

Sardoal

3 558 HABITANTES

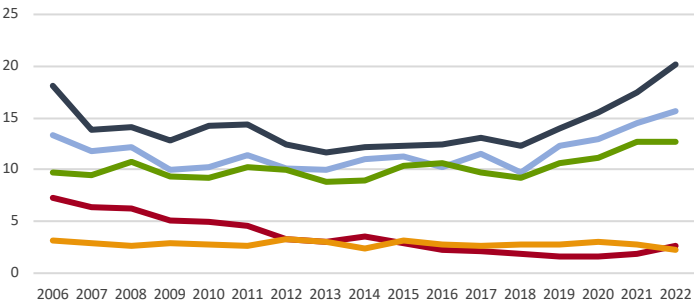
Milhões



Sátão

11 021 HABITANTES

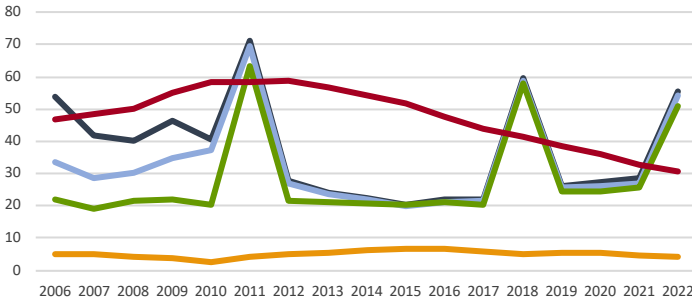
Milhões



Seia

21 394 HABITANTES

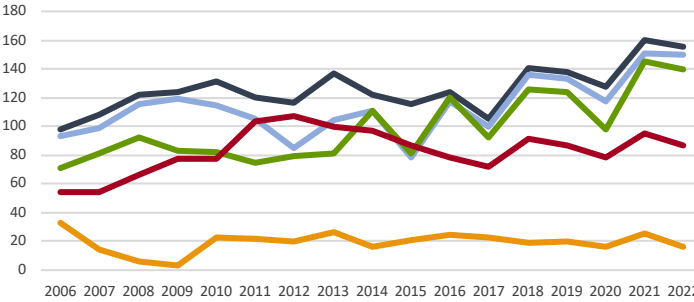
Milhões



Seixal

169 797 HABITANTES

Milhões



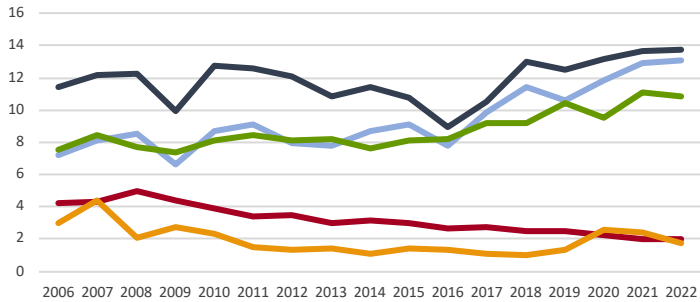
- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

Sernancelhe

5 735 HABITANTES

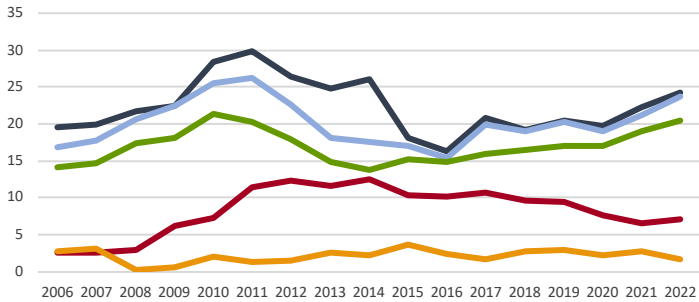
Milhões



Serpa

13 725 HABITANTES

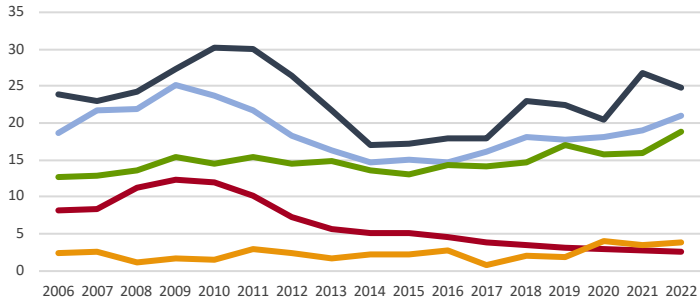
Milhões



Sertã

14 809 HABITANTES

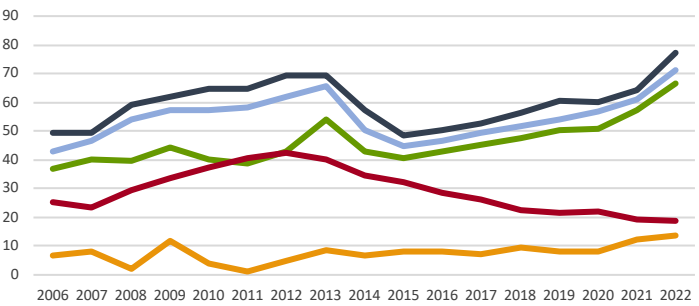
Milhões



Sesimbra

54 270 HABITANTES

Milhões



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.

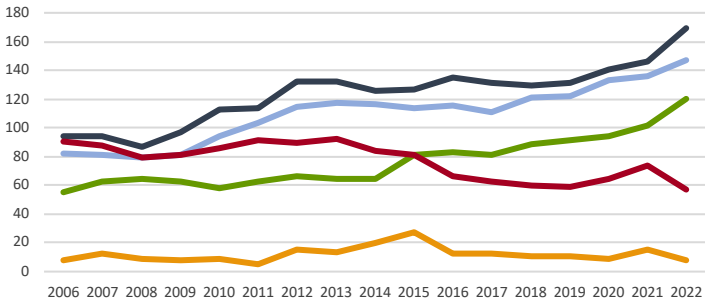
Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

Setúbal

122 547 HABITANTES

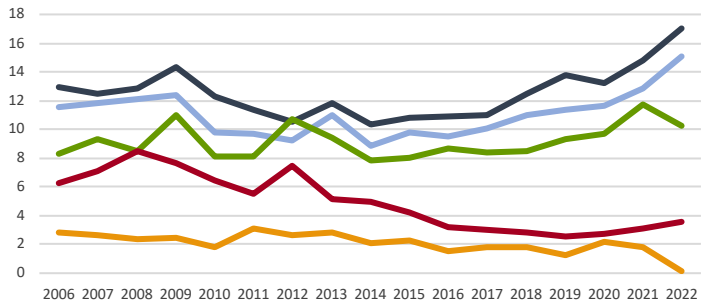
Milhões



Sever do Vouga

10 906 HABITANTES

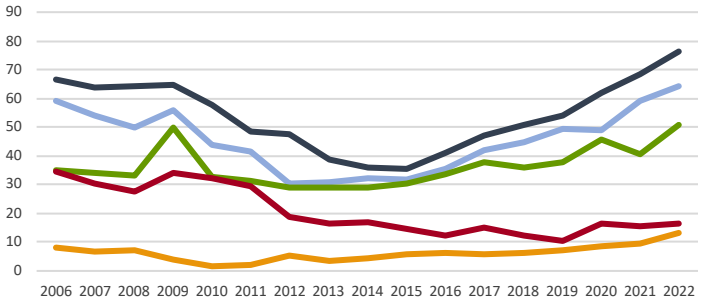
Milhões



Silves

38 581 HABITANTES

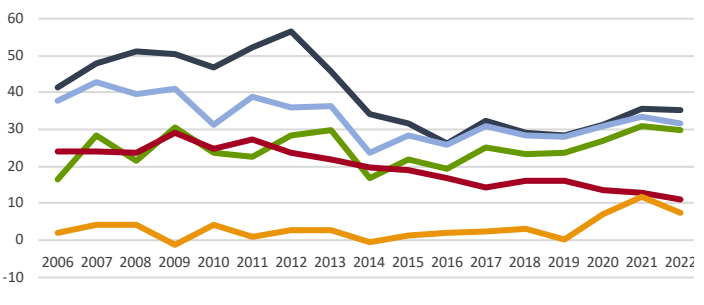
Milhões



Sines

14 561 HABITANTES

Milhões



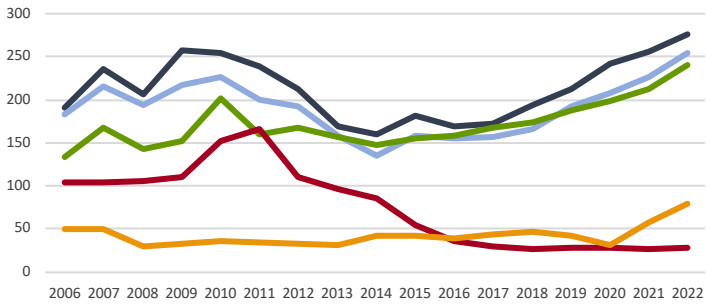
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Sintra

388 767 HABITANTES

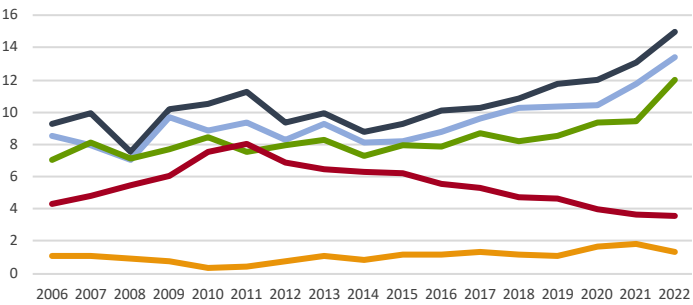
Milhões



Sobral de Monte Agraço

11 450 HABITANTES

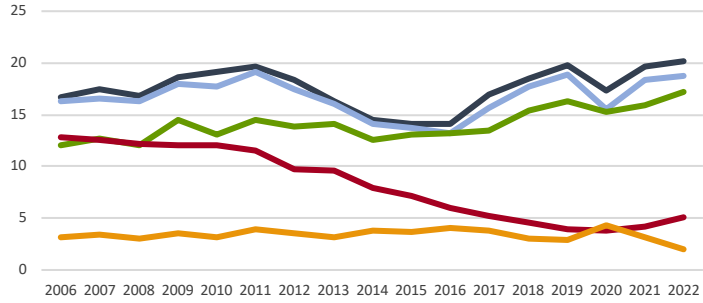
Milhões



Soure

17 121 HABITANTES

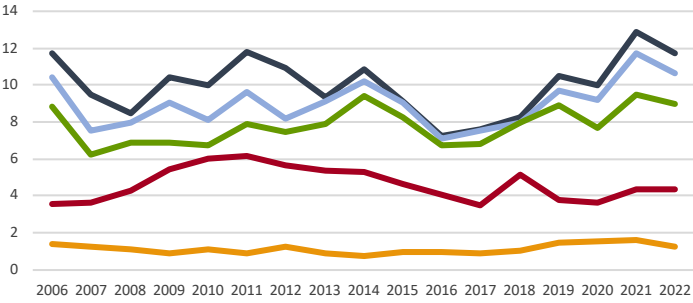
Milhões



Sousel

4 382 HABITANTES

Milhões



LEGENDA

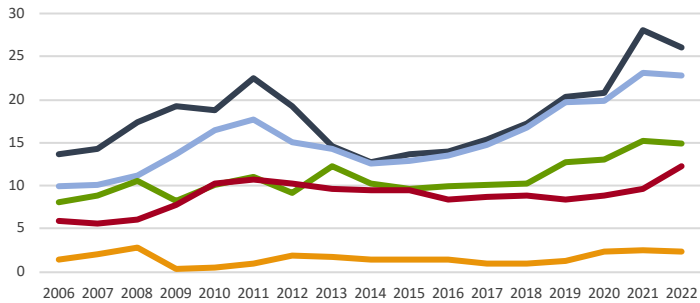
- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

Tábua

11 387 HABITANTES

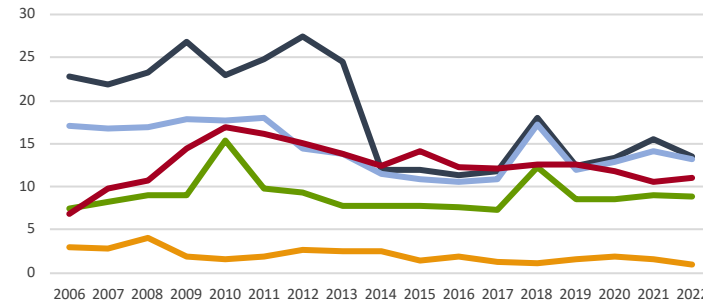
Milhões



Tabuaço

5 008 HABITANTES

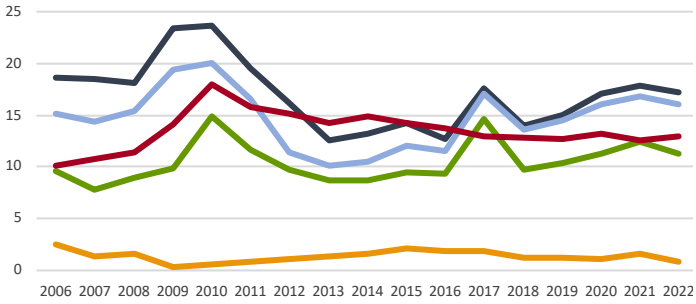
Milhões



Tarouca

7 463 HABITANTES

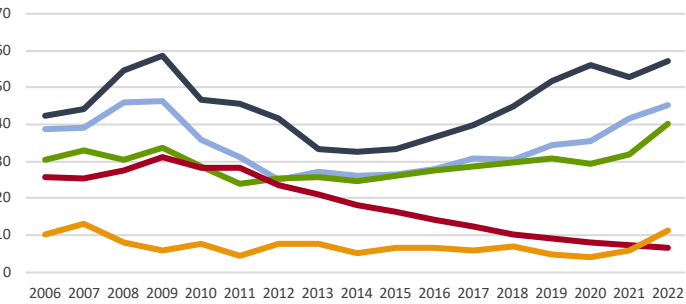
Milhões



Tavira

27 505 HABITANTES

Milhões



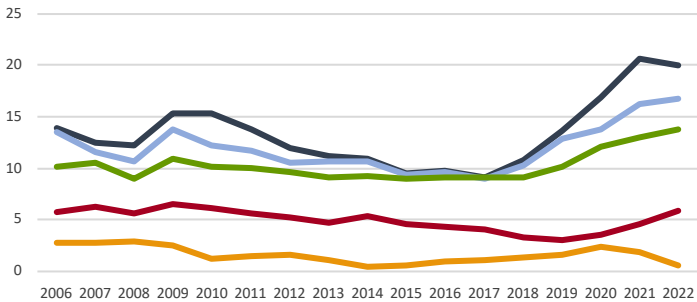
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Terras de Bouro

6 362 HABITANTES

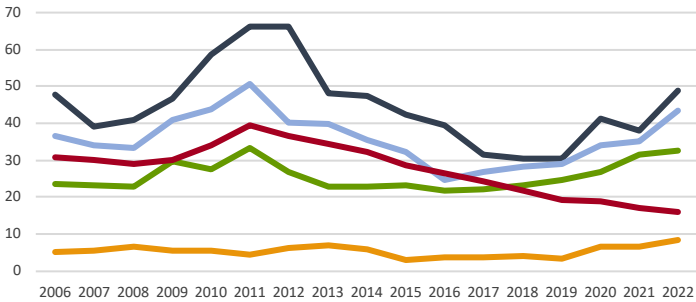
Milhões



Tomar

36 341 HABITANTES

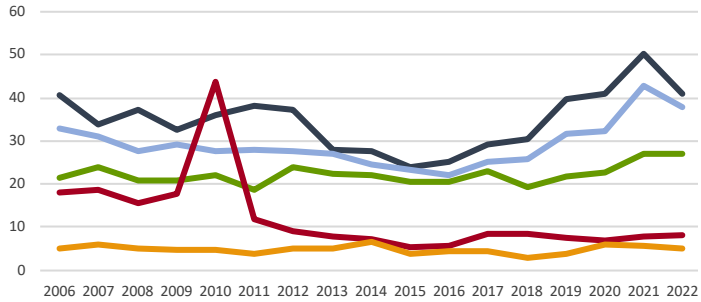
Milhões



Tondela

25 628 HABITANTES

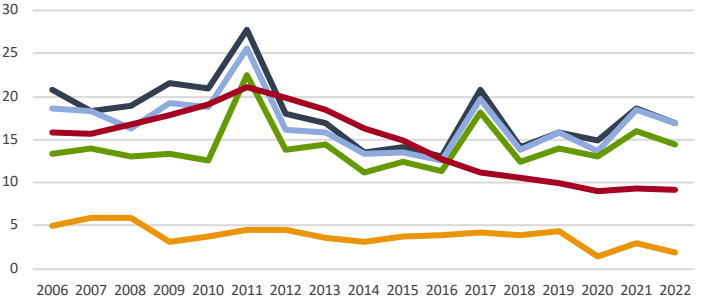
Milhões



Torre de Moncorvo

6 737 HABITANTES

Milhões



LEGENDA

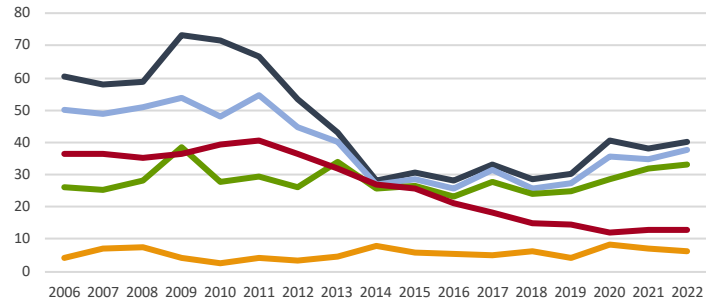
- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

Torres Novas

34 326 HABITANTES

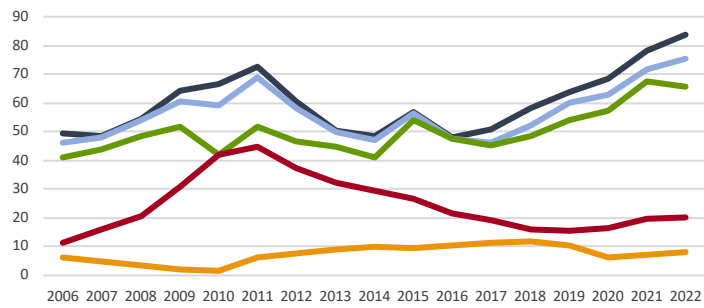
Milhões



Torres Vedras

85 806 HABITANTES

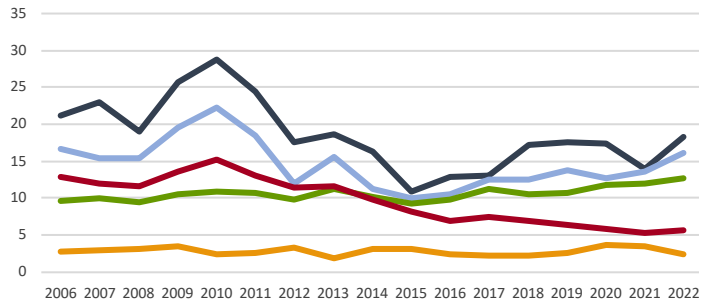
Milhões



Trancoso

8 287 HABITANTES

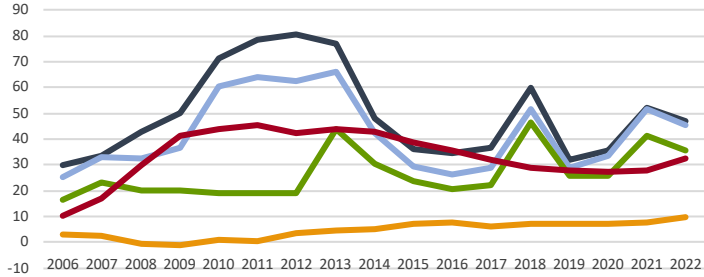
Milhões



Trofa

39 464 HABITANTES

Milhões



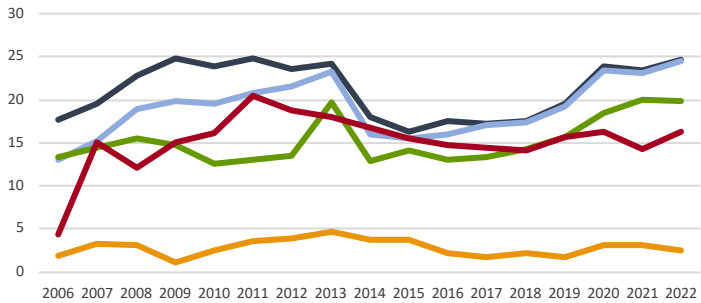
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Vagos

23 686 HABITANTES

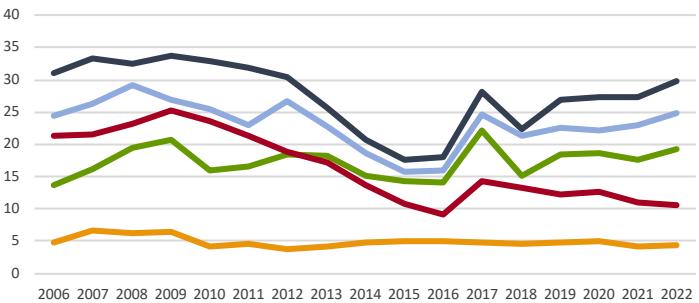
Milhões



Vale de Cambra

21 214 HABITANTES

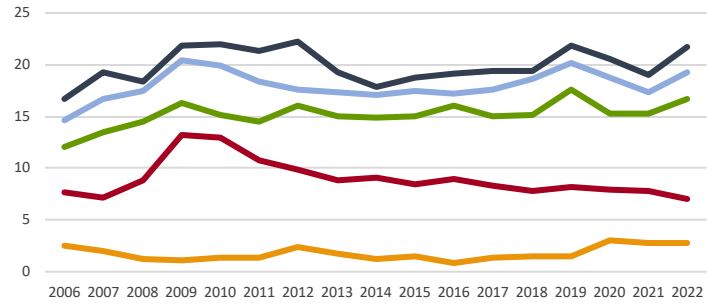
Milhões



Valença

13 900 HABITANTES

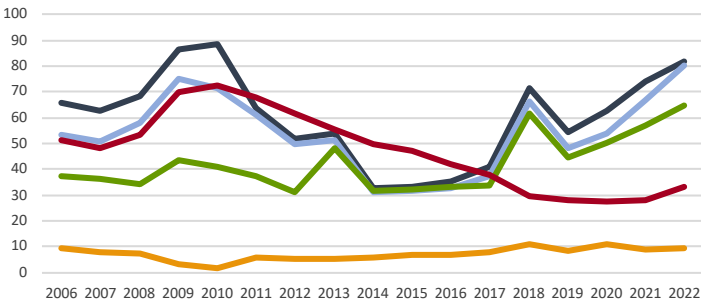
Milhões



Valongo

98 231 HABITANTES

Milhões



LEGENDA

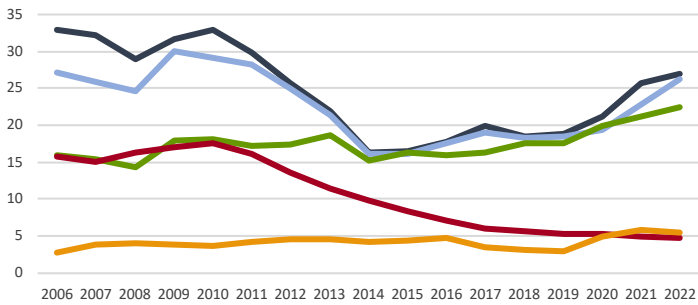
- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

Valpaços

14 550 HABITANTES

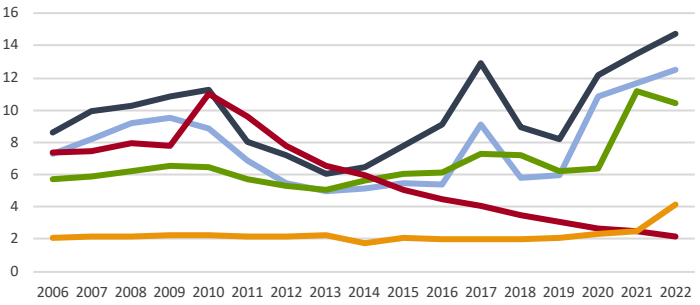
Milhões



Velas

4 951 HABITANTES

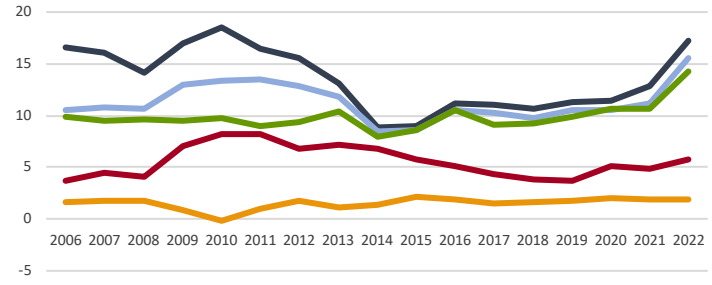
Milhões



Vendas Novas

11 425 HABITANTES

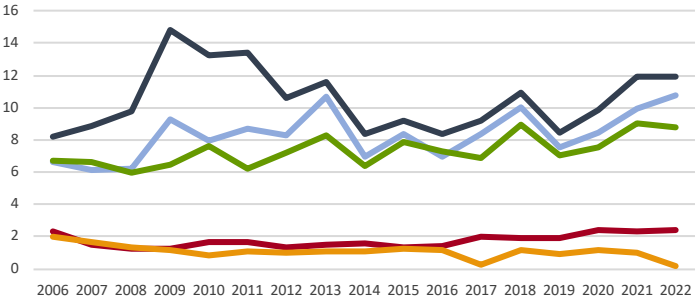
Milhões



Viana do Alentejo

5 497 HABITANTES

Milhões



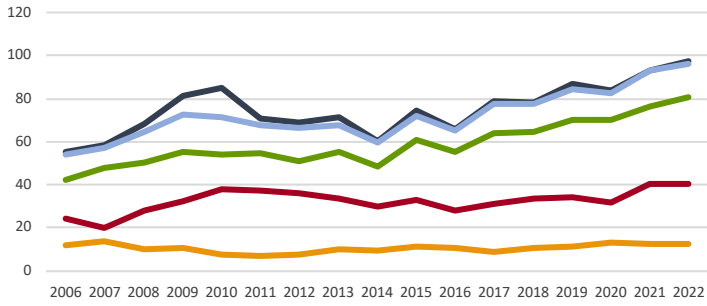
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Viana do Castelo

86 099 HABITANTES

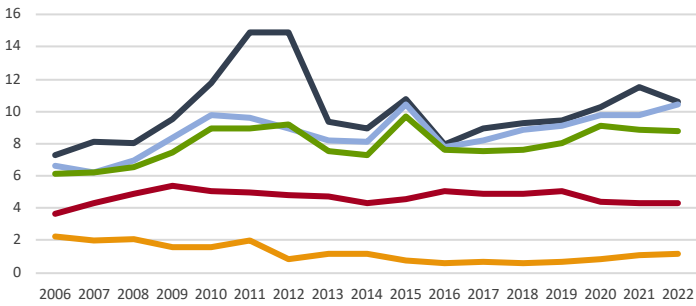
Milhões



Vidigueira

5 228 HABITANTES

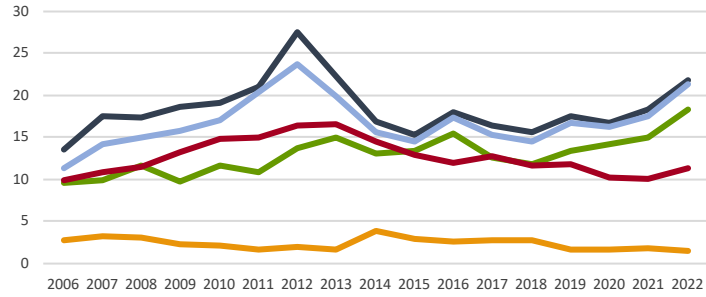
Milhões



Vieira do Minho

11 967 HABITANTES

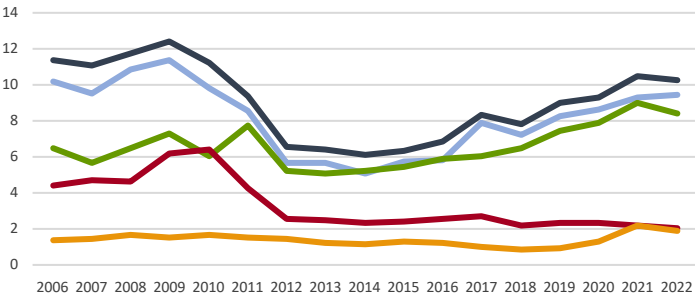
Milhões



Vila de Rei

3 392 HABITANTES

Milhões



LEGENDA

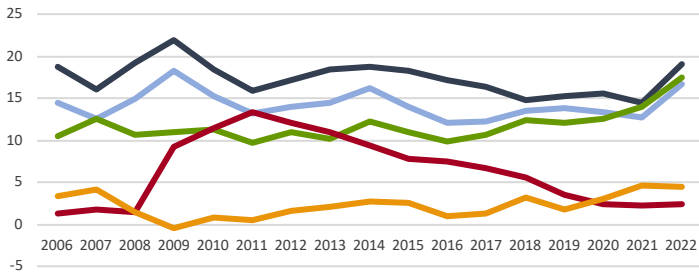
- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

Vila do Bispo

5 799 HABITANTES

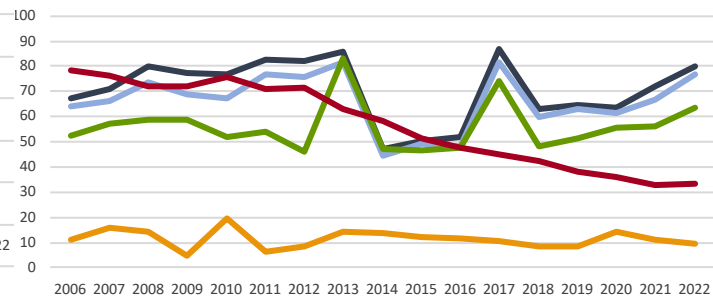
Milhões



Vila do Conde

83 349 HABITANTES

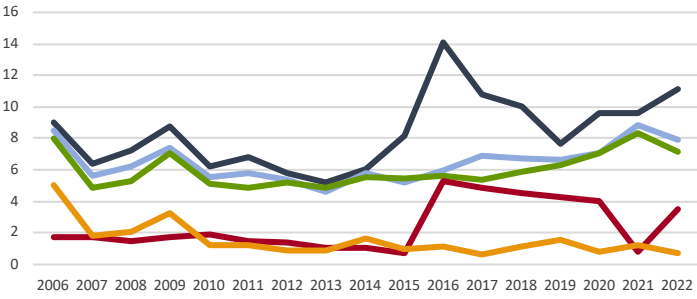
Milhões



Vila do Porto

5 489 HABITANTES

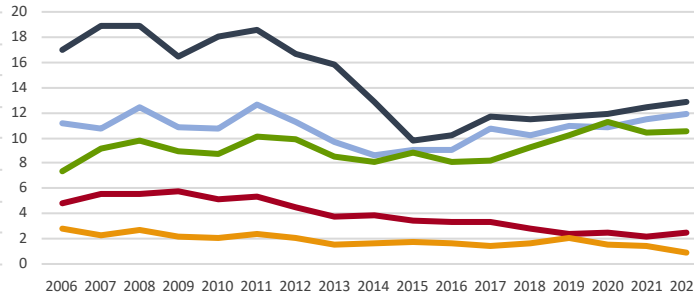
Milhões



Vila Flor

6 027 HABITANTES

Milhões



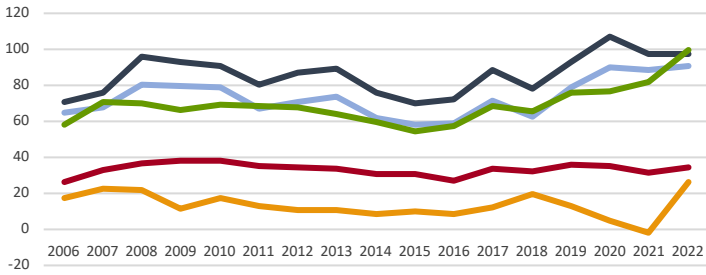
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Vila Franca de Xira

137 994 HABITANTES

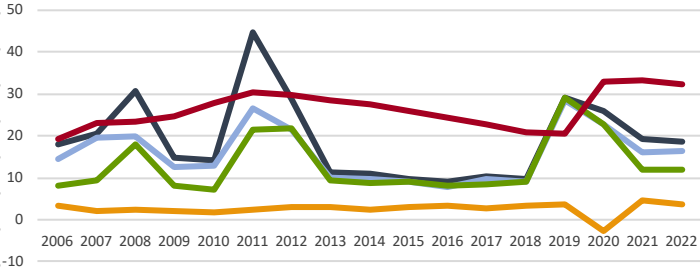
Milhões



Vila Franca do Campo

10 374 HABITANTES

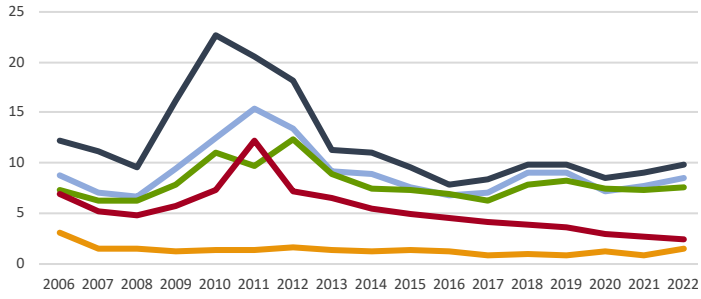
Milhões



Vila Nova da Barquinha

7 489 HABITANTES

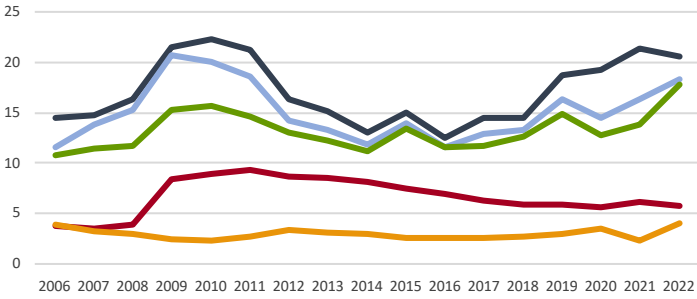
Milhões



Vila Nova de Cerveira

9 175 HABITANTES

Milhões



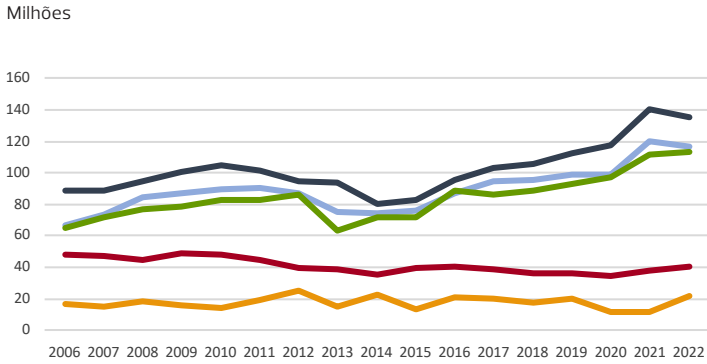
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

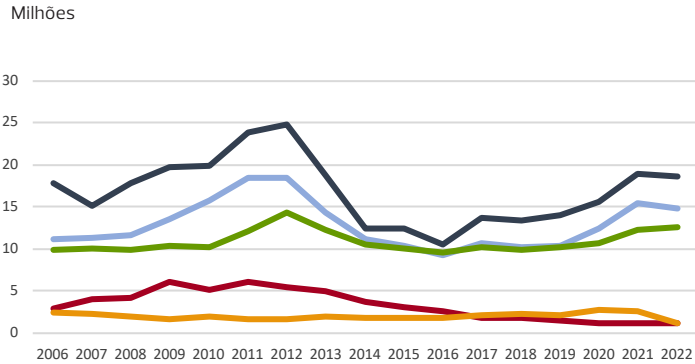
Vila Nova de Famalicão

134 883 HABITANTES



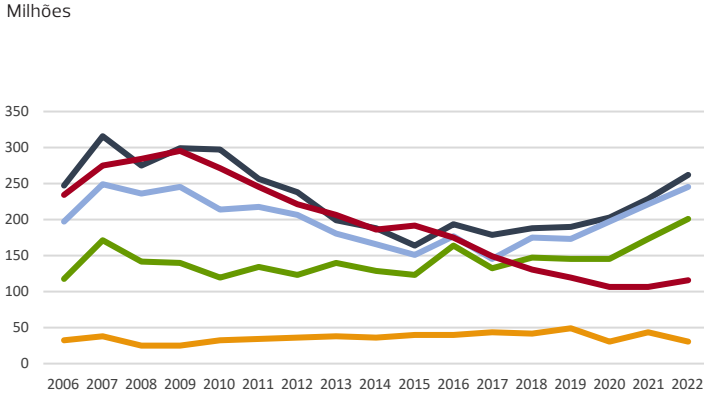
Vila Nova de Foz Côa

6 282 HABITANTES



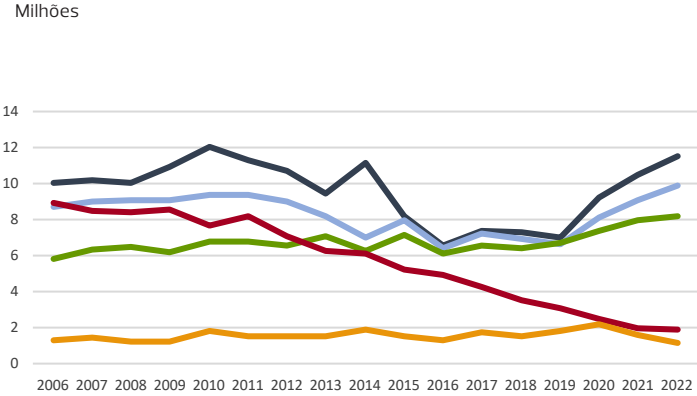
Vila Nova de Gaia

307 563 HABITANTES



Vila Nova de Paiva

4 685 HABITANTES



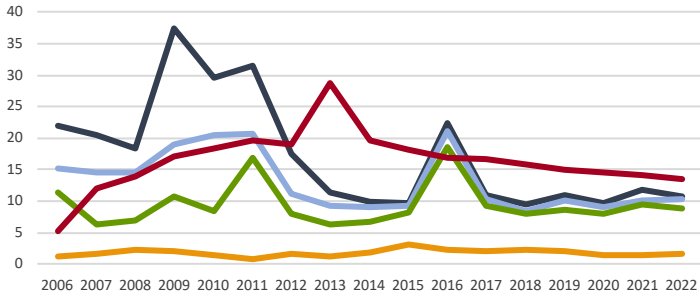
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Vila Nova de Poiares

7 029 HABITANTES

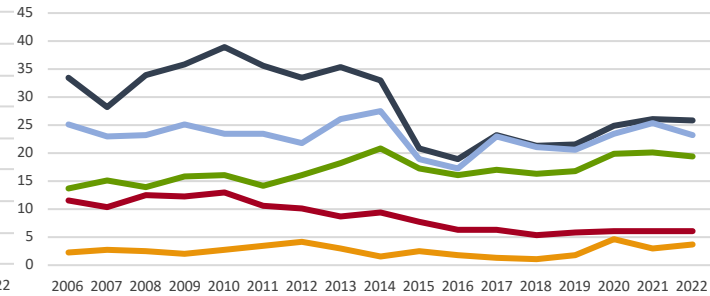
Milhões



Vila Pouca de Aguiar

11 750 HABITANTES

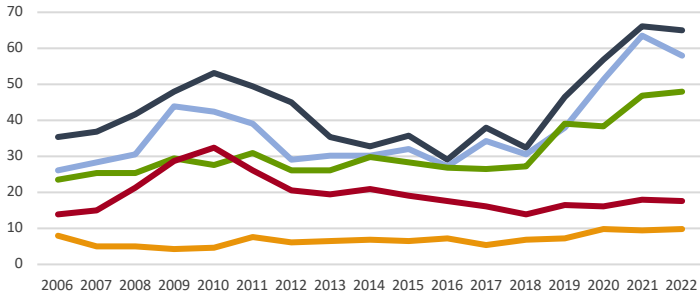
Milhões



Vila Real

49 610 HABITANTES

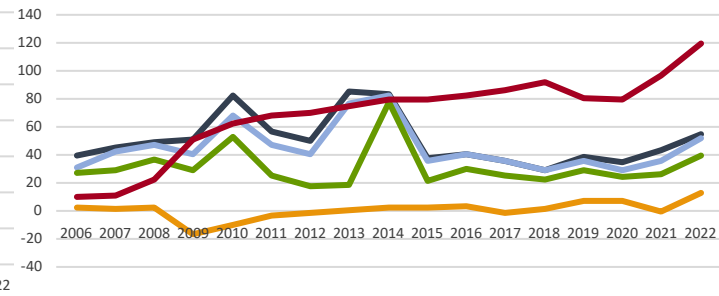
Milhões



Vila Real Santo António

18 991 HABITANTES

Milhões



LEGENDA

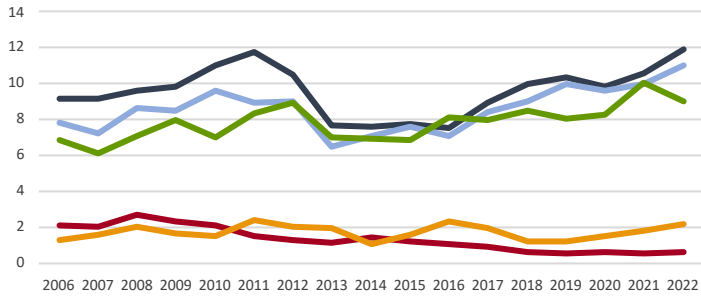
- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

Vila Velha de Ródão

3 456 HABITANTES

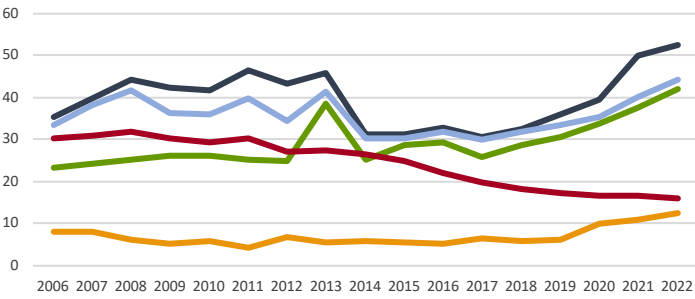
Milhões



Vila Verde

47 450 HABITANTES

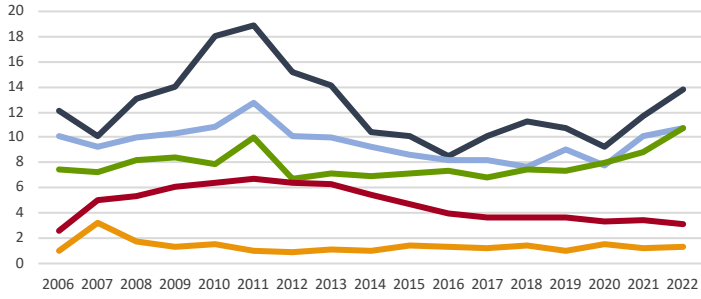
Milhões



Vila Viçosa

7 316 HABITANTES

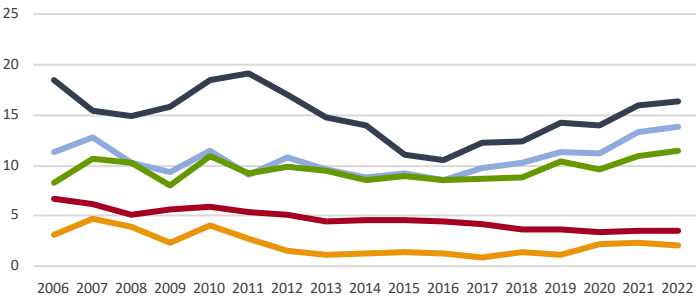
Milhões



Vimioso

4 145 HABITANTES

Milhões



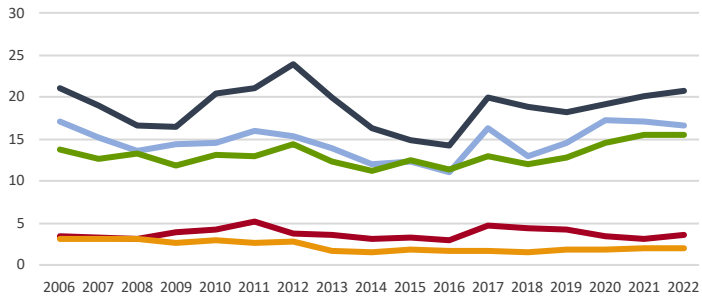
Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

Vinhais

7 513 HABITANTES

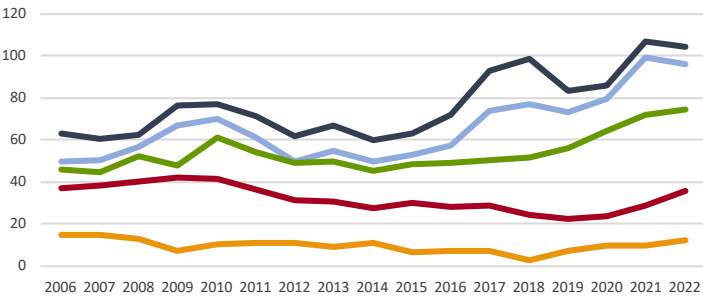
Milhões



Viseu

100 105 HABITANTES

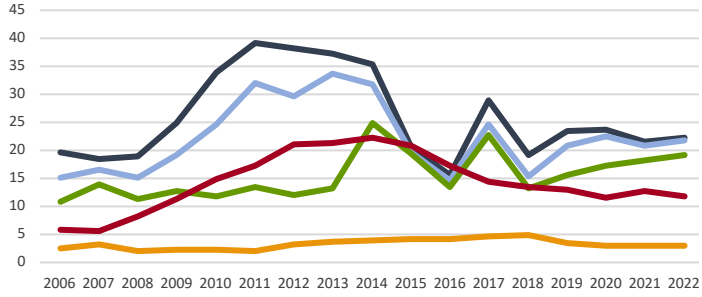
Milhões



Vizela

24 259 HABITANTES

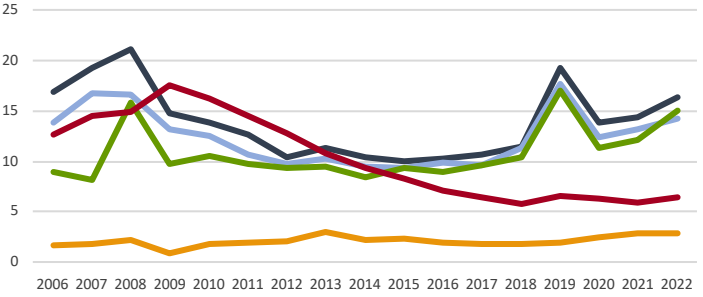
Milhões



Vouzela

9 640 HABITANTES

Milhões



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.